CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

DICIONÁRIO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL

Ana Maria Jacó-Vilela
ORGANIZAÇÃO

IMAGO

DICIONÁRIO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL

Dicionario Historico.indd 1 22/6/2012 14:20:08

DICIONÁRIO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL

1ª Edição

IMAGO editora

Rio de Janeiro
2011

Conselho Federal de Psicologia
50 anos da Profissão no Brasil

Dicionario Historico.indd 3 22/6/2012 14:20:22

Copyright © Conselho Federal de Psicologia, para esta edição

Capa: Luciana Mello e Monika Mayer

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D542 Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil/Coordenação geral: Ana Maria Jacó-Vilela. – Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011.

ISBN 978-85-312-1068-6

1. Psicologia - Brasil - Associações, etc. - Dicionários 2. Psicologia - Brasil - História - Dicionários. I. Jacó-Vilela, Ana Maria, 1950-. II. Conselho Federal de Psicologia (Brasil).

10-4280. CDD: 150.6081
CDU: 159.9:061(81)

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por fotocópia, microfilme, processo fotomecânico ou eletrônico sem permissão expressa da Editora.

A pesquisa para este Dicionário foi realizada no período de 2006 a 2009, com o apoio dos Editais CAPES/PROCAD de 2005 e 2007, envolvendo três instituições — UERJ, UFMG e PUC-SP —, contando ainda com a participação de pesquisadores do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

2011

IMAGO EDITORA
Rua da Quitanda, 52/8º andar — Centro
20011-030 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359
E-mail: imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

DICIONÁRIO HISTÓRICO DE INSTITUIÇÕES DE PSICOLOGIA NO BRASIL

Organização
Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

Coordenações locais
Rio de Janeiro: Francisco Teixeira Portugal (UFRJ)
São Paulo: Maria do Carmo Guedes (PUC-SP)
Paraná: Mitsuko Aparecida Makino Antunes (PUC-SP)
Minas Gerais: Regina Helena de Freitas Campos (UFMG)
e Érika Lourenço (UFMG)
Rio Grande do Sul / Santa Catarina: William Gomes (UFRGS)
Norte-Nordeste: Nádia Maria Dourado Rocha (FRB)
Centro-Oeste: Mariza Monteiro Borges (UnB)
Espírito Santo: Edinete Maria Rosa (UFES)

Colaboradores
Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)
Carmem Silvia Rotondano Taverna (PUC-SP)
Cristina Lhullier (UCS-RS)
Daniela Ribeiro Schneider (UFSC)
Heliana de Barros Conde Rodrigues (UERJ)
Julia Maria Casulari Motta (PUC-SP)
Marisa Todescan Dias da Silva Baptista (PUC-SP)
Mônica Leopardi Bosco de Azevedo
Raul Albino Pacheco Filho (PUC-SP)
Sérgio Dias Cirino (UFMG)
Silvia Vasconcelos Carvalho (UFF)

Apoio técnico

Assistente de pesquisa – Irene Bulcão
Revisão de texto – Isabel Cristina de Oliveira
Secretariado – Alice Helena do Nascimento
Auxiliar de pesquisa – Alessandra Gracioso Tranquilli
Auxiliar de pesquisa – Ronaldo Decicino
Auxiliar de pesquisa – Sérgio Domingues
Auxiliar de pesquisa – Sunna Prieto de Azevedo

Autores

Abigail Alvarenga Mahoney
Adailson Medeiros
Ademir Pacelli Ferreira
Adriana Alves Santos
Adriana Amaral do Espírito Santo
Adriana Rosa
Adriano Furtado Holanda
Aidyl M. Q. Pérez-Ramos
Albenise de Oliveira Lima
Alessandra Daflon dos Santos
Alessandra Gracioso Tranquilli
Alexander Jabert
Alexandra Ayach Anache
Alexandra Valéria Vicente da Silva
Alexandre de Carvalho Castro
Amanda dos Santos Gonçalves
Ana Carla S. Silveira da Silva
Ana Cristina Costa de Figueiredo
Ana Gabriela Nunes Fernandes
Ana Laura Prates Pacheco
Ana Maria Gageiro
Ana Maria Jacó-Vilela
Ana Maria Rudge
Ana Maria Sarmento Seiler Poelman
Ana Mercês Bahia Bock
Ana Teresa A. Venancio
Andrea Cristina Coelho Scisleski
Andréa dos Santos Nascimento
Andréa Gonçalves
Andréa Soares Wuo
Andressa Siqueira Gonzaga
Angela Marques
Argentina Rosas
Arlindo Carlos Pimenta
Arnaldo Alves da Motta
Arrigo Leonardo Angelini
Arthur Arruda Leal Ferreira
Augusto Costa Conceição
Aurora Telles Herkenhoff
Bárbara Brandão
Beatriz de Andrade Rabelo
Bernadete Aparecida de Castro
Bernardete Gatti
Carina Márcia Magalhães Nepomuceno
Carla Sardinha Siebra de Souza
Carlos Monarcha
Carmefran Viana Araújo Teixeira
Carmem Silvia R. Taverna
Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira
Cassiana Léa do Espírito Santo

Célio Garcia
Celso Francisco Tondin
Cesar Mussi Ibrahim
Cristiana Facchinetti
Cristianne Almeida Carvalho
Cristina Lhullier
Daniel Kupermann
Daniela Ribeiro Schneider
Deise Mancebo
Denis de Carvalho
Denise Pereira de Alcantara Ferraz
Diemerson Saquetto
Diogo Esmeraldo Cavalcanti
Edinete Maria Rosa
Edmar Oliveira
Edson Soares Lannes
Eduardo A. Tomanik
Eduardo Mourão Vasconcelos
Edvaldo Nabuco
Elayne Magaldi Daemon
Eliana Rodrigues Pereira Mendes
Eliane Gonçalves Cordeiro
Eliane Rodrigues da Silva
Elicarlos Coutinho de Oliveira
Elison Antonio Paim
Elizabeth Cruz Müller
Elizabeth da Silva de Alcântara
Emanuelle Figueiredo Socorro
Emílio Nolasco de Carvalho
Emmanuel Zagury Tourinho
Érika Lourenço
Ernani Henrique Fazzi
Esther Maria de Magalhães Arantes
Eveline Correa Miranda
Fábio de Cristo
Fernando Ramos
Filipe Degani Carneiro
Flávia Moreira Oliveira
Flávio Durães
Francis Moraes de Almeida
Francisca Monteiro de Albuquerque
Francisco Teixeira Portugal
Gabriela Neiva Orrico
Gisela Maria Guedes
Giselle B. Petri M. Costa
Giselle Silva Sanches
Gustavo Gauer
Helena Beatriz Kochenborger Scarparo
Heliana de Barros Conde Rodrigues
Helio Roberto Deliberador
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Hilusca Alves Leite
Iarlis Brandão
Iramaia Santos Rodríguez
Irene de Melo Pinheiro
Íris Barbosa Goulart
Irme Salete Bonamigo
Janira Siqueira Camargo
Jefferson Bernardes
Joana Branco Gongora
João Batista de Mendonça Filho
João Bosco Monteiro
João Paulo Sales Macedo
José Jorge de Moraes Vieira da Cunha
José Renato Barros Silva
Júlia Maria Casulari Motta
Karina Pereira Pinto
Kátia Vergal Furtado
Larissa Alcantara Lavrador
Larisse Seixas
Laura Cristina de Toledo Quadros
Leila de Andrade Oliveira
Leonardo Majdalani Sacramento e Nascimento
Lídia Maria Teixeira Lima Coelho
Ligia Maria do Nascimento Souza
Lígia Rocha Cavalcante Feitosa
Luana da Silva dos Santos
Lucia Ghiringhello
Lúcia Willadino Braga
Luciano Ferreira Piccoli
Lucila Lima
Ludmila Cerqueira Correia
Luiz Alberto Pinheiro de Freitas
Luiz Fernando Pinto

Lygia Maria de França Pereira
Mab Amália Alencar Sacramento de Souza
Marcela Peralva Aguiar
Marcela Reuter Ferreira
Marcelo de Almeida Ferreri
Marcelo Moreira Takahashi
Marci Dória Passos
Márcia Antonia Piedade Araújo
Márcia Biavati Messias
Márcia Ferreira
Márcia Moraes
Marcos Almeida de Sá
Marcos Goursand de Araújo
Marcos Vieira Silva
Marcus Vinicius de Oliveira Silva
Margareth Uarth Christoff
Maria Antonieta Antonacci
Maria Aparecida Fernandes Martin
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro
Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani
Maria Cláudia Novaes Messias
Maria das Graças Barbosa Moulin
Maria das Graças Victor Silva
Maria de Fátima Almeida Braga
Maria de Fátima Belo de Morais
Maria de Fatima Lobo Boschi
Maria de Nazaré Santos de Souza
Maria do Carmo Guedes
Maria do Socorro Brito
Maria Eveline Cascardo Ramos
Maria Inês Badaró Moreira
Maria Lucia Boarini
Maria Lucia Seidl-de-Moura
Maria Luísa Oliveira Abrunhosa
Maria Luisa Sandoval Schmidt
Maria Neusa Monteiro
Maria Stella Brandão Goulart
Marilene Proença Rebello de Souza
Marina Massi
Marisa Lopes da Rocha
Marisa T. D. S. Baptista
Maristela de Souza Pereira
Maristela Nascimento Duarte
Mariza Monteiro Borges
Marta Maria Telles
Marta Zappa
Mathilde Neder
Mercedes Cunha Chaves de Carvalho
Michelle Menezes Wendling
Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Mônica Leopardi Bosco de Azevedo
Mônica Nogueira dos Santos Vilas-Boas
Myriam Augusto da Silva Vilarinho
Nádia Maria Dourado Rocha
Nair Iracema Silveira dos Santos
Natália Alves dos Santos
Nayara Gomes dos Santos
Odette de Godoy Pinheiro
Paola Vargas Barbosa
Paula Coimbra da Costa Pereira
Paula Eugenia César
Paulo José Carvalho da Silva
Paulo Roberto de Andrada Pacheco
Polianne Alves Silva
Priscila Rocha Mendonça da Frota
Rachel Nunes da Cunha
Rafael Mendonça Dias
Rafael Pinheiral
Raquel Cavalcante Freire
Raquel Martins de Assis
Raquel Wrona
Raul Albino Pacheco Filho
Regina Célia Passos Ribeiro de Campos
Regina Helena de Freitas Campos
Regina Nazaré Damasceno da Silva
Regineide Marques Simões
Rejane Sousa da Silva
Renata Alves Lima
Renata Castelo Branco Araújo
Renata Monteiro Garcia
Renato Diniz Silveira
Ricardo Campelo Auto
Ricardo Gorayeb
Rita de Cássia Teixeira Valente
Rita de Cássia Vieira

Roberta Santos de Oliveira
Roberta Scaramussa
Roberto Alves Banaco
Roberto Heloani
Roberto Sagawa
Rogério Centofanti
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosa Maria Stefanini de Macedo
Rosane de Azevedo Neves da Silva
Rôsanny Moura
Rosaura Maria Braz
Rosimary Paula Ferreira Vargas
Sandra Cristina Soares de Oliveira
Saulo de Freitas Araujo
Saulo Luders Fernandes
Sergio Carrara
Sérgio Domingues
Sheila Antony
Sheila Maria Rosin
Silvia Vasconcelos Carvalho
Simone Neno
Sonia Vieira Coelho
Sunna Prieto de Azevedo
Suzana Maria Vale Lima
Tácito Augusto Medeiros
Tatiane Dias Bacelar
Telma Avelar
Terezinha Féres-Carneiro
Therezinha Andrade
Thiago Ferreira dos Santos
Thiago Monteiro Pithon
Vanessa Leite
Veline Filomena Simioni Silva
Vilma Rangel
Viviane Costa
Walkyria Camarotti
Walter Mariano de Faria Silva Neto
Walter Melo
Wedja Josefa Granja Costa
William Barbosa Gomes
Wilma Mascarenhas
Wilson Ferreira de Melo
Zélia Pereira Barbosa

Sumário

Apresentação 13
Introdução 15
Instituições de A a Z 19
Sobre os Autores 453
Índice Onomástico 463
Índice Remissivo de Instituições 499

Apresentação

O Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil, que agora temos o prazer de apresentar, foi organizado após o lançamento do *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*, publicado em 2001. O apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) aos dicionários insere-se em um projeto do Conselho chamado Memória da Psicologia Brasileira, que tem por finalidade contribuir para resgatar e ampliar o conhecimento sobre a evolução histórica da área da Psicologia no Brasil, em seus aspectos de produção intelectual, científica, institucional e profissional.

Ao lado dos dicionários, fazem parte do projeto as coleções de livros *Clássicos da Psicologia Brasileira*, *Histórias da Psicologia Brasileira* e *Pioneiros da Psicologia Brasileira*, além de vídeos biográficos. O projeto Memória tem contado, desde o seu início, com a colaboração do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

O investimento na pesquisa histórica e na produção de materiais abrangentes que subsidiem estudantes, acadêmicos e profissionais, é uma decisão estratégica do Conselho, tomada pelo XI Plenário (1999-2001) e acatada pelos Plenários posteriores, que tem como objetivo contribuir para a superação das lacunas de materiais que registrem e analisem o caminho percorrido pela Psicologia no Brasil.

Produzir e tornar disponível material histórico é essencial para que os profissionais tenham elementos para situar sua atuação no tempo, identificar soluções já testadas para problemas que ainda existem, contextualizar os desafios que enfrentam no dia a dia, logrando produzir respostas cada vez mais qualificadas às demandas profissionais e acadêmicas.

O conhecimento do desenvolvimento histórico da Psicologia é essencial para o processo de construção de uma profissão engajada com as realidades brasileira e latino-americana, que tenha sempre em vista o compromisso social da profissão na superação das desigualdades e com a garantia dos direitos humanos para toda a população.

No marco do Projeto Memória da Psicologia Brasileira, este dicionário ganha sentido ainda mais especial pela perspectiva de comemoração dos 50 anos da profissão no Brasil, que serão

completados em 27 de agosto de 2012, cinco décadas depois da publicação da Lei 4.119, que regulamentou a profissão no Brasil.

Para o Sistema Conselhos de Psicologia, a comemoração dessa data é essencial para reunir a categoria na reflexão sobre o sentido da profissão. Nada mais apropriado, para subsidiar este processo, do que ter registros do passado que nos ajudem a traçar caminhos para a profissão que queremos construir. O presente volume deixa à vista a quantidade de instituições que estão para ser conhecidas, exploradas, analisadas, pesquisadas em seus diversos aspectos.

O Conselho Federal de Psicologia agradece e parabeniza todas as dezenas de pesquisadores que se engajaram nesse trabalho hercúleo de recolher informações sobre as 264 instituições que deram origem a verbetes no *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*.

Humberto Verona

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Introdução

Este *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil* é um projeto do Grupo de Trabalho (GT) de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, parceria esta que já gerou, em 2001, o *Dicionário Biográfico da Psicologia Brasileira – Pioneiros* (coeditado pela Imago/CFP). Este novo *Dicionário* contou também com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio dos Editais Procad 2005 e 2007, envolvendo o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, o Programa de Educação da UFMG e o Programa de Psicologia Social da PUC-SP.

Tal aliança é, sem dúvida, indicativa do entendimento de que nossos atuais fazeres acadêmicos e profissionais geram perguntas que muitas vezes necessitam interrogar sua história, seu passado, para melhor compreenderem e, se necessário e possível, modificarem seu presente. Neste sentido, a expressão "Psicologia" no título do *Dicionário* tem um sentido amplo, abarcando aquilo que é normalmente referido como "saberes psi".

Para os fins deste *Dicionário*, "instituição" refere-se tanto a estabelecimentos, associações e organizações públicas, privadas e não governamentais, de pesquisa, de formação, de prestação de serviços etc. quanto a publicações seriadas (periódicos), congressos e legislação. Contudo, tendo em vista o montante de investigação necessária para cobrir todos esses aspectos, decidimos que este volume tratasse somente de estabelecimentos, associações e organizações, deixando periódicos, congressos e legislação para um volume subsequente.

A confecção do *Dicionário* revelou-se um desafio, dada a inexistência de pesquisa prévia sobre muitas instituições. O funcionamento seguiu a lógica anteriormente utilizada no *Dicionário Pioneiros*, quando membros do GT foram encarregados de áreas temáticas ou regiões geográficas. Assim, membros do GT de alguns estados/regiões foram encarregados de buscar pesquisadores que pudessem redigir verbetes sobre instituições de determinados estados/regiões (destaque deve ser dado aqui à colega Nádia Rocha, que assumiu, sozinha, a responsabilidade pelas regiões Norte-Nordeste). Contudo, foi necessário lançar mão de dois pesquisadores de fora do GT nos casos do Espírito Santo e da Região Centro-Oeste, casos que nos interessavam particularmente porque não constava no *Dicionário Pioneiros* nenhum personagem destes dois lugares. Neste sentido, consideramos que este *Dicionário* não é uma obra acabada. Muitas instituições

certamente não constam dele e algumas informações estão incompletas. Procuraremos suprir essas deficiências com o projeto de construir uma versão *online* deste *Dicionário* o mais rapidamente possível, tornando-o disponível através da BVS-Psi. Neste caso, alterações e acréscimos poderão ser realizados, como explicaremos mais adiante.

O cotidiano do *Dicionário* ficou a cargo de uma equipe constituída pela Coordenadora Geral, junto à qual trabalharam um assistente e um auxiliar de pesquisa, e pelos Coordenadores de estados/regiões específicos, com os respectivos auxiliares de pesquisa. Todos os verbetes passaram por parecer duplo – do Coordenador do estado/região e da Coordenadora Geral, e muitas vezes solicitou-se parecer de algum outro membro do GT. Realizou-se pelo menos uma reunião anual de avaliação dos trabalhos; em 2008 e 2009, ocorreram duas reuniões para revisão conjunta de todos os verbetes.

Por que a opção de fazer "dicionários"? Os dicionários reúnem uma gama considerável de informações que devem ter sua coerência interna. Se bem-sucedidos, tornam-se obras de referência e podem mesmo, pela evitação de ambiguidades e posições contrárias, tornar-se autoridades e fontes da verdade. Este risco foi claro para nós desde o princípio, quando orientamos os responsáveis a utilizarem uma redação em linguagem direta, na afirmativa, sem adjetivações, e quando cuidamos da revisão interverbetes nas reuniões acima mencionadas.

Por outro lado, e aqui se situa a justificativa de nosso interesse, os dicionários possibilitam uma difusão democrática do conhecimento. Em vez do acesso restrito a teses ou artigos científicos, ainda não visibilizados como alternativa para boa parte da população, mesmo a "educada", a informação está ali, num livro impresso ou disponível na internet, com quantidade considerável de dados. Dicionário, em suma, é uma fonte organizada de consulta sobre diferentes temas (em nosso caso, diferentes instituições), os quais foram pesquisados com o uso de diferentes fontes. Os autores são os responsáveis pela feitura do retrato de uma instituição, para o qual tiveram que recorrer a determinadas estratégias de obtenção de dados e optar por uma determinada forma narrativa. Neste sentido, tanto as estratégias quanto a narrativa utilizadas podem ser consideradas como indicativas de nosso desenvolvimento na pesquisa em História da Psicologia, o que denominamos caleidoscópio, visões diversas sobre como fazer história. E, esperamos, podem possibilitar novos estudos sobre as instituições aqui apresentadas.

Enfrentamos alguns desafios na construção deste *Dicionário.* A Psicologia é um campo recente de produção e prática no Brasil, da mesma forma que a Psicanálise – anos de 1920/1930. Mesmo a Psiquiatria – de onde se originam, em boa parte, os outros campos – também tem origem não tão distante, já que sua primeira cátedra surgiu no último quartel do século XIX. São, portanto, atores e fontes muito próximos, alguns atores figurando como autores dos verbetes. Em muitos casos, para os próprios autores a história de vida mescla-se com a história da instituição. Ou seja, a história do tempo presente aqui se realiza. Embora se conheçam os cuidados a serem tomados, a explicitação das implicações, essa história é uma das principais formas de conhecimento de eventos tão próximos ainda de nós.

Além disso, na falta anteriormente mencionada de pesquisas sobre instituições, recorrremos, em boa parte dos casos, à contribuição de autores sem experiência de investigação e escrita ou de pesquisadores cuja experiência investigativa não era referida à pesquisa historiográfica. Não podemos deixar de mencionar quantas descobertas positivas surgiram deste universo.

Chegando, finalmente, aos critérios de escolha das instituições a fazerem parte do presente *Dicionário,* consideramos como *critério de inclusão* a criação da referida instituição até o ano de 1980. Isto se deve a que, pelo que sabíamos da História da Psicologia no Brasil, ocorrera uma grande expansão de instituições de Psicologia e de Psicanálise na década de 1980, o que nos obrigaria a, além de uma dedicação mais exaustiva a esta década, enfrentar diferentes casos de

instituições com duração mínima. Além da data, foram critérios também utilizados a existência de sinais de pioneirismo da instituição, como formação de pessoal, publicações, criação de novos campos de atuação etc. Por outro lado, como *critério de abrangência do verbete*, ou seu limite temporal, para utilizarmos o termo empregado no *Dicionário Pioneiros*, consideramos que deveria ir desde a criação da instituição até seu fechamento (se fosse o caso) ou até os dias de hoje.

Alguns critérios secundários também foram estabelecidos. Instituições de âmbito nacional, mesmo que tenham subdivisões regionais, têm um único verbete. Exemplos: ABRAPSO, APAE, Conselho Federal de Psicologia, DETRAN. Instituições com uma grande capilaridade no território nacional, como a Santa Casa de Misericórdia, a Escola Normal, o Serviço de Orientação Educacional, mereceram um verbete específico, que denominamos "genérico". Por outro lado, tendo em vista que um dos poucos verbetes possíveis em diferentes estados era o referido à Escola Normal, optamos por deixá-los no *Dicionário*. No caso de seminários católicos, instituições espíritas e instituições protestantes, tendo em vista haver presença da Psicologia, porém pequena, em cada um deles, decidiu-se por um único verbete sobre cada forma religiosa.

A proposta é que verbetes específicos de instituições subordinadas venham a ser colocados no *Dicionário de Instituições de Psicologia no Brasil*, em sua forma virtual, na BVS-Psi (www.bvs-psi.org). Nele também poderemos oferecer fotos das instituições.

O resultado final, no sentido de representatividade do território nacional, é bem positivo. Corresponde, ao nosso ver, à ordem de expansão da Psicologia pelos diferentes estados. A maior parte dos verbetes é do Rio de Janeiro, seguido por São Paulo e, logo depois, por Minas Gerais, lugares por onde a Psicologia começou a se constituir entre nós. O Rio Grande do Sul vem logo a seguir. Os demais estados das regiões Sul e Sudeste têm poucas instituições relacionadas em cada um. Da região Nordeste, a Bahia tem um grande número de verbetes, seguido por número razoável ou pequeno nos demais estados. A região Centro-Oeste apresenta poucos verbetes de cada estado e do Distrito Federal, observando-se que não há nenhum de Goiás. Por fim, da região Norte só temos verbetes do Pará – não foi possível nenhum registro de instituição nos demais estados.

É importante lembrar, todavia, que isso não significa que não haja ou não tenha sido fundada nenhuma instituição de Psicologia nesses lugares antes de 1980. Tem-se clareza de que o *Dicionário* poderá ser acrescido por inúmeros outros dados, tanto sobre as instituições aqui relacionadas quanto pela inserção de novas instituições. Por isso a proposta do *Dicionário* virtual, como já dissemos.

Quanto à estrutura e apresentação do *Dicionário*, os verbetes – em um total de 265 – encontram-se em ordem alfabética. Esta segue o nome atual completo (ou o último) da instituição, seguido da sigla – ou forma como é mais comumente conhecida – entre parênteses. Em seguida, datas de criação e eventual dissolução. Abaixo, alinhadas à direita, mudanças anteriores de denominação, caso tenham ocorrido, sempre seguidas das datas de cada uma. Segue-se o texto narrativo, referências, nome(s) do(s) autor(es). Este procedimento pode gerar a impressão de uma história linear, na suposição de que as alterações de nome não tenham nenhum significado, mantendo-se a mesma instituição. Este foi, todavia, um critério arbitrário, adotado tanto para a diminuição do número de verbetes quanto para uma coerência na escrita das instituições.

Após os verbetes, há três anexos. O primeiro, intitulado "Sobre os Autores", explicita a titulação e a inserção institucional de cada um. Nos 264 verbetes encontramos 186 autoras e outros 75 autores. Este dado aponta, sem dúvida, para a crescente feminilização do campo psi, não mais somente em termos de exercício profissional, mas também enquanto sujeitos que podem falar/escrever sobre o campo. Coincidentemente, apresentamos quase o mesmo número de autores (261) e de verbetes (264).

O anexo seguinte é o Índice Onomástico de personagens citados no *Dicionário*. Nele contamos com 139 personagens que também estão presentes, como verbetes, no *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros*. Como este último tem 200 verbetes, parece-nos que nossa historiografia está construindo um campo de conhecimento bastante sólido – que, por sua vez, traz os riscos da história-verdade que comentamos anteriormente. Para clarificação do leitor, colocamos um asterisco (*) após o nome presente no *Dicionário* que é também personagem com verbete no *Dicionário Pioneiros*.

O último anexo é o Índice Remissivo de Instituições, em que estão listadas todas as instituições que fazem parte do *Dicionário*, com seus nomes atuais e os nomes que porventura tenham tido no passado. Além disso, no Índice Remissivo constam também todas as instituições citadas no corpo dos verbetes, o que, ao nosso ver, favorece pesquisas futuras que entrelacem as diferentes instituições que aqui relatamos.

Quanto aos critérios de redação, esclarecemos, que usamos a grafia já utilizada no *Dicionário Pioneiros* para a redação de nomes de pessoas.

Finalmente, ao considerarmos este trabalho terminado – na medida em que é possível considerar um "fim" em um trabalho deste tipo –, algumas pessoas e instituições devem ser lembradas:

- A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tanto seu Instituto de Psicologia, na pessoa de sua Diretora, Profa. Dra. Neusa Eiras, que forneceu condições de infraestrutura básica e de equipamentos para a execução deste projeto, quanto o seu Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social;
- A Universidade Federal de Minas Gerais, através de seu Programa de Pós-Graduação em Educação;
- A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através de seu Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social;
- A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de seu Programa de Pós-Graduação em Psicologia;
- A Faculdade Ruy Barbosa, pela infraestrutura fornecida;
- A equipe técnica que colaborou conosco, cujos nomes constam no início deste *Dicionário*.

Encerramos voltando ao CFP e à Capes, instituições das quais recebemos o apoio necessário para a concretização deste projeto. Nossos agradecimentos muito especiais pela confiança em nosso trabalho, que se traduziu em condições para seu exercício.

Ana Maria Jacó-Vilela

Coordenadora Geral do Dicionário

Instituições de A a Z

Academia Paulista de Psicologia (APP)
Ambulatório Central Roberto Resende
Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo
Assistência a Psicopatas
Associação Baiana de Psicólogos (ABAP)
Associação Baiana de Recuperação do Excepcional (ABRE)
Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC)
Associação Brasileira de Daseinsanalyse (ABD)
Associação Brasileira de Psicanálise (ABP)
Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABPS)
Associação Brasileira de Psicologia (ABP)
Associação Brasileira de Psicologia (SBP)
Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA)
Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)
Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG)
Associação Brasileira para Superdotados (ABSD)
Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação
Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná
Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE)
Associação de Psicodrama de São Paulo (SOPSP)
Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP)
Associação de Psicologia do Pará (APPA)
Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA)
Associação Milton Campos para o Desenvolvimento das Vocações (ADAV)

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)
Asylo de Sant'Anna (ASA)
Atheneu Norte-Rio-grandense
Casa das Palmeiras
Casa de Saúde Ana Nery
Casa de Saúde Dr. Eiras
Casa de Saúde Santa Mônica Ltda. (Espaço Bom Viver – EBV)
Casa de Saúde São Pedro Ltda. (CSSP)
Centro da Consciência e do Desenvolvimento Humano (INTEGRAR)
Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA)
Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC)
Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST)
Centro de Estudos Freudianos (CEF)
Centro de Estudos Freudianos do Recife (CEF-Recife)
Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE)
Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia (CLPB)
Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica (COESP)
Centro de Orientação Familiar (COFAM)
Centro de Orientação Infantil
Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP)
Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (CPOE)
Centro de Psicodrama de Brasília (CPB)
Centro de Psicologia Aplicada (CENPA)
Centro de Psicologia Aplicada (CEPA)
Centro de Psicologia da Pessoa (CPP)
Centro de Saúde Mental Oswaldo Camargo (CSMOC)
Centro Dom Vital
Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB)
Centro Integrado de Assistência Psicossocial Adauto Botelho (CIAPS Adauto Botelho)
Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa (CEJOP)
Centro Psicopedagógico (CPP)
Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)
Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG)
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ)
Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS)

Clínica de Orientação Infantil

Clínica de Orientação Infantil (COI)

Clínica de Orientação Psicológica e Social Ltda. (COPS)

Clínica de Repouso da Tijuca

Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper

Colégio Abílio

Colégio Estadual da Bahia (Central)

Colégio Estadual Guaíra

Colégio Freudiano do Rio de Janeiro (CFRJ)

Complexo Hospitalar do Juquery

Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)

Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia (CFP/CRP)

Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em Primeiro Grau do Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes

Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Psicologia/FCH/FUMEC)

Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco

Curso de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL)

Departamento de Administração do Serviço Público (DASP)

Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais (DOT)

Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG)

Departamento de Psicologia da Faculdade ESUDA

Departamento de Psicologia da Faculdade Frassinetti do Recife

Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Departamento de Psicologia da Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (DPI-UEM)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSI/UFMA)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (GSI-UFF)

Departamento de Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF)

Departamento de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC)

Departamento de Psicologia do Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT)

Departamento de Psicologia e Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Departamento de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (DRH/Embrapa)

Departamento de Trânsito (DETRAN)

Divisão de Psicologia Edouard Claparède (Clínica Claparède)

Divisão de Recrutamento e Seleção do Banco Econômico S.A.

Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV)

Escola de Aperfeiçoamento

Escola Doméstica de Natal

Escola Especial Ulisses Pernambucano

Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP)

Escola Normal de São Paulo

Escola Normal Modelo

Escolas Normais

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*

Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAPSI/PUCRS)

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)

Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP)

Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL)

Fundação Carlos Chagas (FCC)

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Fundação Dom Bosco

Fundação Helena Antipoff (FHA)

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG)

Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE)

Grupo de Atendimento Psicológico (GAP)

Hospício da Visitação de Santa Isabel

Hospício de Diamantina

Hospital Adauto Botelho (HAB)

Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCUSP)
Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT-BA)
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima
Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR)
Hospital Especializado Mário Leal (HEML)
Hospital Galba Velloso (HGV)
Hospital João Viana
Hospital Juliano Moreira
Hospital Nacional de Psicopatas
Hospital Nina Rodrigues (HNR)
Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno
Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz
Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP)
Hospital Ulysses Pernambucano (Tamarineira)
Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ)
Instituições Espíritas no Brasil
Instituições Protestantes no Brasil
Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI)
Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA)
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ)
Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES)
Instituto de Cegos da Bahia (ICB)
Instituto de Doenças Nervosas e Mentais
Instituto de Educação Caetano de Campos
Instituto de Educação de Minas Gerais
Instituto de Educação Estadual de Maringá
Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE)
Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo
Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB)
Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy
Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília (IGTB)
Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)
Instituto de Orientação Psicológica (IOP)
Instituto de Orientação Vocacional (IDOV)
Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI)
Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC)
Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG)

Instituto de Psicologia Aplicada do Espírito Santo (IPAES)
Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA)
Instituto de Psicologia da Bahia (IPB)
Instituto de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (FSFCLL)
Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP)
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB)
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP)
Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ)
Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (INPSI/UFU)
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ)
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IP/UFRGS)
Instituto de Psicologia do Recife (IPR)
Instituto de Psicologia do Trabalho (IPT)
Instituto de Psicologia e Psicanálise da Universidade Santa Úrsula (IPP-USU)
Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ)
Instituto de Psiquiatria do Estado de Santa Catarina (IPq)
Instituto de Psiquiatria Forense (IPF)
Instituto Decroly
Instituto dos Cegos da Paraíba (ICPB)
Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP)
Instituto Guanabara
Instituto Médico-Pedagógico Paulista
Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM)
Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira
Instituto Municipal Philippe Pinel
Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB)
Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPFMC)
Instituto Raul Soares (IRS)
Instituto *Sedes Sapientiae*
Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF)
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getulio Vargas (ISOP/FGV)
Laboratório de Biologia Infantil (LBI)
Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro
Laboratório de Psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo
Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)
Movimento da Luta Antimanicomial (MLA)

Museu de Imagens do Inconsciente
Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ)
Núcleo Central de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (NuCePsi-PMERJ)
Núcleo de Estudos e Formação Freudiana (NEFF)
Núcleo Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa (NPACP)
Pedagogium
Psicoclínica Comércio Varejista de Livros e Testes Psicológicos
Sanatório Clifford Whittingham Beers
Sanatório Maringá Ltda.
Sanatório Recife
Sanatório São Paulo (SSP)
Santa Casa de Misericórdia
Seminários Católicos do Brasil Colônia e Império
Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP/EFS)
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Santa Teresa (SOE)
Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOPP)
Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM)
Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA)
Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo
Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo
Serviço de Psicologia Médica (COJ)
Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM)
Serviços de Orientação Educacional
Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (USP)
Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro
Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo
Sociedade Brasileira de Biosofia
Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP)
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)
Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA)
Sociedade Brasileira de Psychanalyse
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Sociedade de Análise Transacional do Rio de Janeiro (SANTRARJ)
Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos (SEPLA)
Sociedade de Estudos Psychicos
Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ)

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID)
Sociedade de Psicodrama do Rio de Janeiro (SOPERJ)
Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS)
Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (SPAG-E.RIO)
Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social pelo Trabalho (SOSINTRA)
Sociedade Mineira de Psicologia (SMP)
Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA)
Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ)
Sociedade Psicanalítica Gradiva (SPAG-RJ)
Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP)
Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE)
Teatro Experimental do Negro (TEN)

A

■ Academia Paulista de Psicologia (APP) – 1979-

A entidade, com sede na rua Pelágio Lobo, 107, na cidade de São Paulo, é pessoa jurídica, sem fins lucrativos, regida por estatuto e regimento interno, ambos registrados no 1º Cartório de Títulos e Documentos, na cidade de São Paulo. Foi fundada em 31 de dezembro de 1979, ano em que se comemorou internacionalmente o centenário da psicologia científica. A entidade é mantida por seus próprios membros. A exemplo do que é verificado em outras áreas do conhecimento, como a medicina, a história, as letras e a educação, um grupo de psicólogos paulistas julgou que era chegado o momento de fundar uma academia devotada à psicologia. De fato, o desenvolvimento desse ramo do saber assumira considerável importância, graças à existência de cursos universitários, especialmente de pós-graduação, à atuação de especialistas no exercício profissional, à significativa produção de pesquisas e de publicações e à frequente realização de congressos e outros eventos científicos, nacionais e internacionais. Foi concebida (e permanece) como uma entidade que congrega psicólogos proeminentes, que tenham publicado obras científicas ou didáticas de reconhecido valor ou ainda que sejam personalidades de grande significação na docência, na pesquisa, no exercício profissional e/ou na prestação de serviços na área da psicologia. Tem por finalidade principal resgatar e preservar a história da psicologia, como também estimular o progresso dessa ciência no país, mediante outorga de prêmios, realização de produções científicas, construção de acervo literário e iconográfico, implementação de projetos e ações em prol do reconhecimento público da ciência psicológica no país, em especial no Estado de São Paulo. O corpo acadêmico está estruturado em 40 cadeiras, identificadas por número, nome e patrono, além de um quadro de membros correspondentes e de membros beneméritos. Os patronos foram escolhidos quando da fundação da academia entre eminentes figuras da intelectualidade paulista que contribuíram, de modo destacado, com os primeiros passos para impulsionar o progresso da psicologia no Brasil, especialmente em uma época histórica de pioneirismo. Exemplos de alguns patronos de diferentes áreas de especialidades: psiquiatria – Francisco Franco da Rocha; educação – Manuel Bergström Lourenço Filho; sociologia – Fernando de Azevedo; filosofia – Laerte Ramos de Carvalho; pediatria – Pedro

de Alcântara Machado; engenharia – Roberto Mange; etnologia – Herbert Baldus; religião – Paul Siwek. As cadeiras da academia são ocupadas por membros titulares, psicólogos notáveis residentes no Estado de São Paulo. O quadro de membros correspondentes também é constituído por eminentes profissionais, mas residentes em outras regiões do país ou no exterior, por serem assim designados. É dirigida por uma diretoria eleita entre os seus membros titulares para um mandato de três anos, composta de presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Desde sua fundação, em 1979, teve, respectivamente, os seguintes presidentes: Carlos Del Nero, que ocupa a cadeira n. 7, cujo patrono é Oscar Freire; Mathilde Neder (cadeira n. 14, patrono Anibal Silveira); Samuel Pfromm Netto (cadeira n. 5, patrono José Rodrigues Arruda); Oswaldo de Barros Santos (cadeira n. 15, patrono Roberto Mange); Nelson de Campos Pires (cadeira n. 40, patrono, Walter Barioni), e, atualmente, Arrigo Leonardo Angelini, que ocupa a cadeira n. 4, cujo patrono é Antonio Ferreira de Almeida Júnior. Existem quatro comissões de trabalho, nomeadas pela diretoria entre os seus titulares, a saber: comissão de contas, comissão de termos, comissão de publicações e comissão de bibliografia, e, atualmente, duas comissões especiais: comissão de cidadania e direitos humanos e comissão de eventos. Estas últimas foram criadas dada a importância destinada aos eventos e também à defesa dos direitos humanos pelos acadêmicos, inclusive pelos comprometidos diretamente com essas ações. Em termos de rotina, tem-se uma variedade de reuniões da diretoria para deliberações sobre assuntos administrativos, indicações de membros correspondentes e de representantes de comissões de trabalho, entre outros temas de sua competência. Registram-se as assembleias ordinárias e extraordinárias, incluindo deliberações sobre reformas estatutárias, eleição da diretoria e de membros titulares, entre outros assuntos que lhe são próprios. No contexto dessas atividades, destacam-se as sessões solenes de posse de acadêmicos, titulares e de membros correspondentes, como também outorga de prêmios e homenagens póstumas aos ex-integrantes da academia. Além do seu caráter formal, essas sessões são abrilhantadas por um contexto científico dos discursos pronunciados pelos novos titulares, homenageando os patronos e os acadêmicos falecidos, de cujas cadeiras tomam posse. Acrescem-se as exposições dos laureados sobre os temas respectivos dos trabalhos premiados. Quanto às realizações científicas, registram-se também conferências e cursos intensivos de pós-graduação, sobre questões históricas da ciência psicológica e suas perspectivas futuras, novas teorias ou atualização das conhecidas áreas da psicologia, entre outros temas importantes. Nessa mesma linha, encontram-se exposições do acervo da academia, principalmente de suas publicações e de fotos raras e de incontestável valor histórico. Mais ainda, distinguem-se nessas atividades os projetos que a academia vem realizando para o resgate do legado de vida e obra dos acadêmicos, mediante documental iconográfico, gravações em áudio e em DVDs. Destes, *O legado da psicologia para o desenvolvimento humano*, sob os auspícios do Ministério da Cultura, constando de DVDs que contemplam a vida e a obra de acadêmicos e que são distribuídos a cem bibliotecas de psicologia do país e aos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Salienta-se também, entre as atividades da academia, com precisa regularidade, a publicação do *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, porta-voz de suas realizações e, particularmente, de progressos científicos alcançados pela ciência psicológica no país.

Referências

ACADEMIA PAULISTA DE PSICOLOGIA. **Acervo Técnico e Científico**. São Paulo: APP, 1979-2007.

ACADEMIA PAULISTA DE PSICOLOGIA. Disponível em: <http://www.appsico.org.br/>. Acesso em: 17 ago. 2008.

ACADEMIA PAULISTA DE PSICOLOGIA. **O legado da psicologia para o desenvolvimento humano: resgate da vida e obra de acadêmicos titulares através de depoimentos de Arrigo L. Angelini e**

Aidyl Pérez-Ramos. DVDs. Bauru: APP, 2006.

ACADEMIA PAULISTA DE PSICOLOGIA. **Relatórios de Atividades das Diretorias**. São Paulo: APP, 1979-2007.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE PSICOLOGIA. **Boletim**. São Paulo: APP, 1980-2006.

LOPES, A. M. P. **Apresentação. Sistema de subsídios para o ensino de psicologia.** Disponível em: < http://www.bvs-psi.org.br/subsidio.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.

Aidyl M. Q. Pérez-Ramos

■ Ambulatório Central Roberto Resende – 1969-1971

Ambulatório Roberto Resende – 1963-1968

Em 1969, o Ambulatório Central Roberto Resende inaugurou a primeira tentativa de uma assistência terapêutica extra-hospitalar e interdisciplinar. Conquistando autonomia perante o Instituto Raul Soares (IRS), graças à criação da Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica (FEAP) em 1968, recebeu a denominação Ambulatório Central, tornando-se um modelo alternativo no campo da assistência psiquiátrica pública em Minas Gerais. Estruturou-se, então, no já existente Ambulatório Roberto Resende, fundado em 1963, anexo ao IRS, na segunda seção deste, em seu pavimento inferior. Situava-se na avenida do Contorno, 3.017, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte, e integrava o Departamento de Saúde Mental da Secretaria de Saúde Estadual de Minas Gerais, ou seja, era uma instituição pública, estadual e assistencial. Com a criação da FEAP, foram extintos os ambulatórios dos chamados hospitais de agudos de Belo Horizonte. O Ambulatório Central Roberto Resende modificaria suas funções, voltando-se para a comunidade. Seu diretor, ao longo dos dois anos de experiência inovadora, foi Francisco Paes Barreto, uma das mais significativas lideranças da reforma da política de saúde mental mineira. O caráter centralizador do ambulatório significava uma primeira etapa para a construção de um modelo assistencial capaz de oferecer alternativas à internação psiquiátrica. O Ambulatório Central Roberto Resende, em seu curto período de autonomia (1969-1971), representou uma tentativa de humanizar a assistência psiquiátrica, por meio de uma assistência extramuros, pública, que procurava estreitar as relações com a comunidade. Começou a funcionar com a finalidade de trabalhar terapeuticamente com homens, mulheres e crianças. Respondia a objetivos inovadores da política assistencial inicialmente implementada pela FEAP de, com ele, construir um modelo de funcionamento que produzisse as necessárias vivência e mentalidade ambulatoriais. Foram estruturados dois serviços, no contexto desta experimentação, o técnico e o administrativo, ambos dotados de relativa autonomia. O serviço técnico compunha-se de cinco seções: psiquiatria, psicologia, serviço social, clínica médica e seção de arquivos médicos e estatísticas. A seção Psicologia foi instalada em junho de 1970, sob a coordenação de Carmen Souza Rocha, e desenvolvia as seguintes atividades: atendimento psicológico individual, adulto e infantil, atendimento de famílias, aplicação de testes de inteligência e personalidade, e atendimento em psicomotricidade. Promovia também a seleção, o treinamento e a orientação dos funcionários administrativos, incentivando a racionalização do trabalho de todos os serviços e colaborando decisivamente na elaboração do regimento interno e organograma. O serviço administrativo tinha cinco seções: pessoal, admissão (encarregada de receber, registrar e encaminhar o paciente e os seus familiares para os atendimentos), contabilidade, tesouraria e aprovisionamento. Entre as vantagens inerentes a esse tipo de tratamento, pensava-se que o ambulatório não afastava o paciente de seu meio familiar e permitia o trabalho de equipe interdisciplinar. Neste sentido, era um contraponto à internação e à segregação do portador de transtorno mental. Uma experiência inédita até então e que incorporava a prática clínica em psicologia. Em 1971, o Am-

bulatório Central Roberto Resende perdeu a sua autonomia. A relação entre o ambulatório e o Hospital Psiquiátrico Raul Soares passou a ser questionada do ponto de vista das políticas públicas, em função de uma mudança na composição política da FEAP, que deixou de apoiar a prática psicoterapêutica ambulatorial no âmbito da assistência psiquiátrica no Estado de Minas Gerais. Com o fim desta experiência de autonomia, o ambulatório voltou a integrar o Hospital Psiquiátrico Raul Soares. O papel que o Ambulatório Central Roberto Resende exerceu na assistência psiquiátrica em Minas Gerais abriu, no entanto, importante caminho para se pensar o binômio ambulatório/hospital psiquiátrico na história da reforma da política de saúde mental mineira. Depois de 1971, os hospitais de agudos voltaram a ter seus ambulatórios anexos, que funcionavam apenas como portas de entrada para o sistema hospitalar. O ambulatório manteve-se no mesmo local físico, porém perdeu de vista seu projeto psicoterapêutico e integrador. Apenas no final dos anos de 1970, por ocasião do III Congresso Mineiro de Psiquiatria (1979), realizado em Belo Horizonte, que contou com a presença de Franco Basaglia e Robert Castel, a assistência ambulatorial voltaria a ser enfatizada. O poder público, por meio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), sucessora da FEAP, foi interpelado pelos trabalhadores de saúde mental e pela sociedade organizada na forma dos sindicatos acerca de uma política assistencial. Em relatório apresentado neste congresso, José R. Paiva Filho (superintendente hospitalar da FHEMIG) afirmaria, como novo princípio diretor da política de assistência nos hospitais psiquiátricos, a ênfase ao tratamento ambulatorial. No início dos anos de 1980, durante vários seminários organizados no IRS, foi apresentada uma proposta de reestruturação psiquiátrica para aquela instituição, que foi implementada entre 1980 e 1985. Neste contexto, constatou-se que o Ambulatório Roberto Resende restringira-se a ações basicamente medicamentosas e tinha uma demanda excessiva. Disso resultava um atendimento de baixa qualidade. A partir da ocorrência de seminários avaliativos, foi implementado o Módulo Experimental Integrado (Portaria Superge 132/80), a criação de uma equipe interdisciplinar em uma enfermaria com um projeto psicoterapêutico que incluía atendimento ambulatorial e atendimentos de famílias no mesmo espaço físico. Só então o ambulatório voltou a atuar de modo a diminuir as reinternações, configurando um trabalho integrado com a enfermaria. No final dos anos de 1980, o movimento da reforma psiquiátrica em Minas Gerais questionou o binômio ambulatório/hospital, como alternativa ao modelo hospitalocêntrico hegemônico, uma vez que não alterava o ciclo de internação-alta-internação. Foram constituídos os serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico desvinculados da FHEMIG e o Ambulatório Roberto Resende manteve-se vinculado ao IRS, dando continuidade a atividades psicoterapêuticas complementares à internação psiquiátrica.

Referências

BARRETO, F. P. "Evolução do conceito de assistência psiquiátrica". **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 5, n. 2, jun. 1971.

BARRETO, F. P. "O ambulatório psiquiátrico". **Boletim Mineiro de Psiquiatria.** Belo Horizonte, v. 6, p. 3-5, jul. 1981.

BARRETO, F. P. et al. "Relação ambulatório-hospital em psiquiatria: relato e reflexões sobre uma experiência". **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-126, dez. 1972.

BARRETO, F. P. et al. "Assistência psiquiátrica pública em Minas Gerais". **Revista do Centro de Estudo Galba Velloso**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, jan./jun. 1971.

CICLO DE DEBATES, I. **Reavaliação sobre os cinco anos de reestruturação da assistência psiquiátrica no IRS: realidades e perspectivas: resumos**. Belo Horizonte: Instituto Raul Soares, 1985.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS; ASSISTÊNCIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Estudo Galba Velloso**. Belo Horizonte, n. 5, jun./dez. 1979.

GOULART, M. S. B. **O ambulatório de saúde mental em questão: desafios do novo e reprodução de velhas fórmulas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

MORETZOHN, J. A. **História da psiquiatria mineira**. Belo Horizonte: COOPMED, 1989.

PAPROCKI, J.; RANGEL, E. "Alguns aspectos da psiquiatria em Minas Gerais". **Revista do Centro de Estudo Galba Velloso**. v. 2, n. 4, jan./jun. 1971.

RATI, R. M. S. **Evolução histórica das políticas de saúde mental em Minas Gerais: o caso Instituto Raul Soares.** Belo Horizonte: UFMG, 1986.

Maria Stella Brandão Goulart

Flávio Durães

■ Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo – 1852-1898

O Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo foi criado, por lei provincial, em 1848. Em 1851, foi aprovada uma nova lei, cujo objetivo era a implantação de um hospício central para toda a província. Assim, em 1852 foi inaugurado o hospício, na avenida São João, nas imediações da avenida Ipiranga, conhecido mais tarde como Hospício Velho. As ações do hospício restringiam-se à reclusão, com a finalidade de excluir o louco das ruas da cidade. Sua direção coube a um alferes, Tomé de Alvarenga; seus funcionários eram em geral negros libertos e egressos de prisões, que, por suas condições sociais, eram aqueles que aceitavam a baixa remuneração e o serviço considerado aviltante e repugnante. Composto de sete aposentos, teve inicialmente seis internos, dentre os quais alguns criminosos. Em 1853 houve uma rebelião, que provocou o retorno de muitos internos às prisões e o gradeamento das janelas. Em 1859 já eram 39 internos, dentre os quais negros alforriados e imigrantes italianos; o número de homens era o dobro do número de mulheres. Além das rebeliões, muitas foram as epidemias que assolaram o hospício. Pelo incômodo à população da cidade, que crescia para além dos limites da região onde se encontrava o hospício, assim como o aumento da demanda por vagas, o governo entendeu que era necessário ampliá-lo e levá-lo para além do centro da cidade. Assim, em 1862, o hospício foi transferido para um novo prédio, na Ladeira Tabatinguera, na Várzea do Carmo, hoje Parque D. Pedro II. A preocupação incidia sobre a necessidade de ações disciplinares, sem comprometimento com ações de natureza terapêutica. A direção do hospício no novo prédio continuou sob a guarda do referido alferes. Permaneceram os problemas de superlotação, rebeliões e surtos de doenças. Com a nomeação para diretor do hospício de Frederico Alvarenga, filho do alferes, que fazia críticas à condição de prisão do hospício, este não ingressou tampouco numa fase de ação médico-terapêutica, revestindo-se mais como instância de ação filantrópica. Somente com a nomeação, em 1896, de Francisco Franco da Rocha, o primeiro médico alienista a ingressar na instituição, o hospício passou a exercer uma ação de ordem médico-terapêutica. Esse hospício chegou ao fim com a fundação do Hospício do Juqueri, em 1898, por Franco da Rocha.

Referências

ANTUNES, M. A. M. **O processo de autonomização da psicologia no Brasil (1890-1930): uma contribuição aos estudos em história da psicologia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

■ Assistência a Psicopatas – 1927-1941

Assistência a Alienados – 1903-1927

Assistência Médico-Legal aos Alienados – 1890-1903

Instituição pública federal dedicada à organização da assistência a psicopatas, denominação dada à época para pessoas com perturbações mentais no Brasil, foi fundada em 23 de maio de 1927, por meio do Decreto 17.805, assinado por Augusto Viana do Castello, ministro da Justiça e dos Negócios Interiores

do governo de Washington Luís. Em 1930, passou a integrar o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado pelo então governo provisório. Seu objetivo era socorrer as pessoas que apresentavam distúrbios mentais e estudar os problemas relativos à higiene mental e à psicofisiologia, normal ou mórbida, aplicadas às diversas atividades sociais, no intuito de fixar os meios mais eficazes de organizar a profilaxia das perturbações nervosas. Historicamente, a Assistência a Psicopatas foi o terceiro órgão federal brasileiro encarregado de assistir a essa população específica. Veio substituir a Assistência a Alienados, instituída em 1903, por sua vez decorrente da Assistência Médico-Legal aos Alienados, criada pelo Decreto 206-A de 15/02/1890, primeiro órgão formulador de uma política assistencial nacional nesse âmbito. Vinculada ao Ministério do Interior, a Assistência Médico-Legal aos Alienados englobava o Hospício Nacional de Alienados e as Colônias da Ilha do Governador (Conde de Mesquita e São Bento), tendo como objetivo socorrer os enfermos alienados, nacionais e estrangeiros, que carecessem de auxílio público, bem como os que, mediante determinada contribuição, dessem entrada em seus hospícios. O órgão foi dirigido por João Carlos Teixeira Brandão até 1897, quando este deixou também a cátedra de professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para dedicar-se à carreira política. Em fins de 1903 e início de 1904, o então presidente da República Francisco Rodrigues Alves e o ministro do interior J. J. Seabra assinaram os Decretos 1.132 (22/12/1903) e 5.125 (01/02/1904) para uma reorganização desse órgão público federal, criando-se assim a Assistência a Alienados. Segundo Delgado, em as razões da tutela, tal reorganização trouxe à cena as questões dos direitos, da proteção da pessoa e bens, e o estatuto jurídico do alienado, articulando-as à organização formal e administrativa dos estabelecimentos psiquiátricos e já propondo a criação de uma instituição para alienados que se encontravam nas prisões. A criação da Assistência a Psicopatas, em 1927, se inseriu no contexto de nova reestruturação dos serviços assistenciais para doentes mentais. Ao mesmo tempo que revigorava um dos elementos significativos da legislação de 1903 – a explicitação de mecanismos legais de proteção à pessoa e aos bens do alienado –, concebia, de modo inovador, o estatuto da capacidade limitada, ainda que este não tivesse se tornado uma prática judiciária. Sendo assim, a criação dessa instituição refletia dois movimentos complementares e articulados: de um lado, a necessidade de superar o esgotamento do modelo administrativo representado pelo hospício central superlotado, substituindo-o por colônias e outros serviços; de outro, trouxe à cena um novo conjunto de determinações legislativas concernentes à relação entre justiça e psiquiatria, que vinha se impondo a partir das exigências médico-periciais da psiquiatria forense na década de 1920. A Assistência a Psicopatas no Distrito Federal era mantida pela União por meio do Instituto de Psicopatologia (destinado à admissão de enfermos suspeitos de perturbação mental, do Hospital Nacional de Alienados), do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, das colônias especiais para homens e para mulheres, assim como dos asilos-colônias, para ébrios, epilépticos e atrasados mentais, que viessem a ser criados. Junto aos estabelecimentos, com verbas expressamente voltadas para esse fim, foram abertos serviços de assistência familiar, ambulatórios e serviços clínicos especialmente destinados à profilaxia das doenças mentais e nervosas, funcionando de acordo com instruções organizadas pelo diretor-geral e aprovadas pelo ministro da Justiça. Em 1927, foi criado também o Serviço de Assistência Social da Assistência a Psicopatas, encarregado de apurar dados relativos à saúde anterior dos pacientes recolhidos no Hospital Nacional de Alienados. Em 15 de agosto de 1932, foi criada a Seção de Genealogia e Estatística da Assistência a Psicopatas, sendo dela encarregado Cunha Lopes. Provisoriamente instalada, a seção iniciou seus serviços em dezembro de 1932, e, conforme registramos os Anais da Assistência a Psicopatas daquele mesmo ano, teria como suas atribuições realizar pesquisas genealógicas em todo o domínio da heredobiologia, visando principalmente aos familiares de

doentes mentais e de anormais psíquicos; ampliar essa atividade de investigação a todos os estabelecimentos de assistência psiquiátrica, médico-legal e de repressão criminal do Distrito Federal; levantar estatísticas das causas da anormalidade psíquica, doença mental e criminalidade; e estabelecer normas propícias ao desenvolvimento de caracteres sadios e à regeneração da prole. A Assistência a Psicopatas manteve como órgão de divulgação os *Anais da Assistência a Psicopatas*, com o objetivo de divulgar material didático sobre os insanos e neuropatas recolhidos às instituições a ela vinculadas. Editado anualmente pela Imprensa Nacional, seu primeiro número, de 1932, publicou as atividades da instituição relativas ao ano de 1931. O diretor geral do serviço, Waldemiro Pires, era também membro da comissão organizadora da publicação, composta ainda por Hélion Povoa e I. Costa Rodrigues. Foram encontrados os volumes editados em 1932, 1936, 1939 e 1941. O volume de 1939, segundo a própria publicação, divulgava as atividades do ano de 1937, devido à reorganização dos diversos serviços do Ministério da Educação e Saúde, a partir daquele ano, ocasionando a transferência das oficinas gráficas da Saúde Pública para o Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. Assim, apenas em fins de 1939, por iniciativa de Adauto Botelho, foi publicado o exemplar correspondente às atividades de 1937. No ano de 1941 foi lançado o número correspondente às atividades de 1939 e 1940. A extinção da Assistência a Psicopatas ocorreu em 2 de abril de 1941, por meio do Decreto 3.171, que a substituiu pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), dirigido por Adauto Botelho.

Referências

ANAIS DA ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932 e 1936.

ANAIS DA ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

ANAIS DA ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1939.

ARQUIVOS do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1943.

BRASIL. **Decreto 5.148-A de 10/01/1927**. Reorganiza a Assistência a Psychopatas no Distrito Federal. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 15 dez. 2007.

BRASIL. **Decreto 17.805 de 23/05/1927**. Cria a Assistencia a Psychopatas. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 15 dez. 2007.

BRASIL. **Decreto-lei 3.171 de 02/04/1941.** Cria o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM). Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>. Acesso em: 15 dez. 2007.

DELGADO, P. G. G. **As razões da tutela**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1992.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. (Coleção Loucura & Civilização.)

TEIXEIRA, M. O. "Nascimento da Psiquiatria no Brasil". **Cadernos do IPUB**, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria da UFRJ, n. 8, 1997.

Ana Teresa A. Venancio

■ Associação Baiana de Psicólogos (ABAP) – 1974-19??

Criada em meados da década de 1970 – o ano de registro em cartório é 1974, porém o estatuto da associação foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 9 de maio de 1972 –, com o objetivo principal de congregar institucionalmente o grupo de psicólogos que se formava em Salvador e proporcionar à categoria fundamentação teórica e científica, uma vez que somente em 1968 foi criado o Curso de Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estes profissionais psicólogos, que permitiram o avanço da psicologia no estado na época, eram formados em filosofia, medicina ou pedagogia. Não possuíam ainda a for-

mação especializada para exercerem a profissão de psicólogos, mas confirmaram o exercício profissional e obtiveram, do MEC, registros que autorizavam o exercício da profissão de acordo com a Lei 4.119/62. A ABAP originalmente foi uma associação profissional que assegurou um espaço para encontros e discussões sobre a profissão e também viabilizou seu reconhecimento, na medida em que atendeu ao dispositivo do Ministério do Trabalho que exigia a organização de uma associação profissional como condição para a criação do sindicato de psicólogos. Ao mesmo tempo, pode-se considerar a ABAP uma associação científica, pois seus membros trouxeram para a Bahia novos conhecimentos. Esta associação, juridicamente, constituiu uma entidade de caráter civil de direito privado, por representar uma determinada categoria profissional. Era mantida pelos próprios profissionais, por meio de uma mensalidade, e sua administração era realizada pelos seguintes órgãos: assembleia geral, conselho deliberativo e diretoria. Esta última foi exercida (na primeira gestão) por: presidente, Antonio Rodrigues Soares; vice-presidente, Eglê Vieira Duarte; primeiro secretário, Ana Maria Rocha da Silva; segundo secretário, Noemia Carvalho Miranda; primeiro tesoureiro, Maria das Graças Costa Belov; segundo tesoureiro, Giscele Mattos. Estes dirigentes tornaram-se personagens relevantes para a sustentação da associação. A comissão de finanças era composta por: Amauri Pina, Maria Fernandes de Souza, Eduardo Messena e José Carlos Tourinho e Silva. Já a comissão científica e de defesa profissional tinha como membros: Mercedes Cunha, Urania Maria Tourinho Perez, Aida Pustilnik de A. Vieira e Ruth Brasil Mesquita. Por fim, dos nomes já citados acima, na redação havia Aida Pustilnik de A.Vieira, Ruth Brasil Mesquita e Urania Maria Tourinho Perez. Além dos objetivos já citados, a ABAP teve outras finalidades previstas em seu estatuto, tais como: unificar os psicólogos em atividade no estado; incentivar o progresso e o desenvolvimento da psicologia; zelar pelo exercício da especialidade; organizar e promover congressos, simpósios e reuniões científicas periódicas; analisar os problemas específicos no estado, bem como sugerir diretrizes e apresentar sugestões ao setor da sua administração; atuar junto aos poderes públicos, visando ao aperfeiçoamento do ensino da especialidade e à defesa dos interesses profissionais da classe; assessorar os órgãos de pesquisa e educacionais, quando for para isto solicitada; articular-se com as demais entidades/associações, quando for para isto solicitada; articular-se com as demais sociedades congênitas dos outros estados e países; promover a publicação e divulgação dos assuntos de interesse da classe. Portanto, a ABAP teve o propósito de congregar os psicólogos que estavam em atividade na Bahia. A criação da instituição contribuiu para que a psicologia do estado prosperasse e a categoria profissional alcançasse representatividade social. Após esse processo de desenvolvimento da profissão – por meio do suporte fornecido pela ABAP – implantou-se o Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região, que assumiu o papel até então desempenhado pela associação.

Referências

BELOV, M. das G. C. **Entrevista concedida a Mab Amália Alencar Sacramento de Souza**. Salvador, ago. 2007.

BAHIA. Cartório de Registro de Títulos e Documentos. **Certidão de Registro da Associação Baiana de Psicólogos (ABAP)**. Arquivos do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos. n. 3.018 do Livro A/28. Código do Ato: 24.015. Salvador, set. 2007.

DUARTE, E. V. **Entrevista concedida a Mab Amália Alencar Sacramento de Souza**. Salvador, jul. 2007.

BAHIA. Associação Baiana de Psicólogos (ABAP). **Estatuto da ABAP**. Diário Oficial do Estado. Salvador, 9 maio 1972.

Mab Amália Alencar Sacramento de Souza

■ Associação Baiana de Recuperação do Excepcional (ABRE) – 1974-

A ABRE localiza-se na rua Raul Leite, 93, Vila Laura, Matatu de Brotas, Salvador-BA e foi fundada em 12 de dezembro de 1974 por Maria José Lobo, Heraldo Cidade e Eduardo Sérgio Guimarães Teixeira da Silva, entre outros pais de pacientes. É uma instituição assisten-

cial, de natureza filantrópica que, em convênio com o SUS, fornece assistência ambulatorial e trabalhos multidisciplinares a crianças e adolescentes (até 15 anos) que apresentam dificuldades no aprendizado devido a distúrbios e/ou síndromes na área de saúde mental. Foi criada em função da carência de entidades para este fim no Estado da Bahia. A instituição tem por objetivo reabilitar, tratar, escolarizar, prestar assistência social, assim como defender a cidadania das pessoas com deficiências e/ou portadoras de necessidades educacionais especiais, promovendo sua inclusão social. Para tanto, conta com a atuação de profissionais nas áreas de psiquiatria, neurologia, psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. A instituição muda de dirigente a cada três anos. Em 2008 teve como presidente Letícia Cristiane Viana Castro e como superintendente Maria José Lobo. Não existem publicações institucionais, entretanto, há vários eventos realizados, tais como: seminários de reabilitação, campanha no âmbito estadual contra o abuso sexual de portadores de deficiência, apresentação dos alunos dos cursos de teatro e dança, dentre outros. A diretoria da instituição é composta por um superintendente, um presidente, um diretor técnico, um diretor administrativo e coordenadores. A equipe técnica atual é composta por cinco médicos, duas terapeutas ocupacionais, quatro psicólogas, duas assistentes sociais, três fonoaudiólogas, quatro auxiliares de enfermagem, 13 reabilitadoras, uma coordenadora pedagógica, uma instrutora de artes. A instituição ocupa subsolo, solo e primeiro andar de um edifício. No solo há uma recepção para os pais das crianças, uma área ampla, uma secretaria/arquivo, um sanitário para os pais, três salas de reabilitação, uma sala de oficinas, uma sala para atendimento psicológico, uma cozinha, uma despensa e uma área verde inutilizada. No subsolo, uma recepção, um banheiro, um quarto para os vigilantes noturnos e três salas de reabilitação. No primeiro andar está a recepção para atendimento ambulatorial e assistência médica, um consultório de terapia ocupacional, um banheiro, um consultório médico, dois banheiros (um para a equipe profissional e outro para os pacientes), salas para coordenação, para diretoria médica, de jogos cognitivos e atividades da vida diária (AVD), de arquivos, de eletroencefalograma, médica, de psicopedagogia, de fonoaudiologia, de terapia ocupacional, de atendimento psicológico e duas de reabilitação. As atividades desenvolvidas pelas psicólogas, incluem avaliações psicológicas, que se caracterizam como um processo de investigação da demanda para acompanhamento psicológico, por meio de entrevista com os responsáveis e com as crianças, bem como aplicação de testes psicológicos. Se o paciente encontra-se no perfil de atendimento da clínica, é inserido em grupos terapêuticos, atendimento individual e/ou suporte terapêutico às famílias. Os grupos terapêuticos se constituem de cinco a 10 crianças e ocorrem uma vez por semana, com duração de quarenta minutos. Os atendimentos individuais acontecem também uma vez por semana, com duração de trinta minutos. Os suportes terapêuticos familiares ocorrem mensalmente e/ou quinzenalmente, de acordo com as necessidades dos pacientes. Casos que requerem terapia familiar e/ou individual dos responsáveis pelas crianças são encaminhados para instituições que realizam esse tipo de trabalho. Os atendimentos semanais são registrados em fichas de evolução, sendo anexados aos prontuários, juntamente com os relatórios elaborados trimestralmente e que são supervisionados pela diretoria médica. Segundo as psicólogas desta instituição, o trabalho realizado é de fundamental importância para o sucesso do projeto de inclusão social de acordo com a Lei Federal 7.853, de 24/10/1989. Consideram também de grande importância a divulgação do trabalho dos psicólogos em equipes multidisciplinares e no contexto do SUS, bem como as limitações e possibilidades terapêuticas dentro das instituições. Cumpre observar que a ABRE, tal como o Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia e o Instituto Guanabara, têm em comum a mesma superintendente, Maria José Calheira Lobo Teixeira da Silva.

Referência

SILVA, M. J. C. L. T.; CASAS, D. S. **Entrevista concedida a Gabriela Neiva Orrico**. Salvador, 11 e 16 jun. 2008.

Gabriela Neiva Orrico

■ Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC) – 1981-1986

Associação de Modificação do Comportamento (AMC) – 1974-1980

Depois da criação dos primeiros cursos de Análise do Comportamento no Brasil, com a consequente formação de profissionais pós-graduados voltados para essa abordagem, era necessária uma organização em torno de temas científicos. A criação da Associação de Modificação de Comportamento (AMC), em 1974, visava tornar possível o aprofundamento e a atualização dos conhecimentos até então obtidos, a difusão da prática dos profissionais da abordagem, bem como a criação de publicações que tornassem perenes os avanços alcançados. A AMC foi substituída em 1981 pela Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC), por sugestão e orientação de Carolina Martuscelli Bori, que, empenhada em dar força política à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), insistia que as associações científicas no Brasil contivessem o adjetivo brasileira em seus nomes. Dados os movimentos já observados internamente dos profissionais, que viam a análise do comportamento de uma maneira mais ampla do que propunha a modificação do comportamento enquanto técnica de atuação, e as sugestões de Carolina Bori, uma assembleia de sócios aceitou a mudança do nome e do estatuto. A ABAC, como a AMC antes dela, foi uma sociedade científica mantida por sócios, profissionais e estudantes por meio de contribuições anuais. Tinha por objetivos reunir estudiosos da área em torno de atividades científicas – encontros, minicongressos e publicações especializadas. Foram fundadores da AMC: Luiz Otávio Seixas Queiroz, Garry Martin, Hélio José Guilhardi e Carolina Martuscelli Bori. E foram seus presidentes – quando se chamava AMC: Luiz Otávio Seixas Queiroz, Garry Martin, Hélio José Guilhardi; quando ABAC: Maria Lucia Dantas Ferrara, Luiz Carlos de Freitas, Maria Amélia Matos. A diretoria foi sempre exercida por um grupo que, além do presidente, tinha ainda vice-presidente, dois secretários, um comitê de cursos, um de publicações e um de ética. Eram sócios, essencialmente, professores e estudantes universitários e profissionais ligados à prática clínica e educacional, que utilizavam como ferramenta básica a análise do comportamento. As reuniões de diretoria ocorriam no Instituto de Psicologia da USP. Vários encontros científicos foram abrigados pela PUC-SP. Alguns encontros com convidados internacionais (Fred Keller, Jack Michael, entre outros) ocorreram em auditório da FAPESP e em hotéis na cidade de Campinas. Personagens relevantes para a Associação foram: Carolina Martuscelli Bori, Sergio Vasconcelos de Luna, Maria do Carmo Guedes, Rachel Rodrigues Kerbauy, Myrian de Oliveira Lima, Margarida Windholz, Maria Lucia Dantas Ferrara, Darcy Corazza, Lígia Maria de Castro Marcondes Machado, Maria Helena Leite Hunziker, Maria Martha Hubner, Ana Lucia Cortegoso, Sonia Beatriz Meyer, Olavo Galvão, João Cláudio Todorov, Marlise Aparecida Bassani, Roberto Alves Banaco, Hélia Utida, Raphael Cangelli Filho, Cristiano Nabuco, Denize Rozana Rubano, Mônica Tieppo Gianfaldoni, Roberta Gurgel Azzi, Regina Christina Wielenska, Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams, Maria Amália Andery, Fátima Regina Pires de Assis, Luiz Carlos de Freitas, Silvio Paulo Botomé e Tereza Maria Pires Sério. Duas publicações institucionais foram editadas ao longo de sua existência: a revista *Modificação do Comportamento*, por dois anos, quatro números, editada pela Hucitec, e os *Cadernos de Análise do Comportamento* (oito números entre 1976 e 1986). No período, muitos eventos foram organizados – alguns como atividades em eventos maiores como a SPRP e SBPC; outros como atividades que a associação fazia realizar em diferentes instituições, como PUC-SP e USP. A ABAC, como a AMC antes, foi importante por dar início à organização científica de analistas do comportamento no Brasil, e por ser responsável pela primeira publicação específica da área em língua portuguesa. Fortaleceu a então Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto – SPRP (atual Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP), bem como a área da Psicologia na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por meio de organização de eventos em encontros anuais dessas instituições. Na SBPC chegou a ser uma subá-

rea, tantos foram os trabalhos apresentados nos encontros científicos por ela organizados. Desde 1991 até hoje, os analistas do comportamento no Brasil têm na Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC) sua mais representativa organização nacional, destinada a congregar pessoas interessadas no desenvolvimento científico e tecnológico da terapia comportamental e cognitivo-comportamental, da medicina comportamental e da análise do comportamento. Filiada à Association for Behavior Analysis International (ABAI), a ABPMC tem hoje duas publicações regulares: a *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (iniciada em 1999) e uma coleção de livros com trabalhos apresentados nos Encontros anuais intitulada Sobre Comportamento e Cognição. Iniciada em 1996, esta coleção alcançou em 2007 um total de 20 volumes publicados.

Referências

MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO. São Paulo: AMC, 1974-1975.

LUNA, S. V. de. **Entrevista concedida a Roberto Alves Banaco**. São Paulo, ago. 2007.

HÜBNER, M. M. **Entrevista concedida a Roberto Alves Banaco**. São Paulo, ago. 2007.

GUILHARDI, H. J. **Entrevista concedida a Roberto Alves Banaco**. São Paulo, ago. 2007.

CADERNOS DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. São Paulo: AMC/ABAC, 1976-1986.

Roberto Alves Banaco

■ Associação Brasileira de Daseinsanalyse (ABD) – 1977-

Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial-Daseinsanalyse (ABATED) – 1974-1977

Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial (ABATE) – 1974

Fundada em janeiro de 1974, é associação profissional e de formação, com sede na rua Cristiano Viana, 172, São Paulo – SP (até 1981 a sede era na rua Bento Freitas). Foi gestada, em 1949, com a chegada em São Paulo do doutor Sólon Spanoudis, médico formado em Viena, grego de nascimento, que emigrara com seu irmão Theon Spanudis, quando este viera, a convite da Sociedade Brasileira de Psicanálise, como psicanalista didata. Em 1954, com o reconhecimento do diploma de médico do doutor Sólon Spanoudis, inicia-se seu trabalho como psiquiatra-psicoterapeuta, médico psiquiatra do Serviço de Higiene Mental do Estado de São Paulo, e a formação de grupos de estudos de psiquiatria existencial, juntamente com o doutor Edu Machado Gomes, psiquiatra e professor da Escola Paulista de Medicina, primeiro psiquiatra a se referir ao movimento existencial em psiquiatria no Brasil. A partir dos contatos pessoais do doutor Sólon com o doutor Medard Boss e das vindas deste ao Brasil, de 1970 até 1989 (última estada de Boss no Brasil), constitui-se o núcleo inicial que dá origem à Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial (ABATE) que, em maio de 1974, é reconhecida como a primeira associada da Internacionale Gessellschaft Für Daseinsanalyse de Zurich, Suíça. Na carta de aceitação e reconhecimento, o doutor Medard Boss dá seu integral apoio e estímulo à associação e sugere que em seu nome conste a palavra Daseinsanalyse, grafada no modo original para que, com os anos e os modismos incessantes, a própria origem desta associação não viesse a se perder. Assim, quatro meses depois de criada, a ABATE passou a chamar-se Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial-Daseinsanlyse (ABATED). Em 1977, seu nome é alterado ainda uma vez: Associação Brasileira de Daseinsanalyse (ABD), fortalecendo a vinculação ao pensamento e à obra de Martin Heidegger. O Estatuto registrado sob o n. 17.466 no 7º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital de São Paulo rege a associação como uma entidade privada sem fins lucrativos, com a finalidade de associação profissional e estudos em psicologia e psiquiatria. É uma sociedade mantida pelos associados com o objetivo de estudar e desenvolver o pensamento de Martin Heidegger e, desde 2002, formar psicoterapeutas daseinsanalistas. Foram seus fundadores: Sólon Spanoudis, Casimiro Angielczyk, Luis Antonio

Weinmann, David Cytrynowicz e João Augusto Pompéia, e seus dirigentes: Medard Boss (presidente de honra), Sólon Spanoudis (1974-1981), David Cytrynowicz (1981-1997) e Maria Beatriz Cytrynowicz (desde 1997). Sua publicação institucional é a *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*. A associação promove e participa de fóruns, congressos, encontros, com o objetivo de estudar, desenvolver, divulgar a daseinsanalyse e conhecer a originalidade, atualidade e o impacto do pensamento heideggeriano na psicologia, psiquiatria e psicopatologia. Promove cursos e grupos de estudo acerca do pensamento fenomenológico existencial e realiza traduções de obras ou artigos de interesse, supervisões clínicas, atendimentos psicoterápicos gratuitos voltados a quem não pode arcar com os custos deste atendimento. A daseinsanalyse como prática clínica de psiquiatria e psicologia está fundada na ontologia de Martin Heidegger, e tal posicionamento faz contraponto com as teorias psicológicas comprometidas com o modo de pensar metafísico, que propõe para a psicologia os modelos importados das ciências exatas e biológicas. A associação trabalha com contribuições de seus sócios efetivos e de outros colaboradores, reconhecidos por suas pesquisas e estudos, especialmente convidados para troca de informações, além de colaborar com a Associação Internacional. Conta com um grupo diretivo composto pelo presidente, tesoureiro, secretário, diretor científico, diretor de serviços e com seus membros associados. Promove encontros regulares e assembleias, conforme previsto na legislação em vigor. A ABD foi o primeiro grupo oficial de estudos e práticas clínicas de Daseinsanalyse no Brasil e na América Latina. Ao longo de sua história, vem colaborando com o desenvolvimento da psicologia brasileira, na medida em que agrega profissionais de psicologia e psiquiatria, colaborando com seu crescimento pessoal e profissional enquanto psicoterapeutas, assimilando e desenvolvendo informações empíricas de pesquisas em psicologia e medicina, bem como incorporando conhecimentos advindos da filosofia e de outros modos de expressão sensível do homem. Tudo isto para buscar compreender o homem e cuidar dos desafios da existência humana na sociedade contemporânea. A ABD veio ampliando seu quadro associativo e, em 2002, alterou seu estatuto para incluir a formação de terapeutas daseinsanalistas nos moldes da Associação Internacional. Criou então o Projeto Alcance que, sob supervisão dos membros efetivos da associação, oferece atendimento psicoterapêutico gratuito para segmentos da população que, por razões econômicas, a ele não teria acesso.

Referências

CYTRYNOWICZ, M. B. "Palestra: Um pouco de história". In: **30 anos da Criação da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**. São Paulo, 18 abr. 2004. Mimeo.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DASEINSANALYSE. São Paulo: ABD, 1976-2002.

Helio Roberto Deliberador

■ Associação Brasileira de Psicanálise (ABP) – 1967-

Fundada em 6 de maio de 1967, durante a I Jornada Brasileira de Psicanálise, realizada na Associação Paulista de Medicina (APM), em São Paulo. A ABP foi resultado da reunião de quatro sociedades componentes (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo – SBPSP, Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – SPRJ, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ e Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – SPPA), que são filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA). Foi dirigida inicialmente em 1967-1968 por Mário Martins e Roberto Pinto Ribeiro. Em 1969, foi eleito o primeiro conselho diretor, tendo como presidente Durval Marcondes. A primeira iniciativa mais importante da ABP foi a organização de Congressos Brasileiros de Psicanálise, a cada dois anos, que vêm sendo realizados ininterruptamente, sobre temas de repercussão científica, clínica e social. Além disso, a ABP propiciou a retomada, em 1967, da publicação da *Revista Brasileira de Psicanálise*, cuja primeira edição fora

lançada em 1927. Outra função importante da ABP é a publicação de Roster – relação de membros e candidatos, com endereço e telefone – dos psicanalistas formados por suas sociedades componentes. No entanto, o Roster demorou para ser publicado e atualizado de forma profissional. Começou, de forma artesanal, nos anos de 1970, por cada sociedade, e somente no final dos anos de 1980 ganhou um formato de publicação sistemática, reunindo todas as sociedades filiadas. Desde então, a cada dois anos, é lançada uma nova edição. A ABP tem ainda uma publicação informativa: o *ABP Notícias*. A ABP tem foro e sede na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontram os escritórios administrativos, os arquivos históricos etc. Esta decisão institucional foi fruto de um acordo entre as três sociedades mais influentes dos anos de 1960 e 1970, a sociedade de São Paulo e as duas sociedades do Rio de Janeiro. Enquanto o Rio de Janeiro ficou com a sede administrativa da ABP – funcionando na avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540, sala 704 – Rio de Janeiro, São Paulo ficou com a administração da *Revista Brasileira de Psicanálise*. Na gestão de Leopold Nosek, entre 1991 e 1993, houve uma profunda modificação institucional. Foi feita uma reformulação dos estatutos no que se refere à forma de gestão na ABP, alterando decisivamente seu funcionamento: descentralizando o poder do presidente e tomando decisões de forma coletiva, levando em consideração todas as sociedades componentes, independentemente de seu tamanho numérico ou sua influência política. Além disso, esta mudança de exercício de poder implicou participação efetiva dos membros de todas as sociedades filiadas por meio do voto direto para eleição das diretorias e, também, na realização dos Congressos Brasileiros de Psicanálise. No caso dos congressos, o sistema anterior baseava-se em um sistema de rodízio em que cada sociedade realizava o congresso e a ABP dava seu endosso. Há uma questão de caráter nacional que, em particular, deve ser destacada: a da profissionalização do psicanalista. Já no segundo número da *Revista Brasileira de Psicanálise*, Luiz de Almeida Prado Galvão escreveu um importante artigo sobre a nova profissão de psicanalista. Em particular, propôs a criação de uma Faculdade de Psicanálise, com duração de cinco anos, sem contar a análise didática que se iniciaria no quarto ano, sem data de término prefixada. Apesar de proposta no âmbito da ABP desde os anos de 1960, somente entre 1975 e 1979 a regulamentação da profissão de psicanalista foi apresentada ao Congresso Nacional em seis projetos, sem qualquer participação da ABP. A ABP teve um importante papel na argumentação contra todos estes projetos que, por não atenderem aos critérios de formação psicanalítica, acabaram sendo arquivados. A partir da gestão de Wilson Amendoeira (1999-2001), a ABP tem dedicado atenção especial a esta questão, reunindo-se com o fórum de instituições psicanalíticas no Brasil filiadas ou não à IPA. Hoje, a ABP é composta de cinco sociedades (acrescida a Sociedade Psicanalítica de Recife – SPR) mais três sociedades provisórias (Sociedade Psicanalítica de Pelotas – SPPel, Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre – SBP de PA e Sociedade Psicanalítica de Brasília – SPB) e três grupos de estudos psicanalíticos (de Ribeirão Preto, de Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro-3). Os grupos de estudos são uma etapa institucional prévia e aguardam reconhecimento como sociedade de psicanálise.

Referências

GALVÃO, L. A. P. "Sobre o exercício da psicanálise: uma nova profissão". **Revista Brasileira de Psicanálise,** v. 1, n. 2, p. 250-262, 1967.

LEVY, L. E. "ABP Perspectivas". **Revista Brasileira de Psicanálise,** v. 28, n. 3, p. 401-410, 1994.

NOSEK, L. **Álbum de família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

PERESTRELLO, M. **Encontros: Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PERESTRELLO, M. **História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Suas origens e fundação**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

SAGAWA, R. Y. **A construção local da Psicanálise**. Marília: Interior, 1996.

SAGAWA, R. Y. **Durval Marcondes**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Roberto Sagawa

■ Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABPS) – 1970-

A ABPS tem como objetivo principal a formação de psicodramatistas e a divulgação do psicodrama; presta serviços psicoterápicos à comunidade, desenvolve projetos sociais e educacionais. Foi fundada em 3 de dezembro de 1970 e continua desenvolvendo suas atividades até hoje. Atualmente está localizada na rua Eça de Queiroz, 220, Paraíso, São Paulo, SP. No contexto de sua criação está uma vivência realizada em fevereiro de 1968 pelo psicodramatista Jaime G. Rojas Bermudez, em São Paulo, na clínica de Oswaldo Di Loreto e Michael Schwazschild. Após a vivência, foi feita uma reunião entre os interessados em Psicodrama, no Hospital Público do Estado de São Paulo, que deu origem ao Grupo de Estudos de Psicodrama de São Paulo (GEPSP), filiado à Associação Argentina de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo, fundada por Jaime Bermudez. Maria Alícia Romana, também integrante do GEPSP, foi a iniciadora, em 1970, da prática do Psicodrama Pedagógico, atualmente denominado Psicodrama Socioeducacional, que ampliou a utilização do psicodrama para a educação, área social, organizacional e institucional. É autora de diversos livros e contribuiu na criação e execução de projetos sociais, educacionais e de formação de psicodramatistas na ABPS. O GEPSP organizou o V Congresso Internacional de Psicodrama e Sociodrama e o I Congresso Internacional de Comunidade Terapêutica em agosto de 1970, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), tendo como presidente Alfredo C. Soeiro. Após este evento, Alfredo C. Soeiro, Íris S. Azevedo e José M. D'Alessandro, que integravam a coordenação do GEPSP e contribuíram para a organização do Congresso, fundaram a ABPS, visando, conforme a ata de fundação, formar psicodramatistas e difundir o psicodrama pela organização de atividades, publicações científicas e promoção do intercâmbio científico com entidades congêneres nacionais e internacionais. De acordo com seu estatuto atual, a ABPS é pessoa jurídica de direito privado, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, e se mantém basicamente pelas mensalidades dos cursos de formação em psicodrama, tendo como objetivos: organizar cursos, conferências, seminários, congressos, dentre outros relacionados com sua finalidade, difundindo o psicodrama e o sociodrama; promover a publicação de trabalhos; manter biblioteca e arquivos especializados relacionados direta ou indiretamente com sua área de atuação; promover o intercâmbio e participar de atividades com entidades afins; treinar e aperfeiçoar profissionais e alunos filiados à ABPS; prestar atendimento psicoterápico à comunidade e assessoria na área de recursos humanos, mediante convênio com empresas, escolas e instituições. Foram seus fundadores, conforme ata de fundação, Íris Azevedo, José D'Alessandro, Alfredo Soeiro, Sonia Pedrosa, Bernardo Ackermann, Lucia Ackermann, Maria José Oliveira, Maria Tereza Soeiro, Maria Apparecida Stefanini, Maria Dolores Verri, Regina Monteiro, Fantina Duarte, Ivete Coutinho, Márcia Zanetti, Maria Lucia D'Alessandro, Elizabeth Soeiro, Célia Florence, Annita Malufe e Amarylis Pontedeiro. José D'Alessandro, em 1975, criou a Biblioteca e o Instituto da ABPS, departamento responsável até hoje pela prestação de atendimentos à comunidade, e que atualmente também oferece trabalhos na área socioeducacional. Foi idealizador e diretor da Trupe de Teatro Espontâneo da ABPS, chamada D'Aletribodrama. Compôs o corpo docente até seu falecimento, em agosto de 2004. Consta nos arquivos da ABPS a publicação de dois jornais: *ABPS Hoje*, no período de 1978 e 1979, e *O Protagonista*, com seis edições no período de 1997 a 2001. A ABPS promove eventos científico-culturais, como palestras, vivências, *workshops*, sessões de teatro espontâneo e psicodrama público, dentre outros. Destacam-se: Encontro Além das Máscaras, 1991, realizado no SESC Pompeia, em comemoração aos 21 anos da fundação da ABPS; as Semanas Científicas Culturais, que acontecem anualmente desde 2001 em novembro e dezembro, por ocasião do aniversário da associação; as Jornadas da ABPS, que acontecem desde 1989, objetivando a apresentação das monografias dos alunos

e outros trabalhos de psicodramatistas, docentes e supervisores. Em seu calendário de eventos, integra ainda na sua programação atividades que acontecem nas últimas sextas-feiras do mês, além dos cursos de formação, extensão e núcleos de estudo e supervisão. A ABPS está organizada da seguinte forma: presidência; cinco diretorias: (Administração e Finanças, Eventos Culturais e Científicos, Comunicação e Divulgação, Ensino e Ciência e o Instituto Psicossocial e Educacional) e o conselho consultivo fiscal (composto por quatro sócios). Todos os cargos da diretoria são eleitos em assembleia geral. Nos cursos de formação, a ABPS atende profissionais graduados, que atuem nas áreas psicoterápica, educacional, social, organizacional e institucional. Por meio de seu instituto, oferece atendimento psicoterápico individual e grupal a todas as faixas etárias e desenvolve projetos educacionais e sociais para a comunidade, bem como para instituições. Seu corpo docente é formado por profissionais autônomos, em sua maioria graduados em psicologia e pedagogia, especializados em diversas áreas de atuação. Conta também com uma estagiária de psicologia que atua no instituto. As atividades acontecem em uma casa com 11 salas, que são utilizadas para as aulas e também para os atendimentos à comunidade e realização de estágios, biblioteca, secretaria e sala para o instituto e recepção. Além disso, existe uma área externa com palco coberto e uma área aberta para atividades sociais, totalizando aproximadamente 400 m^2. Desde sua fundação, a ABPS teve como dirigentes: Alfredo Correia Soeiro (1971-1972), Maria do Rosário B. de Carvalho (1973), José Manoel D'Alessandro (1974-1975), Luiz Manoel da Silva (1976), Amarilys Pontedeiro (1977-1980), Sergio Alves de Almeida (1981-1982), Maria Regina Volpe (1983-1984), Vera Lucia Capuano (1985-1986), Rosa Lídia P. Pontes (1987-1990), Antonio F. Pontes (1991-1992), Angela Marly De Luca (1993-1996), Madalena Cabral Rehder (1997-2000), Maria Aparecida Fernandes Martin (2001-2004), Gisele da Silva Baraldi (2005-2006) e Odaice Formagge Santos (2007-2008).

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA E SOCIODRAMA. Disponível em: <http://www.abps.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA E SOCIODRAMA. **Ata de Fundação**. São Paulo: ABPS, 1970.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA E SOCIODRAMA. **Documentos de divulgação do arquivo**. São Paulo: ABPS, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA E SOCIODRAMA. **Estatuto**. São Paulo: ABPS, 2005.

Maria Aparecida Fernandes Martin

■ Associação Brasileira de Psicologia (ABP) – 1978-1994 – 1999 (?)

Associação Brasileira de Psicólogos – 1954-1978

Fundada em outubro de 1954, em São Paulo, a partir da sugestão de Annita Marcondes Cabral, tendo em vista a criação do curso de Psicologia na USP nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Psicólogos teve uma destacada influência na história da psicologia no Brasil, em especial no contexto de regulamentação da profissão. A ideia inicial era agrupar um restrito grupo de psicólogos, com formação acadêmica, interessados na regulamentação da profissão no país. Dentre os fundadores, destacam-se Arrigo Angelini, Oswaldo de Barros Santos e outros como: Carolina Martuscelli Bori, Carlos Paes de Barros, Aniela Meyer Ginsberg, Odette Lourenção Van Kolck, Theodorus Van Kolck e Dante Moreira Leite. Já em fins dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, algumas associações e sociedades de psicologia se engajaram no debate de uma série de questões, pois alguns segmentos da sociedade brasileira entendiam que, no âmbito da psicoterapia, a psicologia deveria ser subordinada à medicina. Opinião, por exemplo, que era publicamente defendida por Nilton Campos, médico psiquiatra e professor de psicologia da

Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por conta de tais restrições, a primeira proposta de regulamentação da profissão de psicólogo, elaborada pela Associação Brasileira de Psicotécnica (depois, Associação Brasileira de Psicologia Aplicada – ABPA), em 1954, sofreu muitas objeções. Assim, a Associação Brasileira de Psicólogos, em conjunto com a Sociedade de Psicologia de São Paulo e professores da USP, elaborou, em 1958, um substitutivo ao projeto de regulamentação que tramitava na Câmara dos Deputados, acompanhado por justificativa redigida por Dante Moreira Leite. Desse substitutivo, que incluiu a expressão "solução de problemas de ajustamento" para designar a prática clínica, resultou a Lei 4.119 de 27/08/1962. A Associação Brasileira dos Psicólogos deu continuidade ao processo de regulamentação da profissão e, com base no documento preparado por Oswaldo de Barros Santos, iniciou ampla discussão para a elaboração do anteprojeto do Código de Ética Profissional. Tal documento foi discutido na assembleia geral dos sócios realizada em julho de 1964, por ocasião da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Ribeirão Preto – SP, e aprovado em 12 de julho de 1966 na assembleia geral realizada durante a XVIII Reunião da SBPC em Blumenau – SC. Nessa reunião houve a recomendação de que o código fosse adotado por todos os psicólogos e que, enquanto não se organizasse legalmente o Conselho de Psicólogos do Brasil, ou entidade congênere, caberia à Associação Brasileira de Psicólogos e às sociedades regionais de psicologia receber denúncias a respeito do exercício da profissão de psicólogo por pessoas sem o devido registro. Ainda com a perspectiva da regulamentação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, a Associação Brasileira dos Psicólogos promoveu três encontros nacionais. O I Encontro Nacional das Sociedades de Psicologia ocorreu em 13 e 14 de março de 1971, em São Paulo, tendo como temática a discussão de estratégias para a institucionalização dos órgãos reguladores da profissão. O II Encontro Nacional das Sociedades de Psicologia, realizado em 28 e 29 de janeiro de 1972 em Barbacena – MG, abordou temas como: a criação de uma entidade nacional que coordenasse as atividades das sociedades de psicologia; a definição do dia 27 de agosto como Dia do Psicólogo; a regulamentação da Lei 5.766 (20/12/1971), que criara o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais; e a discussão de questões de ordem prática referentes ao exercício da profissão, como por exemplo a aposentadoria. No III Encontro Nacional das Sociedades de Psicologia, realizado de 3 a 5 de junho de 1973 no Rio de Janeiro, as discussões enfatizaram a necessidade de realização de eleições para a diretoria do CFP e a questão da ética profissional. Em 20 de dezembro de 1973, representada por seus presidente e vice-presidente, respectivamente Odette Lourenção Van Kolck (que, na ocasião, foi eleita como membro suplente) e Theodorus Van Kolck, a Associação Brasileira de Psicólogos, por convocação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, participou da criação do CFP, assim como da eleição indireta para a primeira diretoria. Destaca-se que a atuação da Associação Brasileira de Psicólogos não se restringiu ao Brasil. No plano internacional, filiou-se à International Union of Psychological Sciences (IUPsy), representando essa organização no país. De fato, Aniela Meyer Ginsberg e Arrigo Angelini, no período de 1966 a 1972, representaram a Associação Brasileira de Psicólogos nos Congressos Internacionais de Psicologia organizados pela IUPsy. Além disso, a Associação participou da organização do XIV Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, realizado em São Paulo de 14 a 19 de abril de 1973. Na gestão de Mathilde Neder, que teve início em 1975, foi votada uma alteração do estatuto e aprovada a mudança de nome para ABP. Tal decisão implicou uma mudança estrutural expressiva, principalmente a partir de abril de 1978, quando essa nova ABP foi efetivamente organizada. Pretendia-se formar uma federação que englobasse as outras associações brasileiras de psicologia. Houve a adesão das sociedades de psicologia de São Paulo, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, da Sociedade Mineira de Psicologia e da Associação Brasi-

leira de Psicologia Aplicada. Posteriormente, o número de sociedades agregadas passou a seis, com a entrada da Sociedade de Psicologia de Mato Grosso do Sul. Todavia, essa associação entre as diferentes associações e sociedades não se desenvolveu muito. Em artigo publicado em fevereiro de 1990, Odette Lourenção Van Kolck já afirmava que a ABP estava atravessando período crítico. Alguns anos depois, Franco Lo Presti Seminerio, último presidente da ABP, encaminhou à Sociedade Brasileira de Psicologia de Ribeirão Preto (SBPRP) uma proposta de fusão e sucessão, o que levou a assembleia dos sócios dessa sociedade, por ocasião da XXIV Reunião Anual, em 1994, a aceitar a condição de depositária dos arquivos da Associação Brasileira de Psicologia, a fim de preservar sua importância e história. De qualquer forma, apesar da SBPRP ter incorporado a ABP em 1994, não é possível registrar com exatidão a data do fim da instituição, pois no currículo Lattes do professor Seminério consta sua condição de presidente reeleito da ABP em fins de 1999, o que sugere que a Associação tenha existido pelo menos até essa data.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA APLICADA. **40 anos de história**. Rio de Janeiro: ABPA, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. "A Psicologia no Brasil". **Psicologia, ciência e profissão.** Edição especial, dez. 1979.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO. **Uma profissão chamada Psicologia**. CRP-06, 20 anos. São Paulo, 1994.

CUNHA, W. H. **Entrevista com o professor Walter Hugo de Andrade Cunha**. Entrevistadores: Cesar Ades, Marina Massimi, Roberto de Andrade Martins. Campinas, maio 1990. Disponível em: <www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ewalter.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2006.

MATOS, M. A. "CAROLINA BORI: A Psicologia Brasileira como Missão". **Psicologia USP**. São Paulo, v. 9, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2007.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PESSOTTI, I. "Dados para uma História da Psicologia no Brasil". **Psicologia**, ano 1, n. 1, maio 1975.

PESSOTTI, I. "Notas para uma História da Psicologia no Brasil". In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro**. São Paulo: Edicon, 1988.

RUBIANO, M. R. B. **Apresentando a Sociedade Brasileira de Psicologia.** Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/historico2.asp>. Acesso em: 10 ago. 2007.

THEOPHILO, R. **Subsídios para a História da Psicologia do Brasil.** Disponível em: <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl4.htm>. Acesso em: 10 ago. 2007.

VAN KOLCK, O. L. "Visão histórica da Psicologia em São Paulo". **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 42, n. 1, p. 155-160, 1990.

WEIL, Pierre. **Manual de Psicologia Aplicada**. Disponível em: <http://www.pierreweil.pro.br/Livros/Portugues/manualdapsicologiaaplicada.htm>. Acesso em: 3 dez. 2006.

Alexandre de Carvalho Castro

Lucia Ghiringhello

■ Associação Brasileira de Psicologia (SBP) – 2005-

Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) – 1991-2005

Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP) – 1970-1991

Associação científica, com sede na rua Florêncio de Abreu, 681, sala 1.104, Ribeirão Preto-SP, a Sociedade Brasileira de Psicologia é sucessora legal da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, fundada no primeiro semestre de 1970. A instituição nasceu nas aulas de Ética do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, por movimento dos alunos, liderados por Ri-

cardo Gorayeb e estimulados pela professora Angela I. S. Rozestraten. Depois envolveu os docentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, na época Instituto Isolado da Secretaria da Educação e hoje na Universidade de São Paulo. Seu fechamento deu-se na Assembleia Geral de Sócios realizada em 24/10/1991, quando se deliberou transformá-la em Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), tornada então sua sucessora legal. Como a SPRP, a SBP é sociedade científica de caráter e direito públicos. Assim, em 2005, teve seu nome alterado para atender a disposições legais vigentes, passando a chamar-se Associação Brasileira de Psicologia, embora continue a usar SBP em seus eventos e publicações. A SPRP teve como mantenedores os sócios, que pagavam anuidade, e as contribuições de fundações e agências de fomento para a realização das reuniões científicas. E como objetivo, promover o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. A primeira diretoria da SPRP foi composta por Reinier Rozestraten (presidente), João Cláudio Todorov (1º vice-presidente de assuntos científicos), Angela Simões Rozestraten (2º vice-presidente de assuntos éticos), Ricardo Gorayeb (1º secretário), Zélia M. M. B. Alves (2º secretário), Lino de Macedo (1º tesoureiro) e Luiz Marcelino de Oliveira (2º tesoureiro). Quanto à SBP, teve na primeira diretoria: Carolina Martuscelli Bori (presidente), Reinier Rozestraten (1º vice-presidente), Luiz M. de Oliveira (secretário-geral), Deusy G. de Souza (1º secretário), Maria Amélia Mattos (2º secretário), Heloisa H. F. Rosa (1º tesoureiro) e Célia M. L. C. Zannon (2º tesoureiro). O principal evento promovido pela SPRP foi a Reunião Anual de Psicologia, realizada ininterruptamente de 1971 a 1991, congregando profissionais e estudantes de todo o país. Como publicação institucional editou os *Anais das Reuniões Anuais de Psicologia* regularmente desde o I Encontro em 1971. Foi regida por estatuto e regimento interno, que sofreram ligeiras modificações ao longo dos anos, até seu encerramento. Seu nível máximo de decisão era a Assembleia Geral de Sócios. Tinha uma diretoria executiva, com sete membros. Seu público-alvo eram os profissionais, professores e estudantes de Psicologia e ciências afins. Tinha como funcionários as secretárias e auxiliares, em geral alunos de psicologia, contratados para colaborar na realização de congressos. Iniciou suas ações sem sede própria, utilizando-se de uma caixa postal dos Correios e dos endereços de seus diretores para recebimento de correspondência e questões legais. Em 1984 adquiriu sede própria, onde funcionaram a secretaria e os arquivos da instituição. A SPRP teve representantes em diversas regiões do país e as chamadas "divisões", que agrupavam profissionais que atuavam na mesma área, entre elas: Divisão de Psicobiologia, Divisão de Psicologia do Desenvolvimento e Divisão de Modificação do Comportamento. Ressalta-se sua relevância para a emergência, institucionalização e expansão do campo da psicologia no Brasil, pois foi a primeira sociedade de psicologia no Brasil que teve efetiva ação nacional, suas reuniões anuais se constituíam em importante fórum para congregação de profissionais e estudantes. Na época de sua criação ainda não existia a legislação que autorizava o funcionamento dos conselhos de psicologia, e a 1ª vice-Presidência de assuntos éticos zelava pela ética no exercício profissional, até a criação dos conselhos. O fato de a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto constituir-se, na prática, numa sociedade científica de âmbito nacional levou naturalmente à sua transformação em Sociedade Brasileira de Psicologia, SBP, sua sucessora, mantendo-se a Reunião Anual de Psicologia, mas agora em diferente cidade a cada ano. A SBP mantém também a publicação de *Anais dos Encontros*, mas aproveitou os trabalhos apresentados a cada ano em duas publicações: os *Cadernos*, especialmente com debates metodológicos, e uma revista – *Temas em Psicologia*. Esta, entretanto, passou em 2003 a ser uma revista científica eletrônica semestral, aberta à submissão de artigos em fluxo contínuo, para avaliação cega por pareceristas. A SBP é entidade civil sem fins lucrativos e sem vinculações políticas, ideológicas ou religiosas, tendo sua sede física no mesmo endereço da antiga SPRP, na cidade de Ribeirão

Preto. Tem por finalidades: a) colaborar para o desenvolvimento científico e técnico do país; b) promover a pesquisa, o ensino e a aplicação da Psicologia, objetivando o bem-estar humano; c) promover e facilitar a cooperação entre pesquisadores, profissionais e estudantes de Psicologia e áreas afins; d) defender questões de política científica e programas de desenvolvimento científico e técnico que atendam aos reais interesses do país; e) defender os direitos dos que ensinam e pesquisam, e dos que trabalham na aplicação dos conhecimentos psicológicos; f) zelar pela ética nas atividades científicas. Para cumprir tais objetivos, a SBP realiza anualmente uma reunião de caráter científico, promove atividades científicas, culturais e de divulgação, e publica os anais das reuniões anuais, revistas de psicologia e outros periódicos e catálogos. Interage com outras associações científicas, formula propostas de políticas de desenvolvimento científico para a psicologia e representa a psicologia junto a agências de fomento e órgãos governamentais. Tem como fontes de recursos para sua manutenção: anuidades pagas pelos associados, valores recolhidos para inscrição nas reuniões anuais e outros eventos, patrocínio de empresas que façam divulgação durante os eventos promovidos e apoio recebido do poder público, como incentivo à realização de eventos científicos. Tem como órgão máximo de deliberação a Assembleia Geral de Associados. Tem ainda um conselho, constituído pelo presidente da associação, pelos ex-presidentes desde 1971, pelos associados honorários e por cinco membros eleitos entre os sócios; e uma diretoria, com sete membros: presidente, vice-Presidente, secretário-geral, dois secretários e dois tesoureiros.

Referências

GORAYEB, R. **Revista Ciência e Cultura**. História da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, v. 41, n. 910, p. 827-831, 1990.

ROZESTRATEN, R. J. A. (Org.). **Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia**. São Paulo: SBP, 1988.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Atas da Diretoria**. São Paulo: SBP, 2001-2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Estatuto da Sociedade Brasileira de Psicologia**. São Paulo: SBP, 1991.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Programas e comunicações científicas das Reuniões Anuais**. São Paulo: SBP, 1991-2004.

SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. **Atas da Diretoria**. Ribeirão Preto/SP: SPRP, 1970-2001.

SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. **Programas e resumos das Reuniões Anuais e Anais das Reuniões Anuais**. Ribeirão Preto/SP: SPRP, 1971-1991.

Ricardo Gorayeb

■ Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA) – 1993-

Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA) – 1959-1993

Associação Brasileira de Psicotécnica – 1949-1959

A criação da Associação Brasileira de Psicotécnica, em 2 de setembro de 1949, no Rio de Janeiro, ocorreu num momento em que a psicologia começava a ser valorizada como instrumento para melhor formação de mão de obra qualificada para a indústria. Nesse contexto do início da industrialização no Brasil, os testes psicotécnicos gozavam de grande prestígio como elemento de avaliação de inteligência e aptidão profissional. Por intermédio de Emilio Mira y López, seu primeiro secretário-geral (1949 a 1964), a instituição logo se filiou à Associação Internacional de Psicotécnica, desenvolvendo as primeiras atividades voltadas para o estudo da seleção de motoristas e o diálogo com o Congresso Nacional Brasileiro sobre projetos que diziam respeito à psicotécnica. A atuação de Mira y López junto à Associação Brasileira de Psicotécnica, aliás, exemplifica o quanto essa instituição esteve

imbricada ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), pois Mira era diretor deste, o que implicava o intercâmbio permanente de ideias, principalmente porque as mesmas pessoas eram integrantes de ambas as entidades. Desde seus primórdios, então, sob a influência do ISOP, a Associação Brasileira de Psicotécnica estabeleceu como objetivo a luta pela regulamentação da profissão de psicólogo. Nesse sentido, elaborou um minucioso anteprojeto de lei – estabelecendo a formação regular do profissional – acompanhado de um memorial que ressaltava a importância da atuação da psicologia aplicada nos âmbitos da escola, da clínica e do trabalho. Esse material, tido como a primeira proposta para regulamentar a profissão, foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) em novembro de 1953, reencaminhado com pequenas mudanças em 1957 (quando recebeu parecer favorável do Conselho Nacional de Educação) e enviado ao Legislativo em março de 1958. Em abril de 1959, a Associação Brasileira de Psicotécnica mudou seu nome para Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA), mas continuou a atuar segundo os mesmos propósitos, razão pela qual, em 1961, manteve contatos com outras associações, também pioneiras no movimento da psicologia no Brasil: a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos (dirigida então pela professora Carolina Martuscelli Bori). Estas duas instituições haviam apresentado um substitutivo ao Anteprojeto de Lei 3.825/1958 do MEC, que possibilitou a efetiva regulamentação da profissão de psicólogo, por meio da Lei 4.119 de 27/08/1962. As idas e vindas desses anteprojetos podem ser explicadas pelo fato de que a primeira proposta, apresentada no início dos anos de 1950, determinava como uma das atividades profissionais a atuação na área clínica. Como alguns segmentos do governo e da sociedade entendiam que o psicólogo deveria se limitar a ser um assistente técnico, tendo sua atuação supervisionada por um médico, estabeleceu-se um obstáculo que somente foi transposto com a proposta substitutiva das associações paulistas. Esta suprimiu o termo psicoterapia, concedendo ao psicólogo o direito de atuar na clínica dentro do que se convencionou chamar de solução de problemas de ajustamento. Após a promulgação da Lei 4.119/62, a ABPA persistiu no empenho de fiscalizar a prática profissional. Assim, encaminhou ao MEC, em 1966, outro anteprojeto de lei que visava, dessa vez, criar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, sendo uma das instituições que participou, com sugestões e propostas, do complexo processo de criação desses órgãos. Em virtude dessa ativa participação, o Ministério do Trabalho e Previdência Social convoca associações de psicólogos com personalidade jurídica própria, dentre elas a ABPA (representada por Clovis Stenzel e Franco Lo Presti Seminerio), a se reuniram para eleger, em 20 de dezembro de 1973, pelos votos de seus delegados, os membros efetivos e suplentes do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A sigla da instituição mudou no início dos anos de 1990, quando se verificou que ABPA já estava registrada por uma entidade de propaganda. A nova designação, ABRAPA, termo pelo qual a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada passou a ser conhecida, foi oficializada em 19 de maio de 1993 com o registro de seu estatuto, não estando, entretanto, relacionada a qualquer alteração de ordem política ou epistemológica, porque correspondia apenas à necessidade de atender a um aspecto legal. Em mais de meio século de história, a ABRAPA investiu na divulgação da psicologia aplicada, em diversos congressos, encontros e eventos, dentre os quais se destacam: I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica (1955); VI Congresso Interamericano de Psicologia (1959); I Seminário Brasileiro de Ergonomia (1974); I Encontro Nacional de Psicólogos (1977); e o V Seminário Anual Interdisciplinar (1999) – alusivo à comemoração dos seus 50 anos. No caso do Congresso da SIP realizado no Rio de Janeiro de 16 a 21 de agosto de 1959, merece destaque o fato de ter sido o primeiro realizado na América do Sul. Na ocasião, Lourenço Filho presidiu a comissão diretora dos traba-

lhos e, na solenidade de abertura, afirmou que os trabalhadores da psicologia nas Américas deveriam fazer de sua disciplina um instrumento útil ao desenvolvimento das nações, ao entendimento entre os homens, e, com isso, à conquista de melhores níveis de vida social. A associação criou duas publicações institucionais: o *Boletim da Associação Brasileira de Psicotécnica* (lançado em setembro de 1951) e *ABPA: Notas e Notícias* (lançado em março de 1972). A divulgação dos trabalhos científicos, no entanto, era feita revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, inicialmente lançada como *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* e posteriormente *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, publicação do ISOP criada em 1949, que atualmente é publicada pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além de Mira y López e Manoel Bergström Lourenço Filho (presidente de 1951 a 1964), vários outros nomes relevantes para a psicologia brasileira estiveram presentes na história da ABRAPA, como João Carlos Vital (diretor da Fundação Getúlio Vargas e o primeiro presidente, de 1949 a 1951), Antonio Gomes Penna (presidente de 1964 a 1966), Antonius Benkö (presidente de 1966 a 1968), Franco Lo Presti Seminerio (presidente de 1973 a 1979), Yonne Moniz Reis (presidente de 1979 a 1982) e Fany Malin Tchaicovsky (presidente de 1982 a 1998).

Referências

MALUF, M. R. "A Participação de Psicólogos Brasileiros na Sociedade Interamericana de Psicologia: Contribuições e Perspectivas". **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 323-332, 2004.

MOURA, M. L. S. **Entrevista concedida a Elizabeth da Silva de Alcântara**. Rio de Janeiro, 15 jun. 2007.

TCHAICOVSKY, F. M. Entrevista concedida a Elizabeth da Silva de Alcântara. Rio de Janeiro, 27 ago. 2007.

MATOS, M. A. "CAROLINA BORI: A Psicologia Brasileira como Missão". **Psicologia USP**. São Paulo, v. 9, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100009&lng=es &nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA APLICADA (ABPA). **40 anos de história**. Rio de Janeiro: ABPA, 1989.

THEOPHILO, R. **Subsídios para a história da Psicologia do Brasil.** Disponível em: <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl4.htm>. Acesso em: 10 ago. 2007.

Alexandre de Carvalho Castro

Elizabeth da Silva de Alcântara

■ Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) – 1980-

A insatisfação de um grupo de pesquisadores da América Latina propiciou discussões em congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) sobre a inadequação do modelo de psicologia social predominante em seus países e o reconhecimento da necessidade de mudanças teóricas, metodológicas e na prática da psicologia. Em 1979, o grupo brasileiro, liderado por Sílvia Lane, esteve reunido durante a realização do seminário Psicologia Social e Problemas Urbanos, ocorrido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para o qual foi convidado Aroldo Rodrigues, então presidente da Associação Latino-americana de Psicologia Social (ALAPSO). Os presentes consideraram necessário criar uma associação que representasse os pesquisadores brasileiros na ALAPSO e em outras associações internacionais. Constituiu-se, assim, uma comissão provisória que, em reunião do grupo em 10 de julho de 1980, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), propôs a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Esta é uma associação científica, civil, sem fins lucrativos e sediada juridicamente em São Paulo, criada com os objeti-

vos de: a) garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da psicologia social; b) propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da psicologia social; c) organizar conferências e cursos e promover a publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da psicologia social. Sua estrutura organizativa é formada por uma diretoria nacional – localizada normalmente na instituição do presidente —, pelas vice-presidências regionais e pelas coordenadorias dos núcleos, todos eleitos durante as assembleias gerais da associação. Existem três categorias de associados: fundadores, titulares e estudantes. A diretoria inicial provisória, com o mandato de um ano, foi composta por: Marília de Oswald de Andrade, Silvia Tatiana Maurer Lane, Roberto Malufe, Bronia Liebesny e Wanderley Codo. Foram ainda indicados os seguintes representantes regionais: Dirceu Pinto Malheiros (Nordeste), Georgina Silva (Minas Gerais), Marcos G. Araújo (Santa Catarina), Julio Figueiredo (Rio de Janeiro), conforme a ata de fundação da associação. As primeiras presidências (Sílvia Maurer Lane, 1981- 1983 e Ângela Maria Caniato, 1983-1987) buscaram desenvolver características próprias à psicologia social no Brasil. Entendia-se que estas versariam sobre aspectos psicossociais da população brasileira, em uma perspectiva crítica e transformadora, e levariam ao aprofundamento de métodos de intervenção psicossocial comprometidos com a emancipação e autonomia das camadas sociais menos favorecidas. Essa proposta atraiu muitos psicólogos profissionais e principalmente professores universitários, não só de Psicologia, mas também de outras áreas engajados na crítica à desigualdade social no Brasil. Entretanto, a ABRAPSO ainda era uma associação quase que exclusivamente do Sudeste e do Sul. Nos anos 80, houve uma tentativa de ampliar o número de associados e de integrar à associação pessoas comprometidas com as propostas da ABRAPSO em diversas regiões do país. Essa integração progressiva tornou a ABRAPSO uma associação efetivamente nacional, com uma rede dinâmica de seções regionais. Ao longo dos anos de 1990, muitos abrapsianos se engajaram na institucionalização de diversos programas de pós-graduação relacionados à psicologia social e fortaleceram a presença das propostas da ABRAPSO na produção científica brasileira na área. Por outro lado, seus objetivos sofreram algumas alterações nos seus quatro sucessivos estatutos. O primeiro deles, datado de 1981, foi aprovado em Salvador (Bahia), durante a 33ª Reunião Anual da SBPC, o segundo em 1986 durante a 38ª Reunião Anual da SBPC realizada em Curitiba (Paraná), o terceiro em 1995, durante o VIII Encontro Nacional de Psicologia Social realizado em Fortaleza (Ceará) e o estatuto atual foi aprovado em assembleia geral extraordinária, ocorrida na UERJ, em 2006. Este não propôs maiores modificações ao Estatuto, antes, objetivou adaptá-lo à legislação vigente, facilitar o processo de aprovação de novo Estatuto e ordenar de forma mais adequada seus diferentes temas. De acordo com ele (e, portanto, com o de 1995), são finalidades da ABRAPSO: a) congregar pessoas que se interessam pelo desenvolvimento da psicologia social no Brasil; b) garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da psicologia em uma perspectiva social no Brasil; c) propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da psicologia social; d) promover a integração da psicologia com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica; e) incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário. Com eleições a cada dois anos, a ABRAPSO teve entre suas direções — nacionais, regionais e de núcleos — pessoas comprometidas com a psicologia social brasileira. Atualmente, ocupa-se de sua capilarização, entendendo que as propostas abrapsianas devem vir da base dos interessados em psicologia social que, portanto, devem estar presentes em núcleos. Neste sentido, dedica-se prioritariamente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde seu funcionamento ainda

era restrito a poucas pessoas. Seu público-alvo é constituído por professores, pesquisadores, profissionais, estudantes e trabalhadores sociais interessados na promoção da psicologia social no Brasil, caracterizando-se por ser uma perspectiva em psicologia em que múltiplos olhares voltados para o "social" são aceitos, buscando-se que permaneçam em constante diálogo. A associação é mantida pelas anuidades dos sócios, pela venda de seu periódico — que é gratuito aos sócios — e pelo que arrecada em seus eventos. Além do periódico *Psicologia & Sociedade*, publicação quadrimestral disponível na base SciELO e bem avaliada pela CAPES desde o período em que Cleci Maraschin, da UFRGS, foi sua editora, a ABRAPSO também publica livros, anais de seus eventos científicos nacionais e regionais e boletins informativos, sendo anais e boletins ultimamente divulgados em seu *site*, www.abrapso.org.br. Os Encontros Nacionais de Psicologia Social, realizados a cada dois anos, são o principal evento científico que a Associação promove e são coordenados pela diretoria nacional. Além disto, a ABRAPSO apoia eventos de entidades afins bem como os de seus núcleos e regionais, e alguns destes promovem regularmente encontros desde sua criação. No XIV Encontro Nacional, ocorrido no Rio de Janeiro em 2007, foram premiados os melhores trabalhos em psicologia social, tanto artigos de graduação quanto dissertações e teses, estas últimas sendo publicadas numa coleção intitulada Prêmio Abrapso.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL. **Ata da reunião de fundação da ABRAPSO.** Rio de Janeiro: UERJ, 1980.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL. **Estatuto da ABRAPSO**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BOMFIM, E. M. et al. ABRAPSO: 25 anos de uma histórica construção psicossocial. **Psicologia e Sociedade** (no prelo).

Ana Maria Jacó-Vilela

■ Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG) – 2002-

Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo (ABPAG) – 1963-2002

Fundada em 1963, durante a II Jornada Brasileira de Psicoterapia de Grupo, em São Paulo, é entidade sem fins lucrativos, da iniciativa privada, com autonomia administrativa e financeira, segundo seus estatutos datados de 31 de outubro de 1987. É uma associação nacional de sociedades e centros de estudos sobre os processos psicológicos em grupos, psicoterápicos ou não. Tem sede itinerante, que muda a cada dois anos, de acordo com a unidade da federação em que reside o presidente da associação. Até o dia 8 de junho de 2002 chamava-se ABPAG e tinha por objetivo congregar as sociedades de psicoterapia analítica de grupos do Brasil. Por decisão tomada em assembleia, sob a primeira gestão de Jair Franklin de Oliveira (2000-2001), seu nome foi mudado para ABPG, em função da alteração de objetivos, visto que passou a congregar todos aqueles que trabalham com grupos, sejam de fundamentação psicanalítica ou outra orientação teórica. A ideia norteadora passou a ser fortalecer o movimento grupoterápico de uma maneira geral. Oriunda de um grupo de membros que, em sua maioria, fez formação grupoanalítica, análise pessoal em grupo, supervisão e curso teórico de orientação analítica, trabalhou com grupos analíticos em consultório, no serviço público, nas empresas e na educação, a ABPAG priorizava inicialmente o trabalho com orientação psicanalítica, o que lhe conferiu o nome. Tinha objetivos muito semelhantes aos que hoje possui a ABPG: estimular o intercâmbio científico entre as sociedades de psicoterapia de grupo no Brasil; promover e difundir a psicoterapia de grupo no Brasil, como método profilático e terapêutico; estimular a produção científica ligada à psicoterapia de grupo; promover a divulgação de trabalhos científicos ligados à psicoterapia de grupo por meio da publicação periódica de uma revista, a *Revista da ABPAG* (publicada em Ribeirão Preto, SP), sendo seu primeiro número datado de 1989. Sete números foram

editados com o nome da ABPAG e um com o nome da ABPG. A ABPG também veicula artigos *on-line* e planeja uma revista eletrônica. Congrega associações, tais como: Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa em Grupos (CEAPEG), RS; Sociedade Paulista de Psicoterapia Analítica de Grupo (SPPAG); Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME); Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP); Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de Campinas (SPAG Campinas); Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de São José do Rio Preto (SPAG Rio Preto); Centro de Estudos de Psicoterapia Analítica de Grupo de Franca SP (CEPAG Franca); Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de Pernambuco (SPAG PE); Centro de Estudos em Psicoterapia Analítica de Grupos do Pará (CEPAG Pará); Grupo de Psicoterapia de Juiz de Fora — Barbacena (GPA JF); Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (SPAG E. RIO); Sociedade de Psicanálise GRADIVA – RJ (SPAG RJ). E, já dentro dos novos estatutos da ABPG, Grupos de Florianópolis e Instituto Abuchaim – RS. A ABPG promove o Congresso Brasileiro de Psicoterapia de Grupo, que tem como um de seus objetivos a associação e troca entre as afiliadas. Embora a proposta fosse realizá-lo a cada dois anos, promovendo simultaneamente a eleição da nova diretoria, o encontro de âmbito nacional ocorreu em Gramado (1998), Rio de Janeiro (1999), Águas de Lindoia (2001) e Campinas (2002). Desde então, os encontros vêm rareando, tendo o último acontecido em 2007 em Porto Alegre, sede atual da instituição. Em 1991, realizou-se no Brasil o I Encontro Luso-Brasileiro, por iniciativa do NESME. Depois ocorreu o I Encontro Luso-Brasileiro de Saúde Mental, graças à Federação Latino-Americana de Psicoterapia Analítica de Grupo (FLAPAG). Assim, a ABPG, além do Congresso Brasileiro, passou a copromover o Congresso Luso-Brasileiro de Psicoterapia de Grupos, alternando a realização entre Brasil e Portugal. O evento de 2005 foi realizado em Portugal e o de 2007 em Porto Alegre, junto com o Congresso Brasileiro de Psicoterapia de Grupo promovido pela ABPG. Segundo informações colhidas em entrevista, a ABPG teve como presidente David Zimmermann, seguindo-se no cargo Luiz Alberto Py (1986-1987); Waldemar José Fernandes (1988-1989 e 1996-1997), em cuja primeira gestão se elaboraram estatutos, ata de fundação, regimentos, duas revistas, Jornada e Congresso e, na segunda, reorganizou-se a edição dos números 3, 4, 5 e 6 da *Revista da ABPAG*; Fernando Angerami (1990-1991); Jorge Luiz Veschi (1997-1998), com a edição do número sete da *Revista*; Luiz Querolim Neto (1999-2000); Jair Franklin de Oliveira Junior (2000-2001 e 2002-2004), com a edição da *Revista* número 8, criação do *site* da Associação e troca de nome para ABPG; Carla Penna (2004-2005) e Luiz Carlos Lafont Coronel (2006). Não há informações sobre as outras gestões ou precisão quanto a datas. A ABPG é mantida pelas sociedades a ela filiadas e pelos congressos promovidos. Ainda segundo informações colhidas em entrevistas com Waldemar J. Fernandes e Carla Penna, a ABPG vem perdendo força institucional.

Referências

PENNA, C. M. P. A. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2006.

FERNANDES, W. J. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 11 jun. 2006.

PY, L. A. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 11 jun. 2006.

RANGEL, V. **A psicoterapia de grupo com fundamentação psicanalítica — um rosto carioca**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Clínica.) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1966.

Vilma Rangel

■ Associação Brasileira para Superdotados (ABSD) – 1978-

A ABSD é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza técnico-científica, fundada no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1978. Tem como objetivos reunir esforços, realizar pesquisas e formar recursos humanos no to-

cante ao fenômeno da superdotação. O conceito de superdotado se aplica aos indivíduos que se situam acima da média das pessoas em relação a uma habilidade relevante. Sua criação foi uma proposta do professor João Bina Machado aos professores que, junto com ele, organizaram o II Seminário Nacional sobre Educação de Superdotados, realizado em 1976 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Departamento de Estudos Específicos da Faculdade de Educação, em parceria com o Ministério da Educação (MEC). A ABSD teve como primeiro diretor o próprio Machado, no período de 1979 a 1982, e funcionou durante grande parte de sua história no 12º andar da UERJ, alternando salas na Faculdade de Educação desta universidade até 2005. Os primeiros anos foram de planejamento e estruturação interna. A Associação nunca contratou funcionários, os serviços eram realizados por alunos de graduação, por participantes de cursos de extensão, por seu conselho técnico e por seus associados. A Associação se manteve com pequenos patrocínios, como a contribuição de sócios colaboradores e com recursos do MEC para viagens e realização de congressos. Ao longo de sua história, a ABSD realizou 11 seminários nacionais: São Paulo (1979), Porto Alegre (1981), Salvador (1983), Belo Horizonte (1985), Curitiba (1987), Belém (1989), Goiânia (1991), Vitória (1994), Rio de Janeiro (1996), Brasília (1998) e Porto Alegre (2000). Em cada estado em que realizou seminário, fundou uma secional da Associação. Por falta de recursos materiais, as secionais foram perdendo força até serem desativadas ou reformadas, dando origem a outras organizações. O vínculo da ABSD com a UERJ possibilitou a participação em diversos projetos e programas ligados às Sub-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão e Cultura. Durante a gestão da professora Marsyl Bukool Mettrau (1997 a 1999), a Associação atuou na criação do primeiro curso de especialização em Altas Habilidades do Brasil. As monografias do curso foram publicadas no boletim técnico-científico *PRÓ-PENSAR*, da própria ABSD. Ainda por sua vinculação à UERJ, a Associação realizou o Programa Experimental de Desenvolvimento Instrumental (PEDI) para atendimento de portador de altas habilidades (PAH), um projeto pioneiro no Brasil vigente entre 1983 e 1986. Seus efeitos de longo prazo foram avaliados por um *follow-up*, realizado entre 1997 e 2001. Um outro estudo longitudinal, chamado DESTAQUE, foi realizado por meio de um programa de atendimento a alunos com destaque acadêmico, tendo como objetivos registrar e documentar dados referentes à formação do indivíduo superdotado no Brasil, visando apoio à pesquisa científica do fenômeno. No esforço para suprir a demanda de serviços voltados aos PAHs, ao longo de sua história, a ABSD manteve um fórum com palestras sobre altas habilidades e inteligência, além de oficinas de orientação e atendimento às famílias. Tais ações buscavam promover uma melhor integração do superdotado à sociedade, bem como o desenvolvimento de seus talentos. Cabe registrar a falta de consenso teórico e a complexidade do tema. Em 1995 a nomenclatura superdotado foi substituída por portador de altas habilidades, por ser este termo menos gerador de preconceito e mitificação, segundo a visão de alguns membros da associação. A ABSD realizou diversas parcerias com escolas públicas e particulares. Na década de 1990, empreendeu consultoria e supervisão à Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro e ao Instituto Helena Antipoff. Também nesse período, realizou parceria com a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial do Ministério do Exército para o Projeto de Desenvolvimento de Potencialidades (PRODEP), ação de âmbito nacional realizada entre 1994 e 2003. O PRODEP consistia em acompanhar, por um período de dois anos, grupos de alunos na faixa etária de 12 a 15 anos, realizando um trabalho de educação metacognitiva, estímulo e reconhecimento, e de valorização de potenciais próprios e coletivos, desenvol-

vendo a criatividade, autoestima, autocompreensão e cooperação dos participantes. Em 2005, com a aposentadoria da professora Mettrau, a Associação deixou de ter sede na UERJ. A ABSD permaneceu sem atividades até 2007, quando iniciou o processo de sua reativação na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, coordenada pela própria Mettrau.

Referências

NOVAES MIRA, M. H. **Boletim histórico**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira para Superdotados, 1990.

PRÓ-PENSAR. **Boletim técnico-científico da ABSD**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira para Superdotados, 1998-2001.

Thiago Ferreira dos Santos
Marcelo de Almeida Ferreri

■ Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação – 1991

Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek — Fundação das Pioneiras Sociais – 1960-1991

Fundada em 1960, como Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek – Fundação das Pioneiras Sociais, em 1991 foi transformada em Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (Lei 8.246/91). A Rede Sarah, criada a partir da experiência desenvolvida no Centro, foi concebida com o objetivo de prestar assistência interdisciplinar pública em saúde na área da reabilitação e de desenvolver pesquisa, tecnologia e formação de recursos humanos. É composta por oito hospitais, um Centro Internacional em Neurociências e Reabilitação e um Centro de Formação e Pesquisa, com cursos de pós-graduação e extensão. Os cursos de pós-graduação são: Especialização em Ciência de Reabilitação; Especialização em Psicologia Cultural e Reabilitação Infantil; Mestrado Profissional em Ciências da Reabilitação; Mestrado Acadêmico em Neurociências e Reabilitação, e pesquisa sênior para doutorado e pós-doutorado de universidades públicas. Os cursos de extensão são, atualmente, em Psicologia Cultural e Reabilitação e em Interações, Desenvolvimento e Criatividade, ambos destinados a graduandos dos cursos de Psicologia e Artes. Possui um Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Hospitalares e Tecnologia (Equiphos-CTRS), que desenvolveu a cama-maca, utilizada em toda a rede. A instituição foi o primeiro hospital do Distrito Federal a incluir psicólogos na equipe, percorrendo, desde a década de 1970, os campos da psicologia da saúde, da psicologia clínica, da psicologia do desenvolvimento, da psicologia social e das neurociências. Foi também pioneira ao criar um programa de residência multiprofissional em saúde no início da década de 1980. A participação do psicólogo na equipe de reabilitação favorece o processo de enfrentamento da doença/deficiência e adesão ao tratamento, de reintegração social, com base no modelo de atenção integral à saúde. Além disso, facilita a atuação em equipe e o processo de comunicação entre paciente, família e equipe de reabilitação. O psicólogo tem contribuído na normatização e padronização de instrumentos de avaliação e reabilitação neuropsicológica. Com a expansão e o aumento de complexidade da Rede Sarah, a equipe de psicologia passou a atuar em todas as unidades hospitalares de desenvolvimento tecnológico, ensino e pesquisa. Essa equipe de psicólogos atua também na equipe interdisciplinar das áreas de reabilitação, neurociências, desenvolvimento tecnológico, bioengenharia, recursos humanos, pesquisa, formação de profissionais, ensino e orientação no programa de pós-graduação da Rede Sarah, além de realizar promoção científica por meio de visitas técnicas, participação em congressos, eventos, cursos, publicações nacionais e internacionais.

Lúcia Willadino Braga
Ligia Maria do Nascimento Souza

■ Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná – 1975-

Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná – 1958-1975

Fundada em 27 de junho de 1958 na cidade de Curitiba – Paraná por um grupo de senhoras da Liga Católica, liderado por Dalila de Castro Lacerda. Tinha como finalidade amparar menores considerados retardados e doentes mentais. Em 10 de abril de 1961, juntamente com a Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, fundou a Escola Mercedes Stresser, que tinha como objetivo dar atendimento ao excepcional deficiente mental treinável e educável. Foi denominada Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná em 18 de agosto de 1975, no entanto o que oficializou tal mudança foi a Lei 9.705, de 11/09/1991. É considerada entidade de utilidade pública municipal (Lei 3.434, de 30/12/1968), estadual (Lei 6.251, de 20/11/1971) e federal (Lei 96.747, de 21/09/1988), sem fins lucrativos. Possui uma diretoria composta por presidente, primeiro e segundo vice-presidentes, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, um conselho fiscal, além de profissionais especializados para as atividades desenvolvidas pela associação. O diretor atual é Quintiliano Machado Netto. A Associação é mantenedora da Escola Mercedes Stresser e promove ações necessárias para que esta se viabilize, se consolide e dê continuidade aos seus objetivos. Fica localizada na rua Augusto Stellfeld, 1.190, bairro Bigorrilho, Curitiba – PR. A instituição é a primeira a dar atendimento a pessoas com deficiência mental fora dos hospitais psiquiátricos no Estado do Paraná, por isso se constitui em um marco em termos do desenvolvimento da psicologia no estado. Atualmente conta com quatro psicólogos, que têm como atividades: a) avaliações; b) grupos de atendimento à sexualidade e de preparação para inserção no mercado de trabalho; c) expedição de laudos e encaminhamentos, sempre que necessário; d) atendimento aos alunos, famílias, professores e à comunidade, num sistema de rede.

Referências

CENTRO ESPECIALIZADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL MERCEDES STRESSER. **Administração**. Disponível em: <www.mercedesstresser.com.br/administracao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2007.

PARANÁ. **Diário Oficial do Estado,** 3.597. Lei 9.705/1991. Curitiba, 12 set. 1991.

Janira Siqueira Camargo

■ Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) – 1954-

Fundada no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954, por professores e pais preocupados com a educação das crianças que tivessem algum problema de adaptação à escola regular, destacando-se Beatrice Bemis e Helena Antipoff, dentre outras. A APAE é uma instituição assistencial destinada ao cuidado e educação de crianças excepcionais. O termo excepcional foi cunhado por Helena Antipoff, em 1934, para se referir àquelas crianças que apresentavam alguma diferença com relação à média. A escolha do termo se deve a, no começo do século XX, essas crianças serem chamadas por nomes pejorativos como anormais, imbecis, idiotas etc. Segundo o Estatuto da Federação Nacional das APAEs de 1962, considera-se excepcional a pessoa que desvia, para cima ou para baixo do nível médio dos indivíduos, em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a constituir um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento social. Em março de 1955, a Sociedade Pestalozzi do Brasil colocou à disposição parte de seu prédio, localizado na rua Visconde de Niterói, 1.450, bairro da Mangueira, Rio de Janeiro – RJ, para que ali se instalasse uma escola para crianças excepcionais. Esta foi a sede provisória da primeira unidade da APAE. Neste espaço foram instaladas duas classes especiais com cerca de vinte crianças em cada. A fundação da APAE ocorreu num momento

em que a preocupação com a educação dos excepcionais se fazia cada vez mais presente, não apenas pelo movimento de pais, professores, médicos e psicólogos, mas também nas políticas públicas. Desde sua criação, o objetivo da APAE é promover a educação e a inclusão social de crianças e jovens excepcionais. Para realizar tal intento, oferece aos alunos não apenas a educação formal, como a obtida em escolas regulares, mas também acompanhamento e atendimento médico, psicológico, fisioterapêutico, fonoaudiológico etc. Entre seus fundadores destacam-se Beatrice Bemis, Olívia Pereira, La-Fayette Cortes, Helena Antipoff, Helena Dias Pereira Carneiro e Alaíde Tibo. Beatrice Bemis, assim como Helena Antipoff, eram estrangeira. A primeira era procedente dos Estados Unidos, onde ajudara a fundar outras entidades semelhantes à APAE, além de ser membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança com síndrome de Down. Já Helena Antipoff era russa, tendo feito sua formação em Psicologia na Universidade de Genebra, trabalhado na Maison de Petits, onde fora assistente de Edouard Claparède. As APAEs se multiplicaram por todo o Brasil e, um tempo após sua criação, surgiu a necessidade de se criar uma federação que congregasse todas as unidades. Em 10 de novembro de 1962, foi criada a Federação Nacional das APAEs. Esta funcionou durante vários anos em São Paulo, no consultório do psiquiatra Stanislau Krynsky, sendo posteriormente transferida para Brasília – DF. O primeiro presidente da Federação foi Antonio Clemente Filho (1963-1965) seguido de Antonio Simão dos Santos Figueira (1965-1967), José Cândido Maes Borba (1967-1977), Justino Alves Pereira (1977-1981), Elpidío Araújo Neris (1981-1987), Nelson de Carvalho Seixas (1987-1991), Flávio José Arns (1991-1995), Eduardo Luiz Barbosa (1995-1999), Flávio José Arns (1999-2001), Luiz Alberto Silva (2001-2003, reeleito para gestão 2003-2005), Eduardo Luiz Barros Barbosa (2005-2007). A Federação Nacional das APAEs é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres. Caracteriza-se por promover a educação de excepcionais, que de outra forma estariam à margem do sistema educacional regular. É mantida por doações e por convênios com os governos municipais, estaduais e federal. No final de 1962, os dirigentes de 12 das 16 APAEs então existentes (Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda), participaram em São Paulo da primeira Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos, presidida pelo psiquiatra Stanislau Krynsky. Desta reunião participaram também familiares de excepcionais. Pela primeira vez no Brasil, as famílias puderam levar ao movimento suas experiências como pais e, em alguns casos, também como técnicos na área. Das publicações da APAE destacam-se a revista *Mensagem da APAE*, editada a partir de janeiro de 1963 (com periodicidade anual a partir de 2006), o *Boletim da Federação Nacional das APAEs*, publicado a partir de março do mesmo ano, com periodicidade mensal, e os *Anais* das reuniões nacionais dos dirigentes apaeanos, ocorridas a partir de junho de 1963. Além destas, há também a revista educativa *Amigos da APAE* e a revista *APAE Ciência*. Dentre os eventos promovidos pela instituição se encontra o Congresso Nacional das APAEs, que ocorre bienalmente em uma das unidades federativas, nos anos ímpares. Foi realizado pela primeira vez no Rio de Janeiro, no período de 11 a 13/07/1963. Até hoje totalizam-se 22 congressos realizados. Outros eventos são a Olimpíada Nacional, contando com 17 edições até 2004, e o Festival Nossa Arte, que teve sua quinta edição em 2003. Cada entidade da APAE, mesmo submetida à regra da federação, goza de um grau considerável de autonomia, com liberdade para realizar seus próprios empreendimentos e iniciativas. O espaço físico das APAEs varia de local para local. Suas instalações são semelhantes às de uma escola regular, com o acréscimo de salas onde se prestam os atendimentos de caráter clínico. Ao longo dos anos tornou-se uma das institui-

ções para educação de excepcionais de maior abrangência no Brasil. Além da Federação Nacional, a APAE contava em 2006 com 21 federações estaduais e com 202 conselhos regionais, responsáveis por tomar decisões e iniciativas referentes às regiões que estão sob sua gerência. Conta com aproximadamente 200 mil voluntários e 2 mil unidades presentes em municípios de todo o país, propiciando atendimento educacional a mais de 230 mil excepcionais. Desde sua criação, a APAE mantém com a psicologia um profícuo diálogo, de tal forma que a participação do psicólogo em seus quadros funcionais configura-se como indício do papel desta instituição para a regulamentação da profissão de psicólogo no país. Uma personagem importante na história da APAE foi a psicóloga russa Helena Antipoff. Ela considerava que somente um movimento social genuíno de pais e amigos teria fôlego e força para influenciar os governos e a sociedade em prol dos excepcionais. A APAE, ao longo dos mais de cinquenta anos de sua existência, criou escolas, centros de reabilitação, centros de profissionalização etc. Hoje luta em prol da inclusão, considerando que não é a pessoa excepcional que deve mudar para ser aceita, mas sim a sociedade que deve se adaptar para recebê-la. Alguns dos principais projetos da Federação Nacional das APAEs são: o Projeto Águia, que visa contribuir para a qualificação do atendimento à pessoa portadora de deficiência, assim como na melhoria da capacidade gerencial das unidades e instâncias do movimento, com programas de desenvolvimento técnico, institucional e gerencial; o APAE Educadora: A Escola que Buscamos, conjunto de ações pedagógicas e educacionais, tendo como ponto de partida a construção de uma escola que tenha compromisso social para com todas as pessoas portadoras de deficiência mental, dentro de uma perspectiva de escolarização para a vida, visa mostrar os caminhos que se devem seguir para garantir a independência, a autorrealização e o desenvolvimento pleno das potencialidades do portador de deficiência mental, sua felicidade, a participação da família/comunidade, assegurando o direito à educação de qualidade e ao trabalho, tendo como propósito a inclusão social; o Programa Nacional de Autossustentação, que é composto de campanhas e projetos, realizados pela Federação Nacional das APAEs, com a finalidade de gerar recursos financeiros; e o Programa Nacional de Proteção à Gestante-Pré-Natal, cujo objetivo fundamental é a redução da morbimortalidade materno-infantil e outros agravos que possam acometer mães e filhos, caracterizando-se como um programa preventivo.

Referências

ANTIPOFF, O. **Entrevista concedida a Sérgio Domingues**. Belo Horizonte, 16 ago. 2006.

ANTONINI, I. G.; LOURENÇO, E. "Ottilia Braga Antipoff". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

ASSISTÊNCIA ao excepcional. **Jornal Mensageiro Rural**. Belo Horizonte, ago. 1962. Suplemento, p. 3.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff**. Ibirité, n. 1, 1981. Disponível em: <www.camara.gov.br/eduardobarbosa/release%2086.htm>. Acesso em: 10 jun. 2006.

ESTATUTO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. São Paulo: [s.n.], jul. 1991.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br>. Acesso em: 22 set. 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Federação APAEs do Rio Grande do Sul, um pouco da história do movimento das APAEs**. Disponível em: <http://www.apaers.org.br/?mod=secoes&id=3943>. Acesso em: 10 jun. 2006.

SOUZA, I. M. "Helena Dias Pereira Carneiro". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

Sérgio Domingues

■ Associação de Psicodrama de São Paulo (SOPSP) – 2005-

Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP) – 1970-2005

Fundada em 15 de dezembro de 1970, em São Paulo-SP, a SOPSP é a mais antiga entidade ligada ao psicodrama que continua atuante dentro do movimento psicodramático brasileiro. A partir de 2005, atendendo ao novo Código Civil, teve que mudar o nome para Associação de Psicodrama de São Paulo, mas continua a usar a sigla que a tornou conhecida no país e no exterior. Com expressiva representatividade, a SOPSP, filiada à Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP), participa de todas as manifestações e atividades ligadas ao psicodrama dentro e fora do Brasil. Já formou centenas de psicodramatistas, entre psicólogos, médicos e outros profissionais da saúde e da educação. Publicou quatro números de *Psicodrama: Revista da Sociedade de Psicodrama de São Paulo*, três na década de 1970, um em 1992. Seus associados têm publicado inúmeros livros e artigos sobre psicodrama e psicologia. O SOPSP tem colaborado na organização dos Congressos Brasileiros de Psicodrama, do Congresso Ibero-americano de Psicodrama e do Congresso Internacional de Psicodrama de Grupo. Realiza diversos eventos: Jornadas Internas, Quartas em Ação e Cafés Psicodramáticos. Sua sede em São Paulo situa-se na rua Eça de Queiroz, 220. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, que tem por objetivos: promover e divulgar estudos e pesquisas para o desenvolvimento do psicodrama e áreas afins; promover o intercâmbio de experiências e o congraçamento entre os associados; promover a legitimação da pluralidade do pensamento e das formas de ação no âmbito do psicodrama; manter relações de intercâmbio com entidades congêneres, nacionais ou estrangeiras; promover a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da área por meio de vivências, maratonas, palestras e cursos; zelar pela qualidade crescente da prática psicodramática e pelo padrão ético dessa prática; divulgar junto à comunidade em geral o psicodrama e suas práticas; promover trabalhos nas áreas de saúde e educação da comunidade com vistas ao cultivo da ética e construção da cidadania. A SOPSP oferece cursos de introdução e de formação em Psicodrama, dirigidos a estudantes e profissionais das áreas da saúde, educação e outras, interessados no trabalho com pessoas e grupos na perspectiva da transformação pessoal-profissional. A formação em psicodrama pode ter o foco psicoterápico para médicos e psicólogos, ou o foco socioeducacional, para outros profissionais de nível superior que também trabalham ou estejam interessados em trabalhar com pessoas e grupos. São três os níveis de formação oferecidos. O nível I, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é oferecido como curso de pós-graduação lato sensu; ao concluir este curso, o profissional recebe o título de psicodramatista. O nível II é dirigido aos profissionais que concluíram o nível anterior, formando-os psicodramatistas didatas. O nível III é dirigido àqueles que concluíram o nível II e, ao término, o profissional recebe o título de psicodramatista didata supervisor. A Coordenação Pró-Educação Continuada (COPEC) é o órgão da SOPSP que, além do curso de Introdução ao Psicodrama e dos cursos de Formação em Psicodrama níveis II e III, organiza e oferece a todos os interessados eventos de educação continuada. O Centro de Atendimento em Psicodrama (CAPSI) é um outro órgão que cuida dos serviços prestados à população pelos seus associados, tanto em termos de assistência psicoterápica como socioeducacional e organizacional. O Centro de Estudos do Relacionamento (DAIMON) é um parceiro da SOPSP, em cuja sede também são realizados atos sociopsicodramáticos abertos à população. A estrutura político-administrativa da SOPSP é inspirada no modelo parlamentarista, no qual a diretoria executiva cuida de questões administrativas e a câmara de representantes avalia questões do âmbito político e da conformidade de projetos com os objetivos da Associação. Todos os associa-

dos em pleno gozo de seus direitos formam a assembleia geral. A diretoria executiva é composta por seis membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, diretor de comunicação e diretor suplente. A câmara de representantes é composta por 12 membros. O fundo social da SOPSP é constituído, basicamente, de contribuições periódicas dos sócios, de rendas provenientes de atividades sociais e de doações de seus associados. A lista de fundadores da SOPSP é extensa e consta em seu *site*. A lista de personagens importantes da SOPSP seria ainda maior, pois seus membros entendemos que, independentemente do tamanho da colaboração de cada associado, todos são corresponsáveis pela sua história, todos são coautores e codiretores de sua trajetória. No entanto, a título ilustrativo, apresentamos aqui apenas alguns associados que contribuíram e que continuam contribuindo, por exemplo, para a produção científica do psicodrama e da psicologia: Dalmiro Bustos, Antonio Carlos Cesarino, José Fonseca, Anibal Mezher, Miguel Perez Navarro, Sergio Perazzo, Wilson Castello de Almeida, Camilla Salles Gonçalves, Anna Maria Knobel, Içami Tiba, Mariângela Wechsler, Carlos Calvente, Rosa Cukier, Elizabeth Sene Costa, Marília Josefina Marino, Yvette Datner, Ronaldo Pamplona, Carlos Borba, entre outros. Também Zerka Moreno, psicodramatista, viúva de Jacob Levy Moreno, criador do Psicodrama, é sócia-honorária da SOPSP.

Referências

CESARINO, A. C. "Brasil 70 – Psicodrama Antes e Depois". In: ALMEIDA, W. C. (Org.). **Grupos: a proposta do psicodrama**. São Paulo: Ágora, 1999.

SOCIEDADE DE PSICODRAMA DE SÃO PAULO (SOPSP). **Ata de Assembleia Geral**. São Paulo: SOPSP, 15 dez. 1970.

SOCIEDADE DE PSICODRAMA DE SÃO PAULO (SOPSP). Disponível em: <http://www.sopsp.org.br/>. Acesso em 25 ago. 2007.

Cassiana Léa do Espírito Santo

■ Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP) – 2004-

Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) – 1945-2004

Antiga SPSP, entidade científica que com o nome de sociedade fundou-se em São Paulo no dia 9 de novembro de 1945, mantendo, desde então, suas atividades ininterruptamente. Foi a primeira no país a reunir associados devotados à psicologia. Em outubro do ano de 1945, a professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, reuniu em sua casa um grupo de professores e outros profissionais da área de psicologia, com o objetivo de organizar uma sociedade para o cultivo dessa ciência e de suas aplicações. Para essa reunião foi convidado o professor Otto Klineberg, da Columbia University (NY-EUA), recém-chegado ao Brasil, para atuar como professor visitante na Universidade de São Paulo (USP). O professor Klineberg realizou naquela oportunidade uma exposição sobre as sociedades científicas nos Estados Unidos, tomando como exemplo a American Psychological Association (APA). Um grupo de trabalho foi então instituído para elaborar o projeto de estatuto da futura sociedade. Assim foi fundada como entidade civil sem fins lucrativos, com sede na cidade de São Paulo, posteriormente declarada de utilidade pública pela Lei 3.371, de 06/06/1956, e cujo endereço atual é avenida Professor Mello Moraes, 1.721, São Paulo – SP. A nova denominação da entidade, aprovada em assembleia dos sócios realizada em 13/12/2004, decorreu de imposição da Lei 10.406/2002 que aprovou o novo Código Civil Brasileiro, segundo o qual o nome sociedade é reservado a instituições com fins lucrativos, e as antigas sociedades científicas, sem fins lucrativos, devem ostentar o nome associação. Nos termos do estatuto da entidade, os sócios são admitidos nas seguintes categorias: titulares, aspirantes e institucionais. Associado titular é aquele inscrito como psicólogo no conselho profissional da catego-

ria; ou o que tem formação em psicologia no país ou no exterior, mas não está inscrito no conselho profissional da categoria; ou, ainda, o que possui o título de mestre, doutor ou realizou pós-doutorado na área da psicologia, inscrito ou não no conselho profissional da categoria. Associado aspirante é o que frequenta regularmente curso de ensino superior de psicologia em instituição oficial ou reconhecida. Associado institucional é qualquer entidade pública, privada ou pessoa física cuja atividade contribua para o progresso da psicologia como ciência ou como profissão. A finalidade geral da ASPSP é a de promover o progresso da psicologia e defender seu emprego como ciência e como profissão. Para tanto, realiza cursos, conferências, seminários, simpósios, colóquios, ciclos de palestras, participação em congressos e mantém intercâmbio científico com outras entidades. Na assembleia de fundação da entidade (9 de novembro de 1945) foi aprovado o estatuto (que seria alterado em assembleia de 13/12/2004) e eleita uma diretoria provisória, composta dos seguintes membros: Roberto Mange, presidente; Otto Klineberg, vice-presidente; Annita de Castilho e Marcondes Cabral, primeira secretária; Mário Wagner Vieira da Cunha, segundo secretário; Joaquim Machado de Mello Júnior, primeiro tesoureiro; e João Batista Damasco Penna, segundo tesoureiro e, a partir de 1946, vêm sendo eleitas sucessivas diretorias a cada dois anos aproximadamente. Das diretorias têm participado principalmente professores de Psicologia da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), além de psicólogos responsáveis pelas aplicações da psicologia em outras entidades da cidade de São Paulo. Historicamente, cumpre assinalar que vários participantes da ASPSP, como diretores ou como associados, são considerados pioneiros dos estudos, das pesquisas e das aplicações da psicologia em São Paulo e no Brasil. A entidade mantém desde sua fundação uma orientação pluralista no tocante aos modelos ou escolas psicológicas, isto é, abriga quaisquer contribuições de valor, quer sejam trabalhos teóricos, quer sejam resultantes de experimentos de laboratório, de pesquisas de campo ou de aplicações práticas da psicologia. A partir de 1950 e até 1964, inspirada na organização da APA, a ASPSP manteve quatro divisões, com a finalidade de congregar sócios com interesses comuns relativamente a diferentes áreas da psicologia. As divisões estabelecidas foram as seguintes: I – Psicologia Teórica e Experimental, Social e da Personalidade; II – Psicologia Educacional; III – Psicopatologia, Psicologia Clínica, Correcional e Higiene Mental; e IV – Psicologia Aplicada ao Trabalho e à Indústria. A inscrição nas divisões era facultada aos sócios e cada divisão era dirigida por um chefe, geralmente renovado por ocasião da eleição da diretoria da ASPSP. A partir de 1964, quando começaram a surgir associações destinadas ao cultivo de áreas específicas da psicologia, as divisões deixaram de existir e a ASPSP continuou no seu propósito eclético de acolher qualquer trabalho de valor no vasto campo da ciência psicológica, não importando a área específica em que pudesse ser classificado. A ASPSP desempenhou papel relevante, ao lado da então Associação Brasileira dos Psicólogos e das Cátedras de Psicologia e de Psicologia Educacional da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na campanha junto ao Congresso Nacional para a regulamentação legal da profissão de psicólogo e formação desse profissional em nosso país. A partir dos últimos anos da década de 1950, inúmeras reuniões, coordenadas pela ASPSP, foram realizadas para a discussão de anteprojetos submetidos ao Congresso Nacional, que resultaram finalmente na aprovação da lei 4.119, sancionada a 27/08/1962. Desde setembro de 1949, a ASPSP vem publicando ininterruptamente seu órgão oficial, o *Boletim de Psicologia*, o qual em 2005 já alcançava 122 números. Consoante os objetivos da Associação, essa publicação abriga artigos originais das mais diversas áreas da psicologia, teóricos ou de pesquisas, além de resumos de conferências, resenhas bibliográficas, correspondência de caráter científico e notícias de interesse dos associados.

Referências

ALVES, I. C. B. "Revisão histórica sobre o Boletim da Sociedade de Psicologia". **Boletim de Psicologia**, v. L, n. 112, p. 1-36, 2000.

CUSTÓDIO, E. M. "A história da Psicologia no Brasil a partir dos primeiros Boletins da Sociedade de Psicologia de São Paulo". **Boletim de Psicologia**, v. L, n. 112, p. 37-51, 2000.

CUSTÓDIO, E. M. "Manhã de festa: cinquentenário da SPSP". **Boletim de Psicologia**, v. XLVI, n. 104, p. 1-17, 1996.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Boletim de Psicologia**, v. LIV, n. 120, p. 121-132, 2004.

MORAIS, S. T. P.; WITTER, G. P. "Sociedade de Psicologia de São Paulo e Boletim de Psicologia na perspectiva de alguns de seus diretores". **Boletim de Psicologia**, v. XLVI, n. 104 p. 43-53, 1996.

PÉREZ-RAMOS, A. M. Q.; MORAIS, S. T. P. "As divisões da Sociedade de Psicologia de São Paulo: um legado de reconhecido valor". **Boletim de Psicologia**, v. L, n. 112, p. 53-64, 2000.

Arrigo Leonardo Angelini

■ Associação de Psicologia do Pará (APPA) (APPA) – 1979-1987

A Associação de Psicologia do Pará (APPA) foi uma iniciativa de acadêmicos e profissionais em psicologia no Estado do Pará, no momento em que começava a se estabelecer ali a profissão de psicólogo. O primeiro curso de graduação em Psicologia no Pará começou a funcionar em 1974, na Universidade Federal do Pará, e foi reconhecido por meio do Decreto 83.857, de 15/08/1979, do Ministério da Educação. Até o início da década de 1980, este foi o único curso de graduação em Psicologia no estado. Os primeiros psicólogos formados no Pará fundaram, em 27 de agosto de 1979, a APPA. O estatuto da APPA estabelecia como objetivos: promover a união de seus associados e a defesa de seus interesses e direitos; promover o desenvolvimento da psicologia como profissão e como ciência; esclarecer a comunidade a respeito da psicologia como profissão e ciência e sobre as atividades próprias e privativas do psicólogo; contribuir para o aperfeiçoamento profissional de seus associados; e contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência voltada para os interesses das classes menos favorecidas. Na sua origem, a APPA voltou-se tanto para questões pertinentes ao exercício da profissão de psicólogo quanto para temas culturais e acadêmicos. Contribuiu decisivamente para a criação, em 20 de junho de 1985, da Associação Profissional dos Psicólogos do Pará (APPSI), primeira forma de organização sindical dos psicólogos no Estado do Pará, resultante de encontros regulares do Grupo das Terças-Feiras (Grupo Pró-Associação Profissional de Psicólogos). Com a criação da APPSI, as atividades da APPA passaram a ter como foco principal os assuntos acadêmicos, políticos e culturais, embora sua direção continuasse contribuindo com a construção de uma organização sindical da categoria no estado. Não foram encontrados registros da composição da primeira diretoria da APPA e das diretorias seguintes. Os registros localizados referem-se ao período da diretoria que tomou posse em dezembro de 1984 e dirigiu a APPA até sua extinção, em 1987. De 1985 a 1986, a APPA promoveu cursos, palestras e outros eventos, além de ter publicado o *Boletim da APPA*, com periodicidade quase sempre trimestral. Em 1986, chegou a formatar o número 1, volume 0 da publicação Psicologia em Revista, apresentada por um prefácio de José Carlos Simões Fontes, e que trazia textos acadêmicos de Emmanuel Zagury Tourinho e Evenice Santos Chaves, Ernani Pinheiro Chaves, José Carlos Simões Fontes, Grauben José Alves de Assis, Audonai Costa Botelho e Terezinha N. B. Toledo. A revista nunca chegou a ser impressa e distribuída. De 27 a 31 de maio de 1986, a APPA realizou a I Reunião Anual de Psicologia, com o tema A Educação Especial e as Instituições Prestadoras de Serviços à Comunidade. No ano anterior, havia contribuído com a organização da Semana de Psicologia, realizada no período de 9 a 13 de dezembro de 1985, em conjunto com a APPSI e unida-

des acadêmicas da Universidade Federal do Pará e das Faculdades Integradas Colégio Moderno (que havia criado, em 1980, o segundo curso de graduação em Psicologia no estado). No período da última diretoria (1985-1987), a APPA chegou a ter 139 sócios. Ao final deste mandato, com alguns membros da diretoria já afastados (para cursar pós-graduação fora do estado ou para tratar de assuntos pessoais), várias tentativas foram realizadas para designar, em assembleia geral, uma nova diretoria, mas sem sucesso. A esta altura, além da APPSI, já começava a funcionar em Belém o primeiro curso de Mestrado em Psicologia na Amazônia, o Curso de Mestrado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento, iniciado em 1987, sob a direção de José Carlos Simões Fontes. O curso de graduação em Psicologia na UFPA encontrava-se dividido em três departamentos: Departamento de Psicologia Experimental, Departamento de Psicologia Clínica e Departamento de Psicologia Social e Escolar. A última diretoria da APPA foi integrada por Solange Calcagno, Marcelo Baptista, Elyeda Pessoa, Emmanuel Tourinho e Isabel Florentino.

Emmanuel Zagury Tourinho
Simone Neno

■ Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – 1972-1982

Associação de natureza privada, sem fins lucrativos, mantida por seus membros filiados, de caráter científico multidisciplinar, voltada à área da infância e adolescência, foi fundada em 31 de janeiro de 1972 no contexto do movimento dos trabalhadores de saúde mental. Recebeu forte influência do movimento argentino, que havia organizado uma instituição em moldes semelhantes em 1970, a Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (ASAPPIA), liderada pelos psicanalistas Mauricio Knobel e Eduardo Kalina, com a participação de Arminda Aberastury, Leon Grinberg e Arnaldo Rascovsky, que à época vinham regularmente ao Brasil ministrar cursos e palestras. A APPIA era composta majoritariamente por psicólogos de orientação psicanalítica, liderados por psicanalistas da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) com apoio dos argentinos mencionados acima, também ligados à Associação Psicanalítica Argentina (APA). A APPIA visava a congregar profissionais interessados em desenvolver e divulgar os conhecimentos psicanalíticos na área da infância e da adolescência por meio da promoção de cursos e eventos, sem fins explícitos de formação. Contou com 54 membros fundadores, a maioria psicólogos, além de psicanalistas, médicos e assistentes sociais. Dentre eles, estão os psicanalistas da SPRJ Carlos César Castellar Pinto (primeiro presidente), Fábio Leite Lobo, Fábio Lacombe, José Ibsen de Almeida, Wilson Chebabi, Eduardo Mascarenhas, Clodoaldo Frison, Nylde Ribeiro, Luiz Antonio Telles de Miranda, Ana Maria Mourão, Anna Guelerman Ramos, Carlos Antonio Garrido Pereira e Ubirajara Pessoa Guerra. Entre os psicólogos, incluem-se Ana Lucia Mascarenhas, Ângela Podkameni, Beatriz Verschoore, Carmen Lent, Célia Damasceno, Clara Helena Portella Nunes, Inez Farah, José Inácio Parente, Marci Vaz de Carvalho, Maria Anita Ribeiro, Maria Elisa Delecave, Maria Imelde Farah, Maria Regina Moraes, Mary Kleinman, Narciso Teixeira, Nilza Ericson, Paulo Sergio Lima e Silva, Pedro Américo Corrêa e Therezinha Lins de Albuquerque. Estes psicólogos são hoje, em sua maioria, psicanalistas reconhecidos. A instituição era representada por uma diretoria e promovia cursos, eventos e seminários, não se caracterizando estatutariamente, contudo, como formadora. Seu público era composto predominantemente por psicólogos que buscavam uma forma de associação profissional e de formação, incluindo também outros profissionais da área de saúde mental. Segundo dados de 1976, a APPIA chegou a ter cerca de mil membros associados e promovia

eventos de grande porte, sempre abertos ao público. Contou com boletins de circulação interna e com uma publicação trimestral, *Revista da APPIA*, cujo primeiro volume foi publicado em 1975. No ano seguinte, a revista publicou artigos de autores brasileiros conceituados, de áreas como antropologia, sociologia e letras, como Gilberto Velho e Antonio Houaiss, e também de psicanalistas argentinos, como Hector Fiorini, Armando Barriguete, Rodolfo Bohoslavsky e Raul Usandivaras. No período compreendido entre 1972 e 1976, época de ouro da associação, foram promovidos dois grandes congressos. O primeiro, em 1972, com o tema "a situação da psicoterapia infantojuvenil no Brasil", contou com a participação de cerca de 2 mil pessoas; e o segundo, em 1976, teve três temas-eixo: formação de profissionais em saúde mental; aspectos preventivos em psicoterapia com crianças, adolescentes e famílias; organização das instituições para uma psiquiatria comunitária. Este segundo congresso também contou com cerca de 2 mil participantes e teve, inclusive, repercussão na imprensa da época. A APPIA cumpriu por certo período uma finalidade de formação, ainda que assistemática, e foi referência central para os psicólogos e psicanalistas brasileiros e latino-americanos mais progressistas, interessados em ampliar os espaços de intervenção psicológica, em especial na área da infância e adolescência. Além disso, funcionou como uma espécie de sede profissional para os psicólogos, o que possibilitou uma maior organização da categoria em torno de um projeto interdisciplinar na saúde mental. A APPIA foi uma incubadora de outras instituições, que já se constituíram numa perspectiva definida de formação em psicanálise, primordialmente para os psicólogos, como o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI), a Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos (SEPLA), o Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP), a Letra Freudiana e outros. Por esse mesmo motivo, a associação entrou em declínio e fechou suas portas em dezembro de 1982.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA. **Relatório de avaliação do I Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto Juvenil**. Rio de Janeiro, 1972. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA. **Boletins da APPIA**. Rio de Janeiro: circulação interna, maio 1975 – abr. 1982.

REVISTA ARGENTINA DE PSIQUIATRIA Y PSICOLOGIA DE LA INFÂNCIA E DE LA ADOLESCÊNCIA, ano 1, n. 3-4, Buenos Aires: ASAPPIA/Paidós, 1970.

REVISTA ARGENTINA DE PSIQUIATRIA Y PSICOLOGIA DE LA INFÂNCIA E DE LA ADOLESCÊNCIA, ano 3, n. 1, Buenos Aires: ASAPPIA/Paidós, jun. 1972.

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

Ana Cristina Costa de Figueiredo

■ Associação Milton Campos para o Desenvolvimento das Vocações (ADAV) – 1973-

A ADAV foi registrada no Cartório Jero Oliveira, sob o número de ordem 24.035, no dia 27 de julho de 1973, como associação civil, de caráter não lucrativo, de duração ilimitada, com sede no município de Ibirité-MG, na Fazenda do Rosário. Considerada a obra caçula da psicóloga e educadora Helena Antipoff, a ADAV propõe-se a orientar e a oferecer condições para o desenvolvimento integral da criança e do jovem bem-dotados, ou seja, daqueles que têm capacidade e potencial superior em relação à média da população, nas diversas habilidades humanas. A necessidade de uma atenção especializada aos bem-dotados vinha sendo abordada por Helena Antipoff desde a década de 1930, estando prevista, inclusive,

nos estatutos da Sociedade Pestalozzi. Entretanto, parece que a urgência do atendimento às crianças então consideradas deficientes fez com que suas ideias nesse sentido não fossem operacionalizadas de imediato. Em 1971, no entanto, após participar do Seminário Nacional para a Educação de Superdotados realizado em Brasília, Helena Antipoff decidiu concretizar, na Fazenda do Rosário, um projeto em prol dos bem-dotados e talentosos. Este começou a ser implementado em agosto de 1972, sob a forma de colônias de férias, e recebeu o nome de CIRCULA (Civilização Rural, Cultura e Lazer). Logo em seguida, a partir do empenho de diversos colaboradores, nasceu a ADAV que, através do CIRCULA, propunha-se a oferecer a jovens bem-dotados um ambiente físico, educativo, cultural e social que os estimulasse e propiciasse o desenvolvimento de sua personalidade. A primeira diretoria da ADAV foi composta por Helena Antipoff (presidente de honra), Caio Benjamin Martins (presidente), Francisco de Assis Magalhães Gomes e José Maria de Álkmim (vice-presidentes), Hélio Durães de Alkimim e Maria Alves Teixeira (secretários), Ademar de Carvalho Barbosa e Raul de Castilho Filho (tesoureiros) e Olga Campos Simão e Maria Glecy Pimentel Dias (coordenadores de relações-públicas). Os objetivos iniciais da ADAV, explícitos em seus estatutos, eram os seguintes: identificar o bem-dotado; estudar os fatores hereditários da superdotação; estudar seu meio familiar, social e escolar; proporcionar-lhe ambientes sadios, sugestivos à manifestação de sua personalidade, de seus anseios, suas angústias, bem como o desenvolvimento de sua vocação; oferecer-lhe condições de concretizar sua vocação, proporcionando-lhe liberdade orientada, num meio ambiente propício e com material variado para sua criatividade; colocá-lo em contato com associações e grêmios esportivos, artísticos, científicos, comunitários, religiosos, com o escotismo e com a natureza; preservar-lhe a saúde física, mental, moral, espiritual e social, dando-lhe condições de vida feliz e construtiva, individual ou grupal; motivá-lo para que seja o bom fermento no meio em que voltar a viver mais tarde; dar-lhe condições para a escolha de um caminho certo, livre de pressões, de elementos corruptos, com possibilidade de liderança; elaborar e manter cursos de treinamento de pessoal especializado e estágios permanentes, aprimorando-se as técnicas de estudo global do bem-dotado e conservando-se a instituição como um campo livre aos interessados no progresso da ciência, da educação e do bem-estar social; estudar a problemática do bem-dotado por meio da pesquisa científica, abrangendo o campo genético, mesológico, psicopedagógico etc; planejar e proporcionar a constante sensibilização da sociedade em conferências, seminários, encontros, congressos, aproveitando-se também dos recursos atuais de telecomunicação, jornais e revistas; divulgar, pelo órgão oficial da instituição, suas atividades e interligação com organizações congêneres nacionais e estrangeiras. Um balanço das atividades realizadas pela ADAV nos seus primeiros dez anos de existência foi publicado na obra *Dez anos em prol do bem-dotado*. Dentre estas atividades, merecem destaque as conferências promovidas para divulgar as experiências de trabalho da ADAV e aspectos da educação dos bem-dotados, cursos de aperfeiçoamento e atualização pedagógica, tendo como temática a educação dos bem-dotados e os encontros de bem-dotados promovidos pelo CIRCULA. Nos anos de 1977 e 1983 foram feitos, utilizando-se de questionários, levantamentos do perfil dos jovens que participaram dos encontros de bem-dotados. Os seguintes itens foram abordados: nível de escolaridade, saúde, interesses perante jornais e TV, liderança, profissão dos pais e nível cultural dos pais. Os resultados desses levantamentos foram relatados por Daniel Antipoff na obra acima citada.

Referências

ALKMIM, H. D. "A escola ativa ensaiada na educação dos bem-dotados". **Boletim do CDPHA**, Ibirité-MG, n. 8, p. 35-37, 1988.

ALKMIM, H. D. "O que é a ADAV?" In: ASSOCIAÇÃO MILTON CAMPOS. **Dez anos em prol do bem-dotado**. Brasília: MEC; Belo Horizonte: ADAV, Imprensa Oficial, 1984.

ANTIPOFF, D. "Dados Complementares sobre o bem-dotado da ADAV". In: ASSOCIAÇÃO MILTON CAMPOS. **Dez anos em prol do bem-dotado.** Brasília: MEC; Belo Horizonte: ADAV, Imprensa Oficial, 1984.

ESTATUTO DA ADAV. In: ASSOCIAÇÃO MILTON CAMPOS. **Dez anos em prol do bem-dotado**. Brasília: MEC; Belo Horizonte: ADAV, Imprensa Oficial, 1984.

GUENTHER, Z. C. "Helena Antipoff e a sua preocupação com os bem-dotados". In: ASSOCIAÇÃO MILTON CAMPOS. **Dez anos em prol do bem-dotado**. Brasília: MEC; Belo Horizonte: ADAV, Imprensa Oficial, 1984.

Érika Lourenço
Regina Helena de Freitas Campos

■ Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) – 1980-

É de 1980, no CNPq, a proposta de associações nacionais que reunissem programas de pós-graduação, principalmente na então Grande Área de Ciências Humanas e Sociais, tida por muitos como a área mais desorganizada do sistema. Chamada a participar, Carolina Martuscelli Bori, assessora no CNPq para essa grande área, levou a ideia para os coordenadores de programas da área da psicologia. Para os 19 programas existentes naquele momento, justificava-se a criação de uma entidade associativa, com base na avaliação que constatava uma pulverização das pesquisas realizadas na área, caracterizada por grande variedade de temas, nem sempre levando em conta sua relevância social para o desenvolvimento da área ou do país. Assim, gestada ao longo de 1981 entre os coordenadores de programas de pós-graduação e gestores da CAPES e do CNPq, a ANPEPP foi criada efetivamente em 1982. Eram preocupações das agências: a) estabelecer diretrizes para discussão das tendências da área; b) discutir melhor distribuição das áreas de concentração dos programas pelas diferentes regiões do país, evitando duplicações; c) organizar uma representatividade que facilitasse a comunicação entre os órgãos de fomento e a comunidade científica da psicologia no sentido de discutir e por em prática as diretrizes pensadas para a área. Do ponto de vista dos programas, a discussão e o estabelecimento de tais diretrizes e de representação junto aos órgãos de fomento certamente facilitariam a melhor compreensão das especificidades e necessidades da área, e permitiriam uma participação mais ativa nos processos de análise e julgamento de pedidos de auxílio no país e exterior, bem como na nomeação de seus representantes nas comissões de avaliação e consultoria *ad hoc*. Ao ser criada, em 1982, constituiu-se uma comissão de estatuto, a ser apresentado para discussão na 35ª Reunião da SBPC, em Belém do Pará, em julho de 1983. Os estatutos, no entanto, só foram aprovados em outubro do mesmo ano, na reunião da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, sendo escolhida a seguinte diretoria *pro-tempore*: presidente – Maria Amélia Mattos (USP); tesoureira – Ana Lúcia Dias Schlieman (UFPE); secretário – Timothy Mulholhand (UnB). Formal e legalmente estabelecida, os objetivos da ANPEPP foram assim definidos: a) incentivo à formação de pesquisadores em psicologia e o desenvolvimento de pesquisas na área; b) defesa dos interesses e promoção dos cursos e programas de pós-graduação em psicologia no país; c) divulgação dos trabalhos científicos produzidos em encontros, seminários, congressos e reuniões de interesse para a psicologia; d) promoção de intercâmbio e cooperação entre centros de pesquisa e seus pesquisadores e a proposta de medidas de apoio e incentivo a entidades filiadas. A primeira tarefa da ANPEPP foi mapear a situação dos programas de pós-graduação; para tanto, quatro comissões foram constituídas, visando: a) levantar os temas pesquisados e a produ-

ção científica: a cargo de Rosa Maria Macedo e Maria Amélia Mattos, com apoio do CNPq; b) discutir os documentos sobre projetos e linhas de pesquisa elaborados pelos programas, a cargo de João Cláudio Todorov; c) analisar a elaboração de teses e dissertações em psicologia, a cargo do doutor Sérgio Luna; d) discutir a avaliação da pós-graduação em psicologia pela CAPES, a cargo da doutora Ana Lúcia Schlieman. Em junho de 1984, por ocasião da III Reunião da ANPEPP, os resultados desses trabalhos foram discutidos e, com a eleição da primeira diretoria estatutária, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação se consolidou. A primeira presidente eleita foi Carolina Martuscelli Bori, grande incentivadora, de liderança incontestável na mobilização dos programas de pós-graduação em Psicologia; visava levar a Psicologia ao mesmo nível de reconhecimento e respeito das outras áreas da ciência já consolidadas. De 1984 a 1987 trabalhou-se no aperfeiçoamento dos cursos e programas de pós-graduação organizados em torno de linhas de pesquisa segundo os critérios de avaliação da CAPES, procurando adequar melhor as linhas às áreas de concentração dos programas. O ano de 1988 foi um marco na história da ANPEPP. Por iniciativa de Ana Lúcia Schlieman, participante da diretoria, realizou-se em Caruaru-PE, o I Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, na gestão de Aroldo Rodrigues. A avaliação desse encontro comprovou a necessidade de uma organização para promover o desenvolvimento da área da psicologia, a fim de competir com as demais áreas das ciências com programas de pós-graduação. Obteve-se, com base nisso, a informação do quanto era incipiente a pesquisa em psicologia: dos programas existentes, apenas 25% possuíam linha de pesquisa consolidada, com resultados significativos e divulgados no país e no exterior; 25% estavam implantando ou tentando consolidar linhas de pesquisa e 50% não tinham definido ou implantado suas linhas de pesquisa. O conhecimento dessa realidade serviu de incentivo e parâmetro para a organização do II Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, realizado em Gramado-RS, em 1989. Neste se reafirmou a utilidade e relevância do cumprimento dos objetivos da associação para o desenvolvimento da psicologia no país. Pela primeira vez constituíram-se os grupos de trabalho como formato básico da metodologia dos encontros, ao lado dos simpósios, para discutir aspectos da política e das metas do pós-graduação em psicologia no país. No simpósio seguinte, ocorrido em Águas de São Pedro-SP, em 1990, estabeleceu-se nova periodicidade: atendendo sobretudo a uma sugestão da CAPES e do CNPq, que assim teriam maior possibilidade de fornecer apoio financeiro para viabilizá-los, passaram, então, a ser bienais. Além desses dois órgãos federais, a ANPEPP já contou com auxílio da FINEP e de órgãos estaduais de auxílio à pesquisa como FAPESP, FAPEMIG, FAPERJ, FAPERGS. Hoje, os simpósios são abertos à inscrição de grupos de trabalho de todos os programas credenciados, podendo receber professores pesquisadores de outros programas e instituições de pesquisa, bem como alunos de pós-graduação envolvidos nos grupos de trabalho. Em 1989 os GT eram 11, em 1994 eram 20 e hoje já são mais de 50, numa clara demonstração de quão eficazmente eles têm contribuído para o fortalecimento da associação e estimulado o desenvolvimento da pesquisa. Na divulgação dos trabalhos realizados pelos GTs, a associação publicou alguns *Cadernos da Anpepp*, com relação de pesquisas em andamento nos programas e sobre resultados de GT, como o organizado por Gomes e Rosa, publicado com o título *Divulgação de pesquisas em psicologia no Brasil*, em 1992, pela Editora IMS, de São Bernado do Campo-SP. Em 1996, a diretoria propôs e apoiou financeiramente a realização de um conjunto de livros: as *Coletâneas ANPEPP*, com os temas discutidos pelos GTs no VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, realizado de 22 a 25 de maio, em Teresópolis-RJ. Foram então publicados, 16 tomos, envolvendo 19 grupos. Em 2004, os simpósios incluíram uma nova atividade: os

fóruns de discussão, oportunidade para encontro dos pesquisadores e debate de temas gerais de interesse para políticas da área, tais como: política científica, produção e publicação, relação graduação/pós-graduação, ética na pesquisa em psicologia. O aprofundamento das relações entre os pesquisadores, o intercâmbio de experiências, a constatação de interesses comuns de pesquisa têm dado oportunidade para o surgimento de novos projetos e parcerias, promovendo a cooperação entre centros de pesquisa e pesquisadores e assim, recursivamente, ampliando e fortalecendo a ANPEPP.

Referência

GUEDES, M. C. **Para uma história da ANPEPP**. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/historico.html#Para%20uma%20história%20da%20>. Acesso em: 10 maio 2008.

Rosa Maria Stefanini de Macedo

■ Asylo de Sant'Anna (ASA) – 1889-1928

Hospital dos Variolosos (HV) – 1878-1889

Colégio dos Artífices (CA) – [s.d.]

Instituição de natureza pública, localizada no Sítio do Cruz do Peixe, instalada no segundo pavilhão do Hospital da Cruz do Peixe, na cidade de João Pessoa-PB. Sua criação se deu em meados de 1878, com o surto de varíola, quando o CA foi transformado em HV, passando depois a abrigar todas as pessoas marginalizadas socialmente e doentes de muitas endemias. Com a seca de 1877-79, muitas pessoas começaram a apresentar transtornos mentais, devido aos grandes problemas sociais que ela trouxe, sendo gradativamente encaminhadas para esse hospital, que com o fim da Monarquia (1889) recebeu um pavilhão chamado Asylo de Sant'Anna, cujo objetivo era oferecer tratamento psiquiátrico aos doentes mentais. Fundado, dirigido e mantido pelo governo do estado até a data de 03/01/1891, passou a ser gerenciado pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, por meio de uma portaria assinada pelo governador Venâncio Augusto de Magalhães Neiva. Em 13/12/1892, o governador Álvaro Lopes Machado promulgou uma lei estadual doando para a Santa Casa de Misericórdia o domínio útil do Sítio Cruz do Peixe, incluindo o Asylo de Sant'Anna, que já vinha sendo administrado pela Santa Casa. Até o ano de 1910, no seu corpo de funcionários havia apenas relatos da existência de médicos clínicos e de práticos em enfermagem. Em 01/02/1910, o psiquiatra Octávio Ferreira Soares começou a trabalhar voluntariamente no ASA, tornando-se então um personagem de grande relevância dentro desta instituição. Não foi possível encontrar referências a publicações institucionais, assim como eventos promovidos pela instituição, o estatuto e sua estrutura funcional. Seu espaço físico era constituído por um pavilhão do lado nascente rodeado por alpendres, com teto baixo, com mais ou menos 30 m² de área coberta, com 12 celas escuras (seis para homens e seis para mulheres), sem ventilação, com portas pesadas e grades em cruz, por onde, através de uma pequena abertura, se passavam aos internos medicamentos e alimentos. Nos pisos das celas, orifícios de fossas serviam de sanitários. Até 1910 o ASA funcionou exclusivamente como depósito de doentes mentais, sem tratamento adequado, utilizando como recurso apenas o isolamento social. A história dessa instituição remete às formas de exclusão e violência a que foram secularmente submetidos os doentes mentais. Relatar essas experiências é um meio de retratar a forma desumana como inicialmente eram tratados os pacientes acometidos de transtornos mentais.

Referência

SILVA FILHO, E. B. da. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

Maria do Socorro Brito

■ Atheneu Norte-Rio-grandense – 1858-

Primeiro colégio brasileiro, foi criado pelo presidente provincial Basílio Quaresma pela lei 30, de 30/03/1835, sendo inaugurado no dia 1º de março de 1858. Embora tenha sido criado durante o Império, o Atheneu passou a ter uma significativa importância na formação cultural e política da elite natalense com o advento da República. A primeira inserção do discurso psicológico no Atheneu ocorreria em 1911, mediante o Decreto 250, que reformulou o sistema de ensino do estado. O novo regimento do Atheneu, publicado com o decreto supramencionado, instituiu a disciplina Lógica e Phisyo-Psychologia. Esta disciplina expressava a dificuldade da psicologia de se diferenciar de suas duas fontes: a filosofia e a fisiologia. A disciplina Psicologia, Lógica e História da Filosofia foi instituída no Atheneu pela lei 395, de 16/12/1915. Floriano Cavalcanti, jurista formado na Faculdade de Direito de Recife em 1918, seria o primeiro professor dessa disciplina. A presença da psicologia no Atheneu era muito mais teórica do que prática. Apesar de a psicologia experimental ser o conhecimento predominante, sua presença deveria complementar a análise de outros conhecimentos, sobretudo o filosófico. Este fato não era injustificado, pois o Atheneu seguia uma lógica utilitarista da educação, imposta desde a reforma do ensino secundário, em 1908. O currículo do ginásio potiguar era determinado pelos exames de admissão das faculdades, principalmente de Direito e Medicina. Posteriormente, a partir da década de 1930, o Atheneu foi transformado em um colégio de ensino secundário, tendo como consequência a retirada das disciplinas psicológicas de seu currículo. Grandes intelectuais potiguares ensinaram nessa instituição, como José Augusto Medeiros (educador representante do movimento da escola nova), Câmara Cascudo (historiador e folclorista) e padre Monte, pioneiro no estudo da obra de Freud no Rio Grande do Norte. Atualmente o Atheneu é uma escola pública de ensino médio, sem possuir vínculo com a psicologia.

Referências

BARROS, E. C. **Atheneu Norte-Rio-grandense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892-1924)**. Tese (Doutorado em Educação, História e Filosofia da Educação). PUC-SP, São Paulo, 2000.

CARVALHO, D. B. **A cidade e a alma reinventadas: modernização urbana e a consolidação acadêmica e profissional da Psicologia na cidade de Natal – Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia.) UFRN, Natal, 2001.

CARVALHO, D. B.; SEIXAS, P. S.; YAMAMOTO, O. Y. Modernização urbana e a consolidação da Psicologia em Natal – Rio Grande do Norte. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 131-141, 2002.

Denis de Carvalho

C

■ Casa das Palmeiras – 1956-

Instituição de natureza filantrópica, assistencial e de formação, foi fundada no dia 23 de dezembro de 1956, por Nise da Silveira (psiquiatra), Maria Stela Braga (psiquiatra), Belah Paes Leme (cenógrafa) e Lygia Loureiro da Cruz (assistente social), com o objetivo de superar o recorrente problema das reinternações psiquiátricas. Possui como público-alvo pessoas egressas de instituições psiquiátricas e pessoas em relação às quais se quer evitar a primeira internação. A primeira diretoria foi constituída por Alzira Lopes Côrtes (presidente), Nise da Silveira (diretora técnica) e Lygia Loureiro da Cruz (diretora administrativa). Possui como mantenedores seus sócios e, eventualmente, instituições que apoiam projetos específicos. Seu endereço atual é rua Sorocaba, 800, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ. Em 1944 Nise da Silveira foi trabalhar no Centro Psiquiátrico Nacional (atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira) e ficou impressionada com o alto índice de reinternações. Estas seriam um indício de que havia algo de errado no conjunto do tratamento. Pensou, então, em uma instituição que funcionasse como uma espécie de ponte entre o hospital e o retorno à sociedade. A proposta foi levada ao diretor do Centro Psiquiátrico, sendo rejeitada. A partir daí, Nise da Silveira pensou em criar uma instituição em local extra-hospitalar. Maria Stela Braga a apresentou à educadora Alzira Lopes Côrtes, dona do Instituto La-Fayette, que, imediatamente, cedeu um andar de um casarão na rua Haddock Lobo, na Tijuca. Como na frente do casarão havia palmeiras imperiais e não se queria associar a instituição a algum nome que lembrasse os tratamentos psiquiátricos, a artista Belah Paes Leme sugeriu o nome Casa das Palmeiras. Desde sua fundação até os dias atuais, a Casa das Palmeiras funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h30, sempre com as portas abertas. O método de tratamento utilizado é a terapêutica ocupacional, enfatizando-se as atividades de cunho expressivo como pintura, modelagem, xilogravura, teatro, música, poesia, dentre outras. De acordo com Nise da Silveira, mesmo atividades de cunho pragmático, como a marcenaria, podem ser consideradas expressivas desde que seja observada a maneira como o cliente lida com os materiais de trabalho. Na Casa das Palmeiras, tanto terapeutas quanto clientes têm a oportunidade de se expressar através das inúmeras atividades oferecidas e de manipular os materiais aí encontrados. O contato com esses materiais (argila, papel, tinta, madeira, lã, gesso)

e suas variadas densidades (duro, mole, áspero, liso, seco, molhado) serve de estímulo para que a imaginação encontre um ponto de apoio numa imagem privilegiada. A emoção de lidar, expressão que tão bem alude ao sentimento que vem à tona quando se entra em contato com um determinado material de trabalho, foi cunhada por um dos frequentadores da Casa das Palmeiras que, após fazer um gato de lã, escreveu a seguinte poesia: "Gato, simplesmente angorá do mato / Azul olhos, nariz cinza / Gato marrom / Orelha castanho, macho / Agora rapidez / Emoção de Lidar". A pessoa que passa a viver o interminável ciclo de reinternações encontra-se apartada do convívio social e, quando passa a frequentar a Casa das Palmeiras, tem aberta a oportunidade de circulação pelo espaço urbano, ocorrendo uma intensificação das trocas afetivas, além de ser estimulada à liberdade para expor ideias e sentimentos. Muda-se, desta forma, a concepção de uma doença que precisa ser controlada à força para a possibilidade de expressão do ser. Ao contrário de tentar uniformizar as pessoas em padrões de comportamento e em maneiras de sentir, passa-se a estimular a diversidade e são valorizados os inumeráveis estados do ser. As funções da equipe técnica da Casa das Palmeiras são: receber o cliente e proporcionar-lhe um ambiente afetivo; acompanhar a série de imagens do inconsciente produzida nas diversas modalidades de atividades expressivas; e permanecer atenta às pontes que o cliente lança em direção ao mundo externo, dando-lhe apoio no momento oportuno. O terapeuta funciona, portanto, como um afeto catalisador, e as atividades expressivas são os principais instrumentos para a reabilitação do indivíduo para a comunidade. Desde o início de seu funcionamento a Casa das Palmeiras contou com a colaboração de inúmeros profissionais, estagiários e voluntários, dentre os quais podemos destacar a psiquiatra Alice Marques dos Santos e a cozinheira Maria Senhoria. Alice Marques dos Santos foi a mais constante companheira de Nise da Silveira e, de 1962 até 1997, ano de sua morte, ocupou o cargo de vice-presidente da Casa das Palmeiras. Maria Senhoria exerce há décadas a função de cozinheira e, até hoje, é a principal referência para os frequentadores da Casa das Palmeiras. A Casa das Palmeiras conseguiu reverter de maneira significativa os altos índices de reinternação de seus frequentadores, servindo de referência para a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como principal dispositivo de tratamento no campo da saúde mental nos dias atuais.

Referências

DELGADO, P. "Ponto de vista". **Revista da Saúde: o Brasil falando como quer ser tratado**, ano II, n. 2, dez. 2001.

FREIRE, M. "A miséria do hospital". In: LUCCHESI, M. (Org.). **Artaud: a nostalgia do mais**. Rio de Janeiro: Numen, 1989.

GULLAR, F. **Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

MELO, W. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

MELO, W. **Ninguém vai sozinho ao paraíso: o percurso de Nise da Silveira na Psiquiatria do Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PITTA, A. "Cuidado de Psicótico". In: GOLDBERG, J. **Clínica da Psicose: um projeto na rede pública**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1994.

SILVEIRA, N. da. **Teoria e prática da T.O.** Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras, 1979.

SILVEIRA, N. da. **Imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SILVEIRA, N. da. **Casa das Palmeiras: a emoção de lidar**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

SILVEIRA, N. da. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

Walter Melo

■ Casa de Saúde Ana Nery – 1966-2006

A Casa de Saúde Ana Nery localizava-se na praça da Liberdade, no largo da Soledade, 14, em Salvador-BA. Esta instituição foi fundada em 1964 e inaugurada em março de 1966, sob a direção de Adilson Peixoto Sampaio, no intuito

de atender ao aumento da demanda por atendimento em saúde mental. Foi criada e mantida pelos Serviços Médicos Cirúrgicos da Bahia S. A., sociedade que também havia fundado o Sanatório Bahia e o Hospital Santa Mônica, 22 anos antes. A instituição era de natureza privada e objetivava, além da assistência psiquiátrica, proporcionar um espaço de ensino e aprendizagem para estudantes interessados na área. Ocorria, sempre, uma reunião semanal de todo o corpo clínico para a discussão de casos. Estudantes de psiquiatria e, posteriormente, estudantes de psicologia podiam participar destas reuniões, bem como acompanhar o cotidiano da instituição. O público era, em sua maioria, constituído de pacientes particulares, da Previdência Social e conveniados a outras instituições. A estrutura era composta de um alojamento com 130 leitos (que foi expandido para mais de 200), área de lazer (salão de jogos e campo de futebol, por exemplo), lavanderia, refeitório e salas da diretoria, administração e respectivos serviços constituintes do corpo clínico. O segundo diretor, Gabriel Cedraz Nery, implantou algumas mudanças no estabelecimento no período em que exerceu essa função, entre 1967 e 1973. A psiquiatria comunitária foi um exemplo de tais transformações, assim como a inserção de atividades ligadas ao teatro, ao candomblé, e comemorações dos aniversários e celebrações de festas populares. No final da gestão de Nery foi criado o periódico *Ensaios*, com edições nos anos de 1972 e 1973. Não temos dados sólidos sobre as gestões a partir de 1973; entretanto, muitos nomes foram citados como personagens relevantes, envolvidos na história da instituição: Alípio Castelo Branco Pinheiro, Aurélio Souza, Aziz Abdala Mujaes, Eduardo Saback, Irineu Fileto Gomes, Manoel Hybernom Guerreiro, Maria Eugênia Nery, Rosa Garcia e Sílio Nascimento de Andrade.

Referência

NERY, G. C. **Entrevista concedida a Diogo Esmeraldo Cavalcanti**. Salvador, 15 ago. 2007.

Diogo Esmeraldo Cavalcanti

■ Casa de Saúde Dr. Eiras – 19??-2004

Casa de Convalescença Dr. Eiras – 1865-19??

Primeiro hospital psiquiátrico privado brasileiro, localizava-se na antiga residência do Marquês de Olinda, em Botafogo, Rio de Janeiro, onde anteriormente funcionava a Casa de Saúde Dr. Peixoto. Em 1865 Manoel Joaquim Fernandes Eiras, médico pernambucano, comprou a Casa de Saúde e denominou-a Casa de Convalescença Dr. Eiras. Em material publicitário da época há também referência ao estabelecimento como Casa de Saúde do Dr. Eiras, sendo difícil precisar quando recebeu este nome. Manoel Eiras começara sua carreira como clínico geral e só mais tarde veio a dedicar-se à assistência aos alienados. Em 1864 já anunciava em jornais e revistas a existência de banhos e quartos especiais para alienados na sua antiga clínica, a Casa Imperial de Saúde e de Convalescença. Com o hospital incorporado como dispositivo para lidar com os fenômenos de saúde/doença e a destinação quase exclusiva dos leitos existentes para as populações pobres, observa-se a criação de clínicas privadas voltadas para os que podiam pagar. A Casa de Saúde Dr. Eiras foi criada, portanto, em um momento inicial de institucionalização do alienismo, que se afirmou efetivamente com o advento da República. Após a morte do fundador, assumiu a direção seu filho, o médico Carlos Fernandes Eiras. Em 1920, este vende a casa ao enteado e colaborador, o psiquiatra Waldemar da Ponte Ribeiro Schiller. Em 1940, com o falecimento do último, assume a gestão seu filho Maurício Brandon Schiller que, em 1943, vende a casa a um grupo de médicos, do qual faz parte Leonel Tavares Miranda de Albuquerque. Este acabou por assumi-la integralmente com o falecimento ou afastamento dos sócios. Nessa época, ocorreu uma mudança no perfil assistencial brasileiro: os hospitais públicos passaram a ser destinados aos que não possuíam vínculo com a Previdência Social e o Estado contratava leitos privados para os previdenciários. O processo foi intensificado com o golpe militar de 1964 e, particularmente, com a

nomeação de Leonel Miranda como Ministro da Saúde do governo Costa e Silva. Durante sua gestão (1967 a 1969), foi criado o Plano Nacional de Saúde, embrião de propostas privatizantes do setor saúde. Nesse contexto, Leonel Miranda cria, em 1962, a unidade Paracambi, propriedade da família até os dias atuais, que ocupa uma área de 8.809.600 m², da qual foram urbanizados 500.000 m² e construídos 60.000 m², com capacidade projetada para 2.500 leitos. Devido a desapropriações efetuadas na década de 1990, no governo Leonel Brizola, a unidade passou a ter 119.000 m² de área construída, composta por 11 pavilhões e setores administrativos. A casa de saúde ergueu uma estação de trem, batizou-a com o nome Dr. Eiras e incorporou-a à malha ferroviária, facilitando o acesso da potencial clientela. O objetivo inicial de acolher os doentes crônicos da unidade de Botafogo logo foi ultrapassado: a casa Dr. Eiras/Paracambi passou a receber egressos da extinta Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e do extinto Hospital Estadual de Vargem Alegre, bem como pessoas em busca de benefício previdenciário, especialmente a população da Baixada Fluminense, o que lhe conferiu feições de um imenso hospital geral pré-pineliano. Por outro lado, a casa Dr. Eiras/Paracambi paradoxalmente abrigou, de 1971 a 1978 aproximadamente, uma inusitada comunidade terapêutica, com 84 pacientes. Na contramão do grande asilo, uma equipe formada por diferentes profissionais, incluindo psicólogos, promovia uma assistência inspirada em um dos movimentos precursores da reforma psiquiátrica, garantindo um tempo médio de internação de 180 dias, num período em que a alta hospitalar era uma possibilidade remota. Em relação à casa Dr. Eiras/Botafogo, verifica-se também grande expansão na gestão de Leonel Miranda e sócios. Em 1950 foram construídas novas instalações a partir de projeto de Oscar Niemeyer, ampliando a capacidade de 90 para 600 leitos. Em 1960 foi criado o Centro de Estudos da Casa de Saúde Dr. Eiras e seu órgão oficial, a *Revista de Psiquiatria*. Em 1983, com a morte de Leonel Miranda, sua esposa Mercedes Gross Miranda, também médica, assumiu a direção da casa. Em 1991, tornou-se proprietário Carlos Gross Miranda, filho do casal, que indicou diferentes psiquiatras para assumirem a direção técnica dos hospitais. A unidade de Botafogo abrangia então uma área construída de 18.000 m², em um terreno de 42.000 m². Na década de 1990 ali funcionavam 15 pavilhões, oferecendo 380 vagas, sendo seis pavilhões femininos (175 vagas), cinco masculinos (154 vagas) e quatro mistos (51 vagas). Passaram pela Casa de Saúde Dr. Eiras vários personagens do cenário brasileiro. Já em 1868 chega à clínica para realizar exames de sanidade mental José Joaquim de Campos Leão, autodenominado Qorpo Santo, gaúcho que revolucionou a linguagem teatral e literária, de quem suspeitavam ser o talento nada além de sintoma de desequilíbrio mental. Não foi possível estabelecer um diagnóstico consensual, talvez porque ainda não houvesse passado por lá, na condição de aprendiz e aluno de Teixeira Brandão, o futuro fundador do Hospício de Juqueri, Franco da Rocha. Em 1936, foi internada pela família Dora Vivacqua, uma moça com comportamento inadequado para sua época: tinha o hábito de se vestir com folhas de parreira e usar duas cobras como braceletes. Esse é um dos inícios da história de Luz del Fuego, bailarina que dançava seminua acompanhada por serpentes e que escandalizou o Rio nos anos de 1950. Uma das precursoras do naturismo, Fuego vivia em busca de uma sociedade alternativa, que só veio a ser formalmente proposta anos depois, nas letras de Paulo Coelho, entoadas por seu parceiro Raul Seixas. Também internado pela família em 1966, 1967 e 1968, Paulo Coelho revelou a história de suas internações ao manifestar publicamente seu apoio à Lei 10.216/2001, que consolidava as lutas por uma assistência psiquiátrica antimanicomial. Em dezembro de 2000, a Casa de Saúde Dr. Eiras/Botafogo solicitou o descredenciamento de seus leitos-SUS, após dois anos sem receber novos pacientes por determinação do poder público. A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro instituiu uma comissão para acompanhar a transferência dos 580 pacientes

então internados, que foram encaminhados para suas famílias e inseridos em programas de desospitalização dos hospitais psiquiátricos públicos. Na década de 1990, a casa Dr. Eiras-Paracambi ganhou as manchetes dos jornais em função das precárias condições a que estavam submetidos seus 2.100 internos. Após algumas tentativas de intervenção, em 2000, após visita da I Caravana Nacional de Direitos Humanos, o poder público entrou na unidade de Paracambi e em 2004, devido a sucessivas denúncias de maus-tratos e do alto índice de óbitos, ocorreu a intervenção na unidade. Dois meses depois foram divulgados pelo Ministério da Saúde os resultados do Programa Nacional de Avaliação dos Hospitais Psiquiátricos (PNASH) 2003/2004, com o descredenciamento de 53 hospitais, dentre eles a Casa de Saúde Dr. Eiras/Paracambi. Atualmente, continua o processo de sua desativação e, simultaneamente, tem sido constituída uma rede de atenção territorial em saúde mental, mediante a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em especial nos municípios da Baixada Fluminense, dos quais provinha um contingente expressivo dos internados. A Casa de Saúde Dr. Eiras/Paracambi, que já foi o maior hospício da América Latina, é um marco da psiquiatria asilar, que o movimento de Reforma Psiquiátrica busca superar.

Referências

ALMEIDA, C. "Política e planejamento: o plano de saúde Leonel Miranda". **Revista Saúde Pública**. Vol. 40 (3), p. 381-5, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n3/02.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2007.

BIFE: O palco em revista – Qorpo Santo. Disponível em: <http://www.bife.com.br/bife.php?class=agenda&action=detalhe&id=170>. Acesso em: 5 jan. 2007.

COSTA FILHO, C. F. E. da. **Entrevista** concedida a Adriana Rosa. Rio de Janeiro, 24 jan. 2007.

GOMES, M. P. C. **Entrevista** concedida a Adriana Rosa. Rio de Janeiro, 26 jan. 2007.

HISTÓRIA da Casa de Saúde Dr. Eiras. Disponível em: <http://www.hmattos.kit.net/historiadacasadesaude.html>. Acesso em: 4 de jan. 2007.

INSTITUTO FRANCO BASAGLIA (IFB). **Boletim 18 de maio**. Informativo do Instituto Franco Basaglia (IFB), Rio de Janeiro, ano 8, n. 17, nov./dez. 2000 e janeiro de 2001.

MEMÓRIA VIVA – Luz del Fuego. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/luzdelfuego>. Acesso em: 5 jan. 2007.

MORAES, M. F. **Algumas considerações sobre a história dos hospitais privados no Rio de Janeiro: o caso Clínica São Vicente.** Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/pos_graduacao/completos/moraesmf.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2007.

PICCININI, W. J. "Franco da Rocha: vida e obra**". Psychiatry On-line Brazil**, n. 8, abril 2003. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0403.htm>. Acesso em: 25 dez. 2006.

RIO DE JANEIRO (Município). Resolução Secretaria Municipal de Saúde 746, de 4 de dezembro de 2000. dispõe sobre a Comissão de acompanhamento do processo de transferência dos pacientes internados na Casa de Saúde Dr. Eiras – Botafogo. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2000.

Adriana Rosa

Raquel Cavalcante Freire

■ Casa de Saúde Santa Mônica Ltda. (Espaço Bom Viver – EBV) – 1995-

Hospital Santa Mônica (HSM) – 1962-1995

Fundado em 3 de janeiro de 1962 como Hospital Santa Mônica, estabelecido na rua São Judas Tadeu, s/n., Jardim Santa Mônica, Bairro do IAPI, Salvador – BA, tendo como entidade mantenedora a empresa Serviços Médicos Cirúrgicos da Bahia S. A., da qual também faziam parte o Sanatório Bahia e o Hospital Ana Nery. Em 1995, houve uma cisão parcial da empresa mantenedora e o Hospital Santa Mônica (HSM) passou a existir como pessoa jurídica independente, denominando-se, então, Casa de Saúde Santa Mônica (nome fantasia:

Espaço Bom Viver). O fundador do HSM (1962) e idealizador da Casa de Saúde Santa Mônica (Espaço Bom Viver – 1995) foi o psiquiatra Cílio Nascimento Andrade. Durante o período de sua existência, o HSM possuía 452 leitos destinados aos portadores de doença mental vinculados ao INPS e, a partir de 1990, ao SUS, e 40 leitos para atender pacientes particulares e convênios, totalizando 492 leitos. A instituição atendia uma população predominantemente de baixa renda. Até 1994, a única atividade complementar ao atendimento psiquiátrico era a terapia ocupacional, e mesmo esta era muito incipiente devido ao grande número de internos, o que impossibilitava a qualidade adequada de assistência. A partir daquele ano, por exigência do Ministério da Saúde, o psicólogo passou a fazer parte da equipe multidisciplinar dos hospitais de psiquiatria, estabelecendo-se a obrigatoriedade de pelo menos um psicólogo, com carga horária de 20 horas semanais, para cada grupo de 60 pacientes. Essa determinação foi cumprida pelo HSM e, posteriormente, pelo EBV. Na qualidade de entidade privada com fins lucrativos, é regida pelo contrato social registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB). Há um estatuto interno que estabelece as diretrizes e normas de seu funcionamento. A direção clínica da empresa vem sendo exercida desde 1997 pela psiquiatra Mara Christina Moraes de Andrade e a direção administrativo-financeira, desde sua fundação, pelo administrador José Augusto Andrade. Os dirigentes têm a intenção de, no futuro, vincular essa empresa a uma instituição acadêmica, transformando-a em um centro de pesquisa. O EBV surgiu para atender à demanda na área de saúde mental e dependência química da população do Estado da Bahia. Até o ano de 1995, o mercado de medicina suplementar (assistência médica a particulares e operadoras de planos de saúde) contava com o atendimento a pacientes custeados por recursos próprios (particulares) ou pelas operadoras de planos de saúde (medicina de grupo, cooperativas médicas, seguradoras de saúde e empresas de autogestão). Em 2008 englobava 2.100.000 pessoas no Estado da Bahia. Embora tenha sido criado com o objetivo de prestar assistência no âmbito da medicina suplementar, o EBV cedeu, desde sua fundação, parte de seu extenso espaço físico para dar continuidade à prestação de serviços médicos a pacientes portadores de doenças mentais e dependentes químicos vinculados ao SUS. No dia 30 de abril de 2003, houve a desvinculação total do SUS, com a saída do último paciente conveniado. A área até então destinada ao SUS foi desativada e parte dela vem sendo reformada para melhor atender à clientela. Depois dessa desvinculação, o EBV deixou de ser regido por determinação oficial, que exija a presença do psicólogo no quadro de funcionários, embora, segundo seus dirigentes, esse profissional deva continuar inserido na assistência. Em 2008, dois psicólogos estavam incluídos na equipe, com carga horária de 36 horas semanais, atendendo os 70 pacientes internados. A estrutura física do EBV compreende uma área total de 15.000 m^2, localizada na área metropolitana de Salvador, com 8.000 m^2 de área construída. Há 70 leitos distribuídos em três unidades (M1, M2, M3). O refeitório serve cinco refeições diárias. A equipe multidisciplinar é composta por 12 médicos (10 psiquiatras e dois clínicos), um terapeuta ocupacional, dois enfermeiros, um professor de educação física, um assistente social, dois psicólogos, um nutricionista e um farmacêutico, além de contar com os serviços de seis auxiliares de enfermagem e quatro apoios técnicos que garantem a segurança (dados de 2006). Todas as segundas-feiras a equipe técnica se reúne com os visitantes e pacientes, a fim de esclarecer as práticas terapêuticas adotadas pelo hospital, além de procurar conscientizar os familiares sobre a importância do seu apoio para a adesão do paciente ao tratamento. Adaptando-se a uma nova concepção de tratamento clínico na área de saúde mental, parte da área desativada após o descredenciamento do SUS foi utilizada para a construção de uma área de lazer com piscina, academia de ginástica e quadra esportiva. Com isso, pretendia-se garantir ao paciente condições favoráveis a fim de manter suas relações sociais preservadas e proporcionar uma internação menos penosa. Há um projeto para que até 2008 o EBV esteja equipado com um ambulatório, uma unidade de internação para 150 pacientes, uma unidade de hospital-dia e um pronto atendimento psiquiátrico, incluindo o suporte de serviço psicológico,

terapia ocupacional, preparação e recuperação física do interno e acompanhamento por parte de um assistente social.

Referências

ANDRADE, M. C. M. de. **Depoimento concedido a Gisela Maria Guedes Carneiro Reis e Rita de Cássia Teixeira Valente**. Salvador, 26 out. 2006.

ANDRADE, J. A. **Depoimento concedido a Gisela Maria Guedes Carneiro Reis e Rita de Cássia Teixeira Valente**. Salvador, 17 nov. 2006.

Gisela Maria Guedes
Rita de Cássia Teixeira Valente

■ Casa de Saúde São Pedro Ltda. (CSSP) – 1966-

Instituição de assistência psiquiátrica, de natureza privada, sendo mantida por particulares e, atualmente, por convênios: SUS, Instituto de Previdência do Estado (IPEP), Fundação de Seguridade Social (GEAP), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) e Fundo de Saúde do Exército (FUSEX). Localizada na avenida Epitácio Pessoa, 1.312, Torre, Paraíba, foi fundada em 13 de agosto de 1966, pelo casal de psiquiatras paraibanos Danilo de Lira Maciel e Maria das Neves Carneiro Maciel, sendo destinada ao tratamento de pacientes portadores de transtornos psiquiátricos, psicológicos e relacionados à dependência química (álcool e outras drogas). A equipe atual de psicólogos é composta por três profissionais da área clínica e hospitalar e por estagiários de psicologia vindos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE), sob a coordenação da psicóloga Silvana Maciel Carneiro. Os pacientes encaminhados à instituição são recebidos pelo médico, pela assistente social ou pela enfermeira-chefe, sendo em seguida encaminhados às alas de internação, recebendo a partir daí o atendimento especializado. O serviço de psicologia, fundado em 1974, realiza atividades como: apoio psicológico, psicoterapia individual e grupal, grupos operativos e reflexivos, reuniões com pacientes e seus familiares, bem como orientação psicológica às famílias de pacientes. A evolução de cada caso é registrada em prontuários, para que a equipe multiprofissional conheça a avaliação realizada pela psicologia. O serviço de psicologia promove eventos ligados a datas comemorativas como Natal, dia das mães, dia dos pais e dia de São João. Objetivando a capacitação dos funcionários, foram realizados, nos anos de 2004 a 2006, cursos de humanização e motivação. Quanto a publicações institucionais, não foram obtidos dados. Na estrutura funcional da instituição existem a direção-geral, direção administrativa, setor de recursos humanos e as coordenações de psicologia, nutrição, educação física, terapia ocupacional e medicina. O espaço físico da casa comporta cerca de 170 leitos, distribuídos por várias enfermarias masculinas. Há cinco salas de coordenações profissionais, uma quadra poliesportiva, cinco pavilhões (sendo um particular), jardim, cozinha, lavanderia e 60 banheiros.

Referências

MACHADO, M. M. **Entrevista concedida a Maria do Socorro Brito Mendes.** João Pessoa, 26 set. 2008.

MACIEL, S. **Entrevista concedida a Maria do Socorro Brito Mendes**. João Pessoa, 26 set. 2008.

SILVA FILHO, E. B. da. **História da Psiquiatria na Paraíba.** João Pessoa: Santa Clara, 1998.

Maria do Socorro Brito

■ Centro da Consciência e do Desenvolvimento Humano (INTEGRAR) – 2003-

Serviço de Orientação Educacional e Vocacional do Ceará (SOEVOC) – 1962-2003

Localizada na rua Osvaldo Cruz, 1, sala 1.305, Meireles, Fortaleza-CE, é uma instituição privada, fundada em 1962 por Artamilce Moreira Guedis Lobo e Maria Júlia Cipião, pedagogas e orientadoras educacionais, vi-

sando atender à demanda de aplicação e interpretação de testes de inteligência e aptidões em Fortaleza. De 1976 a 1995, diante das exigências emanadas da regulamentação da profissão de psicólogo, através da Lei 4.119, de 27/08/1962, a responsabilidade técnica da instituição foi assumida pela psicóloga Ana Cristina Kichler, suprindo a demanda de psicodiagnóstico oriunda de médicos, instituições públicas e privadas e de seleção para empresas locais. Em 1983 Martha Guedis Lobo, estudante de psicologia, assume a administração da SOEVOC em lugar de Artamilce Moreira Guedis Lobo – licenciada por questão de saúde – instituindo estágio, que vigorou até 1991, para estudantes de psicologia da área organizacional, com a Universidade Federal do Ceará (UFC), e contratando novos psicólogos. Ainda neste ano, Martha Guedis Lobo, formada pela UFC e em formação na Escola Paulista de Psicodrama (SP), inicia a prática psicoterapêutica. Em dezembro de 2003, já no papel de diretora técnica e administrativa, muda o nome da Instituição para INTEGRAR (Centro da Consciência e do Desenvolvimento Humano) e amplia as atividades ofertadas, que passam a ser: atendimentos psicológicos, seleção de pessoal e cursos de formação em psicoterapia. Tem por público-alvo pessoas físicas, jurídicas e públicas da sociedade. A instituição tem promovido eventos como: curso de formação em psicoterapia com crianças e adolescentes; curso sobre os testes de Zuliguer e PMK; e tem como projeto em curso apresentar um evento cujo tema será Aspectos Psicológicos da Reeducação Alimentar, Prevenção e Tratamento da Obesidade. Foi a primeira instituição, no Ceará, a oferecer prestação de serviços nas áreas clínica, escolar e organizacional e a primeira a ofertar estágio em psicologia organizacional.

Referência

LOBO, M. G. **Depoimento concedido a Angela de Moura Marques**. Fortaleza-CE, 30 e 31 ago. 2008 e 18 set. 2008.

Angela Marques

■ Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) – 1980-

Foi criado em 25 de março de 1980 em sessão solene realizada na sede da Fazenda do Rosário, em Ibirité, Minas Gerais, com os objetivos de preservar a memória e divulgar a obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff. De origem russa, Helena Antipoff formou-se em psicologia e educação em Paris e Genebra. Após exercer por alguns anos a profissão de psicóloga na Rússia e na Suíça, como assistente de Édouard Claparède, transferiu-se para o Brasil, em 1929. Já no Brasil, atuou no ensino de psicologia para educadores e liderou extensa obra voltada para a educação de excepcionais, através da criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Atuou também na formação de educadores para o meio rural em experiência pioneira no Brasil, iniciada na Fazenda do Rosário com a criação do Instituto Superior de Educação Rural (ISER), em 1952, e a oferta de numerosos cursos de aperfeiçoamento para educadores do meio rural. O patrimônio do CDPHA é constituído do acervo de documentos, biblioteca e objetos de uso pessoal que pertenceram à educadora, e que se encontram atualmente guardados na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, MG, e na Sala Helena Antipoff, localizada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. O CDPHA é gerido pela assembleia geral dos associados, que se reúne anualmente, por ocasião dos Encontros Anuais Helena Antipoff; pela presidência, vice-presidência, conselho consultivo, coordenadorias técnicas regionais e conselho fiscal. Os vice-presidentes do CDPHA são obrigatoriamente vinculados às instituições criadas por Helena Antipoff: a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, a Fundação Helena Antipoff, a Associação Milton Campos (ADAV) e a Associação Comunitária do Rosário (ACORDA). A cada encontro, um tema relacionado à obra da educadora é escolhido, orientando as reflexões dos conferencistas convidados e dos trabalhos apresentados, de-

pois publicados no *Boletim do CDPHA*. Entre 1980 e 1999, o CDPHA foi presidido pelo psicólogo Daniel Antipoff. Funcionou também a Coordenadoria Regional do CDPHA do Rio de Janeiro, presidida pela professora Olívia Pereira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Durante esse período, foram reunidas novas doações ao acervo, e editada a *Coletânea das Obras Escritas de Helena Antipoff*, em cinco volumes, com o apoio da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Foi também organizada pela bibliotecária Lea Valverde a *Bibliografia Preliminar de Helena Antipoff*, contendo a relação de trabalhos publicados pela educadora, acompanhados dos respectivos resumos, bem como uma relação de publicações sobre sua obra. A bibliografia foi divulgada no *Boletim do CDPHA n. 2*. Os encontros anuais realizados nos anos de 1980 reuniram diversos amigos e colaboradores da psicóloga homenageada, e seus depoimentos foram publicados nos primeiros boletins. Em 30/03/1989, o CDPHA firmou convênio com a Fundação Helena Antipoff, pelo qual a fundação cedeu ao centro quatro salas para a guarda e exposição de seu acervo, por dez anos. Durante os anos iniciais da década de 1990, a manutenção do acervo ficou prejudicada pelo desinteresse da direção da fundação. A partir de 1998, contudo, quando assumiu a direção da instituição a professora Irene de Melo Pinheiro, ex-aluna e colaboradora de Helena Antipoff, foram retomados os trabalhos de organização do acervo sediado em Ibirité. Na mesma ocasião, em 16 de abril de 1999, foi celebrado convênio entre a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais e o CDPHA, visando dar continuidade ao trabalho de preservação do acervo e divulgação da obra de Antipoff, com o estabelecimento do Memorial Helena Antipoff na Fundação Helena Antipoff, e da Sala Helena Antipoff, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por meio desse convênio, a fundação se comprometeu a manter sua parte do acervo, bem como uma exposição permanente sobre a vida e a obra de Helena Antipoff. A UFMG se comprometeu a inventariar, conservar e restaurar a parte do acervo que lhe foi cedida pelo CDPHA, com o auxílio da equipe da professora Bethânia Reis Veloso, do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR-UFMG). Em 2000, a presidência do CDPHA foi transferida para Regina Helena de Freitas Campos, professora de psicologia da educação na UFMG, e Daniel Antipoff continuou na diretoria, como presidente de honra, a convite da assembleia dos associados. Os Encontros Anuais Helena Antipoff continuaram a ser realizados regularmente e foram consideravelmente ampliados, com a integração de eventos reunindo pesquisadores da história da psicologia e história da educação no Brasil. Em 2000, o XIX Encontro foi realizado em associação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Na ocasião, a presidenta do CFP, professora Ana Mercês Bahia Bock, compareceu ao evento e promoveu a entrega do Prêmio Monográfico Helena Antipoff, instituído pelo Conselho com a finalidade de premiar monografias de excelência sobre o tema da inclusão social. As monografias premiadas foram publicadas no *Boletim do CDPHA n. 15*, editado naquele ano. A partir de 2003, alguns encontros foram realizados em associação com a Rede Interinstitucional de Pesquisadores em História da Psicologia, reunindo pesquisadores de diversas universidades brasileiras voltados para o estudo da história da psicologia. Em 2005, com o falecimento de seu fundador, Daniel Antipoff, aos 85 anos, sua esposa, a também psicóloga Otília Braga Antipoff, tornou-se presidente de honra do CDPHA. A partir de 2007, com a ampliação do número de contribuições, o Centro instituiu uma nova publicação: a *Coleção Encontros Anuais Helena Antipoff*. Contando em seu conselho editorial com pesquisadores de instituições universitárias brasileiras e estrangeiras, a publicação se destina a veicular as contribuições apresentadas nos eventos promovidos anualmente. O CDPHA mantém atualmente o acervo de Helena Antipoff em duas unidades: em Ibirité, na Fundação Helena Antipoff, onde está sediado o Memorial Helena Antipoff; e no *campus* da UFMG, na Biblioteca Central da UFMG, em Belo Horizonte, onde

está sediada a Sala Helena Antipoff, cujo acervo é registrado como Coleção Especial da biblioteca. Além disso, o centro continua a promover os encontros anuais, destinados à discussão de trabalhos de pesquisa sobre temas relacionados à obra de Helena Antipoff. Como resultado desses eventos, realizados alternadamente na Fundação Helena Antipoff e na UFMG, são publicados anualmente o *Boletim do CDPHA* e um volume da *Coleção Encontros Anuais Helena Antipoff.*

Referências

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF – CDPHA**. Boletim do CDPHA**, Belo Horizonte: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, n. 1-20, 1981-2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF – CDPHA**. Estatuto do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff**. Belo Horizonte: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, 1980.

Regina Helena de Freitas Campos

■ Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC) – 1972-198?

Associação científica e profissional fundada em 11 de junho de 1972 em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a partir do chamado grupo dos oito, composto por oito psicólogos que buscavam uma formação e uma definição para o trabalho em psicologia clínica que pudesse se distinguir de uma formação exclusivamente acadêmica. Posteriormente, em 1976, esses psicólogos ingressaram no curso de especialização da PUC em parceria com o CESAC. Eram eles: Ira Fernandes, Maria Celuta Lanare, Neide Lobato dos Santos, Vera Drummond – que produziram, em coautoria, uma monografia sobre a história do CESAC –, Narciso Teixeira, Irene Lavigne, Eliane Nogueira e Liana Luz. Inicialmente se organizam em torno de dois psicanalistas ligados à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ): Inês Besouchet, psicóloga de formação, e Wilson de Lyra Chebabi. Posteriormente incorporam ao grupo a psicóloga e psicodramatista Norma Jatobá e a psicóloga e psicanalista uruguaia Marta Nieto. Participam do CESAC também a psicóloga Therezinha Lins de Albuquerque, o teólogo Arcângelo Buzzi e o filósofo Emmanuel Carneiro Leão. O CESAC propõe um programa de estudos eclético e diletante que engloba rudimentos de filosofia, psicanálise, antropologia, matemática, religião, etimologia da língua hebraica, incluindo até o estudo da cabala. Além disso, havia cursos e práticas psicodramáticas, usadas inclusive na seleção dos candidatos, sob a orientação de Norma Jatobá. Seu público-alvo era composto por uma maioria de psicólogos em busca de formação e, curiosamente, havia uma exigência de estar em análise para fazer parte da instituição. O CESAC não chegou a editar uma publicação própria de maior circulação, embora contasse com boletins internos. Em 1972 o CESAC era composto por um corpo de 15 membros e, três anos depois, chegaria a 96 filiados, sendo 27 alunos do curso de especialização da PUC-Rio. Em 1976, quando esses alunos terminaram o curso, o convênio com a universidade foi encerrado. Nessa época o CESAC passou a receber uma demanda de formação psicanalítica que não foi atendida e, após sucessivas crises internas sobre sua função, ficou definido, em documento datado de 11 de dezembro de 1978, que a instituição era definitivamente um centro de estudos, mas não de formação. O CESAC foi uma instituição que reuniu psicanalistas e psicólogos em torno da psicanálise e saberes afins no campo das ciências humanas, tendo sido, na década de 1970, uma espécie de vestíbulo para a formação psicanalítica dos psicólogos e uma extensão da SPRJ, já que os psicanalistas que ministravam cursos, supervisão e mesmo a análise dos psicólogos participantes da instituição pertenciam a essa sociedade. Desse modo, houve uma oscilação constante no CESAC entre um centro de estudos mul-

tidisciplinares e uma instituição com forte demanda de formação psicanalítica, que não se concretizou até a instituição fechar suas portas. A data desse encerramento é pouco precisa, mas o CESAC manteve diferentes atividades até o final da década de 1980.

Referências

FERNANDES, I. **O grupo dos oito – pré-história do CESAC**. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

CENTRO DE ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA CLÍNICA (CESAC). **Relatório de Avaliação do ano letivo de 1976**. Rio de Janeiro, 1977, Mimeo.

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

Ana Cristina Costa de Figueiredo

■ Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST) – 1978-

Os movimentos iniciais que precedem a criação do CEGEST ocorreram com a chegada de Walter Ferreira da Rosa Ribeiro a Brasília, onde vive desde 1973. Pioneiro da gestaltterapia no Brasil, conduziu o primeiro *workshop* nessa abordagem já em 1973, no então Instituto para o Desenvolvimento Regional (IDR), juntamente com Thérèse A. Tellegen e Marina Pacheco Jordão. Iniciou grupos de treinamento em 1977 e 1978, no intuito de estudar, compreender e trabalhar com a abordagem gestáltica. Em 1978, constituiu o primeiro núcleo de formação em gestaltterapia de Brasília, o G1, com 20 pessoas, seguido em anos posteriores pelos G2, G3 e G4. Surgiram a partir daí diversos subgrupos, que tiveram como treinadores os membros do G1. Convidados brasileiros e americanos contribuíram nesse processo. O CEGEST foi criado em 1978 e institucionalizado oficial e legalmente em 1984, tendo como fundadores: Walter Ferreira da Rosa Ribeiro, Enila Chagas, Jorge Ponciano, Marta Carrijo, Braulina Romancini, Thales Garcia, Thereza Gayoso, Zélia Rocha e Elizabeth Pinheiro – todos com formação em gestaltterapia, participantes do G1. Em 1988, um grupo de pessoas organizou, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), um seminário sob o título "Entendidos e Mal-Entendidos da Gestaltterapia", tendo como palestrantes Walter F. R. Ribeiro, Cristina Frascaroli – na época também professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, Enila Chagas, Elizabeth Pinheiro Dias Leite, Laura Furst Arantes e outros. O número dos participantes superou as expectativas, deixando claro o interesse que a gestaltterapia despertava. Em 1989, durante o II Encontro Nacional de Gestaltterapia, em Caxambu-MG, Walter Ferreira da Rosa Ribeiro foi escolhido, com o apoio da caravana de Brasília ali presente, para organizar o III Encontro Nacional de Gestaltterapia, em Brasília. Esse III Encontro, realizado em 1991 com 586 inscritos, foi um marco para o CEGEST, pela oportunidade de os psicólogos gestaltistas se apresentarem uns aos outros. Walter foi o principal organizador e o responsável teórico pelo encontro, que conferiu ao grupo organizador e aos participantes um sentido de pertencimento e identidade, contribuindo para o fortalecimento do CEGEST como espaço propiciador de questionamentos, reflexões, exame e reexame da gestaltterapia e sua aplicabilidade. Em 2004 e 2006, respectivamente, o CEGEST, junto com o Instituto de Gestaltterapia de Brasília (IGTB), realizou o I e o II Encontro Candango da Abordagem Gestáltica, tendo o último 164 participantes, além de 51 palestrantes – consolidando mais uma vez a gestaltterapia no Distrito Federal. O CEGEST promove formação, especialização, aprimoramento bem como pesquisa e troca de conhecimentos sobre a abordagem de base existencial-fenomenológica da gestaltterapia, através do estudo da teoria e prática dessa abordagem. É aberto a profissionais da área de saúde e interessados em participar do

estudo da dinâmica do conhecer e do existir humano, a serviço da melhoria da qualidade das relações humanas. Seus objetivos são: promover estudos da filosofia, teoria e metodologia da abordagem gestáltica; produzir e transmitir conhecimentos na área das ciências do homem; disponibilizar atendimento à comunidade nas diversas áreas de atuação da gestaltterapia; promover intercâmbio cultural e acadêmico com entidades congêneres. A finalidade da instituição é propiciar formação contínua aos profissionais interessados no desenvolvimento da abordagem gestáltica e de si mesmos, aprimorar a formação acadêmica, a compreensão teórica, a prática, a reflexão, o entendimento e a atualização intelectual, emocional e psicológica da atitude e mentalidade gestálticas. As atividades do CEGEST incluem o Curso de Formação e Especialização em Psicologia Clínica em Gestal Terapia, além de uma programação periódica de eventos, visando à constante atualização do profissional via seminários, simpósios, cursos de extensão, palestras, grupos de reflexão e de discussão. Elabora a tradução de livros e artigos, orienta a elaboração e apresentação de monografias. Possui biblioteca especializada com um acervo de 220 livros, noventa artigos catalogados, videoteca com 36 fitas de palestras, congressos e cursos, que podem ser utilizados em ensino e pesquisa, estando o material disponível para consulta ou empréstimos tanto para os sócios e os alunos do CEGEST, como para consulta do público em geral. O CEGEST é administrado por um conselho executivo, cujos membros são eleitos, bienalmente, em assembleia geral. É composto por conselho diretor, coordenação de secretaria, coordenação de finanças, adjunto de finanças, coordenação de eventos e um ombudsman. Em 2006, o CEGEST foi credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP 007/01) a conferir o título de Especialista em Psicologia Clínica, através de curso de formação e especialização teórica e prática (380 horas de parte teórica e 120 horas de parte clínica, com um mínimo de 60 horas de psicoterapia na abordagem gestáltica e de elaboração de monografia de base teórica em gestaltterapia), possibilitando o exercício da psicologia clínica em gestaltterapia. A equipe docente conta com um coordenador de cursos e dez professores, especialistas em psicologia clínica, mestres e doutores, além de professores convidados. A manutenção do CEGEST decorre da contribuição mensal dos seus sócios e da arrecadação obtida com as atividades desenvolvidas. Possui uma clínica-escola em que os psicólogos do curso de especialização atendem, sob a supervisão do corpo docente. Tem também um serviço de plantão, de cunho social, em que profissionais sócios do CEGEST se oferecem voluntariamente para atendimento psicoterápico à comunidade, a preços diferenciados, considerando as diferenças socioeconômicas dos clientes.

Referência

CENTRO DE ESTUDOS DE GESTALTTERAPIA DE BRASÍLIA (CEGEST). Disponível em: <www.cegest.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2007.

Zélia Pereira Barbosa

Elayne Magaldi Daemon

■ Centro de Estudos Freudianos (CEF) – 1975-

O CEF foi o primeiro grupo lacaniano brasileiro a estabelecer-se com o estatuto formal de instituição destinada ao estudo, debate, produção de conhecimentos e formação psicanalítica, a partir das proposições de Jacques Lacan. O início da institucionalização da Psicanálise no Brasil data de 1927: ano da fundação da Sociedade Brasileira de Psychanalyse. Essa primeira sociedade tornou-se inativa, na medida em que seu principal fundador, Durval Marcondes, buscando manter-se coerente com o processo de normatização e regulamentação do processo de formação de psicanalistas estabelecido pela International Psychoanalytical Association (IPA), voltou-se para o processo de constituição da primeira instituição brasileira de formação de analistas legitimada pela IPA: a Sociedade Brasileira de Psicanálise de

São Paulo (SBPSP), oficialmente reconhecida em 1951. Diversas instituições vieram a percorrer a mesma via em outros estados brasileiros, consolidando o contexto de exclusividade da IPA, na formação de psicanalistas no Brasil, que vigorou até meados dos anos 70. A partir daí, iniciou-se a fratura dessa hegemonia, com a criação progressiva de instituições desafiando esse poder centralizador. A origem desse processo remete a acontecimentos do campo psicanalítico francês. Em 1953, um grupo de psicanalistas didatas, entre os quais Jacques Lacan, fundou a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), após se desligar da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Lacan desafiava a regulamentação técnica da IPA, com suas sessões curtas e de tempo variável. E também inaugurava uma produção teórica que criticava o dogmatismo predominante, iniciando um ensino sistemático que chamou de "retorno a Freud", a partir da influência da lingüística e da antropologia estrutural. Após um longo processo, a IPA recusou a filiação da SFP e, em 1963, retirou de Lacan o título de didata. Em 1964, Lacan fundou a Escola Freudiana de Paris (EFP), com o objetivo de reconduzir a práxis original do campo aberto por Freud ao dever que entendia lhe competir em nosso mundo. Criou-se, assim, um novo modelo institucional de formação de psicanalistas, que abolia o título de analista didata. Em 1967, propôs o dispositivo do "passe" para aqueles que desejassem testemunhar os problemas cruciais da sua própria análise (Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola). Os anos 70 iniciaram-se com novas articulações teóricas, agora a partir da influência da matemática e da topologia. Sensíveis a esses acontecimentos, e influenciados pela obra de Lacan e por suas idéias sobre transmissão da psicanálise e formação de analistas, cinco pessoas reuniram-se em São Paulo, em 4 de outubro de 1975, para fundar o CEF: Luiz Carlos Nogueira, Durval Checchinato, Jacques Laberge, Ivan Corrêa e Jeanne-Marie Machado de Freitas. Luiz Carlos Nogueira fora seminarista na ordem dos jesuítas e graduara-se em Filosofia. Iniciara sua formação psicanalítica com analistas da SBPSP e era professor do Instituto de Psicologia da USP, onde defendeu seu doutorado sobre o inconsciente freudiano. Já em 1974 tinham-se iniciado os contatos de Nogueira com Checchinato, que voltara para Campinas após realizar seu mestrado na França e tornar-se membro da EFP. E Laberge e Corrêa, também formados na tradição filosófica dos jesuítas, haviam retornado a Recife após estudos sobre as obras de Freud e Lacan, em Paris. Além de desenvolverem atividades em consultório, tinham constituído, com outros colegas, um grupo de estudos sobre psicanálise. Corrêa, além disso, era professor da Universidade Católica de Pernambuco e atuava como psicólogo na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). O CEF, embora fundado em 1975 por indivíduos sediados em apenas dois estados brasileiros, foi concebido, desde o início, com pretensões de representatividade nacional. Grupos subsidiários regionais vieram a ser criados em São Paulo, Recife, Campinas, Brasília, Curitiba, Piracicaba, Salvador, Natal, Porto Alegre e Goiânia, ainda que alguns com duração efêmera. No artigo em que relata a história do CEF, Laberge explicita que o desejo inicial que impulsionou sua fundação foi criar uma instituição acessível a analisantes e não analisantes, analistas e não analistas e pessoas dos mais variados campos – antropologia, história, matemática, lingüística etc –, onde a interrogação freudiana, através da palavra de Lacan, pudesse ser colocada: uma instituição onde a possibilidade de ser analista estivesse condicionada unicamente ao desejo de cada um, provado no divã e no estudo da psicanálise. As proposições fundadoras adotadas desde os encontros iniciais do grupo refletiam com clareza a transferência com Lacan e seu ensino: a referência fundamental ao "retorno a Freud", a abolição da análise didática como elemento fundamental da formação de analistas, a sustentação da viabilidade da análise de psicóticos, a adoção de sessões de duração curta e variável (o "tempo lógico") e a atenção à interlocução com outras áreas do saber. A partir de 1975, realizaram-se diversos encontros nacionais, alternando-se as cidades que os sediavam. Neles, realizavam-se debates e apresentações

teóricos, debates sobre a prática psicanalítica, apresentações de casos clínicos e reuniões sobre política institucional. Em um encontro de 1976, houve uma malograda tentativa de fusão com o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro: outro grupo lacaniano, fundado em 1975 por Magno Machado Dias e Betty Milan. No final da década de 70, com a progressiva dissolução dos grupos regionais e o afastamento de membros para outras atividades, ou para a fundação de novos grupos, o CEF perdeu seu caráter nacional. Em 1980, Jacques Lacan dissolveu a EFP, fundando a Escola da Causa Freudiana (ECF). Ele faleceu em 1981. Esses acontecimentos modificaram sobremaneira o campo lacaniano brasileiro e internacional. Quanto aos fundadores do CEF, Laberge continuou exercendo a psicanálise no Recife. Checchinato fundou com colegas a Associação Campinense de Psicanálise, em 1992, visando a formação de analistas e a difusão do conhecimento psicanalítico. Nogueira aderiu ao Campo Freudiano, fundando a Escrita Freudiana, em 1989. Essa instituição foi dissolvida para que seus membros aderissem à iniciativa que deu origem à Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), fundada em 1995. Em 1998, Nogueira participou da cisão internacional que deu origem à Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF) e fundou com colegas, em São Paulo, o Fórum do Campo Lacaniano (FCL-SP), do qual foi o primeiro diretor. Faleceu em 2003. No Recife, Corrêa continua na liderança do Centro de Estudos Freudianos de Pernambuco.

Referências

CORRÊA, A. I. "Tributo a uma década**". Céfiso: Revista do Centro de Estudos Freudianos do Recife**, v. 1, n.4, p. 17-18, 1985.

LABERGE, J. "História de um projeto, o Centro de Estudos Freudianos". **Céfiso: Revista do Centro de Estudos Freudianos do Recife**, v. 1, n. 4, p. 5-14, 1985.

LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

OLIVEIRA, C. L. M. V. de. **História da psicanálise. São Paulo: 1920-1969**. São Paulo: Escuta, 2006.

PACHECO FILHO, R. A. "Koch, Adelheid Lucy". In: CAMPOS, R. H. de F. et al (Orgs.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília/DF: CFP; 2001, p.193-196.

ROSAS, P. **Memória da Psicologia em Pernambuco**. Pernambuco: Ed. UFPE, 2001.

ROUDINESCO, E. e PLON, M. (Orgs.). "Brasil". In: **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.86-92.

SAGAWA, R. Y. "A história da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo". In: NOSEK, L.(Org.) **Álbum de família: imagens, fontes e idéias da Psicanálise em São Paulo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

SIQUEIRA, E. S. de; MORAES, E. A. de; CORRÊA, I. "Percursos do movimento psicanalítico em Pernambuco". **Neurobiologia**, 60v. 60, n. 3, p. 115-122, jul./set. 1997.

SOBREIRA, S. "Antes e depois de meu encontro com Lacan: Paris - julho de 1977. (Entrevista com Luiz Carlos Nogueira)". **Psicologia USP**, v. 15, n. 1/2, p. 109-123, 2003.

Ana Laura Prates Pacheco

Raul Albino Pacheco Filho

■ Centro de Estudos Freudianos do Recife (CEF-Recife) – 1984-

Teve sua fundação ligada ao grupo integrado por Ivan Corrêa, Jacques Laberge e outros interessados no estudo, divulgação e transmissão da psicanálise freudiana-lacaniana, sendo uma das primeiras instituições a introduzir o estudo de Lacan no Brasil. Este grupo, juntamente com colegas de outras cidades, tendo como sustentação a transferência à obra de Freud e Lacan, reuniu-se, no I Encontro Nacional, em 4/10/1975, em reunião aberta como concretização de um projeto amadurecido nos contatos anteriores. Após esse primeiro encontro, alguns grupos regionais deram os primeiros passos, de modo

informal e assistemático. No Recife, Ivan Corrêa, Jacques Laberge e outros, mantiveram os estudos e as interlocuções, sustentando o núcleo que possibilitaria a posterior fundação do CEF-Recife. Neste primeiro encontro nacional foi escolhido o tema A Transferência para o encontro seguinte (realizado em fevereiro de 1976 em São Paulo), com base no estudo do Seminário de Lacan "A Transferência". O grupo do Recife, avançando no desejo de difundir, estudar e transmitir a psicanálise, com base nos textos de Freud e de Lacan, organizou-se também na fundação jurídica do CEF-Recife. O CEF foi constituído como pessoa jurídica em 27/10/1984, sediando-se na época na rua Joaquim Xavier de Andrade, 72, no bairro de Casa Forte, Recife-PE. Em sua primeira ata, datada de 06/10/1984, aprovou-se o texto elaborado pela comissão de revisão e reformulação dos estatutos e regulamento interno. O CEF-Recife tem por finalidade estudar o inconsciente, proposto inicialmente por Freud e relido por Lacan e outros, procedendo a investigação e a pesquisa do significante na realidade brasileira, além de constituir-se como lugar onde se processa a formação de psicanalistas. Para a consecução das suas atividades, o CEF-Recife propõe estudos, seminários, cursos e atividades correlatas, como de pesquisa e de publicação. A instituição é mantida pelas mensalidades dos membros participantes e dos participantes de grupos de estudos, além das vendas de suas publicações e das inscrições nos eventos organizados, como conferências, seminários, jornadas e encontros científicos. Desde sua fundação, o CEF-Recife realiza anualmente uma Jornada de Estudos de âmbito regional e um Encontro Anual de âmbito mais amplo, contando com a participação de convidados de destaque do Brasil e colegas de outros países, com os quais mantém suas interlocuções fortalecidas por uma transferência de trabalho. Mantém, também, a publicação da *Revista Céfiso*, agora em seu número 16, destinada a fazer circular as produções dos grupos e intervenções apresentadas nas Jornadas e nos Encontros. Organiza, edita e publica os livros dos membros participantes, como os de Ivan Corrêa e Amélia Medeiros, bem como *Cadernos de Estudos*, com transcrições e traduções de textos auxiliares aos estudos dos grupos. Atualmente (2008), o CEF-Recife funciona no bairro da Tamarineira, na rua Joseph Turton, 227, Recife-PE, dispondo de uma biblioteca, duas salas de estudo para grupo e um auditório para 50 pessoas. Suas atividades são planejadas em assembleia dos membros participantes e orientadas e executadas pelos membros e pela coordenação, esta eleita a cada dois anos. Contando com dois funcionários fixos: um auxiliar de secretaria e um funcionário de serviços gerais. A instituição mantém grupos de estudo, um projeto de tema anual de estudo ou de outros interesses afins a seus objetivos, bem como um seminário semanal aberto ao público.

Referências

CENTRO DE ESTUDOS FREUDIANOS DO RECIFE (CEF-Recife). **Ata da Primeira Assembleia Geral Extraordinária.** Recife: Livro de Atas, 6 de outubro de 1984.

CENTRO DE ESTUDOS FREUDIANOS DO RECIFE (CEF-Recife). **Revista Céfiso**, n. 4, tomo 1, Edição comemorativa dos dez anos de fundação do CEF-Recife. Recife: CEF-Recife, 1995.

CENTRO DE ESTUDOS FREUDIANOS DO RECIFE (CEF-Recife). **Estatuto e Regimento Interno do CEF-Recife**. Recife, 1984.

Maria de Fátima Belo de Morais

■ Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE) – 1980-

É uma instituição pública estadual, assistencial, que atua na orientação, diagnóstico e terapia de pacientes intoxicados. Localiza-se na estrada do Saboeiro, s/n., no Cabula, Salvador-BA. As primeiras entidades ligadas às intoxicações exógenas surgiram na Europa em 1949, nos Estados Unidos em 1963 e na Argentina em 1970. O primeiro centro antivene-

no implantado no Brasil foi o da Prefeitura de São Paulo e data de 1971. Em 1976, foi criado o Centro de Informações Toxicológicas em Porto Alegre-RS, que originou o Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (SNITF). O CIAVE foi criado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e inaugurado em agosto de 1980, sendo Daisy Schuwab Rodrigues, enfermeira toxicologista, a atual diretora geral do centro. Foi o segundo implantado pelo SNITF, dos 34 centros atualmente existentes no país, e é o único na Bahia, sendo Centro de Referência Estadual em Toxicologia. O CIAVE funciona em anexo do Hospital Roberto Santos (Salvador-BA), embora seja independente deste. Seu objetivo é prestar informações e orientações sobre toxicologia e sobre como proceder em caso de envenenamento a profissionais da área de saúde, a entidades públicas e privadas e à população do Estado da Bahia, além de prestar atendimento médico de urgência e acompanhamento de pacientes intoxicados. Com esse propósito, o centro se dedica à identificação, investigação e prevenção dos riscos tóxicos em todos os níveis, visando ao controle desses riscos nas comunidades por meio dos programas de toxicovigilância; informação e orientação toxicológica aos profissionais de saúde, de entidades públicas e privadas da capital e interior e outros estados do Nordeste e à comunidade em geral; orientação no atendimento médico de urgência e acompanhamento de pacientes intoxicados nas unidades do Hospital Geral Roberto Santos; capacitação de recursos humanos pelo seu Núcleo de Estudos e Pesquisas. O ingresso dos funcionários ocorre de três maneiras: por concursos; por meio de empresas terceirizadas, como por exemplo, os médicos plantonistas, que são contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA); ou pela ocupação de cargos de confiança. Desde o ano de fundação acontecem no centro os Cursos Anuais de Toxicologia Básica, ministrados por profissionais do próprio CIAVE. Além disso, a instituição promove cursos para agentes comunitários de saúde e de capacitação em toxicologia para médicos emergencistas. Fornece informações a respeito de seus trabalhos para vários estados do Brasil, além de fazer palestras em feiras da saúde e escolas públicas. Seus profissionais publicam em revistas científicas e em congressos. O CIAVE está organizado em dois setores: o de atividade assistencial e o de apoio. O primeiro diz respeito à assistência ao paciente, orientação diagnóstica e terapêutica, análise toxicológica de urgência, além de produção e fornecimento de antídotos e soros antipeçonhentos. As atividades de apoio são: toxicovigilância; toxicologia veterinária; biológicas (plantas e animais); capacitação (objetivo dos núcleos de estudos e pesquisas); e atividades administrativas e financeiras. A instituição ocupa uma área do Hospital Roberto Santos de 600 m² divididos em 25 salas que são: sala de apoio administrativo, sala da diretoria e secretaria, sala do plantão médico, consultório médico, coordenação administrativa, coordenação de descentralização e apoio à rede (distribuição de antídotos, soros etc.), laboratório de toxicologia, que se subdivide em: coleta, gerência, coordenação, laboratório, coordenação de informática, almoxarifado, arquivo, expurgo (depósito de material de limpeza), Núcleo de Estudo e Pesquisa (NESPEC), biblioteca, psicologia, veterinária, biologia (sala de animais peçonhentos, sala do biólogo, portaria, sala do arsenal terapêutico – antídotos e soros). No ano de 2000, quando o centro completou vinte anos de funcionamento, inaugurou-se em sua área externa o jardim de plantas tóxicas. A criação do jardim está de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde através do Projeto de Plantas Tóxicas, coordenado pela FIOCRUZ. Em 1991 o Serviço de Psicologia do CIAVE foi criado, com o objetivo inicial de atender à demanda de pacientes com tentativa de suicídio por envenenamento que se encontravam internados no Hospital Roberto Santos. Desde 2007, com a criação do Núcleo de Estudos e Prevenção do Suicídio (NEPS), a atuação da psicologia na instituição foi ampliada, passando a operar na prevenção

do suicídio, fornecenecendo atendimento individual e orientação à família para a população de risco, ou seja, que tem queixa de depressão ou ideação suicida, e fornecendo acompanhamento psiquiátrico ao usuário. O serviço conta com psicólogos e estagiários de psicologia.

Referência

Centro de Informações Antiveneno da Bahia. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/ciave>. Acesso em: 5 set. 2007.

Iramaia Santos Rodríguez
Elicarlos Coutinho de Oliveira
Sunna Prieto de Azevedo
Alessandra Tranquilli

■ Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia (CLPB) – 1972-

Fundado em 1972 por Maria José Lobo (fonoaudióloga), o Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia (CLPB) localiza-se na rua Frederico Costa, 89/91, Brotas, Salvador-BA. Inicialmente o CLPB só atendia pacientes particulares. Atualmente (2008) a clientela da instituição é predominantemente do SUS. O CLPB funciona como um ambulatório para crianças e adultos, objetivando o acompanhamento e tratamento de pacientes portadores de deficiência mental e transtornos de comportamento, tendo como público-alvo crianças, adolescente e quaisquer outras pessoas portadoras de deficiência mental e/ou transtornos de comportamento. A instituição é assistencial, não governamental, de natureza filantrópica. Não foram encontradas publicações institucionais nem registro de eventos promovidos. Embora haja um estatuto, ele estava indisponível. O CLPB tem como dirigente a superintendente Maria José Lobo que, desde a sua fundação, tem lutado em prol de verbas governamentais visando à manutenção da instituição. O CLPB conta com quatro psiquiatras, quatro assistentes sociais, três psicólogos, dois neurologistas, três terapeutas ocupacionais, dois fonoaudiólogos e três enfermeiros, sendo dois psicólogos com carga horária de 20 horas semanais e um com 40 horas semanais. O espaço físico da instituição é composto por dois andares: o primeiro possui um corredor onde fica a recepção, uma sala para a coordenação, uma sala utilizada por técnicos de enfermagem, uma para consultas médicas e uma escada que dá acesso ao arquivo. Neste andar também está localizada uma sala de espera, que dá acesso à copa, aos banheiros (dos usuários e dos funcionários) e a mais duas salas de atendimento. No segundo andar, há seis salas para atendimentos dos profissionais. A instituição oferece, na área de psicologia, atendimento clínico e avaliação psicológica. O SUS impõe algumas exigências à instituição, que incluem a determinação de cotas para avaliações e atendimento individual. O CLPB funciona sem uma grade de atividades prontas, elas são livres. Dependendo da demanda do grupo, o profissional define a melhor maneira de prosseguir seu trabalho. Conta com um acervo bibliográfico composto por alguns livros de avaliações psicológicas, disponíveis para o trabalho dos psicólogos. Assim, os demais profissionais que necessitarem ampliar seus conhecimentos ou pesquisar sobre algo específico deverão buscar fora da instituição. Sua relevância para a emergência, institucionalização e expansão do campo da psicologia no Brasil está associada à disponibilização de diversos profissionais da área de saúde pelo SUS e com a abertura ao público em geral que necessita deste tipo de atendimento.

Referência

SILVA, L. A. M.; BRANCO, S. M. C.; MELO, B. C. S. **Entrevista concedida a Gabriela Neiva Orrico**. Salvador, 26 mar. 2008.

Gabriela Neiva Orrico

■ Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica (COESP) – 1970-1988

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1954-1970

O COESP foi criado em novembro de 1970, pelo primeiro Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O COESP foi um órgão ativo na prestação de serviços psicológicos à comunidade em geral e à comunidade universitária em particular, além de promover, por meio de suas atividades e cursos, o interesse de futuros psicólogos sul-rio-grandenses pela psicologia aplicada. Instalado em 22 de abril de 1954, o primeiro Departamento de Psicologia integrava a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), posteriormente UFRGS. Foi nomeado para a sua chefia o professor catedrático Nilo Antunes Maciel. Devido às atividades voltadas para a psicologia aplicada nas áreas de psicologia clínica, psicologia do trabalho e psicologia escolar, ficou mais conhecido como Departamento de Psicologia Clínica. Era diretamente vinculado à Reitoria e prestava serviços de psicodiagnóstico, orientação e seleção profissional, voltados primariamente à contratação de funcionários da própria universidade. O Departamento de Psicologia Clínica, bem como as cátedras de Psicologia nos cursos de graduação Filosofia e Pedagogia, foi importante contexto de formação de novos psicologistas no estado. Ligado ao ensino de Psicologia da Faculdade de Filosofia, o departamento traduzia a influência da visão de Nilo Maciel a respeito da aplicação empresarial do conhecimento e dos instrumentos psicológicos. Nilo Maciel foi sucedido pelo professor Artur de Mattos Saldanha, que seria o último coordenador do Departamento de Psicologia Clínica e o primeiro diretor do COESP, órgão criado para substituir aquele departamento em virtude da reforma universitária. Note-se que aquele primeiro Departamento de Psicologia Clínica, prévio à reforma universitária de 1968, não se confunde com o Departamento de Psicologia propriamente dito, criado em virtude da diretriz de departamentalização imposta pela referida reforma e que deu origem ao atual Instituto de Psicologia da UFRGS. Na prática, a coexistência do COESP e do Departamento de Psicologia refletiria a presença de dois grupos ligados à psicologia na UFRGS após a reforma universitária. O COESP manteve a tradição e experiência do Departamento de Psicologia Clínica, mas constituía-se em um órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. Além das atividades de psicologia aplicada, o COESP promoveu diversos cursos de extensão, mas não teve participação direta no estabelecimento do Curso de Psicologia da UFRGS. Este ficou a cargo do novo Departamento de Psicologia. Nos anos de 1980, o COESP serviu principalmente como local de estágio e supervisão para os alunos do curso de graduação em Psicologia. O COESP editou um periódico intitulado *Cadernos de Psicologia Aplicada*, idealizado e fundado, conforme consta na publicação, pelo professor Arthur de Mattos Saldanha. O periódico circulou por três anos (1973 a 1975), perfazendo um total de três volumes, com seis números. O material publicado incluía artigos teóricos e empíricos, vasto noticiário sobre as atividades do COESP e acontecimentos importantes na área da psicologia profissional e científica. A qualidade da publicação, comparada com outras existentes no Brasil naquela época, assemelhava-se aos Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada; sua apresentação gráfica era excelente, com boa padronização de estilo, e numeração contínua de páginas. Em 1988, o COESP foi extinto em consequência de uma reforma administrativa da UFRGS. Suas instalações e os recursos materiais, localizados num prédio do *campus* das Ciências da Saúde, nas proximidades do Hospital de Clínicas, foram herdados pela atual Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Referências

GAUER, G. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GAUER, G.; GOMES, W. B. "O Curso da Reforma: ensino de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971-1979)". **Psicologia: Reflexão & Crítica**, v. 15, n. 3, p. 497-513, 2002.

GAUER, G.; GOMES, W. B. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1943-2003**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/sumario.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

GOMES, W. B. (Org.). **Psicologia no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nov. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/PSI-RS/sumars.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: < http://www.psicologia.ufrgs.br/>. Acesso em: 25 jul. 2007.

Luciano Ferreira Piccoli
William Barbosa Gomes
Gustavo Gauer

■ Centro de Orientação Familiar (COFAM) – 1980-

Em 1979 o Movimento Familiar Cristão (MFC) recebeu de dom Thomas Murphy, bispo auxiliar de Salvador, a incumbência de implantar um centro de atendimento à família, semelhante ao Centro de Orientação Familiar (COF) de Campinas-SP. A equipe diocesana do MFC de Salvador organizou um grupo de trabalho para coordenar a instalação e funcionamento do COFAM. Para este fim, conseguiu-se que a Santa Casa de Misericórdia cedesse o pavilhão Júlia Carvalho, situado na avenida Joana Angélica, 79, no bairro de Nazaré. Em 1980 o COFAM deu início às suas atividades contando com profissionais de saúde da área de psicologia, atendendo duas tardes por semana. Porém, a instituição só foi oficialmente inaugurada por Jorge e Ana Maria Studart em março do mesmo ano, contando com a presença de autoridades eclesiásticas, com o assistente espiritual do centro, com participantes do MFC e com pessoas da comunidade. Depois da inauguração, o COFAM passou a funcionar de segunda a sexta-feira nos três turnos. É, pois, uma instituição assistencial e de prestação de serviços de natureza filantrópica, sendo o MFC a entidade mantenedora. Todo o trabalho é realizado por voluntários. Tem como principais objetivos: atender pessoas e famílias em crise de relacionamento interpessoal; promover estudos e pesquisas relacionadas à temática família-sociedade; promover atividades socioeducativas no âmbito família-sociedade; promover cursos de especialização em terapia familiar. Atende todas as faixas etárias, recebendo reduzida taxa de contribuição das pessoas e famílias atendidas. Suas instalações constam de duas pequenas salas, nas quais funcionam a recepção e a secretaria, e quatro salas para o atendimento aos clientes. Funciona nos dias úteis, das 8:00 às 20:00 horas, reservando sábados e domingos para eventuais cursos e vivências grupais. A estrutura do COFAM é a seguinte: conselho administrativo, composto pelo presidente Tales Graco Pombo, secretário e tesoureiro; conselho fiscal; diretoria executiva, Magda Dussel Hita; coordenação de cursos, Margarida Rego; coordenação de triagem, Jacira Barbosa; coordenação técnica, Aidil Fadul; coordenação técnica de terapia familiar, Terezinha Alves; coordenação de pesquisa e documentação, Ada Nícia Nogueira Santos. O COFAM possui biblioteca especializada em família e terapia familiar, na qual constam, além de publicações do próprio MFC, como a *Revista Fato e Razão* (publicação trimestral) e livros especialmente dirigidos para os trabalhos das equipes do movimento de cursos de preparação matrimonial, monografias de conclusão dos cursos de pós-graduação mantidos pelo COFAM em convênio com a UCSAL: Especialização em Família, dirigida a profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos, e Especialização em Terapia Familiar, dirigida aos profissionais aprovados nas disciplinas do curso supracitado, tendo como objetivo final a formação de terapeutas familiares. Os profissionais do COFAM são frequentemente convidados a participarem de mesas-redondas, conferên-

cias, discussões sobre a temática da instituição nos jornais e telejornais locais e a realizarem trabalhos específicos em escolas, empresas, centros comunitários e paróquias, em regime de trabalho voluntário. Atuam no COFAM profissionais que preencham os seguintes requisitos: graduação e especialização comprovadas na área em que atuam (atendimento individual, grupal, casal, familiar, comunitário e áreas afins), totalizando aproximadamente setenta profissionais; estagiários dos cursos de Especialização em Terapia Familiar e Terapia Comunitária, com a supervisão da Universidade Católica de Salvador; estagiários do oitavo semestre de Psicologia, com a supervisão da entidade de ensino ou supervisão particular devidamente comprovadas. O COFAM mantém parceria com o Núcleo de Estudo das Terapias (NET) para realização de cursos, vivências e seminários. Os profissionais que atendem no COFAM há no mínimo dois anos poderão realizar atendimentos, em seus consultórios particulares, individuais, casais e famílias encaminhadas pelo próprio COFAM, na condição de receberem pelo trabalho profissional uma taxa compatível com a mensalidade paga anteriormente ao centro. O trabalho realizado nesta instituição é relevante para a expansão da terapia individual, de casal, de família e comunitária; de trabalhos pedagógicos-vivenciais com grupos, com família; de trabalhos científicos e de pesquisas, principalmente no âmbito da família, terapia familiar e comunitária.

Referências

MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO (MFC). **Relatório de 21 anos de existência do COFAM** – Coletânea. Salvador, 2002, Mimeo.

MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO (MFC). **Coleção Revista Fato e Razão**. Rio de Janeiro, [s.n., s.d.], vol. 1.

Carmefran Viana Araújo Teixeira

■ Centro de Orientação Infantil – 1949-1949

Instalado em 1949, junto ao Departamento Estadual da Criança (DEC), órgão da Secretaria da Saúde e Assistência Social de Curitiba. Idealizado para ser uma nova organização, baseada nos modernos princípios da neuropsiquiatria, o centro teve por finalidade estudar as perturbações mentais apresentadas por crianças em idade pré-escolar e escolar que poderiam impedir uma adaptação social adequada destas, prejudicando seu ajustamento ao meio familiar, escolar e, futuramente, profissional. Os estudos do centro abrangiam tanto os aspectos médicos e neurológicos como os aspectos psicossociais das perturbações mentais. Compreendia-se na época que as questões que comprometiam o desenvolvimento da criança não poderiam ser resolvidas senão por meio de uma atenta observação das ações complexas do terreno biológico, das reações psicológicas, da influência das doenças orgânicas e dos traumatismos. O programa traçado pelo Centro de Orientação Infantil entendia que os métodos científicos para o estudo das perturbações da inteligência e do caráter da criança não deveriam ser os mesmos empregados na pediatria e nem os mesmos da psiquiatria dos adultos, pois ao exame médico, neurológico e ao diagnóstico psiquiátrico clínico deveriam ser associadas técnicas de medidas psicológicas: testes de inteligência, de nível mental, de maturidade, de caráter, de orientação profissional, entre outros. O diagnóstico e o tratamento das perturbações das crianças necessitavam, portanto, da colaboração de uma equipe composta por psiquiatra, pedagogo, psicólogo e assistente social. Desta forma, a equipe constituída para atuar no centro teve como responsável pela orientação técnica o pediatra Domício Costa, diretor de divisão do DEC; a professora Pórcia Guimarães Alves, a quem coube a parte de psicologia; a professora Eny Caldeira; o pediatra Plínio Pessoa; o clínico Osíres Rego Barros; os psiquiatras José Schettini e Launfran Villanue-

va; a assistente social Maria Rute Junqueira e auxiliares de serviços sociais. O centro funcionou apenas durante alguns meses e de forma precária.

Referências

ALVES, P. G. **Memórias da Psicologia no Paraná**. Curitiba: Pinha, 1997.

CAMPOS, R. H de F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

PROTEÇÃO à maternidade e a infância. **Gazeta do Povo**, Curitiba-PR, ano XXXI, n. 8681, 22 jul. 1949.

Sheila Maria Rosin

■ Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP) – 1969-

Criado em 23 de outubro de 1969, é um órgão da Secretaria de Saúde do governo do Distrito Federal. Pioneiro em sua área de atuação, é a única instituição pública do Distrito Federal para atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes. O COMPP possui um modelo especializado de atenção interdisciplinar, contando com diferentes especialidades (psiquiatria, neurologia, psicologia, pedagogia, fonoaudiologia, enfermagem, terapia ocupacional, nutrição e serviço social). Esse modelo, além de permitir a oferta de uma atenção diferenciada à saúde mental de crianças e de adolescentes, tem contribuído para o desenvolvimento do exercício profissional, no contexto multiprofissional em saúde, com a oferta sistemática de estágio e treinamento em serviço associada aos programas e projetos do COMPP, que envolvem as diversas especialidades. Desenvolve programa de Prevenção a Acidentes e Violência (PAV); Projeto de Atendimento aos Transtornos Alimentares (GATA); Projeto de Atenção ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); e Ambulatório de Enxaqueca. Conta também com um Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSI), registrado no Ministério da Saúde desde 1998. Além desses projetos específicos, atende a outras desordens emocionais e comportamentais infanto-juvenis e oferece terapia na área pedagógica e psicomotora a crianças e adolescentes das redes pública e particular de educação. Todos estes projetos contam com parcerias com órgãos das Secretarias de Saúde, de Educação e de Justiça do DF. Dentro deste contexto, o setor de psicologia, existente desde a fundação do COMPP, desenvolve atividades de: psicoterapia individual e psicoterapia de grupo; psicodiagnóstico individual e psicodiagnóstico interventivo em grupo; grupos de apoio e orientação aos pais de crianças hiperativas; grupo de apoio e orientação aos pais de crianças vítimas de abuso sexual e violência doméstica; atendimento multifamiliar; grupo terapêutico com os pais das crianças em atendimento; grupo terapêutico com pais de crianças e adolescentes com transtorno invasivo do desenvolvimento (autismo, psicose, borderline); visitas domiciliares conforme a necessidade da criança e sua família; terapia psicomotora em grupo e individual. Há ainda a atividade de preceptoria, na qual os psicólogos seniores atuam como supervisores de psicólogos em treinamento e de alunos de psicologia em estágio clínico de final de curso. Neste último caso, as instituições de ensino públicas e privadas que oferecem o curso de graduação em Psicologia devem ser conveniadas com a Secretaria de Saúde.

Referências

COMPP, Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal. **Relatório de Atividades do COMPP de 2007**. Brasília, 2007.

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto 1.174 de 23/10/1969**. Brasília, 1969.

Sheila Antony
Andréa Gonçalves

■ Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (CPOE) – 1943-197(?)

Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública – 1935-1943

Em 17 de junho de 1943, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, coordenada pelas professoras Olga Acauan Gayer e Marieta da Cunha e Silva, transformou-se no CPOE da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEC-RS). Instituído pelo Decreto 794, cabia ao CPOE a realização de estudos e investigações psicológicas, pedagógicas e sociais, destinadas a manter em bases científicas o trabalho escolar. O CPOE desenvolvia estudos de caráter objetivo sobre a criança em todos os aspectos que intervêm no processo educativo (biológico, psicológico, sociológico, pedagógico); sobre a aprendizagem (princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência); e sobre o meio escolar (disciplina, instituições, recreações, relações com o meio social). Procurava desenvolver atividades de orientação por meio de cursos e reuniões; visitas às unidades escolares; direção de ensaios pedagógicos; respostas a consultas de ordem técnica; elaboração de programas, planos, comunicados, circulares e instruções aos professores; manutenção de uma biblioteca central de obras pedagógicas e escolares; indicação de livros didáticos e de obras para as bibliotecas do professor e da criança, organizando e revisando muito desses materiais. Elaborava ainda medidas para organização das classes, orientação educacional e controle do rendimento escolar. Mantinha uma publicação institucional própria, o *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (Boletim do CPOE)*, publicado entre 1947 e 1966. No primeiro número estão anunciadas as suas finalidades, que se dirigem no sentido de informar, de promover a difusão de novas práticas com base em um espírito científico e de vincular o trabalho desenvolvido pelo centro com o movimento renovador em educação. Nos boletins, encontra-se a publicação dos resultados de pesquisas desenvolvidas e outros estudos e levantamentos em andamento ou concluídos; atividades da seção de psicologia; orientações técnicas e pedagógicas (instruções e comunicados). Alguns textos são acompanhados por gráficos ou figuras ilustrativas. Além disso, encontram-se publicados ofícios, informações sobre atividades como cursos, seminários, missões pedagógicas, visitas a escolas e legislação. Os comunicados e as instruções chegavam aos professores com orientações de como proceder, por exemplo, em relação aos critérios de verificação do rendimento da aprendizagem; aos tipos de questões para a verificação da aprendizagem; atividades para estudos sociais e estudos naturais na escola primária. Incluíam ainda sugestões para o ensino; orientações para o planejamento escolar e para orientação educacional. A presença da psicologia se fazia notar pelos cursos de aperfeiçoamento, com técnicas e teorias psicológicas, destinados tanto aos professores como aos orientadores educacionais da rede estadual de ensino, além da ênfase na aplicação das técnicas de avaliação psicológica, com o aparecimento gradual dos testes projetivos. A preocupação com o psicodiagnóstico infantil abarcava não somente a avaliação da inteligência, mas também dos componentes afetivos envolvidos no processo de aprendizagem. Havia inclusive um estudo detalhado das fases do desenvolvimento infantil. O CPOE tinha o intuito de pôr em prática as ideias da Escola Nova, sendo influenciado também pelo funcionalismo e pelo higienismo. Existia a preocupação de utilizar o arcabouço científico, em especial os métodos de testagem, para um constante aprimoramento da educação. Para além dos estudos a respeito do desenvolvimento normal, havia interesse na investigação dos transtornos biológicos e psicológicos da infância e da adolescência. Estava, pois, em consonância com o panorama da pedagogia da época, que buscava uma padronização dos problemas de aprendizagem com intuito de construir estratégias de intervenção. Acreditava-se que isto somente seria possível com o

conhecimento detalhado do desenvolvimento normal e patológico. Deste modo, os instrumentos de avaliação psicológica forneceriam os dados empíricos necessários para a prática pedagógica. Por meio das pesquisas, cursos e boletins, o CPOE foi um órgão ativo na prestação de serviços psicológicos e na difusão da psicologia aplicada, principalmente à educação. Suas atividades e cursos fomentaram o interesse de futuros psicologistas por essa área. Não se pode precisar o fim do CPOE, mas acredita-se que este tenha tido a sua denominação modificada ou que tenha sido incorporado a outros órgãos da SEC-RS.

Referências

BOLETINS DO CENTRO DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS (CPOE). Porto Alegre: Secretaria da Educação e Cultura do Estado Rio Grande do Sul, 1947-1966.

LHULLIER, C. **As ideias psicológicas e o ensino de Psicologia nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

QUADROS, C. "Boletins do CPOE/RS (1947-1966): Produção, Circulação e Leitura". In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais do 6º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE 06).** Uberlândia, MG: UFU, 2006.

Luciano Ferreira Piccoli
Cristina Lhullier

■ Centro de Psicodrama de Brasília (CPB) – 1979-

Fundado em setembro de 1979, filiado à Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP), iniciou suas atividades com o curso de formação em Psicodrama Terapêutico, voltado para o atendimento clínico. O CPB contava, na ocasião, com professores vindos de instituições de São Paulo para maratonas de fim de semana, pela falta de psicodramatistas na cidade. Em 1989 foi iniciada a primeira turma, em Brasília, de Psicodrama Aplicado, hoje denominado Psicodrama Socioeducacional. As formações em Psicodrama Terapêutico e em Psicodrama Socioeducacional incluíam, como incluem até hoje, conteúdo teórico, processo terapêutico e supervisão da prática psicodramática, além de redação de uma monografia ao final do curso. O CPB tem uma história de trabalho comunitário relevante, desenvolvendo em instituições de saúde, centros comunitários e outros, desde 1985, atividades de treinamento do papel profissional, cursos sobre temas específicos com enfoque psicodramático ou sociodramático de diagnóstico, e intervenções em escolas públicas e privadas. Realiza, atualmente, trabalhos de prevenção à AIDS, ao abuso de drogas e à violência, principalmente em espaços públicos como *shoppings* e feiras, escolas, empresas e órgãos públicos. O CPB foi fundado por Maria Eveline Cascardo Ramos e Eliana Lazzarinni e, hoje, é um núcleo do Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (INTERPSI), dirigido por Maria Eveline Cascardo Ramos e Marlene Magnabosco Marra, ambas psicólogas, mestres em Psicologia Clínica.

Maria Eveline Cascardo Ramos

■ Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) – 1952

Sociedade civil fundada em 1952, sendo sua primeira diretoria constituída por Antonio Rodrigues – diretor presidente (administrador, economista, psicólogo e professor); Otacílio Rainho – diretor honorário (médico, professor e diretor do Liceu Literário Português, psicólogo e escritor); Theodomiro Rothier Duarte – presidente de honra (engenheiro, professor do Colégio Pedro II e diretor do Colégio Paulo de Frontin, e Pierre Weil – diretor técnico (psicólogo, professor e escritor, contratado, junto

com Leon Walter, para trabalhar com Eva Nick no SENAC; membro-fundador da Associação Brasileira de Psicologia). Seu surgimento no cenário da psicologia no Brasil ocorreu quase que simultaneamente ao do ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional), dirigido por Emilio Myra y Lopez, e da Associação Brasileira de Psicologia, tendo as três instituições desenvolvido um trabalhado pioneiro para a regulamentação da psicologia no Brasil. Foi criado nos moldes do Centre de Psychologie Appliquée (CEP), sediado na França, cujo objetivo era oferecer cursos de formação em Seleção e Treinamento Profissional. Desde sua fundação o CEPA tem-se dedicado à aplicação de métodos da psicologia para a resolução dos problemas humanos, em aulas, conferências, orientação e publicações relativas a grupos de atividades, que são sempre atualizadas de acordo com demandas emergentes da sociedade civil e da própria psicologia. Tal como estabelecido na cláusula nº 1 de seu estatuto, essas atividades são as que se seguem: adaptação do homem ao trabalho pela seleção e reajustamento profissional, pela modificação do ambiente, do material e dos processos de trabalho e pela orientação de adolescentes; orientação vocacional; orientação vital; pesquisas psicológicas com a finalidade de renovar as técnicas utilizadas e de adaptar ao Brasil as técnicas estrangeiras; divulgação da Psicologia Aplicada para o público em geral e das técnicas e processos para psicólogos, educadores e médicos; intercâmbio com entidades estrangeiras para a obtenção de suas representações e concessão de direitos autorais e venda de material psicotécnico e didático. O CEPA tem, assim, se dedicado a selecionar, treinar e desenvolver o potencial dos trabalhadores de empresas privadas, institucionais e corporativas, além de fomentar um trabalho permanente de orientação profissional, de acordo com perfis preestabelecidos. Atualmente o CEPA mantém os seguintes departamentos, responsáveis pela implementação dessas atividades: Departamento Técnico, que executa atividades referentes à avaliação psicológica com vistas à seleção profissional para empresas e exame para concursos oficiais; Departamento Educacional, que promove e administra cursos de especialização e seminários para psicólogos, psiquiatras, administradores, chefes de pessoal, orientadores educacionais, professores e estudantes de Psicologia e demais profissionais que atuam diretamente com o ser humano. Também promove e administra cursos e/ou treinamento intensivos e especiais; Departamento de Estudos, dirigido para o desenvolvimento de trabalhos relativos à análise, tradução e adaptação de novos testes psicológicos para publicação. Acompanha projetos em parceria com outras instituições, promovendo apoio técnico e material necessário para a realização de trabalhos da área da Psicometria. Presta assessoria técnica para empresas, por meio de pareceres técnicos, e assistência técnica para profissionais de Psicologia para assuntos relacionados ao campo da Psicologia Aplicada; Departamento Editorial, voltado para a edição, importação e comercialização de material pedagógico, testes psicológicos e educacionais, livros, teses de Psicologia e material didático de Psicologia; Departamento Clínico e Desportivo, criado em 2002, que objetiva oferecer espaço psicoterapêutico para aqueles que buscam aprofundar o conhecimento de suas capacidades e potencialidades. Possui filiais nas cidades de Macaé e Niterói (ambas no Rio de Janeiro) e representantes nas capitais e grandes cidades de outros estados brasileiros. O CEPA, desde de sua criação, tem contribuído para a disseminação da cultura dos testes no Brasil, configurando-se, até hoje, como um dos principais editores desse testes no Brasil, mantendo amplo acervo de testes psicológicos nacionais e estrangeiros, manuais de aplicação desses instrumentos e material bibliográfico sobre esse ramo da Psicologia Aplicada. Seus técnicos organizaram, ainda, a Bateria Fatorial CEPA, nos moldes de baterias multifatoriais importadas (como a BTAG), que reúne testes de origem e finalidades diversas, cuidadosamente escolhidos seguindo os critérios definidos pela Psicometria, utilizada até o presente, e que se propõem a ser um instrumento auxi-

liar para os processos de orientação e seleção educacional e profissional. Sua diretoria atual é composta por: Antonio Rodrigues – diretor presidente; Maria Helena Rodrigues – diretora pedagógica; Pierre Weil – diretor técnico e Viviane Weil Afonso – diretora médica.

Referência

RODRIGUES, A. **Entrevista concedida a Silvia Carvalho Vasconcelos**. Rio de Janeiro, 20 nov. 2007.

Sílvia Vasconcelos Carvalho

■ Centro de Psicologia Aplicada (CENPA) – 1994-

Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP) – 1949-1994

Criado pela Lei Estadual 482, de 11/11/1949, o SOSP foi organizado pelo professor Emílio Mira y López (1886-1964), diretor técnico do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) do Rio de Janeiro, a convite do governador Milton Campos e do secretário de estado da Educação de Minas Gerais, Abgar Renault. Órgão do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), sua sede, anexa ao IEMG, teve suas dependências especialmente construídas para o exercício da psicologia aplicada. Seu objetivo era orientar vocações no meio escolar e estabelecer critérios para a seleção de pessoal destinado à administração pública e a organizações particulares. Com um quadro de pessoal habilitado, funcionava nos moldes do ISOP do Rio de Janeiro. Para sua chefia foi contratado, em 1949, o professor Sincha Jerzy Schwarzstein, da Universidade de Genebra. No ano seguinte, esta passou para o professor Pedro Parafita de Bessa. Ao final da década de 1960, assumia a psicóloga Marina Machado Tavares, que permaneceu até a década de 1980, quando foi substituída pela também psicóloga Regina Morato Campos. O SOSP tornou-se fonte de formação de recursos humanos em psicologia, pedagogia e de projetos que resultaram na criação dos primeiros cursos de Psicologia de Minas Gerais: o da então Universidade Católica de Minas Gerais (hoje, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas) e o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por um longo período, foi o único órgão oficial do Estado de Minas Gerais a oferecer serviços de psicologia aplicada voltados para orientação e seleção de pessoal e atendimento psicossocial gratuito à população de Belo Horizonte e do interior do estado. O SOSP era subdividido em três setores. O setor de orientação infantil atendia a crianças do pré-escolar ao ensino fundamental, encaminhadas pelo IEMG e por outras escolas e órgãos públicos. Sua clientela eram crianças de três a 14 anos, com dificuldades emocionais, psicomotoras e/ou pedagógicas de adaptação social e aprendizagem escolar. Pais e professores eram orientados para a condução mais adequada de cada caso. Tinha como finalidade a aplicação de um conjunto de medidas técnicas que visava à integração da criança no meio familiar, escolar e social. Entre tais medidas, encontravam-se: avaliação psicológica da criança (aspecto intelectual, psicomotor, emocional e psicopedagógico); levantamento de hipótese diagnóstica; orientação de medidas terapêuticas mais adequadas e encaminhamentos; e tratamento psicológico, que abrangia as seguintes possibilidades: orientação psicológica; psicoterapia infantil (ludoterapia); reeducação psicomotora; e orientação de pais e professores. Já o setor de orientação vocacional e profissional, criado em 1962, atendia a adolescentes e adultos que buscavam alternativas profissionais e educacionais. Com o uso de técnicas de projeção e recursos audiovisuais, o SOSP oferecia acesso a informações e pesquisas sobre as profissões e cursos. O processo consistia em: avaliação psicológica do sujeito, investigação da história de vida, habilidades e interesses; informação sobre as diversas profissões e campos de atuação; e orientação sobre as profissões mais adequadas. O setor de seleção profissio-

nal realizava seleção de pessoal para várias instituições, públicas e particulares, e também para os cursos de graduação e especialização em Pedagogia, Medicina e Biblioteconomia. Realizava, ainda, seleções para juiz de direito, promotor e juiz do trabalho, elaborava laudos periciais e julgamentos sobre laudos duvidosos e discrepantes de outras clínicas. Sua decisão final era, geralmente, bem acatada. O serviço administrativo do SOSP organizava os processos e laudos psicológicos em arquivos, e ainda fiscalizava o uso e conservação do material existente, além de elaborar ofícios, laudos, certidões, atestados e atendimento direto ao público. De sua criação até hoje, o SOSP passou por transformações internas, motivadas pela necessidade de acompanhar o desenvolvimento da psicologia e de responder à demanda de sua clientela. A princípio, o SOSP importou modelos de atendimento, técnicas de exame e de avaliação do comportamento de outros países. Trazidos dos Estados Unidos, os testes eram utilizados para diagnóstico da inteligência, para sondagem de aptidões e avaliação de interesses. Depois, foram construídos métodos próprios, técnicas de orientação vocacional e educacional e procedimentos ligados à seleção profissional para vários cargos do Estado de Minas Gerais. Ao final da década de 1960, o advento de estudos sobre as doutrinas científicas do humanismo e da dialética hegeliana provocou uma reação crítica à quantificação e ao positivismo, gerando crescente desinteresse pelas medidas psicológicas e instrumentos psicométricos. A ênfase das atividades do SOSP recaiu, então, na avaliação psicológica com visão dinâmica da personalidade, buscando resguardar a qualidade de seu trabalho. Ofereceu campo de estágio a alunos de psicologia e de pedagogia, principalmente da UFMG e da PUC-Minas, formou quadros para órgãos criados pelo governo do estado e desenvolveu pesquisas, visando analisar, adaptar, padronizar e atualizar os instrumentos de avaliação psicológica para utilização na população brasileira e criar novas metodologias em orientação profissional e técnicas de exame psicológico. Após uma fase de transição (1990-1993), assumiu a direção a psicóloga Marlene Baptista Franco. Em 22 de setembro de 1994, pela Lei Estadual 11.539, art. 24, inciso IV, juntamente com a Escola Guignard, a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA) e o Curso de Pedagogia do IEMG, o SOSP foi incorporado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e transformado em CENPA. Este, atualmente, é subordinado à reitoria da UEMG/*Campus* de Belo Horizonte e funciona no mesmo prédio onde ficava o SOSP. Está limitado, entretanto, a duas salas, sendo que uma sala de aula é utilizada para os atendimentos. Sua direção desde 2002 está a cargo da psicóloga Maria de Lourdes Costa Ribeiro e sua equipe, hoje, é formada por três psicólogas, uma funcionária administrativa e uma estagiária. Tem acolhido estagiários dos cursos de Pedagogia da UEMG e de Psicologia da FUMEC. Após um longo período de dificuldades e mudanças, em que seu quadro de funcionários foi extremamente reduzido, o CENPA vem buscando adequar-se à nova realidade. Pretende manter sua vocação original, apresentando uma proposta de estudos e práticas ligadas à orientação vocacional de adolescentes e reorientação profissional de demanda espontânea. Realiza, ainda, o Projeto de Desenvolvimento da Competência Humana, acompanhando estudantes das Escolas de Design e da Faculdade de Educação da UEMG.

Referências

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, mar. 1950.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jun. 1954.

BARROS, J. A.; RIBEIRO, M. de L. C.; SILVA, N. L. **Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSP**: **investigação sobre a história da psicologia e a história da educação em Minas Gerais (1949-1994)**. Diamantina: [s.n.], 2006.

CAMPOS, R. C.; ROSA, W. M. "Serviço de Orientação e Seleção Profissional-SOSP (1949-1994): uma história a ser contada". **Vertentes.** São João Del Rei, n. 25, p. 57-64, jan./jun. 2005.

CAMPOS, R. H. "História da psicologia e história da educação – conexões". In: FONSECA, T. N. de L. **História e historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRANCA, M. et al. **Projeto de transformação do Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSP em Centro de Psicologia Aplicada – CENPA e sua incorporação à Universidade do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, jun. 1994, Mimeo.

MINAS GERAIS, Governo do Estado. **Lei 482**. Belo Horizonte: Minas Gerais/Órgão oficial dos poderes do Estado, ano LV11, n. 252, 11 nov. 1949.

MINAS GERAIS, Secretaria de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Governo de Minas Gerais, 2000.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

■ Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) – 1976-

Informalmente fundado em janeiro de 1975, constituiu-se como pessoa jurídica em abril de 1976, tendo por sócios fundadores: Vera Lúcia Pirassununga Reis, Rogério Christiano Buys, Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro, Maria Alice Lustosa de Abreu, Márcia Alves Tassinari e Magale Dorfman. A instituição se encontra em funcionamento e se localiza na rua Barão do Flamengo, 22/201, Flamengo, Rio de Janeiro, embora originalmente tenha se situado na rua Bulhões de Carvalho, 524, casa 1, Copacabana, Rio de Janeiro, sendo transferida em agosto de 1983 para a rua Fonte da Saudade, 87, Lagoa, Rio de Janeiro e, em agosto de 1993, para o atual endereço. Seu espaço físico é um imóvel comercial de 200 m², contendo seis salas para consultório, uma biblioteca e um miniauditório. A fundação do CPP ocorreu a partir do propósito de Rogério Christiano Buys de promover a criação de um espaço que tivesse por finalidade a disseminação e a prática do pensamento humanista e da abordagem centrada na pessoa, através de atividades de ensino, pesquisa e atendimento psicoterápico. Seus princípios orientadores são, pois, a psicologia humanista, principalmente o pensamento de Carl Rogers e colaboradores. A instituição se dedica à prestação de serviços de assistência psicológica individual e em grupo a crianças, adolescentes e adultos; à formação de psicoterapeutas de acordo com a abordagem centrada na pessoa; à divulgação dessa abordagem pela promoção de eventos e *workshops*; ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos em psicologia aplicada; e à assessoria técnica a organizações. Desta forma, o CPP está estruturado em quatro setores: setor clínico, que inclui atendimentos particulares em uma clínica social; setor de ensino; setor de empresas e setor cultural. A instituição é de natureza privada e não possui mantenedores, sendo sua fonte de renda advinda de recursos próprios. Desde a data de sua criação, tem por dirigente Rogério Christiano Buys. Atualmente, são seus sócios os psicólogos e professores universitários: Rogério Christiano Buys, Márcia Alves Tassinari e Carlos Alberto Marconi da Costa. Em 1976, iniciou sua primeira turma de formação de psicoterapeutas. Em seguida, inaugurou sua clínica social, em convênio com o Juizado de Menores. Na primeira década de funcionamento, recebeu Max Pagès – ex-colaborador de Carl Rogers, atualmente professor e diretor do Laboratório de Transformação Social da Universidade de Paris-Dauphine – e John Keith Wood, colaborador de Carl Rogers, para realização de *workshops* e palestras. Participou do I Encontro da Abordagem Centrada na Pessoa (1977, Arcozelo, RJ), que teve por convidados Carl Rogers e associados do Center for Studies of the Person. Posteriormente, promoveu a coorganização do retorno de Carl Rogers ao Brasil (1978). A instituição realizou, em 1983, a I Jornada de Psicologia Humanista, tendo como tema central Os Caminhos e Descaminhos da Psicologia Humanista. Foram organizadas, também, algumas jornadas, em conjunto com o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outros

eventos tiveram como convidados profissionais e docentes de variadas universidades como, por exemplo, Jaime Doxsey (UFES), Henriette Morato (USP), Rachel Rosenberg, Vera Cury (PUC-Campinas), Elias Boainain Jr., Mauro Martins Amatuzzi (PUC-Campinas), Antonio Monteiro dos Santos (UFS), Vera Alves (PUC-Campinas). Alguns eventos realizados, em conjunto com outras instituições, foram: o III Encontro Latino-Americano da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) (1986) e o IV Fórum Internacional da ACP (em 1989). O CPP esteve presente nos: I Encontro Nordestino da Abordagem Centrada na Pessoa (1987); IV e VII e VIII Encontros Latino-Americanos da ACP (1988, 1994 e 1996); III, IV, V, VI e IX Fóruns Internacionais (1987, 1989, 1992, 1995 e 2004). Em 1986, foi criado o *Boletim do Centro de Psicologia da Pessoa*, contendo notícias de eventos, artigos, sugestões para leituras e *websites*, mas, até o momento, somente três números foram editados. Em 1990, foi criada uma biblioteca da instituição, tornando público o seu acervo bibliográfico. Além disso, o CPP passou a incentivar projetos de pesquisa sobre a história da abordagem centrada na pessoa no Brasil e a história dos encontros latino-americanos da abordagem centrada na pessoa. Contando com a presença de Natalie Rogers – filha de Carl Rogers e divulgadora de sua obra –, a instituição organizou um programa de treinamento em Terapia Expressiva Centrada na Pessoa, por ocasião do IV Fórum Internacional da ACP. O CPP recebeu Alexei Matjushkin, da Universidade de Moscou, e Alberto Segrera, da Universidade Ibero-Americana (México), para estabelecer intercâmbios, tendo este último colaborado com o Projeto dos Arquivos Internacionais da ACP. Em 1998, criou o Projeto de Plantão Psicológico – em que o psicólogo atende no momento em que a experiência psíquica emerge, não apenas nos horários previamente marcados para consulta –, inicialmente em parceria com escolas municipais e estaduais, ampliando-o para o projeto social Dançando para não dançar, que atende a centenas de crianças de comunidades cariocas, e para o próprio CPP com o pronto atendimento. Atualmente, está oficializando a parceria com o Projeto Rio-Mulher (Decreto 19.438, de 01/01/2001) do município do Rio de Janeiro, que visa promover e articular ações para integração de políticas públicas de gênero. Em novembro de 2006, promoveu a Jornada CPP 2006, cujos temas centrais foram a ACP aplicada às áreas da saúde, da educação, assim como seus fundamentos filosóficos. Atualmente, o CPP forma por ano aproximadamente 30 psicoterapeutas e atende a cerca de cem pessoas. Oferece anualmente duas turmas para o curso de formação de psicoterapeutas, assim como cursos de curta duração e *workshops*.

Referências

BUYS, R. C. **Entrevista concedida a Carla Sardinha Siebra de Souza**. Rio de Janeiro, 27 set. 2006.

MONTEIRO, L. A. M., TASSINARI, M**. VI Jornada de Psicologia Humanista: a abordagem centrada na pessoa**. Disponível em: <http://www.cpp-online.com.br/brasil/net_index.html>. Acesso em: 15 set. 2006.

TASSINARI, M. A.; PORTELA, Y. R. "História da abordagem centrada na pessoa no Brasil". In: GOBBI, S. L.; MISSEL, S. T. (Org.). **Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa**. Tubarão: UNISUL, 1998.

TASSINARI, M. A. **Entrevista concedida a Carla Sardinha Siebra de Souza**. Rio de Janeiro: 9 nov. 2006.

Carla Sardinha Siebra de Souza

Francisco Teixeira Portugal

■ Centro de Saúde Mental Oswaldo Camargo (CSMOC) – 1962-

Instituição assistencial e prestadora de serviços, situada na rua Itabuna, nº 2, parque Cruz Aguiar, Rio Vermelho, Salvador-BA. Foi fundada em 21 de janeiro de 1962, pelo governo do Estado da Bahia, com o objetivo de promover a saúde mental da comunidade pertencente ao

distrito sanitário Barra/Rio Vermelho, atuando em níveis profilático e terapêutico, com assistência médica, psiquiátrica e psicoterapêutica. O centro permanece atuando na comunidade, tendo como público-alvo portadores de transtornos mentais. Funciona de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 17:00 horas. Promove atividades como acolhimento, atendimento individual, psicoterapia em grupo, atendimento familiar, atividades comunitárias, oficinas terapêuticas e avaliação de enfermagem. A implementação de algumas dessas atividades decorreu da proposta do SUS de municipalização do centro em 1998. Este passou a ser coordenado e mantido financeiramente pela Prefeitura Municipal de Salvador, passando a funcionar tanto como atendimento ambulatorial quanto como Centro de Apoio Psicossocial (CAPS). Devido a uma perda do acervo bibliográfico decorrente de diversos alagamentos, foram encontrados apenas dados de duas dirigentes: Célia Nunes Silva (1991-1994) e Maria da Glória Porto de Araújo, que ocupou o cargo a partir de 2002, sem que obtivéssemos conhecimento sobre o final deste mandato. Somente um relatório de gestão do período de 1991 a 1994, do CSMOC, foi encontrado. A instituição possui os serviços de: psicologia, serviço social, psiquiatria, enfermagem, farmácia e setor administrativo. Atuam profissionais da área de psicologia, psiquiatria, neurologia, assistência social e terapia ocupacional. O espaço físico é constituído por uma casa de dois andares, contendo: recepção, coordenação/administração, três consultórios, quatro oficinas terapêuticas, sala de espera, de lazer, sala para reunião/grupo, sala para repouso/observação com dois leitos, posto de enfermagem, farmácia, refeitório, copa/cozinha/oficina, almoxarifado, dois vestiários, dez sanitários/banheiros, área aberta para lazer. Não foram encontrados dados referentes ao estatuto e eventos realizados pelo centro. A instituição recebeu este nome em homenagem ao psiquiatra Oswaldo Camargo, um dos diretores do Hospital Juliano Moreira (Salvador-BA), pioneiro do movimento baiano contra a exclusão de pacientes portadores de transtorno mental, que se destacou por suas ideias no campo da psiquiatria. O centro abriu caminho para uma nova área de atuação na saúde mental, procurando sair de um modelo médico que excluía e marginalizava o portador de transtorno mental. A tentativa pioneira de desinstitucionalizar o paciente psiquiátrico abriu campo para uma maior atuação da psicologia na Bahia. Este não era apenas um novo modelo de tratamento, mas também uma forma de readaptar pacientes com transtornos mentais em diversos âmbitos sociais, tais como família, escola, trabalho. O CSMOC também oferece oportunidades de estágio para estudantes, proporcionando desenvolvimento no espaço educacional de nível superior.

Referências

CENTRO DE SAÚDE MENTAL OSWALDO CAMARGO. **Relatório da Gestão C.M.S.O.M.** Salvador, mar. 1991/dez. 1994, Mimeo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Coordenadoria de apoio à promoção de saúde. **Projeto CAPS II – Distrito Sanitário Barra/Rio Vermelho**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1998.

Entrevistas semiestruturadas com funcionários do local concedida a Carina Márcia Magalhães Nepomuceno. Salvador, out. 2006.

MARTINS, M. **Entrevista concedida a Paulo Jorge Silva**. São Paulo, 10 jan. 1985.

CORREIO DA BAHIA. **Cárcere da razão: Hospital Juliano Moreira começa a se enquadrar na reforma manicomial, mas ainda guarda vestígios do passado**. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br/reporter/noticia.asp?codigo=112125>. Acesso em: 27 set. 2006.

Carina Márcia Magalhães Nepomuceno

■ Centro Dom Vital – 1922-

Entidade religiosa criada em 1922, com sede na cidade do Rio de Janeiro, sua fundação corporificou uma vertente de reação da Igreja Católica diante da perda de fiéis intelectuais e formadores de opinião. Nesse contexto, o objetivo eclesiástico que deu origem ao Centro Dom Vital foi o de criar um local para

servir de ponto de encontro e referência para a intelectualidade católica e devolver-lhe a perdida projeção na sociedade. A principal relevância do centro para o campo da psicologia foi ter contribuído ativamente para a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que instituiu, em 1953, o primeiro curso de Psicologia do país. Desde finais do século XIX, a Igreja Católica vivenciava o afastamento progressivo de sua doutrina por grande parte da elite intelectual brasileira, interessada nas novas ideias positivistas, evolucionistas e materialistas que chegavam ao país. Um dos principais expoentes da reação da Igreja a esse movimento foi o jornalista Jackson de Figueiredo. Estimulado por Dom Sebastião Leme, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Figueiredo foi o responsável pela reconversão de inúmeros intelectuais de relevância devido à sua capacidade de personificar as três principais correntes dominantes no pensamento filosófico da elite brasileira do início do século XX: o materialismo, o espiritualismo e o ceticismo – a chamada Synthese Catholica. Dentre as principais iniciativas lideradas por Jackson de Figueiredo, têm especial destaque a fundação da revista *A Ordem*, em agosto de 1921, e a criação do Centro Dom Vital, em 1922, do qual foi o primeiro presidente e ao qual a revista passou a ser vinculada. Ambos, o centro e a revista, exerceram papel fundamental na disseminação dos ideais católicos, com o nítido propósito de: (a) promover a divulgação da doutrina, (b) atingir as elites intelectuais e (c) posicionar-se politicamente acerca de notórias e controvertidas questões sociais. Assim, o Centro Dom Vital logo se tornaria um fórum de debates e o apelo irradiador da inteligência religiosa católica a partir do Rio de Janeiro. *A Ordem*, por sua vez, publica com frequência textos em que o conteúdo moral se mistura com conteúdo psicológico como em textos sobre família, educação, papel feminino. Além disto, publica textos marcadamente psicológicos de autores católicos consagrados como Theobaldo Miranda Santos, padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima. Com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, aquele último assume a presidência do centro, na qual permanece até 1966. Foi certamente nesse período que o centro viveu seu apogeu. Na década de 1930, paralelamente ao Centro Dom Vital, diversos movimentos de reação da Igreja à perda de fiéis dentro da elite intelectual brasileira foram criados e o próprio centro, na pessoa de Alceu Amoroso Lima, participou ativamente desse processo de ramificação de entidades políticas e culturais em defesa da doutrina da Igreja. Dentre as entidades católicas que merecem menção estão a Ação Universitária Católica, a Juventude Universitária Católica, a Liga Eleitoral Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores. A este último deve ser dada especial atenção. Fundado em 1932, pela aliança de Alceu Amoroso Lima, na qualidade de presidente do Centro Dom Vital, com o missionário dominicano Antônio Maria Sala, funcionava, inicialmente, na Escola Nacional de Belas-Artes, oferecendo cursos superiores e livres de Filosofia, Teologia e Sociologia. Em 1940 teve seu nome alterado para Faculdade Católica do Rio de Janeiro e, posteriormente, em 1946, para Universidade Católica do Rio de Janeiro. Completando seu trajeto, em 1947 recebeu da Santa Sé o título definitivo de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E é principalmente neste desdobramento que reside a importância do Centro Dom Vital para a autonomização da psicologia no Brasil, tendo em vista que foi na PUC-Rio que ocorreu, em 1953, a criação do primeiro curso de graduação em Psicologia do país. Isto também indica o que outros dados confirmam: o entrelaçamento da doutrina religiosa com a gênese da psicologia, como ciência autônoma, no Brasil. Entre 1950 e 1966, embora Alceu Amoroso Lima ainda figurasse como presidente do Centro Dom Vital, quem assumiu a frente de suas atividades foi o professor Gustavo Corção, uma vez que Alceu havia aceitado convite para ocupar cargo de destaque na União Pan-Americana e, portanto, estava afastado do dia a dia das atividades. Gustavo Corção imprimiu uma visão tradicionalista ao Centro Dom Vital, o que resultou numa relação tensa e conflituosa com as posições de Alceu Amoroso Lima. Diante desse contexto de afastamento e tensão política, em 1966 este último deixou o cargo de presidente, gerando um visível esvaziamento da insti-

tuição. Ainda assim, o centro permanece até hoje. Seus outros presidentes foram: o professor Eduardo Prado de Mendonça, o advogado Heráclito Sobral Pinto e o professor Tarcísio Padilha; este último permanece no cargo desde 1994. Atualmente, o Centro Dom Vital possui exclusivamente a função de promover atividades culturais e de manter a publicação da já octogenária revista *A Ordem*. Sua sede é uma pequena sala do edifício João Paulo II, na rua Benjamin Constant, 23 – 10º andar, no Rio de Janeiro.

Referências

AGUIAR, M. P.; FABRICIO, A. L. da C.; JACÓ-VILELA, A. M. "Fé e Psicologia: As novas relações da Ciência com a Igreja no período da Primeira República". In: **Boletim do CDPHA**, v. único, p. 135-136, 2003.

RIOS, J. A. "Para uma história do Centro Dom Vital". **A Ordem: 80 anos do Centro Dom Vital**, v. 92, n. 82, p. 25-41, 2003.

ATHAYDE, T. de. "Instituto Catholico de Estudos Superiores". **A Ordem**, ano XIII, v. VI. p. 415-425, jan./jul. 1932.

Marcela Peralva Aguiar

■ Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser – 1987-

Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser – 1973-1987

Escola Mercedes Stresser – 1961-1973

Fundada em abril de 1961 pela Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná e pela Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, com o objetivo de atender e orientar o excepcional com deficiência mental que fosse treinável e educável. Atendendo à solicitação dos idealizadores da escola, o prefeito de Curitiba, Iberê de Matos, colocou à disposição desta uma casa localizada no bairro do Tarumã, rua Edgard Stellfeld, 4.400. A professora Pórcia Guimarães Alves, a pedido de Dalila de Castro Lacerda, presidente da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, assumiu a direção dos trabalhos de instalação da escola. Situada em um bairro distante da cidade de Curitiba, a escola funcionou inicialmente em condições bastante adversas: sem calçamento, telefone e transporte, com barulho excessivo e longe do asfalto. A área disponível era limitada, contava com: uma sala para exames psicológicos; outra para atividade didática especial; uma sala maior para música e recreação; uma sala para jogos, mais tarde aproveitada para aulas de judô; cozinha e dependências sanitárias. Na frente do prédio foi instalado um *playground* e um tabuleiro de areia. A primeira equipe de trabalho foi composta pelas professoras Claraidália Deszonnet Stechman, Mirtes Junglut Loureiro, Lindamir Possebon de Freitas, Maria Julieta Alves Malty e as voluntárias Rosa Elisa Perrone de Souza e Gilda Weiss, acadêmicas do curso de Pedagogia. A equipe, movida pelo espírito de solidariedade e boa vontade, enfrentou as adversidades e acreditou que o que faltasse em condições técnicas e pedagógicas seria compensado pelas condições humanas: carinho, atenção e respeito à criança. A professora Pórcia Guimarães Alves permaneceu na direção da entidade até o fim de 1961, acreditando que foi neste primeiro ano de funcionamento que se consolidaram os alicerces sobre os quais se edificaria a escola idealizada: com amplos espaços, novas técnicas e atividades, além de novos profissionais. Em março de 1962, a direção foi assumida pela professora Maria de Lourdes Canziani e neste mesmo ano a escola foi transferida para um prédio cedido pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na rua Maurício Caillet, 265, bairro Água Verde. Sua equipe foi também enriquecida com a contratação de novos profissionais. No ano de 1963 foi organizada na escola uma oficina pedagógica com o objetivo de atender ao adolescente excepcional. A partir de 1964, passou a funcionar em dois períodos: no período da manhã, com

atendimento aos adolescentes, e no período da tarde, com as crianças. Em 1966, a escola ganhou sede própria, na rua Augusto Stellfeld, 1.190, bairro Bigorrilho, endereço no qual ainda permanece. Em agosto de 1973, a escola transformou-se em Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, com a finalidade de atender ao adolescente e ao adulto, a partir de 15 anos, que fosse treinável e educável, com o objetivo de promover sua habilitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho. Os alunos da antiga Escola Mercedes Stresser, com idade de 3 a 15 anos, mais alguns professores e técnicos passaram a ser atendidos pela Escola Ecumênica, conforme convênio firmado entre a Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná, entidade mantenedora da escola, e a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional. Em setembro de 1973 foi organizada no centro uma oficina protegida para o atendimento do adulto excepcional, com atividades de subcontrato com empresas da comunidade. Neste ano assumiu a direção do centro a professora Iva de Abreu Costa e Silva, que permaneceu na direção até outubro de 1977, quando foi sucedida pelo professor Haroldo Souto Carvalhido. Em 1983 foi implantado no centro uma Unidade Sócio-Ocupacional, para o atendimento dos alunos que já frequentavam a oficina pedagógica e a oficina protegida e que, devido ao grau de comprometimento, não apresentavam condições de atividade laboral no mercado de trabalho. Esta unidade teve como objetivo integrar o aluno socialmente, por meio de atividades ocupacionais, que eram desenvolvidas em módulos. Em 1987 o Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser passou a denominar-se Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, por exigência da Secretaria Estadual da Educação, nomenclatura que foi aprovada em 9 de dezembro de 1998, conforme Parecer n. 500/98 do Conselho Estadual de Educação. Em março de 1997, a oficina pedagógica e a oficina protegida passaram a denominar-se Unidade Pedagógica e Unidade de Trabalho Supervisionado. Em junho de 2003 foi inaugurada a Casa de Acantonamento, com o objetivo de oferecer um espaço que proporcionasse vivências em situações de vida diária, com atividades voltadas para o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e também o lazer. O Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, desde 1978 sob a direção de Tânia Maria Mafessoni, tem o objetivo de desenvolver, por meio dos programas da Unidade Pedagógica, da Unidade de Trabalho Supervisionado e da Unidade Sócio-Ocupacional, o potencial da pessoa com deficiência, com vistas à igualdade de oportunidades, aquisição de conhecimentos e competências, promovendo a inclusão sociolaboral, a abertura cultural e o exercício da cidadania. O centro é particular, de caráter filantrópico e tem como entidade mantenedora a Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná, sob a presidência de Quintiliano Machado Netto. Possui uma subsede, localizada na rua Professor Luiz Carlos Pereira, 100, no Jardim Botânico. O centro, desde sua criação, tem desempenhado importante papel no atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais, contribuindo desta forma com a psicologia e a educação.

Referências

ALVES, P. G. **Memórias da Psicologia no Paraná**. Curitiba: Pinha, 1997.

ALVES, P. G. **Memorial**. Curitiba, 1978. Mimeo.

CELLA, S. M. R. "ALVES, Pórcia Guimarães". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

MAFESSONI, T. M. **Histórico**. Disponível em: <www.mercedesstresser.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2007.

Sheila Maria Rosin

■ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) – 1978

Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (ETFCSF) – 1967-1978

Escola Técnica Federal da Guanabara (ETFG) – 1965-1967

Escola Técnica Nacional (ETN) – 1942-1965

Grande parte do ideário do Estado Novo levava em consideração a importância do processo de industrialização do país. Assim, no âmbito de uma série de medidas político-administrativas que visavam a uma maior eficiência no processo produtivo – como, por exemplo, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938 – também começou a ganhar forma a concepção que atribuía ao saber psicotécnico a condição de avaliar de forma científica as aptidões dos trabalhadores. Por esse motivo, quando o governo de Getúlio Vargas decidiu realizar uma ampla reformulação do ensino profissional e técnico-industrial, os testes psicológicos obtiveram especial relevância no processo de seleção e matrícula dos alunos nos cursos técnicos. Assim, em 1937, reformulou-se o ensino profissional nos moldes como era até então realizado na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, dando-lhe uma nova estrutura. A preocupação, que tinha como foco instruir os pobres para que tivessem uma profissão, passou a ser direcionada à necessidade de aproveitar para a indústria os que realmente fossem mais aptos. Tal decisão implicou o encerramento das atividades da referida escola nesse mesmo ano, a fim de que uma nova instituição de ensino técnico-profissional fosse instalada no local. No entanto, a conjuntura políticossocial da época, assim como a amplitude das mudanças, fizeram com que o processo de reformulação fosse muito lento. A Escola Wenceslau Brás, única do gênero na capital da República, era dirigida principalmente para artes femininas (com cursos de corte e costura, de chapéus e flores etc.), enquanto o governo desejava um ensino que qualificasse mão de obra para a indústria. Consequentemente, não é o caso de conceber a criação da Escola Técnica Nacional (ETN), embora construída no mesmo terreno, numa linha harmoniosa de continuidade em relação à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás (1917-1937) porque, na perspectiva do governo federal, o que de fato houve foi uma ruptura intencional. Aspecto que pode ser ilustrado até em pequenos detalhes administrativos, pois na solenidade de inauguração da ETN, o ministro da Educação – Gustavo Capanema – impediu a colocação de um painel do ex-presidente Nilo Peçanha (tido como criador das Escolas de Aprendizes Artífices) ao lado do de Getúlio Vargas (intitulado criador do Ensino Técnico Industrial). Assim, não obstante a Escola Wenceslau Brás tenha encerrado suas atividades em 1937, somente cerca de cinco anos depois, com o Decreto-lei 4.073, de 30/01/1942 (que promulgou a Lei Orgânica do Ensino Industrial) e o Decreto-lei 4.127, de 25/02/1942 (que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial) é que foi instituída a Escola Técnica Nacional (e, depois, algumas outras escolas técnicas regionais, espalhadas pelo país). A ETN, tida pelo ministro Capanema como a escola-padrão do ensino industrial, iniciou suas atividades em 15 de julho de 1942, com cursos de nível industrial (muito básicos, voltados para artífices) e de nível técnico (mais aprimorados e complexos), tais como: Construção de Máquinas e Motores, Eletrotécnica, Edificações, Desenho Técnico etc. Dentro da perspectiva de uma melhor qualificação profissional, uma das características mais marcantes dessa nova escola foi que os exames vestibulares a partir desse ano passaram a incluir a obrigatoriedade do teste de nível mental, que tinha, inclusive, efeito eliminatório. Roberto Mange já usara, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, na década de 1920, alguns princípios de psicotécnica para a escolha de candidatos à matrícula. No entanto, com a reformulação do ensino técnico nos anos de 1940, instalou-se um quadro mais amplo e abrangente. Celso Suckow da Fonseca, diretor da ETN no período de 1943-1951, afirmava, na época, que com essas mudanças não seriam apenas os órfãos, os miseráveis e os

infelizes que as escolas iriam buscar para seus alunos. Com a implantação da psicotécnica, seriam matriculados os mais capazes, os que apresentassem melhores índices de eficiência, aqueles que melhores aptidões específicas revelassem para aprendizagem do ofício e para sua posterior utilização no trabalho das fábricas. A relevância deste quadro para a história da psicologia no Brasil consiste em evidenciar que na década de 1940 a avaliação psicológica não se circunscrevia apenas aos trabalhadores recrutados e selecionados para o trabalho industrial, mas incluía também a seleção de alunos para ingresso no ensino industrial. Esses testes mentais eram elaborados pelo Ministério da Educação e anualmente encaminhados não só à ETN, mas também para as demais escolas técnicas de todo o país. Eram compostos de três etapas, tanto para o Curso Industrial (formas, conhecimentos mecânicos e semelhanças) quanto para o Curso Técnico (formas, informações gerais e séries numéricas) e deviam ser feitos em um prazo de 55 e 65 minutos, respectivamente. O exame da documentação existente, contudo, mostra que os procedimentos eram improvisados e superficiais. Francisco Montojos, diretor de ensino industrial, remetia à escola orientações relativas à aplicação e avaliação do teste. Algumas vezes, entretanto, questões dos testes eram anuladas por erro de impressão no papel de aplicação, fato que, pelos padrões psicométricos, comprometeria toda a avaliação. Outro problema é que a escola técnica, por sua vez, tinha a incumbência de designar professores para aplicar e corrigir esses testes, circunstância que também trazia problemas, pois não eram necessariamente pessoas qualificadas para isso. Ao final da década de 1950, porém, houve uma mudança radical na estrutura do ensino industrial e técnico-profissional da ETN. O Decreto-lei 47.038, de 16/10/1959, implicou a formação exclusiva de técnicos. Os cursos industriais básicos que formavam artífices foram suspensos e o processo de admissão de alunos ao curso técnico foi reestruturado. Dessa forma, os vestibulares realizados a partir de 1960 deixaram de contar com o teste de nível mental. Em virtude de diversas intercorrências políticas, a própria ETN mudou de nome na década de 1960, passando a denominar-se Escola Técnica Federal da Guanabara e, depois, Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Com o advento da Lei 6.545, de 30/06/1978, ocorreu nova transformação e ela deixou de ser uma escola técnica para se tornar um Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET.

Referências

DIAS, D. de O. **Estudo documentário e histórico sobre a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca**. Rio de Janeiro, CEFET-RJ, 1980.

FONSECA, C. S. da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

ARQUIVO GERAL DO CEFET-RJ. **Orientações sobre teste de nível mental**. Rio de Janeiro, 1940-1955.

Alexandre de Carvalho Castro

■ Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB) – 1977-

Hospital Colônia de Barbacena – 1934-1977

Azylo Colônia – 1922-1934

Assistência a Alienados em Minas Geraes – 1903-1922

Campo de concentração, fábrica de cadáveres, inferno humano. Estas são algumas denominações que encontramos como referência ao Hospital Colônia de Barbacena durante as décadas de 1950 a 1970. Nesse período, a imprensa veiculou uma série de denúncias, revelando o mau estado das dependências da instituição, as condições sub-humanas de vida a que eram submetidos os internos, as altas taxas de mortalidade e os convênios para o fornecimento de peças anatômicas para diversas escolas de medicina do país. Para entender como esse hospital público chegou a essa condição, é necessário apontar alguns marcos importantes na história desse nosocômio. A Assistência a Alienados em Minas Gerais foi criada pela Lei Estadual 290,

de 16/08/1900, e foi regulamentada pelo Decreto 1.519, de 21/02/1903. Foi instalada no prédio do antigo Sanatório de Barbacena (que fora criado em 1870 para o tratamento de tuberculosos e fechado por má situação financeira), localizado na atual praça Presidente Eurico Gaspar Dutra, 376 B, bairro Grogotó. Sua inauguração ocorreu em 12 de outubro de 1903, tendo como primeiro diretor o médico Joaquim Dutra. De acordo com o Decreto 1.519, a Assistência a Alienados se destinava a receber os habitantes do Estado de Minas Gerais que necessitassem de tratamento por motivo de alienação mental. A urbanização, ao propiciar a visibilidade das condutas, fez com que os indivíduos exigissem das autoridades medidas de controle para aquelas categorias consideradas desviantes sociais, perturbadores da ordem social. Tornou-se necessária a criação e/ou expansão de novos espaços para controlá-los, tratá-los e, se possível, curá-los. Diante da superlotação da Assistência a Alienados e do reconhecimento da competência dos psiquiatras em detectar a doença e lidar com a ordem social, foram inaugurados, em 1922, o Instituto Raul Soares, em Belo Horizonte, e a Colônia, anexa à Assistência, em Barbacena. Embora prevista no regulamento de 1903, até esse momento a Colônia ainda não tinha sido criada. Assim, o setor inicial da Assistência passou a ser designado Azylo Central e o novo setor foi designado Azylo Colônia. Em 1927, o termo azylo foi substituído pela denominação Hospital Colônia de Barbacena, que foi oficializado em 1934 e utilizado até 1977, quando a instituição passou a ser denominada Centro Hospitalar e Psiquiátrico de Barbacena (CHPB). A Colônia localizava-se no km 4 da rodovia MG-365, em terreno próximo ao do Azylo Central. O Instituto Raul Soares foi criado com a destinação de receber doentes mentais agudos, ou seja, os que apresentavam manifestações isoladas de perturbações mentais, capazes de serem recuperados e voltarem ao convívio social. Já a Assistência deveria asilar e tratar homens-loucos e indigentes procedentes de todo o Estado de Minas Gerais. Esse asilamento poderia acarretar anos de internação, haja vista que para aquele hospital se destinavam, em sua grande maioria, os ditos doentes crônicos, isto é, indivíduos que, pela sua doença mental ou anormalidade, demandavam longo período de internação, devendo ser enviados para a Colônia a fim de serem observados, tratados e controlados. Os enfermos admitidos na assistência eram classificados como pacientes agudos pertencentes à categoria de indigentes ou contribuintes, e a internação dos primeiros era requisitada por uma autoridade da localidade da qual provinha, do cônjuge ou algum parente próximo, pelo tutor ou pelo chefe de corporação religiosa ou beneficente a que pertencesse. Além disso, os contribuintes deveriam pagar uma diária, cujo valor variava com o tipo de instalação e alimentação que deveriam receber. A Colônia era reservada aos pacientes capazes de realizar atividades agrícolas ou outras, como a carpintaria e a olaria, que eram consideradas práticas de laborterapia. Nos arredores da Assistência, ocorria a assistência heterofamiliar; um hospedeiro ou nutrício, geralmente um chefe de família ou pequeno sitiante residente nas proximidades do hospital, adotava um enfermo para trabalhar em suas terras. O alienado deveria receber parte daquele carinho familiar, deveria ser admitido à mesa mas, permanence obrigado a trabalhar mais do que cinco horas por dia. As mulheres-loucas e indigentes permaneciam no complexo do Azylo Central, juntamente com os contribuintes de ambos os sexos. No Decreto 11.276, de 1934, que aprovou o Regulamento da Assistência Hospitalar do Estado de Minas Gerais, encontram-se os dispositivos sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas e a fiscalização dos serviços psiquiátricos. Este regulamento, que reafirma o saber e o poder psiquiátricos, pode também ser considerado inovador para a época, no sentido do reconhecimento dos direitos civis dos psicopatas. Entretanto, as normas tornaram-se anacrônicas pelo longo período de sua vigência e, principalmente, porque foram pouco utilizadas na defesa dos direitos dos doentes mentais. A vigência dessas normas perpassa a criação de diferentes instituições, que foram responsáveis pela organização e administração da saúde mental em Minas

Gerais, como a Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica (1946), a Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica – FEAP (1968), posteriormente transformada em Fundação Educacional de Assistência Psiquiátrica (1971), e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG (1977). Vale ressaltar que, em 1968, o Hospital deixou de pertencer diretamente ao estado, por meio da Secretaria de Saúde, passando a integrar a FEAP e depois (e ainda hoje), a FHEMIG. Durante o período destas administrações, as referências às práticas asilares e terapêuticas do Hospital Colônia de Barbacena são de um local em que predominava a superlotação e o leito chão nos dormitórios. Sem camas e sem colchões, era espalhado um monte de capim para os internos dormirem. Com o passar do tempo, os excrementos nele depositados tornavam-no fétido e propício à proliferação de doenças. Durante o dia, os internos ficavam espalhados e deitados pelos pátios. Os recursos terapêuticos – contenção através do uso de celas, camisas de força e de eletrochoques, lobotomia, aplicações de injeções do tipo sossega-leão e o chá da meia-noite – funcionavam mais como mecanismos de punição e de castigo. O conjunto das práticas asilares e terapêuticas realizadas na instituição, associadas às doenças intercorrentes, à desnutrição e às endemias dos internos, contribuiu sobremaneira para o alto índice de mortalidade. Identificadas pela visão contemporânea como práticas de tortura, que poderiam acarretar a morte, essas práticas devem ser percebidas como recursos legítimos e recomendadas pelos psiquiatras no tratamento da loucura na época. Os instrumentos utilizados nesse período, além de um acervo fotográfico sobre as diversas fases da instituição, estão expostos no Museu da Loucura, criado em 1996, no torreão do CHPB, na Rodovia MG-365. Resultado de uma parceria entre a Fundação Municipal de Cultura de Barbacena (FUNDAC), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) e o Centro Hospitalar e Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), pretendem contar a história do tratamento psiquiátrico estabelecido em Minas Gerais a partir de 1900. Em decorrência das denúncias sobre a situação dos internos, que podem ser bem visualizadas no documentário *Em nome da razão*, do cineasta Helvécio Ratton, e no livro *Nos porões da loucura*, de Hiram Firmino, o Hospital Colônia de Barbacena, a exemplo de outros hospitais públicos destinados aos doentes mentais, passou por um processo de reestruturação dentro do movimento de reforma psiquiátrica. Cabe lembrar que essa reestruturação tornou-se possível também em decorrência do III Congresso Mineiro de Psiquiatria (1979), realizado em Belo Horizonte, e do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) instalado no país. Iniciada em 1979 e ainda em curso, a reforma psiquiátrica no CHPB propiciou uma reestruturação interna e a desinstitucionalização dos pacientes. Esse processo, compreendido em três etapas, inclui diversas medidas como: atendimento ambulatorial e de pacientes com crises agudas em regime de hospital-dia, reformas em diversos pavilhões, encaminhamento de pacientes com vínculos familiares aos seus locais de origem, redução gradativa do número de internos e contratação de um quadro de funcionários qualificado e interdisciplinar. A reforma ainda contempla mudanças arquitetônicas em relação ao tipo de construção de módulos residenciais, de maneira a oferecer um tratamento mais humanizado e individualizado aos pacientes. Por certo, a instituição não conseguiu reintegrar os pacientes sem vínculos familiares e com sequelas que ali já se encontravam por vários anos. Parte deles ficou em pavilhões, módulos residenciais existentes no próprio Hospital. Outros conseguiram ser desinstitucionalizados e passaram a morar em diversas residências terapêuticas em diferentes bairros da cidade. Cabe destacar que as mudanças instituídas no CHPB só se tornaram possíveis com a contratação de profissionais da área psi, entre eles os psicólogos, responsáveis em grande medida pela introdução e mudança de concepção e de práticas no tratamento da doença mental.

Referências

ALVIM, C. de F. "Assistência ao doente mental". **Revista da Associação Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3-4, set./dez. 1956.

COELHO, R. S. **Barbacena: 1900-1980**. Belo Horizonte, 1979. Mimeo.

DUARTE, M. N. **Ares e luzes para mentes obscuras: o caso do Hospital Colônia de Barbacena (1922-1946)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FIRMINO, H. **Nos porões da loucura**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

MAGRO FILHO, J. B. **A tradição da loucura – Minas Gerais: 1870-1964**. Belo Horizonte: COOPEMED/UFMG, 1992.

MOREIRA, D. **Psiquiatria: controle e repressão social**. Petrópolis: Vozes, 1983.

PAIVA FILHO, J. R. de. "Testemunho sobre o Hospital Colônia de Barbacena". In: **CURSO ALTERNATIVAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL**. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina da UFMG, 1982. Mimeo.

SILVA, M. C.; BARBOSA, E. **Repensando os porões da loucura: um estudo sobre o Hospital Colônia de Barbacena**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TOLLENDAL, R. **A História do Hospital-Colônia**, [197-]. Mimeo.

VIDAL, C. E. L. **Avaliação das habilidades de vida independente e do comportamento social de pacientes psiquiátricos desospitalizados.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Maristela Nascimento Duarte

■ Centro Integrado de Assistência Psicossocial Adauto Botelho (CIAPS Adauto Botelho) – 1993-

Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho (HPAB) – 1957-1991

O CIAPS Adauto Botelho é um complexo de cunho assistencial, público, estatal, mantido pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso. A sede administrativa situa-se na rua Adauto Botelho, s/n, bairro Coophema, Cuiabá-MT. É sucessor do HPAB, fundado em 1957, no local onde funcionava antes a Chácara dos Loucos. Antes de sua fundação, o atendimento no âmbito da saúde mental era prestado pela Enfermaria dos Alienados da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Em 1944 chegou a Cuiabá um médico psiquiatra vindo de Minas Gerais, doutor Vargas, que enviou um relatório ao governo mencionando as condições precárias em que se encontrava a assistência mental. Contudo, somente em 1955, Adauto Botelho, então diretor do Serviço Nacional de Doença Mental, firmou um convênio com o governo de Mato Grosso para a construção de um hospital psiquiátrico, o que ocorreu em 1957. Permaneceu como o único hospital, apesar do intenso fluxo migratório da década de 1960, que aumentou enormemente a população do estado. Nessa época, o HPAB tinha capacidade para 250 pacientes e abrigava 500. Em 1975, com a elaboração do Manual de Assistência Psiquiátrica na Previdência Social, outros profissionais, além dos médicos e enfermeiros, passaram a compor as equipes multiprofissionais em serviços de atenção à saúde mental, entre eles o psicólogo. Em 7 de outubro de 1975, criou-se o Serviço de Saúde Mental no estado, sendo uma de suas ações a ampliação do HPAB e mudança nos aspectos técnicos e administrativos, além da realização de um censo no hospital com o intuito de diagnóstico psicossocial dos internos. Não há registros precisos sobre a data de início do trabalho do psicólogo no serviço de saúde mental em Mato Grosso, porém infere-se que ocorreu nesse período. Em 1978 o Estado do Mato Grosso foi dividido e em 1988, com a implantação do SUS, iniciou-se a construção de uma rede assistencial regionalizada e hierarquizada. Entretanto, com o intenso crescimento populacional posterior à divisão do estado, o atendimento era insuficiente em relação à demanda. Em 1991 o HPAB foi fechado e o estado contou durante dois anos com um único hospital psiquiátrico privado, o Instituto de Neuropsiquiatria (inaugurado em 1989 e fechado em 2004). Em 1993, o HPAB foi reinaugurado, com nova denominação, de Centro Integrado, alterando sua sigla para CIAPS Adauto Botelho. Atualmente o complexo abrange os seguintes serviços: pronto atendimento (emergência e internação de curta permanência), internações feminina e masculina para portadores de transtorno mental agudo, um Centro de Atenção

Psicossocial Infantil (CAPSI), um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, um hospital-dia (fechado em 2007), um ambulatório (municipalizado desde 2007), uma unidade de internação para tratamento de dependência química (apenas para homens), um manicômio judiciário (apenas para homens) e uma unidade denominada Lar Doce Lar. Os setores de pronto atendimento e internação estão localizados no mesmo espaço físico. As demais unidades funcionam em outros pontos da cidade de Cuiabá. As atividades realizadas estão previstas nas portarias dos CAPS e hospital-dia, englobando atendimento individual, atendimento em grupo, visitas domiciliares, atendimento à família, entre outros. Essas atividades também ocorrem nos setores de internação masculina e feminina. O número atual de psicólogos no CIAPS é de 19 profissionais, e algumas ocupam cargo de gerência, de diretoria técnica e geral. A equipe técnica das unidades é formada por psicólogo, assistente social, psiquiatra, enfermeiro, terapeuta ocupacional, arte-terapeuta, técnico de enfermagem. O número de profissionais varia de acordo com a demanda e número de usuários dos serviços, porém em todas as unidades há psicólogos. O CIAPS Adauto Botelho é hoje não só um complexo de serviços em saúde mental como referência no estado. Configura-se como um campo de atuação do psicólogo com ampla clientela e modalidades de atendimento. Envolve a necessidade de formação e ação mais ampla não apenas em saúde mental, mas principalmente na saúde pública. A prática do psicólogo em saúde mental no Brasil nem sempre foi discutida a partir de uma visão social crítica. Ao entrar nesses serviços, os profissionais da psicologia reproduziam práticas individuais. Hoje, com as experiências no serviço público de atendimento a portadores de transtorno mental e dependentes químicos, a psicologia passa a questionar as práticas então difundidas. Em conjunto com outros profissionais, o psicólogo na saúde mental passa a fazer parte de ações que visam contribuir para a desospitalização e desinstitucionalização, pautando-se na reinserção e reabilitação psicossocial da clientela.

Referências

LAMBERT, Á.; OLIVEIRA, S. B. **História do atendimento ao doente mental no Estado de Mato-Grosso até 1970.** Monografia (Especialização em Saúde Mental). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995.

OLIVEIRA, A. G. B. **Superando o manicômio? Desafios na construção da reforma psiquiátrica**. Cuiabá: EdUFMT, 2005.

VASCONCELOS, E. **Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas últimas décadas.** Disponível em: <http://www.uerj.br/cliopsyche/site/revistamnemosine/ARTIGOS.htm>. Acesso em: 5 jul. 2005.

Veline Filomena Simioni Silva

■ Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa (CEJOP) – 1955-

Criado em 2 de julho de 1955 por dona Altair de Azevedo, católica ligada a questões sociais, formada em Serviço Social e Pedagogia, o CEJOP está localizado na rua Irineu Marinho, 449, Icaraí, Niterói – RJ, tendo a finalidade de atender às necessidades da população carente. Funcionando em dois prédios com cinco andares cada um, é uma instituição filantrópica, considerada de utilidade pública nos setores municipal, estadual e federal. De início, a instituição contava com uma equipe composta exclusivamente por assistentes sociais com foco voltado para o lazer e a orientação educacional. Ao longo dos anos, foram instituídas outras formas de atendimento e, atualmente, a instituição possui uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e médicos, além de assistentes sociais. São oferecidos serviços de psicopedagogia, psicomotricidade, audiometria – serviço no qual o CEJOP é pioneiro em Niterói –, reforço escolar, além da Escola Especial São José, para crianças portadoras de necessidades especiais, e da Colônia de Férias Nossa Senhora de Lourdes, localizada em Rio das Ostras, RJ.

Por meio de convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com diversas instituições como a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ), a Secretaria de Integração e Cidadania e Promoção Social (SICPS) e com a Fundação Municipal de Educação, o CEJOP atende gratuitamente um público de crianças, adolescentes, adultos e idosos com poucos recursos financeiros e que vêm procurar serviços de reabilitação ou a escola especial. Entre os anos de 2000 e 2001, o CEJOP atendia a cerca de 500 pacientes por mês. O público que busca seus serviços passa por uma triagem inicial no Serviço Social e é encaminhado, conforme o caso, para a especialidade. Há, ainda, um convênio com o Apoio Sócio Educativo de Meio Aberto (ASEMA), que possibilita ao CEJOP retirar crianças e jovens da ociosidade, desde que matriculados nas redes municipal ou estadual de ensino, fazendo atendimentos, desenvolvendo atividades lúdicas e de reforço escolar e lazer.

Referências

BRAGA, H. C. de S. **Entrevista concedida a Priscila Rocha Mendonça da Frota**. Rio de Janeiro, 10 out. 2006.

ZANON, M. M. de S. **Entrevista concedida a Priscila Rocha Mendonça da Frota**. Rio de Janeiro, 24 out. 2006.

CENTRO JUVENIL DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA (CEJOP). **CEJOP. Preparando para a vida. Uma entidade filantrópica**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2002.

Priscila Rocha Mendonça da Frota
Francisco Teixeira Portugal

■ Centro Psicopedagógico (CPP) – 1980-

Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) – 1947-1980

Foi inaugurado em 1947, no governo Milton Campos, com o nome Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI). O Decreto-lei 2.094, de 14/03/1947, determinou a criação conjunta de um Instituto de Psicopedagogia. O Hospital seria destinado à hospitalização e tratamento das crianças e o Instituto de Psicopedagogia seria destinado à classificação e orientação pedagógica de crianças anormais. O diretor da Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica da Secretaria de Saúde, médico Austregésilo Ribeiro Mendonça, reformou e equipou o antigo Hospital Militar para se transformar na nova instituição, que se dispunha a prestar os primeiros cuidados às crianças portadoras de distúrbios mentais até a idade de 16 anos. Até 1949, o Hospital atendia somente em regime ambulatorial e, a partir de então, o serviço de internações começou a funcionar. As verbas federais para a implantação foram conseguidas pelo médico Adauto Botelho, então responsável pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais. A capacidade inicial do hospital previa o atendimento de 150 crianças e seu primeiro diretor foi o médico Bernardino Alves. O médico José Abranches Gonçalves o sucedeu, dirigindo o hospital durante 21 anos. Este diretor apontou os graves problemas existentes no traçado institucional, denunciando o aumento de internações causado, sobretudo, pela falta de atendimento psiquiátrico extramural e pela redução de tratamento nas esferas tradicionais, como eletroconvulsoterapia, insulinoterapia e psicofármacos. Em 1969, a diretoria foi ocupada pelo médico José Raimundo da Silva Lippi. O HNPI iniciou nova etapa, com a criação dos serviços de pedagogia no hospital, reorganizando-se o serviço social e o serviço de enfermagem, além da organização do setor de arquivos. Nesse mesmo ano, um serviço de psicologia começou a funcionar, dirigido pela psicóloga Maria Auxiliadora de Souza Brasil. O HNPI viveu intensamente seu projeto de reformas até 1973, quando foi criada a Unidade Psicopedagógica (UNP), com o objetivo de prestar atendimento gratuito às crianças das escolas públicas que apresentassem problema de aprendizagem. Tal intento se justificava na medida em que, segundo pesquisas da época, 70% da clientela era portadora de distúrbios de escolaridade, da fala ou de conduta, distúrbios estes que

interferiam em seu rendimento escolar. Se inicialmente foi vinculada ao HNPI, a UNP cresceu e, em 1975, tornou-se unidade independente. Em 1976, foi elaborado um estudo, apresentando uma avaliação do projeto inicial e recomendando a criação de outras miniunidades psicopedagógicas em áreas regionais de Belo Horizonte. Como tal projeto não foi levado adiante, a UNP sofreu excessiva demanda, impossível de ser atendida, gerando filas para avaliações e atendimentos com espera de até um ano. Em 1977 foi criada a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), entidade que passou a gerenciar a UNP. Em 1979, a visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia suscitou denúncias acerca dos abusos sofridos por menores no Hospital Colônia de Oliveira, cidade mineira, sendo essas crianças transferidas para o HNPI. Um ano depois, outras denúncias atingiriam a UNP e o HNPI, que foram comparados por jornais da época ao inferno. A direção da FHEMIG optou por unir os dois serviços e implantar o Centro Psicopedagógico (CPP), que iniciou suas atividades em 9 de setembro de 1980. Esse processo de fusão trouxe problemas para a uniformização dos critérios de internação e alta dos pacientes, decisões fundamentais para o funcionamento clínico e administrativo do CPP. Na década de 1980, foram criadas novas frentes de trabalho, como a capacitação dos atendentes, a introdução de equipes interdisciplinares e de equipe de diagnóstico. Em 1984, foi realizada a primeira assembleia geral do CPP, que considerou seu funcionamento viável, exceção feita ao atendimento de pacientes crônicos, que precisava ser melhorado. Atualmente, o CPP é referência, em Minas Gerais, na atenção em saúde mental da criança e do adolescente para os casos de maior complexidade, bem como um centro de referência na formação de profissionais da rede do SUS. Para esta rede, presta ainda serviço de assistência em saúde mental à população de zero a 18 anos incompletos, em níveis de complexidade secundário e terciário. Seu ambulatório atende em uma lógica multidisciplinar: psiquiatria, neurologia, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, serviço social, oficina terapêutica. Apresenta subunidades, como Hospital-Dia, Núcleo de Atenção Psicossocial, Atendimento a Pacientes com Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (Autismo), Lar Abrigado, além do Centro de Atenção Psicossocial Infantil. Possui 11 leitos de observação reversíveis e sete leitos-abrigo.

Referências

CAMPOS, A. C. M. C.; SAVASSI, M. "O Centro Psicopedagógico e seu modelo assistencial". **Revista de Psiquiatria Psicanalítica Criança Adolescente.** Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 63-69, jan./dez. 1996.

CENTRO PSICOPEDAGÓGICO – FHEMIG. **Relatório da Diretoria**. Belo Horizonte, 1980.

CENTRO PSICOPEDAGÓGICO – FHEMIG. **Primeiro Seminário Interno**: **documento relativo às moções apresentadas.** Belo Horizonte, 1984.

CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE PSIQUIATRIA INFANTIL, 2º. **Contribuições aos temas oficiais; hospital de neuropsiquiatria infantil.** Belo Horizonte: FEAP, 1972.

FIRMINO, H. "Os meninos de Barbacena". **Estado de Minas.** Belo Horizonte, 15 jul. 1980.

FIRMINO, H. "Os meninos de Barbacena". **Estado de Minas.** Belo Horizonte, 16 jul. 1980.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA. **Relatório da Direção Geral, 1971/1972**. Belo Horizonte, 1972.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA. **Boletim estatístico do H.N.P.I.** Belo Horizonte, 1972.

Renato Diniz Silveira

■ Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste – 1972-1975

Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho – 1963-1972

Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE) – 1955-1963

O CRPE, instituição de pesquisa criada oficialmente pelo Decreto 38.460, de 28/12/1955, começou a funcionar em junho de 1956 e foi

extinto em 23 de maio de 1975, pelo Decreto 75.754. Por duas vezes teve sua denominação alterada: em 1963, tornou-se o Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho e, a partir de 1972, após uma reestruturação, recebeu a denominação de Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste. Instalado, desde sua fundação, em um prédio construído pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, USP, o CRPE compartilhou seu espaço físico, a partir de 1962, com o Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL/USP) e, a partir de 1969, com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). O CRPE de São Paulo fazia parte de uma rede de instituições de pesquisa subordinada ao INEP e integrada por mais quatro centros regionais (Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre) e pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), localizado no Rio de Janeiro. O Decreto 38.460, de 28/12/1955, que criou os centros, determinava que, além da realização de pesquisas sociais e educacionais, estas instituições seriam responsáveis pela elaboração de propostas de mudanças a serem introduzidas na educação brasileira; preparo de material de ensino; e oferecimento de cursos de treinamento e aperfeiçoamento do magistério. O processo de criação destes centros foi conduzido por Anísio Teixeira – diretor do INEP entre 1952 e 1964 – e contou com a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros, como o psicólogo social Otto Klineberg e o sociólogo Florestan Fernandes. A partir da ideia de que a educação brasileira precisava se adaptar às necessidades e exigências do povo brasileiro, sugeriu-se a elaboração de uma nova política educacional para o país como um todo e para cada uma de suas regiões, que tomasse por base os resultados de investigações científicas e as condições de desenvolvimento da sociedade. Para contribuir com este tratamento científico das questões educacionais, Anísio Teixeira acreditava que os centros deveriam gerar condições para que os trabalhadores das chamadas ciências-fonte da educação – cientistas sociais, antropólogos e psicólogos – buscassem no campo da prática escolar os seus problemas de investigação. Tendo em vista o cumprimento de tais orientações, o CRPE de São Paulo organizou-se inicialmente em duas seções de pesquisa: a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS) e a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), dirigidas, respectivamente, pelo sociólogo Renato Jardim Moreira e pelo psicólogo Joel Martins. A partir de 1957, Joel Martins passou a dirigir a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) e outro psicólogo, Dante Moreira Leite, assumiu a direção da DEPE. Ambos permaneceram nestes cargos até 1959. A partir dessa data, a DEPE passou a ser dirigida por Maria do Carmo Guedes e Silvia Tatiana Maurer (Silvia Lane), graduadas pelo Curso de Filosofia da FFCL/USP, que, alguns anos mais tarde, participariam do processo de instalação do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1962, o DEPS e o DEPE se fundiram, formando a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais (DEPES). Dois representantes da cadeira de Psicologia Educacional da FFCL/USP, Arrigo Leonardo Angelini e Samuel Pfromm Netto, também participaram das atividades do CRPE, integrando seu conselho deliberativo, em 1961. A revista do CRPE, denominada *Pesquisa e Planejamento*, teve 17 números publicados entre 1957 e 1975, sendo o principal meio de divulgação das pesquisas realizadas pela instituição. Em seus números, encontram-se os artigos divulgados pela equipe de Joel Martins, que trabalhou na elaboração das chamadas escalas de escolaridade para o ensino primário; os artigos de Dante Moreira Leite sobre livros de leitura utilizados na escola primária e sobre a reprovação neste mesmo nível de ensino; e um artigo de Arrigo Angelini, sobre motivação e aspirações profissionais. Outros dois trabalhos podem ser citados para exemplificar outras pesquisas, na área da Psicologia, promovidas pelo CRPE: em 1959, Dante Moreira Leite participou do Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros, realizado pelo CRPE, com um trabalho so-

bre as possíveis contribuições da Psicologia à renovação educacional; e, em 1962, Arrigo Angelini e Samuel Pfromm Netto iniciaram a pesquisa intitulada Análise de Conteúdo da Psicologia Educacional, cujos resultados foram apresentados na 17ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Belo Horizonte, em 1965. Com base nesses exemplos de pesquisas em Psicologia sobre a temática educacional e da identificação de alguns psicólogos que foram atraídos para selecionar, na prática escolar, seus problemas de investigação, é possível realizar uma aproximação em relação à participação do CRPE no processo de institucionalização do campo da psicologia em São Paulo, atuando em estreita proximidade com as áreas de Educação e de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Em uma época em que os cursos de Psicologia ainda estavam se organizando em São Paulo, o CRPE apresentou condições capazes de atrair para suas atividades os talentos locais e constituir, com eles e com os recursos materiais de que dispunha, um espaço de maturação de ideias e de experimentação de práticas relacionadas à educação que, alguns anos mais tarde e em outros espaços institucionais – principalmente nos cursos e institutos de Psicologia –, se desenvolveriam e contribuiriam para a consolidação da psicologia e, mais especificamente, da psicologia educacional no Brasil.

Referências

ANGELINI, A. L.; PFROMM NETTO, S.; ROSAMILHA, N. "Análise de Conteúdo da Psicologia Educacional [Trabalho apresentado à 17ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Belo Horizonte, em 1965]". **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 5, n. 1, 2001.

ANGELINI, A. L.; ROSEN, B. C. "Motivação, aspiração profissional e alguns aspectos da educação dos filhos: estudo comparativo de dados obtidos no Brasil e nos Estados Unidos". **Pesquisa e planejamento**, São Paulo, n. 7, jun. 1964.

DEPE. "Escalas de escolaridade". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 2, p. 167-232, jun. 1958.

DEPE. "Escalas de escolaridade". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 3, p. 148-153, jun. 1959.

DEPE. "Escalas de escolaridade". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 4, p. 97-101, jun. 1960.

LEITE, D. M. "O brinquedo, a leitura e a criança". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 2, p. 11-17, jun. 1958.

LEITE, D. M. "Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 3, p. 15-34, jun. 1959.

LEITE, D. M. "Análise de conteúdo dos livros de leitura da escola primária". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 4, p. 102-126, jun. 1960.

LEITE, D. M. "A investigação psicológica face à educação brasileira [Trabalho apresentado no 'Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros', realizado no CRPE, em 1959]". In: CRPE. **Técnicas e problemas de mudança cultural provocada em face da organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro**. São Paulo: MEC/INEP/CRPE "Prof. Queiroz Filho", 1967, p. 75-104.

TEIXEIRA, A. "Ciência e arte de educar". **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 1, p. 67-85, jun. 1957.

Márcia Ferreira

■ Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) – 1994-

Departamento de Psicologia do Instituto Paraibano de Educação – 1971-

Instituição de natureza privada, situada na BR 230, km 22, Água Fria, João Pessoa – PB e fundada em 21 de junho de 1971. Foi criada a partir da ideia inicial de fundação de uma Universidade Católica. Esta era a proposta inicial de Marcos Trindade, depois de deixar a Reitoria do Seminário Arquidiocesano, à qual se aliara ao amigo e confrade de ministério, padre José Trigueiro do Vale. Mas, levada ao exame do bispado da época, o projeto da universidade não logrou aprovação. Como, ao lado de outros companheiros de magistério, Manuel Batista de Medeiros estava articulando a fundação de uma escola autônoma do mesmo nível, não demorou para que os dois grupos se incorporassem à mesma iniciativa.

A ata de 1971 foi, assim, o resultado formal dessa união, celebrada e efetuada no Mosteiro de São Bento, então abandonado e que ia precisar de restauração, cedido à nova entidade em regime de comodato (gerência temporária) pela arquidiocese. Deve-se aos primeiros alunos da instituição a escolha dos quatro primeiros cursos. As primeiras turmas foram constituídas pelo excedente do vestibular de universidades federais, muitos dos alunos vindos do Ceará, outros do Rio Grande do Norte. A instituição tem por objetivos desenvolver valores, habilidades e conhecimentos que capacitem os discentes no exercício de suas atribuições profissionais, sendo o público-alvo os alunos secundaristas; profissionais já inseridos no mercado de trabalho; a própria comunidade, já que são oferecidos programas de assistência jurídica, de saúde, desporto e lazer comunitário; e o meio empresarial, principalmente nas áreas administrativa e contábil. Fundado por Marcos Augusto Trindade, José Trigueiro do Vale, Afonso Pereira da Silva, Flávio Colaço Chaves, José Loureiro Lopes e Manuel Batista de Medeiros, e dirigida por José Loureiro Lopes; diretor vice-presidente Oswaldo Trigueiro do Valle; diretor-secretário Paulo Augusto Trindade Padilha; diretor de patrimônio e finanças Flávio Colaço Chaves. Sendo seus conselheiros: Afonso Pereira da Silva, Monsenhor José Trigueiro do Valle, Manuel Batista de Medeiros, monsenhor Marcos Augusto Trindade Padilha. Possui convênio com o objetivo de promover a inserção do alunado em estágio com: Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Instituto Evaldo Lodi (IEL), Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, Controladoria Geral do Estado, Companhia Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), Lojas MAIA, Fundação de Apoio ao Portador de Deficiências (FUNAD), Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC), Gráfica Santa Marta, Hospital São Vicente de Paula, Lar da Providência, Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB – PB), ORSERV Ltda – Empregos e Serviços, Instituto e Maternidade Cândida Vargas, Instituto da Assistência ao Servidor (IPEP). Na área de psicologia os eventos são promovidos em período semestral e anual, envolvendo atividades como simpósios, congressos, ciclos de palestras, ciclos de jornadas; seminários de extensão; mesas-redondas, comemoração do dia do psicólogo; feiras de informações promovidas por professores e alunos de Psicologia. Em 2003 teve participação na organização do III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia – CONPSI. No Departamento de Psicologia, o quadro de funcionários é composto por Iany Cavalcanti da Silva Barros (coordenadora), Suy-Mey Carvalho de Mendonça Gonçalves (coordenadora adjunta), Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros (responsável técnica), assim como professores com especialização, mestrado e doutorado e profissionais de apoio administrativo. Possui unidades de triagem, de atendimento psicoterápico, de psicopedagogia e de orientação vocacional e profissional, além dos núcleos de estágio supervisionado e o de pesquisa e extensão. A clínica de psicologia, que foi criada pela Resolução 05/04/1974 e em 19/10/2001, através da Portaria 123, promove estágio e treinamento aos alunos de Psicologia, propiciando condições para a experiência profissional, por meio do atendimento à comunidade e na prevenção da saúde mental. Na clínica são oferecidos os serviços de triagem, plantão de escuta psicológica, psicoterapia individual, de casal, familiar; ludoterapia individual e em grupo; anamnese infantil; avaliação psicológica; orientação profissional e psicopedagógica; acompanhamento psicológico a idosos e a deficientes e atendimento psicopedagógico. A instituição possui área total de 300.000 m² e área construída de 35.246,28 m². Funciona de segunda a sábado das 7:00 às 22:00 horas. São oferecidos atendimentos assistenciais nas clínicas-escolas de psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia, na área jurídica, contábil e administrativa. No decorrer de seus 36 anos de existência, muitas foram suas publicações, documentadas e arquivadas em seu acervo cultural, disponível ao conhecimento público no Núcleo de Documentação e Arquivos desta Instituição. Em 1994 a instituição teve o seu nome alterado para UNIPÊ.

Referências

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ). Disponível em: < http://www.unipe.br/>. Acesso em: 17 set. 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Curso de Psicologia. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. João Pessoa, 2003. Mimeo.

INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCAÇÃO (IPÊ). Núcleo de Documentação e Arquivos. **Relatórios de atividades anuais**. João Pessoa: IPÊ, 1994-2008.

SILVA, C. T. P. da S**. Resenha histórica do IPÊ/UNIPÊ 30 anos 21 junho 1971 – 2001**. João Pessoa: Unipê, 2002.

Rejane Sousa da Silva

■ Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) – 1970-

Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda – Seção Minas Gerais – 1963-1970

Associação científica voltada à formação de profissionais na área da psicanálise, sem fins lucrativos e de utilidade pública estadual (Lei 11.709, de 22/12/1994) e municipal (Lei 4.211, de 23/10/1985), o CPMG é mantido pela contribuição mensal de seus associados e tem como clientela pessoas com curso superior completo, especialmente das áreas humanas e biológicas e estudantes dos últimos períodos de Psicologia e Medicina. Conta com uma Clínica de Psicanálise que se destina a atender pessoas de baixa renda por preços acessíveis e fornecer material de pesquisa para os formandos. Com sede própria na rua Maranhão, 734, 3º andar, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG, o CPMG dispõe de secretaria, duas salas de aula, auditório para 60 pessoas, biblioteca, copa e banheiros. Fundado em 17 de abril de 1963, o CPMG veio atender à demanda de um grupo de psiquiatras mineiros que procurava uma formação em psicanálise que, até então, só podia ser feita no Rio de Janeiro, em São Paulo ou fora do país. No entanto, no Rio Grande do Sul havia um núcleo de estudos psicanalíticos dirigido por Malomar Lund Edelweiss, padre e diretor da Universidade Católica de Pelotas. Malomar tomara conhecimento da obra de Igor Caruso, reconhecido então mundialmente como expoente de uma psicanálise com base no existencialismo cristão e como fundador, em 1947, do Círculo Vienense de Psicologia Profunda. Este Círculo abrigava pessoas de diferentes formações, criando uma frente heterodoxa e multidisciplinar que permitia, na Viena de então, a continuidade dos estudos e investigações no terreno da psicanálise, que haviam sido dificultados durante a II Guerra Mundial, com a ascensão do nazismo e a anexação da Áustria ao III Reich. Malomar foi para Viena, onde se analisou com Caruso. Em 1956 fundou no Brasil, com a presença de Caruso, o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda, com sede inicial em Pelotas e depois em Porto Alegre. Desejando difundir a psicanálise e sabendo da demanda dos profissionais mineiros, Malomar transferiu-se para Belo Horizonte em 1963 e, em conjunto com os doutores Elba Duque de Moura, Djalma Teixeira Oliveira, Jarbas Moacir Portela, Antônio Franco Ribeiro da Silva e Eunice Rangel, criou o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda – Secção Minas Gerais. O grupo logo se expandiu. Em 1968 o próprio Caruso foi convidado para dar assistência teórica ao Círculo e para intermediar certas divergências que vieram com o aumento do número de participantes. Em 1970, o grupo mudou seu nome para CPMG, fazendo prevalecer a psicanálise sobre a psicoterapia (atendimento de grupos, casais, famílias etc.), dando prioridade à análise clássica no divã, como foi estabelecida por Freud. No nível nacional, o CPMG é vinculado ao Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), fundado em 1956 no Rio Grande do Sul por um grupo de psicanalistas liderados pelo professor Malomar Lund Edelweiss. Este Círculo funciona como uma federação e tem unidades em vários estados:

Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe. A filiação internacional do CPMG é a International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS), que tem também Igor Caruso como um de seus fundadores. A IFPS se caracteriza por ser pluralista e por acatar as diferenças de cada país e de cada formação local, embora haja requisitos básicos para a pertinência a seus quadros. Ao longo de sua história, o CPMG tem testado vários modelos de funcionamento. O modelo atual congrega a Sociedade de Psicanalistas e o Fórum de Psicanálise. O CPMG é estruturado para ser uma sociedade pluralística, composta por membros que seguem diferentes orientações teóricas, sem tentativas de uniformização. A maioria dos sócios segue uma linha freudo-lacaniana, embora haja alguns adeptos dos ensinamentos de Melaine Klein, Winnicott e Laplanche. A diretoria do CPMG é composta de: presidente, vice-presidente, primeiro-secretário, segundo-secretário, tesoureiro, coordenador administrativo, coordenador do departamento de publicação, coordenador da biblioteca, coordenador da comissão de formação psicanalítica permanente, coordenador da clínica de psicanálise, comissão de ética, conselho fiscal, delegados junto ao CBP e à IFPS. O CPMG teve como primeiro presidente o professor Malomar Lund Edelweiss, seguindo-se a ele vários outros psicanalistas, com gestões de dois anos de duração. Além dos fundadores e dirigentes já citados, o CPMG contou com a visita de vários psicanalistas de renome nacional e internacional, que ministraram cursos e palestras: Charles Melman, Contardo Calligaris, Elizabeth Roudinesco, Gregório Baremblitt, Joel Birman, Marco Antônio Coutinho Jorge, Maria Rita Kehl, Phillipe Julien, Piera Aulagnier, Renato Mezan, entre outros. Desde 1971, o CPMG mantém uma publicação científica própria. A princípio chamada *Boletim Informativo Interno do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais*, a revista recebeu novo nome e novo projeto editorial em 1986, quando passou a se chamar *Reverso*. Há também uma publicação interna para os sócios e alunos em formação, o *Boletim Informativo*, com edição mensal, além de uma edição anual do *Boletim Informativo Especial*, com informações gerais sobre o CPMG e os cursos oferecidos a cada ano. Publica ainda os *Cadernos das Jornadas* com os trabalhos que são apresentados nos eventos que promove. O CPMG foi responsável por dois números especiais do periódico *International Forum of Psychoanalysis* (revista trimestral da International Federation of Psychoanalytic Societies, sediada em Estocolmo): em 2002, o volume II, n. 2, *Social Realities and Psychoanalysis in Brazil* e, em 2005, o volume 14, n. 3-4, *The Multiple Faces of Perversion*. O Círculo promove anualmente a Jornada do Fórum de Psicanálise do CPMG e participa das Jornadas e Congressos do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), do Fórum Mineiro de Psicanálise e dos fóruns internacionais da International Federation of Psychoanalytic Societies.

Referências

AMORETTI, R. "Cronologia e contradição: o CBP de Viena a Minas Gerais." **Reverso**, Belo Horizonte, n. 35, p.132-142, 1993.

CÍRCULO PSICANALÍTICO DE MINAS GERAIS. **Estatuto**. Belo Horizonte, 2003.

CÍRCULO PSICANALÍTICO DE MINAS GERAIS. **Regimento interno.** Belo Horizonte, 2003.

MENDES, E. R. P. "Os trinta anos do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais – CPMG". **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 16, p. 76-79, 1993.

PIMENTA, A. C. "The historical path of the Círculo Psicanalítico de Minas Gerais." **International Journal of Psychoanalysis.** v. 2, n. 2, p.85-89, 2002.

PIMENTA, A. C. (Org.). **40 anos do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais**. 1 videocassete (88 min.): VHS. Belo Horizonte: Plano Geral Vídeo, 2003.

Eliana Rodrigues Pereira Mendes
Arlindo Carlos Pimenta

■ Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) – 1969-

Fundado a 27 de março de 1969, é uma sociedade de psicanálise fundamentada na obra de Freud e de seus continuadores, que não se propõe a oficializar nem excluir qualquer corrente do pensamento psicanalítico. Tem como finalidade o estudo teórico-clínico da psicanálise e de conhecimentos afins como um processo de formação permanente, em que a troca de experiências torne possível a circulação do saber e o reconhecimento entre pares. Entende a psicanálise como procedimento de investigação dos processos mentais inconscientes e como método de tratamento de problemas psíquicos baseado neste procedimento. O Círculo implementa o seu programa de estudos teórico-clínicos em um espaço denominado Fórum de Psicanálise, cuja dinâmica visa à produção e à circulação do saber psicanalítico, implicando todos os seus membros. A administração da instituição é feita por quatro comissões executivas: administrativa, de formação permanente, de publicações e biblioteca e de clínica. O poder, soberano em suas decisões, é exercido pela assembleia geral dos membros efetivos. O Fórum de Psicanálise é administrado pela comissão de formação permanente. Interessados em psicanálise que não sejam ainda membros efetivos podem se associar ao fórum, após entrevistas com a comissão de formação permanente. Em 2007, o CPRJ tinha 84 membros efetivos, dois membros correspondentes e cerca de 200 associados ao fórum. Em 1968, Igor Caruso, de Salzburg, foi a Belo Horizonte, sede, na época, do Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda (CBPP), presidido por seu discípulo, Malomar Lund Edelweiss. Os dois fizeram contato com Anna Kattrin Kemper (dona Catarina), interessados em que se criasse no Rio uma unidade do CBPP. Estimulados por ela, quatro membros de seu grupo de estudos, junto a quatro outros colegas ligados a Malomar, decidiram criar uma instituição vinculada ao CBPP e assim nasceu, em 1969, o CPRJ, como quarta sociedade psicanalítica nesta cidade. Ainda estão em plena atividade no Círculo dois de seus fundadores: Edson Soares Lannes e Henrique Alberto Baez Sampaio. Os primeiros anos foram de fortalecimento científico e organizacional, com intensa atividade de estudos teóricos, técnicos e clínicos, bem como de definição progressiva de um estilo de convivência no processo de adaptação interna, com a saída de alguns e a entrada de outros, e de reconhecimento externo. Como decorrência de sua fundação ter ocorrido dentro do CBPP, o Círculo estava vinculado desde o início à International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS), entidade que congregava, em 2007, 27 sociedades de 15 países. Em 1978, em função de divergências administrativas relacionadas à criação, pelo CBPP (hoje Círculo Brasileiro de Psicanálise – CBP), de um grupo de estudos psicanalíticos em Teresópolis, o CPRJ se desligou do CBPP. No mesmo momento, apresentou à IFPS a proposta de vinculação direta, aprovada pela assembleia de delegados à IFPS em 1980, em Helsinki. A partir de 1973, atendendo à demanda de formação psicanalítica de muitos interessados, o CPRJ compôs turmas para estudos teórico-clínicos. O grupo de 1973 foi chamado de Turma 2, porquanto o grupo original fora denominado Turma 1. Mesmo sendo criadas novas turmas para estudos teórico-clínicos seriados a cada dois anos, em média, a ideia de que uma formação psicanalítica é permanente perpassa todos os estudos feitos. Como critério preliminar, macroscópico, de candidatura à formação seriada oferecida, os candidatos às primeiras turmas deveriam ser formados em Psicologia ou Medicina, visando à tranquilidade futura do exercício profissional, uma vez que essas categorias profissionais já dispõem de cobertura legal para abrir consultórios. Hoje a única exigência feita aos que se interessem em participar das atividades de estudo da instituição é que tenham curso universitário completo. A composição de turmas no CPRJ chegou à turma 9 quando, no início da década de 1990, em mais uma reflexão sobre a experiência vivida e sempre disposto a uma reformulação organizacional que facilitasse a concretização de seus objetivos, o CPRJ criou a estrutura atual, com suas co-

missões executivas e o Fórum de Psicanálise. Em 1974, foi criada a biblioteca, hoje chamada Biblioteca Anna Kattrin Kemper. Do acervo inicial fazem parte a coleção completa do *International Journal of Psychoanalysis* e os filmes de René Spitz. Em 1978, foi lançada uma revista que veio a ser chamada, a partir de seu segundo número, de *Cadernos de Psicanálise do CPRJ*. A revista publica, além de notícias de interesse da instituição, entrevistas e textos, muitos deles apresentados nas jornadas anuais do CPRJ. Muitos membros do Círculo já vinham participando da Clínica Social de Psicanálise, fundada em 1973 por um grupo de psicanalistas liderados por dona Catarina e Hélio Pellegrino. O Departamento Clínico, contudo, só foi criado em 1981 e é administrado pela comissão de clínica. A relevância do CPRJ pode ser demonstrada, entre outras razões: porque é pioneiro na liberdade de estudo da psicanálise no Rio de Janeiro; por sua estrutura organizacional essencialmente democrática desde os tempos de privação dos direitos de cidadania do Brasil; por sua participação na criação da Clínica Social de Psicanálise no Rio; porque, juntamente com outras sociedades psicanalíticas, organizou seis Fóruns Brasileiros de Psicanálise na década de 1990; porque hospedou, juntamente com o CBP e a SPID, dois Fóruns Internacionais de Psicanálise da IFPS (no Rio, 1989, e em Belo Horizonte, 2004). Vale mencionar ainda a participação do CPRJ no movimento Articulação de Entidades Psicanalíticas Brasileiras, que se mantém alerta quanto às novas tentativas de regulamentação profissional da psicanálise no Brasil. O CPRJ caracteriza-se pela atenção às condições de exercício do ofício de psicanalista, não abrindo mão da livre associação de ideias, em todos os sentidos, e por cultivar um espaço de trabalho sempre pensado para não ir além do estritamente necessário à realização do seu potencial criativo.

Referências

CÍRCULO PSICANALÍTICO DO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro, 1969.

CÍRCULO PSICANALÍTICO DO RIO DE JANEIRO. **Atas.** Rio de Janeiro, 1978.

CÍRCULO PSICANALÍTICO DO RIO DE JANEIRO. **Ata da Assembleia Geral.** Rio de Janeiro, dez. 1992.

INTERNATIONAL FEDERATION OF PSYCHOANALYTCS SOCIETIES. **Ata da Assembleia de agosto de 1980.** Helsinki, 1980.

Edson Soares Lannes

■ Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS) – 1971-

Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda (CBPP) – 1956-1971

O CPRS foi criado em 26 de setembro de 1956, com o nome de Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda (CBPP), tornando-se a matriz do Círculo Brasileiro de Psicanálise. O início dessa instituição estava intimamente ligado ao padre Malomar Lund Edelweiss, da Universidade Católica de Pelotas. Devido ao seu interesse pelos fenômenos psicológicos, mantivera contatos com o psicanalista húngaro-argentino Bela Székely, de quem recebera informações sobre o psicanalista Igor Caruso. Estas o levaram ao Círculo de Psicologia Profunda de Viena, onde realizou sua análise com o próprio Caruso. Malomar Edelweiss era diretor da Faculdade de Filosofia de Pelotas e organizou cursos sobre a teoria carusiana na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A partir de sua iniciativa e de seus colaboradores, destacando-se o médico Siegfried Kronfeld, sua esposa Gerda Kronfeld, os padres jesuítas Aloysio Köehler e Gèza Köveckses, e o médico Francisco Vidal, pôde ser fundado em Pelotas o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda (CBPP). Os Kronfeld foram a Viena, em 1954, para serem analisados por Caruso. No retorno, depois de um período em Pelotas, mudaram-se para Porto Alegre, onde ofereceram atendimento clínico e formação em psicanálise. Nesta época, o CBPP transferiu-se também para a capital do Estado do Rio Grande do Sul. O padre Gèza Köveckses fundou e dirigiu os cur-

sos Christus Sacerdos e Ancilla Domini, que visavam a uma formação reciclada do clero, dos religiosos e das religiosas, tentando uma síntese entre teologia, espiritualidade e psicanálise. O padre Aloysio Köehler, em 1972, fundou o curso de Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), uma instituição católica da Companhia de Jesus, fundada em 1969 na cidade de São Leopoldo. A atividade pioneira iniciada no Rio Grande do Sul frutificou-se em vários outros estados da união. Em 1970, o CBPP passou a ser membro da Federação Internacional de Sociedades Psicanalíticas, com sede em Viena. No ano seguinte, teve seu nome mudado para Círculo Brasileiro de Psicanálise e todas as suas sociedades integrantes adotaram, daí em diante, a denominação de Círculo Psicanalítico, acrescido do nome do estado em que suas atividades eram desenvolvidas. O Círculo Brasileiro de Psicanálise está filiado à Federação Internacional dos Círculos de Psicologia Profunda, fundado em Viena em 1947, por Igor Caruso, a qual, por sua vez, está filiada à Federação Internacional das Sociedades Psicanalíticas e à Federação Internacional de Psicoterapia Médica. Hoje, o Círculo Brasileiro de Psicanálise agrega em seu corpo, além do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul, o Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, o Círculo Psicanalítico da Bahia, o Círculo Psicanalítico de Pernambuco, o Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, o Círculo Psicanalítico de Sergipe e a Sociedade Psicanalítica da Paraíba. O CPRS localiza-se atualmente na rua Senhor dos Passos, 235/cj. 1.001 – Centro – Porto Alegre.

Referências

CÍRCULO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE – SEÇÃO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.cbp-rj.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CÍRCULO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE. Disponível em: <http://www.cbp.org.br/index.htm>. Acesso em: 15 ago. 2007.

GAGEIRO, A. M. **L'histoire de la psychanalyse au Brésil: la fondation de la Sociéte Psychanalytique de Porto Alegre (1963).** Tese (Doutorado em Estudos da História do Freudismo). Université Paris 7 – Denis Diderot, Paris, 2001.

GOMES, W. B. (Org.). **Psicologia no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nov. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/PSI-RS/sumars.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

RIBEIRO, L. C. "Malomar Lund Edelweiss". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

SILVA, L. O. T. "Os psicólogos e o exercício da psicanálise". **Revista da SPRGS**, v. 3, n. 5/6, p. 38-39, 1977.

Luciano Ferreira Piccoli

■ Clínica de Orientação Infantil – 1938-196(?)

Durval Bellegarde Marcondes (1899-1981) criou em 1938 a Clínica de Orientação Infantil, da Seção de Higiene Mental da Diretoria de Saúde Escolar, da Secretaria de Educação de São Paulo (Lei 9.872, de 28/11/1938), tendo como colaboradoras: Virginia L. Bicudo, Clarisse Fleury, Alcinda Ferrari, Jacy Arruda, Margarida Lisboa, Ligia de Souza, Lygia A. Amaral, Margarida Vieira da Cunha, Maria Rita G. Lobo, Jacira Leite e Belkiss Vieira de Mello. A clínica tinha por finalidade prestar serviço de atendimento de saúde mental para crianças e seus familiares. A organização do referido grupo, denominado educadoras sanitárias, mostra a relação existente entre a psicologia e a medicina, condição própria da época. Esta relação ocorria especialmente por meio do movimento denominado higiene mental, que tinha por objetivo inicial a melhoria das condições de assistência aos doentes mentais, com atendimento especializado, baseado principalmente nas ideias de Freud. O movimento higienista gradativamente incluiu a educação como uma de suas preocupações. A problemática educacional é considerada pelos higienistas uma doença social, advinda da ignorância do povo, sendo um entrave para a moderni-

zação do país. A primeira escola para indivíduos anormais data de 1917, tendo Vieira de Mello como chefe do Serviço Médico Escolar em São Paulo, mas, oficialmente, foi com a criação da Clínica de Orientação Infantil que a higiene mental escolar começou a ser praticada institucionalmente. Tendo como objetivo atender a crianças com problemas no processo de escolarização, a clínica prestava serviços de natureza terapêutica. Durval Marcondes já havia iniciado a prática clínica desde sua formação na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1932, por meio da análise de pacientes neuróticos, baseada nas descobertas de Freud, com quem chegou a trocar correspondência, além do auxílio de Francisco Franco da Rocha. Sobre seu trabalho na Clínica de Atendimento Infantil, Marcondes propôs um novo serviço de higiene mental escolar que, por meio da formação de professoras, tinha como atividade o estudo do ambiente familiar. Ainda segundo Marcondes, o serviço de higiene mental era multidisciplinar, contando com o psiquiatra, o pediatra, o neuropediatra e o psicólogo escolar, função que ele afirmava ter criado. Cabe ressaltar o pioneirismo de Marcondes no atendimento multidisciplinar e sua defesa em favor dos psicólogos escolares. No entanto, o tratamento terapêutico seguia tendências da época, tanto da medicina como da educação, no atendimento aos indivíduos excepcionais, cuja proposta era a segregação destes em classes e escolas especiais. A preocupação com diferenças mentais que pudessem impedir a homogeneização de classes e, por consequência, o ensino, sustenta a ideia higienista de dar continuidade ao atendimento especial ao aluno excepcional. A proposta de exclusão de escolas normais de alunos tidos como anormais segue de tal forma que, na década de 1950, São Paulo já contava com mais de 20 classes especiais. Nos anos seguintes foram criadas clínicas para pessoas com deficiências visuais, auditivas e, posteriormente, físicas. A unificação da orientação técnica do atendimento educacional dos excepcionais ocorreu somente no final da década de 1960, com a incorporação do Serviço de Educação Especial, subordinado ao Departamento de Ensino Básico. Os serviços prestados na Clínica de Atendimento Infantil demonstram, entre outros, a consolidação da psicologia no Brasil.

Referências

ANTUNES, M. A. M. "Quadro de referências sobre a história da psicologia no Brasil: 1930-1962". **Psicologia da Educação**, n. 8, p. 97-132, maio de 1999.

ANTUNES, M. A. M. "Sobre a formação dos psicólogos: aspectos históricos". **Psicologia da Educação**, n. 5, p. 35-56, 1997.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: UNIMARCO, 1998.

LIMA, R. A. "A Psicologia da Educação nos programas de Pedagogia". **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 17, 2003, p. 51-73.

NELKEN, R. & JUNQUEIRA FILHO, L. C. "Trajetória modernista". **Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**, ano 4, n. 6, 1978.

PESSOTI, I. "Notas para uma história da Psicologia brasileira". In: BASTOS, A. V. B. & GOMIDE, P. I. C. (orgs.). **Quem é o psicólogo brasileiro?**. Conselho Federal de Psicologia. São Paulo: EDICON, 1988.

SAGAWA, R. Y. "Marcondes, Durval Bellegarde". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

TAVERNA, C. S.R. "O ensino superior e a Psicologia no Brasil: 1930-1962". **Psicologia da Educação**, n. 5, p. 9-33, 1997.

Renata Alves Lima

■ Clínica de Orientação Infantil (COI) – 1953-1980

Clínica de Orientação Juvenil (COJ) – 194?-1953

Fundada no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB) em setembro de 1953, durante a gestão de Mauricio de Medeiros como diretor do IPUB, a COI funcio-

nava no pavilhão Torre dos Homens, em um prédio de formato oval, situado próximo ao anfiteatro, no próprio IPUB, na rua Venceslau Brás, 71, Botafogo-RJ. A clínica foi criada nos anos de 1940 como Centro de Orientação Juvenil (COJ) nos moldes das Child Guidence Clinic, fruto do movimento iniciado no século XX por médicos, pesquisadores e estudiosos cujos interesses estavam voltados para a investigação, o cuidado e o atendimento do público infantil, envolvendo equipe multidisciplinar: assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e médicos. Algumas teorias vigentes no período de fundação da instituição, como as freudianas, ressaltavam a importância que a vida infantil exerce na fase adulta, tornando necessário tanto o estudo de casos clínicos infantis como o tratamento diferenciado para meninos e meninas. Em 1953, transformou-se na COI, clínica voltada à infância. Nesse contexto, as crianças encaminhadas para atendimento na psiquiatria infantil, até então recebidas juntamente com os adultos, passaram a ser destinadas à equipe da recém-fundada COI, que destacava a importância exercida pelos fatores familiares e sociais sobre as desordens psicológicas dos seus pacientes. Faziam parte da equipe fundadora da clínica: o psiquiatra Affonso Netto, a psicanalista Marialzira Perestrello, o pediatra Vidal Dutra Filho, além de Mara Salvini de Souza, Ana Elisa Mercadante, Fernando Nogueira de Souza, o psiquiatra William Azmar e a assistente social Jovita Madeira. O público da clínica consistia em crianças entre dois e 12 anos, de ambos os sexos, portadoras de problemas referentes a conduta, linguagem, escolaridade, aquisição de hábitos, neuroses estruturadas, psicoses e problemas na esfera psicossomática. Ao chegarem à clínica, passavam pela triagem, dividida em cinco etapas, referentes às diferentes áreas de atendimento. Primeiramente, era realizada a entrevista social com a criança e os pais pela assistente social; em seguida a entrevista com o médico, que visava investigar o desenvolvimento cognitivo da criança, hábitos de limpeza do ambiente em que ela vivia, hábitos alimentares, antecedentes patológicos da criança e da sua família; depois era realizado o exame neuropediátrico; a quarta etapa era a hora do brinquedo, na qual eram observadas as reações e o estado emocional da criança pelo psiquiatra; por último, cabia aos que exerciam a função que, com a regulamentação da profissão, seria dos psicólogos, a realização dos exames psicológicos, com a aplicação de testes. Após a coleta dos dados, os casos eram analisados com o propósito de traçar o tratamento indicado ao paciente, que poderia consistir em combinações de sessões de psicanálise, orientação medicamentosa e sessões de psicoterapia. O trabalho na clínica se estendia também ao meio social e familiar em que a criança estava inserida, com sessões de orientação familiar e palestras para as mães, ministradas por Marialzira Perestrello. O objetivo era habilitar as mães a lidarem com questões cotidianas das crianças em seus lares. Durante o período de setembro de 1955 a agosto de 1963, a COI realizou 1.576 triagens, teve 696 crianças matriculadas e encaminhou 792 casos para outras instituições. Em setembro de 1965, foi realizado o simpósio A Orientação da Infância, em comemoração ao 10º aniversário da clínica, com apresentação de casos clínicos que passaram pela COI, contando com a participação de profissionais de diferentes áreas. Por circunstâncias administrativas e carência de pessoal, em 1980, foi anexado à COI o setor de adolescente do Instituto de Psiquiatria – criado pela psicóloga Julia Chermont e pelo psiquiatra Edson Saggese – dando origem ao setor infantojuvenil. Este, de orientação majoritariamente psicanalítica, passou a adotar a Terapia de Grupo como mais uma forma de psicoterapia. Em 1998, no conjunto de transformações produzidas pela reforma psiquiátrica, a clínica infantojuvenil foi transformada em um dos primeiros Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) infantis do Brasil, sob a direção de Edson Saggese. Seu nome passou a ser Centro de Atenção e Reabilitação da Mocidade (CARIM), recebendo verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2004, o serviço sofreu uma nova divisão, segmentando-se em Serviço Ambulatorial, no Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescente (SPIA) e no CARIM.

Referências

FREITAS, S. "A psicanálise de crianças no Rio de Janeiro". **Psicanalítica**, v. 4, n. 1, 2003.

GABBAY, R. **O Serviço Social face ao diagnóstico global – COI**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 421-424, out./dez. 1963.

MANHÃES, Maria. **Manhãs de Manhães – memória.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.

PERESTRELLO, M. **Entrevista concedida a Beatriz de Andrade Rabelo**. Rio de Janeiro, 15 set. 2006.

SAGGESE, E. **Entrevista concedida a Beatriz de Andrade Rabelo**. Rio de Janeiro, 22 set. 2006.

Beatriz de Andrade Rabelo

Francisco Teixeira Portugal

■ Clínica de Orientação Psicológica e Social Ltda. (COPS) – 1973-

A COPS, com sede na rua Engenheiro Pinto Homem de Azevedo, 31, Jucutuquara, Vitória – ES, foi fundada no dia 20 de setembro de 1973. Foi criada por Liberato Tristão Schwartz, médico e professor do curso de Medicina da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), Ana Rita Costa Gomes, psicóloga, e Roberta Giovannotti, assistente social e psicanalista. O principal objetivo era oferecer atendimento psicológico à criança, ao adolescente e aos pais. No início a clínica oferecia os serviços de psicodiagnóstico infantil e psicoterapia para os pais, depois ofereceu também serviços em psicopedagogia. Em 1976, Liberato e Ana Rita saíram da sociedade. Atualmente a clínica possui dois sócios: Roberta Giovannotti e Fernando Giovannotti. A clínica, que inicialmente contava com apenas três profissionais – um médico, uma psicóloga e uma assistente social e psicanalista –, atualmente conta com 25 profissionais de diversas áreas e especialidades: psicologia, psicanálise, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia corporal, terapia ocupacional, serviço social, pediatria, neurologia, psiquiatria e psicopedagogia. A equipe multidisciplinar continua atendendo ao público que sempre foi seu principal foco: crianças, adolescentes e famílias. Hoje também oferece diagnóstico e tratamento precoce, investigando o desenvolvimento psicomotor da criança desde o nascimento. A história da clínica perpassa pela formação em psicanálise no estado, que começou após sua fundação. Na década de 1980, um grupo de psicanalistas argentinos foi ao Espírito Santo para criar um núcleo de estudos em psicanálise, o então denominado Centro de Estudos e Pesquisa de Psicanálise do Espírito Santo (CEPES), a primeira instituição psicanalística criada no Espírito Santo. Roberta Giovannotti e Liberato Tristão Schwartz estavam entre os sócios-fundadores do CEPES. A partir daí, foram criadas outras instituições de psicanálise: o Colégio Freudiano, hoje denominado Escola Lacaniana de Vitória; o Campo Freudiano; Significado-Significante; Psicanálise e Cultura, e muitos outros grupos, que promovem o estudo da psicanálise no estado. A formação em psicanálise no Espírito Santo surgiu sob forte influência da psicanálise argentina, com a chegada dos psicanalistas argentinos, Hugo Guangiroli, Jorge Volnovich, Enrique Banfi e Éster Martinez, que estruturaram cursos de formação, seminários e grupos de estudo. Neste mesmo período, houve uma busca de qualificação pelos profissionais que atuavam no setor de saúde mental, aumentando o interesse pela psicanálise no estado. Jorge Volnovich, um dos argentinos que visitou o Espírito Santo naquela ocasião, passou a dar supervisão para a COPS, influenciando muito a forma de trabalho e de conduta no atendimento à população infantojuvenil. Sua influência levou os fundadores da COPS a trabalharem também com o desenho da criança, com as entrevistas e com a escuta psicanalítica. Foi nesse contexto que os sócios construíram a ideologia da clínica. Na década de 1980, houve um grande investimento na clínica. Uma de suas

fundadoras começou a visitar várias empresas e instituições, buscando e ampliando os convênios. A COPS é uma clínica particular e firmou convênios com diversas empresas como o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES); a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), denominada hoje de Arcelor Mittal; Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA); e com a Prefeitura Municipal de Vitória. Em 1978, os proprietários começaram a investir no setor de seleção e montaram um setor organizacional na clínica, desenvolvendo trabalhos de psicologia organizacional: seleção, recrutamento e treinamento de pessoal. Promoveram também cursos, seminários e palestras relacionadas à sua área de atuação, trabalhando também para outras empresas como PETROBRAS, Aracruz Celulose S/A, ECT – CORREIOS e Prefeitura Municipal de Vila Velha. Esse trabalho permaneceu por 24 anos, visto que em 2002 a clínica encerrou as atividades relacionadas ao setor organizacional, passando a se dedicar exclusivamente ao setor clínico. Isto decorreu da ideologia da clínica, desde a sua formação, ser a de trabalhar com crianças, adolescentes e família. Assim, resolveu investir e se especializar neste setor e não mais trabalhar com o setor organizacional, já que este também demandava um investimento e especialização maior, ultrapassando os limites de atuação da clínica. Atualmente, um diferencial da clínica é o convênio que possui com a Prefeitura Municipal de Vitória. Através dele a COPS atende a crianças e adolescentes de 0 até 17 anos e 11 meses, de vários bairros de Vitória, e é nesse trabalho que a clínica tem investido, posto que devido à grande demanda, esse tipo de atendimento configura a sua principal atividade. Devido à clientela conveniada ser constituída de pessoas oriundas dos bairros mais periféricos de Vitória e com menor poder aquisitivo, a clínica começou a ser estereotipada como Clínica dos Pobres. Porém, apesar do grande investimento nesse tipo de atendimento, o objetivo da clínica é ser reconhecida como um lugar de atendimento para todos, independentemente de classe social. De acordo com a Secretaria de Ação Social do Estado, atualmente a COPS é um centro de referência no atendimento de meninos e meninas com distúrbios de conduta. Atende a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e proporciona a inclusão das famílias no processo de recuperação de seus filhos, por meio da terapia familiar, e os encaminhamentos são feitos a diversos órgãos, como unidades de saúde, escolas municipais e estaduais, juizados da infância e da juventude, conselhos tutelares, entre outros. A relevância da COPS para psicologia no Espírito Santo deve-se ao trabalho de divulgação do conhecimento psicológico, com a prestação de serviços nos campos da psicologia clínica e organizacional, consequentemente na formação de profissionais, pois até hoje a clínica serve como um campo de aprendizagem para esta formação. Além disso, a COPS foi um local de atuação para psicólogos que vieram de outros estados. Com a criação do Curso de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1979, muitos profissionais que trabalharam na COPS foram atuar na Universidade.

Referências

CARVALHO, C. Á. **Os psiconautas do Atlântico Sul. Uma etnografia da Psicanálise.** Campinas: UNICAMP/Centro de Memória – UNICAMP; Vitória: EDUFES, 1998.

CLÍNICA DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA E SOCIAL. **Arquivos da Clínica de Orientação Psicológica e Social, pasta de contratos**. Vitória, 18 dez. 2006.

CLÍNICA DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA E SOCIAL. **Arquivos da Clínica de Orientação Psicológica e Social, Documentos diversos.** Vitória, 18 de dez. 2006.

GIOVANNOTTI, R. **Entrevista concedida a Paula Coimbra da Costa Pereira**. Vitória, 18 dez. 2006.

VITÓRIA ON-LINE. **Programa VIDATIVA de Atendimento à Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/acaosoc/portador_deficiencia.htm>. Acesso em: 18 dez. 2007.

Paula Coimbra da Costa Pereira

■ Clínica de Repouso da Tijuca – 1943-1956

Fundada pela psicanalista brasileira Iracy Doyle em 1943, situava-se na rua Alves de Brito, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Foi idealizada por sua fundadora nos mesmos moldes que a Clínica Psiquiátrica dos irmãos Menninger, em Topeka, nos Estados Unidos, de orientação predominantemente psicológica. Iracy lá estivera em 1940. Na sua volta ao Brasil, insatisfeita com os tratamentos oferecidos pela psiquiatria clássica, de base organicista, pretendeu, com a fundação da clínica, oferecer um novo tipo de tratamento na área da saúde mental. Esse tratamento fomentava os princípios de uma psiquiatria dinâmica e da psicanálise moderna. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em sua clínica, Iracy Doyle fundou, em dezembro de 1952, o Instituto de Medicina Psicológica, atual Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. A Clínica de Repouso da Tijuca funcionou até a morte de sua fundadora, em 1956.

Referências

FALECEU ONTEM A DRª IRACY DOYLE. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 19 ago. 1956.

FREITAS, L. A. P. **SPID / IMP: 45 anos de Psicanálise, de 1953 a 1998**. Disponível em: <http://www.spid.com.br/a_spid.htm>. Acesso em: 25 ago. 2007.

GRANDE PERDA PARA A PSIQUIATRIA BRASILEIRA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 ago. 1956.

IRACY DOYLE, GRANDE FIGURA DE MULHER E DE CIENTISTA. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 9 set. 1956.

PERDE A CIÊNCIA BRASILEIRA UMA DAS MAIORES ENTUSIASTAS DA PSICANÁLISE. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 20 ago. 1956.

Luiz Alberto Pinheiro de Freitas

■ Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper – 1972-1991

Congregando psicanalistas comprometidos em viabilizar atendimento psicanalítico a camadas desfavorecidas da população, a Clínica funcionou como núcleo de resistência ao arbítrio imposto, por um lado, pelo Estado de um período de exceção, e por outro pela psicanálise dita oficial. A fundação da Clínica colocou-se a serviço de algumas determinações históricas: resgatar o velho sonho da psicanálise antecipado por Freud, no famoso Discurso de Budapest (1918), quando foi pensada como instrumento de alívio do sofrimento psíquico das grandes massas, a partir da constatação da relação assimétrica entre o número de psicanalistas e analisandos em potencial; reeditar a experiência da Policlínica de Berlim nos anos de 1920, que se propunha a estender o alcance dos benefícios da prática psicanalítica; abrigar psicanalistas, incluindo aqueles em formação, que não dispunham de espaço institucional de interlocução, onde circulassem livremente ideias usualmente não acolhidas nas sociedades ligadas à Associação Internacional de Psicanálise (IPA); instituir um laboratório clínico, onde a técnica analítica pudesse ser experimentada e eventualmente adaptada a um atendimento mais abrangente, criando as bases de um centro de pesquisa e discussão que incluísse práticas clínicas descomprometidas com o rigor da pureza analítica. Figuras fundamentais ligadas à fundação da Clínica são Anna Kattrin Kemper e Helio Pellegrino. Embora outros psicanalistas tivessem aderido ao projeto como colaboradores, coube àqueles dois o papel de mobilização não só dos pares mas da opinião pública, por intermédio dos meios de comunicação. O momento de instauração contou com a participação de membros de, pelo menos, três instituições do Rio de Janeiro. A mais expressiva parece ter sido a de membros do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, fundado por Kattrin Kemper, e a de um grupo a ela ligado, dissidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). A instalação da primeira sede ocorreu em 1972, numa casa alugada em Copacabana, na rua Toneleros. Ela foi sendo equipada por meio de doações efetuadas a partir da repercussão da sua fundação. A clínica se mantinha com o que cada analisando podia pagar. Esse valor era discutido, para cada situação sin-

gular, com o analista. Os colaboradores nada recebiam. Havia um banco de horas, em que cada profissional oferecia sua disponibilidade e a clientela apresentava sua demanda. Tratava-se de uma clientela de classe média (donas de casa, estudantes e assalariados), que não dispunha de recursos para se tratar com os mesmos analistas em sua prática privada. O impulso clínico mais significativo parece ter partido de Kattrin, ou, como era chamada, dona Catarina, com um trabalho original de grupoterapia com crianças, conhecido como grupos lúdicos. Eram grupos psicoterápicos nos quais as crianças desenvolviam formas de interação em conversas e atividades como desenhar, pintar, modelar etc., acompanhadas pelos terapeutas. Foi neste trabalho que dona Catarina introduziu uma técnica que denominou interpretação aludida. Esse tema já havia sido objeto de um trabalho apresentado por ela, em junho de 1962, no IV Congresso Psicanalítico Latino-Americano, sob o título "A interpretação aludida: sua relação com as vivências e comunicações pré-verbais." Nos primórdios da clínica, ocorreram eventos abertos ao público, intitulados Encontros Psicodinâmicos (nome sugerido por Chaim Katz, colaborador da clínica). Despertaram grande interesse das famílias que buscavam ajuda para lidar com os filhos e produziram uma grande demanda de atendimento de crianças, adolescentes e adultos. Mais tarde foi criado o Núcleo de Atendimento Terapêutico (NAT), concebido como grupo de pesquisa e estudo das psicoses, e tendo como coordenador o psicanalista Jurandir Freire Costa. O NAT criou uma interessante experiência de convívio e partilhamento de sofrimento psíquico, com o Grupo de Ajuda Mútua (GAM), que se reunia com os terapeutas semanalmente e privilegiava as possibilidades de desenvolvimento de vínculos afetivos, em atividades que ocorriam dentro ou fora da clínica (passeios, visitas a instituições culturais, atividades físicas etc.). Aí desponta a importância histórica da Clínica por sua ousadia e coragem de inovar, de se contrapor aos cânones oficiais da psicanálise, além de denunciar privilégios que uma reduzida parcela de psicanalistas relutava em abandonar. É preciso contextualizar o período de criação da Clínica como uma fase em que a psicanálise se encontrava hermeticamente encastelada em suas instituições. Por essa razão, a clínica, embora nunca se tenha colocado formalmente como alternativa para a formação de analistas, abrigou generosamente os que se afinavam com sua ideologia. Nessa moldura se encaixavam os que não tinham vinculação institucional alguma. Foi nesse espaço que se produziu uma de suas mais relevantes contribuições para a história da psicanálise em nosso país: o Simpósio sobre Psicanálise e Política, realizado na PUC-Rio de 17 de setembro a 29 de outubro de 1980. Após a realização da primeira mesa, da qual participaram Helio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Lyra Chebabi, um artigo publicado no *Jornal do Brasil* deu ensejo a uma série de desdobramentos políticos, que culminaram com a expulsão dos dois primeiros da SPRJ. Revelou-se, assim, a questão do autoritarismo da psicanálise oficial e do comprometimento de um de seus candidatos com a tortura nos órgãos de repressão: a denúncia desencadeou o famigerado caso Amílcar Lobo, que redefiniu as práticas institucionais psicanalíticas a partir de então. Outra contribuição da Clínica foi sua decisiva participação na luta do psicólogo para conquistar espaço dentro do feudo psicanalítico. Até então, apesar da posição freudiana sobre a análise leiga, a formação psicanalítica no Rio de Janeiro era vedada institucionalmente aos não-médicos. A Clínica foi solidária com a legítima expectativa dos psicólogos, que exigiam o reconhecimento de sua competência para o exercício da psicanálise. Em meados dos anos de 1980, houve a mudança para sua segunda sede, outra casa na rua Visconde Silva, em Botafogo, onde funcionou até encerrar suas atividades, em 22 de novembro de 1991. Algumas críticas quanto ao alcance social do atendimento foram feitas de dentro e de fora da instituição. Discutiu-se também o traço assistencialista que marcava a relação cliente-analista e o papel do dinheiro, significante que, em uma análise, supostamente deveria ser trabalhado no registro simbólico. Essas e outras críticas foram permanentemente discu-

tidas ao longo da existência da Clínica Social. Independentemente das imperfeições, a Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper veio a se constituir, possivelmente, na mais próxima experiência institucional do modelo proposto por Freud para o atendimento às grandes massas. A clínica, como espaço institucional de resistência ao período autoritário de exceção, cumpriu sua função histórica e encerrou suas atividades em 1991, quando o processo de consolidação democrática se estabilizou em nosso país.

Referências

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970-1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FREUD, S. "Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1918)". In: **E. S. B. Obras Completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. Vol. XVII.

IBRAHIM, C. M. **Clínicas sociais psicanalíticas do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

KATZ, C. S. "A questão do dinheiro na psicanálise". In: ROPA, D.; MAURANO, D. **Agenda de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

SIMPÓSIO PSICANÁLISE E POLÍTICA. **Textos das conferências realizadas na PUC-Rio sob a coordenação da Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper**. Rio de Janeiro: Bloch, 1981.

Cesar Mussi Ibrahim

■ Colégio Abílio – 1871-1911

Entre 1871, ano em que foi inaugurado, e 1911, ano em que suas atividades foram definitivamente encerradas, o Colégio Abílio teve três unidades e funcionou em três diferentes lugares. A primeira unidade foi criada pelo médico e educador baiano Abílio César Borges (Barão de Macaúbas), em sociedade com Epifânio Reis. O Colégio foi inaugurado no dia 1º de agosto de 1871 e localizava-se na rua Ipiranga, 4 – Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. A construção que então abrigava o Colégio destacava-se por ser afastada da cidade; possuir cozinha, refeitório e dormitórios bem aparelhados; apresentar ampla e arborizada área de recreação e, sobretudo, possuir salas de aula equipadas com aparelhos e mecanismos próprios para o ensino. No final da década de 1870, com a dissolução da sociedade entre Abílio César Borges e Epifânio Reis, este último assumiu o estabelecimento de ensino da Corte, denominando-o Colégio Epifânio Reis. Abílio César Borges mudou-se logo em seguida para a cidade de Barbacena-MG e aí, no dia 3 de fevereiro de 1881, inaugurou a segunda unidade do Colégio Abílio. Para esse fim, adquiriu a propriedade onde anteriormente funcionara o Colégio Providência, que tinha características similares às do Colégio Abílio da Corte. Essa propriedade, localizada no n. 19 da rua que hoje é denominada Santos Dumont, abrigou, nos anos subsequentes ao encerramento das atividades do Colégio Abílio, o Ginásio Mineiro, o Colégio Militar, o Colégio Estadual de Barbacena e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, esta última ainda em funcionamento. O Colégio Abílio funcionou em Barbacena até meados do ano de 1888, quando Abílio César Borges, seu fundador e diretor, retornou à Corte e encerrou as atividades da instituição na cidade. Logo após a mudança de Abílio César para Barbacena, seu filho, Joaquim Abílio Borges, abriria, no Rio de Janeiro, uma terceira unidade do Colégio Abílio. Sua inauguração se deu no dia 15 de março de 1883. Essa unidade funcionou inicialmente em Botafogo e foi posteriormente transferida para a rua Marquês de Abrantes, 20. Nesse local, funcionou até seu fechamento, em 1911. Enquanto o Colégio Abílio da Corte coexistiu com o Colégio Abílio de Barbacena, era permitida a transferência de alunos de uma unidade para outra, a qualquer momento do ano letivo, uma vez que as duas unidades tinham os mesmos princípios e eram regidas pelo mesmo estatuto. Retornando ao Rio de Janeiro, Abílio César Borges foi colaborador de seu filho na direção do Colégio Abílio até seu

falecimento, em 1891. Estabelecimento de ensino particular, o Colégio Abílio destinava-se à instrução primária e secundária e só admitia alunos internos. O pagamento da pensão era feito adiantado, incluía aulas de canto, natação, ginástica, instrumentos musicais, desenho e dança, além da lavagem e "gomado" de roupas, fornecimento de livros e materiais de escrita e o direito ao uso da mobília, do dormitório, dos aparelhos de ginástica e dos instrumentos de ensino. O Colégio Abílio merece destaque na história da psicologia e da educação brasileiras pela tentativa de Abílio César Borges, seu idealizador, de reformar a educação em diferentes aspectos, incluindo os estruturais, metodológicos, disciplinares e morais, tornando-a mais "humana e racional". Uma de suas marcas foi a atenção especial ao aluno e às condições adequadas para que ocorresse o processo de ensino e aprendizagem. Assim, não só criou métodos e instrumentos especiais para o ensino, por exemplo, o Aparelho Escolar Multiplo, como também defendia a substituição dos castigos físicos pela persuasão e pelo apelo à dignidade dos alunos, buscava inspirar nas crianças o amor pelo estudo e estimulava as qualidades dos alunos, negando-se a enfatizar seus defeitos. O Aparelho Escolar Múltiplo (AEM) surgiu da constatação, em 1872, quando acompanhava uma aula superior de aritmética, em que os alunos pouco compreendiam as operações repetitivas, praticadas de forma abstrata. Idealizou então o "fraciômetro" (arithmometro fracionário), para facilitar o ensino de frações, ao qual, posteriormente foram agregadas outras funções. Assim, o AEM era composto de: arithmometro fracionário, imprensa escolar, pauta musical, quadros-negros, sólidos geométricos, porta-mapas, aparelho cromático (disco de Newton), frações sólidas de unidades, cavilhas com caracteres alfabéticos e algarismos, contador: de bolas para inteiros, de palitos para ordens de unidades, vértico-horizontal. Este aparelho, em palavras do Barão de Macaúbas, estava destinado a prestar importantíssimo serviço nas escolas primárias. Pode-se, por isto, dizer que o Colégio Abílio foi um exemplo das preocupações dos reformadores da educação no século XIX, voltadas para o desenvolvimento de técnicas mais compatíveis com o desenvolvimento infantil.

Referências

ALVES, I. **Vida e obra do Barão de Macahubas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

BORGES, A. C. **Do aritmometro fraccionario de sua invenção**. Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro. 1883. (Conferência). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GONDRA, J. G. "Abílio César Borges". In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UERJ/MEC-INEP, 1999.

MASSENA, N. **Barbacena: a terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

ROCHA, N. M. D. "Abílio César Borges – Barão de Macaúbas". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

SAVASSI, A. J. **Barbacena: 200 anos**. Belo Horizonte: Leme, 1991.

VALDEZ, D. **A representação de infância nas obras pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Érika Lourenço

Nádia Maria Dourado Rocha

■ Colégio Estadual da Bahia (Central) – 1837-

É uma instituição pública estadual, de formação geral, com o objetivo de formar os alunos no curso científico e no nível médio. A ela pertence também um curso técnico em informática. Localizado na avenida Joana Angélica, praça Carneiro Ribeiro, s/n., bairro Nazaré, Salvador-Bahia, ficou conhecido como Colégio Central. Entre seus dirigentes, destaca-se José Cardoso Pereira de Mello (1837), o primeiro a dirigir o colégio. Personalidades como Aninha Franco, Antônio Carlos Magalhães, Aristides Maltez, Calasans Neto, Carlos Maringueira, Cid Teixeira, Ernesto Carnei-

ro Ribeiro, Fernanda Rocha Perez, Glauber Rocha, Jacó Gorender, João Ubaldo Ribeiro, Juca Ferreira, Lauro Faranzio Freitas, Lídice da Mata, Luiz Anselmo, Luiz Dias Henrique Tavares, Raul Seixas, Valdir Freitas Oliveira, Valdir Pires e Virgilio Dazio Cenna estudaram neste colégio. A instituição publicou os seguintes livros: em 1971, *Memórias históricas do Colégio Estadual da Bahia (Central)* e em 1937 *Memória histórica do ensino secundário oficial da Bahia*. A instituição promove a Semana da Consciência Negra, gincanas, projetos pedagógicos, *halloween* e torneios. A base legal para o regimento do colégio é a Lei Federal 9.394/96, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Os órgãos importantes da instituição são o colegiado escolar, o conselho permanente e o conselho de classe. A instituição atende desde adolescentes, a partir de 14 anos, até adultos. Três mil e oitocentos alunos estavam matriculados em 2007, mas somente 2.700 estavam frequentando as aulas. A maior parte dos alunos são dos bairros de Periperi, Paripe, Castello Branco, Pirajá e Fazenda Grande. O colégio tem seis pavilhões, 55 salas, uma sala de educação física e duas quadras de esporte. Ainda oferece educação básica de ensino médio em caráter regular, anual, nos períodos diurno e noturno. O Colégio Central teve um Serviço de Orientação Educacional (SOE), que realizava trabalhos de orientação profissional, informação profissional e também atendia a alunos que assim o desejassem. O SOE fazia tanto atendimento em grupo quanto individual, além do atendimento às famílias. O serviço participava das reuniões das coordenações e dos professores. Não foram obtidas informações sobre a existência de psicólogos na instituição.

Referências

COSTA, W. A. da; NEVES, O. M. B.; SOUZA, O. C. de; LEITE, C. V.; SANTOS A. **Memórias históricas do Colégio Estadual da Bahia (Central) 1937 – 1971**. Salvador: Imprensa Oficial, 1971.

FARIAS, G. de A.; MENEZES, F. da C. **Memória histórica do ensino secundário oficial da Bahia 1837 – 1937**. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1937.

SILVA, M. E. C. **Entrevista concedida a Adriana Alves Santos**. Salvador, 11 ago. 2007.

LIMA, D. K.; RAMOS, J. L; VEIGA, M. A.; OLIVEIRA, C.; OLIVEIRA, M. C. **Entrevista concedida a Adriana Alves Santos**. Salvador, 16 ago. 2006

SACRAMENTO, J. N. **Entrevista concedida a Adriana Alves Santos**. Salvador, 18 ago. 2007.

Adriana Alves Santos

■ Colégio Estadual Guaíra – 1999-

Centro Educacional Guaíra – 1954-1999

Instalado em 1954, na rua Lamenha Lins, 1.962, em Curitiba – Paraná, o Centro Educacional Guaíra foi idealizado para ser local de desenvolvimento das atividades pedagógicas do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), em funcionamento na capital do estado desde 1952. A criação do centro foi solicitada ao secretário de Educação e Cultura, doutor João Xavier Viana, pela professora Pórcia Guimarães Alves, para que neste se realizassem as atividades do estágio de aperfeiçoamento para professores do Paraná, com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas norteadas pelas características próprias do desenvolvimento psicológico das crianças, tendo como princípio fundamental o respeito ao aluno. O Guaíra foi proposto como um centro de demonstração, cuidando em especial das condições do espaço físico destinado às atividades de ensino. Seu prédio foi doado pela Prefeitura de Curitiba e parte das verbas para as instalações e equipamentos foi enviada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). A ampla construção era composta por salas de aula, sala de mecanografia, salão para atividades solenes, sala de reunião pedagógica, salão de lanche, biblioteca infantil, sala de artes plásticas e sala da direção. O prédio em forma de M, pintado na parte externa em cinza com detalhes em branco, tinha as salas de aula pintadas de verde-claro, com carteiras escolares, mesa do professor, quadro-negro e armários. A carteira escolar, leve, móvel e com

a tampa lisa e horizontal, diferente dos modelos fixos e acoplados predominantes nas escolas da época, foi especialmente projetada para o centro, com o objetivo de favorecer sua locomoção para qualquer parte da sala e também facilitar os trabalhos em grupo. A mesa do professor apresentava, na parte dianteira, prateleiras para a colocação de livros destinados ao estudo e à pesquisa; sobre a mesa havia vasos em cerâmica marrom para a colocação das flores trazidas pelos alunos. O quadro-negro tinha, em sua moldura, dois quadros, sendo um deles em madeira com ganchos, para pendurar mapas e cartazes pedagógicos, e o outro, fabricado em celotex, destinado à colocação dos trabalhos de cartografia ou de desenhos realizados pelos alunos. Cada sala de aula possuía ainda dois armários baixos com quatro portas, pintadas em cores diferentes. Sobre os armários, havia quadros emoldurados em madeira clara, sendo nas séries iniciais quadros de paisagem e, nas séries mais adiantadas, cópias de quadros célebres. Completando a parede do fundo da sala, cabides, nos quais bolas coloridas serviam para a colocação de abrigos. Nas salas destinadas ao jardim de infância, alguns detalhes foram observados para adequá-las às crianças: o quadro-negro, feito apenas de massa corrida verde, ficava localizado a apenas 30 cm do chão, para facilitar o desenho livre dos alunos. Para as atividades em classe, mesas quadradas de um metro e 20 cm, com prateleiras. Na parede lateral, faixa em celotex para a fixação dos desenhos. Nos corredores havia um esboço de museu, com armários-vitrines que expunham objetos típicos ou regionais. A biblioteca infantil possuía estantes à altura dos alunos e poltronas mirins. Salão de lanches, mobiliado com mesas desmontáveis, também servia para acolher os alunos no frio e chuvoso inverno de Curitiba. A inauguração do centro ocorreu no dia 8 de janeiro de 1954, concomitante com a realização, em Curitiba, da XI Conferência Nacional de Educação. Na cerimônia estiveram presentes renomadas autoridades, entre elas, o governador do Estado do Paraná, doutor Bento Munhoz da Rocha Neto, o secretário da Educação e Cultura, doutor Lauro Portugal Tavares, diretores e professores de várias escolas e, ainda, o professor Anísio Teixeira, diretor do INEP, a quem foi entregue a chave da entrada para que abrisse as portas da nova escola. O centro iniciou suas atividades com 319 alunos, 11 professoras, entre elas, Lydia Volpi, Jacyra Ribeiro, Francelina Xavier da Silveira Valente, Elvira Giannini, Nacyr Giannini, Eugênia Boamorte, Jurema M. de O. Ramos, Leny Silva Trevisani, Ruth Carneiro de Souza, Nice Lorusso Muhlfeit e Eunice E. K. Simão, com a direção da professora Pórcia Guimarães Alves. O nome do centro sofreu algumas alterações, em atendimento às políticas para a educação brasileira e, em 1999, passou a denominar-se Colégio Estadual Guaíra, destinado ao ensino fundamental e médio. Atualmente, a escola atende aproximadamente a 1.400 alunos, que se distribuem pelas salas de aula, biblioteca, quadras esportivas, laboratórios de física, química e biologia e sala-ambiente de artes. O colégio ainda possui salas especiais, salas de recurso, salas de reforço e sala de avaliação psicoeducacional, esta sob a coordenação da professora Norma Gonçalves, que também ocupa o cargo de diretora. A importância do Centro Educacional Guaíra no cenário da psicologia e da educação brasileira deve-se às várias iniciativas pioneiras por ele empreendidas em especial a preocupação com a arquitetura do prédio, nas cores e na luminosidade, um modelo de mobiliário menos rígido e mais agradável, melhor adequado às características físicas dos alunos e às atividades em sala de aula.

Referências

ALVES, P. G. **Memorial**. Curitiba, 1978. Mimeo.

ALVES, P. G. **Memórias da Psicologia no Paraná**. Curitiba: Pinha, 1997.

CENTRO EDUCACIONAL GUAÍRA. **Ata de Instalação do Centro Educacional Guaira.** Curitiba, 1954.

GONÇALVES, N. **Entrevista concedida a Sheila Maria Rosin**. Curitiba, 12 jan. 2007.

MILLARCH, A. "Pórcia, uma educadora do Paraná (o segredo de uma eterna juventude)". **Estado do Paraná**, p. 20, 4 jan. 1991.

ROSIN, S. M. "Pórcia Guimarães Alves". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros.** Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

Sheila Maria Rosin

■ Colégio Freudiano do Rio de Janeiro (CFRJ) – 1975-

Resultando do encontro de Magno Machado Dias (M. D. Magno) com Betty Milan em 1975, em Paris, foi concebido em um bistrô em Montparnasse. Betty Milan, após contato com a obra lacaniana, ainda em São Paulo, iniciou, em 1973, uma análise com Jacques Lacan, que duraria cerca de cinco anos. M. D. Magno, um dos pioneiros no ensino da teoria lacaniana no Rio de Janeiro, embarcou para Paris em setembro de 1975, para também se analisar com Lacan. Seu conhecimento de Literatura, disciplina que lecionava, e de criação estética – sobretudo da produção artística brasileira –, aliado à influência do estruturalismo e do pós-estruturalismo franceses, possibilitariam uma elaboração singular da psicanálise. Ao retornar ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1975, criou, com auxílio dos acadêmicos Antônio Sérgio Mendonça e Lélia Gonzáles, o CFRJ. O primeiro estatuto do colégio foi publicado no *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, em 25/10/1976. Acompanhando os princípios vigentes na École Freudienne de Paris (EFP), o CFRJ apostou, inicialmente, na formação psicanalítica segundo o ensino de Lacan. No Rio de Janeiro, havia poucas alternativas de formação em psicanálise para os psicólogos. As sociedades cariocas filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA), que detinham a hegemonia no campo psicanalítico, eram restritas aos médicos. Impedidos de se proclamarem psicanalistas, os psicólogos amargavam o *status* inferior de psicoterapeutas. A proposição lacaniana de que o psicanalista só se autoriza por si mesmo, adotada no CFRJ, recebeu grande aceitação desse contingente carente de legitimação simbólica. A opção pelo termo colégio remetia à significação de uma aproximação de colegas, e freudiano ao fato de o pensamento de Freud ser considerado a via de abertura à voz de Lacan. No CFRJ não havia análise didática obrigatória – apesar de quase todos os seus membros analisarem-se com M. D. Magno – e, assim como na EFP, foi adotado o trabalho em cartel, bem como o passe, como dispositivo de acesso ao grau de Analista Membro do Colégio (AMC). A instituição primava pela sofisticação teórica, pela articulação entre psicanálise, artes e filosofia, o que contrastava com a pobreza intelectual encontrada nas concidadãs filiadas à IPA, onde o processo de formação era burocrático e a dinâmica institucional estagnada devido, sobretudo, à reserva de mercado imposta pelos analistas didatas. Em 1983, o Instituto Jacques Lacan reorganizou a formação segundo critérios universitários, criando os graus de mestre e doutor em Psicanálise (inexistiam à epoca programas de pós-graduação em Psicanálise nas universidades). Em 1977, M. D. Magno retornou a Paris para lecionar um período na Universidade de Paris VIII, estreitando os laços com Lacan e Jacques Alain-Miller. Com a dissolução da EFP em 1980, o CFRJ filiou-se à Cause Freudienne, dirigida por Miller. A aproximação com Miller rendeu a M. D. Magno a direção da tradução dos seminários de Lacan no Brasil, realizada por membros do colégio até a ruptura entre os dois. Após a morte de Lacan, Miller iniciou a coordenação de uma internacional lacaniana (criada como Association Mondiale de Psychanalyse), adotando uma postura colonialista diante dos latino-americanos. Sintonizado com o tropicalismo – uma atualização do movimento antropofágico liderado por Oswald de Andrade na década de 1920 –, o CFRJ resistiu às investidas millerianas em três frentes, a teórica, a político-institucional e a transferencial: de um lado, o projeto antropofágico de uma psicanálise brasileira; de outro, a criação d'A Causa Freudiana do Brasil; finalmente, a assunção, por M. D. Magno, de uma superação em rela-

ção ao ensino de Lacan. Em 11/11/1983, foram votados novos estatutos para o CFRJ, segundo os quais o colégio orienta aqueles que querem, no campo aberto por Sigmund Freud, prosseguir no caminho indicado por Jacques Lacan, segundo o percurso de M. D. Magno. A novidade residia, portanto, na afirmação da emergência de um mestre ao qual se devia amor e obediência, o que era justificado institucionalmente com base na teorização lacaniana da alienação irredutível ao Outro na constituição do sujeito. Na esteira da elaboração de uma psicanálise brasileira, criou-se o sarau, encontro entre os psicanalistas do colégio e um convidado representativo da cultura. O compositor Caetano Veloso e o carnavalesco Joãozinho Trinta foram os primeiros participantes. Em 1985, o colégio listava 30 membros, 10 deles AMC: Betty Milan, Clare Paine, Inês de Souza, José Nazar, Marco Antonio Coutinho Jorge, Mary Kleinman, M. D. Magno, Octavio Souza, Rubens Molina e Sonia Nassimo. A Causa Freudiana do Brasil programou seu 2º Congresso para outubro de 2005, com o tema A psicanálise do Brasil, e uma grande banana como emblema – prioritariamente endereçada aos imperialistas da internacional lacaniana. Em 1991, M. D. Magno fundou a UniverCidadeDeDeus, instituição que segue os princípios da NOVAMENTE – ou Nova Psicanálise –, como passou a nomear a sua teorização. A partir de 1993, o CFRJ foi oficialmente integrado à UniverCidadeDeDeus, como o órgão responsável pela formação do psicanalista. As ressonâncias provocadas pelo colégio, bem como o caráter polêmico de M. D. Magno, cruzaram o Atlântico. Em *Lacan elucidado*, Miller referiu-se a Magno como uma catástrofe, insinuando práticas desrespeitosas com os analisandos. Já no verbete "Brésil" do *Dictionaire de la psychanalyse*, Plon e Roudinesco aproximam o relacionamento estabelecido entre M. D. Magno e seus discípulos ao fenômeno da dialética tropical entre senhor branco e escravo negro descrita por Gilberto de Mello Freyre. Além disso, afirmam que a sua doutrina sexual terminava por incitar os analisandos à passagem ao ato (comentários que foram suprimidos da edição brasileira do *Dictionaire*, supervisionada por Marco Antonio Coutinho Jorge). Mas a polêmica não esgota, decerto, a importância do CFRJ na história da psicanálise do Rio de Janeiro. Lacan também analisara a maioria dos membros da EFP, e criara a doutrina que amalgamava a transferência de trabalho naquela instituição. Não se trata, portanto, de exclusividade tupiniquim. Além disso, analistas formados no colégio mereceram destaque no campo psicanalítico, ainda que, quase sempre, após dolorosas rupturas com M. D. Magno. Porém o preço pago por cada um, bem como o entusiasmo experimentado no período em que o colégio constituía uma magnífica alternativa à formação ipeísta, são alguns dos muitos mistérios magnos que escreveram a história do CFRJ.

Referências

BODDIN, C. F. **L'arrivée du freudisme au Brésil et l'implantation du mouvement lacanien à Rio de Janeiro**. Villeneuve d'Ascq: Septentrion, 1998.

KATZ, C. S. **Ética e psicanálise. Uma introdução**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

KUPERMANN, D. **Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MILLER, J.-A. **Lacan elucidado. Palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NOVAmente. "Um pensamento para o século II da era freudiana". **Homepage institucional da UniverCidadeDeDeus**. Disponível em: <http://www.novamente.org.br/index.html>. Acesso em: 10 jan. 2007.

PLON, M.; ROUDINESCO, E. **Dictionaire de la psychanalyse**. Paris: Fayard, 1997.

PLON, M.; ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

REVIRÃO. **Revista da Prática Freudiana. 1**, **2 e 3**. Rio de Janeiro: Aoutra, jul./out./dez. 1985.

Daniel Kupermann

■ Complexo Hospitalar do Juquery – 2006

Hospital de Juqueri – 1923-2006

Hospício e Colônias de Juquery – 1898-1923

Inaugurado em 1898 como Hospício e Colônias de Juquery, uma instituição assistencial pública para alienados, passou a chamar-se, a partir de 1923, Hospital de Juquery. Atualmente compõe o Complexo Hospitalar do Juquery. Situado na avenida dos Coqueiros, s. n., Franco da Rocha – SP. Construído durante a década de 1890 pelo arquiteto Ramos de Azevedo, no município de Juquery, hoje chamado de Franco da Rocha, às margens do Rio Juquery e da São Paulo Railway, foi o primeiro asilo público do Estado de São Paulo destinado e inteiramente planejado para a guarda e tratamento dos alienados. Foi também o primeiro que utilizou práticas ditadas pelo conhecimento considerado como científico para o alienismo da virada do século XIX para o XX – em vez de vários e pequenos manicômios espalhados dentro das cidades, deveriam ser construídos grandes hospícios no estilo asilo-colônia, em áreas rurais, bucólicas e salubres, relativamente afastadas dos núcleos urbanos, desde que garantido fácil acesso. Sua fundação consta de 1898 por Francisco Franco da Rocha, formado em medicina no Rio de Janeiro e especializado no Hospício D. Pedro II e na Casa de Saúde Dr. Eiras. Até 1896, o Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo (1852-1862) e o Hospício de Alienados de São Paulo (1862-1896) eram estabelecimentos públicos para reclusão e guarda de loucos pobres, escandalosos e perambulantes. A tecnologia empregada era a carcerária. A mudança para inclusão de atendimento hospitalar se deu com a chegada de Franco da Rocha. Considerada um sistema completo, a proposta asilar de Franco da Rocha incluía o asilo fechado para os agudos, colônias em regime de *open-door* parcial, fazendas com *open-door* total e a assistência familiar, em que o doente permanecia ligado à instituição pela roupa que dela recebia e pelo salário pago à família de sitiantes que o hospedava. A arquitetura do hospício respeitava algumas subdivisões fundamentais. Resguardada a separação por sexo, os doentes considerados curáveis eram mantidos no prédio central; as colônias ficavam reservadas aos incuráveis, particularmente àqueles aptos para o trabalho. Havia ainda um pequeno setor para pensionistas – ala particular; colônias para crônicos; setor de laborterapia – padaria, rouparia, sapataria, oficina mecânica, plantações e criações; setor anatomopatológico; laboratório de análises clínicas; setor de farmácia – com produção local de medicamentos; Escola Pacheco e Silva – para menores anormais; diretoria; corpo clínico; Centro de Estudos Franco da Rocha; Museu Osório César. Esse novo modelo de hospício havia sido recomendado pelo Congresso Internacional de Alienistas, realizado em Paris em 1889. A ideia era concentrar todos os alienados do estado, abrigando um número muito grande de doentes (mil internos), num lugar longe das cidades de origem dos doentes, garantindo isolamento e saneamento do ambiente, a possibilidade de trabalho agropecuário e artesanal-oficineiro em área rural, possibilitando que o próprio alienado contribuísse com seu trabalho para a sustentabilidade da instituição. O Hospício de Juquery oferecia à cidade de São Paulo a possibilidade científica da cura dos doentes e da prevenção dos males sociais advindos da degeneração, particularmente aquela trazida pelos imigrantes. Além disso, o alienismo apresentava uma proposta que favorecia a ordem e o progresso, na medida em que estava ancorado num saber que estava operando sobre a anomia, produzia individualização, classificação, compartimentalização e jurisprudência clínica. No que diz respeito à possibilidade de disciplinarização, à oferta de prevenção e à intenção de cura, a proposta alienista da virada do século não se situava de maneira defasada em relação à medicina. Embora eminentemente nosocomial, o Juquery foi palco de vários ensaios de terapêuticas de orientação psicanalítica, ainda na primeira metade do século XX. Nesse mesmo período, algumas práticas de arteterapia foram levadas a cabo graças à atuação do psiquiatra Osório César, nome hoje do Museu do Juquery. Ao cabo de 25 anos à frente de todos os trabalhos

administrativos e clínicos que o Hospício demandava, Franco da Rocha chegou à conclusão de que o trabalho de implantação de um hospício totalmente científico estava concluído. Avaliando que o futuro científico de sua disciplina residia na anatomopatologia, decidiu escolher como seu sucessor um jovem e empreendedor anatomopatologista: doutor Antônio Carlos Pacheco e Silva. O período em que a instituição foi dirigida por Pacheco e Silva (1923-1933) caracterizou-se, principalmente, pela cientificidade do conhecimento – já agora chamado de psiquiátrico –, com o desenvolvimento de várias estratégias terapêuticas, como a malarioterapia para os quadros de paralisia geral progressiva, a piretoterapia e os choques cardiazólico e insulínico. Além disso, havia as tentativas de correlação de investigações anatomoclínicas, relatadas em inúmeros artigos publicados em vários periódicos médicos importantes, inclusive e principalmente na revista do próprio hospital. Sua principal publicação é o periódico iniciado como *Memórias do Juquery*; passando a se chamar *Arquivos de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo* (até o volume XVI, em 1951); em seguida recebeu o nome de *Arquivos do Departamento de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo*; em 1965, o volume 32 passou a ser publicado sob o título *Arquivos da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo*; e a partir do volume 46, de 1986/87, *Arquivos de Saúde Mental do Estado de São Paulo*. Toda essa atividade transformou o Hospital do Juquery num pólo que não só aliava assistência, docência e pesquisa, como também centralizava e geria todo o cuidado público do Estado de São Paulo em relação aos doentes mentais. A partir de meados da década de 1930, o hospital começou a perder sua importância, na medida em que as atividades científicas mais modernas foram se transferindo para a Escola de Medicina da capital do estado (atual Faculdade de Medicina da USP). Projetado para comportar até mil leitos psiquiátricos, o Juquery chegou a albergar mais que 9 mil pacientes na década de 1940, o que terminou por transformá-lo num grande depósito de loucos. Outros diretores do Juquery foram: Raphael de Mello Alvarenga (1970-1971); Paulo Fraletti (1972); Dante Bastos Cabella (1973-1976); Walter Speltri (1977-1982); Joaquim Lopes Alho Filho (1983); Marco Marcondes de Moura (1984-1985); Mario Balster Martins (1986); João Godinho Reston (1987-1988); Abrão Jorge Reston (1989-1991); Luiz Benjamin Francisco (1992-1995) e atualmente Maria Teresa Gianerini Freire (a partir de 1995). Segundo o Departamento de Recursos Humanos do hospital, o primeiro contrato oficial de psicólogo foi em 09/01/1973, o segundo foi em 1974, poucos no início. Segundo informação oral, os primeiros psicólogos trabalhavam no setor de psiquiatria infantil. A participação efetiva, tanto dos psicólogos como dos demais componentes das equipes multiprofissionais de saúde mental, parece estar muito mais ligada ao início do projeto de humanização do hospital, da década de 1980. Posteriormente, nas últimas duas décadas, essas equipes contribuíram de modo fundamental para o processo de desinstitucionalização, nos moldes preconizados pela reforma psiquiátrica brasileira, o que inclui a reabilitação psicossocial. Atualmente o Juquery divide seu espaço físico com outras unidades de serviços assistenciais, tendo se tornado referência na atenção à saúde nos níveis primário e secundário para a população da região de Franco da Rocha. O Complexo Hospitalar do Juquery é composto por: duas áreas de internação (divisão de pacientes internados e o núcleo assistencial em saúde mental), quatro ambulatórios (especialidades, saúde mental, reabilitação física e saúde da mulher), área de diagnóstico, assistência farmacêutica, ouvidoria, núcleo de comissões hospitalares, área administrativa e acervo institucional.

Referências

BALAGUER, G. **O açúcar da psicanálise. Franco da Rocha, psiquiatria e recepção das ideias psicanalíticas em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, H. M.; LENTINO, P. "Considerações a respeito dum caso de esquizofrenia paranóide, tratado pelo método de Sakel e posteriormente pelo

método psico-analítico". **Arquivos de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo**, v. IV, n. 3-4, p. 243-279, 1939.

FRANCO DA ROCHA, F. **Hospício e colônias de Juquery – vinte anos de assistência aos alienados em São Paulo**. São Paulo: [s. n.], 1912.

LENTINO, P. "Sobre um caso de esquizofrenia crônica (de 8 anos) forma hebefrênica, curado pela psicanálise". **Arquivos de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo**, **v.** V, n. 1-4, p. 255-291, 1940.

MARCONDES, D. A therapeutica psychanalitica da impotencia sexual. **Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo**, **v.** 14, n. 4, p. 162-166, 1930.

PEREIRA, L. M. F. "Franco da Rocha e a teoria da degeneração". **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. VI, n. 3, p. 154-163, set. 2003.

PEREIRA, L. M. F. "Franco da Rocha e os usos do trabalho no hospício". **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 9, n. 2, p. 70-3, maio/ago. 1998.

PEREIRA, L. M. F. "Os primeiros sessenta anos da Terapêutica Psiquiátrica no estado de São Paulo". In: ANTUNES, E. H.; BARBOSA, L. H. S; PEREIRA, L. M. F. (Org.) **Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos da história brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2002.

PEREIRA, L. M. F. **Reformas da ilusão:a terapêutica psiquiátrica em São Paulo na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

YAHN, M. "Reflexões sobre os últimos 10 anos do movimento psiquiátrico em S. Paulo". **Imprensa Médica**, **n.** 386, p. 92-100, 1946.

Lygia Maria de França Pereira

■ Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM) – 1997-

Colônia Juliano Moreira – 1928-1997

Instituição de assistência psiquiátrica e de natureza pública, mantida pelo governo estadual, criada em 23 de junho de 1928, no governo de João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna. Localizada na avenida Pedro II, 1.826, Torre, João Pessoa-PB. A instituição tem por objetivo oferecer tratamento psiquiátrico e psicológico aos portadores de sofrimento psíquico e usuários de álcool e outras drogas, com idades que variam dos 11 aos 65 anos, oriundos de todo o Estado da Paraíba e estados vizinhos. Foi criado em substituição ao Asylo de Sant'Anna (1893), que não desempenhou adequadamente sua proposta terapêutica de tratamento aos pacientes psiquiátricos. Esse foi um dos incentivos para a construção da colônia, que contou com financiamento do governo federal, tendo sido concluída pelo governo estadual, passando a ser chamada, a partir de 1997, de Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. Estruturalmente, o Complexo Psiquiátrico está organizado hierarquicamente em: direção-geral, direção administrativa, direção técnica, coordenação de psicologia e setor de recursos humanos. Quanto ao espaço físico, sua área total corresponde a 50.743,88 m², sendo 9.088,42 m² de área construída. Em 2008 existiam 251 leitos destinados às alas masculina, feminina e mais seis leitos da triagem, distribuídos em quatro pavilhões; uma cozinha; uma cozinha experimental; quatro salas para atendimento multiprofissional; duas oficinas terapêuticas; uma biblioteca; um auditório; um campo esportivo; ambulatório; área de visita; duas áreas de socioterapia; almoxarifado; manutenção; coordenações profissionais; lavanderia; horta; direção-geral; duas triagens. A instituição promove atividades relativas a datas comemorativas como Carnaval, Páscoa, dia das mães e dos pais, São João, desfile cívico de 7 de Setembro, dia mundial da saúde mental, Natal e dia do idoso, como também oficinas de canto, corpo e relaxamento, atividades religiosas, vivências de biodança, atividades externas em praias e parques. Em 2004 ofereceu um curso de extensão: A Psicanálise e a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Em 2007 e 2008 participou dos Simpósios de Psicologia, com o tema Saúde Mental e Justiça: a Psicologia e a Justiça Dialogando a Reforma Psiquiátrica e O Caso a Caso na Clínica da Psicose numa Instituição Psiquiátrica, respectivamente. Ainda em 2008, em comemoração aos 80 anos de sua fundação, a instituição promoveu o relançamento do livro *O problema da assistên-*

cia ao alienado no estado da Paraíba e do Projeto Aimée – formação profissional e clínica no atendimento a pacientes psicóticos, sob a coordenação da psicóloga Regileide de Lucena Fernandes. O serviço de psicologia foi iniciado no ano de 1978, sendo dirigido, desde o ano de 2006 até o ano de escritura deste verbete (2008), pela psicóloga Jackeline Nunes Alves Farias. Os trabalhos oferecidos pelo serviço de psicologia são realizados por psicólogos clínicos e hospitalares, e as oficinas terapêuticas contam também com o apoio de auxiliares administrativos. A equipe conta com psicólogos clínicos de abordagens teóricas diversas, nas quais a escuta psicológica orienta o tratamento, realizando as atividades de atendimento individual na triagem (para esclarecimento do motivo da internação, sintomatologia, hipótese de diagnóstico e encaminhamentos), atendimento psicológico individual, atendimento em grupo, anamnese, evolução em prontuário único e oficina terapêutica, plantões de escuta psicológica aos funcionários da instituição, reunião com familiares dos internos, grupo de preparação para alta; reuniões multiprofissionais, passeios terapêuticos, supervisões clínica institucional, trabalho terapêutico na horta e cinema, além de uma biblioteca. Ao longo de seus oitenta anos, a instituição vem oferecendo aos portadores de sofrimento psíquico em situação financeira desfavorável um espaço multiprofissional de apoio especializado.

Referências

COMPLEXO PSIQUIÁTRICO JULIANO MOREIRA (CPJM). Setor de Psicologia. **Projeto de Terapêutico do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira**. (Coord. Jackeline Nunes Alves Farias). João Pessoa, abr. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Estado da Saúde. **Folder informativo sobre o Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)**. João Pessoa/PB, 2000.

NUNES, J. **Depoimento concedido a Maria do Socorro Brito Mendes**. João Pessoa, 19, 22, 23 set. e 1º out. 2008.

SILVA FILHO, E. B. da. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC). **Projeto de Extensão Projeto Aimée – "Formação Profissional e Clínica no Atendimento a Pacientes Psicóticos"**. (Coord. Regileide de Lucena Fernandes.) João Pessoa, 2000.

Maria do Socorro Brito

■ Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia (CFP/CRP) – 1973-

Entidade profissional com sede no Distrito Federal e sedes regionais em capitais de 17 estados da Federação (dado de 2007), foi criado pela Lei 5.766, de 20/12/1971 (regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17/06/1977). Em 20 de dezembro de 1973 foi instalado o CFP, quando se elegeram os primeiros conselheiros; em 27 de agosto de 1974, dia do psicólogo (data em que a Lei 4.119, de 27/08/1962, que regulamentou a profissão, foi homologada), foram instalados os primeiros sete conselhos regionais. Hoje, são 17 CRPs: 1ª Região – DF, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; 2ª Região – Pernambuco e Fernando de Noronha; 3ª Região – Bahia e Sergipe; 4ª Região – Minas Gerais; 5ª Região – Rio de Janeiro; 6ª Região – São Paulo; 7ª Região – Rio Grande do Sul; 8ª Região – Paraná; 9ª Região – Goiás e Tocantins; 10ª Região – Pará e Amapá; 11ª Região – Ceará, Piauí e Maranhão; 12ª Região – Santa Catarina; 13ª Região – Paraíba; 14ª Região – Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; 15ª Região – Alagoas; 16ª Região – Espírito Santo e 17ª Região – Rio Grande do Norte. Os Conselhos de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia financeira e administrativa, constituindo uma autarquia, têm, por lei, as funções de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. A receita financeira dos conselhos é composta fundamentalmente pelo pagamento de anuidade de pessoas físi-

cas e jurídicas inscritas. A inscrição nos conselhos é requisito obrigatório para o exercício da profissão e podem exercê-la aqueles que satisfazem as condições estabelecidas pela Lei 4.119/62 e pelo Decreto 53.464, de 21/01/1964, ou seja, os possuidores de diploma de psicólogo expedido no Brasil por faculdade reconhecida ou por faculdade estrangeira reconhecida no país de origem e revalidado no Brasil. À época da aprovação da lei, outras pessoas puderam requerer seu registro: aquelas que ocupavam cargos no serviço público sob as denominações de psicólogo, psicologista ou psicotécnico, ou militares que tivessem diploma de curso do Ministério da Defesa ou ainda aquelas que exercessem há cinco anos atividades de psicologia aplicada; além destes, os que eram portadores de diploma de especialistas em Psicologia, Psicologia Educacional e Psicologia Aplicada ao Trabalho, expedidos por estabelecimentos de ensino superior reconhecidos. Os registros nos conselhos podem ser feitos nas categorias de psicólogo e psicólogo especialista. As gestões nos Conselhos de Psicologia são de três anos e eleitas diretamente pela categoria profissional. O CFP regulamenta o funcionamento da autarquia e o exercício da profissão por meio de resoluções que se encontram disponíveis no *site* (www.pol.org.br). A estrutura atual dos Conselhos de Psicologia implica várias instâncias deliberativas superiores, que contam com a participação da categoria de forma organizada. O Congresso Nacional da Psicologia (CNP), órgão máximo de deliberação e espaço privilegiado do debate político na entidade, ocorre de três em três anos e é composto por delegados eleitos nos congressos regionais, que aprovam diretrizes gerais de ação dos conselhos no triênio, sendo espaço de debate e inscrição de chapas candidatas ao Plenário do CFP. Na estrutura dos conselhos, abaixo dos congressos está a Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras – APAF, em que representantes dos CRPs e do CFP se encontram para debater e aprovar os encaminhamentos necessários com base nas decisões do CNP. Ainda há fóruns, espaços de debate de temas importantes para a profissão que exigem regulamentação ou encaminhamentos unificados no sistema. Os CRPs e CFP têm suas plenárias, compostas por conselheiros eleitos que acompanham, executam, avaliam e são responsáveis pelo desenvolvimento das funções e tarefas dos Conselhos. Os conselheiros, com ajuda de psicólogos convidados, organizam-se em comissões que são responsáveis pela execução das tarefas essenciais. Quatro destas comissões são obrigatórias e regulamentadas: Comissão de Ética, de Orientação e Fiscalização, do Registro de Especialistas e de Direitos Humanos. Os Conselhos contam com assessorias jurídicas e técnicas em psicologia. No sentido da qualificação, realizam eventos, fazem publicações debatendo e divulgando temas de interesse dos psicólogos e necessários à profissão (jornais, *Revista Ciência e Profissão*, *Revista Ciência e Profissão-Diálogos*, várias publicações resultantes de eventos sobre psicologia, pesquisas sobre o psicólogo brasileiro, publicações resultantes de caravanas de direitos humanos, vídeos (como o realizado em parceria com a TV Futura sobre a dimensão subjetiva da realidade, e vídeos de eventos realizados, como o do Tribunal dos Crimes da Paz), mantêm *sites* (www.pol.org.br), organizam serviços de atendimento e orientação à população e aos psicólogos, e editam resoluções que oferecem referências para a qualificação do exercício profissional. Os Conselhos de Psicologia funcionam ainda como tribunais de ética da profissão e neste sentido recebem denúncias sobre o exercício profissional, constroem processos e realizam os julgamentos, aplicando ou não penalidades ao profissional. O documento utilizado como referência para este trabalho é o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. O código que hoje vigora foi construído a partir de um amplo processo de debate em todas as regiões do país, envolvendo um número expressivo de psicólogos; foi instituído pela Resolução CFP 010/2005, sendo o quarto texto de código da categoria. Os Conselhos de Psicologia desenvolvem ações que visam, além da qualificação da prática profissional, à garantia de direitos sociais, à construção de condições dignas de vida e ao respeito aos direitos humanos. Os conselhos têm

buscado ampliar o lugar social da psicologia e para isto realizaram a experiência do Banco Social de Serviços em Psicologia, em parceria com vários órgãos governamentais e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que é um centro de documentação que visa organizar referências para a atuação dos psicólogos em várias áreas da profissão e dar visibilidade a experiências e atuações profissionais de psicologia em políticas públicas. Os Conselhos mantêm parcerias com movimentos sociais, órgãos governamentais e outras entidades, participam do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, com várias entidades e com elas são responsáveis pela Biblioteca Virtual de Psicologia – BVS-Psi (www.bvs-psi.org.br), pelo Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão; e pela União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, formando um conjunto de entidades de psicologia da América Latina, sendo responsáveis com elas por uma revista eletrônica (www.psicolat.org) e pelo Congresso da ULAPSI, que ocorre de dois em dois anos em algum país da América Latina. Os Conselhos são entidades que fazem a mediação entre as possibilidades profissionais da psicologia e as demandas da sociedade e visam garantir qualidade técnica, rigor ético e compromisso social da profissão de psicólogo no Brasil.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA. **Psicologia Legislação-estrutura e funcionamento dos Conselhos,** n. 9, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA. **Profissão Psicólogo – legislação e resoluções para a prática profissional,** n. 1, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª. REGIÃO. **Uma profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 anos).** São Paulo, 1994.

Ana Mercês Bahia Bock
Marcus Vinicius de Oliveira Silva

■ Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em Primeiro Grau do Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes – 1975-2001

Escola Normal de Linhares – 1964-1975

A Escola Normal de Linhares iniciou sua primeira turma em 1964, tendo a última concluído o curso em 2001. O Curso tinha duração de três anos e a partir de 1975 passou a ser de quatro anos, em função das mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971. De acordo com a grade curricular de 1964/1965, estava prevista a disciplina de Psicologia Geral e Educacional, com carga horária de três horas/aula semanais, oferecida no segundo ano do curso. A partir de 1970, esta matéria foi subdividida em três disciplinas, distribuídas ao longo dos três anos do curso: Noções de Psicologia, Psicologia Evolutiva e Psicologia da Aprendizagem, cada uma delas com carga horária de três horas/aula semanais. O colégio não possuía arquivo das pautas ou ementas das disciplinas oferecidas, nem registro dos professores das mesmas. Sabe-se, porém, que todas as matérias do curso eram ministradas por educadores formados em Pedagogia ou em Curso Normal. Entre os professores de Psicologia, encontram-se Maria do Carmo Moulin e Lucimar Taquetti. Tivemos acesso ao caderno de atividades da disciplina de Psicologia Evolutiva, ministrada pela professora Lucimar Taquetti no ano de 1975, cedido por Lucilia Scaramussa da Silva, ex-aluna do curso. De acordo com esse registro, a disciplina objetivava acompanhar os principais aspectos do desenvolvimento do ser humano, desde sua vida pré-natal até a adolescência; o caderno, além de ser ilustrado com figuras (coladas ou desenhadas) dos períodos do desenvolvimento infantil (da gestação à adolescência), possui também informações e conselhos sobre cada fase pesquisada nas referências: *Revista Pais e Filhos*; *Revista Família Cristã* e os livros da coleção *Sexo, Amor e Família*. Em entrevista, a professora Lucimar Taquettti cita como referência de seu planejamento autores como Dorin, Mouly, Parisi, Mira y Lopez, Jacquin e Jersild. Em 1975, ao adaptar-se à LDB (Lei

5.692/1971) o Curso Normal passou a ser denominado Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em Primeiro Grau do Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes. Além de passar a ter quatro anos de duração, os conteúdos de Psicologia foram aglutinados na disciplina Fundamentos I – aspectos biopsicológicos. Em 2001, atendendo às exigências do Decreto 3.554, de 07/08/2000, o Curso Normal de Linhares foi encerrado, formando sua última turma neste mesmo ano. Esse decreto estabeleceu que a formação de professores para a atuação destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deveria ser realizada em cursos normais superiores. Dessa forma, o Colégio Emir de Macedo Gomes passou a oferecer apenas a formação de nível médio, com seu curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em Segundo Grau. A Escola Normal de Linhares teve importante papel na divulgação do conhecimento psicológico na área educacional, bem como apontou para a necessidade de formação de profissionais psicólogos no estado, visando suprir a demanda já existente nos municípios do interior, onde havia maior dificuldade em atrair psicólogos de outras regiões.

Referências

BRASIL. **Decreto 3.554, de 07/08/2000**. Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Seção 1, p. 1. Brasília: Diário Oficial da União, 8 ago. 2000.

BRASIL. **Lei 5692, de 11/08/1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 12 ago. 1971.

CALMON, J. **Entrevista concedida a Roberta Scaramussa da Silva**. Linhares, 11 out. 2006.

SILVA, L. S. **Entrevista concedida a Roberta Scaramussa da Silva**. Linhares, 11 out. 2006.

TAQUETTI, L. **Entrevista concedida a Roberta Scaramussa da Silva**. Linhares, 29 nov. 2006.

Paola Vargas Barbosa
Roberta Scaramussa

■ Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Psicologia/FCH/FUMEC) – 1969-

Mantida pela Fundação Mineira de Educação e Cultura, é uma instituição privada de formação superior em Psicologia, localizada na rua do Cobre, 200, no bairro Cruzeiro, região Centro-Sul de Belo Horizonte-MG. Iniciou suas atividades no ano de 1969, porém só obteve autorização para funcionamento em 4 de novembro de 1971, pelo Decreto 69.462. Sua primeira turma, nos idos de 1969, organizava-se autonomamente, de forma autogestionária: somava os gastos, as despesas – papel, luz, aluguel, a manutenção do curso – e cotizava o pagamento entre professores e estudantes. Além disto, o grupo, docente, discente e funcionários, se reunia para discutir a estrutura do currículo e a seleção dos professores. Em seu início, cada aluno utilizava uma carteira que ele próprio havia adquirido para a escola. Em seu primeiro endereço, na rua Turfa, no bairro Prado, também em Belo Horizonte, o curso era conhecido como Escola do Dr. Halley Alves Bessa – numa referência, coloquial, a este notável professor que foi e ainda é um nome fundamental para o ensino de Psicologia e consolidação da profissão de psicólogo no Brasil. Em agosto de 1969, o MEC passou a exigir autorização prévia para que um curso pudesse iniciar suas atividades. Esta medida obrigou a paralisação do curso até que a documentação pudesse ser concluída. Ao longo deste processo, seus fundadores recorreram à Fundação Universitária de Minas Gerais (FUMG), solicitando que incorporasse o novo curso de Psicologia, proposta que foi aceita. Posteriormente, a FUMG se transformou na Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), atual mantenedora do curso. Em 4 de novembro de 1971, o *Diário Oficial da União* publicou a autorização para o funcionamento do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da FUMEC. Os

primeiros dirigentes, de 1971 a 1975, foram Halley Alves Bessa (diretor-geral), Ary Xavier (vice-diretor de ensino) e Paulo César Valle (vice-diretor administrativo). O Curso de Psicologia da FCH-FUMEC surgiu como uma proposta pedagógica inovadora de formar psicólogos que pudessem intervir na realidade brasileira, visando à equidade. Ao mesmo tempo, se constituía em um espaço de transformação pessoal de seus professores, alunos e funcionários. Os principais objetivos do curso eram: proporcionar aos estudantes uma formação humanística, levando em consideração os processos sócio-históricos, e estudar, compreender e intervir nas relações intra e interpessoais, de forma a assegurar melhores condições de existência para a população. A concepção humanística representou, na época da sua criação, uma alternativa diante dos projetos e história dos cursos já estabelecidos em Belo Horizonte, que tendiam para perspectivas psicotécnicas e experimentalistas. O curso de Psicologia da FUMEC expressou a concepção de seus fundadores, Halley Bessa, Ary Xavier e Paulo César Valle. A principal característica do curso tem sido, desde a fundação, a gestão por estruturas colegiadas. A estrutura do curso de Psicologia da FCH-FUMEC comporta o Serviço de Psicologia, o Laboratório de Exames e Avaliação em Psicologia, os Laboratórios de Desenvolvimento Humano, de Análise do Comportamento, de Neuroanatomia e Neurofisiologia, de Psicologia e Educação e de Psicologia e Trabalho. O curso funciona em um prédio com quatro níveis no *campus* da rua Cobre da FUMEC. O prédio possui uma ampla biblioteca com 1.200 m² e acervo constituído inicialmente pela biblioteca pessoal do professor Halley Bessa, três laboratórios de informática, uma sala multimeios, uma sala (laboratório) para dinâmica de grupo, uma sala de conferências com capacidade para 120 pessoas, um teatro e 39 salas de aula. O curso é oferecido nos turnos da manhã e da noite, sendo ofertadas, no primeiro período, 100 vagas, 50 por turno. Anualmente, a instituição promove a Semana da Psicologia. Em conjunto com a UFMG, a PUC-Minas e o Centro Universitário Newton Paiva, realiza o Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica (EMAP). O curso de Psicologia da FCH-FUMEC já publicou, em parceria com duas editoras, 19 livros de seus professores, numa política de incentivo à divulgação da produção científica. Desde 1990, publica semestralmente a *Revista Plural – Revista do Curso de Psicologia da FUMEC*, atualmente no número 27 e indexada ao BVS-Psi. Também produz, desde 1993, a *Revista Oficina*, publicada semestralmente e voltada para monografias, relatos de práticas extensionistas e estágios do curso de Psicologia; a *Revista Amélia: programa de atenção às vítimas de violência domésticas* e a *AIDS: é o bicho* foram publicações especiais para enfretamento das questões da violência doméstica e da AIDS na população carcerária, que ocorreram, respectivamente, em 2003 e 2005.

Referências

ATAS E REGISTROS DE POSSE DA FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Belo Horizonte: FUMEC, 1966.

FUMEC. **Curso de Psicologia: projeto pedagógico**. Belo Horizonte: Centro Universitário FUMEC – Faculdade de Ciências Humanas, 2003. Mimeo.

SAMPAIO, T. O. S. **Contexto externo e trajetórias organizacionais**: **o caso do Centro Universitário FUMEC**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2005.

VIEIRA, G. A. **Cultura de valores organizacionais: um estudo na Faculdade de Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

Maria Stella Brandão Goulart
João Batista de Mendonça Filho
Eliane Rodrigues da Silva

■ Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) – 2007

Departamento de Psicologia da UNICAP – 1972-

Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNICAP – 1962-1972

Instituto de Psicologia Aplicada – 1960-1962

A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), criada a 27 de setembro de 1951 e reconhecida pelo governo federal através do Decreto 30.417, de 18/01/1952, originou-se da primeira escola superior católica da região, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, fundada em 1943, pela Província dos Jesuítas do Nordeste. A UNICAP é uma instituição de natureza privada, sem fins lucrativos, filantrópica e beneficente de assistência social, comunitária, confessional, tendo como mantenedor o Centro de Educação Técnica e Cultural (CETEC). Situa-se na rua do Príncipe, 526, Boa Vista, Recife-PE. Seu atual chanceler é o padre José Pablo Hernández Gil Monfort. Seu curso de Psicologia, pioneiro no Norte e Nordeste, foi criado em 1960 pelo padre Pedro de Mello SJ, do Instituto de Psicologia Aplicada da UNICAP, que havia sido criado em 1960. Passou a funcionar, efetivamente, desde o início do ano letivo de 1961, com um total de 39 alunos matriculados na primeira turma. A partir de agosto de 1962, com a assinatura da Lei 4.119, de 27/08/1962, o Instituto de Psicologia Aplicada foi transformado em curso, tendo como diretor o padre Lúcio Flávio Campos, passando a funcionar vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, também da UNICAP. Em 17/01/1968 o curso foi reconhecido pelo Decreto 62.139, publicado no *Diário Oficial da União*, 13, p. 611, de 18/01/1968. Em 1962 foi criada a Clínica de Psicologia da UNICAP, para atender à determinação contida no art. 16, da Lei 4.119, de 27/08/1962 do Conselho Federal de Educação, exigência que foi reafirmada posteriormente, pela letra *b*, art. 7º do Decreto 53.464, de 21/01/1964. Visava oferecer campo de estágio aos alunos do curso de Psicologia e, consequentemente, atendimento psicológico à comunidade. O primeiro corpo docente foi constituído pelos professores Maria Auxiliadora Moura (uma das fundadoras do Conselho Federal e do Conselho Regional de Psicologia), Lúcio Flávio Campos e Ivan Correia. Os primeiros psicólogos da clínica foram Maria Ayres, Maria José da Costa Ribeiro e Aguinaldo Cordeiro. A partir de 1972, inserido no Centro de Teologia e Ciências Humanas, as atividades do curso de Psicologia e da Clínica de Psicologia passaram a ser da competência de uma nova unidade orgânica, constituída sob a forma e denominação de Departamento de Psicologia. Neste período o curso passou por reformulações, adaptando-se ao sistema de créditos implantado no país. Seu objetivo passou a ser formar psicólogos inseridos e comprometidos com a realidade sociocultural contemporânea, éticos e conscientes de sua cidadania, tendo como proposta a formação do psicólogo, privilegiando a articulação entre produção e aquisição do conhecimento e a prática profissional. Em 1990 foram criados dois cursos de Especialização em Psicologia Clínica: Abordagem Fenomenológica Existencial e Orientação Analítica. Estes cursos serviram de base para, em 1998, ser criado o mestrado e o doutorado em Psicologia Clínica, ambos pioneiros no Norte e Nordeste do país, com três linhas de pesquisa: Intervenções Clínicas na Abordagem Fenomenológica Existencial, Psicopatologia Fundamental e Psicanálise e Família e Interação Social. Em 2007 a UNICAP passou por reformulações estruturais, acabando com a denominação Departamento e o curso de Psicologia foi inserido no Centro de Ciências Biológicas e Saúde, sob a direção do professor Aranildo Lima. Quanto à sua modalidade, o curso é de formação de psicólogos, tem duração mínima de dez períodos – e máxima de 18 períodos, priorizando três ênfases curriculares: Psicologia Clínica, Psicologia da Intervenção Psicossocial e Psicologia Organizacional e do Trabalho. O curso de Psicologia, especificamente, dispõe de uma secretária, três auxiliares de secretaria, um coordenador

de curso, um coordenador da clínica-escola e dois coordenadores de estágio curricular. A UNICAP ocupa uma área com 53.608 m², com perfil arquitetônico predominantemente vertical. A graduação do curso de Psicologia funciona no bloco B (sexto, sétimo e oitavo andares), nos turnos da tarde e da noite. A pós-graduação do curso funciona nos prédios J e G4. O curso de Psicologia da UNICAP está sempre em expansão, formando ininterruptamente psicólogos, enquanto a pós-graduação vem formando mestres em psicologia, doutores em psicologia e especialistas em diversas áreas do saber psicológico, atingindo vários estados do Norte e do Nordeste brasileiro. Promove eventos dos mais variados, entre eles, fóruns de debates sobre adolescência, dependências químicas, psicologia hospitalar, psicologia organizacional e do trabalho, como também promove jornadas de iniciação científica. Atualmente o curso não está com publicação própria. No entanto, a UNICAP publica anualmente algumas revistas, como a *Ágora Filosófica*, *Interlocuções*, *Symposium*, além de ter uma publicação semestral, a *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*.

Referências

UNICAP. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. Recife, 2005.

UNICAP – **Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2011**. Recife, 2006.

UNICAP. **Carta de Princípios**. Disponível em http://www.unicap.br/acatolica/carta.htm. Acesso em 31/03/2009.

Albenise de Oliveira Lima
Regineide Marques Simões

■ Curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – 1978-

O curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco foi autorizado – Licenciatura Plena – em 26 de junho de 1978. A autorização para funcionar a habilitação Formação de Psicólogo veio em 1980. Desde então o curso atravessou três grandes ciclos. São períodos que refletem tendências gerais da história da psicologia no contexto da sociedade do Brasil e no quadro mundial mais amplo, e que acabam encontrando entre si uma forma de conviver, senão harmonia. O primeiro período foi marcado, por um lado, pela preocupação pedagógica e por outro, pela influência dos conhecimentos produzidos pela pesquisa e pela experiência da área biomédica. O curso da UCDB nasce no final dos anos da ditadura militar, corroborando e tentando aglutinar debates em torno dos direitos humanos e civis. Foi um dos primeiros da região a formar psicólogos, a organizar em diversas áreas da psicologia cursos de pós-graduação *lato sensu*. A instituição foi pioneira na organização de mestrado em Psicologia aprovado pela CAPES. O segundo período marcou a ampliação da atuação dos profissionais egressos das primeiras turmas, que passaram a desenvolver trabalhos em diversos setores, com destaque na área de saúde, educação e trabalho, bem como na criação de novos cursos de Psicologia, partir da década de 1990 no Estado de Mato Grosso do Sul, em instituições privadas de ensino, sendo todos esses coordenados por psicólogas egressas do curso da UCDB. O terceiro e atual período na história do curso da UCDB se constitui como uma tentativa de mediação entre o saber sobre o ser humano produzido na academia e as diversas maneiras de relação com a prática e as formas de vida da sociedade local. Tem também um papel fundamental no contexto da discussão da inserção do profissional em modelos dialógicos e participativos de prática, bem como em discussões que interessem à elevação do padrão de sua atuação, como a participação em conselhos de ética, bem como: a militância em prol dos direitos humanos, da inclusão social, da democratização do acesso ao uso da psicologia pela população. O processo de consolidação do curso contou com a participação de alguns professores, dentre eles Alfredo Barbosa de Souza Filho, Benedito Juberto Teixeira, Edwiges Gonçalves de Paula, Geraldo Grendene, Gete Otano Rosa, Giuseppe Butera,

Irmã Macário, Marina R. Guerchi, Jair Gonçalves Ribeiro, Jane Ma. A Gonçalves, Juberty G. Teixeira, Leda Buaes Zandavalli, Luis Salvador de Miranda, Magaly S. C. Coelho, Maria Solange Felix Pereira, Rui Falcão Novaes, Maria Stela de Araújo Bergo, Marila Teodorowic Reis, Osmar R. Galeano de Souza, Sônia Grubits, Walter Bocchio, Yara Ma. B. Penteado. Atualmente, o curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco está situado na avenida Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, Campo Grande, MS. Possui umaclínica-escola que funciona nos blocos das Clínicas-Escola de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional, o Núcleo de Práticas Jurídicas e o Complexo Didático Esportivo. Dentre as contribuições que este curso oferece, destacam-se projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos junto à população indígena e na área de trânsito/circulação humana. Registre-se que essas linhas se fortaleceram com a instalação do Programa de Mestrado em Psicologia.

Referência

PEREIRA, Maria Solange Felix. **Entrevista a Alexandra Anayche.** Corumbá, 2006.

Alexandra Ayach Anache

■ Curso de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL) – 1998

Curso de Psicologia da Federação das Faculdades Integradas Celso Lisboa – 1974-1998

Curso de Psicologia da Federação das Faculdades Celso Lisboa – 1973 -1974

Instituição de ensino superior de natureza privada, mantida pelo Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa (UCL), é uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos. Localiza-se na rua 24 de maio, 797, Sampaio, região conhecida como Grande Méier. A instituição foi criada pelo professor Celso de Souza Santos Lisboa que, após abandonar a política em 1964, dedicou-se integralmente à educação, dirigindo o Colégio Atheneu Brasileiro, fundado em 1960, destinado à Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e à Educação Profissional (Técnica em Contabilidade, Eletrônica e Eletrotécnica). Posteriormente, em 1972, sucedendo ao Colégio Atheneu, criou a Sociedade Universitária Celso Lisboa, como mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Contábeis, ampliada em 1973 para Federação das Faculdades Celso Lisboa, com a criação dos Cursos de Pedagogia e Psicologia. Em 1980, a instituição passou a se chamar Faculdades Integradas Celso Lisboa, e em 1998 chegou a Centro Universitário Celso Lisboa, criando também o curso de Enfermagem. A mantenedora foi dirigida pelo professor Celso Lisboa durante todo este período, ocupando a presidência até seu falecimento em 8 de dezembro de 2007. Por outro lado, a estrutura de centro universitário exige uma Superintendência e uma Reitoria. Assumiu a superintendência o professor Celso de Souza Santos Lisboa Filho, que faleceu em 2001, sendo sucedido por sua filha mais velha, Karina Paternó Castello Lisboa, atual presidente da instituição. A Superintendência hoje é ocupada por sua irmã, Ana Carolina Paterno Castello Lisboa. O curso de Psicologia teve seu funcionamento autorizado pelo decreto 73350/74 e seu reconhecimento pelo decreto 79979, de 10/03/1977, sendo renovado pela portaria 748, de 03/09/2007. O curso foi organizado pelo doutor Oswaldo Ferreira Costa, assessorado por Guilherme Gaspary Ribeiro. Passaram pelo corpo docente da instituição profissionais como José Novaes, Cecília Coimbra, Hilda Fabro, Otávio Leite, Bernardo Jablonsky, Lenice Silveira, Teresa Erthal, Ana Jacó Vilela, Ademir Pacelli Ferreira, Aglée Queiroz de Carvalho, entre outros. O curso de Psicologia hoje está vinculado ao recém-criado Núcleo de Saúde e Bem-Estar e oferece turmas nos turnos da manhã e da noite. A graduação é estruturada em regime seriado e oferece dupla entrada, conforme as Diretrizes Curriculares

Nacionais vigentes: Licenciatura em Psicologia (sete períodos) e Formação de Psicólogo (dez períodos). O Serviço de Psicologia Aplicada abrange as práticas desenvolvidas pela equipe de professores/supervisores nas principais áreas de atuação: Clínica (criança, adolescente, adulto, idoso), Social-Institucional (Saúde mental, Escolas, Lares, ONGs, Comunidades) e Organizacional e do Trabalho (Empresas, Consultorias, Trabalhadores informais). O SPA conta com oito salas para atendimento individual, uma sala para grupos e duas salas de Ludoterapia. Realizam-se fóruns de discussão a cada semestre, onde os estagiários podem apresentar e discutir suas práticas em ação. O curso de Psicologia já realizou quatro pesquisas contando com apoio institucional, nas quais os docentes desenvolvem seus projetos com a colaboração de discentes, caracterizando o processo de Iniciação Científica. Desde 2000, o UCL publica a *Revista Presença,* cuja periodicidade é bienal, tendo até o momento quatro números publicados.

Referências

CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA. **Estatuto e Regimento do Centro Universitário Celso Lisboa**. Homologado pelo MEC/CNE em outubro de 1998

CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Celso Lisboa.** Rio de Janeiro: CUCL, 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Psicologia**. Rio de Janeiro: CUCL, 2002 e 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura da Psicologia**. Rio de Janeiro: CUCL, 2002 e 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA. Disponível em: <http://www.celsolisboa.com.br/celsolisboa2/>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Laura Cristina de Toledo Quadros

D

Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) – 1938-1986

Órgão criado pelo governo de Getúlio Vargas em decorrência do início do processo de industrialização do país nos anos de 1930. De fato, nessa época, começaram a circular nas esferas públicas e privadas do Brasil uma série de teorias e conceitos, oriundos da Europa e Estados Unidos, que visavam à organização racional do trabalho. As reformas na administração do serviço público estavam inseridas no bojo das propostas políticas do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder. A necessidade de uma maior eficiência no processo produtivo, então, ensejou, em 30 de julho de 1938, a criação do DASP, sendo nomeado como diretor o engenheiro Luís Simões Lopes. Esse departamento, diretamente subordinado à presidência da República, tinha a função de racionalizar a administração do governo federal, fato que implicou uma série de iniciativas: a elaboração da proposta do orçamento federal, a fiscalização orçamentária etc. No que diz respeito à relevância para a história da psicologia no Brasil, é necessário ressaltar que também era atribuição do DASP promover critérios de seleção para o ingresso no serviço público brasileiro. Por isso, como a problemática que se colocava era a de identificar quais pessoas eram as mais habilitadas, abriu-se uma grande porta à prática psicológica voltada ao recrutamento e seleção de funcionários públicos, assim como, no âmbito privado, de trabalhadores para funções distintas na produção industrial e no comércio. O saber psicológico, à época, preconizava que era necessário avaliar de forma objetiva e científica as aptidões dos trabalhadores, a fim de se obter uma adaptação mais produtiva aos cargos e funções. Esses procedimentos da psicologia aplicada colocaram em primeiro plano os psicotécnicos (ou psicologistas) e seus testes, cujos objetivos eram bem pragmáticos: conseguir funcionários mais adequados para os postos de trabalho. Alguns autores assinalam que as ideias e práticas desenvolvidas no DASP desembocaram na criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pois o próprio Luis Simões Lopes foi quem sugeriu ao presidente da República, em 4 de julho de 1944, a criação dessa nova entidade, em documento densamente doutrinário, que revelava uma determinada percepção quanto ao desenvolvimento da administração no Brasil. É o DASP também, juntamente com outras entidades públicas, um dos responsáveis pela primeira vinda do psiquiatra espanhol Mira y Lopez ao

Brasil, em 1945, quando realizou conferências sobre a psicologia aplicada, no Rio de Janeiro e São Paulo, que causaram grande repercussão. Esses fatos e circunstâncias, aliás, permitem inferir relações genealógicas de proveniência e emergência entre o DASP e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) – setor de orientação profissional da Fundação Getúlio Vargas, criado por Mira y López em 1947. Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, o DASP passou por uma ampla reestruturação e suas funções ficaram parcialmente esvaziadas, assumindo um caráter de mera assessoria, exceto no aspecto de seleção de pessoal, área em que se manteve como órgão executor. Em 1986, entretanto, foi definitivamente extinto, dando lugar a órgãos que, com nomes diversos em governos distintos, mantiveram mais ou menos as mesmas atribuições: Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), Secretaria da Administração Federal da Presidência da República (SAF), e Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Referências

PEREIRA, L. C. B. "Da administração pública burocrática à gerencial". In: **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, jan./abr. 1996. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br /papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2007.

MARTINS, H. V. "Uma revolução e um revolucionário? A Psicologia na época de Mira y Lopez". In: Jacó-Vilela, A. M.; Rodrigues, H. B. C. (Org.). **Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Nape, 1999.

MANCEBO, D. "Formação em psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos". In: Jacó-Vilela, A. M.; Rodrigues, H. B. C. (Org.). C**lio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999.

DIRETRIZES DO ESTADO NOVO (1937-1945). **Política e Administração: Departamento de Administração do Serviço Público – DASP**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_poladm_dasp.htm>. Acesso em: 13 jan. 2007.

Alexandre de Carvalho Castro

■ Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais (DOT) – 1958-1969

O Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. foi criado em 1925, em Belo Horizonte – MG, como uma instituição bancária privada. Nesse período, Belo Horizonte representava a cidade de maior crescimento demográfico do país e passava por um momento de significativo crescimento industrial e comercial. O banco promovia operações com o comércio, a indústria e a lavoura. Fora fundado por Clemente de Faria e adquiriu popularidade por seu pioneirismo no crédito popular: fazia empréstimos facilitados para pequenos negócios, não exigia avalista e, dessa forma, conquistou espaço na área do crédito pessoal. Clemente de Faria contava com o auxílio de seus dois filhos na direção do Banco da Lavoura: Aloysio de Andrade Faria e Gilberto Faria. O Banco da Lavoura cresceu rapidamente e em 1947 foi considerado o maior banco privado no que dizia respeito a volume de depósitos. Em 1964, recebeu o título de maior banco particular em funcionamento no Brasil e na América Latina, contando com 411 agências espalhadas por todo o território brasileiro. No ano de 1971, o Banco da Lavoura deu origem a outros dois bancos – o Banco Real e o Banco Bandeirante. O DOT foi criado, em 1958, devido à necessidade de qualificar e treinar os funcionários do Banco da Lavoura que ocupavam cargos de chefia (chamados titulados, ou seja, gerentes e executivos). Não encontramos dados sobre o estatuto e as normas de funcionamento do DOT. Sabe-se, no entanto, que foi idealizado e dirigido pelo psicólogo e professor francês Pierre Weil. Configurou-se como uma estrutura que prestava serviços à diretoria do banco, atuando na formação de pessoal e na pesquisa, atividades que eram realizadas no Laboratório de Psicologia Social do Banco da Lavoura. Contou, ao longo de sua história, com uma extensa equipe de psicólogos, antropólogos, sociólogos, educadores e psiquiatras que

empreendeu um trabalho pioneiro no âmbito da psicologia social, pelo treinamento de pessoal numa perspectiva de desenvolvimento de relações humanas, com vistas à otimização do nível técnico e emocional dos envolvidos. A direção do DOT localizava-se na praça Sete de Setembro, no centro de Belo Horizonte, no interior da própria sede do Banco. Contava também com um espaço complementar de formação de pessoal, a Escola de Administração Bancária Clemente de Faria, que funcionava no Hotel Taquaril, localizado no bairro Taquaril, também em Belo Horizonte. A escola, posteriormente, foi transferida para a região da Pampulha, sob a direção de Bolívar Gomes e, em seguida, de Geraldo Magela de Resende. Pierre Weil veio para o Brasil em meados dos anos de 1950, a convite do professor de Psicologia Industrial Léon Walther, com quem trabalhou no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Após o término de seu trabalho de assistência ao SENAC, Weil foi convidado por Aloysio Faria para o trabalho no Banco da Lavoura de Minas Gerais. Desenvolveu, então, uma técnica de treinamento em relações humanas, inspirado nas metodologias de Anne Ancelin Schutzenberger, Jacob Levy Moreno e Kurt Lewin. Neste processo, contou com a assessoria de Célio Garcia, socioanalista e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e de Karl Frost, especialista em Training Group (T. Group). Seu objetivo era propiciar o desenvolvimento psicológico, emocional e psicossociológico da equipe de gestores do Banco da Lavoura, gerando mudanças de atitude capazes de repercutir nas inter-relações de trabalho e pessoais. O DOT se subdividia em seções e setores. A seção de psicologia, dirigida pelo psiquiatra Djalma Teixeira Oliveira, desde o início contava com o apoio de 16 psicólogos e outros três psiquiatras. Havia também as seções de tecnologia de ensino; de sociologia, de trabalhos bancários; e de técnicas de comunicação (que possuía um setor de recursos audiovisuais com uma coleção de 40 filmes de rolo, produzidos nos Estados Unidos especificamente para serem usados em treinamentos, como os que o DOT realizava). Profissionais como: Célio Garcia, Marinha da Silva, Jarbas Portela, Pedro Parafita de Bessa, Ruy Flores Lopes, Geraldo Magela de Resende, Nilza Rocha Ferres, Domingos Muchon, Maria Letícia Barreto, Délcio Vieira Salomon, Lucy Esther Paixão, Melpomene Guerra, Roberto Regnier, José Ennes Rodrigues Jr. e Marcos Goursand de Araújo integraram a equipe responsável pelo trabalho desenvolvido pelo DOT. Este trabalho consistia em reunir, em sua sede, em regime de internato durante um mês, funcionários do banco de diversas partes do país. Nesse período, a equipe promovia uma série de atividades, utilizando técnicas como o T. Group, Socioanálise, Dinâmica de Grupos (Kurt Lewin) e o Psicodrama de Moreno. Este processo foi denominado Desenvolvimento em Relações Humanas (DRH). As dinâmicas realizadas possibilitavam aos participantes tomar conhecimento e refletir acerca dos problemas ocorridos dentro da instituição. Iniciavam-se com atividades grupais e progrediam para a realização de encontros individuais (entrevistas não diretivas), associadas à realização de bateria de testes de personalidade. O serviço prestado pelo departamento foi pioneiro no país, introduzindo as técnicas grupais no âmbito da psicologia social e a interdisciplinaridade como ferramenta de trabalho em recursos humanos e na psicologia organizacional. Sua originalidade e competência faziam paralelo apenas com os trabalhos realizados nos bancos RCA Victor (Estados Unidos) e Crediliannar (França). A partir do trabalho ali realizado, foi publicado o livro *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*, que relata a criação da técnica DRH e sua aplicação no DOT. Trata-se, segundo Weil, do primeiro ensaio brasileiro de catalogação e articulação de fenômenos de caráter interdisciplinar (sociologia, psicologia, antropologia, educação e psiquiatria). Os direitos autorais do livro foram doados à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em homenagem a Helena Antipoff. O serviço do DOT foi mantido

durante 11 anos. Além de ter capacitado cerca de 12 mil funcionários, executivos e gerentes, de todo o país, todos os chamados titulados da rede já haviam passado pelo DOT e muitos já haviam deixado o banco. O trabalho realizado no departamento fora bem-sucedido e esgotara-se do ponto de vista técnico. Porém, acabou gerando, entre os integrantes da equipe, o interesse pela formação psicanalítica com Malomar Lund Edelweiss. Deste interesse resultaria a criação do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais.

Referências

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

CIRINO, P. **Entrevista com Pedro Parafita de Bessa**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1227/pag5.html>. Acesso em: 18 jun. 2006.

COSTA, F. N. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 106, mar. 2002.

HISTÓRICO DO GREP. Disponível em: <http://www.grep.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2006.

JACOB, C. A. **Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

OLIVEIRA, D. T. de. **Entrevista concedida a Maria Stella Brandão Goulart**. Belo Horizonte, julho 2006.

SANTOS, R. C. **A trajetória institucional e histórica da difusão do psicodrama pedagógico em Campinas: relatos orais sobre motivações vivenciais, contradições institucionais e perspectivas educacionais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

WEIL, P. et al. **Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

WEIL, P. **A revolução silenciosa: autobiografia pessoal e transpessoal**. São Paulo: Pensamento, 1973.

Maria Stella Brandão Goulart

Natália Alves dos Santos

■ Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICHUFMG) – 1962-

O Departamento de Psicologia integra a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e compõe-se de: Assembleia, Câmara Departamental, Colegiado de Curso de Graduação, Seção de Ensino e Centro de Aplicação da Psicologia Pedro Parafita de Bessa. O departamento conta, atualmente, com três funcionários e 46 docentes efetivos. O curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da UFMG iniciou seu funcionamento no final de 1962. O reconhecimento do curso se deu pelo Decreto-lei 26.848, de 10/01/968. Os primeiros alunos foram recebidos em 1963, na antiga sede da Faculdade de Filosofia, à rua Carangola, 288, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte. Desde janeiro de 1990, o curso funciona no *campus* da UFMG, situado na avenida Antonio Carlos, 6.627, Cidade Universitária, bairro Pampulha, Belo Horizonte. A história da criação do curso de Psicologia da UFMG se mescla com a história de instituições e pessoas ligadas à psicologia em Minas Gerais. Em 1927, no auge do otimismo pedagógico, o prof. Francisco Luís da Silva Campos, secretário de Educação do governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, realizou uma ampla reforma do ensino, com a finalidade de implantar as ideias escolanovistas que floresciam na Europa. Em 1928, a convite do governo, veio a Minas a Missão Europeia, integrada por Théodore Simon, Léon Walther e outros. A psicóloga russa Helena Antipoff, formada na Suíça e na França, integrava esta missão e não retornou à Europa, tornando-se docente da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Belo Horizonte. Esta professora aqui instalou o primeiro laboratório de Psicologia, onde se faziam experimentos e avaliações psicológicas, segundo a perspectiva do funcionalismo europeu e da psicometria nascente. Em 1939, com a fundação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (que viria

integrar a Universidade de Minas Gerais – atual UFMG – em 1948), Helena Antipoff passou a lecionar Psicologia no último ano dos cursos destinados à formação de professores. Quando deixou Belo Horizonte para atuar no Rio de Janeiro, por volta de 1945, assumiu o lugar seu ex-aluno, Pedro Parafita de Bessa. Helena Antipoff foi a responsável pela indicação de docentes para a Universidade Católica de Minas Gerais e técnicos para os primeiros serviços de psicologia aplicada, como é o caso do Instituto Pestalozzi e do Serviço de Orientação e Seleção Profissional. Em 1949, inspirado no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), que havia sido criado no Rio de Janeiro em 1947, Abgar Renault, secretário de Educação do governo Milton Campos, criou em Belo Horizonte o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), onde técnicos utilizavam recursos psicológicos para realizarem orientação profissional e avaliação de candidatos a cargos públicos. Um incêndio destruiu, em 1952, a maior parte do Laboratório de Psicologia criado por Helena Antipoff e o material e as competências do Laboratório passaram ao SOSP. A partir de 1956, iniciou-se um movimento destinado à regulamentação da profissão de psicólogo e à discussão da formação desse profissional. Foi então criada a Sociedade Mineira de Psicologia, cuja primeira reunião se deu em 12 de novembro de 1956, e iniciaram-se as discussões, que culminariam na criação dos cursos de Psicologia. A Lei 4.119, de 27/08/1962, dispôs sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentou a profissão de psicólogo. A partir de então, as pessoas que já trabalhavam com psicologia foram orientadas para organizarem um currículo documentado e submetê-lo ao Conselho Federal de Educação, para análise e obtenção de autorização para atuarem como psicólogos. Enquanto isso, na Faculdade de Filosofia da UFMG, em 1962, foi criado o Departamento de Psicologia e foi iniciado um curso com a duração de um ano, destinado a preparar profissionais formados em Pedagogia, Filosofia e Sociologia para o exercício da profissão de psicólogo. O prof. Pedro Parafita de Bessa assumiu a coordenação do novo curso e incorporou ao corpo docente professores como Pierre Weil, Maria Auxiliadora de Souza Brasil, Galeno Procópio Alvarenga, Ione Scarpelli, que já lecionavam Psicologia na Faculdade de Filosofia da UFMG. Alguns técnicos que atuavam no SOSP foram convidados para lecionar – Elza Lima, Marina Machado, Antonio Luiz Rodrigues da Costa, Maria Antonieta Bianchi. Outros profissionais que trabalhavam com a psicologia na ocasião tiveram a oportunidade de se submeter ao curso preparatório durante um ano e alguns deles foram posteriormente incorporados ao corpo docente. Assim, os primeiros docentes do curso de Psicologia da UFMG provinham do curso de Pedagogia da mesma universidade, do Serviço de Seleção e Orientação Profissional (SOSP) e do Serviço de Psicologia do antigo Banco da Lavoura, uma das primeiras experiências de aplicação da psicologia no contexto organizacional realizadas em Minas. Em 1968, como consequência do Decreto-lei 62.347, de 28/02, que iniciou a reforma universitária promovida pelo governo militar, a antiga Faculdade de Filosofia foi desmembrada em várias unidades, integradas por departamentos. As áreas da Filosofia e das Ciências Humanas passaram a fazer parte da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, ligada ao sistema básico da UFMG. O Departamento de Psicologia, principal responsável pelo curso de Psicologia, ficou vinculado à FAFICH. As disciplinas da área das Ciências Biológicas, que também faziam parte do currículo do curso, eram de responsabilidade do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Também faziam parte do curso outras disciplinas da área de Humanas, como Lógica, Antropologia, Sociologia. No ano da reforma, o prof. Pedro Parafita de Bessa assumiu a direção da Faculdade de Filosofia e logo em seguida foi aposentado pelo governo militar, por ocasião da edição do Ato Institucional n. 5, que autorizou intervenções autoritárias na estrutura universitária. Assumiu então a chefia do departamento o prof. Galeno Procópio Alvarenga, médico. O ano de 1968 marcou também o início de um período de crescimento do curso de Psicologia. A entrada de novos alunos se ampliou de 30 para 120 alunos por

ano, devido às fortes pressões sociais pela abertura de vagas no ensino superior e ao movimento dos "excedentes", isto é, candidatos aprovados no vestibular que não podiam ser admitidos por falta de vagas. A criação da Clínica de Psicologia se deu em 1969; em 1974 foi transformada em Centro de Aplicação da Psicologia (CEAP), para dar oportunidade a novas opções de trabalho para os alunos. Também em 1974 foi realizada uma profunda reforma do currículo do curso, com a participação de alunos e professores, visando tornar o currículo mais flexível, com a criação de um grande número de disciplinas optativas. A reforma trouxe também novas áreas de formação, como a Psicologia Comunitária, a Intervenção Psicossociológica, as diversas técnicas psicoterápicas, entre outras. Durante os anos de 1970 e 1980, a qualificação dos professores integrantes do Departamento de Psicologia foi grandemente ampliada, com o apoio da UFMG e da CAPES. Vários professores se afastaram para pós-graduação, no Brasil e no exterior, tendo obtido o doutorado em instituições como a Universidade de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, Universidade de Stanford, nos EUA, Universidade de Paris. Ao retornarem, esses professores instalaram o programa de pós-graduação em Psicologia, com área de concentração em Psicologia Social, inicialmente. Mais tarde, o programa foi ampliado, incorporando novas áreas de concentração. Atualmente a pós-graduação funciona nos níveis de mestrado e doutorado, com três áreas de concentração: Psicologia Social, Estudos Psicanalíticos e Psicologia do Desenvolvimento Humano. No que concerne às publicações, entre os anos de 1984 e 2003, o Departamento de Psicologia da UFMG publicou o periódico *Cadernos de Psicologia*. Por decisão da Câmara Departamental, em 2004, este periódico encerrou suas atividades, cedendo lugar à revista científica eletrônica *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. Fruto de uma articulação entre as Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais que possuem curso de graduação e de pós-graduação em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de São João Del-Rei e Universidade Federal de Uberlândia), a revista *Gerais* teve seu primeiro número publicado em 2008. Além da *Gerais*, a revista eletrônica *Memorandum: Memória e História em Psicologia* também está vinculada ao Departamento de Psicologia da UFMG. Nascida a partir de uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Estudos em Psicologia e Ciências Humanas: História e Memória, a revista *Memorandum* está igualmente vinculada ao Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP e vem sendo publicada desde o ano de 2001.

Referências

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais – 1939-1953. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria, jul. 1954.

ATAS do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Filosofia da UFMG. Belo Horizonte, 1962-1964.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **História da Psicologia: pesquisa, formação e ensino.** São Paulo: EDUC; ANPEPP, 1996.

CAMPOS, R. H. de F. "Notas para uma história das ideias psicológicas em Minas Gerais". In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (4ª região). **Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 1992.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br>. Acesso em: 15 fev. 2007.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG. Disponível em: <http://www.ufmg.br>. Acesso em: 20 fev. 2007.

GIUSTA, A. da S.; MATA MACHADO, M. N. e CAMPOS, R. H. F. "Notas sobre a formação do psicólogo na UFMG". **Cadernos de Psicologia**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 77-100, jun. 1986.

GOULART, Í. B. **Psicologia da Educação em Minas Gerais: histórias do vivido**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

LEITE, W. S. **História e memória da Psicologia em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MAHFOUD, M.; MASSIMI, M. "Editorial: O conhecimento do homem e do seu psiquismo: desafios do passado e do presente". **Memorandum**. v. 15, out. 2008, p.1-8. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a15/ed15.htm>. Acesso em: 19 abr. 2009.

PRADO, M. A. M. "O 'Cadernos de Psicologia': metáfora de um tempo?". **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 4-7. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/view/5/6>. Acesso em: 19 abr. 2009.

Íris Barbosa Goulart

■ Departamento de Psicologia da Faculdade ESUDA – 1974-

O curso de Psicologia da Faculdade Espírito Santo Uniu Dois Amigos (ESUDA) começou em 1974, e foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura quando da formação da primeira turma, em 1979. A instituição funciona na rua Bispo Cardoso Ayres, s/n, Santo Amaro – Recife/PE. O curso criou núcleos de pesquisa nas diversas áreas da Psicologia, sendo a primeira a incluir, na região, em sua grade de formação, a disciplina de Neuropsicologia, que serviu de fundamento para a implantação do também primeiro curso de especialização em Neuropsicologia na região. A ESUDA criou, em 2008, o núcleo de pós-graduação e oferece cursos de especialização *lato sensu*, além do curso em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental; Psicologia Conjugal e Familiar; Psicologia Social e Saúde Mental e Pública; e em Psicologia Clínica. Por ocasião da implantação do curso de Psicologia, inaugurou-se, também, a Clínica de Psicologia, com o objetivo não só de formar profissionais na área clínica e organizacional, mas também com o propósito de atender às necessidades da comunidade, realizando atendimento psicoterápico a crianças, adolescentes e adultos, orientação vocacional e plantão psicológico. Atualmente, além de estágios na área de Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise, e Psicologia Organizacional, a clínica oferece estágio na área de Psicologia Hospitalar, a partir de convênios e acordos de cooperação técnica estabelecidos com hospitais da região. Desde 2006, a Clínica de Psicologia desenvolve o projeto Incubadora, que visa oferecer aos recém-formados mais tempo de atendimento e supervisão, com o objetivo de enriquecer seu fazer profissional, a fim de que possam entrar no mercado de trabalho mais seguros e cônscios de suas responsabilidades. Tal projeto tem tido repercussão não só pelo aprimoramento da formação profissional dos alunos, como também pela qualidade dos serviços oferecidos à comunidade. O Departamento de Psicologia tem trabalhado na implantação de serviços de atendimento a grupos de família, uma vez que tem observado a necessidade de intervenções específicas no âmbito familiar. A ESUDA dispõe de sala de produção científica, sala de estudo individual e de grupo, salas de aula, biblioteca, sala dos professores, auditório, salas de pesquisa, cine-teatro de algibeira, salas de vídeo, laboratórios para o curso de Psicologia de Neurociências e uma clínica-escola.

Referências

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE ESUDA. **Acervo de material institucional**. Recife, 1974-2007.

BRITO, Â. W. **Entrevista concedida a José Renato Barros Silva**. Recife, 25 out. 2008.

ANJOS, M. dos A. **Entrevista concedida a José Renato Barros Silva**. Recife, 25 out. 2008.

José Renato Barros Silva

■ Departamento de Psicologia da Faculdade Frassinetti do Recife – 2000-

Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) – 1941- 2000

Instituto Superior de Pedagogia e Letras Paula Frassinetti – 1941-1941

A Faculdade Frassinetti do Recife é uma instituição de ensino superior privada, católica e filantrópica, tendo como mantenedora a congregação de Santa Doroteia do Brasil.

Possui cursos de graduação em Pedagogia, Psicologia, Ciências Biológicas, Administração, Letras e Turismo, contando com 2.300 alunos e 300 funcionários em 2008. Está estabelecida na avenida Conde da Boa Vista, 921, Boa Vista, Recife-PE. Antes de ser implantado o curso de Psicologia, já funcionava a Clínica de Conduta, que subsidiava o estágio de Pedagogia e prestava serviços psicológicos à comunidade do Recife, com profissionais psicólogos e psiquiatras. Assim, o curso de Psicologia, o segundo implantado na região, iniciou suas atividades como uma Clínica de "Conduta". Possui 555 alunos, 40 professores, funciona em dois turnos (manhã e tarde) com carga horária de 4.244 horas, mais 286 horas de estágio profissionalizante, 500 horas de estágio supervisionado e 180 horas de atividades acadêmicas, científicas e culturais. Em 1968 funcionou a primeira turma do curso de Psicologia e a clínica passou a ser denominada de Clínica de Psicologia da FAFIRE, sendo, atualmente, Clínica Paula Frassinetti. O curso foi reconhecido em 13/11/1972 através do Decreto-lei 71.362. Seu novo projeto pedagógico (2008), adequado às novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação no Brasil (Ministério da Educação), concebe a formação de um profissional atento ao contexto social, comprometido do ponto de vista técnico, ético e político para atender às necessidades emergentes da região Nordeste, considerando as transformações sociais, as mudanças de paradigmas, as discrepâncias econômicas e o sofrimento de diferentes pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. A Clínica Paula Frassinetti oferece estágios em: Clínica Psicossocial, nas abordagens fenomenológica-existencial (abordagem centrada na pessoa e *gestalt*), Analítica e Psicologia Organizacional e do Trabalho, além de prestar serviço a comunidades carentes. Possui oito salas de supervisão, 17 salas de atendimento individual, três para grupo, três salas de ludoterapia, sala de espera, sala de secretaria, coordenação da clínica e outra de coordenação de estágio. Neste local funciona também o laboratório animal. A clínica atende a crianças, adolescentes, adultos e idosos em torno de 80 pessoas por mês (individual e de grupo) e 40 (primeira vez). Conta com quatro funcionários e sete supervisores, e cada um pode acompanhar dois grupos de alunos, com média de oito por grupo. A carga horária para o estágio é de 500 horas e ele ocorre no nono e décimo períodos do curso, nos turnos manhã e tarde. Orientado para ênfases em Psicologia Clínica Psicossocial e Psicologia Organizacional e do trabalho, seus objetivos são uma formação profissional que unifique ensino, pesquisa e extensão, em uma atuação diversificada para contextos e campos nas perspectivas curativa, preventiva, aperfeiçoamento e promoção de saúde consoante com as políticas públicas e de saúde mental vigentes no país, que estão presentes em diversos projetos de extensão comunitária. São oferecidas, na área de psicologia, nove pós-graduações *lato sensu*, sobre Intervenções clínica na abordagem psicanalítica; Clínica psicológica junto à família; Atenção e promoção de saúde da família: Aspectos psicossociais e clínicos; Psicologia no âmbito da saúde mental na atenção básica; Psicologia no âmbito da saúde mental nos serviços especializados; Psicologia no âmbito da saúde mental na rede de apoio social; Psicologia no âmbito da saúde mental na gestão de políticas de saúde mental; Intervenção psicossocial com grupos em situação de risco; Análise do discurso: abordagem institucional e da pesquisa qualitativa. A instituição possui as seguintes publicações: *Revista Lúmen*, desde 1948; *Informe FAFIRE*, desde 2004; e *Revista FAFIRE*, desde 2008. Podemos citar as edições dos encontros *Educação para o Nordeste (EDUNE), Fórum FAFIRE de Ideias Contemporâneas, Encontro das Ciências Ambientais, e Congresso de Iniciação Científica*. Ressaltamos os eventos do curso de Psicologia: Encontro Anual de Psicologia, cuja 10ª edição ocorreu em 2008, e o encontro bimensal Psicologia em Foco.

Referências

REGIMENTO DA FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE. Recife: [s.n], 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA – FAFIRE. Recife: [s.n], 2005.

ROSSETO, R. **Paula Frassinetti "... em bicos de pés": fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia.** Lisboa: Lio Braga, 1988.

Maria das Graças Victor Silva

■ Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – 1967

Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) – 1953

O profissional chamado de psicotécnico surge em São Paulo, entre 1930 e 1940, com o objetivo de tornar a produção mais eficiente. No Rio de Janeiro, esse novo profissional ganhou um lugar em 1947, com a vinda para o Brasil de Emílio Mira y López, que passou a ministrar um curso intensivo, com a preocupação prática de oferecer serviços de orientação e seleção profissional, no recém-fundado Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Contrapondo-se a esse caráter eminentemente prático, a Psicologia, como disciplina, é ministrada na PUC-Rio a partir de 1941, no curso de Filosofia, e de 1943, no curso de Serviço Social. Em 1953, valorizando a formação universitária, surgiu o Instituto de Psicologia Aplicada (IPA), que iniciou o primeiro curso de formação de psicólogos do país, dirigido por Hanns Lippmann de 1953 a 1956. O curso pioneiro oferecido pela PUC-Rio não era oficial, ou seja, o diploma conferido não poderia ser registrado no MEC. O curso tinha a duração de três anos e meio, e o corpo docente era formado por médicos, filósofos e educadores. Nilton Campos, catedrático de Psicologia e diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, foi um importante colaborador na implantação do curso, que começou a ser ministrado no período noturno, nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. Dos 36 alunos da primeira turma, apenas sete concluíram o curso em dezembro de 1956, dentre eles, Aroldo Rodrigues que, posteriormente, passaria a ter um importante papel na sua história. Em 1957, o curso foi transferido para o *campus*, recém-inaugurado, da Gávea, e passou a funcionar no período diurno. De 1957 a 1966 o IPA foi dirigido pelo padre Antonius Benkö, jesuíta, húngaro, chegado ao Brasil em 1954. Padre Benkö juntou-se a membros de outras instituições, unindo esforços em busca da regulamentação da profissão de psicólogo, elaborando propostas ao Legislativo. Em agosto de 1962, a Lei 4.119 institucionalizou a formação e a profissão do psicólogo no país. Em 1963/1964, padre Benkö foi chamado para integrar a comissão responsável pelo registro dos psicólogos, o que evidenciava a importância e a representatividade do IPA. Na sua gestão, ocorreu o início da prestação de serviços pelo IPA, em dois setores: o Serviço de Seleção e Orientação Profissional e Industrial (SOPI), futuro Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOS); e o Centro de Orientação Psicopedagógica (COPP), futura Clínica. Em 1966, Aroldo Rodrigues assumiu a direção e implantou, neste mesmo ano, o primeiro mestrado em Psicologia do país. Em 1967, a estrutura da universidade foi modificada, sendo criado o Departamento de Psicologia, e o IPA passou a destinar-se exclusivamente às atividades de estágio. Aroldo Rodrigues criou o setor de pesquisa e os laboratórios de psicologia social e experimental, de psicologia fisiológica e de psicologia animal. Em 1968, o regime de crédito foi implantado no Centro de Teologia e Ciências Humanas, do qual o Departamento de Psicologia faz parte. Em 1969, Carlos Paes de Barros assumiu a direção, nela permanecendo até 1972. Nesta gestão foram criados o setor de psicologia comunitária, que muito se destacou, o Centro de Modificação do Comportamento e o Centro de Treinamento Rogeriano, numa tentativa de incentivar o desenvolvimento de abordagens diferentes da psicanálise, predominante naquele momento. De julho de 1972 a novembro de 1976, Aroldo Rodrigues dirigiu, pela segunda vez, o departamento. Sua preocupação era conso-

lidar o trabalho do diretor anterior, bem como iniciar os estudos para criação de um doutorado conjunto com o Departamento de Educação, que posteriormente desvinculou-se do Departamento de Psicologia, permanecendo apenas como um doutorado em Educação. Em novembro de 1976, Ângela Biaggio assumiu a direção. Sua gestão durou apenas nove meses e foi marcada por muitos conflitos com professores, alunos e técnicos do IPA. Tais problemas levaram-na a solicitar sua exoneração do cargo. O então reitor padre João Augusto MacDowell convidou, para assumir a direção, Terezinha Féres-Carneiro, cuja gestão, de 1977 a 1981, foi marcada por mudanças na estrutura do departamento. O IPA passou a ser denominado Serviço de Psicologia Aplicada, e com base na compreensão de que a supervisão de estágio era uma atividade docente, os técnicos psicólogos foram incentivados a cursar o mestrado, passaram a ser contratados como docentes e a ministrar disciplinas em suas respectivas áreas de especialização. Os psiquiatras e assistentes sociais ficaram como consultores, sem as atribuições de supervisão. Posteriormente, apenas os psiquiatras se mantêm, na medida em que não houve possibilidade de o Departamento de Serviço Social absorver as assistentes sociais como docentes. A partir destas reformulações, as equipes de estágio do SPA passaram a ser constituídas por um professor-supervisor e cinco estagiários, formato mantido até os dias de hoje. Nas gestões que se seguiram, o departamento foi dirigido por Bernard Rangé (1981-1985), Maria Elizabeth Ribeiro (1985-1989), Teresa Creusa Negreiros (1989-1991), Maria Euchares Motta (1991-1998), Claudia Garcia (1998-2000) e Ana Maria Rudge (2000-2006), encontrando-se, novamente, desde 2006, sob a direção de Maria Elizabeth Ribeiro. Atualmente, o departamento oferece o curso de graduação em Formação de Psicólogo. O SPA, órgão responsável pela prática supervisionada, além do estágio em clínica em diferentes abordagens, oferece também estágios nos campos educacional, jurídico, organizacional, comunitário e da saúde. Os cursos de mestrado e de doutorado (implantado em 1985) são oferecidos com área de concentração em Psicologia Clínica, em quatro linhas de pesquisa: Psicanálise: Clínica e Cultura; Linguagem e Construção da Subjetividade; Família e Casal: Estudos Psicossociais e Psicoterapia; e Clínica e Neurociências. O departamento oferece ainda cinco cursos de especialização: Psicologia Clínica; Psicologia da Saúde; Psicologia Junguiana: Arte e Imaginário; Terapia de Família e Casal; e Psicologia Clínica com Crianças. A revista *Psicologia Clínica: Pós-Graduação e Pesquisa*, criada em 1986, passa a ser denominada *Psicologia Clínica*, em 2000, sendo publicada semestralmente e encontrando-se, hoje, indexada nas mais importantes bases de dados da área. Há quase seis décadas formando profissionais e pesquisadores, construindo o conhecimento na área e prestando serviços à comunidade, o pioneiro Departamento de Psicologia da PUC-Rio continua exercendo o papel de liderança que sempre lhe coube no cenário da psicologia no Brasil.

Referências

BENKO, A. "Liberdade e institucionalização". In: STUBBE, H.; LANGENBACH, M. (Orgs). **História da Psicologia no Brasil,** Departamento de Psicologia PUC-Rio, p. 12-28, 1988.

FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário das Faculdades Católicas 1941/1942**. Rio de Janeiro, 1942.

FÉRES-CARNEIRO, T. "Memórias do curso de pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio: comemorando seus 40 anos". **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 1, p. 217-225, 2007.

LANGENBACH, M. (Org.). "O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da PUC-Rio: uma prática em debate". **Série Estudos PUC-Rio**, n. 10, 1982.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro 1947/1948**. Rio de Janeiro, 1948.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro 1968**. Rio de Janeiro, 1968.

Terezinha Féres-Carneiro

■ Departamento de Psicologia da Universidade de Uberaba (UNIUBE) – 1988

Departamento de Psicologia da FIUBE – 1984-1988

Departamento de Psicologia do Centro de Ciências da Saúde da FIUBE – 1982-1984

Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE) – 1972-1982

Curso de Psicologia – 1972-1973

Instituição de ensino, pesquisa e prestação de serviços, mantida pela Sociedade Educacional Uberabense, de natureza particular e sem fins lucrativos. A história da UNIUBE remonta ao ano de 1940, quando Mário de Ascenção Palmério fundou, em Uberaba, o Lyceu do Triângulo Mineiro, denominado, mais tarde, Colégio do Triângulo Mineiro. Posteriormente, foi criada a Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro, que deu origem aos primeiros cursos ligados ao ensino superior. Em 1947, o MEC autorizou a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e, até o final da década seguinte, funcionavam também a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (1950) e a Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro (1956), que formaram as Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE). No ano de 1988, a instituição foi reconhecida como universidade pelo MEC. O curso de Psicologia mais antigo da região do Triângulo Mineiro nasceu em 1972, como ciclo básico junto ao Curso de Direito das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE). Na ocasião de sua criação, foi organizado um currículo com ciclo básico, o mesmo do curso do Direito já existente. Por essa razão, os alunos tinham aulas em conjunto com os do curso de Direito. Nesse ciclo básico, não havia conteúdos específicos de Psicologia. Com a criação do Instituto de Ciências Humanas, em 1973, e a autorização de funcionamento do curso pelo MEC (Decreto 71.356/72), estabeleceu-se o Departamento de Psicologia, que formou a primeira turma em janeiro de 1976, nas habilitações de formação de psicólogo e licenciatura. O reconhecimento do curso aconteceu por meio do Decreto 81.026/77. Nesse período, estiveram na direção do instituto: diretora Suely Terezinha de Abreu e vice-diretora Herilda Pinto Coelho (1974-1978); diretora Élsie Barbosa e vice-diretora Eliane Gonçalves Cordeiro (1978-1982). Em 1982, o Instituto de Ciências Humanas foi extinto e criou-se o Centro de Ciências da Saúde (CCS), que incorporou o Departamento de Psicologia, então coordenado por Angela Marina Kefalás Barbosa. Em 1984, quando da extinção do CCS, o departamento passou a funcionar com direção própria, não estando mais subordinado a um instituto ou centro, tendo como diretoras: Lídia Queiroz Silva Magnino (1984-1987); Zoé Margarida Chaves Vale (1987-1988); Neide Cunha Andrade (1988-1991); Cibele Chapadeiro Castro Sales (1991-1996); Leila Maria Venceslau Rodrigues da Cunha (1996-1997); Lídia Queiroz Silva Magnino (1987-2005) e Eliane Gonçalves Cordeiro (desde 2005). A Clínica de Psicologia Aplicada (CPA) foi implantada em 1976, num espaço adaptado, conquistando sua sede própria em 1980, no *Campus* Centro, avenida Guilherme Ferreira, 217. Em 1999, com proposta de focar as ações na prevenção e no trabalho em rede, passou a ser denominada de Clínica Integrada de Docência-Assistência (CLIDA). Atualmente, compõe um complexo de atenção de especialidades, que desenvolve ações interdisciplinares com os demais cursos da área da saúde. Teve como diretora-geral, de 1976 até a extinção da função em 1986, Antonia Teresinha da Silva. A direção clínica foi ocupada, respectivamente, por Francisco Mauro Guerra Terra (1976-1978), Eliane Gonçalves Cordeiro (1979-1982), Angela Marina Kefalás Barbosa (1982-1983), Ilcéia Sônia Maria de Andrade Borba (1983-1986), Lídia Queirós Silva Magnino (1986-1989), Maria Abadia Pereira Ramos (1989-1991), Martha Franco Diniz Hueb (1991-1996), Maria Abadia Pereira Ramos (1997-2000), Marisa Terra Cunha do Amaral (2000- 2002), Luciana Nogueira Fioroni (2002-2005) e Bárbara Calife (desde 2005). No primeiro momento da história do curso, os estágios centraram-se na área clínica, escolar e organi-

zacional. Em 1979, foram expandidos para a comunidade, ampliando-se os convênios com instituições, principalmente na área da assistência social. Do primeiro currículo do curso, datado de 1973, até os atuais currículos que atendem às diretrizes curriculares do MEC, busca-se a consolidação de uma formação que acompanhe as transformações da sociedade, por meio de uma construção coletiva de propostas que teve seu marco com a realização de um seminário, em 1996, que apresentou como resultado a Abordagem Estratégica da Universidade de Uberaba e do Curso de Psicologia. A partir de então, o modelo de formação busca o compromisso com as questões individuais e coletivas, além da ampliação dos espaços de atuação profissional do psicólogo, para responder às orientações dos fóruns de classe e do MEC, bem como às necessidades sociais. Para tanto, um novo projeto pedagógico foi elaborado, dando corpo a uma nova estrutura de curso, ainda com o oferecimento de licenciatura e formação de psicólogo, dividido em dois momentos: o intermediário e o final, de acordo com os pressupostos da pedagogia do perfil, que avalia as competências do aluno (conhecimentos, habilidades e atitudes) no decorrer do processo da formação. Em 1999, o curso voltou a fazer parte da área da saúde na universidade, desenvolvendo atividades práticas interdisciplinares nos serviços de saúde sob gestão da UNIUBE: Unidade Básica de Saúde (UBS), Clínicas de Especialidades (CLIDA) e Hospital Universitário (HU). Em 2004, atendendo às diretrizes curriculares do MEC, o curso reformulou seu projeto pedagógico para contemplar os eixos temáticos e unidades temáticas, ampliando a margem de autonomia na composição curricular. Em 2006, o curso passou a ser oferecido com quatro mil horas, fortaleceu os fundamentos filosóficos, a visão sócio-histórica da profissão, a produção do conhecimento científico, incorporou a análise institucional, a terapia comunitária, ampliou os conteúdos de saúde coletiva e políticas públicas e diversificou as abordagens clínicas. A clínica de psicologia definiu seu papel na rede de atenção à saúde, tendo como norte os princípios e diretrizes do SUS, cuidando da dimensão pedagógica na formação dos futuros psicólogos. A UNIUBE oferece também um curso de especialização em Psicoterapia Psicanalítica, em parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e um curso de extensão em Terapia Comunitária, para psicólogos da Secretaria Municipal da Saúde de Uberaba. Com relação ao espaço físico, as aulas teóricas e a prática laboratorial concentram-se no *campus* Aeroporto, avenida Nenê Sabino, 1801. De 1983 a 1985, foram realizados quatro Congressos Internos da CLIDA. O departamento participou também das Semanas de Seminários Institucionais (1997-2005), e a de 2004 ocorreu durante a X Reunião Anual da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro (SPTM). A partir de 2005, o curso participou da Semana da Luta Antimanicomial e realizou, em agosto, a Semana do Psicólogo, com objetivo de enriquecimento curricular dos alunos e de comemorar o dia do psicólogo. Desde 2005, acontece mensalmente o CINETEMA – Psicologia e Cinema, em parceria com o Grupo de Estudos Psicanalíticos (GREP), cujo objetivo é proporcionar debates sobre temas pertinentes à profissão do psicólogo e construir habilidade de leitura de outros tipos de registro, como os filmes.

Referência

UNIVERSIDADE DE UBERABA. **Evolução de projeto pedagógico: estudo de caso: Psicologia: a busca de maior qualidade**. Uberaba, [s.n.], 2005.

Eliane Gonçalves Cordeiro
Walter Mariano de Faria Silva Neto

■ Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – 1971-

A Resolução 09/71 de 24 de agosto de 1971, assinada pelo professor João Oscar Nedel, então reitor da Universidade do Vale do Rio

dos Sinos, acolhe o parecer do conselho universitário de 07/05/1971, de criar o curso de Psicologia para entrar em funcionamento em 1972. Em 11 de dezembro de 1976, ocorreu o reconhecimento do curso pelo Conselho Federal de Educação. O curso de Psicologia foi o segundo criado no Rio Grande do Sul, representando, desde sua fundação, uma importante alternativa de formação e tornando-se, ao longo de suas três décadas de existência, referência para diversos outros cursos de Psicologia no estado e no país. A figura principal, no início, foi Aloysio Köehler, psicanalista carusiano e ex-jesuíta, que se tornou o primeiro chefe do Departamento de Psicologia. Em torno dele reuniram-se outros nomes que comporiam o primeiro quadro docente, tais como: Tânia M. Sperb, Antônio Veiga, Jurema Alcides Cunha, Blanda Bohrer, Maria Helena Machado, Cláudio Hutz, Tânia Galli, Clarice Averbuck, Heloisa Tonetto, Rejane Tomatis, Ercy B. Montano, Ida Gus, Cláudio Osório, Marco Aurélio Benvenutti e Luiz Antonio Martins. O curso pertenceu, desde seu início, ao Centro Biomédico, pois entendiam que este apontava para uma linha metodológica mais científica e precisa, retirando a psicologia de sua proximidade com a filosofia. A ênfase nos laboratórios refletia a preocupação tecnicista que vinha suprir a demanda por uma psicologia científica. No período de 1972 a 1976, o Departamento de psicologia tratou de estruturar seu currículo e buscou reconhecimento oficial. A perspectiva que marcou a estruturação curricular estava articulada à visão hegemônica acerca do ser psicólogo – visão esta na época influenciada pelas áreas de aplicação; clínica, escola e empresa. Dois anos após a abertura do curso, ocorreu a primeira reorganização da sequência das disciplinas, que evidenciou a separação entre teoria e prática, passando as disciplinas ditas teóricas para o início do curso, e as práticas para a parte final. Os anos de 1977 a 1984 caracterizaram-se como uma fase de consolidação nos esforços de profissionalização dos futuros psicólogos – seguindo ainda a linha tecnicista da fase inicial do curso – agora associada a critérios de excelência e competência mais apurados e rigorosamente associados à ética profissional. Em 1977, realizou-se uma revisão curricular buscando maior cuidado nos pré-requisitos e na integração das disciplinas. Em 1980, procedeu-se a novo estudo do currículo, sendo as disciplinas agrupadas em: introdutórias; instrumentais e integradoras. Nesse período, surgiu uma preocupação em não reforçar a separação entre as áreas clínica, escolar e empresarial. Observou-se uma tendência a construir e analisar blocos de disciplinas que contribuíssem para um conjunto de conhecimentos utilizáveis, na prática, de forma mais unitária. Em 1992, professores do curso participaram do encontro das agências formadoras, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, culminando com a Carta de Serra Negra, documento que representa importante marco histórico de reflexão sobre o processo de formação profissional do psicólogo no Brasil. Este evento, associado a outros movimentos internos dos professores e alunos, de intensificação das discussões sobre a formação do psicólogo, teve como resultado a formação, em 1995, de uma comissão de revisão curricular permanente, composta por professores eleitos pelo colegiado do curso e com cinco representantes do corpo discente. A proposta atual expressa a compreensão de que a formação profissional em graduação é ampla, teoricamente plural e não tecnicista. Logo, é uma proposta política de ação que engloba aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos etc.; portanto, não é passível de ser reduzida a uma listagem de grade curricular. Com o objetivo de dar consistência a esse diferencial, o curso estrutura-se em eixos articuladores: saúde, processos de ensino-aprendizagem e relações de trabalho. É desses eixos que emergem as ênfases – clínica contemporânea, trabalho, psicologia –, oferecendo aos alunos concentração de estudos sem perder a dimensão generalista da formação. Dando continuidade à sua política de fornecer meios de capacitação à região, o Departamento de Psicologia criou, em 2006, o programa de pós-graduação em Psicologia Clínica.

Referências

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Estudo da história do currículo no curso de Psicologia da UNISINOS**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

MORAES, F. A. et. al. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

Ana Maria Gageiro

■ Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – 1977-

Instituição de formação profissional, de natureza pública mantida pelo estado, foi criado em 1977 com o objetivo de atender às necessidades de formação de professores de ensino profissionalizante de segundo e terceiro graus, assim como formar psicólogos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e socialmente comprometidos, solidariamente integrados à sociedade, com responsabilidade social, comprometimento ético e competências profissionais básicas. Situa-se na rua Juvêncio Arruda, s/n, Centro Universitário de Bodocongó – PB. São oferecidos pelo Departamento de Psicologia os cursos de licenciatura e formação em Psicologia com ênfases nas áreas: clínica, escolar, organizacional e social. O espaço destinado às atividades do curso de Psicologia compreende dez salas de aulas, uma sala de coordenação de curso, outra para a chefia de curso, duas secretarias, duas salas de vídeo, seis sanitários femininos e masculinos, quatro sanitários para portadores de necessidades especiais, sala para dinâmica de grupo, laboratório animal, dez ambientes de professores, auditório, dez consultórios de psicologia, sala de coordenação da clínica de psicologia, almoxarifado e arquivo. A clínica de psicologia funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino, oferecendo atendimento psicológico individual gratuito à comunidade. São oferecidos serviços com base nas abordagens centradas na pessoa, psicanálise e logoterapia, além de orientação vocacional. Os estudantes recebem supervisão com estudos de casos. Na Coordenação de Psicologia destacam-se os professores Walderez Souto Maia (1982-1986), Ana Cristina Loureiro (1986-1988), José Andrade Costa Filho (1997-1999), Maria do Carmo Eulálio – vice (1986-1988), Ângela Maria Nicoletti – vice, Ana Cristina Loureiro (1996-2000), José Andrade Costa Filho (2000-2002), Laércia Maria Bertulino de Medeiros (2005-2009), e José Andrade Costa Filho – vice (2007-2009); no Departamento de Psicologia, João de Assis e Vitalba Cavalcante (1982-1986), Joana D'Arc Pereira de Souza (1997-1999), Wilmar Roberto Gaião (2005-2007 e 2007-2009) e Jorge Dellane da Silva Brito (2007-2009); na Clínica de Psicologia, Joana D'Arc Pereira de Souza (1999-2000 e 2002- 2003), José Pereira (2003-2005), Gutemberg Germano (2007-2009), profissionais estes que contribuíram e têm contribuído para a formação de profissionais da ciência psicológica. São realizações do Departamento de Psicologia: seminários de pesquisa; cursos de extensão; projetos de extensão; exposições e debates. A carga horária destinada à licenciatura em psicologia é de 3.640 horas e a de formação em psicologia é de 4.546 horas, com estágios nas áreas da psicologia clínica, escolar, organizacional e social. A instituição conta com as seguintes publicações: revista *Roteiro*, publicação científica anual da pós-graduação da UEPB (1968-1993), hoje inativa, com caráter multiprofissional; *PSI – Revista de Psicanálise, Psicossomática e Psicoliteratura*, semestral, publicada pela UEPB (1998-2002), hoje também inativa. Esta instituição possui notável relevância pelo nível de graduação oferecido aos alunos da formação em Psicologia, assim como pelo atendimento psicológico especializado prestado à população, sobretudo de condição financeira desfavorável. Foi uma das instituições responsáveis pela realização do III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia – CONPSI, que ocorreu em João Pessoa, em 2003.

Referências

COSTA FILHO, J. A. **Depoimento concedido a Maria do Socorro Brito Mendes**. João Pessoa, 25, 26 set. 2008.

PSI: REVISTA DE PSICANÁLISE, PSICOSSOMÁTICA E PSICOLITERATURA. Universidade Estadual da Paraíba. Semestral. Campina Grande: Edições Caravela, 1998-2002.

ROTEIRO. UEPB. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 1968-1993. Anual.

SANITAS. UEPB. Universidade Estadual da Paraíba/ CCBS: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Psicologia. Campina Grande, 1995-2002. Semestral.

SOUZA, J. D'A. P. de. **Depoimento concedido a Maria do Socorro Brito Mendes**. João Pessoa, 25, 26 set. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/>. Acesso em: 17 out. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto Pedagógico da UEPB**. João Pessoa, 2008. Mimeo.

Maria do Socorro Brito

■ Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (DPI-UEM) – 1982 -

Curso de Psicologia do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá (DED-UEM) – 1979-1982

Em março de 1977, o Departamento de Educação (DED) da UEM reuniu um grupo de quatro professores para darem início aos estudos para a implantação de um curso de Psicologia na mesma universidade. Em 28 de abril de 1977, o DED aprovou por unanimidade a solicitação de abertura do curso. Estudos mais aprofundados sobre a viabilidade de implantação alongaram-se de junho de 1977 até fevereiro de 1979. Em 9 de março do mesmo ano, baseado nas aprovações já emitidas pelos Conselhos de Administração e de Ensino e Pesquisa, o Conselho Universitário decretou a criação e a implantação do curso de Psicologia na UEM. As primeiras vagas foram abertas já no vestibular do segundo semestre daquele ano e as aulas tiveram seu início em julho. Inicialmente o curso funcionava vinculado administrativamente ao Departamento de Educação. Em 28 de abril de 1982, o Conselho Universitário determinou a criação do Departamento de Psicologia, que passou a concentrar a maioria dos professores e a centralizar as atividades administrativas do curso. Entre os professores que participaram do curso desde seu início, vários tinham sido, ou foram posteriormente, alunos do programa de pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Outros tinham vínculos intelectuais com as propostas da psicologia social crítica, que tinha, naquele programa, um de seus principais polos de desenvolvimento e de divulgação. Esta ligação desempenhou um papel decisivo no direcionamento científico e político do curso de Psicologia da UEM. Tomando como ponto de partida as concepções sobre a historicidade dos fenômenos psicossociais, os profissionais envolvidos procuraram implantar um currículo que não reproduzisse o modelo médico-clínico (predominante na formação de psicólogos naquele período) e que levasse em conta, também, a realidade socioeconômica da região e do país. Por este motivo, por opção dos professores, o departamento permaneceu vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e não foi alocado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, como ocorria em outras instituições. Além disso, contrariando a forma de gestão centralizadora adotada pela universidade até então, o departamento passou a permitir e a incentivar a participação dos alunos nas reuniões deliberativas e promoveu a realização de assembleias, envolvendo professores, alunos e funcionários, para discussão de suas decisões mais centrais. Num desses eventos, foi aprovado o direcionamento do curso para uma psicologia voltada para a maioria da população. Em 1982, os alunos do curso fundaram o primeiro Centro Acadêmico livre, a ser reconhecido como órgão de representação dos

acadêmicos pela UEM. Alguns dos primeiros projetos de pesquisa aprovados e executados envolviam moradores da periferia da cidade ou eram voltados para as condições dos trabalhadores e pretendiam apoiar as reivindicações destes por melhores condições de vida. Ocorreu uma tentativa, não efetivada, de unificação de todos os projetos de pesquisa e de extensão do departamento. No mesmo período, o departamento adotou a proposta de realização de supervisões colegiadas dos estágios de conclusão do curso. Esta proposta previa a elaboração de projetos que integrassem as atividades das áreas tradicionais de atuação dos psicólogos: a clínica, a escolar e a do trabalho. Em 1983 o departamento sediou o III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Ao final do encontro, passou a exercer, por dois anos, a presidência nacional daquela entidade, antes localizada na PUC de São Paulo. Como resultado deste encontro, a comissão organizadora elaborou e publicou o primeiro número do *Boletim da ABRAPSO* que viria a transformar-se, em 1986, na *Revista Psicologia & Sociedade*. As propostas e as práticas continuaram a ser discutidas e sofreram reformulações. As supervisões colegiadas passaram a ser uma das possibilidades de organização dos estágios, deixando de ser a única. A realização de assembleias deixou de ser uma prática corrente. Nos documentos relativos à comemoração dos dez anos da implantação do curso, a referência ao direcionamento central do curso já apontava para as tentativas de construção de uma psicologia humanizadora e que atingisse todas as camadas sociais. Se as preocupações de cunho político-participativo decresceram, as atividades mais especificamente científicas e acadêmicas vêm crescendo em número e em diversificação. Acompanhando a política da universidade, o departamento vem sustentando um programa permanente de capacitação dos docentes e contava, em 2008, com 49 professores efetivos, dos quais 24 eram doutores (quatro com pós-doutorado), 24 mestres e um especialista. Entre os que possuíam o título de mestre, quatro estavam afastados, cursando doutorado. Até dezembro de 2008, o DPI-UEM já havia ofertado 18 turmas de cursos de especialização em áreas como Psicanálise, Saúde Mental, Psicoterapia Comportamental-Cognitiva e Análise do Comportamento, Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural. Havia organizado e sediado, além de 11 encontros científicos locais, um nacional e três congressos internacionais de Psicologia. Os projetos de pesquisa e de extensão, além de mais numerosos e diversificados, passaram a envolver a maioria dos professores e quantidades crescentes de alunos, bolsistas ou não. Em 1996 o departamento passou a publicar a *Revista Psicologia em Estudo*, que vem se mantendo ativa desde então e que recebeu, em 2007, a classificação A Internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Desde 2007 o DPI passou a oferecer também programa de pós-graduação em Psicologia (PPI-UEM), recomendado pela CAPES, o curso de mestrado. Como fruto das preocupações, propostas e esforços de boa parte dos pioneiros do DPI, a área de concentração do programa, Constituição do Sujeito e Historicidade, parte da concepção de que o sujeito humano, simultaneamente único e plural, é constituído no encontro com o outro e com tudo aquilo que foi coletivamente instituído por eles, ao longo de suas trajetórias.

Referências

BONFIM, E. de M. "Da ideia de criação à realidade: 10 anos de ABRAPSO". **Associação Brasileira de Psicologia Social**. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=120&Itemid=31>. Acesso em: 2 fev. 2008.

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. "Histórico do Departamento de Psicologia". **Departamento de Psicologia**. Disponível em: <http://www.dpi.uem.br/ historico.htm>. Acesso em: 28 nov. 2008.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. "Apresentação". **Programa de Pós-Graduação em Psicologia.** Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/apresentacao.php>. Acesso em: 28 nov. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Reitoria. **Portaria 723/82 – GRE.** Maringá, 29 abr. 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Reitoria. **Processo 436/77 – Criação do Curso de Psicologia na UEM.** Vols I (fls. 1 a 532) e II (fls. 533 a 595). Maringá, 1977.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Conselho Universitário. **Resolução 014/82 – COU.** Cria o Departamento de Psicologia. Maringá, 28 abr. 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Departamento de Psicologia. **Ata da primeira reunião ordinária do Departamento de Psicologia.** Maringá, 3 maio 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Departamento de Psicologia. **Processo 1.683/89**. **Projeto da Semana de Integração "10 anos de Psicologia em Maringá".** Maringá, 4 out. 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Reitoria. **Portaria 722/82 – GRE.** Maringá, 29 abr. 1982.

Eduardo A. Tomanik

Saulo Luders Fernandes

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 1974-

A UFPB é situada na Cidade Universitária, s/n, *Campus* I, João Pessoa – PB, cujo estatuto foi aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (parecer de 21 de novembro de 2002) e pelo ministro da Educação (Portaria 3.198, de 21/11/2002, publicada no DOU e retificada no DOU de 2002). O curso de graduação em Psicologia da UFPB foi fundado em 1974 e seus primeiros professores pertenciam ao Departamento de Psicologia da antiga Faculdade de Filosofia da Paraíba. A ênfase inicial da formação em Psicologia era a do modelo clínico. O falso antagonismo entre clínica e pesquisa parecia espelhar as divergências entre concepções de psicologia presentes no início do curso. Existia uma discussão em torno de dois pontos de vista: de um lado o pressuposto marxista de que toda ciência é ideologia, o que exigia um compromisso político-idelógico da psicologia; de outro lado a concepção que privilegiava a psicanálise como ciência humana e o seu método terapêutico. Foi no embate destas concepções da psicologia e das suas possíveis combinações que se originaram os vários atores do curso de Psicologia da UFPB. O modelo da carreira acadêmica é fortalecido com a implantação em 1975 de um curso de especialização em Metodologia Científica, e pela criação de um curso de mestrado em Psicologia em 1976, com duas áreas de concentração: Psicologia Teórico-Experimental e Psicologia Comunitária. O curso de especialização, durante o curto período em que funcionou (um ano), caracterizou-se como uma preparação para o mestrado e, este, como uma espécie de impulsionador para novas contratações exigidas pelo curso de graduação e para qualificação dos professores já contratados. A preocupação com a qualidade de ensino na graduação, refletida na capacitação dos professores do curso, encontrou eco nos programas institucionais de capacitação docente. Fundado em 1976, com duas áreas de concentração, o mestrado em Psicologia da UFPB passou por uma reforma em 1984, a partir da qual foram criadas três áreas de concentração: Psicologia Social, Psicologia de Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem e Saúde Mental (esta assumiu posteriormente a denominação Psicanálise, não se sabe se foi apenas o nome que mudou ou se seu conteúdo também foi alterado). Em 1992, em função de recomendações de comitê da avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o colegiado do curso promoveu várias reformulações no elenco das linhas de pesquisa e na estrutura curricular. Desde então, o mestrado em Psicologia Social passou a contar com duas linhas de pesquisa: Homem e sociedade e Cognição e Interação Social. O mestrado se propõe a conhecer as maneiras pelas quais o homem produz o meio social e é produzido por ele, tendo como referência a realidade sociopolítica e econômica da região Nordeste. A partir de 2003 criou-se, juntamen-

te com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Programa Institucional de Pós-Graduação em Psicologia Social. Graças a uma capacitação docente que possibilitou o aumento do número de doutores no departamento, há perspectivas de inserção de novas áreas de concentração no mestrado e abertura de cursos de especialização (2008). O Departamento de Psicologia da UFPB integra uma instituição pública de ensino superior e de natureza pública federal. Mantida pelo governo federal, tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Para tanto, se propõe, na sua área de competência, a empreender ações visando especificamente aos seguintes resultados: formar profissionais nos níveis de ensino médio, superior e de pós-graduação; realizar atividades de pesquisa e de extensão; e pautar as suas atividades acadêmicas pela busca do progresso das ciências, letras e artes. Na área de psicologia os eventos são promovidos em período semestral e anual, envolvendo atividades como encontros de iniciação científica, de extensão, simpósios, congressos, ciclo de palestras, ciclo de jornadas, seminários de extensão e pesquisa, mesas-redondas e comemoração do dia do psicólogo. Em 1989 organizou a Semana Nordestina de Psicologia – SENEP, promovida pelos Departamentos de Psicologia da região Nordeste e, em 2003, foi uma das instituições responsáveis pela realização do III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia – CONPSI. Em 2008 o Curso de Psicologia da UFPB era oferecido no *Campus* I pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), estruturado de forma a existir um Departamento de Psicologia, uma Coordenação de Psicologia e uma Clínica de Psicologia, que por sua vez oferece estágio nas áreas clínica, organizacional e escolar. Na Clínica de Psicologia são realizadas atividades de psicoterapia individual nas seguintes abordagens: centrada na pessoa, cognitivo-comportamental, gestaltterapia e psicanálise. Além disso, são realizados plantões psicológicos, com o objetivo de proporcionar uma escuta da necessidade emergencial do atendido, sendo em seguida realizado seu encaminhamento para outro profissional. A estrutura física da UFPB dispõe de instalações acadêmicas, administrativas e de lazer, compreendendo uma área de 3.655.500 m². Para a licenciatura e formação em Psicologia, são dispostas dez salas de aulas, uma coordenação de curso, um departamento de curso; ambientes de professores, dois auditórios, uma secretaria e uma sala de coordenação da Clínica de Psicologia, oito salas de atendimento psicológico, uma sala de atendimento grupal, uma sala de supervisão, uma biblioteca.

Referências

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação e Cultura. **Conselho Estadual de Cultura**. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/cec/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=18>. Acesso em: 26 set. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Estatuto da UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Estatuto.htm>. Acesso em: 23 set. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2008**. João Pessoa: UFPB, jul 2006.

Rejane Sousa da Silva

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – 1977-

Parte integrante do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Departamento de Psicologia da UFJF está situado no *campus* universitário desta mesma instituição e conta atualmente com 16 docentes efetivos, todos eles em regime de dedicação exclusiva, e três funcionários administrativos. No plano formal, a criação do Departamento de Psicologia deve ser entendida como um desmembramento do Departamento de Filosofia, que decorreu de um contexto mais amplo de reforma geral na

estrutura departamental da UFJF, aprovada pelo Parecer 2.693/76 do Conselho Federal de Educação. Oficialmente, suas atividades tiveram início no dia 1º de março de 1977, sob a chefia da professora Miriam Regina Souza Moreira. O departamento era inicialmente composto por apenas quatro professores: Alonso Augusto Moreira Filho, Carlos Alberto Tarchi Crivellari e Mauro Dâmaso de Oliveira, além da professora anteriormente referida. No processo de criação do departamento, uma figura que merece destaque é o padre Jaime Snoeck (Cornelis Jacobus Snoeck), então professor do Departamento de Filosofia. Foi ele quem primeiro idealizou a existência de um curso de Psicologia na UFJF e, posteriormente, lutou pela criação de um departamento autônomo de Psicologia, ainda que tenha permanecido em seu departamento de origem. Nos seus primeiros anos de existência, o Departamento de Psicologia tinha como objetivo principal oferecer disciplinas de cunho psicológico para vários cursos da UFJF que as demandavam, como, por exemplo, o de Filosofia, o de Serviço Social e o de Enfermagem. Vale ressaltar que essas disciplinas já existiam desde 1972, aprovadas pela Resolução 108/72 da Câmara de Ensino da UFJF, e eram oferecidas pelo Departamento de Filosofia que, sob a liderança do padre Jaime, propunha iniciativas que favorecessem a criação de um curso de Psicologia. Sem dúvida alguma, o evento mais significativo na história do Departamento de Psicologia foi a criação do curso de Psicologia. Após duas tentativas do Departamento de Filosofia, uma em 1972 e outra em 1975, ambas sem êxito, foi somente em 1988 que surgiu uma nova iniciativa de implantação de um curso de Psicologia na UFJF. Com uma comissão composta pelos chefes dos departamentos de Psicologia (professora Leila Guimarães de Castilho) e de Ciências Sociais (professora Helena Mendes Meireles) – contando com o empenho da direção do então Instituto de Ciências Humanas e de Letras (ICHL), professora Maria Vitória Arantes – deu-se início, em 11 de abril deste mesmo ano, ao processo de criação do curso de Psicologia, Processo 23071.013549/89-86. Esse processo teve seu desfecho no dia 7 de outubro de 1991, quando o Conselho Universitário da UFJF, pela Resolução 15/91, finalmente aprovou, por unanimidade, a criação do curso de Psicologia. O objetivo central do curso era oferecer à comunidade uma formação de caráter generalista em Psicologia, que poderia ser realizada em duas formas básicas: o Bacharelado em Psicologia, voltado para o magistério ou a carreira acadêmica, e a Formação do Psicólogo, que visava, sobretudo, à habilitação profissional para o mercado de trabalho específico do psicólogo. Em março de 1992, quando o curso entrou efetivamente em funcionamento, o Departamento de Psicologia contava com apenas sete professores efetivos que, pela contribuição para o desenvolvimento do departamento, merecem ser aqui lembrados: Alonso Augusto Moreira Filho, Carlos Alberto Tarchi Crivellari, Leila Guimarães de Castilho, Marcos Emanoel Pereira, Maria do Carmo Motta Salles, Neide Cordeiro de Magalhães e Sônia Maria Guedes Gondim. Outro evento marcante na história do Departamento de Psicologia foi a criação do Centro de Psicologia Aplicada (CPA) – oficializada em 24 de junho de 1997, pela Resolução 53/97 do Conselho Universitário da UFJF –, sob a coordenação da professora Maria do Carmo Motta Salles. No entanto, o centro já funcionava extraoficialmente desde abril de 1996, época em que o Departamento de Psicologia ainda estava lutando para assegurar e oficializar seu espaço de funcionamento. O CPA se situa fora do *campus* universitário, em uma residência pertencente ao patrimônio da UFJF, localizada na rua Santos Dumont, 214, bairro Grambery. Sua criação teve como objetivo atender inicialmente a uma dupla demanda. De um lado, havia necessidades internas do curso de Psicologia, ligadas, sobretudo, às áreas de estágio supervisionado e treinamento profissional. De outro, havia também uma preocupação em oferecer à comunidade alguns serviços psicológicos. Posteriormente, porém, essas atividades foram em grande parte vinculadas a projetos de pesquisa específicos, tornando o CPA um espaço integrado de ensino-pesquisa-extensão. Atualmente, as atividades oferecidas pelo CPA podem ser classificadas nas

áreas de psicologia clínica individual e de grupo, psicologia educacional/escolar, psicologia organizacional e do trabalho, incluindo também a orientação vocacional. Também vinculados ao departamento encontram-se quatro núcleos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Psicossomática (NUIPSO), Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Relações Interpessoais, Polo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva (POPSS). O departamento vem também realizando, desde o ano de 2001, um importante trabalho em parceria com o Hospital Universitária (HU) da UFJF na área de psicologia hospitalar. Desse trabalho de cooperação mútua resultou o programa de Residência em Psicologia Hospitalar e da Saúde, que entrou em funcionamento no primeiro semestre de 2004. A residência oferece duas vagas anuais e tem uma duração de dois anos. O departamento oferece atualmente dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização em Psicologia e Desenvolvimento Humano, em funcionamento desde 2002, e especialização em Psicanálise: Subjetividade e Cultura, cujas atividades se iniciaram em 2006. Implantou, em 2008, uma pós-graduação *stricto sensu* – o mestrado em Psicologia –, com duas linhas de pesquisa: 1) Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos; 2) Processos Psicossociais em Saúde. Estão previstos o estabelecimento de uma terceira linha de pesquisa (Fundamentos Históricos, Filosóficos e Metodológicos da Psicologia), bem como a consolidação e a ampliação geral do programa de pós-graduação.

Referências

CASTILHO, L. G. **Entrevista concedida a Saulo de Freitas Araujo**. Juiz de Fora, 17 jan. 2007.

CRIVELLARI, C. A. T. **Entrevista concedida a Saulo de Freitas Araujo**. Juiz de Fora, 16 jan. 2007.

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFJF. **Livro de Atas.** Livro I. Juiz de Fora, 1977-1989.

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFJF. **Livro de Atas**. Livro II. Juiz de Fora, 1989-1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Arquivos da Secretaria do Instituto de Ciências Humanas**. Juiz de Fora, 1969-1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Processo de Criação do Curso de Psicologia.** Processo 23071.013549/89-86. Juiz de Fora, 1988.

Saulo de Freitas Araujo

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – 1993

Curso de Psicologia do Centro Universitário de Corumbá (CEUC) – 1981-1993

Curso de Psicologia do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC) – 1967-1981

O Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC) foi criado em 1967, em Corumbá. Na ocasião foi autorizado, pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, o curso de Psicologia, com habilitação em licenciatura plena, junto com outras licenciaturas, com a finalidade de formar profissionais capacitados para o exercício do magistério. Em 1972 ocorreu a formatura da primeira turma do curso de Psicologia – licenciatura plena, reconhecido pelo Decreto Estadual 72.832, de 25/09/1973. Devido às reivindicações da comunidade e em decorrência das restrições do campo do magistério para a licenciatura em Psicologia, foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, através da Resolução CEE/MT 9, de 13/08/1975, o funcionamento de uma nova habilitação: a formação de psicólogo. Surgiu, assim, a necessidade da implantação da clínica-escola, a fim de apoiar a formação do futuro psicólogo, oferecendo a este experiência com relação ao trabalho profissional. A Clínica de Psicologia foi inaugurada em 16 de março de 1981, por meio da Instrução de Serviço 20/1981, da direção do então Centro Universitário de Corumbá (CEUC), para a realização de atividades práticas de disciplinas e estágios supervisio-

nados nas áreas: clínica, escolar e industrial, ainda que as instalações fossem precárias. Após incessantes lutas dos corpos docente e discente, o curso de Psicologia – formação de psicólogo foi reconhecido pela Portaria MEC 18, de 09/01/1982, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 12/01/1982. O curso de Psicologia, com o reconhecimento da habilitação de formação de psicólogo, tomou um impulso maior, cresceu, desenvolveu e fortaleceu-se e, como consequência, a clientela acadêmica tornou-se mais estável. A demanda da comunidade veio ampliar os serviços psicológicos, sendo então necessário aumentar o espaço físico da clínica-escola e, em 1985, foi inaugurado o Núcleo de Psicologia, como órgão suplementar da UFMS, ligado à então Pró-Reitoria de Extensão e Serviços Comunitários (PRESC). Em 1988 foi inaugurado um bloco especificamente construído para este núcleo, por intermédio do projeto FAS (Fundo de Assistência Social). A partir de então se realiza bienalmente o Congresso de Psicologia. Além da clínica-escola, o curso de Psicologia conta com as instalações do Laboratório de Psicologia, local onde são desenvolvidas as aulas práticas das disciplinas básicas do currículo. Em 1993, passou a funcionar no CEUC o Departamento de Psicologia (DPS), oferecendo disciplinas para o curso de Psicologia e para as licenciaturas. O curso de Psicologia / CEUC ofertou, até 1995, as duas habilitações: licenciatura plena e formação de psicólogo. Nos últimos cinco anos da década de 1990, com a reformulação do 2º grau pelo sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul e com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 – LDB, houve uma retração do mercado de trabalho para a habilitação em licenciatura plena. Após estudos junto à comunidade universitária, decidiu-se suspender temporariamente as vagas do concurso vestibular para a habilitação de licenciatura plena. Desde 1991, o número de vagas anuais passou de 20 para 35, sendo regularmente preenchidas. Vale destacar que, até o ano de 2000, o curso de Psicologia/CEUC era o único de caráter público neste estado e, por isso, a sua clientela acadêmica era bastante diversificada, pois mais da metade do seu alunado (54,1%) era proveniente das mais diversas localidades do Brasil e até de outros países. O corpo docente do curso de Psicologia – Formação de Psicólogo/CPAN tem desenvolvido atividades de pesquisa e extensão com seus acadêmicos, incentivando-os a ter uma postura científica, atendendo à demanda dos diversos setores da comunidade, facilitando a inserção do futuro profissional em diferentes áreas de atuação e cumprindo, dessa forma, com os seus objetivos e a missão da universidade (ensino, pesquisa e extensão), bem como a sua integração com a comunidade. Atualmente, o *Campus* do Pantanal (CPAN) sedia o curso de Psicologia – Formação de Psicólogo, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na cidade de Corumbá – MS.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Curso de Psicologia de Corumbá. **Livros de Atas e Documentos dos Arquivos**. Corumbá, 1967-2008.

INSTITUTO PEDAGÓGICO DE CORUMBÁ. **Livros de Atas e Documentos dos Arquivos**. Corumbá, 1967-2008.

Wilson Ferreira de Melo

Alexandra Ayach Anache

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – 1971-

Departamento de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – 1968-1971

Divisão de Psicologia do Instituto de Ciências do Homem – 1963-1968

O Departamento de Psicologia da UFPE, instituição pública, de formação, sediado na avenida Acadêmico Hélio Ramos, s/n, 9º andar, Cidade Universitária, Recife – PE, tem

suas origens na Divisão de Psicologia do Instituto de Ciências do Homem, criada em 1963. Como decorrência da reforma universitária ocorrida em 1968, o Instituto de Ciências do Homem foi denominado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e, apesar das propostas de extinção, a Divisão de Psicologia permaneceu como Departamento de Psicologia do Instituto desde 1971. O curso de Psicologia teve seu projeto de implantação relatado pelo professor Paulo da Silveira Rosas, em colaboração com os docentes do Departamento de Psicologia da época, Maria Auxiliadora Costa Pinto Cabral de Moura e Sandro Meira. Encaminhado ao então reitor da UFPE, professor Murilo Barros Guimarães, em 14 de maio de 1970 recebeu autorização para funcionar através do Parecer 74/70, de 03/11/1970, do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na ocasião, o estatuto da UFPE previa que a forma de ingresso dos alunos para o curso de sua preferência ocorreria através de uma das quatro áreas do ciclo geral. Contrariando a expectativa de que os alunos que quisessem ingressar no curso de Psicologia o fizessem através de vestibular para o ciclo geral da área I (filosofia e ciências humanas), tal ingresso ocorria através do ciclo geral da área III (ciências biológicas). Sua primeira turma começou a funcionar em 1971. O curso de Psicologia foi reconhecido em 1977 pelo Conselho Federal de Educação (CNE), Decreto 79.942, de 13/07/1977, com habilitações em formação de psicólogo e bacharelado. Em 2008 ofereceu 80 vagas para ingresso via vestibular, divididas em duas entradas (40 em cada uma), apresentando uma média de 400 alunos por semestre. O departamento ocupa três andares do atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH (7º andar – Clínica Psicológica, 8º andar – Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva e 9º andar – Pós-Graduação em Psicologia, laboratórios e setor administrativo). A Clínica Psicológica da UFPE foi criada em 1980 com o objetivo de servir de campo de estágio curricular aos alunos de Psicologia, oferecendo prioritariamente à comunidade universitária e circunvizinha do *campus* um serviço de atendimento psicológico ligado às diferentes especializações dos professores do departamento. Enquanto clínica-escola, ligada a uma instituição universitária, ela tem contribuído para a formação de alunos do curso de graduação em Psicologia na medida em que, além de oferecer um local de estágio (com ênfase nas abordagens psicanalítica, centrada na pessoa e existencial-fenomenológica), desenvolve outras atividades, tais como: reuniões de estudo de casos, de supervisão, do setor de recepção, grupos de estudo e de intercâmbio, além de trazer profissionais cujas produções possam enriquecer os trabalhos ali desenvolvidos. Fazem parte do departamento o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva (mestrado e doutorado), criado em 1976, tendo como primeiro coordenador o professor Waldecyr C. de Araújo Pereira, e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (mestrado), criado em 2005, tendo como coordenadora atual a professora Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa. O departamento conta, ainda, com um Laboratório de Psicologia Experimental, que atende à graduação e pós-graduação em Psicologia, onde são desenvolvidas pesquisas na área de neurociências.

Referência

ROSAS, P. **Memória da Psicologia em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

Telma Avelar

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1968-

As décadas de 1950 e 1960 representaram em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, um momento de crescente urbanização, devido às exigências de modernização do país, implementadas pela ênfase no nacionalismo e no populismo. Paralelamente, ocorre no Estado um período de efervescência cultural, produzindo o que os historiadores de-

nominaram modernismo tardio, com a organização de grupos de intelectuais e artistas. Este contexto demandou a criação de espaços de formação intelectual e profissional, desdobrando-se na crítica ao ensino elitista até então instituído e em reivindicações por vagas nos cursos superiores por parte da classe média. A primeira faculdade criada em Santa Catarina foi a de Direito, em 1932. A partir de então, surgiram outras, como a de Administração e Finanças, a de Farmácia e Odontologia, a de Filosofia, Ciências e Letras, a de Serviço Social, a de Medicina e a de Engenharia. Seguindo a tendência nacional, Santa Catarina ansiava pela unificação das diversas faculdades em uma única universidade – luta que resultou, em 1960, na criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da Lei 3.849 da Presidência da República. Em Santa Catarina, os anos de 1960 e 1970 caracterizaram-se pelo desenvolvimento planejado, através dos planos de meta dos governos, que visavam a melhorias nas condições de vida, à criação de infraestrutura e à expansão econômica agrícola e industrial. Dessa forma, o investimento na qualificação da mão de obra ocorreu com a expansão de cursos na UFSC. Neste período, a ditadura militar, a fim de garantir o desenvolvimento nacional e a transformação do Brasil em uma potência para a competitiva Guerra Fria, precisava instituir mudanças nas universidades, visando à sua maior eficiência e produtividade. Realizou isso através da reforma universitária de 1968, segundo modelo imposto pelos Estados Unidos, que atrelou o desenvolvimento da nação ao jogo de economia comandada pelos organismos internacionais. A UFSC teve de se adaptar à reforma universitária, com vistas a sua dita modernização. Desde 1956, a disciplina de Psicologia começou a ser ministrada na Faculdade de Filosofia. Professores foram aos poucos contratados e começaram a dar aulas também para a Pedagogia e Serviço Social, entre outros cursos. Em 1968, devido às exigências da reforma, foi criado o Departamento de Psicologia, sendo vinculados a ele os professores antes pertencentes à cátedra de Psicologia. A expansão econômica do estado e as exigências de seu crescimento sociocultural trouxeram como um dos desdobramentos a necessidade de atuação de psicólogos em diferentes frentes: no recrutamento e seleção das indústrias, na classificação e intervenção junto às pessoas com dificuldades de aprendizagem nas escolas, bem como na área da saúde mental. Havia, assim, uma demanda por esses profissionais e, ao mesmo tempo, uma carência destes. Os psicólogos que atuavam em Santa Catarina, até então, eram formados em outros estados, principalmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Desde a promulgação da Lei 4.119, de 1962, que regulamentou a profissão de psicólogo e criou os cursos de Psicologia no Brasil, em muitos estados brasileiros ocorreu uma rápida expansão destes cursos. Contudo, em Santa Catarina, isto se fez tardiamente. Aos poucos, os professores do departamento passam a reivindicar a criação de um curso de Psicologia. O reitor da UFSC, Gaspar Stemmer, através da Portaria 894, de 1976, nomeou um grupo de trabalho, composto pelos professores Emiliana Cardoso da Silva, Roberto Caetano Castiglia, Mara Coelho Lago e Vera Lúcia Rocha, encarregados de estudar a viabilidade da implantação do curso. O grupo realizou uma série de atividades de pesquisa: uma verificação, junto ao Conselho Regional de Psicologia 7ª Região (CRP-07), sobre os psicólogos que atuavam em Santa Catarina, tendo constatado que, até aquele ano, existiam somente 15 profissionais; promoveu aplicação de questionário em amostra aleatória de 25% de alunos de 2ª e 3ª séries do 2º grau, e em torno de 18% demonstravam interesse em cursar Psicologia; realizou análise do mercado de trabalho em diferentes regiões do estado, com a aplicação de questionários, constatando a existência de demanda por atuação de psicólogos na área industrial, escolar e clínica. A conclusão do relatório foi favorável à abertura do curso de Psicologia, considerada uma medida de justiça social, pois muitos alunos que demonstraram interesse em cursar psicologia eram carentes e não teriam como se locomover para outros estados, além da existência de um mercado de trabalho aberto à absorção deste profissional. O curso de Psicologia da

UFSC, pioneiro neste estado, foi criado em 1977, com base no Parecer 224, de 03/05/1977, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP/UFSC), e autorizado pelo Ofício 2.269/77, do secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), de 19/09/1977, bem como pela Portaria 425/78/GR, de 10/10/1978. Seu reconhecimento ocorreu em 1983, pelo Parecer 498/83, de 06/10/1983 do Conselho Federal de Educação (CFE) e Portaria Ministerial 451/83, de 21/11/1983 da Presidência da República. Tem por objetivos formar licenciados, bacharéis e psicólogos, capacitados, respectivamente, para lecionar Psicologia nos cursos de nível médio, realizar pesquisas na área da Psicologia e atuar nos diversos campos de intervenção da profissão. Sua primeira turma ingressou em 1978 e formou-se em 1982. Junto com o curso foi constituído o Serviço de Atendimento Psicológico da UFSC, que até nossos dias oferece, além de local de estágio, diferentes modalidades de atendimento psicológico, de forma gratuita, para a população de Florianópolis. O curso de Psicologia da UFSC mudou o cenário da profissão no estado, pois o número de psicólogos cresceu geometricamente, estabelecendo um espaço de reconhecimento e legitimação da profissão. Em 1995, através da Resolução 57/CEPE/UFSC, de 06/12/1994, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), hoje oferecendo as modalidades de mestrado e doutorado, contribuindo na qualificação dos profissionais de psicologia e na formação de pesquisadores e docentes. O Departamento de Psicologia conta atualmente com 43 professores, nove núcleos de estudos e dez laboratórios de pesquisa, e tem uma significativa produção em investigação e em extensão, sendo reconhecido pela sua contribuição para a consolidação da psicologia brasileira.

Referências

CASTIGLIA, R. **Entrevista concedida a Célio Moraes**. Florianópolis, 25 mar. 1989.

GOMES, W. B.; LHULLIER, C.; LEITE, O. "Das primeiras disciplinas aos primeiros cursos de Psicologia no Rio Grande do Sul". In: GUEDES, M. C.; CAMPOS, R. H. F. **Estudos em História da Psicologia.** São Paulo: EDUC, 1999.

MANCEBO, D. "História dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro (1953-1979): aspectos metodológicos". In: GUEDES, M. C.; CAMPOS, R. H. F. **Estudos em História da Psicologia**. São Paulo: EDUC, 1999.

SANTOS, S. C. (Org). **Santa Catarina no Século XX: ensaios e memória fotográfica.** Florianópolis: UFSC: FCC, 2000.

SILVA, E. L. **Pequena História da Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.ufsc.br/~esilva/Ufsc.html>. Acesso em: 15 maio 2007.

SILVA, E. S. C. **Entrevista concedida a Daniela Ribeiro Schneider**. Florianópolis, 10 ago. 2000.

SILVA, E. S. C. **Entrevista concedida a José Baus**. Florianópolis, 15 mar. 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Catálogo de Graduação – 1979/80. Florianópolis: UFSC, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Psicologia. Disponível em: < http://www.cfh.ufsc.br/psicologia/>. Acesso em: 25 maio 2007.

Daniela Ribeiro Schneider

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – 1981-

Instituição pública, de formação, sediado na avenida da Universidade, 2.762, Benfica, Fortaleza – CE, foi um projeto defendido pelo então pró-reitor de Ensino de Graduação, Antonio Gomes Pereira, na 15ª Sessão Extraordinária do Conselho Central de Coordenação da UFC, em 25 de outubro de 1973. Aproveitando brechas da Lei 5.540, de 28/11/1968, que definia novas regras para a organização e o funcionamento do ensino superior, que proporciona o ensino tecnicista em detrimento de uma visão humanista, o pró-reitor defendeu e obteve aprovação da oferta de 30 vagas para o, ainda inexistente, curso de Psicologia. Seu

anteprojeto, elaborado por Gláucia Maria de Menezes Ferreira, Edda Augusta Quirino Simões e Maria do Carmo Guedes, foi aprovado apenas em 26/03/1975, através da Resolução 314 do Conselho Universitário, que autorizava o funcionamento do curso para formação de psicólogo, com habilitações nas áreas de Psicologia Clínica e Psicologia Escolar, e licenciado em Psicologia. Neste momento duas turmas já estavam matriculadas. Em 17/04/1980, através da Portaria 259, tendo em vista o Parecer 214/80 do Conselho Federal de Educação, o curso de Psicologia foi reconhecido, com habilitações em licenciatura e em formação de psicólogo. Em 20/11/1981, a Resolução 12/CONSUNI, assinada pelo vice-reitor em exercício José Anchieta Esmeraldo Barreto, criou o Departamento de Psicologia da UFC, permanecendo o curso sob responsabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. O Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFC conta com o curso de mestrado acadêmico em Psicologia, criado em 2002, e possui três linhas de pesquisa: Psicanálise, Práticas Clínicas e Epistemologia das Psicologias; Cultura e Subjetividades Contemporâneas e Processos de Mediação: trabalho, atividade e interação social. O programa está vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC, uma das unidades acadêmicas do Centro de Humanidades. Mantém vínculo estreito com a graduação em Psicologia e com os núcleos e laboratórios de extensão e pesquisa, que integram o Departamento de Psicologia.

Referências

MARQUES, A. de M. **Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará: história da criação, criação de uma história**. Fortaleza: GM Multimídia, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Mestrado Acadêmico em Psicologia**. Disponível em: <www.pospsi.ufc.br>. Acesso em: 15 out. 2008.

Angela Marques

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSI/UFMA) – 1982 -

Departamento de Psicologia e Biologia – 1979-1982

Departamento de Psicologia – 1970-1979

Localizado na avenida dos Portugueses, s/n, *Campus* Universitário do Bacanga, São Luís – MA, foi criado em 1970 na nova concepção acadêmica decorrente da reforma universitária de 1967, subordinado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em 1972, as disciplinas de Psicologia da Educação e Psicologia Educacional, bem como seus professores, foram retirados do Departamento de Psicologia e levados para compor o Departamento de Educação. O Departamento de Psicologia ficou com um número de professores insuficiente para seu funcionamento, o que ocasionou a sua fusão, em 1979, com o Departamento de Biologia, passando a denominar-se então Departamento de Psicologia e Biologia, sendo os dois departamentos novamente desmembrados em 1982. Este departamento foi composto inicialmente por cinco docentes que, embora não fossem psicólogos, ministravam disciplinas de Psicologia em quase todos os cursos de graduação da UFMA. A professora Mundicarmo Maria Rocha Ferretti foi a primeira chefe de departamento (*pró-tempore*) e em 1970 foi eleita a professora Terezinha de Jesus Vieira da Silva Godinho (1970-1987). Na sequência foram chefes: Maria do Socorro Nogueira Polary (1987-1989; 1989-1991); Manoel William Ferreira Gomes (1993-1995); Teresinha de Jesus Rocha Raposo (1991-1993); Paula Frassinetti da Silva Sousa (1995-1996; 2002-2003); Carla Vaz dos Santos Ribeiro (1996-1997; 1997-1999; 1999-2002); José Rodrigues Rocha Júnior (2004-2005); Tony Nelson (2005-2008, reconduzido até 2010). Contou em seu quadro docente, no período de 1980 a 1990, com o professor visitante Houshang Khazrai, o primeiro psicólogo do departamento, com dou-

torado em Medicina e pós-doutorado em Psicologia, ambos em Paris. O Departamento de Psicologia da UFMA promoveu, regularmente, entre 1981 e 1990, a Semana de Psicologia, com os objetivos de informar sobre o campo psicológico, favorecer trocas de experiências e também levantar o interesse da comunidade maranhense pela área psicológica, visando avaliar a oportunidade de criação do curso de Psicologia. Juntamente com esses eventos, aconteciam cursos e oficinas. Decorrente destes e de outros esforços, o curso de Psicologia foi finalmente criado em 1991, o que favoreceu a abertura de concursos para novos docentes. Preocupando-se com a atualização e capacitação de seu corpo docente, o departamento promoveu cursos de atualização e de especialização em diversas áreas da Psicologia. Os de especialização (Metodologia da Pesquisa em Psicologia, Psicofisiologia, Psicologia da Personalidade, Instrumentação e Experimentação em Psicologia e Psicologia Social) foram realizados de 1981 a 1986. Os cursos de atualização (Psicofisiologia e Psicopatologia do Comportamento, Psicologia da Consciência, Psicologia Social Comunitária e Desenvolvimento Humano: aspectos biopsicossociais) foram ministrados no período compreendido entre 1979 e 1991. Seguindo este objetivo de qualificação, o departamento estabeleceu convênio com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, pelo qual este ofereceu um curso de Mestrado Interinstitucional (MINTER) ao corpo docente da UFMA. Este ocorreu de 2000 a 2002, sendo coordenado academicamente pelo professor Wilson Moura (UERJ) e operacionalmente pelo professor José Bolívar Burbano Paredes (UFMA), qualificando oito professores efetivos, três substitutos, dois egressos do curso de Psicologia e três professores de outros departamentos da UFMA. Em decorrência do esforço relativo ao MINTER, em 2004, o Departamento de Psicologia criou o curso de especialização em Psicologia Social, coordenado pelo professor José Rodrigues Rocha Júnior. Dando continuidade à sua política de qualificação, o Departamento de Psicologia novamente estabeleceu convênio com o Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ, pelo qual este ofereceu um curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) ao corpo docente da UFMA, previsto no período de 2008 a 2012, tendo como coordenadora acadêmica a professora Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ) e como coordenador operacional o professor Almir Ferreira Júnior (UFMA). O DINTER qualificou cinco professores do Departamento de Psicologia, três do curso de Comunicação Social, um do curso de Biblioteconomia, um de Ciências Contábeis e um do Colégio Universitário. O departamento tem como clientela os alunos do curso de Psicologia e demais alunos dos cursos em que disciplinas do campo da psicologia são ministradas. Congrega 21 professores em seu quadro efetivo. Funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, o Departamento de Psicologia está sediado no prédio do Centro de Ciências Humanas (CCH), contando com três salas para administração; uma onde funciona o Laboratório de Psicologia Animal, outra onde funciona o Núcleo de Psicologia Aplicada, composto de três consultórios; uma sala para dinâmica de grupo; outra para secretaria da pós-graduação; e seis gabinetes para estudo, pesquisa e atendimento pelos professores. Sua importância decorre principalmente da luta empreendida pelos docentes para criação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, o primeiro do estado.

Referências

ARAÚJO, M. A. P. **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos**. São Luís: EDUFMA, 2005.

GODINHO, T. de J. Vieira da Silva. **Entrevista concedida a Márcia Antonia Piedade Araújo e Maria de Fátima Almeida Braga.** São Luís, 2008.

Márcia Antonia Piedade Araújo
Maria de Fátima Almeida Braga

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – 1979-

Curso de Psicologia da UFPA – 1974

Localizada na rua Augusto Corrêa, 1, Guamá, Belém – PA, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundada em 1959. Sua criação processou-se por meio da Lei 3.191, de 02/07/1957, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que congregou sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém, sendo elas de Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. É instituição de ensino superior de natureza pública federal, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESU). Observou-se a necessidade de instalação dos cursos de Psicologia em função da grande demanda de psicólogos, já que, naquele momento, não existia profissional formado nessa categoria profissional na região Norte. Diante disso, os professores Ivo Marques Freitas, Samuel Maria de Amorim Sá e Artêmio da Trindade Ferreira, todos da UFPA, encarregaram-se da mobilização e viabilização do primeiro curso de Psicologia do Pará. Entre 1974 e 1987 as atividades ligadas à Psicologia eram exercidas por profissionais de áreas conexas, principalmente psiquiatras, pedagogos, filósofos e religiosos, que ofereciam serviço como: orientação vocacional, acompanhamento psicológico (na forma de aconselhamento e até mesmo psicoterapia), psicometria e outros tipos de assessoria psicológica. Houve o aumento da procura pelos serviços psicológicos e os três professores citados acima se propuseram a criar o curso de Psicologia para formar o bacharel em Psicologia, o psicólogo e o licenciado pleno em Psicologia. Em 1973 foi elaborada a proposta de abertura do primeiro curso de Psicologia, inspirada no modelo dos cursos de psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Brasília (UnB). Isto decorreu da experiência dos docentes citados na realização de um curso de pós-graduação na UnB, quando perceberam a necessidade e a possibilidade da instalação imediata do referido curso na UFPA. Assim, em 1974 iniciou-se a primeira turma de Psicologia, com 60 alunos. O Departamento de Psicologia foi criado em 1979. O curso foi desenvolvido com ênfase no behaviorismo, visando prioritariamente à pesquisa experimental com animais. Em 1978 ocorreu a I Semana de Psicologia do Departamento de Filosofia e Psicologia da UFPA. O curso de Psicologia sempre fez parte do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, no qual se encontra incluso, uma parte do Departamento de Filosofia e Psicologia. O departamento tem pós-graduação em Psicologia e uma clínica-escola que atende a uma demanda espontânea, por meio de triagem.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Disponível em: <http://www.portal.ufpa.br/>. Acesso em: 15 ago. 2008.

BORDIM, F. M. "Um ensaio de História da Psicologia no Pará". Trabalho apresentado. In: **I Seminário Nacional sobre História da Psicologia no Brasil**. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1987.

Francisca Monteiro de Albuquerque
João Bosco Monteiro
Maria de Nazaré Santos de Souza
Maria Neusa Monteiro
Regina Nazaré Damasceno da Silva

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – 1980-

Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – 1976-1980

Em meados da década de 1970, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Domingos Gomes de Lima, começou a discutir com alguns profissionais

da psiquiatria a necessidade e a viabilidade de criação de um curso de Psicologia naquela instituição. Os motivos para esse interesse seriam o fato de a cidade vizinha, João Pessoa (PB), já possuir dois cursos, além da necessidade de expandir o número de cursos da UFRN, para que houvesse um aumento de verbas destinadas à universidade. O diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFRN, João Batista Ferreira da Silva, criou, através da Portaria 010/76-DC, de 28/05/1976, uma comissão composta por quatro professores, a saber: padre Agnelo Barreto, José Pires, Maria Dilma Siqueira e Rosa de Fátima Torres Lima, esta última a única psicóloga da comissão, para estudar a viabilidade do funcionamento de um curso de Psicologia, a ser criado pela universidade. Antes mesmo de a comissão apresentar seu parecer, a imprensa natalense divulgava a criação do curso de Psicologia da UFRN. A comissão, considerando que o corpo docente disponível era reduzidíssimo e que somente três psicólogas ensinavam na UFRN (Nilza Molina, Rosa de Fátima e Ruth Dantas de Araújo), decidiu propor que o curso não fosse criado naquele momento. O reitor ignorou o parecer e o curso de Psicologia da UFRN foi criado pela Resolução 89 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em 29 de setembro de 1976. O curso começou a funcionar em 1977, com apenas três psicólogas no corpo docente. Em 1980, o Departamento de Psicologia foi criado, mas somente começou a funcionar no dia 24 de novembro de 1981, sendo a professora Rosa de Fátima sua primeira chefe. A criação do curso e do Departamento de Psicologia da UFRN foi o marco inaugural do processo de construção de um saber psicológico acadêmico voltado para a formação profissional e para a pesquisa psicológica em terras potiguares. Um dado importante foi a inserção da disciplina Psicologia Ambiental em 1981, sob a responsabilidade do professor José Queiroz Pinheiro, uma das primeiras iniciativas no Brasil de ensino desta disciplina em um curso de graduação. Os primeiros estágios do curso de Psicologia ocorreram no período 1981-1985, sob a égide da psicologia humanista e o predomínio das ideias de Carl Rogers. As professoras psicólogas Elza Maria do Socorro Dutra e Cosma Nogueira Linhares, que atuavam na supervisão e foram contratadas no momento em que o curso começava a se preparar para oferecer estágio, determinaram a hegemonia do humanismo na psicologia clínica norte-rio-grandense. Posteriormente, passou a ocorrer o predomínio da psicanálise como abordagem teórica no estágio. Em 1996, foi criada a revista *Estudos de Psicologia*, que visava servir como veículo para o curso de mestrado, tendo como seu primeiro editor o professor Oswaldo Hajime Yamamoto. Em pouco tempo, a revista passou a ser um dos periódicos científicos mais importantes da psicologia brasileira e foi abrigada pelo sítio eletrônico Scientific Eletronic Library On-Line (SCIELO, biblioteca eletrônica em tempo real), mantido pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A revista *Estudos de Psicologia* sempre foi avaliada como Qualis A pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 1995, foi criada a base de pesquisa Marxismo e Educação, concebida e liderada pelo professor Oswaldo Yamamoto, primeiro grupo de pesquisa vinculado ao departamento. Esta base produz pesquisas sobre formação e atuação do psicólogo, principalmente no que diz respeito ao contexto das políticas públicas. Em 1999, o professor José Pinheiro criaria o Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente, preocupado em investigar temas como avaliação social do ambiente construído, percepção e representação ambientais, compromisso ambiental e conduta sustentável e aspectos teórico-metodológicos das relações pessoa-ambiente. Em 1999, através da Resolução 0.380/99 do CONSEPE, foi aprovado o funcionamento do programa de pós-graduação em Psicologia, no nível de mestrado. Em 2003, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, foi criado o curso de doutorado em Psicologia Social. A UFRN, pioneira no ensino de graduação em Psicologia, também foi pioneira na introdução dos programas de mestrado e doutorado em Psicologia no Rio Grande do Norte.

Referências:

CAMPOS, H. R. **Diz-me com quem andas... e te direi quem és: A Psicologia no Rio Grande do Norte, do padre Monte ao curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: UFRN, 1998.

CARVALHO, D. B. **A cidade e a alma reinventadas: modernização urbana e a consolidação acadêmica e profissional da Psicologia na cidade de Natal-Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2001.

Denis de Carvalho

■ Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (GSI-UFF) – 1985-

Departamento de Filosofia e Psicologia da Universidade Federal Fluminense (GFP-UFF) – 1968-1985

Criado em 1968, a partir da reforma universitária, o GFP-UFF oferecia os conteúdos acadêmicos ligados à Psicologia e era vinculado à então denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Seus primeiros professores foram: Maria Luíza Assumpção-Seminério, Márcio Santos Reis, José Lisboa Mendes Moreira, Mário Curtis Giordani, Eraldo Alves Lopes Oliveira, Ued Maluf e Cléa Alves de Figueiredo Fernandes. Estes lutaram pela implantação do curso de Psicologia, criado pelas Resoluções 58/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP/UFF) e 14/70 do Conselho Universitário (CUV/UFF) e reconhecido através do Decreto 78.269, publicado em 20/08/1976. O curso de Psicologia, estruturado no sistema de créditos, habilitava os alunos à obtenção de três diplomas: bacharelado, licenciatura e formação em psicólogo, habilitações que se mantêm até hoje. A primeira coordenadora foi Maria Beatriz Carrijo e Weeks e a primeira turma de graduação em Psicologia ingressou em 1971 com a grade curricular dividida em dois ciclos: básico e profissional. O primeiro englobava os quatro primeiros períodos do curso e era composto por disciplinas obrigatórias oferecidas por outros departamentos, como os de Biomédica e Estatística. A partir do quinto período, o aluno entrava em contato com as disciplinas do Departamento de Filosofia e Psicologia, sendo majoritárias as de conteúdo psicológico. Nos dois últimos períodos, os alunos deveriam se inscrever nas disciplinas de Estágio Supervisionado, orientadas por professores do GFP e distribuídas pelas clássicas áreas de Psicologia Escolar, Clínica e da Indústria. Em 1976, o GFP criou o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) – órgão suplementar vinculado à reitoria – cuja finalidade era a de viabilizar a integralização do curso, oferecendo a realização do estágio curricular, disciplina obrigatória para os alunos de graduação. Trata-se, assim, de um lugar de formação acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão universitária e de prestação de serviços à comunidade. Por sua posição específica possui a possibilidade de captação de recursos pelos serviços prestados. Sua coordenação fica a cargo de um supervisor-geral, cargo administrativo ocupado por um professor do Departamento de Psicologia, que tem por função, além de dirigir o serviço, fazer cumprir suas atribuições. O SPA teve como primeira supervisora-geral a professora Maria Beatriz Carrijo e Weeks que foi, igualmente, a coordenadora da comissão que planejou sua criação. Conta, em seus quadros, com funcionários técnicos de nível superior, em sua maioria psicólogos, que desenvolvem projetos de atendimento à comunidade. Cabe frisar que, desde a criação do curso, somente os estágios desenvolvidos no SPA são reconhecidos para a integralização do curso de Psicologia. Na década de 1980, foi implantado o sistema de plantão no atendimento das equipes de estágio à comunidade que procurava os serviços do SPA. Esse funcionamento está em vigor até hoje. Ainda nessa década, os objetivos do GFP se voltaram para o incentivo a projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, pautados por direcionamentos teórico-práticos emergentes e focalizados em contextos e grupos como hospitais gerais da rede pública, hospitais psiquiátricos, favelas e creches, afirmando for-

mas e contextos de atuação do psicólogo distantes da tradicional divisão entre psicologia escolar, da indústria e clínica. Em 1985, o GFP desdobrou-se em dois departamentos: um de Filosofia e outro de Psicologia. Este passou a ser denominado GSI e teve como chefe o professor Francisco de Assis Palharini e como subchefe o professor José Novaes. Paralelamente à mudança acadêmico-administrativa, o GSI iniciou um processo de discussão para capacitação de seus professores, definindo em 1987 uma política de incentivo para qualificação em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Desses movimentos resultou um processo de reformulação curricular que privilegiou abordagens com ênfase nas dimensões social, política e histórica. Visando tornar a formação mais sintonizada com as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas naquele período, bem como com os projetos de pesquisa, extensão e atividades extracurriculares coordenados pelos professores do GSI, o currículo reformulado foi implantado em 1993. Este currículo, mais flexível para o corpo discente, diminuiu o número das disciplinas da área biológica e introduziu outras. Essas modificações foram expressivas do movimento GSI de aproximar a Psicologia das ciências humanas e sociais e de diminuir a importância do enfoque médico e tecnicista dominantes até então. Com isso, os alunos passaram a ter contato com os conteúdos de Psicologia desde sua entrada no curso e, a partir do sétimo período, iniciavam os estágios supervisionados e a monografia, que se tornou obrigatória. No currículo reformulado, o estágio supervisionado passou a apresentar-se sob a forma de projetos de intervenção – dirigidos para problemas específicos: as favelas, a população de rua, o desenvolvimento infantil, o atendimento nos hospitais gerais e psiquiátricos, a formação de profissionais da rede de saúde, a violência urbana, grupos de autogestão, a prática clínica, dentre outros – buscando, dessa forma, ampliar o campo de trabalho do psicólogo. A ampliação das atividades extracurriculares desenvolvidas por professores redundou na criação de espaços de pesquisa, extensão e ensino (estágio). Destacam-se a criação do Serviço de Psicologia no Hospital Universitário Antônio Pedro (Niterói/RJ), organizado e coordenado pelo professor Paulo Roberto Mattos da Silva, e da Creche/UFF, coordenada pela professora Vera Maria Ramos Vasconcellos, ambos criados em 1986 e que mantêm até hoje suas atividades. Constituíram-se também núcleos de trabalho, dentre eles o Laboratório de Subjetividade e Política (LaSP), criado em 1991 como um espaço transdisciplinar voltado para discussões sobre intervenções institucionais e as questões da violência no cotidiano brasileiro. Coordenado inicialmente pelo professor Luis Antônio dos Santos Baptista, o LaSP tem promovido eventos e editado o *Anuário do LaSP*. No ano de 1989, o GSI criou a *Revista do Departamento de Psicologia – UFF,* que se mantém até hoje, agora como revista eletrônica – *Fractal*, publicação semestral, de circulação nacional, que reúne em seu conselho editorial pesquisadores de instituições no Brasil e no exterior. A década de 1990 foi marcada pela criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Quatro foram implementados, mas, apesar de terem funcionado durante a maior parte dessa década, somente um deles, a especialização em Psicanálise, mantém-se em funcionamento. Em 1998, criou-se o Programa de Mestrado em Psicologia – Estudos da Subjetividade, então coordenado pelo professor Eduardo Passos. No ano de 2008, iniciou-se o curso de doutorado. O GSI possui 41 professores no quadro permanente, dos quais 34 são doutores, e organizam-se em quatro setores: Psicologia Social e Institucional, Psicologia Teórico-Experimental, Psicologia Clínica e Psicologia e Trabalho.

Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Departamento de Psicologia. **Projeto do Curso de Mestrado**. Niterói, 1997.

Silvia Vasconcelos Carvalho

Márcia Moraes

■ Departamento de Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF) –1970

Curso de Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF) – 1964-1970

A Universidade Gama Filho (UGF) é um estabelecimento de ensino classificado, quanto à sua categoria administrativa, como privado/filantrópico. Sua história teve início em 1939, com a criação do Colégio Piedade, transformando-se em Universidade em 1972, quando recebeu o reconhecimento legal por decreto do governo federal. Nesse período reunia um conjunto de sete faculdades e diversos cursos superiores, que se organizavam sob uma orientação geral designada Faculdades Integradas da Sociedade Universitária Gama Filho. Atualmente a Universidade conta com quatro *campi*. Neles oferece 27 cursos regulares, 20 cursos de graduação tecnológica e vários cursos de pós-graduação. O curso de Psicologia iniciou suas atividades em 1964, antes mesmo de seu reconhecimento oficial, que somente ocorreu em março de 1967, oferecendo bacharelado, licenciatura e a formação de psicólogo. Em 1970 foi organizado o Departamento de Psicologia da UGF, encarregado do curso de Psicologia, sob a direção do professor Antonio Gomes Penna. A partir de 1982 a chefia coube ao professor Ítalo Albizzatti. Desde 2008 o curso vem sendo coordenado pela professora Maria Heloísa Bevilaqua, vincula-se ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da universidade e oferece, além da formação acadêmica, um Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Este é o órgão responsável pela supervisão das atividades de estágio em Psicologia realizadas pelos estudantes do curso de graduação, e o documento de sua criação o apresenta como o setor que visa contribuir para a formação e especialização dos alunos a partir da possibilidade de oferecimento da prática em diversas áreas da psicologia. O serviço atualmente reúne uma média de 160 estagiários por período letivo e procede a aproximadamente 14 mil atendimentos anuais, atendendo à demanda das comunidades interna e externa por atendimentos psicológicos. O curso, em toda a sua história, também se destacou por organizar uma série de eventos visando ao debate de temas ligados à psicologia. Os mais importantes foram o Psi-Movimentação (realizado até 1998), a Jornada de Psicologia da UGF (até 1998) e o Psigama, que se mantém até os dias atuais. O Psigama ocorre a cada dois anos e tem a duração de três a quatro dias. Seu objetivo é propiciar aos alunos da UGF e demais instituições de ensino superior do Rio de Janeiro o acesso a informações sobre as novas áreas de atuação do psicólogo brasileiro. O primeiro desses eventos foi organizado em 1997, tendo como tema A psicologia na virada do século. Outros trataram de assuntos como o psicólogo no mercado de trabalho e as questões da contemporaneidade, os desafios e as perspectivas da psicologia atual, os objetivos da psicologia, a psicologia no contexto sociocultural brasileiro. Até 2004 a Universidade ofereceu, além da graduação em Psicologia, um programa de pós-graduação em nível de mestrado. O curso de mestrado em Psicologia da UGF teve seu funcionamento autorizado pela Resolução 19 do Conselho de Ensino e Pesquisa, com data de 27/12/1973, e foi inicialmente credenciado pelo prazo de cinco anos pelo Parecer 71/78 do Conselho Federal de Educação, homologado em 28/04/78, constituindo-se no terceiro curso de pós-graduação em Psicologia *stricto sensu* a funcionar no Rio de Janeiro e no sétimo a funcionar no Brasil. No período de 1973 a 1981 o curso foi coordenado pelo professor Antonio Gomes Penna, mas a partir do início dos anos de 1980 enfrentou sérias dificuldades, o que levou à substituição de seu coordenador e à realização de profundas modificações em sua estrutura acadêmica e no corpo docente e discente. Nesse sentido, em 1982, sob a coordenação do professor Aroldo Rodrigues, foi extinta a área de concentração em Psicologia Teórica, por não possuir conteúdo específico e abrigar variados temas de dissertação sem vinculação com linhas de pesquisa definidas; a de Psicologia Escolar passou a se denominar Psicologia Educacional; e foi criada a área de concentração em Psicologia Social. No entanto, logo foi

verificado que a área de Psicologia Educacional carecia de pesquisadores em número suficiente para conduzi-la em bom nível e, assim, ela também foi progressivamente desativada. A partir de 1985, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UGF ficou restrito à área de concentração em Psicologia Social, subdividida em duas subáreas: Psicologia Social Básica e Aplicações da Psicologia Social, tendo sido recredenciado em 1987, pelo Parecer 681/87 do Conselho Federal de Educação. Após essa definição, o programa foi sistematicamente apoiado pelos órgãos de fomento, sob a forma de bolsas de estudo para os mestrandos, como reflexo de sua qualidade. A partir de 1993, já sob a coordenação da professora Maria Alice D'Amorim (nomeada em agosto de 1993), as duas subáreas de concentração foram extintas e a Psicologia Social firmou-se como área única de concentração. No ano seguinte, 1994, foi criada a revista *Mente Social: Revista Científica do Mestrado em Psicologia*, publicada pela Editora Gama Filho, com periodicidade variada. A revista ficou ativa até 2003, quando foi publicado o último volume. Em agosto de 2002, já sob a coordenação do professor Cilio Rosa Ziviani (nomeado em janeiro de 2002), a evolução significativa que o curso vinha experimentando se refletiu na passagem do conceito 3 para o conceito 4 na avaliação da CAPES referente ao triênio 1998-2000. Esse reconhecimento da qualidade do curso aliada à sugestão da Comissão de Avaliação da CAPES, de que fosse considerada a alternativa de a instituição abrir um doutorado, motivou a submissão de uma proposta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia de um curso de doutorado à CAPES. No entanto, o Conselho Técnico Científico da CAPES decidiu por não recomendar o curso de doutorado, por considerar que a proposta evidenciava deficiências em aspectos estruturais indispensáveis ao desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, entre os quais se destacava o reduzido corpo docente e sua sobrecarga. Entretanto, os aspectos acadêmicos da proposta receberam avaliação positiva do referido conselho. Por essa razão, apesar de o curso de doutorado não ter sido implantado, o curso de mestrado passou a funcionar, no ano de 2003, com a estrutura contida na proposta enviada à CAPES, apresentando duas linhas de pesquisa, a saber: Cognição, Inteligência e Relações Interpessoais e Cognição Social, Trabalho e Saúde. Ao longo do período compreendido entre 1992 e 2003, o programa contou em média com nove docentes, com a maioria em regime integral. Durante esse tempo, o número de alunos matriculados no programa a cada semestre variou de dez a 34, com uma taxa média semestral de 20 alunos, e o número total de dissertações defendidas nesse período foi de 161. Após esse período a Universidade começou a enfrentar problemas para manter o programa. Em 2004 a última turma foi organizada e no ano seguinte o programa foi extinto. Atualmente a UGF oferece, além do curso de graduação em Psicologia, dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: Psicossomática Contemporânea e Teoria e Clínica Psicanalítica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Cadastro das Instituições de Ensino Superior. **Universidade Gama Filho (UGF)**. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info_ies_new.asp?pIES=16>. Acesso em: 25 out. 2008.

PORTAL GAMA FILHO. Disponível em: <http://www.ugf.br/>. Acesso em 05 set. 2008.

Maria Luísa Oliveira Abrunhosa

■ Departamento de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) – 1973-

Instituição de formação profissional, localiza-se na rua Íris Alagoense, 437, Farol, Maceió – AL. Foi criado em 1973, por força da Lei Municipal 2.044, de 20/09/1973, que fundou a Universidade Autônoma de Maceió

(UAM). Em 1974, foi criada a Fundação Educacional Jaime de Altavila (FEJAL), por meio da Lei Municipal 2.133, de 16/08/1974, como uma fundação de direito privado e fins filantrópicos, que mantém a CESMAC. Ainda em 1974 foi autorizado o funcionamento do curso de Psicologia, por meio do Decreto Federal 74.540, de 09/09/1974. Atualmente (2008), o curso de Psicologia faz parte da Faculdade de Ciências Humanas (FCH). Durante a década de 1970, o contexto de criação do curso envolvia as demandas de crescimento do ensino superior no país e no estado. O papel da Igreja Católica nesta expansão e, corroborando esta intenção, o esforço de seu principal fundador, cônego Teófanes Augusto de Araújo Barros, foram fundamentais para sua criação. Neste sentido, também foi importante o papel da política local: um dos fundadores da mantenedora da instituição era o prefeito de Maceió na época. O curso de Psicologia do CESMAC foi o único curso de Psicologia no estado até 1994, quando foi aberto o curso na Universidade Federal de Alagoas. A consequência da exclusividade do CESMAC na formação dos psicólogos no estado por mais de 20 anos não é só o impactante número de profissionais lançados no mercado, mas também é por ter sido uma instituição catalisadora de pequenos movimentos, alguns grupos e associações em psicologia, anteriores à sua própria constituição. As principais publicações da instituição vinculadas à psicologia são: uma revista eletrônica iniciada em julho de 2007, a *Revista Pesquisa Psicológica* (http://www.pesquisapsicologica.pro.br) e uma revista impressa, iniciada em 2005, com tiragem anual, chamada *Revista Ciência Consciência Humanismo – FCH* em ação. A instituição promove eventos vinculados à psicologia, principalmente relativos à questão atual dos diversos direitos. Possui também cursos de pós-graduação *lato sensu*, tendo em funcionamento, em 2008, os de Psicologia Jurídica, Psicologia Hospitalar e Psicologia da Saúde. Para o funcionamento de todos estes cursos, a instituição conta com 24 salas de aula, laboratório de anatomia, laboratório de psicologia experimental, laboratório de informática, sala de professores, sala de pós-graduação, sala de centro acadêmico, salas de atendimento, salas administrativas e a clínica-escola. A clínica-escola atende à população em geral e funciona nas dependências do próprio CESMAC. Vincula-se ao curso por meio do estágio em psicologia clínica. O número de alunos da instituição no curso de Psicologia, atualmente (2008), é próximo a 1.100 estudantes.

Referências

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Seminário Nossa Senhora da Assunção**. Disponível em: <http://www.arquidiocesedemaceio.org.br/index02.php?link=seminario_nsa4>. Acesso em: 8 jul. 2008.

CADASTRO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **621 – Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC**. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info_ies_new.asp?pIES=621>. Acesso em: 8 jul. 2008.

CAVALCANTE, C. da R. L. **Entrevista concedida a Jefferson de Souza Bernardes, Rôsanny Moura Cavalcante, Polianne Alves Silva, Ricardo Campelo Auto e Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro**. Maceió, 15 ago. 2008.

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ – CESMAC. Disponível em: <http://www.cesmac.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2008.

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ – CESMAC. **Estatuto da Instituição de 27/11/1974**. Maceió, 1974. Mimeo.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Jaime de Altavila**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org:80/wiki/Jayme_de_Altavila>. Acesso em: 14 jul. 2008.

Jefferson Bernardes
Rôsanny Moura
Polianne Alves Silva
Ricardo Campelo Auto
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

■ Departamento de Psicologia do Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT) – 1980-1991

Departamento de Psicologia da Pueri Domus-Rio Escola Experimental – 1969-1980

A Pueri Domus inicia suas atividades em 1969, como uma das escolas denominadas alternativas, sob o nome Pueri Domus-Rio Escola Experimental, filiada à Pueri Domus de São Paulo. Dirigida pela pedagoga Sandra Stamato, sócia carioca, a princípio reproduzia os projetos escolanovistas e montessorianos da matriz paulista. Dadas as características da filosofia e do método adotados, o Departamento de Psicologia, coordenado pela psicóloga Irene Lavigne, trabalhava na análise dos processos pedagógicos, no psicodiagnóstico dos alunos, na orientação das famílias e na capacitação dos professores. Especialmente a partir de 1973, discordando das técnicas montessorianas impostas pela matriz, a escola experimentou novas práticas. Tal atitude gerou conflitos constantes com São Paulo e, em julho de 1974, sob a liderança da sócia carioca, um grupo rompeu com a filial e fundou a Escola Ativa. Para sanar a crise, a pedagoga Therezinha Gonzaga Ferreira, sócia de São Paulo, foi para o Rio, na intenção de restabelecer o projeto original. Como parte das modificações iniciadas em 1974, a nova direção contratou a psicóloga Regina Murat Vasconcelos, cuja proposta era implementar um projeto de psicologia institucional. Deixando de lado a centralidade do atendimento ao aluno, o Departamento de Psicologia passou a atuar com grupos operativos, prioritariamente com os docentes, funcionários, coordenações e direção. Embora a demanda tivesse partido da direção, os grupos operativos eram uma novidade aceita com entusiasmo pelo coletivo. Tratava-se de uma intervenção grupal de caráter psicanalítico, implantada num período de valorização sociocultural do saber psicológico, e o coletivo abraçou a ideia de se conhecer para melhor atuar profissionalmente. De 1974 até 1981, os grupos operativos funcionaram como um espaço democrático, crítico das relações hierárquicas, voltado à discussão das relações institucionais. Ao mesmo tempo, outras formas de organização do coletivo foram criadas: os grupos de estudo e as reuniões pedagógicas. No que tange às últimas, uma vez por mês, as aulas eram suspensas e toda escola se reunia em torno das questões do cotidiano pedagógico e administrativo. A nova direção via no enquadre institucionalista uma forma de fortalecer o processo coletivo de construção de um projeto político-pedagógico. A ampliação deste referencial, a partir do contato de Regina Murat, em seu curso de mestrado, com a análise institucional e a socioanálise francesa, reforçou ainda mais a presença da psicologia na escola e fez aflorar a ideia de autogestão. Ao mesmo tempo, novos encaminhamentos pedagógicos, pautados especialmente nas críticas do pensamento marxista à educação liberal renovada, geraram muitos desentendimentos com a matriz. Em 1979, o apoio público da direção carioca à greve dos professores colaborou com a ruptura definitiva com a matriz, o que resultou na mudança do nome para Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT), entre 1980 e 1981. Assumiram a direção pedagógica e administrativa três novas proprietárias: a diretora Therezinha Gonzaga Ferreira, a orientadora educacional Mary Fernandes e a coordenadora Neide Miranda Filha. Tornou-se mais forte a expectativa de transformar a escola numa entidade dirigida por seus trabalhadores. A diretora Therezinha incentivou a discussão do tema, explicitando sempre a contradição entre seu pensamento de matriz marxista e a relação de propriedade mantida com o CEAT. Após a saída da psicóloga Regina Murat, ao final de 1981, o Departamento de Psicologia continuou o trabalho com os grupos operativos. Porém, teve início um período de críticas ao poder que este departamento compartilhava com a direção, envolvendo principalmente a avaliação dos profissionais. A partir dessas críticas, o Departamento foi aos poucos descaracterizando o trabalho institucional e passou a responder à demanda por um olhar mais clínico sobre o processo pedagógico. No campo político, 1984 foi um ano decisivo. A escola criou o 2º Grau,

com a entrada dos professores então demitidos do Colégio São Vicente, o que agilizou o processo de autogestão: após uma pesquisa sobre qual seria a forma a ser adotada, a propriedade particular é destituída, com a doação do CEAT ao Centro de Atividades Pedagógicas (CAP), entidade sem fim lucrativo, que a partir de então passou a ser responsável pela organização pedagógica, política e financeira da escola, da qual poderiam participar funcionários e docentes, sem obrigatoriedade de filiação. A diretoria e as funções de coordenação e direção passaram a ser eleitas por um novo dispositivo, a assembleia de sócios do CAP. De 1984 até 1991, o desgaste contínuo do Departamento de Psicologia acabou por levá-lo à extinção. Os grupos operativos foram se tornando institucionalizados e as coordenações pedagógicas podiam solicitar ao Departamento que os organizasse, destituindo-os como estratégias de mobilização. Por um lado, os professores das séries iniciais não se sentiam atendidos em suas demandas específicas de sala de aula; por outro, o projeto do CEAT assumiu uma nova feição, voltada para militância política. O discurso irônico dos professores do 2º Grau em relação ao Departamento de Psicologia, muitos dos quais engajados nas lutas sindicais e de redemocratização do país, exemplifica este último aspecto. A repressão vivida durante a ditadura militar ainda era uma força viva na análise do cotidiano e os grupos operativos eram questionados quanto à transparência das relações e sobre o que era feito com o material neles emergente. Além dessas críticas, contradições internas do próprio Departamento de Psicologia contribuíram para sua extinção. Enquanto os demais setores faziam autoavaliação pública, ficando sujeitos a demissões e críticas, o Departamento de Psicologia era o único que se mantinha independente e autógeno, o que gerou situações-limite, como a contratação, pela psicóloga coordenadora, do próprio marido, e a demissão de outra psicóloga que lhe fazia críticas. A demissão desta funcionária provocou questionamentos severos sobre os pressupostos e o projeto da psicologia no CEAT. Um grupo de professores criou um painel sem assinatura, na sala dos professores, ridicularizando o casal de psicólogos. Reunidos em assembleia, os sócios demonstraram desagrado com o painel anônimo, mas a discussão logo se encaminhou para a crise do Departamento. Todos reconheceram que o trabalho não funcionava mais, tendo o serviço perdido o sentido e a função. O Departamento de Psicologia foi extinto em 1991, numa assembleia do CAP. Desde então, quando é preciso tratar alguma questão de viés psicológico, recorre-se a um especialista externo.

Referências

COIMBRA, C. M. B. **Psicologia institucional: dificuldades e limites: análise da atuação do psicólogo escolar no município do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

DEWEY, J. **Democracia e educação – introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1959.

DI GIORGIO, C. **Escola Nova**. São Paulo: Ática, 1989.

FABRE, A. **A Escola Experimental.** São Paulo: Difel, 1975.

FERREIRA, T. G. **Ideologia e educação – descrição e análise de uma práxis pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FIGUEIREDO, A. C. **As estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MONTESSORI, M. **Pedagogia científica – a descoberta da criança**. São Paulo: Flamboyant, 1965.

RANGEL, V. **A psicoterapia de grupo com fundamentação psicanalítica – um rosto carioca**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

VASCONCELOS, R. M. **Um processo de auto-gestão: crônicas e crítica de uma experiência em Psicologia Institucional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

Sandra Cristina Soares de Oliveira

■ Departamento de Psicologia e Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 1993-

Departamento de Psicologia da UFES – 1981-1993

Departamento de Filosofia e Psicologia da UFES – 1976-1981

Departamento de Sociologia, Filosofia e Psicologia da UFES – 19??-1976

Trata-se de instituição de ensino, mantida pelo governo federal, com o objetivo de formação de psicólogos. Antes da criação do curso de Psicologia, funcionavam num mesmo departamento as áreas de Sociologia, Filosofia e Psicologia, cujas disciplinas eram oferecidas para outros cursos. Em 5 de março de 1976, a Sociologia tornou-se um departamento independente, ficando então juntas a Filosofia e a Psicologia. Em 1981, a Filosofia criou seu próprio departamento, consequentemente restando o Departamento de Psicologia. A partir de 1978, ocorreu a formação de um grupo de trabalho visando à criação de um curso específico de Psicologia, em virtude de não se ter no estado nenhuma instituição formadora no campo. O curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) obteve autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 5 de janeiro de 1979, mas sua primeira turma ingressou no segundo semestre desse ano. Contribuíram com o processo de criação do curso os professores: Maria Elizabeth Barros de Barros, Maria do Carmo Nascimento, Orieta Silvia Dalmonechi, Helvécio da Siqueira e Silva e Antônio Carlos Ortega. Nessa época, ocupava a chefia do Departamento de Filosofia e Psicologia a professora Isa Maria Chiabai. Devido à falta de professores para as várias disciplinas dos períodos mais avançados, os alunos da primeira turma concluíram o curso em cinco anos e meio (final de 1984) juntamente com a segunda turma. Para isso, foi necessário um conjunto de concursos para docentes, em cujas bancas participaram professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As disciplinas do curso de Psicologia eram ministradas na Ilha do Cercado II (IC II), pois não havia, no início, uma sede própria para o funcionamento do curso. Após várias negociações, a Célula Modular Universitária VI (CEMUNI VI) passou a sediá-lo, o que permanece até hoje (2008). Em 1985, o curso de Psicologia da UFES foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), com o Parecer 873/85, aprovado em 06/12/1985 (portaria MEC 143, de 20/02/1986), com formação de psicólogo. Consta no parecer do MEC que a comissão de avaliação do curso visitou e comprovou as seguintes instalações físicas: salas de aula (não especificou quantas); laboratório (não especificou qual); secretaria e administração; gabinetes de professores; seções de reprografia e mecanografia; salas de reuniões e atendimento aos alunos; núcleo de psicologia aplicada e a biblioteca central, bem como a futura sede do departamento. Consta também do parecer que, naquele momento, o corpo docente do curso era composto de seis doutores, 17 mestres e 14 graduados; destes últimos, quatro eram mestrandos e um possuía especialização. Além disso, quatro dos mestres estavam em fase final de doutoramento. Esse quadro fez com que a comissão avaliasse o corpo docente como de alto nível de qualificação. O curso contava com 86% dos docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva e muitos se dedicavam à pesquisa, haja vista que havia 20 projetos de pesquisa registrados no departamento na ocasião do reconhecimento do curso. Conforme os entrevistados, havia também projetos de extensão, porém estes não foram mencionados no parecer de reconhecimento. A estrutura curricular do curso reconhecido em 1985 obedecia às exigências do currículo mínimo fixado pelo CFE no Parecer 403, de 1962, com 4.170 horas distribuídas da seguinte forma: disciplinas obrigatórias – 3.705 horas; disciplinas optativas – 345 horas; Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) – 60 horas; e práticas desportivas – 60 horas. A carga horária das disciplinas obrigatórias incluía 150 horas de estágio supervisionado. A forma

como foram implantados o Núcleo de Psicologia Aplicada e o estágio curricular no curso de Psicologia da UFES foi apontada por uma das pessoas entrevistadas como elemento inovador e uma contribuição desta instituição para a psicologia no Brasil. Havia uma tendência, neste primeiro momento, de projetos voltados para a comunidade, uma psicologia articulada com os movimentos sociais. A este interesse afluía grande número de estudantes, militantes também dos movimentos sociais em franca ascensão à época. Tal proposta, porém, não se sustentou por muito tempo e mais tarde a psicologia clínica se sobrepôs à psicologia comunitária no horizonte de interesses dos estudantes. Além da participação dos professores da UFF e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos primeiros concursos para docentes, o curso contou em seus primórdios com a visita de professores que tinham relevância e reconhecimento nacional em áreas específicas da psicologia. Dessa forma, destaca-se a visita da professora Suely Rolnik, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em agosto de 1992, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, oferecendo mestrado em Psicologia. Em 1993 o Departamento de Psicologia da UFES foi reformulado, com parte de suas disciplinas sendo alocada em um novo departamento: o de Psicologia Social e do Desenvolvimento. O Programa de Pós-Graduação em Psicologia ficou vinculado a este último e, a partir de 2000, iniciou a oferta de doutorado. Em 2006, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, oferecendo curso de mestrado vinculado ao Departamento de Psicologia.

Referências

BARROS, M. E. B. de. **Entrevista concedida a Edinete Maria Rosa e Maria das Graças Barbosa Moulin**. Vitória, 18 dez. 2006.

BRASIL. **Lei 4.119, de 27/08/1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.pol.org.br/arquivos_pdf/lei_n_4.119-62.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2006.

BRASIL. **Parecer 873/85, de 06/12/1985**. Reconhece o curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Portaria 143, de 20/02/1986. Diário Oficial da União, 21 fev. 1986.

DALMONECHI, O. S. **Entrevista concedida a Edinete Maria Rosa e Maria das Graças Barbosa Moulin**. Vitória, 4 dez. 2006.

MENANDRO, P. R. de M. **Entrevista concedida a Edinete Maria Rosa e Maria das Graças Barbosa Moulin**. Vitória, 13 fev. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Curso de Psicologia**. Disponível em: <www.prograd.ufes.br/curso/reconhecimento/psicologia.doc>. Acesso em: 20 jan. 2007.

Maria das Graças Barbosa Moulin

Edinete Maria Rosa

■ Departamento de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (DRH/Embrapa) – 1973-

Quando da criação da empresa, em 1973, o número de pesquisadores com pós-graduação era muito reduzido, o que levou a um esforço de recrutamento e a um programa de formação de recursos humanos até hoje considerado um dos principais fatores para o bom desempenho da Embrapa, sendo importante a atuação do Departamento de Recursos Humanos (DRH). Em 1977, foi contratado Waldecyr Cavalcanti de Araújo Pereira, matemático que propôs um sistema de avaliação de desempenho original para a época (baseado em planejamento de metas), e levou à contratação de outros profissionais, Tarcízio Rego Quirino (historiador) e Jairo Eduardo Borges-Andrade (psicólogo), no ano de 1979. Este grupo multidisciplinar constituiu a equipe de assessoria à chefia do DRH. O grupo foi complementado, em 1980, com a contratação de Suzana Maria Valle Lima, psicóloga, para trabalhar na área de capacitação contínua, e, em 1986, com Odiva Silva Xavier, pedagoga e Tomás de Aquino Guimarães, administrador. Este grupo produziu, durante a

década de 1980, conceitos, metodologias e pesquisas de avaliação de programas de recursos humanos como subsídio à formulação de políticas e estratégias na área. Também contribuiu decisivamente para o início dos programas de desenvolvimento gerencial dos chefes de centros de investigação da Embrapa, realizado em parceria com a Universidade de São Paulo (USP). São dessa época os trabalhos relativos à avaliação do programa de pós-graduação, de metodologias para seleção de candidatos à pós-graduação e para levantamento de necessidades de treinamento com base em papel ocupacional, de avaliações de reação e de impacto de treinamento, de realização de metanálise em Treinamento e Desenvolvimento (T&D) e de acesso diferenciado a treinamento. O grupo atuou ainda na identificação de variáveis que influenciavam o salário, na Embrapa, para os vários grupos ocupacionais; na avaliação de clima organizacional e de percepção em relação a sistemas de avaliação de desempenho; na avaliação de programas de desenvolvimento gerencial e seus impactos. Ao final da década de 1980, expandiu seus interesses para além da área de recursos humanos, agregando a própria organização como objeto de estudo. Iniciam-se pesquisas sobre efetividade e eficiência do trabalho de pesquisa, de comprometimento organizacional, de interdisciplinaridade, de diagnósticos de condições para o trabalho de pesquisa. É da mesma época o trabalho pioneiro sobre retorno, à empresa, de investimentos feitos em pós-graduação, realizado em parceria com o grupo de economistas do então Departamento de Estudos e Pesquisas. Durante todo este período, estabeleceu-se forte relação destes profissionais com a Universidade de Brasília (UnB), inicialmente pela participação de estagiários do então Departamento de Psicologia da Universidade, e alguns foram posteriormente contratados pela Embrapa. No final da década de 1980, foram iniciadas atividades de orientação de alunos de pós-graduação, do, já então, Instituto de Psicologia da UnB. Em 1991, a Embrapa realizou o primeiro grande processo de planejamento estratégico. Os investigadores do DRH participaram da iniciativa, até que foram transferidos para a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE). Resultados de diagnósticos do trabalho de pesquisa na Embrapa, publicados, foram peças essenciais para a lógica da mudança organizacional então em curso. O DRH é dividido em Departamento de Administração de Pessoal (DAP), que cuida da folha de pagamento, cadastro e movimentação; e Departamento de Organização e Desenvolvimento (DOD), encarregado do desenvolvimento humano e organizacional. Suzana Valle Lima passou a dirigir este último. No período 1992-1994 é pequeno, na Embrapa, o número de publicações na área de psicologia social e do trabalho, fato em parte motivado pela saída de Jairo Borges Andrade e Tarcizio Rego Quirino, e pela transferência do antigo grupo de profissionais para vários departamentos. Dessa época, existem alguns trabalhos em parceria, em que são constantes as presenças de Magali Machado e Suzana Valle Lima. Em 1993, Tomás de Aquino Guimarães agrega-se à equipe do DOD. Ainda em 1993, José de Souza Silva, Jairo Borges-Andrade e Tarcízio Quirino participaram de projeto patrocinado pelo Serviço Internacional para a Pesquisa Agropecuária Nacional (ISNAR) — originalmente destinado a capacitar gerentes de organizações de pesquisa públicas, na América Latina, em planejamento (inclusive estratégico), acompanhamento e avaliação de pesquisa. Em 1994, foi realizado concurso público para contratação de novos profissionais, tendo em vista a saída de vários pesquisadores. No mesmo ano, José de Souza Silva se afastou temporariamente da Embrapa, para trabalhar como assessor na FAO (Organização para o Alimento e a Agricultura). Em 1995, deixou a FAO e juntou-se ao ISNAR, no mesmo projeto internacional em que trabalhara em 1993. Como coordenador do projeto, convidou Suzana Valle Lima e Antônio Maria Gomes de Castro (chefe do DRH da Embrapa de 1990 a 1992, e então pesquisador no Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento), a nele atuarem como profissionais associados. Esta parceria, iniciada em 1996, continuou até 2005, quando formalmente o projeto foi concluído. Miramar Maia Ramos Vargas, administradora que trabalhava na Embrapa

desde 1978, juntou-se ao DOD em 1994; em 1995, afastou-se e mais tarde deixou a empresa. Já Magali dos Santos Machado atuou, durante anos, como coordenadora da área de T&D do DOD; em 1995, na UnB, estudou fatores que influenciam o desempenho de equipes de trabalho (no caso, equipes de pesquisa da Embrapa), orientada por Jairo Borges-Andrade. Após um período de trabalho no DOD, Jacqueline Sá de Abreu Leitão e Zani Edna de Andrade Brei deixaram o DOD e se transferiram para a Secretaria de Gestão Estratégica. Suzana Valle Lima deixou o DOD em 1994, atuou como assessora da diretoria da empresa e em 2000 se transferiu para o Departamento de Pesquisa & Desenvolvimento. Ali vem se dedicando à investigação sobre ambiente organizacional, prospecção tecnológica e levantamento sobre necessidades de conhecimento e tecnologia. Tem trabalhos realizados em parceria com Jairo Borges-Andrade, Antônio Maria Gomes de Castro, Magali dos Santos Machado e José de Souza Silva. Em 2002, em uma mudança estrutural na Embrapa, o DOD e o DAP foram novamente integrados, a partir de estudo e recomendação da Secretaria de Gestão Estratégica. Foi criado, então, o Departamento de Gestão de Pessoas. Magali dos Santos Machado continua, até hoje, como coordenadora de T&D neste departamento, onde dá continuidade à tradição de pesquisa em T&D, especialmente no que tange à educação a distância e seus impactos, contanto para isto com uma equipe de psicólogos recentemente contratados.

Suzana Maria Valle Lima

■ Departamento de Trânsito (DETRAN) – 1966-

Órgão nacional com subsede regional em todos os estados brasileiros e responsável pela prestação de serviços à sociedade em relação à habilitação de condutores, registro de veículos, fiscalização, autuação e arrecadação de multas, estatística de trânsito e formação, habilitação, reciclagem e controle dos motoristas. Os DETRANs são órgãos executivos do Sistema Nacional de Trânsito e configuram-se em entidades autônomas com patrimônio constituído por recursos provenientes de multas, impostos dos governos federais e estaduais. O DETRAN foi criado em 21 de setembro de 1966 pelo Decreto-lei 5.108, que instituiu o segundo Código Nacional de Trânsito, e efetivamente regulamentado em 16 de janeiro de 1968, por meio do Decreto-lei 62.127. Os estados procederam à (re)estruturação dos seus serviços de trânsito (por exemplo, inspetoria de trânsito, inspetoria de veículos, diretoria do serviço de trânsito, departamento do serviço de trânsito, serviço estadual de trânsito) transformando-os em DETRAN. Alguns dos antigos serviços passaram a ser vinculados a outros órgãos, de acordo com a estrutura do poder estadual e distrital como, por exemplo, as Secretarias de Infraestrutura, de Segurança Pública e de Polícias Civis. A criação do DETRAN ocorreu em uma época de conturbações e amplas reformas administrativas entre os governos militares de Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), que deram continuidade ao desenvolvimento do sistema rodoviário que se delineara nas décadas anteriores, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), impulsionando ainda mais a indústria automobilística e a construção de rodovias interligando o país. Destacam-se também a expansão de políticas direcionadas segurança, à habilitação e fiscalização do trânsito, em decorrência dos efeitos nocivos da ênfase no modo de transporte rodoviário (congestionamentos, acidentes etc.). Foram criadas diversas instâncias administrativas, como o Sistema Nacional de Trânsito, o Ministério dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens e a Polícia Rodoviária Federal. De acordo com a sua primeira regulamentação, os departamentos de trânsito deveriam dispor, entre outros, do serviço médico e psicotécnico. Em função disso, a maior parte dos psicólogos que atuavam no DETRAN tinham suas funções prioritariamente relacionadas à avaliação psicológi-

ca, aplicando, corrigindo e analisando testes, coordenando este serviço e/ou fiscalizando as clínicas credenciadas. Os psicólogos também têm desempenhado suas funções junto à reabilitação de motoristas infratores e programas de educação de trânsito; no desenvolvimento de pesquisas; na elaboração/execução de cursos de formação de peritos, diretores e instrutores de autoescolas. Na década de 1960, vieram o reconhecimento da psicologia como profissão (Lei 4.119, de 27/08/1962) e sua regulamentação (Decreto 53.464, de 21/01/1964). Os profissionais que aplicavam o conhecimento psicológico no trânsito, todavia, já atuavam neste campo há mais de uma década. O marco inicial desta atividade no âmbito rodoviário foi o Decreto-lei 9.545, de 05/08/1946, em vigor em 1951, que caracterizava o exame psicotécnico para a aquisição da carteira de habilitação, sendo aplicado a critério de uma junta médica e sem caráter eliminatório. Esta atividade ficou sob a responsabilidade do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que publicou as primeiras reflexões sobre a seleção psicotécnica de motoristas e sua importância na diminuição dos acidentes de trânsito, bem como as primeiras normas para a população brasileira em relação a diversos testes. Nos outros estados ressalta-se a atuação do DETRAN de Minas Gerais, único órgão que pôde cumprir a decisão de avaliar psicologicamente os condutores, com a criação do Gabinete de Psicotécnica em Trânsito, que serviu de modelo para outros estados. Esta instituição produziu o primeiro periódico sobre psicologia do trânsito no Brasil, atualmente inativo, *a Revista do Gabinete de Psicotécnica em Trânsito DETRAN/MG*. Desde as origens da psicologia do trânsito no Brasil, o trabalho do psicólogo esteve associado a instituições de trânsito que estabeleciam as bases legais para sua atuação por meio de resoluções, deliberações ou portarias. Os departamentos de trânsito assumiram e ainda assumem um importante papel, principalmente na institucionalização e expansão da psicologia brasileira enquanto profissão e ciência. Ressalta-se a viabilização de eventos científicos com a participação dos psicólogos dessas instituições em diversos deles, divulgando os trabalhos dos serviços de psicologia, tais como o I Encontro Interestadual de Psicologia do Trânsito em Ribeirão Preto (e nos Congressos Brasileiros de Psicologia). Esses psicólogos contribuíram também com a cessão de material psicológico aplicado para fins de pesquisa e na publicação de artigos e livros a respeito de seu trabalho. Em 1997 o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o artigo referente à avaliação psicológica de motoristas, presente no projeto de lei visando à criação do novo Código de Trânsito, sob a justificativa de que os países rigorosos no combate à violência no trânsito não adotam o exame psicológico para motoristas. Isto gerou a mobilização da categoria em defesa do seu mercado de trabalho, sendo o veto derrubado e a avaliação psicológica voltando a ser uma obrigação na obtenção e na renovação da habilitação, na substituição da habilitação obtida em país estrangeiro ou por solicitação do perito. Nos tempos atuais os DETRANs possibilitaram a ampliação da oferta de serviços psicológicos, com credenciamento de psicólogos e de clínicas de psicologia para a realização dos exames para a habilitação. Além disso, contribuíram para que o psicólogo ocupasse outros espaços e respondesse às novas demandas: implantação de programas de educação de trânsito, de ações para prevenir acidentes, de perícia objetivando a readaptação ou reabilitação profissional dos motoristas e do tratamento de fobias ao volante. Evidencia-se também a contribuição do DETRAN na inserção profissional de estudantes de Psicologia através de estágios curriculares, propiciando experiência de aprendizagem, configurando-se em um espaço fértil de desenvolvimento da psicologia rumo a um trânsito mais harmônico.

Referências

ALCHIERI, J. C.; SILVA, F. H. V. C.; GOMES, J. M. N. C. Estágio curricular como desenvolvimento e atualização da psicologia de trânsito no Brasil. **Psicologia:** Pesquisa & Trânsito, v 2, n. 1, jan./jun. 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Código de Trânsito Brasileiro:** instituído pela Lei 9.503, de 23/09/97. Brasília, DF: Editora do Congresso Nacional, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei 62.127, de 16/01/1968. Aprova o Regulamento do Código Nacional de Trânsito. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jan. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 10 jul. 2008.

DAGOSTIN, C. G. **Características do processo de trabalho dos psicólogos peritos examinadores de trânsito na avaliação das condições psicológicas para dirigir**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

HOFFMANN, M. H. Programa preventivo para condutores acidentados e infratores. In: HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M; ALCHIERI, J. C. (Org.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 229-247.

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M. Síntese histórica da psicologia do trânsito no Brasil. In: HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M; ALCHIERI, J. C. (Org.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 17-29.

LIMA NETO, O (Ed.). **Transporte no Brasil:** História e reflexões. Brasília: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes/GEIPOT; Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

RODRIGUES, J. **500 anos de trânsito no Brasil:** Convite a uma viagem. Curitiba: ABDETRAN, 2000.

SILVA, F. H. V. C. **Medida da preditividade de instrumentos psicológicos nas avaliações psicológicas de condutores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2008.

VIEIRA, M. V. M.; PEREIRA, A. O.; CARVALHO, A. V. O exame psicotécnico de motoristas no Distrito Federal. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 5, n. 4, 1953.

Fábio de Cristo

■ Divisão de Psicologia Edouard Claparède (Clínica Claparède) – 1978-

Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède – 1955-1978

O Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède foi fundado em 1955 por Helena Antipoff, na cidade de Ibirité, periferia da capital mineira. Fiel aos propósitos e valores que sempre nortearam sua ação na psicologia, Antipoff buscava, no momento da criação deste laboratório, contribuir para o desenvolvimento do meio rural, com a consequente melhoria das condições de vida da população que ali vivia. Naquela época, vinculado administrativamente ao Instituto Superior de Educação Rural (ISER), o Laboratório funcionava num ritmo intenso de atividades. Paralelamente às pesquisas e estudos ali desenvolvidos, constituiu-se também num centro que oferecia à comunidade local uma variada gama de serviços nas áreas de psicologia educacional e clínica. Apenas para se ter uma dimensão do trabalho que era realizado nesta instituição, alguns exemplos podem ser ressaltados. O Teste Minhas Mãos, ou Teste MM como ficou conhecido, foi desenvolvido por Antipoff e uma equipe de colaboradores com base em estudos e atividades desenvolvidos no Laboratório Claparède. Outros instrumentos de autoria de Antipoff, como o Catálogo de Livros, o Teste Limiar/72 e a Ficha de Desenvolvimento Mental, também tiveram o seu berço neste estabelecimento. No auge do funcionamento do laboratório, a educação rural se constituía no ponto alto das cogitações dos governantes e era também uma preocupação permanente de Antipoff. Neste sentido, em fevereiro de 1959 o laboratório realizou uma experiência sociométrica para complementar e subsidiar o processo de seleção de candidatas ao Curso Normal Regional Oficial do Estado de Minas Gerais. Ministrado na Fazenda do Rosário durante um período de quatro anos e em regime de internato, este curso formava educadoras rurais para todo o estado, e só eram escolhidas as candidatas que se mostravam mais capazes de desempenhar

as funções sociais exigidas pela ocupação. Outro destaque na trajetória do laboratório foi o curso de Psicologia Experimental e Orientação Vocacional, ministrado em 1956 pelo psicólogo suíço André Rey (1906-1965). Este curso teve uma importância fundamental na profissionalização dos psicólogos mineiros, pois, organizado como especialização, contribuiu para a instauração da primeira geração de psicólogos profissionais reconhecidos legalmente a partir de 1962, no Brasil. As atividades desenvolvidas no Laboratório Claparède foram numerosas: subsidiando a prática daqueles que fizeram a história desta instituição, encontrava-se um sem-número de cursos, estágios, exames, seminários, mutirões, encontros, estudos, pesquisas etc. Até 1974, ano de sua morte, Antipoff esteve na direção desta instituição, orientando e supervisionando os trabalhos que ali se desenrolavam. A partir de então, a direção do Laboratório passa para as mãos da psicóloga Irene de Melo Pinheiro e, em fevereiro de 1978, o Laboratório Claparède, já então vinculado à Fundação Helena Antipoff (FHA), antigo ISER, passou a se chamar Divisão de Psicologia Edouard Claparède. Esta divisão, dentro da perspectiva enunciada pelo artigo 3º de seu regimento, de manter estudos, atividades e pesquisas que visem à fundamentação da educação, em geral, e ao desenvolvimento do homem do campo, procurou, então, dar continuidade a investigações já iniciadas por Antipoff, com atenção especial àquelas relacionadas a instrumentos de sua autoria. Em 1978, foi desenvolvido um estudo da análise temática do Teste MM e iniciada a pesquisa sobre o escolar rural, visando caracterizar, do ponto de vista psicopedagógico, o aluno da área rural. Mais outras duas investigações, sobre o professor rural e a filosofia do homem rural, respectivamente, constavam do relatório de atividades deste mesmo ano. No que se refere à clínica psicológica, a divisão trabalhava com o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento da clientela proveniente da comunidade. Na área da educação, continuavam sendo realizadas avaliações e atendimentos às dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita, memorização etc. Recursos como reeducação psicopedagógica, assistência psicológica a professores e funcionários, avaliação e atendimento a classes especiais, orientação vocacional e profissional encontravam-se à disposição da comunidade e de instituições que porventura demandassem atendimentos dessa natureza. Além dessas atividades, algumas outras relacionadas à psicologia organizacional eram também executadas, ainda que em menor escala. Outra importante meta da divisão era a de continuar se constituindo num espaço que possibilitasse o oferecimento de estágios a estudantes de Psicologia. No sentido de manter vivo o espírito pesquisador de sua idealizadora, também foi criado pela divisão, no ano de 1979, o *Boletim Claparède*, uma publicação destinada a psicólogos e orientadores educacionais, que tinha por objetivo divulgar o trabalho que vinha sendo desenvolvido, assim como o ideário antipoffiano. No início da década de 1980, a divisão já começava a ficar conhecida na comunidade local pelo nome de Clínica Claparède, denominação que expressa claramente a orientação clínica que vinha sendo dada ao trabalho naquele momento. O ritmo do trabalho continuava intenso e permanecia uma continuidade quanto às atividades ligadas à área da psicologia educacional, como reeducação psicopedagógica, avaliação para enturmação e formação de classes normais e especiais, orientação de classes especiais e avaliações escolares em geral e atendimentos em fonoaudiologia. A leitura de relatórios e documentos evidencia uma realidade deste momento: a concepção investigativa presente nos primórdios da criação da atual clínica, ex-laboratório e que permaneceu viva até o final dos anos de 1970, agora se tornara praticamente inexistente. Relembrando o tradicional espírito científico de Antipoff, apenas alguns cursos destinados a professores da primeira a quarta séries de classes especiais, comuns e rurais, eram oferecidos pela instituição nesta época. Em agosto de 1980, ao efetivar o seu registro de pessoa jurídica sob o n. 61, no Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região, o destino da Divisão de se constituir numa instituição

voltada exclusivamente para o atendimento clínico foi selado. No formulário de registro, o objetivo da clínica encontra-se nitidamente definido como sendo o de atendimento nas áreas clínica e escolar aos alunos e clientes da instituição e da comunidade, através da Divisão de Psicologia Edouard Claparède. Em 1997 a FHA estabeleceu um convênio com a prefeitura de Ibirité, através da Secretaria de Saúde Mental, e que prevalece até os dias de hoje, com a clínica recebendo encaminhamentos dos setores municipais da educação, saúde e jurídico para atendimento de crianças e adolescentes no que se refere a questões relacionadas à saúde mental e a dificuldades de aprendizagem.

Referências

ALKMIM, H. D. "O laboratório de dona Helena". **Boletim Claparède**. Ibirité, n. 3, mar. 1980.

CAMPOS, R. H. de F.; LOURENÇO, É. "Helena Wladimirna Antipoff." In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

CARNEIRO, M. J. Aqui se trabalha com amor. **Boletim Claparède**. Ibirité, n. 3, mar. 1980.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Psicologia experimental**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA). **Boletim Claparède**. Ibirité, n. 1, mar. 1979.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA). **Boletim Claparède**. Ibirité, Edição Especial, ago.1979.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA). **Boletim Claparède,** Ibirité, n. 3, mar.1980.

PINHEIRO, I. de M. Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède. In: FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA). **Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède**. Ibirité/MG: Fazenda do Rosário, 1980. Mimeo.

Rita de Cássia Vieira

■ Divisão de Recrutamento e Seleção do Banco Econômico S.A. – 1966 (?) - 1994

No dia 13 de julho de 1834, nascia o primeiro banco da Bahia, sendo considerada a instituição financeira privada mais antiga do Brasil, criada por 171 cidadãos ligados ao comércio de Salvador, cujos nomes são desconhecidos. Inicialmente foi chamado de Caixa Econômica da Cidade da Bahia, passando para Banco Econômico da Bahia no ano de 1893 e depois, em 1972, para Banco Econômico S.A. A sua primeira localização foi na ala térrea do Palácio dos Governadores, na atual rua Chile, até 1890, e a última sede ficou localizada no edifício Góes Calmon, inaugurada no ano de 1984 em comemoração aos 150 anos de fundação do banco. O surgimento dessa organização ocorreu num momento de profundas transformações no Brasil, entre elas a liberação econômica a partir do ano de 1808 e a independência brasileira em 1822. Todas estas modificações impulsionaram o aparecimento de casas bancárias e companhias de seguros, que tinham por objetivo atender às necessidades vindas dessas mudanças. O banco surge devido à necessidade de fazer com que o capital circulasse na praça de Salvador, sendo insuficiente diante do volume de negociações que ali se efetivava. É importante ressaltar que até o ano de 1845 não existiam concorrentes para ele na Bahia. A base filosófica da Caixa Econômica da Bahia podia ser resumida em três ideias: economia, perseverança e socorro nas dificuldades. O objetivo inicial desta instituição era o de promover a acumulação de pequenas quantias empregadas no comércio lícito e oferecer às classes laborais meios de aumentar seus capitais e prestar socorro nos momentos de crise. Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho (1912-1967), presidente do banco no período de 1940-1962, sensível às questões relacionadas com a gestão das pessoas que trabalhavam na instituição, especificamente com a escolha dos profissionais, decidiu trazer para o Banco Econômico nos anos de 1960 Francisca de Araujo Mattos, administradora, formada

pelo primeiro curso de Administração realizado no Brasil pela UNESCO e chefe da divisão de seleção do governo do Estado da Bahia. A professora Giscele (como era chamada pelos funcionários do banco, porque aplicava testes), por atuar durante anos na área de seleção de pessoal e por ter se especializado em testes psicotécnicos fora da Bahia, na época em que a psicologia ainda não era reconhecida como profissão, recebeu o título de psicóloga, quando houve o reconhecimento oficial em 1968. A professora Giscele foi aluna e discípula de Emílio Mira y López, referência em psicodiagnóstico e criador do PMK. Impossível falar da introdução da psicologia no Banco Econômico sem mencionar quem estimulou, expandiu e fez crescer a ação e a importância dos psicólogos na instituição: Paulo Maciel, diretor de relações por dez anos, a maior liderança que o banco teve à frente dos assuntos relacionados com gestão de pessoas. Doutor Paulo Maciel, como era chamado, foi herdeiro das ideias de doutor Miguel Calmon e impulsionou a ação da psicologia, promovendo grandes investimentos e ampliando para as outras sucursais nos anos de 1970 (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belém) os modelos de recrutamento, seleção e treinamento adotados na matriz em Salvador. Giscele Mattos, contratada para conduzir os processos seletivos do Banco Econômico, já psicóloga, passou por designação de Paulo Maciel a ocupar o cargo de chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção na matriz, exercendo inclusive a supervisão das psicólogas nas sucursais do banco. A Divisão de Seleção, já de extrema relevância, foi dirigida por ela com profissionalismo e competência por quase quarenta anos, que renderam à professora o grande respeito da alta administração, que instituiu a obrigatoriedade dos testes psicológicos para todos os cargos. Nas décadas de 1970 e 1980, a Divisão de Seleção do Banco Econômico já contava com seis psicólogas e três estagiárias de psicologia, só na matriz em Salvador, contribuindo fortemente para a formação de profissionais psicólogos, atuantes nas organizações de trabalho. Técnicas e condutas que hoje são utilizadas em seleção, como entrevistas coletivas, provas situacionais e envolvimento dos gestores em processos seletivos, já eram ministradas no banco desde a década de 1960 e continuaram sendo aperfeiçoadas durante os anos que se seguiram. Não só em recrutamento e seleção o Banco Econômico foi vanguardista com relação à introdução da psicologia nas organizações. Também na década de 1960 veio a compor os quadros do banco o professor Benedito Britto, advogado, com mestrado em Administração nos EUA e professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Benedito Britto esteve no banco por mais de trinta anos e foi chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal. Criou e dirigiu em Salvador o Centro de Desenvolvimento de Pessoal do Banco Econômico, agregando profissionais dedicados ao treinamento e desenvolvimento de pessoas, chegando a ter na década de 1980 em sua equipe, entre outros profissionais, oito psicólogas. A exemplo do que acontecia com a Divisão de Seleção, o professor Benedito Britto também coordenava as ações de treinamento e desenvolvimento das psicólogas nas sucursais e em sua administração já se utilizava as técnicas de dinâmica de grupo, a análise transacional, os levantamentos de clima organizacional, entre outras ferramentas. O Banco Econômico, representado pelos seus gestores, sempre acreditou nas contribuições da psicologia, até o seu fechamento em 1994, quando foi vendido para outras instituições financeiras, inclusive internacionais, e finalmente incorporado pelo Bradesco. O Grupo Econômico ainda mantém outras empresas, mas a antiga estrutura bancária não existe mais.

Referência

OLIVEIRA, W. **História de um banco: o Banco Econômico**. Salvador-BA: Museu Eugênio Teixeira Leal; Memorial do Banco Econômico, 1993.

Iarlis Brandão

Walkyria Camarotti

E

Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV) – 1954-

A EAESP começou a ser concebida no início de 1951, no Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição de caráter técnico-científico e educativo, criada em 20 de dezembro de 1944, com atribuições de interesse público, mas com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Situa-se na avenida 9 de julho, 2.029, no bairro de Bela Vista. Como consequência da preocupação com a melhoria da administração pública, que também originou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a FGV foi o polo de cristalização de ideias que vieram à tona durante o período pós-Revolução de 1930. Este momento histórico refletia na economia de nosso país tendências internacionais dos hoje chamados países de primeiro mundo, como a industrialização, a abertura de novas perspectivas de trabalho e a aplicação do vasto campo das ciências sociais à administração pública e privada e mesmo às ciências econômicas. Em maio de 1952, houve uma série de debates, no Rio e em São Paulo, para acertar a criação da primeira escola de Administração da América do Sul. Centenas de autoridades, estudiosos e líderes empresariais participaram destes eventos, que culminaram na concretização da maior das cinco unidades acadêmicas da FGV. Além do apoio do governo brasileiro, o projeto contou também com a colaboração do setor empresarial paulista e da Universidade Estadual de Michigan. A EAESP/FGV começou suas atividades em 1954, na rua Martins Fontes, em prédio da Delegacia do Trabalho, onde oferecia o curso intensivo de Administração. Contava apenas com dez docentes brasileiros, em sua maioria assistentes de uma missão universitária norte-americana. Vários dos primeiros formandos realizaram programas de doutoramento ou participaram de cursos de pós-graduação em universidades americanas ou europeias. Sua filosofia de ensino sempre preconizou o debate, a heterogeneidade conceitual e ideológica e a formação de generalistas. Sua trajetória tem sido marcada pela busca de sintonia com o pensamento de vanguarda, tanto americano como europeu. Os programas de suas disciplinas desde o início se constituíram em modelos para escolas da mesma área em todo o país. A EAESP fundamenta-se em uma estrutura democrática formada por comissões e colegiados, nos quais alunos, professores e fun-

cionários discutem políticas institucionais e definem planos e estratégias. Sua diretoria é escolhida por voto pela comunidade universitária para um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição. A área de psicologia, na EAESP, nasceu no então denominado Departamento de Ciências Sociais (1954), que teve como primeiro chefe o jurista e professor Antônio Angarita da Silva. Compunham esse departamento, à época, as disciplinas chamadas propedêuticas: Ciência Política, Sociologia, Direito e Economia. Segundo Angarita, foi o professor Dardeau Vieira quem sugeriu a inclusão da Psicologia no Departamento de Ciências Sociais. Para a área de psicologia organizacional, não foi fácil encontrar um especialista, sendo recrutado um especialista em psicologia experimental da USP, o professor Rodolfo Azzi, que até mesmo criou na escola um laboratório de psicologia experimental. Mas esta abordagem experimental foi se metamorfoseando em uma concepção de análise dinâmica do trabalho, na qual uma dimensão social e crítica, centrada no ser humano, passou a ser privilegiada. Na década de 1970, a Psicologia efetivamente fincou raízes na instituição. Nesse período, a escola abrigou muitos professores com dificuldades de lecionar em universidades públicas devido à repressão da ditadura militar. Ademais, a instituição se tornou atraente pela possibilidade de contatos com outras universidades no exterior, incluindo instituições universitárias latino-americanas da área de administração. Entretanto, esta inserção da Psicologia não foi destituída de conflitos. Por um lado, havia a obrigatoriedade de conteúdos da chamada psicologia individual nos cursos de graduação e, por outro, havia a demanda por uma psicologia mais social e organizacional, pragmática, discutida na área de estudos organizacionais. Quem buscava juntar os dois lados era a professora Arakcy Martins Rodrigues, que por meio de sua posição no Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos se conectava também com um grupo de cientistas sociais e políticos ligados a Pierre Bourdieu. Influenciado pela visão interdisciplinar de ciência do Tavistock Institute de Londres, que privilegiava a noção de organização como sistema sociotécnico, Peter Spink colaborou na manutenção desta visão da psicologia social. Inserida nessa concepção, temos Maria Irene Betiol que, em parceria com Maria José Tonelli, também se destacou na divulgação da obra de Cristophe Dejours. Já privilegiando a área de estudos organizacionais, destacou-se Sigmar Malvesi. Nos anos de 1980, a abordagem psicanalítica ganhou terreno na área de psicologia e vem a ser utilizada no módulo de psicologia aplicada, em paralelo com a psicologia social das organizações. Paulatinamente, a psicopatologia psicanalítica encontrou seu lugar ao lado dos textos sociais de Freud. Nesse processo, o modelo dos fatores humanos foi sendo substituído por uma visão mais crítica de homem e sociedade, em que trabalho e saúde mental passam a pautar os enfoques da psicologia. Em 1988, a adoção do livro *A loucura do trabalho*, de Dejours, nos programas de psicologia aplicada à administração, fundamenta um novo olhar sobre a área, culminando na criação, em 1992, do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho. Seguem-se outras traduções e a vinda de Dejours a São Paulo, em 1994, dá origem às conferências brasileiras, publicadas em 1999, completando um conjunto de obras que vão influenciar ergonomistas e engenheiros de produção de várias universidades nacionais. Em 2004, a coletânea organizada por François Daniellou, *A ergonomia em busca dos seus princípios*, foi traduzida por uma docente da casa e publicada, o que definitivamente projeta a EAESP para além do campo da administração. A interdisciplinaridade tem marcado esta área, dando origem a disciplinas híbridas como Técnicas de Negociação, Psicanálise, Propaganda e Marketing, Vocação e Trabalho, que vêm a reforçar a preocupação crítica e social da psicologia. Esse esforço, que tem o intuito de não adaptar os saberes psicológicos a uma perspectiva utilitarista, é respaldado pela nova geração de pesquisadores e professores de Psicologia da FGV-SP. A EAESP/FGV tem um periódico tri-

mestral iniciado em 1961: a *Revista de Administração de Empresas (RAE)* e, desde 2002, a RAE eletrônica, semestral, e o *GV-Executivo*, bimestral. Em 2004 foi iniciada a revista *GV-pesquisa* (anual, de distribuição interna, editada pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações). Em 2006, ganhou uma nova revista, a *Página 22*, mensal, publicada pelo Centro de Estudos da Sustentabilidade (CES).

Referências

BETIOL, M. I. S. **Entrevista com o prof. Antonio Angarita Ferreira da Silva sobre a criação do curso de Psicologia na EAESP**. São Paulo, 16 nov. 2006.

BETIOL, M. I. S.; GALEÃO-SILVA, L. G. "Les Groupes dans L'Enseignement de la Gestion – Ce qu'ils nous on fait apprendre". **Nouvelle Revue de Psychosociologie,** 2, 2006.

DANIELLOU, F. (Coord.). **A Ergonomia em busca de seus princípios – debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras – identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

DEJOURS, C. **O fator humano.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho – contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Estatuto da Fundação Getulio Vargas**. São Paulo: FGV, 1954.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Regimento da Escola de Administração de Empresas de São Paulo.** São Paulo: EAESP/FGV, 1955.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Registros da Divisão de Recursos Humanos da EAESP/FGV**. São Paulo: EAESP/FGV, 2007.

Roberto Heloani

■ Escola de Aperfeiçoamento – 1929-1946

Criada em Belo Horizonte, no âmbito da reforma Francisco Campos – Mário Casasanta, com o objetivo de formar as professoras das escolas primárias públicas do Estado de Minas Gerais nas propostas da Escola Nova. Foi instalada oficialmente no dia 13 de março de 1929. Seu primeiro regulamento foi aprovado pelo Decreto 8.987, de 22/02/1929, e modificado pelo Decreto 9.653, de 30/08/1930. A direção da Escola em seu primeiro ano de funcionamento ficou a cargo de Lúcio José dos Santos. Este foi substituído por Amélia de Castro Monteiro, que permaneceu no cargo até 1946. Em seus 17 anos de existência, a Escola de Aperfeiçoamento funcionou em três endereços. Embora as datas exatas das mudanças não tenham sido localizadas, sabe-se que seu primeiro endereço foi na avenida Augusto de Lima, à época denominada avenida Paraopeba, no local em que hoje está erguido o prédio do Fórum Mendes Pimentel. Em seguida, mudou-se para outro prédio na mesma avenida, onde hoje funciona o Minas Centro. Seu último endereço foi o atual prédio do Instituto de Educação de Minas Gerais, na rua Pernambuco, 47. As alunas da Escola de Aperfeiçoamento eram professoras das escolas públicas de Minas Gerais. Para ingressar na instituição, a professora deveria ser indicada por uma autoridade do ensino e apresentar três atestados: de idoneidade religiosa e moral, emitidos pelo pároco e pelo juiz de sua cidade, respectivamente, além do atestado de boa qualidade de serviços prestados ao magistério, emitido pela diretora da escola em que lecionava. Uma vez admitida na escola, a aluna se comprometia a trabalhar na rede estadual por pelo menos cinco anos após se formar. Caso fosse considerada incapaz, relapsa ou fosse reprovada em qualquer matéria, a aluna era dispensada. O Curso da Escola de Aperfeiçoamento tinha duração de dois anos e havia previsão de que a disciplina Psicologia Educacional fosse oferecida em ambos. No primeiro ano, deveria abordar os seguintes temas: psicologia geral e individual, desenvolvimento mental da criança, técnicas psicológicas

e elementos de estatística. No segundo ano, dedicava-se ao aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento mental da criança e das técnicas psicológicas. O primeiro professor de Psicologia Educacional foi Théodore Simon. Seu curso teve duração de dois meses e tratou da pedagogia e psicologia infantil. O segundo foi Léon Walther, cujo curso foi ministrado no primeiro semestre letivo de 1929 e enfocou os métodos da psicologia. Helena Antipoff foi a terceira professora da disciplina, que assumiu no segundo semestre de 1929, permanecendo no cargo até 1944. O Laboratório de Psicologia Experimental da Escola de Aperfeiçoamento começou a funcionar no ano da fundação da instituição. Possuía os seguintes aparelhos, aqui apresentados com a grafia de 1930: chronoscopio de d'Arsonval, chronometros Zenith, kymographos simples, kymographo universal Ludwig, chronographo Jaquci, ergographo Mosso, dynamometros Collin, espirometros Barnes, tambor de Marey, pletysmographo, pneumographo, diapasão elétrico, signal Desprez, chaves Morse, metrônomos com contatos elétricos, tachiloscopio de guilhotina, tachiloscopio obturador, série de pesos para experiência de ilusões, compasso de Weber, cartões esthesiometricos de Binet, esthesiometro de Frey, baresthesiometro, gravimetro kinematometro de Meumann, tonvariator de Hornbosiel, aparelho de fusão de cores, lãs Holmgreen, carteira antropométrica de Bertillon. Helena Antipoff e as alunas da escola fizeram uso do Laboratório de Psicologia Experimental em larga escala, uma vez que ali verificavam experimentalmente as leis ou resultados das investigações que eram mencionadas durante as aulas práticas de Psicologia Educacional e faziam a correção e a padronização de testes para avaliação da inteligência e de diversas aptidões. Através de medidas antropométricas e da aplicação de testes psicológicos para avaliação da inteligência e de aptidões como, por exemplo, memória, motricidade e atenção, as alunas se aprofundavam nos estudos do desenvolvimento físico e mental do ser humano em geral e da criança de maneira especial. O Método da Experimentação Natural de Lazurski, divulgado por Helena Antipoff, permitia que as alunas complementassem os resultados das pesquisas realizadas no laboratório com os resultados de observações das crianças em seu contexto escolar e em situações naturais. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos no laboratório foram publicados por Helena Antipoff e pelas alunas na *Revista do Ensino*, nos *Boletins da Secretaria do Interior de Minas Gerais*, na revista *Infância Excepcional* e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Dentre esses trabalhos, destacam-se: Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte e algumas sugestões pedagógicas; Escolologia; Teste Prime; Desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte; Organização das classes nos grupos escolares de Belo Horizonte e o Controle dos Testes; Contribuição à antropologia da moça mineira; dentre outros. No início da década de 1940, o Laboratório de Psicologia Experimental da Escola de Aperfeiçoamento acolheu os alunos da recém-criada Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, pois esta ainda não dispunha de um laboratório de psicologia próprio e Helena Antipoff era professora de Psicologia Educacional das turmas de licenciatura da Faculdade de Filosofia. Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-lei 8.530, de 02/01/1946, e do Decreto 166, de 28/01/1946, a Escola de Aperfeiçoamento teve suas atividades encerradas. Uma vez que Helena Antipoff foi a professora de Psicologia Educacional que atuou ao longo de praticamente toda a história da escola, as contribuições da autora e da instituição para a história da psicologia mineira em alguns momentos se confundem. Ambas atuaram na divulgação de uma psicologia científica aplicada à educação e na formação de profissionais que não somente continuaram a investir nos estudos na área da psicologia, como participaram da criação da Sociedade Mineira de Psicologia e dos movimentos em prol da regulamentação da profissão do psicólogo no Brasil.

Referências

ANTIPOFF, H. "A psychologia na Escola de Aperfeiçoamento de Bello Horizonte." **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**. v. 3, n. 7, p. 226-237, jul. 1930.

BOSCHI, M. de F. L. **A Psicologia na formação do professor: a Psicologia nos programas dos cursos normais em Belo Horizonte (1930-1940)**. Belo Horizonte Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Helena Antipoff: textos escolhidos**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: CFP, 2002.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Fundamentos da educação**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Psicologia experimental**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

FAZZI, E. H. **O laboratório de psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte (1929-1946)**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

LOURENÇO, É. **A psicologia da educação na obra de Helena Antipoff: uma contribuição à historiografia da psicologia**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

PRATES, M. H. de O. "A Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores". In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação do Governo de Minas Gerias**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 2000.

PRATES, M. H. de O. **A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

Érika Lourenço
Ernani Henrique Fazzi

■ Escola Doméstica de Natal – 1914-

Instituição criada em 1914 pela Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, foi a primeira instituição a constituir um saber psicológico autônomo em Natal. Idealizada pelo intelectual Henrique Castriciano, a escola foi concebida como um instrumento de construção de uma nova educação da mulher, mais prática e científica, com o propósito de torná-la capaz de educar as novas gerações de um modo mais condizente com os princípios da modernidade implantada em Natal a partir do início do século XX. Em 1919, foi criado o Instituto de Puericultura na Escola Doméstica, fundado pelo médico Varela Santiago. O primeiro curso de Puericultura do Rio Grande do Norte seria oferecido nesta instituição, tendo no seu programa o seguinte tema: Psicologia experimental aplicada à educação infantil. A escola, portanto, inovava a educação norte-rio-grandense com a presença de uma psicologia experimental, estudada no laboratório de puericultura e com ênfase na aplicação desse conhecimento ao desenvolvimento infantil. Entre 1923 e 1925, ocorreu a implantação da disciplina Psicologia Pedagógica na escola. O desenvolvimento infantil, as escalas psicométricas, a formação dos hábitos, a organização nervosa, a educação moral e estética eram alguns dos conteúdos ministrados nessa disciplina. Na década de 1940 surgiria a disciplina Psicologia Geral, que seria ensinada na escola até o início dos anos de 1970. Até 1974, a disciplina de Psicologia Geral foi administrada pelo educador e intelectual Antônio Fagundes. A década de 1970 marcaria o fim do ensino da Psicologia na Escola Doméstica de Natal. Esta passaria a contar, a partir da década de 1990, com psicólogos escolares em seu quadro profissional. Em 2000, a Liga de Ensino criaria a Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN) com o seu curso de Psicologia.

Referências

BARROS, E. **Uma escola suíça nos trópicos**. Natal: Offset, 2000.

CARVALHO, D. B. **A cidade e a alma reinventadas: modernização urbana e a consolidação acadêmica e profissional da Psicologia na cidade de Natal-Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFRN, Natal, 2001.

CARVALHO, D. B.; SEIXAS, P. S.; YAMAMOTO, O. Y. "Modernização urbana e a consolidação da Psicologia em Natal – Rio Grande do Norte". **Psicologia em estudo.** Maringá, v. 7, n. 1, p. 131-141, 2002.

PINHEIRO, R. A. **Henrique Castriciano: educação e modernização no limiar do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: UFPB, 1996.

RODRIGUES, A.G. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica (1914-1945)**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: UFRN, 2007.

Denis de Carvalho

■ Escola Especial Ulisses Pernambucano – 1947-

Escola Aires Gama – 1941-1947

Instituição de natureza estadual de ensino especial, situada na rua Gouveia de Barros, 189, bairro da Boa Vista, Recife – PE, a Escola Especial Ulisses Pernambucano foi fundada em 27 de janeiro de 1941 pelo governo do Estado de Pernambuco, tendo por base a experiência pioneira de Ulisses Pernambucano. Teve como dirigente, por ocasião da sua fundação, Anita Paes Barreto. Assim, suas raízes remontam a 1925, pois representou o desdobramento, no ensino público, da experiência nacionalmente pioneira empreendida por Ulisses Pernambucano nessa década. Em 1923, o professor Ulisses assumiu a direção da Escola Normal Oficial, pertencente ao governo estadual e, apenas dois anos depois, pôs em prática a criação de uma escola para crianças especiais. O seu interesse pela área pode ser detectado bem antes, pois em 1918 publicara o inovador trabalho *Classificação das crianças anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas, a instabilidade e a astenia mental*. Na realidade, como esclareceu a primeira diretora, a escola funcionou durante alguns anos como uma classe especial do Curso de Aplicação anexo à Escola Normal. Somente vários anos depois, foi criada uma escola específica para a educação da criança subdotada, através do Decreto 137, de 27/01/1941, do governo estadual, pelo qual a já existente Escola Aires Gama se convertia em uma instituição especializada, e os dispositivos legais então editados fixavam as características do externato primário para anormais educáveis. No mesmo Diário Oficial (28/01/1941) foi designada Anita Paes Barreto para exercer o cargo de diretora da nova escola. Essa função foi exercida de 1941 a 1957. Em medida de reconhecimento e justiça ao pioneiro Ulisses, seis anos depois de criada, a referida instituição passou a denominar-se Escola Especial Ulisses Pernambucano, nome que persiste até os dias atuais. A instituição tem por objetivos: propiciar o atendimento psicopedagógico a crianças e adolescentes com deficiência mental e condutas típicas; e possibilitar o desenvolvimento das potencialidades de seus alunos, favorecendo sua construção enquanto cidadãos inseridos socioculturalmente. O atendimento a alunos portadores de deficiência mental, que atualmente se situa em torno de 300 alunos, vai desde o nascimento, com a estimulação precoce na faixa de zero a dois anos, a crianças com síndrome de Down, até o acolhimento de adultos no horário noturno. O conjunto do trabalho compreende atuação em condutas típicas, estimulação essencial, educação infantil (pré-escola, ensino fundamental e educação física), oficinas (arte, cerâmica, encadernação, horta e jardinagem, literatura infantil e arte-educação). Complementando esse trabalho são oferecidos serviços de biblioteca, equipe de diagnóstico, odontologia, clube de mães, capacitação em serviço, visitas e estágios. A equipe técnica é composta por dois coordenadores pedagógicos, um psiquiatra, três psicólogos, uma psicopedagoga, uma fonoaudióloga e trinta professores.

Referências:

BARRETO, A. P. "Idealismo de um educador". In: **Ciclo de Estudos sobre Ulisses Pernambucano.** Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1978.

MEDEIROS, A. **Ulisses Pernambucano.** Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

PERNAMBUCANO, U. **Classificação das crianças anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a astenia mental**. Recife: Imprensa Industrial, 1918.

PERNAMBUCO. "Ato n. 125, de 23 de janeiro de 1947. Altera o nome da Escola Aires Gama para Ulisses Pernambucano". **Diário Oficial do Estado.** Recife, 23 jan. 1947.

PERNAMBUCO. "Ato n. 137, de 27 de janeiro de 1941. Cria a Escola Aires Gama para Anormais Educáveis". **Diário Oficial do Estado**. Recife, 28 jan. 1941.

PERNAMBUCO. "Ato n. 138, de 27 de janeiro de 1941. Nomeia a 1ª Diretora da Aires Gama". **Diário Oficial do Estado.** Recife, 28 jan. 1941.

VALENTE, W. **Ulisses Pernambucano. Renovador do ensino em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1959.

Adailson Medeiros

■ Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) – 1933-

A ELSP, situada na rua General Jardim, 522, Vila Buarque – São Paulo, foi fundada em 27 de abril de 1933 por um grupo de representantes da elite industrial e intelectual da sociedade paulistana que, imbuídos de uma nova mentalidade que valorizava a técnica e a ciência, objetivavam, segundo seu manifesto de fundação, a construção de organizações universitárias sólidas. Pensava-se em um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. Dentre os fundadores da ELSP, na sua maioria engenheiros, médicos e dirigentes das principais instituições de ensino de São Paulo, como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina, a Escola de Comércio Álvares Penteado e a Escola de Belas-Artes, destacam-se Roberto Simonsen, Jorge Street, Armando de Salles Oliveira, A. C. Pacheco e Silva, Raul Briquet e Andrey Dreyfuss, todos ligados ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP), o que justifica a finalidade da formação técnica de seus profissionais para a administração pública e privada. Diante dos escassos recursos financeiros da escola, em grande parte utilizados para a contratação de professores estrangeiros, suas primeiras aulas foram ministradas em salas emprestadas pela Escola de Comércio Álvares Penteado, localizada no largo de São Francisco. A partir de 1954, a ELSP teve sua sede no casarão da rua General Jardim, em São Paulo, onde permanece até os dias atuais. Em 1935, a ELSP foi reconhecida como instituição de utilidade pública pelo governo do Estado de São Paulo, e em 1946, o governo federal, pelo Decreto-lei 9.786, reconheceu o seu curso de graduação, cujo conteúdo foi definido como currículo mínimo para o ensino de Sociologia e Política em todo o país. Tendo em vista a formação de profissionais destinados aos negócios públicos e privados, o ensino de sociologia assumiu um caráter empiricista e intervencionista, tendo forte influência da sociologia norte-americana, sobretudo da Escola Sociológica de Chicago. Característica esta que se diferencia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, criada em 1934, que buscava um ensino mais teórico das ciências sociais. Em 1939, a ESP foi incorporada à USP, como instituição complementar autônoma, *status* que manteve até o início da década de 1980. Com a chegada de Donald Pierson, da Escola de Chicago, em 1939, a ELSP assumiu um caráter mais acadêmico e menos intervencionista, admitindo o propósito de formação do sociólogo profissional. Em 1941, criou-se o primeiro curso de pós-graduação em Sociologia no país, o que atraiu muitos recém-formados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, como Florestan Fernandes. Paralelamente, começou a desenvolver-se intensa atividade relacionada a estudos e projetos encomendados por órgãos públicos e pela iniciativa privada, que perdura até hoje. Outro marco impor-

tante desse período é a publicação da revista *Sociologia* (1939-1966), por iniciativa de Emílio Willems e Romano Barreto. Foi Raul Briquet, médico ginecologista e obstetra, quem propôs, em 1933, o pioneiro curso de Psicologia Social à ELSP. Seu curso abordava as relações entre psicologia social, biologia e sociologia e temáticas específicas da psicologia social: fatores psíquicos e vida social. Foram professores de Psicologia da ELSP: Noemy da Silveira Rudolfer, Aniela Ginsberg e Betti Katzenstein. Em 1937, Aniela Ginsberg tornou-se professora assistente da cadeira de Psicologia Social da ELSP. Foi levada por Noemy da Silveira Rudolfer, responsável pela cátedra de Psicologia Social na ELSP, para dirigir o laboratório de psicologia social da instituição, no qual permaneceu até 1940. Betti Katzenstein, psicóloga alemã, lecionou Psicologia na ELSP entre 1953 e 1962. Em 1941, Katzenstein e Ginsberg organizaram o Centro de Orientação Profissional, anexo ao IDORT, órgão que possuía forte ligação com a ELSP. Atualmente, a Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo fim é a manutenção de escolas voltadas ao ensino e à pesquisa em nível superior. A instituição mantém a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação e a Faculdade de Administração.

Referências

AZEVEDO, M. L. B. **A obra de Aniela Meyer-Ginsberg: uma contribuição para a História da Psicologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOMFIM, E. M. "Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil". **Psicologia e Sociedade**, v. 16, n. 2. Porto Alegre, 2004.

BOMFIM, E. M. **Raul Carlos Briquet**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

CYTRYONOWICZ, M. M. e CYTRYONOWICZ, R. **Betti Katzenstein Shoenfeldt, uma psicóloga do século XX**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/a_acerv/pioneiros/betti/fr_betti_artigo>. Acesso em: 28 set. 2007.

FUNDAÇÃO ESCOLA SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política**. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/Mantenedora/Manifesto_de_Fundacao_da_Escola.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

FUNDAÇÃO ESCOLA SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br>. Acesso em: 25 set. 2007.

KANTOR, I.; Maciel, D.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953): depoimentos**. São Paulo: Escuta, 2001.

LIMONGI, F. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989.

MAZA, F. "Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a elite industrial paulista". **Revista do Mestrado em Educação**, UFS, v. 7, p. 67-78, jul./dez. 2003.

Andréa Soares Wuo

■ Escola Normal de São Paulo – 1846-1934

Também conhecida como Escola Normal da Praça, foi criada pela Lei 34, de 16/03/1846. Nas décadas subsequentes, após encerrar as atividades por duas vezes, num processo de marchas e contramarchas, passou por reformas curriculares seguidas de alteração na denominação. Instalada junto à Catedral do Largo da Sé, a escola teve por diretor e professor o bacharel Manuel José Chaves, encarregado de ministrar matérias idênticas às ensinadas nas escolas elementares: Leitura, Escrita, Aritmética, Noções de Geometria, Gramática e Religião. Em 1875, na administração provincial de João Theodoro Xavier de Mattos, reinstalou-se a Escola Normal junto à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Com o intuito de garantir uma formação profissional e moral ao professorado, ampliou-se o currículo acadêmico, ensinando-se: Língua Nacional e Língua Francesa; Aritmética e Sistema Métrico; Caligrafia; Doutrina Cristã, Metódica e Pe-

dagogia; Noções de História Sagrada e Universal; Geografia e Elementos de Cosmologia. Entretanto, logo encerraria suas atividades, reabrindo em 1880, quando Laurindo Abelardo de Brito era presidente da província. Novamente modificou-se o currículo, que abrangia agora o ensino de Gramática e Língua Nacional; Aritmética e Geometria; História e Geografia; Pedagogia e Metodologia; e Francês, Física e Química. Nessa década de intensa propaganda republicana, a escola presenciou graves dissensões internas: os professores aderentes ao positivismo de Auguste Comte, dentre eles, Antonio da Silva Jardim, foram confrontados por outros de filiação católica. Após a Proclamação da República, Francisco Rangel Pestana elaborou, para o Partido Republicano Paulista, um programa de reforma da instrução. Nessa conjuntura esperançosa o médico e regente da cadeira de Biologia, Antonio Caetano de Campos, assumiu a direção da instituição com a incumbência de reformá-la. Adverso ao ensino pautado na verbalização e memorização, dizia que é da psicologia da infância que se deve deduzir o melhor modo de ensiná-la. Assim, ele sagrou a psicologia associacionista ao adotar o método intuitivo de Pestalozzi e as lições de coisas de Calkins como apropriados para o desenvolvimento do intelecto. Nesse quadro inovador, acrescentou à cadeira de Pedagogia o ensino da disciplina Psicologia. Em 1892, pouco antes de falecer, Caetano de Campos colocou a pedra fundamental do edifício-sede a ser construído em estilo neoclássico na praça da República, capital do estado. Na sequência, Gabriel Prestes assumiu a direção da instituição. Complementando a obra do antecessor, que criara em anexo duas escolas-modelo, ele implantou um jardim de infância nos moldes do *kindergaten* de Fröebel. Foi de Gabriel Prestes a iniciativa de reformular o currículo da Escola Normal de São Paulo segundo a hierarquia das ciências de Comte. O positivismo predominava no ambiente intelectual da instituição, e não se outorgava à Psicologia foros de ciência autônoma, donde a supressão do ensino dessa disciplina. No final do século XIX, instituição consolidou o *status* simbólico de Escola Normal Superior, isto é, de centro de formação profissional, difusão de progresso intelectual e multiplicador de conhecimento. Tornada vitrine da excelência do sistema escolar paulista, passou a ser designada afetuosa e respeitosamente por Escola Normal da Praça. Perante a evolução da matrícula escolar, acompanhada de aumento dos gastos públicos, dados característicos das décadas iniciais do século XX, os reformadores optaram por imprimir um padrão biopsicossocial na formação de professores. Com Oscar Thompson à frente da diretoria da Escola Normal Secundária e da diretoria-geral da Instrução Pública, implementaram-se ações inovadoras. Além de oficializar o método analítico para o ensino das matérias, Thompson expandiu e consolidou o núcleo das disciplinas pedagógicas do currículo da Escola Normal da Praça. De fato, implantou duas cadeiras de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica e uma cadeira de Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercício de Ensino, regidas, respectivamente por Manuel Ciridião Buarque, Antonio de Sampaio Dória e Oscar Thompson. A escola implantou também o Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental, a cargo de professor Clemente Quaglio. Nesse local, em 1914, o médico-pedagogista italiano, Ugo Pizzoli, ministrou o curso de Alta Cultura Pedagógica, difundiu a prática do *mental tests* e orientou teses como consta na publicação *O Laboratório de Pedagogia Experimental* (1914). Solicitado por Thompson, Pizzoli elaborou um projeto para a criação de uma escola normal superior de aperfeiçoamento pedagógico, o que não se concretizou. Na cátedra de Psicologia Experimental, Antonio de Sampaio Dória, bacharel em Direito, destacava-se na difusão das ideias de William James, John Stuart Mill, Van Biervliet e Herbert Spencer. Paralelamente, no anfiteatro da instituição ocorria o curso de Filosofia e Psicologia, ministrado por George Dumas. Nesse curso, o médico-psiquiatra da Faculdade de Medicina de Paris, Dumas, dissertou sobre Pierre Janet, Émile Durkheim, Henri Bergson e William James. A partir de então, se assistiu no âmbito do ensino normal

crescente institucionalização da psicologia de cátedra e da psicologia de laboratório. Sampaio Dória assumiu a diretoria-geral da instrução com a incumbência de reformar a instrução pública, dentre as disposições da Lei 1.750, de 08/12/1920, da reforma, constava a criação de uma faculdade de Educação. Sampaio Dória chegou a cogitar a contratação de Edouard Claparède para o corpo docente, psicólogo de projeção mundial e diretor do Instituto de Ciências da Educação Jean-Jacques Rousseau. Nesse mesmo ano, Manoel Bergström Lourenço Filho foi nomeado professor-substituto de Pedagogia e Educação Cívica da Escola Primária anexa à Normal da Praça. Na aula inaugural, discorreu com erudição sobre Wundt, Bergson, Bekhterev e Ingenieros. Em 1925, foi nomeado para a cadeira de Sampaio Dória e ocupou o Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental. Cercado de colaboradores – Noemy Marques Silveira, Branca Caldeira, Odalívia Toledo e João Batista Damasco Penna –, Lourenço Filho desenvolveu estudos empíricos diversificados: testes de desenvolvimento mental, inquéritos sobre jogos, influência de leituras e cinema, vocação para o magistério, inquérito sobre leituras de moços, revisão paulista dos testes Binet-Simon e da escala Barreto-Lima, ambos inacabados, e finalizou os estudos denominados de testes ABC. Na instituição, recepcionou Henri Piéron, em 1927, que ministrou um curso de conferências, com aulas práticas de Técnica Psicológica, conforme consta em *Psicologia e Psicotécnica*. Após encontrar-se com Claparède em Belo Horizonte, e já no contexto da Revolução de Outubro, Lourenço Filho é nomeado diretor-geral do Ensino de São Paulo. Permaneceu no cargo entre 1930 e 1931. Por meio de decretos-lei, reformou a instrução pública e transformou a Escola Normal da Praça em Instituto Pedagógico. De nível universitário, o instituto destinava-se à formação de professores e especialistas e possuía a seguinte organização: jardim de infância, escola de aplicação, curso complementar, curso normal, curso de aperfeiçoamento. O currículo do curso era formado majoritariamente por disciplinas de natureza técnico-profissional: Fisiologia Aplicada à Higiene e ao Trabalho, Pedagogia Geral e História da Educação, Psicologia e suas Aplicações à Educação e Sociologia. No âmbito da Diretoria do Ensino, Lourenço Filho implantou o Serviço de Psicologia Aplicada, cuja direção coube a Noemi Marques Silveira, encarregada de organizar classes seletivas com recurso aos testes ABC e aferir os testes Binet-Simon e de Dearborn. Em 1933, Fernando de Azevedo foi empossado na diretoria do ensino de São Paulo. Cercado por 40 colaboradores, dentro os quais, o psicotécnico Robert Mange, redige o *Código de Educação*, legislação completa e orgânica do ensino paulista, consubstanciada no Decreto 5.884, de 21 de abril de 1933. Dentre outras ações, o reformador transformou o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação, também de nível universitário. Essa instituição complexa estruturava-se do seguinte modo: jardim da infância, escolas primária e secundária, escola de professores, centro de puericultura. Na breve gestão de Fernando de Azevedo, ampliou-se o monumental edifício da Escola Normal da Praça, com a construção de um terceiro pavimento para abrigar a Escola de Professores e o Serviço de Psicologia Aplicada então a ela anexados. Em suma: as diversas ações desencadeadas por diferentes reformadores entre as décadas de 1910 e 1930 visando à modernização da instituição contribuíram para levar à máxima radicalização o sentido técnico-profissional da formação de professores e especialistas. A partir de 1934, o terceiro pavimento do Instituto de Educação passou a sediar a recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nesse ano, o governo do estado incorporou o Instituto de Educação Caetano de Campos e os docentes da escola de professores aos quadros da universidade. Dentre os professores incorporados aos quadros da universidade constavam Fernando de Azevedo, Roldão Lopes de Barros e Noemy Marques Silveira, responsáveis, respectivamente, pelas cadeiras de Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação e Psicologia Educacional. Com essa medida, o instituto, com sua escola de professores, tornou-se o embrião da Seção de Educação da USP.

Referências

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

MONARCHA, C. (Org.) **Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

MONARCHA, C. **Lourenço Filho e a organização da Psicologia Aplicada à Educação (São Paulo: 1921-1934)**. Coleção Lourenço Filho, v. 3. Brasília: INEP-Mec, 2001.

MONARCHA, C.; LOURENÇO FILHO, R. **Por Lourenço Filho: uma biobibliografia**. Coleção Lourenço Filho, v. 1. Brasília: INEP-Mec, 2001.

MONARCHA, C. "O triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social". In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MONARCHA, C. "Sobre Clemente Quaglio (1872-1948): notas de pesquisa". **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, ano 27, n. 2, jul./dez. 2007.

ROCCO, S. et al. "Centenário do Ensino Normal de São Paulo: 1846-1946". **Polianteia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946).** São Paulo: Gráfica Brescia, 1946.

Carlos Monarcha

■ Escola Normal Modelo – 1906-1946

Criada em 28 de setembro de 1906 pela Lei 439, foi regulamentada em dezembro de 1906, pelo Decreto 1.960, de 1909, e passou a ministrar o Curso Normal com duração de quatro anos. Fundada e mantida pelo governo do estado, foi referência do ensino público em Minas Gerais. O decreto que regulamentava a Escola Normal Modelo apresenta em seu artigo 142 a finalidade do Curso Normal: o preparo prático de professores primários com todas as qualidades indispensáveis ao magistério. A administração da Escola Normal Modelo e das escolas a ela anexas era exercida por um só diretor, nomeado pelo governo, sendo sempre um dos professores do estabelecimento, acumulando as duas funções. O Decreto 4.524, de 21/02/1916, uniformizava o ensino nas escolas normais, tendo como modelo a Escola Normal da capital, e apresentava como inovação a introdução dos conhecimentos psicológicos, iniciando o processo de reconhecimento da psicologia como um instrumento para o futuro professor conhecer o seu aluno. Segundo o artigo 10 desse decreto, a cadeira de Pedagogia e Higiene era lecionada no quarto ano do curso e compreendia a matéria de Psicologia Infantil, que consistia no estudo das condições fisiológicas e psicológicas dos alunos. A determinação pelo ensino prático era reforçada no artigo 11, que dizia não ser permitido no ensino de qualquer matéria processos que não fossem intuitivos e práticos ou que substituíssem a observação e a reflexão por esforços de memória, ficando dispensado tanto quanto possível o uso de compêndios e lições ditadas. A crença de que a construção de uma nova sociedade ocorreria pela mudança na educação fez do ensino público o alvo predileto dos governantes mineiros, que expressaram sua determinação de mudança radical do ensino com a Reforma Francisco Campos, em 1928. Era necessário formar o professor, instrumentalizá-lo, pois agora o método é mais importante que o conteúdo. Com a Reforma Francisco Campos, a Escola Normal Modelo, assim como as demais escolas normais do estado, passou a ser regulamentada pelo Decreto 9.450, de 18/02/1930. A busca da educação pelo modelo científico levou ao encontro com a psicologia, tornando a década de 1930 um marco na história dessa ciência. Tal encontro se faz de forma efetiva através dos cursos normais, nos quais os conhecimentos da psicologia, particularmente sobre a criança, tornam-se indispensáveis à pedagogia, para formar o seu professorado. Por se tratar da Escola Normal Modelo, os programas adotados e o próprio ensino da psicologia representavam a proposta oficial do estado, a ser imitada pelas demais escolas normais. A partir desse decreto, o Curso Normal passou a ter duração de sete anos, distribuídos em: Curso de Adaptação, com dois anos; Curso Preparatório, com três anos, e Curso de Aplicação, com dois anos. A dis-

ciplina de Psicologia compunha as cadeiras do Curso de Aplicação, sendo lecionada na Escola Normal Modelo pelo médico Iago Victoriano Pimentel. Autor de *Noções de psicologia aplicadas à educação*, obra de referência para o estudo da psicologia entre as normalistas da época, possui as características de um manual e expressa uma visão organicista da psicologia. O Decreto 8.225, de 11/02/1928, apresenta o programa de psicologia do Curso Normal, sob o nome de Psicologia Educacional, dividida em dois anos. No programa do primeiro ano, a psicologia era apresentada na sua relação com a educação. Sua definição, objeto e métodos de estudo situavam-na no quadro das ciências naturais. Dentre suas aplicações práticas, está a educação com o estudo da pedologia, pedotécnica e pedagogia. As medidas psicológicas gráficas situavam-se num item à parte. O programa do segundo ano tratava da psicologia da criança. A primeira unidade apresentava a definição, objeto e métodos de estudo da psicologia infantil e a relação da psicologia da criança com a educação. Mereciam destaque os testes, que eram apresentados em seus modos de aplicação: individuais e coletivos, e em seus tipos: aptidão e desenvolvimento. A partir da segunda unidade, o programa repetia o do primeiro ano, apresentando a psicologia da criança em sua relação com a base orgânica e com o social. O Decreto 1.666, de 28/02/1946, transformou a Escola Normal Modelo em Instituto de Educação de Minas Gerais, nome usado até hoje. Nessa data, o Curso Normal passou a ter a duração de três anos e a ser oferecido somente em nível de segundo grau.

Referência

BOSCHI, M. de F. L. **A psicologia na formação do professor: a psicologia nos programas dos cursos normais em Belo Horizonte (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

Maria de Fatima Lobo Boschi

■ Escolas Normais

Destinadas à formação de professores, as escolas normais constituíram-se numa das mais importantes instituições que contribuíram para o estabelecimento e para a consolidação da psicologia no Brasil. Seja no âmbito teórico ou prático, a essas escolas deve-se uma das primeiras iniciativas para o ensino sistemático da psicologia. Assim como elas foram uma das principais bases para a criação de laboratórios e produção de pesquisas, a publicação de compêndios para uso dos alunos normalistas, a realização de experiências educacionais, a promoção de cursos e conferências por especialistas brasileiros e estrangeiros e, sobretudo, a formação de muitos dos primeiros profissionais da educação em geral e da psicologia em particular. A maioria das escolas normais foi também a base para a criação dos cursos de Pedagogia, nos quais a cátedra de Psicologia Educacional veio a se constituir como uma das primeiras experiências de ensino superior de psicologia e, em muitos casos, um dos germens para a criação dos primeiros cursos de Psicologia. As escolas normais foram criadas no século XIX. A primeira escola de que se tem referência é a de Niterói – Rio de Janeiro, fundada na década de 1830. Encontram-se referências também às escolas fundadas em Ouro Preto – Minas Gerais, Bahia, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Paraná, Espírito Santo, além de outras na Corte e em Minas Gerais. A Escola Normal de São Paulo foi criada em 1846, tendo sido extinta e reativada várias vezes, sendo definitivamente reaberta em 1880. Essas escolas propunham-se a formar professores em nível secundário, em cursos de no máximo dois anos, sem garantir efetiva formação profissional, com professores pouco preparados e poucas aulas práticas. Em 1880, em São Paulo, o curso passou a ter três anos de duração. Foi particularmente na disciplina Pedagogia que temas de interesse psicológico foram tratados, dentre os quais a inteligência, a aprendizagem e a utilização de recompensas

e castigos como meios de ensino. A disciplina Pedagogia foi transformada em Psicologia e Pedagogia. Em 1928, junto com Didática, Higiene e Puericultura, Sociologia, entre outras, a disciplina Psicologia passou a fazer parte do currículo das escolas normais. As escolas normais contribuíram também para a produção de conhecimento em psicologia, por meio de estudos e pesquisas realizados em seus laboratórios e de experiências práticas realizadas em salas de aula. Para o ensino de psicologia nessas escolas, muitos de seus catedráticos escreveram compêndios que tratavam de conhecimentos gerais da área e de psicologia educacional, assim como foram traduzidos vários clássicos de autores estrangeiros e, mais tarde, obras sobre temas mais específicos, quer da psicologia em geral, quer da psicologia educacional em particular. Das muitas escolas normais brasileiras merecem destaque as escolas normais de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, entre outras. Na década de 1920, essas escolas tinham forte presença no âmbito das reformas educacionais empreendidas, todas de base escolanovista, nas quais elas assumiam a incumbência de formar os novos educadores, com domínio dessa perspectiva pedagógica, em que a psicologia assumia a condição de ciência fundamental para a prática educativa, sobretudo no que diz respeito aos conhecimentos sobre aprendizagem e desenvolvimento da criança. Assim, essas escolas normais trouxeram significativa contribuição ao ensino, pesquisa e aplicação da psicologia às questões educacionais. Dentre elas, destaca-se a Escola Normal de São Paulo, que, além das atividades de ensino, já na década de 1910 criou um laboratório, que recebeu várias denominações ao longo do tempo, patrocinou cursos com especialistas estrangeiros e contou com a publicação de várias obras por seus catedráticos. A Escola Normal de Belo Horizonte trouxe significativa contribuição para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, sobretudo por sua participação na reforma de ensino de Minas Gerais, promovida por Francisco Campos, articulada à Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, que contou com a liderança de Helena Antipoff, no âmbito da formação de professores, da pesquisa e da prática educacional, que, mais tarde, com a criação da Fazenda do Rosário, foi pioneira em várias modalidades de atendimento educacional. A Escola Normal Oficial de Pernambuco, sob a direção de Ulisses Pernambucano, teve importante papel na criação do Instituto de Psicologia, mais tarde denominado Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Essas instituições prestaram importante contribuição para a formação de professores, produção de pesquisas, experiências educacionais e ações de divulgação da psicologia, além de ter sido a base para a formação de pioneiros da psicologia nesse estado. A Escola Normal de Salvador, na Bahia, teve Isaías Alves como catedrático de psicologia, um dos mais importantes representantes da área na época. Foi ele um dos pioneiros na revisão, adaptação e aplicação de testes psicológicos e pedagógicos no Brasil, assim como um de seus mais importantes divulgadores, pela publicação de livros e realização de cursos. Isaías Alves também produziu estudos sobre a psicologia infantil, baseados nas observações realizadas com seus próprios filhos. No Rio de Janeiro, a Escola Normal teve Manoel Bomfim como seu catedrático de psicologia e pedagogia, a quem se deve muito da produção psicológica dessa instituição, na qual se incluem o ensino, a produção de livros, pesquisas e realização de experiências educacionais, junto com professoras normalistas, principalmente nas escolas primárias. A Escola Normal de Fortaleza, uma das principais bases da reforma educacional do Ceará, entre 1922 e 1923, empreendida por Lourenço Filho, constituiu-se numa das mais importantes e profundas reformas escolanovistas no país. Nessa escola foi criado também um laboratório de psicologia. Assim, ao ensino, cuja função principal era formar o novo professor para assumir a nova prática pedagógica na escola, veio aliar-se a pesquisa, cuja função era produzir conhecimentos psicológicos que dariam base para a atuação docente, consubstanciada na ciência psicológica. É importante destacar que Lourenço Filho deu continuidade nessa escola e em seu laboratório às pesquisas que

iniciara na Escola Normal de Piracicaba, na qual fora catedrático de psicologia, tendo lá pesquisado atenção, maturidade para a escrita e a leitura e o emprego de testes. De volta a São Paulo, esse pioneiro da psicologia continuou seus trabalhos na Escola Normal de São Paulo, assumindo a cátedra de Psicologia e a direção de seu Laboratório de Psicologia. A Escola Normal de São Paulo também teve papel de destaque no desenvolvimento da psicologia no Brasil. Suas contribuições referem-se, sobretudo, ao ensino da psicologia, à promoção de cursos de conferências ministrados por especialistas estrangeiros e pela produção de seu laboratório. Essa cátedra ocupou-se de divulgar entre os alunos as teorias psicológicas então desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, assim como as novas técnicas por elas geradas, particularmente os testes psicológicos. Em 1914, a cátedra de Psicologia e o Laboratório foram assumidos por Sampaio Dória, depois por Lourenço Filho e, em 1932, por Noemi Silveira. Em 1934, esse laboratório foi incorporado à cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então criada Universidade de São Paulo, na qual foi empossada Noemi Silveira, em 1936. Além das escolas normais oficiais, destaque deve ser dado também às escolas particulares, dentre elas as confessionais católicas que ao longo do século XX contribuíram para a formação de professores, tendo a psicologia e outras disciplinas, que tinham como referência esta ciência, largamente incorporadas a seus currículos. Dentre elas pode ser citado o Colégio Nossa Senhora do Sion, em São Paulo, no qual a psicologia teve amplo espaço em seu currículo, cujos conteúdos eram bastante abrangentes e atuais para a época. Para subsidiar o ensino de psicologia nas escolas normais, muitas obras foram publicadas, incluindo a tradução de obras clássicas de autores estrangeiros e obras de autores brasileiros, principalmente dos catedráticos de psicologia nessas escolas. Dentre essas obras, podem ser citadas: *Compendio de Paidologia* (1911) e *Educação da infancia anormal de intelligencia no Brasil* (1913), de Clemente Quaglio, da Escola Normal de Amparo, em São Paulo; *Noções de Psychologia* (1916) e *Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem* (1923), *O methodo dos testes* (1928), de Manoel Bomfim, da Escola Normal do Rio de Janeiro; *Psychologia* (1926), de Sampaio Dória, da Escola Normal de São Paulo; *Teste individual de intelligencia* (1927) e *Os testes e a reorganização escolar* (1930), de Isaías Alves; *O teste ABC* (1933), de Lourenço Filho, dentre outros. Entre os estrangeiros que ministraram cursos e conferências, destacam-se Piéron, Claparéde, Simon e Walther. As escolas normais constituíram-se, nas primeiras décadas do século XX, numa das mais importantes bases para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, não apenas pela divulgação da ciência psicológica produzida na Europa e nos Estados Unidos, mas também pela contribuição para a formação de professores, produção de pesquisas em seus laboratórios, promoção de experiências educacionais e incentivo à edição de livros. Nos anos que se seguiram, as escolas normais continuaram a ser importantes meios de divulgação e desenvolvimento do ensino, pesquisa e aplicação da psicologia. Muitos dos pioneiros da psicologia no Brasil têm sua formação na área associada às escolas normais. A partir dos anos de 1930, as escolas normais continuaram a ser uma das mais importantes fontes do ensino de psicologia, além de terem se constituído nas bases para os cursos ou seções de pedagogia das então criadas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Nesses cursos, foram criadas as disciplinas de Psicologia Educacional, uma das bases para a criação, mais tarde, dos cursos de Psicologia. Podem ser citadas as cátedras e respectivos catedráticos dos cursos de Pedagogia da Universidade de São Paulo, Noemi Silveira, e da Universidade da Bahia, Isaías Alves. É possível afirmar que as escolas normais constituíram-se numa das instituições mais importantes para a introdução, desenvolvimento e consolidação da psicologia no Brasil, contribuindo diretamente para o ensino e, por essa via, para a produção de conhecimentos, publicações especializadas e experiências. Sendo também muito relevante para a formação e base de ação para muitos dos pioneiros da psicologia no Brasil.

Sua influência estendeu-se para os cursos de Pedagogia, com as cátedras de Psicologia Educacional, e mais tarde, como um dos sustentáculos para os nascentes cursos de Psicologia no país.

Referências

ALMEIDA, J. R. P. **História da educação pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP, 1989.

ANTUNES, M. A. M. **O processo de autonomização da Psicologia no Brasil (1890-1930): uma contribuição aos estudos em História da Psicologia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: EDUC, 2007.

ANTUNES, M. A. M. "Sobre a formação de psicólogos: aspectos históricos". In: **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 5, 2º. Sem., p. 53-56, 1997.

ANTUNES, M. A. M. (org.). **História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

CABRAL, A. de C. e M. "A psicologia no Brasil". In: **Psicologia**, n. 3, Boletim CXIX. São Paulo, FFCL da USP, p. 9-51, 1950.

CAMPOS, R. H. de F. **Psicologia e ideologia: um estudo da formação da Psicologia Educacional em Minas Gerais**. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

GEBRIN. V. S. **Psicologia e Pedagogia Nova no Brasil: saberes e práticas escolares nos rastros da criança.** Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOURENÇO FILHO, M. B. "A psicologia no Brasil". In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 23, n. 3. Rio de Janeiro, FGV, p. 41-53, set. 1971.

MASSIMI, M. **A Psicologia em instituições de ensino brasileiras do século XIX**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MASTROBUONO, C. M. **A Psicologia da Educação no Curso Normal de uma escola confessional católica da cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

ROSIN, S. M. **Das ideias psicológicas à Psicologia da Educação no Brasil – o caso do Paraná**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

F

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO) – 1973-

Fundada em 16 de janeiro de 1973, é uma instituição de ensino superior localizada na rodovia PE-15, km 3,6 bairro de Ouro Preto, Olinda – PE. A cidade está apenas a seis quilômetros de Recife e tem uma tradição histórica de efervescência artística e cultural. Assim, por exemplo, Olinda (em conjunto com São Paulo) foi sede da instalação dos primeiros cursos jurídicos no país, em 1827, no Mosteiro de São Bento, estabelecido na cidade desde o final do século XVI. No início da década de 1970, o político olindense Barreto Guimarães conclamou as religiosas beneditinas instaladas na cidade desde 1903 a manterem o facho de luz na área das ciências humanas. As religiosas, lideradas pela irmã Letícia de Queiroz Torreão, enfrentaram o desafio e criaram, em 1973, a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO. A instituição tem por finalidade: desenvolver a educação, por meio do ensino, pesquisa e extensão, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados em ciências humanas, aptos para inserção em seus setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; incentivar o trabalho de pesquisa e iniciação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e, desse modo, disseminar o entendimento do homem e do meio em que vive; e promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. De natureza privada, filantrópica e confessional, tem como mantenedora a Associação Instrutora Missionária (instituição beneditina). A FACHO teve como dirigentes por ocasião da fundação, em 1973: irmã Letícia de Queiroz Torreão (diretora); irmã Maria Stella Florentino Diniz (vice-diretora); irmã Margarida Fahl (secretária) e irmã Maria do Carmo Balbi (tesoureira). E como dirigentes em, 2007: José Adailson de Medeiros (diretor-geral); Maria de Lourdes Dias de Araújo (vice-diretora); irmã Marta Vasconcelos (secretária) e irmã Maria Stella Florentino Diniz (tesoureira). A instituição promove ciclos de palestras multidisciplinares em psicologia, jornadas pedagógicas, encontros de Educação de Jovens e Adultos, fóruns acadêmicos discentes, ciclos de estudos literários, exposições de arte pro-

duzidas por clientes da clínica de psicologia. Todos esses eventos são semestrais e já consolidados institucionalmente. Além disso, publica o *Informativo FACHO* (órgão de divulgação, fundado em 1986); a revista *Travessia* (fundada em 1999, destinada à veiculação de trabalhos docentes) e a revista *Com-Texto* (fundada em 2003, destinada à veiculação de trabalhos discentes). Todas as publicações continuam a ser editadas. O estatuto vigente foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura pela Portaria Ministerial 946, de 23/03/2005, e publicado no D.O.U. 57, de 24/03/2007. A administração central é exercida por um diretor-geral, que se apoia em uma estrutura composta de núcleos, departamentos e coordenações de curso. Dentre os cursos ofertados, está o de Psicologia (licenciatura e formação de psicólogo) e, neste, é relevante a Clínica-Escola de Psicologia. Esta, uma referência na instituição, é dirigida por uma psicóloga que coordena todas as atividades desenvolvidas. Cada projeto tem um psicólogo coordenador, além de outros responsáveis pela supervisão dos alunos em estágio. No conjunto, são 11 psicólogos, 80 alunos estagiários e três funcionários administrativos. A Faculdade tem um *campus* de 17.315 m² e uma área edificada de 11.349 m². Devido à verticalização da área edificada, mais da metade do *campus* é composta de área verde em que predominam grama, roseiras e plantação de pau-brasil. O curso de Psicologia da FACHO foi o primeiro a instalar-se na cidade de Olinda e o quarto no Estado de Pernambuco. Formado no âmbito da comunidade beneditina, cuja casa-mãe é Tutzing, na Alemanha, sempre primou pela qualidade e seriedade na formação dos futuros psicólogos. Parte significativa dos psicólogos que atuam hoje no mercado de trabalho no âmbito do estado – quer em docência ou outras atividades – recebeu sua formação na FACHO, já que esta, desde a sua fundação, mantém as habilitações de licenciatura e formação de psicólogo. A Clínica-Escola de Psicologia, consolidando a missão institucional, mantém um amplo trabalho psicossocial, através de seus projetos: Vir-a-ser, Recriar, Estação e Conviver. Acolhe e acompanha crianças, adolescentes e adultos oriundos de uma população menos favorecida que habita Olinda e cidades vizinhas. Esse trabalho tem por eixo a valorização da dimensão humana, voltada para a responsabilidade social. A clínica-escola tem compromisso com o fazer clínico e com o exercício da cidadania, atendendo os que a procuram, além de oferecer ao aluno-estagiário uma formação comprometida com o social.

Referências

COELHO, F. **Olinda Monumento Nacional**. Recife: Comunicarte Ltda, 1982.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE OLINDA. **Livros de Atas.** Olinda: Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, 1973-2007.

MEDEIROS, A.; DINIZ, M. de L.; COELHO, G. **facho, patrimônio cultural de Olinda. Olinda Patrimônio Cultural da Humanidade**. Olinda: Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, 1983.

Adailson Medeiros

■ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae* – 1947-1974

Faculdade de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae – *1943-1947*

Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae – *1939-1943*

Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae – *1937-1939*

Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras – 1932-1937

A relevância dessa instituição para a psicologia se dá principalmente pelo fato de divulgar ideias psicológicas desde 1933 nas diferentes disciplinas ministradas nos cursos de Pedagogia e Filosofia. Participou, em especial, pela atuação de Madre Cristina, da regulamentação da profissão e na organização do curso regular de graduação em Psicologia.

As experiências realizadas na clínica e as novas estratégias empregadas no atendimento aos perseguidos políticos do governo militar possibilitaram estabelecer uma relação entre a atuação do psicólogo e o contexto social e político. Foi criada pela Congregação da Nossa Senhora das Cônegas de Santo Agostinho, tendo como mantenedora a Associação Instrutora da Juventude Feminina, com o objetivo fundamental de formar a mocidade feminina e as religiosas educandas em um meio que lhes é próprio. Nasceu no bojo de um movimento de restauração da Igreja Católica, que se propunha a formar uma intelectualidade católica, assim como mães de família que pudessem restabelecer valores religiosos diante do crescimento da laicização do ensino. Assume ainda a formação de professoras para o ginásio. De natureza confessional, admitiu somente moças até 1965, quando foram abertas vagas para ambos os sexos no curso de Física. A instituição iniciou seu funcionamento no ano de 1933 no prédio do Colégio *Des Oiseaux* (da mesma mantenedora), situado na rua Caio Prado, 102. Em 1943, nomeada agora Faculdade de Filosofia do Instituto *Sedes Sapientiae*, mudou-se para prédio próprio, situado na r. Marquês de Paranaguá, 111, com 12 salas de aula, anfiteatro, quatro salas para estudo individual, laboratórios, capela, sala de leitura, quadra de tênis, terraço para ginástica e jogos, restaurante e internato com quartos individuais. Em 1947 é agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo como nome Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, e em 1971, quando da reforma universitária, passou a integrar essa instituição. Por ocasião dessa integração, o espaço físico da clínica permaneceu ainda como propriedade da Associação Instrutora da Juventude Feminina e nele continuaram a ser oferecidos cursos de especialização nas áreas de pedagogia e psicologia, além de estágio supervisionado aos alunos de Psicologia, até formar-se, em 1974, a turma que entrara em 1970. Desde sua fundação, eram ministradas disciplinas ligadas à psicologia no curso de Pedagogia. Em 1933 d. Xavier Mattos consta como primeiro professor dessa disciplina; em 1937, Marie Louise Peters, como responsável pela disciplina Psicologia Individual, Elias de Moraes em Psicologia Geral e Emilia Maria Monteiro como assistente do Laboratório de Psicologia e Pedagogia; em 1940, Célia Maria Sodré Dória (madre Cristina), é mencionada como auxiliar do Laboratório de Pedagogia e Psicologia, e em 1945 como catedrática de Didática Geral e Psicologia Educacional. Loretta Katherine Buckley foi contratada em 1941 para ministrar a disciplina Psicologia e Pedagogia. Ainda na década de 1940, proposto por iniciativa de madre Cristina, é oferecido um trabalho de atendimento psicológico nas seguintes áreas: psicopedagogia, diagnóstico, orientação profissional, orientação de pais. Os alunos do curso de Pedagogia eram responsáveis pelas atividades práticas de observação e atendimento, orientados por seus professores. Em 1953 começou a funcionar para concluintes dos cursos de Pedagogia e Filosofia um curso de especialização em Psicologia Clínica e, ligado a ele, uma clínica psicológica infantil. Essa clínica iniciou seu funcionamento mudou-se provisoriamente, em uma sala de aula e no ano seguinte para um prédio de quatro andares. Situado na rua Caio Prado (fundos da faculdade) e construído especialmente para ela, a clínica contava com: pequena piscina com água corrente, caixa especial para areia, salas para terapia com espelhos para observação, câmaras escuras sonorizadas com possibilidade de gravação. Nesse período, aos sábados, havia uma apresentação aberta de casos estudados, seguida de debates entre os expositores e destes com o público. Foram professores nessa fase, entre outros, Haim Grunspum e José Ângelo Gaiarsa (Técnicas Psicoterápicas, Ludoterapia e Psiquiatria Infantil), Joel Martins (Psicologia Experimental), Edgard Pinto César (Psicanálise) e Fernando de Villemor Amaral (Técnicas Projetivas). Durante toda a década de 1950, foram realizadas na faculdade reuniões para discutir a regulamentação da profissão e também a organização do currículo do curso regular de formação a ser criado. A principal mentora dessas reuniões era madre Cristina,

que fez parte de várias comissões organizadas para trabalhar com a questão da regulamentação. O curso de graduação em Psicologia teve início em 1964, com um currículo montado para seis anos, fruto das experiências e disciplinas já existentes nos diferentes cursos de especialização oferecidos desde a década de 1950. No ano seguinte inaugurou-se, junto ao curso de Psicologia, o Centro Ocupacional para Formação Profissional de Adolescentes Oligofrênicos, o Instituto de Psicologia do Trabalho, além de ser ampliado o Laboratório de Psicologia Experimental. Alguns dos professores que atuaram no curso nos primeiros anos de funcionamento foram: Neyde Apparecida Sollito (Psicologia da Educação), Regina Chnaiderman e Vera Könisberger (Psicanálise); Bernardo Blay Neto (Psicologia da Indústria), José Novaes Paternostro (Seleção de Pessoal), Nilce Pinheiro Mejias (Psicologia da Aprendizagem) e Oswaldo de Barros Santos (Aconselhamento). Segundo depoimentos de profissionais que trabalharam no curso no período, quando o curso de Psicologia foi implantado, muitas das disciplinas que compunham os antigos cursos de especialização passaram a constituir novos cursos de especialização, como os de Psicodrama, Psicanálise, Abordagem Corporal, Psicomotricidade, Gestalt. A partir de 1964, madre Cristina estimulou os profissionais que trabalhavam na clínica da faculdade realizando atendimento terapêutico a desenvolverem novas formas de entendimento e atuação para acolherem os perseguidos pelo regime militar. Terminado o processo de fusão com a PUC-SP, o nome *Sedes Sapientiae* passou a denominar o instituto, criado em 1975 por Madre Cristina.

Referências

BAPTISTA, M. T. D. S. **Madre Cristina**. Rio de Janeiro: CFP/ Imago, 2001.

INSTITUTO *SEDES SAPIENTIAE*. **Histórias e memórias**. São Paulo, 1998. Mimeo.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários contam suas vidas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO. **Memória viva: Madre Cristina**. São Paulo, ano 4 (2), 1984.

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. **Relatórios anuais das atividades desenvolvidas – 1933- 1971**. Arquivo Morto da PUC-SP. São Paulo: 1933-1971.

Marisa T. D. S. Baptista

■ Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 2008-

Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia – 1946-2008

Faculdade de Medicina da Bahia – 1901-1946

Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia – 1891-1901

Faculdade de Medicina da Bahia (FAMED) – 1832-1891

Academia Médico-Cirúrgica da Bahia – 1816-1832

Escola de Cirurgia da Bahia – 1808-1816

É uma instituição pública federal que, como as suas congêneres, tem por objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias, estando franqueada à população em geral. No período colonial, Portugal não admitia a criação de cursos superiores no Brasil, a formação de Academias Literárias ou mesmo a liberdade de imprensa. No início do século XIX a Corte portuguesa, sofrendo ameaça de invasão pelas tropas de Napoleão Bonaparte, deliberou transferir para o Brasil. Durante a estadia em Salvador-BA, em 18 de fevereiro de 1808, dom João, príncipe regente de Portugal, autorizou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, a pedido de José Corrêa Picanço, pernambucano, cirurgião da Real Câmara Portuguesa, lente jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Na Carta Régia que determinou a sua criação, dirigida pelo ministro do reino dom Fernando José de Portugal João Saldanha da Gama, conde da Ponte

e capitão-general da Bahia, estava expresso o objetivo da instrução dos que desejassem se dedicar à arte da cirurgia. Em 1816 foi transformada em Academia Médico-Cirúrgica da Bahia; em 1832 a Regência Trina Permanente assinou a Lei do Ensino Médico, que foi referendada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ministro do Império, que determinou a denominação de Escola ou Faculdade de Medicina. A reforma Benjamin Constant, de 1891, alterou a denominação para Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. Durante o governo de Epitácio Pessoa, em 1901, recebeu a denominação de FAMED, que conservou até a sua incorporação à Universidade Federal da Bahia, em 1946. Em 2008, por ocasião das comemorações do seu bicentenário, passou a ser denominada Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia. Dentre os seus diretores encontram-se José Avellino Barbosa (1829-1833), eleito por seus pares, e José Lino Coutinho (1833-1836), escolhido em lista tríplice. O diretor atual é o professor José Tavares Neto, com mandato até 2011. A Faculdade de Medicina funciona em seis prédios localizados nos bairros de Canela, Nazaré e Pelourinho, Salvador-BA. O prédio central da administração fica na praça XV de Novembro – Terreiro de Jesus, o pavilhão de aulas e os três hospitais-escola ficam no *Campus* do Canela e a maternidade, na praça Conselheiro Almeida Couto, bairro de Nazaré. A faculdade publica a *Gazeta Médica da Bahia*, provavelmente a revista científica mais antiga do Brasil, uma vez que foi fundada em 1866 por um grupo de facultativos, sendo assumida, em meados do século XX, por esta instituição. O processo de criação de instituições de ensino superior no nosso país foi extremamente lento, ocasionando lacunas das quais ainda hoje nos ressentimos. Na província da Bahia, após a criação da Escola de Cirurgia, houve um hiato de quase sete décadas antes que o Império criasse a Escola de Agronomia em S. Bento das Lages, distrito da cidade de São Francisco do Conde. Assim, a Faculdade de Medicina tornou-se um centro para onde se dirigiam aqueles que desejavam uma formação de nível superior, inclusive atendendo a alunos oriundos de outras províncias situadas no Norte e Nordeste. Com a exigência de defesa das teses inaugurais (atuais trabalhos de conclusão de cursos de graduação), houve a possibilidade de estudo de vários assuntos que atualmente são objeto de outras ciências, inclusive a própria psicologia. Dentre estes podem ser citados: A influência da Música na Medicina, de Policarpo Cesário de Barros (1845); Algumas proposições sobre temperamentos, de Antônio Dias Coelho (1853); Qual o papel que desempenha a civilização no desenvolvimento das moléstias mentais?, de Guarino Aloysio Ferreira Freire (1888); Das relações entre as neuropathias e as psychopatias, de Francisco Chaves de Oliveira Botelho, em 1890; Hysteria Infantil, de João Maria Carneiro Lyra , em 1891; Da psychoterapia suggestiva, de Antônio Barreto Praguer (1893); Theoria mecânica das vibrações cerebrais em suas relações com a alienação mental, de Josino Correia Cotias, em 1896; Relações da actividade intelectual com a composição da urina, de Vital Cardoso do Rego, em 1897; e Epilepsia e crime, de Júlio Afrânio Peixoto, em 1897. No período oitocentista, nas teses que trataram de questões psicológicas os temas mais frequentes foram: Histeria; Influência da civilização; Alcoolismo; Hipnotismo; Sugestão; Sono, sonho e sonambulismo. Vale frisar que as teses da FAMED ainda não foram exaustivamente estudadas e se constituem numa rica fonte de dados para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Além disso, por ela passaram como estudantes e/ou professores, alguns dos quais foram pioneiros da psicologia brasileira, por exemplo, José Lino Coutinho, Eduardo Ferreira França, Abílio César Borges, Raymundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira e Afrânio Peixoto. Em síntese, a FAMED, por ter sido em grande parte do século XIX a única instituição de ensino superior na Bahia e uma das poucas no Brasil, viabilizou a realização de estudos que extrapolaram o âmbito tradicional da medicina, possibilitando o trato de questões de ordem psicológica, sendo portanto uma das primeiras instituições brasileiras a buscar entender o psicológico.

Referências

ALBUQUERQUE, A. P. O centenário médico de 1932. **RIGHB**, n. 58, p. 443-453, 1932.

BLAKE, I. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escirba.htm>. Acesso em: 30 set. 2008.

OLIVEIRA, E. S. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia concernente ao ano de 1942**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.

ROCHA, N. M. D.; TRANQUILLI, A. G.; LEPKISON, B. B. A Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX: a preocupação com aspectos de saúde mental. **Gazeta Médica da Bahia**, 74, (2), 103-127, 2004.

Nádia Maria Dourado Rocha

■ Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – 1968-

Faculdade de Medicina de Sergipe – 1961-1968

Primeira instituição a formar médicos em Sergipe, foi fundada em 11 de janeiro de 1961, por meio do Decreto 49.864. Era uma instituição privada, mantida pela Sociedade Civil Faculdade de Medicina de Sergipe. Debates com interesses científicos no Centro de Estudos do Hospital Cirurgia prepararam a fundação dessa sociedade. Em 21 de janeiro de 1960, ocorreu a nomeação de uma diretoria para a futura Faculdade de Medicina de Sergipe, tendo como diretor o médico Antonio Garcia Filho, bem como a formação de um Núcleo Estudantil Pró-Universidade de Sergipe. A faculdade funcionou inicialmente no Instituto Parreiras Horta, centro de pesquisas e exames laboratoriais localizado na rua Campo do Brito, 551, bairro São José, até ser transferida para o Hospital de Cirurgia, localizado na avenida Desembargador Maynard, 174, bairro Cirurgia. Não há informações precisas acerca da data em que ocorreu a transferência, bem como dos motivos que levaram à sua realização. A última diretoria da faculdade foi composta pelos médicos Benjamin Alves de Carvalho (presidente) e João Batista Perez Garcia Moreno (vice-presidente). Outros personagens relevantes desta instituição foram Walter Cardoso, Canuto Garcia Moreno, Delso Bringel Calheiros (componentes do primeiro conjunto de bancas examinadoras do processo seletivo). A entrada de alunos na faculdade ocorria por meio de processo seletivo. O primeiro destes, realizado em 16 de fevereiro de 1961, avaliava português, francês, alemão ou inglês, história natural, física e química. Existia uma grade curricular preestabelecida que previa os seis anos de duração da formação. A partir do ano de 1962, verificou-se uma ampliação do currículo do curso. Foi incluída, dentre outras disciplinas, a Psicologia Médica, ministrada por João Batista Perez Garcia Moreno, que publicou *Cinco aulas de psicologia individual* e *dez aulas de psicanálise*. Tais publicações não foram encontradas até o momento e não há dados precisos sobre estas. A Faculdade só foi reconhecida em 10 de setembro de 1966. Somente duas turmas formaram-se nela, já que, junto a outras instituições privadas de nível superior de Sergipe, como a Faculdade Católica de Filosofia, a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Química e a já federalizada Faculdade de Direito, transformou-se na Universidade Federal de Sergipe, em 28 de abril de 1968. Não há dados acerca de publicações institucionais, tampouco sobre eventos promovidos pela instituição, ou seu estatuto. Inicialmente, o ensino de matérias relacionadas à psicologia era realizado, por profissionais de outros campos, como a medicina. A Faculdade de Medicina de Sergipe destaca-se tanto por incluir pela primeira vez, neste estado, uma matéria relacionada à psicologia quanto por dar a um médico a tare-

fa de lecioná-la. João Batista Perez Garcia Moreno, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi um importante personagem que estudou, divulgou e utilizou em suas atividades profissionais a psicologia. Tanto em aulas de Psicologia Médica quanto de Medicina Legal, Garcia Moreno utilizava conhecimentos da Psicologia Experimental, da Psicanálise, bem como preceitos do Psicodrama e da Terapia Ocupacional em suas atividades como Psiquiatra, seja no Hospital-Colônia Eronides de Carvalho, seja na Clínica Psiquiátrica Adauto Botelho.

Referências

GARCIA MORENO, J. B. "Temas de Medicina Legal". **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju, n. 12, p. 10-41, 1946.

SANTANA, A. **História da Medicina em Sergipe**. Disponível em: <http://antonio_samarone.blog.uol.com.br>. Acesso em: 10 maio 2007.

SILVA, H. **Curso de Medicina: memória fotográfica (1966-2003)**. Aracaju: Sociedade Médica de Sergipe, 2004.

SILVA, T. M. **Garcia Moreno: imortal da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju: Academia Sergipana de Letras, 2005.

Michelle Menezes Wendling

■ Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 1965-

Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1937-1965)

Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1920-1937)

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1901-1920)

Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1891-1901)

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1891)

Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813-1832)

Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808-1813)

Dentre as consequências da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, iniciou-se um esforço de criação de instituições que pudessem formar médicos em solo nacional. O médico brasileiro José Correia Picanço – mais tarde barão de Goiana –, que acompanhara D. João VI em sua nau, teve grande influência na consecução de uma Carta Régia, naquele ano, criando as Escolas de Anatomia, Medicina e Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro. A sede inicial desta última foi no Hospital Real Militar e Ultramar do Morro do Castelo, antigo Colégio dos Jesuítas. Posteriormente, com base no plano do diretor dos Estudos Médicos da Corte, Manoel Luiz Álvares de Carvalho, transformou-se em Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (Decreto Real de 01/04/1813). Admitiam-se alunos com a idade mínima de 14 anos para o curso, que durava cinco anos, habilitava ao exercício da cirurgia e outorgava licença de medicina para curar. Suas disciplinas eram: Anatomia e Fisiologia, Terapêutica, Terapêutica Cirúrgica e Particular, Medicina Cirúrgica e Obstetrícia, Medicina, Química, Elementos de Matéria Médica e Farmácia. A licença era resolvida em instância superior pelo cirurgião-mor e diretor do Protomedicato. A escola só ganhou autonomia com o Decreto Imperial de 1826, que transferiu para seu diretor o poder de outorgar as cartas de cirurgião e cirurgião formado. Em 1829 foi criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (transformada em Academia Imperial de Medicina em 1835 e, atualmente, Academia Nacional de Medicina), com grande importância na reestruturação do ensino médico e na criação das faculdades de Medicina, o que ocorreu com a Lei de 03/10/1832, que acatava com algumas alterações o Plano de Organização das Escolas Médicas do Império. Instituíram-se três cursos: Medicina, Farmácia e Partos, que funcionavam com 14 professores efetivos e seis substitutos. Cabia à faculdade

conferir os títulos de Doutor em Medicina, Farmacêutico e Parteira e reconhecer os títulos obtidos no exterior. Com a transformação em faculdade, o ingresso no curso médico se tornou mais difícil, sendo necessários exames de português, francês, inglês, latim, filosofia, aritmética e geometria. O curso passou a durar seis anos, com 14 matérias divididas em três seções: ciências acessórias, cirúrgicas e médicas. Os doutorandos deveriam sustentar, em público, uma tese (obrigatória até a reforma do ensino médico, em 1930), escrita no idioma de origem ou em latim e impressa à sua própria custa. Em 20/12/1838, formou-se a primeira turma, com 12 alunos. Seu orador, Domingos Marinho de Azevedo Americano, apresentou a tese "Sobre a phrenologia". Até 1883 era vedada a matrícula de mulheres, exceto no curso de obstetrícia, que durava dois anos. Naquele ano, obtida a permissão da matrícula feminina, três alunas ingressaram, porém apenas a gaúcha Hermelinda de Vasconcelos chegou ao fim do curso, formando-se em 26 de dezembro de 1888. Desde sua criação, a precariedade do espaço físico, do material escolar, de instrumentos, drogas, vasilhames e até de cadáveres para as aulas, além da insuficiência de professores, foram constantes. Entre 1813 e 1918, a faculdade teve sua sede em diferentes lugares: o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, na praia de Santa Luzia; o extinto Hospital Militar do Rio de Janeiro; uma sede na rua dos Barbonos; o antigo prédio do Recolhimento das Órfãs, ao lado da Santa Casa de Misericórdia. Em 12 de outubro de 1918, foi transferida para a Praia Vermelha, inaugurando, finalmente, sua sede própria, que seria demolida em 1975 durante a ditadura militar. Os médicos lá formados, no século XIX, constituíram os chamados médicos de família, praticando todas as especialidades para as diversas faixas etárias. A medicina permanecia teórica e essencialmente clínica, sem meios auxiliares de diagnóstico. Porém, começava a emergir o novo paradigma científico, divulgado através de periódicos. Em 1887, foi criado o *Brazil Médico*, vinculado à faculdade, com papel vital no combate às epidemias e divulgação das campanhas de saneamento e no apoio a uma medicina tropical, num momento de fortalecimento da higiene pública. Em 5 de dezembro de 1852, quando da inauguração do Hospício de Pedro II, já existia a cátedra de Medicina Legal, na qual eram discutidos diversos temas de interesse para a psicologia. Depois foi criada a cadeira de Higiene; em 1881, com nova reforma, foi criada a cadeira de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Mentais, ocupada interinamente pelo diretor médico do hospício e catedrático de Medicina Legal Nuno de Andrade. Em 1883, assumiu João Carlos Teixeira Brandão, considerado o primeiro psiquiatra brasileiro, que, a partir de 1887, acumulou a cátedra com a função de diretor do hospício. Neste destacaram-se nomes como Juliano Moreira, Henrique Roxo (cuja tese "Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados", de 1900, é considerada o primeiro trabalho de psicologia experimental no Brasil), Maurício de Medeiros (com a tese "Métodos de psicologia", de 1907), José Leme Lopes. O campo médico psiquiátrico brasileiro foi significativamente influenciado pelas ideias correntes na Europa, em especial na França, afirmando-se sua influência no ensino da Medicina no Brasil desde meados do século XIX, através de autores como Pinel, Esquirol, Morel e Ribot. A escola alemã aparece com Wundt, fundador do Laboratório de Psicologia de Leipzig, em 1879, propiciando a montagem dos laboratórios de psicologia no Brasil no início do século XX. Com Juliano Moreira na direção do hospício, predominou a psicopatologia de Kraepelin. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro funcionou isoladamente até 7 de setembro de 1920, quando foi instituída, às pressas, através do Decreto 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro, para conceder o título de doutor *honoris causa* de uma universidade brasileira ao rei Alberto, da Bélgica, que visitaria o país em breve. Em 05/07/1937, como Faculdade Nacional de Medicina, passou a integrar, com outras instituições, a Universidade do Brasil (Lei 452) que, com a Lei 4.831, de 05/11/1965, passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1975, a Faculdade de Medicina foi transferida para o *Campus* da Cidade Univer-

sitária, na Ilha do Fundão, onde funciona até hoje. Lá, em 1º de março de 1978, foi inaugurado o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), abrigando a maioria das disciplinas clínicas e cirúrgicas. Algumas ainda permanecem divididas entre as duas sedes, como o Instituto de Psiquiatria (IPUB). Entretanto, a psicologia passou a situar-se, desde a década de 1940, em espaço próprio (no então Instituto de Psicologia na rua México e na Faculdade Nacional de Filosofia) mantendo interlocução com a medicina em geral e a psiquiatria em particular com maior ou menor intensidade nos diferentes momentos vividos desde então.

Referências

JACÓ-VILELA, A. M.; ESCH, C. F.; COELHO, D. A. M.; REZENDE, M. S. "Os estudos médicos no Brasil no século XIX: contribuições à Psicologia". **Memorandum**, v. 7, p. 138-150, 2004. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/jacovilela01.htm>. Acesso em: 20 set. 2008.

JACÓ-VILELA, A. M.; ESPÍRITO SANTO, A. A. do; PEREIRA, V. F. S. "Medicina Legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre Medicina e Direito, uma das condições de emergência da Psicologia Jurídica". **Interações**, v. X, n. 19, p. 9-34, jan.-jun. 2005.

MAIA, G. D. **Biografia de uma faculdade: história e estórias da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha**. São Paulo: Atheneu, 1996.

VENÂNCIO, A. T. A. "Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil". **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2008.

ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** On-line. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 18 mar. 2009.

Adriana Amaral do Espírito Santo

Ana Maria Jacó-Vilela

■ Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – 1970-

Criada em 1970, em consequência da Lei da Reforma Universitária, com a qual o governo militar, em 1968, impunha novas regras para estruturação e organização das universidades brasileiras, a Faculdade de Psicologia da PUC-SP recebeu, em 1971, sua primeira turma, formada pelas vagas oferecidas pelas agora extintas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e *Sedes Sapientiae*. Cinco departamentos compunham a nova Faculdade: Métodos e Técnicas, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicopatologia (depois, Psicodinâmica) e Psicobiologia (este reunindo as disciplinas e professores da área médica: Biologia, Fisiologia, Genética do Comportamento e Neuroanatomia). Para as atividades práticas do curso, contava com as instalações do Instituto de Psicologia da PUC-SP, que começou a desaparecer nos anos seguintes. Parte da mesma reforma, implantava-se na PUC-SP: em 1969, o setor de pós-graduação, com três cursos, um dos quais em Psicologia da Educação, dirigido por Joel Martins; e, em 1971, o Ciclo Básico, obrigatório para todos os primeiranistas dos Centros de Ciências Humanas e Educação. Professores departamentalizados na Faculdade implantaram nos anos seguintes mais dois cursos de pós-graduação: em 1972, Aniela Meyer Ginsberg inicia o Programa de Psicologia Social e, em 1976, Rosa Maria Stefanini de Macedo (Departamento de Psicologia do Desenvolvimento) cria o Programa de Psicologia Clínica. Graças à implantação do setor como unidade administrativa independente, pôde a pós-graduação contratar diretamente professores para o Setor, permitindo o desenvolvimento separado da Faculdade, situação que acabou gerando distorções, atenuadas mais tarde com a obrigatoriedade de departamentalização de todos os professores, mas mantendo a autonomia dos programas em relação ao planejamento acadêmico. Quanto ao Ciclo Básico, contava com quatro disciplinas, duas das quais sob coordenação

de professores da Faculdade: Psicologia e Metodologia Científica. Os cursos das áreas de Ciências Humanas e Educação tinham ainda duas disciplinas específicas (por curso), para o de Psicologia, eram: Linguagem da Psicologia e Medida em Psicologia. À época de sua criação, a Faculdade era dirigida por Sílvia Tatiana Maurer Lane, cargo que acumulou por algum tempo com a direção da FFCL de São Bento, que se extinguiu em 1975, quando se formou a última turma do curso de Psicologia iniciado em 1963. Em seu início, as atividades da nova faculdade eram realizadas no *Campus* Perdizes; mas em 1972 foram transferidas para o *Campus* da rua das Mangueiras, hoje rua Neyde Aparecida Sollitto – que dirigiu a Faculdade de 1973 a 1976, e em cuja gestão se procedeu a uma primeira reforma do currículo iniciado em 1971. O primeiro currículo do curso de Psicologia oferecido pela nova faculdade foi elaborado por uma comissão paritária, e separava a formação em básica (três primeiros anos) e profissional (quarto e quinto anos). Assim, ao final do terceiro ano (1973), os estudantes tinham que escolher uma de quatro possibilidades oferecidas como formação profissional: Psicologia Clínica, Psicologia Educacional, Psicologia do Trabalho e Modificação do Comportamento. Ao final de 1975, significativas mudanças foram propostas: na formação básica, o estudante passou a ter 30% de seus créditos cumpridos em outras unidades acadêmicas (no início eram 18%); e no currículo profissional foi implantado um sistema de núcleos que substituía a tradicional divisão em áreas de aplicação; e, mantendo a flexibilidade curricular existente nos três primeiros anos, passou a ser oferecida ao estudante a possibilidade de se formar cumprindo, em dois anos, quatro a cinco núcleos, além de três disciplinas do currículo mínimo obrigatório por lei. No início de 1976, faleceu Neyde Sollitto e a diretoria, eleita para a gestão 1977-1981, conseguiu da reitoria a volta da Faculdade ao *Campus* Perdizes. Foram anos marcantes na universidade: primeira eleição direta de reitor no país; realização na PUC da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, proibida pelo governo militar em instituições estatais, e o também proibido Congresso da União Nacional dos Estudantes; invasão do *Campus* Perdizes pela polícia do governo militar. Na Faculdade, implantava-se o novo currículo (coordenado por uma comissão paritária) e sediava-se a Comissão Paritária Nacional contra a imposição, pelo MEC, de um novo currículo mínimo. E em 1977, envolvendo diretamente o pessoal do Setor de pós-graduação, realizou-se na PUC-SP o Congresso Interamericano de Psicologia. Em todas as gestões que se seguiram, tem sido marca da faculdade o constante cuidado com o currículo. Diferentes propostas permitiram experiências inovadoras ao longo dos anos, visando a maior aproximação ensino, pesquisa e extensão; corrigindo excessos, por exemplo, no que se referia ao número de créditos em disciplinas e núcleos eletivos; atendendo sempre à preocupação de melhor integrar disciplinas e professores, bem como em envolver melhor os estudantes nas decisões curriculares; focalizando particularmente o atendimento a subáreas como saúde e, mais recentemente, políticas públicas. De modo geral, vem realizando um conjunto de ajustes, visando a um currículo que atenda à formação de psicólogos comprometidos com a realidade brasileira e sua transformação em sociedade mais justa para todos. A Faculdade de Psicologia da PUC-SP edita desde 1995 um periódico: a *Psicologia Revista*. Enquanto isso, o setor de pós-graduação, que além do mestrado em três áreas (Educação, Social e Clínica) vinha oferecendo um curso de doutorado geral, coordenado por Aniela Ginsberg, implantou, a partir de 1982, doutorados específicos para cada área, atendendo à indicação da Capes. Ainda contratando professores diretamente, o setor criou os novos cursos e, rapidamente, se impôs junto à comunidade científica. Ao longo desses anos de funcionamento, os programas de pós-graduação em psicologia da PUC-SP vêm tendo participação importante na formação de novas gerações de pesquisadores, atuando na pesquisa, em universidades ou outras instituições, na docência e em

órgãos públicos, além de terem contribuído para a criação de novos programas de pós-graduação em diferentes estados brasileiros. Tendo como estrutura básica os núcleos de pesquisa, os programas mostram sua marca por meio de linhas de pesquisa próprias. Em 1999, é criado mais um programa, na área Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. O Programa de Psicologia da Educação, desde novembro de 1995, publica um periódico semestral, a revista *Psicologia da Educação* e o Programa Psicologia Experimental: Análise do Comportamento edita um boletim anual – *Behaviors*, com notícias e artigos das pesquisas realizadas ao longo do ano por professores e estudantes de mestrado e de iniciação científica, debatidas em evento anual do qual participam, como debatedores, pesquisadores de outras instituições.

Referências

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO BENTO. **Anais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento**. São Paulo: FFCLSB, 1955-1965.

GUEDES, M. C. **40 anos de regulamentação da profissão e a Psicologia na PUC-SP**. São Paulo: NEHPSI/PSO/PUC-SP, 2002. Mimeo.

GUEDES, M. C. **Lembrando um tempo (1976-1981) em que respondi pela Faculdade de Psicologia da PUC-SP**. São Paulo: NEHPSI/PSO/PUC-SP, 2006. Mimeo.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Faculdade de Psicologia. **Dossiê "Currículo do Curso de Psicologia"**. São Paulo: PUC-SP, 2006.

Maria do Carmo Guedes

■ Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAPSI/PUCRS) – 1998-

Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – 1969-1997

Instituto de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul – 1953-1969

O curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul foi o primeiro curso regular de Psicologia no Brasil, instituído em nível de pós-graduação *lato sensu*, influenciando práticas do fazer psicológico, especialmente no Sul do Brasil. Sua instituição respondeu à necessidade de formação apropriada para profissionais que instalavam gabinetes de atendimento, tendo em vista a crescente demanda por serviços psicológicos. A faculdade teve seu marco inicial em 24 de setembro de 1950, na Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nessa data, o reitor, Armando Câmara, sugeriu ao Conselho Universitário debater a criação do Instituto de Psicologia, no Curso de Filosofia da PUCRS. Argumentou que tal criação traria feição inteiramente nova ao curso de Filosofia, abrindo espaços de interlocução acadêmica. Acrescentou que esse ato poderia ser compreendido como preparação para instituir um curso de Psicologia. Dentre os colaboradores convidados, estava Victor de Britto Velho, professor de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. O conselho concordou com a proposta e o reitor se comprometeu a organizar o programa para constituição e funcionamento do instituto. Em 1951, quando à Universidade foi outorgado o título de Pontifícia, o conselho reuniu-se novamente, indicando uma comissão para organizar o instituto. Essa foi constituída por Armando Câmara, Victor de Britto Velho e Ernani Fiori. Em 1953, o conselho decidiu convidar para ministrar cursos e conferências o húngaro Bela Székely, que havia estudado psicanálise em Viena com Freud e atuava apoiado na teoria psicanalítica, e, em função da II Guerra Mundial, havia se transferido para a Argentina. Em maio de 1953, ele veio à PUCRS, proferiu palestras e ministrou dois cursos: Análise e Síntese Psicopedagógica e Da Psicanálise à Análise Existencial. Os eventos se iniciaram em 13 de maio e

terminaram em 30 de junho. Nesta data, após aprovação do Conselho, foi fundado o Instituto de Psicologia e criado o curso *lato sensu* de pós-graduação em Psicologia. A coordenação dos trabalhos ficou ao encargo do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o irmão marista José Otão. Esse designou uma comissão para auxiliá-lo na elaboração dos estatutos, presidida pelo irmão marista Paulo Anísio Mosca de Carvalho. Contava ainda com a participação do irmão lassalista Henrique Justo, dos irmãos maristas Hugo Danilo e Humberto Luiz, além de Pedro Mitchel. O estatuto explicitava os seguintes objetivos para o Instituto: "formar psicólogos, prestar assistência psicológica à criança e ao jovem na escola, ao homem no trabalho e às pessoas emocionalmente desajustadas". O curso visava preparar profissionais que atuassem em psicologia escolar, organizacional ou do trabalho e psicoterapia. Para se matricular, os candidatos deveriam apresentar diploma de curso superior. O primeiro diretor do Instituto foi o Irmão Paulo Anísio Mosca de Carvalho. Era filósofo e desenhou a estrutura curricular básica do curso. No segundo semestre de 1953, efetivou-se o curso preparatório de Psicologia, oferecendo disciplinas básicas para ingresso no curso regular. Inscreveram-se 58 candidatos. Em 1954, teve início o curso regular, com a duração de dois anos. Em 1955, formaram-se os primeiros Assistentes em Psicologia. Em 1956, o irmão Hugo Danilo assumiu a direção. Em 1958, ampliou-se o currículo, estendendo sua duração para três anos. Os concluintes recebiam, então, o título de Psicólogos. Após a regulamentação da profissão, em 1962, foi feita revisão curricular com vista ao reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 1963, o curso passou a funcionar como bacharelado e licenciatura, com duração de cinco anos. O reconhecimento ocorreu em 19 de março de 1965, pelo Decreto 55.849. Em 1969, o Instituto desvinculou-se da Faculdade de Filosofia, assumindo o *status* de unidade acadêmica. Era diretor o irmão Pedro Finkler. Até esse ano, o curso funcionava nas dependências do Colégio Nossa Senhora do Rosário, uma escola marista de Porto Alegre. A partir de então, foi transferido para o *campus* universitário, no mesmo prédio da Faculdade de Direito. Em 1971, em franca expansão, o Instituto instalou oficialmente o Centro Psicotécnico, com atividades de seleção para futuros calouros da Universidade e outras organizações que necessitassem desses serviços. Também nesse ano foi lançada a Revista *PSICO*, ainda hoje editada. Em 1972, foi instituído o mestrado em Psicologia Aplicada, o primeiro programa de pós-graduação no estado. As atividades enfocavam psicologia organizacional e clínica. Também foi inaugurado o Laboratório de Psicologia Experimental. A expansão do Instituto exigiu maior espaço físico. Assim, em 1973, o Instituto foi transferido para o prédio 17 do *campus* universitário, sede do Colégio Champagnat, escola marista de ensino fundamental e médio. Em 1975, na gestão de Henrique Justo, foi implantado o Serviço de Atendimento Psicológico, órgão de apoio e campo de estágio, que oferecia atendimento à comunidade. Em 1976, o Instituto passou a realizar atividades junto ao Departamento de Pediatria do Hospital Universitário. Em 1978, o enfoque escolar foi integrado ao mestrado. Entretanto, por carecer de condições julgadas necessárias para seu funcionamento, o programa teve seu credenciamento suspenso pelo Conselho Federal de Educação, em 1983. A diretora desse período, a professora Ítala Puga, se empenhou na reativação da pós-graduação, obtida em 1987, quando se estabeleceu o mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, com coordenação da professora Juracy Marques. Nesse período, também se desenvolveram cursos de especialização e práticas em comunidades e instituições fora da universidade. Em 1994, na gestão do professor Celito Mengarda, o programa de pós-graduação expandiu-se, inaugurando a área de concentração em Psicologia Clínica. No ano seguinte, instituiu-se o doutorado em Psicologia. Também na gestão do professor Celito Mengarda , em 1998, o Instituto passou a ser denominado Faculdade de Psicologia. No decorrer das gestões das professoras Jacqueline Moreira, Lílian Stein e Blanca

Werlang tiveram continuidade os processos de transformação. Destacaram-se, na graduação, mudanças curriculares e implantação do curso noturno. No âmbito da pós-graduação, em 30 de agosto de 2007, a Câmara de Pós-Graduação da Universidade aprovou a criação da área de concentração Cognição Humana, ampliando as possibilidades de ensino, pesquisa e intercâmbio acadêmico.

Referências

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto 55.849 de 19/03/1965:** Concede reconhecimento ao Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da PUCRS, 1965.

FACULDADE DE PSICOLOGIA. Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/uni/poa/psico>. Acesso em: 20 jul. 2007.

JOÃO, F. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

JUSTO, H. "O Instituto de Psicologia da PUCRS de 1976-1978". **Psico**, n. 16, v. 1, p. 71-77, 1979.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). Conselho Universitário. **Ata de sessão ordinária**. Porto Alegre, 02 abr. 1951.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). Conselho Universitário. **Ata de sessão ordinária**. Porto Alegre, 08 mar. 1953.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). Conselho Universitário. **Ata de sessão ordinária.** Porto Alegre, 30 jun. 1953.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). Conselho Universitário. **Ata de sessão ordinária.** Porto Alegre, 22 out. 1953.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). OTÃO, J. **Correspondência ao Presidente da Comissão de Registro de Psicólogos.** Porto Alegre, 11 set. 1964.

SCHROEDER, H.; FAUSTINO, J. **Síntese Histórica do Instituto de Psicologia da PUCRS.** Tomos I e II. Porto Alegre: PUCRS – Instituto de Psicologia. Relatório não publicado, 1990.

Helena Scarparo

■ Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) – 1969-

Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1945-1969

Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1938-1945

Escola de Higiene e Saúde Pública – 1931-1938

Instituto de Higiene de São Paulo – 1925-1931

Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo – 1919-1925

Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo – 1918-1919

O Laboratório de Higiene foi criado no bojo do movimento higienista que, no afã de elevar o Brasil à situação de país moderno, atribuía à medicina a tarefa de cuidar do homem capaz de construir esse país. O higienismo se propunha a atuar em vários contextos sociais: escolas, fábricas, construção de hospícios e prisões que dessem conta dos desviantes. A origem do laboratório vincula-se à instalação da cadeira de Higiene, em 1918, na Faculdade de Medicina de São Paulo, viabilizada pelo apoio e patrocínio da Fundação Rockefeller e da International Health Board (IHB). Duas comissões de estudos, enviadas ao Brasil em 1916 com objetivo de identificar os centros de ensino médico adequados à formação de quadros para atuar na prevenção e em campanhas de saúde pública, indicaram a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. A direção do Laboratório de Higiene criado na instituição foi então exercida pelos cientistas norte-americanos Samuel Taylor Darling e Wilson George Smillie. Nesse período, além do curso de Higiene, o laboratório se responsabilizou por pesquisas sobre doenças infecciosas, passando a chamar-se Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Enquanto os profissionais norte-americanos lecionavam no Brasil, Geraldo Horácio de Paula Souza e

Francisco Borges Vieira receberam da Fundação Rockefeller bolsas de estudo em Saúde Pública para a recém-inaugurada School of Hygiene and Public Health nos EUA. Em sua volta assumiram os cargos de diretor e vice-diretor do Laboratório de Higiene. Em 1923, Geraldo de Paula Souza propôs um plano para reorganização do instituto nos moldes de uma verdadeira Escola de Higiene. Esse plano deu origem à Lei 2.018, de 26/12/1924, que transferiu oficialmente o Instituto de Higiene para o governo do estado, com a denominação de Instituto de Higiene de São Paulo, a partir de 1º de janeiro de 1925. O instituto ganhou autonomia em relação à faculdade, passando a funcionar como um departamento do estado, subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior. Suas atribuições eram: a) continuar realizando o curso de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; b) ministrar curso de aperfeiçoamento técnico para funcionários do serviço sanitário e de habilitação profissional para enfermeiras e visitadoras de saúde pública; c) desenvolver pesquisas científicas; d) estudar planos e métodos de campanha sanitária; e) estabelecer padronagem para soros e vacinas que se encontrassem à venda; f) realizar estudos epidemiológicos para o serviço sanitário; e g) organizar e manter o Museu de Higiene do Estado. Segundo Lourenço Filho, por iniciativa de Geraldo Paula Sousa, formou-se no instituto um grupo de estudos em Psicologia Aplicada, do qual fizeram parte, entre outros, o próprio Geraldo de Paula Souza, Antonio Ferreia de Almeida Júnior, Benjamin de Almeida e Pedro de Alcântara. As discussões desse grupo refletiram na Sociedade Paulista de Biologia e no Serviço de Inspeção Escolar, que organizou uma escola para deficientes mentais, posteriormente a Seção de Higiene Mental Escolar da Secretaria de Educação, e a primeira Clínica de Orientação Infantil de São Paulo, essas duas últimas organizadas e dirigidas por Durval Marcondes. Outro desdobramento dessas discussões foram os estudos de Psicologia Judiciária e Psicologia Forense, a partir da Medicina Legal, dos quais participaram: Oscar Freire, Flamínio Fávero, Pacheco e Silva e Almeida Júnior. Esse grupo participou também da criação do Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT), que teve como objetivo trabalhar em prol da higienização das empresas. Também foram instalados no instituto: o curso de Educadores Sanitários (1925), que tinha como objetivo habilitar em conhecimentos de higiene as jovens formandas da Escola Normal, para que estas pudessem atuar nos centros de saúde; e os cursos de Higiene e Saúde Pública para médicos. As educadoras sanitárias formadas pelo primeiro curso tiveram um papel destacado por ocasião da constituição das clínicas de higiene mental e de orientação infantil, pois algumas de suas tarefas eram dar suporte às famílias de escolares que tivessem problemas, assim como às professoras de escolas públicas. Também eram responsáveis pelo encaminhamento das crianças que seriam cuidadas naquelas clínicas. Várias profissionais que posteriormente atuaram como psicólogas foram formadas por esse curso, dentre as quais: Lygia Alcântara Amaral, Virgínia Leone Bicudo, Diná Mascarenhas do Amaral, Helena Moreira Silva Carmo. No período em que esteve à frente do instituto (1922-1951), Geraldo de Paula Souza teve que estabelecer articulações políticas, alianças profissionais e buscar o auxílio da Fundação Rockefeller para que o instituto funcionasse. O Decreto 4.955, de 01/04/1931, reorganizou e fortaleceu o instituto, que passou a ser reconhecido como Escola de Higiene e Saúde Pública, subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública. O Decreto 4.955, de 1/4/1931, ampliou significativamente a esfera de ação do Instituto de Higiene, pois, além da criação de novos cursos e da introdução de novas matérias nas cadeiras de Higiene e Saúde Pública, previa o aumento do quadro de funcionários e sua efetivação no serviço público com cinco anos de serviços prestados. Também organizou a carta sanitária do estado e realizou estudos de Epidemiologia e Profilaxia de interesse do ensino e da higiene. Em 1934 foi finalizada a construção de um novo prédio, que abrigou a instituição e que contou com financiamento tanto do estado quanto do IHB. No início de 1938, Geraldo de Paula Souza lutou pela in-

corporação do Instituto à Universidade de São Paulo, o que veio a ocorrer pelo Decreto 9.279, de 30/06/1938, como uma de suas instituições complementares, subordinado à cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O passo seguinte foi a transformação do Instituto em uma instituição de ensino superior. Os esforços de Geraldo de Paula Souza, bem como de seus companheiros, resultaram no Decreto-lei 14.857, de 10/07/1945, que concedeu autonomia ao Instituto em relação à Faculdade de Medicina, passando então a ser denominado Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. A partir de 1969, a instituição passou a chamar-se Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e seu endereço é av. Doutor Arnaldo, 715, no bairro Sumaré.

Referências

ANTUNES, M. A. M. "A Psicologia no Brasil: desenvolvimento científico e profissional". In: MASSIMI, M.; GUEDES, M. do C. **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2004.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: UNIMARCO/EDUC, 1999.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

CARMO, H. M. S. "Depoimento". In: MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas**. São Paulo. Tese (Doutoramento em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FARIA, L. R.; VELLOSO, V. P.; FONSECA, M. R. F. da. "Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo". In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** Disponível em: <ww.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/labhigsp.htm>. Acesso em: 21 nov. 2007.

LOURENÇO FILHO, M. B. "A Psicologia no Brasil (1955)". In: ANTUNES, M. A. M. **História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

MARCONDES, D. et al. **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. São Paulo: Martins, 1946.

MASSIMI, M. "O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX". In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

Mônica Leopardi Bosco de Azevedo
Marisa T. D. S. Baptista

■ Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP) – 1976

A FEBRAP é uma sociedade civil, de direito privado, de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado. Seu objetivo central é a união das entidades brasileiras de psicodrama, que adotam como base comum a filosofia, a teoria e a prática propostas por Jacob Levy Moreno, sem excluir as contribuições e o enriquecimento decorrentes de novos estudos e pesquisas e a sua aplicação nos diversos campos do conhecimento humano. Sua criação ocorreu na década de 1970, quando um grupo de psicodramatistas, num esforço de preservação do movimento, iniciou a organização de uma associação nacional, o que veio a ocorrer em 30/11/1976. Participaram da criação da federação 14 grupos de seis estados (SP, MG, RJ, BA, RS e PR) e do Distrito Federal (DF). Assinaram a Ata de fundação: José Fonseca, José Theobaldo Diafenthasler, Ronaldo de Carvalho Filho, Alfredo Correia Soeiro, Waldeck D'Almeida, Maria Rita Seixas, Iedo R. Borges, Helio Koscky, Neli Klein do Valle, Dario H. Garcia, José Carlos Salzani, José Carlos Landini, Luiz M. Silva, Victor R. C. S. Dias, representando respectivamente as seguintes instituições: Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP), Associação Sulriograndense de Psicodrama (ASP), Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama Regional Rio de Janeiro (SBPDGP-RJ), Instituto Brasileiro de Psicodrama (IBP), Associação Bahiana de Psicodrama e Psicoterapia de

Grupo (ABPPG), Associação Brasiliense de Psicodrama e Sociodrama (ABP), Instituto de Psicodrama de Ribeirão Preto (IPRP), Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama (SBPDGP), Centro Paranaense de Estudos Psicodramáticos (CPEP), Grupo de Estudo de Ribeirão Preto (GERP), Associação Campineira de Psicodrama e Sociodrama (ACPS), Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC), Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama – São Paulo, (ABPS) e Departamento de Psicodrama do Instituto *Sedes Sapientae* (DP *Sedes Sapientiae*). A FEBRAP mantém intercâmbio com outras entidades congêneres estrangeiras e internacionais, participando de suas atividades. Organiza e promove congressos nacionais bianuais e participa da organização de alguns internacionais. Organiza a formação em Psicodrama das suas federadas, estabelecendo um currículo mínimo e critérios para o reconhecimento do título de psicodramatista. Seu primeiro estatuto limitava a titulação de psicodramatista a médicos e psicólogos. Com sua reforma em 1990, a FEBRAP passou a aceitar como associadas também escolas privadas de psicodrama. Ampliou a formação para dois focos: o psicoterápico e o socioeducacional. Atualmente, mantém um sistema de formação continuado com três níveis de titulação: nível I-Psicodramatista; nível II-Terapeuta-didata; nível III- Professor-supervisor. Em sua estrutura organizacional conta com uma diretoria executiva, um conselho fiscal, um fórum gestor formado por representantes das federadas e uma coordenação editorial da revista. A *Revista Brasileira de Psicodrama* tem desenvolvido publicações desde sua criação, em 1976. Sua periodicidade é semestral e já produziu uma edição bilíngue. Através do Fórum Gestor e da Diretoria de Ensino e Ciência, reflete e cria os princípios gerais para a formação continuada e titulação em três níveis de ensino nos dois focos – psicoterápico e socioeducacional. Foram seus presidentes: Içami Tiba, Flávio Pinto, Ismael F. Zanardini, José Carlos Landini, Geraldo F. do Amaral, Maria Luisa Soliani, Alexandre R. Bhering, Geraldo Massaro, Luiz Amadeu Bragante, Marlene Marra, Oswaldo Politano Jr., Heloisa J. Fleury, Marta Echenique, Maria Cecília V. D. Baptista. Atualmente, o Brasil é a maior comunidade mundial de psicodramatistas organizados em federação, contando a FEBRAP com 39 entidades federadas, quase a metade delas sem fins lucrativos. Suas federadas estão sediadas nos estados de SP, BA, SC, RS, MG, PE, CE, ES, GO, RJ e no DF. Além de orientar a formação de especialistas, a FEBRAP representa o movimento nas manifestações políticas e sociais através de trabalhos sociopsicodramáticos em comunidades, espaços de saúde coletiva e ações educativas. Desde 2002, vem desenvolvendo um trabalho sistemático de caráter público no Centro Cultural São Paulo (CCSP). A FEBRAP tem como meta ampliar o olhar de pesquisador nos profissionais com o objetivo de uma participação cada vez mais consciente na sociedade. Seu endereço atual é na rua Cardoso de Almeida, 60, conjunto 134, Perdizes – São Paulo.

Referências

MOTTA, J. M. C. "Fatos do Psicodrama no Brasil"**. Revista da FEBRAP. Anais do IV Congresso Brasileiro de Psicodrama.** Ano 7, n. 4, 1984.

MOTTA, J. M. C. **A Psicologia e o mundo do trabalho no Brasil: relações, história e memória.** São Paulo: Agora, 2005.

MOTTA, J. M. C. **Fragmentos da história e da memória da Psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações, história e memória.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MOTTA, J. M. C. (Org). **Psicodrama brasileiro: história e memórias.** São Paulo, Agora, 2008.

MOTTA, J. M. C. O "Psicodrama (1949-2006) durante a industrialização, a ditadura e a redemocratização do Brasil". **Revista Brasileira de Psicodrama**. v. 14, n. 2, 2006.

Júlia Maria Casulari Motta

■ Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) – 1980-

Conselho Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina (COPAL) – 1960-1980

A FEPAL criada em 1980 é a sucessora do COPAL, que foi criado em 1960 como a primeira instituição representativa de todas as sociedades de psicanálise, na América Latina, filiadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA). A constituição da futura FEPAL teve origem na imigração de psicanalistas europeus devido à perseguição aos judeus a partir de 1932 e durante a II Guerra Mundial. A primeira psicanalista imigrante a desembarcar na América Latina foi Adelheid Koch, em 1937; formada pelo Instituto de Psicanálise de Berlim, veio para São Paulo a convite de Durval Marcondes para exercer a psicanálise nesta região. O segundo psicanalista foi Angel Garma, em 1938, formado também no Instituto de Berlim e que foi para Buenos Aires a chamado de sua família e sem vínculo com qualquer grupo interessado em formar psicanalistas. No ano seguinte, desembarcou em Buenos Aires Celes E. Cárcamo, formado em Paris, também por razões pessoais. Um pouco mais tarde, em 1942, chegou a Buenos Aires Marie Langer, formada em Viena. A diferença numérica de psicanalistas imigrantes em São Paulo e Buenos Aires foi um dos fatores de maior e mais rápido desenvolvimento de uma Sociedade de Psicanálise em Buenos Aires em deteimento de São Paulo. Neste contexto, houve intercâmbio entre estes dois primeiros centros psicanalíticos da América Latina. Já em 1952, houve uma tentativa de realizar um congresso latino-americano de Psicanálise, em Buenos Aires, mas este não se realizou. No entanto, foi frequente, durante os anos de 1950, a presença dos psicanalistas argentinos em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, num contexto brasileiro em que a psiquiatria organicista defendia sua hegemonia de detentora de tratamento de doença mental. Em 1954, houve o I Congresso Latino-Americano de Higiene e Saúde Mental, na Faculdade de Medicina, em São Paulo. Nesse congresso, houve o episódio de denúncia dos médicos psiquiatras contra os psicanalistas leigos, o qual envolveu processo judicial e ameaças de prisão. Apesar disso, este congresso foi um sucesso científico-clínico da psicanálise, que contou com intensa participação dos psicanalistas da Argentina. O número de psicanalistas argentinos presentes e sua capacidade de articulação teórico-técnica impuseram aos médicos psiquiatras brasileiros condição de respeito e credibilidade. Em 1956, realizou-se o I Congresso Latino-Americano de Psicanálise, em Buenos Aires, sob a decisiva liderança de Angel Garma. Participaram psicanalistas de São Paulo, Buenos Aires, Santiago do Chile, Rio de Janeiro, Montevidéu e Havana. Tomou-se, então, a decisão de realizar um congresso latino-americano a cada dois anos. A organização dos três primeiros congressos coube a três sociedades de início mais precoce: São Paulo, Buenos Aires e Santiago do Chile. Em 1958, o II Congresso Latino-Americano foi organizado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, sob a presidência de Durval Marcondes. Em 1960, o III Congresso Latino-Americano foi organizado pela Associação Psicanalítica Chilena, tendo como presidente Ignácio Matte-Blanco, um dos pioneiros da psicanálise no Chile. Neste III Congresso, ocorreu a criação do COPAL. Arnaldo Rascovsky teve papel de liderança na criação do COPAL, que foi constituído por representantes de todas as sociedades presentes neste congresso: Carlos Plata Mujica (Bogotá), Avelino González (México), Willy Baranger (Montevidéu), Cyro Martins (Porto Alegre), Fabio Leite Lobo (Sociedade Brasileira do Rio de Janeiro), Darcy de Mendonça Uchoa (São Paulo), Carlos Whiting D´Andurrain (Santiago) e Arnaldo Rascovsky (Buenos Aires). Na segunda metade dos anos de 1970, agravou-se uma crise institucional no âmbito do COPAL, que desaguou em uma assembleia de representantes, em 6 de junho de 1980, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, fundou-se uma nova organização, a FEPAL, que se encarregou da realização dos congressos latino-americanos e se baseou em forma mais democrática de participação das entidades filiadas. No entanto, a oficialização dos estatutos ocorreu somente em 13 de abril de 2002, em

Montevidéu, no Uruguai, reunindo representantes de 19 sociedades psicanalíticas da América Latina. O primeiro presidente eleito desta última fase foi Marcelo Viñar, um psicanalista engajado e *outsider*, como ele mesmo se identifica. Hoje a FEPAL reúne 29 sociedades psicanalíticas, espalhadas em oito países da América Latina. Foram realizados até o momento oito congressos e a *Revista da FEPAL* conquistou continuidade sistemática, tendo recebido uma versão digital a partir de 2006. Também começou a funcionar no *site* da FEPAL uma Biblioteca Virtual de Psicoanálisis Latino-americana. A FEPAL tem sede administrativa em Montevidéu, no Uruguai.

Referências

BALÁN, J. **Cuentáme tu vida. Uma biografia colectiva del psicoanálisis argentina.** Buenos Aires: Planeta Argentina, 1991.

LANGER, M. **Memória, história e diálogo psicanalítico**. São Paulo: Traço, 1987.

MOM, J., FOKS, G.; SUAREZ, J. C. **Asociación Psicoanalítica Argentina 1942-1982**. Buenos Aires: APA, 1982.

PERESTRELLO, M. **Encontros: Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SAGAWA, R. Y. **Durval Marcondes**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SÁNCHEZ-MEDINA, G. **Sessenta anos da Psicanálise na América Latina**. Disponível em: http://www.fepal.org/index.php?option=com_content&task=view&id=92&Itemid=66&date=2007-07-01. Acesso em: 05 nov. 2006.

SÁNCHEZ-MEDINA, G. e outros. "As características da produção psicanalítica latino-americana". **Correio da FEPAL**. São Paulo: FEPAL, 1987.

Roberto Sagawa

■ Fundação Carlos Chagas (FCC) – 1964-

Instituição de prestação de serviços e de pesquisa, de natureza privada, situada na avenida Professor Francisco Morato, 1.565, Jardim Guedala, São Paulo – SP. Fundada em 12 de dezembro de 1964. Sem fins lucrativos, provê com serviços sua automanutenção, investindo em pesquisa e projetos socioeducacionais. Nasceu, de um lado, no contexto das discussões sobre a precariedade das provas de seleção dos vestibulares e sua falta de equidade dentro das proposições de se fazer incidir maior cientificidade nesse processo. E, de outro, na crítica à falta de pesquisas sobre a validade desses exames, sua preditividade e implicações sociais, educacionais e acadêmicas, e sobre o contexto socioeducacional do país. As finalidades principais da instituição definidas em seu estatuto são: realizar pesquisas e estudos que possam promover o desenvolvimento educacional e social; contribuir para o aprimoramento da formação científica de pesquisadores; desenvolver estudos e atividades na área de avaliação e de medidas educacionais; planejar e realizar vestibulares, concursos públicos e certificações; prestar assessoria em suas áreas de especialidade. Dentre os fundadores destacaram-se Walter S. Pereira Leser, Luiz Carlos Uchoa Junqueira e Isaías Raw. Os três exerceram a presidência da FCC, sendo seguidos por Adolpho Ribeiro Neto (1969-1986) e Rubens Murillo Marques (1986 até hoje). A FCC constituiu em 1965 um Núcleo de Testes e Medidas, especializando-se em avaliações cognitivas, desenvolvendo estudos e trabalhos em psicometria. Contou e conta, para tanto, com profissionais especializados em desenvolvimento e desempenho cognitivo, alguns com formação no exterior. Este núcleo desenvolve estudos tanto para fundamentar instrumentos como para analisar suas implicações sociais e cognitivas. Destacaram-se neste núcleo Dulce de Godoy Alves, Heraldo Marelin Vianna e Glória M. S. Pereira Lima. A partir de 1971 a fundação passou a contar com um Departamento de Pesquisas Educacionais, no qual estudos e pesquisas com forte influência de vertentes da psicologia são realizados, contemplando aspectos da cognição humana, aprendizagem, e aspectos psicossociais em processos de mudança, com foco em processos educacionais. Destaquem-se neste departamento os trabalhos de Nícia

Bessa, Ana Maria Poppovic, Maria Amélia Goldberg, Carmem Barroso, Bernardete A. Gatti, Fúlvia Rosemberg, Yara Espósito, Maria Helena S. Patto, Maria Laura P. B. Franco, Cláudia Davis, Clarilza Prado. Dois periódicos científicos, com saída quadrimestral, sem interrupções, são editados pela FCC: *Cadernos de Pesquisa* (desde 1971) e *Estudos em Avaliação Educacional* (desde 1990). A instituição promove eventos constantemente, sendo marcos, entre eles: Seminário sobre Alternativas Metodológicas para a Pesquisa: Conhecimento e Realidade, em parceria com o CNPq (1982); Seminário Negro e Educação, em parceria com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo e Fundação Ford (1987); Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil-França, em parceria com o GDRE/MAGE/CNRS – França (2007); Seminários Internacionais dos Grupos de Pesquisa em "Representações Sociais e Trabalho Docente" (2005, 2006, 2007). A instituição é regida por um conselho curador, pela diretoria e pelo conselho fiscal, com competências estatutárias definidas. Órgãos relevantes para a FCC são o Departamento de Testes e Medidas, o Departamento de Pesquisas e o Departamento de Avaliação. O público atendido abrange desde diversificados setores da administração pública federal, estadual e municipal a órgãos científicos e de regulação profissional. Na pesquisa o foco é o setor educacional, sistemas, escolas e instituições de ensino superior. As funções existentes associadas à psicologia são as de psicometrista, de pesquisador e de técnico em avaliação. Seu espaço físico é amplo, contando com três prédios, o principal com 3.771 m^2. Os trabalhos realizados pela Fundação Carlos Chagas, tanto na área de testes e medidas como na de avaliação e na pesquisa, sempre contaram com o suporte de teorizações em psicologia e com a participação ativa de profissionais desta área. Estes, em seus trabalhos de investigação, avançaram em questões ligadas ao desenvolvimento humano e à aprendizagem escolar, aos aspectos de mudança cultural/atitudinal e das representações sociais, lidando com conceitos como estruturas cognitivas, carência cultural, aprendizagem social, linguagem, mudança psicossocial, representações, metacognição, em diferentes abordagens teóricas, propiciando debates críticos em relação a esses aspectos.

Referências

COSTA, A. O.; MARTINS, A. M.; FRANCO, M. L. P. B. (org.). **Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Anna Blume/FCC, 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Informativo FCC.** São Paulo: FCC, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **30 anos de pesquisas e publicações**. São Paulo: FCC, 1994.

Bernardete Gatti

■ Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) – 1968-

Sua missão é fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico referente à educação especial, coordenando a política nesta área em Santa Catarina. Pessoa jurídica de direito público, com sede e fórum na cidade de São José e jurisdição em todo o território catarinense, está vinculada à Secretaria Estadual de Educação. Realiza atendimento direto às pessoas com diferentes tipos de deficiência, em suas próprias unidades de atendimento, bem como coordena as ações desenvolvidas pelas diversas instituições de educação especial do estado. Para tanto, deve: promover a articulação entre as instituições públicas e privadas com vistas ao atendimento de seu público-alvo; capacitar recursos humanos para a educação especial; e realizar estudos e pesquisas em relação à prevenção e assistência às deficiências. Encontra-se localizada em uma área de 52.018 m², onde estão os centros de triagem, atendimento, educação e pesquisa. A FCEE foi criada pela Lei Estadual 4.156, de 08/05/1968, e mantida pela Lei 5.328, de 30/06/1977. No Brasil, até os anos de 1950, não

havia políticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiência. No início daquela década começou a expansão de instituições privadas de caráter filantrópico, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), por exemplo. Essa situação começou a forçar a necessidade de fomentar uma política estatal para a área. Em 1957, o governo federal acabou por assumir oficialmente o atendimento educacional aos indivíduos com deficiência, por meio da realização de campanhas, sendo a primeira intitulada Campanha para Educação do Surdo Brasileiro. A Lei 4.024/61 foi a primeira formulação de uma política dirigida ao ensino especial. Em Santa Catarina, a história da educação especial começa em 1954, quando o estado recebeu a visita de um técnico do MEC, a serviço do Instituto Nacional de Educação dos Surdos do Rio de Janeiro (INES), cuja tarefa era difundir as atividades e experiências daquele instituto. Convidou três professoras da Secretaria Estadual de Educação para participarem de uma formação naquela instituição. No retorno, estas realizaram um levantamento do número de crianças com deficiência auditiva em Florianópolis, Blumenau e Brusque, dando início às primeiras atividades na área da educação especial no estado. A criação da primeira classe especial em rede pública, em 1957, é considerada o marco das iniciativas governamentais catarinenses, resultando na constituição, em 1961, da Divisão de Ensino Especial da Secretaria Estadual de Educação. O aumento da demanda de atividades em educação especial fez com que, aos poucos, surgisse a necessidade de uma instituição pública capaz de implementar, além dos atendimentos clínicos e educacionais necessários, a organização das iniciativas públicas e privadas nesta área, a capacitação de recursos humanos e a execução de estudos e pesquisas sobre a temática. Perseguindo os ideais acima descritos, foi instituída, em 1968, a FCEE, embasada no modelo clínico-comportamental. Como órgão estatal na área da educação especial, a fundação, por meio de seus estudos e pesquisas, ajudou a fomentar as políticas nacional e internacional na área. Sendo assim, em 1977, a FCEE elaborou e executou, em parceria com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e do MEC, o projeto piloto de criação de classes especiais nas escolas de ensino regular. Com o programa de ação integrada para o atendimento do excepcional em Santa Catarina, fixaram-se diretrizes de implantação e acompanhamento destas classes. Foram criadas, também, as salas de multimeios para deficientes sensoriais, depois denominadas salas de recurso. A Fundação manteve vínculos com entidades brasileiras e internacionais para fomentar suas pesquisas e intervenções, tendo sido considerada, nos anos de 1980, instituição modelo nesta área no Brasil. Movimentos mundiais, como se verifica na Carta dos Anos 80 da Organização das Nações Unidas (ONU), começaram a redimensionar a educação especial a partir daquela década, com ênfase na prevenção e integração social das pessoas com deficiência, dando início ao questionamento do modelo de classes especiais. Esses movimentos tiveram reflexo na política nacional. Em Santa Catarina, a FCEE, ao implementar as normativas nacionais, buscou consolidar a articulação entre o ensino regular e o especial. O processo de integração de pessoas com deficiência na rede regular de ensino foi oficializado no estado, de forma pioneira no país, em 1987, através da matrícula compulsória, que determinou a obrigatoriedade de matrícula em qualquer escola, pública ou privada, de toda criança em idade escolar, independente de suas características ou das condições da escola. Esse processo, bastante questionado pelas instituições de ensino, boa parte despreparadas em relação a este desafio, teve na FCEE um órgão fundamental para sua consolidação, ao auxiliar as escolas na adequação ao novo modelo educacional. A década de 1990 vem consolidar os movimentos iniciados nos anos anteriores, implementando definitivamente a política da inclusão social para as pessoas com deficiência. A Declaração de Salamanca é o marco regulatório dessa nova perspectiva, exigindo adequação dos Ministérios de Educação dos países signatários. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, instituiu que o atendimento educacional especializa-

do aos portadores de deficiência deveria ser feito, preferencialmente, na rede regular de ensino. A FCEE segue os princípios, políticas e práticas implementadas com base nesse paradigma contemporâneo, declarando seu compromisso com uma educação inclusiva e única, na qual o saber aplicado aos diversos sistemas educacionais dê sustentação a uma só educação. Tornou-se uma das mediadoras da implantação da política no estado, tendo auxiliado a adequação da proposta curricular de Santa Catarina. Desde seus primórdios, a FCEE sempre trabalhou em uma perspectiva interdisciplinar, com equipes multiprofissionais, nas quais os psicólogos estiveram, desde o início, inseridos em todas as frentes de atuação: realização de triagens, avaliações e laudos; realização de atendimentos clínicos, familiares e educacionais; acompanhamento do processo de inclusão de pessoas com deficiências em escolas regulares; realização de pesquisas sobre dificuldade de aprendizagem e aspectos psicossoais das deficiências, entre outras. A FCEE é considerada uma das principais instituições brasileiras na produção de conhecimentos e práticas em educação especial.

Referências

CARDOSO, M. T. S. **Entrevista concedida a Daniela Ribeiro Schneider**. Florianópolis, 15 mar. 2007.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE). **Aspectos da educação especial em Santa Catarina: filosofia e ação**. São José: FCEE, 1979.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/afundacao>. Acesso em: 10 mar. 2007.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE). **Estatuto Social da Fundação Catarinense de Educação Especial.** Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/afundacao>. Acesso em 10 mar. 2007.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE). **Leis da Fundação Catarinense de Educação Especial**. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/afundacao>. Acesso em 10 mar. 2007.

KASSAR, M. C. "Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações". **Caderno CEDES**. Campinas, v. 19, n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 20 mar. 2007.

MIRANDA, A. B. **História, deficiência e educação especial.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1_15.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de educação especial no estado de Santa Catarina**. São José: FCEE, 2006.

Daniela Ribeiro Schneider

■ Fundação Dom Bosco – 1964

Entidade de direito privado, filantrópica, com sede em Belo Horizonte – MG, foi criada por decreto do governador do estado José de Magalhães Pinto, Lei 3.297, de 14/12/1964. Instituída como fundação pelo Decreto 8.714, de 22/09/1965, incorporou o Instituto Dom Bosco, instituição de educação para excepcionais e de aperfeiçoamento para professores de ensino emendativo, fundado por Alaíde de Souza Melo Tibo, em 1961. Foi reconhecida como instituição de utilidade pública federal, estadual e municipal. Tornou-se fundação de direito privado pela Resolução 126/2001 da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais. É mantida pelos bens, auxílios, rendas, doações de associados e beneficiários, subvenções feitas ou concedidas pela União, município ou entidades públicas e particulares e pelos resultados da prestação de serviços. As finalidades da Fundação Dom Bosco são: ajustar-se aos interesses e possibilidades dos alunos de educação especial, objetivando sua habilitação e reabilitação; divulgar, para conhecimento dos interessados, as vantagens asseguradas pela educação especializada; criar e manter oportunidades educativas e assistenciais para aperfeiçoamento de professores de ensino emendativo, para o que poderá firmar convênios com instituições oficiais e particu-

lares; empenhar-se no estudo dos problemas relacionados com a educação de excepcionais, isoladamente ou em colaboração com entidades públicas ou privadas que solicitarem sua colaboração. Foram seus fundadores Alaíde de Souza Melo Tibo, idealizadora; os membros do primeiro conselho diretor efetivo: Hélio Durães de Alkmin, Edésio Fernandes e Pedro Parafita de Bessa; além dos membros do conselho diretor suplente: Geraldo Dias de Moura Oliveira, Ana de Sousa Melo Veloso e Terezinha Salomão Massud; do conselho fiscal: João Garcia de Azevedo, Nelida Pantuzza Silva e Jero Oliva; suplentes do conselho fiscal: Vicente Veloso, J. Pery Duarte dos Santos e Diego Lopes Marys. Seu primeiro presidente foi Edésio Fernandes, que renunciou em 4 de outubro de 1966, sendo substituído por Hélio Durães de Alkmin. Outras personagens relevantes foram Helena Antipoff, que aconselhou e apoiou a criação do Instituto Dom Bosco, e Alaíde de Souza Melo Tibo, superintendente administrativa desde a fundação até 29 de março de 2005, quando foi convidada a ser presidente de honra. Como administradora-geral, passou a ocupar o cargo Lucy dos Santos Coacci, funcionária presente desde a fundação. Seu estatuto foi instituído pelo Decreto 8.714, de 22 de setembro de 1965, alterado pelo Decreto 35.506, de 05/04/1994, sofrendo ajustes posteriores. Sua estrutura administrativa é formada por: assembleia geral, conselho diretor, conselho fiscal, presidente e diretor técnico. Em 1994 foi criado um conselho curador, que escolhe o conselho diretor, composto de três membros: presidente, vice-presidente e tesoureiro, com mandato de três anos. Tem promovido também: cursos de capacitação para docentes e profissionais da área educacional, conveniados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional; cursos de pós-graduação *lato sensu* sobre educação inclusiva, em convênio com a Fundação João Pinheiro (de 2002-2005); curso de formação de professores em educação inclusiva, conveniado com o MEC-FNDE; e outros cursos com demandas diversas em torno da temática da educação especial para reciclagem dos técnicos. Funciona em duas unidades de atendimento: uma construída especificamente para atender às demandas da clientela, com salas de aula, salas de artes e oficinas, consultórios para atendimentos médico-psicológicos, brinquedoteca, refeitório, cozinha, auditório, área livre com piscina, sala de secretaria e diretoria; a outra em uma casa adaptada e com os mesmos recursos, exceto piscina. A instituição oferece ensino especializado e atendimentos médico-psicológicos, tais como: acompanhamento psiquiátrico, grupo de estimulação essencial de zero a três anos, reabilitação fisioterápica, avaliação psicodiagnóstica, ludoterapia, psicomotricidade, orientação e acompanhamento familiar, grupo de orientação psicoafetiva, orientação de professores, acompanhamento integrado aluno-família-escola no processo de inclusão dos alunos nas escolas da rede de ensino pública, trabalho de rede social para atender ao adolescente em situação de risco social. Além disso, oferece oficinas ocupacionais, recreação, esporte e lazer. O corpo técnico é interdisciplinar, constituído de assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, pedagogos, psicólogos, professores especializados e terapeutas ocupacionais. A Fundação Dom Bosco foi relevante para o campo da psicologia no Brasil por ter sido uma das primeiras instituições de assistência a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, em que o trabalho de equipe interdisciplinar, incluindo o psicólogo, pôde ser e continua sendo efetivo. No final dos anos de 1960, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor Excepcional (SAMEX), órgão federal ligado ao então Serviço Nacional de Previdência Social, que coordenava a assistência à saúde do previdenciário e que propiciou a expansão de clínicas-escola especializadas, com o qual eram conveniadas, estando entre elas a Fundação Dom Bosco. Abriu-se um campo para o desenvolvimento do estudo e aplicação da psicologia nas áreas de Psicodiagnóstico, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia do Excepcional. Outro desenvolvimento importante foi o trabalho em equipe interdisciplinar, tendo como objetivo a integração das atividades de tratamento e acompanhamento, ministrados pelos profissionais de diversas áreas de conhecimento, uma atividade inovadora na época.

Atualmente, a Fundação Dom Bosco continua atendendo às finalidades a que se propôs desde sua fundação. Acompanhando a orientação atual de melhoria ao atendimento, enfatiza o processo de inclusão social do portador de necessidades especiais e do adolescente em risco social, tanto pela sua participação nas escolas de ensino regular como no esporte, através de maratonas esportivas nacionais e internacionais, mantendo parcerias com o Conselho Tutelar, Programa de Liberdade Assistida, Serviço de Orientação Social e Familiar e o Centro de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Desenvolve trabalho social com as famílias de seus usuários, através de oficina ocupacional para pais.

Referências

COACCI, L. dos S. **Entrevista concedida a Sônia Vieira Coelho**. Belo Horizonte, 17 ago. 2006.

FUNDAÇÃO DOM BOSCO. **Estatuto da Fundação Dom Bosco**. Belo Horizonte, 1994.

FUNDAÇÃO DOM BOSCO. **Primeiro livro de atas**. Belo Horizonte, 1965.

MINAS GERAIS. Comarca de Belo Horizonte, Cartório Jero Oliva. **Certidão Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**. Livro A-7, fls. 142-143, n. de ordem 5.709, de 14 out. 1965.

MINAS GERAIS. Lei 3.297 de 14 dez. 1964. Dispõe sobre a criação da Fundação Dom Bosco pelo governo do Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 15 dez. 1964.

Sonia Vieira Coelho

■ Fundação Helena Antipoff (FHA) – 1978-

Fundação Estadual de Educação Rural – 1970-1978

Instituto Superior de Educação Rural (ISER) – 1955-1970

Personalidade jurídica de direito público estadual, sem fins lucrativos, localizada na avenida São Paulo, 3.996, Vila Rosário, no município de Ibirité – MG, foi autorizada pela Lei 5.446, de 25/05/1970, com o nome de Fundação Estadual de Educação Rural Helena Antipoff, e instituída pelo Decreto 13.369, de 26/01/1971. A fundação substituiu o Instituto Superior de Educação Rural (ISER), criado pelo Decreto 4.830, de 12/12/1955, no mesmo município. Este foi criado pela educadora e psicóloga Helena Antipoff, no âmbito de um programa de difusão do ensino rural. Acreditava-se, naquela época, que o êxodo rural ocorria devido à falta de educação escolar na zona rural. O instituto foi criado para ser um centro de pesquisas voltadas para o homem do campo. Desde o início de seu funcionamento até o final da década de 1980, a Fundação Helena Antipoff, como instituto voltado para educação, tinha como objetivos formar, aperfeiçoar, especializar professores, administradores, orientadores e supervisores para as escolas primárias rurais e pesquisar assuntos ligados à educação, de modo geral, e, especificamente, à educação rural. Atualmente, a fundação tem por finalidade instituir e manter cursos e atividades destinados à formação de recursos humanos para a educação, observada a política formulada pela Secretaria de Estado de Educação para sua área de atuação, competindo-lhe: ministrar cursos de nível superior para a formação de professores; ministrar a educação básica e o ensino técnico-profissionalizante; promover pesquisas e atividades de extensão; instalar e conservar o Memorial Helena Antipoff; manter clínica psicopedagógica, oficinas pedagógicas e programas educacionais, para que, integrados, formem um sistema de apoio e desenvolvimento psicopedagógico; estabelecer intercâmbios, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo educacional; propor e executar projetos pedagógicos que visem à melhoria da qualidade de ensino; proporcionar ações de formação continuada, buscando o aperfeiçoamento e qualificação profissional, visando a atender às necessidades educacionais do estado, dos municípios e de outros órgãos ou instituições que venham a contratar seus serviços; manter serviços de produção e comercialização de produtos agropecuários;

instituir e manter, na forma da lei, unidades de ensino superior necessárias à realização de seus objetivos; realizar, assessorar e prestar serviços de consultoria e assistência técnica em cursos de capacitação, treinamento de pessoal, testes psicológicos, avaliação de desempenho e concursos públicos. Foram diretores da Fundação Helena Antipoff, desde a sua criação, como ISER: 1955 – Maria de Freitas; 1956 – Geralda Ávila; 1957 – Fernandina Tavares Paes; 1958 – Cora Toledo Dias; 1959 – Áurea Nardelli; 1962 – Helena Tereza de Jesus Silva; 1966 – Luiz Fernandes Neto; 1971 – Maria de Freitas; 1975 – Marlene Cortes Chaves; 1978 – José de Alencar Rogedo; 1983 – Irene de Melo Pinheiro; 1987 – Daniel Antipoff; 1990 – Fernando Luiz Levenhagen Ferreira; 1992 – Marilene de Castro André Reis; 1997 – Maria das Graças Silva Teixeira; 1999 – Irene de Melo Pinheiro. Em 1955, Helena Antipoff criou, na Fazenda do Rosário, vinculado administrativamente ao ISER, o Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède, que se transformou em centro de atendimento, estudos e pesquisas em diversas áreas da psicologia. No desenvolvimento das atividades do Laboratório, Helena Antipoff sempre se orientou por dois princípios: a) conhecer objetivamente os aspectos considerados importantes na esfera da educação rural, da psicologia evolutiva e das escalas de desenvolvimento dos jovens rurais, de professores rurais, assim como suas características psicosociais e bioeconômicas; b) desenvolver o espírito científico e o gosto pela pesquisa, o rigor dos métodos e a prudência em afirmar e formular generalizações. Entre outros estudos e pesquisas realizados pelo Laboratório, merece destaque o curso de Psicologia Experimental e Orientação Vocacional, voltado para a psicologia da aprendizagem e seleção de professores para a carreira do magistério rural, ministrado pelo professor André Rey, psicólogo russo, em 1956. Durante três meses, André Rey, assessorado por um grupo de alunos (psicólogos, pedagogos e sociólogos), desenvolveu valiosos trabalhos experimentais, além de uma bateria de testes vocacionais que serviu de base para a elaboração de padrões de estudos psicológicos relativos à adolescência da zona rural. Muitas das pesquisas desenvolvidas por Helena Antipoff resultaram na elaboração de testes. Citamos o Teste Minhas Mãos (MM), segundo ela, um instrumento para o diagnóstico psicopedagógico individual e para o controle da ação educativa da escola. O Teste Limiar/72 foi iniciado por Helena Antipoff no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, em 1934/35, e reformulado no Laboratório de Psicologia Edouard Claparède, em 1972. É um teste de aplicação individual que permite uma avaliação bastante precisa das condições de maturidade para a aprendizagem escolar e, ainda, avaliação do nível mental. Atualmente, a Fundação Helena Antipoff, além da Clínica de Psicologia, mantém a Escola Sandoval Soares de Azevedo de Educação Básica, as Oficinas Pedagógicas Caio Martins – que atendem a crianças e jovens com problemas de adaptação escolar – e o Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, que ministra cursos de licenciatura em Pedagogia, Educação Física, Matemática, Ciências Biológicas e Letras. Ainda oferece os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Alfabetização e Letramento, Educação Especial na Escola Inclusiva e Educação Física Escolar. A Fundação Helena Antipoff promove anualmente o Encontro Helena Antipoff, evento que se dedica a temas relacionados à psicologia e à educação. No ano de 2009, foi realizada a 27ª edição desse evento. Ainda, desde 2002, a Fundação vem publicando semestralmente a *Revista Escritos sobre a Educação*.

Referências

ANTIPOFF, H. **Teste MM.** Ibirité: Fundação Estadual de Educação Rural, 1975.

BOLETIM CLAPARÈDE. Ibirité: Fundação Helena Antipoff, 1970-1980.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF. **Estatuto**. Ibirité, 2003.

Therezinha Andrade

Irene de Melo Pinheiro

■ Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) – 1977-

A história do sistema de saúde do estado de Minas Gerais se caracteriza como produto de uma evolução sem planejamento até a criação da FHEMIG. As instituições para atendimento médico no setor público estadual eram dispersas e desconexas dentro de cada esfera de administração, o que fez com que os responsáveis pela gestão estadual começassem a buscar modelos de intervenção adequados às exigências regionais e locais, criando-se o Sistema Operacional de Saúde Pública do Estado. Entretanto, os objetivos estabelecidos para este sistema estavam difíceis de serem alcançados pela falta de interligação entre sistemas isolados, como a Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica (FEAP) e de outras especialidades médicas. No ano de 1976, com o propósito de promover a integração sistêmica, foi elaborado um projeto para fundir as unidades isoladas em uma única fundação, a FHEMIG, cuja ênfase seria a atenção médica generalizada. A Lei 7.088, de 03/10/1977, viabilizou a visão do sistema através de dois módulos básicos: de um lado, a fundação hospitalar, e de outro, acoplada ao primeiro, a rede ambulatorial da Secretaria do Estado da Saúde. É importante demarcar o esforço feito na ocasião para superação da dicotomia entre saúde pública e atenção médica. As unidades da FHEMIG eram compostas pelo Instituto Raul Soares (1922), o Centro Psicopedagógico (inaugurado em 1927 com a designação de Hospital de Neuropsiquiatria Infantil), o Hospital Galba Veloso (1962) e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (fundado em 1903 com o nome de Hospital de Assistência a Alienados e que teve seu nome mudado para Hospital Colônia de Barbacena, em 1934). O estado possuía, na época da criação da fundação, cerca de 9.436 leitos, dos quais 7.260 eram asilares. Estimava-se, contudo, que a demanda seria de apenas 400 leitos para atender às necessidades da população internada. Assim, o aparecimento da FHEMIG tinha como meta importante a reestruturação do atendimento. Dentro da realidade da assistência psiquiátrica, contudo, eram constantes as denúncias de abusos contra o doente assistido, mobilizando profissionais de vários setores de atendimento no sentido de melhorar e reverter a triste situação dos hospitais públicos mineiros, que se repetia no cotidiano das clínicas psiquiátricas particulares que proliferaram durante a década de 1970. O ano de 1979 parece ter sido, de certa forma, um marco nessa história. A residência de psiquiatria da FHEMIG (fundada em 1968, no Hospital Galba Veloso, e transferida para o Instituto Raul Soares, em 1971) programou, em 1979, o III Congresso Mineiro de Psiquiatria. Esse evento contou com a efetiva participação de profissionais de diversas áreas, como jornalistas, advogados, artistas e principalmente profissionais da psicologia. Nos preparativos para esse evento, os hospitais da FHEMIG foram denunciados pela imprensa. Nessa época, o psiquiatra italiano Franco Basaglia esteve em Minas Gerais, difundindo sua experiência de desospitalização psiquiátrica e o crescente movimento da psiquiatria democrática, até então pouco conhecido no estado. Pode-se avaliar que a reforma psiquiátrica de Minas Gerais teve início a partir desses importantes eventos. Em 1980, a diretoria da FHEMIG aprovou e iniciou a instalação do Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Pública, que teve início no Instituto Raul Soares e posteriormente se extendeu aos demais hospitais. Em 1993, um relatório da Auditoria Especial de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG) acusava que, dos 8.087 pacientes psiquiátricos internados no Estado de Minas Gerais, 1.266 estavam em hospitais públicos e 6.861 em 30 hospitais privados contratados pelo SUS. A partir de então, projetos dentro da lógica da reforma psiquiátrica brasileira começaram a tomar parte do cotidiano dos hospitais da FHEMIG, como hospital-dia, centro de convivência e estágios para graduandos em psicologia e outras áreas, além da tradicional residência em psiquiatria. Atualmente, a FHEMIG é a maior rede de hospitais públicos da América do Sul, mantendo 20 unidades – nove situadas no interior

e 11 na capital – que assistem a população de Minas Gerais e de outros estados, oferecendo serviços especializados de referência, em consonância com a política estadual de saúde. A FHEMIG constitui hoje uma rede de cinco complexos assistenciais, cujas unidades se distribuem da seguinte forma: urgência e emergência: Hospital João XXIII, Hospital Maria Amélia Lins, Setor Ortopédico do Hospital Galba Velloso, Centro Geral de Pediatria; especialidades: Maternidade Odete Valadares, Hospital Eduardo de Menezes, Hospital Alberto Cavalcanti; saúde mental: Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, Centro Mineiro de Toxicologia, Centro Psicopedagógico, Hospital Galba Veloso, Instituto Raul Soares; hospitais gerais: Hospital Júlia Kubitschek, Hospital Regional Antônio Dias, Hospital Regional João Penido, Hospital Regional de Barbacena; e, recuperação e cuidado ao idoso: Sanatório São Francisco de Assis – Bambuí, Sanatório Santa Izabel – Betim, Sanatório Santa Fé – Três Corações, Sanatório Padre Damião – Ubá, Hospital Cristiano Machado – Sabará. Com o uso de novas ferramentas de trabalho, a administração central da FHEMIG desenvolve hoje um moderno sistema de gestão, visando a uma maior eficiência das unidades assistenciais e administrativas no cumprimento último de sua missão: prestar melhor assistência ao usuário do SUS. Além da prestação de serviços, a fundação também ocupa o lugar de maior mantenedora de residências médicas no estado, desenvolvendo 30 programas de residência médica credenciados pelos Ministérios da Saúde e da Educação, com 325 bolsas distribuídas entre as mais importantes áreas da medicina, além de oferecer estágios na área de psicologia para diversos cursos públicos e privados do estado, contribuindo para a formação em saúde mental do futuro profissional psicólogo. O aprimoramento do serviço e o investimento na formação de profissionais médicos fizeram com que a fundação, desde 1996, se tornasse membro da Associação Brasileira de Hospitais Universitários (ABRAHUE) e da Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM).

Referências

A FHEMIG e a assistência psiquiátrica em Minas Gerais. **Revista do Centro de Estudos Galba Veloso**. Belo Horizonte, n. 5, jun./dez. 1979.

BARRETO, F. P. **Reforma psiquiátrica e movimento lacaniano.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA (FEAP). **Boletim Estatístico do Hospital Carlos Pinheiro Chagas**. Belo Horizonte, 1969.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA (FEAP). **Relatório da Direção Geral, 1971-1973**. Belo Horizonte: Fundação Educacional e de Assistência Psiquiátrica, 1969.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG). **A FHEMIG Hoje.** Belo Horizonte: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, 1983. Mimeo.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Assistência psiquiátrica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1980.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (SUS-MG). **Relatório da Auditoria Especial de Saúde Mental**. Belo Horizonte, 1993.

Renato Diniz Silveira

■ Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) – 1970-

No final da década de 1960 e início dos anos de 1970, a região Oeste de Santa Catarina passou por um momento de grandes mudanças econômicas, migrando de um modelo agrícola hegemônico para um modelo agroindustrial – o que provocou o deslocamento das populações rurais para os núcleos urbanos. Em decorrência desse processo, surgiram demandas por serviços de saúde, moradia, transporte e, especialmente, educação. Para qualificar a mão de obra, foram criadas instituições nos diferentes níveis de formação: escolas, que contribuíram para o maior índice de escolarização e o aumento do nível de escolaridade; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comer-

cial (SENAC), que formava mão de obra para o comércio; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que habilitava trabalhadores para as indústrias; e a FUNDESTE, que visava à formação superior. Portanto, desde sua fundação, evidencia-se a preocupação dos dirigentes da FUNDESTE com o desenvolvimento regional, de tal forma que, até o final de década de 1980, os cursos superiores voltaram-se para as áreas educacional e empresarial. A Fundação foi criada no dia 4 de julho de 1970, através de assembleia da qual participaram prefeitos de 37 municípios da região Oeste de Santa Catarina, devendo ser mantida com recursos federais, estaduais e com 1% dos orçamentos mensais dos municípios envolvidos. Foi oficializada pela Lei Municipal 141, de 06/12/1971. Sua primeira sede foi no edifício do Seminário Diocesano de Chapecó. Foi reconhecida como Faculdade de Ciências da Educação pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 1971. O primeiro vestibular e início das atividades ocorreram no primeiro semestre de 1972, com duas turmas do curso de Pedagogia. No segundo semestre deste ano, deu entrada ao pedido de autorização das faculdades de Língua Nacional, Matemática e Estudos Sociais, desenvolvidas através de convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação, que funcionaram em regime intensivo. Em 1974, a FUNDESTE tornou-se mantenedora do então criado Centro de Ensino Superior, onde foram lotados os cursos de Administração e Ciências Contábeis, além dos referidos anteriormente. Em 1976, a sede da fundação foi transferida para o prédio do antigo Hospital Psiquiátrico, doado pela Secretaria Estadual de Saúde. Em 1978, foi encaminhado o pedido de criação do curso de Direito. Nos cursos de licenciatura, até 1980, eram ministradas as disciplinas de Psicologia Geral, Psicologia Geral I, Psicologia Geral II, Psicologia da Educação, Psicologia da Educação I e Psicologia da Educação II. Os conteúdos ensinados diziam respeito à história da Psicologia, à Psicologia da Educação, às Teorias da Personalidade, ao Desenvolvimento e à Aprendizagem – abordando aspectos considerados normais, patológicos e profiláticos. Os planos de ensino demonstram que, no decorrer deste período, foram sendo acrescentados conteúdos, psicológicos sobre o processo ensino-aprendizagem em sala de aula, abordando a relação criança, adolescente e escola. Nos cursos da área empresarial, até 1980, eram ministradas as disciplinas de Psicologia Geral, Psicologia Geral I, Psicologia Geral II e Psicologia Aplicada. Além dessas, em Ciências Contábeis era ministrada a disciplina Psicologia Aplicada ao Trabalho. Os conteúdos das três disciplinas de Psicologia Geral eram semelhantes aos ensinados nas licenciaturas. A diferenciação ocorria mas disciplinas Psicologia Aplicada e Psicologia Aplicada ao Trabalho, cujos conteúdos abarcavam estrutura empresarial e, mais especificamente, recursos humanos nas organizações (relações humanas, comunicação, influência dos grupos sobre os indivíduos, confiança, colaboração, liderança, estilos de gerência); problemas organizacionais; seleção, motivação, treinamento e avaliação de pessoal; aplicação de testes psicométricos; função do psicólogo nas organizações e psicologia organizacional (integração homem e organização, motivação, filosofias de administração, necessidades, satisfação e frustração, atitudes, moral, pesquisa de opinião e incentivos). Os professores que ministraram as disciplinas de psicologia foram os pedagogos Reni Cecília Iop, Cléa Ana Seganfredo e Euclides Caon, e os psicólogos Roberto Caetano Castiglia, Carmem Lúcia de Melo Diniz e Lelia Porciúncula, pioneiros na difusão do conhecimento psicológico em Chapecó e região Oeste. Destaca-se que a docência foi o primeiro campo de atuação do psicólogo neste território, sendo a FUNDESTE o primeiro local onde esta atividade desenvolveu-se. A partir de 1980, o número de psicólogos foi aumentando gradativamente, ampliando-se as áreas de atuação para saúde, trabalho, escola, social e trânsito – o que contribuiu para a criação do curso de Psicologia, cuja primeira turma se iniciou em 14 de agosto de 1997. Nos anos de 1990, aconteceram algumas tentativas de transformar a FUNDESTE em universidade federal, porém, por divergências e disputas políticas, tal pleito

não foi bem-sucedido. A solução encontrada foi a FUNDESTE associar-se a outras instituições educacionais com finalidades semelhantes: Fundação Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), em Videira; Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC), em Joaçaba; Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI), em Xanxerê; e Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina (FUNESC), em São Miguel do Oeste. Disto resultou a criação de uma universidade multicampi, a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), que obteve, pelo Decreto Presidencial de 14/08/1996, o credenciamento junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Cada uma das fundações continuou a manter sua autonomia, porém juridicamente constituíam uma entidade única, com uma administração central, com um reitor e pró-reitores gerais de Administração, de Ensino e de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Em cada um dos campi existia também os três pró-reitores, implicando a possibilidade de diferentes concepções de universidade. Tal situação contraditória foi consolidando, no *Campus* de Chapecó, a necessidade de criar uma universidade com administração própria, mais democrática e descentralizada, optando-se, então, pela criação de uma nova universidade, credenciada pelo Decreto Estadual 5.571, de 27/08/2002: a Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó). Esta oferece, atualmente, 39 cursos, atividades de extensão e de pesquisa. No decorrer da sua história, a FUNDESTE, mantenedora da Unochapecó, tem formado profissionais para o mercado de trabalho de uma região bastante abrangente, que inclui, além da região Oeste de Santa Catarina, as regiões do Noroeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná.

Referências

BONAMIGO, I. S. **A psicologia, o Brasil moderno e a emergência de práticas psicológicas em Chapecó**. (Trabalho final da disciplina História da Psicologia no Brasil – UERJ/PPGPS). Rio de Janeiro, 2003, Mimeo.

BONAMIGO, I. S. **História das práticas psicológicas em Chapecó**. (Relatório de Pesquisa – Unochapecó). Chapecó, 1998, Mimeo.

BRASIL. **Decreto Presidencial de 14 de agosto de 1996**. Credencia a Universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, 1996.

CHAPECÓ. **Lei Municipal 141/71, de 6/12/1971**. Institui a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE – e dá outras providências, 1971.

FACCIO, N. I. B. **Entrevista concedida a Celso Francisco Tondin, Elison Antonio Paim e Irme Salete Bonamigo**. Chapecó, 30 jun. 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE (FUNDESTE). **Planos de ensino das disciplinas de Psicologia no período de 1973 a 1980.** Chapecó: Fundeste/Unochapecó, 1973-1980.

PAIM, E. A. **Memórias e experiências do fazer-se professor(a)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTA CATARINA. **Decreto Estadual 5.571, de 27 ago. 2002**. Credencia a Universidade Comunitária e Regional de Chapecó. UNOCHAPECÓ, 2002.

UNOESC – VISTA & REVISTA. **Grifos**. Chapecó: n. especial, jul. 1993.

Celso Francisco Tondin
Elison Antonio Paim
Irme Salete Bonamigo

G

■ Grupo de Atendimento Psicológico (GAP) – 1975-

Criado em 31 de julho de 1975, pelas psicólogas Vania Prata Ferreira Reis, Kátia França Ribeiro de Almeida e Lija Amaral Itabaiana Nicácio, o GAP foi a primeira empresa constituída no Espírito Santo, formada exclusivamente por psicólogos, para prestação de serviços de psicologia na área organizacional. A percepção de uma carência no mercado capixaba de empresas especializadas em recursos humanos motivou a abertura da empresa, além da experiência da sócia-fundadora Vania Prata Ferreira Reis, como professora da disciplina de Psicologia Organizacional, Seleção e Orientação Profissional, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde coordenou setorialmente vários concursos públicos realizados por esta instituição. No início, o objetivo da empresa era realizar trabalhos de psicologia nas áreas organizacional: recrutamento, seleção, diagnóstico, treinamento, desenvolvimento de equipes, diagnóstico organizacional; clínica: psicodiagnóstico, psicoterapia; e escolar: orientação vocacional. Depois, passaram a prestar serviços de fonoaudiologia, pedagogia e psicopedagogia. Por último, a clínica passou a prestar serviços de avaliação psicológica para o Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN-ES). Atualmente o GAP oferece todos esses serviços. A psicóloga Lija Amaral Itabaiana Nicácio saiu da sociedade no mesmo ano de sua criação; Kátia França Ribeiro de Almeida saiu em 1979, quando ingressou a psicóloga Ângela Regina Ribeiro Chuquer, que participou da empresa até 1997. A partir desta data, entrou para a sociedade o engenheiro João Luiz Vassalo Reis que, juntamente com Vania Prata Ferreira Reis, são os dirigentes atuais. O GAP buscou as primeiras parcerias em 1983, trazendo, para empresários, o Programa de Planejamento Estratégico realizado pela Fundação João Pinheiro, entidade do governo de Minas Gerais, e o Programa sobre Relações Sindicais, para o mesmo público, através da Fundação Dom Cabral da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). O GAP foi representante da Fundação Dom Cabral no Espírito Santo durante os anos de 1983 a 1989. O grupo faz seu trabalho de recrutamento e seleção não só no Estado do Espírito Santo, mas em diversas cidades do Brasil e possui uma filial em Minas Gerais. Realiza processos seletivos para grandes empre-

sas (SEBRAE, CESAN, FINDES, BANESTES, Energias do Brasil, Vale do Rio Doce, Samarco Mineração, Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Banco do Estado do Espírito Santo e Polícia Militar do Espírito Santo). Também oferece diversos cursos, tais como: Técnicas de Avaliação Psicológica, Relações Interpessoais, Desenvolvimento de Equipes, Motivação, Inteligência Emocional. Oferece vagas de estágio desde a primeira turma da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Foi a primeira pessoa jurídica de psicologia registrada no Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região.

Referências

REIS, V. P. F. **Entrevista concedida a Mônica Nogueira Vilas Boas**. Vitória, 10 dez. 2006.

GRUPO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO. **Portfólio**. Vitória: Arquivos do GAP, 10 dez. 2006.

Mônica Nogueira dos Santos Vilas-Boas

Paola Vargas Barbosa

H

Hospício da Visitação de Santa Isabel – 1864-1883

Instituição assistencial asilar para recolhimento de insanos, localizada em Olinda – PE, na Ladeira da Misericórdia, onde funcionou o Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1535 a 1831). Foi criado pelo presidente da província de Pernambuco, senador Ambrósio Leitão da Cunha, depois de ser inaugurado no Recife, em 1861, o Hospital Pedro II, este pertencente à nova Santa Casa de Misericórdia, instalada em 1860, com a extinção da congênere de Olinda. O objetivo, explicitado em mensagem à Assembleia Legislativa, era dar morada aos infelizes loucos que ficaram no Hospital dos Coelhos, no Recife – um hospital provisório – e haviam deixado de conviver com os enfermos a cargo da Santa Casa de Misericórdia transferidos para o novo hospital. Sua clientela era composta, predominantemente, por pessoas consideradas insanas. Foram também aí recolhidos insubordinados a serem adaptados aos padrões normais, para o que era necessário, por vezes, ajuda de intervenção policial. O hospício era mantido e regulamentado pela Santa Casa de Misericórdia do Recife, irmandade católica vinculada à Arquidiocese de Recife-Olinda, dirigida por regente e mordomo indicados pela mantenedora, e funcionando com um médico clínico, obrigado a uma visita semanal. O primeiro deles foi Isaías Firmo Xavier e o último Ermírio César Coutinho. Além de médico, contava também com capelão, porteiro (também sacristão), três enfermeiros, duas enfermeiras, um barbeiro e uma cozinheira. As acomodações, previstas para 40 doentes, compreendiam quartos fortes para loucos furiosos e enfermaria de pensionistas, sendo constituídas por cinco edificações, três delas com dois pavimentos, com centenárias paredes escoradas e telhados repostos após o desabamento pelas chuvas de 1862. Na inauguração, chegaram 34 pacientes, embarcados no fim da tarde para viagem de cerca de 8 km, pelos rios Capibaribe e Beberibe, sob vigilância de polícia armada, protegendo a população assustada. A instituição existiu por quase 19 anos. A deterioração das instalações, as condições de vida das pessoas asiladas (superlotação, alimentação deficiente, diarreias epidêmicas anuais) e a alta taxa de mortalidade (726 asilados haviam morrido nesse período) obrigaram o fechamento do hospício. Em 1883 restavam 83 pacientes, que foram transferidos para o recém-construído Hospício de Alienados, no sítio da Tamarineira, em Recife.

Referências

COELHO FILHO, H. **A psiquiatria no país do açúcar e outros ensaios**. Rio de Janeiro: José Olimpio, s.d.

MEDEIROS, T. A. "Primórdios". In: BASTOS, O. **História da psiquiatria em Pernambuco e outras histórias**. São Paulo: Lemos, 2002.

Tácito Augusto Medeiros

■ Hospício de Diamantina – 1889-1906

Fundado na cidade de Diamantina por José Ferreira de Andrade Brant, então provedor da Santa Casa de Caridade de Diamantina, foi o primeiro hospício de Minas Gerais. Teve sua pedra fundamental fixada em 1888, nos terrenos da Santa Casa de Caridade, e planta elaborada por Catão Gomes Jardim. Começou a receber internos em 1889, no contexto nacional de proclamação e consolidação da República e da abolição da escravatura. Esse contexto, aliado à queda dos preços dos diamantes, gerou uma crise que possibilitou o redimensionamento dos espaços urbanos, com redefinição dos lugares dos indivíduos na cidade: recolhimento de idosos carentes à União Pia de Santo Antônio; enterros em cemitérios privativos para vítimas da varíola; fundação de cemitério municipal, retirando das irmandades e confrarias o controle dos óbitos, e fundação do hospício para alienados. Propostas médicas e bases teóricas utilizadas na sua construção, bem como seu projeto de engenharia, denotam intenção terapêutica especializada, que ultrapassa a prática de recolhimento de loucos. Intenções de acolher, fazer caridade e limpeza urbana coexistiram com a chegada da medicina mental e com a pretensão de cura dos alienados. Esta intenção (de tratamento e cura), encontrada nos escritos dos médicos que então atuavam na cidade, está presente também em artigos de leigos, como o de Antônio Mourão, nos jornais *O Município* e *O Aprendiz*. Nestes artigos, há afirmação da caridade justificada pela medicina mental e ao mesmo tempo afirmação da necessidade de tratamento, bem como possibilidade de cura de moléstias cerebrais. É afirmada a necessidade de dotar o hospício com melhoramentos exigidos pela ciência, separando os loucos daqueles que possuem monomanias, afirmações que remetem às classificações e ao pensamento médico de Esquirol e à influência do discurso teórico francês no Brasil do século XIX. Não houve livros de notação de entrada e saída de pacientes em separado para o Hospício da Diamantina, estando os pacientes anotados nos livros gerais da Santa Casa de Caridade, assim como não houve médicos alienistas nesta instituição. No livro de notação de entrada e saída de pacientes da Santa Casa de Caridade de Diamantina, entre 1876 e 1900, existem diagnósticos de: alienado, delirante, delirando(a), louco e maníaco. Aparecem nos relatórios da provedoria os diagnósticos de furioso, infeliz, idiota, imbecil, monomaníaco, demente e os que sofrem de monomania criminosa e amolecimento cerebral. No princípio do século XX, no segundo livro de entrada e saída de pacientes da mesma Santa Casa consta diagnóstico de histeria. Estas notações sugerem amálgama de classificações brasileiras, da influência francesa e do senso comum. De acordo com dados constantes nos documentos existentes (ainda que lacunares), os internos do Hospício da Diamantina eram negros ou pardos, pobres ou miseráveis, mendigos, sem trabalho (vagabundos), sem família, sem nutrição ou habitação. No documento intitulado Apontamentos Sobre o Hospício de Alienados, existente na biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Diamantina, há detalhamento do projeto de construção do hospício, que ocuparia então uma área de 646 m, incluindo o pátio interno. Haveria duas alas no rés do chão com dez celas cada uma, latrinas independentes e corredores que se comunicavam com jardins laterais; duas alas no pavimento superior com 11 celas cada uma, e cada cela possuiria uma latrina. O corpo do edifício, ao fundo, seria composto de: rés do chão, cozinha, refeitório, despensa e quartos para cozinheiros, tudo arejado por

sete janelas, uma porta externa e três interiores; o primeiro andar seria composto de cinco quartos para convalescentes e latrinas, arejado por oito janelas, duas portas com saída para varanda e outras três internas. Comunicando com o pátio interno estariam três quartos para empregados, rouparia e sanitários. O pavimento superior seria composto de escada principal, antessala, salão, quartos para convalescentes e sanitários. O projeto que consta deste documento está ancorado em concepções médicas modernas. Ao mesmo tempo em que há preocupação com ventos frescos e puros e circulação de ar, que remetem à concepção miasmática da doença mental, a preocupação com a limpeza, a existência de banhos e duchas remetem ao higienismo e também ao tratamento moral que foi proposto por Pinel e Esquirol. Ainda como influência deste último, há no documento a perspectiva de convalescença e cura. O Hospício da Diamantina foi beneficiado com a primeira lei que fez referência aos alienados no Estado de Minas Gerais, a Lei 50, de 30/06/1893, que determinou a concessão de auxílio aos hospitais de alienados de Diamantina e São João Del-Rei, no montante de 50 contos de réis, mais a anuidade de 15 contos de réis para auxílio de manutenção e tratamento dos enfermos. Em 1899, o comendador Brant informou no relatório da provedoria que houve a retirada da subvenção do estado. No único relatório existente depois deste, o de 1905 a 1906, o então provedor Antônio Motta informou que o prédio que outrora fora destinado aos loucos teria agora os quartos particulares destinados para pensionistas. Afirmou, ainda, que ali existiam quatro loucos que não poderiam ser enviados para o manicômio de Barbacena. O Hospício da Diamantina, um dos pioneiros na assistência psiquiátrica mineira, que começara a receber alienados antes mesmo da conclusão de suas obras, prestou serviços em menos de vinte anos de existência, sem que seu projeto tenha conseguido chegar ao termo, nem cumprir as promessas da medicina mental que o orientou. Sem as verbas estaduais de custeio e com a fundação da Assistência a Alienados de Minas Gerais localizada em Barbacena, em 1903, passando a centralizar todas as verbas, o Hospício da Diamantina deixou de existir.

Referências

MAGNANI, M. C. A. O. **Hospício da Diamantina 1889-1906**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

MAGRO FILHO, J. B. **A tradição da loucura: Minas Geais (1870-1964)**. Belo Horizonte: COOPMED, 1992.

MOURÃO, A. "Gravíssimo". *O Aprendiz*. Diamantina, n. 2, p. 2, 30 ago. 1893.

MOURÃO, A. "Um pouco de caridade". **O Município**. Diamantina, n. 107, p. 2, 27 mar. 1897.

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

■ Hospital Adauto Botelho (HAB) – (1985 -)

Hospital Colônia Adauto Botelho – 1954-1985

O HAB foi criado em 24 de abril de 1954, no município de Cariacica, cidade da Grande Vitória, no Espírito Santo, por iniciativa do médico Adauto Botelho, diretor do Serviço Nacional de Saúde Mental e fundador do Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro (RJ). Sua construção iniciou-se durante o governo de Carlos Lindenberg, em 1949, sendo inaugurado pelo governador Jones dos Santos Neves em 1954 e colocado sob a direção do psiquiatra Alaor de Queiroz Araújo. O hospital foi construído em uma ampla faixa de terra no alto de uma pequena colina, com modelo arquitetônico de inspiração francesa, semelhante aos demais construídos na mesma época no Brasil. Em 1960, atingiu o número de 607 internos em regime intensivo de internação. Em 1968, o número de internos era de aproximadamente 1.700 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. O psicanalista e psiquiatra argentino Hugo Guangiroli chegou ao Espírito Santo no início de 1976 e contribuiu com a implantação

de um projeto de comunidade terapêutica, dentro das instalações do hospital, sob inspiração de experiências inglesas e argentinas. Assim nasceu uma inovadora experiência de psiquiatria comunitária, com equipes multiprofissionais e atividades de tempo semi-integral. Uma equipe diversificada desenvolvia atividades de psicodiagnóstico, terapia de família, assembleias, arteterapia e praxiterapia, sob a direção do psiquiatra Liberato Schwartz. Este projeto contou com a supervisão dos psicanalistas Enrique Banfi e Maria Luiza Ocampo. Esta experiência foi uma iniciativa de psicólogos e assistentes sociais em busca de formação em psicanálise sob forte influência da psicanálise argentina. Estruturaram-se, a partir daí, cursos de formação, seminários e grupos de estudo. A chegada de outros psicanalistas argentinos – Hugo Guangiroli, Jorge Volnovich, Enrique Banfi e Éster Martinez – marcou também um tempo de busca por qualificação dos profissionais que atuavam no setor de saúde mental no estado, assim como aumentou o interesse pela psicanálise. Até 1976 a psicanálise era pouco conhecida, agregava um grupo que conseguiu o registro de psicólogo por comprovação de tempo de trabalho com psicologia por mais de cinco anos. O psicólogo Roberto Cheib chegou ao estado em 1979, recém-formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e trabalhou no Departamento de Enfermagem do HAB até sua contratação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste período não teve muito contato com a experiência da comunidade terapêutica. A assistente social Jorgete Barroso Velozo, que trabalha no HAB desde aquela época, relatou em entrevista que a comunidade terapêutica existia no organograma do hospital e tinha instalações diferenciadas dentro do espaço físico, mas era considerada por alguns profissionais como um trabalho menos importante dentro daquela instituição. Mesmo que esta experiência tenha sido subestimada por alguns, o jornal *A Tribuna* de 16/11/1980 destacou uma exposição de trabalhos desenvolvidos pelo projeto de psiquiatria comunitária. Nesta reportagem, o psicólogo José Alvim Ferreira Candido afirmou que a comunidade terapêutica trabalhava de forma diferenciada, atendendo somente àqueles que eram considerados psicóticos, e que o HAB internava também neuróticos e toxicômanos. Além deste psicólogo, o referido jornal listou o trabalho de outros que atuavam no projeto: Ítalo Francisco Campos, Denise Amorelli, Vanessa Torres e Maria Cristina Horta. Os psicólogos e assistentes sociais que trabalhavam na comunidade terapêutica estavam em processo de análise e formação com os psicanalistas argentinos. A experiência da comunidade terapêutica foi extinta no início da década de 1980, sob a justificativa de alto custo. Durante essa década, não havia subdivisões de enfermarias nem atividades dirigidas à clientela e a medicalização foi intensificada. Em 10/09/1996, em consonância com os debates que ocorriam em todo o país, foi aprovada a Lei 5.267, pelo governador Vitor Buaiz, que viabilizou a reestruturação da saúde mental no Espírito Santo, estabeleceu os direitos e o fluxo da atenção em saúde mental no estado. Ao sancioná-la, o governador priorizou recursos para os seguintes serviços: atenção em ambulatórios; centros de convivência; centros de atendimento psicossocial; oficinas protegidas; lares protegidos; hospital-dia; hospital-noite; unidades psiquiátricas em hospital geral; serviços de internação parcial e programas de saúde mental em diversos serviços de saúde. Desde então, iniciou-se um processo de transformações intensas na assistência em saúde mental do Espírito Santo e a consequente transformação da estrutura do HAB. Este possuía, então, 350 leitos divididos em duas alas por sexo. Os casos agudos e crônicos eram atendidos nas mesmas enfermarias. Naquele tempo, a população do hospital era formada por pacientes com internações de longa permanência e moradores que, em sua maioria, haviam perdido completamente os vínculos familiares e sociais. A partir daí, o hospital passou a funcionar com três unidades assistenciais distintas: Unidade de Curta Permanência, Unidade de Ressocialização e Unidade de Atenção Diária. A Unidade de Curta Permanência é destinada à recepção dos

casos de crise aguda vindos do Hospital São Lucas, disponibilizando 50 leitos; a Unidade de Atenção Diária, que funcionava como um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Moxuara, acolhe usuários da região circunscrita à cidade de Cariacica e do entorno; a Unidade de Ressocialização presta assistência à clientela de longa permanência no hospital, reabilitando para o convívio social, atualmente com 96 moradores. Esta última unidade é responsável pela reinserção de internos que hoje estão na condição de moradores do hospital na comunidade. A assistente social Jorgete Barroso é a gerente deste setor e atual responsável pelo projeto e a gerência das cinco residências terapêuticas existentes no estado. Maria da Penha Caliman foi a primeira psicóloga a assumir um cargo de direção neste hospital (1995 a 1997). Desde 2006, o diretor também é um psicólogo, Renato Vieira.

Referências

CARVALHO, C A. **Os psiconautas do Atlântico Sul. Uma etnografia da Psicanálise**. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória – UNICAMP; Vitória: EDUFES, 1998.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Lei 5.267, de 10 de setembro de 1996**. Palácio Anchieta, 10 set. 1996.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. **Implantação de serviços residenciais terapêuticos no município de Cariacica.** Superintendência Central de Epidemiologia, Planejamento e Informações. Coordenação Estadual de Saúde Mental, ago. 2004.

GUANGIROLI, H. **Entrevista concedida a Maria Inês Badaró Moreira**. Cariacica, 23 ago. 2006.

JORNAL A TRIBUNA. **Imagens do inconsciente**. Domingo, 16 nov. 1980.

JORNAL A GAZETA. **Um novo tratamento psiquiátrico: recupera o doente e prepara a família.** Caderno 2. artes e Lazer. s/d.

MOREIRA, M. I. B. **Se esta casa fosse minha: habitar e viver na cidade a partir de uma residência terapêutica.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

ROSSONI, C. **Palestra conferida no Espaço Abrapso – ES**. FAESA, *Campus* I, 15 ago. 2004.

SILVA, L. B. S. (Org.) **Resgate da memória do Hospital Adauto Botelho**. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Secretaria da Saúde, 2005.

VELOZO, M. J. B. **Entrevista concedida a Maria Inês Badaró Moreira**. Cariacica, 15 abr. 2006.

Maria Inês Badaró Moreira

■ Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – 1935-

Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja – 1902-1935

Localizada no Vale de Azambuja, distrito de colonização italiana na cidade de Brusque – Santa Catarina, a Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja foi pioneira na criação de um espaço asilar no estado. A instituição, de caráter filantrópico, fundada em 1902 pelo padre Antônio Eising e pelas irmãs da Divina Providência, englobava um hospital, um asilo, um orfanato e um hospício. Sua missão era abrigar os doentes, principalmente pobres e abandonados. Localizava-se dentro do conhecido Santuário de Azambuja, espaço de peregrinação de fiéis católicos. Durante os anos iniciais, não havia a presença de médicos. O serviço prestado era de caráter assistencial, priorizando a higiene, a boa alimentação e o conforto espiritual aos pacientes. A manutenção financeira da instituição era realizada por meio de donativos da comunidade em geral, de organizações de caridade (como as Damas de Caridade da vizinha cidade de Itajaí), bem como do rendimento de festas organizadas pela Igreja. Em 1904, porém, a Câmara Municipal de Brusque passou a conceder-lhe uma subvenção, o que logo foi seguido pelo estado. Entretanto, essas verbas não eram suficientes para o suprimento, e os constantes déficits financeiros levaram o hospital a reivindicar uma administração própria, tornando-se independente da Paróquia de Brusque. Assim, no ano de 1905 o santuário e a administração do hospital foram entregues aos pa-

dres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, tendo à sua frente o padre Gabriel Lux. O hospital, sob sua direção, tornou-se referência na região, passando a receber um número de pacientes muito além da sua capacidade. Foram feitas, então, obras de ampliação. Em 1910, foi concluída a ala específica para os doentes mentais, com 30 leitos para alienados e celas especiais para os furiosos e delirantes. Esta seção passa a ser referida como Hospício de Azambuja. O inspetor de saúde do estado, doutor Joaquim David Ferreira Lima, quando em visita ao hospital em 1913, a pedido do governador, solicitou a ampliação da seção para alienados, visando atender aos problemas de internação e tratamento dos doentes mentais no estado, que, até então, eram recolhidos às cadeias públicas. Acertou-se que o hospício adotaria um sistema terapêutico, que previa a praxiterapia, os banhos terapêuticos e o sistema de clausura para os mais agitados. A direção da instituição seria entregue a um médico alemão, com quem Padre Lux já havia se correspondido. Os constantes encaminhamentos de pacientes por parte de órgãos oficiais, que passaram a acontecer, levaram rapidamente à superlotação do hospício. Somente dois anos depois do combinado, em 1915, é que a instituição recebeu seu primeiro médico, doutor Melcopp, substituído, em 1924, pelo doutor Saettelei. A direção, a partir de 1918, passou a fazer constantes reclamações relativas à ausência das verbas prometidas pelo estado. O entusiasmo inicial com o hospital, idealizado como aquele que poria fim aos problemas dos alienados em Santa Catarina, arrefeceu, e logo foram retomadas as solicitações para a construção de um hospício estadual de caráter público. Em 1933, a Consulesa Renaux, esposa do fundador do parque industrial têxtil de Brusque, visitou o Hospital de Azambuja e prometeu auxílio para a construção de novas instalações, dignas de sua importância no estado. Iniciadas as obras nesse mesmo ano, foram concluídas em 1935, com a inauguração do novo prédio. Nessa ocasião, o arcebispo de Florianópolis, a fim de homenagear o provedor da construção, decidiu modificar a denominação do hospital, chamando-o, a partir de então, Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux. Finalmente, em 1941, foram atendidos os clamores para a construção de um hospital psiquiátrico de caráter público estadual. Foi assim que, em janeiro de 1942, os alienados de Azambuja foram transferidos definitivamente para o recém-inaugurado Hospital Colônia Santana. Partiram, junto com os pacientes, as irmãs da Divina Providência Telefora e Francelina, que se estabeleceram no hospital-colônia a fim de auxiliar no tratamento dos doentes. A parte do Hospício de Azambuja foi, então, definitivamente fechada. O hospital mantém-se atualmente como hospital geral, com capacidade de 206 leitos, distribuídos em três grandes alas. O corpo clínico, composto de mais de trinta médicos, atende nas áreas de clínica médica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica e psiquiátrica, sendo o hospital de referência na região de Brusque. Houve a inserção de profissional de psicologia na instituição a partir do final dos anos de 1990, atuando como psicólogo hospitalar, sendo contratado um profissional para atender a toda a instituição. Esta situação – de um único profissional psicólogo para atender a toda a instituição a se mantém até hoje.

Referências

BESEN, J. A. **Azambuja: 100 anos.** Brusque: Ed. Independente, 1977.

DELFINI, A. C. "A imigração italiana e saúde mental: mais um (louco) para Brusque?". **Psychiatry On-line Brazil** n. 8, maio 2003. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0503.htm>. Acesso em: 25 ago. 2005.

HOSPITAL CÔNSUL CARLOS RENAUX. Disponível em: <http://www.azambuja.org.br/hospital/historico.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.

MELO, M. C. "Da ideia à materialização: a relação estado – Colônia Santana". In: **Psychiatry on Line Brazil**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1200.htm>. Acesso em: 27 set. 2006.

SANTOS, N. G. **Do hospício à comunidade: políticas públicas de saúde mental.** Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

SIGOLO, R. P. "Vislumbrando o diferente: teorias psiquiátricas na formação da Colônia Santana". In: **Psychiatry on Line Brazil**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0401.htm>. Acesso em: 27 set. 2006.

Daniela Ribeiro Schneider

■ Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/USP) – 1944-

O HC/USP, situado na avenida Doutor Enéas de Carvalho Aguiar, 225, São Paulo – SP, foi inaugurado a 19 de abril de 1944. Seu núcleo inicial foi o Instituto Central do Hospital das Clínicas (ICHC), que gerou posteriormente sete institutos e quatro unidades auxiliares, e em cinco institutos e duas unidades auxiliares a psicologia existe como serviço, divisão ou seção. Em todos são desenvolvidas três tipos de atividades: atendimento, ensino e pesquisa. O Serviço de Psicologia e Psiconeurologia do Instituto de Psiquiatria iniciou-se em 1958, quando Sonia Letayf começou a desenvolver atividades psicológicas na então denominada Clínica Psiquiátrica do HC. Em 1977, sob a direção do psicólogo e psiquiatra Maximo Stefano Lamberti, foi criado o Serviço de Psicologia. Hoje os psicólogos atendem a pacientes internados e de ambulatório, com atividades em triagem, psicodiagnóstico, avaliação neuropsicológica, elaboração de relatórios e discussão de resultados com a equipe multidisciplinar; além de encaminharem pacientes quando necessário e oferecerem ainda assistência psicológica a pacientes e/ou familiares. A Divisão de Psicologia (DIP) do Instituto Central surgiu a partir das atividades de psicologia que, de 1982 até 1987, foram coordenadas por Mathilde Neder. A DIP-ICHC é constituída por: Serviço Central de Atendimento Psicológico Integrado e Serviço de Psicologia para Ambulatório e para Pacientes Internados. As atividade desenvolvidas pelos psicólogos relacionadas ao atendimento são: avaliação psicológica; tratamento psicológico e prevenção: psicoterapia ao paciente e à família; psicomotricidade ou terapia psicomotora; psicopedagogia; orientação ao paciente e à família; consultoria psicológica, interconsultas e assessorias. A Seção de Orientação Psicosocial do Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT) também decorre das atividades de Mathilde Neder, iniciadas por volta de 1954 junto à Clínica Cirúrgica de Colunas de crianças, no IOT. Em 1957 foi iniciado o trabalho psicológico em reabilitação junto ao Instituto Nacional de Reabilitação (INAR), que era subvencionado pela ONU. Nesse início participaram também Amélia Barbosa Correa e Christina Kishido On. Hoje os psicólogos atuam em três níveis: pronto-socorro, ambulatório e enfermaria. As principais atividades desenvolvidas são: psicodiagnóstico, psicoterapia breve (individual e grupal), psicopedagogia, terapia psicomotora, orientação familiar, interconsultas, assessoria, visitas externas. O Serviço de Psicologia da Divisão de Medicina de Reabilitação (DMR) foi criado em 1974 e até 1982 teve Mathilde Neder como sua diretora, tendo sido substituída por Vera Lucia Rodrigues Alves, que permanece até hoje. Sua finalidade é dar atendimento aos portadores de deficiência física incapacitados, necessitados de reabilitação. O atendimento é efetuado por uma equipe multiprofissional, especializada nas diferentes deficiências, formada por médicos, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas, técnicos desportivos e especialistas em educação especial. O serviço de psicologia é dividido em duas seções: Seção de Assistência Psicológica e Seção de Orientação para o Trabalho e Aconselhamento Profissional, com um setor de colocação. Faz parte desta última seção uma oficina devidamente preparada para cursos profissionalizantes. O Serviço de Psicologia do Instituto do Coração (INCOR) teve início juntamente com o instituto em 1975, tendo como diretora, desde então, a psicóloga Belkiss Wilma Roman. Os pacientes entram em contato com o serviço no ambulatório e/ou nas unidades de internação, pronto-socorro

e condicionamento físico. São desenvolvidos dois tipos de atividades: triagem do paciente, que poderá ser admitido no INCOR ou encaminhado para outros serviços existentes na comunidade; e programas de atendimento: grupos de obesos, de coronária, de fila de espera de cirurgia de válvulas, de orientação para cirurgia de congênitos, de cardiopatias diversas, de hipertensão e outros. O Serviço de Higiene Mental do Instituto da Criança teve sua origem na pesquisa de doutorado, em 1956, da psicóloga Aidyl M. Q. Pérez Ramos, com crianças asmáticas na Clínica de Higiene Mental da então Seção de Pediatria, hoje Instituto da Criança. A partir de 1963, a psicóloga Tereza Stangherlin assumiu a coordenação do serviço. A atuação ocorreu em três níveis: enfermarias, ambulatórios e centro de saúde-escola. Nas enfermarias são desenvolvidas as seguintes atividades, conforme características da unidade: grupo de pais, grupo de acompanhantes, grupo de crianças, reuniões técnicas da equipe interdisciplinar, interconsultas, atendimento individual. O Setor de Psicologia do Hospital Auxiliar de Suzano situa-se no município de Suzano e pertence ao HC na condição de retaguarda deste. Caracteriza-se pelo atendimento a pacientes de longa permanência, incluindo pacientes em reabilitação e terminais. Basicamente, o trabalho de psicólogos é em psicologia comunitária, priorizando as atividades multiprofissionais. Além desses setores de psicologia descritos, há outros dois espaços no HC que contam com a colaboração de psicólogos: o Serviço de Recrutamento e Seleção de Pessoal, iniciado por Norberto Keppe na década de 1950 e que contou durante muitos anos com a direção de Geraldo R. Rudgeri; e o Serviço de Assistência Médica e Social aos Servidores (SAMSS), que conta com a colaboração dos psicólogos do Instituto de Psiquiatria e do DIP para atendimento aos funcionários e assessoria à creche que atende a filhos de servidores com idade de dois e três anos. A Divisão de Psicologia do ICHC e os Serviços de Psicologia do INCOR e do DMR promovem congressos e encontros com regularidade, colaborando para a socialização de seu conhecimento em todo o Brasil. Em 1975 foi realizado no HC o I Encontro Nacional de Psicólogos da área hospitalar, promoção dos vários serviços de psicologia do HC. No ano de 1987, o ICHC promoveu o II Seminário Internacional de Psicologia da Saúde e o I Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde. A Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar e a Associação Brasileira de Psicologia da Saúde – Hospitalar, que surgiram após os primeiros encontros, também têm promovido congressos e outras atividades em todo o Brasil, com a participação direta dos psicólogos do HC. A Superintendência do HC criou em 1987 a Coordenadoria das Atividades dos Psicólogos do HC, coordenada por Mathilde Neder, no sentido de aproximar os serviços de psicologia, mantendo suas características e campo próprio de trabalho. Essa Coordenadoria criou, em 1991, a *Revista de Psicologia Hospitalar*, com periodicidade semestral, que é um espaço de publicação para todas as unidades de psicologia do HC. Em 2003, a revista *Psicologia Hospitalar* foi criada pela DIP. Nos anos de 1988 e 1989 foram criados dois centros de grande importância para a psicologia no HC: o Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia Hospitalar – CEPPHO, com diretoria mista, constituída por profissionais do HC e de diferentes centros científicos, técnicos e universitários, de alcance nacional e internacional; e o Centro de Estudos e Pesquisas Psicocirúrgicas (CEPPSIC), inicialmente referente só à área de cirurgia e que passou depois a toda área psicológica abrangida pelo DIP.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Mathilde Neder – vida e obra.** Vídeo. Coordenação: Rute Coelho Zendron. Rio de Janeiro: CFP/Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2001.

DITTRICH, A.; OLIVEIRA, L. A.; ZENDRON, R. C. **Franco Seminério, Paulo Rosas, Mathilde Neder**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ENCONTROS DE PSICOLOGIA HOSPITALAR: I (São Paulo, 1987); II (Recife, 1989); III (Curitiba, 1991); IV (João Pessoa, 1993); V (Caldas Novas, 1995); VI (Curitiba, 1997); e VII (Belo Horizonte, 1999). **Folhetos informativos**.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vídeo**. São Paulo: HC FMUSP/Banco Real, s/d.

I SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA HOSPITALAR NO HOSPITAL GERAL. Promoção Capsi. HCUSP - **Folheto Informativo**, 1994.

III ENCONTRO DOS PSICÓLOGOS DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS. **Programa.** Comemoração do cinquentenário HC. Dia do psicólogo. O psicólogo no Hospital Escola, out. 1994.

NEDER, M. "Adentrando um hospital". **Boletim da Academia Paulista de Psicólogos**, n. 19, p. 36-48, 2000.

NEDER, M. "Daily work in the psychology unit at a rehabilitation center: problems presented and possible solutions". In: United Nation (Org.). **Basic services and equipment for rehabilitation centres**. New York: United Nations, 1967.

REVISTA DE PSICOLOGIA HOSPITALAR. **Revista da CAPSI**, ano 1, n. 1, jan./jun. 1991.

REVISTA PSICOLOGIA HOSPITALAR: UMA ALIANÇA COM A SAÚDE. **O mundo da saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, jul./set. 2003.

Mathilde Neder

■ Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT-BA) – 1991-

Manicômio Judiciário da Bahia – 1928-1991

Instituição asilar de natureza pública com dupla função carcerária-terapêutica, cujos pilares constitutivos são o direito penal e a medicina. A partir do Código Penal de 1940 e de sua reforma em 1984, o Manicômio Judiciário da Bahia é o lugar onde os sujeitos considerados inimputáveis cumprem medida de segurança. É considerado inimputável o sujeito que, ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de compreender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por possuir doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado. Ao contrário da pena, que tem caráter retributivo, as medidas de segurança são consideradas medidas de tratamento, seja em internação num hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou sujeição ao tratamento ambulatorial, tendo caráter preventivo, e possuindo duração indeterminada por estarem vinculadas à periculosidade do sujeito. A direção da unidade cabe aos médicos, os quais têm ainda como atribuição a elaboração de relatórios, laudos de insanidade mental e de cessação de periculosidade, além da assistência aos internos. Eles não podem nem internar nem dar alta aos pacientes, pois o ingresso, a permanência e a saída destes da instituição são determinados pelos juízes: os que instauram o incidente de insanidade mental para avaliar a imputabilidade do autor do crime, aplicando ou não a medida de segurança; e os juízes responsáveis pelo acompanhamento e pelo cumprimento desta, os quais decidem pelo seu término, encaminhando a carta de desinternação. Os psicólogos passaram a compor o corpo técnico na década de 1980, para realizar perícia quando convocados pelo juiz, cabendo-lhes a função assistencial-terapêutica aos internos, trabalhos grupais, organização de atividades e projetos institucionais. O Manicômio Judiciário da Bahia foi criado pela Lei 2.070, de 23/05/1928, subordinado à Secretaria de Polícia e Segurança Pública, durante a gestão do governador Vital Henrique Baptista Soares (1928-1930). À época, os doentes mentais delinquentes tinham dois destinos: ou eram encaminhados para o Pavilhão Manoel Vitorino do Hospício São João de Deus (que, em 1936, passou a se chamar Hospital Juliano Moreira), conhecido como o pior pavilhão do asilo por causa das precárias condições sanitárias, ou eram recolhidos à penitenciária do estado. Mesmo com o decreto de criação do manicômio judiciário, os internos permaneceram no Pavilhão Manoel Vitorino até a segunda metade da década de 1960, quando, no governo de Lomanto Júnior (gestão 1964-1967), após a reforma administrativa por ele empreendida, os loucos criminosos passaram a ser internados em outra dependência do Hospital Juliano Moreira: o Pavilhão Víctor Soares. Esta transferência ocorreu no dia 07/04/1967, passando o manicômio judiciário a ser submetido ao

Departamento de Assuntos Penais (DAP) da Secretaria de Justiça. No dia 20 de agosto de 1973, quando era governador Antônio Carlos Magalhães (gestão 1971-1975), os internos foram transferidos para o prédio localizado na avenida Afrânio Peixoto, s/n – Baixa do Fiscal, Salvador – BA, onde funciona o atual HCT-BA. Herança de uma construção onde funcionou a primeira penitenciária do estado, sua estrutura física comporta um pavilhão administrativo, o pavilhão principal e uma extensão na qual funcionam o refeitório e a lavanderia. Com capacidade para 280 leitos, o prédio é dividido em cinco alas, sendo uma feminina. As alas são gradeadas na entrada, possuem uma enfermaria e um banheiro coletivo, os quartos são abertos e as janelas gradeadas. A rotina da instituição obedece a um regime prisional, com horários preestabelecidos para refeições, banhos de sol, acordar, dormir e tomar medicação. Poucas são as atividades ocupacionais e terapêuticas oferecidas aos pacientes, que passam a maior parte do tempo ociosos, sob efeito de medicação, deitados ou perambulando pelo pátio ou no campo de futebol. Os agentes penitenciários conduzem toda a rotina e a contagem dos internos, garantindo a ordem e aplicando punições. Ao longo dos anos, o manicômio judiciário passou por reformulações administrativas. Em 1988, com base no Decreto Estadual 1.899, de 07/11, passou a ter como objetivo receber, sob regime de internação e por determinação judicial, para perícia, custódia e tratamento, indiciados, processados e sentenciados, suspeitos ou comprovadamente portadores de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Com a Lei Estadual 6.074, de 22/05/1991, passou a ser denominado HCT-BA e atualmente (2008) funciona com cinco coordenações: de segurança; administrativa; de registro e controle; de atendimento à saúde; e de atividades educacionais, laborativas e socioterapêuticas. A coordenação de atendimento à saúde conta com cinco setores: o ambulatório, responsável pelas consultas, enfermaria, atendimento odontológico, exames e a contabilização dos atendimentos e diagnósticos; a assistência social; a nutrição; a enfermagem; e a internação, estas últimas controlam as admissões e altas, encaminham exames complementares, fazem o balanço nutricional das refeições, desenvolvem atividades ocupacionais, recreativas e realizam o acompanhamento por um ano dos pacientes egressos. Visando à proteção da pessoa com transtorno mental autora de delito, foi aprovada a Resolução 5, de 04/05/2004, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, estabelecendo as diretrizes para a adequação das medidas de segurança às disposições da Lei 10.216, de 06/04/2001, que instituiu a reforma psiquiátrica no Brasil. Esta orientação começou a ser absorvida recentemente no Estado da Bahia, com o Provimento CGJ – 14/2007, da Corregedoria Geral de Justiça, de 20/08/2007, nos seus artigos 15 e 16, que preveem o cumprimento da medida de segurança de tratamento ambulatorial junto à rede de saúde pública, preferencialmente em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e da medida de segurança de internação em hospital especializado, podendo haver o encaminhamento do paciente ao HCT quando for necessário. Nesse sentido, o HCT deverá ser substituído gradualmente por uma rede de serviços de saúde mental com modalidades de atenção e cuidado que não privilegiem a internação como tratamento.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde; BRASIL, Ministério da Justiça; BAHIA, Secretaria de Saúde; BAHIA, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; BAHIA, Universidade Federal. **Relatório Final do Censo Clínico e Psicossocial da População de Pacientes Internados no Hospital de Custódia e Tratamento do Estado da Bahia**, Salvador-BA, 2004.

CORREIA, L. C.; LIMA, I. M. S. O.; ALVES, V. S. "Direitos das pessoas com transtorno mental autoras de delitos"**. Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23, n. 9 p. 1995-2012, set. 2007.

DELGADO, P. G. G. **As razões da tutela**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1992.

JACOBINA, R. R. "O silêncio dos inocentes III. O cuidado aos psicopatas e degenerados no Hospícios São João de Deus (1912-1930)". **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador-BA, v. 28, n. 1, p. 50-64, 2004.

JACOBINA, R. R. "De santo (S. João de Deus) a médico (Juliano Moreira): análise histórica do Manicômio Estatal na Bahia (1930-1937)". **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador (impressão gráfica), v. 30, n. 1, p. 19-38, 2006.

PERES, M. F. T. "Doença e delito: relação entre prática psiquiátrica e poder judiciário no Hospital de Custódia e Tratamento de Salvador, Bahia". Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária). Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

PITHON, T. M. "Discursos que fazem rir e que matam. Análise foucaultiana dos discursos que produzem o cruzamento entre doença mental e periculosidade. Um estudo de caso no Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia". Monografia (Graduação de Psicologia). Faculdade Ruy Barbosa, Salvador, 2005.

SAMPAIO, N. de S. **Vida Penitenciaria Bahiana no ano de 1938**: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lafayette Pondé, M.D. Secretario do Interior e Justiça, pelo Dr. Nelson de Souza Sampaio, Diretor da Penitenciaria do Estado. Arquivo Público da Bahia: 1938.

Thiago Monteiro Pithon
Ludmila Cerqueira Correia

■ Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho – 1986

Manicômio Judiciário Heitor Carrilho – 1954-1986

Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro – 1921-1954

Em alguns países, indivíduos que cometem crimes e são considerados irresponsáveis devido à presença de algum tipo de perturbação mental, são enviados a setores especiais de hospitais psiquiátricos. Em outros, são enviados para setores especiais das prisões. Parece ter sido a Inglaterra o primeiro país a erigir um estabelecimento particularmente destinado para delinquentes alienados, a prisão especial de Broadmoor, em 1870. Antes dela, tanto na França quanto nos Estados Unidos havia apenas anexos especiais em alguns presídios. No Brasil, o Código Penal de 1890 somente dizia que eram penalmente inimputáveis e deviam ser entregues a suas famílias ou internados nos hospícios públicos, se assim exigisse a segurança dos cidadãos. A decisão em cada caso era uma atribuição do juiz. Em 1903, a lei especial – Decreto 1.132, de 22/12/1903 – para a organização da assistência médico-legal a alienados no Distrito Federal, modelo para a organização desses serviços nos diversos estados da União, estabeleceu que cada estado deveria reunir recursos para a construção de manicômios judiciários e que, enquanto tais estabelecimentos não existissem, deviam ser construídos anexos especiais aos asilos públicos. Assim, no bojo das reformas introduzidas no Hospício Nacional de Alienados, localizado na capital da República, criou-se uma seção especial para abrigar os loucos criminosos, significativamente batizada de Seção Lombroso, em homenagem ao psiquiatra e antropólogo criminal italiano César Lombroso. Em finais do século XIX, este havia se notabilizado por desenvolver uma teoria criminológica biodeterminista segundo a qual certos indivíduos, a quem designa de criminosos natos ou degenerados, nasceriam com uma marcada tendência para o mal. No entanto, somente em 1920 seria lançada a pedra fundamental da nova instituição, oficialmente inaugurada em 1921 (Decreto 14.831, de 25/05/1921). Surgia então o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, primeira instituição do gênero no Brasil. Sua direção foi entregue ao médico psiquiatra Heitor Pereira Carrilho, que anteriormente chefiava a Seção Lombroso do Hospício Nacional de Alienados. Com o falecimento de Heitor Carrilho em 1954, em sua homenagem, a instituição passou a ser denominada de Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Depois de 1986, com as reformas da legislação penal brasileira, passou a ser designada como Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Na forma como existem entre nós, os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico são instituições híbridas e contraditórias, de difícil definição, o que compromete em larga medida seus objetivos terapêuticos. Há várias décadas tem-se aponta-

do para o fato de que, sob a fachada médica de qualquer instituição psiquiátrica fechada, desenrolam-se na verdade práticas de contenção de indivíduos socialmente desviantes. Porém, se hospitais psiquiátricos e prisões podem ser igualmente considerados como instituições totais, os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico chamam a atenção justamente para as diferenças que existem entre elas e/ou as representações sociais que elas institucionalizam. Hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico caracterizam-se por serem simultaneamente espaços prisionais e asilares; penitenciários e hospitalares. Como os hospitais psiquiátricos, possuem uma equipe terapêutica (composta de psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais) encarregada de tratar os pacientes até a sua recuperação. Porém, como parte do sistema prisional, os hospitais de custódia e tratamento possuem, além disso, guardas penitenciários. Os conflitos entre tais atores podem ser agudos, uma vez que geralmente mantêm representações muito diferentes sobre os internos. Enquanto a equipe terapêutica tende a percebê-los como pacientes, os guardas tendem a tratá-los como presos comuns. As contradições que minam instituições desse tipo estendem-se também para o plano legal. A legislação penal brasileira supõe dois tipos de reação do Estado diante de atos tipificados como crime ou delito: a pena propriamente dita e a medida de segurança, cuja aplicação restringe-se atualmente aos criminosos considerados loucos. Enquanto a pena pauta-se pela gravidade do crime cometido e tem um período máximo de duração estabelecido na sentença condenatória, a medida de segurança pauta-se pela periculosidade do criminoso e, embora tenha uma duração mínima, pode estender-se *ad vitam*, caso os peritos psiquiatras acreditem que o paciente continue representando um perigo social e o juiz aceite tal opinião. Quando aplicada a delinquentes considerados inimputáveis devido a algum tipo de perturbação mental, a medida de segurança abre a possibilidade de que, em nosso país, alguns indivíduos sejam submetidos à prisão perpétua. Foi através de sua atuação no manicômio judiciário que a psicologia se inseriu no sistema prisional do Rio de Janeiro. Em meados dos anos de 1950, tem-se notícia da presença de psicólogos na instituição, como é o caso de Eliezer Schneider que se agrega a ela como Técnico em Assuntos Educacionais. Depois da regulamentação da profissão, em 1962, os primeiros profissionais a atuarem como psicólogos no então Manicômio Judiciário Heitor Carrilho eram residentes de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1979, a instituição passou à administração estadual, subordinada à Coordenação de Saúde do Departamento do Sistema Prisional (DESIPE), e os psicólogos que nela passaram a atuar eram oriundos da Secretaria de Estado de Saúde. Em 1998, foi realizado o primeiro e único concurso para contratação de psicólogos especificamente para o DESIPE. A partir dos anos de 1980, os psicólogos do sistema prisional, incluindo os dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, começam a repensar sua atuação, empenhando-se na tentativa de transformar a instituição segundo as ideias da reforma psiquiátrica. Por fazerem parte do sistema penitenciário, assumindo as feições acima discutidas, não é de surpreender que tais instituições sejam um dos espaços mais refratários às transformações pautadas na defesa dos direitos humanos dos pacientes e na sua desospitalização. Atualmente, os psicólogos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho desenvolvem atendimento individual e em grupo, grupos terapêuticos e oficinas. Ao construir sua atuação em parceria com outros profissionais, na perspectiva do trabalho em equipe, têm buscado uma articulação com a rede mais ampla de serviços públicos de saúde mental, além de atuarem dentro das unidades. Através de pareceres, têm ainda por função fornecer informação aos peritos psiquiatras para a confecção de laudos de cessação de periculosidade, elemento crucial para a manutenção da medida de segurança ou para a sua suspensão.

Referências

BADARÓ, M. et al. **Inserção dos psicólogos no sistema prisional do Rio de Janeiro: um resgate histórico.** Rio de Janeiro: SEAP, 2006, Mimeo.

CARRARA, S. **Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EDUSP, 1998.

CORREA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, M. G**. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

FRY, P. "Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia e a lei". In: **Caminhos cruzados**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRY, P. "Direito positivo *versus* direito clássico: a psicologização do crime no Brasil". In: FIGUEIRA, S.A. (Org). **Cultura e psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRY, P. e CARRARA, S. "As vicissitudes do liberalismo no Código Penal brasileiro". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, v. 1, out. 1986.

HARRIS, R. **Assassinato e loucura – medicina, leis e sociedade no fin-de-siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MACIEL, L. R. **A loucura encarcerada – Um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ: 1999.

Sergio Carrara

Vanessa Leite

■ Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima – 1988-

Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha – 1988-1988

Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo – 1933-1987

O Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo iniciou seu funcionamento em dezembro de 1933. Sua origem remonta a um serviço realizado no então denominado Hospital do Juquery. Em 1895, o médico André Franco da Rocha assumiu a direção do Serviço de Assistência aos Psicopatas do Estado, que prestava serviços a doentes mentais criminosos. Devido ao aumento constante do número de pacientes, a ala destinada a esses indivíduos, que ficava no Hospital do Juquery, tornou-se insuficiente. Franco da Rocha começou então a publicar em jornais seus estudos sobre indivíduos que eram absolvidos devido ao estado mental e devolvidos à sociedade sem que se questionasse sua periculosidade, ocasionando frequentes reincidências. Em 1910 publicou o livro *Esboço de psiquiatria forense* e, em 1911, a obra *Os alienados perigosos e o Código Civil*, ambos a partir de sua observação direta sobre o paciente criminoso. Seus estudos e o conhecimento de experiências na Alemanha e França o levaram a propor um manicômio judiciário para o estado. Depois de sua aposentadoria em 1923, seu sucessor, Antonio Carlos Pacheco e Silva, continuou a luta pela instalação do manicômio paulista. Em 13 de dezembro de 1927, o professor de Medicina Legal, Alcântara Machado, apresentou ao congresso estadual o projeto para criação do manicômio, mas sua inauguração ocorreu apenas em 1933, por atraso na construção. No projeto havia três possíveis formas de funcionamento: anexo à penitenciária; como órgão autônomo; anexo ao hospital psiquiátrico. Optou-se pelo último sistema, mantendo-se, desta forma, a mão de obra dos funcionários do Hospital do Juquery. Os primeiros pacientes foram transferidos para o manicômio em 1º de janeiro de 1934. Eram assistidos no Hospital Central do Juquery por André Teixeira Lima, que se tornou o primeiro diretor do manicômio e manteve-se no cargo por quase 30 anos. Os primeiros pacientes transferidos eram todos homens, a ala feminina foi criada somente em 1943. O manicômio paulista permaneceu ligado à Secretaria da Saúde até janeiro de 1985, quando, a partir do Decreto 23.197, passou a pertencer à Secretaria da Justiça. Na época, eram frequentes as publicações de manchetes em jornais denunciando o tipo de tratamento dado aos internos: clausura, maus-tratos, choques e mesmo a internação de presos políticos. Em 1986 a ala

masculina foi mudada para novas instalações, abandonando o prédio central, no qual passou a funcionar a Penitenciária de Franco da Rocha. Em janeiro de 1988, através do Decreto 28.195, o manicômio judiciário foi transformado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha. Em junho desse ano, através do Decreto 28.488, passou a integrar o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Estado de São Paulo (SUDS/SP). Em agosto de 1988, o Decreto 28.822 deu à instituição o nome Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima. Foi transferido para a Secretaria de Segurança Pública em março de 1991, através do Decreto 33.134 e, em janeiro de 1993, através da Lei 8.209, passou a pertencer à Secretaria de Administração Penitenciária. Até 1973, a avaliação, o diagnóstico e o tratamento eram predominantemente médicos. Nesse mesmo ano, o assistente social e, em 1976, o psicólogo passaram a compor o quadro de profissionais. Neste período, a atuação do psicólogo se restringia à avaliação psicológica e ao psicodiagnóstico a partir de solicitação médica. Com a entrada da psicóloga Odete Maria Vieira Lanzotti, em 1979, houve o desenvolvimento de trabalhos diversificados para atender à demanda da população assistida: atendimentos em grupos e trabalhos com famílias. O marco para contratação de equipe multiprofissional foi a década de 1980. Apesar das posteriores transferências de secretaria, a equipe técnica foi mantida. No período de 1981 a 1984, a equipe promoveu saídas experimentais dos presos em fins de semana. Apesar do bom resultado terapêutico, as saídas foram impedidas por falta de amparo legal. Esta iniciativa deu origem ao projeto de desinternação progressiva, que foi implantado em 1989, tendo como base a experiência de alta progressiva dos manicômios judiciários de Porto Alegre e Recife. O projeto foi consolidado pela instalação, no espaço físico do manicômio, da Colônia de Desinternação Progressiva (CDP), que recebeu pacientes previamente selecionados, que seguiram com acompanhamento da equipe multiprofissional. A expansão dos limites da CDP culminou com a contratação profissional de pacientes por empresas privadas e cooperativas vinculadas à prefeitura e a implantação do regime de hospital-noite, acompanhamento terapêutico para dar continuidade ao tratamento. Desde sua criação, a direção da instituição havia sido ocupada por médicos. Em 1985 o cargo foi ocupado, durante aproximadamente um ano e meio, pelo sociólogo Gil Manoel Salama, sucedido pelo médico Paulo César Sampaio. Em 1992 a diretoria foi ocupada pela psicóloga Odete Maria Vieira Lanzotti, que permaneceu no cargo até 2005. A característica da instituição como hospital-presídio sempre foi o maior entrave para a realização de seus objetivos terapêuticos. À margem da saúde e da justiça, ao mesmo tempo intrinsecamente vinculado a ambos, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima atende a uma população que é primeiramente determinada por suas infrações. A resolução para a admissão e o período de alta/permanência eram determinados pelo Poder Judiciário, com base em laudos periciais dos técnicos de saúde. Estes, entretanto, não decidiam se os pacientes estavam ou não aptos ao convívio social, ficando na dependência de decisões judiciais. A falta de suporte na legislação para orientar as ações terapêuticas colocava o tratamento como secundário em relação à custódia. Estas questões levaram a uma reformulação: o hospital de custódia foi dividido em duas unidades. A HCTP I tem um regime prisional fechado para pessoas consideradas ininputáveis; é constituído por quatro blocos circulados por um muro; os que pertencem a essa unidade passam por tratamentos e, quando os laudos médicos e psicológicos os consideram de baixa periculosidade, são considerados aptos a progredir de regime e passar para o HCTP II, através de determinação judicial. A segunda unidade – ala de desinternação, tem um regime semiaberto, é constituída por um prédio não murado, e seu objetivo fundamental é o de possibilitar uma ressocialização do detento, contando com dois psicólogos em equipe multidisciplinar com 28 profissionais que prestam assistência 24 horas por dia. Nessa unidade são desenvolvidas atividades laborterápicas (que podem servir posteriormente como atividades de trabalho), esportivas e, num sistema livre, de atividades

de sustentação do pavilhão: jardinagem, biblioteca, conservação de prédios. Os atuais diretores são: Carlo Júlio Tarifa Botta (HCTP I) e Kátia Angelina dos Reis Neves Puga (HCTP II).

Referências

GARCIA, C. E.; ADOMAITIS, D.; PEDROSO; L. A.; LANZOTTI, O. M. V.; FERRÃO, T. P. **Medida de tratamento: Propostas de adequação do Código Penal e da Lei de Execução Penal ao tratamento em saúde mental do inimputável**. São Paulo, 2000, Mimeo.

LANZOTTI, O. M. V. **Entrevista concedida a Marcos Almeida de Sá**. São Paulo, 4 mar. 2007.

SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SAP). **HCTP II de Franco da Rocha é modelo de administração**. Disponível em: <www.sap.sp.gov.br/common/noticias>. Acesso em: 14 ago. 2007.

Marcos Almeida de Sá

■ Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR) – 2000-

Hospital-Colônia Portugal Ramalho – 1951/1956 -2000

Asilo Santa Leopoldina – 1891-1951/1956

Asyllo de Loucos – 1887-1891

Localiza-se na rua Goiás, s/n, bairro do Farol, Maceió – AL. Trata-se de uma unidade auxiliar de ensino, com características científicas, assistenciais, de formação e de prestação de serviços. A instituição é mantida pelo Ministério da Saúde e pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Trata-se do único hospital psiquiátrico público do estado até o presente (2008). Sua origem remonta ao Asyllo de Loucos (1887-1891), depois denominado Asilo Santa Leopoldina (1891-1951), substituído pelo Hospital-Colônia Portugal Ramalho, precocemente inaugurado em 31 de janeiro de 1951, visto que a construção ainda não havia terminado. Uma nova inauguração definitiva ocorreu em 4 de janeiro de 1956. Finalmente, a partir de 2000, tornou-se o Hospital Escola Portugal Ramalho. Em 25 de maio de 1887, o chefe de polícia, advogado Francisco de Paula Leite e Oiticica, inaugurou o Asyllo de Loucos. Em 28 de junho de 1891, foi construído e inaugurado outro prédio, o Asilo Santa Leopoldina. Uma nova tentativa de reestruturação institucional ocorreu por meio do Decreto Federal 8.550, de 03/01/1946, que autorizou o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) a realizar acordos com os estados para construção de novos hospitais psiquiátricos. Assim, em 4 de janeiro de 1956, foi inaugurado, definitivamente, o Hospital-Colônia Portugal Ramalho, já com 140 internos, sendo sua capacidade máxima de 40 leitos. Em janeiro de 2000, por meio da Lei 6.145/AL, o hospital passou a integrar a UNCISAL e transformou-se, assim, no HEPR. Os objetivos principais do HEPR são: trabalhar projetos de desenvolvimento de pessoas; de organização e gestão; de comunicação e articulação; de ensino e pesquisa; e oferecer serviços de qualidade no âmbito da assistência, do ensino e da pesquisa em saúde mental. Seus fundadores foram: o governador Silvestre Péricles (1951) e o governador Arnon de Mello (1956). Em 2008 o hospital foi dirigido por Rosimeire Rodrigues Cavalcanti, gerente geral; Audenis Lima de Aguiar Peixoto, gerente técnico médico; e Manuel José Cavalcante Dantas, gerente de gestão. Publica o *Jornal Nossa Voz*, de circulação periódica, embora tenha gerado publicações sobre sua história. A instituição promove eventos como: Jornada Alagoana de Saúde Mental, que já está em sua 21ª edição; Jornada Científica do HEPR; e outros vinculados a questões folclóricas, culturais, teatrais e carnavalescas. Sua estrutura física conta com consultórios médicos, sala de atendimento, sala de curativo, sala de higienização (para urgência e emergência). São oferecidos serviços de atendimento ambulatorial com clínicas especializadas, odontologia, consultórios diversos e salas de enfermagem. Para os serviços especializados, há o hospital-dia. A instituição recebe portadores de transtornos mentais e de comportamento, que são atendidos por residentes em Psiquiatria

e em Enfermagem Psiquiátrica e estudantes de graduação. Ao todo são 219 funcionários técnicos e de nível superior: 102 auxiliares de enfermagem, 40 médicos, 28 psicólogos, 21 enfermeiros, 12 assistentes sociais, seis técnicos de enfermagem, quatro terapeutas ocupacionais, três nutricionistas, dois dentistas e um farmacêutico. Os funcionários vinculados aos serviços de limpeza e de segurança são terceirizados. A primeira profissional em psicologia do hospital foi Dirce Costa Tavares, contratada em 1986. Os psicólogos da instituição atuam nos três grupos de atividades que caracterizam o HEPR: as atividades assistenciais (enfermarias, atendimentos ambulatoriais, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Estudos e Atenção ao Álcool e outras Drogas (CEAAD), plantão 24 horas), as atividades de formação (residência, graduações, supervisões de estágios, participação em atividades de pesquisa) e as atividades gerenciais (representações e coordenações de setores, gestões de pessoas, grupos de trabalho e humanização).

Referências

CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES. **Ficha do Hospital Portugal Ramalho**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp?VCo_Unidade=2704302003368>. Acesso em: 14 jun. 2008.

CAVALCANTI, R. R. **Entrevista cedida a Jefferson Bernardes**. Maceió, 16 jun. 2008.

CAVALCANTI, R. R. **Hospital Portugal Ramalho: de asilo a instituição de assistência psiquiátrica**. Maceió: Catavento, 2006.

HOSPITAL ESCOLA PORTUGAL REMALHO. **Home-page**. Disponível em: <http://hepr.uncisal.edu.br/portal/>. Acesso em: 14 jun. 2008.

PEIXOTO, A. L. de A. **Manual Prontuário em Psiquiatria**. Maceió: Catavento, 2006.

Jefferson Bernardes
Rôsanny Moura
Polianne Alves Silva
Ricardo Campelo Auto
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

■ Hospital Especializado Mário Leal (HEML) – 199?-

Centro Comunitário de Saúde Mental Mario Leal (CCSMM) – 1975-199?

Mário Carvalho da Silva Leal foi um importante psiquiatra, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMED), participante de eventos históricos como o caso da invasão da FAMED em 22 de agosto de 1932 pelas tropas do interventor Juracy Magalhães, quando foi preso. O hospital que leva seu nome – HEML – está localizado na rua Conde do Porto Alegre, 11, IAPI, Salvador – BA. Em 13 de novembro de 1975, no governo de Roberto Santos foi fundado o CCSMML. Domingos Macedo Coutinho foi o primeiro diretor, ocupando a função até o ano de 1978. A criação do centro fora projetada em 1971, em meio a discussões acerca da assistência em saúde mental nos Estados Unidos e na América Latina, e da constatação da insuficiência dos serviços prestados pelos ambulatórios até então existentes e pelo Hospital Juliano Moreira. A razão de o projeto não ter sido posto em prática à época de sua idealização reside nas dificuldades de recursos para implantação da infraestrutura e apoio básicos à concretização da proposta. O implemento prático da instituição encontrava fundamentado no modelo da psiquiatria comunitária americana e suas metas podiam ser sintetizadas nos seguintes tópicos: atuação em nível primário, secundário e terciário; incentivo às políticas de empoderamento em saúde na comunidade; regionalização dos serviços; hierarquização dos serviços; enfoque multidisciplinar; atuação voltada basicamente para a população de baixa renda. A mudança de nome veio em decorrência da disparidade entre o modo de funcionamento e como estava registrada a instituição. O hospital nasceu com a ideia de funcionar como um centro comunitário, não prevendo, assim, longas internações. Os médicos e demais funcionários, a rigor, deveriam trabalhar no regime de centro comunitário de saúde, mas, na prática, o centro funcionava como um hospital. Com o propósito de corrigir esse erro, que se refletia também nos salários dos funcionários, que trabalhavam

em regime hospitalar, mas recebiam como centro comunitário, por volta da década de 1990 ocorreu retificação do nome, passando a ser chamado de hospital. Atualmente (2008) é uma instituição pública sob administração direta do Ministério da Saúde e das secretarias Estadual e Municipal de Saúde, dirigido por Iná Maria Santos. A esfera administrativa é estadual. A gestão é dupla, sendo alguns serviços terceirizados, como o de manutenção de equipamentos, a central de esterilização de materiais, a nutrição e a lavanderia. Segundo informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, todos os funcionários fazem parte do SUS, sendo 28 médicos. A instituição conta com 32 leitos psiquiátricos, atendendo tanto a demanda espontânea quanto a referenciada. Presta atendimentos de urgência e emergência, ambulatorial e internação, todos conveniados com o SUS. No que concerne à estrutura física, no atendimento de urgência e emergência existe um consultório médico, um consultório indiferenciado com um leito e uma sala de repouso/observação com oito leitos. O ambulatório é composto por oito consultórios de clínica especializada, três consultórios não médicos e uma sala de enfermagem e serviços. No que diz respeito à internação, só recebe pacientes adultos e do sexo masculino. O hospital possui oito psicólogos, e um deles está alocado no setor de recursos humanos e os demais atuam na internação, ambulatório, acolhimento e em educação permanente na sala de espera. Estes profissionais atuam desde a chegada do usuário à instituição, quando é realizado o acolhimento multidisciplinar e posteriormente é realizada uma escuta com o psicólogo. A educação permanente acontece na chegada dos sujeitos, quando estes, os familiares e demais presentes na entrada são orientados a respeito do processo de atendimento na instituição e do sofrimento mental a que os sujeitos são acometidos. No ambulatório prevalece a intervenção individual e na internação estas são feitas em grupo. Além da atuação com os usuários, os psicólogos também realizam reuniões técnicas com outros profissionais, reuniões com a comunidade e com os familiares dos usuários.

Referências

DREYER, A. F. B. de C. **A psquiatria comunitária na Bahia: inorgância ou inoportuna?** Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.

BRITTO, A. C. N. **O cerco e invasão da Faculdade de Medicina da Bahia em 22 de agosto de 1932 pelas tropas do interventor Federal Juracy Montenegro Magalhães. Disponível em:** <http://www.fameb.ufba.br/historia_med/hist_med_art73.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE – CENES. **Hospital Especializado Mário Leal.** Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/cabecalho_reduzido.asp?VCod_Unidade=2927400005436>. Acesso em: 18 jul. 2008.

GURGEL, I. **Entrevista concedida a Larisse Oliveira Seixas**. Salvador, 15 out. 2008.

SUELI, Y. **Entrevista concedida a Larisse Oliveira Seixas**. Salvador, 15 out. 2008.

Marcela Reuter Ferreira

Larisse Seixas

■ Hospital Galba Velloso (HGV) – 1961-

Instituição pública assistencial, de prestação de serviços no âmbito da saúde mental, realiza também atividades de formação e de pesquisa, localiza-se no bairro Gameleira, região Oeste de Belo Horizonte. A instituição foi criada em 25 de janeiro de 1961, iniciando suas atividades em maio de 1962. Sua criação ocorreu na gestão de Austregésilo Ribeiro de Mendonça, secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais (1958), contando com o apoio do governo federal através do diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Educação e Saúde (criado em 1941), o mineiro Adauto Botelho. O HGV iniciou suas atividades acolhendo a clientela feminina indigente advinda do Instituto Raul Soares em Belo Horizonte e de pacientes oriundos de outras cidades mineiras. Seu primeiro diretor foi Hélio Durães de Alkmin (1961-1962). No

período de 1963 a 1968, sob a direção de Jorge Paprocki, o HGV passou a funcionar segundo os princípios das comunidades terapêuticas. Pretendia-se que os pacientes colaborassem com o processo terapêutico e com a dinâmica institucional, em parceria com o corpo clínico, prescindindo-se de celas fortes, muros, grades ou quaisquer outras estruturas repressivas carcerárias. O HGV mantinha intercâmbio com o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado por Célio Garcia, e com a Clínica Pinel, de Porto Alegre, conduzida por Marcelo Blaya, que realizava reconhecido trabalho com comunidades terapêuticas. O HGV tinha um Departamento de Psicologia, criado em 1963, um centro de estudos, um núcleo de pesquisas sobre psicotrópicos e um ambulatório integrado aos serviços hospitalares. Realizava atividades de praxiterapia e de dinâmica de grupos. Passou a oferecer, em 1968, a primeira residência em Psiquiatria em Minas Gerais. O modelo de comunidade terapêutica e as pesquisas com psicofarmacologia, conduzidas por Paprocki, fizeram do HGV uma referência nacional nos anos de 1960. Em 1968, integrou a recém-criada Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica (FEAP). No entanto, a prática do HGV (conhecida como o Galba), foi redirecionada em 1968, em função de convênio firmado com o INPS, visando obter recursos para o hospital. Os serviços passaram a restringir-se à função de triagem de pacientes para a rede privada conveniada com o INPS, distanciando-se dos projetos e finalidades originais de vanguarda. Em 1971, a residência em Psiquiatria foi transferida para o Instituto Raul Soares. Essas transformações se relacionavam à política de privatização da assistência psiquiátrica, ocorrida após o processo de unificação da Previdência Social no Brasil. Nos anos de 1970 a 1990, o HGV passou por várias crises e transformações que redefiniram suas finalidades e estrutura. Acompanhando a reforma psiquiátrica brasileira, desencadeada nos anos 1980, o hospital retomou sua história e finalidades originais, redefinindo sua política perante setor privado. Destaca-se, neste processo, a atuação do psiquiatra César Rodrigues Campos, que assumiu a diretoria entre 1983 e 1986. Sustentado pela participação ativa e direta dos funcionários, o HGV implantou, nos anos de 1990, serviços de oficinas terapêuticas, hospital-dia, leito-crise, enfermaria de ensino e pesquisa e, em parceria com a PUC-Minas, uma residência em Psicologia com ênfase em Saúde Mental. Foi também incrementado o serviço do Ambulatório Luiz Cerqueira (1987) e o Posto de Urgência Psiquiátrica (PUP). A partir de 1977, o HGV deixou de ser um hospital de triagem e passou a ofertar assistência integral aos portadores de transtornos mentais. Foi, então, integrado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), não possuindo personalidade jurídica própria. O HGV atende, atualmente, a pacientes em situação de crise, objetivando a estabilização psíquica a curto e médio prazos, em articulação com a rede de atenção à saúde mental do município de Belo Horizonte e demais cidades de Minas Gerais. Conta com uma diretoria colegiada, que coordena as ações técnico-assistenciais de dois centros de atendimento clínico, um psiquiátrico (HGV) e o outro ortopédico (HOGV), criado em 1998, que não será objeto de discussão neste verbete. No centro psiquiátrico estão presentes o Centro de Acolhimento de Crise (CAC), o Centro de Tratamento Clínico (CTC), o Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) e o Núcleo de Gestão da Informação, além das enfermarias de crise e de média permanência. Sua clientela é composta por adultos, portadores de transtorno mental, em situação de crise. O trabalho é realizado em equipe multidisciplinar com a participação de diversas categorias profissionais (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e médicos clínicos). Estagiários de diversas universidades e escolas técnicas conveniadas com a FHEMIG participam das equipes, sob a coordenação do Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP). O conjunto dos leitos do HGV tem sofrido redução em função da política de desospitalização que vem sendo implementada no estado. Ele oferece a possibilidade de permanência-dia, para observação, além da possibilidade de internação.

A permanência-dia é sustentada por oficinas terapêuticas, animadas por monitores, sendo um espaço terapêutico aberto, no qual o sujeito em crise circula sem restrições. Já o setor de internação psiquiátrica garante o atendimento individual diário do paciente por pelo menos um profissional e a realização de atividades grupais para orientações e planejamento da continuidade do tratamento como, por exemplo, assembleia de pacientes, grupos de alta, reuniões de família, entre outras. Do ponto de vista funcional, a psicologia está inserida na integralidade do cotidiano assistencial e particularmente apoiada na perspectiva metodológica da psicanálise. Como resultado dos trabalhos científicos produzidos pelos profissionais do hospital e da rede de serviços substitutivos, são publicadas duas revistas: a *Fala Galba em Revista*, com periodicidade anual (desde 2004); e a *Revista Contexto*, de periodicidade semestral (desde 1994). Atualmente, são realizados também eventos como os seminários clínicos e administrativos anuais, e jornadas, também anuais, dos estágios e residências do HGV.

Referências

BAGGIO, M. A. **Uma história da psiquiatria mineira: turma do Galba**. Disponível em: <http://www.jmpsiquiatria.com.br/edicao_16/historia_16.htm>. Acesso em: 1 ago. 2006.

GOULART, M. S. B. **Os ambulatórios de Saúde Mental em questão**: **desafios do novo e reprodução de velhas fórmulas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

MASCARENHAS, M. E. B. "Hospital Galba Veloso: do Hospital à Rede, um projeto em construção". **Jornal O Risco.** Belo Horizonte: Associação Mineira de Psiquatria, jun. 2003.

MORETZOHN, J. A. **História da psiquiatria mineira**. Belo Horizonte: COOPMED, 1989.

SOUZA, C. M. da P.; ASSUMPÇÃO, E. P. A.; MASCARENHAS, M. E. B. **Plano diretor**. Belo Horizonte: Hospital Galba Veloso, 2005.

Maria Stella Brandão Goulart

Emanuelle Figueiredo Socorro

■ Hospital João Viana – 195?-

Abrigo Dr. João Viana – 1947-195?

Apesar de infrutífera, a primeira iniciativa em prol da implantação de um hospital de alienados no norte do Estado do Rio de Janeiro talvez tenha sido a de Thomé José Ferreira Tinoco, então delegado de polícia em Campos dos Goytacazes, que promoveu algumas reuniões e nomeou comissões, em 1872. Estava muito provavelmente mais interessado em se livrar dos loucos que estavam na Cadeia Pública sob sua administração. Naqueles tempos, os doentes mentais eram trancafiados juntos com os criminosos pela falta do que, à época, se considerava um local apropriado. De modo mais efetivo, contudo, somente setenta anos depois é que se institucionalizou o serviço de assistência psiquiátrica na região, com o surgimento, na década de 1940, de dois hospitais: o Sanatório Henrique Roxo, em 1942, e o Abrigo Dr. João Viana, em 1947. A criação quase concomitante dessas duas instituições representa um fato digno de nota, já que foram marcadas por engendramentos bem distintos e, em certos aspectos, diametralmente opostos. A primeira instituição, de caráter eminentemente privado e lucrativo, atendia em nome de procedimentos considerados científicos por aqueles que pertenciam à elite. A segunda, de viés predominantemente filantrópico, assistia os pobres e desvalidados por conta de uma perspectiva religiosa vinculada ao senso de caridade. De fato, a emergência histórica do Abrigo Dr. João Viana remonta à criação da Liga Espírita de Campos dos Goytacazes, em 5 de setembro de 1930, órgão que visava agregar os movimentos espíritas da região. Com o passar dos anos, uma vez que a doutrina do espiritismo dá grande ênfase à ideia de que fora da caridade não há salvação, alguns líderes consideraram não haver sentido em um órgão apenas doutrinário. Desse modo, aos poucos foi surgindo consenso em torno da realização de um trabalho social. Como, na época, em certos grupos já ocorriam reuniões de desobssessão (reunião específica da doutrina espírita na qual se tra-

balha com pessoas tidas como assediadas por espíritos), sentiram-se orientados a fazer um trabalho com loucos e obsedados. Assim, em 5 de setembro de 1947, foi organizado o Abrigo Dr. João Viana, fato que repercutiu em diversos jornais da cidade. A primeira internação aconteceu três meses depois, em dezembro, quando uma ambulância da Assistência Municipal recolheu, na Cadeia Pública do bairro da Coroa, seis loucos (três homens e três mulheres), transferindo-os para o abrigo. Nesse momento inicial, o funcionamento da instituição era marcadamente religioso, tendo sido o próprio João Izidro da Silva Viana – jornalista, suplente de juiz e usineiro – um destacado médium local. A assistência dependia exclusivamente de voluntários, razão pela qual algumas famílias espíritas se revezavam no atendimento. Dia após dia, uma dada família – pai, mãe, filhos etc. – providenciava a alimentação e cuidava da casa de um modo geral. A questão do atendimento especializado, entretanto, foi sendo incorporada aos poucos. Eventualmente, pela iniciativa dos voluntários, um ou outro médico era solicitado a dar assistência a casos específicos. Com a afluência maior de internos, o trabalho começou a crescer e surgiu a necessidade de uma presença médica mais permanente. Dessa forma, durante a década de 1950, a instituição foi gradativamente abandonando a estrutura incipiente de abrigo para doentes mentais indigentes e assumindo características de hospital psiquiátrico. Nessa ocasião, João Batista de Araújo, psiquiatra que trabalhava no Sanatório Henrique Roxo, começou a atuar no abrigo como voluntário e logo sentiu a necessidade de ampliar a assistência prestada, o que implicou tanto a construção de um prédio maior, quanto a incorporação de procedimentos científicos – como, por exemplo, o eletrochoque e o uso de quarto forte para contenção dos loucos. Durante o período em que João Batista esteve na direção clínica, o Abrigo Dr. João Viana se transformou em Hospital João Viana, com a organização de um corpo de funcionários, auxiliares e atendentes de enfermagem para assistir os pacientes. Há de se ressaltar, porém, que não houve uma substituição ou superação da caridade pela ciência. A atuação dos voluntários espíritas nunca deixou de acontecer, passando a existir de modo superposto às características hospitalares propriamente ditas, mantendo-se trabalho de apoio, com ministração diária de passes para os internos que desejassem participar. Contudo, quando surgiu a possibilidade de convênio com o governo – primeiro com o INPS e depois com o SUS – para a compra de serviços hospitalares por parte do poder público, ocorreram algumas divergências no meio espírita, principalmente na virada dos anos de 1960/1970, pois alguns advogavam a tese de que com o auxílio do financiamento estatal a noção do trabalho de caridade ficaria em segundo plano. Assim sendo, com o credenciamento do Hospital João Viana junto ao governo, alguns dos que trabalhavam como voluntários se afastaram. Mas, apesar disso, o hospital obteve um significativo aumento de suas atividades após a compra de seus serviços pela Previdência Social, passando a ter mais leitos para atender à população (em 2007, a capacidade para internações chegava a ser de 120 leitos SUS), em franca oposição, aliás, às diretrizes da reforma psiquiátrica. Quanto à psicologia propriamente dita, pode-se dizer que a presença de profissionais ligados especificamente à prática psicológica remonta ao fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando duas psicólogas foram contratadas para desenvolverem um trabalho focado na família dos internos (trabalho esse que anteriormente era realizado por profissionais do serviço social, voluntários, mas não com enfoque terapêutico). Esse número cresceu em 2004, numa época em que foram contratados pela prefeitura por causa de um convênio 14 psicólogos para atuarem no ambulatório psiquiátrico do João Viana, num trabalho de equipe com os psiquiatras da instituição.

Referências

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp?VCo_Unidade=3301002696908>. Acesso em: 10 jan. 2007.

GONDIM, D. S. M. **Análise da implantação de um serviço de emergência psiquiátrica no município de Campos: inovação ou reprodução do modelo assistencial?** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

"Inaugura-se, hoje, o Abrigo 'Dr. João Viana", que o sentimento cristão idealizou e a iniciativa particular construiu". **Jornal A Cidade**. Ano XIV, número 206, p.1. Campos, 5 set. 1947.

"Loucos transferidos da cadeia pública". **Jornal A Notícia**. Ano XXXI, p. 4. Campos, 4 dez. 1947.

ROLANDO, J. **Entrevista concedida a Rosimary Paula Ferreira Vargas**. Campos dos Goytacazes, 22 jan. 2007.

SILVA, D. G. "Traços biográficos de Dr. João Izidro da Silva Viana". In: **Revista Espírita de Campos**. Ano 12, n. 35, p. 9. Campos, jul.-set. 1995.

Alexandre de Carvalho Castro
Rosimary Paula Ferreira Vargas

■ Hospital Juliano Moreira – 1936-

Asilo de Alienados (Hospício S. João de Deus) – 1874-1936

Criado pelo governo provincial em função de gestões da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB), teve apoio de médicos com inserção política, como os deputados provinciais Demétrio Ciríaco Tourinho, Álvares da Silva e José Luiz D'Almeida Couto, e da associação de facultativos, responsável pela publicação da revista *Gazeta Médica da Bahia*. Desde sua criação, em 24 de junho de 1874, até 1912, ficou sob a administração da SCMB. Antes da instalação do Asilo de Alienados, esta entidade beneficente abrigava os loucos nos porões do Hospital da Caridade e por duas vezes, em maio e outubro de 1853, transportou por navio alienados para o Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro. O recurso a esta estratégia de expulsão logo se esgotou, com a superlotação do hospício na Corte. A convivência dos médicos com a Santa Casa, representada pela existência de direção médica no asilo até 1882, tornou-se conflituosa, sendo substituída por uma direção leiga (1882-1912). No primeiro momento, os alienistas baianos absorveram as ideias dos especialistas europeus e buscaram concretizá-las no Asilo S. João de Deus. Esta assimilação eclética, acrítica e simultânea do alienismo e do organicismo, que fundamentou a estratégia inicial da saúde mental na Bahia, teve no asilo o lugar de síntese. Assim, o professor Demétrio Tourinho (gestão 1874-1877) dividiu o espaço asilar, introduziu o sistema inglês de *no restraint*, estimulando exercícios de ginástica, sala de costura e aulas de música instrumental. Com Anísio Circundes de Carvalho (1879-1882), foi construída a casa de banhos, além de se fazer a tentativa, sem êxito, de introduzir o sistema *open door*. No segundo momento, sob direção leiga, o asilo apresentou deterioração crescente em sua prática assistencial, recebendo muitas críticas dos médicos, para quem a subordinação à ingerência religiosa não se coadunava com a racionalidade científica no cuidado aos alienados. Deste modo, procuraram que o novo Estado republicano, em seu processo de reestruturação interna, assumisse diretamente a responsabilidade pelo manicômio, o que ocorreu em 1912, no governo provincial de José Joaquim Seabra (1855-1942). Em agosto de 1936, passou a denominar-se Hospital Juliano Moreira. Em todo o período em que a instituição foi denominada Asilo ou Hospício São João de Deus, havia diferentes formas de cuidado, segundo as duas categorias polares: pensionistas e indigentes. Estes últimos enfrentavam a ocorrência de epidemias – como malária e beribéri – que periodicamente os dizimavam, corrigindo assim o desequilíbrio entre o crescente número de alienados e a escassez de meios para mantê-los vivos, pois a categoria de indigentes, que correspondia à maioria da população asilar, não contribuía financeiramente para a instituição. Eram segregados por razões sociais no asilo e, na prática, eram fisicamente excluídos, ou seja, adoeciam e morriam de doenças carenciais ou, melhor dito, de fome. Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), pioneiro em Antropologia da Saúde, realizou

diversas investigações sobre as condições de vida e saúde dos internados no Asilo São João de Deus. Usando instrumentos simples, mas eficazes, refutou cientificamente tanto a concepção miasmática quanto a teoria infecciosa para o beribéri, levantou a hipótese sobre a origem alimentar dessa doença que dizimava os alienados no asilo e identificou a relação entre o aumento da população asilada, a crise financeira e o aumento da mortalidade no asilo. Para a passagem para o governo da Bahia, em 1912, foram importantes tanto os relatórios de Nina Rodrigues quanto a divulgação da situação do asilo pela imprensa, bem como os relatórios anteriores da Sociedade de Medicina, como os de 1895 – um dos quais teve a participação do jovem psiquiatra Juliano Moreira (1873-1932). Este começou a expor, no São João de Deus, como professor da cadeira Moléstias Mentais e Nervosas da Faculdade de Medicina, as novidades ainda controversas da teoria freudiana, da qual é considerado o primeiro divulgador brasileiro. Com a Lei 75, de 27/08/1936, assinada pelo governador Juracy Magalhães, o Hospital São João de Deus passou a ser chamado Hospital Juliano Moreira, em homenagem à memória do maior psiquiatra baiano. O Hospício S. João de Deus, como manicômio estatal, não realizou o objetivo proclamado pelos médicos, pois estes, ao conquistarem a hegemonia para transformar o asilo numa instituição sanitária, voltada para as finalidades de tratamento, cura e reabilitação dos alienados, não conseguiram realizar plenamente o que fora idealizado. Em primeiro lugar, porque o saber técnico do médico continuava subordinado administrativamente ao governo, ou seja, funções como provedor e mordomo, próprias da antiga administração, foram simplesmente substituídas por cargos governamentais, como secretários de estado e diretor de justiça, ou mesmo pelo chefe de polícia, que internavam e, com menos frequência, davam alta, mesmo sem indicação clínica. Em segundo lugar, e mais grave, porque o hospício continuou mais voltado para as finalidades de exclusão social que para as de tratamento e reabilitação, apesar do esforço de muitos de seus agentes.

Referências

JACOBINA, R. R. **A prática psiquiátrica na Bahia. Estudo histórico do Asilo São João de Deus /Hospital Juliano Moreira (1874-1947).** Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2001

NINA RODRIGUES, R. "A assistência médico-legal aos alienado no estado da Bahia". **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 163-470, 1905.

PERESTRELLO, M. **Encontros: Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

VIANNA, A.; FONTES, J. T.; MOREIRA, J. "Assistência aos alienados na Bahia. Relatório". **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, n. 1, p. 14-40, jul. 1895.

Ronaldo Ribeiro Jacobina

■ Hospital Nacional de Psicopatas – 1927-1943

Hospital Nacional de Alienados (HNA) – 1911-1927

Hospício Nacional de Alienados (HNA) – 1890-1911

Hospício de Pedro II (HPII) – 1852-1890

Primeira instituição psiquiátrica para o tratamento de alienados no Brasil, dele se originaram as principais instituições públicas do Rio de Janeiro. Desde a década de 1830, os loucos que perambulavam pelo Distrito Federal já eram motivo de debates por parte dos médicos, que ansiavam pela criação de um manicômio. Com o Código de Posturas (1832), os loucos começaram a ser presos ou encaminhados para a Santa Casa da Misericórdia, irmandade que se tornou central no processo de sua institucionalização, atuando nas articulações políticas que levaram ao decreto de fundação do Hospício de Pedro II e na mobilização para sua construção. Embora a fundação do hospício tenha sido decretada por ocasião da coroação de Pedro II (18/7/1841), a pedra fundamental foi lançada em 5 de setembro de 1842, e o

edifício só ficou pronto em 5 de dezembro de 1852. Até então, funcionava em um anexo da Santa Casa (Relatórios da Diretoria-Geral da Assistência aos Alienados, 1841, 1842, 1852). Segundo o regimento interno, seu objetivo era tratar alienados curáveis. Após a proclamação da República, foi denominado Hospício Nacional de Alienados (HNA) (Decreto 142-A, de 11/01/1890); em 1911, seu nome foi modificado (Decreto 8.834, de 11/07/1911) para Hospital Nacional de Alienados, mantendo a sigla HNA, nomenclatura que não se popularizou. Depois da reforma da Assistência de 1927, passou a se chamar Hospital Nacional de Psicopatas (Decreto 5.148, de 10/01/1927). Para os incuráveis, e para conter a superpopulação do hospício, foram organizados, ainda no Império, em 1887, alguns anexos, como as Colônias da Ilha do Governador, São Bento e Barão de Mesquita (Decreto 206-A, de 15/02/1887) que, em 1923, foram substituídas pela Colônia Agrícola de Jacarepaguá, hoje Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira. Já a seção Lombroso do HNA, prevista desde o Decreto 1.132 de 1903 e fundada em 1914, foi substituída, em 1921, pelo Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, hoje Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Em 1911 foi aberta, destinada a mulheres, a Colônia de Engenho de Dentro, que, após denominar-se Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (1923-1937), passou a chamar-se em 1937, Colônia Gustavo Riedel. Em 1938, Adauto Botelho assumiu a direção da Assistência de Alienados e propôs a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), além de ter promulgado o Decreto-lei 591, que desmembrou o Hospício, transferindo a responsabilidade do Instituto de Psicopatologia e o de Neurossífilis para a Universidade do Brasil, ao mesmo tempo em que a Colônia Gustavo Riedel era renomeada de Centro Psiquiátrico Nacional (CPN). Em 1941, o Decreto-lei 3.171 previu a transferência do HNA para CPN, mas a transferência de fato só aconteceu em 1943. O HPII esteve inicialmente subordinado ao Ministério de Estado dos Negócios do Império, mantido através de donativos, subscrições públicas e loterias, sendo seu primeiro provedor o ministro e conselheiro José Clemente Pereira. Após 1891, o hospício passou a constar no Orçamento Geral da União, sendo encarregado de seu provimento o Ministério do Interior chamado a seguir de Ministério da Justiça e dos Negócios Interior. Em 1927, o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores o mantinha e, a partir de 1930, passou a estar subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1937, ao Ministério de Educação e Saúde (relatórios ministeriais, 1841, 1842, 1852 e 1892 a 1941). Os diretores do hospício tornaram-se figuras proeminentes da psiquiatria brasileira: além das direções de Manoel José Barbosa (1852-1866), José Joaquim Ludovino da Silva (1867-1877) e Gustavo Balduíno de Moura Câmara (1878-1880), Nuno de Andrade foi seu diretor a partir de 1881, sendo dispensado do posto em 1886 por reivindicar a ruptura entre o hospício e a Santa Casa. Esta mudança só se concretizou após a entrada de João Carlos Teixeira Brandão para a direção, em 1887, cargo em que permaneceu até 1901. Teixeira Brandão também foi responsável pela criação do Pavilhão de Observação, que, articulado à cadeira de Clínica Psiquiátrica, promoveu a associação entre a formação acadêmica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a formação prática do HNA. Durante sua gestão, Teixeira Brandão foi interinamente substituído por Pedro Dias Carneiro (1892-1893 e 1897-1901). Em 1902, o diretor do HNA passou a ser Antônio Dias de Barros, demitido em seguida devido a irregularidades orçamentárias e administrativas. Já Juliano Moreira permaneceu no cargo de 1903 até 1930 e empenhou-se em adequar a estrutura do estabelecimento aos preceitos científicos da época. Consta ainda que Júlio Afrânio Peixoto dirigiu a instituição interinamente de 1904 a 1905. Durante a década de 1930, os diretores do HNA foram: Ernani Lopes, Gustavo Riedel, Jefferson de Lemos e Waldemir Pires. Ao ser transferido para o CPN, o HNA recebeu o nome de Hospital Pedro II (posteriormente, passou a se chamar Hospital Odilon Galloti. Era alocado onde hoje está o Centro Comuni-

tário do Instituto Municipal Nise da Silveira). Diversas publicações da área de saúde mental eram impressas, no começo do século XX, nas oficinas tipográficas do HNA, onde a maioria dos trabalhadores era composta por Os *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, publicados regularmente desde 1905, passavam pela tipografia do HNA mesmo depois de 1908, quando sua denominação mudou para *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*. A partir de 1919, por motivos decorrentes do corte de recursos governamentais para a publicação, a impressão e encadernação nas oficinas tipográficas do HNA ficaram comprometidas, passando o periódico chamado a partir de então de *Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, ao encargo de tipografias particulares. Já a publicação dos *Annaes da Colonia de Psichopathas* teve início em 1928. Segundo Gustavo Riedel, seu diretor, o periódico tinha como objetivos principais demonstrar publicamente que a colônia preenchia os fins a que fora destinada e semear ideias úteis para a cruzada da valorização eugênica no Brasil. Após a morte de Riedel, em 1934, os *Annaes* foram interrompidos, voltando a circular em 1942 como *Anais da Colônia Gustavo Riedel*. Encontramos ainda a referência a um periódico carioca de apenas um número, chamado *Hospital dos Loucos* (1862), que se encontra na Biblioteca Nacional. Era voltado para estudantes de Medicina, mas a pesquisa não encontrou informações que permitam assegurar ser ele um veículo oficial do HPII. O fim do HNA foi resultado da reestruturação do Ministério de Educação e Saúde (1937), que envolveu a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais, em 1941. Na Praia Vermelha ficaram, sob a responsabilidade da Universidade do Brasil, o Pavilhão de Observação e Diagnósticos (nomeado de Instituto de Psicopatologia) e o Instituto de Neurossífilis, que se tornaram, respectivamente, o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Philipe Pinel. O restante da edificação foi transformado em institutos universitários ou destruído.

Referências

AMARANTE, P. (Coord). **Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil.** Catálogo de Periódicos Nãocorrentes em Psiquiatria da Biblioteca de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, CD-ROM, 2001/ Relatório. Disponível em: <http://chagas.redefiocruz.fiocruz.br/~ensp/biblioteca/dados/Guia_acervos.pdf>. Acesso em : 20 jan. 2007.

CHALHOUB, S. (Coord.). **Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séculos XIX e XX).** Pronex – Relatório Técnico Final. Campinas, Unicamp/CNPq, 1998/2004.

DECRETOS & RELATÓRIOS do Império e da República. Center for Research Libraries/ **Latin American Microfilm Project / Brazilian Government Document Digitization Project**. Funding provided by the Andrew W. Mellon Foundation. Disponível em: <http://www.crl.edu/>. Acesso em: 2 jan. 2007.

DHBCSB – Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). *On-line*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acessado em: 20 jan. 2007.

ENGEL, M. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

FACCHINETTI, C. **Diagnósticos de uma nação: discursos e práticas revelados pelo acervo do Hospício Nacional (1900-1939)**. Relatório de Pesquisa de pós-doutoramento referente aos anos de 2004 a 2006. FIOCRUZ/CNPq. Rio de Janeiro, COC/FIOCRUZ, 2006.

MACIEL, L. R. **A loucura encarcerada: um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

MACHADO, R., LOUREIRO, Â.; LUZ, R. e MURICY, K. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. "O início da assistência aos alienados no Brasil ou a importância de estudar a história da psiquiatria". **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 2, n. 1, p. 128-141, mar 2004.

OLIVEIRA, E. de S. **O Engenho de Dentro do lado de fora: o território como um engenho novo.** Monografia (Especialização de Gestão em Saúde). Fundação João Goulart, Rio de Janeiro: 2004.

Cristiana Facchinetti

■ Hospital Nina Rodrigues (HNR) – 1950-

Colônia Nina Rodrigues para Psicopatas – 1941-1950

A Colônia de Psicopatas Dois Leões, inaugurada em março de 1941 pelo doutor Paulo Ramos, à época interventor do Estado, foi oficialmente denominada Colônia Nina Rodrigues para Psicopatas, contendo seis pavilhões, divididos em alas feminina e masculina. No Maranhão, antes disto, os enfermos mentais viviam em uma situação de extrema precariedade quanto ao atendimento médico e psiquiátrico. Os casos agudos ou crises na maioria das vezes eram tratados como caso de polícia e encaminhados para cadeias e casas de detenção, sendo privados do convívio social. Parte desses doentes mentais eram conduzidos ao Dispensário do Jenipapeiro e, posteriormente, ao Dispensário do Lira, onde conviviam com pessoas portadoras de outros tipos de enfermidade, como a tuberculose. Registram-se casos, entretanto, de encaminhamentos pela família e pela sociedade à Santa Casa de Misericórdia, onde eram destinados às alas subterrâneas. Nos casos de crises menos graves, os doentes viviam nas ruas, abandonados, rejeitados, sofrendo preconceito das pessoas, enquanto os casos crônicos, sem crises agudas, geralmente ficavam em casa sem os cuidados necessários para seu tratamento. No ano de sua inauguração, a colônia tinha um número limitado de funcionários, entre eles Benedito Metre (médico e diretor), José da Silva Gasparinho (administrador) e os enfermeiros: Zulmira Costa, Manoel da Conceição Pereira, Guilherme Braga e Hermenegildo Amaral, tendo os três primeiros participado de curso de aperfeiçoamento na Colônia de Psicopatas do Rio de Janeiro. A partir de 1950, passou a se chamar HNR, localizado na avenida Getúlio Vargas, 2.508 – Monte Castelo. Teve ainda como diretores: Odilon Resende, Benedito Neto, Edson Teixeira, José Carlos Azevedo Ribeiro, Júlio Newton dos Santos Salgueiro, Hamilton Raposo de Miranda, Geraldo Melônio do Nascimento, José Agnaldo Fertunes dos Reis, Maria da Graça Silva Guimarães Souto, Raimundo Teodoro de Carvalho. Atualmente o hospital está sob a direção da enfermeira psiquiátrica Maria Teresa Martins Viveiros. Criado com o objetivo de prestar assistência aos portadores de transtornos mentais do Estado do Maranhão, o HNR é uma instituição de natureza pública estadual, tem como mantenedora o governo do Estado do Maranhão e o governo federal através do SUS. Conta com 102 leitos e atende a uma média de cinco mil usuários da psiquiatria por mês, através do SUS, incluindo consultas psiquiátricas, com psicólogos, de enfermagem e atendimentos odontológicos, em assistência social e de medicamentos. A equipe realiza também cerca de cem visitas de família por mês, objetivando levantamentos, fiscalizações e acompanhamentos. Funciona 24 horas. São realizados cerca de 900 atendimentos por mês de usuários em crise aguda, que ficam em observação por 72 horas. Em casos graves, há encaminhamento para a continuidade do tratamento na rede de assistência integral conveniada do SUS. O HNR mantém um calendário cultural promovendo eventos em datas comemorativas, tais como: Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Festas Juninas, Dias dos Pais, Natal. Sistematicamente promove oficinas educativas e culturais. Mantém a banda de música Nova Vida e grupos de teatro e de dança. Atualmente o HNR integra a rede de hospitais públicos SUS, sendo administrado pelo governo do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Saúde. Regido pelo estatuto do governo do estado, funciona com três diretorias: geral, administrativa e financeira, e de núcleo financeiro. É o maior hospital na área de psiquiatria do Maranhão, sendo sua missão prestar assistência à população que necessita de atendimento na área de saúde mental, em nível de prevenção, promoção e reabilitação, valorizando os princípios de humanização com racionalização de recursos e otimização de resultados. Atende a usuários

vindos da grande maioria dos municípios maranhenses e até de outros brasileiros. Somente em 1987 a instituição passou a contar com os serviços de psicologia, através de profissionais graduados em outros estados e sem vínculo empregatício. São nove psicólogos, que fazem parte da equipe interdisciplinar do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), uma alternativa de atendimento ao portador de transtorno mental que oferece cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, possibilitando ao usuário uma reintegração sociofamiliar e uma ressocialização. O HNR foi construído em um terreno de 37.262,16 m², sendo 852,37 m² de área construída, atualmente ampliada para 530,69 m² e 221,68 m², respectivamente, cujas dependências encontram-se distribuídas da seguinte forma: administração, pensão protegida, anexo, museu, cozinha, praxiterapia, CAPS, emergência, capela, horto medicinal, quadra de esportes, auditório, ambulatório e lanchonete. Sua relevância decorre de ter sido a primeira instituição pública voltada para a prestação de serviços psiquiátricos, sendo hoje a maior na área de psiquiatria do Maranhão, além da sua denominação ser uma forma de reconhecer e homenagear o médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues, que muito contribuiu no campo da psiquiatria.

Referências

HOSPITAL NINA RODRIGUES (São Luís). Disponível em: <http://www.hnr.ma.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2008.

VIVEIROS, M. T. M. **Entrevista concedida a Maria de Fátima Almeida Braga e Márcia Antonia Piedade Araújo.** São Luís, 2008.

ARAÚJO, Márcia Antonia Piedade. **A psicologia no Maranhão**: percursos históricos. São Luís: EDUFMA, 2005.

Márcia Antonia Piedade Araújo
Maria de Fátima Almeida Braga

■ Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno – 1979(?)-2006

Hospital-Colônia Eronides de Carvalho – 1937-1979(?)

Primeiro hospital psiquiátrico de Sergipe, o Hospital-Colônia Eronides de Carvalho foi criado em 31 de dezembro de 1937 e integrava o Serviço de Assistência a Psicopatas. Este também possuía, em Sergipe, um consultório neuropsiquiátrico e um escritório de higiene mental, que diagnosticavam doenças mentais e divulgavam conselhos de higiene fora do hospital, além de investigar o histórico social da doença dos internos. Funcionavam no Centro de Saúde de Aracaju, sobre o qual não há dados acerca do endereço. O Hospital-Colônia era uma instituição assistencial pública, mantida pelo Estado de Sergipe. Tratava e internava tanto indigentes como um público pagante com transtornos mentais (alienados). Não foram encontrados dados acerca do estatuto da instituição. Foi fundada pelo interventor federal Eronides de Carvalho e pelo médico João Batista Perez Garcia Moreno, o qual ocupou o cargo de alienista-chefe a partir de 1940, juntamente com o alienista assistente Luiz da Rocha Cerqueira e o laboratorista Teotonílio Mesquita. Apesar de não serem encontrados dados sobre outros dirigentes nem sobre o período exato em que os primeiros atuaram, há registros da atuação de Garcia Moreno como perito dos processos de interdição junto ao Hospital-Colônia nos anos de 1941 a 1952, com exceção do ano de 1944, e do médico Hercílio Cruz no período de 1948 a 1950. O Hospital-Colônia localizava-se no povoado Tabocas (antiga fazenda Santa Rosa), a 7 km de Aracaju, na cidade de Nossa Senhora do Socorro. Possuía sete pavilhões, chamados Nina Rodrigues (destinado a pacientes calmas), Ênjolras Vampré (para pacientes calmos do sexo masculino), Gildo Neto (refeitório, cozinha e lavanderia), Eugen Bleuler (quartos individuais destinado a pacientes agitadas do sexo feminino), Sigmund Freud (para pacientes agitados do sexo masculino) e Juliano Moreira (administração do hospital, seção para pacientes contribuin-

tes e um apartamento no qual morava o médico Luiz Cerqueira). O outro pavilhão contava com um consultório de otorrinolaringologia, um consultório dentário e duas salas para exames laboratoriais do líquido cefaloraqueano, de bacteriologia, de bioquímica e para experimentação, além de um necrotério-capela. Os pavilhões eram prédios de um único pavimento, distribuídos num amplo terreno. Além de estabelecer uma rotina diária para os internos e separá-los segundo o sexo e a agitação, o Hospital-Colônia adotou a malarioterapia, a eletroconvulsoterapia, a penicilinoterapia, a insulinoterapia, a convulsoterapia cardiozólica e a piretoterapia, além do uso de neuroplégicos e da psicocirurgia (lobotomia frontal). O plano de reeducação mental dos internos do Hospital-Colônia, implantado nos primeiros anos da sua fundação, objetivava ressocializá-los, tratando-os de acordo com a patologia apresentada a fim de capacitá-los a exercer a razão. Tal plano incluía ludoterapia e ergoterapia, inspiradas na terapêutica superativa ou terapia ocupacional, criada pelo psiquiatra Hermann Simon na década de 1920, a partir da verificação de melhoras em pacientes cronificados por meio do trabalho e de atividades grupais. A ludoterapia voltava-se a atividades esportivas, jogos de salão, música e cinema. Já na ergoterapia havia trabalhos com agricultura (cultivo de hortaliças, tubérculos, frutos), olaria (telhas e tijolos), jardinagem, criação (aves, porcos, cabras, abelhas), fabricação de laticínios, oficinas (objetos de vime, marcenaria), fabricação de farinha e trabalhos em estradas. Além dos médicos, havia o pessoal de vigilância (um para cada cinco internos), constituído por enfermeiros e por ex-alunos de um curso de assistência neuropsiquiátrica, que tinham a tarefa de ajudar os alienistas na observação e classificação dos internos em grupos homogêneos. A criação da instituição surgiu de discussões sobre a psiquiatria social no Brasil e das transformações na assistência operacionalizada em Pernambuco por Ulisses Pernambucano, o que levou à constituição e reconhecimento da Escola Pernambucana de Psiquiatria. Garcia Moreno, assim como Ulisses Pernambucano, rejeitava o modelo de explicação biologicista e defendia a incorporação da sociologia, psicologia, psicanálise, antropologia e do serviço social à psiquiatria, por entender que fatores sociais eram também relevantes no campo das doenças mentais. Essas ideias foram operacionalizadas, por exemplo, na realização de sessões de dinâmica de grupo e de psicodrama no miniauditório e no salão de festas da Clínica Psiquiátrica de Sergipe, visando ressocializar os internos e divulgar conselhos de higiene. Houve também o planejamento de um curso para as monitoras do Serviço Social (propaganda, anamnese, pesquisa bioestatística, preparo da família para receber o doente) do Escritório de Higiene com temas como psicologia geral, psicologia social, psicotécnica, psicologia infantil, higiene mental, psicopatologia, criminologia, estatística e serviço social. Durante a inauguração do Hospital-Colônia, realizou-se a II Reunião da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro (de 20 a 25 de outubro de 1940), não havendo dados acerca de outros eventos. Quanto às publicações institucionais, há registro do projeto de editar semestralmente os *Arquivos da Assistência*, porém não foram encontrados outros dados a respeito. Foram encontradas publicações dos médicos do Serviço de Assistência a Psicopatas na *Revista de Neurobiologia da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro*. Garcia Moreno publicou *O esquema de trabalho da Assistência a Psicopatas de Sergipe*, Luiz Cerqueira, *A ação social do Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe* e Teotonílio Mesquita, *O Laboratório no Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe*. Há registros da fundação, em 1951, da Clínica Psiquiátrica de Sergipe (Decreto 34, de 18 de outubro de 1951) denominada, mais tarde, Clínica Adauto Botelho (Decreto 103, de 11de junho de 1952). Construída em Aracaju, na rua São Cristóvão, bairro Getúlio Vargas, ela passou a integrar o Serviço de Assistência a Psicopatas, visando resolver problemas de superlotação do Hospital-Colônia Eronides de Carvalho. Este hospital passou a se chamar

Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno, provavelmente em 1979. Em 2006, após processo de desospitalização dos internos, transferidos para residências terapêuticas, foi desativado, e o prédio cedido à Secretaria de Justiça a fim de abrigar o presídio feminino.

Referências

FREYRE, G. **Sociologia, Psicologia e Psiquiatria**. Recife: Oficinas do Diário da Manhã, 1941. Disponível em: <http://www.fgf.org.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

GARCIA MORENO, J. B. P. **Cajueiro dos papagaios**. Aracaju: Regina, 1959.

GARCIA MORENO, J. B. P. **Letras vencidas**. Aracaju: Regina, 1955.

RIBEIRO, S. L. "A criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 24, n. 3, p. 92-99, Brasília, set. 2004.

SANTANA, A. S. de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.

WENDLING, M. M. **Perfil Histórico e Antropológico do Desenvolvimento Urbano de Aracaju (1855-2000): os processos de interdição e o Hospital-Colônia Eronides de Carvalho**. Relatório (Pesquisa PIBIC/CNPq). Departamento de Psicologia, Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

ARRUDA, M. de A. **Primórdios da assistência psiquiátrica em Sergipe.** Aracaju: Fundação Augusto Franco, 1991.

BARRETO, L. A. **Pequeno dicionário de nomes e denominações de Aracaju.** Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2002.

BRASIL. Poder Judiciário do Estado de Sergipe. **Processos de interdição**. Aracaju, 1902-1941.

REVISTA DE NEUROBIOLOGIA [da] Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro. Recife: Companhia Editora Nacional, tomo III, n. 4, 1940.

Michelle Menezes Wendling

■ Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz – 1987-

Manicômio Judiciário Jorge Vaz – 1956-1987

Manicômio Judiciário de Barbacena – 1927-1956

Criado pelo Decreto 7.471, de 31/01/1927, foi inaugurado em 15 de junho de 1929 com o nome de Manicômio Judiciário de Barbacena. De acordo com o Decreto 5.021, de 29/05/1956, passou a ser denominado Manicômio Judiciário Jorge Vaz. A partir de 1987, tornou-se Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz. Unidade do Sistema Operacional da Secretaria de Estado da Justiça, o hospital é diretamente subordinado à Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária. Localiza-se, desde sua inauguração, na rua Dr. Pena, s/n, Barbacena – MG. Ao longo de sua história, o Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz teve os seguintes diretores: Jorge de Paula Vaz (1927-1931), José de Abranches Gonçalves (1932-1936), Antônio de Senna Figueiredo (1937-1947), Agostinho Paulucci (1947-1950 e 1961-1967), Gutemberg Fonseca (1950-1961 e 1967-1975), Geraldo Xavier Pereira de Souza (1975-1977), Francisco Xavier Pereira de Souza Neto (1977-1983), Rogério Muniz da Silva (1983-1987), Arlene Freire Ferreira (1987-1995), Lélio Sávio (1995-1999), José Antônio Lopes (1999-2000), Vicente Paulo (2000-2001), Tarcísio Firmino dos Santos (2001-2007) e Ronaldo Pereira Brandão (em exercício a partir de março de 2007). O serviço prestado pela instituição aos pacientes é planejado e realizado por uma equipe que envolve advogados, psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, assistentes sociais e agentes de segurança penitenciária. Este serviço é proporcionado a toda a clientela da instituição, que compreende pacientes portadores de doença mental destinados ao cumprimento de medidas de segurança, a exames periciais específicos de dependência toxicológica, de sanidade mental, de cessação de periculosidade ou a tratamentos psiquiátricos. Os laudos periciais resultantes dos diferentes

exames realizados pela instituição, desde a sua criação até os primeiros anos da década de 1970, eram feitos por uma equipe de médicos peritos. Desses laudos constavam: a) os dados de identificação (filiação, cor, idade, estado civil, profissão, instrução, naturalidade, além da data da internação e procedência); b) dados antropométricos (altura, peso, distância umbi-pubiana, perímetros do tórax, do abdome, das ancas, do antebraço e da mão, alturas e larguras da face, comprimento e largura do nariz); c) resultado de inspeção geral, com a descrição física do paciente (cor do cabelo, formato da boca, estado dos dentes e ainda definição do tipo estrutural do paciente segundo a classificação de Kretschmer); d) antecedentes mórbidos hereditários (informações sobre doenças mentais e nervosas presentes em familiares do paciente); e) antecedentes mórbidos pessoais (informações sobre doenças apresentadas pelo paciente ao longo de sua vida); f) histórico da moléstia atual (descrevendo a progressão da doença, desde o seu surgimento até o momento do laudo); g) resultados de exame somático (estado das funções orgânicas do paciente); h) resultados de exame neurológico; i) versão oficial do delito cometido, de acordo com o promotor de justiça; j) narrativa do crime feita pelo examinando, constando o que sabe informar sobre o crime do qual é acusado; l) resultado do exame mental (descrição de funções psicológicas como atenção, memória, orientação espacial e temporal, além de mencionar os tratamentos a que o paciente foi submetido na instituição); m) conclusão, com o diagnóstico do paciente, sua imputabilidade e periculosidade. O serviço de psicologia no Hospital Jorge Vaz teve inicio em 1974. A primeira psicóloga a atuar na instituição foi Myrian Fonseca Sete Pinheiro e seu trabalho referia-se basicamente à elaboração de laudos psicológicos para compor os laudos periciais. Para tanto, após a leitura do processo do paciente, eram realizadas entrevistas e aplicados alguns testes psicológicos, dentre os quais o Teste de Inteligência Não Verbal (INV), as Matrizes Progressivas de Raven – Escala Geral, o Teste de Rorschach e as Pirâmides Coloridas de Pfister. Nesse período, o hospital não dispunha de testes psicológicos, devendo o psicólogo fazer uso daqueles testes que possuía. Aos poucos as atribuições do psicólogo se ampliaram e, consequentemente, aumentou o número de profissionais da área atuando no hospital. Em 1978, iniciou suas atividades na instituição a primeira estagiária de Psicologia, Rosa Feres, atualmente psicóloga do quadro de funcionários do hospital. Hoje em dia, o Hospital Jorge Vaz conta com cinco psicólogos, que têm como tarefas os atendimentos em psicoterapia individual e em grupo, entrevistas com familiares dos pacientes e avaliação psicológica. A avaliação psicológica é parte dos exames periciais de dependência toxicológica, de sanidade mental e de cessação de periculosidade e tem como resultado a elaboração de laudos. Os laudos, por sua vez, são elaborados em conjunto com psiquiatras, que também avaliam os pacientes.

Referências

CARVALHO, F. **Barbacena: 100 anos de psiquiatria.** Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2003.

FERES, R. M. **Entrevista concedida a Tatiane Dias Bacelar.** Barbacena, 27 nov. 2006.

MUNIZ, D. A. R. **Entrevista concedida a Tatiane Dias Bacelar.** Barbacena, 27 nov. 2006.

SAVASSI, A. J. **Barbacena: 200 anos.** Belo Horizonte: Lemi, 1991.

SETE PINHEIRO, M. F. **Entrevista concedida a Tatiane Dias Bacelar.** Barbacena, 7 jan. 2007.

SOUZA, I. L. R.; GROSSI, S. M. M.; DISCACCIATI, R. S.; NEVES, S. D. S.; CALDAS, M. C. **Hospital Psiquiátrico e Judiciário "Jorge Vaz"**. Barbacena, 2003, Mimeo.

VIDIGAL, S. **Entrevista concedida a Érika Lourenço**. Barbacena, 19 dez. 2006.

Érika Lourenço

Tatiane Dias Bacelar

■ Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) – 196?-

Hospital São Pedro – 1925-1962

Hospício São Pedro – 1884-1925

Falar em instituição psiquiátrica no Rio Grande do Sul é falar da história do HPSP. No Rio Grande do Sul, como em muitas outras províncias brasileiras no século XIX, o nascimento da instituição psiquiátrica esteve diretamente vinculado às Santas Casas de Misericórdia. O HPSP foi o segundo grande hospital dessa modalidade no Brasil, inaugurado em 1884 e funcionando até os dias de hoje. Seu nascimento está atrelado à história da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA). Inaugurada em 1803 com base em concepções cristãs caritativas e assistenciais, atendia enfermos pobres; andarilhos; velhos; crianças abandonadas; e loucos. Cerca de 40 anos após a inauguração, a SCMPA sofria superlotação, tornando difícil o atendimento. Uma circular imperial de 1854 atribuiu às casas de caridade e aos hospitais das províncias a função de alimentar e curar os alienados. O presidente da província, Carvalho de Moraes, assinou, em 1874, a Lei Provincial 944, que estabelecia a venda de loterias para a construção do hospício. Posteriormente, em 1878, Marcondes de Andrade, então presidente da província, decretou a Lei Provincial 1.158, que autorizava a compra do terreno para a fundação do hospício na cidade de Porto Alegre. Destaca-se, nesse período, a figura de José Antônio Coelho Júnior, provedor da SCMPA e incentivador da luta pela construção do hospício. Em 29 de junho de 1884, dia de São Pedro – santo padroeiro da província sul-rio-grandense –, o Hospício São Pedro foi inaugurado acolhendo 41 alienados, tendo como superintendente o provedor da SCMPA, Joaquim Pedro Salgado, e como médico-diretor do serviço sanitário o doutor Carlos Lisbôa. O terreno escolhido para a construção atendia aos princípios médicos e higiênicos, conforme previa a Lei Provincial 944, situando-se afastado da cidade, na Estrada de Mato Grosso (atual bairro Partenon), com árvores, água potável e ar puro – adequados à terapêutica psiquiátrica que se esboçava no panorama gaúcho. Poucos dias após a proclamação da República, criava-se um novo regulamento para o hospício, o Ato 4, de 28/11/1889, pelo qual a administração deixou de ser gerenciada pela SCMPA. Em 1892, através do Ato 346, de 08/10, apresentado pelo médico Francisco de Paula Dias de Castro, que por sua vez, tornara-se diretor do hospício, determina-se que o cargo da direção da instituição seja assumido exclusivamente por médicos, nomeados pelo governador do estado. Em 1910, a convite do médico-diretor do hospício Dioclécio Pereira, a Congregação da Ordem São José – instituição católica – começou a participar do cenário do HPSP, com noviças e freiras lá exercendo seu apostolado. Em 1925, aprovou-se novo regulamento, que transformava o hospício em hospital, passando a se denominar Hospital São Pedro (HSP). Um ano depois, Jacintho Godoy, figura renomada da psiquiatria gaúcha, assumiu a administração, exercendo dois mandatos como diretor do hospital (1926-1932 e 1937-1951). No início da década de 1960, sob o governo de Leonel Brizola e sob a direção do médico Luiz Pinto Ciulla, o hospital passaria a ser denominado Hospital Psiquiátrico São Pedro. Na década seguinte, as freiras afastaram-se das funções de chefia, que passaram a ser ocupadas por profissionais admitidos por contratação do governo do estado. Antes mesmo da regulamentação da profissão no Brasil, ocorrida em 1962, a psicologia atuava no HPSP. Como atividade inicial do exercício da psicologia no hospital estava a realização de testagens psicométricas e projetivas. Essas testagens tinham como objetivo a confirmação do diagnóstico psiquiátrico. Em 1949, Isolde Sylvia Bechlin, filósofa de formação, foi a primeira a ser contratada como psicóloga do HPSP. Especializou-se em Psicologia Clínica

no próprio HPSP durante três anos, sob supervisão dos psiquiatras Paulo Guedes e Barros Falcão. Paralelamente à fundamentação teórica em Psicologia e Psiquiatria, Isolde tinha contato direto com os pacientes internados, exercendo suas atividades na Divisão Pinel e Esquirol. A psicóloga atuava na aplicação de testes psicométricos e projetivos, com destaque para a avaliação dos pacientes que eram submetidos à lobotomia, observando como se comportavam antes e após a operação. Com a criação de um gabinete de psicologia dentro do HPSP, Isolde começou a atender aos motoristas envolvidos em acidentes encaminhados pelo serviço de trânsito, externo à administração do HPSP. A psicóloga prestou esse serviço de forma autônoma durante dez anos. Em 1973, quando o serviço centralizado de psicologia foi oficializado no HPSP através da Portaria 53/73, os psicólogos começaram a fazer algumas reivindicações, passando a atuar sob novos referenciais, identificados especialmente com a psicologia institucional da escola argentina. Na década de 1980, com o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental criado no país, influenciado pelo movimento da década anterior na Itália contra as instituições manicomiais, os psicólogos questionaram as práticas presentes nas instituições asilares. Em decorrência desses questionamentos, surgiram novos espaços dentro do HPSP, nos quais os psicólogos foram personagens indispensáveis às transformações concretizadas na década de 1990, como a criação da oficina de criatividade Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira, a oficina de reciclagem e o Projeto Morada São Pedro – serviço que visa à reintegração de pacientes ex-moradores do HPSP à sociedade, integrando-os em serviços residenciais terapêuticos, abrangendo as áreas de saúde, habitação, geração de renda e educação. Atualmente, existem cerca de 26 psicólogos funcionários do HPSP, além dos estagiários, residentes e profissionais que exercem atividade voluntária.

Referências

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FRANCO, S. C. e STIGGER, I. **Santa Casa 200 Anos: caridade e ciência**. Porto Alegre: ISCMPA, 2003.

GODOY, J. **Psiquiatria no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. do Autor, 1955.

RIO GRANDE DO SUL. **Livro de Atas do Serviço Centralizado de Psicologia**. Porto Alegre: Arquivo do Serviço de Psicologia do HPSP, 1973-1979.

RIO GRANDE DO SUL. **Ato n. 4, 28/11/1889**. Revoga o regulamento do Hospício São Pedro na parte que subordina a administração desse estabelecimento à Santa Casa de Misericórdia desta Capital. Arquivo do Serviço de Memória Cultural do HPSP, 1889.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 994, 13/05/1874**. Sobre a construção do Hospício de Alienados. Arquivo Histórico Solar das Câmaras do Rio Grande do Sul, 1874.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. **Actas da mesa da Santa Casa de Misericórdia n. 10, 15 de outubro de 1876**. Porto Alegre, 1876.

SCHIAVONI, A. **A institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul: o Hospício São Pedro e a Faculdade de Medicina**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SCISLESKI, A. C. C. **"Entre se quiser, saia se puder": o percurso dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WADI, Y. M. **Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do Hospital de Alienados e da Psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Andrea Cristina Coelho Scisleski

Giselle Silva Sanches

Nair Iracema Silveira dos Santos

Rosane de Azevedo Neves da Silva

■ Hospital Ulysses Pernambucano (Tamarineira) – 1981-

Hospital de Doenças Nervosas e Mentais – 1924-1981

Hospício de Alienados – 1883-1924

Hospital psiquiátrico situado na avenida Rosa e Silva, Tamarineira, Recife – PE, sempre foi mais conhecido pelo nome do sítio que deu nome ao bairro onde está localizado. Inaugurado em 1º de janeiro de 1883, sua construção decorreu de iniciativa do comendador Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, presidente da província, sensibilizado com o clamor público levantado pelas precárias condições de funcionamento do Hospício da Visitação de Santa Isabel (Olinda), então existente. O sítio escolhido para a construção era afastado da cidade, com fácil acesso na época por trem urbano – denominado maxambomba. Subscrição pública de 147:994$563 e donativos de materiais de construção foram colhidos para a obra, orçada em 410 contos de réis. O engenheiro-chefe das obras públicas, Victor Fournier, projetou o hospício com quatro pavilhões de dois pavimentos, um deles para a casa da administração, dois destinados para morada dos loucos (30 m de frente e 50 m de fundo), e outro para cozinha, além de um jardim de recreio dos loucos furiosos ao centro. Previa-se contratualmente o término em quatro anos. Ao lançamento festivo da pedra fundamental em 8 de setembro de 1874 seguiram-se nove anos de construção, com dificuldades vencidas pelo empenho do desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel, provedor da Santa Casa de Misericórdia. Na inauguração, também festiva, um trem especial conduziu os 87 pacientes – 47 homens e 40 mulheres – transferidos do Hospício de Olinda. A população atual (2008) é de cerca de 160 pacientes, correspondendo aproximadamente à capacidade prevista na inauguração, de 150 doentes (havia pensionistas de 1ª, 2ª e 3ª classes, com diárias de 4$000, 2$000 e 1$000 respectivamente, e indigentes). A população hospitalar em 1886 chegou a 216 pacientes, recebendo pacientes do interior e de estados vizinhos (Alagoas e Paraíba, principalmente), até atingir montante superior a 1.500 pacientes na década de 1970, quando teve de ser evacuado depois de atingido por enchentes do rio Capibaribe. Em sua criação o pessoal seria constituído por diretor (não médico, subordinado à junta administrativa, ao provedor e a mordomo, todos da Santa Casa de Misericórdia do Recife), dois médicos, ecônomo, capelão, amanuense, porteiro, quatro enfermeiros, quatro enfermeiras (remuneração de 800 mil réis para os enfermeiros e de 300 mil réis para as enfermeiras), barbeiro, cozinheiro, quatro serventes e ajudante de cozinheiro. A hierarquia e o valor funcional confirmavam-se em diferenças salariais: 2:000$000 para o diretor, 1:200$000 para médico, 800$000 para o capelão, o amanuense e o porteiro, 400$000 para o barbeiro, 360$000 para o cozinheiro. Ermírio César Coutinho, facultativo do Hospício de Olinda, foi o primeiro médico da Tamarineira; outros foram Antônio de Arruda Beltrão, Pedro da Cunha Souto Maior, ambos substituídos em 1891 por Constâncio Pontual e Joaquim Antônio de Castro Loureiro. Regulamento do hospício aprovado em 20/07/1884 estabelecia a existência de oficinas para trabalho dos alienados com atenção às aptidões e à cura, de pequena biblioteca para recreio, e de meios de repressão para obrigar obediência como reclusão solitária de até dois dias, diminuição da alimentação por um dia, privação de visitas, passeios, tabaco, colete de força com ou sem reclusão, cadeira de força, banhos de emborcação aplicáveis na presença de clínicos. Durante o Império, a junta administrativa da Santa Casa era nomeada pelo governo provincial. Ato do governador Antônio José Barbosa Lima em 1º de maio de 1891, após a Constituição republicana, desvinculou a Irmandade da Misericórdia do governo estadual. A Santa Casa entregou a direção do Hospício à Ordem das Filhas de Santana, originária da Itália, trazida ao Recife especificamente com esse fim. Em 1910 a direção passou a ser exercida por médico (Joaquim Loureiro).

Em 1919, Ulisses Pernambucano, médico do Hospício desde 1917, denunciou à Sociedade de Medicina de Pernambuco (a segunda mais antiga do país) o recolhimento de três órfãs no Hospício, em calabouço, como castigo por insubordinação em colégios da Santa Casa. Em 1923, como consequência das denúncias, foi designado diretor o catedrático de Clínica Psiquiátrica da recém-criada Faculdade de Medicina do Recife, Alcides Codeceira, começando a cumprir-se o papel do hospital como campo de ensino psiquiátrico, continuado em diferentes épocas por José Lucena, Gil Brás da Nóbrega, Jane Lemos e outros. Ainda como conseqüência das denúncias e do entendimento de Hospício ser órgão de assistência médica, em 1924, por iniciativa de Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde do Estado (governador Sérgio Loreto), sua administração foi entregue ao estado, passando a chamar-se Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, sendo Ulisses Pernambucano nomeado diretor, exercendo essa função até 1926. Voltando a dirigir o hospital (1931-1935), Ulysses fez criar o Serviço de Assistência a Psicopatas, em moldes de expressiva e inédita reforma psiquiátrica, na perspectiva pioneira de tentar superar o modelo assistencial hospitalocêntrico e medicopsiquiatrocêntrico. Para realizar assistência psiquiátrica extra-hospitalar foi criado o primeiro ambulatório público da especialidade, localizado em espaço exterior ao hospital. No hospital aboliram-se os calabouços, construíram-se dependências para novos serviços (pavilhão de observações, pavilhão anatômico, pavilhão de hidroterapia), iniciou-se o uso sistemático de prontuário clínico, diversificou-se o elenco de recursos diagnósticos e terapêuticos (laboratório para exame do líquor, sonoterapia, malarioterapia, psicocirurgia, tratamentos de choque, praxiterapia). Seria um hospital para doenças agudas com equipe multiprofissional (visitadoras – precursoras de assistentes sociais – para cuidar dos vínculos dos pacientes internados com o mundo extra-hospitalar –, e pessoal habilitado à utilização diagnóstica de técnicas psicométricas – médicos, pedagogas iniciadas nessa atividade, reconhecidos como psicólogos na década de 1960 quando a profissão foi regulamentada: Luiz Cerqueira, José Lucena, José Carlos Cavalcanti Borges, Anita Pais Barreto, Anita Costa, Alda Campos, Maria Leopoldina de Oliveira e outros. Em 1981, passou a chamar-se Hospital Ulysses Pernambucano, sendo consertadas e limpas as instalações centenárias (governo Marco Maciel). Desde 1971, em anexo, nas 24 horas, funciona serviço de atendimento psiquiátrico de emergência, com plantões de equipe especializada (inicialmente chamado Central de Psiquiatria, e depois Serviço de Emergência Psiquiátrica). No mesmo sítio de sua localização, enorme espaço verde preservado da cidade do Recife, funciona desde a direção de Evaldo Melo de Oliveira (1987-1990) o Centro de Prevenção e Tratamento de Dependência a Substâncias Psicoativas (CPTRA). O Hospital Ulysses Pernambucano dispõe atualmente (2008) de residência em Psiquiatria, em Psicologia Clínica e em Enfermagem Psiquiátrica, e é campo de ensino para graduação em Medicina, Psicologia e Enfermagem de diversas escolas de ensino superior existentes na região metropolitana do Recife.

Referências

CERQUEIRA, L. "Ulysses Pernambucano, meu mestre". In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. **Ciclo de estudos sobre Ulysses Pernambucano.** 1978, p. 41-67. Mimeo.

COELHO FILHO, H. **A psiquiatria no país do açúcar**. Recife: Rodovalho Inc. do Brasil Ltda., 1983.

MEDEIROS, T. A. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

MELLO, V. P. **Hospital da Tamarineira 1883-1987**. Recife, 1996/1998 (?). Mimeo.

PERNAMBUCANO, U. "A assistência a psicopatas em Pernambuco. Idéias e realizações". **Arquivos de Assistência à Psicopatas de Pernambuco**, v. 2, n. 1, p. 5-18, 1932.

Tácito Augusto Medeiros

■ **Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ) – 1975-**

Hospital das Clínicas da Universidade do Estado da Guanabara (HC/UEG) – 1965-1975

Hospital-Escola da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – 1962-1965

Hospital Pedro Ernesto – 1950-1962

Inaugurado em 1950, fazia parte da rede hospitalar da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1962, tornou-se Hospital-Escola da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). No ano de 1965, tornou-se Hospital das Clínicas da UEG. Com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em março de 1975, a UEG passou a denominar-se Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o hospital tornou-se Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) devido à concepção de que era um local de formação de todos os profissionais da área de saúde, além de ser também um centro de pesquisas. Trabalhos de psicologia no HUPE/UERJ tiveram sua porta de entrada pelo então Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica. No início da década de 1970, o professor Eustáquio Portela Nunes, psiquiatra e psicanalista, que na época coordenava um moderno projeto no Instituto Philippe Pinel (Pinel), foi convidado para reformar o setor de psiquiatria do HUPE. Aceitando, desenvolveu um trabalho comunitário e com equipe interdisciplinar. Para tal convidou o psiquiatra e psicanalista Lindemberg Rocha e vários estagiários de psicologia que já vinham desenvolvendo atividades no Pinel, entre eles Maria Theresa Costa Barros. A partir desta entrada na psiquiatria, que é uma das clínicas do HUPE – cada uma hoje denominada Unidade Docente Assistencial (UDA),– os psicólogos e estagiários foram se encaminhando para outras clínicas. Esta passagem do Pinel para o HUPE apresenta um leque de atividades com os pacientes internados e seus familiares, além do atendimento ambulatorial. Todavia, a passagem para o Hospital Geral estava sendo gestada de dentro, pois uma residente de Medicina, Evelyn Eysenstein, vinha propondo um trabalho diferenciado com adolescentes, que não tinham um lugar próprio dentro do Hospital Geral, iniciando uma campanha em defesa da criação de melhores condições de atendimento ao adolescente internado. A partir da realização da primeira reunião institucional e interdisciplinar (estudantes e residentes de Medicina e de Psicologia, assistentes sociais e recreadoras) com os técnicos interessados, estabeleceu-se supervisão para o grupo com Lindemberg Rocha e Narciso de Melo Teixeira. Obteve-se uma sala do setor de Neurologia, onde os adolescentes eram acolhidos pelos estagiários de Psicologia. Toda manhã, depois dos procedimentos médicos, os estagiários passavam nas enfermarias e levavam os adolescentes para a sala de atendimento. O grupo às vezes era chamado de Exército Brancaleone, por lidar com situações pouco propícias de trabalho. As recreadoras desenvolviam atividades lúdicas e recreativas e os psicólogos e estagiários de psicologia ofereciam a possibilidade de escuta dos adolescentes. Por meio de uma prática inicialmente espontânea, foi se organizando um serviço com princípios e direção teórico-metodológica. Ao final dos anos de 1970, mesmo sem ter um programa de estágio formalmente organizado, o HUPE chegou a contar com 84 estudantes de Psicologia. Entretanto, dentro do organograma do hospital não estavam incluídos os serviços de psicologia. Observa-se nesta época, de domínio ditatorial, um engajamento mais acentuado dos profissionais, cuja participação tinha um cunho político, no sentido de que as pessoas estavam implicadas com a diminuição das desigualdades sociais. No desdobramento do trabalho com os adolescentes, houve uma espécie de bifurcação. Narciso Texeira continuou supervisionando o grupo inicial. Outras duas psicólogas, Maria da Glória Ribeiro e Maria Clara Mariano, começaram a desenvolver outras atividades na Clínica Médica II, cujo chefe, professor Aloy-

sio Amâncio da Silva, propôs implantar um trabalho sobre a relação médico-paciente com estudantes de Medicina do terceiro ano. Este professor demonstrava interesse e dedicava atenção especial à dimensão psicológica e ao trabalho psicológico com os pacientes do Hospital Geral. Foi considerado o mentor e sustentáculo do início do trabalho do psicólogo no HUPE. A iniciativa buscava uma reflexão sobre a formação médica, sobre sua prática e sua relação com a vida, com o sofrimento humano e com a pessoa do paciente. Formaram-se grupos coordenados por um psicólogo e um médico clínico, em que os casos levados pelos estudantes eram discutidos à luz das ideias sobre a relação médico-paciente. Os coordenadores também realizavam reuniões conjuntas para analisarem essa prática. Foi a partir do desdobramento desta que o doutor Aloysio Amâncio da Silva teve a iniciativa de criar, dentro da Clínica Médica II, uma enfermaria feminina e outra masculina para adolescentes, o que gerou a Unidade Clínica de Adolescentes (UCA), onde hoje há também atendimento ambulatorial diferenciado e voltado para adolescentes, apesar de muitos profissionais imaginarem que seria difícil lidar com uma enfermaria só de adolescentes. Para coordená-la foi designada a psicóloga Maria Theresa Costa Barros. Atualmente intitula-se Núcleo de Estudos do Adolescente (NESA). Além destas práticas, o HUPE conta com o Serviço de Psicologia Médica criado pelo professor Júlio de Mello Filho que, desde seu início, em 1978, tem psicólogos ministrando cursos de extensão. Em 1993 foi iniciada a residência em Psicologia Clínico-Institucional, atualmente especialização em Psicologia – Clínico-Institucional: Modalidade Residência Hospitalar, com gestão conjunta do Instituto de Psicologia (IP) da UERJ e da Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico (CDA/HUPE). Este oferece anualmente cinco bolsas, sendo o IP responsável pelo corpo docente e a direção teórico-metodológica. Os projetos de estágio desenvolvidos nas clínicas de Psiquiatria, Pré-Natal e Maternidade; Cirurgia Cardíaca, Pediatria, NESA, Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) e Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI) foram ampliados para receber os residentes como áreas de prática. Dos trabalhos iniciados nos primeiros anos da década de 1970, na unidade de psiquiatria mantém-se o atendimento em terapia familiar, atividade exercida por Maria do Carmo de Almeida Prado. Em 1979, o professor Ademir Pacelli Ferreira abriu um setor de estágio na enfermaria da unidade de psiquiatria e mais tarde também no hospital-dia, incluindo tanto a residência quanto a extensão em Psicologia. Somente bem mais tarde a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) abriu concurso público para psicólogos. Hoje o HUPE conta com vários psicólogos em seu quadro técnico, desenvolvendo atividades em muitas de suas unidades especializadas.

Referências

FERREIRA, A. P. **Entrevista concedida a Lucila Lima da Silva e Roberta Santos de Oliveira**. Rio de Janeiro, 20 maio 2008.

BARROS, M. T. C. **Entrevista concedida a Lucila Lima da Silva e Roberta Santos de Oliveira**. Rio de Janeiro, 17 maio 2008.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO. **Histórico e pioneirismo**. Disponível em: <http://www.hupe.uerj.br/conheca/historic.htm>. Acesso em: 17 nov. 2008.

Ademir Pacelli Ferreira

Roberta Santos de Oliveira

Lucila Lima

I

Instituições Espíritas no Brasil

O espiritismo de orientação kardecista se constituiu como um dos principais contradiscursos a ameaçar a hegemonia da psiquiatria no tratamento e na administração social da loucura. Doutrina elaborada por Allan Kardec, que acredita na existência de um universo dualista, composto pelo mundo material, que nos é familiar, e o mundo espiritual, dimensão dinâmica que seria povoada por entidades espirituais e influenciadora de nossas experiências no mundo material, a doutrina postula ainda que cada espírito, ao ser criado, começa um longo percurso de desenvolvimento, tanto moral quanto intelectual, visando à perfeição, sendo essa noção de progresso em direção à perfeição um ponto central do sistema de crenças espíritas. Quando acaba a vida, o espírito desencarna, voltando ao plano espiritual, onde permanecerá até decidir encarnar novamente como forma de reiniciar o ciclo evolutivo. A criação de corpos materiais é compreendida como um processo biológico natural do mundo material. Ocorrida a concepção biológica, o espírito se acopla ao feto recém-formado estabelecendo-se entre ambos uma relação simbiótica. Para o kardecismo o estado de saúde de um sujeito é alcançado quando o espírito se encontra acoplado harmonicamente com o corpo físico; consequentemente, as enfermidades são compreendidas como resultado de algum fator que perturba essa relação. Um desses fatores pode ser a diminuição da energia vital. A energia ou fluido vital seria uma substância produzida pelo espírito e utilizada para animar o corpo material, e sua ocorrência não seria homogênea entre todos os seres humanos, podendo ser encontrada de forma mais ou menos abundante em diferentes sujeitos. Sua escassez é considerada o fator determinante do falecimento e sua manipulação poderia influenciar o estado de saúde dos indivíduos. Por fim, como o corpo material é entendido como um instrumento para a manifestação do corpo espiritual, qualquer tipo de deficiência daquele corpo físico poderia influenciar a capacidade do espírito de perceber o mundo e de agir sobre ele de forma apropriada, mesmo que o espírito não apresentasse qualquer imperfeição. Assim, uma lesão cerebral somente prejudicaria a capacidade do espírito de expressar o seu pensamento de forma apropriada, e a própria capacidade do espírito de raciocinar não ficaria prejudicada. Neste caso ocorreria

o que os espíritas denominavam de loucura por lesão cerebral. Muitas das desordens físicas e psíquicas que afetam os indivíduos são entendidas pelo kardecismo como resultado de algum tipo de intervenção de espíritos desencarnados sobre o corpo espiritual dos sujeitos. Desta forma, a loucura e alguns tipos de enfermidades teriam suas origens na ação de entidades que se encontram atuando a partir do mundo espiritual. O espiritismo kardecista foi introduzido no Brasil a partir da segunda metade do século XIX por parte de sua elite letrada, sendo fundado o primeiro centro espírita de que se tem notícia na cidade de Salvador, em 17 de setembro de 1865, denominado Grupo Familiar do Espiritismo. Esse grupo era dirigido por Luiz Olímpio Teles de Menezes, professor e jornalista baiano que também fundou o primeiro jornal de divulgação desta doutrina, em 1869, intitulado de *O Eco d'Além-Tumulo*. O segundo centro espírita brasileiro, a Sociedade de Estudos Espíritas, foi fundado no Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1873. Deve-se a esse grupo as primeiras traduções integrais de quatro das cinco mais importantes obras de Allan Kardec. Também relevante para a história do espiritismo no Brasil foi a fundação da Federação Espírita Brasileira (FEB), no dia 2 de janeiro de 1884. Quando da fundação da FEB o jornal *Reformador*, que já era editado desde 1883, foi por ela incorporado, tornando-se seu principal órgão de divulgação. Como resultado de suas formulações particulares de corpo, saúde e doença e da produção de concepções acerca das melhores formas terapêuticas para lidar com os problemas de saúde, tornou-se comum no Brasil de finais do século XIX até meados do XX o desenvolvimento de ações de saúde por parte de grupos espíritas. Foram criados serviços terapêuticos tanto de natureza espiritual – como as atividades de aplicação de passes, de receituário mediúnico ou de desobsessão espiritual – como também de natureza material – como o oferecimento de tratamento dentário gratuito em sedes de grupos espíritas. O principal motivo da preocupação com que a classe médica via o desenvolvimento do kardecismo em território nacional se devia à criação, por parte das organizações espíritas, de instituições e serviços terapêuticos ligados a teorias e práticas de cura que não eram validadas pela medicina acadêmica. Dentre estas instituições podemos destacar a criação do Asilo Deus, Cristo e Caridade no Estado do Espírito Santo, inaugurado em 1918, do Hospital Espírita de Porto Alegre, que iniciou suas atividades em 1926, e o Sanatório Espírita de Uberaba, inaugurado em 1933. A prática desenvolvida por grupos espíritas de construírem instituições para tratamento de alienados em que eram utilizadas técnicas de desobsessão mediúnica manteve-se comum até meados do século XX. Somente no Estado de São Paulo, entre os anos de 1930 e 1950, foram inauguradas instituições dirigidas por grupos espíritas para o tratamento da loucura em sete municípios. Como resultado de suas atividades, a partir do início do período republicano os espíritas passaram a ser constantemente denunciados como charlatões pela classe médica e a sofrer processos por exercício ilegal da medicina. Tais processos foram facilitados pela promulgação do Código Penal de 1890, no qual estavam previstas as penas para o exercício ilegal da medicina (Decreto 847, de 11/10/1890). Como resultado da implantação das atividades do receituário mediúnico e das práticas de desobsessão, o Serviço Sanitário do Rio de Janeiro, apoiado nos dispositivos contidos no Código Penal de 1890, autuou seguidamente os médiuns e diretores da FEB pela prática do exercício ilegal da medicina. Processos criminais e inquéritos policiais foram instaurados nos anos de 1904, 1905, 1914, 1918, 1921, 1922 e 1925. Entretanto, em todas essas ocasiões ou os inquéritos foram arquivados ou os membros da FEB foram absolvidos das acusações. Nas primeiras décadas do século XX era relativamente comum que alguns profissionais da medicina, como Leonídio Ribeiro, Afrânio Peixoto e Henrique Roxo, proferissem discursos, ou até mesmo escrevessem livros e artigos de jornais, em que realizavam ataques ao espiritismo, sendo esses médicos em sua maioria ligados ao campo da psiquiatria ou

da medicina legal. No entanto, é importante ressaltar o papel destacado que vários outros médicos tiveram na implantação e desenvolvimento do kardecismo no Brasil, como Inácio Ferreira, Pinheiro Guedes e Bezerra de Menezes. Estes também escreviam constantemente livros e artigos nos quais defendiam os métodos terapêuticos desenvolvidos pelo espiritismo. A participação de médicos junto a grupos ou instituições espíritas era considerada tão alarmante por setores da medicina oficial que, quando da implantação do regulamento sanitário em 1904, um parágrafo foi inserido tratando das punições cabíveis aos médicos que praticassem o espiritismo (Decreto 5.156, de 08/05/1904). O debate entre os médicos favoráveis e contrários ao kardecismo continuou intenso durante toda a primeira metade do século XX.

Referências

ALMEIDA, A. A. S. **"Uma fábrica de loucos": psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950).** Tese. (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CESAR, O. **Misticismo e loucura**. São Paulo: Oficinas Gráficas do Arquivo de Assistência aos Psicopatas do Juquery, 1930.

DAMAZIO, S. F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FERREIRA, I. **Espiritismo e Medicina**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1941.

GIUMBELLI, E. A. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

JABERT, A. "Formas de administração da loucura na Primeira República: o caso do Estado do Espírito Santo". **História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** v. 12, n. 3, p. 693-715, 2005.

JABERT, A. **De médicos e médiuns: medicina, espiritismo e loucura no Brasil da primeira metade do século XX.** Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

MAGGIE, Y. **O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

PUTTINI, R. F. **Medicina e religião no espaço hospitalar**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RIBEIRO, L.; CAMPOS, M. **O espiritismo no Brasil: contribuição ao seu estudo clínico e médico-legal.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.

Alexander Jabert

■ Instituições Protestantes no Brasil

A chegada dos protestantes no Brasil ao longo do século XIX deve ser entendida em sua diversidade de formas, tais como: a dos imigrantes europeus luteranos e anglicanos, a dos imigrantes e missionários ingleses e norte-americanos (do norte e do sul) batistas, metodistas e presbiterianos e, já no início do século XX, a dos missionários pentecostais norte-americanos. Trata-se, portanto, de um campo diversificado de movimentos que se distinguem por motivos variados. Pelo menos duas características comuns foram atribuídas ao povo brasileiro pelos primeiros missionários protestantes: que este povo tende ao vício, devido à incivilidade; e que o sincretismo religioso atrelado à presença hegemônica da Igreja Católica era um fator prejudicial à sua civilidade e salvação. A vinda de dezenas de missionários presbiterianos, metodistas e batistas no final do século XIX foi marcada por sua ênfase no ensino regular, criando escolas que se tornaram referência dentro e fora do meio protestante. Coincidiu com as transformações políticas de então, como a consolidação do Estado republicano, a dissociação entre este e a Igreja Católica e os projetos civilizatórios centrados na educação e saúde do povo. Não à toa, perseguidos constantemente pela Igreja Católica, os protestantes brasileiros festejaram a proclamação da República em 1889. A ênfase na educação e na civilidade fazia com que os movimentos protestantes se aliassem aos esforços igualitários e disciplinadores das paixões que caracterizavam os discursos modernistas da época. Neste sentido, as práti-

cas cotidianas e a vida congregacional dos protestantes brasileiros pareciam mais antenadas com os novos ditames disciplinares da ciência. Os estudos que empreendiam acompanhavam também as discussões europeias e norte-americanas que vigoraram até o final do século XIX sobre temas que interagiam com a psicologia, a psiquiatria e a pedagogia da mesma época. Disciplinarização da vida intrafamiliar, internalização das normas de conduta, controle do corpo e das paixões, aversão a uma sociedade promíscua e viciosa, zelo pela obediência às leis e pela civilidade e outros aspectos centrais da vida cotidiana dos protestantes iam ao encontro dos esforços empreendidos pelos médicos higienistas e demais intelectuais republicanos. Este é o caso, por exemplo, da relação de respeito e deferência que Prudente de Moraes manteve com a Igreja Metodista e, especificamente, com a missionária norte-americana Martha Watts, que veio para o Brasil para implantar um sistema educacional mais próximo aos ideais modernos, criando o Colégio Piracicabano em 1881. Outro metodista, Oscar Machado da Silva — que tinha forte ligação com os behavioristas norte-americanos Edward Lee Thorndike e John B. Watson — foi o primeiro professor de Psicologia da Universidade de Porto Alegre, em 1943. Em sua aula inaugural, vinculava o papel social civilizador da psicologia a um discurso fortemente enviesado pela visão teológica cristã. Vários periódicos protestantes ofereciam textos sobre conduta e higiene nos espaços públicos e privados. Isto pode ser observado nos arquivos do Seminário Presbiteriano de Campinas, fundado em 1888, onde encontramos vários periódicos protestantes do início do século, nos quais aparecem, ainda que esporadicamente, temas ligados diretamente à psicologia e à higiene mental. Apesar de haver na primeira metade do século XX embates intensos entre as teologias cristãs e as teorias seculares evolucionistas, marxistas e positivistas efervescentes no campo médico, os movimentos protestantes aliaram-se frequentemente aos investimentos modernizadores do higienismo mental na medicina e na pedagogia. Mas para entender melhor a tensão específica desta aliança deve-se considerar as produções protestantes em torno da aversão às coisas mundanas, incluindo aí a sociedade e o Estado. Não se pode esquecer, por exemplo, que o sectarismo protestante foi potencializado pela visão negativa que os missionários produziam acerca do povo brasileiro, tomado como repleto de vícios, imundo e corrupto em seu catolicismo-pagão. É assim que se atrelava ao estilo civilizado do protestante não um projeto político para a sociedade, mas um projeto missionário: retirá-los da perdição católico-pagã e levá-los para o caminho da salvação. No cenário europeu e norte-americano, a aceitação da psicologia e da psicanálise cresceu progressivamente a partir da década de 1950 nos países protestantes, surgindo movimentos e instituições acadêmicas e religiosas que se tornaram famosas, voltadas para os saberes e práticas psicológicos e psicanalíticos. Neste período, o meio protestante brasileiro foi intensamente atravessado pelas campanhas missionárias norte-americanas, reverberando as vias de combate ao comunismo que caracterizaram o período da Guerra Fria e definindo em grande medida os conflitos internos às denominações após o golpe militar. Vale dizer, entretanto, que os missionarismos liberais norte-americanos deste período traziam também uma nova forma de protestantismo, voltada com maior ênfase para os males mundanos da humanidade e, de certa forma, para sua dimensão social, ainda que não as vinculassem a uma luta política e, sim, religiosa. A crescente psicologização da vida cotidiana que marcou a segunda metade do século XX parece compor com o missionarismo norte-americano um quadro de investimento progressivo nos saberes e práticas psi, seja ele voltado para o meio acadêmico, seja para o público leigo. De modo geral, nas academias e nas sociedades psicanalíticas paulistas e cariocas a relação com o meio religioso era restrita e frequentemente alvo de retaliações. É neste contexto que se pode ressaltar alguns movimentos de repercussão nacional: o primeiro com a criação, em 1965, do Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise (CADEP) e, em 1968, da Escola Superior de

Psicanálise (ESP) a ele ligada; o segundo se refere à criação, em 1976, do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Além destes, pode-se destacar também na década de 1970 a chegada ao Brasil de grandes movimentos missionários norte-americanos diretamente ligados ao campo psi, como o Exodus criado na década de 1970 e expandido a dezenas de países — caracterizado pela defesa e difusão no meio cristão do tratamento de homossexuais e egodistônicos — capacitando profissionais e apoiando programas de tratamento de homossexuais e o Serviço de Evangelização para a América Latina (SEPAL), que promove programas de formação de pastores em Cura Interior. Liderado pelo jornalista e teólogo Boaventura Cisotto Netto e por um grupo de médicos e líderes católicos, o CADEP/ESP agrupou em São Paulo médicos, sacerdotes, militares e leigos voltados explicitamente para a formação psicanalítica de sacerdotes (católicos, protestantes, judeus etc.) e do público leigo. O CADEP/ESP teve grandes e numerosos confrontos jurídicos, políticos e policiais com o Conselho Federal de Medicina, principalmente na primeira metade da década de 1970, obtendo o direito de formar profissionais psicanalistas em 1975. Além disto, o CADEP investiu na criação de pelo menos três projetos de lei ao longo desta década que visavam regulamentar a profissão do "psicanalista clínico", todos intensamente rebatidos pelo Conselho de Medicina e arquivados no Congresso Nacional. Entre seus alunos, encontram-se pastores protestantes do Rio de Janeiro que seriam responsáveis, a partir do final da década de 1980, pela criação de novas instituições formadoras diretamente ligadas aos movimentos protestantes, como a Sociedade Psicanalítica Cristã, a Associação Brasileira de Psicanálise Clínica e a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil. O CPPC, por sua vez, originou-se do agrupamento de profissionais pertencentes às categorias médica e psicológica e que, como no caso anterior, não eram vistos com bons olhos no meio acadêmico. Investe nas três áreas psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise) de modo intra-acadêmico e não profissionalizante, propondo-se a oferecer um espaço coletivo e corporativo de estudos e de referências nacionais e internacionais para os profissionais cristãos. Trata-se, ainda, de um movimento de aproximação explícita e oficial das bases teórico-conceituais psi com a perspectiva cristã, de forma que a psicologia, a psicanálise e a psiquiatria são ressignificadas e transformadas em termos de seus conceitos e teorias. Nas décadas de 1980 e 1990, a difusão da psicanálise como prática profissional no meio protestante ganhou novos contornos, acompanhando o processo mais amplo de transformação da vida social no Brasil e no mundo ocidental. Os investimentos no campo psi tiveram um crescimento considerável, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, dentro e fora do meio acadêmico. No meio psicanalítico, pode-se destacar a criação, em 1996, da Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), que teve como um de seus principais mentores o teólogo e pastor da Igreja Batista Heitor Antônio da Silva, ex-aluno do CADEP/ESP. Com uma postura muito mais agressiva (assessorada política e juridicamente), a SPOB difundiu-se rapidamente e, em quatro anos, possuía cursos de formação psicanalítica em todo o país. Como o CADEP, a SPOB investiu em duas frentes jurídicas: o direito de formar psicanalistas leigos e a defesa da regulamentação da profissão de psicanalista. Sua principal frente de batalha, entretanto, não foi com o Conselho de Medicina — como no caso do CADEP na década de 1970 — mas com os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e, é claro, com a grande maioria das sociedades psicanalíticas sintonizadas com uma visão secularizada da psicanálise. Seu rápido crescimento e sua proposta de "psicanálise para todos" influenciou vários de seus ex-alunos e permitiu a criação, a partir do final da década de 1990, de dezenas de instituições formadoras independentes. Além do direcionamento ao público leigo em geral, a diretoria da SPOB manteve um projeto de expansão da psicanálise entre os líderes religiosos, obtendo grande repercussão no meio religioso protestante. No campo mais amplo dos saberes e práticas psi, observa-se uma grande difusão da literatura e dos investimentos protestantes

nas últimas décadas. Porém, os movimentos pentecostais são ainda tímidos neste campo, mantendo-se predominantemente não psicanalíticos e voltados mais frequentemente para o circuito discursivo da cura interior, do aconselhamento cristão e da biblioterapia. Deve-se ter em conta aqui que o pentecostalismo brasileiro permaneceu historicamente menos voltado para as discussões academicistas, evitando recorrer a outros escritos que não os da Bíblia. Pode-se ver também nas últimas décadas uma transformação significativa no campo protestante, que vem se tornando cada vez mais aberto à literatura norte-americana de autoajuda e à influência dos profissionais psi cristãos dos Estados Unidos (principalmente) e da Europa. A proliferação, no Brasil, de editoras cristãs e a maior abertura religiosa ao campo psi nos grandes centros urbanos criaram um campo fértil para um novo tipo de missionarismo, voltado para o público leigo em geral e centrado nos movimentos de aconselhamento psicológico cristão e de cura interior. O crescimento do número de editoras motivou, em 1988, a fundação da Associação Brasileira de Editores Cristãos — que tem hoje mais de 60 empresas associadas, segundo dados da própria instituição — com o objetivo de assessorar e incentivar a indústria editorial evangélica no Brasil. Dentre as tensões com o meio acadêmico e com o CFP que se tornaram mais divulgadas na mídia, encontra-se aquela referente aos programas de cura de homossexuais, em ampla expansão a partir do final da década de 1990. Destaca-se aí a forte influência dos psicólogos cristãos norte-americanos através do movimento Exodus, que se fortaleceu consideravelmente no Brasil na década de 1990. No conjunto, pode-se dizer, por um lado, que os movimentos protestantes brasileiros investiram de modo descontínuo e relativamente restrito nos saberes e práticas psi ao longo de quase todo o século XX. Somente nas suas últimas décadas é que se pôde observar a maior intensificação política e diversificação dos esforços em direção ao campo psi. Por outro lado, é possível também perceber o quanto, ao longo de todo o século, estes investimentos permaneceram atrelados aos jogos sociais mais amplos que constituíram nossos projetos modernizadores e nossos modos específicos de compor os campos acadêmico e religioso. No Brasil do final do século XX, não só o campo religioso protestante é atravessado cada vez mais pelos discursos e práticas psi, mas também o meio acadêmico em seus principais centros de pesquisa em um número crescente de docentes e pesquisadores comprometidos com a visão cristã protestante.

Referências:

ALMEIDA, V. O metodismo e a ordem social republicana. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, n. 1, p. 41-60, 2003.

CARVALHO, E. N. **O divã e o altar: cultura psicanalítica e movimento protestante no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DUARTE, L. F. D. e CARVALHO E. N. Religião e Psicanálise no Brasil contemporâneo: novas e velhas *Weltanschaungen*. In: **Latin American Studies Association**, San Juan, 2006.

FRESTON, P. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 16/3. p 104-129, 1994.

GAUER, G. e GOMES, W. B. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: 60 anos de história. Porto Alegre: MuseuPsi, 2005.

JACÓ-VILELA, A. M.; KEIDE, Ricardo. "Mens in corpore": o positivismo e o discurso psicológico do século XIX no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABOUR, F.; RODRIGUES, H. B. C. **Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999.

LEWGOY, B. Estilos de vida e modelos de construção de pessoa na recente literatura evangélica. In: **XXIX Encontro da ANPOCS**, Caxambu, 2005.

MAFRA, C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARIZ, C. e MACHADO, M. D. C. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. **Comunicações do ISER – A Dança dos Sincretismos**, Rio de Janeiro, n. 45, 1994.

MESQUITA, Z. (Org.). **Evangelizar e civilizar**: **cartas de Martha Watts, 1881-1908**. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

RUSSO, J. A. **O mundo psi no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SANTOS, L. A. 2003. O paraíso e o capitel: representações do protestantismo no Brasil republicano (1910-1920). **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 61-79, 2003.

SILVA, E. Protestantismo e questões sociais. **Revista Sitientibus**, Salvador, n. 14, p. 129-142, 1996.

Emilio Nolasco de Carvalho

■ Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI) – 1978-199(?)

Fundado por Gregório Baremblitt – membro do Plataforma argentino, primeiro grupo de analistas a romper com a International Psychoanalytical Association (IPA) por motivos políticos –, Luis Fernando de Mello Campos – oriundo da Associação de Psicologia e Psiquiatria da Infância e da Adolescência (APPIA) – e Chaim Katz – primeiro psi carioca a se intitular psicanalista sem, para tanto, demandar reconhecimento oficial –, tem por marco de criação o I Congresso Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, realizado no Hotel Copacabana Palace, em outubro de 1978. Entre os convidados internacionais estão Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, Howard Becker, Erving Goffman, Thomas Szasz e Shere Hite. Na esteira do sucesso do evento, o IBRAPSI inicia, em 1979, sua formação em Psicanálise e Socioanálise, com uma turma de aproximadamente 90 alunos. A princípio localizado em um edifício da zona sul carioca, logo se transferiu para a sede definitiva, uma casa na rua Visconde Silva, 61, Botafogo, hoje demolida. Os propósitos do IBRAPSI são: cientificidade, interdisciplinaridade, ampliação da formação e da assistência, articulação com os movimentos sociais. Conquanto seja um estabelecimento privado com, agora, dois sócios proprietários, já que Katz se retirara antes do início do curso de formação, atrai pelo ideário, crítico dos monopólios político-cognitivos vigentes no campo psicanalítico, e modo de funcionamento: a análise formativa, as supervisões e a formação teórica iniciam-se simultaneamente; o pagamento de mensalidades faculta acesso a aulas, grupos operativos e supervisões grupais; os custos da análise formativa podem ser reduzidos pela opção grupal. No programa, destaca-se a socioanálise, designando tanto a análise institucional *stricto sensu* como outras experiências de vinculação entre subjetividade e política, cujo estudo contempla em particular os formandos legalmente impedidos de exercer a clínica. Além da formação regular, o IBRAPSI oferece cursos de extensão e jornadas de estudos, sempre bastante procurados. O êxito é, pois, a marca dos primeiros tempos, apesar da repetida emergência de crises internas: os grupos operativos, reunidos após as aulas do curso de formação, nunca deixam de questionar a estrutura e dinâmica do instituto; são frequentes as assembleias gerais, nas quais a mesa diretora, invariavelmente integrada por pelo menos um dos sócios, oscila entre facilitar deliberações e exercer controle. Os conflitos mais marcantes estão ligados à clínica assistencial. Pouco tempo depois do ingresso no instituto, os formandos assumem os atendimentos (individuais ou grupais) oferecidos a baixos custos. Devido à divulgação e aos convênios com empresas (Furnas, Embratel, Petrobrás) e sindicatos (economistas, artistas de teatro, professores, químicos, arquitetos, jornalistas), a crescente demanda torna necessário alugar três casas para abrigar consultórios. Paralelamente, o percentual do valor das sessões recebido pelos terapeutas decresce, provocando descontentamento. A despeito desses embates, a expansão ibrapsiana incomoda ramos da psicanálise oficial. Em junho de 1980, Leão Cabernite declara ao *Jornal do Brasil* que uma ruidosa legião de psicopatas havia tomado de assalto a psicanálise. Mencionando psicanalistas importados da Argentina e grupos dissidentes, não deixa dúvida de que seus alvos são Baremblitt, Plataforma e, consequentemente, o IBRAPSI. Porém em setembro, no Ciclo de Debates promovido pela Clínica Social de Psicanálise, Eduardo Mascarenhas, Helio Pellegrino e Wilson Chebabi, membros da Sociedade Psicanalítica do

Rio de Janeiro (SPRJ), denunciam os barões da psicanálise – título de matéria publicada no *JB* –, estabelecendo relações entre a centralização do poder nas sociedades oficiais, o vantajoso manejo do apoliticismo nos regimes de exceção, o nível precário da produção teórica hegemônica, os altos custos do tratamento analítico e a mera solução de compromisso representada pelas clínicas sociais. Dias depois, durante os debates que se sucedem à mesa-redonda Psicanálise e Fascismo, Rômulo Noronha de Albuquerque narra o sofrido nos porões da ditadura e denuncia Amílcar Lobo como integrante da equipe de torturadores. Apenas alguns degraus separavam Lobo e Cabernite, seu analista didata na SPRJ, cujos escalões superiores estavam cientes das idiossincrasias do primeiro desde 1973: a denúncia aparecera em *Cuestionamos 2*, sob o título "Algo más sobre tortura". Embora esses acontecimentos ofereçam ao IBRAPSI alguma trégua, a partir de 1981 as turmas em formação já não são tão grandes. Em 1982 e 1983, aparecem resultados textuais coletivos: *Grupos: teoria e técnica* e *Práticas grupais*, livros voltados à apresentação e análise do grupalismo. Pouco antes, o instituto lançara *Sigmund*, jornal publicado regularmente entre fevereiro e dezembro de 1981. Também desde o início dos anos de 1980, os professores passam a se reunir com Baremblitt em um grupo de estudos. Mediante a crítica sociológico-institucional de Castel à Psicanálise (*O Psicanalismo*) e a imanentização desejo-produção proposta por Deleuze e Guattari (*O Anti-Édipo*), visa-se a uma análise das forças subjetivo-políticas presentes na sociedade brasileira, dentre elas o Efeito Lacan, um dos adversários do momento. Ao mesmo tempo, encomendas de intervenção mobilizam um incipiente Departamento de Análise Institucional (DAI) e os não psi veem emergir o campo profissional para o qual os preparara sua formação socioanalítica. A análise institucional é fortalecida com a realização, em outubro de 1982, do II Congresso Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições – A instituição negada, que recebe René Lourau, Gerard Mendel, Alejandro Scherzer, Armando Bauleo e Eduardo Pavlovsky como convidados internacionais. Mas o enfrentamento interno se acirra no IBRAPSI: de um lado estão os coordenadores de grupos operativos, grande parte dos professores e dos terapeutas da clínica assistencial; de outro, o DAI. O paradoxo permeia a conflitiva, pois são os primeiros que se dizem mais próximos do paradigma autogestionário da AI ao rejeitar a proposta da direção, acatada pelos últimos, de transformar o instituto em uma cooperativa. Assembleias se prolongam pela madrugada até que a cisão torna-se inevitável: em 1983, cerca de 50 pessoas deixam o IBRAPSI por razões político-institucionais. Parte delas viria a fundar, em 1984, o Núcleo – Psicanálise e Análise Institucional. Convertido em cooperativa, nem por isso o IBRAPSI elimina os conflitos: nova ruptura ocorre em 1987, quando um grupo de cotistas se retira para criar o Centro de Estudos Sociopsicanalíticos (CESOP). A data de encerramento das atividades do IBRAPSI é pouco precisa, situando-se na primeira metade dos anos de 1990. Foram membros do instituto, em diferentes momentos de sua trajetória, Osvaldo Saidón, Vida Kamkhagi, Paulo Vidal, Eduardo Losicer, Carmen Lent, Lúcia Osório, Maria Beatriz Leitão, Silvia Galperin, Rosamaria Almeida, Marta Zappa, Diana Salzman, Heliana Conde Rodrigues e Antonio Geraldo Peixoto, entre outros.

Referências

BAREMBLITT, G. (Org.). **Grupos: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BAREMBLITT, G. et al. **El inconsciente institucional**. Mexico: Nuevomar, 1983.

BAREMBLITT, G. **Ato psicanalítico, ato político**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1987.

BAULEO, A. e LANGER, M. "Algo más sobre tortura". In: LANGER, M. (Comp.) **Cuestionamos 2. Psicoanálisis institucional y psicoanálisis sin institución**. Buenos Aires: Granica, 1973.

CERQUEIRA FILHO, G. (Org.). **Crise na Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1982

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

MORAES, L. O. **O institucionalismo carioca: uma novela familiar**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

RODRIGUES, H. B. C. "'Sejamos realistas, tentemos o impossível!' Desencaminhando a psicologia através da Análise Institucional". In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. (Orgs.). **História da Psicologia – rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

RODRIGUES, H. B. C. "Um Robespierre rio-platense e um Danton tupiniquim?" – Episódios da Análise Institucional no Rio de Janeiro". In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-Psyché hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

SAIDÓN, O. et al. **Práticas grupais**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

Heliana de Barros Conde Rodrigues

■ Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) – 1968-

Escola Normal da Bahia – 1836-1968

Fundada em 14 de abril de 1836 pelo então presidente da província da Bahia, Francisco de Souza Paraizo, funcionava no distrito da Sé, no bairro de Nazaré, em Salvador. Em 1939, a partir do engajamento de seu diretor Álvaro Silva que, juntamente com Alípio Franca e Canna Brasil, buscou auxílio com o governador Juracy Magalhães, alegando a falta de subsídios para atender à demanda de educação da comunidade baiana, passou a funcionar na sua atual sede, na rua Thales de Freitas, s/n, Barbalho. É instituição de formação, de natureza pública (estadual). Iniciativa também de Álvaro Silva foi a delegação a Alípio Franca da tarefa de produzir uma memória histórica da instituição comemorativa de seu centenário. Passou a ser denominada ICEIA apenas em 1968. Homenageava assim o professor Isaías Alves, responsável pela introdução da psicologia no contexto educacional baiano, mediante sua prática pedagógica e de divulgação. Isaías Alves contribuíra para a expansão do campo a ponto de, já em 1931, ocorrer a construção de um gabinete próprio, norteado pelos princípios da pedagogia renovadora. No ICEIA, as principais funções relacionadas à psicologia se referem ao Centro de Educação em Direitos Humanos Isaías Alves (CEDHIA), implantado em 30 de novembro de 2001, tendo como proposta a busca de soluções em face do desrespeito aos direitos dos cidadãos-alunos e da comunidade, que vivenciam questões relacionadas à fome, às drogas, ao desajuste familiar, ao preconceito e a inúmeras formas de violência. Mantido por órgãos governamentais, o ICEIA tem como principal objetivo desenvolver a consciência crítica dos seus atuais sete mil alunos, para que exerçam a cidadania, o que faz da instituição uma referência pelo seu trabalho educacional. Completando 170 anos de existência no ano de 2007, o ICEIA é dirigido pelo professor Ricardo Baqueiro que, juntamente com os demais funcionários, vem tentando resgatar a história de uma instituição tão rica e importante para a comunidade baiana, por meio da catalogação da documentação, já que muitos dos documentos referentes aos registros dos dirigentes e de suas principais contribuições ao longo desses anos, bem como dos diversos eventos já promovidos, foram perdidos. Mais uma vez percebe-se a presença da psicologia no ICEIA, apesar de não haver psicólogos *in loco*, através do serviço de assistência ao educando, que coopera para o desenvolvimento integral do aluno, orientando-o do ponto de vista afetivo, social e comportamental.

Referências

BORJA, F. **E o ICEIA também já foi assim... Uma estrela que perdeu o seu brilho**. Salvador: [s.n.], 1992.

FRANCA, A. **Escola Normal da Bahia. Memória Histórica**. Salvador: 1936.

Viviane Costa

■ Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ) – 1997-

Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – 1961-1997

Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) – 1957-1961

Fundado em 1957 como Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da então Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Em 1961, foram instalados os cursos Clássico e Científico (ensino médio), recebendo então o nome de Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira em homenagem a seu fundador e primeiro diretor, médico e professor na Faculdade de Educação. A Lei Estadual 5.540/68 dá autonomia ao colégio em relação à FFCL. O trabalho de psicologia no CAp/UERJ teve início em 1966, quando se efetivou a implantação do estágio em Psicologia Escolar do Curso de Psicologia da UERJ pela coordenadora da área, professora Yonne Moniz Reis. São previstas as seguintes atividades: orientação vocacional (observações, entrevistas, aplicação de questionários, testes e acompanhamento do desempenho da vida escolar do aluno); estudos de caso (disponibilidade para orientação de alunos, pais e turmas com a perspectiva do que se configurava na época como aconselhamento psicológico, envolvendo entrevistas, diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento de casos encaminhados por educadores); pesquisa (investigações sobre problemas de aprendizagem e possíveis correlações entre resultados de testes e rendimento escolar). O curso de Psicologia da UERJ naquele momento oferecia os títulos de licenciatura e bacharelado em Psicologia. Não existindo a modalidade formação do psicólogo, não havia a exigência de realização de estágio, sendo tal orientação determinada pela coordenadora da área. Entretanto, logo a seguir, aquela modalidade foi criada e o estágio passa a ser oferecido aos alunos da quarta e da quinta séries do curso de Psicologia. Os alunos das séries iniciais poderiam participar como observadores. Em 1968, a professora Yonne cria o estatuto para o estágio em Psicologia Escolar, visando oficializar as atividades no CAp/UERJ e estendendo-as a outras escolas que tivessem interesse em formalizar convênio. Em 1969, é criado o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), vinculado ao Curso de Psicologia, circunscrevendo atividades em diferentes áreas oferecidas como práticas de formação. Somente com a criação do Instituto de Psicologia e Comunicação Social da UERJ (IPCS/UERJ) em 1971 e a mudança de endereço para o *Campus* Maracanã, em 1976, é que as atividades de estágio supervisionado chegam a se estruturar com diferentes profissionais em campo. Neste ano, a psicóloga Norma Pace iniciou um trabalho no CAP, situado na rua Barão de Itapagipe, com o Serviço de Orientação Educacional (SOE), o Serviço de Orientação Pedagógica (SOP), a direção e os alunos do segundo segmento do ensino fundamental (quinta a oitava séries) e ensino médio (antigo ginásio e segundo grau). Além das atividades já estabelecidas, foram acrescidas outras, a partir de demandas produzidas pela participação efetiva de um psicólogo na equipe, como: participação em reuniões de equipe técnico-pedagógica, conselhos de classe, reuniões de pais e reuniões gerais do colégio; atendimento a alunos e pais; orientação vocacional para alunos do ensino médio; centro de estudos com professores sobre infância e adolescência. Em 1977, com a criação do primeiro segmento do ensino fundamental (antigo curso primário, primeira a quarta séries), situado na rua Haddock Lobo, cuja entrada era por concurso, a psicóloga Norma Pace incluiu em suas atividades o assessoramento à organização do concurso de seleção de alunos. Posteriormente, passou a se dedicar exclusivamente a este segmento, pela demanda dos professores e orientadores educacionais, contando com uma estagiária de psicologia escolar, Marisa Lopes da Rocha. A abordagem do trabalho foi reformulada, havendo um deslocamento do plano psicopedagógico assistencial para o socioinstitucional, tendo como ênfase a construção de analisadores do processo de formação, a análise das implicações coletivas e discussões com alunos e professores sobre práticas autogestionárias. As atividades passaram a se constituir em práti-

cas grupais com professores, estendendo-se aos pais do primeiro segmento e aos orientadores educacionais que trabalhavam no primeiro e no segundo segmentos, enquanto continuam as atividades de assessoramento à direção. A perspectiva era estender a abordagem institucionalista para toda a escola. Em 1979, tendo concluído o curso de psicologia, Marisa Lopes da Rocha foi contratada como professora do IPCS/UERJ para dar continuidade ao trabalho na área escolar, incluindo as atividades de supervisão de estágio junto com a psicóloga Norma Pace. Este trabalho se desenvolveu até 1981, quando foi transferido para outras escolas e creches conveniadas, ampliando as práticas de intervenção institucional. Em 1983, o trabalho no CAp foi retomado sob a supervisão da professora Ana Helena Moussatché e com uma perspectiva psicopedagógica. As atividades principais eram: observações em sala de aula e orientação a professores do primeiro segmento; participação nos grupos de atividades de recuperação e enriquecimento feito pelas orientadoras educacionais; orientação a famílias quando solicitado pelo SOE; organização de grupos de psicopedagogia com a perspectiva da Psicogênese da Leitura e da Escrita, segundo Emília Ferreiro. Este trabalho seguiu até 1985, pois em 1986 a psicopedagoga Maria Lúcia Lemme Weiss, incorporada ao SPA/UERJ, criou o Núcleo de Psicopedagogia para dar suporte teórico-metodológico ao primeiro segmento, no qual estava em fase de implantação a Classe de Alfabetização. O objetivo era reformular o processo de ensino-aprendizagem, continuando a proposta construtivista, mas agora com base na perspectiva da Epistemologia Convergente, inspirada em Jorge Visca. A perspectiva era a prevenção dos problemas de aprendizagem. Neste mesmo ano, ocorreu o primeiro sorteio público para o CAp, cuja primeira turma teve início em 1987. O trabalho de psicologia se desenvolveu com estagiárias do SPA/UERJ através de grupos operativos com algumas orientadoras educacionais, algumas professoras do primeiro segmento e de atividades diversas (educação física, artes plásticas, música e biblioteca). No ano seguinte, o trabalho passou a se desenvolver no SPA/UERJ e, até a presente data, o Instituto de Psicologia não mais oferece estágio no CAp/UERJ nem atividades de psicologia. Em novembro de 1997, o Processo 4.056/DAA, aprovado no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEP), transforma o CAp/UERJ em Instituto de Aplicação. E através da Resolução 005/2001 o Conselho Universitário reconhece o Instituto de Aplicação como mais uma Unidade Acadêmica da UERJ. A partir de 2005, a direção do colégio passou a realizar contratos temporários de psicólogos para atuarem no SOE, dando assistência a professores, pais e alunos.

Referências

MENEZES, L. M. "Uma história de compromisso com a educação pública". **Informativo Interno do CAp-UERJ**. Rio de Janeiro: CAp-UERJ, 2003.

REIS, Y. M. **Memória do curso de Psicologia da UERJ.** Rio de Janeiro, [s/a]. Mimeo.

RIECHE, E. C.; MANCEBO, D. (Org.). **O curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uma história possível (64-78)**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1998.

SANTOS, I. F. "Cap-UERJ: como e para quem a escola conta sua história?" **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas, n. 4, v. 8, 2006.**

VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Marisa Lopes da Rocha

■ Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES) – 2005-

Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (ICAES) – 1999-2005

Instituto Espírito-Santense do Bem Estar do Menor (IESBEM) – 1980-1999

Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (FESBEM) – 1967-1980

Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, mantida pelo governo do

Estado do Espírito Santo, situada na rua General Osório, 83, Vitória – ES, o IASES tem o objetivo de coordenar e articular a execução das medidas socioeducativas e promover a defesa dos direitos do adolescente em conflito com a lei. Com o objetivo de executar a política estadual de integração social do menor à respectiva família e à comunidade, em conformidade com a política nacional do bem estar do menor definida pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), foi criado em 17 de julho de 1967, no governo estadual de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971), a FESBEM, que, após reestruturação em 27 de outubro de 1980, passou a ser denominada de IESBEM, denominação alterada em 15 de julho de 1999 por meio da Lei Complementar 162/1999, artigo 5º, para ICAES. Visando atender à normativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990), o órgão foi novamente reestruturado a partir da Lei Complementar 314 no ano de 2005, passando a denominar-se IASES. A FESBEM tinha como público-alvo os menores (termo utilizado na época, e referido a menores abandonados e/ou delinquentes) em situação de risco pessoal e/ou social. A fundação era responsável pelo Instituto Francisco Schwab (IPFS) em Roças Velhas, município de Cariacica, um internato para meninos; pelo Centro de Formação Profissional Caboclo Bernardo (CFPCB) em Santa Cruz, município de Aracruz, escola que funcionava em regime de internato para a clientela diretamente assistida pela FESBEM e semi-internato para os menores da comunidade; pelo Centro de Recepção e Triagem (CRP) em Roças Velhas, município de Cariacica; pelo Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores (PRAM), no bairro Ilha do Príncipe, em Vitória, e em Porto de Santana, em Cariacica; pela República Lar, que abrigava adolescentes de 15 a 18 anos que não se adaptavam ao internato, instalado em Itacibá, Cariacica; e pelo Centro de Profissionalização do Menor (CEPROMEN). Hoje o público-alvo do IASES são os adolescentes em conflito com a lei. A primeira gestão, ainda como FESBEM, foi formada por Aliete Ferreira Dias Lopes, presidente, e Ary Lopes Ferreira, presidente substituto. De 26 de dezembro de 2002 a 24 de junho de 2003, o ICAES passou por uma intervenção judicial. Neste período, o órgão foi administrado pela interventora Maria Helena Spinelli Pereira Escovedo. Atualmente, a diretoria do IASES representa a 20ª gestão do órgão e é formada por Silvana Gallina, diretora presidente; Antônio Haddad Tápias, diretor técnico; e Benedito Voss Neto, diretor administrativo e financeiro. O IASES é composto pelas seguintes unidades: Unidade de Internação Socioeducativa Masculina (UNIS), no município de Cariacica; Unidade Feminina de Internação (UFI), anexa à UNIS, e Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (CIASE), no município de Vitória; e Unidade de Internação Provisória (UNIP), no município de Cariacica. Compõem também o IASES o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei e a Gerência de Medidas Socioeducativas não Privativas de Liberdade, responsável, nos municípios do Espírito Santo, pela articulação, coordenação, capacitação e assessoramento na definição e implementação das ações e programas socioeducativos em meio aberto, em consonância com o ECA. Fazem parte provisoriamente da estrutura do IASES a Casa de Passagem Maria da Penha Guzzo, em Vila Velha, e a Unidade de Atendimento ao Deficiente (UNAED) em Cariacica, até que sejam desvinculadas conforme legislação pertinente. Os registros do setor de recursos humanos do órgão apontam 1977 como o ano em que foi iniciada a contratação de psicólogos, sendo atividades destes, nesta época: aplicar testes específicos para avaliar o grau de desenvolvimento intelectual, usar técnicas de exame de personalidade e, a partir dos dados colhidos, orientar os casos. Hoje, o IASES possui 13 psicólogos. Não há psicólogo concursado, dez estão em regime de contrato temporário, duas psicólogas ocupam cargos comissionados de subgerência e uma psicóloga é contratada como prestadora de serviço. O IASES é identificado como um campo pioneiro de atuação do psicólogo em políticas públicas no Estado do Espírito Santo. As atividades desenvolvidas pelos psicólogos atualmente são: atendimento ao adolescente

individualmente e em grupo, à sua família, acompanhamento terapêutico, planejamento, acompanhamento e avaliação de atividades institucionais, elaboração de estudos de caso, laudos e pareceres. Destaca-se a contribuição da psicologia no atendimento a este público, reafirmando o adolescente como sujeito de direitos tanto para ele próprio como para toda a equipe que o atende.

Referências

BRASIL. **Lei 8.069/90, de 13/07/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf>. Acesso em: 15 dez. 2006.

CENTRO DE REFERENCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório da reunião de psicólogos que atuam em unidades socioeducativas de internação**. Vitória: Conselho Regional de Psicologia 16ª Região, 22 nov. 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar 162, de 15/07/1999.** Altera a Lei Complementar N. 145, de 4 de maio de 1999. Vitória: Diário Oficial do Espírito Santo, 16 e 19 jul. 1999. Disponível em: <http://www.seger.es.gov.br/legislacao/Lei_Complementares/>. Acesso em: 15 dez. 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar 314, de 03/01/2005.** Vitória: Diário Oficial do Espírito Santo, p. 16, 03 jan. 2005.

INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO. **Livro de Posse**. Vitória: Arquivos do IASES, 01 dez. 1967.

Mônica Nogueira dos Santos Vilas-Boas
Roberta Scaramussa

Instituto de Cegos da Bahia (ICB) – 1933-

Suas atividades começaram em 1933, tendo como fundador Alberto de Assis. Na época a instituição funcionava na rua Augusto Guimarães, atual rua São José de Cima (2008), no bairro do Barbalho, Salvador – BA, em imóvel doado pelo prefeito José Americano da Costa. O ICB nasceu com objetivo de dar assistência aos indivíduos cegos que perambulavam pelas ruas de Salvador. A diretoria do ICB, tendo à frente a senhora Edla Lima, iniciou uma nova fase na instituição durante a década de 1960, com a construção de um prédio mais amplo e confortável no mesmo terreno, com seis andares, passando este a ter o endereço: rua São José de Baixo, 55, Barbalho, Salvador – BA. A partir da influência de Dorina Nowill, portadora de deficiência visual e criadora da Fundação Livro dos Cegos, o ICB passou, então, do modelo assistencialista para o de centro educacional, fornecendo educação especial, uma vez que as crianças portadoras de deficiência visual têm atividades educacionais em colégios convencionais num turno e no outro complementam sua instrução no ICB como forma de inclusão. Assim, o ICB passou a educar crianças e adolescentes portadores de deficiência visual com o intuito de preparar os jovens para a vida em sociedade, atendendo à demanda de Bahia e Sergipe. O ICB é particular e filantrópico, mantém-se com doações da sociedade, angariadas em eventos como bazares para a venda de objetos doados. O ICB promove também a realização de cursos que abordam assuntos como: braille; reciclagens para professores da instituição e de unidade de ensino onde há alunos especiais; a Jornada do ICB: Construindo caminhos para inclusão; e apresentações de balé realizadas pelos próprios alunos. A instituição mantém parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a Prefeitura Municipal de Salvador, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMASS), a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), o Centro de Voluntários da Bahia (CVB), a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEEBA), a Federação Baiana das Entidades de Excepcionais (FEBIEX), a Coordenadoria de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (CODEF), o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA), a Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS), a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS), o Ministé-

rio de Educação (MEC), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Organização Nacional de Cegos Espanhóis (ONCE) e a União Latino-Americana de Cegos (ULAC). Existe uma reunião anual da diretoria (formada por voluntários) para prestação de contas e eleição do novo presidente. A diretoria é subdividida em conselho fiscal e deliberativo. Subordinadas à diretoria encontram-se quatro gerências: pedagógica, administrativa, técnica e tecnológica, além da equipe de apoio. Há uma escola com 15 salas de aula, uma biblioteca em braille, sala de Serviço de Orientação Educacional (SOE), uma sala de atividades da vida diária (AVD), onde são ensinadas utilidades básicas do cotidiano. O serviço de psicologia do ICB foi fundado na década de 1960, com ênfase em psicologia escolar, realizando: suporte à família, à criança, à equipe que atende à criança, bem como auxílio à escola. Promove reuniões de pais e familiares, oficinas nas escolas como suporte à inclusão e auxilia na organização de cursos de formação. Os pacientes primeiramente passam por uma avaliação psicossocial, na qual são levantados dados sobre a criança e sua família e realiza-se o acolhimento inicial das demandas. Iniciados os atendimentos, a família passa a ser acompanhada de forma sistemática pelos terapeutas ocupacionais ou pedagogas especializadas. O psicólogo atua em equipe transdisciplinar, em que a maioria dos atendimentos é conjunta e todas as intervenções junto à família ou escola são decididas de forma partilhada pela equipe. O psicólogo tem também a função de dar apoio aos profissionais, refletindo sobre as possíveis condutas e intervenções referentes aos atendimentos. Para ingressar no ICB, os jovens passam também por uma avaliação do oftalmologista, para se obter o quadro da deficiência do indivíduo, e por uma avaliação voltada para o estabelecimento de habilidades, reflexos e funções visomotoras. A última etapa para todos que estão na faixa de zero a cinco anos, como medida preventiva, é uma entrevista de encaminhamento no Centro de Intervenção Precoce (CIP), que acompanha crianças nessa faixa etária, com o intuito de observar sua evolução neuropsicomotora para a prevenção de alterações físicas e psicológicas que possam comprometer seu desenvolvimento saudável. A coordenação do CIP marca acompanhamentos terapêuticos para as famílias e as crianças. O instituto atende a cerca de 160 deficientes visuais de zero a 21 anos (2008), divididos entre o ambulatório, internato e semi-internato e oficina pré-profissional. No andar térreo encontram-se as oficinas pré-profissionalizantes que capacitam os adolescentes a obterem habilidades específicas para aguçar a psicomotricidade e a sensibilidade tátil. Depois que o deficiente visual é alfabetizado, é incluído na escola regular, como antes mencionado, na qual existe a parte especializada e a apreensão que tem como escopo as seguintes áreas: atividade da vida diária, psicomotricidade, orientação e mobilidade, braille, braille abreviado, sorobã (matemática especifica para deficientes visuais), desenho, treinamento dos sentidos, manuscrito e treinamento da visão subnormal. Além desses serviços, o ICB realiza prática de esportes como natação e futebol de salão, com quadra e piscina disponíveis na própria instituição. O ICB conta também com uma área de lazer cercada por jardins, aulas de piano, coral infantojuvenil e uma bandinha rítmica. O ICB fornece alimentação para seus alunos, contando com uma cozinha e um refeitório, assim como uma lavanderia e instalações sanitárias adequadas. No prédio do ICB funciona um centro de saúde, com médicos clínicos, oftalmologistas, nutricionistas e dentistas, serviços que estão à disposição dos alunos, de seus familiares e dos funcionários de forma gratuita.

Referências

BAPTISTA, S. **Depoimento concedido a Leonardo Majdalani Sacramento e Nascimento**. Salvador, 28 maio 2008.

UZEDA, S. **Depoimento concedido a Leonardo Majdalani Sacramento e Nascimento.** Salvador, 16 set. 2008.

Leonardo Majdalani

■ Instituto de Doenças Nervosas e Mentais – 1942-

A assistência psiquiátrica no município de Campos dos Goytacazes, no norte do Estado do Rio de Janeiro, teve início na década de 1940, época em que foram organizados hospitais psiquiátricos que, curiosamente, giravam em torno de dois focos bem distintos: ciência e caridade. O Instituto de Doenças Nervosas e Mentais – mais conhecido pelo nome fantasia Henrique Roxo – foi o primeiro, em 1942, e, desde então, passou a concentrar grande parte da assistência às doenças mentais em Campos dos Goytacazes e cidades vizinhas, atendendo principalmente a pessoas de classe média e alta, que tinham condições de arcar com os custos dos tratamentos. O outro hospital, Hospital Abrigo Dr. João Vianna, criado cinco anos mais tarde, visava atender principalmente às pessoas de baixa renda, dentro do princípio de uma ação filantrópica. Instituição privada com fins lucrativos, localizada numa extensa área física, o Instituto de Doenças Nervosas e Mentais/Sanatório Henrique Roxo foi organizado por iniciativa dos médicos-psiquiatras João Castello Branco, Romeu Casarsa e Ary Viana (que logo depois vendeu para os outros sua parte na sociedade). Os dois primeiros haviam estudado com Henrique de Brito Belford Roxo, que em 1904 fora nomeado professor catedrático de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e exerceu, inclusive naquele período, a função de primeiro diretor (1938-1946) do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB). O Sanatório Henrique Roxo, portanto, tendo em vista a formação de seus fundadores, incorporou uma perspectiva tida por científica diante da doença mental. Os métodos de tratamento inicialmente utilizados – convulsoterapia, eletrochoque, eletropirexia – eram tidos como exemplares e modernos para os padrões de uma cidade do interior. No seu início, o instituto contava com internações particulares (45 leitos). Com o tempo, entretanto, passou a ser mais um dos vários hospitais privados subvencionados, primeiro pelo governo do estado (que em 1945 doou 60 leitos), e depois pela medicina previdenciária, principalmente a partir dos anos de 1970, quando a política de assistência médica foi marcada pelo credenciamento para a compra de serviços hospitalares por parte do poder público. A partir desse período, o sanatório passou a firmar convênios com o INPS (e, posteriormente, com o SUS), para internação de pacientes previdenciários. Dessa forma, foi credenciado um número maior de leitos do que aqueles que já estavam em funcionamento, aumentando consideravelmente a capacidade instalada. E, consequentemente, a assistência, que até então era destinada àqueles que podiam pagar, ganhava um leque mais amplo, incluindo também a classe trabalhadora empregada e segurada. No final da década de 1980, em função dessa época de grande expansão, o Sanatório Henrique Roxo tinha cerca de 170 pacientes internados. Nesse período, começaram a ser elaborados estudos, sob inspiração da reforma psiquiátrica, que implicaram a criação do Serviço de Emergência Psiquiátrica de Campos, em 1993. Tal iniciativa tinha o objetivo de romper com o recurso único da internação hospitalar na assistência ao paciente. No entanto, pesquisas de campo mostraram que, durante a década de 1990, o número de internações nesse hospital psiquiátrico não diminuiu significativamente ao longo dos anos de funcionamento do serviço da emergência psiquiátrica no município. De fato, de 1993 a 2000, o Sanatório Henrique Roxo registrou a elevada média de mais de mil internações por ano. No início de 2007, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde, a instituição contava com 134 leitos, sendo, dentre esses, 124 do convênio com o SUS.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**, do. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/ Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp? VCo_Unidade=3301002696444>. Acesso em: 10 jan. 2007.

CASTRO, A. C.; VARGAS, R. P. F.. "Triste e bonito: a história dos saberes e práticas psi na criação do Hospital Henrique Roxo". **Mnemosine – Revista Eletrônica do CLIO-PSYCHÉ**/ Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, p. 15, 2005.

GONDIM, D. S. M. **Análise da implantação de um serviço de emergência psiquiátrica no município de Campos: inovação ou reprodução do modelo assistencial?** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

Alexandre de Carvalho Castro

■ Instituto de Educação Caetano de Campos – 1931-1938

Os anos seguintes à Revolução de Outubro de 1930 assistiram ao estalar de uma conjuntura convulsionada saturada de tensões, ideologias em luta, mudanças na grande política e reorientações enfáticas do sistema de ensino, em escala regional e nacional – destacadamente, reformas no ensino primário, normal e secundário, e projetos de criação de universidades. É neste contexto que, no cargo de diretor-geral do ensino do Estado de São Paulo em 1931, Lourenço Filho transformou a Escola Normal da Capital em Instituto Pedagógico. No dizer de um cronista da *Folha da Manhã*, transcrito na revista *Escola Nova*, o instituto seria um autêntico laboratório, no qual as capacidades se apurariam melhor, tão vasto era o campo de experiências e pesquisas que ele lhes proporcionaria. Considerado de nível universitário, o instituto, popularizado como Instituto Caetano de Campos, possuía jardim de infância, escola de aplicação, curso complementar, curso normal e curso de aperfeiçoamento de professores. No programa de ensino, constavam matérias de estrito conteúdo técnico-profissional: Fisiologia Aplicada à Higiene e ao Trabalho, Pedagogia Geral e História da Educação, Sociologia, Psicologia e suas Aplicações à Educação. Noemy Marques da Silveira assumiu a cátedra de Psicologia, em substituição a Lourenço Filho. João Batista Damasco Penna, no artigo "Lições de Psicologia Educacional", reproduziu e comentou o plano de ensino por ela desenvolvido: além de cuidar da exposição didática das diversas escolas psicológicas, abordava-se a aplicação pedagógica da psicologia. De modo geral, a professora reproduzia as normas de William H. Kilpatrick, de quem fora aluna, no Teachers College, e a concepção de aprendizado expressa por Gates em *Psychology for students of education – We learn by reacting*. Segundo Damasco Penna, no programa constavam os tópicos: Lição I – Evolução das escolas psicológicas; Lição II – Origem da psicologia da mente; Lição III – A psicologia das faculdades e suas consequências educacionais. Quando à frente do departamento de educação, Fernando de Azevedo baixou o Decreto 5.846, de 21/02/1933, e transformou o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação. De nível universitário, o instituto de educação tinha por fim: formar professores primários, secundários e inspetores de escolas; manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação para o magistério; ministrar ensino primário e secundário em estabelecimentos que permitissem a observação, a experimentação e a prática do ensino dos candidatos ao magistério. O instituto era integrado por escolas e anexos: escola de professores, escola secundária, escola primária, jardim de infância, biblioteca e laboratórios de psicologia, biologia, pesquisas sociais e estatística. Em 1934 incorporou-se o estabelecimento à Universidade de São Paulo, continuando com a finalidade de formação, bem como de organização de cursos extraordinários de aperfeiçoamento, especialização e extensão universitária. No editorial do primeiro número de *Archivos do Instituto de Educação*, 1935, constava que todo o instituto estava se organizando para que pudesse desempenhar esta missão científica, sem dúvida difícil e árdua, de contribuir, com as suas investigações, para melhor uma compreensão e solução de problemas biopsicológicos e sociais e, portanto, para o progresso dos ramos de conhecimentos que constituem as profissões cien-

tíficas das ligadas à educação, e prosseguia, dizendo caber ao instituto tornar-se foco intenso de atividades científicas, e elevar-se, por esta forma, à altura da missão de um centro de irradiação do novo pensamento educacional brasileiro. Conforme se nota na publicação Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1936, o currículo acadêmico e as finalidades da escola de professores reproduziam o modelo do Tearchers College, frequentado por brasileiros desde a década de 1920 em busca do título de Master of Arts. De fato, o ensino estava estruturado em seções regidas por um catedrático e um professor assistente: Educação – cursos de História da Educação, Educação Comparada, Princípios Gerais de Educação e Filosofia da Educação; Biologia Aplicada à Educação – cursos de: Fisiologia e Higiene da Infância e a da Adolescência, Estudo do Desenvolvimento Físico Durante a Idade Escolar, Higiene Escolar, Estatísticas Vitais; Psicologia Educacional – cursos de: Fisiologia e Higiene da Infância e a da Adolescência, a Psicologia Aplicada à Educação, Testes e Escolas, Orientação Profissional; Sociologia – cursos de: Sociologia Educacional, Problemas Sociais Contemporâneos e Investigações Sociais em nosso Meio; e a 5ª Seção compreendia duas subseções: Prática de Ensino e Matérias de Ensino. Os alunos matriculados na 3ª Seção deveriam estagiar 180 dias no Laboratório de Psicologia Educacional. Os demais cursos tinham Psicologia Educacional: no primeiro e segundo anos, os cursos de Formação de Professores Primários e de Aperfeiçoamento do Professor Primário; no primeiro ano, o curso de Administradores Escolares; e, no primeiro semestre, o curso de Formação Pedagógica do Professor Secundário (que só tinha um ano). Ocupavam as cátedras Fernando de Azevedo, Sociologia; Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Biologia; Noemy da Silveira Rudolfer, Psicologia; Roldão Lopes de Barros, Educação; Onofre de Arruda Penteado Júnior e Paul Arbousse Bastide (contratado), respectivamente, Matérias e Prática do Ensino Primário e Secundário. Dentre as ações desenvolvidas pelo Laboratório de Psicologia em conjunto com as suas seções de: Medida do Trabalho Escolar, Estatística e Arquivo, Estudo dos Programas e Problemas Escolares, Orientação Profissional e Educacional, Desenho e Representação Gráfica, destacam-se as seguintes realizações: Aferição do Teste Dearborn, Série I, Exame A, por Noemy da Silveira Rudolfer e colaboradores, entre outros, Eulália Alves Siqueira, Annita de Castilho e Marcondes Cabral, João Batista Damasco Penna. Elaboração de um ensaio de método ativo no ensino superior, por Noemy da Silveira Rudolfer; organização de classes selecionadas com recurso aos testes ABC e Dearborn em cinco grupos escolares; aplicação de testes de inteligência em alunos de sete grupos escolares; finalização da pesquisa sobre jogos infantis em colaboração com Aniela Meyer Ginsberg, da Universidade de Varsóvia; estudos de casos-problema com a colaboração de Betti Katzenstein, da Universidade de Hamburgo; investigação do nível social de São Paulo pela distribuição da profissão de pais de alunos das escolas primárias em colaboração com o Departamento Municipal de Cultura. Em suma: dotado de uma estrutura singular, o Instituto de Educação era configurado como centro de formação, documentação e pesquisa para a construção de uma cultura pedagógica científica de abrangência local e nacional. Conduzidas por intelectuais visionários, as inovações levaram à máxima radicalização o sentido técnico-profissional da formação de professores e especialistas em educação e ensino. O evoluir desse processo consolidou a institucionalização das ciências da educação – ou melhor, das ciências do homem – como um campo pluridisciplinar e todo-poderoso, capitaneado pela orientação analítica e experimental e pela conceituação de indivíduo como globalidade biopsicológica e sociológica. O Decreto 9.269, de 25/06/1938, extinguiu o instituto de educação e criou a seção de Educação da FFCL-USP. Por ocasião do 35º aniversário de formatura dos professores diplomados em 1904, pela antiga Escola Complementar, anexa à Escola Normal da Praça da República, o interventor federal baixou o Decreto 10.776, de 12/12/1939. No *caput* do decreto, constava uma disposição na qual a Escola Normal Modelo da Capital passava a denominar-se Escola Caetano de Campos.

Referências

ARCHIVOS DO INSTITUTO DA EDUCAÇÃO. São Paulo, ano 1, n. 1, set. 1935.

DAMASCO PENNA, J. B. "Lições de Psicologia Educacional". **Educação**, Órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, v. 9, p. 131-135, n. 8-9, ago./set, 1932.

DECRETO 5.846, de 21/02/1933. **Revista de Educação**, São Paulo, Órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo. v. 1, n. 1, p. 213-248, mar. 1933.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das Luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

O Instituto Pedagógico. Escola Nova. Iniciação ao estudo dos testes. Segunda fase da revista "Educação". Órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, v. 2, n. 3-4, p. 386-387, mar./abr., 1931.

PIÉRON, H. "A concepção moderna da psicologia". In: **Psicologia e psicotécnica**. Publicação do Laboratório de Psicologia Experimental. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1927.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Educação. **Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1936**. Edição Oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

Carlos Monarcha

■ Instituto de Educação Estadual de Maringá – 1966

Escola Secundária Amaral Fontoura – 1958-1966

Escola Normal Secundária de Maringá – 1955-1958

O Instituto de Educação Estadual de Maringá foi fundado em 1956 sob a denominação de Escola Normal Secundária de Maringá de acordo com o Decreto Estadual 12.532, de 13/12/1955, tendo como primeiro diretor Agostinho Veroneze. É de caráter público, mantido pelo governo do Estado do Paraná, conhecido na região simplesmente como Instituto de Educação. O curso Normal Secundário, com duração de três anos, era uma das modalidades de ensino secundário que formava professores para o magistério das quatro séries iniciais. Desde a primeira grade curricular a disciplina Psicologia Educacional foi ofertada na segunda e terceira séries. Ocorreram alterações e a disciplina, atualmente denominada Fundamentos de Psicologia, é ofertada, porém com conteúdo menos específico. Vale ressaltar que esta disciplina sempre foi ministrada por pedagogo lotado nesta instituição de ensino. O Instituto de Educação está situado na rua Martin Afonso, 50, zona 01, no município de Maringá-PR. Em 1958, sob a direção de Ruth Loureiro da Costa, o Decreto 17.763, de 01/07/1958, alterou a denominação da instituição para Escola Secundária Amaral Fontoura. A imprensa local comentou, à época, que o acréscimo deste nome ao pórtico daquele prestigioso educandário era uma homenagem ao ilustre e erudito sociólogo e psicólogo de renome internacional que esteve presente na cidade de Maringá participando das solenidades de formatura da primeira turma de professoras daquela instituição. Na ocasião Amaral Fontoura pronunciou conferência sobre tema de sua especialidade e foi festivamente homenageado. O prestígio da área de psicologia também pode ser notado em outras atividades promovidas por esta instituição, tais como: a palestra pronunciada pela professoranda Ruth Linhares Henriques, abordando o tema psicologia infantil, nas festividades da Semana da Criança que ocorreu no período de 10 a 17 de janeiro de 1957, e a exposição de trabalhos confeccionados pelos alunos, realizada em 27 de novembro de 1958, dentre os quais teve destaque os Álbuns de Psicologia. Temos também a Aula Inaugural do ano de 1963, proferida pela professora Celina Moura, secretária do Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, abordando a temática A personalidade do professor: não apenas psicológica, mas como pessoa e profissional. Em 1966, sob a direção de Branca de Jesus Camargo Vieira, o Decreto 2.548, de 20/09/1966, transformou a Escola Secundária Amaral Fontoura em instituto de educação cuja denominação, Instituto de Educação Estadual de Marin-

gá, se mantém até os nossos dias. Esta mudança foi considerada um avanço no campo da educação visto que cabe ao instituto, de acordo com a Lei 4.978, de 05/12/1964, além do curso Normal de grau colegial, ministrar curso de Administração Escolar, Orientação Educacional, abertos a graduados por escolas normais de segundo ciclo, dentre outras atividades. A ideia e a consolidação de um instituto de educação no município de Maringá, centro socioeconômico da região Noroeste do Paraná, comprovou que a cidade está bastante capacitada para contribuir para a constante melhoria do sistema escolar de ensino primário nesta parte do estado. Estas afirmações são de autoria da professora Branca de Jesus Camargo Vieira, idealizadora e signatária principal deste projeto encaminhado ao governo do estado, em entrevistas, realizadas no dia 13 de outubro de 1966, aos jornais locais *Folha do Norte do Paraná* e *O Jornal de Maringá*. Atualmente o Instituto de Educação Estadual de Maringá está sob a direção de Neide Gomes Clemente, reeleita para o período de 2009-2011. Atende aos níveis de ensino fundamental, médio, normal e profissionalizante. Com a municipalização do ensino fundamental, já não há a primeira série deste nível e, gradativamente, as séries subsequentes serão transferidas para a gestão do município. Neste sentido a previsão é que nos próximos anos o ensino fundamental atenda a partir da quinta série. Atualmente, seu espaço físico é constituído de cinco blocos, nos quais se distribuem salas de aula, diretoria, secretaria, coordenação pedagógica, sanitários, copa, cantina, salas ambiente, biblioteca, xérox, laboratórios de informática e de química, física e biologia, refeitório, anfiteatro, miniauditório, sala de hora atividade e sala dos professores. A instituição segue as normas do regimento escolar, e do projeto político-pedagógico elaborado pela equipe da coordenação pedagógica. As deliberações são tomadas pelo órgão colegiado constituído por representantes da associação de pais e mestres, do grêmio estudantil e do conselho escolar. Não há publicações editadas por esta instituição. Promovem os seguintes eventos: Semana do Magistério, para os alunos do curso de formação em docência; Semana Científica, Cultural e Esportiva, para os alunos em geral, e recentemente passou a promover a Semana do Administrador. Esta instituição de ensino mantém convênio com a Universidade Estadual de Maringá para a realização de estágio dos diferentes cursos mantidos por esta universidade. No que tange ao curso de Psicologia, até o ano de 2008, a disciplina Prática de Ensino foi realizada em parceria com o Instituto Estadual de Educação de Maringá e outras instituições de ensino da região.

Referências

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. **Histórico do Instituto de Educação de Maringá (1956-1960).** Maringá, 2006.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. **Projeto Político e Pedagógico**. Maringá, 2006.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ: Ensino fundamental, médio, normal e profissionalizante. **Regimento Escolar.** Maringá, 2007.

RIBEIRO, M. R. M**. Entrevista concedida a Hilusca Alves Leite e Maria Lucia Boarini**. Maringá, 26 nov. 2008.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. **A Escola Normal em Maringá-PR: O ensino público como projeto político.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_081.html>**.** Acesso em: 20 dez. 2008.

Hilusca Alves Leite

Maria Lucia Boarini

■ Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE) – 1959-

Escola Normal de Porto Alegre – 1869-1959

Fundado graças aos esforços do padre Joaquim Cacique de Barros junto à presidência do estado e à Secretaria dos Negócios do Interior e do Exterior, recebeu inicialmente o nome de Escola Normal de Porto Alegre. Sua criação, em conjunto com o Liceu Dom Afonso, visava suprir a carência de estabelecimentos de ensino secundário no Estado do Rio Grande do

Sul na segunda metade do século XIX. Tinha a dupla função de preparar professores para a instrução pública primária e oferecer educação às meninas órfãs do Colégio Santa Teresa, também administrado pelo padre Joaquim Cacique de Barros. Ao longo dos seus mais de 130 anos de funcionamento, o IE se estabeleceu como uma instituição de referência no tocante ao ensino da Pedagogia e da Psicologia. Sua denominação atual foi dada em 1959, através do Decreto Estadual 10.957. A disciplina Pedagogia foi incluída no currículo do curso complementar de formação de professores em 1906, por meio do Decreto Estadual 907, e apresentava, no seu programa, conteúdos como elementos de educação physica, intellectual e moral, os quais poderiam incluir aspectos psicológicos. Sendo a pedagogia considerada como uma disciplina essencialmente prática, houve interesse em complementá-la com a ciência psicológica, que a embasaria com teorias referentes ao desenvolvimento e comportamento humanos. Os conteúdos da psicologia foram sendo incluídos de forma gradual na disciplina Pedagogia, que teve sua denominação modificada para Pedagogia, Psychologia e Direito Pátrio no início da década de 1920. Em 1925, a professora Olga Acauan Gayer sugere, em correspondência ao secretário dos Negócios do Interior e do Exterior, responsável pela educação estadual na época, o desmembramento desta disciplina. Tendo sido atendida, a partir daquele ano, a Psicologia tornou-se uma disciplina autônoma no curso de formação de professores do IE. O interesse pelo desenvolvimento desta disciplina manifestou-se na aquisição de livros de Psicologia para compor a biblioteca da escola, entre os quais Testes de José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque. A influência do movimento da Escola Nova na educação sul-rio-grandense se fez presente a partir de 1929, ano em que o ensino normal foi reformulado pelo Decreto Estadual 4.277. Foram criados na instituição, além do Curso Complementar e do Curso Normal ou de Aperfeiçoamento, um Curso de Aplicação – composto de quatro anos de ensino primário e dois anos de ensino elementar superior –, um Curso de Ensino Ativo e um Jardim de Infância. A implantação destes novos cursos foi orientada pelas teorias do funcionalismo norte-americano e europeu, conforme explicitado nas minutas desta instituição. Iniciou-se também um intercâmbio com outras escolas normais do país, entre elas a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Após esta reforma, a disciplina de Psicologia recebeu a denominação de Psychologia Experimental Applicada à Educação. É importante ressaltar também, neste período, a influência do movimento higienista na elaboração das disciplinas do Curso Normal, que incluía uma cadeira de Higiene e Puericultura. Ao longo da década de 1940, tanto a pedagogia quanto a psicologia direcionaram seu interesse não apenas para o funcionamento normal da criança, mas também para os transtornos e rupturas deste funcionamento, aproximando-se da psiquiatria e da psicopatologia. Tal interesse manifestou-se nos convites feitos a psiquiatras para realizarem palestras no Curso Normal e na criação, em 1948, de um Gabinete de Psicologia e, no ano seguinte, do Serviço de Orientação Educacional (SOE). Estes tinham como objetivo a aplicação de testes para a classificação e seriação dos alunos, além do acompanhamento e orientação destes desde a entrada na escola até os primeiros anos depois da sua formatura. Neste momento da história do IE, destaca-se a figura da professora Graciema Pacheco, que foi diretora do Gabinete de Psicologia e regente das disciplinas Psicologia da Criança e Psicologia Educacional, incluídas no currículo com a Lei Estadual 775A, de 1943. Entre as atividades do Gabinete de Psicologia estava o desenvolvimento de instrumentos de medida das capacidades dos alunos, que visaria ao melhoramento da qualidade do ensino. O IE tornou-se um local de aplicação de tais instrumentos e de reflexão sobre os resultados obtidos. Nesta tarefa, teve a colaboração do Centro de Pesquisa e Orientação Educacionais (CPOE), órgão da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1943. Este possuía em seus quadros alunos

egressos do curso normal do IE. Os resultados das investigações eram publicados no *Boletim do CPOE*, cuja cronologia abrange o período de 1947 a 1966. Com a reforma do ensino estadual pelas Leis 6.004 e 6.071, de 1955, que aboliram o currículo obrigatório para os cursos de formação de professores, diminui a importância da psicologia no IE. Além disso, esta ciência já encontrava espaço em outros locais de ensino, como a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o curso de especialização em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Referências

GOMES, W. B.; LHULLIER, C.; LEITE, L. O. "Das primeiras disciplinas aos primeiros cursos de Psicologia no Rio Grande do Sul". In: GUEDES, M. C. & CAMPOS, R. H. F. (Orgs.). **Estudos em História da Psicologia**. São Paulo: Educ, 1999.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GENERAL FLORES DA CUNHA. **IE Revista**. Publicação do Ano do Centenário, 1969.

LEBRUN, J. "Resumo histórico do ensino no Rio Grande do Sul (1875-1934)". In: **Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul**. Edição Official. Diretoria da Instrução Pública. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

LHULLIER, C. **As ideias psicológicas e o ensino de Psicologia nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LHULLIER, C.; GOMES, W. B. "Ideias psicológicas nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950". **Psico**, n. 30, v. 2, p. 45-62, 1999.

LOURO, G. L. **História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1986.

Minutas do Instituto de Educação General Flores da Cunha. Arquivo Histórico do Instituto de Educação General Flores da Cunha, 1913-1914; 1921-1922; 1928-1929; 1929-1930; 1930-1934; 1934-1936; 1939-1945.

"Os primórdios da instrução pública de Porto Alegre". **Revista do Ensino**, n. 11, v. 3, p. 228-232, jul. 1940.

PESTANA, M. H. D. **Organização do ensino normal no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1954.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: UFRGS/Est Edições, 1993.

Cristina Lhullier

■ Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo – 1979-

Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo – 1971-1979

Escola Normal Pedro II – 1892-1971

Edificada no terreno doado pela família Silva Cabral exclusivamente para abrigar uma instituição educacional, a Escola Normal Pedro II, fundada em 1892, substituía o modelo educacional então vigente e presente no colégio Ateneu Provincial e da Escola Nossa Senhora da Penha. Sua missão era formar as professoras do Espírito Santo, que estagiariam numa escola de educação fundamental a ela anexada: a Escola Modelo Jerônimo Monteiro. Reformas no cenário educacional capixaba foram feitas no governo Punaro Bley, iniciado em 1930, que levaram à inclusão do ensino de Psicologia na Escola Normal Dom Pedro II em 1935. O primeiro professor de Psicologia da Escola Normal foi Christiano Ferreira Fraga, graduado em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Catedrático de Sociologia e Psicologia na Escola Normal Pedro II, em 1935, deu inicio a cursos que incluíam em seu ementário testes de inteligência e apuração de problemas de aprendizagem, formulações psicanalíticas acerca do desenvolvimento, além do método de Decroly. A disciplina de Psicologia era ministrada, inicialmente, no terceiro e último ano de formação das normalistas, todavia, em 1941 passou a ser ministrada desde o primeiro ano. Na década de 1950, a Psicologia começou a ser ministrada em todo o curso, que passou a contabilizar quatro anos. Foram também professores de

Psicologia da Escola Normal Pedro II: Rita Tosi de Quintaes, diretora da instituição nos anos de 1953-1954; Aflordísio Pereira de Souza, diretor em 1955-1958; Maria Magdalena Pisa; Maria do Carmo Nascimento Vieira (1967); Doracy Marino Costa (1968); Isa Maria Chiabai (1968); Darcy Werter Vervoloet (1968) e Izabel Lobato Portugal (1969). Em 1º de fevereiro de 1971, a escola secundarista e normalista foi transferida para a praça Cristóvão Jacques, 260 – Praia de Santa Helena, com o nome de Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo (Lei 2.561, de 10/03/1971). Em 1979, o Curso Normal denominou-se Curso de Habilitação para o Magistério, aprovado pelo Parecer 78/79, de 28/07/1979, D.O. de 31/07/1979 com o nome de Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, tendo em anexo a Escola de Ensino Fundamental D. Pedro II. Na antiga edificação da Escola Normal Pedro II foi instalada a Escola Estadual Maria Ortiz.

Referências

ESCOLA ESTADUAL MARIA ORTIZ. **Livros de Ponto do Professorado da Escola Normal Pedro II**. Arquivo da Escola Estadual Maria Ortiz. Vitória, 1935-1969.

FRAGA, C. F. **A pedanálise do ensino brasileiro.** Vitória: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, 1931.

FRAGA, C. F. **Orientação educacional**. Vitória: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, 1952.

FRAGA, C. F. **O método Decroly**. Vitória: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, 1957.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO. **Livros de Ponto e Paltários de Professorado do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo**. Arquivo do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo. Vitória, 1979-1990.

Revista CHANAAN. n. 07, jul. 1936.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Livros de Ponto do Professorado da Escola Normal Pedro II**. Documentos da Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo. Setor Escolas Extintas. Vitória, 1908-1934.

Diemerson Saquetto

■ Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) – 1946-

Escola Normal Rui Barbosa – 1923-1946

Escola Normal – 1870-1923

O Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) foi criado no dia 24 de outubro de 1870 como Escola Normal na Província de Sergipe Del-Rei. É uma instituição pública de formação de professores, situada no bairro Getúlio Vargas da cidade de Aracaju-SE. O objetivo principal da Escola Normal era a formação de professores para a escola primária, preparando profissionalmente os candidatos ao magistério. Além de diplomar novos mestres, a criação do Curso Normal tinha também a finalidade de melhorar o nível do professorado. No período de sua concepção, o governo central do Império estimulava as províncias com auxílio econômico para criação de escolas normais. Atualmente sua manutenção está a cargo do governo do estado de Sergipe. A escola teve como fundador Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, além de jornalista e deputado provincial, sendo inspetor-geral de instrução pública e idealizador da regulamentação da instrução secundária de Sergipe. As instabilidades políticas do estado incidiam diretamente na gestão da escola, ocorrendo, por isso, sucessão de vários dirigentes. A própria escola foi extinta três vezes, em 1879, em 1898 e em 1998. Dentre os dirigentes da escola cujas ações repercutiram na emergência da psicologia, destacam-se: Manoel de Franco Freire – diretor nos períodos de 1927 a 1930 e 1935 a 1937 – que realizou importantes reformas inspiradas nas inovações pedagógicas do movimento da Escola Nova, e Helvécio Ferreira Andrade – diretor no período de 1931 a 1935 – que inseriu Psicologia no currículo em 1931. Outro nome relevante, não apenas para a psicologia mas também para a temática da ascensão política da mulher no início do século XX, foi Quintina Diniz, catedrática das cadeiras de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal na década de

1930. O Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870 criou o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense e o da Escola Normal. Segundo este documento, o Curso Normal tinha duração de dois anos, prevendo para o primeiro ano aulas de Pedagogia, Gramática e Filosofia, e para o segundo ano aulas de Aritmética, Geometria e História. Em 1879 a Escola Normal foi extinta pela primeira vez e só voltou a funcionar no Regulamento da Instrução Pública de 1881, elaborado pelo presidente da província Herculano Inglês de Souza. Nessa norma constava a não obrigatoriedade do ensino religioso, a obrigatoriedade de diploma de Escola Normal para exercício do magistério e a abertura de curso para ambos os sexos. Após dez meses no cargo, Herculano foi destituído e o Regulamento perdeu vigência no ano seguinte. Em 1923, a Escola Normal passou a se chamar Escola Normal Rui Barbosa, como homenagem póstuma. Dois anos depois o curso foi alterado para cinco anos, com aumento de disciplinas com conteúdos gerais e regionais (estudos sobre Sergipe) e retirada de disciplinas de conhecimento específico sobre a criança. No ano de 1946 a Escola Normal passou a Instituto de Educação Rui Barbosa, após a Lei Orgânica do Ensino Normal 8.560. A lei surgiu como reflexo das reformas de ensino no país, pelas quais, além da criação dos institutos de educação, estes deveriam oferecer ainda jardim de infância e escola primária anexos. O Curso Normal sergipano passou a ter duração de três anos e no novo currículo constava a disciplina Psicologia Educacional. O Regulamento de 1870 fundou a Escola Normal dentro do espaço físico do Colégio Atheneu Sergipense. A separação só ocorreu em 1874, quando a Escola Normal ganhou espaço próprio sob alegação de autonomia necessária para o curso. A abertura da escola feminina aconteceu três anos mais tarde, com sua instalação em um asilo de órfãs. Em 1911, a Escola Normal ganhou prédio próprio na praça Olímpio Campos, Centro de Aracaju, edificação que foi em seguida dividida com um grupo escolar (a chamada Escola Modelo). Em 1954, já como Instituto de Educação, a escola foi transferida para um bairro da zona norte da cidade, local onde funciona até os dias de hoje. A Escola Normal em Aracaju foi um espaço de formação predominantemente feminino. O corpo de funcionário da escola era basicamente constituído pelo diretor, que durante muito tempo se encarregava da escola e da própria direção da instrução pública, dos professores, divididos em catedráticos (titulares) e adjuntos (auxiliares), e de inspetores, responsáveis, sobretudo, pela vigilância e disciplina das alunas. O ingresso na Escola Normal foi baseado, durante longo período de seu funcionamento, em dois quesitos: idade e exame de admissão. Entre os anos de 1920 e 1950 a idade de ingresso variou entre 14 e 16 anos. Em alguns momentos o exame chegou a ser abolido, como em 1921. O currículo de formação do Curso Normal passou por variadas reformas, dentre elas destacam-se as reformas de 1911 (pelo Decreto 563), na qual se encontravam disciplinas como Pedologia e Noções de Higiene Escolar, a de 1931, na qual se insere um módulo de Psicologia na disciplina de Pedagogia, e a de 1943, na qual foi implantada a disciplina de Psicologia Educacional. A Escola Normal foi uma importante e pioneira difusora das ideias psicológicas em Sergipe, na primeira metade do século XX. Nota-se que o curso de normalista foi espaço de valorização de aspectos psicológicos no processo de aprendizagem tal como diferenças individuais e espontaneidade. Nesse sentido, a inserção da psicologia possuía traços herbartianos, ou seja, sua finalidade era instrumentalizar a consolidação da pedagogia. Na década de 1930, os programas de ensino da formação de professores continham conhecimentos de psicologia comportamentalistas associados a preceitos evolucionistas, incluindo também testes de inteligência. No ano de 1931 já fora regulamentado que em psicologia deveria haver atenção especial aos estudos das sensações, do ponto de vista das aquisições sensoriais e da ordem das faculdades de aquisição, conservação e generalização. Após a transformação em Instituto de Educação, fica clara a influência de ideias psicológicas encontradas no movimento da Escola Nova, especialmente as de Lourenço Filho e de sua

psicologia educacional. As disciplinas de Psicologia do Curso Normal, oferecidas a partir dos anos de 1930, encontram-se entre as primeiras no sistema educacional de Sergipe, que veio a ter Faculdade de Filosofia somente na década de 1950 e curso superior de Psicologia nos anos de 1990. O Curso Normal oferece disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem ainda nos dias de hoje.

Referências

ALVES, E. M. S. "Cursos de Humanidades e Normal: uma confluência profícua?" **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação.** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

BRITO, L. C. P. **Ecos da modernidade pedagógica na Escola Normal Rui Barbosa (1930-1957)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

FREITAS, A. G. B. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950).** São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS: 2003.

SOARES, M. C. S. **Um breve histórico do Instituto de Educação Rui Barbosa**. Aracaju, (s/d). Mimeo.

Marcelo de Almeida Ferreri

■ Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – 2002-

Instituto de Educação Presidente Kennedy – 1961-2002

Escola Normal de Natal – 1908-1961

Foi criada pelo governador Alberto Maranhão através do Decreto 179, de 29/04/1908 — que redirecionou a educação potiguar — também conhecido como reforma Pinto de Abreu, em homenagem ao seu autor intelectual e primeiro diretor da escola. Anexa ao Atheneu, a Escola Normal foi inaugurada no dia 13 de maio de 1908. Em 1909, passou a ser dirigida por Nestor dos Santos Lima, titular da cadeira de Pedagogia. Ele introduziria nesta cadeira, no ano de 1913, noções de pedologia. O termo pedologia (do grego *paidos*, criança e *logos*, conhecimento) foi criado, em 1893, por Oscar Chrismann, um aluno do psicólogo estadunidense Stanley Hall. O próprio Hall vinha trabalhando para desenvolver a Ciência da Criança (Study of Child) desde 1880. Em 1927, Luis Antonio dos Santos Lima, egresso da primeira turma da Escola Normal de Natal, apresentou sua tese de conclusão de curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro intitulada "Higiene e Educação", defendendo o ensino de psicologia nas escolas normais e apresentando algumas contribuições da psicologia experimental e da psicometria para o desenvolvimento de uma pedagogia científica. A autonomia do discurso psicológico, expresso através de sua organização na forma de disciplinas curriculares específicas, contudo, somente ocorreria – no âmbito da Escola Normal de Natal – no final da década de 1930, através do Decreto 411, de 17/01/1938, que estabelecia um novo currículo para a Escola Normal. Duas disciplinas psicológicas aparecem neste currículo: Psicologia Geral e Infantil, no primeiro ano do curso; Psicologia Aplicada à Educação, no segundo ano. A psicologia, contudo, foi ensinada de modo teórico sem a presença de um laboratório. Em 1961, a Escola Normal de Natal passou a ser denominada de Instituto de Educação Presidente Kennedy. Atualmente funciona como uma autarquia e recebe o nome de Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, mantendo o ensino de Psicologia da Educação.

Referências

AQUINO, L. C. **A Escola Normal de Natal (1908-1938***)*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRN, Natal, 2002.

AQUINO, L. C. De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1908-1965): uma referência na formação docente no Rio Grande do Norte – um lugar generificado. **Revista FAEEBA**, n. 24, p. 87-102, 2005.

AQUINO, L. C. **De Escola Normal a Instituto Presidente Kennedy (1950-1965).** Tese (Doutorado em Educação). UFRN, Natal, 2007.

CARVALHO, D. B. **A cidade e a alma reinventadas: modernização urbana e a consolidação acadêmica e profissional da Psicologia na cidade de Natal-Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFRN, Natal, 2001.

CARVALHO, D.B.; Seixas, P.S.; Yamamoto, O.Y. Modernização urbana e a consolidação da psicologia em Natal – Rio Grande do Norte. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 131-141, 2002.

Denis de Carvalho

■ Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília (IGTB) – 1996-

Instituição criada em 1996, a partir do trabalho de Jorge Ponciano Ribeiro, destinado a ser um centro de excelência em formação, treinamento e atendimento em clínica gestáltica, bem como de promoção e desenvolvimento da gestaltterapia e da abordagem gestáltica em Brasília e no Brasil. A gestaltterapia chegou ao Brasil no início dos anos de 1970, graças ao empenho de pessoas como madre Cristina Sodré, Thérèse Tellegen, Paulo Barros e outros. Depois de São Paulo, chegou a Brasília, onde se constituiu como abordagem de sólida fundamentação, graças à constituição de dois dos mais importantes institutos do país, o Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST) e o IGTB. O projeto do IGTB nasceu das preocupações de Jorge Ponciano Ribeiro que, a partir de sua formação europeia (e eclesiástica) e vindo da psicanálise, dedicou-se à teoria e à prática da gestalt-terapia. Através de Walter da Rosa Ribeiro – também pioneiro desta abordagem no Brasil – travou contato com o novo enfoque, na Universidade de Brasília (UnB). Tanto Jorge quanto Walter viriam a compor (juntamente com mais nove pessoas) o primeiro grupo de treinamento e formação em gestaltterapia do Brasil, em Brasília, que finalizou suas atividades em 1983. Em 1985, já como professor da UnB, Jorge publicou seu livro *Gestalt-Terapia – refazendo um caminho*, que veio a ser o segundo livro de gestaltterapia no Brasil e o primeiro a tratar de seus fundamentos filosóficos e teóricos. A partir daí, passou a oferecer cursos de formação e treinamento em clínica – individual e de grupos – na abordagem gestáltica. Foi reunindo seus ex-alunos e colaboradores que Jorge convocou – no dia 28 de junho de 1996 – uma assembleia para constituir o atual IGTB. Na ocasião, foram eleitos os cargos da diretoria e do conselho consultivo com os seguintes nomes: Jorge Ponciano Ribeiro (presidente), Carlene Maria Dias Tenório (vice-presidente), Lígia Maria de Albuquerque Souza (secretária), Mônica Botelho Alvim (vice-secretária), Edson Camargo Monteiro (tesoureiro) e Hênio Braga Junior (vice-tesoureiro); além de Adriano Furtado Holanda, Sandra de Fatima Carneiro e Iozenita Garcia Lima (titulares para o conselho consultivo) e Marília Lobão Ribeiro, Raimundo Nonato Ferreira e Maria Maura Alves (suplentes do conselho consultivo). Formaram ainda a comissão técnico-científica os seguintes nomes: Célia Carvalho de Moraes, Tales Weber Garcia, Nayla Celene Moreira Rios, Sheila Maria da Rocha Antony de Souza Lima, Miriam May Philippi e Cristiane Barbosa Di Bernardo Zuim. Na ocasião, foi feita uma menção de louvor a Walter da Rosa Ribeiro, presidente do CEGEST, pelos relevantes trabalhos em prol dessa abordagem no país. Ao longo do tempo, o IGTB foi se consolidando como uma instituição que mesclava a formação teórico-prática na gestaltterapia e a formação acadêmica, tendo Jorge como professor do Departamento de Psicologia Clínica da UnB e orientador de mestrado e doutorado. Paulatinamente, uma parte do corpo docente do IGTB foi se especializando e se qualificando academicamente, com titulações de mestrado e doutorado. Atualmente, é o instituto com maior número percentual de professores titulados na *gestalt* brasileira, com cinco doutores e mais dois convidados, além de diversos mestres. Os primeiros trabalhos de formação oficiais do IGTB tiveram lugar no Centro de Treinamento do Banco Central, localizado no Clube ASBAC, em Brasília, onde se realizaram os primeiros *workshops* e o primeiro grupo de treinamento (apelidado

carinhosamente de G1), que concluiu sua formação em 1999. Somente a partir do ano 2000 o IGTB passou a ocupar um andar completo de um prédio na Asa Norte, onde instalou sua estrutura, com biblioteca, sala de aula e consultórios. Até o momento, o IGTB já formou sete turmas de treinamento, estando com duas em andamento, num total de mais de 230 alunos. Sua estrutura atual conta ainda com uma área para grupos vivenciais – considerado seu *campus* avançado – localizado na fazenda Capão do Nego, em Alto Paraíso de Goiás, na Chapada dos Veadeiros. No momento, o IGTB funciona como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desenvolvendo ainda projetos sociais comunitários, com destaque para sua clínica social, bem como trabalho comunitário na comunidade do DNOCS, na periferia de Sobradinho, cidade-satélite do Distrito Federal. O curso de especialização do IGTB tem carga horária de 615 horas distribuídas em 334 horas de parte teórica e 281 horas de parte prática. A qualidade de seu corpo técnico e acadêmico fez com que obtivesse o credenciamento de cursos de especialização em Psicologia, em setembro de 2005. Realizou ainda – em parceria com o CEGEST – o I Encontro Candango da Abordagem Gestáltica (01 a 03 de outubro de 2004) e o II Encontro Candango da Abordagem Gestáltica (06 a 08 de outubro de 2006).

Referências

ANTONY, S. M. R.; PHILIPPI, M. M. "A caminhada do Instituto de Gestaltterapia de Brasília (IGTB) e seu credenciamento como curso de especialização". **IGT Na Rede** [*on-line*], v. 3, n. 4, p. 1-4, 2006. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=59&layout=html>. Acesso em: 15 nov. 2008.

COSTA, D. S. M. **História da gestalt-terapia no Brasil contada por seus "primeiros atores": um estudo historiográfico no eixo São Paulo-Brasília**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

HOLANDA, A. F.; KARWOWSKI, S. L. Produção acadêmica em gestalt-terapia no Brasil: análise de mestrados e doutorados. **Psicologia, Ciência e Profissão** [*on-line*]. v. 24, n. 2, p. 60-71, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2008.

Adriano Furtado Holanda

■ Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) – 1931-

Reunidos na capital paulista, anunciando novos tempos e homens no despertar de 1931, os arautos da organização científica do trabalho no Brasil consorciaram-se no IDORT, sob respaldo financeiro do jornal *O Estado de São Paulo (OESP)*. No rearranjo de práticas de poder e no advento de concepções de autoridade pautadas na pretensão de neutralidade da razão iluminista, grupos de empresários paulistas interessados em sustentar opções de administração do trabalho reuniram-se com técnicos ansiosos em ampliar as bases de suas pesquisas sobre formas de organização racional. O jornal *OESP* garantiu consistência institucional a intervenções e produções de saberes, sob chancela da ciência e da tecnologia, na reorganização de poderes dominantes, na sociedade paulista, diante das mobilizações socioculturais e resistências políticas de diferentes origens e matizes ideológicos, veiculadas desde os anos de 1910 e 1920. O presidente da Sociedade Anônima OESP, Armando de Salles Oliveira, tornou-se diretor do IDORT, que se estruturou e atuou através de duas divisões, evidenciando a reunião de grupos distintos: Divisão de Organização Administrativa e Divisão de Organização Técnica do Trabalho. A própria comissão de redação da *Revista IDORT*, única no gênero no Brasil, criada em 1932 para divulgar e expandir práticas e ideais idortianos, evidenciava a diversidade destes adeptos da racionalização e seus campos de intervenção: organização do trabalho administrativo (Aldo de Azevedo, Roberto Simonsen, Domício Pacheco Silva, Francisco de Salles Oliveira), organização profissional

(Victor Freire e Noemy Rudolf da Silveira), seleção e educação profissional (Roberto Mange e Monteiro Camargo), tecnopsicologia do trabalho (Roberto Mange e Giuglio Genta), higiene do trabalho (Geraldo de Paula Souza e Antonio Carlos Pacheco e Silva). As realizações em termos de organização racional das relações no trabalho, no ensino, na saúde, na sociedade, na administração pública, no plano das mentalidades e da ética nos negócios fundamentaram-se em normas e princípios de Taylor, Ford, Gilbreth, Gantt, Fayol e outros, aclimatados a São Paulo por militantes da administração científica. Argumentos da produtividade e cientificidade ordenaram campos de conhecimento então em constituição, como a psicologia industrial e a psicotécnica do trabalho, o ensino e vocação profissional, a fisiologia e higiene do trabalho, a sociologia do trabalho, a assistência social, os recursos e relações humanas. Acolhendo distintos agentes e discursos técnico-científicos, o IDORT atuou como catalisador, reunindo grupos heterogêneos que, em anos seguintes, difundiram-se na organização de novos elos da vida da cidade e de diferentes tipos de organizações existentes nesta como o Instituto de Psicologia, a Escola de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes, o Conselho de Higiene e Segurança do Trabalho, a Fundação Getúlio Vargas, o SENAI, o SESI e outros, e em dinâmicas cada vez mais específicas e abrangentes. Conforme dados consultados, na década de 1990 o IDORT começou a preocupar-se não só em oferecer soluções para as empresas, mas também em avaliar os resultados. A partir de 2000 somou a essa preocupação examinar as consequências desses resultados no ambiente, iniciando um denominado pacto civilizador, que se concretiza no apoio a projetos de cunho social. Hoje o IDORT funciona na avenida Paulista, 1.294, 1º andar, São Paulo – SP, é reconhecido como instituição de utilidade pública pelos governos federal e estadual. A legislação atual estabelece condições expressas que permitem sua contratação, por órgãos públicos, mediante dispensa de licitação. Sua missão é a de capacitar clientes e colaboradores para aprimorar a própria gestão, por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos com padrão de excelência internacional. São suas áreas de atuação: consultoria técnica; gestão de competências; recursos humanos; responsabilidade social e terceiro setor; segurança pública e corporativa; internacionalização; universidade/educação corporativa.

Referências

ANTONACCI, M. A. **Vitória da razão (?): o IDORT e a sociedade paulista**. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1993.

INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO (IDORT). Disponível em: <http://www.idort.com/>. Acesso em: 25 ago. 2007.

Maria Antonieta Antonacci

■ Instituto de Orientação Psicológica (IOP) – 1970-1974

Sua origem é bastante peculiar, pois surgiu a partir de um incidente relativo a um curso sobre psicanálise da infância e da adolescência organizado pelo psicanalista Fábio Leite Lobo, na época diretor do Instituto de Ensino de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Esse curso, a ser ministrado pelos psicanalistas argentinos Arminda Aberastury e Eduardo Kalina, deveria ser realizado na sede da SPRJ. Como a sociedade não aceitou que fosse aberto a profissionais não médicos, Fábio Leite Lobo, incentivado por um grupo de psicólogos clínicos sob sua supervisão – cerca de trinta pessoas que, em sua maioria, trabalhavam com crianças e adolescentes –, resolveu criar o IOP para realizar tanto o curso como atividades dele decorrentes. O curso passou então a ser ministrado quinzenalmente, nos finais de semana, inicialmente no Leme Palace Hotel (1970-1971) e depois no Colégio Brasileiro de Cirurgiões (1972-1974). Nos primeiros tempos consistia

basicamente de seminários teóricos, mas posteriormente foram incorporados, com sucesso, estudos de casos clínicos, formando grupos de supervisão, que eram divididos em turmas de recém-formados e de profissionais mais experientes. Era formalmente exigida dos participantes uma experiência pessoal em análise. Curiosamente, com seminários, supervisões e exigência de análise, o IOP se aproximava, de modo assistemático e oficioso, do modelo tripartite de formação psicanalítica da International Psychoanalytical Association (IPA). Atuaram como professores do curso, além dos inicialmente citados, vários outros psicanalistas argentinos, todos com orientação da escola inglesa de psicanálise, que tinha com referência Melanie Klein. Dentre eles estão Maurício Knobel (presidente da Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência – ASAPPIA, fundada em 1970), Eduardo Rollas, Leon Grinberg, David Liberman e Marie Langer, que faziam parte de um grupo que deu origem ao chamado neokleinianismo argentino, cujos expoentes eram José Bleger, Arminda Aberastury, Pichon-Rivière, Emilio Rodrigué e Arnaldo Rascovsky. O IOP foi o maior precursor da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA), em razão do movimento que provocou através da presença de prestigiados psicanalistas argentinos e das inovações que estes trouxeram para a teoria e a clínica na área da infância e adolescência. Além disso, o Instituto deu início a um movimento de formação para os psicólogos, paralelo às sociedades da IPA. Do IOP se originou também a primeira instituição de formação exclusivamente para psicólogos, a Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro (SPCRJ), que, a partir de 1987, passou a se chamar Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, mantendo a sigla original.

Referências

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

Ana Cristina Costa de Figueiredo

■ Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) – 1959-1968

Criado em fevereiro de 1950, durante o reitorado do professor Edgard Santos, era um órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Só começou a funcionar oficialmente em 20 de maio de 1959, visando prestar serviços à comunidade. Instituição técnico-científica, de natureza pública e gratuita, constituiu-se num espaço acadêmico de formação profissional e de atividade de pesquisa. O principal objetivo do IDOV era propiciar aos estudantes secundaristas a oportunidade de escolher uma profissão baseada numa avaliação psicológica tecnicamente orientada. Mira y Lopez, psiquiatra de renome internacional, foi convidado para ser seu primeiro diretor. A exemplo do que ocorreu no Instituto de Seleção Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, por ele dirigido, imprimiu sua marca no IDOV, coordenando pesquisa empírica de validação dos instrumentos a serem utilizados, antes mesmo de iniciar o atendimento ao público. A equipe técnica, desde a fundação, compunha-se prioritariamente de licenciados e bacharéis em Filosofia e Pedagogia, únicas fontes de formação que os interessados em psicologia possuíam antes da regulamentação da profissão no Brasil, em 1962. O quadro de funcionários se completava com uma atendente, uma contadora e uma auxiliar de serviços gerais. Muitos estagiários passaram pelo instituto, sendo um bom contingente incorporado como técnico. No início, a equipe fora acrescida de um médico clínico, que realizava o exame biotipológico, atendia a queixas clínicas e fazia encaminhamentos para especialistas. Por falta de espaço adequado, esta seção foi

transferida para o serviço médico da UFBA. O IDOV funcionou em vários endereços, sendo o primeiro deles a casa de n. 35 na rua João das Botas, no bairro do Canela, em frente à reitoria da UFBA, onde permaneceu por mais tempo. A necessidade de espaço físico mais amplo, devido ao aumento das demandas, proporcionou uma mudança para dois apartamentos térreos, adaptados, no prédio de n. 7 da rua Marechal Floriano, também no Canela. Finalmente, passou a ser sediado num dos andares da Faculdade de Ciências Econômicas, situada na praça da Piedade, no centro de Salvador, espaço cedido pelo diretor dessa faculdade, professor João Ignácio de Mendonça. O IDOV funcionava em tempo integral, em turnos matutino e vespertino, nos quais os técnicos se revezavam, cada um com jornada de seis horas diárias, incluindo as manhãs de sábado. Nestas ocorriam as reuniões de supervisão da equipe com o diretor técnico. As atribuições dos técnicos eram correspondentes às suas competências. Aos responsáveis pela orientação propriamente dita competia: entrevistas (inicial, de anamnese, história de vida e aconselhamento) e a aplicação, análise e interpretação das provas de personalidade (teste da árvore de Koch, Rorschach, TAT, PMK e Warttegg), conforme a necessidade. Uma média de cinco ou seis casos eram atribuídos a cada técnico, na dependência do tempo de duração de cada orientação. A aplicação e correção das provas de inteligência, aptidões e interesse era da responsabilidade dos outros técnicos e dos estagiários, supervisionados pela coordenação técnico-administrativa (Alice Costa) e pela direção-geral (Mira y Lopez). Além do objetivo referido, dada a ausência de outros locais de atendimento psicológico, apareciam demandas de várias naturezas, como orientação vital e psicoterapia de apoio ou psicoterapia breve. Gradativamente, os objetivos foram sendo ampliados e até mesmo modificados, para atendimento de outras demandas da própria universidade ou de outras instituições. O serviço médico da UFBA solicitava laudos psicológicos de funcionários para reclassificação e relotação funcional, avaliação de sanidade mental de servidores e avaliação pré-admissional de funcionários e até mesmo de professores da UFBA. Alguns órgãos como a Fundação Fullbright, PETROBRAS e SUDENE solicitaram processos seletivos de bolsistas e candidatos para ingresso funcional, através de convênios com a UFBA. Posteriormente, nos meados da década de 1960, adotou-se como norma o uso de testes psicológicos como parte do processo de ingresso na universidade, atividade para a qual só o IDOV estava habilitado. Tais funções indicavam novas demandas sociais por serviços e práticas psicológicas que a própria profissionalização da psicologia no país parecia suscitar. O IDOV caracterizou-se por ser uma instituição de excelência não só no atendimento aos seus usuários, mas também na formação e qualificação de seus quadros técnicos, propiciando permanentes atualizações, com a promoção de cursos ministrados por profissionais vindos de fora da Bahia, bem como pelo envio de técnicos para aperfeiçoamento no ISOP e em outros centros. Sua relevância também se atestou pelo exercício ético da psicologia enquanto ciência e profissão, mantendo uma equipe interdisciplinar treinada e com permanente supervisão direta de seus diretores. A coincidência da criação do curso de Psicologia da UFBA com a extinção do IDOV fez com que o encerramento de suas atividades seja fato até hoje lamentado entre profissionais da área e membros da comunidade. Ficou a interrogação: Por que, ao invés de extingui-lo, não foi transformado em serviço-escola para o recém-criado curso de Psicologia? As perdas foram inestimáveis: profissionais treinados e com dez anos de experiência foram dispersados para outras instituições; o acervo material e de pesquisa potencial (arquivos) foram perdidos nos porões da universidade; o curso de Psicologia não precisaria ter passado tanto tempo sem um serviço-escola, tendo de recorrer a convênios com outras instituições para cumprir as exigências legais de estágios, o que dificultou o seu reconhecimento; a pesquisa científica em psicologia na Bahia teria ganhado um incremento significativo se os pesquisadores e alunos pudessem contar com os arquivos do IDOV. Se houve alguma positividade, além da

sua própria história, foi a experiência acumulada e o treinamento profissional consistente de alguns técnicos, que se tornaram psicólogos pela lei 4.119/62, e professores do curso de Psicologia da UFBA.

Referências

CARVALHO, M. C. C. **Depoimento**. Salvador, 20 jun. 2008.

CUNHA, M. **Dados para uma avaliação de currículo do curso de Psicologia da UFBA. Caracterização do aluno: análise de condições de ensino oferecidas pela instituição.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

RAPOLD, R. C. M. **A Psicologia da Educação na Bahia: a história do IDOV pela memória de seus personagens**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Mercedes Cunha Chaves de Carvalho

■ Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) – 1899-1944

Fundado em 24 de março de 1899 pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Filho, era uma instituição filantrópica que tinha como objetivo principal salvar, física e moralmente, as crianças do Brasil, por meio da propagação dos ideais higiênicos. O estatuto do IPAI tinha como propósitos: proteger as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, investigando suas condições de vida; inspecionar as atividades das amas de leite; difundir entre as famílias pobres noções elementares de higiene infantil; buscar regulamentar o trabalho da mulher na indústria; estimular a fundação de maternidades, creches e jardins de infância, hospitais, dispensários, instituições para deficientes e a prática da vacinação; promover a inspeção higiênica médica das escolas; regulamentar e exercer vigilância sobre o trabalho das crianças nas indústrias. Inaugurado na rua da Lapa, 93, o instituto mudou-se para a rua Visconde do Rio Branco, 12, também no centro do Rio de Janeiro, em julho de 1901, onde funcionou até sua transferência, em 14 de julho de 1929, para a rua do Areal (hoje rua Moncorvo Filho), onde encerrou suas atividades, em 1944. O patrimônio do IPAI – RJ concentrava-se em apólices da dívida pública, inscrições do Banco da República dos Estados Unidos do Brazil e dinheiro em depósito na Caixa Econômica, renda que não era suficiente para sua manutenção. Contava, então, com as contribuições fixas de diferentes associados, além de resgate mensal dos cupons de passagens das companhias de bondes em seu favor. Desde sua inauguração verificou-se a presença de homens ilustres da época, que compartilhavam das ideias sobre a proteção à infância: Arthur Azevedo, Alcindo Guanabara, Carlos Chagas, Coelho Neto, Evaristo de Moraes, Hermes da Fonseca, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lauro Müller, Lopes Trovão, Nilo Peçanha, Olavo Bilac e Quintino Bocaiúva. Entre os médicos que constituíram sua primeira equipe estão: Nascimento Gurgel, Leão de Aquino, Jefferson de Lemos, Luiz Bulcão, Leonel Rocha, Álvaro Guimarães, Eduardo Meireles, além do próprio Moncorvo Filho. A Sociedade Científica Protetora da Infância é uma das instituições relacionadas ao IPAI. Fundada em 28 de junho de 1902, estava interessada nas questões científicas relacionadas à proteção à infância. Era composta por todos os membros do corpo profissional científico do instituto e representou a primeira sociedade de pediatria fundada no Brasil. Outra importante organização que atuava junto ao instituto era o grupo das Damas da Assistência à Infância. Fundado por Moncorvo em 5 de setembro de 1906, era formado por senhoras das classes mais altas. Tinha como funções a confecção de roupas para crianças carentes, a preparação de material médico, a organização de festas e a arrecadação de donativos. Destaca-se ainda a criação do Departamento da Creança no Brasil, em março de 1919, que teve como objetivo organizar informações a respeito da assistên-

cia à infância no país, atuando como agência de pesquisa e recolhimento de dados, que deveriam estar disponíveis aos interessados no tema. Era mantido financeiramente pelo próprio Moncorvo. Em novembro de 1920, foi reconhecido como de utilidade pública municipal pelo Decreto 2.340, o que o credenciava a receber heranças e donativos. O departamento funcionou até o ano de 1938. Em 1940 o governo Vargas criou, no Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional da Criança, que realizava muitas das atividades previstas para o Departamento da Creança no Brasil. Os *Archivos de Assistência à Infância*, órgão oficial de divulgação dos trabalhos do instituto, começaram a circular em novembro de 1902 e foram até setembro de 1907; depois, voltaram a circular de janeiro de 1913 a dezembro de 1925, e de janeiro de 1929 a dezembro de 1946. Seus custos eram cobertos pelos anunciantes, em sua maioria fabricantes de medicamentos. Entre os eventos promovidos pela instituição destaca-se o Concurso de Robustez (1902 a 1934), que objetivava premiar as mães dos bebês mais saudáveis que tivessem sido alimentados exclusivamente pelo leite materno pelo menos até os seis meses. Ainda, o projeto Museu da Infância, que foi parte integrante da Grande Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil realizada em 1922, cujo objetivo era relatar, através de uma exposição, as condições de vida da criança e de sua mãe, com um recorte temporal que ia desde o descobrimento até aquela data. Destacou-se também o I Congresso de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, reunindo mais de 2.600 participantes, entre médicos, juristas, sociólogos etc. Foram apresentadas mais de 250 memórias com temas relativos à infância. Para atender às crianças pobres e suas mães, a equipe do IPAI se dividia em dois grupos: o pessoal técnico (médicos, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, estudantes de Medicina, parteiras e uma massagista) que prestava serviços gratuitamente, e aqueles encarregados do serviço de escrituração e propaganda da instituição, sendo que estes eram remunerados. O espaço físico era constituído por sala de espera, secretaria, salão de honra, gabinete da diretoria, salas de clínica médica, de clínica cirúrgica, de clínica ginecológica, de moléstias da pele, de eletroterapia e massagem, de banhos, gabinete de análises e microscopia (onde também funcionavam os serviços de vacinação e exame de amas de leite), gabinete de moléstias de olhos, nariz, ouvidos e garganta, câmara escura, gabinete de cirurgia dentária, pavilhões de ginástica médica e de isolamento (para os casos de varíola, sarampo e coqueluche), almoxarifado e sanitários. Na sala de berço encontravam-se as duas primeiras incubadeiras do país, importadas da França em 1903. As crianças eram atendidas nas especialidades médicas necessárias e recebiam doação de leite esterilizado. Mensalmente, acontecia a distribuição de roupas, calçados e alimentos para as famílias registradas. Para usufruir desses serviços era necessário que as mães assistissem com regularidade às palestras proferidas no instituto a respeito dos cuidados morais e físicos com as crianças, os deveres da família, o papel da esposa nos cuidados com o lar etc. O IPAI despontou como modelo para outras instituições que proliferaram pelo país, servindo como referência para os médicos interessados pelo tema da infância. Contava com filiais em outros estados: Bahia (primeira filial, inaugurada em maio de 1904), Minas Gerais (junho de 1904), Pernambuco (1906), Maranhão (1911), Pará e Paraíba (1912), Santos (1914), Niterói (1915) e Rio Grande do Norte (1917).

Referências

MONCORVO FILHO, A. **Histórico da protecção à creança no Brasil – 1500-1922.** Rio de Janeiro: Departamento da Creança no Brasil, 1922.

MONCORVO FILHO, A. **A assistência pública e a assistência privada** (Relações e Regulamentos). Rio de Janeiro: Departamento da Creança no Brasil, 1922.

MONCORVO FILHO, A. **A cruzada pela infância**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1919.

MONCORVO FILHO, A. **Amparemos a infância!** Rio de Janeiro: Typ. Villas Boas e C., 1915.

MONCORVO FILHO, A. **Pela infância tudo!** Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1920.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no brasil.** Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997.

SARTOR, C. S. D. "Proteção e assistência à infância: considerações sobre o 1° Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922". In: RIZZINI, I. (Org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil – cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

SARTOR, C. S. D. **Os caminhos da proteção à infância no Brasil: a influência do modelo de Moncorvo Filho**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

WADSWORTH, J. E. "Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil". In: **Revista Brasileira de Historia**, v. 19, n. 37. São Paulo: ANPUH, 1999.

Renata Monteiro Garcia

■ Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC) – 1976-

É uma associação científico-cultural sem fins econômicos e escola de especialização em Psicodrama Psicoterapêutico e Socioeducacional, com sede na rua Angelino Rossi, 12, Jardim Novo Botafogo, Campinas – SP. Fundado em 11 de setembro de 1976, o IPPGC foi criado por iniciativa de um grupo de profissionais e estudantes das áreas de saúde, educação e serviço social, sob a liderança de José Carlos Landini, um dos precursores do psicodrama em Campinas, com seu trabalho com grupos de alcoolistas no Sanatório Santa Isabel, além de professor no Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Campinas, onde introduziu a psicoterapia de grupo. Entre os anos de 1971 e 1972, iniciou-se o Grupo de Estudos de Psicodrama, que se tornou precursor da criação do IPPGC como escola de especialização, estimulando-se, desde então, o trabalho em grupo em Campinas e região, tanto no contexto clínico como nas áreas educacionais, organizacionais e sociocomunitárias. O IPPGC participou do movimento de criação da Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP) em 1976, sendo sócio fundador desta. Durante os anos de 1983 e 1984, sediou e dirigiu essa federação, tendo organizado o IV Congresso Brasileiro de Psicodrama (1984), presidido por Luís Falivene Roberto Alves, também um dos perseverantes precursores do psicodrama em Campinas. Foi também responsável pela organização do I Seminário Nacional de Teoria de Psicodrama (1993). Tem participado das comissões científicas dos congressos nacionais e internacionais de psicodrama. Desde 1982, o IPPGC promove anualmente a Jornada de Psicodrama, com atividades científicas e espaços abertos à comunidade. Em 1981 criou uma clínica comunitária em sua sede. A partir de 1999, essa atuação foi diversificada para trabalhos comunitários educacionais, organizacionais e de clínica ampliada em diferentes locais. Mantém, desde sua fundação, um Curso de Especialização de Psicodrama, sendo a pesquisa e a produção de trabalhos científicos uma de suas metas. Tem mantido convênios com órgãos governamentais e não governamentais em diversificados projetos comunitários. O IPPGC tem como missão promover aprendizagem, ensino, desenvolvimento e difusão da socionomia em compromisso com a comunidade. Atualmente, promove três níveis de formação: especialização em Psicodrama; Psicodramatista Didata e Psicodramatista Didata Supervisor. Conta com uma equipe docente de 18 professores. Através deste grupo, vem desenvolvendo pesquisa e publicando inúmeros artigos em revistas especializadas nacionais e internacionais, além de diversos livros. O IPPGC participou da equipe que implementou padrões científicos na *Revista Brasileira de Psicodrama* (1984) e alguns de seus membros são da atual equipe editorial dessa revista que, neste período, produziu a primeira edição bilíngue.

Referências

INSTITUTO DE PSICODRAMA E PSICOTERAPIA DE GRUPO DE CAMPINAS. **Ata de fundação**. Campinas: IPPGC, 11 set. 1976.

INSTITUTO DE PSICODRAMA E PSICOTERAPIA DE GRUPO DE CAMPINAS. **Estatuto Social**. Campinas: IPPGC, 1976.

INSTITUTO DE PSICODRAMA E PSICOTERAPIA DE GRUPO DE CAMPINAS. **Documentos do Centro de Memória do IPPGC.** Campinas: IPPGC, 1976-2007.

Bernadete Aparecida de Castro
Júlia Maria Casulari Motta

■ Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG) – 1961-

Fundado em 11 de dezembro de 1961, caracteriza-se como uma instituição voltada para a prestação de serviços e produção de conhecimento científico relacionado à aplicação da psicologia na resolução de problemas cotidianos. Iniciando suas atividades como sociedade comercial, o IPAMIG prestava serviços relacionados à psicologia do trabalho para empresas como bancos e construtoras, além de promover iniciativas que visavam à divulgação da psicologia em Belo Horizonte. Em 1963 o IPAMIG se tornou sociedade civil sem fins lucrativos, sendo considerada a primeira empresa privada a prestar serviços relativos à aplicação da psicologia em Minas Gerais, o que demonstra sua importância para o desenvolvimento desta ciência no Brasil. Inicialmente situava-se na rua Rio Grande do Sul, 198, conj. 102, Belo Horizonte – MG. Posteriormente, foi transferido para a rua Getúlio Vargas, 67 e depois para a rua do Ouro, 1.900, no bairro Serra. Na década de 1990, passou a funcionar na avenida João Pinheiro, 39, 9º andar. Sua criação foi marcada pelo movimento em prol da regulamentação da psicologia enquanto ciência e profissão. No final da década de 1950 e início da de 1960, as discussões a respeito da utilização prática da psicologia se encontravam no auge no Brasil, e a fundação de uma instituição de psicologia aplicada demonstrava a crença no saber psicológico como ferramenta para um melhor conhecimento e ajustamento do homem. O nome Instituto de Psicologia Aplicada indica o caráter pragmático confiado à psicologia neste período. Seus sócios fundadores foram Daniel Antipoff, Halley Bessa, Ottília Braga Antipoff, Eunice Rabelo Mourão, Enitz Monteiro de Castro, Marcos Goursand de Araújo, Maria Leonor Viana e Rosaura Moreira Xavier. O estatuto social do IPAMIG estabeleceu que era uma sociedade constituída por ações, tendo por objetivos a prestação de serviços como o atendimento psicológico, educacional, social e médico em qualquer de suas modalidades e fins. Estabeleceu também que a sociedade seria administrada por uma diretoria de cinco membros. Entre os sócios fundadores, merecem destaque Marcos Goursand e Halley Bessa, primeiros diretores do instituto. Também se destacaram Daniel Antipoff, que introduziu a aplicação de testes psicométricos no IPAMIG, e Ottília Antipoff, que atuou como chefe do setor clínico e responsável pela orientação psicopedagógica das classes especiais, entre 1973 e 1986, conservando-se como presidente do IPAMIG até 2006. Outro objetivo do IPAMIG era popularizar o conhecimento psicológico, aplicando-o às questões da sociedade. Entre suas atividades, encontravam-se a orientação psicológica (vital, familiar, escolar, profissional, vocacional); a dinâmica de grupos; os círculos de pais; a aplicação de testes psicológicos de nível mental, personalidade, aptidão e interesses; exames e aconselhamento; a orientação e tratamento de crianças, adolescentes e adultos com problemas emocionais, desajustamento pessoais, familiares, escolares, sociais, distúrbios de conduta e/ou deficiência mental. Havia a preocupação em divulgar o que era a psicologia e, para tal, foram publicados dois volumes da *Revista Brasileira de Ciências do Homem*, que saíram em setembro de 1964 e em 1965. A revista era dedicada a comunicações

científicas, divulgação dos resultados obtidos na aplicação da psicologia, relatos de pesquisa e divulgação de artigos científicos. A instituição se caracterizava por grupos de estudo, que visavam a um maior aprimoramento do saber psicológico de sócios e funcionários, entre os quais se encontravam médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, educadores, técnicos em geral e estagiários. Para realizar seus propósitos, a estrutura do IPAMIG comportava as seguintes seções: o Centro de Psicologia do Trabalho (CETRA), o Centro de Publicações e Pesquisas (CEPPES), o Centro de Atividades do Lazer (CEAL), o Centro de Formação Técnico-Profissional (CEPRO) e o Centro Educacional Médico Psicológico (CEMP). Criado em 29 de março de 1965, o CEMP foi presidido por Halley Bessa e, em 1992, deu origem à Escola da Serra, a qual se situa atualmente no antigo endereço do IPAMIG, no bairro Serra, em Belo Horizonte. Devido a um forte interesse pela educação, o CEMP se destacou dentre esses centros, oferecendo classes regulares de jardim de infância, curso pré-primário e primário, aulas de reforço (estudos dirigidos) para alunos que cursavam o ginásio, além de aulas especiais para sanar dificuldades de aprendizagem e para corrigir deficiências de linguagem, com exercícios de atenção. Outra instituição criada no âmbito do IPAMIG, em 16 de dezembro de 1966, foi o Centro Psicotécnico Ltda. (CEPEL), elemento fundamental na distribuição e venda de testes psicológicos e psicotécnicos. A partir de 1995, o CEPEL desligou-se do IPAMIG, visando tornar-se uma empresa comercial. Os outros centros acabaram por ter uma atuação secundária e foram extintos. Nos anos de 1960, principalmente até 1966, o IPAMIG teve destaque na aplicação da psicologia nas empresas e na educação. Tendo sido pioneiro, viveu um breve período de hegemonia. Contudo, a maior parte de seus clientes, como a Construtora José Mendes Junior, Magnesita S.A., Industam e Banco da Lavoura, acabou por criar seus próprios setores de psicologia aplicada, o que levou a um esvaziamento de sua carta de clientes. Após este período, o Instituto se especializou em duas outras áreas: educação e aplicação de testes psicotécnicos. A partir de 1992, a Escola da Serra, antigo CEMP, passou a funcionar de forma independente do IPAMIG. Esta instituição, por sua vez, permanece em funcionamento na avenida João Pinheiro, prestando serviços para o Departamento de Trânsito (DETRAN) e aplicando testes psicotécnicos.

Referências

ANTIPOFF, O. B. **Entrevista concedida a Sérgio Domingues**. Belo Horizonte, 16 ago. 2006.

ARAÚJO, M. G. **Entrevista concedida a Sérgio Domingues**. Belo Horizonte, 21 dez. 2006.

ARAÚJO, M. G. **Relatório de atividades do IPAMIG**. Belo Horizonte, 12 mar. 1967. Mimeo.

CORRÊA, T. G. **Ata da 3º Assembleia Geral do IPAMIG**. Belo Horizonte, 7 jul. 1966. Mimeo.

ESTATUTO Social do IPAMIG S/A. Belo Horizonte, 11 de junho de 1965. Mimeo.

MOURÃO, E. R. **Ata da 1º Assembleia Geral, para conhecimento da nova estrutura jurídica da Sociedade, eleição dos conselhos Diretor e Fiscal do IPAMIG**. Belo Horizonte, 26 jun. 1965. Mimeo.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DO HOMEM. Belo Horizonte: Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais – IPAMIG, n. 1, 1964.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DO HOMEM. Belo Horizonte: Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais – IPAMIG, n. 2, 1965.

Sérgio Domingues

■ Instituto de Psicologia Aplicada do Espírito Santo (IPAES) – 1968-

Primeira clínica de psicologia do Estado do Espírito Santo, fundada em 13 de junho de 1968, mudou geograficamente diversas vezes, tendo primeiramente iniciado seus trabalhos na rua 23 de Maio, no Parque Moscoso, à época o único centro comercial da capital. Logo após, mudou-se para um espaço maior no mesmo bairro. Com o tempo, deslocou-se para uma casa em Bento Ferrei-

ra, depois para a Praia do Suá e por último para Santa Lúcia, na rua Eurico de Aguiar, 888, Vitória, endereço atual. O instituto é uma sociedade limitada, de natureza privada, que se mantém com recursos próprios desde sua fundação. Além da matriz, conta com duas filiais credenciadas no Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN-ES), uma em Campo Grande e outra em Vila Velha, atendendo exclusivamente à demanda do DETRAN. A história do IPAES começou na década de 1960, na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mais precisamente no setor de ensino, recrutamento, seleção e treinamento, no qual vários de seus fundadores trabalhavam. Uma das fundadoras e única proprietária atual do instituto, a diretora Sonia de Souza Moura, era estudante de Direito na época e almejava a formação em Psicologia. Contudo, no Espírito Santo não havia ainda este curso. Nessa época, a CVRD e a Viação Itapemirim faziam avaliações psicológicas para admissão e progressão de seus funcionários, dos quais a mais relevante era para a seleção de motoristas. Progressivamente, algumas empresas começaram a procurar os funcionários da CVRD para que pudessem ser aplicadas as mesmas técnicas de seleção em suas empresas. Surge, assim, o projeto de criar uma clínica que atendesse a esta demanda, desenvolvendo trabalhos nas áreas clínica e educacional, projeto encampado pelo psicólogo Talmo Luiz Silva e pelos funcionários Gilson Villas Boas Passos, Maria da Penha Carvalho e Sonia de Souza Moura. Em 1977, Sonia graduou-se em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC/BH). A implementação do instituto foi orientada pelos psicólogos Heraldo Antônio Faria Cidade, com a colaboração de Francisco Campos, do Espírito Santo, e de Alice Madeleine Galland de Mira, do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) do Rio de Janeiro. O IPAES iniciou suas atividades em 28 de novembro de 1968, atendendo a escolas, indústrias, empresas públicas e particulares, bancos e transportadoras. Na década de 1970, o IPAES se credenciou no DETRAN-ES para atender à demanda de avaliação psicológica para motoristas. Os professores Maria da Penha Carvalho e Gilson Villas Boas Passos desligaram-se do instituto devido a outros objetivos profissionais. O psicólogo Heraldo Antônio Faria Cidade mudou-se para Brasília. Em agosto de 1978, o psicólogo Talmo Luiz Silva faleceu, tornando a psicóloga Sonia Moura a responsável pelo IPAES, sendo sua diretora desde então. O IPAES colaborou com a publicação da primeira edição do *Manual do PMK, Teste de Psicodiagnóstico Miocinético*, fornecendo parte de seu arquivo do teste utilizado em suas avaliações. Além de treinamentos e aplicação de técnicas de desenvolvimento para mudança de comportamento, o IPAES promoveu cursos sobre diferentes testes psicológicos. Em 1999, ofereceu o primeiro curso de capacitação para psicólogo perito-examinador de trânsito, em conjunto com a Faculdade de Ciências Humanas de Vitória. Na época do veto presidencial à avaliação psicológica de motoristas, o IPAES, junto com outras clínicas capixabas, participou de todos os encontros e reuniões em Brasília para o retorno daquela avaliação. Esse esforço, não somente das clínicas do Espírito Santo, mas de muitas clínicas da área do trânsito de todo o Brasil, resultou em votação unânime no Congresso Nacional pelo retorno da avaliação psicológica para motoristas, sancionada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Segundo a atual diretora, a Psicologia Organizacional capixaba foi difundida pelo IPAES, que fez com que diversas empresas passassem a procurar pelos serviços de recrutamento e seleção realizados por psicólogos com técnicas psicológicas. Além disso, favoreceu o acesso à orientação vocacional e ao tratamento psicoterapêutico para a população capixaba. O IPAES também foi o primeiro representante jurídico, no estado, das editoras de testes psicológicos e livros técnicos: Centro de Estudos em Psicologia Aplicada (CEPA), Vetor Editora, Empresa Distribuidora de Testes (EDITES), Casa do Psicólogo e Centro Editor de Testes e Pesquisa em Psicologia (CETEPP). Atualmente, a matriz do IPAES está direcionada à atuação exclusiva

em Psicologia Organizacional, tendo como público-alvo empresas, organizações e instituições que contratam serviços de seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento de pessoal, contando com uma equipe composta por um administrador de empresas e quatro psicólogos.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos**. Disponível em: <www.pol.org.br/satepsi/>. Acesso em: 15 dez. 2006.

MOURA, S. de S. **Entrevista concedida a Andréa dos Santos Nascimento**. Vitória, 19 set. 2006.

Andréa dos Santos Nascimento

■ Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) – 1988-

Instituto de Seleção e Orientação (ISO) – 1981-1988

Núcleo do Instituto de Seleção e Orientação (NUISO) – 1970-1981

Serviço de Seleção e Orientação (SESO) – 1967-1970

De natureza pública federal, tem como mantenedor o governo federal. Está instalado em prédio do Ministério da Aeronáutica, na avenida Churchill, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A guerra na Europa reforçou uma tendência já existente de que, a exemplo da Inglaterra, deveria ser organizado um Ministério do Ar, fato que acabou consolidando a ideia da necessidade de centralizar os meios aéreos, também, no Brasil. Em 20 de janeiro de 1941, com a fusão da aviação militar e da aviação naval, surge, então, a Força Aérea Brasileira (FAB). Paralelamente à sua criação, são delineados os primeiros movimentos para a organização de um serviço de psicologia na Aeronáutica que, mesmo incipientes, foram determinantes para a instituição. Em 1967 criou-se o Serviço de Seleção e Orientação (SESO), órgão subordinado à Diretoria de Ensino, com a missão de estudar as bases técnicas e científicas que viessem a nortear a seleção de candidatos aos cursos oferecidos pela Aeronáutica. A partir de 1970, as atividades de psicologia da FAB passaram à subordinação do Comando Geral do Pessoal (COMGEP) e, ainda neste mesmo ano, o então SESO deu lugar ao Núcleo do Instituto de Seleção e Orientação (NUISO), que por sua vez, transformou-se no Instituto de Seleção e Orientação (ISO), em 1981. Na década de 1980 viriam os marcos definitivos da ampliação e diversificação das atribuições da psicologia na Aeronáutica por meio da criação, em 1982, do Sistema de Psicotécnica da Aeronáutica (SISPA), assim como a nomeação do ISO como órgão central da psicologia na Aeronáutica. Em 1988, houve a alteração desta nomenclatura e, consequentemente, das atribuições do então ISO para Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA) (Decreto 97.138, de 25/11/1988). Em 1989, foi alterada também a nomenclatura do SISPA, que passou a ser Sistema de Psicologia da Aeronáutica, evidenciando a diversificação de sua atuação. Assim, com a missão de apoiar as atividades do Comando da Aeronáutica em seu campo de especialização no qual a psicologia seja um instrumento de otimização de processos administrativos e de comando, o IPA é responsável pelo desenvolvimento e execução das atividades inerentes às áreas de psicologia organizacional e de aviação, além de gerenciar, coordenar, supervisionar e realizar o controle técnico de todas as atividades da psicologia no âmbito aeronáutico militar. Portanto, na área de ensino atua na instrumentação do processo ensino-aprendizagem, na orientação psicopedagógica e na orientação profissional. Na área clínica, desenvolve o diagnóstico clínico, o atendimento e o ajustamento psicológico. Na área organizacional, realiza exames de aptidão psicológica, orientação vocacional, avaliação de desempenho, acompanhamento de pessoal, treinamento e desenvolvimento de pessoal, diagnóstico organizacional, diagnóstico psicossocial, pre-

venção e investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos relacionados ao fator humano. Os funcionários do Instituto são psicólogos e pedagogos militares e civis, além de funcionários dos setores administrativos. Em consonância com a missão, destacam-se inúmeros trabalhos desenvolvidos pelas divisões que compõem o instituto e pelos elos que integram o SISPA. Estes trabalhos visam promover a captação, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de seus clientes internos e externos. O IPA constitui-se organicamente de direção, vice-direção, Divisão de Seleção (DISEL), Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento (DPESQ), Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRHUM), Divisão de Segurança do Trabalho (DISET), Divisão Administrativa (DADMI) e Conselho Técnico (CONTEC). Dentre as várias atividades desenvolvidas, o IPA realiza também diagnose organizacional, análise do trabalho, elaboração de perfis ocupacionais, participação em programas de instrução (treinamento e palestras), orientação vocacional, acompanhamento e avaliação de desempenho. A seleção psicológica, denominada exame de aptidão psicológica, mantém-se como uma das mais importantes atividades atribuídas ao IPA, pois o seu público-alvo é constituído por candidatos dos vários concursos oferecidos pela Aeronáutica, além dos militares envolvidos em voo. Ao longo do tempo, procurou-se aprimorar o processo de avaliação, contando com os recursos de informática para torná-lo mais rápido, objetivo e eficaz. Reconheceu-se a necessidade de oferecer ao candidato contra-indicado uma reavaliação em grau de recurso, conferindo ao instituto destaque nesta área pelo pioneirismo e rápido alinhamento com a transparência exigida na atualidade. O desenvolvimento de projetos, trabalhos e pesquisas na área de segurança de voo agregam ao IPA o reconhecimento internacional pela contribuição marcante para a prevenção de acidentes aéreos. Além de compor as comissões de investigação de acidentes aeronáuticos, realiza outros trabalhos neste campo, tais como: a implantação do Crew Resources Management (CRM) ou Gerenciamento de Recursos da Tripulação; a realização e publicação de pesquisas inéditas no Brasil sobre a contribuição do aspecto psicológico na ocorrência de acidentes aéreos; a atuação na formação e atualização de psicólogos em psicologia aplicada à aviação e segurança de voo; a realização de palestras nas unidades aéreas e outras organizações sobre temas relevantes para a segurança; estudos relativos ao estresse pós-traumático, bem como o I Curso de Extensão em Psicologia Aplicada à Aviação (CEPAAv), oferecido no ano de 2004, e o II Curso de Psicologia Aplicada à Aviação (CEPAAv), oferecido no ano de 2006. Todos estes já fazem do IPA uma organização de referência nos meios militar e civil, consagrando-o neste cenário. Atualmente, o diretor do IPA é o coronel-aviador Roberto Basílio, que substituiu o coronel intendente Adão Airton da Rosa Silva, tendo em vista que o cargo de diretor do IPA tem duração de dois anos e é indicação do comando da Aeronáutica.

Referências

BRASIL. Senado Federal. **Portal Legislação**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicações>. Acesso em: 16 mar. 2007.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA. Disponível em: <http://www.ipa.aer.mil.br/sispa1.htm>. Acesso em: 10 fev. 2007.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. **História da Força Aérea Brasileira.** Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.

Marta Maria Telles

■ Instituto de Psicologia da Bahia (IPB) – 1965-1977

Fundado em 1965 por Martin Dubois, nascido em Saint-Bonnet-de-Montauroux, Lozère, na França, e falecido no Brasil, na cidade de Salvador-BA. Irmão Dubois, como era conhecido, era marista e trabalhou como orientador educacional, recebendo posteriormente o registro de psicólogo em função de suas atividades profissionais anteriores. À época da

fundação do IPB, o estado não contava com curso de Psicologia. O IPB surgiu buscando suprir essa falta, a partir do convite do irmão Dubois a pessoas ligadas à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) para organizarem um curso de Psicologia, objetivo que jamais foi concretizando na UCSAL, tendo sido o primeiro curso de Psicologia do estado iniciado em 1968 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo Amauri Pina, integrante do IPB, este se caracterizava principalmente pelo agrupamento de pessoas ligadas à universidade. Funcionou inicialmente na Faculdade de Filosofia da UCSAL, no Convento da Palma, bairro de Nazaré. Logo após, passou a funcionar na rua Francisco Ferraro, 17, do mesmo bairro, onde permaneceu até seu fechamento, em 31 de dezembro de 1977. Apesar de o instituto utilizar o espaço da UCSAL, nunca foi reconhecido pela Universidade Católica de Salvador como fazendo parte dela. Os profissionais que atuavam no instituto eram remunerados como pessoa física e 30% do que recebiam era destinado ao IPB. Este percentual era utilizado para a manutenção do IPB e para o pagamento da única funcionária. Sob a gerência do irmão Dubois, a instituição tinha por objetivos a prestação de serviços de testagem psicológica, orientação vocacional, fonoaudiologia, psiquiatria e psicanálise à população que pudesse pagar por esses serviços. Funcionava em prédio de quatro pavimentos, dos quais três eram utilizados pelo IPB. No subsolo ficava o serviço de apoio (depósito); no térreo, a recepção, as salas de testagem e a biblioteca; no primeiro andar, os consultórios. Devido ao curto período de vida do instituto, poucos profissionais atuaram lá. Tem-se registro da passagem de profissionais como: Amauri Pina, psicólogo e professor titular do curso de Administração da UCSAL, que trabalhava com psicometria e testagem psicológica, realizando exames para a função de motorista; Elieth Leal d'Araújo (Lia Mara), professora da Escola de Teatro da UFBA, que exercia funções ligadas à fonoaudiologia; Raimundo Rabelo da Silva, médico psiquiatra; Carlos Tyrone, psicanalista; e Reinier Johanne Antonius Rozestraten, psicólogo que permaneceu durante um ano no instituto. Após a morte do irmão Dubois, Raimundo Rabelo da Silva assumiu a gerência do instituto até sua extinção. Destaca-se que este foi o primeiro instituto de psicologia na Bahia e, provavelmente, o primeiro espaço de trabalho multidisciplinar, oferecendo serviços de testagem psicológica, orientação vocacional, fonoaudiologia e psicoterapia, esta com psiquiatra, psicanalista e psicólogos.

Referências

PINA, A. da S. **Entrevista concedida a Alessandra Gracioso Tranquilli**. Bahia, 17 e 22 mar. 2007.

ROZESTRATEN, R. "Johannes Antonius (1924 –)". In: **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil – pioneiros**. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/>. Acesso em: 7 jan. 2008.

Sunna Prieto de Azevedo

Alessandra Tranquilli

■ Instituto de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena – 1965-

Laboratório de Psicologia Experimental da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena – 1954-1964

Uma das primeiras instituições do interior de São Paulo a propor, em 1967, abertura de vagas para um curso de Psicologia, a então Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (FFCL de Lorena) já oferecia, à época, através de seu Laboratório de Psicologia Experimental, criado em 1954, oportunidade para estágio de alunos em Pedagogia e de especialização em Psicologia da Educação (1965), bem como serviços psicológicos à comunidade, nas áreas de orientação educacional e vocacional, clínica (em casos esporádicos orientados por especialistas de São Pau-

lo) e seleção profissional, especialmente para as Indústrias Químicas Mantiqueira. O curso de Psicologia de Lorena para a modalidade Formação de Psicólogo foi autorizado pelo Decreto 71.608/72 e reconhecido pelo Decreto 18.051/76. Para as habilitações de bacharelado e licenciatura, autorização pelo Decreto 65.043/69 e reconhecimento pelo Decreto 71.608/72, do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi o segundo curso de Psicologia a funcionar no interior do Estado de São Paulo, completando 40 anos de sua existência em 2009. Teve assessoria direta do renomado psicólogo italiano dr. Giacomo Lorenzini, do Instituto Superior de Pedagogia do Pontifício Ateneu Salesiano de Turim. Quando de sua criação, entre os argumentos considerados no processo de solicitação de abertura do curso ao MEC, destacam-se: o fato de os cursos de Psicologia estarem entre os prioritários para o desenvolvimento socioeconômico e educacional do país, como se podia verificar da relação de necessidades a serem atendidas com prioridade pelo Ministério da Educação e Cultura; os serviços psicológicos da faculdade vinham sendo procurados cada vez mais; e sua criação constituía o término de um processo evolutivo, que se iniciara em 1954 com a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental, e pela criação do Instituto de Psicologia, anexo a esta faculdade. Apenas para confirmação estatística, em 1965 foram atendidos 54 casos pelo Laboratório de Psicologia. Em 1966 o Instituto de Psicologia atendeu a 59 casos, e no ano de 1967 já haviam passado pelo Instituto 158 casos. Por esses motivos, impunha-se a criação de um curso de Psicologia na faculdade, a fim de atender aos novos compromissos com os quais se defrontava. Merece especial destaque dentro dessa perspectiva histórica o Laboratório de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena. O laboratório foi adquirido na Europa, em 1953, pelo psicólogo Giacomo Lorenzini, Na aquisição dos aparelhos, baseou-se ele no que existia nos grandes centros europeus, como Genebra, Louvain, Liège, Paris, Milão, Roma, Berlim. A maior parte dos aparelhos foi construída, sob encomenda, pelo Laboratório Aparechi Scientifichi Médici, a outra parte pelas oficinas do Laboratório de Psicologia da Universidade Católica de Milão. Montado em Lorena, em 1954, o laboratório começou imediatamente a atender à região. Posteriormente seu acervo foi enriquecido com testes e aparelhos adquiridos no Brasil, ou enviados da Itália pelo professor Lorenzini. Laboratórios semelhantes haviam sido também montados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Faculdade Dom Bosco de São João Del-Rei e na Faculdade de Filosofia de Bauru. Além do Laboratório de Psicologia, o curso contava com a contribuição didático-pedagógica do Laboratório de Biologia e Fisiologia e do Laboratório de Testes Psicológicos, existente até hoje. Decreto Federal de 24 de novembro de 1997 credenciou o Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Centro UNISAL), integrando à FFCL de Lorena outras três instituições salesianas: a de Americana, a de Campinas e a de São Paulo, esta com três *campi*: Santana, Campos Elíseos e Alto da Lapa. Além do *campus* de Lorena, atualmente funciona em Americana outro curso de Psicologia, iniciado em 2006. Como outras instituições salesianas, o UNISAL – U.E. de Lorena integra as Instituzione Universitarie Salesiane (IUS), que compreendem mais de 50 instituições, entre elas: universidades, centros universitários, faculdades isoladas e centros de tecnologia, distribuídas em 18 países da Europa, Ásia e América, com o objetivo principal de oferecer aos jovens um serviço de formação científica, profissional, humana e cristã, gerando oportunidades de acesso a tantos que vivem em desvantagem econômica e social. Desde a sua criação em 1969, já passaram pelo curso de Psicologia do atual Centro Universitário Salesiano de São Paulo – U.E. de Lorena mais de 4 mil alunos, muitos dos quais vieram depois a fazer parte do corpo docente do curso. O curso de Psicologia do Centro UNISAL – U.E. Lorena presta atendimento aproximadamente a 20 municípios do Vale do Paraíba, quer no nível de estágios, quer no suprimento de profissionais de psicologia para atuarem nos vários campos de aplicação da

ciência psicológica. A proposta pedagógica do curso implica oferecer, desde o primeiro ano, uma orientação teórico-prática e epistemológica direcionada para a formação profissional, em vista das três ênfases que compõem atualmente o curso: Práticas Clínicas, Educação e Compromisso Social, Saúde Mental e Prevenção. Para a consecução desse objetivo, o curso se organiza pedagogicamente em um conjunto de disciplinas teóricas, atividades e práticas de estágio em torno dos eixos previstos nas Diretrizes Curriculares.

Referências

UNISAL. **Projeto Político Pedagógico – Curso de Psicologia**, 2008.

Decreto 71.608/72.

Decreto 18.051/76.

Decreto 65.043/69.

Denise Pereira de Alcantara Ferraz

■ Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) – 1996-

Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais – 1978-1996

Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Minas Gerais – 1959-1978

A ideia de criação de cursos de Psicologia no Brasil é anterior à lei que regulamentou o exercício dessa profissão no país. Em 1956-1957, o MEC resolveu implementar o dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que previa a orientação vocacional nas escolas de ensino médio. Como era necessário formar pessoal qualificado para esse trabalho, o MEC passou, então, a promover simpósios sobre orientação educacional. Simultaneamente, as autoridades eclesiásticas no Brasil se deram conta de que a formação de orientadores educacionais seria um campo promissor nas faculdades de Filosofia. Nesse contexto, o reitor da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), padre José Lourenço da Costa Aguiar, convidou o professor Pedro Parafita de Bessa, que frequentara os simpósios do MEC, para coordenar um curso de orientação educacional. No final do primeiro ano de funcionamento desse curso (1958), padre Aguiar propôs ao professor Bessa criar um curso de Psicologia, — o qual foi convidado a coordenar. O projeto do professor Bessa apresentava a Psicologia como uma ciência do comportamento, baseada na observação e na medição. Em 9 de março de 1959, dom Serafim Fernandes de Araújo, sucessor do padre Aguiar como reitor, assinou a Portaria 01/59, que criava o Instituto de Psicologia Aplicada, com dois cursos: Psicologia e Orientação Educacional. Os professores Pedro Parafita de Bessa e Pedro Paulo Christovam dos Santos foram indicados para as funções de diretor e vice-diretor do instituto, respectivamente. Inicialmente o Instituto de Psicologia Aplicada da UCMG funcionou nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, no Palacete Dantas, na praça da Liberdade, em Belo Horizonte. O curso de Psicologia da UCMG foi o primeiro criado em Minas Gerais.Em 1962, frei Ricardo (Reinier Johannes Antonius Rozestraten), recém-chegado da Europa, assumiu a direção do instituto, dando a ele uma orientação marcada pela cientificidade e pela preocupação com a formação do aluno. A busca da cientificidade se expressou na ênfase à psicologia experimental e nos laboratórios, que ocupavam grande espaço na estrutura e funcionamento do curso. A formação pessoal do aluno, considerada fundamento da atuação do psicólogo, traduzia-se pela exigência, aos candidatos ao vestibular, de apresentação de laudo psicológico favorável e pela oferta de atendimento psicológico individual do aluno. O cuidado com a formação pessoal do aluno constitui, até hoje, uma diretriz do currículo e uma marca do curso. Em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a Lei 4.119, que dispunha sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentava a profissão de psicólogo. Esta lei determinava que se organizassem serviços clí-

nicos e de aplicação da psicologia à educação e ao trabalho, como condição para o funcionamento dos cursos de formação de psicólogo. Assim, ainda em 1962 foram criados os Serviços do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (SIPUC), setor responsável pela oferta de estágios aos alunos do curso e, a partir de 1972, também pelos laudos psicológicos dos candidatos ao vestibular dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, então exigidos pela instituição. Seu fundador e primeiro diretor foi o professor Rozestraten, sucedido por Sílvio Ferreira. No início, os estágios se concentravam nas atividades de seleção de pessoal, sendo discretos os atendimentos clínicos. Em 1963, o instituto foi instalado na nova sede da UCMG, na avenida Brasil, 2.023. Frei Ricardo cumpriu seu primeiro mandato como diretor do instituto até 1965. Reconduzido ao cargo, passou a cuidar do reconhecimento do curso, o qual foi obtido pelo Decreto 61.870, de 08/12/1967. Segundo o Parecer 419/67, emitido pelo professor Antonio Gomes Penna, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o curso de Psicologia da UCMG era, dentre os que conhecia, o que oferecia as melhores condições de funcionamento. Em 1970, o instituto adquiriu o estatuto de unidade autônoma da UCMG e se transferiu para o *campus* do bairro Coração Eucarístico. O ano de 1978 trouxe grandes transformações na Universidade Católica. Para a implantação da reforma universitária de 1968, a universidade adotou o modelo de centro e departamento. O Departamento de Psicologia passou a ser vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Os dirigentes receberam a denominação de chefe de departamento/coordenador de curso. Esta estrutura seria mantida até 1996, quando o então reitor, padre Geraldo Magela Teixeira, por meio da Portaria 31/96, restabeleceu a denominação de Instituto de Psicologia, com estrutura e funcionamento autônomos. Em 1980, por proposta dos professores Escípio da Cunha Lobo, então chefe do Departamento de Psicologia, Wanderley Chieppe Felippe, vice-chefe, e Tarcísio Guimarães Mendes, coordenador do Colegiado do Curso, ocorreu a introdução do estágio clínico com atendimento em psicoterapia no currículo. Ao longo de dez anos de prática, o estágio cresceu e se diversificou. O novo currículo, aprovado em 1987 (Portaria R, 14/87), introduziu no curso a opção clínica. Sua implantação exigia melhores condições de infraestrutura para consolidar a prática clínica e viabilizar a oferta dos estágios ficando configurado a necessidade de uma clínica, ou seja, um ambiente próprio para os atendimentos. Paralelamente, observou-se uma diminuição das demandas de seleção feitas pelas grandes empresas ao SIPUC. A própria universidade dispensara, em 1985, a exigência de apresentação de laudo de aptidão psicológica para inscrição no concurso vestibular de seus cursos de Psicologia e Enfermagem. Os professores Ana Maria Sarmento Seiler Poelman e Wanderley Chieppe Felippe, então chefe e vice-chefe do Departamento de Psicologia, respectivamente, conduziram as negociações com a reitoria para a implantação da clínica. Em 1989, a universidade destinou-lhe uma sede própria, que foi inaugurada em março de 1990. Diversos tipos de atendimento passaram a ser oferecidos: psicoterapia de crianças, adolescentes, adultos, casal e família, psicodiagnóstico, psicologia hospitalar, orientação vocacional, psicopedagogia e terapia psicomotora. Um pouco mais tarde, as dependências da clínica, mais uma vez, se tornaram pequenas para comportar o trabalho que ali se realizava. Iniciaram-se novas negociações com a reitoria para a ampliação do espaço físico. A decisão do reitor, padre Geraldo Magela Teixeira, foi pela construção de um prédio novo, especialmente projetado para a clínica, em local destinado pela universidade, para sediar os diversos serviços da área da saúde. As professoras Ana Maria Sarmento Seiler Poelman e Lúcia Maria de Lima Mello, coordenadora e vice-coordenadora da clínica, conduziram as negociações com a reitoria. Em maio de 2002 foi inaugurada a sede da clínica, no prédio 44 do *Campus* Coração Eucarístico. A clínica se subordina administrativamente à direção do Instituto de Psicologia e se vincula, do ponto de vista acadêmico, ao Colegiado do Curso de Psicologia. É coordenada por dois professores. Conta com equipe técnica para suporte administrativo e dois monitores,

estudantes de Psicologia. Conta ainda com o Laboratório de Estudos Clínicos. Atualmente, o Instituto de Psicologia da PUC-Minas oferece o curso de Formação de Psicólogo em cinco unidades: Belo Horizonte (Unidade Coração Eucarístico e São Gabriel), Betim, Poços de Caldas e Arcos, com seus respectivos serviços de psicologia. O Instituto oferece também curso de mestrado em Psicologia, cuja área de concentração é Processos de Subjetivação.

Referências

POELMAN, A. M. S. S. **História do Curso de Psicologia da PUC-Minas.** Belo Horizonte: CRP-04, ano XIII, n. 54, jul./ago. 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Educacional do Curso de Psicologia**. Aprovado em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desde sua origem ao seu Jubileu de Prata, 1958 a 1983. **Revista do Centro de Ciências Humanas.** Belo Horizonte, v. 5, n. 6. 1987.

Maria de Fatima Lobo Boschi
Ana Maria Sarmento Seiler Poelman
Eveline Correa Miranda

■ Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP) – 1958-1973

Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP) – 1950-1958

Criado em 1950 como Instituto de Psicologia Experimental e Educacional, nome utilizado até quase o final dessa década, a decisão de sua criação surgiu quando houve a fusão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e Faculdade Paulista de Direito, para formar a Universidade Católica de São Paulo. Para criá-lo, foi enviado à Europa monsenhor Emílio Salim, então reitor da Universidade Católica de Campinas, para visitar centros de Psicologia na Itália e na Bélgica. Por indicação de Giácomo Lorenzini, à época diretor do Instituto Sacro Cuore, de Turim, Enzo Azzi – médico formado pela Universidade de Parma, onde cumprira também residência em neuropsiquiatria – foi enviado ao Brasil, para o fim específico de instalar o novo instituto. Em 1951, por ocasião do quinto aniversário da concessão do título de Pontifícia à Universidade Católica de São Paulo, o instituto foi oficialmente inaugurado como órgão diretamente ligado à reitoria. Foi instalado na rua Cardoso de Almeida, 1.021 e com um significativo Laboratório de Psicologia Experimental trazido da Itália, para pesquisa em psicofísica, psicofisiologia e psicometria. O primeiro número do *Boletim do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional* (1952-1954) informava as finalidades do instituto: desenvolver pesquisas científicas nos diversos ramos da Psicologia Científica Geral e Aplicada e atividades de ensino, mediante a realização de cursos especializados nessas áreas e ciências afins; colaborar com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) de São Bento na formação de bacharéis e licenciados nas diferentes áreas; e desenvolver aplicações práticas da psicologia aos diversos setores da vida humana, sobretudo o educacional e o clínico. Ao se instalar, o instituto apresentava uma organização que refletia um projeto voltado à educação, mas, também, o forte vínculo que a Psicologia mantinha à época com a Medicina. Assim, além de diretoria, secretaria e biblioteca especializada, cujo acervo foi constituído a partir principalmente da permuta da *Revista de Psicologia Normal e Patológica* (1955-1973) com revistas especializadas europeias e norte-americanas, incluia um Centro Médico Psicopedagógico e um Centro de Orientação Psicológica, com diversas seções – de acordo com o que permitia o equipamento então instalado: Antropofisiometria e Estesiologia, Psicofisiologia e Psicoacústica, Psicomotricidade e Psicotécnica, e uma seção de Psicologia

Forense-Criminológica (atendendo à interação com a Faculdade de Direito); completava o IPEE da PUC uma seção de Estatística Psicopedagógica (indispensável à pesquisa de então). Esta proposta de organização viria a se simplificar logo em seguida: ao final de 1952, o Centro de Orientação Psicológica (dirigido por Aniela Meyer Ginsberg) absorveu boa parte das atividades realizadas no início pelo Centro Médico e o Laboratório de Psicologia Experimental (dirigido por um dos Assistentes de Enzo Azzi, Nelson de Campos Pires), que concentrava os trabalhos realizados com a aparelhagem psicométrica. Em 1958, nova organização: Enzo Azzi convidou Ana Maria Poppovic para assumir a direção da Clínica Psicológica que, inaugurada em 1959, tornou-se logo referência, por ser o primeiro centro especializado no diagnóstico e tratamento da disfunção cerebral mínima, além de realizar atividades de tradução e adaptação de provas psicológicas e de oferecer serviços de psicodiagnóstico e psicoterapia. Para dar conta desses serviços, contou com convênios realizados com secretarias de estado, a cujas escolas prestava serviço, além de estar aberto à população em geral. Quanto à doutora Aniela Ginsberg, passou, então, a dirigir o Departamento de Pesquisa, ao qual se filia o laboratório. Assim, menos de dez anos após sua fundação, o já simplesmente Instituto de Psicologia da PUC tem suas instalações ampliadas, demonstrando seu compromisso com a pesquisa (instalada em prédio separado, na rua Bartira, esquina da rua Cardoso de Almeida), e com a formação de psicólogos em nível de especialização (clínica, educação e trabalho). São três os departamentos: Pesquisa, Ensino e Psicologia Aplicada. O Departamento de Pesquisa possuia cinco divisões: Estatística/Psicofisiologia/Psicomotricidade; Psicologia Social e da Personalidade; Percepção/Cognição/Aprendizagem; Psicologia Comparada/Psicologia do Desenvolvimento; e Hipnose. O Departamento de Psicologia Aplicada era composto por: Psicologia Clínica, Psicologia Aplicada ao Trabalho, Psicologia Escolar. Já o Departamento de Ensino tinha as seguintes divisões: Curso de Graduação (bacharelado e licenciatura em Psicologia, iniciado em 1963), curso de Psicólogo, cursos de pós-graduação, cursos de extensão universitária. Eram setores auxiliares: secretaria, contabilidade, oficina de confecção e manutenção, publicações, biblioteca e documentação, relações públicas. O IPPUC-SP publicou dois periódicos, nacional e internacionalmente distribuídos: o *Boletim de Psicologia Experimental e Educacional* (1952-54), embrião da *Revista de Psicologia Normal e Patológica (RPNP)* (1955-73). Durante o período de 1958 a 1966, o IPPUC-SP serviu como sede provisória da Sociedade de Hipnose do Brasil e publicou a *The International Society for Clinical and Experimental Hypnosis*, regularmente, como separata da *RPNP*, seu *Boletim da Divisão Nacional do Brasil*. Além da *RPNP*, o IPPUC-SP lançou em 1966 uma coleção de monografias, na qual foram publicadas teses de professores e profissionais do instituto. Talvez um dos primeiros cursos ministrados pelo IPPUC-SP tenha sido realizado nos dias 7 a 9 de agosto de 1951, no auditório da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, quando proferiram conferências: dom Giácomo Lorenzini, padre Leôncio da Silva e o professor Emile Planchard. Depois deste, muitos outros aconteceram, desde cursos de extensão até cursos de especialização nas áreas de Educação, Trabalho e Clínica. Entre os cursos de extensão realizados nos primeiros anos, encontramos: Psicologia Forense-Criminológica (1952), Psicologia Aplicada à Orientação Educacional (1953), Psicofisiologia da Conduta Humana Normal e Patológica (1953), Caracterologia (1953), O Teste de Rorschach (1954), Alguns Problemas da Psicologia à Orientação Educacional (1954). Em colaboração com a FFCL de São Bento, o instituto organizou os cursos: pós-graduação em Psicologia Clínica (1958), pós-graduação em Psicologia Aplicada ao Trabalho (1961), especialização em Educação do Excepcional (1961). Outra atividade do IPPUC-SP foi manter intercâmbio com outros cursos da PUC-SP (em especial Direito e Pedagogia) e com outras instituições. Esses intercâmbios variavam desde ceder professores para cursos em insti-

tuições públicas (Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) e particulares, ou ceder o laboratório para estágios de alunos de outras universidades (por exemplo, o curso de especialização em Psicologia da Educação da USP). Em 1973 foi publicado o último número da *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, marco da desativação do Instituto de Psicologia da PUC-SP, cujos pesquisadores e equipamentos foram absorvidos pela Faculdade de Psicologia, criada em 1970.

Referências

ANAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – 1951-1955.

AZEVEDO, M. L. B. **A obra de Aniela Meyer-Ginsberg: uma contribuição para a história da Psicologia Social no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, M. L. B. **A análise histórica do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: um estudo dos artigos contidos no Boletim de Psicologia Experimental e Educacional e na Revista de Psicologia Normal e Patológica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

AZZI, E. "Discurso inaugural". **Revista da Universidade Católica de São Paulo**. vol. 1, 1952.

BOLETIM DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL E EDUCACIONAL. São Paulo: IPPUC-SP, 1952-1954.

BUENO, S. R. **O IPPUC-SP: uma contribuição à história da Psicologia no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo, v. XXVII, fasc. 49-50, jan./jun. 1964.

REVISTA DE PSICOLOGIA NORMAL E PATOLÓGICA. São Paulo: IPPUC-SP, 1955-1973.

Mônica Leopardi Bosco de Azevedo

Maria do Carmo Guedes

■ Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB) – 1987-

Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) – 1970-1987

Instituto Central de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) – 1966-1970

Departamento de Psicologia do Instituto Central de Biologia – 1964-1966

Departamento de Psicologia do Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB) – 1963-1964

Criado em 24 de janeiro de 1963 como Departamento de Psicologia do Instituto Central de Ciências Humanas, foi transferido, em 1964, para o Instituto Central de Biologia. Em 1966 transformou-se em Instituto Central de Psicologia. Quatro anos depois, voltou a ser um Departamento do Instituto de Ciências Biológicas. Em 1987, readquiriu a condição de instituto. A história da psicologia na UnB está intimamente ligada à história da instituição, cujos marcos legais, isoladamente, não retratam o processo de planejamento e os ideais que nortearam a sua concepção. A estrutura acadêmica da UnB representava uma nova proposta para a universidade no Brasil, integrada por três componentes básicos, os institutos, as faculdades e os órgãos complementares. Os institutos deveriam formar pesquisadores e especialistas, oferecer cursos de pós-graduação, realizar pesquisas e estudos nas suas áreas e ministrar disciplinas nos cursos básicos. Os pioneiros da psicologia na UnB – Carolina M. Bori, Fred Keller, Rodolfo Azzi e Gilmour Sherman – projetaram a psicologia na UnB como um instituto. São evidências disso as primeiras atividades implementadas: criação de infraestrutura para pesquisa, criação do curso de mestrado e o ensino de psicologia como parte da formação geral para todos os alunos da UnB. Professores e alunos de pós-graduação vindos de São Paulo iniciaram as atividades do Instituto de Psicologia da UnB no primeiro semestre de 1964. No segundo semestre daquele ano teve início o curso de graduação em Psicologia. O Instituto de

Psicologia assumiu, ainda, o compromisso de contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do ensino na UnB. As primeiras experiências de implantação do Sistema Personalizado de Ensino (PSI), também conhecido como Plano Keller, no ensino das disciplinas Análise Experimental do Comportamento e Introdução à Física, oferecidas no ciclo básico dos cursos e graduação a partir de 1964, são parte daquele compromisso. A história da UnB é marcada pela força e pela repressão instalada no Brasil com o golpe de estado de 31/03/1964. No caso específico da psicologia, o relato de Fred Keller demonstra a insegurança e a incerteza geradas no início das atividades do instituto. Roberto Salmeron, em seu livro *A universidade interrompida*, apresenta um testemunho sobre a crise na UnB em 1965, que interrompeu as atividades da universidade e do Instituto de Psicologia. Coube a Robert Berryman, no período de crise, retomar o projeto original, recompor o corpo docente e dar prosseguimento às atividades de pesquisa, ao programa de pós-graduação e ao curso de graduação. Berryman permaneceu à frente do instituto até 1969. Em 1971, houve mais um período de crise, representada pela demissão de parte do corpo; extinção do programa de pós-graduação; intervenção direta da reitoria na contratação e nomeação de novos docentes para os cargos de gestão acadêmica e transformação do Instituto de Psicologia em Departamento de Psicologia, vinculado ao Instituto Central de Biologia. No segundo semestre de 1975 foi iniciado um novo mestrado em Psicologia. O curso integrou professores doutores com uma formação diversificada, representando várias tendências teórico-metodológicas da psicologia: João Cláudio Todorov, Eunice Maria Lima Soriano de Alencar, José Luis Hesketh, Luiz Pasquali, Thereza Pontual de Lemos Mettel, Jorge Ponciano Ribeiro, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher, Richard Emil Bucher, Timothy Martin Mulholland e Álvaro Tamayo Lambana. A retomada da pós-graduação proporcionou a ampliação das atividades de pesquisa e a integração entre as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, além da ampliação dos corpos discente e docente. As atividades da pós-graduação possibilitaram também a criação, em 1985, da revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, editada ininterruptamente desde então. A contribuição desta revista para a disseminação do conhecimento psicológico produzido no Brasil é reconhecida no meio acadêmico e no campo de atuação profissional, o mesmo ocorrendo em órgãos públicos de fomento à pesquisa, como o CNPq e a CAPES. Hoje, *Psicologia: Teoria e Pesquisa* é editada em mídia impressa e eletrônica. Além disso, há também uma versão em mídia eletrônica para deficientes visuais, distribuída para bibliotecas. Em 1987, o Instituto de Psicologia foi recriado, comportando quatro departamentos – Processos Psicológicos Básicos; Psicologia Clínica; Psicologia Escolar e do Desenvolvimento; Psicologia Social e do Trabalho – e um Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP). Em 1988 foi implantado o curso de doutorado, completando as condições necessárias para que aquela unidade acadêmica pudesse cumprir plenamente o seu objetivo: produzir, renovar, transmitir e difundir o conhecimento psicológico, segundo os padrões científicos internacionais, como idealizaram os seus fundadores e os fundadores da UnB, em especial Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A consolidação do IP/UnB resultou, nos anos subsequentes, na ampliação do corpo docente, no número de linhas de pesquisa, na sua inserção nacional e internacional, na capacitação em nível de doutorado de professores universitários vindos de diversas partes do país, na ampliação das atividades de extensão e da pós-graduação *lato sensu* e no fortalecimento do ensino de graduação. Em 2005, após mais de trinta anos ininterruptos de atividade desde a criação do mestrado, o programa de pós-graduação foi reestruturado e deu origem a quatro novos programas em nível de mestrado e doutorado, ligados a cada um dos quatro departamentos do Instituto de Psicologia. Hoje o IP/UnB abriga o antigo programa de mestrado e doutorado em Psicologia, em processo de desativação, e os seguintes programas de mestrado e doutorado: Psicologia Clínica e Cultura (PG-PSICC); Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (PG-PDS); Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PG-PSTO); e

Ciências do Comportamento (PG-CdC) – todos aprovados, reconhecidos pela CAPES e em pleno funcionamento. O IP/UnB, desde sua criação, formou mais de dois mil psicólogos, bacharéis e licenciados em Psicologia. No nível de pós-graduação foram formados mais de 800 mestres e doutores, dos quais grande parte atua no ensino superior e participa de programas de pós-graduação em diferentes regiões geográficas do país.

Referências

BORI, C. M. **Depoimento oral,** gravado e transcrito pelos alunos de Psicologia na disciplina Introdução à Psicologia. Brasília: Instituto de Psicologia/UnB, 1994. Mimeo.

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. **Projeto de redimensionamento e reestruturação acadêmico-administrativos da Psicologia na Universidade de Brasília**. Universidade de Brasília, 1987, Mimeo.

KELLER, F. "Good Bye, Teacher..." **The Journal of Applied Behavior Analysis,** v. 1, n. 1, p. 79-89, spring 1968.

KELLER, F. "O nascer de um departamento". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 198-205, 1987.

RIBEIRO, D. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965.** Brasília: Editora UnB, 1999.

TEIXEIRA, A. **A universidade de ontem e de hoje.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TODOROV, J. C. "Ciência e comportamento humano". **ABPMC Boletim Contexto**. Disponível em: <http://www.abpmc.org.br/novo/boletim/todorov_1.htm>. Acesso em 7 dez. 2007.

TODOROV, M. S. R. **A Psicologia na Universidade de Brasília de 1963 a 1987**. Brasília: Editora UnB, 1997.

UNB. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1962.

UNB. **Diagnóstico do desenvolvimento da Universidade de Brasília 1962/1968**. Brasília: UnB; Assessoria de Planejamento e Controle, 1969.

Mariza Monteiro Borges

Rachel Nunes da Cunha

■ Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) – 1969-

Instituição de ensino superior dedicada à formação em níveis de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão na área de psicologia. Situa-se na rua Professor Mello Moraes, 1.721, no bairro do Butantã, São Paulo – SP. O IPUSP foi criado em 1969 como uma unidade isolada, separando-se da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP, no contexto da reforma universitária brasileira (Lei 5.540/1968). Tem, na origem, o curso de graduação em Psicologia, criado pela Lei Estadual 3.862, de 26/05/1957, que funcionou na FFCL até a regulamentação da profissão, quando teve seu currículo alterado para atender à Lei 4.119, de 1962. As disciplinas que compunham o primeiro currículo eram as anteriormente oferecidas em três contextos: a cátedra de Psicologia Educacional, tendo à frente Arrigo Leonardo Angelini, que funcionava junto ao curso de Pedagogia e que, entre outros, oferecia um curso de especialização em Psicologia Educacional; a cátedra de Psicologia, cuja responsável era Annita de Castilho e Marcondes Cabral e funcionava junto ao curso de Filosofia; e disciplinas básicas oferecidas a outros cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tais como: Fisiologia, Biologia e Ciências Sociais. A fundação do IPUSP foi pautada pelas propostas da reforma, que propunham a substituição da organização por cadeiras (cátedras) pela estrutura de departamentos. Trata-se de uma unidade da Universidade de São Paulo, que é uma instituição pública autárquica estadual, mantida pelo governo do Estado de São Paulo. Tem como objetivos formar psicólogos e pesquisadores na área de Psicologia, produzir conhecimento científico relevante nas áreas de Psicologia Clínica, Social e do Trabalho, Escolar e Educacional e Experimental e oferecer serviços de extensão universitária. Entre seus fundadores destaca-se Arrigo Leonardo Angelini, seu primeiro diretor (1970-1974). Na condição de diretores do IPUSP, seguiram-se Dante Moreira Leite (1974-1976), Arrigo Leonardo Angelini

(1976- 1980), Maria José Aguirre (1980-1984), Arrigo Leonardo Angelini (1984-1988), Zélia Ramozzi-Chiarottino (1988-1992), Sylvia Leser de Mello (1992-1996), Lino de Macedo (1996-2000), César Ades (2000-2004), Maria Helena Souza Patto (2004-2008) e Emma Otta (2008-2012). Na história de formação e consolidação do IPUSP, alguns nomes, entre outros, devem ser mencionados: Dante Moreira Leite, pelo estabelecimento de um padrão de ensino e de pesquisa marcados pela erudição, rigor e ineditismo; Carolina Martuscelli Bori, pela militância acadêmica e política; Rachel Lea Rosenberg, pela introdução do pensamento humanista em psicologia; Luiz Carlos Nogueira, referência nos estudos da perspectiva lacaniana no meio universitário. Em suas áreas de conhecimento, são pesquisadores representativos desta instituição: Arno Engelmann, César Ades, Dora Selma Fix Ventura, Ecléa Bosi, Elsa Lima Gonçalves Antunha, Geraldina Porto Witter, João Augusto Frayze-Pereira, Lino de Macedo, Geraldo José de Paiva, Maria Amélia Nogueira Azevedo, Maria Amélia Mattos, Maria Helena Souza Patto, Norberto Abreu Silva Neto, Odette Lourenção Van Kolck, Rachel Rodrigues Kerbauy, Ryad Simon, Therezinha Moreira Leite, Sylvia Leser de Mello, Zélia Ramozzi-Chiarottino, Walter Trinca. O instituto edita os seguintes periódicos: *Revista Psicologia USP* (desde 1990); *Revista Imaginário* (desde 1993); *Estilos da Clínica* (desde 1996); *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (desde 1998) e *Revista de Etologia* (desde 1999). O IPUSP é composto por quatro departamentos: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA); Psicologia Social e do Trabalho (PST); Psicologia Experimental (PSE) e Psicologia Clínica (PSC). Os departamentos são geridos por um chefe e um conselho departamental e a unidade como um todo tem um diretor e uma congregação, na qual estão representados os alunos, funcionários e as várias categorias de docentes. Possui cinco programas de pós-graduação em Psicologia: Psicologia Clínica, Psicologia Social, Psicologia Experimental, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, e Neurociências e Comportamento. Fazem parte de sua estrutura os serviços-escola ligados aos departamentos, respectivamente: Psicologia Escolar e Aconselhamento Psicológico, ao PSA; Orientação Profissional e Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, ao PST; Clínica Psicológica, ao PSC. Complementa esta estrutura um conjunto de 37 laboratórios de estudo e de pesquisa, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais. Sua clientela principal são estudantes de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e de cursos de extensão universitária (atualização, aperfeiçoamento, difusão, especialização). Há, também, a clientela atendida pelos serviços-escola, bem como órgãos públicos e privados para os quais o instituto presta assessoria. Atualmente, conta com um corpo docente de 97 professores, todos com grau mínimo de formação em nível de doutorado, além de 20 psicólogos, vários deles com formação em níveis de mestrado e doutorado, que atuam em atividades de apoio ao ensino e à pesquisa nos diversos serviços-escola e laboratórios.

Referências

BOTELHO, E. Z. F. **Os fios da história: reconstrução da história da Psicologia Clínica na Universidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Instituição – Histórico**. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/instituicao/instituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2007.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **30 anos do Instituto de Psicologia**. CD-ROM. São Paulo, 2002.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Maria Luisa Sandoval Schmidt

Marilene Proença Rebello de Souza

■ Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ) – 1986-

Instituto de Psicologia e Comunicação Social – 1971-1986

Departamento de Psicologia do Instituto de Biologia – 1968-1971

Curso de Psicologia do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação – 1964-1968

O curso de Psicologia da UERJ foi criado em 20 de março de 1964, quando o projeto proposto pelo professor Hanns Ludwig Lippmann foi aprovado, oficialmente, em sessão do Conselho Universitário. Ainda que se fizessem algumas alterações na proposta original, o mesmo foi definido como, por natureza, relevante. Entretanto, por sugestão do próprio professor Lippmann, o curso então criado ainda não fornecia o diploma de psicólogo, limitando-se a formar bacharéis e licenciados. O curso surgia numa complexa conjuntura política da universidade e do país e, muito por conta disto, assumidamente, não representava rupturas ou cortes com o instituído. Nesta sua gênese adaptada, tomou emprestados justificativas, valores, espaços e até catedráticos, sem fazer alarde, no quadro da então Universidade do Estado da Guanabara (UEG). A aprovação do curso de Formação de Psicólogo só ocorreu numa sessão do egrégio Conselho, em meados de 1967, a partir de pressões diversas, inclusive do movimento empreendido pelos estudantes. A esta decisão, seguiram-se tramitações oficiais no sentido de implementar a alteração do currículo e regimentos, de modo que foi apenas em 1969 que o curso de Formação de Psicólogos da UEG teve início. Em sua primeira etapa, esteve alocado no Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação, que, por sua vez, integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, foi criado o Instituto de Biologia e o Curso de Psicologia foi transferido, como um departamento, para esta nova unidade, onde permaneceria até 1971. O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) também teve início nesse período, funcionando de forma incipiente mas já sob este nome, desde 1969, com seus poucos estagiários praticando apenas o psicodiagnóstico. Somente em 5 de maio de 1970, com a proposta da professora Yonne Moniz Reis, o então reitor João Lyra Filho aprovaria a criação do SPA, para atender à comunidade universitária em seus problemas e à comunidade em geral, com prestação de serviços que seriam remunerados, de forma a tornar o SPA autossuficiente, inclusive para o pagamento de seus supervisores. Registre-se que, mesmo com a decisão da reitoria, houve lentidão em se propor e implementar uma prática de estágios sistemática. O treinamento dos estudantes frequentemente ocorria desligado do corpo teórico das aulas, fato que deixou marcas até os dias atuais, em que se nota uma separação entre aulas e estágio. Em 1971, novas mudanças substantivas afetaram o curso. Mais precisamente, em 10 de fevereiro de 1971, foi aprovada a Resolução 382, que dispunha sobre um novo regimento para a universidade, adaptando-a aos princípios da Lei 5.540/1968 (Lei da Reforma Universitária). Dentre outras medidas, a psicologia desliga-se da biologia, sendo criado o Instituto de Psicologia e Comunicação Social (IPCS-UEG). Em 1976, a universidade (já com o nome alterado para Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) ocupa um novo *campus*, do Maracanã, para onde o IPCS foi transferido. Finalmente, pelo Decreto 78.900, de 06/12/1976, foi concedido reconhecimento aos cursos de licenciatura, bacharelado e de formação de psicólogo, do IPCS-UERJ. Foi somente em 2 de junho de 1986 que o curso de Comunicação Social desmembrou-se do Instituto de Psicologia (Resolução 531), que, a partir dali, passaria a fornecer apenas os diplomas de psicólogo e bacharel em Psicologia. Até meados dos anos de 1980, uma marca do curso de Psicologia da UERJ era a baixa densidade acadêmica, ademais uma característica de praticamente todos os cursos desta universidade. Na realidade, a UERJ era considerada uma instituição de ensino voltada quase em sua totalidade para a formação de profissionais, frequentemente

em cursos noturnos – ou seja, privilegiando aqueles que, por circunstâncias diversas, já se encontravam no mercado de trabalho. A partir de uma substantiva melhoria salarial alcançada em 1986 e da democratização interna, a universidade pôde iniciar um esforço para a transformação de sua qualidade acadêmica. Tal guinada foi sobejamente aproveitada pelo IP/UERJ e sinais de produção de conhecimento e de pesquisa institucionalizada começaram a dar mostras de existência desde então. As publicações do instituto são um bom exemplo do conhecimento gerado através das pesquisas. Até 1988, não houve registros da existência de periódicos acadêmicos. Nessa data, foi publicado o primeiro veículo, na gestão do diretor Jorge Coelho Soares, sob a denominação *Psicologia e Sociedade*, que não alçou uma periodicidade regular. O número dois foi publicado apenas em 1993, já sob outro nome *Psicologia & Práticas Sociais*, e com nova coordenação. O novo periódico também ficou limitado a quatro edições ao todo: três em 1993 e uma em 1995. Em 1994, no entanto, surgiriam os *Cadernos de Psicologia*, uma publicação quadrimestral, voltada para temas relacionados aos departamentos do instituto. Os cadernos alcançaram dez edições entre 1994 e 1998, mas foram substituídos, por motivos editoriais, pela revista *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, publicação ativa com periodicidade regular, já contabilizando 11 tiragens até dezembro de 2008. Todavia, foi na constituição da pós-graduação que se pôde ter o maior exemplo das novas preocupações institucionais, particularmente no que se refere ao esforço de produção de conhecimento e formação de pesquisadores no âmbito da psicologia. Até 1986, só existia uma especialização *lato sensu* em Psicologia Clínica. Nesse ano, foi criada a especialização em Psicologia Jurídica, enfocando prioritariamente as áreas de Justiça da Infância e da Juventude, Direito de Família e Sistema Penal. Seguiu-se a especialização em Psicopedagogia (1989) e, mais recentemente, a especialização em Psicologia Clínico-Institucional, na modalidade residência hospitalar. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* foram um desdobramento, quase que inevitável, desse clima. O primeiro a ser criado foi o mestrado em Psicologia e Práticas Socioculturais, em 1991, denominação que implicava a preferência por uma perspectiva interdisciplinar, que privilegiava as práticas e indicava uma aproximação à realidade brasileira, diante do reconhecimento dessa lacuna no cenário acadêmico da psicologia social do Rio de Janeiro à época. Em 2001, abriu-se seleção para primeira turma de doutorado, recebendo a denominação de Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS). Em setembro de 1998, foi criado o mestrado em Psicanálise, com a ambiciosa meta de associar a prática da pesquisa científica a questões oriundas da prática clínica da psicanálise exercida não apenas em seu *locus* tradicional, o consultório particular, mas igualmente onde ela encontra enormes desafios: as instituições de saúde e de saúde mental, de reabilitação, penitenciária, entre muitos outros campos clínico-institucionais. A consolidação desse trabalho deu ensejo à sua ampliação e crescimento para o nível de doutorado, constituindo o Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, em 2006. Por fim, há que se registrar a expansão das práticas de extensão do IP. Neste campo, os registros são mais fluidos e numerosos, contabilizando-se muitos núcleos ao longo da história do instituto, com o desenvolvimento de atividades variadas, a maioria delas organizadas institucionalmente no SPA, favorecendo, em alguns casos, promissoras articulações da psicologia com outros saberes e com a sociedade carioca.

Referências

MANCEBO, D. **Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MANCEBO, D.; RIECHE, E. C. **O curso de Psicologia da UERJ: uma história possível.** Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1998.

REIS, Y. M. et al. **Memória do Curso de Psicologia da UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ/IP, 1988, Mimeo.

REIS, Y. M. "O Instituto de Psicologia no contexto universitário". **Psicologia & Práticas Sociais,** UERJ/IP, v. 1, n. 1, p. 8-34, 1993.

Deise Mancebo

■ Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 2008-

Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 1968-2008

O Instituto de Psicologia da UFBA substituiu organizacionalmente em 2008 o até então Departamento de Psicologia. Este era herdeiro das disciplinas de Psicologia existentes no currículo do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA. Os alunos dos cursos de Filosofia e Pedagogia viriam a compor os primeiros quadros de psicólogos da Bahia, por força da Lei 4.119/1962. O curso de Psicologia da UFBA foi criado em 1968 pelos professores João Mendonça, Mercedes Cunha e Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça. A criação do Departamento se deu como consequência quase obrigatória da criação deste curso, em decorrência da reforma universitária de 1968, que extinguiu o regime de cátedras e instituiu como unidade básica os departamentos. O primeiro chefe eleito do departamento foi o professor Eduardo Saback Dias de Moraes, que foi reeleito por mais um biênio. O departamento tinha como uma de suas principais atribuições atender prioritariamente ao curso de Psicologia. Ademais, deveria atender à demanda de todos os cursos da UFBA que tinham em seus currículos disciplinas de conteúdo psicológico. Ao longo de sua história o departamento enfrentou diversos problemas relacionados ao espaço físico para alocar suas atividades, porque fugia dos padrões dos demais cursos da FFCH. Por seu atendimento precípuo ao Colegiado do Curso de Psicologia, deveria alocar dependências especiais para abrigar um laboratório equipado de Psicologia Experimental e um Serviço de Psicologia para atender à Comunidade, no qual os alunos supervisionados pelos professores cumpririam o estágio curricular. O departamento começou a funcionar no prédio da antiga Faculdade de Filosofia, no bairro de Nazaré, onde permaneceu até a transferência da FFCH para o prédio da antiga Faculdade de Medicina da UFBA, no Terreiro de Jesus, em 1969. Em 1974, a Faculdade de Filosofia novamente foi transferida, dessa vez para a Estrada de São Lázaro. Dada a quase indissociabilidade entre o Departamento de Psicologia e o Colegiado de Curso de Psicologia, nos primeiros anos ambos compartilhavam os mesmos espaços. A implantação do Laboratório de Psicologia Experimental aconteceu em 1971 nas dependências da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus e manteve contatos com o Departamento de Psicologia da USP – *campus* de Ribeirão Preto – para a vinda dos primeiros docentes para ministrarem Psicologia Experimental na Bahia. Apesar da exigência legal do Serviço de Psicologia como local de prática assegurado pela instituição formadora, os dez primeiros anos de existência do curso de Psicologia da UFBA não puderam contar com um Serviço de Psicologia. Os estágios curriculares eram realizados em instituições públicas e particulares, geralmente contactadas pelos professores supervisores, que acompanhavam os referidos estágios. Em 1978, o Conselho Federal de Educação condicionou a aprovação do curso de Psicologia à criação do Serviço. Em regime de urgência, a direção da FFCH cedeu um espaço físico para sediar o Serviço de Psicologia Aplicada, a ser implantado. Uma pequena casa situada no terreno da faculdade foi o espaço destinado. As instalações eram precárias e foi preciso uma pequena reforma que possibilitasse sua utilização. Não houve disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Apesar disso, o Serviço teve como um de seus objetivos iniciais minimizar o viés clínico no papel social do psicólogo, por meio de trabalhos comunitários voltados para populações de baixa renda, em trabalhos que foram pioneiros na Bahia. Em 1983 o Serviço de Psicologia foi desativado por falta de recursos e pela deterioração do espaço físico. Voltaria a funcionar cinco anos depois, em nova sede, concedida em um novo pavilhão construído na FFCH, que recebeu o nome de seu patrono, João Ignácio de Mendonça. Em sua trajetória, o Departamento de Psicologia foi levado a enfrentar alguns desafios referentes aos processos de autorização e reconhecimento do curso. Foram

aprovados inicialmente apenas a Licenciatura e o Bacharelado e, em 1972, estava a primeira turma com licenciatura e/ou bacharelado já cumpridos e os alunos não podiam prosseguir para a Formação de Psicólogo. Alguns alunos transferiram-se para outros centros formadores – São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. O curso de Psicologia teve sua primeira turma de psicólogos diplomados em agosto de 1973. O reconhecimento da Licenciatura e Bacharelado se deu em 1975, e em 1978 foi finalmente reconhecido o curso de Formação de Psicólogo, quando a pressão social já se fazia sentir, uma vez que 400 psicólogos já estavam graduados pela UFBA. Em 1990 o departamento foi responsável pela II Semana Nordestina de Psicologia – SENEP, promovida pelos Departamentos de Psicologia da região Nordeste. No final da década de 1990, em articulação com o Conselho Regional de Psicologia, CRP-03 (Bahia e Sergipe), organizou o Congresso Norte-Nordeste de Psicologia – CONPSI, cuja primeira edição ocorreu em 1999. Este evento, pensado como uma forma de veicular a psicologia, bem como uma oportunidade para integração da psicologia brasileira, ocorreu ainda nos diferentes estados destas regiões. O departamento participou da promoção do primeiro, do segundo e do quarto CONPSI, realizados, respectivamente, em 1999, 2001 e 2005. Em 2001, o Departamento de Psicologia formulou proposta de um Programa de Pós-Graduação (PPG), visando desenvolver e consolidar as linhas de pesquisa já existentes, por meio de um curso de mestrado, que foi iniciado em 2002. O mestrado em Psicologia foi o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* no Estado da Bahia. O curso foi oferecido em duas áreas de concentração: Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Social e do Trabalho. Após cinco anos de funcionamento, passou a oferecer o curso de doutorado, cuja primeira turma ingressou em 2007. O PPG oferece ainda, o curso de especialização em Teoria da Clínica Psicanalítica. Em novembro de 2008 o departamento transformou-se em Instituto de Psicologia, após a aprovação do Conselho Universitário da UFBA para a criação do Instituto (Resolução 8, de 18/11/2008), desmembrando-o da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, tendo por primeiro diretor o professor doutor Antonio Marcos Chaves. Durante 30 anos essa instituição, em íntima colaboração com o Colegiado dos Cursos de Psicologia, foi a única responsável pela formação de psicólogos no estado da Bahia. Só em 1998 iniciou-se a atual expansão da graduação em Psicologia no estado. Esta, portanto, além da função docente, permanece como agente privilegiado no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Referências

CARVALHO, M.; ROCHA, N.; MORAES, E. **Memória Histórica do Departamento de Psicologia da UFBA (1968-1990)**. Bahia, 199?. Mimeo.

Alessandra Tranquilli

■ Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (INPSI/UFU) – 2004-

Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (FAPSI/UFU) – 1999-2004

Departamento de Psicologia e Departamento de Psicologia Social e Organizacional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – 1993-1999

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) –1976-1993

Curso de Psicologia da Universidade de Uberlândia (UnU) – 1975-1976

Criado em 13 de novembro de 1975, o curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) teve início efetivo no primeiro semestre de 1976. À época da criação, fazia parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, que, juntamente com outras quatro faculdades particulares, formaram a Universidade de Uberlândia (UnU). Desde sua criação, localiza-se na avenida Pará,

1.720, no bloco 2C do *Campus* Umuarama. As fundadoras do curso foram as irmãs missionárias de Jesus Crucificado, principalmente a irmã Ilar Garotti, que dirigiu a Faculdade de Filosofia por 15 anos. A responsável pela implantação do curso foi a professora Maria de Lourdes Miranda Garcia, pedagoga e mestre em Psicologia da Educação. Compunham o quadro docente inicial do curso as professoras: Luzia Marivalda Barreiro, Quinha Luiza de Oliveira, Myriam Silveira Viana, às quais se juntaram posteriormente Hermenegilda Lemos dos Reis, Suely Assis de Godoy Pagotti, Maria Ignez de Assis Moura (primeira coordenadora do curso), Antônio Wilson Pagotti, João Francisco Duarte Júnior, Heliana Ometto Nardini e Maria do Carmo Fernandes Martins. O curso, inicialmente de licenciatura em Psicologia, foi criado com o objetivo de suprir a necessidade de docentes para exercício em escolas de segundo grau que ofereciam curso de formação de professores. Havia ainda a expectativa de que o curso de licenciatura abrisse caminho para que seus concluintes prosseguissem os estudos visando à obtenção do grau de psicólogo, atendendo assim a uma demanda dos municípios da região. O contexto local da época era marcado por um forte caráter expansionista do município, dos pontos de vista político e econômico, em função do crescimento de Uberlândia e da sua crescente influência sobre a região, fazendo-se necessário também um desenvolvimento educacional e cultural. A relevância do curso de Psicologia da UFU para a institucionalização e expansão da psicologia torna-se evidente pelo fato de ter sido um dos primeiros cursos de Psicologia oferecidos no interior de Minas Gerais. Aponta-se, também, como característica marcante do curso, desde seus primórdios, a presença da prática através dos estágios profissionalizantes e da promoção da extensão universitária. Em 1977, ocorreu a I Semana Científica de Psicologia, evento que passou a ser realizado periodicamente, contando posteriormente com a participação do Diretório Acadêmico de Psicologia da UFU em sua organização. A habilitação Formação de Psicólogo foi autorizada em 1978, e em 1981 o curso foi reconhecido em suas duas habilitações pela Portaria 212/81, publicada no *Diário Oficial da União* de 04/03/1981. Administrativamente, o curso pertencia ao Departamento de Psicologia e em 1978, com a federalização da UFU, passou a pertencer ao Centro de Ciências Humanas e Artes. Em 1979, foi inaugurado o Laboratório de Psicologia Experimental, primeiro Laboratório próprio do curso. Em 1980, entrou em funcionamento a Clínica de Psicologia, visando fornecer subsídios para a realização de estágios profissionalizantes na área clínica, oferecendo-se, através desta, atendimento psicológico à população de Uberlândia. Observou-se haver uma procura inicial maior por moradores dos bairros vizinhos ao *campus*. Em 1990, foi criada a habilitação em bacharelado, modalidade que se tornou obrigatória; a partir dela, o aluno podia optar pelas demais. A década de 1990 foi marcada por grande expansão do curso, chegando a um ponto em que a quantidade de professores trazia a possibilidade de que o Departamento de Psicologia fosse dividido em dois, o que ocorreu em 1993, visando estrategicamente ao aumento dos recursos financeiros e a uma maior autonomia e mobilidade para capacitação de seu corpo docente. Surgiram, assim, o Departamento de Psicologia Social e Organizacional (DEPSOE), o qual agregava as áreas do trabalho, social e de avaliação psicológica, e o Departamento de Psicologia (DEPSI), englobando o núcleo básico do curso e a área clínica. Em 1999, a UFU extinguiu os centros de sua estrutura e as unidades acadêmicas passaram a agrupar os cursos. Neste momento, foram unificados os dois departamentos de Psicologia, sendo instituída a Faculdade de Psicologia (FAPSI) da Universidade Federal de Uberlândia, cujos objetivos, condizentes com o regimento interno da universidade, passaram a ser: produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos nas áreas de psicologia; promover a aplicação prática do conhecimento nas áreas de psicologia, visando a uma melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos, na nação e no mundo; promover a formação humana para o exercício profissional nas áreas de psicologia, bem como a ampliação e o aprofundamento dessa formação;

desenvolver e estimular a reflexão crítica e a criatividade; ampliar a oportunidade de acesso à educação superior; desenvolver o intercâmbio cultural e científico; buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo das interações humanas e do trabalho; preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia. Em 14 de novembro de 2002, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, com área de concentração em Psicologia Aplicada, cujas atividades começaram em 5 de maio de 2003. Em virtude desta expansão, a Resolução 11 de 2004 do Conselho Universitário da UFU mudou a denominação de Faculdade de Psicologia para Instituto de Psicologia (INPSI). A partir de então, foram definidos cinco núcleos: de Psicologia Social e do Trabalho, de Psicologia da Intersubjetividade, de Psicologia Preventiva e da Saúde, de Abordagens Cognitivas e Psicobiológicas e de Psicologia Escolar e Educacional.

Referências

BRASIL. Portaria 212, de 04/03/1981. Reconhece o curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 mar. 1981.

CARVALHO, M; ROCHA, M; MORAES, E. Memória Histórica do Departamento de Psicologia da UFBA (1968-1990), Bahia, 199?, mimeo.

COSTA, L. H. F. M. **Entrevista concedida a Maristela de Souza Pereira.** Uberlândia, 2 maio 2007.

FAPSI. **Apresenta informações sobre a graduação, especializações, mestrado, Centro de Psicologia, docentes e núcleos do Instituto de Psicologia da UFU.** Coordenação de Marilia Dela Coleta. Desenvolvida pela Universidade Federal de Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://www.fapsi.ufu.br/>. Acesso em: 23 abr. 2007.

GOMES, A. R.; WARPECHOWSKI, E. M.; SOUSA NETTO, M. R. (Orgs.). **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia.** Uberlândia: EDUFU, 2003.

MOURA, M. I. A. **Entrevista concedida a Maristela de Souza Pereira.** Uberlândia, 24 abr. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Processo 33/75, de 22/10/1975.** Processo de autorização do curso de Psicologia – Habilitação: Licenciatura. Relator: Oswaldo Vieira Gonçalves. Parecer 84/75, 13 nov. 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Processo n. 02/78, de 20 de fevereiro de 1978.** Processo de autorização do curso de Psicologia – Habilitação: Formação de Psicólogo. Relator: Arnaldo Godoy de Sousa. Parecer n. 02/78, 25 fev. 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Processo de reconhecimento do curso de Psicologia – habilitações: Licenciatura e Formação de Psicólogo.** Documentos relativos ao processo 442/79, originário da Câmara de Ensino Superior – Brasília – Parecer 71/81, 30 jan. 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Processo 63/90, de 26 janeiro de 1990**. Processo de criação do curso de Bacharelado em Psicologia. Relator: Alceu Alves Júnior. Parecer 63/90, 20 nov. 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Regimento Interno da Faculdade de Psicologia**. Uberlândia, 2002.

Maristela de Souza Pereira

■ Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ) – 1965-

Instituto de Psicologia – 1937-1964

Laboratório de Psicologia na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro – 1924-1932

A história do IP/UFRJ não é linear: há um intenso trânsito de personagens, peças laboratoriais, sedes, dispositivos legais, mudanças de instituições, funções e até mesmo seu desaparecimento por um curto período após sua criação. Dos componentes dessa história, o mobiliário do antigo laboratório pôde garantir alguma identidade, ainda que a partir dos anos de 1960 este tenha passado a perder importância. Por outro lado, os decretos legais alavancaram mudanças institucionais, ainda que muitas delas não tenham se realizado. Para esta história três principais componentes serão destacados: os decretos legais, as cátedras universitárias e o Laboratório de Psi-

cologia. O laboratório teve sua primeira fundação em 1924, planejada por Gustavo Riedl, diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (atual Instituto Municipal Nise da Silveira) e entusiasta do movimento da higiene mental. Para isso contratou o psicólogo polonês Waclaw Radecki e comprou um cabedal de instrumentos diretamente da Alemanha e da França: estesiômetros, ergógrafos, denamômetros, reflexômetros, acusiestiômetros, tonômeros, tropoestisiômetros, cromatoestesiômetros, taquitoscópios, mnemômetros, polígrafos e oscilômetros. Os trabalhos realizados no laboratório foram publicados, ao menos desde 1928, em um conjunto de *Annaes* (disponíveis na Biblioteca da Academia Brasileira de Medicina). Apesar dos instrumentos laboratoriais, a minoria é de cunho experimental, sendo a maior parte ligada à psicotécnica e ao diagnóstico psiquiátrico. A partir de 19/03/1932, iniciou-se a configuração legal do instituto, a começar pela sua própria fundação, através do Decreto-lei 21.173, que viria da conversão do antigo laboratório na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, ficando sob a dependência imediata da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, enquanto não fosse instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Suas funções seriam ligadas à formação, pesquisa e aplicação da psicologia à pedagogia, medicina, indústria e técnica judiciária. Na época a Universidade do Rio de Janeiro, de cunho federal, era apenas um dispositivo próforma, reunindo algumas escolas como a de Medicina, Direito e Politécnica. A perspectiva de engajamento do instituto numa universidade conduziu Radecki e seus colaboradores a elaborarem um programa de ensino de Psicologia composto de Psicologia e Psicologia Aplicada. Sete meses depois, em 24/10/1932, outro Decreto-lei (21.999) encerrou as atividades do instituto, concluindo uma primeira fase da sua história, antes que este se vinculasse à universidade, ao ensino e à formação profissional. Decretava-se seu fechamento tendo em vista a exposição de motivos apresentada pelo ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Alguns possíveis motivos não esclarecidos no decreto foram: 1) pressão dos psiquiatras contra uma possível profissionalização dos psicólogos; 2) pressão dos grupos católicos contra uma psicologia naturalista e chefiada por um estrangeiro; 3) o esgotamento de sua dotação orçamentária dada na expectativa (não realizada) do seu auto-financiamento. Desmotivado, Radecki seguiu em 1932 para Argentina e Uruguai, onde deu sequência a seu trabalho. Em 05/07/1937 o IP novamente ressurgiu por outro decreto (a Lei 452), que organizava a Universidade do Brasil (UB) no contexto da reforma educacional de Gustavo Capanema. Nesta lei, o instituto teria por finalidade cooperar com as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Educação, e a de Política e Economia. Apesar dos vínculos agora com a universidade e a latência de quase cinco anos, o que garantia alguma identidade do novo instituto com o antigo é o mobiliário instrumental do antigo laboratório, além do esforço dos antigos colaboradores de Radecki, como Jayme Grabois, Euryalo Cannabrava e Edgard Sanchez, na sua recriação. Este, como deputado e membro da Comissão de Cultura da Câmara de Deputados, pôde atuar diretamente sobre Capanema na formulação da lei. Outros Decretos relevantes para delineamento do instituto foram o 8.393, de 17/12/1945 (relativo à autonomia universitária), designando-o como Instituto Científico e de Pesquisa, e o 21.321, de 18/06/1946 (responsável pelo estatuto da UB), determinando o instituto como estabelecimento dedicado ao ensino, ciência e pesquisa, apto a cooperar com as escolas e faculdades da UB em benefício da comunidade e de acordo com os interesses universitários. Neste período, que iria até o ano de 1964, o instituto pôde ter uma sede, em um prédio no centro da cidade (a partir dos anos de 1960 no *Campus* da Praia Vermelha), verba regular, assistentes contratados (a partir de 1941 com Eliezer Schneider) e periódico próprio, o *Boletim do Instituto de Psicologia*, criado por Antonio Gomes Penna, que circulou de 1950 a 1973 (sendo retomado em 2006). Contudo, dois aspectos presentes nos decretos de 1945 não se cumpriam: a raridade das atividades de ensino e ausência das de extensão, abertas à comunidade. Quanto ao ensino de Psicologia, este não apenas não era

regular no instituto, como também estava dividido entre diversas instâncias da universidade: havia uma cátedra na Faculdade de Educação e outra na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF). Para o surgimento do instituto na sua forma atual nos anos de 1960, três condições foram necessárias: 1) a Lei 4.119/1962, que regulava o ensino e a profissionalização da psicologia; 2) a criação do curso de Psicologia na FNF em 1964; 3) os Decretos-lei 53 (1966) e 252 (1967) e o Decreto 60.455-A (1967), que conduziram à criação da UFRJ em substituição à UB, a extinção da FNF, desmembrada em diversas escolas, e a incorporação do seu curso de Psicologia ao instituto, enquanto órgão de ensino e pesquisa, vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas. O atendimento à comunidade (e as atividades de extensão) só foi iniciado em 1967, com a criação da Divisão de Psicologia Aplicada (DPA), sob coordenação de Isabel Adrados. Um item final cabe à introdução da pós-graduação no instituto. Apesar da proposta de um primeiro programa em psicologia, que operou na década de 1980, o instituto conta atualmente com três programas: o de Teoria Psicanalítica, proposto em 1988; o de Psicologia, transferido do ISOP/FGV em 1991; e o de Ecologia Social (EICOS), surgido em 1992. Programas que lançaram periódicos como *Documenta*, *Psicologia & Psicanálise*, *Ágora e Sephora*, além de manterem os Arquivos Brasileiros de Psicologia, o mais antigo do Brasil. Nessa história recheada de personagens, decretos, cátedras, criações, extinções e fusões, o único componente persistente é o do velho mobiliário instrumental do laboratório. Este encontra-se à espera de um espaço de memória que lhes confira o papel de fio condutor dessa história.

Referências

CENTOFANTI, R. "Radecki e a psicologia no Brasil". In: ANTUNES, M. A. N. (Org.) **História na Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

Manual do aluno. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, 1987.

PENNA, A. G. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Arthur Arruda Leal Ferreira

■ Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IP/UFRGS) – 1996-

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1970-1996

Originou-se do Departamento de Psicologia que, juntamente com os departamentos de Filosofia, de Ciências Sociais e de História, fazia parte do Instituto de Filosofia a Ciências Humanas (IFCH/UFRGS). O departamento foi organizado em 1970, em decorrência da reforma universitária de 1968. Segundo esta, departamentos eram setores especializados em cumprir objetivos de ensino e pesquisa, reunindo professores de disciplinas de uma determinada área ou subárea oferecidas a diferentes cursos. No entanto, já havia na universidade outro setor mais antigo, denominado Departamento de Psicologia, que oferecia serviços de extensão em clínica, psicotécnica e orientação profissional. Por essa vocação ficou conhecido como Departamento de Psicologia Clínica, sendo vinculado diretamente à reitoria. Com a reforma, os serviços psicológicos foram transferidos para o recém-criado Centro de Orientação e Seleção de Pessoal (COESP). O primeiro Departamento de Psicologia fora fundado em 22 de abril de 1954, graças ao empenho e dedicação do professor catedrático Nilo Antunes Maciel (1920-1993), que o dirigiu por muitos anos. As atividades do departamento, juntamente com as disciplinas de psicologia oferecidas pelos cursos de bacharelado e de licenciatura da Faculdade de Filosofia, foram grandes fomentadoras de psicologistas. A própria Faculdade de Filosofia, por influência do psiquiatra e psicanalista Décio Soares de Souza (1907-1970), contribuiu enormemente para a formação de psicologistas, nas décadas de 1940 e 1950, instituindo estágios supervisionados em Avaliação Psicológica e Psicopatologia. Uma egressa desse período foi a reconhecida psicóloga Jurema Alcides Cunha, organizadora das sucessivas edições do *Psicodiagnóstico*, cuja primeira edição data de 1986. No contexto do ensino de

psicologia da Faculdade de Filosofia, o funcionamento do primeiro departamento traduziu a influência da visão de Nilo Maciel no uso de instrumental psicológico em empresas e organizações. Ele foi sucedido pelo professor Artur de Mattos Saldanha, que depois assumiu a direção do COESP. O segundo departamento teve sua primeira reunião plenária em 18 de março de 1971, com a presença de seus seis docentes. Coube ao professor José Carlos Fenianos a chefia do departamento. Na verdade, nem todos os professores das disciplinas de psicologia da universidade concordaram em se transferir para o novo departamento. Foi o caso da professora Juracy Cunegatto Marques, que foi para a Faculdade de Educação, onde exerceu importante papel no desenvolvimento da pesquisa em Psicologia da Educação; e os professores Francisco Pedro Estrazulas Pereira de Souza e Edela Lanzer Pereira de Souza, que haviam concluído mestrado na School of Public Administration da University of Southern Califórnia e participavam de intercâmbios internacionais com universidades americanas, inclusive com o célebre Institute for Social Research, da University of Michigan, que foram para a Faculdade de Administração. Do mesmo modo, o professor Arthur Saldanha, embora docente do departamento, dedicou-se inteiramente ao COESP. Em setembro de 1972, os professores do departamento receberam da reitoria, com surpresa, a informação de que deveriam criar um curso de graduação em Psicologia para ter início em 1973. Foi assim criado o primeiro curso de Psicologia em uma universidade federal no Estado do Rio Grande do Sul. O departamento seguiu enfraquecido no seu corpo docente, dadas as dissidências internas entre os professores de Psicologia da universidade, mas com uma consequência no mínimo curiosa: o departamento se encarregou do ensino, a extensão ficou com o COESP e a pesquisa floresceu na área de Psicologia da Educação do curso de mestrado da Faculdade de Educação. O curso de graduação em Psicologia efetivamente iniciou suas atividades em 1973, sendo reconhecido em 28 de junho de 1979, pelo Decreto 83.654, após o processo de reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação, iniciado em 1977. Como exigência para o reconhecimento do curso, o departamento passou a contar com uma Clínica de Atendimento Psicológico (CAP), na verdade uma ampliação do Núcleo de Assistência Psicológica ao Estudante que vinha funcionando desde 1977. Somava-se à estrutura uma biblioteca setorial, que vinha ampliando seu acervo. Nos anos de 1980, o departamento passou por grandes mudanças, que coincidiam com o retorno de professores que haviam saído para o doutorado e o ingresso, por concurso, de professores doutores. Em 1985, sob a chefia do professor Cláudio Simon Hutz, o departamento transferiu-se das acanhadas instalações no *campus* central para um espaço mais adequado e promissor no *campus* da saúde. Em 1986, foi lançada a revista *Psicologia: Reflexão e Crítica*, um esforço empreendido pelo professor William Barbosa Gomes, que havia chegado ao departamento em 1985. Em 1987, o currículo passou por grandes transformações, sendo criada a habilitação de Licenciatura em Psicologia. Em 1988, é criado o mestrado em Psicologia do Desenvolvimento, sendo Cláudio Hutz o primeiro coordenador. Com o gradativo aumento do corpo docente e a diversificação das abordagens teóricas, o departamento, em 1990, dividiu-se em três setores: Processos Básicos; Psicologia Social e Institucional; e Psicologia Clínica. O departamento transformou-se em instituto em 1996, graças ao trabalho do último chefe, professor Paulo Kroeff. O primeiro diretor foi o professor Luis Osvaldo Leite. Compunham o Instituto de Psicologia os três departamentos correspondentes aos setores criados na década de 1990, mantendo atualmente as seguintes denominações: Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade; Psicologia Social e Institucional; e Psicanálise e Psicopatologia. Atualmente, o instituto conta com: curso de graduação em Psicologia; vários cursos de especialização nas áreas de Avaliação Psicológica, Infância e Família, Terapia Cognitivo-Comportamental, Saúde Comunitária, Transtornos do Desenvolvimento, Psicologia Hospitalar, Neuropsicologia, Psicanálise, Te-

rapia Sistêmica de Casal e Família, Psicopedagogia Clínica, Instituições em Análise, Gerontologia Social; mestrado em Psicologia Social (linhas de pesquisa: Clínica, Subjetividade e Política, Trabalho, Saúde e Subjetividade); mestrado e doutorado em Psicologia (linhas de pesquisa: Desenvolvimento Social e Aplicações; Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia; Medidas em Psicologia e suas Aplicações; Processos Cognitivos Básicos e Aplicações). Além do reconhecimento de sua posição de vanguarda na pesquisa, a publicação editada pelo instituto tem circulação internacional e está colocada entre os melhores periódicos científicos do país, com classificação internacional e conceito A na avaliação de periódicos científicos em Psicologia no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Instituto de Psicologia conta com um corpo docente composto atualmente por 37 professores e um corpo de funcionários para sua segurança, manutenção e funcionamento. Ademais, possui uma biblioteca com vasto acervo e salas de estudo, constituindo-se em um ambiente propício para o estudo e a pesquisa.

Referências

GAUER, G. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GAUGER, G.; GOMES, W. B. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande doSul: 1943-2003.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/sumario.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

GAUGER, G.; GOMES, W. B. "O curso da reforma: ensino de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971-1979)". **Psicologia: Reflexão & Crítica**, v. 15, n. 3, p. 497-513, 2002.

GOMES, W. B. (Org.). **Psicologia no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Museu Virtual da Psicologia, 2006.

Luciano Ferreira Piccoli
William Barbosa Gomes
Gustavo Gauer

■ Instituto de Psicologia do Recife (IPR) – 1931-

Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) – 1929-1931

Instituto de Psicologia do Recife (IPR) – 1925-1929

Fundado em 15 de junho de 1925 por Ulisses Pernambucano de Mello Sobrinho, de natureza pública, tem como mantenedor o governo do estado e é uma instituição de ensino superior localizada na antiga rua da Intendência, 307 (atual avenida Manoel Borba), bairro da Boa Vista, Recife – PE. O ano de 1918 é um marco na história da psicologia em Pernambuco. Nesse ano, foi legalmente criada, no Recife, a cadeira de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal Oficial, caracterizando o início formal da psicologia no estado. O diretor da escola era um jovem médico e empreendedor: Ulisses Pernambucano. Tão logo assumiu o cargo de diretor, começou a motivar professores e alunos com as questões práticas da psicologia. E já liderando um grupo de interessados – cujo nome mais proeminente, posteriormente, é Anita Paes Barreto – conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse a Lei Estadual (Ato) 782, de 15/03/1925, criando o Instituto de Psicologia do Recife (IPR), subordinado ao Departamento de Saúde e Assistência do Estado, com atribuições fixadas na referida lei. Posteriormente, essas atribuições foram detalhadas em regulamento. Já na reforma de 1929, passou a chamar-se Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e ficou subordinado diretamente à Secretaria de Justiça e Instrução. Finalmente, na reforma de 1931, quando foi criado o Serviço de Assistência a Psicopatas, o Instituto de Psicologia voltou ao seu nome original e ficou subordinado a uma diretoria-geral, que congregava o Manicômio Judicial, Serviço Aberto, Higiene Mental, Hospital Psiquiátrico e Colônia. Como diretor do instituto, Ulisses congregou ao seu redor diversos nomes que mostravam interesse pela área, como sua primeira assistente, Anita Paes Barreto (que assumiu a direção no biênio 1927-1928), Sylvio de Lyra Rabello, Ana Campos, Anita Costa, Maria das Neves Monteiro, Maria

Leopoldina, Alda Campos, Helena Campos, Maria de Lourdes Vasconcelos, Cirene Coutinho, Celina Pessoa, Quitéria Cordeiro, entre outros. Todos, mais cedo ou mais tarde, chegaram a publicar trabalhos resultantes de pesquisas produzidas no âmbito do instituto, em revistas e periódicos editados no Estado de Pernambuco. As publicações mais utilizadas foram: *Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco* (periódico fundado por Ulisses Pernambucano em 1931); *Revista de Medicina de Pernambuco*; e *Neurobiologia* (revista fundada em 1938 por Ulisses Pernambucano, atualmente editada pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE). Entre os eventos promovidos pela instituição, estão encontros científicos e campanhas preventivas de higiene mental. Tendo como público-alvo escolares, candidatos à seleção e orientação profissional, portadores de necessidades especiais e de transtornos mentais, a instituição teve como objetivos: realizar testes pedagógicos e psicológicos que facilitassem a tarefa de seleção e orientação profissional; estabelecer testes aplicáveis ao diagnóstico das crianças anormais e supernormais; estabelecer testes e proceder ao exame físico-psicológico dos candidatos a profissões de interesse do poder público (agentes de polícia, sinaleiros, vigias etc.); efetuar a revisão pernambucana do teste de Binet-Simon-Terman; proceder a pesquisas tendentes a orientar o trabalho em estabelecimentos fabris e oficinas; e realizar pesquisas psicológicas para o diagnóstico das doenças mentais. Os primeiros responsáveis pela aplicação da psicologia a situações do cotidiano, no Brasil, eram predominantemente médicos, como o pediatra Fernandes Figueira, que já em 1913 trabalhava com o teste de Binet; e, em menor contingente, educadores, como o professor Lourenço Filho que, nos anos de 1920, visualizava a escola como um excelente campo de atuação da infante ciência. Tais trabalhos tinham a marca do pioneirismo, mas num contexto de experiência pessoal, ligados a serviços setorizados. Como instituição cientificamente autônoma, entretanto, o primeiro organismo no gênero a ser implantado e a funcionar regularmente no Brasil foi o Instituto de Psicologia do Recife. Seus trabalhos envolviam, predominantemente, testes e pesquisas psicológicas, destacando-se alguns títulos, todos das décadas de 1920-1930: *Estudo Psicotécnico de Quatro Supernormais; O Vocabulário das Crianças das Escolas Primárias do Recife; Revisão Pernambucana da Escala Métrica de Inteligência Binet-Simon-Terman; O Perfil Psicológico dos Criminosos; Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Médiuns*. Os trabalhos realizados pelo instituto consubstanciaram um acervo técnico-científico apreciável. Especificamente na área de testes, sob a supervisão direta de Ulisses Pernambucano, um grupo de pessoas realizou importantes contribuições à emergente psicologia no estado. As contribuições do nacionalmente pioneiro Instituto de Psicologia são notáveis tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo (por exemplo, o relatório de 1933 registrou que nesse ano foram realizados 20 perfis psicológicos, 2.009 exames de idade mental e quociente intelectual e 5.584 aplicações de testes diversos). Mas, talvez, seu mérito tenha sido a formação de um respeitável grupo de estudiosos e pesquisadores, gerando, através de um efeito multiplicador, significativos avanços nas áreas de educação, psicologia e psiquiatria em Pernambuco. Seu apogeu ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, quando passou a definhar e suas funções foram sendo absorvidas por outros órgãos.

Referências

MEDEIROS, A. **Ulisses Pernambucano.** Rio de Janeiro: Imago, 2001.

PAES BARRETO, A. "Revisão pernambucana da Escala Métrica de Inteligência Binet-Simon-Terman (9-10 anos)". **Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco**, Recife, v. 4, n. 2, p. 109-19, 1934.

ROSAS, P. "Contribuição de Ulisses Pernambucano e seus colaboradores para a Psicologia Aplicada no Brasil". **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 17-33, 1985.

ROSAS, P. **A Psicologia no Recife**. Brasília: Conferência no Conselho Federal de Psicologia, 1979.

SCHEEFFER, R. "Evolução dos Testes na Psicologia e na Educação". In: **Testes e Medidas na Educação: uma coletânea**. Rio de Janeiro: FGV, Instituto de Documentação, 1976.

Adailson Medeiros

■ Instituto de Psicologia do Trabalho (IPT) – 1964-1972

Instituição privada de prestação de serviços e de pesquisas, situada na rua Jener de Souza, no bairro do Derby, em Recife–PE. Foi fundada em outubro de 1964 por Paulo Rosas, sendo dirigida por ele até a data do seu fechamento, em 1971. No Estado de Pernambuco, antes da existência do IPT, a prática psicológica aplicada ao trabalho estava reservada a instituições vinculadas ao estado ou de grande porte educacional. Entre essas instituições estavam a Clínica de Conduta da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE – atual Faculdade Frassinetti do Recife), a Clínica Psicológica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a Divisão de Psicologia do Instituto de Ciências do Homem, da então Universidade do Recife. O IPT é a primeira instituição privada, sem vinculação com outra entidade, a surgir neste cenário. Oferecia prestação de serviços psicológicos de seleção e orientação profissional; orientação vocacional; e diagnóstico e orientação de questões referentes às relações interpessoais. Realizava, ainda, pesquisas relacionadas à Psicologia Industrial para empresas privadas e públicas de todo o Nordeste. Entre as entidades atendidas durante o período de existência do IPT estão: a Grandes Moinhos do Brasil S.A.; Fundação Educacional do Município de Maceió (FEMAC); Banco do Estado de São Paulo (agência de Maceió). O instituto prestava também serviços para adolescentes em busca de orientação vocacional e/ou pedagógica. A instituição contava com uma equipe formada por psicólogos (Alba Guerra e Paulo Rosas), socióloga (Argentina Rosas), médico (Cheops Teixeira Cavalcanti) e orientador profissional (Rubem Eduardo da Silva), todos sócios do instituto. Contou ainda com a colaboração de estagiárias do curso de Psicologia, outros psicólogos sem vínculos empregatícios, um servente e uma secretária. Quanto à organização, havia um presidente e o conselho deliberativo, que era constituído de todos os sócios. Um dos sócios era encarregado da administração dos funcionários e serviços de secretaria e de apoio. E um, da contabilidade. Quando havia a necessidade de um grande trabalho era convocada uma equipe de psicólogos e estagiários previamente selecionados e orientados. O IPT funcionava em um espaço físico que dispunha de quatro salas de atendimento individual, sala de espera, um auditório para 30 pessoas, um gabinete de trabalho para uso dos sócios, secretaria, dois sanitários, almoxarifado e copa. Em 1967 o instituto publicou na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (ano 48, n. 107, p. 111-155) o relatório de pesquisa resultado do trabalho realizado para a Fundação Educacional do Município de Maceió (FEMAC), para seleção de professoras primárias. Os atendimentos eram iniciados com o preenchimento de uma ficha de inscrição elaborada especificamente para este fim, seguidos de entrevista individual e aplicação de técnicas psicológicos disponíveis na época. Esses procedimentos eram adotados mesmo quando eram realizadas seleções profissionais com grande número de candidatos. Em determinados momentos foram construídos instrumentos adequados para o perfil dos candidatos que se buscava selecionar. Entre os trabalhos realizados, destaca-se o do Moinho Recife, que se baseou na literatura psicológica da época, em que se partia do princípio que o ambiente sonoro das empresas era importante fator para o ajustamento e rendimento do trabalhador. Com isso, foi demonstrado no Moinho Recife que a utilização da música funcional era vantajosa, alcançando a redução da tensão, reduzindo o número de pequenos acidentes, tornando o ambiente de trabalho mais agradável e melhorando as relações humanas na empresa. O IPT trouxe grande contribuição para o desenvolvimento da prática da psicologia do trabalho, colaborando para formação de estudantes e formação permanente dos psicólogos que trabalharam no IPT. Apresenta-se como pioneiro na sua região em pesquisa na área de psicologia do trabalho. Foi vendido e incorporado à Clínica da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) em 1972.

Referências

ROSAS, Paulo. **Memória da Psicologia em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

ROSAS, Paulo. Seleção de professoras primárias. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**: Rio de Janeiro, ano 48, n. 107, p. 111-155.

ROSAS, Paulo. **Vocação e Profissão**. Petrópolis: Vozes,

Argentina Rosas

■ Instituto de Psicologia e Psicanálise da Universidade Santa Úrsula (IPP-USU) – 1997

Curso de Psicologia do IPP/USU – 1997-

Departamento de Psicologia da Universidade Santa Úrsula – 1980-1997

Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula – 1968-1980

A Universidade Santa Úrsula é uma instituição de ensino superior privada localizada no Rio de Janeiro. É reconhecida pelas raízes inspiradas na fé cristã e pelo objetivo de educar seus alunos para a liberdade, autonomia e responsabilidade. O curso de graduação em Psicologia foi criado em 5 de março de 1968, inicialmente vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, autorizado pelo Conselho Federal de Educação pelo Parecer CFE 136, de 05/03/1968, e pelo Decreto Federal 64.164, no ano de 1969. Somente foi reconhecido em 1972 pelo Parecer CFE 1.146, de 04/10/1972, e pelo Decreto Federal 71.649, de 03/01/1973. Do final da década de 1970 e até meados da de 1980, seu curso era considerado um dos melhores do estado do Rio de Janeiro. O atual Instituto de Psicologia e Psicanálise somente foi estruturado em 1997, com o intuito de centralizar todas as atividades acadêmicas sediadas na Santa Úrsula referentes à Psicologia. A Coordenação Acadêmica do Curso de Psicologia é a responsável pela graduação em Psicologia, que atualmente forma psicólogos e licenciados em Psicologia. Atualmente, o curso se organiza em uma grade que contempla o núcleo comum de formação, de perspectiva generalista, e uma estrutura que comporta ênfases curriculares (Psicologia e Processos Clínicos e Promoção da saúde e psicologia e Processos Socioinstitucionais). O curso de Psicologia do IPP oferece estágios internos (SPA) e contempla a possibilidade de convênios externos para estágios de interesse dos alunos. Dessa maneira, a formação profissional, fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, adotou uma identidade única para orientar as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e serviços. O projeto pedagógico do curso estrutura os chamados Núcleos de Apoio, Fomento e Acompanhamento de Pesquisa, que têm por finalidade realizar o diálogo entre pesquisas e serviços prestados à comunidade. Compõem esses núcleos a Coordenação de Estudos e Pesquisa sobre a Infância – CESPI, o Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia – CEPP, o Serviço de Psicologia Aplicada – SPA e o Centro de Ensino, Pesquisa e Clínica em Psicanálise – CEPCOP. O CESPI tem por objetivo desenvolver pesquisas sobre a infância e adolescência, possuindo um centro de referência e documentação sobre o tema. O CEPP integra o projeto desenvolvido pelo instituto sobre aquisição da linguagem, facilitando o desenvolvimento infantil. Dessa maneira, com base na investigação sobre a linguagem, presta serviços à comunidade do Educandário Romão de Mattos Duarte, através de oficinas para crianças de dois a quatro anos de idade. O SPA oferece a prática do ensino ministrado nos diversos campos de atuação e pesquisa em Psicologia. Iniciou-se como Instituto Santa Úrsula de Psicologia Aplicada (ISUPA), sem vinculação formal com o curso de graduação, mas que ofereceu suporte na formação de alunos e ampliou a relação com a comunidade. Somente em 1980, quando do surgimento do Departamento de Psicologia, caracterizou-se como SPA. O SPA do IPP/USU foi o primeiro do estado do Rio de Janeiro a contemplar as mais diversas abordagens, que até o momento estavam fora dos demais cursos de Psicologia como teoria reichiana, gestaltterapia, psicodrama etc. A prestação de

serviços à comunidade envolve atendimento clínico, serviços em psicologia institucional, em psicologia comunitária, nas áreas organizacional, educacional e esportiva, além de serviços relacionados à psicologia organizacional para chancelaria, bem como a oferta de um espaço de atendimento para os egressos do curso. O CEPCOP reúne o curso de especialização em Psicanálise, o curso de especialização em Teoria Psicanalítica, o curso de atualização Teórico-Clínica, os cursos de extensão e outras atividades complementares como os Minicursos, os encontros de controvérsias em Psicanálise, os encontros de pesquisa, os encontros clínicos e os encontros de formação permanente. São periódicos do IPP o *Caderno de Psicologia* (1997), o *Caderno Espaço em Revista* (199?) e *Sã Consciência* (sdc), estes dois últimos vinculados ao SPA. O CEPCOP, por sua vez, é responsável pelo periódico *Controvérsias em Psicanálise* (1998) (cujo nome inicial era *Arquivos em Psicanálise*, além do informativo *CEPCOP em folha* (1998). O IPP realiza anualmente a *Jornada SPA*, cujo o objetivo é incentivar a discussão e a produção dos alunos e supervisores das diferentes abordagens, no intuito de ampliar o diálogo entre a prática e a teoria. Dessa maneira, o IPP/USU propõe a interseção de aspectos atrelados à sociedade contemporânea, com base no tripé formação, pesquisa e extensão, de forma a promover o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência fundamentada na ética profissional e cristã.

Referências:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE. Disponível em: www.usu.br. Acesso em: 27 ago. 2009.

MANCEBO, Deise. Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. Em JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.) CLIO-PSYCHÉ. **Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. **Projeto Didático Pedagógico do Instituto de Psicologia e Psicanálise** (USU 2000). Rio de Janeiro, 2000. Manuscrito.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. **Projeto Didático Pedagógico do Instituto de Psicologia e Psicanálise**. Rio de Janeiro, 2006, Manuscrito.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. **Projeto Pedagógico do CEPCOP – Pós-Graduação**. Rio de Janeiro, 2000.

Márcia Biavati Messias

Nayara Gomes dos Santos

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

■ Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) – 1965-

Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB) – 1938-1965

O Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil localiza-se na avenida Venceslau Brás, 71, no *campus* da UFRJ na Praia Vermelha. É uma instituição universitária federal de pesquisa, ensino e extensão e que presta serviços assistenciais, fundada em 3 de agosto de 1938. Sua criação está relacionada a uma série de outras instituições, que se inicia com o Hospício Pedro II. Na época da sua criação, o IPUB servia como setor de emergência do Hospital Nacional dos Alienados. De acordo com Henrique de Brito Belfort Roxo – fundador e diretor do IPUB de 1938 a 1946 –, o instituto foi formado tendo como referência o de Munique, com a finalidade de realizar tanto pesquisas concernentes às doenças mentais quanto atividades de ensino. Os *Anais do Instituto de Psiquiatria* também foram criados em 1938 e foram substituídos na década seguinte pelo *Jornal Brasileiro de Psiquiatria (JBP)* como publicação oficial do IPUB. Na gestão de Maurício Campos de Medeiros, entre 1946 e 1955, o instituto enfatizou principalmente a assistência e o ensino de graduação, por meio do incremento da extensão universitária e de cursos de Psicopatologia. Segundo o boletim da Universidade do Brasil de 1955, o instituto deveria servir como sede da Clínica Psiquiátrica

da Faculdade Nacional de Medicina e contar, além da seção administrativa, com as seções de ensino, de assistência e de pesquisa. Adauto Junqueira Botelho assumiu a direção nos anos de 1956 a 1958, seguido por José Leme e Lopes. Sua gestão foi marcada por mudanças significativas, como a abertura do curso de especialização em Psiquiatria (1958); a implantação dos cursos de mestrado e doutorado e a criação da Divisão de Pesquisas Psicanalíticas e de grupos terapêuticos, bem como a criação do cargo de psicólogo, ocupado por Júlia Chermont, cuja atuação esteve centrada no atendimento de crianças na Clínica de Orientação Infantil (COI). Em 1963 iniciaram-se as atividades do centro de estudos, cujas reuniões semanais tinham o objetivo de discutir casos clínicos e debater textos publicados, o que se mantém até os dias de hoje. No período de 1966 a 1970, Cincinato Magalhães de Freitas foi o diretor da instituição. Essa época foi marcada pela inauguração do Pavilhão Leme Lopes (1969) e pela interrupção da publicação do *JPB* entre os anos de 1965 e 1969. Nos anos de 1970, o instituto, após nova reformulação, passou a ser constituído das divisões de ensino e pesquisa, de administração, clínica e cultural. Estachio Portella Nunes, em sua gestão como diretor (1974-1985), investiu nos cursos de mestrado e doutorado e incrementou a assistência. Neste sentido, foi iniciado, em 1975, tanto o curso de especialização em Psicologia Preventiva, a partir de um acordo realizado entre o IPUB e o Instituto de Psicologia da UFRJ, quanto o setor de atendimento a adolescentes, idealizado anteriormente por Júlia Chermont. O primeiro pleito no instituto foi realizado em 1985, modificando assim a prática corrente, pela qual os professores titulares eram os diretores. Raffaele Giovanni Giacomo Infante foi eleito diretor, ocupando o cargo até 1993. O regimento do instituto de 1988 promoveu mudanças relevantes, como a implantação de eleições para o cargo de diretor, da mudança da duração de seu mandato (para quatro anos) e alterações no organograma. O movimento da reforma psiquiátrica favoreceu a implantação, na década de 1980, de serviços em prol da cidadania e autonomia dos usuários, visando acabar com as práticas de exclusão. O hospital-dia e as oficinas terapêuticas são exemplos destas mudanças. A gestão de João Ferreira da Silva Filho como diretor (1994-2002) foi marcada por mudanças nas áreas de ensino, pesquisa e assistência multiprofissional e por ter alçado o IPUB à condição de centro de excelência da Organização Mundial de Saúde (OMS). No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o quadro de pesquisadores foi ampliado e a área de concentração em Psicanálise foi instituída, ocasião em que o programa passou a se denominar Pós-Graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental (PROPPSAM). No campo da assistência, ainda em 1995 houve uma mudança estrutural nos serviços, com a implantação dos grupos de recepção no ambulatório do IPUB. Iniciativa importante para o acolhimento dos pacientes, contou com a participação decisiva de psicólogos e outros profissionais, uma vez que os atendimentos eram feitos em equipe multiprofissional. No bojo dessas transformações, foram criados ainda órgãos de assistência e atendimento relacionados a doenças degenerativas, drogas, entre outros, e construídos os prédios da Biblioteca (1999), dos hospitais-dia e os quiosques para as oficinas. A sessão clínica, iniciada nos anos de 1950, foi retomada a partir dos anos de 1990 e houve significativo incremento na realização de congressos. Atualmente, é referência para concursos públicos no país, constituindo uma fonte importante para estudo e pesquisa no campo da Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental. Um dos principais objetivos do IPUB é fornecer uma internação de qualidade. Recebe pacientes das emergências, fornece medicação no ambulatório, onde mantém seu atendimento multiprofissional, com ênfase no trabalho em parceria entre psiquiatras e psicólogos na triagem e nos grupos de admissão, que substituíram os grupos de recepção anteriores. Possui, no total, cem leitos nas enfermarias. O ambulatório realiza cerca de 4 mil consultas por mês, o hospital-dia possui mais de 200 pacientes cadastrados e o plantão médico funciona 24 horas, durante todos os dias da semana. Ainda mantém três centros de atenção diária, que

atendem a crianças, jovens, adultos e idosos; ambulatórios para todas as idades; 50 oficinas terapêuticas e três moradias terapêuticas. Em 2003, o diretor do instituto passou a ser o professor Marcio Versiani. Em sua gestão, foi criado o Centro de Convivência do PROJAD, já previsto na proposta inicial do programa. O IPUB promove a formação dos alunos de Psicologia em cursos de pós-graduação, além de ter papel relevante no campo da assistência com equipes multiprofissionais nas áreas da psiquiatria e saúde mental.

Referências

AMARAL, M. **Entrevista concedida a Joana Branco Gongora**. Rio de Janeiro, 20 nov. 2006.

CADERNOS IPUB/INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ. **Cadernos do IPUB. Instituto de Psiquiatria – 60 anos – 1938-1998**. Número especial, 1998.

FIGUEIREDO, A. C. **Entrevista concedida a Joana Branco Gongora**. Rio de Janeiro, 8 jan. 2007.

GERALDES, M. (Org.). **Instituto de Psiquiatria Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1938-1995**. Rio de Janeiro: Assessoria de Comunicação Social do IPUB, 1988.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ. **Regimento do Instituto de Psiquiatria**. Órgão Suplementar do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1970 e 1988.

ROXO, H. "Instituto de Psiquiatria". In: **Anais do Instituto de Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

TAVARES, M. **Entrevista concedida a Joana Branco Gongora.** Rio de Janeiro, 20 dez. 2006.

TENÓRIO, F. "Considerações sobre a assistência no Instituto". In: **Cadernos do IPUB**. XVIII Congresso interno do IPUB, v. 1, n. 1, p. 44-87, 1995.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. **Boletim.** Órgão Oficial da Universidade do Brasil. Ano VII, n. 36, 9 set. 1955.

VENANCIO, A.T. A.. "Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil". **História, Ciência, Saúde Manguinhos**, v. 10, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0104-59702003000300005>. Acesso em: 24 out. 2006.

Joana Branco Gongora

■ Instituto de Psiquiatria do Estado de Santa Catarina (IPq) – 1996-

Hospital Colônia Santana – 1941-1996

É a mais antiga instituição pública dirigida ao atendimento psiquiátrico em Santa Catarina. Foi o *locus* da produção dos primeiros conhecimentos psicológicos da região, vinculados à disciplina médico-psiquiátrica. Em 1876, o presidente da província João Capistrano de Melo Filho argumentava acerca da inexistência de hospícios na região e da necessidade de criá-los, e, à época, os loucos tinham de ser removidos para a prisão da Ilha de Anhatomirim. Inaugurado em 1941, no governo de Nereu Ramos, o Hospital Colônia Santana atendeu aos apelos de implementação de um atendimento psiquiátrico científico. A instituição foi fruto da política nacional de criação de hospícios-colônias, implantada pela Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), cujo objetivo era efetivar o controle higienista da sociedade. Sua localização, distante 22 km da capital Florianópolis, com estradas de difícil acesso e em região de características rurais, enquadrava-se na política psiquiátrica da época. Seus primeiros pacientes vieram transferidos da Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja, criada em 1902 em Brusque, e do Hospício Oscar Schneider, existente desde 1923 em Joinville. Até 1953, o novo hospício contava em seu quadro técnico apenas com irmãs da Divina Providência e dois psiquiatras. Nesse ano, começaram a ser contratados vigilantes, técnicos de enfermagem e mais psiquiatras. No mesmo passo, técnicas reconhecidas pela ciência psiquiátrica dos anos de 1950 foram sendo introduzidas: a praxiterapia, a convulsoterapia, a insulinoterapia e o eletrochoque e, nos anos de 1960, de forma mais contundente, os psicofármacos. Neste hospital, desenvolveram-se as primeiras pesquisas na área da psicologia em Santa Catarina, como as realizadas pelo doutor Antônio Santaella, diretor nos anos de 1950, sobre avaliação psicológica e quociente de inteligência de pacientes psiquiátricos. Construído inicialmente para 300 leitos, em menos de um ano

de funcionamento apresentava superlotação, com o número de internações muito superior ao número de altas, produzindo uma imensa quantidade de pacientes asilares, os quais, ao serem abandonados pelos familiares, depois de longas internações, acabavam residindo no hospital. Essa situação gerava sérios impactos na situação higiênica, assistencial e clínica da instituição, ocasionando constantes questionamentos acerca das condições de funcionamento e da efetividade de sua terapêutica. Nos anos de 1970, Santa Catarina foi escolhida, entre outros estados brasileiros, para fazer parte de uma experiência da Organização Pan-Americana de Saúde relacionada a mudanças na atenção aos transtornos psiquiátricos, conforme planificação da Reunião de Ministros da Saúde da América Latina em Santiago do Chile (1972). Essa experiência foi, na verdade, uma espécie de pré-reforma psiquiátrica. Influenciada pela política de saúde mental americana do governo Kennedy, visava baixar o custo das internações hospitalares e humanizar o tratamento, por meio de princípios preventivistas e comunitários. Resultou, concretamente, na implementação de ações de regionalização do cuidado psiquiátrico, visando diminuir o fluxo de pacientes das regiões interioranas para o hospital-colônia. As pessoas com problemas psiquiátricos passaram a ser tratadas, de preferência, em suas próprias comunidades, nas quais se procurava mantê-las produtivas. Iniciou-se, assim, a ênfase no tratamento ambulatorial, tendo como meta as ações de reinserção social dos egressos de hospitais psiquiátricos. Os efeitos dessa reforma se fizeram sentir no interior do Hospício Colônia Santana: houve sua divisão em 12 unidades, com uma ala feminina e uma masculina para cada um dos seis Centros Administrativo Regionais de Saúde (CARS), tendo como objetivo agrupar os internos por afinidades geográficas, sociais e culturais. Houve também como prerrogativa da reforma, a contratação, pela primeira vez, de equipe multidisciplinar de saúde: assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, clínicos gerais, dentistas, bioquímicos, terapeutas ocupacionais, além dos psiquiatras e técnicos de enfermagem já existentes. Desta forma, em 1972 ocorreu a primeira contratação de dois psicólogos, Roberto Caetano Castiglia e César Martins, pela recém-criada Fundação Hospitalar de Santa Catarina. Em 1976, a psicóloga Carmen Cavalcanti de Araújo ocupou a vaga de César Martins. Tais profissionais passaram a assessorar o trabalho dos psiquiatras e enfermeiros, realizando a aplicação de testes psicológicos com fins de psicodiagnóstico; orientação e acompanhamento de pacientes em atendimento em praxiterapia; atendimento clínico a pacientes em unidades de curta duração (quadros agudos); atendimento a pacientes em unidades de longa permanência (quadros crônicos e asilares); orientação a familiares de pacientes. Participaram também da concepção e implantação da pensão protegida para pacientes asilares da ala feminina, visando oferecer um local de moradia o mais parecido possível de uma residência para aquelas pacientes com melhores condições psicológicas que, por perda dos vínculos sociais, moravam no hospital. Mais adiante, duas novas contratações de psicólogos ocorreram em 1980, e três outras em 1985. Muitos desses psicólogos se aposentaram ou se transferiram de instituição, e, em 1988, seis novas contratações se fizeram necessárias. Em 1994, após denúncias das péssimas condições higiênicas, terapêuticas e sociais do Hospital Colônia Santana, o Ministério da Saúde realizou sindicâncias, já sob os auspícios do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, exigindo reformulações gerais, sob pena de o hospício ser fechado. Foi assim que o Hospital Colônia Santana transformou-se, em 1996, em IPq, após grandes reformas internas, como a separação das alas para pacientes de internação aguda, com 160 leitos, cujo tempo máximo de internação passou a ser 21 dias, e alas para os pacientes crônicos asilares, que hoje moram no Centro de Convivência Santana, organizado segundo o modelo de pensão protegida, com 320 internos. Nesta nova reforma, foi adotada a compreensão biopsicossocial dos transtornos mentais. Foi exigida a contratação, novamente, de equipes multiprofissionais, a fim de atender à organização da instituição. Foram então inseridos cinco novos psicólogos, e naquele momento permaneceu na equipe somente uma

profissional anteriormente contratada. O serviço de psicologia inserido na pensão protegida vem atuando no sentido de promover a reinserção social dos pacientes que perderam seus vínculos Sociofamiliares, buscando o resgate da história de vida dessas pessoas, despersonalizadas pela institucionalização. Os psicólogos inseridos no setor de pacientes agudos fornecem orientações aos familiares e suporte psicológico às situações de crises dos pacientes, geralmente atendidos com o uso de metodologias grupais.

Referências

ARAÚJO, C. C. **A história da psicologia na Colônia Santana. Entrevista concedida a Daniela Ribeiro Schneider**. Florianópolis/SC, maio 2007.

CARDOSO, L. G. **O gabinete de psicologia no IPq. Entrevista concedida a Daniela Ribeiro Schneider**. Florianópolis/SC, nov. 2006.

DELFINI, A. C. A Imigração Italiana e saúde mental: Mais um (louco) para Brusque? **Psychiatry Online Brazil.** n. 8. Maio 2003. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0503.htm>. Acesso em: 25 ago. 2005.

FIGUEIREDO, M. A. **A história que vivenciei.** Florianópolis: Edição Independente, 2000.

MELO, M. C. "Da ideia à materialização: a relação Estado – Colônia Santana". In.: **Psychiatry On Line Brazil**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1200.htm>. Acesso em: 27 set. 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. **Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2006.

SANTOS, N. G. **Do hospício à comunidade: políticas públicas de saúde mental.** Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

SIGOLO, R. P. Vislumbrando o diferente: teorias psiquiátricas na formação da Colônia Santana. In.: **Psychiatry On Line Brazil**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0401.htm>. Acesso em: 27 set. 2006.

TEIXEIRA, M. **Hospício e poder.** Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1993.

Daniela Ribeiro Schneider

■ Instituto de Psiquiatria Forense (IPF) – 1943-

Instituição de natureza pública estadual, de assistência, o IPF situa-se na avenida Dom Pedro II, 1.826-B, Torre, João Pessoa – PB. Fundado em 16 de agosto de 1943, foi inicialmente conhecido como Manicômio Judiciário até 1984, quando o governo do estado aboliu o uso desse termo. Sua proposta era oferecer tratamento especializado a pessoas com distúrbios de comportamento, problemas com drogas e alcoolismo que apresentassem problemas com a justiça, ou seja, apenados custodiados pela Secretaria de Administração Penitenciária, encaminhados após sentença do juizado e advindos das seguintes instituições: Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, Penitenciária Sílvio Porto, Penitenciária Flósculo da Nóbrega e presídios das regiões circunvizinhas. Mantida pelo estado e também por doações de órgãos não governamentais, tem por objetivo possibilitar às pessoas com problemas psiquiátricos, com base na identificação de suas necessidades, um tratamento adequado, bem como o monitoramento dos internos acerca das condições de ressocialização. Fundado na administração do governador Rui Carneiro, foi dirigido por Odívio Borba Duarte, Luciano Ribeiro de Morais, Rodrigo Ulisses de Carvalho, Danilo de Lira Maciel, Evandro Vieira César, Edilberto Antunes de Sousa, Thiago de Castro Formiga e Gustavo Navarro, atualmente na direção (2008). O IPF conta com uma equipe composta por profissionais das áreas médica, odontológica, psiquiátrica, psicológica, de enfermagem e de serviço social. Na área de Psicologia é oferecido atendimento psicológico aos usuários e seus familiares, apoio psicológico, escuta terapêutica, terapia ocupacional, ludoterapia e desenvolvimento de trabalhos artesanais. Além disso, são promovidas palestras versando sobre DSTs/AIDS e drogas. O IPF promove eventos ligados a datas comemorativas como: Páscoa, Natal, Ano-Novo e São João. O espaço físico compreende uma área de 6.600 m², possuindo vagas para 96 detentos. A instituição

vem desenvolvendo ações integrando equipe multidisciplinar, desenvolvendo atividades voltadas para dependentes alcoólicos, tendo como responsável a equipe de psicólogas.

Referências

ARAÚJO, M. A. B. **Entrevista concedida a Rejane Sousa da Silva da Silva**. João Pessoa, 20 out. 2008.

ALBUQUERQUE, E. G. V. de. **Entrevista concedida Rejane Sousa da Silva da Silva**. João Pessoa, 20 out. 2008.

MENEZES, P. P. **Entrevista concedida a Rejane Sousa da Silva da Silva**. João Pessoa, 20 out. 2008.

Rejane Sousa da Silva

■ Instituto Decroly – 1962-1973

Inaugurado em março de 1962, o instituto funcionou em Curitiba num casarão antigo (hoje desaparecido), localizado na rua Comendador Araújo. Idealizado pela professora Pórcia Guimarães Alves, foi planejado para ser Escola de Recuperação e Clínica Psicológica, com salas de foniatria, fisioterapia e ludoterapia. O atendimento fonoaudiológico ficou sob a responsabilidade da professora Arlete Procotte. A sala de fisioterapia, que funcionou de modo incipiente devido à falta de recursos para aquisição do material necessário, teve à frente a professora Eracléa Dal-Lin. No instituto, havia também salas de recuperação, classe de pré-primário, ateliê de arte infantil e sala de foniatria, que atendiam aos alunos enviados pelas escolas da região e pelos consultórios médicos. Em 1967, motivada pelo trabalho de preparação e correção dos testes psicológicos, aos quais foram submetidos os candidatos do concurso público para Guarda de Trânsito, Guarda Civil, Agente de Polícia e Comissário de Polícia, promovido pelo Departamento Estadual de Serviço Público, a equipe do instituto ampliou suas atividades, criando a Seção de Seleção e Orientação Profissional. Para a execução desse trabalho, o professor Pery Suplicy de Almeida elaborou baterias básicas de testes, bem como orientou sua aplicação e correção. Em 1968 foi criada, no instituto, a classe especial para superdotados, destinada a alunos com inteligência acima da média e que não se adaptavam às técnicas e métodos das escolas tradicionais. O Instituto Decroly não estava ligado a nenhuma organização pública ou autárquica, era de foro particular, funcionando sob inteira responsabilidade financeira da professora Pórcia Guimarães Alves. As atividades do Instituto Decroly foram encerradas em 1973, mas sua existência proporcionou novos elementos para a história da Psicologia e para a história da Educação, principalmente com a criação da Seção de Seleção e Orientação Profissional e a iniciativa pioneira de organização da classe especial para o atendimento a alunos superdotados.

Referências

ALVES, P. G. **Memorial**. Curitiba, 1978, Mimeo.

ALVES, P. G. **Memórias da Psicologia no Paraná**. Curitiba: Pinha, 1997.

CELLA, S. M. R. "Pórcia Guimarães Alves". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

MILLARCH, A. "Pórcia: uma educadora do Paraná (o segredo de uma eterna juventude)". **Estado do Paraná**, p. 20, 4 jan. 1991.

Sheila Maria Rosin

■ Instituto dos Cegos da Paraíba (ICPB) – 1944-

Organização não governamental, de natureza filantrópica, localizada na avenida Santa Catarina, 396, bairro dos Estados, João Pessoa – PB. Foi fundada em 16 de maio de 1944, por Adalgisa Duarte da Cunha, dama da sociedade paraibana, que se preocupava em retirar pessoas cegas das ruas e da mendicância. O ICPB é mantido por convênios com o estado, município e

esfera federal, doações da sociedade e aluguéis de algumas casas pertencentes à instituição. Tem por objetivo promover a escolarização, reabilitação, socialização, pré-profissionalização, a prática de esportes, da cultura e do lazer de pessoas cegas e com baixa visão. Com isso a instituição pretende: proporcionar o atendimento educacional a crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de deficiência visual, visando sua integração à sociedade e o pleno exercício de sua cidadania; trabalhar pela conscientização da sociedade, visando difundir as potencialidades e direitos dos portadores de deficiência visual; promover intercâmbio com instituições de deficientes visuais em nível regional, nacional e internacional, visando à consolidação dos seus objetivos comuns; estimular a participação dos alunos em atividades artístico-culturais, recreativas, desportivas, pré-profissionalizantes, entre outras, promovidas na comunidade; promover intercâmbio e cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras, visando à aplicação e melhoria dos serviços da instituição; promover e/ou apoiar encontros, seminários, simpósios, cursos de reciclagem e outros, com o objetivo de debater questões específicas. Em sua direção figuram Adalgisa Duarte da Cunha (1944-1971), freiras da congregação Santa Terezinha (Ceará) (1971-1973), José Quirino da Silva (1973-1979), José de Arimatéia Albuquerque (1979-1984), Hálamo Duarte da Cunha (1985-1990), Maria do Socorro Quintans (1991-1996), Lusia Maria de Almeida (1997-2002), Maria de Lourdes Farias de Lacerda (2003-2006), Maria do Socorro Belarmino de Souza (2006-2009). Sua estrutura é composta por diretoria executiva; assembleia geral; conselho consultivo; conselho fiscal; assessorias técnicas e administração escolar. Compõem a administração escolar: o diretor escolar; vice-diretor escolar; secretário da escola; coordenador pedagógico; supervisores escolares; orientadores educacionais; psicólogos e outros técnicos. A instituição possui atualmente (2008) um psicólogo que realiza atendimento psicológico aos educandos e a suas famílias. O instituto mantém uma área para internato que compreende dormitórios, refeitório, auditório e outras dependências; mantém uma escola com salas de aula, administração escolar, presidência; salas para reabilitação; salas de apoio para os alunos externos; ambulatório de saúde e odontologia; espaços para prática desportiva; laboratório de informática. Funciona em regime de internato e externato. Atende a crianças a partir dos seis anos, até concluírem o ensino médio. Mantém uma escola, atividades de reabilitação, biblioteca braille, apoio itinerante aos alunos que são inseridos na rede regular de ensino, apoio psicológico e de assistência social aos alunos, projetos de socialização, esporte amador, pré-profissionalização e todas as providências para que os alunos tenham apoio pedagógico de qualidade para autonomia e emancipação social. Apresenta-se como campo de pesquisa relevante sobre aspectos socioculturais, emocionais, cognitivos e afetivos no campo da cegueira e baixa visão.

Referências

INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA (ICPB). **CD comemorativo dos 60 anos do ICPB. Instituição.** João Pessoa, 2004.

INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA (ICPB**). Estatuto e Regimento Interno do ICPB**. João Pessoa, 2003.

Rejane Sousa da Silva

■ Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP) – 1979-1992

Oriundo indiretamente do chamado GRUPÃO que se reuniu em 1977, no Rio de Janeiro, o IFP, fundado em 4 de janeiro de 1979, surgiu da uma divisão de outro grupo, o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana), junto com outras novas instituições psicanalíticas no Rio de Janeiro. Em comum com essas, a independência em relação à International Psychoanalytical Association (IPA), instituição fundada por Sigmund Freud e que detinha o controle mundial da transmissão da psicanálise e da formação do psicanalista. Diferentemente de suas coirmãs, o IFP não apresentava uma organização hierarquizada nem possuía um homem em

sua direção. Era conhecido como uma instituição de mulheres. Assinaram a ata de fundação os seguintes membros: Beatriz Rezende Assumpção, Eliana Atiê, Elizabeth Cruz Müller, Maria Eleonora Barbosa Mello, Maria Isabel de Brito Pereira, Maria Virgínia Catão de Magalhães Pinto, Mary Kleinman, Rachel Alkabes, Sônia Maria Nassim, Jorge Gomes da Silva, Miguel Calmon du Pin e Almeida e Ronald Dias Pinto de Carvalho. Constavam de seu estatuto as seguintes propostas e objetivos: examinar e discutir crítica e democraticamente o saber psicanalítico e suas vinculações com o poder; promover uma leitura do texto freudiano que levasse à análise crítica da prática psicanalítica, sua inserção no espaço da ideologia e seus vínculos com determinados modos de produção; integrar o conhecimento psicanalítico a outros, advindos das distintas ciências no campo da cultura; publicar sempre que possível os resultados de investigações e divulgá-los; resgatar aquilo que é considerado a proposta verdadeiramente revolucionária da psicanálise, a saber: o estudo do inconsciente como lugar produtor de significações e determinante de toda a conduta humana. Inspirado nos partidos políticos de esquerda, mas tentando evitar a centralização de poder nas mãos de um único membro, o IFP estruturou-se com uma secretaria geral composta por três áreas: administrativa, científica e jurídico-institucional. Todas as deliberações relativas à vida da instituição, fossem de caráter científico, fossem relativas à administração desta e às suas atividades externas eram tomadas em assembleia geral. Assim, o IFP apostava numa forma de organização democrática que garantisse a expressão de todos os seus membros e a livre circulação das ideias e propostas, bem como a rotatividade das pessoas em seus cargos. No que diz respeito à formação psicanalítica, o IFP repudiou criticamente a existência da análise didática e a interferência da instituição nas análises pessoais de seus membros. Estas ocorriam com base em escolhas pessoais, com analistas da instituição ou de fora dela. Mas instituiu a exigência da supervisão clínica com membros da instituição, reconhecidos por esta como capazes de exercer a função de supervisores em decorrência de sua experiência pretérita. Instituiu também as jornadas internas, reuniões bimensais nas quais eram apresentadas as produções dos associados em torno de temas de caráter científico, propostos pela Secretaria-Geral. Outro ponto-chave da organização do IFP era a preocupação com a produção e a publicação desta. Para tal, organizou-se em cartéis, inspirada na École Freudienne de Paris (EFP), instituição francesa presidida na época por Jacques Lacan, com o objetivo de estimular a produção escrita de seus membros. A partir dos cartéis, os trabalhos eram apresentados para o conjunto da instituição e encaminhados para publicação. Assim, em meados de 1982, surgiu o primeiro número de *Memória IFP/Cartel*, ao qual se seguiram mais três, até 1991. Quanto ao estudo, o IFP se definiu desde o início como uma instituição freudo-lacaniana, por entender que era impossível dissociar Freud de Lacan e por reconhecer na doutrina lacaniana a legítima herdeira do legado de Sigmund Freud. Mas, ao mesmo tempo em que adotou a organização em cartéis, vigente na EFP, como forma de fomentar a produção escrita, organizou seus novos membros participantes em turmas de formação, seguindo mais de perto o modelo universitário de estudo. Neste sentido, instituiu programas e disciplinas que abarcavam o estudo das obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, ministradas por coordenadores escolhidos em assembleia geral. Essa forma de organização, que incluía a atividade dos cartéis e os seminários contínuos ministrados pelos coordenadores, juntamente com uma forma de deliberação não hierarquizada e democrática, produziu uma estrutura híbrida, atravessada por três tipos de discursos: o político, o universitário e o psicanalítico propriamente dito. Isso, de certa forma, fomentava uma ambiguidade no que dizia respeito às escolhas institucionais, o que impedia a implantação de um *modus operandi* semelhante ao da EFP. Em torno dessa questão, deu-se a primeira grande cisão do IFP, que girou em torno de uma proposta que criava uma nova categoria de membro, o membro analista, além das definidas anteriormente no estatuto (funda-

dor, participante e efetivo, dentre outras). Segundo essa proposta, apenas quatro membros da instituição seriam reconhecidos como membros analistas, criando uma distinção até então inexistente no IFP, que foi vivida pela maioria de seus associados como o estabelecimento de uma hierarquização excludente. A proposta foi derrotada em assembleia geral, mas a instituição perdeu cerca de metade de seus membros. Mesmo assim, o IFP prosseguiu em suas atividades: seminários sobre Freud e Lacan, atividade dos cartéis e alguns encontros com psicanalistas vindos da França, que veiculavam aqui suas últimas produções em torno da doutrina lacaniana. Uma nova diminuição de membros ocorreu, desta vez por opções pessoais, e alguns saíram do IFP para fazer sua formação em sociedades filiadas à IPA. No final dos anos de 1980, o grupo da École de la Cause Freudienne, então liderada por Jacques-Alain Miller, fundou no Rio de Janeiro a sua escola. Afirmando-se como herdeiro da causa lacaniana, esse grupo atraiu muitos que queriam seguir essa orientação, e dentre esses, boa parte do IFP. Sem ter mais como se sustentar isoladamente, com poucos membros participantes e sem poder garantir uma produção efetiva para a psicanálise, o IFP dissolveu-se em março de 1992.

Referências

INSTITUTO FREUDIANO DE PSICANÁLISE. **Estatuto.** Rio de Janeiro, 1979. Mimeo.

ROUDINESCO, E. **História da Psicanálise na França**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Elizabeth Cruz Müller

■ Instituto Guanabara – 1970-

Instituição de assistência educacional e de reabilitação de crianças e adolescentes com deficiência mental, fundada em 1970 pela fonoaudióloga Maria José Calheira Lobo Teixeira da Silva e pelo psicólogo Heraldo Antonio Farias Cidade. Na ocasião da fundação, havia falta de instituições que prestassem esse tipo de serviço no Estado da Bahia. Situada na rua Frederico Costa, 93, no bairro de Brotas, Salvador – BA, a instituição tem como objetivo a reabilitação, educação e prestação de assistência social às crianças e adolescentes portadores de deficiência mental. Trata-se de uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, atualmente conveniada ao SUS. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiras, pedagogos e fonoaudiólogos. Caso sejam necessárias intervenções medicamentosas, os remédios são fornecidos pela própria instituição. No que tange à educação, a instituição oferece do maternal à quarta série do ensino fundamental. Além do ensino, os alunos participam de oficinas terapêuticas como pintura, teatro, tecelagem e artesanato em geral. A assistência social refere-se ao fornecimento de alimentação, medicamentos, fardamentos e carros para passeios, promovidos pela instituição. A instituição funciona nos turnos matutino e vespertino, embora alguns alunos permaneçam em turno integral. Para que o aluno possa ingressar no Instituto Guanabara, é feita uma triagem, através da família, pelo serviço social e em seguida o aluno passa por testes psicológicos, psiquiatra, fonoaudiólogo, enfermeira e psicopedagogo, para detectar se realmente há deficiência mental. Todos os processos são monitorados pelo SUS. O psicólogo, nesta instituição, realiza psicodiagnóstico, psicoterapia, ludoterapia e orientação familiar. A equipe atualmente conta com cinco psicólogos. Quando da fundação do instituto, não havia ainda psicólogos formados na Bahia. Sendo assim, foram convidados alunos do terceiro e quarto anos de Psicologia, como estagiários do fundador Heraldo Cidade. Estes estagiários, ao completarem sua formação, foram efetivados como psicólogos da instituição. O Instituto Guanabara é uma referência em relação à emergência da Psicologia na Bahia, por ter proporcionado campo inicial de atuação ao psicólogo.

Referências

SILVA, M. J. C. L. T. da. **Entrevista concedida a Bárbara de Souza Brandão**. Salvador, nov. 2006.

Bárbara Brandão

■ Instituto Médico-Pedagógico Paulista – 193?-19??

Instituição voltada para a assistência a excepcionais, fundada, organizada e dirigida por Nilton Campos, entre 1931 e 1933, período em que este permaneceu em São Paulo, juntamente com seu colega Joaquim Penino, médico dedicado à assistência e proteção à infância. Dados sobre data de fundação, tempo de funcionamento do instituto e as atividades nele desenvolvidas não foram obtidos.

Referências

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

DOMINGUES, J. P. "Os 'Pérolas Negras': a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932". **Afro-Ásia**, Salvador, UFBA, n. 29-30, p. 199-245, 2003.

Carmem Silvia R. Taverna

■ Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM) – 1996-

Colônia Juliano Moreira – 1935-1996

Colônia de Alienados de Jacarepaguá – 1924-1935

Fundada em 29 de março de 1924, inicialmente com o nome de Colônia de Alienados de Jacarepaguá, sua criação consistiu na transferência para o novo espaço das Colônias de São Bento e Conde de Mesquita, situadas na Ilha do Governador. Estes hospitais haviam sido inaugurados em 1890, pela Assistência Médico-Legal a Alienados, órgão do Ministério do Interior dirigido por João Carlos Teixeira Brandão. Posteriormente, a Colônia de Jacarepaguá recebeu também os pacientes crônicos do Hospício Nacional de Alienados. Seu primeiro diretor foi João Rodrigues Caldas, que em 1909 já havia sido diretor das Colônias da Ilha do Governador. Em 1935, passou a chamar-se Colônia Juliano Moreira. Localizada na estrada Rodrigues Caldas, 3.400, Taquara, ocupa uma área de aproximadamente 7.800.000 m², registrada em nome da união. A área de preservação ambiental do Maciço da Pedra Branca, que fica nos limites de seu território, hoje se encontra sob gestão da FIOCRUZ. Inicialmente organizada em setores hospitalares e setores de casas funcionais, a instituição foi ganhando *status* de bairro a partir das invasões de suas terras, ocorridas durante a década de 1980. Estima-se sua população atual em 20 mil habitantes, organizados como uma comunidade autônoma ao hospital. Inaugurada sob a gestão do governo federal, foi municipalizada em 1996, passando a ser gerida pela prefeitura do Rio de Janeiro, e desde então tem sido dirigida pelo médico Paulo Fagundes. Nesse período, o hospital recebeu o nome de IMASJM. A instituição é mantida pelo SUS, através do repasse das verbas das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH). Os determinantes de sua criação podem ser divididos em duas categorias: os de ordem prática e os de ordem teórica. O primeiro inclui a superlotação dos prédios da Ilha do Governador e da Praia Vermelha, o fato de as terras da Ilha pertencerem à Ordem dos Padres Beneditinos e estes demonstrarem interesse na desapropriação destas, o interesse da Marinha em construir uma base aeronaval no espaço ocupado pelos hospícios, e principalmente o fato de as terras serem consideradas insalubres e impróprias para o cultivo agrícola. O segundo fator está relacionado ao conceito de degenerescência e o advento do higienismo e preventivismo, movimento que, no Brasil, ganhou visibilidade com a formação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) em 1923 e que tinha entre seus membros Rodrigues Caldas e Juliano Moreira, então dire-

tor-geral da Assistência a Alienados. Visando à prevenção, à profilaxia e ao combate à doença mental, a psiquiatria brasileira teve como foco de atuação o isolamento do doente, o controle e a vigilância das normas e condutas, não apenas dos alienados, mas da sociedade como um todo. Essas discussões levaram, no início dos anos de 1920, à reformulação e ampliação da assistência em duas direções: criação de serviços abertos (ambulatórios e enfermarias de curta duração) e de Hospitais-Colônias. Estes possuíam dois instrumentos teórico-técnicos fundamentais em seu modelo assistencial: a praxiterapia e a assistência heterofamiliar. O trabalho era considerado ordenador, moralizador, disciplinante e visava a resgatar o que restava de saudável no alienado. A assistência heterofamiliar era vista como uma transição entre o hospital e a volta à sociedade, na qual o processo contaria com uma família moralmente bem constituída que pudesse influenciar a conduta do doente. A Colônia Juliano Moreira foi fundada neste contexto e até o ano de 1940 foram construídos 15 edifícios entre laboratórios, necrotérios, enfermarias, casas para funcionários, farmácia e oficinas de praxiterapia. Em 1967, era o terceiro hospital mais populoso do país, com 4.923 internos. Em 1980, o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, realizou uma denúncia sobre violações dos direitos humanos e as precárias condições de vida dos internos. A partir deste evento, foram extintos as celas fortes e o eletrochoque, e iniciou-se o processo de reformulação da assistência, com a contratação de outras categorias profissionais, dentre estas a de psicólogo, e o fechamento da instituição para internações de longa permanência. O processo previa o investimento em projetos de reabilitação psicossocial, com o objetivo principal de promover o retorno dos pacientes à comunidade e a estruturação do atendimento em serviços abertos. Em 1994, foi elaborada a Proposta de Reformulação do Projeto Assistencial da CJM, que previa a construção de um Centro de Atenção Psicossocial (projeto que deu origem ao CAPS Bispo do Rosário), Projeto de Lares Assistidos (que previa o encaminhamento de pacientes para moradias na comunidade através do trabalho) e o Projeto de Lares de Acolhimento (que previa a transformação das enfermarias em espaços individualizados). Em 1996, a colônia foi municipalizada, passando a ser denominada IMASJM. Atualmente, a instituição conta com quatro unidades de longa permanência – Núcleo Teixeira Brandão, Núcleo Franco da Rocha, Núcleo Rodrigues Caldas e Núcleo Ulisses Viana, onde estão os internos remanescentes da antiga estrutura asilar. O IMASJM conta ainda com o Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, que oferece os serviços de ambulatório aberto à comunidade, emergência psiquiátrica e três enfermarias psiquiátricas de curta e média permanência. O instituto também desenvolve programas que atendem a várias de suas unidades e à rede de saúde da cidade: Programa de Lazer Assistido, desenvolvido pela equipe do Clube de Lazer Colônia; Programa de Residências Terapêuticas, que realiza o trabalho de desospitalização e desinstitucionalização, reinserindo em seu ambiente familiar ou em residências na comunidade, pessoas que se encontram em hospitais psiquiátricos sem perspectiva de alta, por razões sociais; Museu Bispo do Rosário, que promove espaço para divulgação do trabalho de diversos artistas, usuários de serviços de saúde mental ou não. A instituição também atua na formação de novos profissionais, através de seus programas de estágio para alunos de graduação e de sua especialização em Residência em Saúde Mental.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE/SMS-RJ. **Proposta de Municipalização da Colônia Juliano Moreira.** Rio de Janeiro, 1995.

ANDRADE, M. S. **Democratização no Hospital Psiquiátrico. Um estudo da Colônia Juliano Moreira nos Anos Oitenta.** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

LOUGON, M.; AZEVEDO, C.; SAYD, P. "Assistência psiquiátrica pública no Brasil: modelos e estratégias entre 1920-1940". In: **Cadernos de Psiquiatria Social**, v. 2, n. 1, 1984.

Wilma Mascarenhas

■ **Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira – 2000-**

Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII) – 1965-2000

Centro Psiquiátrico Nacional – 1938-1965

Colônia Gustavo Riedel – 1937-1938

Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro – 1923(?)-1937

Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro – 1911-1923(?)

Criada em 11 de julho de 1911 para receber pacientes femininas do Hospício Nacional de Alienados (antigo Hospício de Pedro II, inaugurado em 1852 na Praia Vermelha, Rio de Janeiro). Desde 1890, o Hospício Nacional de Alienados tinha duas colônias masculinas na Ilha do Governador: a Colônia de São Bento e a Conde de Mesquita (transferidas para Jacarepaguá, dando origem à Colônia Juliano Moreira). A Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, de sua inauguração até 1918, foi dirigida por Simplício de Lemos Braule Pinto e cumpriu um papel complementar ao Hospício Nacional de Alienados, de onde são transferidas cerca de 400 mulheres. Com a morte de Braule Pinto, em 1918, Gustavo Riedel assumiu a direção (gestão 1918-1932) e imprimiu uma série de transformações na instituição, influindo bastante na assistência psiquiátrica do país na época. Em 1918 foi inaugurado o Ambulatório Rivadávia Correia e, em 1919, o Serviço Aberto do Pavilhão Presidente Epitácio para internações breves e tratamento de toxicômanos. Estes dois serviços inovaram no tratamento higienista, tendo no aconselhamento genético sua ênfase principal, e são os precursores da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada por Gustavo Riedel em 1923 sob a égide dos princípios eugênicos de inspiração da higiene mental da escola alemã. Também data de 1923 a criação do Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro que, em 1932, se transformou no Instituto de Psicologia, posteriormente vinculado à Universidade do Brasil. Para o Laboratório de Psicologia, Gustavo Riedel nomeou Waclaw Radecki, psicólogo polonês radicado no Brasil, que, quando o Laboratório foi desativado, emigrou para o Uruguai. Ainda como inovações implantadas por Gustavo Riedel no Engenho de Dentro, destacam-se a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, para formação de enfermagem psiquiátrica, e o Serviço Heterofamiliar, conjunto de casas construídas no entorno da colônia para que enfermeiros abrigassem pacientes, sob sua guarda familiar, como projeto terapêutico. Em 1932, Ernani Lopes substituiu Gustavo Riedel na direção da Colônia. Em 1937, com a morte de Gustavo Riedel, a Colônia ganhou seu nome, embora por pouco tempo. Em 1938, Adauto Botelho assumiu a direção da Assistência aos Alienados, criando no mesmo ano o Serviço Nacional de Doenças Mentais e transformando a Colônia em Centro Psiquiátrico Nacional. Em 1943, o Centro Psiquiátrico Nacional incorporou o Hospital Nacional (última nomenclatura do Hospício de Pedro II) definitivamente, ficando na Praia Vermelha, ainda que subordinado ao Centro Psiquiátrico, o Hospital de Neurossífilis, antigo pavilhão Pinel e atual Instituto Municipal Philippe Pinel. Em 1965, o Marechal Castello Branco, através do Decreto-lei 55.474, criou nova denominação para o Centro Psiquiátrico Nacional, que passou a ser intitulado Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII). Durante a ditadura militar, este passou por um longo período de sucateamento e desativação de serviços concomitantemente à expansão da rede privada na psiquiatria. Destacaram-se nesta época os trabalhos de resistência no Museu de Imagens do Inconsciente, conduzidos por Nise da Silveira desde 1944, quando criou o Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação (STOR), precursor do Museu (1952) que permanece até os dias atuais, e o trabalho efêmero, mas marcante, da Comunidade Terapêutica (1968-1975), organizada por Wilson Simplício e Oswaldo de Barros Santos. Nestes dois trabalhos, destacou-se a participação de psicólogos e psicanalistas como estagiários

e voluntários. A profissão de psicólogo e os cursos de Psicologia só foram regulamentados no Brasil em 1962 (Lei 4.119/1962). Neste mesmo ano, três profissionais de nível médio (Celina Lopes de Oliveira, Paulo Roberto Braga de Carvalho e Marlene Afonso Lima), que exerciam suas atividades no CPPII, entraram com processos baseados na nova legislação para serem os primeiros psicólogos da instituição. Ou seja, apesar de a antiga Colônia ter abrigado o Instituto de Psicologia na década de 1930, só em 1962 a instituição passou a ter em seus quadros os primeiros psicólogos, por ascensão funcional de profissionais que já exerciam atividades terapêuticas. O primeiro concurso para contratação de psicólogos aconteceria após o mecanismo de cogestão entre os Ministérios da Saúde e da Previdência Social (novembro de 1980) para o Plano de Reorientação da Assistência Psiquiátrica do CPPII (1983). Desse momento em diante, o projeto assistencial de saúde mental da unidade passou a ser exercido por uma equipe multidisciplinar, da qual fazem parte o psicólogo, o assistente social e o terapeuta ocupacional, o médico e o enfermeiro – apenas estes dois últimos, no passado, faziam a psiquiatria. Em dezembro de 1999, o CPPII foi municipalizado e, a partir de 5 de setembro de 2000, através do Decreto 18.917, passou à denominação de Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira. Iniciou-se um processo de desinstitucionalização: transferência da emergência psiquiátrica para o Hospital Geral (implantada na emergência clínica do Posto de Atendimento Médico Rodolfo Rocco em novembro de 2005); implantação do programa de Residência Terapêutica em Comunidade (Portaria MS 106/2000, que criou e regulamentou os serviços residenciais terapêuticos); transformação de hospitais-dia na instituição em centros de atenção psicossocial em comunidade; projeto de recuperação dos Arquivos Históricos e do Memorial da Psiquiatria no Brasil. A equipe multiprofissional do Instituto Municipal Nise da Silveira, conduzindo o processo de desinstitucionalização, soma hoje 45 psiquiatras, 21 enfermeiros, 42 psicólogos, 18 assistentes sociais, nove terapeutas ocupacionais, três musicoterapeutas, 11 nutricionistas, quatro farmacêuticos, 120 auxiliares de nível médio e 50 cuidadores. A instituição, através de seu centro de estudos, organiza o curso de especialização em Saúde Mental para profissionais da equipe multiprofissional desde a década de 1980. No atual projeto da instituição, os cargos de chefia, antigamente privativos dos médicos, são exercidos por qualquer membro da equipe multiprofissional.

Referências

AMARANTE, P. **Psiquiatria Social e Colônia de Alienados no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

MACHADO, R. et al. **Da(n)ação da norma – Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Legislação e Saúde Mental**. Brasília/DF: Ed. MS, 2002.

OLIVEIRA, E. **O Engenho de Dentro do lado de Fora**: o território como um engenho novo. Monografia (Especialização em Gestão Hospitalar). Fundação João Goulart, Subsecretaria de Estudos e Pesquisas em Administração Pública Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PORTOCARRERO, V. **Arquivos da loucura.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

REZENDE, H. "Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica". In: TUNIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e loucura – políticas de Saúde Mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAMPAIO, J. J. C. **Hospital psiquiátrico público no Brasil: a sobrevivência do asilo e outros destinos possíveis**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

Edmar Oliveira

■ **Instituto Municipal Philippe Pinel – 1999-**
Instituto Philippe Pinel – 1994-1999
Hospital Dr. Philippe Pinel – 1985-1994
Hospital Pinel – 1966-1985

É o representante mais recente de uma série de inovações institucionais realizadas no campo da psiquiatria e da saúde mental. Suas origens remontam à Seção Pinel do Hospício Pedro II, inaugurado em 1852, que era a principal seção do hospício e abrigava os pacientes pobres do sexo masculino. Entre os hóspedes ilustres da Seção Pinel, destaca-se o escritor Lima Barreto, o qual, durante uma de suas internações no então Hospício Nacional de Alienados, escreveu uma de suas obras mais importantes, o *Diário do Hospício*. Em 1904, no início da gestão de Juliano Moreira, um prédio novo foi construído atrás da Seção Pinel para abrigar os alienados epiléticos dessa seção. Esse edifício, denominado Pavilhão Guislain, em homenagem ao alienista belga, continha leitos especiais para proteger os pacientes durante suas crises convulsivas. O Pavilhão Guislain era a menina dos olhos de Juliano Moreira, que foi, inicialmente, o médico responsável pelo serviço. Em 1925 passou por uma reforma para adaptá-lo ao tratamento da neurossífilis, reforma resultante da parceria entre a Assistência a Alienados e a Fundação Gaffrée e Guinle, então recém-fundada. O prédio reformado foi rebatizado como Pavilhão Guinle e passou a ser um local de pesquisa e de aplicação da malarioterapia. Introduzida em 1917, essa técnica foi a primeira forma de tratamento eficaz da paralisia geral progressiva e sua aplicação exigia um aparato médico sofisticado. Além do Pavilhão Guinle, foram também construídos outros prédios para abrigar um laboratório de análises clínicas, um ambulatório e novas enfermarias. Um desses prédios, o Pavilhão Valdemiro Pires, ainda subsiste hoje, após inúmeras reformas, como o prédio do setor de recepção e emergência do atual Instituto Philippe Pinel. Em 1937, Getúlio Vargas criou o Instituto de Neurossífilis, reunindo os serviços de neurolues e tornando-os independentes do Hospital Nacional. Com o fechamento definitivo do velho hospício, em 1943, o Instituto foi renomeado Hospital de Neurossífilis. A introdução da penicilina durante a II Guerra Mundial tornou a malarioterapia uma forma obsoleta de tratamento e reduziu significativamente o número de internos com neurossífilis ao longo da década de 1950. Ao final deste período, o Hospital de Neurossífilis começou a abrigar um número crescente de pacientes com outros transtornos mentais. O nome e a função do hospital, portanto, se haviam tornado inadequados. Em 19 de outubro de 1964, nas dependências do Hospital de Neurossífilis, foi criado o pronto-socorro psiquiátrico da zona sul do Rio de Janeiro. Tratou-se do primeiro passo no sentido de uma mudança de modelo assistencial, visto que a proposta visava a intervir nas situações de crise, reduzir internações e promover formas extra-hospitalares de tratamento. Em janeiro de 1965, através do Decreto 55.474, o Hospital de Neurossífilis foi renomeado Hospital Pinel, sofrendo uma completa reformulação do seu projeto assistencial e das suas instalações físicas. Em novembro de 1966, o hospital foi inaugurado e, nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) foi fundada na sala de reuniões do novo hospital. O projeto assistencial revelava-se extremamente ousado, envolvendo a introdução simultânea da psicofarmacologia e da psicanálise, a valorização das psicoterapias e a introdução da praxiterapia e da musicoterapia como formas de tratamento. A qualidade e a diversidade dos novos serviços, o equipamento sofisticado e a estrutura arquitetônica moderna tornavam o novo Hospital Pinel uma referência nacional em termos de proposta organizacional, projeto assistencial e campo de ensino em saúde mental. Por volta dessa época, a palavra *pinel* passou a ser utilizada correntemente para designar o doente mental. Entre 1965 e 1975, o Hospital Pinel tornou-se um centro de referência na aplicação e ensino das técnicas psicodinâmicas de tratamento. Surgiram, no ambulatório, o Serviço de Grupoterapia e, nas enfermarias, a Co-

munidade Terapêutica. Também nesse mesmo período, o Hospital Pinel passou a contar com psicólogos entre seus alunos e estagiários. O Hospital Pinel passaria por um período de relativa decadência e estagnação entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980. Em 1985, a trineta brasileira de Philippe Pinel, Lucy Pinel Balthazar, preocupada com a estigmatização do nome *pinel*, solicitou ao Ministro da Saúde que modificasse a denominação do hospital para incluir o nome completo de seu antepassado. O ministro atendeu prontamente a essa solicitação e a instituição passou a se chamar Hospital Dr. Philippe Pinel. A partir do início da década de 1990, o hospital retomou o protagonismo no cenário da psiquiatria institucional carioca. Um novo projeto assistencial foi iniciado, vinculando a instituição ao processo da reforma psiquiátrica brasileira. O hospital passou por um processo de restauração e reforma de sua estrutura física, as enfermarias passaram a ser de portas abertas, surgiu a Recepção Integrada (RIPP) e foram criados o Centro de Atenção Diária (CAIS) e o Núcleo de Crianças Autistas e Psicóticas (NAICAP). Finalmente, em outubro de 1994, o hospital foi transformado em instituto, assumindo o compromisso de formar profissionais qualificados para o processo de reorientação da assistência psiquiátrica. Surgiu, no mesmo ano, o Programa de Residência Integrada em Saúde Mental, que reunia, articuladamente, um Programa de Residência Médica em Psiquiatria e um Programa de Especialização em Saúde Mental em Nível de Residência. Este último incluía, pela primeira vez, os demais profissionais de saúde mental em um programa de residência, particularmente os psicólogos. Nos anos subsequentes, o Instituto Municipal Philippe Pinel iniciou uma série de novos projetos, tais como: a TV-Pinel (1996), no campo da intervenção cultural; a Cooperativa da Praia Vermelha, a Escola de Informática e Cidadania (1999) e o Papel Pinel (2000), na área da geração de renda; e o Lar Abrigado (1999), no campo da moradia assistida. A partir do final de 1999, o instituto passou da gestão federal para a municipal, sendo integrado à rede municipal de saúde mental do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo ainda em curso e que tem desafiado a instituição a redefinir o seu papel no processo de desconcentração da assistência e construção de uma rede territorial de serviços.

Referência

ANDRADE, O. M. "Organização e funcionamento hospitalar como fator Terapêutico (Hospital Pinel e Pronto-Socorro Psiquiátrico da Zona Sul)". **O Hospital**, v. 72, n. 6, p. 115-28, dez. 1967.

CARPILOVSKY, J. C. "A formação de psicólogos e o mercado de trabalho". Em: **II Semana Comemorativa do Aniversário do Hospital Pinel**. Rio de Janeiro: DINSAM/Ministério da Saúde, 1982.

MOREIRA, J. **Relatório da Assistência a Alienados, 1924-1925**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

PAULIN, L. F. e TURATO, E. R. "Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970". **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 2, p. 241-58, maio-ago. 2004.

PEIXOTO, J. A. **Relatório apresentado ao Exm. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1904-1905**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

Fernando Ramos

Marta Zappa

■ Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB) – 1965-1973

Fundado em 1965 pelo psiquiatra Luiz Fernando Pinto, que o dirigiu durante todo o período de funcionamento. Era uma instituição psiquiátrica, psicológica e pedagógica voltada para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais na área de aprendizagem, distúrbios de comportamento e inadaptação social. Nasceu da necessidade de assistência psicológica e neuropsiquiátrica a esse grupo de pacientes, uma vez que, por ocasião de sua fundação, não havia, na cidade de Salvador, instituições especializadas em psiquiatria infantil. O IPPB localizava-se na praça Conselheiro Almeida Couto, no bair-

ro de Nazaré, Salvador–BA, em um imóvel de três andares, com amplas salas de aula e muito espaço ao ar livre. Dispunha de classes para diferentes níveis de alfabetização e preparação para a inclusão social dos alunos. Suas atividades psicopedagógicas abrangiam atividades musicais, teatrais, jogos esportivos, educação física, artesanato, desenho e pintura, bem como outras atividades aplicadas à educação para a vida diária. A equipe técnica era constituída por profissionais especializados nas áreas de atendimento supracitadas. O IPPB oferecia assistência psiquiátrica e psicológica permanente e em tempo integral aos alunos assistidos, contando, inclusive, com o consultório do diretor e da psicóloga. Oferecia, também, orientação para as famílias dos alunos através de reuniões mensais nas quais, com a presença de mestres, especialistas e profissionais convidados, eram discutidos temas de interesse geral. Havia também atenção individual voltada para a orientação das famílias. Quinzenalmente a equipe técnica se reunia para discussão da psicopedagogia prestada aos alunos assistidos e discussão de temas teóricos, técnicos e práticos relativos à educação continuada. Funcionava em dois turnos, com opção para semi-internato. Era um centro de referência na área da psicopedagogia para crianças e adolescentes especiais. Recebia professores de escolas públicas locais e de outros estados, que participavam das atividades como estagiários. A instituição era privada e possuía um convênio de prestação de assistência psicopedagógica com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. O IPPB prestava atendimento a crianças e adolescentes de baixa renda encaminhados pelo estado, em número limitado e sob precária remuneração à instituição. Este convênio foi suspenso unilateralmente pela Secretaria de Saúde, no ano de 1973, criando dificuldades para a manutenção da qualidade da assistência, o que culminou com o encerramento das atividades do IPPB naquele mesmo ano, com a consequente dispersão da equipe que ali trabalhava.

Luiz Fernando Pinto

■ Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPFMC) – 1964-

Manicômio Judiciário Maurício Cardoso (MJMC) – 1938-1964

Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul (MJRS) – 1925-1938

A instituição, outrora conhecida como Manicômio Judiciário, tem por função o tratamento de réus considerados penalmente inimputáveis. O artigo 64 do Código Penal francês de 1810 foi o primeiro a definir a irresponsabilidade penal, resguardando ao perito médico a prerrogativa da emissão de parecer quanto à sanidade mental do réu. Apesar da precedência legal francesa no debate da responsabilidade criminal, as primeiras instituições dedicadas aos criminosos alienados foram fundadas, ainda no século XIX, na Grã-Bretanha. A primeira previsão legal da irresponsabilidade penal no Brasil – Código Criminal do Império, de 1830 –, contudo, não exigia o exame da sanidade mental do réu por um perito médico. Em 1890, foi aprovado o Código Penal Brasileiro, que, apesar de modificar o artigo sobre a imputabilidade, não definiu o papel do perito médico na avaliação da sanidade mental nem a internação compulsória dos inimputáveis. Somente no início do século XX ocorreu a aprovação de legislação que definia a necessidade da criação de alas específicas para os alienados criminosos no Brasil, por meio do Decreto 1.132/1903, que reorganizou a assistência a alienados, baseado em texto de João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921) e Juliano Moreira (1873-1933). Por iniciativa do psiquiatra Jacintho Godoy Gomes (1883-1959), foi fundado em 1925 o MJRS, inicialmente instalado em uma ala do Hospital São Pedro. Desde a fundação desta instituição, Godoy, seu primeiro diretor, esforçou-se em imprimir-lhe um caráter terapêutico (desvinculando-o do aspecto punitivo), concentrando todas as funções psiquiátrico-forenses (cíveis inclusive) do estado sob sua competência. Contudo, em 1937, a instituição foi transferida da Secretaria de Assistência a Alienados para a seção de Presídios e Anexos, da Chefatura de Polícia, passando a figurar estatutaria-

mente como uma instituição penal. Em 1938, sua sede própria foi inaugurada em terreno ao lado do Hospital Psiquiátrico São Pedro e, nesta ocasião, sua denominação passou a ser MJMC, como homenagem ao jurista e ex-governador do estado, recentemente falecido à época. Embora os primeiros manicômios judiciários brasileiros existissem de fato desde a década de 1920, somente com o Código Penal de 1940 tiveram sua competência jurídica estabelecida de direito. Definiu-se então como sua função a aplicação de medida de segurança calcada na periculosidade juridicamente suposta daqueles criminosos considerados, por meio de perícia psiquiátrica, não imputáveis. Através do artigo 22, que trata da imputabilidade penal neste código, foram estabelecidos três níveis de responsabilidade penal: inimputabilidade (doença mental), semi-imputabilidade (perturbação da saúde mental) e imputabilidade. Aqueles julgados inimputáveis cumpriam medida de segurança, enquanto os considerados semi-imputáveis estavam sujeitos ao mecanismo do duplo binário – a parte inicial da sanção era cumprida como pena e o restante como medida de segurança, sobrepondo os modelos punitivo e terapêutico numa fórmula jurídica eclética, mantida até a reforma do Código Penal, em 1984. A partir de 1937, quando o MJRS se tornou uma instituição penal, o chefe de polícia do estado passou a ser o responsável direto pelas internações e desinternações. Apenas em 1951 a instituição voltou a ser dirigida por um médico psiquiatra – situação regulamentada através do Decreto Estadual 16.424/1964 – e subordinada à Secretaria do Interior e da Justiça. Neste mesmo ano, o Decreto Estadual 17.010 renomeou a instituição como IPFMC. Poucos anos depois, o Decreto Estadual 18.951/1968 criou, dentro da Secretaria do Interior e Justiça, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), à qual o IPFMC está desde então subordinado, juntamente com os demais estabelecimentos penais do Rio Grande do Sul. Os primeiros registros da atividade de profissionais da Psicologia na instituição remontam a 1966, quando dois psiquiatras de orientação psicodinâmica abriram estágio para Psicologia com concentração na área de Psicopatologia. Nos anos subsequentes, o número de estagiários se ampliou, bem como o número de psicólogos na instituição, em sua maior parte, ocupando cargos de monitor penitenciário ou de agente penitenciário, normalmente cedidos para a instituição e procurando sua efetivação como técnicos. A partir de 1975, o Setor de Psicologia foi centralizado, por meio da criação de uma coordenação técnica. Ainda na década de 1970, foram contratados mais três psicólogos na qualidade de técnicos e, desde então, o Setor de Psicologia tem se ocupado de atividades próprias à atuação institucional e, eventualmente, de atendimentos individuais. Por meio da Portaria Estadual 292/1977, o secretário do Interior e Justiça conferiu nova organização estrutural e funcional ao IPFMC. A portaria acentuou o caráter terapêutico da instituição, voltando o cargo de diretor a ser ocupado por um psiquiatra forense. Foram criadas duas subdireções, uma na área técnica e outra na administrativa, ambas indicadas pelo diretor da SUSEPE. A partir de 1984, a Lei de Execução Penal previa assistência, pelo Estado, tanto ao preso como ao interno em manicômio judiciário, com o objetivo de prevenir ocorrência de crimes e orientar o retorno do infrator à convivência em sociedade. No título relativo aos estabelecimentos penais, o Código Penal delibera que os hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico serão destinados aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 do Código Penal, caso em que se enquadra o IPFMC. Esta instituição compõe-se de sete unidades de tratamento e uma unidade de admissão e triagem. Nesta, ficam internados os presos em avaliação pericial ou para exame de superveniência de doença mental. O serviço de perícia do IPFMC, destinado à realização de laudos periciais para o Poder Judiciário, atende aproximadamente a 350 varas criminais existentes no Estado do Rio Grande do Sul. As avaliações realizadas são: verificação de responsabilidade penal; verificação de dependência a drogas; verificação de cessação de periculosidade; verificação de indicação de troca de pena por medida de segurança; verificação de sanidade da vítima e verificação de cessação de dependência a drogas.

O serviço psiquiátrico destinado aos internos cumprindo medida de segurança, distribuídos nas sete unidades do IPFMC, segue atualmente uma orientação psicodinâmica. Técnicas individuais e grupais foram adaptadas pelos técnicos da instituição para o tratamento dos internos. Além dos psiquiatras, neurologistas e médicos clínicos, o IPFMC conta com os serviços de psicologia, terapia ocupacional, serviço social, jurídico, enfermagem e de segurança.

Referências

ALMEIDA, F. M. de. **Heranças Perigosas – arqueogenealogia da "periculosidade" na legislação penal brasileira**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CARDOSO, R. G. "Perícias Psiquiátricas Legais". In: SOUZA, C. A. C. de; CARDOSO, R. G. **Psiquiatria Forense: 80 anos de prática institucional**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CARRARA, S. **Crime e Loucura**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUSP, 1998.

CHRISTOFF, M. U. **A relação entre a criminalidade e a doença mental no Rio Grande do Sul: o Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GODOY, J. **A Psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: edição do autor, 1955.

GRASSET, J. **La Responsabilité des Crimininels**. Paris: Éditions Nouvelles, 1908.

HAUSEN, D. C. **O Setor de Psicologia do Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso: uma perspectiva histórica**. Porto Alegre, 1979. Mimeo.

HENRIQUE, V. R. "Setor de Perícias: uma visão mais ampla, uma melhor compreensão". In: In: SOUZA, C. A. C. de; CARDOSO, R. G. **Psiquiatria Forense: 80 anos de prática institucional**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PRIOR, P. M. "Prisioner or Patient? The official debate on the criminal lunatic in nineteenth-century Ireland". **History of Psychiatry**, 15(2): 177-192, 2004.

Francis Moraes de Almeida
Margareth Uarth Christoff

■ Instituto Raul Soares (IRS) – 1924-

Instituto Neuropsiquiátrico – 1922-1924

Inaugurado em 7 de setembro de 1922 e localizado na avenida do Contorno, 3.027, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG, dentro do programa de comemorações do centenário da Independência, inicialmente foi denominado Instituto Neuropsiquiátrico. Foi idealizado pelo professor Álvaro Ribeiro de Barros, professor de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Já na data de sua fundação, o prédio do instituto foi descrito pela imprensa mineira como tendo um corpo central e quatro alas laterais. No corpo central, dividiam-se nos pavilhões as seguintes instalações: dependências administrativas, vestíbulo, consultórios, sala de recepção, secretaria, diretoria, portaria, sala dos médicos, sala dos internos, biblioteca, sala de conferências, instalações cirúrgicas, sala de curativos, sala de autópsia e sala de operações. Apesar de muito bem aparelhado, o Instituto não abriu suas portas para atendimento, sendo reinaugurado em 1924, com o nome de Instituto Raul Soares, uma homenagem ao governador de Minas Gerais, falecido naquele ano após ter contribuído muito para a conclusão da obra. O Instituto foi concebido dentro de uma lógica de modernização do aparato psiquiátrico, tendo sido considerado um avanço para os padrões da época. A inauguração do instituto foi consequência direta da situação de superlotação do Hospital de Assistência a Alienados de Barbacena, criado em 1903, seguindo o modelo assistencial do Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro. O estabelecimento barbacenense já estava sendo considerado inadequado e decadente, e a solução encontrada foi a inauguração de um novo hospital em Belo Horizonte. Em 16 de setembro de 1920, Arthur Bernardes sanciona a Lei 778/1920, que autorizava a reforma dos serviços da assistência de alienados, incluindo a criação de um pavilhão neuropsiquiátrico, anexo à Faculdade de Medicina, para observação de indivíduos suspeitos de alienação mental na capital do estado. Este foi o esboço do futuro Instituto Neuropsiquiátrico. Sua edificação, pro-

jeto de Antônio Mourthé, engenheiro de Belo Horizonte, teve como modelo original o Hospital Psiquiátrico de Frankfurt, considerado importante referência no início do século XX em termos de uma arquitetura que favorecesse as instalações dos serviços de assistência psiquiátrica, como laboratórios e salas para tratamentos especializados. O primeiro diretor empossado foi Alexandre Drummond, que logo se viu às voltas com o já antigo problema da superlotação, pois, apesar de bem aparelhado, o carro-forte da polícia despejava no Instituto, não só loucos, mas também leprosos, tuberculosos, marginais, trabalhadores imigrantes e desempregados após do término das obras de construção de Belo Horizonte. Em 1929, depois de obter a vaga de professor catedrático em Psiquiatria na Faculdade de Medicina, através de seu primeiro concurso, Hermelino Lopes Rodrigues assumiu a direção do Instituto, realizando mudanças consideradas vanguardistas para a época: rapidamente, os métodos coercitivos e violentos do aparato psiquiátrico de contenção foram substituídos por um regime no qual os pacientes tinham livre acesso às dependências do instituto. Tal atuação era acompanhada pelo aproveitamento dos pacientes em atividades laborativas, esperando-se que estas tivessem repercussão sobre o seu comportamento. Nessa lógica, Lopes Rodrigues criou oficinas de trabalho de diferentes naturezas, transformando pacientes de presumida violência em trabalhadores. Lopes Rodrigues foi substituído em 1930 por Caio Líbano, que permaneceu até 1933, quando Galba Moss Velloso assumiu a direção do instituto, legitimando o hospital como um local de irradiação de conhecimentos neuropsiquiátricos. Muitos diretores passaram pelo instituto, geralmente professores de Psiquiatria da Faculdade de Medicina. A década de 1950 foi de especial importância para a psiquiatria mineira. O diretor do Instituto Raul Soares, Sílvio Cunha, implantou procedimentos inovadores da psiquiatria, como a psicocirurgia, recurso operatório cerebral destinado a modificar, por meio de intervenção cirúrgica, o comportamento de doentes mentais, atuando basicamente nos circuitos cerebrais relacionados à iminência de violência. Além disso, os recentes avanços da psicofarmacologia mundial foram usados pelos psiquiatras do Instituto, que passaram a publicar vários trabalhos divulgando os resultados obtidos junto aos doentes. No início da década de 1960, logo após a eletroconvulsoterapia ter chegado ao instituto, seu então diretor, Joaquim Moretzsohn, fundou o Ambulatório Roberto Resende, dispositivo que pretendia filtrar e selecionar internações. Além dessa medida, o Instituto Raul Soares passou a aceitar apenas pacientes indigentes masculinos, sendo as pacientes transferidas para o Hospital Galba Velloso, inaugurado em 1962. Em 1970 o instituto voltou a atender a pacientes indigentes de ambos os sexos. Também a residência em Psiquiatria foi transferida do Hospital Galba Veloso para o Instituto Raul Soares, seguindo a lógica de que o ensino em Psiquiatria teria melhores condições de aplicação em um estabelecimento que atendesse a uma ampla parcela da população. Tal visão marcou de maneira decisiva o destino da instituição, que iniciava uma tradição na formação psiquiátrica. Por outro lado, a década de 1970 é marcada por uma deterioração da assistência psiquiátrica, culminando em denúncias no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, em 1979, retratadas em reportagens publicadas nos principais jornais. Tais reportagens buscavam mobilizar a opinião pública mineira acerca dos abusos que vinham sofrendo os internos dos hospitais públicos e particulares em todo o estado. Como consequências desse momento, o instituto começou um processo de democratização progressiva da assistência, o que promoveria o trabalho interdisciplinar no cotidiano hospitalar, tormando-se a psicologia um saber indispensável a partir de então. A sustentabilidade dessas ideias foi posta em questão na década de 1980, dada a não implantação de políticas públicas que priorizassem a inclusão social. Em 1991, o governo do estado sancionou o projeto de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do instituto. A década de 1990 transcorreu em um contexto de melhorias assistenciais: o hospital-dia foi ampliado, um centro de convivência foi criado e o serviço de urgência foi remodelado. Além das influências marcantes dos movimentos de reforma psi-

quiátrica mundial, a teoria psicanalítica esteve presente na elaboração das ideias que comporiam as mudanças que reformaram o saber psiquiátrico tradicional nessa instituição. O século XXI e as transformações tecnológicas na prática médica trouxeram a necessidade de que o Instituto se firmasse como um hospital de ensino, inclusive recebendo estagiários de vários cursos de Psicologia. A residência em Psiquiatria, tradicionalmente responsável por mudanças que busquem humanizar a assistência psiquiátrica e alinhá-la aos propósitos da reforma psiquiátrica em curso no país, novamente em 2009, propõe diretrizes que vêm privilegiando a inclusão social aliada aos avanços da técnica e o desafio de uma reforma em suas instalações, que promova a aplicação das diretrizes nacionais em saúde mental no Estado de Minas Gerais.

Referências

BERNARDES, A. da S. **Mensagem**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1920.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 11.276, de 27 de março de 1934**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1934.

MAGRO FILHO, J. B. **A tradição da loucura: Minas Gerais: 1870/1964**. Belo Horizonte: COOPMED/UFMG, 1992.

MORETZSOHN, J. **A história da psiquiatria mineira**. Belo Horizonte: COOPMED, 1989.

MOURÃO, P. K. C. **História de Belo Horizonte de 1897 a 1930**. Belo Horizonte, 1970.

PIRES, F. de S. **Lopes Rodrigues, o louco: homenagem de seus discípulos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

RODRIGUES, L. **Primeira memória médico-administrativa dos serviços de assistência a alienados no Instituto Raul Soares em 1929**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930.

SILVEIRA, Renato Diniz; **Projeto Lopes Rodrigues: continuidades e rupturas nas conexões entre ensino psiquiátrico e prática assistencial em Minas Gerais (1920-1930).** Tese (Doutorado em Educação) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2008.

Renato Diniz Silveira

■ Instituto *Sedes Sapientiae* – 1975-

Foi criado em 1975, tendo como endereço inicial a rua Caio Prado, 102, local onde funcionava a Clínica Psicológica pertencente à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, que foi incorporada à PUC-SP, em 1971. Permaneceu nesse local até 1977, quando foi transferido para prédio próprio situado na rua Ministro de Godoy, 1.484, onde funciona até hoje. A finalidade da instituição era promover cursos livres de expansão cultural, aperfeiçoamento e especialização e sediar núcleos de debates sobre temas sociais, como, por exemplo, da Comissão Pró-Índio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e da educação popular. Seus objetivos foram explicitados em 1978 numa carta de princípios: o Instituto *Sedes Sapientiae* pretende constituir-se num instrumento de ação educadora junto à população na luta pela libertação, ao mesmo tempo em que procurará oferecer aos diversificados setores das disciplinas científicas que acorrem ao instituto oportunidade de exercer visão crítica cada vez mais aguçada acerca das injustiças que denunciam. A primeira divulgação dos cursos de especialização, feita em um *folder*, datado de 1976, faz referência aos temas: Psicoterapia infantil; Psicoterapia de Adolescente; Psicoterapia de Adulto (Orientação Psicanalítica, Orientação Gestalt-Reich, Orientação Dinâmica); Psicoterapia Comportamental; Psicomotricidade; Psicodrama; Psicoterapia Familiar; Psicologia do Trabalho. Na única cópia desse *folder*, existente na secretaria da instituição, há um manuscrito, solicitando uma cópia do mesmo programa para 1977. No ano de 1978 há um aumento no número de cursos, distribuídos por vários centros. No Centro de Psicoterapia são mencionados cinco cursos de especialização para psicólogos e médicos: Psicoterapia Comportamental; Psicoterapia de Orientação Psicanalítica; Psicoterapia de Orientação Psicodinâmica (Infantil, Adolescente, Adulto); Psicodrama; Terapia Psicomotora. Como curso de aperfeiçoamento é mencionado: Psicoterapia de Orientação Gestalt-Reich. No

Centro de Educação são oferecidos dois cursos de especialização para orientadores educacionais, bacharéis e licenciados em Pedagogia: Orientação Educacional e Planejamento Educacional. No Centro de Psicologia é oferecido para psicólogos o curso de especialização em Psicologia do Trabalho e vários cursos de aperfeiçoamento dirigidos a diferentes profissionais: para psicólogos – Rorschach; Pirâmides Pfister; Warteg; Psicodiagnóstico; para psicólogos, orientadores educacionais e orientadores pedagógicos – Orientação de Pais, Aprendizagem, Orientação Vocacional em Educação, Profilaxia e Desenvolvimento; para professores de pré-primário e primário – Psicomotricidade na Escola e Treinamento para Professores de Excepcionais. Há ainda dois cursos mencionados sem determinação de a quem poderiam estar dirigidos: Aconselhamento e Expressão Através da Pintura. Em 1979 é criado o curso de Gerontologia Social. Como fica evidenciado, a grande maioria dos cursos oferecidos é dirigida a psicólogos. Isso se deve ao vínculo existente com o curso de graduação em Psicologia, que funcionou de 1964 até 1975 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, assim como com os antigos cursos de especialização criados nessa mesma faculdade a partir da década de 1950 e que por sua vez subsidiaram a constituição do curso regular. No documento *Histórias e Memórias*, escrito pelos profissionais que atuavam por ocasião do vigésimo aniversário do instituto, está confirmada a maior antiguidade dos cursos de Psicanálise, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Psicodrama e Psicodinâmica. Durante os primeiros anos de funcionamento, o novo Instituto abrigou vários movimentos de defesa dos direitos humanos, desde os de resistência aos desmandos militares, até os de apoio a perseguidos e exilados. Relatos de profissionais, que atuaram no atendimento clínico a perseguidos/torturados, revelam as discussões que ocorreram para se encontrar formas de trabalhar em terapia (referências teóricas e estratégias práticas) que dessem conta das subjetividades dos que procuravam ajuda psicológica na clínica. Na mesma linha de atuação, abrigou em 1978 o I Congresso Nacional pela Anistia. Paralelamente aos movimentos ligados à política nacional, ocorreram também movimentos internos nas áreas de Psicologia e Psiquiatria. No ano de 1979 sediou um fórum de debates sobre atuação da profissão de psicólogo, que teve como consequência a organização de um movimento de oposição, que assumiu a direção do Sindicato de Psicólogos e, no ano seguinte, a diretoria do Conselho Regional de Psicologia 06. Em 1981, Madre Cristina não aceitou receber o título de Psicólogo do Ano e sugeriu substituir a solenidade por uma mesa redonda que discutisse, entre outras coisas, planos de saúde, educação e desemprego. A partir de então, iniciaram-se discussões sobre saúde, educação, diretos humanos, alternativas em psiquiatria, em encontros dos quais se originou o movimento da luta antimanicomial. Atualmente o Instituto *Sedes Sapientiae* tem uma estrutura constituída por: 1- Um núcleo de cursos que promove só 12 cursos são mencionadas de especialização/aperfeiçoamento: Adolescência; Arte do Movimento; Orientação Familiar; Cinesiologia Psicológica; Gerontologia Social; Jung e Corpo; Orientação Profissional; Psicologia Jurídica; Psicologia Social das Organizações; Psicossomática; Psicoterapia Breve; Violência Doméstica. 2- Nove departamentos que também promovem cursos: Departamento de Arteterapia; Departamento de Formação em Psicanálise; Departamento de Formação em Psicopedagogia; Departamento de Gestalt-terapia; Departamento de Psicanálise; Departamento de Psicanálise da Criança; Departamento de Psicodinâmica; Departamento de Psicodrama; Departamento Reichiano. 3- Quatro centros: Centro Cida Romano de formação de educadores; Centro de Filosofia; Centro de Educação Popular; Centro de Referência às Vítimas da Violência (todos promovem cursos). 4- Uma clínica psicológica.

Referências

BAPTISTA, M. T. D. S. **Madre Cristina**. Rio de Janeiro: CFP/ Imago, 2001.

INSTITUTO *SEDES SAPIENTIAE*. **Histórias e Memórias**. São Paulo, 1998. Mimeo.

INSTITUTO *SEDES SAPIENTIAE*. **Relatórios anuais das atividades desenvolvidas – 1933-1971**. Arquivo Morto da PUC-SP, São Paulo, 1933-1971.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários contam suas vidas.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO. **Memória viva: Madre Cristina**. São Paulo, ano 4 n. 2, 1984.

Marisa T. D. S. Baptista

■ Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF) – 2004-

Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF) – 1973-2004

Escola Normal Antonino Freire (ENAF) – 1947-1973

Escola Normal Oficial – 1910-1947

O ensino normalista piauiense efetivou-se com a fundação, em 15 de maio de 1910, da Escola Normal Oficial, então localizada na praça Firmina Sobreira, s/n., bairro Matinha, Teresina – PI, através da Lei Estadual 548, que estabeleceu a reforma da instrução pública no estado e criou uma instituição responsável pela formação de professores do primário. Inicialmente o curso foi regulamentado em três anos e as disciplinas, distribuídas no seguinte currículo: Português, Francês, Geografia e Cosmografia, Aritmética, Desenho, Música, Trabalhos de Agulha – 1º ano; Português, Francês, Geometria, História Universal e do Brasil, Desenho, Música, Trabalhos de Agulha e Cartografia – 2º ano; e Literatura Portuguesa, Noções de Física, Química e Metrologia, Noções de História Natural, Agronomia e Higiene, Pedagogia, Metodologia, Educação Moral e Cívica, Desenho e Caligrafia, Música, Trabalhos de Agulha e Cartografia – 3º ano. Com o crescimento e o avanço das ações do ensino normal e a própria demanda educacional pelo aumento do número de professores e da qualidade da formação, em 1921 foi assinado o Decreto Estadual 771, que alterou o regulamento geral da instrução pública do estado e estendeu a duração do Curso Normal para quatro anos. Por força desse decreto, iniciou-se a construção de um prédio próprio para o ensino normalista, bem como para a escola modelo – espécie de escola primária destinada à prática pedagógica das normalistas (o tirocínio, ou seja, o estágio). Logo em seguida, a Lei Federal 1.027, de 1922, ampliou em todo o território nacional o ensino normalista para quatro anos e introduziu as chamadas disciplinas pedagógicas (Psicologia, Pedagogia e Metodologia Didática), além da regência de classe, oferecendo assim ao curso um perfil mais profissionalizante. Apesar da entrada das novas disciplinas na grade curricular, as atividades da psicologia só se iniciaram no curso normalista piauiense a partir de 1928. Vale ressaltar que desde então a disciplina sofreu diversas alterações em sua denominação ao longo do percurso. Essas mudanças tiveram íntima relação com os objetivos de cada grade curricular do curso. De acordo com os registros do arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF), a disciplina Psicologia iniciou suas atividades abordando temáticas e conteúdos que fundamentassem a compreensão das normalistas acerca do caráter humanista da educação, através de saberes biopsicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos. Em 1947, a Escola Normal Oficial passou a chamar-se ENAF, em homenagem a um dos maiores defensores do projeto de ensino normal do Piauí, e no ano seguinte promoveu-se uma mudança na grade, de forma a contemplar uma proposta orientada para uma ação profissionalizante. Nesse sentido, a disciplina mudou de nome e passou a ser Psicologia Educacional, apresentando uma proposta mais técnica, aprofundando temáticas de aspecto estrutural (aparelho neural), dinâmico (psicofísico), psicodinâmico (motivacional e da personalidade), bem como relativas a possíveis déficits e deficiências envolvidos na aprendizagem. O objetivo da mudança era propiciar aos professores um entendimento mais organicista e funcional de tal fenômeno. Em 1966 ocorreu alteração da disciplina, que passou a se chamar Fundamentos Psicológicos. Incluíram-

se temáticas ligadas à Psicologia Genética e Infantil, Psicologia Animal, Psicologia Diferencial e Psicologia Social, enfatizando assim o estudo da aprendizagem e o desenvolvimento da excepcionalidade, bem como o papel do educador na relação ensino-aprendizagem. O objetivo da alteração era aproximar Pedagogia e Psicologia. Em 1973, a instituição passou a ser denominada IEAF, oferecendo, além do curso de formação de professores primários, o ginásio. A partir do final da década de 1970 iniciou-se uma série de discussões em relação à pedagogia oficial e à política educacional do país; e, durante a década de 1980, com o fim da ditadura e o movimento de redemocratização do Brasil, um amplo debate em torno das políticas do estado brasileiro. No caso do Piauí, o IEAF sofreu uma forte pressão para imprimir ao seu currículo uma direção mais reflexiva. Sendo assim, a disciplina Psicologia sofreu nova mudança: em 1983, passou a chamar-se Fundamentos Biopsicológicos, com uma postura menos tecnicista. Na nova roupagem da disciplina, houve um retorno ao enfoque das funções psíquicas, não tanto pelo viés psicofísico, mas numa perspectiva mais qualitativa. A abordagem do processo ensino-aprendizagem tornou-se mais sociológica e antropológica, introduzindo-se também uma proposta preventiva para os problemas de aprendizagem. As duas alterações subsequentes – Psicologia da Aprendizagem, em 1992, e Psicologia do Desenvolvimento, em 1996 – evidenciaram a dimensão do patológico como subsídio à compreensão do processo ensino-aprendizagem. Os conteúdos tornaram-se extremamente focados na questão dos distúrbios psicológicos, de aprendizagem e psicomotores, evidenciando uma pespectiva individualista, naturalizante e descritivo-reabilitadora. No ano de 2001, a disciplina apresentou nova proposta e passou a ser chamada Fundamentos Psicossociais, centrando-se no estudo da subjetividade e do sujeito social, nas relações interpessoais do contexto escolar, bem como na relação sujeito-sociedade e na temática da alteridade. A aprovação da Lei Estadual 5.402/2004 encerrou as atividades do IEAF e criou o ISEAF, com a finalidade de promover a formação de profissionais da educação em nível médio e superior no Piauí. Vale ressaltar que, apesar da presença de psicólogos no Piauí desde o início da década de 1970, em nenhum momento encontramos registros desses profissionais como docentes da instituição. Tal função foi ocupada, desde a criação da disciplina (1928) até seu encerramento (2004), por docentes com formação em Filosofia, Sociologia ou Pedagogia.

Referencias

FERRO, M. A. B. **Educação e sociedade no Piauí republicano.** Teresina: EDUFPI, 1996.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

PIRES, F. C. S.. **Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864-1910).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

Ana Gabriela Nunes Fernandes
Renata Castelo Branco Araújo
João Paulo Sales Macedo

■ Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – 1996-

Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ) – 1932-1996

Criado no dia 19 de março de 1932, durante a gestão de Anísio Teixeira na diretoria-geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi estruturado sob a base de um discurso acerca da renovação educacional que lançava sobre a figura dos novos professores primários a responsabilidade da construção de uma nova ordem social. Tinha por objetivo reorganizar a formação de professores primários elevando-a ao ensino superior, com caráter profissional. Para tal, o IERJ oferecia educação para ambos os sexos e organizava cursos de formação e aperfeiçoamento de

professores. Em sua estrutura geral, incluíam-se uma escola secundária e uma escola de professores. Esta tinha como anexos um jardim de infância e uma escola primária, destinados à experimentação, demonstração e prática de ensino. O IERJ também funcionava como centro de documentação e pesquisa, possuindo uma revista denominada *Arquivos do Instituto de Educação*, criada em 1932, para divulgação de suas propostas educacionais. Esta revista não teve uma periodicidade regular e não é mais publicada. O IERJ localiza-se, desde sua criação, no mesmo prédio, na rua Mariz e Barros, próximo à Praça da Bandeira. Este prédio fora construído durante a gestão de Fernando de Azevedo na Instrução Pública (1927-1930), para abrigar a antiga Escola Normal da Corte, inaugurada em 1880. É importante destacarmos que a transformação de Escola Normal em Instituto de Educação não se deu apenas por mera mudança de terminologia. Trata-se de uma grande mudança na concepção da formação de professores. Antes da criação do IERJ, havia no Distrito Federal uma Escola Normal de ensino secundário para formação de professores e uma Escola de Aplicação para a prática das professorandas, enquanto o IERJ é composto por várias escolas, sendo a de formação de professores designada Escola de Professores. Esta, diferentemente da Escola Normal, fora elevada ao nível de ensino superior e possuía caráter profissionalizante. O IERJ foi inserido como um dos dispositivos principais na produção de novas representações sobre a educação escolar e o papel dos professores, como pretendia o grupo que se autointitulava Pioneiros da Educação Nova, utilizando como estratégia de consolidação de seu ideário a constituição de novas representações e novos espaços de poder para a educação. O IERJ era a materialização de uma conquista deste grupo e instituía-se com uma marca que também o diferenciava em relação aos modelos pedagógicos existentes. A experiência de oferecer formação de professores primários em nível de ensino superior iniciou-se em 1932 e, portanto, um dos requisitos para frequentar a Escola de Professores era ter cursado a Escola Secundária do próprio IERJ. A Escola Secundária tinha dois ciclos: o fundamental, com duração de cinco anos, e o complementar, de um ou dois anos. Esta formação, acrescentada aos dois anos da Escola de Professores, garantia que o futuro mestre teria pelo menos oito anos de estudos. Ao diretor-geral do IERJ, cargo ocupado por Lourenço Filho de 1932 a 1937, cabia a coordenação geral de todos os encargos das escolas do instituto, além da organização dos serviços de inspeção de alunos, serviços médicos e dentários, serviços de informação e de arquivo, coordenação da portaria, asseio e conservação do patrimônio. Ao diretor da Escola de Professores, cargo também ocupado por Lourenço Filho, no mesmo período, cabia a coordenação geral dos trabalhos pedagógicos do IERJ, subordinando assim a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim de Infância à Escola de Professores. O objetivo de tal organização era fazer com que a formação de professores ocorresse seguindo objetivos integrados, com aproximação entre a formação teórica e a prática dos futuros professores. Durante a gestão de Anísio Teixeira na Instrução Pública (1931-1935), várias instâncias foram estruturadas organicamente, visando sistematizar a rede escolar, priorizando a reorganização do ensino primário e a formação de seus professores. Dentre estas diversas instâncias, o IERJ e o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) mantinham uma relação estreita. O IPE fora criado para cuidar da organização e melhoria do ensino primário das escolas municipais do Distrito Federal, sendo responsável pela revisão e aplicação de testes psicológicos nos alunos do primeiro ano primário de todas as escolas, assim como pela organização desses alunos em classes seletivas. A aplicação e revisão dos testes cabiam a José Paranhos Fontenelle, chefe da Seção de Medidas e Eficiência Escolares do IPE e professor-chefe de Biologia Educacional e Higiene do IERJ. No IERJ, as professoras e professorandas realizavam pesquisas nas classes seletivas, dentro da proposta de restauração da confiança do magistério através da reforma administrativa e técnica. Neste sentido, o IERJ, além de formar o futuro professorado, oferecia cursos aos

professores em exercício com base em novas bases educacionais, possibilitando o contato direto com sua escola primária, que funcionava também como local de experimentações e pesquisas diretamente relacionadas ao IPE. O IERJ também estava ligado ao IPE pela Seção de Programas Escolares e Atividades Extraclasse, chefiada por Ignacia Ferreira Guimarães, responsável pela elaboração e revisão dos Programas e Guias de Ensino para as escolas municipais do Distrito Federal, com forte base nos estudos de psicologia realizados no IERJ. Desta forma, estabelecia-se, na formação de professores, uma ampla propagação dos saberes psicológicos, que se apresentavam nos programas escolares por meio de concepções sobre a infância, o comportamento, a estruturação do pensar e do aprender. Através da análise de diversos programas de Psicologia da Escola de Professores do IERJ – Psicologia Educacional, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia Diferencial e Psicologia Geral –, e de outras disciplinas – Sociologia Educacional, Biologia Educacional, Prática de Ensino, Matérias de Ensino etc. –, no período de 1932 a 1938, pode-se constatar que a Psicologia se encontrava presente nos programas de todas as matérias como um item fundamental para o processo educativo. Dentre as divisões da Psicologia, vale destacar a Psicologia Geral, que buscava as semelhanças entre os seres humanos, e a Psicologia Diferencial, que procurava estudar e classificar os indivíduos pelas suas diferenças, tendo uma finalidade prática. A educação escolar utilizaria a Psicologia estruturando o ensino através de uma visão global e ao mesmo tempo individual. No momento de criação do IERJ, propagava-se a ideia de que a formação dos professores primários deveria se estabelecer com base em três saberes essenciais: a Biologia, para se averiguar a maturidade fisiológica da criança; a Sociologia, para realizar um estudo da sociedade e da organização dos homens; e a Psicologia, para compreender o comportamento do ser humano, adequando suas capacidades biológicas às necessidades sociais. Desta forma, a organização dos programas escolares deveria ser realizada com base nos estudos sobre o desenvolvimento biológico e psicológico da criança, voltando-se para os interesses, vontades e ocupações da vida infantil, porém equilibrando tais questões com as necessidades da sociedade adulta, isto é, os professores teriam que aprender a direcionar os interesses das crianças para um interesse social maior. A nova organização escolar divulgava a psicologia como um campo de fundamental importância para adaptação dos meios/métodos educacionais à realidade vigente: segundo estes preceitos, a educação seria social nos fins e psicológica nos meios. Em 1935 o IERJ foi incorporado à Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1939 a UDF foi fechada e a formação de professores primários voltou a ser realizada no Curso Normal de ensino médio, retornando para o ensino superior apenas após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, quando o IERJ passou a ser Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

Referências

ARQUIVO ANÍSIO TEIXEIRA. **Documentos textuais** (Séries consultadas: Documentos Pessoais, Correspondência, Produção Intelectual, Legislação e Temática) **e Material Impresso**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, 1910-1970.

ARQUIVO ANÍSIO TEIXEIRA. **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1910-1970.

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA. **Documentos textuais** (Séries consultadas: Correspondência, Produção Intelectual, Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura) **e Material Impresso**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, 1910-1970.

ARQUIVO LOURENÇO FILHO. **Documentos textuais** (Séries consultadas: Correspondência, Temática, Produção Intelectual e Recortes de Jornais) **e Material Impresso**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. Distrito Federal, v. 1 (1, 2, 3, 4), 1932; v. 2 (1), 1945.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Programas e Guias de Ensino.** Programa de Ciências Sociais, série C, n. 4, v. I e II; Programa de Linguagem, série C, n. 1. Rio de Janeiro/Distrito Federal: Cia. Editora Nacional, 1934.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Arquivo Morto**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, 1910-1970.

PINTO, Karina Pereira. **O Instituto de Educação do Rio de Janeiro e a grande reforma dos costumes (1932-1938). Contribuições para uma história da Psicologia.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2001.

PINTO, Karina Pereira. **Por uma nova cultura pedagógica: Prática de Ensino como eixo da formação de professores primários do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1937)**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: PUC/Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, 2006.

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programas mínimos: para o ensino das escolas elementares**. Rio de Janeiro/Distrito Federal: Secretaria-Geral de Educação e Cultura, 1937.

Karina Pereira Pinto

■ Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) – 1970-1990

Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP/FGV) –1947-1970

Criado em 8 de agosto de 1947 por Luiz Simões Lopes, então presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para atender a uma necessidade que se integrava ao projeto desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas, dentro do *zeitgeist* da época: racionalizar o mercado de trabalho. Na ocasião, Jorge Flores era diretor executivo da FGV e realizou as primeiras contratações: de Emilio Mira y López e de Edwiges Florence. Foi extinto em 1990, mas, durante esse período, teve importante papel na história da psicologia brasileira. Mira y López, seu primeiro diretor (1947-1964), foi convidado por João Carlos Vital, da FGV, para que participasse da criação de um órgão voltado para a seleção e adaptação do trabalhador brasileiro. Com isso, foi criado o ISOP, cujo objetivo principal era a difusão e o ensino da Psicologia Aplicada em seus campos de atuação, ou seja, Psicologia do Trabalho, Educacional e Clínica. Na ocasião, a meta principal de orientação profissional era a de aperfeiçoar o processo de escolha profissional, e era mais voltado para os jovens das classes média e alta. Na primeira década de sua existência, o ISOP teve um papel pioneiro na formação de especialistas em seleção e orientação profissional, através dos inúmeros cursos que ministrava, no provimento de serviços nessas áreas e no desenvolvimento e implantação de técnicas de Psicologia Aplicada ao Trabalho. Em 1949, foi fundada a revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, denominada posteriormente *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada* (1968) e, finalmente, em 1979, *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, ainda hoje em circulação, agora na UFRJ e sob formato eletrônico. Inicialmente, era voltada principalmente para artigos que tratassem de temas relativos à prática profissional. Essa revista, pioneira na publicação de artigos científicos em Psicologia, foi de fundamental importância na consolidação e divulgação da pesquisa nacional na área, incluindo trabalhos de autores de diversas instituições e estados brasileiros. De 1957 a 1967, com o aumento progressivo da demanda pelos serviços oferecidos e capacitação de profissionais, houve a consolidação do trabalho do ISOP e uma importante atuação nas discussões, que levaram à regulamentação da profissão, em 1962. Dentre os trabalhos realizados estavam: exame de orientação educacional e profissional; serviços de seleção de pessoal para empresas; exames psicotécnicos dos condutores de veículos do Rio de Janeiro; além de estudos sobre testes, como o Teste de Apercepção Temática (TAT), o Teste de Diagnóstico Miocinético (PMK), o Teste Rorschach, entre outros.

Periodicamente, organizava também cursos para preparação de técnicos em vários ramos e já desenvolvia algumas pesquisas. A fundação da Associação Brasileira de Psicotécnica (depois Associação Brasileira de Psicologia Aplicada – ABRAPA) representou uma outra iniciativa pioneira desta época, embora não tenha sido muito bem-sucedida, já que foi a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto que assumiu um caráter nacional, acabando por tornar-se a Sociedade Brasileira de Psicologia. A partir de 1967, houve uma mudança de orientação, assumindo o ISOP um papel de centro de pesquisas e de pós-graduação. Com isso, transformou-se sua estrutura, que passou a ser constituída de cinco centros. Entre eles, um Centro de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada (CPGPA), onde foi criado um curso de mestrado em 1971, e outro, voltado para o desenvolvimento, adaptação e padronização de instrumentos psicológicos (Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas – CETPP). O curso de pós-graduação do ISOP foi o segundo do Rio de Janeiro e nele se formaram importantes professores e pesquisadores atuais do país, responsáveis, mais tarde, pela criação de novos programas de pós, como Celso Pereira de Sá, que coordenou a criação do mestrado em Psicologia e Práticas Socioculturais na UERJ. Esta última fase foi rica em pesquisas e desenvolvimento de instrumentos e de realização de grandes projetos em convênio com órgãos governamentais, entre eles: Programa de Reabilitação Profissional do INSS; Diagnóstico Nacional de Desenvolvimento Educacional do MEC/INEP, com a construção e padronização das primeiras baterias de testes nacionais, envolvendo 110 mil estudantes; pesquisas sobre temas diversos como acidentes de trabalho, alfabetização, tanatologia, características psicossociais da população brasileira etc. O principal responsável por essas mudanças foi Franco Lo Presti Seminerio, diretor do ISOP de 1970 até o fechamento da instituição. De 1977 a 1988, houve a continuação do trabalho da década anterior, ainda com tendência a grandes projetos em convênio com órgãos públicos, mas esses começavam a escassear. Nesse período, a pós-graduação se firmou. Em 1977, iniciou-se o programa de doutorado, no qual se formaram vários pesquisadores de universidades públicas brasileiras. Criadas anteriormente, a testoteca e a biblioteca do ISOP foram centros valiosos de consulta para pesquisadores e profissionais em geral, e funcionaram até o final da instituição. O declínio do ISOP começou com uma primeira crise em 1988, que resultou em muitas demissões e mudança de local, do espaço tradicional na rua da Candelária, 6 para a Cinelândia e depois para a sede, na praia de Botafogo. O prédio original, uma joia arquitetônica, permaneceu fechado até 2006, quando a FGV o recuperou para sediar alguns de seus cursos. A crise de 1988 culminou com a lastimável extinção do ISOP pela FGV, juntamente com outros sete órgãos, entre eles o Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação (IESAE), um importante centro de estudos superiores de educação, durante a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto em 26 de junho de 1990. Essa extinção, acompanhada da demissão dos últimos pesquisadores e professores, representou uma perda para a psicologia brasileira, nem sempre totalmente apreciada, além de uma perda pessoal inestimável para os que lá trabalhavam. Poucos foram os que deram continuidade à sua carreira de pesquisadores.

Referências

D'ARAUJO, M. C. "O ISOP e os primórdios da Psicologia Aplicada". In: D'ARAUJO, M. C. (Org.). **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

Maria Lucia Seidl-de-Moura

L

Laboratório de Biologia Infantil (LBI) – 1936-1940

Criado em julho de 1936, tinha o objetivo de fornecer as bases científicas para o tratamento médico-pedagógico da infância abandonada e delinquente: como um dos serviços auxiliares do Juízo de Menores do Distrito Federal, objetivava assessorá-lo para uma atuação de forma mais eficiente em suas funções de abrigar e distribuir as crianças que necessitavam de proteção e assistência pelas diferentes instituições disponíveis. A portaria que regulamentava os serviços do LBI justificava sua criação considerando a necessidade de sistematização rigorosamente científica da assistência jurídica a crianças e adolescentes em função das novas tendências da pedagogia moderna, entendendo que, para o melhor encaminhamento destas, era imprescindível o estudo científico da criança em suas dimensões psicológica, física, moral e social. De acordo com sua finalidade de conhecer, estudar e classificar a criança, o laboratório contava com os serviços de identificação e fotografia, exame médico-antropológico, psicologia, orientação profissional, serviço social e um centro de estudos e formação social. Inicialmente dirigido por Leonídio Ribeiro, também diretor do Instituto de Identificação do Distrito Federal, o laboratório contava com importantes personalidades ocupando cargos de chefia: Leme Lopes no Departamento de Psicopatologia, Lourenço Filho na Seção de Psicotécnica, Alberto de Magalhães no Setor de Serviço Social e Hamilton Nogueira no Setor de Neurologia. A criação e as atividades realizadas no laboratório indicavam uma ruptura na concepção das causas do comportamento desviante de crianças e adolescentes. A causalidade moral cede espaço aos fatores psíquicos, sociais, intelectuais e físicos do abandono e da delinquência. Em 1938, o laboratório foi anexado ao Instituto Sete de Setembro – estabelecimento oficial de triagem para crianças e adolescentes do sexo masculino –, ficando ambos sob a direção de Meton de Alencar Netto. A decisão foi tomada para corrigir as deficiências da assistência, dentre elas a descontinuidade dos serviços e a falta de estabelecimentos que pudessem cumprir as determinações do laboratório. Assim, enquanto estabelecimento de triagem, o Instituto Sete de Setembro se beneficiaria do aparelhamento técnico classificató-

rio de que dispunha o LBI, e, por outro lado, algumas doenças diagnosticadas no laboratório poderiam ser medicadas na enfermaria do instituto. Não ocorreram mudanças significativas nos serviços oferecidos pelo laboratório, restringindo-se as transformações ao quadro de pessoal: Maria Esolina Pinheiro passou a ser responsável pelo Setor de Serviço Social; Hamilton Nogueira, que inicialmente chefiava o Setor de Neurologia, passou para a Seção de Psicologia e em seguida foi substituído por Helena Paladini Cardoso, que antes ocupava o cargo de enfermeira. Nota-se que o cargo de psicólogo(a) ou psicologista poderia ser ocupado por profissionais de qualquer especialidade – educador, psiquiatra, enfermeiro –, devido à ausência de formação de profissionais psicólogos. Através da análise dos *Anais do Laboratório de Biologia Infantil*, posteriormente renomeado para *Anais do Instituto Sete de Setembro*, pode-se verificar a predominância de dois assuntos de caráter psicológico: a psicotécnica e o estudo da personalidade da criança abandonada e delinquente. Entendido como formação moral, este estudo ocorreu basicamente com a investigação dos interesses de crianças e jovens, principalmente pela utilização de testes, dentre os quais o teste de Barragem de Pressey para a determinação de interesses e os testes de May e Hartshorme ou o de Fernald-Jacobson para investigar o senso ético. A Psicologia, aplicada à problemática da criança desviante, é entendida enquanto possibilidade de determinação de suas causas. O instrumento principal para se alcançar esse fim seria o estudo da personalidade, com claros objetivos de resgate do desviante e seu enquadramento à norma, por meio de aplicação de conhecimentos de psicotécnica para adequação da mão de obra infantojuvenil. Os exames realizados no LBI procuravam observar os estados clínico, dentário, pedagógico e psicológico de crianças e jovens. O exame psicológico procurava investigar ainda o nível intelectual da criança, bem como a existência ou não de algum distúrbio psíquico. Tais exames revelam grande número de crianças com problemas de verminose, amidalite, debilidade orgânica, cáries dentárias e vários casos de sífilis e tuberculose. Os resultados dos exames psicológicos, por sua vez, revelavam, em geral, crianças e jovens que apresentavam debilidade mental de ligeira a profunda, inteligência subnormal, atenção instável, desordens afetivas reacionais, negativismo e retardado pedagógico. Raros eram aqueles considerados normais ou aproveitáveis. O diagnóstico de debilidade mental selava, em geral, o destino das crianças. Aquelas com QI entre 40 e 70 deveriam ser encaminhadas ao sanatório-escola para tratamento. Quanto àquelas com QI abaixo de 40, cujo grau de educabilidade era considerado insignificante, o procedimento considerado mais conveniente era a internação definitiva em asilo ou colônia de psicopatas. Desta forma, podemos concluir que o discurso psicológico era utilizado no LBI como forma de identificar o desviante. Analogamente à identificação datiloscópica, fazia-se uso do pensamento psicológico menos como possibilidade de intervenção e mais como meio de identificação da criança. Os conceitos e teorias empregados pelo laboratório tinham como finalidade auxiliar no enquadramento do menor em um diagnóstico que permitiria indicar o tratamento a ser realizado pela instituição que o acolheria. Contudo, apesar da existência de indicações para tratamento psicológico, o encaminhamento mais comum era para internação em estabelecimentos disciplinares. Ou seja, a própria necessidade de tratamento médico, psicológico e/ou pedagógico justificava a indicação da internação. Deste modo, podemos dizer que o LBI, bem como as instituições de assistência à infância e adolescência deste momento histórico, incorporava o saber científico, dentre eles o saber psicológico, no que diz respeito ao estudo, diagnóstico, classificação e indicação para tratamento, porém esses saberes não foram incorporadas no âmbito da assistência propriamente dita.

Referências

ANAIS DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA INFANTIL, n. 3, dezembro de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

ANAIS DO INSTITUTO SETE DE SETEMBRO, v. 1, dezembro de 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

ARQUIVOS DE MEDICINA LEGAL E IDENTIFICAÇÃO, ano VII, n. 14, 1ª parte. Rio de Janeiro: Instituto de Identificação, 1937.

ARQUIVOS DE MEDICINA LEGAL E IDENTIFICAÇÃO, ano VII, n. 14, 2ª parte. Rio de Janeiro: Instituto de Identificação, 1937.

BRASIL. **Decreto 16.272, de 20/12/1923**. "Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

BRASIL. **Decreto-lei 17.943 A, de 12/10/1927**. "Código de Menores". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. **Decreto-lei 1.797, de 23/11/1939**. "Reorganiza o Instituto Sete de Setembro e dá outras providências". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

GUSMÃO, S. de. **Proteção à infância**. Relatório do Juiz de Menores do Distrito Federal 1940 apresentado pelo Bacharel Saul de Gusmão ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Francisco Campos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

OLIVEIRA, L. de A. **A influência dos saberes psicológicos na construção da assistência à infância no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SABOIA LIMA, A. **A infância desamparada**. Relatório do Juiz de Menores do Distrito Federal referente aos anos de 1937 e 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

Leila de Andrade Oliveira

■ Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro – 1924-1932

Idealizado por Gustavo Köhler Riedel, diretor da Colônia de Psicopatas, que em 1922 regressou dos Estados Unidos entusiasmado com o movimento de Higiene Mental e com o emprego de aparelhos de laboratório de psicologia para realização de exames psicológicos. Os aparelhos e instrumentos, financiados pela Fundação Gaffrée e Guinle, foram importados de Paris e Leipzig e instalados em algumas salas do dispensário n. 2 da colônia, no Engenho de Dentro – RJ. A inauguração, que data de 1924, com a contratação de Waclaw Radecki para dirigi-lo, só entrou em operação no início de 1925. Radecki, nascido em Varsóvia, estudou com Flournoy e Claparède, doutorando-se em Medicina pela Universidade de Genebra. Veio para o Brasil em 1923 em companhia de Halina Radecka, sua esposa, doutora em Humanidades e em Medicina, a primeira assistente do laboratório, apresentando-se como psicólogo profissional. A centena de aparelhos e instrumentos que compunha o laboratório se prestava à pesquisa e exames do tato, sensações musculares, sensações estáticas e cinestéticas, reflexos, dor, sensações térmicas, olfato, paladar, audição, visão, atenção, associação, discriminação, memória, pensamento, processos afetivos, reações orgânicas fisiológicas e sugestão. Era um laboratório de Psicologia Geral, mas foi adaptado para uso como laboratório de Psicotécnica, e ajudou a atender as finalidades a que o laboratório se propunha: servir como instituição auxiliar médica (análises gerais e parciais dos doentes e dos propensos às doenças mentais, e psicoterapia); auxiliar nas necessidades sociais e práticas (exame das crianças nas escolas, exame de aptidão profissional, investigações forenses dos criminosos, presos ou testemunha); ser um núcleo científico (contribuições experimentais à Psicologia Geral, Psicologia Individual, Psicologia Coletiva e à Psicopatologia); e centro didático para formar os técnicos brasileiros. Nos relatórios do período feitos por Oswaldo Guimarães, como o de 1928, percebe-se o ritmo dinâmico: exame geral de mais de 200 pessoas, sendo 100 delas atendidas pela higiene infantil e dirigidas ao laboratório; exame parcial do tempo de reação de cem epiléticas, a requerimento de Plínio Olinto; exame de doentes encaminhados por médicos da colônia e da cidade; trabalhos psicoterapêuticos e psi-

canalíticos a pedido dos médicos (14 psicanálises completas); exame da fadiga de menores trabalhadores nas fábricas; exame psicológico de candidatos ao serviço de pilotagem militar com vistas à orientação profissional; dois cursos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; um curso na Faculdade de Direito de Curitiba; um curso na Liga Brasileira de Higiene Mental; um curso teórico e um curso prático no laboratório; dois cursos na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto e dois cursos no laboratório para médicos militares. Os relatórios indicavam conferências realizadas na Academia Brasileira de Ciências, na Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, e no Congresso de Higiene de Belo Horizonte. Dos cursos e conferências vieram novos colaboradores: o médico Nilton Campos, que se tornou segundo assistente em 1925; o psiquiatra Gustavo de Rezende; a professora municipal Lucília Tavares; os médicos militares Agnello Ubirajara da Rocha, Arauld Bretas e Alberto Moore; os médicos Antonio de Bulhões Pedreira, Oswaldo Guimarães e Flávio Rodrigues Dias. Sem vínculo direto: o advogado Euryalo Cannabrava e Edgard Sanchez, professor de Filosofia do Direito. No final de 1929, o laboratório acolheu seu último colaborador, Jayme Grabois. Quase todos, isoladamente, em parceria entre eles ou com Radecki, publicaram contribuições teóricas ou práticas em volumes de *Trabalhos de Psicologia*, sendo um de 1928 e outro de 1929, constantes também nos *Anais da Colônia de Psicopatas*, nos quais serão encontradas até a edição de 1933, inclusive os produzidos para o Congresso Internacional de Psicologia de 1932, em Copenhague. Existem pelo menos duas dezenas de publicações, todas apresentadas na qualidade de produção do laboratório. Em 1927, Radecki chefiou uma comissão de médicos (Flávio Rodrigues Dias, Arthur Fajardo da Silveira, Antonio Moniz de Aragão e Nilton Campos) em visita a laboratórios de psicologia da Europa, conforme consta no relatório de Campos de 1928. A comissão percorreu laboratórios em Paris, Bruxelas, Louvain, Colônia, Bonn, Berlim, Varsóvia, Cracóvia, Viena, Munique e Genebra. Em 19 de março de 1932, o Decreto-lei 21.173 converteu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas em Instituto de Psicologia, tendo Radecki como diretor e vários de seus colaboradores como docentes, pois um dos objetivos deste órgão era a criação da Escola Superior de Psicologia. Por motivos desconhecidos, o Decreto-lei 21.999 de 24/10 do mesmo ano, extinguiu o Instituto e seus aparelhos voltam para o Engenho de Dentro. Desolados, os Radecki abandonaram o país e edificaram uma nova vida na Argentina e no Uruguai. No início de 1933, o governo admitiu quatro médicos, ex-assistentes de Radecki, para atuarem no denominado Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas em Engenho de Dentro. Em 1937, dois deles aproveitaram dispositivos da Lei 452, de 05/05/1937, e fizeram gestão junto ao ministro da Educação, que, em fins de 1937, recriou o Instituto de Psicologia de 1932, agora como Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. Ficou sob a direção de Jayme Grabois, que para ele trouxe a aparelhagem e os livros que estavam no Engenho de Dentro. Em 1965, a Universidade do Brasil é transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e o instituto passou a ser o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências

CAMPOS, N. "Relatório de uma viagem realizada à Europa para estudos psychologicos". **Annaes da Colônia de Psychopathas.** Rio de Janeiro, 1928.

CENTOFANTI, R. "Radecki e a Psicologia no Brasil". **Psicologia: Ciência e Profissão**, ano 3, n. 1, 1982.

CENTOFANTI, R. "O discriminacionismo afetivo de Radecki". **Memorandum**, n. 5, p. 94-104, 2003.

GUIMARÃES, O. N. S. "O Laboratório de Psicologia". **Trabalhos de Psychologia**, v. 1, Rio de Janeiro, 1928.

PENNA, A. G. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Rogério Centofanti

Laboratório de Psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo – 1912-1930

Idealizado por volta de 1910 pelo professor normalista Oscar Thompson, diretor-geral da Instrução Pública, e patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo, foi implantado e confiado à direção do professor primário Clemente Quaglio, em 1912. Teve por argumento de criação a mesma prática em escolas congêneres no exterior, e como objetivo a edificação de uma Pedagogia científica com base na Biologia, Fisiologia, Anatomia, Higiene, Sociologia, Antropologia e Psicologia. Dele esperava-se o conhecimento científico da criança, o aprendizado do rigor dos métodos experimentais para serem, por analogia, aplicados aos laboratórios de Pedagogia Experimental, e o emprego dos aparelhos e instrumentos para avaliação psicológica dos alunos. Denominou-se Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental e, sob a orientação de Quaglio, serviu para aulas teóricas e exercícios práticos destinados aos alunos do quarto ano do Curso Normal. Em 1913 o médico e pedagogista italiano Ugo Pizzolli foi convidado para reaparelhar o gabinete e ministrar o curso de Cultura Pedagógica, dirigido aos educadores. Pizzolli era conhecido do professorado paulista devido a suas publicações. Os aparelhos por ele idealizados já existiam em laboratórios de escolas normais secundárias de São Paulo, Itapetininga e São Carlos, antes de sua chegada ao país. Essas atividades ocorreram em 1914, e Pizzolli ficou em São Paulo de 1º de maio a 10 de novembro desse mesmo ano. O reaparelhamento de Pizzolli consistiu em planejar e acompanhar a construção do mobiliário em que os aparelhos foram guardados, e ensinar aos professores como lidar com eles, visto que dependiam do autodidatismo de seus operadores. O curso de Pizzolli acompanhou o feitio daqueles que promovia na Itália: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Higiene, Antropologia e Psicologia, finalizando com lições de exame e registro dos resultados na folha biográfica, que foi aqui chamada de Carteira Biográfica escolar e tornada obrigatória em todas as escolas primárias, inaugurando a prática da psicometria no âmbito escolar paulista. Participantes do curso publicaram teses, algumas versando sobre raciocínio, memória, tipos intelectuais e associação de ideias, algumas vezes com emprego de aparelhos do laboratório. Os exames classificados como psicológicos tinham como foco a sensibilidade interna e externa, visão, audição, tato e senso muscular, gosto e olfato, memória e associação, para os quais boa parte dos aparelhos estava adequada. Para qualificar e quantificar dados relativos à inteligência, ao temperamento sentimental, à afetividade, à conduta, à vontade, aos caprichos, às excentricidades e à vocação, Pizzolli apontou caminhos pelos quais o professor psicólogo ficava convidado a fazer uso do olhar psicológico, empregando um método a partir da observação dos caracteres exteriores e superficiais das crianças. Em 1914, Oscar Thompson, à época diretor da escola, inaugurou formalmente o gabinete, com o nome de Laboratório de Pedagogia Experimental. Seu relatório listava parte da aparelhagem: optômetro, cromatoestesiscópio, olfatímetro, quimógrafo Zimermann, cardiógrafo, pneumógrafo, aparelhos assinaladores Patrizi, cronoscópio de Arsonval, cronoscópio Pizzolli, cronômetro Ferrari-Guicciardi, ritmoscópio Pizzolli, mioestesiscópio Ferrari-Guicciardi, mioestesioscópio Pizzolli, dentre outros. Em 1927 o laboratório daquela que se denominou Escola Normal de São Paulo iria acolher Henri Piéron, que ministrou curso aos educadores, a exemplo do que fez Pizzolli, em 1914. Manoel Bergström Lourenço Filho esteve à sua frente de 1925 até 1930, com colaboração de Noemy da Silveira Rudolfer e do aluno João Batista Damasco Penna, nessa época desenvolveram os Testes ABC. Em 1931 a Escola Normal de São Paulo foi convertida no Instituto Pedagógico de São Paulo, em cujo Serviço de Assistência Técnica ficava o laboratório. Em 1932 criou-se o Serviço de Psicologia Aplicada e o instrumental do laboratório nele permaneceu.

Em 1933 foi criado o Instituto de Educação e o Serviço de Psicologia Aplicada foi a ele anexado, agora com o nome de Centro de Psicologia Aplicada à Educação. Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934, o Centro de Psicologia Aplicada à Educação foi anexado à nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e permaneceu no Instituto de Educação, agora chamado de Caetano de Campos, onde Noemy da Silveira Rudolfer assumiu a cátedra de Psicologia Educacional e dirigiu o Laboratório de Psicologia Educacional com os aparelhos e instrumentos do laboratório criado em 1912. Em 1941 o laboratório foi extinto.

Referências

CENTOFANTI, R. "Os laboratórios de Psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria". **Psicologia da Educação**, 22, 1º sem., 2006.

CENTOFANTI, R. "Ugo Pizzolli". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, ano 2, n. 1, 2002.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

THOMPSON, O. "O futuro da pedagogia é científico". In: ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE SÃO PAULO. **O Laboratório de Pedagogia Experimental.** São Paulo: Typ. Siqueira, Nagel & Comp, 1914.

Rogério Centofanti

■ Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) – 1923-1947

Fundada em 1923 no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, um dos pioneiros da área e seu primeiro presidente. Nos seus quadros também constavam Juliano Moreira, Renato Kehl, Henrique Roxo, Ernani Lopes, Júlio Pires Porto-Carrero, Ulisses Pernambucano – a elite psiquiátrica do Brasil – além de juristas, educadores e ocupantes de cargos públicos. A LBHM era uma entidade civil reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto 4.778 da Câmara dos Deputados, em 1923. Funcionava com subvenção federal e ajuda de filantropos. Suas atividades se expandiram posteriormente para São Paulo, Pernambuco e outros estados. Pacheco e Silva (delegado regional da Liga), Franco da Rocha e Leopoldino Passos se destacaram em São Paulo. A Liga do Rio Grande do Sul foi fundada por Raymundo Vianna, delegado regional da LBHM. Ulisses Pernambucano, também delegado regional, destacou-se no Estado de Pernambuco. Os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas também contavam com seus delegados regionais. Do ponto de vista organizacional, a Liga era composta por direção, presidente, vice-presidente, secretário-geral, um conselho executivo e também se dividia em seções temáticas. Inicialmente, o objetivo institucional da LBHM era melhorar a assistência aos doentes mentais, com a renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos brasileiros. Em 1926, surgiram projetos que ultrapassaram esse objetivo e o foco da instituição passou a ser a prevenção eugênica e a educação higiênica dos indivíduos. Mesmo assim, alguns de seus membros continuavam fiéis ao princípio de humanização da assistência psiquiátrica, como é o caso de Ulisses Pernambucano, que fundou, em 1925, no Recife, uma escola para a educação de crianças anormais e discordava da proposta eugênica defendida por Renato Kehl. A partir dos textos, artigos e outras publicações lançadas em 1926, os psiquiatras da Liga defendiam uma nova concepção higienista e de proteção da saúde mental dos indivíduos normais. A intervenção preventivista dos psiquiatras pretendia atingir os meios escolar, profissional e social. O projeto eugênico era orientado pela concepção organicista, notadamente da psiquiatria alemã de Kraepelin, que defendia a hereditariedade da doença mental. A higiene mental, a partir de 1928, passou a ser a teoria geral que orientava a prática da psiquiatria na LBHM. Em 1929, seus dirigentes reafirmam, em editorial, o objetivo de fazer crescer e frutificar as ideias de higiene mental e eugenia,

que consubstanciavam o programa daquela instituição. O conceito de eugenia, criado por Francis Galton, fisiologista inglês, no século XIX, se referia ao estudo dos fatores socialmente controláveis que poderiam elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras. Esse conceito, já de uso corrente nos meios intelectuais e científicos, foi utilizado pelos psiquiatras da Liga como justificativa para intervenções sociais, afirmando, muitas vezes, concepções e práticas racistas, xenófobas e autoritárias. A LBHM apoiou o Departamento de Saúde do Estado Novo (1930), iniciativa que visava expandir os métodos de higiene mental a todo o povo brasileiro e buscou influir no processo constituinte de 1934. A construção da nação advinha do cuidado eugênico da raça brasileira. Por isso, a eugenia era tida como higiene social. A Liga atuou de forma entusiástica em campanhas antialcoólicas, de educação higiênica da infância e pelo controle da imigração. Essas concepções estavam presentes nos artigos que seus membros publicavam na revista *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM)*, de publicação semestral, que teve seu primeiro número em 1925. A revista tinha uma publicação irregular; em 1929, foram publicadas três edições e em 1930, nove. A publicação teve grande difusão no país, para além do âmbito médico, com distribuição gratuita em colégios e bibliotecas. Muitos artigos defendiam a inferioridade racial dos negros e dos mestiços, além de medidas profiláticas mais ou menos compulsórias: o certificado pré-nupcial e a esterilização dos chamados degenerados. A Liga iniciou então campanhas educativas, implantando serviços de proteção à infância, como o Ambulatório de Psiquiatria, cujo objetivo era cuidar da criança e da família. Nesse momento, montou também laboratórios de Psicologia Aplicada e fez aplicação de testes psicológicos em escolas públicas e fábricas. A Psicanálise, que começaria a se institucionalizar no Brasil na década de 1930, foi assimilada pelos psiquiatras da Liga dentro do projeto eugênico. Em 1926, Júlio Pires Porto-Carrero fundou a Clínica Psicanalítica, que durou até 1927. A Psicanálise era vista na LBHM como uma técnica terapêutica mais do que como uma disciplina contrária ao organicismo. As contribuições de Freud foram adaptadas no sentido de instituir práticas nas escolas, juizados de menores e propiciar educação sexual e moral às massas. Dessa forma, a Psicanálise foi utilizada para expandir os ideais eugênicos e preventivistas da organização. A criação da LBHM se processou numa década de intensa mudança social, econômica e política. Seus ideais expressavam a vontade de modernização da sociedade e a construção de um novo homem, defendendo o modelo do homem moralista, disciplinado e disciplinador, racista, intolerante e autoritário. No período da II Guerra Mundial e com o novo contexto político da década de 1940, os ideais da LBHM perderam força, diminuindo as suas práticas de intervenção social. Não foi possível levantar detalhes sobre o término das atividades da Liga, visto que suas últimas atas não foram localizadas pela Academia Nacional de Medicina, onde estavam arquivadas. No entanto, foi possível identificar que o *ABHM* continuou a ser publicado até 1947. As últimas edições podem ser encontradas na biblioteca da Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro) e na Faculdade de Medicina da Bahia.

Referências

"Editorial". **Arquivos Brasileiras de Higiene Mental,** v. 2, n. 1, out. 1929.

"Estatudos da Liga Brasileira de Higiene Mental", **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, v. 2, n. 1, out. 1929.

COSTA, J. F.. **História da Psiquiatria no Brasil – um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

ENGEL, M. G.. **Fontes para uma história das concepções acerca da loucura na cidade do Rio de Janeiro**, 1830-1930. Rio de Janeiro, 1990. Mimeo.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

KEHL, R. "A campanha da Eugenia no Brasil". **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, v. 4, n. 3, mar.-abr.-maio 1931.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e defeituosos no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PONTE, C. F. **Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

REIS, J. R. **Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, dez. 1994.

RUSSO, J. **O mundo psi no Brasil.** Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SCHWARCZ, L. M.. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, M. L.; BOARINI, M. L**. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 14, n. 2, ago. 2008.

Rafael Mendonça Dias

M

■ Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) – 1987-

Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) – 1978-1987

Movimento social não institucionalizado, interestadual, plural, aberto e de composição multiprofissional (psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, assistente social, terapeuta ocupacional), cuja origem data do ano de 1978. Estruturado numa coordenação nacional e nas organizações regionais dos trabalhadores em saúde mental, utiliza informativos, boletins e periódicos para divulgar notícias. Está presente em várias organizações políticas, entidades da saúde e outras, tais como: Núcleos Estaduais de Saúde Mental do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), Movimento de Renovação Médica (REME), Grupo de Médicos Residentes, Rede de Alternativas à Psiquiatria, Conselhos e Sindicatos Profissionais e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associações de Familiares e de Psiquiatrizados etc. Os militantes são conhecidos como mentaleiros – alcunha que associa o adjetivo mental às palavras metalúrgico e metaleiro. É influenciado pela experiência terapêutica da psiquiatra Nise da Silveira e pelos movimentos da antipsiquiatria, da psiquiatria democrática italiana e da Rede Internacional de Alternativas à Psiquiatria. São seus principais interlocutores: Ronald Laing, David Cooper, Thomas Szasz, Erwing Goffman, Robert Castel, Franco Basaglia e Michel Foucault. Emerge no contexto de manifestações sociais pelo processo de abertura política, após o golpe militar de 1964, e de reivindicações dos movimentos populares por saúde, na década de 1970, o chamado Movimento da Reforma Sanitária. É deflagrado pela mobilização de diversos trabalhadores em todo o país e especialmente pela crise na Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), com a demissão de profissionais/residentes dos hospitais psiquiátricos federais no Rio de Janeiro, em 1978. Dois eventos propiciam a organização nacional dos profissionais no ano de 1978: o I Congresso Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – realizado de 19 a 22 de outubro no Rio de Janeiro, lançando o Instituto Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições (IBRAPSI), com a presença dos principais idealizadores das correntes de pensamento crítico em psiquiatria –, e o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, realizado de 27 de outubro a 1º de novembro, em

Camboriú – SC, conhecido como Congresso da Abertura e que marca o caráter político-ideológico presente nas discussões dos espaços paralelos ao da organização oficial, tanto no que diz respeito à saúde mental quanto em relação à política vigente no país. Em seguida a estes eventos, acontecem novos espaços de reunião e articulação dos militantes. Nos dias 20 e 21 de janeiro de 1979, na cidade de São Paulo, ocorre o I Congresso Brasileiro dos Trabalhadores em Saúde Mental, formalizando a organização social dos trabalhadores e sua força de atuação. Em novembro de 1979, na cidade de Belo Horizonte – MG, é realizado o III Congresso Mineiro de Psiquiatria. Neste evento, que teve a participação de Franco Basaglia, Robert Castel, Antonio Slavich, os grupos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia propõem trabalhos de enfoque social (assistência psiquiátrica, participação popular e a ordem psiquiátrica) para debate junto aos temas tradicionais da psiquiatria (psicofarmacologia, terapia da crise, esquizofrenia, identidade profissional). O II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental acontece paralelamente ao VI Congresso Brasileiro de Psiquiatria nos dias 22 a 27 de agosto de 1980, em Salvador – BA. Ficam demarcadas as diferenças de postura política entre o MTSM e a Associação Brasileira de Psiquiatria. Cria-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para apurar os problemas na assistência psiquiátrica e rever a legislação penal e civil pertinente ao doente mental. Nas IV Jornada de Psiquiatria do Norte-Nordeste Brasileiro e II Jornada Paraibana de Psiquiatria, em João Pessoa – PB, é produzida a Carta de Tambaú, de abril de 1982, implicando os políticos com as lutas do movimento. O objetivo do MTSM é a transformação da assistência em saúde mental, influenciando a formulação das políticas públicas. Tem um aspecto corporativista de luta, pois encaminha reivindicações por melhores condições de trabalho nos hospitais, por direitos trabalhistas e pela organização dos trabalhadores. Toma uma direção ideológica, social e política ao abordar o tema da exclusão social e do poder do saber médico no contexto de opressão vivido na sociedade brasileira. Denuncia a privatização e a mercantilização do setor saúde, a precária assistência aos pacientes, a ausência de participação democrática na elaboração das políticas públicas. Implicado com as questões mais gerais da sociedade brasileira, luta pela liberdade democrática, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela democratização da ordem social e econômica. Constrói um pensamento crítico ao saber e à instituição psiquiátrica. Inclui na sua pauta a defesa dos direitos dos doentes mentais para mudar a realidade de violação dos direitos humanos presente nas instituições psiquiátricas. De 3 a 6 de dezembro de 1987, é realizado o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, em Bauru – SP. Com a participação de 350 trabalhadores, observa-se a primeira manifestação pública – uma passeata – organizada no Brasil pela extinção dos manicômios. Ao radicalizar ideias e ações, os trabalhadores reafirmam e ampliam compromissos. Criam uma nova organização do coletivo, que passa a se chamar Movimento da Luta Antimanicomial (MLA). Não pretendem apenas a modernização de serviços. Numa crítica ao Estado como aquele que sustenta mecanismos de exploração e violência, colocam como necessária a aproximação com os diversos movimentos populares e a classe trabalhadora organizada. Propõem a organização dos militantes em núcleos estaduais pelo Brasil, consolidam o *18 de maio* como o *Dia Nacional de Luta Antimanicomial* e assumem a defesa da bandeira por uma sociedade sem manicômios. Oficializa-se, assim, a entrada no movimento de novos atores sociais, os usuários de serviços de saúde mental e seus familiares, como estratégia de ampliação das bases sociais do movimento.

Referências

AMARANTE, P. (Coord.). **Análise dos determinantes e estratégias das políticas de saúde mental: o projeto da Reforma Psiquiátrica (1970-90)**.

Relatório Final. v. II. Rio de Janeiro: MS/FIOCRUZ/ENSP, 1993.

AMARANTE, P. (Org.). **Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.

COORDENAÇÃO NACIONAL – MTSM. "Informativo do MTSM: Por uma sociedade sem manicômios". **Cidadania e loucura**, jun. 1989.

COORDENAÇÃO NACIONAL – MTSM. **Boletim da Coordenação Nacional - MTSM**. Luta Antimanicomial: balanço de 1988 e perspectivas para 1989. Seminário de Belo Horizonte, nov./dez. 1988.

LOUGON, M.; ANDRADE, M. S. "O movimento dos usuários e trabalhadores em saúde mental: uma perspectiva histórica e internacional comparada". **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 44, n. 10, 1995.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ação do Ministério da Saúde. Reabilitação como proposta política. **Tema Radis**. n. 4. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1983.

PLENÁRIO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. "Órgão do Plenário dos Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo". **O Mentaleiro**. ano I. n. 2, jun. 1987.

PLENÁRIO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL. **Informativo. Plenário dos Trabalhadores em Saúde Mental**, abr. 1989.

"Red de Alternativas a la Psiquiatria". **Quinto Encuentro Internacional y Primero de América Latina**. Cuernavaca/México, 1981.

"Rede de Alternativas da Psiquiatria". **Boletim**. n. 3, nov. 1982.

Ana Carla S. Silveira da Silva

Edvaldo Nabuco

■ Museu de Imagens do Inconsciente – 1952-

É uma instituição pública municipal, de caráter assistencial e de formação. Foi fundado no dia 20 de maio de 1952 por Nise da Silveira. Possui como público-alvo pessoas internadas e egressas do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira. É mantido com verba da prefeitura do Rio de Janeiro e da Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente. Seu endereço é rua Ramiro Magalhães, 521, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro – RJ. O contexto de criação do Museu de Imagens do Inconsciente e de suas diretrizes de trabalho está intimamente relacionado com a trajetória de Nise da Silveira. Em 1944, quando foi criado o Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), no bairro de Engenho de Dentro, Nise da Silveira foi trabalhar com Fábio Sodré, que havia introduzido as atividades ocupacionais para pessoas internadas na Seção Waldemar Shiller, destinada a quadros agudos. Tal proposta rompia com os critérios estipulados por Juliano Moreira de oferecer atividades ocupacionais somente para casos considerados crônicos. No ano seguinte, Fábio Sodré foi transferido de setor, cabendo a Nise da Silveira dar continuidade às atividades ocupacionais. Em maio de 1946, Nise da Silveira foi convidada por Paulo Elejalde, então diretor do CPN, para assumir a coordenação das atividades ocupacionais de todo o estabelecimento. Quando Nise da Silveira foi trabalhar no CPN, a psiquiatria encontrava-se em pleno processo de renovação de suas técnicas, que possuíam como eixo o eletrochoque, a lobotomia e o coma insulínico. Nise da Silveira, que esteve presa durante a ditadura Vargas, comparava os novos métodos empregados na psiquiatria com as torturas que havia visto na prisão. Desta forma, sempre se posicionou contra tais métodos e concebeu a terapêutica ocupacional como um método não agressivo. As tarefas ocupacionais desenvolvidas no CPN, antes de Nise da Silveira assumir a coordenação, estavam limitadas a atividades como levar roupas sujas da enfermaria para a lavanderia, juntar estopa, varrer o chão. Foram substituídas por atividades de cunho expressivo como pintura, modelagem e teatro, pois Nise da Silveira se interessava pelos pensamentos e emoções das pessoas que se encontravam internadas. O trabalho da Seção de Terapêutica Ocupacional se constituiu como método de tratamento e pesquisa, além de garantir um núcleo de reserva ética indispensável para as subsequentes mu-

danças no campo da saúde mental. O ateliê de pintura foi aberto em 9 de setembro de 1946, tendo o artista plástico Almir Mavignier como monitor. Sua função era possibilitar as melhores condições para que o frequentador do ateliê pudesse se expressar livremente, funcionando como um afeto catalisador. A produção dos ateliês de pintura e modelagem da Seção de Terapêutica Ocupacional deu origem ao Museu de Imagens do Inconsciente. A qualidade artística de muitas obras chamou imediatamente a atenção e levantou importantes questionamentos acerca dos métodos de tratamento utilizados. A beleza das imagens servia de denúncia contra as práticas asilares. Antes mesmo da fundação do Museu, foram organizadas exposições das obras produzidas nos ateliês de pintura e modelagem. Em fevereiro de 1947, ocorreu uma exposição no Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e em outubro de 1949 no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Essas duas exposições suscitaram muitos debates no campo da arte, principalmente entre Mário Pedrosa e Quirino Campofiorito. Ambos reconheciam o aspecto terapêutico do trabalho desenvolvido por Nise da Silveira, mas Campofiorito negava as qualidades artísticas das obras, enquanto Mário Pedrosa as reconhecia como verdadeiras obras de arte. Outro fator que chamava atenção era o aparecimento de formas circulares. De acordo com a psiquiatria clássica, a produção pictórica de pessoas com diagnóstico de esquizofrenia apresentaria formas fragmentadas. Diversos desenhos e pinturas dos arquivos do Museu apresentavam essas características. No entanto, tão numerosas ou mais que as formas fragmentadas, podia-se observar a configuração de formas harmoniosas, simétricas, dispostas em torno de um centro e, principalmente, formas circulares. Nise da Silveira começou, então, a reunir imagens em forma circular, que rapidamente ultrapassaram uma centena. As pinturas do Museu levantavam enormes questionamentos no campo da psicologia. Os desenhos em forma circular ou tendendo ao círculo impressionaram Nise da Silveira de maneira especial. Ao final de 1954, enviou a C. G. Jung uma carta acompanhada de fotografias de alguns desses desenhos, na intenção de entender qual o significado do aparecimento de formas harmônicas e circulares em produções de esquizofrênicos. Procurou, então, uma base teórica para explicar esses fenômenos, chegando, enfim, às concepções da Psicologia Analítica que, de maneira geral, relaciona a configuração espontânea de mandalas a um movimento de compensação inconsciente para a provável vivência de caos do campo da consciência. Ao longo dos anos, o Museu de Imagens do Inconsciente promoveu mais de cem exposições em diversas cidades brasileiras e no exterior. A mais importante delas ocorreu durante o II Congresso Mundial de Psiquiatria, em Zurique, Suíça, sendo a exposição aberta por Jung. A partir do contato com este último, Nise da Silveira imprimiu uma nova inflexão teórica no campo da saúde mental brasileira. As exposições invariavelmente atraíam um público expressivo, mas Nise da Silveira sempre frisou que as belas imagens que encantam o público não podem esconder o fato de os autores das obras terem configurado suas sofridas experiências dentro de um hospital psiquiátrico. Uma das principais características do trabalho desenvolvido por Nise da Silveira através do Museu de Imagens do Inconsciente foi levar as discussões do campo da saúde mental para toda a sociedade. Além das exposições e do contato com artistas plásticos como Almir Mavignier, Ivan Serpa e Abraham Palatnik, Nise da Silveira desenvolveu trabalhos com o ator Rubens Corrêa, que encenou uma peça, *Artaud!*, a partir de sugestão da médica, e, principalmente, com Leon Hirszman, com o qual produziu a trilogia cinematográfica *Imagens do Inconsciente*. Podemos acompanhar o desdobramento das obras de Fernando Diniz, Emygdio de Barros, Raphael Domingues, Adelina Gomes, Lúcio, Isaac Liberato, Carlos Pertuis, Octávio Ignácio, dentre outros, nos livros *Imagens do Inconsciente* e *O Mundo das Imagens*.

Referências

BOLSHAW, C. **"Estrela de oito pontas:" a reconstrução do espaço em Fernando Diniz**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GULLAR, F. **Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

MELO, W. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro/Brasília: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001.

MELO, W. **Ninguém vai sozinho ao paraíso: o percurso de Nise da Silveira na Psiquiatria do Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEDROSA, M. (Org.). **Museu de Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1980.

SILVEIRA, N. da. **Jung: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SILVEIRA, N. da. **Teoria e prática da T.O**. Rio de Janeiro: Casa das Palmeiras, 1979.

SILVEIRA, N. da. **Imagens do inconsciente.** Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SILVEIRA, N. da. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

VOLMAT, R. **L'Art Psychopathologique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

Walter Melo

N

■ Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ) – 1969-

Instituição assistencial filantrópica, foi fundada em 1 de março de 1969, após a compra de um terreno no bairro Floramar, situado na região Norte de Belo Horizonte – MG, por membros de um movimento filantrópico que tinham formação espírita kardecista. Era inicialmente um grupo de amigos que se reunia na casa de um casal, o administrador de empresas aposentado Célio de Oliveira Trópia e sua esposa, Maria Zacharias Trópia. Inicialmente, a instituição funcionou em regime de internato para crianças encaminhadas pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). A partir de 1976, o núcleo passou a receber apenas crianças com necessidades especiais (oferecendo psicodiagnóstico e acompanhamento terapêutico) e, em 1991, passou a trabalhar também com idosos. Diversos personagens contribuíram para o crescimento da instituição, entre eles seu fundador, Célio de Oliveira Trópia, e Raul Alberto Marinuzzi, que participou de sua criação em 1969, voltando a participar ativamente de sua história em 2000. O objetivo atual do núcleo é prover assistência à população de baixa renda e a portadores de deficiência física. Seus recursos provêm de doações de pessoas físicas, pessoas jurídicas e do Estado de Minas Gerais. Os quatro dirigentes que integram atualmente a diretoria são: o diretor-geral Raul Alberto Marinuzzi, o vice-diretor-geral Ruy Estrela Rego, o diretor secretário Nivaldo Miranda e o diretor financeiro Célio de Oliveira Trópia. Todos são voluntários. O NACJ tem três publicações periódicas: *O Caminho*, jornal anual; *Caminhando*, jornal bimestral de circulação interna, e o *Jornal da Esperança*, mensal, de circulação interna, desenvolvido por usuários idosos e psicólogos da instituição. Realiza também diversos eventos como: Feira de Artesanato da Escola, Comemoração do Mês do Portador de Necessidades Especiais, Semana do Idoso e Feira do Idoso. Do regimento do núcleo, destacamos duas normas: a que explicita que a admissão de pessoas atendidas será de acordo com o regulamento de cada unidade, respeitando-se os perfis socioeconômicos de maior carência; e a que diz que o ingresso de pessoas em regime de interno/residente necessita da aprovação de uma comissão formada pelo diretor-geral, pelo assessor voluntário da unidade e pelo assistente social responsável. Além de uma unidade administrativa, o núcleo possui cin-

co unidades assistenciais: a Casa do Caminho (1969), que atende e abriga crianças e adolescentes portadores de paralisia cerebral; a Casa da Esperança (1991), que acolhe idosos carentes; o Centro de Educação Especial Sérgio de Freitas Pacheco (1974), que realiza oficinas pedagógicas, atividades de educação física e trabalhos de comunicação alternativa (uso de computador) para crianças com dificuldade de fala e aprendizagem; a Clínica Médico-Psicossociopedagógica (1977) e a Clínica Odontológica (1996). O público da instituição, como um todo, comporta **c**rianças e adolescentes com paralisia cerebral, síndrome de Down, hidrocefalia, microcefalia, distúrbios de comportamento, problemas de aprendizagem; e idosos carentes ou abandonados, necessitados de cuidados especiais como higiene, alimentação e locomoção. Os idosos em situação de abandono residem na unidade Casa da Esperança e os que possuem família passam determinados intervalos de tempo nessa mesma unidade, sem residir efetivamente. Desde 1979, o NACJ conta com a participação sistemática dos profissionais da psicologia. Os primeiros foram Messias Eustáquio Chaves e Liliane Moura Dabian. Atualmente, os psicólogos integram a equipe multidisciplinar composta por médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, odontologistas, fonoaudiólogos e assistentes sociais que participam do processo de avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos assistidos. O Setor de Psicologia da Casa do Caminho procura oferecer um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento das crianças com paralisia cerebral, amenizando os efeitos da institucionalização, além de trabalhar questões afetivas e frustrações provenientes das restrições causadas pela paralisia cerebral. Em 1997, o psicólogo Celso Salazar, junto com fonoaudiólogos e pedagogos do Centro Especial Sérgio de Freitas Pacheco, implantou o Projeto Tartaruga, um inovador projeto de socialização e alfabetização dos portadores de paralisia cerebral. Este projeto contou com o auxílio da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE) e da Escola Brincar, utilizando o computador como ferramenta de aprendizagem e comunicação alternativas para os portadores de limitações na expressão verbal. As atividades individuais e/ou em grupo centram-se na capacidade cognitiva e linguagem de cada sujeito, ensinando-lhes desde o reconhecimento do próprio nome até uma alfabetização mais efetiva. O espaço físico da instituição compreende área de aproximadamente 16.000 m². É amplamente arborizado e suas construções se encontram em perfeito estado de conservação. A unidade Casa do Caminho tem capacidade para abrigar 134 crianças e possui uma sala de televisão, solário e ala para socialização dos internos. A Casa da Esperança tem capacidade para acolher 60 idosos e possui sala para jogos e televisão. O Centro de Educação Especial Sérgio de Freitas Pacheco possui capacidade para atender 330 crianças e adolescentes. A Clínica Médico-Psicossociopedagógica pode atender 400 crianças por mês e a Clínica Odontológica realiza aproximadamente 350 atendimentos mensais. Desde sua fundação, o NACJ vem ampliando seus serviços e o número de pessoas atendidas. No segundo semestre de 2006, assistiu diretamente 830 crianças e 60 idosos. Essas pessoas são encaminhadas por convênios que a instituição mantém com a Secretaria do Estado de Trabalho e Ação Social para a Criança e Adolescente (SETASCAD), com a prefeitura de Belo Horizonte ou, ainda, com a própria comunidade.

Referências

CAMINHOS PARA JESUS: 36 ANOS DE LUTA PELA VIDA. **O Caminho**. Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 1-2, 2005.

CASTRO, T. F. de; MELO, F. D. P. de. **Entrevista concedida a Marcelo Moreira Takahashi**. Belo Horizonte, nov. 2006.

MARINUZZI, R. A. **Entrevista concedida a Marcelo Moreira Takahashi**. Belo Horizonte, jul. 2006.

NÚCLEO ASSISTENCIAL CAMINHOS PARA JESUS. Disponível em: <http://www.caminhosparajesus.org.br/>. Acesso em: 5 jul. 2006.

NÚCLEO ASSISTENCIAL CAMINHOS PARA JESUS. **Estatuto do Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus**. Belo Horizonte: [s.n.], [s.d.].

NÚCLEO ASSISTENCIAL CAMINHOS PARA JESUS: 34 ANOS DE HISTÓRIA. **O Caminho.** Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 1-4, 2003.

NÚCLEO ASSISTENCIAL CAMINHOS PARA JESUS COMEMORA 35 ANOS DE SOLIDARIEDADE. **O Caminho**. Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p.1-4, 2004.

PINTO, F. L. B. F. **Entrevista concedida a Marcelo Moreira Takahashi**. Belo Horizonte, jul. 2006.

PINTO, F. L. B. F.; PEREIRA, M. E. S. **Entrevista concedida a Maria Stella Brandão Goulart e Marcelo Moreira Takahashi**. Belo Horizonte, out. 2006.

Maria Stella Brandão Goulart
Marcelo Moreira Takahashi

■ Núcleo Central de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (NuCePsi-PMERJ) – 2002-

Serviço de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – 1984-2002

Serviço de Atendimento Psicológico do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) – 1973-1984

Faz parte de uma instituição de segurança pública, de natureza pública/estadual, tendo como principal mantenedor o governo do Estado do Rio de Janeiro. Situa-se na Diretoria Geral de Saúde (DGS)/Quartel-General (QG) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, na rua Evaristo da Veiga, 78, Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ. O público-alvo são os policiais militares e seus dependentes. O HCPM teve início em 1973 com a contratação das psicólogas Ana Maria Chaves e Ângela (não foi possível saber o nome completo desta última) pela Arquiepiscopal Irmandade Nossa Senhora das Dores da Polícia Militar, para prestação de serviços junto ao Serviço de Psiquiatria do HCPM. O serviço de psicologia, neste momento, encontrava-se subordinado, fisica e institucionalmente, ao serviço de psiquiatria. Quanto ao espaço físico, sabe-se que restava à psicologia as salas e horários não utilizados pelo serviço de psiquiatria, que também nessa época vivia situação adversa, ocupando ambientes considerados de segunda classe no hospital. Esta situação só foi alterada após 1984, com a criação do Serviço de Psicologia, através da Portaria 0078/PMERJ, de 14/06/1984, publicada no Diário Oficial de 22/06/1984 e no Boletim da PM 99 de 25/06/1984. A criação do Serviço de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ocorreu principalmente em virtude da expansão da psicologia para o setor de recrutamento e seleção, o que favoreceu a implantação de outros serviços, antes restritos aos atendimentos clínicos nos hospitais da polícia. A primeira consequência da criação deste serviço foi proporcionar a desvinculação da psiquiatria. O Serviço de Psicologia deveria atuar basicamente na área clínica, nas Unidades de Saúde da Polícia e na Unidade de Recrutamento e Seleção. No centro de recrutamento e seleção, o quadro civil instituído em 1984 foi responsável pelos trabalhos até 1989, quando uma firma de psicologia foi contratada para realizar este serviço de forma terceirizada. A situação só foi modificada em 2004, dois anos após a criação do Quadro Militar, que assumiu a direção dos trabalhos. Foram promovidos quatro encontros de psicólogos do HCPM, entre os anos de 1984 e 2001, pelo Serviço de Psicologia, cujos temas buscavam contemplar interesses das Organizações Policiais Militares (OPMs) de saúde, ensino e tropa. Márcia Maria Marcondes Costa Meinicke foi chefe do Serviço de Psicologia entre 1984 e 2001, e pode ser considerada como uma das principais responsáveis pelo crescimento da psicologia dentro da PMERJ. Sua saída da direção ocorreu com a entrada do quadro de psicólogos militares em 2002, uma vez que, com a criação deste, a chefia da psicologia ficou sob encargo dos psicólogos militares, com a psicóloga Sandra Fabri (capitão PM psicóloga) assumindo a coordenação do núcleo. A psicóloga Ana Maria Chaves permaneceu no HCPM até 1981. No período de criação do Serviço de Psicologia, as seguintes psicólogas civis trabalhavam na PMERJ: Márcia Maria Marcondes Costa Meinicke, Maria Auxiliadora Vianna Rodrigues, Vera Lucia da Costa

Santoro, Neuza Lima de Azevedo, Cleise Carneiro, Elaine Teresa Leite Pereira, Nely Pires de Souza, Márcia Helena Correa da Costa Pereira, Márcia Maria Lobato Bacellar. A criação do quadro de psicólogos militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro ocorreu com a Lei 3.617, de 19/07/2001, em seu art. 2º. A primeira turma, totalizando 50 psicólogos, foi matriculada em 14 de janeiro de 2002 (boletim da PM 14 de 21/01/2002). Em 22 de março deste mesmo ano, foi implantado o NuCePsi-PMERJ – como consta no boletim da PM 55 de 22/03/2002. Este núcleo é, então, subordinado diretamente à Diretoria-Geral de Saúde – DGS. Segundo o boletim da PM 55 de 22/03/2002, o Núcleo Central de Psicologia passou a ser responsável pela atuação nas seguintes áreas: a) prevenção do estresse, prevenção ao uso de drogas, equilíbrio emocional, aconselhamento psicológico, bem como atuar na prevenção da eclosão de patologias mentais decorrentes da atividade policial militar; b) clínica, escolar, de seleção e recrutamento. Ao longo de todo o percurso da psicologia dentro da PMERJ, diferentes sujeitos destacaram-se em momentos diversos. À época da criação desse serviço, os coronéis (que também eram psicólogos) Carlos Magno Nazareth Cerqueira e Luiz Fernando Santos Azevedo, juntamente com o quadro de psicólogas civis, favoreceram o crescimento da psicologia dentro da corporação. Na criação do Quadro Militar, o Major Valério (também psicólogo) teve importante participação para a construção do projeto que deu origem ao quadro. Apesar da sede do NuCePsi ser o QG da PMERJ, os psicólogos estão presentes em diferentes unidades: saúde (hospital, policlínicas, unidades básicas de saúde e centro de fisiatria e reabilitação), unidades operacionais (batalhões localizados na capital, Baixada Fluminense e interior do estado), unidades de formação (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Academia de Policia Militar D. João VI, Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança (CQPS) e Colégio da Polícia Militar), Centro de Recrutamento e Seleção (CRSP) e o grupo de atendimento aos familiares de policiais militares falecidos. O Núcleo de Psicologia é regido pelo estatuto dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, não havendo em seus quadros nenhum funcionário específico, a não ser os próprios psicólogos.

Referências

MEINICKE, M. M. M. C. **Psicologia no HCPM! 29 anos de crescimento e contribuições**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2002.

PEREIRA, E. T. L. **Entrevista concedida a Alexandra Valéria Vicente da Silva**. Rio de Janeiro, 26 mar. 2007.

RIO DE JANEIRO. **Lei 3.617,** de 19/07/2001. Criação do quadro de psicólogos militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial, 31 jul. 2001.

RIO DE JANEIRO. **Portaria 0078/PMERJ**, de 14/06/1984. Cria o Serviço de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial, 22 jun. 1984.

SILVA, R. L. C. da. **Entrevista concedida a Alexandra Valéria Vicente da Silva**. Rio de Janeiro, 5 mar. 2007.

Alexandra Valéria Vicente da Silva

■ Núcleo de Estudos e Formação Freudiana (NEFF) – 1978-1978

Experiência de formação psicanalítica conduzida por Betty Bernardo Fuks, Celina Von Niclander Ribeiro, Cláudia de Moraes Rego Santos, Marci Dória Passos, Maria Eleonora Barbosa Mello, Maria Virgínia de Magalhães Pinto, Mary Kleinman, Nádia Maria Ferreira Sério, Nanci Gaspar Maciel de Moura, Rachel Alkabes, Rebeca Schwartz, Sonia Maria Nassim, Sherrine Maria Nyaine Borges e Jorge Gomes da Silva, 13 psicólogas e um assistente social empenhados em constituir um modelo alternativo às instituições oficiais associadas à International Psychoanalytical Association (IPA). Na década de 1970 era grande o prestígio da psicanálise entre os psicólogos. Entretanto, o acesso à formação nas instituições oficiais – Sociedade Psicanalítica do

Rio de Janeiro (SPRJ) e Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBPRJ) – restringia-se aos médicos. Os psicólogos, mesmo cumprindo os requisitos de análise pessoal, estudo teórico e supervisão clínica com renomados analistas, não eram legitimados como psicanalistas. No início de 1970, Fábio Leite Lobo, membro da SPRJ, coordenou, à margem da instituição oficial, um grupo de formação em análise de crianças e adolescentes para psicólogos, ministrado por analistas argentinos. Desse grupo resultou a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA), instituição interdisciplinar que realizou dois importantes congressos internacionais, com papel significativo na trajetória dos psicólogos em direção à psicanálise. A APPIA e o CESAC (Centro de Estudos de Antropologia Clínica) reuniam psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, mas não assumiam uma formação analítica. Em 1977, chegou ao Brasil Gregório Baremblitt (fundador do Plataforma, grupo dissidente da Associação Psicanalítica Argentina – APA), forçado a sair da Argentina por razões políticas. Baremblitt e Chaim Samuel Katz (filósofo e psicólogo brasileiro, crítico do excesso de poder das sociedades oficiais) reuniram o GRUPÃO, congregando diferentes profissionais de saúde, com e sem pertencimentos institucionais, para debater a criação de uma instituição capaz de se contrapor aos modelos existentes. Alguns psicanalistas membros da IPA, questionadores da estrutura de poder em suas sociedades, participavam das reuniões, realizadas entre setembro e dezembro de 1977. Desses encontros, resultou uma carta de princípios, assinada por 14 pessoas, em 5 de janeiro de 1978, que marcou a criação do NEFF: crítica à elitização do conhecimento psicanalítico; ampliação do atendimento psicanalítico para classes menos favorecidas; ruptura com modelos hierárquicos de organização institucional; proposta de autogestão e respeito ao desejo, como regra básica do saber psicanalítico. Ou seja, uma proposta política de esquerda, marcada pelas formulações do psicanalista francês Jacques Lacan, expulso da IPA. O primeiro momento caracterizou-se por estudos teóricos, clínicos, epistemológicos e institucionais. O curso de Teoria Psicanalítica era coordenado por Katz, o de Epistemologia Regional da Psicanálise por Baremblitt. Outras atividades, como a leitura dos estatutos de diferentes instituições (privilegiando as sociedades lacanianas de Paris) e seminários clínicos eram realizadas apenas entre os membros fundadores. O grupo dividiu-se em três comissões: administrativa; elaboração de regimento e estatuto; científica. Todos os membros deveriam passar pelas diferentes comissões em rodízio trimestral, para evitar a constituição de hierarquias. As decisões de cada comissão seriam discutidas em assembleias gerais quinzenais. Com pouco mais de um mês de aulas, Baremblitt retirou-se de sua função docente para empreender um projeto próprio. Esse foi um fator de desestabilização: o grupo carecia de uma figura de autoridade; apoiava-se no saber dos professores, mas não os reconhecia como mestres definidores dos rumos institucionais. As assembleias constantes desgastavam o grupo, o rodízio trimestral impedia um mínimo de continuidade para organização e entrosamento dos membros em suas funções. As atividades realizadas sem os professores eram esvaziadas por insegurança e conflitos paralisantes. O processo de legalização jurídica não era finalizado; embora se responsabilizasse o advogado, o grupo vacilava quanto ao processo de formalização jurídica. Formou-se uma hierarquia, a comissão científica dava os rumos da instituição, não sem grande resistência de alguns membros de outras comissões. As decisões da assembleia não eram respeitadas, as discussões eram circulares e o processo institucional não avançava. O plano de horizontalidade mostrou-se utópico. A falta de uma referência explícita de autoridade simbólica, com força de harmonização, era cada vez mais clara. A fratria se entredevorava. Em 2 de julho de 1978, a comissão científica apresentou um plano de funcionamento com uma coordenação geral e ressaltou a necessidade de discutir a questão da análise didática. Qualquer critério para a exigência de análise pessoal caía em impasses, pois implicava a exclusão de algum membro que não estivesse em análise, ou não tivesse condições de arcar financeiramente com uma análise individual. Assim, decisões fundamentais eram adiadas para manter a integridade do grupo, heterogêneo em termos de experiência analítica, tanto teórica

quanto clínica. Em 17 de julho foi proposta uma ampliação do grupo inicial, contratados novos professores e convidados 16 novos membros. O estudo da obra de Lacan tornou-se uma referência comum. Novos membros e professores tiveram um efeito revitalizador; o grupo prosseguiu, mas as insatisfações e os conflitos reapareceram. Em outubro de 1978 criou-se o IBRAPSI, tendo entre seus diretores Baremblitt e Katz, sendo que este último ainda lecionava no NEFF. A nova instituição, que contava com a participação de membros do Núcleo, desestabilizou as relações internas deste último. Surgiu um impasse entre dois grupos, nomeados como grupo político e grupo psicanalítico. Convocada uma assembleia geral para discutir o impasse, um dos membros comunicou a decisão de 15 pessoas de saírem do NEFF para, conforme foi dito, estudar psicanálise. O choque foi tão forte que se instalou um silêncio e não foi contestada a declaração de que os membros restantes estariam fora do campo psicanalítico, fazendo política. O grupo que se retirou constituiu o Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP). Entre os que permaneceram estavam sete fundadores, que decidiram dissolver o NEFF. Era dezembro de 1978. Passados alguns anos, é possível perceber que se constituir psicanalista, com uma referência distinta daquela que vigorava nas instituições ditas oficiais, era uma posição política. O modelo de organização institucional e de pensar a psicanálise tem consequências na prática clínica. Estudar psicanálise independe da formalização de uma instituição e da política institucional, mas a legitimidade não prescinde de certos referenciais sociais que oferecem garantias simbólicas e asseguram a consagração entre pares e clientes potenciais.

Referências

PASSOS, M. D. **O processo de legitimação do psicanalista: uma análise do Núcleo de Estudo e Formação Freudiana**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

Marci Dória Passos

■ Núcleo Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa (NPACP) – 1988-2005

Tem suas raízes no Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP, organizado no final da década de 1960 por iniciativa de Oswaldo de Barros Santos, juntamente com Rachel Lea Rosenberg, sua ex-aluna e assistente, substituta de Therezinha Moreira Leite. O Serviço apresentou Carl R. Rogers, um dos seus autores principais da Psicologia Humanista. Em 1975 o Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP ofereceu um curso de especialização em Aconselhamento Psicológico, organizado por Rachel Lea Rosenberg, Melanie Copitz e Henriette Tognetti Penha Morato. A partir deste curso, das atividades do Grupo de Estudos Avançados em Abordagem Centrada na Pessoa (1984/85) – coordenado por John K. Wood e Rachel Lea Rosenberg – e dos eventos realizados por ocasião da vinda ao Brasil de Carl R. Rogers e sua equipe de La Jolla (1977), foi se formando em São Paulo um grupo de profissionais da Abordagem Centrada na Pessoa que, em reuniões informais na casa ou consultório de Rachel Rosenberg, intercambiava reflexões e projetos baseados nos princípios da abordagem, tecendo-se assim uma rede coesa ao redor dela. Com seu falecimento em junho de 1987, o grupo procurou manter a coesão criando o *Boletim Paulista da A.C.P.* como meio de comunicação e troca de informações, o que aumentou a visibilidade do grupo paulista. Este mesmo grupo, na época dedicando-se a apoiar a organização do IV Fórum Internacional da A.C.P (Rio de Janeiro, 1989), decide pela criação do Núcleo Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa, passando a ter o *Boletim Paulista da A.C.P.* como seu órgão oficial de comunicação. O Núcleo foi oficializado em 26 de novembro de 1988 como instituição de formação, prestação de serviços, pesquisa e divulgação da A.C.P., com sede na rua Sagarana, 22, Vila Madalena – SP. Foram seus fundadores: Agripino Alberto Domingues, Cláudia Regina Castiglione, Cláudio

Augusto da Rocha Bergamo, Elias Boainain Jr., Sílvia Mônica Allende Serra, Sônia Regina Loureiro, Henriette Tognetti Penha Morato, Iara Aparecida Thimoteo, Ligia Frommer, Luiz Alfredo Milleco Monteiro, Maria Lúcia Morat de Carvalho, Luiz Roberto Rodrigues, Marisa Japur, Marlene Shayer, Mauro Martins Amatuzzi, Myriam Augusto da Silva Vilarinho, Raquel Wrona Rosenthal, Raquel Vieira da Cunha, Saulo Caires Berber. Está registrado como sociedade civil sem fins lucrativos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, 4º Ofício, sob n. 0185963, em 03/06/89, e era mantido por o mensalidades e doações de seus associados. Segundo Estatuto Social, seus objetivos eram promover a aprendizagem, o desenvolvimento, o ensino, a pesquisa, a documentação e a divulgação da Psicologia Humanista segundo a Abordagem Centrada na Pessoa; prestar serviços à comunidade através de atividades didáticas, informativas e de atendimento psicológico no âmbito de atuação da A.C.P; facilitar o levantamento de recursos junto a entidades e instituições oficiais ou particulares, podendo a elas conveniar-se no sentido de viabilizar a consecução de seus objetivos; propiciar intercâmbio com outras entidades nacionais e internacionais. O Núcleo ofereceu várias atividades na concretização de seus objetivos: *workshops* temáticos, jornadas temáticas, ciclo de palestras que incluia convidados internacionais, participação no IV Fórum Internacional da Abordagem Centrada na Pessoa, realizado no Rio de Janeiro em 1989. Não foi possível localizar a data da última reunião, quando suas atividades foram interrompidas. Mas em 27 de novembro de 2005 surgiu a Associação Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa, com sede na rua Vergueiro, 3153, 10º andar, c/102 – Vila Mariana, organizada por um grupo de profissionais da A.C.P. visando criar uma representação regional que facilitasse o intercâmbio, tanto nacional como internacional. Esta associação tem desenvolvido diversas atividades como conferências, encontros regionais jornadas e que contemplam, os mesmos objetivos do Núcleo Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa.

Referências

CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, D.F.: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

MORATO, H. T. P. Depoimento Inicial. In: Rosenberg, R. L. (Org.) **Vivência acadêmica: o enfoque centrado na pessoa.** São Paulo: USP – Coordenadoria de Atividades Culturais/Cadernos USP, 1987.

PINTO, M. A. da S. Oswaldo de Barros Santos (1918/1998). In: **Encontro da Abordagem Centrada na Pessoa,** São Paulo, mar. 2003.

ROSENBERG, R. L. Introdução: Biografia de um Serviço. In: Rosenberg, R. L. (Org.) **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa.** v. 21. Temas Básicos de Psicologia. São Paulo: E.P.U, 1987.

ROSENBERG, R. L. Introdução: O enfoque centrado na pessoa e a universidade. In: ROSENBERG, R. L. (Org.) **Vivência acadêmica: o enfoque centrado na pessoa.** São Paulo: USP – Coordenadoria de Atividades Culturais/Cadernos USP, 1987.

Abigail Alvarenga Mahoney
Myriam Augusto da Silva Vilarinho
Raquel Wrona

P

■ Pedagogium – 1890-1919

Fundada no ano de 1890, por meio do Decreto 667, de 16/08/1890, lavrado por Benjamin Constant, foi uma instituição educacional, inicialmente funcionando na rua Visconde do Rio Branco, 13, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. No ano de 1897 foi transferida para a rua do Passeio, 66, também no centro da cidade, onde funcionou até seu fechamento, em 1919. Foi inaugurada como uma instituição pública federal, passando para a esfera municipal dois anos depois. Fechada no ano de 1919, por meio do Decreto Municipal 1.360, de 19/07/1919, seu acervo teve destino desconhecido, perdendo-se muitas informações sobre a instituição. Os museus pedagógicos tiveram muita importância na Europa no final do século XIX e início do século XX, destacando-se os dos Estados Unidos, do Canadá e do Japão. Os países que ainda não possuíam uma instituição desse tipo eram considerados atrasados em termos de educação. A ideia da criação do museu pedagógico brasileiro surgiu em 1882, quando da reforma do ensino realizada por Rodolfo Dantas, apoiando-se no parecer sobre o projeto de ensino primário de Rui Barbosa. Esse parecer creditava ainda mais importância à criação do museu, que seria a condição indispensável para desenvolver o ensino no Brasil. Mas foi apenas em 1890, já na República, que ocorre a fundação do *Pedagogium*, com a proposta de impulsionar reformas e melhorias no ensino nacional pela oferta aos professores públicos e particulares dos meios de instrução profissional, além da exposição de métodos e de material de ensino aperfeiçoados agindo, dessa forma, como um centro nacional de controle e coordenação das atividades pedagógicas. Para alcançar essa finalidade, o regulamento do *Pedagogium* apontava as seguintes ações: organizar uma exposição permanente de um Museu Pedagógico; oferecer conferências e cursos científicos; abrigar gabinetes e laboratórios de ciências físicas e naturais; realizar concursos e exposições escolares anuais; dirigir uma escola primária modelo; instituir uma classe-tipo de desenho e de oficinas de trabalhos manuais; organizar coleções-modelo para o ensino científico concreto nas escolas públicas e publicar uma revista pedagógica. Seus dirigentes foram Joaquim José de Menezes Vieira (1890 a 1897) e

Manoel Bomfim, entre os anos de 1897 a 1906 e de 1910 até 1919. Não encontramos registro de quem dirigiu a instituição entre os dois períodos em que Manoel Bomfim esteve no cargo. A instituição publicou a *Revista Pedagógica*, um órgão de veiculação de suas ideias e propostas. Foi o primeiro periódico oficial do governo republicano na área educacional. Nos seis anos de sua existência lançou 48 exemplares, sendo o primeiro em 15/11/1890, três meses após a fundação da instituição, e o último em 15/06/1896. Existiam laboratórios de Física e Química, e o público-alvo eram os estudantes, principalmente os que se encontravam na Escola Normal. No ano de 1897, o jornalista e deputado Medeiros e Albuquerque assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública, e, consciente do esvaziamento do *Pedagogium*, convidou Manoel Bomfim para assumir o cargo de diretor-geral da Instituição. Em março do mesmo ano, Bomfim tomou posse, dando início a uma série de atividades. É quando ocorre a transferência para a rua do Passeio e é fundado, em 1906, o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil. Muito influenciado pelas ideias de Alfred Binet, o laboratório era frequentado principalmente pelos estudantes, em especial os normalistas. A relevância da instituição declina na década de 1910 até seu fechamento por completo em 1919. Anos mais tarde, em 1937, surge o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), reformulando a proposta do *Pedagogium* e tornando-se uma referência para a questão educacional no país.

Referências

AGUIAR, R. C. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

BRASIL. **Decreto 1.178, de 23 de dezembro de 1892**. Distrito Federal: Senado, 1982.

BRASIL. **Decreto 667, de 16 de agosto de 1890**. Distrito Federal: Senado, 1890.

CAVALCANTI, J. B. U. **Relatório apresentando ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

GONDRA, J. G. **Ecos da República: ciclo de vida e doutrina médica da Revista Pedagógica (1890-1896)**. Disponível em: <www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 25 mar. 2006.

PENNA, A. G. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

Rafael Pinheiral

■ Psicoclínica Comércio Varejista de Livros e Testes Psicológicos – 1973-

Instituição privada de prestação de serviços de psicologia clinica e organizacional e de representação de testes psicológicos, localizada na rua João Carvalho, 800, sala 511, Aldeota, Fortaleza – CE. Fundada em 3 de outubro de 1973 por Wedja Josefa Granja Costa, Edna Mirtes Granja e por Irineu Nogueira Costa, tem por objetivo desenvolver serviços de psicologia, comercialização dos testes psicológicos e congregar profissionais psicólogos e/ou provisionados para formação de associação de classe e, através de parcerias, promover a realização de encontros e cursos de especialização em Psicologia. Para tanto a instituição conta com psicólogos clínicos, organizacionais, responsável técnico pelo material comercializado e profissionais com títulos acadêmicos *lato* e *stricto sensu*. Na Psicoclínica ocorreram as primeiras reuniões dos psicólogos no estado do Ceará para formação da Associação de Psicólogos do Ceará e do Conselho Regional de Psicologia, nos primeiros anos da década de 1970. Coordenadas pela psicóloga Wedja Josefa Granja Costa, estiveram presentes às reuniões Carmem Dolores Correia Lima, Socorro Saldanha, Leonel Correia Pinto, Álvaro Craveiro, José Vieira Cavalcante Filho, Layrtom e posteriormente Francisco Eduardo da Costa. Este último formalizou e foi o primeiro presidente do Conselho de Psicologia 11ª Região, que funcionou inicialmente na sala de espera da Psicoclínica. Este Conselho cresceu, assumiu autonomia e se consolidou. A Psicoclínica foi dirigida, desde a sua fundação, por Wedja Josefa Granja Costa (1973 a 2001) e

Carlos Irineu Granja Costa (a partir de 2001) e deu origem à Fundação de Estudos e Pesquisas Socionômicas do Brasil (FEPS do Brasil) em 1996, que, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), mantém cursos *lato sensu* de especialização em Socionomia. Em 2005 foi constituído o Instituto Wedja de Socionomia, com o objetivo de ampliar a atuação dos serviços de psicologia oferecidos para a sociedade e promover cursos de Avaliação Psicológica. Seu espaço físico conta com cinco salas em um edifício distribuídas de acordo com o *core-business* para: venda de testes, consultoria de recursos humanos, administração central, psicoterapia, cursos especializados. A instituição possui as seguintes publicações: *Socionomia como expressão de vida – um modelo de sistematização da teoria de Moreno*, 1996; *Cronosplatia Holográfica Universal – Projeto Águas Belas: transtornos psicoafetivos*, 2000. Tem promovido eventos como: III Encontro de Psicodrama da Regional Norte-Nordeste (1998), cujo tema foi Socionomia: Ciência do Encontro; I Encontro de Avaliação Psicológica: Ceará/Piauí/Maranhão (2006). A instituição tem oferecido prestação de serviços à comunidade e a comercialização de testes para a classe durante 33 anos. A Psicoclínica é a primeira instituição de prestação de serviços psicológicos, concebida por psicólogo, para servir a classe de psicólogos no Estado do Ceará. Desde a sua criação tem ensinado e comercializado testes psicológicos, antes mesmo de ter sido instituído o primeiro curso de Psicologia na Universidade Federal do Ceará.

Wedja Josefa Granja Costa

S

Sanatório Clifford Whittingham Beers – 1937-1997

Instituição de assistência psiquiátrica de natureza pública estadual, fundada em 1937 pelo governador Argemiro de Figueiredo, situa-se na avenida Pedro II, 1.826, Torre, João Pessoa – PB. Inicialmente funcionou em espaço do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira e somente em 1953 teve seu pavilhão construído em anexo ao prédio principal do referido hospital. Em 1977 foi anexado ao Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, instituído pela Portaria 343 da Secretaria de Saúde da Paraíba, de 08/04/1917. A instituição teve como objetivo inicial o atendimento aos funcionários do Estado da Paraíba com transtornos mentais. Dessa forma, pretendia-se amenizar a sobrecarga das enfermarias da Colônia Juliano Moreira, além de atender às demandas da população do interior. De 1953 a 1963, seu funcionamento foi suspenso para reforma do prédio, retornando a partir de março de 1963. Em 1979 houve a criação de um serviço de psicologia para atender aos pacientes, tendo sido coordenado pelos psicólogos: Sonia Maria Cavalcanti (1979); Aureliano Lima de Souza (1980-1988 e 1994-1995); Sandra Lúcia Lima Carvalho (1989-1993); Gladys Ximenes (1996-1997). Ao longo de todos esses anos, a instituição proporcionou aos internos a participação em eventos ligados a comemorações de datas como: carnaval, Páscoa, dia das mães e dos pais, São João, desfile cívico de 7 de setembro, Natal e outras atividades religiosas. Sua estrutura é composta por uma direção-geral, direção administrativa, direção técnica e coordenação de psicologia. Possui em seu quadro de funcionários psicólogos clínicos e hospitalares, de abordagens teóricas heterogêneas. São realizadas triagens (para esclarecimento do motivo da internação, sintomatologia, diagnóstico e encaminhamentos), atendimento psicológico individual, atendimento em grupo, anamnese, evolução em prontuário único e oficina terapêutica, plantões de escuta psicológica aos funcionários da instituição, reuniões com familiares dos internos, grupos de preparação para alta, reuniões multiprofissionais, passeios terapêuticos, supervisões clínica e institucional, trabalhos terapêutico na horta e cinema. A instituição contava com uma biblioteca. O espaço físico era composto de dois *halls*, duas salas de espera; duas secretarias; dois gabinetes médicos; duas rouparias; dois refeitórios; duas salas de guarda;

duas salas de copa; uma cozinha; duas salas de recreação; dez quartos de primeira classe; 20 suítes de segunda classe. Ao longo de sua existência, ofereceu aos portadores de sofrimento psíquico em situação financeira desfavorável um espaço multiprofissional de apoio especializado.

Referências

COMPLEXO PSIQUIÁTRICO JULIANO MOREIRA (CPJM). Setor de Psicologia. **Projeto de Terapêutico do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira**. (Coord. Jackeline Nunes Alves Farias). João Pessoa, abr. 2007.

SILVA FILHO, E. B. da. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

Maria do Socorro Brito

■ Sanatório Maringá Ltda. – 1962-

É conhecido na região como Sanatório ou Hospital Psiquiátrico de Maringá. Está situado na rua Antonio Carniel, 665, no município de Maringá – PR. Tem como objetivo o atendimento a pacientes portadores de transtornos mentais e dependência química. Embora de caráter privado, aproximadamente 96% dos leitos psiquiátricos do Sanatório de Maringá são conveniados ao SUS. Nestes termos é caracterizado como um prestador de serviço especializado em psiquiatria. Foi fundado em 1962 pelo psiquiatra Onofre Pereira de Mendonça, formado pela Universidade do Brasil (antiga denominação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Segue o modelo tradicional de hospitalização psiquiátrica, ou seja, mantém-se o paciente em regime de internação absoluta e a permissão de saída da instituição só acontece mediante alta médica. O sanatório chegou a manter aproximadamente 400 leitos psiquiátricos e até 2004 atendeu a mais de 250 mil pacientes e 920 mil familiares, sendo a média de atendimento de 550 pacientes/mês, oriundos de mais de 116 municípios do Paraná. Por determinação das Portarias 52/GM e 53/GM, de 20/01/2004, que respectivamente institui o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS e cria novos procedimentos no âmbito do Plano Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS, foram desativados mais de uma centena de leitos psiquiátricos neste hospital. Nestes termos, atualmente mantém 240 leitos. Em 4 de abril de 2008, foram implantados mais 12 novos leitos para atendimento de adolescentes, através de convênio com a Secretaria Estadual de Saúde e a Prefeitura Municipal de Maringá. Esta nova ala do Hospital Psiquiátricos de Maringá recebeu a denominação de Unidade de Adolescentes Senador Lucídio Portela. A primeira psicóloga da instituição foi admitida em 1982 e lá permaneceu por apenas quatro meses. Fazia atendimentos individuais e também tentou implantar algumas atividades de grupo. Alguns anos se passaram antes de o sanatório voltar a ter outro psicólogo.

Referências

SANATÓRIO DE MARINGÁ. **Relatório da 1ª Conferência Local de Saúde do Hospital Psiquiátrico de Maringá**. Maringá, 2008.

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE MARINGÁ. **Organizações e estabelecimentos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mlboarini@uol.com.br> em 3 dez. 2008.

Maria Lucia Boarini

■ Sanatório Recife – 1936-

Hospital psiquiátrico privado, localizado na rua Padre Inglês, 257, bairro da Boa Vista, no Recife – PE, fundado em 12 de julho de 1936 por Ulisses Pernambucano, seu proprietário e diretor até 1943, quando faleceu e foi sucedido pelo filho, também médico, Jarbas Pernambucano (neurologista). O hospital é patrimônio da família do fundador e é composto por uma

edificação, com pavimentos térreo e superior e um pátio, onde funcionou a Western, empresa inglesa de telégrafos no Brasil dos anos de 1920. Atualmente (2008) é dirigido por Ulisses Pernambucano de Mello Neto, psiquiatra, neto do fundador e filho do historiador José Antônio Gonçalves de Mello. É o segundo hospital psiquiátrico privado mais antigo do Norte-Nordeste do país. Como hospital particular, sua clientela inicialmente era constituída de pessoas de classes sociais mais favorecidas economicamente. Nele trabalharam os principais discípulos de Ulisses Pernambucano (René Ribeiro, Luiz Cerqueira, Walderedo Ismael de Oliveira, Arnaldo Di Láscio), oriundos do Hospital de Alienados – Tamarineira. O sanatório foi criado depois das perseguições políticas sofridas por Ulisses Pernambucano, infringidas pelo governo da época, quando foi alijado das atividades e da direção do Hospital de Alienados, onde realizara importantes reformas assistenciais entre 1931 e 1935. Com a criação dos institutos previdenciários para diversas categorias profissionais e o advento da assistência médica por meio de convênios com essas instituições, sua clientela foi se tornando cada vez mais constituída por segurados, sendo hoje, predominantemente, do SUS. É instituição plenamente médico-psiquiátrico-assistencial, característica mantida desde sua fundação. Com a noção de que a psiquiatria tem uma amplitude, abrangendo áreas que só se sistematizaram posteriormente ou que eram apenas sementes, a instituição tem papel importante como precursora da Psicologia.

Referências

MEDEIROS, J. A. de. "Ulisses Pernambucano". In: **Pioneiros da Psicologia brasileira**. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001

ROCHA, L. de A. da. "Ulisses Pernambucano: retrato um tanto de família". Palestra realizada na Academia Pernambucana de Medicina em 25 ago. 1976. In: **Ciclo de Estudos sobre Ulisses Pernambucano.** Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1978.

Tácito Augusto Medeiros

■ Sanatório São Paulo (SSP) – 1953-

Localizado na ladeira do Aquidabã, n. 91, Santo Antônio, Salvador – BA, foi fundado em 1953 pelo professor Nelson Pires, psiquiatra catedrático do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia até 1964, quando foi cassado pelo golpe militar. Exilado, foi substituído na direção do SSP por Luis Simões, seguido por outros psiquiatras. Em 1979, Nelson Pires retornou do exílio e reassumiu a diretoria do SSP, sendo posteriormente seguido pelos dirigentes: Manoel Messias, Francisco Moura, Neuza Castilho, Antônio Rabelo, Willian Dunnighan, Sérgio Bastos, Antônio Eupídio, Rogério de Jesus e Luis Carlos Austregésilo. O SSP modificou sua estrutura e suas atividades ao longo desses 54 anos de existência nas áreas de assistência, ensino e pesquisa. É uma instituição de saúde mental de natureza privada, que presta assistência psiquiátrica aos usuários do SUS, de outros convênios e particulares. O SSP tem sua área interna disposta em quatro setores ou alas: quatro enfermarias destinadas aos usuários do SUS, com 160 leitos; três enfermarias destinadas a usuários de outros convênios e do SUS, com 45 leitos; o hospital-dia, que assiste 30 usuários do SUS; e o Centro de Estudos em Saúde Mental Professor Nelson Pires. O atendimento é realizado por equipe técnica multiprofissional constituída por: psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeira e auxiliar em enfermagem. Atualmente conta com quatro psicólogos em sua equipe. O SSP destacou-se no aspecto do trabalho multiprofissional, já que implementou a estratégia da interdisciplinaridade na assistência à saúde mental e introduziu a figura do psicólogo na assistência psiquiátrica hospitalar. Deve-se destacar que o professor Nelson Pires é considerado o introdutor da fenomenologia de Karl Jasper na Bahia. Em 1999, por iniciativa de sua viúva, professora Jurema Pires, foi organizado o Centro de Estudos e Pesquisas Professor Nelson Pires, como forma de preservar e continuar a sua tradição nas áreas de ensino e pesquisa. Atualmente são realizados convênios com universidades e facul-

dades como, por exemplo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Faculdade Ruy Barbosa. A equipe técnica do SSP, buscando humanizar a assistência psiquiátrica e instituir um ambiente de encontros e reconhecimento entre técnicos, familiares e usuários, promove atividades como: Semana da Saúde Mental; organização do bloco de carnaval Loucos pela Saúde; organização de colóquios e palestras; estruturação de uma sala de projeção de filmes chamada E o vento levou; comemoração dos aniversários do dia; e a organização de uma rádio, para aproximar as pessoas e melhorar a convivência na instituição.

Referências

PIRES, J. **Depoimento concedido a Mab Amália Alencar Sacramento de Souza**. Salvador, maio 2007.

Augusto Costa Conceição
Mab Amália Alencar Sacramento de Souza

■ Santa Casa de Misericórdia

Destinadas à realização das Obras de Misericórdia, sendo sete obras espirituais (ensinar os simples, dar bom conselho, castigar os que erram, consolar os tristes, perdoar as ofensas, sofrer com paciência, orar pelos vivos e pelos mortos) e sete corporais (visitar os enfermos e os presos, remir os cativos, vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e enterrar os mortos), as Irmandades da Santa Casa da Misericórdia se espalharam por todo Portugal e colônias, incentivada a sua difusão por Dom Manuel, a partir do modelo da Misericórdia de Lisboa. Considerada por alguns autores como a mais notável confraria de caridade portuguesa, fora fundada em 1498 pela rainha Dona Leonor e colaboradores, a partir da remodelação da Confraria de Caridade Nossa Senhora da Piedade, que era destinada a enterrar os mortos, visitar os presos e acompanhar os condenados à morte até o lugar de sua execução. Para se ter uma ideia da importância de tal confraria, basta lembrar que alimentar os presos e enterrar os mortos eram ações asseguradas por esmolas e legadas às associações piedosas que foram se formando para esta finalidade. Sendo os cadáveres dos pobres e escravos muitas vezes abandonados ou atirados em lugares ermos ou praias, enterrá-los era considerado ato de grande devoção e piedade. Assim como as portuguesas, as misericórdias fundadas no Brasil ocupam, inegavelmente, lugar de destaque numa história da assistência, entendendo-se por assistência, à época, as práticas ligadas aos costumes e ensinamentos cristãos e, portanto, realizadas pelo amor de Deus e em nome da salvação da alma. Todas as 14 Obras de Misericórdia encontram-se respaldadas em textos da doutrina cristã, como o Evangelho de São Mateus e as Epístolas de São Paulo e demais doutores da Igreja Católica, ou são provenientes de tradições de povos antigos que foram incorporadas ao cristianismo. De acordo com tais ensinamentos e por toda a cristandade, e não apenas em Portugal, ergueram-se ao longo da Idade Média asilos, albergarias e hospitais, edificados a partir do costume de reunirem-se os pobres em volta das igrejas e mosteiros. Obviamente que para a realização de algumas das Obras de Misericórdia, como dar bons conselhos, não era necessário que as associações piedosas construíssem hospitais ou albergarias, o que não foi o caso da Irmandade da Misericórdia, que desde o início teve sob sua responsabilidade diversos tipos de estabelecimentos. Embora não fosse incomum haver desavenças entre o clero e a Coroa, motivadas algumas vezes por denúncias de apropriação abusiva por parte de clérigos das rendas propiciadas pelos legados pios, impossibilitando a manutenção dos estabelecimentos sob seus cuidados, outras dificuldades apresentaram-se ao final do século XV, tornando a reforma da assistência inevitável. Dentre elas havia dificuldades de natureza espiritual ou de consciência, dada a impossibilidade de rezar um número incalculável e crescente de missas e orações, compromissos

assumidos com os fiéis que haviam feito doações em testamentos ao longo dos anos. Implicada neste contexto, fruto e ao mesmo tempo parte constitutiva desta reforma que possibilitou maior participação dos leigos na administração dos estabelecimentos caritativos, alcançou a Irmandade da Misericórdia grande projeção e reconhecimento. Constando de seu compromisso a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, representada em sua bandeira pela pintura da mesma Virgem Maria com seu manto misericordioso sob o qual acolhe a todos, não se podia, no entanto, para ser admitido na irmandade, ter qualquer sangue de mouro, judeu, cigano ou negro. Apenas os homens bons e fiéis cristãos eram admitidos, sendo inúmeros os privilégios a eles conferidos. Para se ter uma ideia de quão seleto era o grupo que formava a irmandade, inúmeros foram os provedores da Santa Casa do Rio de Janeiro ocupantes de cargos de ministros, deputados, senadores ou que ostentavam títulos de nobreza. No Brasil, os hospitais, asilos e recolhimentos das misericórdias, edificados e mantidos através de esmolas, doações e auxílios governamentais, tiveram início ainda no século XVI, sendo o mais antigo hospital o de Santos, que teria sido fundado em 1542. Como em Portugal, as Santas Casas da Misericórdia, administradas pelas irmandades do mesmo nome, também se espalharam por todo o território, seguindo-se a de Santos, as da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo. No período colonial não se pode identificar nenhuma prática como sendo de natureza científica, mesmo porque o próprio movimento do qual emergirá a ciência moderna estava apenas começando na Europa. Do mesmo modo, um saber sobre os indivíduos terá início no Brasil apenas no Império, concorrendo para isto a vinda da Corte portuguesa e a criação das faculdades de Medicina e de Direito. Quanto a estes fatos dispomos de tudo o que já foi documentado e escrito sobre a Medicina Higienista, com suas críticas ao sistema caritativo e a introdução de uma nova racionalidade no governo das famílias, das instituições e do espaço urbano. Dispomos também das intermináveis discussões sobre a reforma das prisões – que podem ser acompanhadas através da leitura dos relatórios ministeriais do Império. Torna-se, então, relevante apontar, ainda que brevemente, a natureza das práticas que antecederam à introdução de uma nova racionalidade na assistência. No período colonial nem sequer vigoravam os pressupostos da igualdade e da liberdade, lemas da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, uma vez que a colonização do Brasil se fez justamente no pressuposto da desigualdade entre os homens e na ausência de liberdade. Não existindo a noção de uma natureza humana compartilhada, um dos objetivos da catequização dos povos indígenas foi justamente o de salvá-los de um suposto estado de inferioridade: povos sem rei, sem lei, sem fé. O próximo não é, portanto, um humano qualquer, mas um súdito do rei de Portugal e um cristão temente a Deus. Integrar indígenas e africanos no empreendimento colonial significou torná-los cristãos e escravos – únicos atributos de humanidade a ser-lhes conferidos. Assim, concomitantemente às práticas piedosas de proteção aos enfermos e desvalidos e da salvação de suas almas, que sempre ocuparam as Irmandades da Misericórdia, continuava a escravização dos povos indígenas e africanos, com seus aldeamentos e senzalas, seus troncos e chibatas, seus capitães do mato e seus calabouços. Existindo o Brasil como terra de reclusão e degredo, calcada a produção colonial no trabalho escravo, não se podia nestas terras edificar escolas, fábricas ou quaisquer empreendimentos que significassem ameaças aos interesses portugueses, constituindo a catequização dos índios e africanos uma experiência mais de dominação que espiritual. Os poderes que aqui se instalaram – rei, Igreja e senhores –, poderes soberanos de vida e morte em seus domínios específicos, se abateram implacavelmente sobre indígenas e africanos, criando-se regimes diferenciados para homens livres e cativos, dos quais ainda hoje não conseguimos nos livrar inteiramente. As misericórdias, de acordo com seus compromissos,

prestaram sempre assistência aos desvalidos, buscando atingir máxima cobertura das catorze Obras de Misericórdia. Seguindo a tradição portuguesa, as primeiras iniciativas em relação aos recém-nascidos foram as rodas dos expostos, instaladas nos hospitais das santas casas ou em prédios anexos a estes. Dispositivo cilíndrico colocado nos muros dos hospitais das misericórdias ou em prédios anexos, dedicadas ao recolhimento de recém-nascidos ditos enjeitados, no século XVIII, três foram as rodas dos expostos criadas no Brasil: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). As demais foram criadas no século XIX, como a de São Paulo (1825). Calcula-se que apenas no Rio de Janeiro 47.255 crianças foram deixadas na roda entre os anos de 1738 a 1888. Mas não bastava salvar a alma da criança exposta através do batismo e eventualmente salvar a sua vida através da amamentação feita pela ama de leite. Era necessário também salvar a sua honra, principalmente se a criança fosse do sexo feminino. Para as órfãs de legítimo casamento cristão e para as expostas que sobrevivessem, as santas casas criaram os recolhimentos, onde as meninas estariam protegidas até o casamento, quando receberiam um dote para iniciar uma vida de boas esposas e mães cristãs. Só assim o sistema caritativo dava por finda sua missão de salvação. No Recolhimento das Órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro o regime era de clausura. As recolhidas eram geralmente convocadas ao som da campainha, e as que faltassem podiam ser repreendidas, punidas ou penitenciadas. Tinham a obrigação de se confessarem todos os primeiros domingos do mês e receberem o santíssimo sacramento da eucaristia, como também nas festas da assumpção da Virgem Senhora Nossa, e do Bom Sucesso. Caso faltassem a estas obrigações poderiam ser penitenciadas. A regente do recolhimento era advertida, no entanto, para que determinasse com moderação os castigos e as orações, sem palavras injuriosas, para não suceder serem os castigos causa de menos fervor espiritual. Os castigos poderiam implicar em privação de alimento, proibição de comparecer à portaria ou mesmo reclusão por alguns dias. Dentre os temas de que tratam as misericórdias um dos mais fascinantes é o da amamentação das criancinhas. Até a invenção da mamadeira e do leite em pó e pasteurizado, o único alimento que podia garantir a vida do recém-nascido era o leite materno ou o seu melhor substituto: o leite da ama de leite. Desde a Antiguidade o problema de como alimentar crianças órfãs e expostas já se colocava, dada a absoluta impossibilidade de alimentá-las de outras formas. Experiências feitas com alimentos substitutivos como caldinhos, água adoçada ou leite de animais sempre foram responsáveis por altas taxas de mortalidade. Nos relatórios encaminhados pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro ao ministro do Império, constata-se uma crescente preocupação em demonstrar que os índices elevados de mortalidade dos recém-nascidos não eram devidos a maus-tratos recebidos na casa dos expostos, mas ao fato de serem as crianças já depositadas mortas ou moribundas. Assim, crescentemente, há um refinamento dos procedimentos estatísticos, buscando-se discriminar o número de crianças depositadas vivas das depositadas adoecidas e mortas. Há, inclusive, a contabilização de fetos e abortos deixados na roda. Provavelmente tais crianças eram deixadas na roda para que recebessem enterro cristão. O Brasil foi talvez o último país a abolir a roda, pois mesmo após o código de menores de 1927, que previa sua extinção, continuaram a existir, algumas até final dos anos de 1940. Temia-se que com sua extinção aumentassem os abortos e os infanticídios de filhos indesejados ou ilegítimos, uma vez que o dispositivo da roda mantinha o anonimato de quem abandonava a criança. Uma vez depositado na roda, o recém-nascido era imediatamente batizado, registrado no livro de matrículas e enviado a uma ama de leite. Tais amas sempre foram consideradas uma bênção, até o advento da Medicina Higienista, que iniciou uma desqualificação tanto do modo de gestão hospitalar realizado por critérios caritativos quanto do aleitamento feito pelas amas, pela possibilidade de transmissão de doenças físi-

cas e morais. Condicionavam a amamentação pelas amas, quando imprescindível, a um exame médico prévio, assim como ensinavam que uma boa mãe de família era aquela que obedecia às prescrições do médico, comportando-se como uma enfermeira do lar. Em que pesem desavenças entre clero e Coroa, caridade e Medicina, assistencialismo e políticas públicas, não se pode escrever uma história da assistência no Brasil sem mencionar o papel desempenhado pelas Irmandades da Santa Casa da Misericórdia. No período republicano, quando a Psicologia vai se firmando como ciência e profissão no país, as Santas Casas incorporaram saberes e práticas da área, bem como passaram a oferecer cursos de especialização, por exemplo, em Psicologia Hospitalar ou Medicina Psicossomática, e a contratar profissionais psicólogos.

Referências

CORREIA, F. da S. **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

Esther Maria de Magalhães Arantes

■ Seminários Católicos do Brasil Colônia e Império

Na busca das bases que sustentam a nossa cultura, é preciso que sejam considerados os atores responsáveis pela construção, transmissão e preservação da cultura luso-brasileira nos níveis antropológico, filosófico e teológico para ser possível identificar os alicerces sobre os quais se constituíram os saberes e as práticas psicológicos e pedagógicos modernos. No período da Colônia e Império brasileiros (1500-1882), a Igreja Católica, aqui representada, sobretudo, pelas ordens religiosas e missionárias – com especial atenção à Companhia de Jesus –, foi quem mais desempenhou este papel, com influência nomeadamente no âmbito educacional, maior preocupação dos primeiros missionários. A Igreja Católica foi responsável pela abertura e manutenção de escolas para aprender a ler e escrever, de colégios e seminários para a formação da juventude brasileira e do clero por mais de dois séculos. Dentre essas iniciativas, destacam-se o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1550, em Salvador, pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega, e o Colégio de Belém, criado pelo também jesuíta, padre Alexandre de Gusmão, que escreveu, em 1685, a obra *A arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. É importante também apontar a contribuição de Manoel de Andrade Figueiredo, natural do Espírito Santo, que, em 1722, publicou a *Nova escola para ensinar a ler, escrever e contar*. Os seminários são, sem dúvida, as mais expressivas e melhores estruturas destas instituições de ensino. Obedecendo às resoluções conciliares de Trento (1545-1563) – que visavam, além da reforma das bases doutrinais e institucionais da Igreja Católica, assegurar a unidade da fé e a disciplina do clero –, os seminários se tornaram polos difusores de mentalidade, sendo, por isso mesmo, responsáveis pela formação intelectual, humana, espiritual e pastoral mais sólida, tanto dos filhos da terra, como dos europeus que aqui se estabeleceram. Com a expulsão da Companhia de Jesus (1759) do Império português, concretizada no Brasil em 1760, idealizada e organizada pelo secretário de Estado do Reino de dom José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo – o marquês de Pombal (1699-1782) –, a tradição católica teve nos Seminários um dos espaços de sua continuidade em território nacional. Neles, também a Psicologia, como conjunto de ideias e práticas com características bem peculiares, era estudada como parte das aulas de Filosofia ou Teologia Moral: tratava-se, inicialmente, da assim chamada Psicologia Filosófica Aristotélico-Tomista, prescrita pelas resoluções tridentinas como conteúdo curricular fundamental na formação do perfeito humanista cristão. Nos anos que se seguiram à expulsão dos jesuítas, a matriz aristotélico-to-

mista perdeu espaço, mas não influência. Entre os diversos seminários que funcionaram no país, destacam-se o de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, os de São José e São Joaquim no Rio de Janeiro, o Episcopal de São Paulo e o de Olinda. É forçoso compreender que, num período e num ambiente marcados pela necessidade de se formarem espíritos conformes às normas da ortodoxia católica pós-tridentina, era indispensável que se estabelecessem instruções norteadoras do ensino das humanidades, bem como da filosofia e da teologia, a fim de se evitarem contendas e divisões. Essa função, de alguma maneira, coube aos seminários. Nem por isso, contudo, neles se repetia de forma infértil e impensada a estrutura europeia, pois a adaptavam à realidade de então, como se vê quando se analisa a história de cada um dos principais seminários acima citados. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundado em 1750, de acordo com os preceitos tridentinos, por dom frei Manoel da Cruz, bispo de Mariana. Trata-se de uma das instituições educacionais mais antigas e mais tradicionais de Minas Gerais, cujo objetivo inicial era ensinar Gramática, Filosofia e Teologia Moral para os jovens mineiros e formar um clero nativo capaz de contribuir para a catequese e melhoria dos costumes na província. Um de seus mais famosos professores foi o cônego Luís Vieira da Silva, inconfidente que imprimiu tendência iluminista no ensino de Filosofia, segundo as diretrizes pombalinas, utilizando os compêndios de Luís Antônio Verney e Antônio Genovesi, e este último trata em sua obra da ciência da alma ou psychologia. Provavelmente, o ensino de Filosofia realizado em Mariana se articulou durante muito tempo em torno de Santo Tomás de Aquino, Sigismund von Storchenau e Antônio Genovesi, tendendo para a tradição do empirismo mitigado, vertente filosófica bastante presente no panorama mineiro. No século XIX, começou a funcionar, no prédio do seminário, a Tipografia Episcopal de Mariana, responsável pela circulação de impressos na província e pela publicação de diversas obras, entre elas: guia dos confessores da gente do campo, de S. Afonso Maria de Ligório e o esqueleto das faculdades e a origem das idéias do espírito humano, obra mui útil para os moços que se applicão ao estudo de Philosophia (1847), do Cônego João Antônio dos Santos. Este livro tem como objetivo a apresentação das teorias sobre as faculdades da alma, da origem das idéias e das relações mente-corpo, utilizando referenciais tomistas e ideias próprias do espiritualismo eclético francês; foi um livro adotado pelo Seminário. O Seminário Episcopal de São Paulo, por sua vez, foi inaugurado em 9 de novembro de 1856, por dom Antônio Joaquim de Melo, em um movimento de renovação e atualização da Igreja paulista. Na realidade, tratava-se de um novo seminário episcopal, pois um primeiro havia sido instituído pelos padres jesuítas e contava com 23 alunos. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, a pedido de dom Antônio, o papa Pio IX enviou frades da Ordem dos Capuchinhos, da Saboia, região do Sudeste da França, para a administração do Seminário. Mais tarde, estes deram lugar a padres seculares, responsáveis pela formação de novas gerações de padres, que compuseram parte da elite do clero brasileiro, e pela educação de filhos das famílias ricas e influentes de São Paulo. Funcionando como internato e externato, este seminário era uma instituição de ensino de grande prestígio. Seu objetivo principal era educar dentro dos estritos princípios filosóficos e morais autorizados pela Cúria Romana, em contraponto ao ecletismo que vigorava na Academia Jurídica do Largo de São Francisco. Ainda no século XIX, o ensino de Psychologia fazia parte do programa de estudos Filosóficos do seminário, como atestam os manuais de filosofia, franceses e brasileiros, presentes em sua biblioteca. De modo geral, junto com outras disciplinas, tais como a Antropologia, a Metafísica e a Teologia Moral, a Psicologia era considerada uma disciplina fundamental para a compreensão do homem como um todo, corpo e alma. A abordagem vigente ratificava ideias centrais da doutrina da alma de Santo Tomás de Aquino e aspectos do espiritualismo francês. Sem propor uma ruptura entre a Psi-

cologia Filosófica, a Ontologia Tomista e a nova Psicologia Científica, discutia-se a noção de alma e suas faculdades, o sono e o sonho, a memória, a percepção, a inteligência, a consciência, a imaginação, a vontade e os afetos. Entre seus professores, destaca-se frei Firmino de Centelhas, capuchinho, autor da obra *Compêndio de Philosophia Catholica Racional* (1864). Já o Seminário de São José foi fundado pelo bispo franciscano dom frei Antônio de Guadalupe, em 1739. Mantido inicialmente por padres diocesanos, foi entregue aos padres da Congregação da Missão em 1869, sendo sua administração restituída ao clero diocesano em 1901. Entre seus professores, destaca-se frei Francisco de Mont'Alverne, autor da obra *Compendio de Philosophia* (1859), em que está presente, entre outros temas, a psicologia. Mont'Alverne foi responsável pela difusão das correntes do ecletismo espiritualista fundamentado em François-Pierre-Gonthier Maine de Biran – mais conhecido como Maine de Biran, Victor Cousin e Pierre-Paul Royer-Collard. Quanto ao Seminário São Joaquim, sabe-se que surgiu em 1739, originado do Colégio dos Órfãos de São Pedro, instituição fundada em 1733, por dom frei Antônio de Guadalupe, com o objetivo de instruir moços órfãos. Em 1837, este seminário deu lugar ao Colégio Imperial D. Pedro II, instituto de ensino secundário que se constituiu no modelo pedagógico para o país, de acordo com o projeto civilizatório do regime imperial. O ensino de Psicologia como parte da Filosofia foi realizado no seminário e posteriormente no Colégio Pedro II. Destacam-se como professores de filosofia Silvestre Pinheiro Ferreira, autor das Preleções Filosóficas (1813), obra de cunho aristotélico e empirista, e frei José Policarpo de Santa Gertrudes, que teve sob a sua direção a publicação das *Theses philosophicas sobre a Psychologia do Homem* (1830), texto de vertente empirista. Finalmente, o Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda, inaugurado em 1800 pelo bispo dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, é considerado por muitos historiadores como o mais avançado de seu tempo e também como importante difusor de ideias iluministas e liberais. O plano de estudos elaborado pelo bispo compreendia: Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Geometria e Teologia. Particularmente no ensino de Filosofia preponderava a Filosofia Natural em detrimento da Filosofia Racional e Moral.

Referências

ALVES, G. L. "O Seminário de Olinda." In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MASSIMI, M. **A Psicologia em instituições de ensino brasileiras do século XIX.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MASSIMI, M. **História da Psicologia brasileira – da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.

MASSIMI, M. "O ensino da Psicologia nos Seminários Episcopais do Rio de Janeiro e São Paulo, no século XIX." **Revista da SBHC.** v. 9, p. 41-50, 1993.

NOVAES, A. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PACHECO, P. R. A. **Liberdade e indiferença: a "experiência-modelo" jesuítica em cartas de jovens indipetentes espanhóis dos séculos XVI-XVII**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

RODRIGUES, J. C. **Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

SOUZA, N. (Org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo – 1554-2004**. São Paulo: Paulinas, 2004.

TRINDADE, R. **Breve notícia dos Seminários de Mariana.** Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

Raquel Martins de Assis

Paulo José Carvalho da Silva

Paulo Roberto de Andrada Pacheco

■ Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP/EFS) – 1945-1971

Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (CFESP/EFS) – 1934-1945

Serviço de Seleção e Orientação Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana – 1930-1934

Em 1930, o engenheiro Roberto Mange criou, na cidade de Sorocaba – SP, um curso para formação de artífices da oficina de locomotivas da EFS. Nesse mesmo ano foi instalado o Serviço de Seleção e Orientação Profissional da EFS, tendo Mange como diretor e Ítalo Bologna como seu assistente. Inicialmente, o serviço se responsabilizava pela escolha dos alunos que iriam frequentar os cursos ferroviários, mas logo passou a também selecionar profissionais para a empresa. Para cumprir essa tarefa eram utilizados testes psicotécnicos. Tanto o sistema de formação quanto o de seleção foram propostos baseados nos modelos já existentes no Liceu de Artes e Ofícios. Antes de 1930, o liceu prestava serviços de formação e seleção a quatro das estradas de ferro do Estado de São Paulo, e funcionava segundo o sistema de organização racional do trabalho, criado por Taylor, e implantado neste local também por Roberto Mange. Tendo em vista o sucesso tanto do curso quanto de serviço de seleção, em 1934 foi criado o CFESP, pelo Decreto 6.537, de 04/07/1934, da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Atendeu inicialmente todas as ferrovias do Estado de São Paulo e posteriormente chegou a atender 75% de todas as ferrovias brasileiras. O centro absorveu o acervo e o pessoal do antigo Serviço de Seleção e Orientação da EFS. Mange foi seu diretor e foram seus funcionários na Seção de Psicotécnica: Ítalo Bologna, Jason Ribeiro da Silva, Luiz Gonzaga Marcondes Nitsch, Mario Geraldo da Silva, José Siqueira da Cunha, Lourdes de Campos Viégas, Carlos Armando de Camargo, Dirce de Camargo, José de Sá, Arrigo Leonardo Angelini e Ruy Rodrigues. Participaram da Seção de Ensino: Oscar Lindholm de Oliveira, Hermenegildo Campos de Almeida, Valério Giuli, João Baptista Salles da Silva, Gentil Palmiro, Carlos de Oliveira Penteado, Ary Vieira de Albuquerque, José Antonio de Amaral Vieira, Osmar Bastos Conceição. O centro desenvolvia três tipos de atividades: formação, cursos de aperfeiçoamento em Engenharia Ferroviária e seleção de pessoal. Na formação, chamada formação racional, inicialmente era feita uma análise das tarefas a serem ensinadas, e o ensino era programado para iniciar com as tarefas mais simples e posteriormente as mais difíceis. O ensino prático e teórico das salas de aula era acompanhado por estágios realizados nas organizações. Tal formação, denominada formação racional, era constituída pelas séries metódicas. As séries metódicas ocupacionais foram concebidas a partir dos princípios do ensino individual configurado aos ofícios industriais. Neste sentido, cada aprendiz desenvolvia as atividades segundo seu ritmo. Os conhecimentos mais gerais iam sendo ensinados de acordo com as necessidades de execução de cada tarefa. E cada tarefa de cada um desses ofícios era separada em operações simples. O ensino dessas operações era realizado em quatro momentos: estudo da tarefa; demonstração das operações; execução das tarefas; avaliação. Várias pesquisas foram realizadas sobre esse tipo de formação, chegando-se à conclusão de que era uma forma muito eficiente. Os cursos superiores de aperfeiçoamento visavam a várias especialidades da engenharia ferroviária. Quanto à seleção de pessoal, iniciava-se pela análise profissiográfica, que determinava o conjunto de instrumentos a ser utilizado no processo de seleção. Foram traduzidos e adaptados testes, entre eles o Army Alpha e Army Beta e o de Habilidades Primárias de Thurstone, e feitos estudos para validar provas e estabelecer normas de interpretação. Também foram criados testes de aptidões específicas e conhecimentos técnicos para os candidatos ao processo de seleção das funções estabelecidas. Com a criação do SENAI em 1942, que tinha, entre outras funções, responder pela formação e seleção de

pessoal para todas as ferrovias, tanto federais quanto particulares, o centro ferroviário se tornou novamente responsável só pelas ferrovias estaduais. O SENAI recebeu parte do pessoal do centro, inclusive Mange, na posição de diretor. O SENAI passou então a utilizar as mesmas metodologias e instrumentos psicológicos e o mesmo sistema de ensino. No ano de 1945, o governo do Estado de São Paulo extinguiu o centro ferroviário e criou em cada uma das estradas de ferro um Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP). Tais Serviços recebiam orientação técnica e pedagógica do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana. Nesse momento Ítalo Bologna se transferiu para o SENAI e o Serviço de Ensino e Seleção da EFS passou a ser dirigido por Sálvio Góes. Joaquim Machado de Melo Júnior respondia pela Seção de Psicotécnica e Jason Ribeiro da Silva pela Seção de Ensino. Esses profissionais permaneceram até 1947, quando se transferiram para o Serviço de Ensino e Seleção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC). A Seção de Psicotécnica passou então a ser dirigida por José Novaes Paternostro, que já trabalhava como técnico do setor, tendo como assistente Lourdes de Campos Viégas. Nesse período, Arrigo Angelini foi convidado a trabalhar como assistente técnico, junto a Lourdes Viégas, para aferir para o Brasil o teste das Habilidades Primárias de Thurstone. Ao se aposentar, Paternostro foi substituído por José Antonio Amaral Vieira e, em 1966, Antonio Carelli assumiu a direção da Seção de Psicotécnica. O movimento para unificação da malha ferroviária do estado, acolhido por sucessivos governos desde 1962, culminou em 1971 com a extinção das cinco companhias paulistas, quando da criação da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), que incorporou todos os acervos das companhias envolvidas.

Referências

CARELLI, A. "Depoimento". In: MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas.** vol. I. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CARELLI, A. "O serviço de ensino e seleção profissional da Estrada de Ferro Sorocabana e seu papel da introdução e desenvolvimento da Psicologia aplicada ao trabalho no Brasil." **Boletim Psicologia – Revista da Sociedade de Psicologia de São Paulo**. vol. XXVI, n. 69, jul./dez. 1975.

CUNHA, L. A. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento**. Faculdade de Educação da UERJ, Departamento de Administração Educacional, s/d. Disponível em: <www.facso.org.br/data/biblioteca>. Acesso em: 14 ago. 2007.

PATERNOSTRO, J. N. "Depoimento." In: MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas.** vol. III. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, O. B. "Psicologia Aplicada e Psicotécnica em São Paulo." **Boletim Psicologia – Revista da Sociedade de Psicologia de São Paulo**. vol. XXVI, n. 69, jul./dez. 1975.

SAVADORI, M. A. B. **Educação, trabalho e juventude: os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário**. Disponível em: <www.história.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/ edicao11/material 02>. Acesso em: 14 ago. 2007.

Marisa T. D. S. Baptista

■ Serviço de Orientação Educacional do Colégio Santa Teresa (SOE) – 1894 –

Fundado e mantido pela Congregação de Santa Doroteia do Brasil, é uma instituição de formação, de natureza confessional, situada na rua do Egiton, 71, São Luís – MA, fundada em 1894 e inicialmente destinada à educação da elite maranhense. Dentre as personagens relevantes na história do Colégio Santa Teresa destacam-se a supervisora, madre Beltrão, que iniciou os trabalhos desde sua fundação, e a madre supervisora, Maria Lúcia Câmara de Sousa, presente de 1969 até 2002. Esta se tornou referência por trazer ao colégio ideias democráticas e participativas, através de uma filosofia evangélica libertadora com objetivos

críticos e de inserção social. No período de 1978 a 2004, o ex-seminarista paulista Ronan Carmo Costa, licenciado em Psicologia, atuou na escola como professor de Psicologia no ensino médio e, em seguida, nos anos de 1980, compôs a diretoria da instituição até sua saída, em 2004. Em 1978 houve uma iniciativa inovadora da escola que propôs a construção de um projeto pedagógico com atuação de profissionais diversos, incluindo pedagogo, psicólogo e assistente social. Essa iniciativa trouxe a psicóloga Naiara Gonçalves Wiethaeuper, para compor o quadro de funcionários da escola e desenvolver um projeto voltado para os adolescentes no Serviço de Orientação Educacional (SOE) Composto por duas orientadoras educacionais e uma psicóloga. Havia professores com formação em cursos de Pedagogia que lecionavam a disciplina de Psicologia no ensino nos cursos Normal e profissionalizante. O SOE era responsável pelo evento Salão das Profissões, iniciado nos fins da década de 1970 e mantido até hoje pelas orientadoras educacionais presentes no colégio. Realizava um trabalho de informação profissional junto aos alunos do terceiro ano do ensino médio. As atividades consistiam em: organizar pesquisa sobre as profissões que os alunos gostariam de conhecer; planejar por área de conhecimento a escolha dos profissionais a realizar palestras; aplicar testes para habilidades e interesses dos alunos em relação à escolha profissional; finalmente, devolver os resultados com a presença dos familiares. O espaços físicos destinados ao trabalho psicológico consistiam em uma sala de atendimento, com sofá e mesa para atendimento individual aos adolescentes; uma mesa pequena e brinquedos para o atendimento das crianças. Os trabalhos com os grupos de jovens eram realizados em uma sala que não era exclusiva dos serviços psicológicos e nas demais salas de aula. Após a saída da psicóloga em 1982, por motivos particulares, houve tentativas, sem sucesso, de contratar novos psicólogos. O contexto de formação do Colégio Santa Teresa se origina a partir da um trabalho assistencial de cunho religioso. O fazer psicológico integrou essa instituição a partir de 1978, com a contratação de uma psicóloga e um licenciado em Psicologia, quinze anos antes de o curso de Psicologia se estabelecer no estado. Suas atuações se destacaram por desenvolverem um trabalho aplicado à realidade escolar em um cenário em que pouco se falava de psicologia. Relatos indicam que, após a saída da psicóloga Naiara Gonçalves Wiethaeuper, outros professores de Psicologia e psicólogos foram chamados, mas não apresentavam uma prática aplicada à realidade em questão, tornando suas atuações improdutivas. Esse fato levou ao desinteresse nos profissionais da psicologia e culminou com a retirada da disciplina de Psicologia dos cursos. Outro ponto a se destacar é que pedagogos assumiram as atividades antes realizadas em conjunto com a psicologia. A ausência de profissionais de psicologia, somada à inexistência do curso de Psicologia na cidade e as especializações em Psicopedagogia passaram a suprir a ausência do psicólogo na instituição. A necessidade desse profissional é reconhecida, mas não há empenho imediato em contratar um. Atualmente (2008) uma freira e uma coordenadora estão cursando Psicologia na universidade particular da capital. Quando existe uma demanda mais específica, ocorre encaminhamento a outros centros de atendimento.

Referências

ALMEIDA, C. L. S. de**. Intuição pedagógica de Paula Frassinetti: um olhar filosófico.** Recife: Congregação de Santa Doroteia do Brasil, 2000.

AZZI, R. **Educando pela via do coração e do amor**: **história da Congregação de Santa Doroteia no Brasil**. Rio de Janeiro: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia no Brasil, 2000.

COLÉGIO SANTA TERESA. Disponível em: <www.colegiosantateresa.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2008.

CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTEIA DO BRASIL. **Raízes da nossa missão educativa – questões e interpelações da Congregação de Santa Dorotéia do Brasil.** Porto Alegre: La Salle, 2000.

CONGREGAÇÃO SANTA DOROTEIA DO BRASIl. **Regimento interno do Colégio Santa Teresa**. São Luís: Congregação das Irmãs de Santa Doroteia no Brasil, 2005.

COSTA, R. C. **Depoimento concedido a Cristianne Almeida Carvalho**. São Luís, 25 jun. 2008.

POLIT, R. E. **Depoimento concedido a Cristianne Almeida Carvalho**. São Luís, 20 jun. 2008.

PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS. **Amor e Cuidado: Saberes essenciais à vida. Plano trienal 2003 a 2005**. São Luís: Estação Gráfica, 2003.

SANTOS, R. A**. Depoimento concedido a Cristianne Almeida Carvalho**. São Luís, 11 jun. 2008.

Cristianne Almeida Carvalho

■ Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOPP) – 1955-1967

Gabinete de Psicologia da Escola Guatemala –1955

Em 1952, Anísio Spínola Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP/MEC), imbuído pelos ideais do movimento da Escola Nova, desenvolveu diversos projetos com o objetivo de transformar a área de educação no Brasil. Criou diversos órgãos para este fim, dentre os quais o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), visando produzir estudos sobre os problemas educacionais brasileiros e novas práticas de intervenção no contexto educacional. O CBPE criou quatro departamentos, dentre eles a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). O DAM, dirigido por Lúcia Pinheiro, promovia cursos e estágios de formação de professores que buscavam aperfeiçoamento e formação em novas técnicas pedagógicas. Para tanto, considerou-se a importância de se ter um espaço experimental, onde fosse possível, além de oferecer estágios, colocar em prática e testar tais técnicas antes que estas fossem difundidas na rede de ensino. A necessidade deste espaço levou o INEP a solicitar a concessão da recém-inaugurada Escola Guatemala, no bairro de Fátima, Rio de Janeiro, para, de escola regular, transformar-se em escola experimental. O projeto piloto do INEP incluía um Gabinete de Psicologia, objetivando que, além do conhecimento curricular, houvesse assistência intelectual, emocional e social, através de uma intervenção que englobasse não apenas o meio escolar, mas também uma atuação junto à família do aluno. O Gabinete de Psicologia da Escola Guatemala iniciou suas atividades em maio de 1955, contando com apenas duas profissionais, Nícia Bessa e Ofélia Boisson Cardoso, que aplicavam testes psicológicos quando solicitados pelas professoras ou pela direção da escola. Logo depois, em junho do mesmo ano, Anísio Teixeira convidou Therezinha Lins de Albuquerque, técnica de assuntos educacionais do INEP, que se encontrava cedida ao Centro de Orientação Juvenil (COJ) do Departamento Nacional da Criança, para dirigir o Gabinete de Psicologia. Ingressando no gabinete, Therezinha propôs modificações. Therezinha tinha uma abordagem diferenciada em relação aos resultados dos testes, entendendo que esses não seriam ferramentas únicas para a compreensão dos motivos do fracasso escolar. Através de uma visão mais integrada do que deveria ser um serviço de psicologia, atividades complementares à aplicação de testes passam a ser desenvolvidas com as professoras, visando instrumentalizá-las para uma compreensão global das capacidades dos alunos, valorizando o contato professor-aluno como a melhor fonte de dados acerca das habilidades destes. Os testes passaram a ser somente um recurso a mais para o entendimento dessas habilidades. Assim, a troca de opiniões e experiências entre o corpo docente foi um recurso para a reflexão do processo de ensino-aprendizagem, levando em conta aspectos que englobavam o contexto social e escolar no qual a criança se inseria. Deste modo, as atividades do Gabinete de Psicologia estruturavam-se em um tripé: reunião com as professoras, testes com os alunos e atendimento às famílias. A partir da inserção desta nova abordagem, o Gabinete teve sua denominação mudada para Servi-

ço de Orientação Psicopedagógica (SOPP). Foi quando se percebeu a necessidade da presença de um profissional de Medicina e de um assistente social. O médico cuidaria do bem-estar físico do aluno, sendo este um aspecto relevante no desenvolvimento da criança, e o assistente social levantaria dados sobre sua situação familiar. A convocação destes profissionais ocorreu em 1956. A proposta do SOPP se estruturava sobre três eixos: a produção de entendimento das necessidades e dificuldades das crianças que frequentavam a Escola Guatemala, a construção de estratégias de atendimento e de acompanhamento dessas crianças e o aperfeiçoamento profissional das professoras. Para promover o seu funcionamento, colocava-se em ação uma perspectiva cooperativista, que visava à promoção de um atendimento integrador das diferentes práticas profissionais presentes no serviço: a da Psicologia, da Medicina, do Serviço Social e da Pedagogia. Deste modo, o SOPP convocava os alunos matriculados na primeira série para um mapeamento inicial de sua situação. Posteriormente, o foco voltava-se para a rotina escolar das crianças, o que evidenciava o caráter preventivo do serviço, havendo um acompanhamento mais pormenorizado somente nos casos de problemas de comportamento e/ou rendimento encaminhados pelas professoras. O serviço se tornou um centro de estágios tanto para professores como para estudantes de Psicologia oriundos das primeiras turmas do curso de graduação e especialização em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 1967, Therezinha Lins de Albuquerque assumiu a direção do COJ, ficando a coordenação dos serviços do SOPP sob a responsabilidade de Maria Helena Novaes Mira. Entretanto, apesar da reconhecida competência dos profissionais que lá se encontravam e da relevância do trabalho oferecido pelo SOPP, este foi logo extinto, voltando a Escola Guatemala à condição de atividade educacional regular e assim permanece até os dias atuais.

Referências

ALBUQUERQUE, T. L. de. **Acompanhamento psicológico à professora: seus rumos.** Petrópolis: Vozes, 1976.

MARIANI, M. C. "Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais." In: SCHWARTZMAN, S. (Org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

Flávia Moreira Oliveira
Filipe Degani Carneiro
Maria Cláudia Novaes Messias

■ Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) – 1934-1939

Criado em 17 de janeiro de 1934, com a posse de seu primeiro e único diretor, Arthur Ramos, era um dos cinco departamentos integrantes do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), órgão diretamente subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ), com sede no antigo edifício Andorinhas, na esquina das ruas Almirante Barroso e Graça Aranha, no centro do Rio de Janeiro. O SOHM surgiu em um contexto de reforma educacional e ideológica no Brasil. Na década de 1930, as teorias raciais até então vigentes eram contrabalançadas com o surgimento de outras ideologias que justificavam de forma diferente a existência da desigualdade humana. No caso específico do Brasil, a intelectualidade constatou que as teorias raciais tornariam um projeto de desenvolvimento nacional pouco viável, por ser o Brasil uma nação com população predominantemente negra e mestiça. Paralelamente, penetravam no Brasil os ideais da Escola Nova, que teve como um de seus principais disseminadores Anísio Teixeira. Este movimento visava à inserção da ciência – principalmente da Psicologia e da Sociologia – nas diretrizes da escola. Enfatizava também a formação dos professores, objetivando ampliar a influência da escola na sociedade. Dessa forma, planejou-se uma ampla reforma educacional, que previa implantar profundas modificações na educação brasileira, a fim de igualá-la à de países desenvolvidos,

oferecendo um ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos, desde o primário até a formação superior. Neste âmbito, Anísio Teixeira foi convidado para o cargo de diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal, no qual implantou um novo sistema educacional, criando uma rede municipal de ensino que compreendia desde o primário até o ensino superior, reflexo de seu objetivo de educação pública para todos. Todavia, sua maior inovação foi a criação do IPE (1933), para o qual convidou Arthur Ramos para ocupar a chefia. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, na linha de pensamento denominada Escola de Nina Rodrigues, Ramos era pesquisador das teorias raciais e adepto das ideias psicanalíticas de Sigmund Freud, Alfred Adler e Carl G. Jung, acreditando que nelas residiam soluções para vários problemas da realidade brasileira. Tais idéias influenciaram diretamente as atividades desenvolvidas pelo SOHM. Precedido pela criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), o SOHM representou uma das duas vertentes do movimento de higiene mental no Brasil: em contraposição à vertente eugenista, que visava a uma depuração racial no país, tinha como objetivo atuar em escolas primárias, atendendo a crianças que apresentassem problemas de adaptação. O SOHM tinha, assim, a finalidade de organização de trabalhos de cunho preventivo e corretivo. Abordava possíveis desajustamentos psíquicos da criança no lar e na escola, buscando solucioná-los de forma a proporcionar seu bem-estar. A aplicação de seus métodos acontecia nas chamadas escolas experimentais, denominadas Bárbara Ottoni, Manoel Bonfim, Argentina, Estados Unidos, México e General Trompowski. Quanto à rotina do serviço, inicialmente o escolar era examinado por uma junta médica, para clarificar a existência ou não de qualquer espécie de distúrbio orgânico, sendo, posteriormente, avaliado do ponto de vista psicológico. Isto objetivava construir uma ficha completa da situação da criança que, além de propiciar uma identificação médico-psicológica, também incluía a história obstétrica materna, o desenvolvimento da criança e a formação de seus hábitos (crescimento, saúde geral, alimentação, ritmos fisiológicos, marcha e linguagem, disciplina e vida na escola, além do temperamento e características psicológicas). Com isso, atentou-se para a importância de orientar pais e professores sobre o que e como ensinar, que hábitos valorizar, como detectar os elementos desviantes e como diferenciar as crianças anormais das crianças-problema. Este termo, criado por Ramos, surgiu da constatação de que mais de 90% das crianças ditas anormais na verdade não tinham nenhum tipo de anomalia mental, mas, sim, apresentavam dificuldades de adaptação ao lar ou à escola, geralmente decorrentes de problemas causados por pais ou professores. No serviço empregavam-se meios terapêuticos clássicos como a sugestão, ou mais modernos, como a psicanálise, além de seguir as indicações da análise indireta através de jogos e brinquedos e da observação da criança em seu meio. Caso algum comportamento fosse tido como desajustado por parte dos professores, médicos ou terapeutas, o SOHM intervinha convocando os pais e, em casos mais graves, retirando o escolar de seu ambiente familiar e colocando-o em regime de internato. Isso decorria porque se acreditava que o ambiente familiar era crucial para determinar os comportamentos e características psicológicas da criança, e os pais, os principais influenciadores de tais atitudes. Portanto, ao intervir e sensibilizar os pais, poderia se conseguir mudanças significativas na criança. Também havia preocupação com o bem-estar físico da criança, considerado primordial para seu bem-estar mental. É principalmente neste fundamento que se calca o conceito de higiene mental, em que se destaca a importância dos aspectos higiênicos gerais como regularização dos hábitos alimentares, sono, evacuação, fartura de ar e sol, além de aspectos da adaptação social, iniciada na escola com a identificação da criança com os colegas, prosseguindo até a adaptação completa ao ambiente escolar. O SOHM não possuía nenhum tipo de publicação específica para divulgar os trabalhos desenvolvidos, sendo o *Boletim do IPE* o único em que seus trabalhos apareciam. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, o SOHM passou a sofrer sérias restrições, por

não se enquadrar no novo modelo totalitário de educação, e acabou por fechar as portas em 1939. Porém, em 14 de setembro de 1940, foi criado o Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP), órgão do recém-formado Centro de Pesquisas Educacionais (CPE), que apresentava atividades similares às do SOHM, mas a partir de concepção diferente, numa tentativa de contornar as dificuldades impostas pelas políticas governamentais vigentes.

Referências

ALMEIDA, L. R. de. **O Instituto de Pesquisas Educacionais dos antigos Distrito Federal e Estado da Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

RAMOS DA SILVA, A. S. **Cuidando do futuro do Brasil: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos**. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RAMOS, A. **A criança-problema: higiene mental na escola primária. 3ª ed.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

RAMOS, A. **Introdução à Psicologia Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

SIRCILLI, F. "Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930." **Paidéia**. vol. 15, n. 31. São Paulo: USP, 2005.

Adriana Amaral do Espírito Santo
Andressa Siqueira Gonzaga
Luana da Silva dos Santos
Lucila Lima

■ Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA) – 1967 –

Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) – 1965-1967

O psiquiatra Francisco Quinho Chaves, ao lecionar a disciplina Psicologia da Educação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, sentiu a necessidade de introduzir uma forma mais técnica de aprendizagem, propondo a criação de um serviço de Psicologia. Após a aprovação do diretor da faculdade, professor Francisco das Chagas Pereira, foi criado em 18 de setembro de 1965 o Centro de Psicologia, CEPA, primeira instituição especificamente psicológica do Rio Grande do Norte. A pedagoga Vanilda Paiva Chaves, que havia feito treinamento no Centro de Psicologia Aplicada do Rio de Janeiro, passou a ser a primeira diretora da nova instituição, que começou a funcionar no porão da Fundação José Augusto. No período compreendido entre 1965 e 1968, o CEPA, que se tornaria SEPA, em fevereiro de 1967 (ano em que foi incorporado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal), passou a ser um importante centro de estudos psi, o centro de referência para avaliação psicológica, como também um lócus de disseminação dos saberes psicológicos. O SEPA da UFRN tinha um corpo técnico, no início da década de 1970, composto somente por pedagogas, com supervisão de um psiquiatra. O conselheiro Paulo Rosas, do Conselho Regional de Psicologia da Segunda Região (com sede em Recife e com jurisdição nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte), para regulamentar o funcionamento deste que era então único serviço psicológico do Rio Grande do Norte, sugeriu a contratação de dois psicólogos pernambucanos (Francisco Correia e Ana Lobo), o que foi realizado em 2 de janeiro de 1971. O contrato previa que os dois ensinassem na Faculdade de Educação a disciplina Testes e Medidas Educacionais e atendessem no SEPA. Em março de 1972, chegou a Natal a psicóloga gaúcha Nilza Maria Molina Mendes, graduada na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1968. A convite do reitor da UFRN, Genário Fonseca, ela assumiu o cargo de diretora do SEPA. Neste mesmo ano, a Resolução 74 de 20/12, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), regularizou o estágio em Psicologia Clínica (Psicodiagnós-

tico e Orientação Vocacional) no SEPA para os alunos do curso de Pedagogia, o que ocorreria até 1976, quando foi criado o curso de Psicologia da UFRN, o primeiro do estado potiguar. Com o início do curso de Psicologia, algumas mudanças ocorreram no SEPA. Embora legalmente sendo um órgão suplementar vinculado diretamente ao reitor da Universidade, o SEPA passou a funcionar como uma clínica-escola vinculada ao Departamento de Psicologia, passando a receber, a partir de 1981, os alunos estagiários em Psicologia Clínica do curso de Psicologia.

Referências

CAMPOS, H. R. **Diz-me com quem andas... E te direi quem és: A Psicologia no Rio Grande do Norte, do padre Monte ao curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: UFRN, 1998.

CARVALHO, D. B. ***A* cidade e a alma reinventadas*:* modernização urbana e a consolidação acadêmica e profissional da Psicologia na cidade de Natal-Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2001.

CARVALHO, D. B.; SEIXAS, P. S.; YAMAMOTO, O. Y. Modernização urbana e a consolidação da Psicologia em Natal – Rio Grande do Norte. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 7, n. 1,p.131-141, 2002 .

CHAVES FILHO, F. Q. "A história do SEPA: um depoimento muito pessoal." **Estudos de Psicologia**, v.1, n. 1, p. 108-111, 1996.

Denis de Carvalho

■ Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo – 1930-1938

Primeiro de sua espécie no Brasil, o SPA foi criado na administração de Manoel Bergström Lourenço Filho, à frente da diretoria-geral da Instrução Pública, órgão subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Na sua gestão, período de 27/10/1930 a 23/11/1931, Lourenço Filho reformou a diretoria-geral, através do Decreto 1, 4.795 de 17/12/1930. Dentre outras disposições, o decreto alterou a denominação do órgão para Diretoria Geral de Ensino e implantou o Serviço de Assistência Técnica (STA), a ser chefiado por especialistas: um assistente de ensino primário, um assistente de ensino normal, um assistente de ensino profissional, dois assistentes de Educação Física e ensino de Música e um assistente de Psicologia Aplicada. Com esse ato, o diretor do ensino separou as funções técnicas de assistência a escolas e ao professorado dos serviços burocrático-administrativos. Em fevereiro de 1931, Noemy Marques da Silveira, professora primária com título de Master of Arts and Instructor in Psychology pelo Teachers College, da Columbia University (EUA), assumiu o cargo de assistente técnico de psicologia aplicada, com a incumbência de organizar classes seletivas de primeiro ano, ministrar cursos de capacitação dos técnicos do SPA, oferecer palestras de orientação sobre testes mentais e escolares e aferir os testes Binet-Simon e Dearborn. Com a mudança de Lourenço Filho para o Distrito Federal, no final de 1931, a cátedra de Psicologia Aplicada à Educação do curso de Aperfeiçoamento de Professores do Instituto de Educação ficou vaga; foi então que Noemy Marques da Silveira ocupou cumulativamente a chefia do SPA e a cátedra de Psicologia. Como consta na publicação *Da organização do Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria-Geral do Ensino do Estado de São Paulo*, de imediato o SPA organizou 476 classes seletivas de primeiro ano, de acordo com os níveis de maturidade para a aprendizagem da leitura e da escrita. A iniciativa, segundo Lourenço Filho, em depoimento no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)*, elevou a taxa de promoção a cifras dantes não imaginadas como possíveis – de 63,16%, em 1929, para 81,97%, em 1931. As classes seletivas foram organizadas com a aplicação dos testes ABC. Na publicação *Um ensaio de organização de classes seletivas do 1º Grau com o emprego dos testes ABC*, Noemy Marques da Silveira ponderava que, se a correlação entre a idade mental e a

maturidade para o aprendizado fosse sempre positiva ou fortemente positiva, seria fácil selecionar os alunos: escalonava-se uma escala de testes de inteligência individuais, Binet-Simon, por exemplo, ou uma escala de testes de grupo, Dearborn. Mas essa correlação é fraca. Daí, a necessidade de uma medida específica. Daí, a preferência pelas provas denominadas testes ABC. A essa altura, Lourenço Filho se destacava pela publicação de *Introdução ao estudo da Escola Nova e Testes ABC* para verificação da maturidade necessária para a leitura e escrita e pela tradução de autores da escola de Psicologia franco-genebrina: Piéron, Binet e Simon e Claparède. Sud Mennucci sucedeu Lourenço Filho na diretoria do ensino. Em sua curta administração, período de 24/11/1931 a 24/05/1932, Mennucci reformou o aparelho escolar, através do Decreto 5.335, de 07/01/1932. O artigo 4º do decreto ampliou o quadro de técnicos do SPA: dois subassistentes, dois adjuntos e dois auxiliares efetivos para as seções de estatística e arquivo, medidas mentais, medidas do trabalho escolar e orientação profissional, tendo estipulado a admissão, mediante concurso de Psicologia Educacional, de vinte auxiliares em comissão, conforme consta no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)*. Na administração de Fernando de Azevedo, período de 11/1 a 27/7/1933, nova e ampla reforma do aparelho escolar, através do Decreto 5.884, de 21/04/1993, o Código de Educação, como ficou conhecido. Entre as inovações, convém citar a mudança da denominação da diretoria do ensino para Departamento de Educação e a implantação da Escola de Professores do Instituto de Educação, instituição considerada de nível universitário, voltada para a formação de professores primários e secundários. Os artigos 651 a 667 do decreto alteraram a trajetória do SPA, ao anexá-lo à Escola de Professores do Instituto de Educação e modificar o quadro de técnicos: um chefe, dois assistentes, quatro subassistentes, dois auxiliares efetivos e oito auxiliares em comissão. Esses artigos definiram o SPA como centro de Psicologia Experimental Aplicada à Educação e estipularam detalhadamente suas atribuições: promover estudos sobre a capacidade mental, medidas de aprendizado e do ensino dos alunos; divulgar os princípios psicológicos do aprendizado; estudar as bases psicológicas das escolas, de modo a criar ambiente necessário ao desenvolvimento individual; oferecer orientação educacional e profissional; e fornecer aos professores base objetiva, para conhecimento do aluno e da medida do trabalho escolar. A fim de atingir as metas, o SPA contava com três unidades técnicas: Seção de Medidas Mentais e do Trabalho Escolar, Seção de Orientação Profissional e Seção de Estudo do Programa e dos Problemas Escolares. Cabia também ao SPA oferecer estágio de 120 dias aos alunos da Escola de Professores; realizar estudos solicitados pelas escolas e serviços públicos; ministrar cursos de férias para professores sobre as técnicas de medidas mentais, medida do trabalho escolar, orientação profissional, bases psicológicas da construção do programa e estatística aplicada à educação, cabendo aos alunos realizar investigação pessoal, a ser apresentada no prazo de um ano, a qual seria levada em conta para o efeito de nomeação, promoção e remoção. No minucioso relatório intitulado *Serviço de Psicologia Aplicada*, publicado em 1933, Noemy Marques da Silveira igualou os estudos teóricos e experimentais do SPA sobre organização escolar, ensino e estudo da criança aos estudos realizados por Lourenço Filho, Isaías Alves, Halina Radecka, Helena Antipoff, Ulisses Pernambucano e Joaquim Penino. A publicação intitulada *A situação educacional e cultural dos Estados – contribuição de São Paulo* informa que o Decreto 9.225, de 1938, transferiu o SPA, seção da Escola de Professores do Instituto de Educação, para a seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O decreto manteve a definição, Estrutura e Atribuições fixadas pelo Código de Educação.

Referências

DIRETORIA-GERAL DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. **Um ensaio de organização de classes seletivas do 1º Grau, com o emprego dos testes A.B.C**. São Paulo: [s.n.], n. 3, jun. de 1931.

RELATÓRIOS dos srs. diretores do ensino anteriores ao atual (1930 a 1935). In: **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)**. Organizado pelo professor A. de Almeida Júnior, diretor do ensino, e abrangendo o ensino primário e pré-primário estadual, municipal e particular, o ensino secundário estadual e o ensino normal, estadual e livre. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1935-1936.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **A situação educacional e cultural dos estados – contribuição de São Paulo**. São Paulo,1941.

SILVEIRA, N. M. "Serviço de Psicologia Aplicada." **Revista Educação**, São Paulo, v. 3, p. 84-116, set. 1933.

SILVEIRA, N. M. **Da organização do Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria-Geral do Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo: Tipografia de São Lázaro, 1932.

Carlos Monarcha

■ Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo – 1978-1989

A instalação dos parques infantis, em 1935, visando atender às necessidades da população operária, no contexto do avanço industrial na cidade, antecedeu a criação deste serviço de assistência às crianças das camadas populares. A Secretaria da Educação, em 1947, passou a denominar Setor de Psicologia Clínica o Setor de Orientação Psico-Pedagógica, criado presumidamente em 1945, e responsável por verificar os problemas de comportamento dos alunos e oferecer cursos sobre desenvolvimento infantil para dirigentes dos parques infantis. Com a implantação do ensino primário no município, em 1956, a Psicologia Clínica se consolidou na Secretaria da Educação, com a criação da Clínica Ibirapuera. Destaca-se nesse processo a presença da psicóloga Yvonne Khouri, responsável, anos depois, pela chefia da Seção de Psicologia Clínica e pela criação do Serviço de Psicologia Escolar. A Seção de Psicologia Clínica, criada oficialmente em 1967, responsabilizou-se pelo funcionamento das Clínicas Psicológicas do Itaim (antiga Clínica Ibirapuera) e da Móoca, no então Departamento de Assistência Escolar da Secretaria da Educação. O desenvolvimento urbano-industrial na década de 1970 e o aumento do índice demográfico na cidade, principalmente em decorrência da migração, fizeram com que a população de migrantes e seus descendentes, na sua maioria pobre, buscassem a educação pública. Nessa circunstância, não só o número de alunos cresceu; os índices de repetência e evasão escolar, principalmente na primeira série, aumentaram consideravelmente, chegando a 60%, o que justificava o grande volume dos encaminhamentos de escolares para diagnóstico e tratamento nas clínicas psicológicas. Com vistas a estabelecer um plano de ação para compreender a razão dos encaminhamentos, Yvonne Khouri realizou levantamento de dados junto aos professores, pais e crianças encaminhadas às clínicas, buscando definir a realidade escolar e suas necessidades. A análise dos dados mostrou que muitos dos distúrbios de escolaridade, correspondentes a 80% dos encaminhamentos, poderiam ser prevenidos ou minimizados mediante a ação do psicólogo na escola. Outros estudos sobre o desenvolvimento infantil foram realizados nas clínicas psicológicas. Como consequência, implantou-se em 1975 o projeto-piloto de Psicologia Escolar, enfatizando a orientação em âmbito profilático. Destaca-se para a implantação do projeto-piloto a conquista de certa autonomia da psicologia da área médica, à qual a Seção de Psicologia estava oficialmente subordinada. A Psicologia Escolar manteve seu objetivo primordial, o trabalho com professores; entretanto, atendia a alunos encaminhados por professores, buscando conquistar espaço dentro da escola. Em 1977, obtendo avaliação positiva, o projeto tornou-se Programa de Psicologia Escolar; as atribuições para os psicólogos escolares foram estabelecidas; o trabalho foi ampliado, com a contratação de novos psicólogos. Data de 1978 a oficialização

do Serviço de Psicologia Escolar e do Serviço de Psicologia Clínica, na Seção de Psicologia, na Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Nesse ano, os psicólogos, em número de 80, atuavam em aproximadamente 160 escolas, responsabilizando-se cada um por duas escolas (de primeiro grau e de educação infantil). O trabalho caracterizava-se, de modo geral, pela modalidade clínica preventiva na escola; entretanto, alguns psicólogos já questionavam tanto o sistema educacional vigente quanto a definição do seu próprio papel. Esses questionamentos, todavia, já estavam na pauta dos estudos de professores e pesquisadores da área, preocupados em analisar criticamente a Psicologia Científica. Destacam-se as análises da psicóloga Sylvia Leser de Mello, realizada em 1975, e de Maria Helena de Souza Patto, que realizou pesquisa no final dos anos, 1970, na qual retratou a Psicologia Escolar da PMSP. O cenário político-social brasileiro trouxe, no final da década de 1970 e início de 1980, uma perspectiva de renovação para o Serviço de Psicologia Escolar. Em 1983, quando este serviço contava com 95 psicólogos atuando em cerca de 200 das 499 escolas existentes (primeiro grau e de educação infantil), a Secretaria da Educação da PMSP buscou implantar uma política educacional democrática, que melhorasse a qualidade do ensino e ampliasse a permanência do aluno na escola. Nesse contexto, o Serviço de Psicologia Escolar foi transferido do Departamento de Assistência Escolar para o Departamento de Planejamento, quando ocorreu uma aproximação entre psicólogos escolares e profissionais da Educação (coordenadores pedagógicos, professores de diferentes especialidades, diretores de escola, supervisores de ensino). Tal aproximação deu-se nos cursos, encontros e reuniões, promovidos pelo Departamento de Planejamento, na perspectiva de concretizar o trabalho tanto da equipe escolar, como também, de efetivar o trabalho das equipes responsáveis pela elaboração de planos, subsídios, treinamentos, contando desta vez com a participação do psicólogo escolar. No período de 1983 a 1985, parece ter havido, de fato, um redimensionamento tanto técnico como político da atuação do psicólogo escolar. Entretanto, a partir de 1986, depois de nova mudança administrativa e nova política educacional, o Serviço de Psicologia Escolar voltou a pertencer aos quadros do Departamento de Assistência Escolar, agora denominado Departamento de Saúde Escolar, e a consolidação da participação dos psicólogos escolares na equipe escolar foi perdida. Agregou-se às mudanças oficiais a impossibilidade de apropriação, por parte dos psicólogos escolares, do projeto educacional democrático implantado nos anos anteriores e o término das discussões entre os órgãos de representação da categoria dos psicólogos e educadores. A extinção do Serviço de Psicologia Escolar ocorreu oficialmente em 1989, em nova administração. O Departamento de Saúde Escolar da Secretaria da Educação foi desativado e os profissionais (médicos, psicólogos, dentistas, fonoaudiólogos, dentre outros) foram transferidos para a Secretaria da Saúde, atendendo às diretrizes do SUS. Embora o tema fracasso escolar continuasse na pauta das discussões da Educação e da Psicopedagogia, área que emergia com grande prestígio, ganhou expressão na área da saúde. A atenção crescente ao redimensionamento do sistema de saúde público brasileiro, com o repasse de recursos do Ministério da Saúde aos municípios, abriu novas oportunidades à participação dos psicólogos nas equipes multiprofissionais, na atenção à saúde mental, que passaram a integrar os quadros das equipes destinadas a atender nessa área: hospital geral, hospital-dia, unidades básicas de saúde, ou ainda centros de convivência e cooperativas.

Referências

MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática,1978.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia – uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

TAVERNA, C. S. R. **Um estudo histórico sobre a Psicologia Escolar na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Carmem Silvia R. Taverna

■ Serviço de Psicologia Médica (COJ) – 2003-

Serviço de Saúde Mental – Departamento de Saúde Mental (COJ) – 1994(?)-2003

Centro de Orientação Juvenil (COJ) – 1978(?)-1994(?)

Centro Experimental de Orientação Infantojuvenil (CEOIJ) – 1969-1978(?)

Centro de Orientação Juvenil (COJ) – 1946-1969

Criado pelo Ministério da Educação e Saúde através da Portaria 80, de 09/12/1946, como órgão da Seção de Orientação Social da Divisão de Proteção Social (DPS) do Departamento Nacional da Criança (DNCr), o COJ foi planejado por Emilio Mira y López e Helena Antipoff, nomes de relevância da Psicologia. Contou também com a colaboração de Elisa Dias Velloso, que veio a ser sua diretora até 1967. Seu objetivo principal era, além do atendimento, treinar profissionais para atuação em orientação psicológica, sendo considerado, então, uma instância de formação. O desenvolvimento de suas atividades tornaram-no a primeira clínica pública de orientação de jovens na América Latina. Inicialmente, funcionava na rua Alcindo Guanabara, no centro do Rio de Janeiro (à época, Distrito Federal). Realizava trabalho interdisciplinar em diagnóstico e tratamento através dos setores de Serviço Social, Psiquiatria e Psicologia. Contava com servidores permanentes, voluntários e estagiários vindos de diversas partes do Brasil, apesar da maioria ser do Rio de Janeiro e serem mulheres. Serviu de modelo a outras instituições como a Clínica de Orientação Infantil (COI) do Instituto de Psiquiatria da então Universidade do Brasil (IPUB). O COJ atendia a adolescentes, em sua maioria na faixa etária de 12 a 18 anos, do sexo masculino, com problemas de comportamento, desajustes emocionais, dificuldades familiares e sociais, principalmente na escola e no rendimento escolar. Inicialmente realizava diagnóstico psicológico e orientação profissional, mas rapidamente incorporou o tratamento psicoterápico, atendendo inclusive alguns casos de delinquência juvenil, além de orientação aos responsáveis. A cooperação institucional era uma prática usual do COJ: realizava encaminhamentos de pacientes não adequados às suas propostas para outras instituições, tais como serviços de atendimento psiquiátrico e para o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Em contrapartida, recebia pacientes de agências assistenciais, escolas, hospitais, bem como de profissionais da área de Saúde, Educação e Assistência Social, além da divulgação de seus ex-clientes. A grande demanda esbarrava, porém, na limitação de recursos materiais e humanos, a ponto de textos da época fazerem referência às filas de espera. A partir de 1953, passou a atender também a crianças menores de 11 anos, apostando que, num serviço essencialmente preventivo, é importante o início do tratamento em fase mais precoce do desenvolvimento. Isto, na verdade, já era feito em alguns casos, com fins de estudo, pesquisa e treinamento de pessoal. Em 1960, aumentou o uso de técnicas psicoterápicas, iniciando-se as primeiras experiências com tratamento analítico. Em 1965, em função da demanda, começou a realizar trabalhos em grupos. De forma geral, o roteiro de atendimento era: inscrição e entrevista preliminar com o responsável; os casos aceitos eram estudados pela equipe, sendo encaminhados ao profissional mais adequado. No primeiro comparecimento do paciente, realizavam-se exames médico, psiquiátrico e psicológico, havendo um diagnóstico provisório e o planejamento do trabalho. Os resultados eram discutidos nas reuniões gerais. No decorrer do tratamento, o paciente realizava psicoterapia, enquanto seu responsável realizava entrevistas terapêuticas com a assistente social. No COJ utilizavam-se diversos testes

de psicodiagnóstico, refletindo uma tendência geral da Psicologia naquela época. Alguns dos mais utilizados eram o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), Minhas Mãos, Teste de Apercepção Temática (TAT), Binet e Rorschach. Um dos grandes responsáveis pelo sucesso do COJ era o trabalho de equipe. Os psiquiatras realizavam o tratamento dos casos mais complexos ou de problemas de natureza psicossomática, além dos exames de saúde. Os psicólogos aplicavam e interpretavam os testes, elaboravam provas psicológicas e atuavam no tratamento dos casos de natureza predominantemente psicológica. Os assistentes sociais realizavam a entrevista inicial e estudavam o caso em relação à família e ao ambiente escolar, social e institucional. Todos os atendimentos eram documentados minuciosamente, possibilitando, assim, maior eficiência na discussão dos casos, além do arquivo dos dados. Anualmente, o COJ enviava relatórios ao Departamento Nacional da Criança (DNCr), utilizando esses dados para demonstrar o perfil dos serviços realizados. Após várias reformulações administrativas, em 1969 o DNCr foi extinto, fazendo com que o COJ passasse a ser um órgão da Coordenação Materno-Infanto-Juvenil da Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Saúde, com o nome de CEOIJ. Em 1971, o médico Amaury Medeiros, então diretor do Instituto Fernandes Figueira (IFF), da Fundação Oswaldo Cruz, com o intuito de incluir dentre as atividades lá desenvolvidas a assistência ao adolescente, solicitou a inclusão do centro no instituto, voltando este em 1978 a ser denominado COJ. Todas essas mudanças de inserção institucional e reformulações administrativas não impediram o COJ de continuar a oferecer atividades de formação. Em 1976, eram oferecidos estágios, tanto de observação quanto os regulares, nas três áreas já mencionadas e, em 1985, o treinamento regular de atendimento psicológico ao adolescente e sua família. Em 1991, ofereceu o primeiro curso de especialização em Psicologia Médica e Psicossomática. E em 1994 novamente mudou de nome, passando a ser Serviço de Saúde Mental – Departamento de Saúde Mental, mas mantendo a sigla COJ. Em 1999, abriu estágio na área de Psicologia Hospitalar para graduandos em Psicologia de universidades conveniadas com o IFF, a saber: UERJ, UFRJ, UFF e IBMR. Hoje, visando a uma melhor inserção do COJ no IFF, o Serviço de Psicologia Médica – COJ oferece atendimento apenas a pacientes encaminhados pelas clínicas do IFF, com uma abordagem de Psicologia Médica ou Hospitalar, paralelo à Psicoterapia Infantojuvenil individual, em grupo e terapia familiar. Atende majoritariamente a mulheres, crianças e adolescentes. A equipe é composta somente por médicos e psicólogos. A mudança de nome é consequência dos debates para uma melhor inserção do COJ dentro do hospital do IFF, o que reflete discussões contemporâneas sobre a relação entre Psicologia e Medicina. Apesar de ter sofrido alterações em seu nome durante todo o período de desenvolvimento de suas atividades, em documentos oficiais o centro continuou sendo referido como COJ. Atualmente, em função da assistência psicológica estar amplamente incluída dentro das atividades do hospital do IFF, e de uma reorganização institucional da própria Fundação Oswaldo Cruz, que pretende padronizar os serviços oferecidos em seus hospitais, vem-se discutindo a possibilidade de novas modificações do COJ.

Referências

ALBUQUERQUE, T. L. de. **Entrevista concedida a Flávia Moreira Oliveira**. 3 cassetes sonoros (60 min). Rio de Janeiro, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento Nacional da Criança. **O Centro de Orientação Juvenil (1946-1956)**. (Coleção N.N.Cr. 155). Rio de Janeiro, 1956.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

MONTEIRO, D. B. da R.; LIMA, S. C. da C. **Therezinha Lins de Albuquerque**. Rio de Janeiro, [s/a]. Mimeo.

Ana Maria Jacó-Vilela
Flávia Moreira Oliveira
Filipe Degani Carneiro
Maria Cláudia Novaes Messias

■ Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM) – 1955-

Serviço de Seleção de Psicotécnica Naval (SSPN) – 1951-1955

Criado em 15 de julho de 1951, inicialmente com a palavra naval constante na sigla SSPN. Com a aquisição de modernos navios e armamento após a II Guerra Mundial, em decorrência do contato com a Marinha americana, o SSPM tinha como missão incentivar o preparo propedêutico e especializado do pessoal militar-naval da Marinha do Brasil. Teve como primeiro dirigente o capitão tenente Lywal Salles, sendo Oswaldo Nunes de Souza Guimarães o primeiro psicologista a ocupar cargo de chefia no SSPN. A partir da década de 1960, o SSPM passou a utilizar o Curso Especial de Psicotécnica-Militar (CES-PM), antigo Curso de Classificação de Pessoal (CCP) do Exército Brasileiro, para preparar e qualificar os seus oficiais para o desempenho das tarefas técnicas, já que à época não existiam oficiais com formação em Psicologia. A partir de 1973, com o advento do Quadro Complementar (QC), iniciou-se o ingresso na Marinha de oficiais graduados e, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), em 1980, a atividade de Psicologia na Marinha passa a ser cada vez mais exercida por mulheres. Em 1981, ano da primeira turma, foram formadas 19 oficiais psicólogas, que tiveram como sua primeira destinação o SSPM. A década de 1960 iniciou-se com o SSPM realizando exames seletivos. No início da década de 1960 a SSPM realizou exames seleltivos para Furnas, Caixa Econômica Federal, Instituto Rio Branco, Companhia Elétrica Vale do Paraíba, Petrobras, SESI e BNDES. No final dessa década e início da seguinte, o SSPM importou material sobre o método do Coeficiente J de Primoff, possibilitando o início de análises de trabalho, tornando o processo de seleção de pessoal mais científico. Estes investimentos nos exames psicológicos contribuíram para regulamentar sua aplicação, bem como para a transparência destes. Atualmente, o SSPM está subordinado à Diretoria de Ensino da Marinha e tem como público-alvo civis que desejam ingressar na carreira militar e militares que desejam especializar-se. Aplica os conhecimentos da Psicologia do Trabalho para a compreensão e o desenvolvimento das relações humanas no campo organizacional. De acordo com a determinação da Diretoria de Ensino, planeja e executa os exames psicológicos, as entrevistas de seleção e classificação para ingresso na Marinha e acesso na carreira, propõe a classificação e a indicação de especialidade do pessoal em formação na Marinha do Brasil. Desenvolve também pesquisas de interesse da Marinha do Brasil, elaborando e aprimorando técnicas psicológicas e instrumentos de avaliação de desempenho. Para atender aos objetivos citados, o SSPM tem em sua estrutura, além da direção e vice-direção assessoradas por um conselho técnico e por um conselho econômico, o Departamento de Administração, um Departamento de Psicologia com as divisões de planejamento e controle, de pesquisa, de acompanhamento e de avaliação dos processos de seleção psicológica (Portaria do SSPM, 34, de 28/04/2005).

Referências

SALLES, L.; AGUIAR, H. T.; CHERIFF, P. A. "51 anos de Psicologia na Marinha". In: **Revista Marítima Brasileira**, v, 123, n. 10/12 – out./dez. 2003.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. **Portaria do SSPM** n. 34, de 28 abr. 2005.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. **Portaria da DGPM** n. 120, de 26 mar. 1998.

Aurora Telles Herkenhoff

■ Serviços de Orientação Educacional

A proposta oficial que introduziu o Serviço de Orientação Educacional nas escolas do Brasil se deu por ocasião da reforma do ensino primário e médio, conhecida pelo nome de Leis Orgânicas do Ensino, iniciada em 1942, pelo ministro da Educação Gustavo Capane-

ma. Em 1942 foi promulgado o Decreto-lei 4.073, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial; no mesmo ano o Decreto-lei 4.244 – Lei Orgânica do Ensino Secundário e em 1943 o Decreto-lei 6.141 – Lei Orgânica do Ensino Comercial. Em 1946, na gestão do ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, a sequência foi finalizada: Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto-lei 8.259; Lei Orgânica do Ensino Normal – Decreto-lei 8.530; Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-lei 9.613. Em 1942, foi criado ainda no âmbito da reforma o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Há referências diretas à inclusão da Orientação Educacional nas escolas de ensino médio nos ramos industrial, comercial, agrícola e secundário, assim como no SENAI. As legislações referentes ao ensino industrial e agrícola mencionavam que os mesmos deveriam atender aos interesses do trabalhador, das empresas e/ou propriedades agrícolas e da nação. A do ensino secundário referia-se à formação integral dos adolescentes, em seus aspectos espiritual, patriótico, humanístico e intelectual. A do ensino comercial referia-se mais à formação profissional. Acompanhando esses objetivos de cada um dos tipos de ensino, foi proposto que a orientação educacional desse ênfase às suas diferentes áreas de atuação: orientação profissional, de estudos, da saúde, do lazer e recreação. Apesar de estabelecida pela legislação, não havia, na época, profissionais especializados para assumirem a Orientação Educacional tendo sido o primeiro curso superior específico criado na Universidade Católica de Campinas, em 1945. Existiam em várias cidades do Brasil os Serviços de Orientação Profissional. Em São Paulo, foi introduzido em 1924 no Liceu de Artes e Ofícios por Roberto Mange, auxiliado por Henri Pièron; em 1930, na Estrada de Ferro Sorocabana; em 1934, no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. Roberto Mange ainda em 1937, o Gabinete de Psicotécnica no Instituto Profissional Masculino, que tinha como objetivo orientar jovens na escolha de curso profissionais secundários. Oswaldo de Barros Santos menciona que, no período de vigência das "Leis Orgânicas", somente duas instâncias se preocuparam com a introdução da Orientação Educacional. A primeira delas – o ensino industrial do Estado de São Paulo – organizou uma rede de 21 escolas subordinadas a um Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional. Para essas escolas foram nomeados orientadores educacionais. Tal serviço publicou em 1952 um *Manual de trabalho dos orientadores educacionais*, o qual estabelecia como funções do orientador fazer estudos de casos e trabalhar com as várias modalidades de orientação. O governo federal promoveu a segunda experiência no âmbito de suas escolas industriais federais, a partir da publicação de outro manual elaborado pela Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial. No período compreendido entre 1945 e 1961, houve uma intensificação dos incentivos governamentais, ampliando o número de orientadores, criando cursos de formação rápidos ou regulares, promovendo jornadas, encontros e simpósios com a finalidade não só de divulgar a existência desta, mas principalmente esclarecendo suas funções, seus objetivos e formas de trabalho. Segundo Selma Pimenta, o enfoque da Orientação Educacional até então era fundamentalmente psicológico. Era importante conhecer as características dos alunos, tanto em relação a idades quanto a sexo, a constituição e a dinâmica dos grupos, a identificação das aptidões e interesses e a análise ocupacional. A atuação proposta era considerada basicamente preventiva, no sentido de adaptar o indivíduo à escola, ao trabalho e à vida. No II Simpósio de Orientação Educacional, realizado em Porto Alegre 1958, foram definidos os objetivos da OE: assistir o aluno no desenvolvimento de sua personalidade e no seu ajustamento pessoal e social. As áreas de atuação foram definidas: orientação de estudos, vocacional, lazer, saúde e também problemas emocionais. Paralelamente a esse desenvolvimento da Orientação Educacional, provocada, por legislações e fundamentado em conhecimentos psicológicos, estava sendo gestado o reconhecimento

da Psicologia como profissão. As primeiras propostas e os primeiros anteprojetos de regulamentação fizeram menção a essa legislação e à ausência de formação de profissionais qualificados para exercerem a Orientação Educacional, como justificativa para o reconhecimento da Psicologia como profissão. Uma apresentação de madre Cristina no I Congresso de Psicologia, realizado em Curitiba em 1953, mencionava como atribuição do psicólogo, entre outras, a realização da Orientação Educacional. Esse documento, publicado em 1954, propunha que o profissional (educador, filósofo) deveria frequentar um curso de especialização (pós-graduação) em Orientação Educacional para atuar como orientador educacional. Os cursos de especialização em Orientação Educacional mantinham, na época, um currículo do qual faziam parte entre outras disciplinas: Métodos e Técnicas de Aconselhamento; Estudo de Oportunidades de Ocupações; Orientação Profissional; Técnicas de Exame Psicopedagógico; Elementos de Psicopatologia; Administração Escolar e Sistemas Escolares; Higiene mental; Psicologia da Infância. A maioria das disciplinas, como se pode ver, tinha como fundamentação a Psicologia, havendo uma grande ênfase no aspecto psicométrico, com propostas de avaliação de inteligência, interesses, habilidades e personalidade. No memorial que acompanhava o primeiro anteprojeto de lei, apresentado em 1953 pela Associação Brasileira de Psicotécnica ao ministro da Educação, referente à formação e regulamentação da profissão de psicologista, aparece como justificativa para a existência da profissão a exigência da prática da Orientação Educacional nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, estabelecida pelas Leis Orgânicas. Neste mesmo anteprojeto, aparecia como disciplina obrigatória na formação do licenciado em Psicologia: Teoria e Prática da Orientação Educacional, tanto no primeiro como no segundo ano. Em 1958, o projeto 3852-A, sobre a regulamentação da profissão e formação, proposto pela Comissão de Ensino Superior do MEC, também fazia referência a essa necessidade de formar orientadores educacionais, propondo como disciplina obrigatória do currículo: Fundamentos e Técnicas da Orientação Educacional e Profissional. A proposta seguinte, formulada no mesmo ano pela Comissão de Educação e Cultura do MEC e o incluá como disciplina na formação Teoria e Prática da Orientação Educacional". A Lei 4.024, de 20/12/1961, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduziu a orientação educativa e vocacional em colaboração com a família. Também se referia à formação do orientador educacional em faculdades de Filosofia. A aprovação dessa lei coincidiu com a da regulamentação da profissão de psicólogo, e a partir de então a orientação assume outras características e formas de trabalhar, possivelmente para não confrontar com as atividades privativas do psicólogo. Mesmo assim, os cursos de Formação do Orientador Educacional ainda privilegiaram, durante certo tempo (provavelmente até a aprovação do Código de Ética, em 1975), o ensino e uso de instrumentos psicológicos para o conhecimento do orientando. A Lei 5.564, de 21/12/1968, que trata do exercício da profissão de orientador educacional, foi regulamentada pelo Decreto 72.864 de 16/09/1973. Essa nova regulamentação dispunha que a formação desse profissional se fizesse em uma habilitação do curso de Pedagogia. O currículo dessa formação, diferentemente dos anteriores, passou a ser composto pelas seguintes disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino; Princípios e Métodos da Orientação Educacional; Orientação Vocacional; Medidas Educacionais. A mudança seguinte nos rumos da orientação se deu com a aprovação da Lei 5.692/1971, que instituiu obrigatoriamente a orientação com a finalidade de aconselhamento vocacional em conjunto com a família, professores e comunidade. Foi essa lei que introduziu a "sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho" no primeiro grau e as habilitações profissionais no segundo grau. A partir de então, mudavam os instrumentos utilizados pelo orientador: o próprio currículo das escolas de primeiro e segundo graus era um

meio utilizado para atingir os objetivos, mas métodos e instrumentos pedagógicos substituíam os psicológicos: observação, trabalhos em grupos, formulários, questionários, análises de trabalhos escolares escritos; auto e heteroavaliação; programas de informação profissional. Hoje os Serviços de Orientação Educacional, ainda existentes nas escolas públicas e particulares, contam com profissionais tanto procedentes da Pedagogia quanto da Psicologia para exercerem as funções de orientador educacional. A forma de trabalhar varia segundo a formação de cada um.

Referências

GIBSON, R. L. **Orientação para a escolha profissional**. São Paulo: EPU, 1975.

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979.

MADRE Cristina Maria Formação do psicólogo e a regulamentação da profissão. **Boletim de Psicologia**. anos V e VI, n. 18, 19, 20, dez. 53/mar.-jun. 1954.

SANTOS, O. de B. **Psicologia Aplicada à Orientação e Seleção Profissional**. São Paulo: Pioneira, 1973.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **"Programas de informação profissional" como componente curricular do ensino de 2º grau**. São Paulo: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTÉCNICA. 'Memorial e anteprojeto de lei apresentados pela ABP ao sr. ministro da Educação sobre a formação e regulamentação da profissão de psicologista". **Revista de Psicologia Normal e Patológica,** ano I, n. 1, jan.-mar. 1955.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. "A formação de psicologistas no Brasil: Projeto n. 3.852 de 1958". **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**. ano 11, n. 3 e 4, jul./dez. 1959.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Comissão de Educação e Cultura. Substitutivo ao projeto n. 3.825 de 1958. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica,** ano 11, n. 3 e 4, jul./dez. 1959.

Marisa T. D. S. Baptista

■ Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (USP) – 1946-1976

O Setor de Psicologia Aplicada foi organizado por ocasião da criação do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (Decreto-lei 14.601, de 26/01/1946). Funcionou na rua Dr. Vila Nova, 245, anexo à cadeira de Ciências da Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, atual Faculdade de Economia e Administração. A finalidade do instituto era a de promover pesquisas científicas que estudassem os vários aspectos envolvidos nos processos de administração racional, naquele momento considerados muito importantes para a economia brasileira. O Setor de Psicologia Aplicada, por sua vez, tinha como objetivo estudar os aspectos psicológicos do trabalho: os processos de recrutamento, seleção, readaptação e orientação profissional; a eficiência no trabalho; o salário e outros incentivos; as condições e o ambiente de trabalho; os acidentes; o desemprego e mobilidade profissional; assistência social e econômica aos empregados; fenômenos de liderança, cooperação, disciplina; representação dos empregados junto à direção de empresas. Além desses estudos, estava também prevista a realização de pesquisas experimentais sobre as indagações teóricas e práticas da Psicologia do Trabalho. Raul de Morais foi seu primeiro diretor e responsável pela organização do setor. Formado em Filosofia, inicialmente trabalhou como professor de Sociologia na Escola Normal de São Carlos e, posteriormente, por ter prestado concurso de provas e títulos, foi designado para a chefia do Departamento de Serviço Público do Estado, que na época organizava os concursos públicos. Quando da criação do Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração, Raul foi deslocado do departamento para o setor. Fizeram parte de sua equipe de trabalho desde o início: Eugênia Moraes de Andrade, Jovino Guedes de Macedo e Dulce de Godoy Alves. Trabalharam em diferentes momentos: Ivone Espínola, Zilah Salyão Wen-

del Abramo; Miriam Lifchitz Moreira Leite. A primeira preocupação de Raul na organização do setor foi selecionar, traduzir, adaptar e padronizar instrumentos que pudessem ser úteis para o trabalho a ser desenvolvido. Os instrumentos escolhidos foram: Inventário de Personalidade Benreuter; Weschsler Bellevue Intelligence Scale – CIA; Questionário de Personalidade Dadahie; Questionário de 16 fatores de Personalidade – 16 Pf. Com esses testes foram feitas várias pesquisas, dentre as quais podem-se citar: Análise de características psicológicas de universitários brasileiros; Comparação dos perfis de personalidade de universitários brasileiros e norte-americanos; Estudo da relação entre os resultados do CIA e notas de aproveitamento escolar. Outra atitude de Raul de Moraes como responsável pelo Setor foi frequentar cursos de especialização assim, como exigir o mesmo de sua equipe. Foram mencionados os seguintes cursos: Psicometria e Análise Fatorial, oferecido por Frederich Maria Urban, da Universidade da Pensilvânia; Testes e Mensurações, ministrado pelos professores Adrian Rondileau e Noemy Silveira Rudolfer; Psicologia do Trabalho – professor Mira y Lopes; Noções de Psicanálise – Durval Bellegarde Marcondes. Os resultados das pesquisas realizadas no setor foram publicados regularmente na *Revista de Administração* e nas publicações do Instituto de Administração. Também foram publicados mais esporadicamente nas: *Revista de Psicologia Normal e Patológica; Ciência e Cultura e Journal International of Psychology*. Foram apresentados também em vários encontros e congressos, principalmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Títulos de alguns dos trabalhos publicados: "Provas tradicionais e provas objetivas em educação e seleção profissional"; "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal das prefeituras do Estado de São Paulo"; "A administração do município; "Seleção de revisores de imprensa"; "A avaliação do merecimento"; "Alguns aspectos da administração de pessoal na Guarda Civil de São Paulo"; "Um teste de Inteligência Coletiva para adultos"; "Aspectos da pesquisa de opinião pública"; "Adaptação do Inventário de Personalidade de Robert Benreuter"; "Fases de um processo de seleção – vantagens da seleção tecnicamente orientada"; "Análise do trabalho – método e objetivos"; "A estrutura de carreira no serviço público"; "Organização de cursos de Administração Geral para o funcionalismo do Estado"; "O perfil psicológico de seminaristas católicos de São Paulo à luz de 16 fatores de Personalidade" etc. De acordo com relatos feitos por Eugênia Moraes de Andrade e Dulce de Godoy Alves, vários fatores causaram o esgotamento do setor, e o mais importante foi a alocação de seus principais participantes em outros órgãos estaduais, principalmente no Departamento Estadual de Administração. Nesse departamento, foram responsáveis pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, e também pela Divisão de Organização, quando se projetaram o plano de classificação de cargos e níveis de vencimentos do Serviço Público de São Paulo. Para elas o setor extinguiu-se lentamente, conforme seus participantes foram se aposentando, e em 1967 praticamente não mais existia. A documentação dos trabalhos realizados, constituída por relatórios e fichários, não foi por elas encontrado alguns anos depois, e mencionam que possivelmente foram destruídos. Os profissionais que trabalharam no setor, em sua fase final, foram responsáveis pela instalação do Serviço de Seleção de Pessoal Técnico e Administrativo da Reitoria, dos Institutos e Faculdades da USP. Também participaram da elaboração de provas para os exames vestibulares da própria USP, Faculdade de Filosofia São Bento, Escola de Ciências Médicas da Santa Casa e concursos e vestibulares realizados pela Fundação Carlos Chagas.

Referências

ANDRADE, E. M. de. "Biografia". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

ANDRADE, E. M. de. "Depoimento". In: MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ANDRADE, E. M. de; ALVES, D. de G. "O Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo". **Boletim de Psicologia** (Revista da Sociedade de Psicologia de São Paulo). v. XXVI, n. 69, jul, dez 1975.

MORAES, R. "Biografia". **Boletim de Psicologia** (Revista da Sociedade de Psicologia de São Paulo). v. XXVI, n. 69, jul, dez 1975.

SPÍNOLA, I. "Depoimento". In: MORAIS, S. T. P. **Professores Universitários e Psicólogos contam suas vidas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Marisa T. D. S. Baptista

■ Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 1964-

Instituído em 1964, quando Célio Garcia se tornou professor de Psicologia Social no curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Setor de Psicologia Social da UFMG reuniu um grupo de profissionais e estudantes das áreas da Psicologia e das Ciências Sociais, sob sua liderança. Célio havia se especializado em Psicologia Social quando de sua estada em Paris, entre 1953 e 1960, onde obteve a Licence ès Lettres pela Universidade de Paris-Sorbonne e conviveu com os fundadores da Association pour la Recherche et l'Intervention Psychosociologiques (ARIP). Nos primeiros anos, o ensino de Psicologia Social na UFMG se baseava nas tendências da dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas. Célio havia integrado a equipe que implantou serviço de Psicologia Organizacional no Departamento de Orientação e Treinamento (DOT) do Banco da Lavoura, em Belo Horizonte, coordenado por Pierre Weil, onde foi responsável pela aplicação de técnicas de grupo na formação de lideranças e na melhoria das relações de trabalho. Entre 1967 e 1975, o setor manteve, ainda sob sua liderança, um programa de cooperação acadêmica e científica financiado pelo Serviço Cultural da Embaixada da França no Brasil. Através desse programa, visitaram a UFMG em missão cultural os professores Max Pagès, André Lévy, Roger Lambert, Georges Lapassade, Pierre Fedida e Michel Foucault, os quatro primeiros especialistas na área da Psicologia Social. Nessas visitas aprofundaram-se os conhecimentos sobre Psicologia dos Pequenos Grupos, Socioanálise, Intervenção Psicossociológica e Análise Institucional. Lapassade trouxe as ideias contestatórias e libertárias dos acontecimentos de maio de 1968, na França. Opondo-se à ditadura militar imposta ao país desde 1964, o grupo da Psicologia Social tornou-se cada vez mais crítico em relação à Psicologia das Relações Humanas, vista como excessivamente conciliatória. Buscava-se utilizar a Ciência Social como ferramenta de transformação social e política. Os membros do setor se encontravam divididos entre as duas orientações da Psicologia Social daquele momento: a escola francesa e a escola norte-americana. Sem fazer uma escolha definitiva por nenhuma das duas, ambas eram analisadas criticamente. Isto criava condições para a criatividade e a invenção de dispositivos originais. Nessa época o número de professores vinculados ao setor se ampliou, devido ao aumento do número de vagas no curso de Psicologia e em outros cursos da UFMG, e alunos recém-formados passaram a lecionar Psicologia Social para vários cursos da UFMG, como os de Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Comunicação Social, entre outros. Os membros do setor – professores e estudantes – prestavam também serviços de pesquisa e intervenção psicossocial em diversas instituições, iniciando assim sua profissionalização na área e testando os dispositivos originais de interpretação e de intervenção psicossocial que vinham inventando. Destacam-se os trabalhos realizados junto à equipe de Educação Sanitária do Instituto Nacional de Endemias Rurais e a pesquisa que subsidiou a reforma do ensino do curso de Medicina da UFMG, realizada em 1974. Também o currículo do curso de Psicologia da UFMG foi reformula-

do em 1974, através de comissão paritária de professores e alunos, em um processo quase autogestionário, com forte influência da análise institucional. As reformas de currículos, nessa época, visavam adaptar os cursos à reforma universitária de 1968 e ao sistema departamental recém-implantado nas universidades públicas brasileiras. Na reforma do curso de Psicologia, a área da Psicologia Social foi ampliada, com a participação intensa do pessoal do setor. Foram introduzidas novas disciplinas teóricas e práticas no campo da Psicologia Social e da Dinâmica de Grupo. Foi criada a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, pioneira no Brasil, por iniciativa do professor Júlio Mourão, que tinha realizado curso de mestrado com Robert Pagès em Paris, onde ficou conhecendo o trabalho dos ambientalistas ligados a Ignacy Sachs, professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e fundador do Centro de Estudos do Brasil Contemporâneo (CRBC). Outros professores se afastaram nessa época para estudos de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas (FGV) – RJ, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na própria UFMG – nas áreas da Educação, Ciência Política e Filosofia –, e na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. A orientação interdisciplinar do setor se aprofundou a partir de então, bem como a influência da Psicanálise e do Marxismo. No período de 1985 a 1987, após o final da ditadura militar, a professora Regina Helena de Freitas Campos, vinculada ao Setor de Psicologia Social, assumiu a chefia do Departamento de Psicologia da UFMG. Sob sua coordenação, um grupo de professores, já titulados, se reuniu com colegas de outras áreas para a criação do programa de mestrado em Psicologia, implantado em 1989 e que, em 1991, elegeu a área de concentração em Psicologia Social. De 1987 a 1989, a professora Elizabeth Melo de Bomfim, também vinculada ao setor, tornou-se presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e promoveu a ampliação da associação e de suas publicações. Sob a liderança de Bomfim, o periódico *Psicologia e Sociedade*, editado pela ABRAPSO, tornou-se regular e nacionalmente conhecido. Durante os anos de 1990, ampliou-se a produção científica do pessoal ligado ao setor no programa de pós-graduação, através das linhas de pesquisa em Psicologia Social, Psicologia Comunitária e História da Psicologia no Contexto Sociocultural. A partir de 2008, professores do setor de Psicologia Social colaboraram para a implantação do programa de doutorado em Psicologia na UFMG. Na área da Psicologia Social, foram organizadas as linhas de pesquisa: Cultura, modernidade e processos de subjetivação; Política, participação social e processos de identificação; e Trabalho, sociabilidade e saúde. Várias publicações de iniciativa de membros do setor tornaram-se *best-sellers* na área da Psicologia Social no Brasil, como o volume *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, organizado por Campos em 1996, atualmente em sua 13ª edição; o livro *Clínica do social*, de Célio Garcia, editado em 1997 e várias vezes reeditado desde então; ou o livro de Maria Lúcia Miranda Afonso, intitulado *Oficinas em dinâmica de Grupo – um método de intervenção psicossocial*, editado originalmente em 2000 pelas Edições do Campo Social, em Belo Horizonte, e mais tarde reeditado pela Editora Casa do Psicólogo. Esses livros exemplificam a orientação adotada pelo setor: a abordagem clínica dos fenômenos psicossociais e a preocupação com a promoção da solidariedade e da autonomia através do trabalho psicossocial com os grupos e as comunidades.

Referências

AFONSO, M. L. M. (Org.) **Oficinas em dinâmica de grupo – um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BOMFIM, E. M. **A Psicologia social no Brasil**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

BOMFIM, E. M. (Org.) **Anais do 1º Encontro Mineiro de Psicologia social** (Edição comemorativa dos 20 anos da ABRAPSO em Minas Gerais). São João Del-Rei, MG: LAPIP/UFSJ, ABRAPSO-Minas, 2004.

BOMFIM, E. M.; PASSOS, I. C. F.; STRALEN, C. J. V.; SILVA, M. V. (Orgs.). **Psicologia Social: memórias, saúde e trabalho**. São João Del-Rei: ABRAPSO-Minas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, UFSJ, 2004.

CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da Solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CUNHA, A. A. G.; DORNA, L. B. H. e RODRIGUES, H. B. C. "Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais nas décadas de 1960 e 1970". **Mnemosine** v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <www.cliopsyche.cjb.net/mnemosine/viewarticle.php?id=73&layout=html>. Acesso em: 15 dez. 2008.

GARCIA, C. **Clínica do social**. Belo Horizonte: Editora Projeto, 2000.

GIUSTA, A. S.; MACHADO, M. N. M. e CAMPOS, R. H. F. "Notas sobre a formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais". **Cadernos de Psicologia**, UFMG, v. 3, n. 1, jun. 1986.

MACHADO, M. N. M. "Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60 e 70". In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-Psyché Hoje**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2001.

WEIL, P. et al. **Dinâmica de grupo e relações humanas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

Regina Helena de Freitas Campos

Célio Garcia

■ Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro – 1980-1992 / 1995-

Associação Profissional dos Psicólogos do Rio de janeiro (APP/RJ) – 1977-1980

Associação Profissional de Psicólogos do Estado da Guanabara (APPEG) – 1962-1977

O movimento sindical no Brasil, bem como outros movimentos sociais ativos durante a década de 1960, foram desarticulados com o golpe de 1964 e o acirramento da repressão em 1968. A partir de então os sindicatos tornaram-se espaços de propaganda do denominado milagre brasileiro, priorizando políticas assistenciais. A luta sindical no Brasil ressurgiu no final da década de 1970, através do movimento sindical metalúrgico de São Paulo, que se organizou de forma independente dos sindicatos oficiais, protaganizando grandes greves no período de 1978 a1984, combatendo o imobilismo e o peleguismo e se engajando na reivindicação pelo fim da ditadura militar. Esses sindicatos independentes transformaram-se em um canal de expressão da luta dos trabalhadores, fenômeno que motivou os profissionais liberais como, por exemplo, os psicólogos. Para criar um sindicato era necessário cumprir algumas exigências do Ministério do Trabalho, tais como: garantir a participação de 1/3 (um terço) dos profissionais da região, elaborar um estatuto, fixar o preço das mensalidades e obter aprovação da proposta pelos associados através da convocação de uma assembleia geral. A lei exigia, ainda, atestado ideológico e prova de boa conduta dos diretores das associações. No Rio de Janeiro, as iniciativas para constituir o sindicato são do final da década de 1970, com a retomada das atividades da antiga APPEG, criada em 1962. A APPEG, fundada por Yone Caldas, Therezinha Lins de Albuquerque e Hanns Lippmann, dentre outros, não tinha entre seus propósitos constituir-se como um sindicato. Esses psicólogos e professores estavam comprometidos com a criação de uma entidade nos moldes das associações científicas, voltada para estudos e difusão do conhecimento psicológico. Em 1968, esse grupo fundador deixou a associação e se organizou para criar, em 1971, a Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro (SPCRJ). A associação ficou inativa até 1977, quando um grupo de psicólogos, mobilizados pelas eleições para o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, interessou-se em revitalizá-la, com o objetivo de transformá-la em sindicato. Assim, em outubro de 1977, foi convocada uma assembleia geral, para eleger uma diretoria responsável pela reorganização da associação e o encami-

nhamento da solicitação da carta sindical ao Ministério do Trabalho. Com a temática "A situação evolutiva da profissão de psicólogo no Brasil", a assembleia mobilizou cerca de 250 psicólogos reunidos na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), que aprovaram o novo estatuto da associação. As eleições foram realizadas em 25 de novembro e no dia 1º de dezembro tomou posse a nova diretoria da agora APP/RJ, com a seguinte composição: Vera Lúcia Canabrava (presidente); Helena Lins (vice-presidente); Mara Regina (secretária-geral) e Lúcia Estrela (tesoureira). Os anos de 1978 e 1979 foram dedicados à organização da entidade e a atender às exigências do Ministério do Trabalho para a obtenção da carta sindical. Os membros da associação priorizaram, como suas atividades, associar psicólogos, organizar a sede e publicar o jornal *PSIndicato*. Um dos primeiros desafios da associação foi abrir caminho para os psicólogos no serviço público, destacando-se as gestões para a criação do cargo de psicólogo nos órgãos estaduais e municipais de educação e, em seguida, de saúde e de administração. Também enfrentou projetos antidemocráticos como o Julianelli, que situava o psicólogo e outros profissionais de saúde como auxiliares do médico, e o Projeto de Lei 248, de 1977, de autoria do senador Nelson Carneiro, que dispunha sobre a regulamentação do exercício da profissão de psicanalista clínico. Posicionou-se diante do caso Amílcar Lobo, repudiando suas atividades e apoiando os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, quando foram expulsos da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro (SPRJ). Somente em 3 de dezembro de 1980 foi autorizada a transformação da associação em sindicato. Todavia, o não cumprimento de todas as exigências burocráticas fez com que fosse impugnada a eleição da primeira diretoria. Novas eleições foram organizadas e, em setembro de 1981, foi eleita a chapa composta por Cláudio Smith da Silva (presidente), Vera Lúcia G. Canabrava (vice-presidente), Leda Maria (secretária-geral), Ângela Tunnine (primeira secretária), Helena Martins (tesoureira-geral) e Maria Cristina Nazareth (primeira tesoureira). Era fundamental naquele momento participar do movimento sindical, e o Sindicato dos Psicólogos, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), engajava-se nas lutas pela democratização, pela anistia e pela criação das centrais de trabalhadores no Rio de Janeiro. Mudanças aconteciam dentro da Psicologia. O estereótipo de profissional liberal, autossuficiente e isolado em seu consultório, estava se transformando a partir de sua nova inserção no mercado de trabalho. A condição de assalariado tornava-se realidade, aspecto importante da transição de associação para sindicato. Além disso, ocorreram outras mudanças na prática profissional do psicólogo, especialmente a afirmação da Psicologia como uma profissão do campo da Saúde, devido, especialmente, às transformações que ocorriam no campo da Saúde Mental e o engajamento de alguns psicólogos nessa luta política. A defesa dos direitos da população contra o corporativismo tornava-se uma bandeira cada vez mais forte. Os psicólogos passaram a discutir os efeitos da prática psi na sociedade e a questionar a falta de organização e comprometimento político da maior parte da categoria. A atuação da APP/RJ e, posteriormente, do Sindicato dos Psicólogos, da década de 1970 até o início dos anos de 1990, garantiu conquistas importantes para o reconhecimento da profissão. O momento histórico das lutas gerais dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira pela democratização do país inspirava também o sindicato, que em certo momento iniciou um processo de autocrítica, problematizando sua natureza e função, apostando no modelo de criação dos sindicatos por área de produção, que culminou na dissolução da entidade em 1992. O Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro foi recriado em 1995 e desde então tem trabalhado pela valorização do profissional psicólogo.

Referência

ABRAMO, L. W.; SILVA, R. A. "O movimento sindical metalúrgico em São Paulo: 1978-1986". In: NEDER, R. T. et al. **Automação e movimento sindical no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1988.

LEITE, S. A. da S. "Sindicato: uma entidade ainda desconhecida do psicólogo". In: **Revista Ciência e Profissão**, ano 4, n. 1, 1984.

SANTOS, A. D. **Rádice: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Alessandra Daflon dos Santos

■ Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo – 1973-

Associação Profissional dos Psicólogos de São Paulo – 1969-1973

Criado em 1973 como organização de natureza pública, prevista e regulamentada pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, Título V, Cap. I), o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo agrega a categoria residente no estado e, conforme legislado, representa seus interesses perante autoridades administrativas e judiciais. É uma organização de natureza pública, com endereço a rua Arruda Alvim, 96, São Paulo – SP. Conforme determina a lei, o sindicato é mantido pela contribuição dos associados, com valor definido anualmente em assembleia, e pelo imposto sindical, contribuição anual obrigatória recolhida pelo Ministério do Trabalho e repassada aos sindicatos. Seus objetivos gerais são definidos por lei (CLT, Título V, Cap. I, Seção I): a) representar, perante autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida; b) celebrar contratos coletivos de trabalho; c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal; d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal; e) impor contribuições a todos àqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas. A partir desses objetivos, a diretoria eleita define programas de ação, para atender aos interesses da categoria em sua inserção social. Desde 1979 as chapas que se candidatam à direção da entidade têm sido eleitas com base em propostas veiculadas e debatidas com a categoria. Em 20 de agosto de 1973 o Ministério do Trabalho concedeu a carta sindical à Associação Profissional dos Psicólogos de Estado de São Paulo, que, desde 1969, vinha respondendo pela organização da categoria, reconhecendo-a então como sindicato de base estadual. Em se tratando de organização sindical, não se pode falar de fundadores, mas de grupo de pessoas na época ligadas a instituições de ensino superior ou instituições nas quais se desenvolviam práticas relacionadas à Psicologia, que lutavam pelo reconhecimento da profissão de psicólogo no Brasil. Oswaldo de Barros Santos, Waldecy Miranda e Suzy Vijande Cambraia são alguns personagens que aparecem como fundadores da entidade sindical. O panorama do sindicalismo no Brasil na década de 1970, quando foi instituído o sindicato, é caracterizado, segundo estudiosos da área, pelo esforço do então governo militar em reprimir movimentos populares e sindicais formados na década anterior e cooptar lideranças populares para suas propostas desenvolvimentistas. Para os militares, os sindicatos eram entendidos como entidades colaboracionistas e qualquer tentativa de atuação independente e classista era duramente reprimida, o Ministério do Trabalho possuía dispositivos legais de intervenção na entidade, como a nomeação de junta governativa para dirigi-lo. Já no final dessa década (1977-1978), iniciou-se um movimento de reorganização das entidades sindicais. Profissionais de nível superior se aliaram aos operários e a movimentos populares na luta pela democratização do país (eleições diretas em todos os níveis), pela anistia e por direitos sociais. Em vários sindicatos surgiram movimentos de oposição às diretorias acomodadas ou pelegas (nome dado às cooptadas pelo governo). No Sindicato dos Psicólogos

também surgiu uma chapa, em 1979, que mobilizou a categoria com uma plataforma que pretendia fortalecer a organização dos profissionais da área, discutir condições de trabalho e aliar-se ao movimento sindical em suas reivindicações tanto econômicas como políticas. Foi essa chapa, presidida por Odette de Godoy Pinheiro, a vencedora nessa eleição. Desde a sua criação até o presente, o sindicato teve dez gestões e seus programas de ação têm estado relacionados com as transformações da categoria em sua inserção no mundo do trabalho e na história do sindicalismo brasileiro. O Sindicato dos Psicólogos é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os dirigentes eleitos pela categoria procuram aprofundar sua relação com os sindicatos majoritários (aqueles sindicatos de categoria econômica ou de ramo, como se diz na atualidade), optando, dentro da organização da CUT, pela filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e, mais recentemente (2005), também à Federação Estadual dos Trabalhadores em Seguridade Social (FETSS) – entidades que organizam trabalhadores públicos e privados nas áreas de Saúde, Assistência Social e Previdência. Entende que a luta sindical clássica, de corte corporativo, deve estar articulada aos interesses mais amplos da sociedade, como a busca pela democracia universal e participativa, a conquista de direitos que garantam a justiça social, a luta contra todas as formas de preconceito, discriminação e violência. Ao mesmo tempo, desde sua criação, mantém parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), em ações que visam debater as questões relacionadas à profissão nos vários setores em que ela se insere. Além disso, desenvolve ações mais específicas, representando a categoria em mesas de negociação no setor público e privado, reivindicando redução de jornada de trabalho para trinta horas semanais, defesa de concursos públicos, combate às formas de precarização nas contratações e nas condições de trabalho. O sindicato tem assento em diversos órgãos de controle social, com destaque para os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde. São publicações do sindicato: o *Jornal do Psicólogo* (publicação trimestral); um encarte no *Jornal do Psicólogo* em julho/agosto de 2000, sobre Perfil profissional e sindical do psicólogo; o livro *A reclamação trabalhista: uma longa caminhada* (1987) e *Psicólogo – informação sobre o exercício da profissão* (1982).

Referências

BRASIL. **Decreto-lei 5.452**, 1 mai. 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, 09 ago. 1943.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª Região. **Uma profissão chamada Psicologia – 20 ano**s. São Paulo, 1994.

HUR, D. U. **Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.sinpsi.org/>. Acesso em: 25 ago. 2007.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Informações sobre o exercício da profissão**. São Paulo: Cortez, 1987.

Odette de Godoy Pinheiro

■ Sociedade Brasileira de Biosofia – 1996-

Sociedade Brasileira de Psicologia da Comunicação – 1992-1996

Sociedade de Psicoterapia e Dinâmica de Grupo de Minas Gerais – 1990-1992

Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais –1966-1990

Fundada em 29 de janeiro de 1966, a Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais foi registrada sob o n. 6.255, em 19 de abril de 1966, no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte. Em 12 de outubro de 1990, passou a se chamar Sociedade

de Psicoterapia e Dinâmica de Grupo de Minas Gerais. Posteriormente, em 30 de outubro de 1992, tornou-se Sociedade Brasileira de Psicologia da Comunicação e, finalmente, em 9 de abril de 1996, passou a denominar-se Sociedade Brasileira de Biosofia, por influência dos trabalhos de Frederick Kettner, filósofo alemão radicado nos Estados Unidos que, na década de 1950, publicou vários livros, desenvolvendo uma nova forma de abordar o ser humano e que veio ao encontro dos desejos dos associados em ampliar os objetivos da sociedade, não se restringindo somente ao campo da Psicologia e da Psicoterapia. Constituída como uma associação civil, autônoma, de caráter educacional, científico e cultural, sem fins lucrativos, tem sede e foro em Belo Horizonte e duração por tempo indeterminado. A Sociedade surgiu de um grupo de estudos composto por psicólogos e psiquiatras interessados em Psicoterapia de Grupo e que funcionava no Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG), situado na avenida Getúlio Vargas, 67, em Belo Horizonte. Este grupo teve início em março de 1965, quando alguns profissionais trouxeram de São Paulo, para uma palestra em Belo Horizonte, Bernardo Blay Neto, psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta de grupo. A partir daí, estes mesmos profissionais, que já haviam participado de algumas sessões de dinâmica de grupo com o professor Pierre Weil, decidiram constituir um grupo de estudos e formação em Psicoterapia Grupal, sob a orientação de Blay Neto. Este ia a Belo Horizonte e, durante os fins de semana, ministrava aulas e supervisões aos participantes do grupo. Foi a alternativa que encontraram para sua formação em Psicanálise, iniciada em 1963 com o professor Malomar Lund Edelweiss, fundador do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, que seguia a orientação de Igor Caruso. A reunião para a fundação da sociedade foi realizada no IPAMIG, em 29 de janeiro de 1966, a convite de seu coordenador, Marcos Goursand de Araújo, psicólogo. Participaram desta reunião: Halley Alves Bessa, psiquiatra; Léa de Araujo Porto, psicóloga; Silvio José Raso, médico; Rosaura Moreira Xavier, psicóloga; Carlos Aloisio Pinto Coelho, psicólogo; Raimundo José Cabral, psiquiatra; Padre João Slany, psicólogo; Ottilia Braga Antipoff, psicóloga; Rafic Dabien, psiquiatra; Geralda Déa de Araujo Abreu, psicóloga; Sebastião Abrão Salim, psiquiatra; padre Geraldo Servo, psicólogo. A primeira diretoria da sociedade ficou constituída por Halley Alves Bessa (presidente), Marcos Goursand de Araujo (vice-presidente), Sebastião Abrão Salim (secretário) e padre João Slany (tesoureiro). O doutor Bernardo Blay Neto foi aclamado como presidente de honra da sociedade. O primeiro estatuto da sociedade definia como seu objetivo a agregação, formação e aperfeiçoamento de técnicos especialistas em Psicoterapia de Grupo em todas as suas formas e modalidades, sem distinção de escola ou ideologia. A sociedade participou da instalação do primeiro Conselho Federal de Psicologia, em dezembro de 1973, com Halley Bessa eleito tesoureiro, posição em que permaneceu até 1979. De 1978 a 1988, a sociedade ficou quase inativa. Com a volta do psicólogo Marcos Goursand a Belo Horizonte, este resolveu reativá-la. Assim, em 1988, foi realizada uma nova assembleia geral da Sociedade, sem a presença dos sócios Carlos Aloisio Pinto Coelho e padre João Slany, que haviam falecido, de Rafic Dabien, que havia se desligado, e de Geraldo Servo e Rosaura Xavier, que haviam se mudado para Brasília. Novos sócios entraram e uma nova diretoria foi eleita, composta por Marcos Goursand de Araújo (presidente), Sebastião Abrão Salim (vice-presidente), Andréia Ferreira Coelho (secretária) e Maria Helena Valadares (tesoureira). Cabe ressaltar que as alterações de nome da sociedade refletem mudanças de orientação teórica e de seus associados. Em 1992, as publicações do grupo Mental Research Institute (MRI), de Palo Alto, encontraram uma boa acolhida entre os sócios, o que levou à denominação psicológica da comunicação. Kettner antecipou em quase meio século preocupações recentes dos cientistas com a degradação ambiental, o esgotamento de recursos hídricos, o aquecimento global e o

aumento das guerras como forma de resolver as pendências humanas. Hoje, a Sociedade Brasileira de Biosofia dedica-se a promover cursos, palestras e *workshops* sobre temas relativos à qualidade de vida para instituições, profissionais e estudantes da área psi. Realiza também *workshops* de Bioencontro, uma forma de psicodrama intensivo, semelhante aos grupos-maratona realizados no Instituto Esalen, em Big Sur, na Califórnia (EUA), trazidos e adaptados por Marcos Goursand, quando da realização de seu pós-doutorado naquele país e adaptados à nossa realidade. O método desenvolvido baseia-se na Psicoterapia pelo Encontro, de William Schutz, e inclui o uso de técnicas e recursos do Psicodrama Triádico, de Schutzenberger e Weil, e da Biodança, de Rolando Toro.

Referências

ARAUJO, M. G. **Métodos, técnicas e recursos em Grupoterapia**. Belo Horizonte: Comunicação, 2005.

BLAY NETO, B. "Aplicações da Psicoterapia de Grupo". **Arquivos do Departamento de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo**. São Paulo, v. 27, p.121-137, 1961.

KETTNER, F. **Biosophy and spiritual democracy: a basis for world peace**. New York: Vantage Press, 1964.

MOREIRA, R. L. B. D.; ARAUJO, M. G. **Os sete pilares da qualidade de vida**. Belo Horizonte: Leitura, 2006.

ROGERS, C. R. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHUTZ, W. C. **Psicoterapia pelo encontro**. São Paulo: Atlas, 1978.

SCHUTZENBERGER, A. A.; WEIL, P. **Psicodrama triádico**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

TORO, R. **Projeto Minotauro: abordagem terapêutica do sistema Biodança**. Petrópolis: Vozes, 1988.

WATZLAWICK, P. et al. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEIL, P. et al. **Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967.

Marcos Goursand de Araújo

■ Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal – 1907-1957(?)

Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins – 1905-1907

Associação científica criada em 17 de novembro de 1907, no Rio de Janeiro, reunia médicos e psiquiatras do Hospício Nacional de Alienados e professores ou alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, interessados na produção e circulação de conhecimento relativo às ciências que lhe davam nome. Sucedeu à Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, criada dois anos antes, em 1905, por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto. Ainda que não se tenha podido precisar o ano de fechamento da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, o mais recente número disponível de seu periódico, então denominado *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, é relativo ao ano de 1957. Sua criação faz parte de um movimento de ideias e ações que, do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, visava a transformar as ciências no Brasil. A Psiquiatria inseria-se nesse movimento de tornar a ciência uma profissão e a referida sociedade teve um papel fundamental nesse processo, ao defender o uso de linguagem e métodos especializados, incentivar o debate científico, integrar-se a uma rede de congressos internacionais, divulgando notícias e várias vezes enviando comissões para participar dos referidos congressos, servindo de conexão com membros de sociedades europeias e publicando artigos baseados em pesquisas clínicas. No campo teórico, a Psiquiatria brasileira inspirava-se mais na vertente alemã, em detrimento da influência da Psiquiatria francesa, que fundamentara a Medicina Mental no Brasil durante toda a segunda metade do século XIX. Tal processo de reconfiguração da Psiquiatria nesse movimento mais amplo de especialização das ciências também trazia à cena outras teorias, dentre as quais certamente incluía-se, no que se refere ao campo da Psicologia, ao menos a Psicologia Experi-

mental. Henrique Roxo, por exemplo, foi um dos membros da Sociedade que já vinha se debruçando sobre o estudo da duração dos atos psíquicos entre alienados, tema de sua tese de doutoramento em 1900, na qual apresentava contribuições europeias da Psicologia Experimental e do método da psicometria, com destaque para os trabalhos de Wilhelm Wundt. Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, criadores da pioneira Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, também figuram como os fundadores da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. A elaboração da estatutos desta última sociedade, em 1907, ficou a cargo de Afrânio Peixoto, Henrique Roxo e Carlos Eiras. Já em 5 de abril de 1908, em ata da sessão da mesma, ficou registrada a criação de uma comissão – composta por Carlos Eiras, Henrique Roxo, Afrânio Peixoto e Juliano Moreira –, cujo objetivo era discutir a formulação da primeira classificação psiquiátrica brasileira. Tal classificação foi elaborada em 1910 e publicada em artigo de Juliano Moreira em 1919. Nas décadas subsequentes, a sociedade continuaria a se posicionar a favor do progresso científico, com o debate, entre seus membros, sobre a necessidade de atualização da classificação das doenças mentais. A insuficiência desta classificação perante as teorias então correntes, comprovada pela transformação do conhecimento psiquiátrico e de conceitos até então considerados irrefutáveis, foi ponto de discussão de uma das sessões da sociedade no ano de 1938, na qual foi apresentada a proposta de uma nova classificação diagnóstica organizada pela Divisão de Assistência a Psicopatas (DAP). O órgão de divulgação oficial da sociedade era o *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal* (1908-1918), que vinha substituir o *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins* (1905 a 1907). Este último fora criado no mesmo ano da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins (1905), sendo o primeiro periódico científico brasileiro na área da Psiquiatria e configurando-se como um dos veículos de institucionalização desta especialidade, que agregava um número cada vez maior de médicos que se autorrepresentavam como psiquiatras. A publicação divulgava notícias e artigos científicos, bem como atas das sessões da sociedade, contando com a colaboração de Teixeira Brandão, Miguel Couto, Henrique Roxo, Carlos Penafiel, Franco da Rocha e Ulysses Vianna. Até 1918 sua impressão era realizada nas Oficinas de Tipografia e Encadernação do Hospício Nacional de Alienados, onde a maioria dos operários era de internos. O emprego dessa mão de obra objetivava fazer os pacientes terem uma atividade terapêutica durante o período de internação ou lembrá-los de sua profissão durante o tempo em que estivessem em tratamento, conforme registra o Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil, coordenado por Paulo Amarante. Em 1919, o periódico passou a se chamar *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, permanecendo como órgão oficial de divulgação da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, embora não tenha sido mantida a continuidade da numeração, passando-se em 1919 para Ano I. Entre 1943 e 1945 o periódico manteve-se inativo, voltando a circular em 1946 e sabendo-se da existência, após essa data, apenas de exemplares de 1955 a 1957. A edição de 1955, dois anos antes do que parece ser a autoextinção da publicação e da sociedade, é comemorativa pelos seus 50 anos de existência, reunindo em sua comissão científica antigos presidentes da instituição, a saber: Antônio Rodrigues Lima Austregésilo, Henrique Roxo, Adauto Botelho, Pernambucano Filho, Odilon Gallotti, Fábio Sodré e A. L. Nobre de Mello. Nesse mesmo ano, Heitor Peres, diretor da então Colônia Juliano Moreira entre 1946 e 1954, tomou posse como presidente da Sociedade para o biênio 1955-1956.

Referências

AMARANTE, P. (Coord.) **Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil**. Catálogo de Periódicos Não Correntes em Psiquiatria da Biblioteca de Manguinhos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CD-ROM, 2001.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE PSYCHIATRIA, NEUROLOGIA E SCIENCIAS AFFINS. Anno I, n. 2, Rio de Janeiro: Oficinas de Tipografia e Encadernação do Hospício Nacional de Alienados, 1905.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE NEURIATRIA E PSYCHIATRIA. Ano I, 1919.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE NEURIATRIA E PSYCHIATRIA. Ano XXV, n. I, jan./mar., 1946.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSIQUIATRIA, NEUROLOGIA E MEDICINA LEGAL. Anno IV n.s 1 e 2, Rio de Janeiro: Oficinas de Tipografia e Encadernação do Hospício Nacional de Alienados, 1908.

PORTOCARRERO, V. M. **Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da Psiquiatria**. Coleção Loucura e Civilização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SÁ, D. M. de. **A ciência como profissão – médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. Coleção História e Saúde.

SOCIEDADE Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Ata da Sessão Extraordinária de Psiquiatria. **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, ano XXII, v. 22, n. 3, p. 204-210, 1939.

VENÂNCIO, A. T. A. "Ciência Psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil". **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v. 10, n. 3, p. 883-900, set.-dez., 2003.

VENÂNCIO, A. T. A.; CARVALHAL, L. "A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira." In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. de B. C. (Orgs.) **Clio Psyché Ontem** – *Fazeres e Dizeres Psi na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 151-160.

Ana Teresa A. Venancio

■ Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) – 1969-

Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP) – 1949-1969

Primeira instituição de Psicanálise fundada no Brasil nos moldes da International Psychoanalytical Association (IPA), obteve reconhecimento oficial no XVII Congresso Internacional de Psicanálise, em Amsterdã, em 1951. O processo que possibilitou sua fundação ocorreu em duas etapas. A primeira, entre 1938 e 1943, permitiu a constituição grupos de estudo. Já a segunda, entre 1944 e 1950, possibilitou o reconhecimento oficial. O grupo fundador, composto por médicos e profissionais de diferentes horizontes e liderado por Durval Marcondes, foi formado no divã da primeira analista instalada na América Latina e autorizada pela IPA, a berlinense Adelheid Koch (1896-1980), que chegara ao Brasil fugindo do nazismo. Além destes, integraram a primeira geração: Virginia Bicudo, Darcy de Mendonça Uchoa, Flávio Dias, Frank Philips, Nabantino Ramos, Henrique Mendes, Lygia Alcântara Amaral, Isaías Melsohn, Mário Yahn e Margareth Gill. O percurso teve início em um contexto sociocultural marcado pela ditadura Vargas e, ao mesmo tempo, de modernização do aparelho de Estado. Já no plano internacional foi ditado pela ascensão do nazismo e II Guerra Mundial, acontecimentos que, no movimento psicanalítico europeu, provocaram a chamada diáspora freudiana e o deslocamento do seu eixo de Berlim para Londres. Esta cidade, além de acolher Freud, seus familiares e grande parte dos exilados, foi palco, após sua morte em 1939, do debate das chamadas Grandes Controvérsias, que culminaram na hegemonia das teses kleinianas, a partir de 1944. Assim, com o final da guerra e vitória dos aliados, coube à chamada escola inglesa reestruturar o movimento psicanalítico, agora sob novas e mais rígidas regras de filiação e gestão da vida societária. Enquanto isso, com os ventos da democracia também chegando ao Brasil, o núcleo paulista, totalmente dedicado à causa, porém alheio aos novos rumos do movimento psicanalítico internacional, seguia sua formação na tradição dos ensinamentos de Freud e da escola berlinense. Em 5 de junho de 1944, contando seis membros, é criado o Grupo Psicanalítico de São Paulo e iniciado o processo de reconhecimento oficial, obtido enquanto *study group*, em outubro de 1945. O cumprimento das novas exigências de formação, como o recrutamento de um segundo analista didata, necessitou negociações, incluindo visita de observação de membros da Asociación Psicoanalítica Argentina (APA) e idas a Londres, resultando na chegada do

psicanalista Theon Spanudis, em meados de 1950. Um ano antes, em junho, o grupo fundara a SBP. Assim, uma vez cumpridas todas as exigências, o reconhecimento oficial foi obtido em 1951. O passo seguinte foi a estruturação das instâncias de formação e poder societário, buscando agora reconhecimento e prestígio local. A próxima geração, formada nos anos de 1950, seria majoritariamente masculina oriunda do meio médico. São principalmente psiquiatras marcados por experiências clínicas de tratamento de patologias graves, desenvolvidas em diferentes instituições psiquiátricas públicas e privadas. Em contrapartida, poucos participam da vida societária, adotando uma posição mais autônoma e crítica. Para essa geração, marcada pela Medicina Psicossomática, tratou-se sobretudo de ampliar o campo de ação da Psicanálise, através de uma clínica aberta a diversas experimentações como as que deram origem ao Movimento Paulista de Psicoterapia de Grupo, em 1957. Outra frente importante, liderada por Durval Marcondes, foi a participação na criação do curso de especialização em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, a partir de 1954. Nesse sentido, beneficiando-se do crescimento da demanda de tratamento e formação, e sendo a única instituição autorizada a formar analistas na capital paulista, a SBP tornou-se rapidamente um espaço disputado pelos candidatos a analista, médicos e não médicos, sendo esta uma particularidade em relação às outras sociedades ipeístas no país. O monopólio se consolidou a partir da criação do Instituto de Psicanálise e aprovação de seu regimento interno, em 1961. Coube a Virgínia Bicudo a responsabilidade pela sua estruturação. Ela acabara de retornar de uma estadia de quatro anos em Londres, onde estagiou na Tavistock Clinic, frequentou os seminários do instituto e foi analisada por Frank Philips. Com esse percurso, passou a encarnar a renovação da sociedade paulista. Rompendo com a tradição ortodoxa freudiana, ela introduziu concepções modernas, para utilizar expressão da época, então representadas por Melanie Klein e Wilferd Bion, atualizando e tornando mais sedutoras as técnicas psicanalíticas. Também coube a ela a instauração dos dispositivos de seleção e formação, assim como os da vida societária. Entre outros, a sociedade passou a ter um secretariado e engajou-se no projeto de construção da sede. Em maio de 1966, lançou sua primeira publicação, o *Jornal de Psicanálise* e, um ano mais tarde, a *Revista Brasileira de Psicanálise*, que se tornou órgão oficial da Associação Brasileira de Psicanálise (ABP) em 1970. Do modelo societário calcado no espírito familiar, passava-se agora a uma instituição centralizada e normativa, inspirada na sociedade londrina e controlada pela comissão de ensino e seus analistas didatas. Formada neste modelo, a terceira geração foi majoritariamente composta de homens e médicos. Porém, diferentemente da precedente, revelou-se mais entusiasta pela vida societária e orgulhosa de pertencer a um organismo internacional. Nos anos 1970, muitos fariam percurso institucional, ocupando os principais postos de direção. O processo de implantação culminou simbolicamente na aprovação dos novos estatutos, em 1969. Até então nomeada SBP, finalmente recebeu o nome que possui atualmente: SBPSP. O monopólio da formação só seria rompido em meados dos anos de 1970, durante o período conhecido como o *boom* das práticas psi, com o surgimento de novas correntes teóricas e instituições de formação. O marco foi o curso de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*, em 1976, seguido do movimento lacaniano. Isso não impediu que a SBPSP e seu instituto, batizado Durval Marcondes, continuasse a ser a maior instituição de formação da capital paulista, contando 415 membros e 287 candidatos em formação, em 2006. Seguindo a tendência mundial de crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia e os avanços da Psiquiatria medicamentosa, desde meados dos anos de 1980, o perfil do profissional psi tornou-se predominante feminino e graduado em Psicologia.

Referências

BARCELLOS, R. **Algumas anotações bibliográficas da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**. São Paulo: SBPSP (documentação interna), 1976.

INSTITUTO DE PSICANÁLISE DE SÃO PAULO. **Regulamentos**. São Paulo: IPSP, 1961; 1975; 1984; 1986 e 1990.

INTERNATIONAL PSYCHOANALYTICAL ASSOCIATION. "Rapport received from societies and Instituts. Bulletin of the International Psychoanalytical Association". **International Journal of Psycho-Analysis**. v. XXVII, 1946.

NOSEK, L. et al. **Álbum de família: imagens, fontes e ideias da Psicanálise em São Paulo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

OLIVEIRA, C. L. M. V. de. **História da Psicanálise. São Paulo: 1920-1969**. São Paulo: Escuta, 2006.

SAGAWA, R. **A construção local da Psicanálise**. Marília: Editora Interior, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE SÃO PAULO. **Fichas bibliográficas dos membros da SBPSP**. São Paulo: SBPSP, 1969-2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. **Ata da Fundação e Estatutos**. São Paulo: SBP, 1949; 1961; 1969 e 1998.

Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira

Marina Massi

■ Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) – 1959-

Associação científica, assistencial e instituição de formação de psicanalistas, fundada em 28 de julho de 1959. Afiliada à International Psychoanalytical Association (IPA), integra a Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) e a Associação Brasileira de Psicanálise (ABP). Possui informativo interno, o *Intervalo Analítico*, que circula desde 2000; existia também um periódico interno, o *Boletim Científico da SBPRJ* (1991-2005). Desde 1991, a revista oficial é a *Trieb*, mas a *Revista Brasileira de Psicanálise*, órgão oficial da ABP, é também espaço de publicação de seus membros, desde 1971. Seus eventos estão relacionados à ABP, tendo a SBPRJ organizado o segundo (1971), sexto (1977), décimo (1985) e décimo quarto (1993) Congresso Brasileiro de Psicanálise. No início do século XX, a Psicanálise difundiu-se no Brasil, o que conduziu à criação, em 1927 e 1929, respectivamente, das seções paulista e carioca da Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP), primeira sociedade de psicanálise da América Latina a ser reconhecida, em 1929, pela IPA. Tinha por objetivos promover reuniões clínico-teóricas e divulgar as ideias psicanalíticas, sem, porém, oferecer formação analítica. A sociedade foi fechada em 1930. As tentativas de constituir uma formação sistematizada no Rio de Janeiro datam dos anos de 1940, e envolviam dois grupos de médicos. O primeiro deles criou, em 1944, o Centro de Estudos Juliano Moreira (CEJM). Seus membros iniciais, advindos do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), eram José A. Netto, Danilo Perestrello, Elso Arruda, Júlio Paternostro, Oswaldo D. Moraes e Walderedo I. Oliveira, aos quais se juntaram José Leme Lopes, Souza Vianna, Januário J. Bittencourt, Mário Pacheco de A. Prado e Marialzira Perestrello. Após tentativas infrutíferas de trazer didatas para a cidade, Walderedo, Danilo e Marialzira conseguiram, em 1946, bolsas de estudos para sua formação na Associação Psicanalítica Argentina (APA), enquanto outros membros foram para a então Sociedade de Psicanálise de São Paulo, o que acabou por desarticular o CEJM. O segundo grupo, reunido em torno de Domício de Arruda Câmara, prosseguiu tentando iniciar uma formação na cidade. Em 1947, Ernest Jones, então presidente da IPA, indicou Mark Burke como didata para o Rio de Janeiro. No mesmo ano, o grupo fundou o Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBP), objetivando dar o apoio de uma estrutura jurídica aos analistas emigrantes. Burke chegou em 1948. A crescente demanda por formação fez o IBP trazer outro analista indicado por Jones, Werner W. Kemper, que chegou ao Rio em dezembro de 1948. Burke iniciou supervisões e seminários em 1949, e Kemper em 1950. Ainda em 1949, os brasileiros com formação na APA retornaram, formando o apelidado Grupo dos Argentinos. Em 1951, analisandos de Burke acusaram Kemper de ter tornado sua mulher analista sem que ela tivesse a formação requerida. Como desfecho da crise, Kemper saiu

do IBP e fundou o Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP). O grupo de Kemper aceitou a indicação da IPA de se apoiar na já oficializada Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), enquanto o de Burke e o dos argentinos preferiram permanecer independentes. Após a volta de Burke para Londres, em 1953, Décio de Souza, Edgard Almeida e Henrique Mendes foram para a Inglaterra terminar a formação, enquanto outros decidiram analisar-se com Adlheid Koch, didata da SBPSP. Houve ainda a tentativa de trazer a analista L. B. Liebermann para o Rio, mas ela morreu na fronteira húngara ao tentar migrar. A SBPRJ é o resultado da união entre os grupos dos argentinos, de Burke e dos ingleses, como ficaram conhecidos os analistas com formação na Inglaterra. Foi reconhecida pela IPA em 1957 como *study group*, e em 28 de julho de 1959 como sociedade, durante o XXI Congresso Psicanalítico Internacional, em Copenhague. A SBPRJ e a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) foram responsáveis pela quase totalidade da formação de psicanalistas em solo carioca até o final dos anos de 1960. Essa formação era (e ainda é) composta por seminários teóricos e clínicos, supervisão e análise didática. Até a reforma dos estatutos, de 1982, na SBPRJ, o candidato precisava possuir um diploma de Medicina. Os fundadores da SBPRJ foram João Côrtes de Barros (presidente), Alcyon Bahia, Danilo Perestrello, Décio de Souza, Edgard de Almeida, Henrique Mendes, Inaura Carneiro Leão, Luiz Werneck, Manoel T. Lyra, Marialzira Perestrello, Mário Pacheco de A. Prado, Pedro Ferreira, Walderedo I. Oliveira e Zenaira Aranha. Com a institucionalização dos cursos universitários de Psicologia, em meados da década de 1960 cresceu a demanda por formação psicanalítica no Rio. Sem acesso às sociedades vinculadas à IPA, os psicólogos passaram a fazer análise, grupos de estudo e supervisão com psicanalistas oficialmente reconhecidos. Durante os anos de 1970 surgiram inúmeras instituições de formação não vinculadas à IPA, basicamente compostas por psicólogos. Mas a existência desse novo mercado não foi a única causa da ampliação da formação da SBPRJ aos não médicos. Em agosto de 1973, o jornal clandestino *Voz Operária* publicou a notícia de que Amílcar Lobo Moreira da Silva, candidato da SPRJ, participava de sessões de tortura de presos políticos. Helena B. Vianna, da SBPRJ, enviou anonimamente um exemplar do periódico à psicanalista Marie Langer, em Buenos Aires, e esta, por sua vez, remeteu uma cópia ao então presidente da IPA, Serge Lebovici. As duas instituições oficiais cariocas procuraram abafar a denúncia, e a SBPRJ impediu Vianna de se tornar didata, não aceitando seu trabalho final. A decisão só foi revista na primavera de 1980, quando a questão se tornou pública pela ampla cobertura jornalística de um seminário acerca das relações entre psicanálise e política, realizado na PUC-Rio, quando a participação de Amílcar Lobo nas torturas do aparato ditatorial foi novamente denunciada. A polêmica abalou o prestígio das sociedades associadas à ABP. A perda de mercado, decorrente do aumento do número de sociedades após a entrada da Psicanálise Lacaniana, no final da década de 1970, no Rio de Janeiro, também favoreceu a quebra do monopólio médico quanto ao controle e transmissão do título de psicanalista nas instituições vinculadas à IPA.

Referências

FACCHINETTI, C. **Deglutindo Freud: História da digestão do discurso psicanalítico no Brasil. (1920-1940)**. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FACCHINETTI, C.; PONTE, C. "De barulhos e silêncios: contribuições para a História da Psicanálise no Brasil". **Psyche**, Campinas, v. ano VII, p. 59-83, 2003.

FÜCHTNER, H. "O caso Werner Kemper: psicanalista, seguidor do nazismo, nazista, homem da Gestapo, militante marxista?!" **II Estudos Gerais de Psicanálise**. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/trabalhos/1_Fuchtner_22220803_port.htm>. Acesso em: 31 jan. 2007.

MARCONDES, D. "Entrevista de Durval Marcondes", Folha da Noite. São Paulo, 17 nov. 1936.

PERESTRELLO, M. (Org.). **História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio De Janeiro: suas origens e fundação**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

PONTE, C. F. da. **Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à História da Psicanálise no Brasil.** Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999**.** Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/psi/pdf/dissertacao_carlos.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2007.

RUSSO, J. A. **O Mundo Psi no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SAGAWA, R. Y. **A construção local da psicanálise.** Marília, Núcleo de Psicanálise de Marília e Região. [s.d.]

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://sites.internit.com.br/sbprj/quemsomos.php>. Acesso em: 11 jan. 2007.

VIANNA, H. B. **Não conte a ninguém... : contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Cristiana Facchinetti

■ Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA) – 1978-

A SBPA, membro da International Association for Analytical Psychology (IAAP), teve sua ata de fundação registrada em cartório no dia 4 de março de 1978. A instituição adota, no entanto, a data de 13 de março como seu marco de origem, em reconhecimento a um dos membros mais criativos e, certamente, seu teórico mais produtivo, Carlos Byington, que aniversaria nesse dia. O contexto de criação da SBPA remonta ao que pode ser considerado como origem da institucionalização da psicologia analítica em São Paulo: a comemoração do centenário do nascimento de Carl Gustav Jung. Este evento, ocorrido em 1975, com atividades em São Paulo e no Rio de Janeiro, congregou diversos grupos que vinham se dedicando ao estudo da psicologia analítica, vinculados a Nise da Silveira, Carlos Byington, Leon Bonaventure e Pethö Sándor. Diversos participantes deste encontro iniciaram um intercâmbio entre si, viabilizando, entre outras atividades, a vinda de analistas junguianos estrangeiros vinculados à IAAP para ministrar seminários no Brasil. Em consequência deste processo, o grupo foi reconhecido e aprovado como o primeiro grupo brasileiro membro da IAAP, durante o VII Congresso Internacional de Psicologia Analítica, em Roma, 1977. No ano seguinte constituiu-se como organização jurídica e passou a formar analistas dentro dos moldes da Associação Internacional. O grupo fundador da SBPA era formado por: Carlos Amadeu Botelho Byington, Carlos Roberto Martins Lacaz, Frederico Lucena de Menezes, Glauco José Rizzardo Ulson, Iraci Galiás, José James de Castro Barros, Maria de Lourdes Félix Gentil, Mery Rosemblit, Nairo de Souza Vargas e Walter Boechat. A SBPA é uma instituição de direito privado, constituída como associação sem fins lucrativos, mantida por seus membros através de contribuição anual. Tem como objetivos: promover o estudo, divulgação e pesquisa no campo da psicologia analítica, em seu mais amplo sentido teórico e prático; promover e estabelecer relações de intercâmbio teórico-prático com outros grupos membros da IAAP, com organizações científicas e entidades afins, nacionais e estrangeiras, visando ao aperfeiçoamento dos seus membros; manter os institutos de formação, denominados C. G. Jung, órgãos destinados a promover o treinamento e ensino de candidatos a membros analistas junguianos desta sociedade; estimular e promover a realização de pesquisas, cursos, congressos, centros de estudos, publicações de caráter científico-cultural e outras atividades atinentes à consecução dos seus objetivos; promover anualmente, dentro da programação de suas atividades de informação e divulgação, palestras e encontros sobre temas de interesse geral, com o caráter de gratuidade. Em direção aos seus objetivos, realiza diversas atividades: oferece curso de formação de analistas com duração de cinco anos, que inclui seminários, supervisão de casos clínicos e elaboração de monografia de conclusão de curso; além de promover o Moitará, encontro com periodicidade anual cujo objetivo é a reflexão sobre tópicos da cultura

brasileira por meio da discussão com diferentes atores do cenário científico cultural como analistas, jornalistas, sociólogos, antropólogos, artistas em geral etc.; Congresso Latino-Americano de Psicologia Junguiana, do qual é coorganizadora e que, com periodicidade trienal, teve sua primeira edição em 1998 em Punta Del Este – Uruguai. O foco deste é a reflexão sobre a identidade latino-americana sob a ótica da psicologia analítica. A SBPA ainda publica a *Junguiana – Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*, com periodicidade anual desde 1983. Além destas atividades, a associação oferece regularmente cursos de curta duração de temas variados em torno dos conceitos da psicologia analítica, palestras diversas, ciclos de cinema, clínica de atendimento em psicoterapia e supervisão com preços reduzidos, além de biblioteca. As atividades mencionadas são dirigidas para todos os interessados no pensamento junguiano. Particularmente o curso do Instituto de Formação de Analistas é voltado exclusivamente para psicólogos e médicos psiquiatras, atendendo à legislação brasileira que rege a atividade de psicoterapia. Todas as ações da SBPA são desenvolvidas pelos seus membros e por convidados em caráter voluntário, contando com apoio administrativo de funcionários assalariados contratados. A coordenação executiva da instituição é de responsabilidade da diretoria voluntária, com mandato de dois anos, eleita pela assembleia geral, composta pela totalidade dos seus membros. A atual sede onde a SBPA desenvolve suas atividades é um imóvel alugado com cerca de 280 m^2. Possui salas de aula, auditório, biblioteca e administração. Está localizada na rua doutor Mario Cardim, 150, Vila Mariana, São Paulo – SP. A SBPA contribui para o fortalecimento e disseminação da disciplina em nosso país, assim como em países da América do Sul. Tal contribuição ocorre pela formação de analistas, os muitos eventos realizados, a publicação da revista Junguiana e a presença constante de seus membros em diversos estados brasileiros e países de nosso continente para a divulgação do pensamento junguiano.

Referências

MOTTA, A. A. **Encontro com os fundadores**. São Paulo: SBPA, 2003. Vídeo.

MOTTA, A. A. **Exposição SBPA 25 anos**. III Congresso Latino-Americano de Psicologia Junguiana. Salvador-BA, 2003.

MOTTA, A. A. **Psicologia Analítica no Brasil, contribuições para sua história**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=701>. Acesso em: 25 jul 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA. "Um pouco da história e do espírito da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica." **Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, n. 1, p. 4-7, 1983.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA. **Estatutos Gerais e Regimento Interno da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**. São Paulo: SBPA, [s.d.]. Mimeo.

Arnaldo Alves da Motta

■ Sociedade Brasileira de Psychanalyse – 1927-

A primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise da América Latina foi fundada em 24 de outubro de 1927, na cidade de São Paulo, por Francisco Franco da Rocha, professor de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina de São Paulo, e Durval Bellegarde Marcondes, médico recém-formado. Os dois fizeram um acordo de que o já cansado professor daria seu nome consagrado e prestígio científico-profissional como presidente da sociedade, mas o médico psiquiatra novato é quem comandaria a instituição. O ato inaugural foi uma palestra do professor Franco da Rocha no salão nobre do Lyceu Nacional Rio Brasil, a qual foi muito concorrida por intelectuais, artistas e educadores, apesar de ter caído uma chuva torrencial. Foi eleita a seguinte diretoria: presidente, professor Francisco Franco da Rocha; vice-presidente, professor Raul Briquet; secretário, Durval

Marcondes; tesoureiro, professor Lourenço Filho. Inscreveram-se 24 sócios e, entre eles, constavam professores universitários (Flamínio Fávero, Antonio de Sampaio Dória), médicos psiquiatras (James Ferraz Alvim, Pedro de Alcântara, Osório César, A. de Almeida Junior) e intelectuais (Menotti del Picchia, Candido Motta Filho). Já antes da criação desta primeira sociedade e até mesmo movido pela carta de Sigmund Freud datada de 18/11/1926 e endereçada a Durval Marcondes, respondendo com entusiamo ao envio da tese "O symbolismo esthético na literatura. Ensaio de uma orientação para a crítica literária, baseada nos conhecimentos fornecidos pela Psychanalyse". Em 11 de agosto de 1928, Freud fez um apelo em carta a Durval Marcondes para que aquele primeiro grupo brasileiro, por este organizado, se interessasse pelo seu reconhecimento pela Internacional. A ação da primeira Sociedade Brasileira de Psychanalyse consistiu basicamente em divulgação e discussão das ideias psicanalíticas, exceto Durval Marcondes que abriu um consultório particular, em 1926, e ali praticava a clínica psicanalítica. Todos os trabalhos desta sociedade foram comunicados aos médicos psiquiatras do Rio de Janeiro. Os dois grupos se reuniram e resolveram constituir uma única entidade. A seção do Rio de Janeiro foi presidida pelo professor Juliano Moreira. Foi fundada uma comissão composta pelos doutores Henrique Roxo, Deodato de Moraes, Júlio Porto Carrero, Murilo de Campos e Carneiro Ayrosa, com o objetivo de elaborar os estatutos desta sociedade, os quais foram realizados e aprovados. Ao contrário do que aconteceu em São Paulo, no Rio de Janeiro, diversos médicos psiquiatras aplicaram a psicanálise em seu trabalho clínico. O doutor Juliano Moreira instalou, no Hospital Nacional dos Alienados, um Departamento de Psicanálise dirigido, pelos médicos Murilo de Campos e Carneiro Ayrosa. Na Liga de Higiene Mental, existiu um ambulatório dirigido pelo doutor Porto-Carrero, professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito, onde se buscou aplicar a Psicanálise em termos terapêuticos. Paradoxalmente, esses médicos psiquiatras do Rio de Janeiro não se interessaram em se tornarem psicanalistas nem se empenharam por fazer uma formação psicanalítica. A exceção foi Durval Marcondes que, em 1930, tomou conhecimento de um livro comemorativo dos dez anos de criação do Instituto de Psicanálise de Berlim, que foi a primeira instituição de formação de psicanalistas seguidora dos critérios estabelecidos por Sigmund Freud em um tripé: análise didática, supervisão clínica e estudos teórico-técnicos. Este livro foi enviado por Max Eitingon, diretor do Instituto de Psicanálise de Berlim e também presidente da Associação Psicanalítica Internacional. O conhecimento de um sistema de formação de psicanalista mudou a relação de Durval Marcondes com a primeira Sociedade Brasileira de Psychanalyse. Até por volta de 1930-31, esta sociedade se restringiu a promover palestras e cursos de divulgação. A partir de então, o empenho de Durval Marcondes se tornou o para criar condições de estabelecer o sistema de formação de psicanalistas no Brasil. Já em 1932, Durval Marcondes conseguiu convencer René Spitz a imigrar para o Brasil com o objetivo de formar aqui novos psicanalistas. Estava tudo acertado entre os dois, dependendo apenas da resposta final de Durval Marcondes. Estourou a Revolução Constitucionalista, que impediu a comunicação dos paulistas com outros estados e com o exterior. Na falta de resposta, Spitz entendeu que não havia mais interesse na sua imigração para o Brasil e se decidiu a ir para os Estados Unidos. Outra ocasião ocorreu em 1934, quando Abraham Arden Brill, presidente da Associação Psicanalítica Internacional, devido à perseguição aos judeus, enviou uma carta-apelo a Durval Marcondes sobre a possibilidade de alguns psicanalistas alemães e austríacos serem aceitos no Brasil. Durval Marcondes procurou Júlio de Mesquita, que estava empenhado na criação da Universidade de São Paulo, o qual encaminhou para Armando de Salles Oliveira que, por sua vez, consultou Antônio Carlos Pacheco e Silva, inimigo declarado da Psicanálise. Nada foi feito na ocasião e se perdeu uma oportunidade de criar um Instituto de Psicanálise em São Paulo. Com a mudança total de rota no envolvimento de Durval Marcondes com a Psicanálise, a primeira socieda-

de se tornou inativa, embora nunca tenha sido dissolvida formalmente.

Referências

BICUDO, V. Contribuição para a história do desenvolvimento da Psicanálise em São Paulo. **Arquivos de Neuropsiquiatria**, v. 1, 1948.

GALVÃO, L. de A. P. Notas para a História da Psicanálise em São Paulo. **Revista Brasileira de Psicanálise, v.** 1, n. 1, p. 46-66.

NOSEK, L. **Álbum de família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

SAGAWA, R. Y. **A construção local da Psicanálise**. Marília: Interior, 1996.

SAGAWA, R. Y. **Durval Marcondes**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Roberto Sagawa

■ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – 1948-

Sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em julho de 1948 com a principal finalidade de favorecer a discussão, o intercâmbio e a cooperação entre os pesquisadores; defender e promover o desenvolvimento da ciência no país. Em depoimento, Carolina Bori (psicóloga que dirigiu a SBPC na gestão 1987-1989) mencionou que alguns diretores de instituições de pesquisa do Estado de São Paulo, descontentes com o descaso com que o governo tratava essas instituições, reuniram-se com alguns professores da USP e, com eles, resolveram fundar uma entidade científica através da qual pudessem defender os interesses da pesquisa. Bori refere-se a um momento em que os pesquisadores de Ciências Humanas começaram a participar da sociedade, acentuando com sua atuação um viés político, e iniciando uma discussão sobre a importância de o estado brasileiro apoiar não só o desenvolvimento tecnológico, mas também o científico. Essa atuação política se associou permanentemente às ações da SBPC e se evidenciou durante o governo militar quando, apesar dos empecilhos e entraves colocados, em nenhum momento suas reuniões anuais deixaram de ser realizadas, assim como esteve aberta às críticas sobre a situação política existente naquele período e a defesa dos direitos humanos, constituindo, nesse sentido, um lócus de resistência. A SBPC busca, nas suas ações, articular a ciência com os interesses nacionais da indústria, economia, agricultura, medicina. Tem como característica uma concepção ampla de ciência da qual decorre uma abertura para acolher pesquisadores de todas as áreas e a não se restringir à atividade cientifica acadêmica. Podem fazer parte da SBPC cientistas, técnicos, profissionais, pessoas de interesses diversos e amigos da ciência, estudantes, sociedades científicas envolvidas na livre produção e discussão do conhecimento e interessadas no progresso das ciências em geral. Tem a preocupação de aumentar a compreensão do público com relação à ciência, através da realização das reuniões anuais e das suas publicações. Atua também no sentido de divulgar a ciência em âmbito nacional. Mantém várias publicações eletrônicas: *Anais/Resumos dos Encontros Anuais, Cadernos SBPC, ComCiência e Jornal da Ciência*. As publicações impressas são de caráter nacional: *Cientistas do Brasil* (livro), *Jornal da Ciência, Cadernos da SBPC, Ciência e Cultura, Ciência Hoje, Ciência Hoje das Crianças, Ciência Hoje nas Escolas*; e, de caráter regional: *Notícias SBPC* (PE) e *Jornal Ciência* (Amazônia). No que diz respeito ao desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, a SBPC exerceu um papel estimulador: sua política de oferecer espaço para a apresentação de trabalhos de estudantes e pesquisadores jovens contribuiu para a formação de uma atitude de pesquisa no âmbito da Psicologia. Segundo Sara Morais, nas reuniões da SBPC realizadas na década de 1950, os trabalhos de Psicologia eram apresentados junto aos de outras áreas das Ciências Humanas, tendo em vista que a produção ainda era pequena. Somente na década de 1970 passou a ser constituída uma seção exclusiva para os trabalhos de Psicologia. A SBPC se constituiu em espaço importante na criação de associações e entidades preocupadas especificamente

com o desenvolvimento da Psicologia, principalmente até a década de 1980. Suas reuniões anuais abrigaram eventos importantes para a área, como a criação da Comissão Paritária Nacional para discussão do currículo mínimo, em 1977, e a instalação, em 1980, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e, em 1983, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). É interessante observar que as sociedades de Psicologia associadas à SBPC são incluídas ora na área das Ciências Biológicas, caso da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), ora na área de Ciências Humanas, caso da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental e da ANPEPP, classificação essa que reflete os diferentes pressupostos epistemológicos da Psicologia e a abertura da concepção de ciência da SBPC. Nesse contexto foi personagem relevante Carolina Bori que, antes de ser sua presidente, foi vice-presidente em três mandatos (1981-1987) e secretária-geral em quatro (entre 1973 e 1981).

Referências

CARVALHO, D. B. R. "Em busca do tempo vivido. O discurso psicológico na SBPC, de Paulo Rosas". **Estudos de Psicologia**. v. 3, n. 2, Natal, jul./dez. 1998.

FREIRE-MAIA, A. "Carolina SBPC Bori". **Psicologia USP.** v. 9, n. 1, São Paulo, 1998.

MORAIS, S. T. P. **Professores universitários e psicólogos contam suas vidas**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ROSAS, P. "Entrevista concedida a Elza Dutra". **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 2, n. 2, p. 313-327, jul./dez. 1997.

SABBATINI, R. **A SBPC e Campinas**. Disponível em: <http://www.sabbatini.com/renato/correio/ciencia/cp991015.htm>. Acesso em: 10 mar. 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Disponível em: <http://www.sbpc-net.org.br/site/home/>. Acesso em: 10 mar. 2008.

TOMANARI, G: Y. "Pioneirismo na Ciência e na Psicologia: Carolina Martuscelli Bori (1924-2004)". **Boletim de Psicologia**. v. 55, n. 123, São Paulo, dez. 2005.

Lucia Ghiringhello

■ Sociedade de Análise Transacional do Rio de Janeiro (SANTRARJ) – 1973-1985

A Análise Transacional, método psicológico criado pelo psiquiatra canadense Eric Berne, começou a ser divulgada no Brasil na década de 1970. Seus primórdios remontam a um Congresso de Psicossomática realizado no Hotel Nacional no Rio de Janeiro em 1973, ocasião em que um conferencista argentino, Robeto Kertész, apresentou as linhas mestras da teoria. A repercussão dessa palestra na ocasião foi tão grande que alguns brasileiros decidiram fazer uma formação específica na Argentina. Dentre esses estava o psiquiatra Alberto Luis da Rocha Tavares que, ao retornar, fundou em 1973 a SANTRARJ. Funcionando na própria clínica de seu fundador, na rua Cinco de Julho, 296, em Copacabana, tinha a função de promover a análise transacional e formar terapeutas. Ministrava dois cursos, seguindo basicamente o conteúdo programático estruturado por Eric Berne. O curso introdutório – Curso 101 – era bem elementar, com uma carga horária de apenas 16 horas. O curso avançado – Curso 202 –, por sua vez, era de especialização e formação, com duração de cerca de dois anos e carga horária total de 500 horas. A expressão Análise Transacional apareceu pela primeira vez numa palestra que Berne proferiu em um encontro regional do American Group Psychotherapy Association of Los Angeles, em 1957. A publicação desse material – "Transactional Analysis: A New and Effective Method of Group Therapy" –, em 1958, no *American Journal of Psychotherapy*, é considerada por muitos como um marco inicial do movimento. A institucionalização efetiva ocorreu alguns anos mais tarde, com a criação em 1964 da Associação Internacional de Análise Transacional (ITAA), que teve Eric Berne como primeiro presidente. No entanto, a ascensão do movimento na América Latina implicou outros desenvolvimentos. Em 28 de novembro de 1975, em Buenos Aires, foi fundada a Associação Latino-Americana de Análise Transacional (ALAT), com o propósito de ser uma organização-mãe para as

sociedades da cada país. De fato, uma das sociedades nacionais vinculadas à ALAT era a brasileira, a União Nacional das Associações de Análise Transacional (UNA-AT), organizada nesse mesmo ano a fim de congregar os analistas e associações regionais. A influência de Alberto Luis da Rocha Tavares (fundador da SANTRARJ), em todo esse processo, pode ser evidenciada pelo fato de que ele também participou da fundação dessas duas organizações, na condição de membro da primeira diretoria de ambas, sendo tanto vice-presidente da ALAT (sob a presidência de Robeto Kertész) quanto presidente da UNA-AT. Assim sendo, no Brasil, particularmente até meados da década de 1980, a formação em Análise Transacional era feita por sociedades regionais que se vinculavam à UNA-AT. No entanto, em 1985 ocorreu uma mudança importante. Uma assembleia geral decidiu que UNA-AT passaria a se denominar União Nacional dos Analistas Transacionais do Brasil (UNAT-BRASIL), mantendo a mesma diretoria, mas fazendo alguns ajustes nos estatutos. O surgimento da UNAT-BRASIL, então, resultou não só na modificação da nomenclatura, mas também numa forma diferente de formação de terapeutas. A partir dessa data, a ênfase do credenciamento para ministração dos cursos foi deslocada das sociedades para os analistas. Tal mudança implicou gradativamente o esvaziamento das sociedades regionais, inclusive da própria SANTRARJ, que teve o professor Derly Gomes de Oliveira como seu último presidente, e consequentemente houve o desenvolvimento da UNAT-BRASIL, principal referência nesse campo hoje em dia.

Referências

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ANÁLISE TRANSACIONAL. Disponível em: <http://www.alat-net.org/>. Acesso em: 5 jan. 2007.

INTERNATIONAL TRANSACTIONAL ANALYSIS ASSOCIATION. Disponível em: < http://www.itaa-net.org/itaa/index.htm>. Acesso em: 5 jan. 2007.

OLIVEIRA, D. G. de. **Entrevista concedida a Alexandre de Carvalho Castro**. Rio de Janeiro, 15 jan. 2007.

BERNE, E. **Análise transacional em Psicoterapia**. São Paulo: Summus, 1985.

HARRIS, T. A. **Eu estou OK Você está OK.** Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

UNIÃO NACIONAL DOS ANALISTAS TRANSACIONAIS. Disponível em: <http://www.unat.com.br/>. Acesso em: 5 jan. 2007.

Alexandre de Carvalho Castro

■ Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos (SEPLA) – 1978-199?

Fundada no Rio de Janeiro em 1978 por Luis Paiva de Castro e Lourival Coimbra, ambos ex-membros de instituições psicanalíticas – Instituto de Medicina Psicológica (IMP) e Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), respectivamente. A proposta inicial da SEPLA era organizar uma formação psicanalítica baseada na articulação das chamadas disciplinas humanísticas (Antropologia, Filosofia, História, Mitologia), talvez ainda sob a inspiração do modelo do Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC), porém com uma concepção mais eclética da Psicanálise, que incluía a Psicologia Junguiana passando pela teoria da *Gestalt*. Havia na SEPLA, à época de sua criação, duas turmas para iniciantes, com cerca de 20 alunos cada uma, em sua maioria psicólogos recém-formados, e uma turma especial, de profissionais que já exerciam a clínica há mais tempo e necessitavam promover sua própria formação. Desta última turma faziam parte Beatriz Nobre, Beatriz Verschoore, Clare Isabella Paine, Irene Lavigne, José Inácio Parente, Maria Aparecida Bueno, Narciso Teixeira, Nilza Ericson e Sonia Glasser, entre outros. Este grupo começou a pressionar a direção da SEPLA, demonstrando insatisfação com a orientação da Sociedade. Um dos professores convidados, o psicanalista argentino Eduardo Vidal, de orientação lacaniana, propõe organizar uma formação em torno da teoria de Lacan. Apoiado por vários integrantes da turma

especial, funda, em 1981, a Letra Freudiana. Outros integrantes iriam igualmente filiar-se a outras instituições de orientação lacaniana no início da década de 1980. Em 1982, quando as duas primeiras turmas terminam o curso de formação, a SEPLA passa por um processo de redefinição política e ideológica que resulta na formação de uma diretoria organizada a partir da turma especial. A pedra de toque desse processo foi a reformulação do currículo, privilegiando a leitura de Freud e, consequentemente, uma formação freudiana em Psicanálise, apoiada na versão estrutural da escola francesa com base em Lacan. O idealizador do novo programa é Joel Birman, Narciso Teixeira é o novo presidente e José Inácio Parente, o vice. Nesse momento, os membros integrantes da turma especial que haviam fundado a Letra Freudiana permanecem ligados às duas instituições, com exceção de Narciso Teixeira. A SEPLA situava-se, então, na avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon, Rio de Janeiro; posteriormente, a sociedade teve sede em Laranjeiras e Botafogo. Em 1983, contava com um total de cem membros, sendo 60 ainda em formação. Nesse mesmo ano, iniciou-se a publicação dos *Cadernos da SEPLA*. Por outro lado, as disciplinas humanísticas tomavam cada vez mais um sentido político, na direção de uma ideologia de esquerda. Neste sentido, a sociedade promoveu um ciclo de palestras sobre Marx e Freud por ocasião do centenário da morte de Marx, que resultou, em 1984, numa publicação especial dos *Cadernos da SEPLA*, com artigos importantes de autores como Leandro Konder, Célio Garcia, Antonio Serra, Carlos Henrique Escobar, Chaim Katz, José Ibsen, Paulo Sérgio Duarte e Leon Hirszman. A preocupação constante da SEPLA era levantar a bandeira da democratização da sociedade brasileira, em geral, e da própria sociedade psicanalítica como uma de suas instituições. Suas principais diretrizes poderiam ser resumidas assim: gestão democrática da Sociedade (voz e voto para todos); ausência de uma figura centralizadora de poder (diluição da transferência); ausência de didatas da instituição e de diploma para o psicanalista. Entretanto, o problema maior era como fazer a Psicanálise funcionar nessa instituição com todas as precauções para evitar o autoritarismo, mas sem uma orientação psicanalítica bem definida. Daí se explica a gestação de um grupo lacaniano no interior da instituição, que vai ter como efeito o seu progressivo esvaziamento. A SEPLA encerrou suas atividades no início dos anos de 1990, período em que floresciam, no Rio de Janeiro, as instituições lacanianas de formação.

Referências

Currículo atualizado da Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 1983. Mimeo.

Jornal do 1º Congresso Interno da SEPLA. Rio de Janeiro, nov. 1982. Mimeo.

Cadernos da SEPLA, n. 1, verão de 1983.

Cadernos da SEPLA, n. 2, verão de 1984.

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

Ana Cristina Costa de Figueiredo

■ Sociedade de Estudos Psychicos – 1928-(?)

Foi criada em 14 de maio de 1928 e não foi possível localizar informações acerca da data de sua dissolução. A sociedade funcionava no auditório do prédio da antiga Biblioteca Pública Estadual, localizado na praça Olímpio Campos, 74, no centro da cidade de Aracaju, e era mantida por seus membros. Inspirada na Sociedade de Estudos Psychicos Cesare Lombroso (Santos – SP), objetivava investigar cientificamente fenômenos psíquicos. O objeto de estudo inicial da sociedade foi as materializações induzidas por um médium chamado Carlos Mirabelli. Não há registros de outros objetos de estudo. Os fundadores da Sociedade de Estudos Psychicos foram o sociólogo

Florentino Menezes, o advogado Manoel dos Passos Telles e o deputado Humberto Dantas. No ano de 1928, sua diretoria era composta por Manoel dos Passos Telles (presidente), Humberto Dantas (primeiro vice-presidente), Leandro Maciel (segundo vice-presidente) e José Antonio de Carvalho (tesoureiro). Contava com uma comissão de fiscalização, cujos membros eram a odontóloga Laura Amazonas, o médico Berillo Leite, o advogado Álvaro Silva e o coronel Paulo Vieira. Havia também dois oradores, o advogado Edson Ribeiro e o professor Franco Freire. Já a Comissão de Pesquizas Psychologicas, aberta à participação de médicos colaboradores, era composta pelo sociólogo Florentino Menezes e pelos médicos Costa Filho, Ávila Lima e Oscar Prata. Os componentes da sociedade pretendiam realizar periodicamente sessões de estudos científicos. Embora haja dados apenas sobre a inauguração da sociedade e a chegada de Mirabelli à cidade, divulgados no *Sergipe-Jornal* e no *Correio de Aracaju*, a sociedade pretendia divulgar outros eventos que tornassem públicos os estudos realizados, a fim de provocar discussões científicas. Não há informações acerca da utilização de outros espaços pela sociedade além do salão nobre da antiga Biblioteca Pública Estadual. Este prédio, construído em 1870 para abrigar o Ateneu Sergipense, foi reformado em 1913, com o acréscimo de um andar, passando a abrigar a Biblioteca Pública do Estado de Sergipe. Foi reformado também em 1920 e em 1934, abrigando a Diretoria do Tesouro e a Câmara Municipal. Pela falta de dados acerca de tais modificações, não há como descrever exatamente o espaço onde a sociedade funcionava. Embora haja registro da elaboração de um estatuto, este não foi encontrado. Apesar de não haver registros de publicações de periódicos, um dos componentes da sociedade, Manoel dos Passos Telles, traduziu do italiano e publicou no *Sergipe-Jornal*, de 15 de junho a 17 de dezembro de 1928, oito capítulos de um livro intitulado *O sentimento esthetico na Psychologia e na Educação*, de autoria de Emma Gagnis de Castellomonte. Nesta obra, a Psicologia é descrita como um campo de conhecimento capaz de ajudar os pedagogos a compreender e a aprimorar o sentimento estético dos alunos, levando-os a aprender melhor. A sociedade foi criada num contexto de discussões entre intelectuais sergipanos, como José Calasans e Justiniano de Melo e Silva, acerca do espiritismo como uma via de conciliação entre religião e ciência, e de defesa da Psicologia como ciência experimental e positiva aplicada à organização da vida social, por meio de intervenções nas escolas, nos hospitais e no trabalho. O grupo participante da sociedade constituía uma elite intelectual ligada ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que criticava a religião católica, considerada um empecilho ao uso da razão e ao exercício da ciência. Este pensamento tornou a sociedade alvo de críticas. Em 1928, na *Gazeta de Sergipe*, Humberto Dantas discorreu acerca do caráter científico da sociedade, a fim de combater uma campanha católica contra a existência desta. Anos mais tarde, no jornal católico *A Cruzada*, Florentino Menezes foi acusado de contradição intelectual, por se dizer, ao mesmo tempo, materialista e defensor do espiritismo. A Sociedade de Estudos Psychicos não concebia o médium Carlos Mirabelli da mesma forma que a União Espírita Sergipana, pois pretendeu estudá-lo cientificamente, mesmo que o objeto de estudo fosse próximo de uma religião e rejeitado pela Psicologia oficial. A sociedade fomentou estudos no campo da Psicologia quando ainda não havia um centro formador nesta disciplina no Brasil, além de discussões e questionamentos acerca da ciência e seus objetos.

Referências

BARRETO, L. A. **Apologia de Deus e outros escritos sergipanos**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1993.

DANTAS, H. **Onda e espuma: chronicas da imprensa**. Aracaju: Typographia Commercial, 1928.

MOREIRA, Á. T. "Qual a opinião deste Consultório sôbre o livro 'Grandeza, decadencia e renovação da vida', de Florentino Menezes". **A Cruzada**. Aracaju, 20 mar. 1954.

PORTO, F. de F. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2003.

SOCIEDADE DE ESTUDOS PSYCHICOS. **Correio de Aracaju**. p. 783 e 786. Aracaju, 9 e 13 de mai. 1928.

SOCIEDADE DE ESTUDOS PSYCHICOS. **Sergipe-Jornal.** p. 2. Aracaju, 9 e 11 de maio, 1928.

UNIÃO ESPÍRITA SERGIPANA. **Ata da reunião inaugural**. Aracaju, 1930.

WENDLING, M. M. **Perfil histórico e antropológico do desenvolvimento urbano de Aracaju (1855-2000): a Sociedade de Estudos Psychicos e a constituição do campo da Psicologia em Sergipe**. Relatório (Pesquisa PIBIC/CNPq). Departamento de Psicologia, Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

Michelle Menezes Wendling

■ Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ) – 1987-

Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro – Instituto de Psicanálise (SPCRJ-IP) – 1982-1987

Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro (SPCRJ) – 1971-1982

Fundada em 17 de novembro de 1971 por um grupo de nove psicólogos ligados a Fábio Leite Lobo e ao Instituto de Orientação Psicológica (IOP). Originalmente, era uma associação de psicólogos clínicos que desejava sistematizar uma formação em Psicanálise, seguindo, à época, a orientação da escola inglesa e dos psicanalistas argentinos, que mantinham um trabalho constante de ensino e supervisão no Rio de Janeiro. Seus fundadores foram Gerardo Evangelista de Oliveira Soares, Isis de Moraes Sanchez, José Francisco da Gama e Silva Junior, Maria Aparecida Rudge Rodrigues Matos, Maria Imelde Pessoa Farah, Maria Regina Silveira Lobo Domingues de Moraes, Tânia Rauen Bastos, Thereza Cândido de Oliveira e Yone Caldas da Silva. Todos eram ou haviam sido pacientes de analistas das sociedades filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA) e já possuíam um percurso como psicólogos clínicos, embora não tivessem uma formação sistematizada e a consequente autorização oficial para o exercício da Psicanálise. A princípio, a SPCRJ se estruturou à imagem das sociedades da IPA. Entretanto, duas modificações se faziam necessárias: abolir a análise didática – uma vez que não havia, entre os fundadores da SPCRJ, analistas que assumissem essa função – e, curiosamente, vetar a entrada de médicos em seus quadros, numa atitude reativa à restrição feita aos psicólogos nas sociedades da IPA no Rio de Janeiro. Naquele momento, era preciso caracterizar uma sociedade somente de psicólogos e, embora a Psicanálise fosse a referência maior na SPCRJ, não aparecia no nome da instituição. Mantinha-se assim certa ambiguidade em relação ao *status* da Psicanálise: seria ela uma prática entre outras no campo da Psicologia Clínica, ou exigiria uma formação específica? Internamente, membros da SPCRJ sentiam necessidade de definir sua identidade como uma instituição de Psicanálise. Apesar das divergências com outros, que consideravam a expressão Psicologia Clínica mais abrangente, em 1982 a SPCRJ acrescentou a seu nome uma especificação, Instituto de Psicanálise, passando a ter por sigla SPCRJ-IP. Marcou, desse modo, uma nova etapa, agora como instituição de formação em Psicanálise. Assim ficou até 1987, ano em que foi aprovado em assembleia geral ordinária o novo nome, Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, registrado em cartório em 1988 e adotado até o presente. Com isso, mantendo-se a sigla original (SPCRJ), a Psicanálise foi finalmente incorporada ao nome da instituição. A formação em Psicanálise passou, desde então, a ser para psicólogos e médicos. A partir do mesmo momento, a SPCRJ constitui-se num centro de estudos permanente, visando à transmissão da Psicanálise por meio de programa curricular básico, de supervisões e discussões relativas à prática clínica, de cursos (tanto temáticos como sobre autores diversos), bem como de encontros científicos, palestras, simpósios

e fóruns. É ainda facultada aos membros interessados a participação numa clínica de atendimento à comunidade. Em 2007, a SPCRJ conta com 154 membros, divididos em dois grupos: os membros psicanalistas (78), que já concluíram a formação, e os membros associados (76), que ainda estão cumprindo as exigências estabelecidas pela SPCRJ. Essas exigências incluem análise individual e prática clínica supervisionada por um membro credenciado para o exercício desta função. A formação básica se conjuga à formação permanente e pressupõe um percurso no instituto de formação com currículo regular. A SPCRJ afirma que sua proposta possui um perfil eminentemente clínico e não academicista, sendo norteada por uma ética da Psicanálise, visando ao progresso e ao aprimoramento constantes do saber psicanalítico. Em 1982 teve início a publicação dos *Cadernos de Psicanálise da SPCRJ*, com periodicidade anual (ocasionalmente semestral). Em 2007 foi lançado o 26º número dessa revista. Edita também a revista *Foco* desde 1979, que mudou de nome em 1994, transformando-se em *Jornada de Psicanálise*. A SPCRJ promove ainda, bimestralmente, os Encontros com a Comunidade, em que profissionais de várias especialidades conversam com o público sobre um tema atual, previamente divulgado. Tais encontros também podem acontecer em outras instituições que demonstrem interesse (escolas, hospitais, empresas etc.). Neste caso, os profissionais da SPCRJ apresentam e debatem um tema de interesse da própria instituição com profissionais das mais diversas áreas, professores, médicos, pais de alunos e demais familiares. A SPCRJ é uma sociedade civil de caráter técnico-científico, sem fins lucrativos que, na ocasião de sua fundação, funcionava na rua Décio Vilares, 5, sala 302, Copacabana. Atualmente está situada à rua Saturnino de Brito, 79, no Jardim Botânico. Para manter-se, cobra uma taxa de filiação, além da mensalidade. A sede abriga salas de aulas; consultórios; uma pequena biblioteca, mas com títulos importantes sobre Psicologia e Psicanálise, a história da Sociedade, suas conquistas e publicações: 1.773 livros, 564 artigos, 454 fitas K7 com a gravação dos eventos de 1991 até 2005 e 20 fitas de vídeo com a gravação dos eventos de 1997 até 2007, e mais revistas. A diretoria é eleita por um período de dois anos.

Referências

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

SOCIEDADE DE PSICANÁLISE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – SPCRJ. Disponível em: <www.spcrj.org.br>. Acesso em: 19 nov. 2007.

Ana Cristina Costa de Figueiredo
José Jorge de Moraes Vieira da Cunha
Larissa Alcantara Lavrador

■ Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID) – 1984-

Instituto de Medicina Psicológica (IMP) – 1953-1984

O IMP foi fundado por Iracy Doyle, médica e psiquiatra, cuja formação psicanalítica foi realizada no William Alanson White Institute (Nova York). Ao voltar para o Rio de Janeiro, encontrou apenas uma escola de Psicanálise, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, filiada à IPA. Em 1953, com Henrique de Novaes Filho e Margarida Reno, Iracy fundou a nova instituição de formação psicanalítica no Rio de Janeiro, em nome do pluralismo, da ênfase na determinação sociocultural sobre o psiquismo e do entusiasmo pela Psicanálise como uma importante prática para aliviar o sofrimento humano. A primeira turma do IMP foi constituída no mesmo ano por Carlos Paes de Barros, Claudino Borges Neves, Ewald Mourão, Hélio Pellegrino, Hélio Tolipan, Horus Vital Brazil, Ivan Ribeiro, Jaime Monteiro Pereira, Magdalena Pimentel e Urano Alves. Entretanto, Iracy

Doyle faleceu pouco depois, aos 45 anos, em 18 de agosto de 1956, de uma encefalite, antes mesmo que a formação da primeira turma do IMP tivesse terminado. A instituição, que então girava em torno dela, viu-se na contingência de dar por encerrados, temporariamente, o ensino e a formação psicanalítica. Após concluída sua formação no IMP, Horus Vital Brazil foi então continuar sua formação nos Estados Unidos, no William White Institute. Sua análise, que havia se iniciado com Iracy, prosseguiu com Clara Thompson, que, por sua vez, fora analisanda de Sandor Ferenczi. Em sua volta ao Brasil, em 1960, Horus liderou o renascimento do IMP, junto com Carlos Paes de Barros, Jaime Pereira, Magdalena Pimentel e Urano Alves. Em 1962, uma nova turma para formação psicanalítica foi selecionada e fez renascer, de vez, o projeto de Iracy. Com a fundação da International Federation of Psychoanalytical Societies, em 1969, o IMP a ela se associou, como sociedade-membro. A federação reúne sociedades autônomas, sem guardar, como a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), ingerência sobre seu funcionamento interno. A estrutura do IMP e o modelo da formação de psicanalistas adotado se mantiveram bastante tradicionais até os anos de 1980. A estrutura era hierarquizada, havendo uma gradação entre os titulados psicanalistas, psicanalistas supervisores e psicanalistas didatas, e o poder decisório era concentrado no Conselho Psicanalítico, cuja composição era quase imutável. Pela necessidade de modernizar essa estrutura, estabeleceu-se uma Assembleia Geral Permanente, em que um novo estatuto foi elaborado, modificando os fundamentos da estrutura administrativa do IMP, assim como a formação psicanalítica. O favorecimento da troca entre pares foi tomado como um valor fundamental no desmonte da hierarquia. Afora categorias transitórias, passou a haver apenas a de membro psicanalista. A exigência da análise didática conduzida por um membro da instituição também foi abolida. Os novos estatutos foram aprovados em 29 de março de 1984, modificando o próprio nome da instituição, que de Instituto (IMP) passou a se chamar Sociedade (SPID). Nessa mesma data, Ana Maria Rudge foi eleita secretária-geral da SPID, com a missão de conduzir a eleição do novo Conselho Deliberativo da sociedade e de coordenar a elaboração do novo regimento. A estrutura da SPID passou a ser composta por seis secretarias autônomas e um Conselho Deliberativo, que reunia os seis secretários e mais quatro conselheiros. Os outros secretários eleitos da nova instituição foram João Paulo Gomes, João Kiffer Neto, Leonardo Medeiros, Luiz Alberto Pinheiro de Freitas e Neyde Burlamaqui. Um outro longo movimento de reforma e análise institucional, que durou alguns anos e foi coordenado por Ângela Coutinho, resultou na elaboração, em 2003, de novos estatutos e em nova estruturação da SPID, visando uma maior participação de todos os membros em todas as instâncias, e a uma melhor distribuição do poder. Os cursistas, que anteriormente só passavam a membros da SPID ao terminarem de preencher as exigências para se tornarem membros psicanalistas, passaram à condição de membros associados. O Conselho Deliberativo foi substituído pelo Conselho Gestor, composto por todos os membros da sociedade. No lugar dos antigos secretários, foram criadas comissões, cada uma formada por quatro integrantes da instituição. A comissão que redigiu a forma final dos novos estatutos, levando-os à aprovação pela assembleia geral, foi composta por Ângela Coutinho, Edilberto Arruda, Eliane Mendlowicz, José Durval Cavalcanti de Albuquerque e Lucia Freire. É importante registrar a criação, em 1978, da revista *Tempo Psicanalítico*, concebida por Horus e assim denominada por Eliane Mendlowicz. Foi uma das primeiras revistas de Psicanálise no Brasil, e se mantém sendo regularmente publicada pela SPID até os dias de hoje. Indexada atualmente em várias bases de dados, como PsycoInfo da American Psychological Association, SSCI-Thomson Reuters, Lilacs/Bireme, classificada como Nacional A pelo Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a revista tem exercido importante papel na divulgação de trabalhos originais na área da Psicanálise e afins e contribuído para a qualidade da produção e consolidação desse campo

de saber no Brasil. A SPID tem caminhado no sentido de realizar o destino sonhado tanto por sua fundadora como por Horus Vital Brazil. As sucessivas discussões e reformulações da letra estatutária demonstram o zelo com a coisa psicanalítica e sua institucionalização. O objetivo principal da SPID continua sendo o de promover a troca de experiências dentro de um clima de respeito pelas diferenças. Mais do que isso, até os dias de hoje mantém-se a convicção de que a atenção a toda a produção séria no campo da Psicanálise, independentemente de escolas ou feudos, é indispensável para a fertilidade do pensamento e da prática psicanalíticos. Nesse percurso, tem cumprido rigorosamente a missão de transmissão da Psicanálise e de compromisso com o devir da descoberta freudiana.

Referências

ALVARENGA, N. B. et al. **Boletim Interno do IMP**. Número histórico comemorativo dos 30 anos da fundação do Instituto de Medicina Psicológica, out. 1982.

FREITAS, L. A. P. **SPID/IMP: 45 Anos de Psicanálise**. Disponível em: <http://www.spid.com.br/a_spid.htm>. Acesso em: 15 ago. 2007.

VITAL-BRAZIL, H. "Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle – 10 anos". **Cadernos do Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-151, 1995.

VITAL-BRAZIL, H. **Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle – 50 anos depois. Discurso proferido nas comemorações dos 50 anos da SPID**. Disponível em: <http://www.spid.com.br/psicinquente.htm>. Acesso em: 15 ago. 2007.

Ana Maria Rudge

■ Sociedade de Psicodrama do Rio de Janeiro (SOPERJ) – 1980-1990

Instituição de formação em Psicodrama, sem fins lucrativos, criada em 1980 por iniciativa de Ronald de Carvalho Filho, até então vinculado à Regional Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, liderada por Pierre Weil. A formação de Ronald de Carvalho fora feita com o próprio Weil, introdutor e difusor, no Brasil, juntamente com Anne A. Schützenberger, da vertente conhecida como Psicodrama Triádico. Tal vertente propõe uma convergência entre as ideias de Kurt Lewin sobre o Grupo de Formação (*T-Group*), os conceitos psicanalíticos de Freud e as posturas fundamentalmente existenciais de Jacob Lévy Moreno. Insatisfeito com o Psicodrama Triádico, que considera uma alternativa branda à Psicanálise, Ronald de Carvalho Filho convida alguns pacientes e colegas a fundar uma nova instituição, na qual o Psicodrama moreniano-existencial seja predominante. Deste grupo inicial da SOPERJ fazem parte, entre outros, Vitória Pamplona, Ana Cristina Cavalcanti, Ivan Campos, Nice Brandão, Virgínia Jesualdi, Ernani Andrade, Maria Helena Nazaré e Florinda Albu. A Sociedade funciona, então, no consultório de Ronald, situado na rua Real Grandeza, 182, casa 5, em Botafogo. Os primeiros tempos da SOPERJ caracterizam-se pela centralização das práticas em torno da figura do líder: Ronald de Carvalho Filho é o único professor, o único diretor de Psicodrama nas atividades de formação e a referência para todas as ações, dos atendimentos clínicos à organização de palestras, encontros e simpósios. Não tardam as divergências, ligadas ao questionamento desse monopólio e Ronald decide, em 1985, retirar-se da SOPERJ, da qual até então havia sido o único presidente, juntamente com um grande grupo de pessoas que o apoiava, para fundar a Sociedade Moreniana de Psicodrama (SOMOPSI). Com a ruptura, a SOPERJ se vê reduzida a apenas cinco membros – Ivan Campos, Nice Brandão, Mayer Mudjalied Filho, Carlos Dalisa e Ernani Andrade – e vivencia uma espécie de recomeço. Define-se como organização privada e sua sede desloca-se para salas na avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Segundo entrevista concedida por Ivan Campos, presidente da sociedade no período 1985-1987, a SOPERJ pouco a pouco volta a crescer, através da promoção de even-

tos abertos a novos interessados e, principalmente, pelo significativo apelo que o Psicodrama possuía, à época, no Rio de Janeiro. A busca por formação na SOPERJ, ainda de acordo com Ivan Campos, associa-se à postura ousada que foi adotada pela sociedade, procurando expandir a área de atuação do psicodramatista para além do campo clínico, dirigindo-a, por exemplo, para escolas e empresas. Segundo Cecília Coimbra, em *Guardiães da ordem*, teria sido justamente um projeto de abertura de turmas para formação em Psicodrama Pedagógico o estopim da crise que provocara o afastamento de Ronald de Carvalho Filho e seu grupo da SOPERJ. Porém, aparentemente, o recomeço vivido pela sociedade a partir de 1985 define-se menos por posturas teóricas, praticamente as mesmas do período inicial, do que pelas novas formas de participação e gestão implementadas. Na nova fase, inúmeros profissionais ministram aulas e coordenam atividades internas ou abertas ao público; por seu lado, as próprias turmas de formação podem sugerir professores a serem contratados por intermédio da sociedade. Ao mesmo tempo, a SOPERJ estreita seus vínculos com a Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP), à qual se encontra filiada. Essa circunstância tanto favorece a divulgação das atividades promovidas (simpósios, encontros, congressos e palestras) quanto impõe regras institucionais estritas: como a federação de psicodramatistas normatiza o processo de formação, a escolha dos professores pelas turmas não é inteiramente livre, exigindo-se que eles sejam associados da FEBRAP. No que tange à direção da SOPERJ, os propósitos são os de renovação permanente. Sendo assim, em 1987 Ivan Campos deixa a presidência, que passa a ser ocupada por Nice Brandão. O mandato de Nice se prolonga mais que o esperado, já que não há interesse dos demais sócios em assumir a direção. A SOPERJ chega a pedir à FEBRAP uma intervenção na gestão, pois Nice julga que as atividades da sociedade carioca não devem prosseguir caso não ocorra uma renovação diretiva. Após um ano de tentativas infrutíferas nesse sentido, é decretado, em 1990, o fim da sociedade. Cumpre assinalar que, a despeito dessa situação, em seus últimos anos de existência, a SOPERJ firmou um termo de cooperação técnico-científica com a Coordenação do Programa de Pesquisas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (COOPSI-IPUB), visando ao desenvolvimento de práticas psicodramáticas com os pacientes do hospital-dia daquele instituto. Não se dispõe de muitas informações a respeito, porém essa cooperação é um acontecimento bastante singular no trajeto do movimento psicodramático no Rio de Janeiro, onde, ao contrário do ocorrido em São Paulo, o Psicodrama não chegou a representar uma alternativa à Psicanálise no campo público da saúde mental. Encerradas as atividades da SOPERJ, embora alguns de seus ex-integrantes tenham fundado novos grupos e organizações ligados ao estudo e à prática do Psicodrama, estes não são vistos como continuidade da antiga sociedade.

Referências

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem. Uma viagem pelas práticas no Brasil do "milagre"**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

SCHÜTZENBERGER, A.; SAURET, M. J. **Nuevas terapias de grupo**. Madri: Pirámide, 1986.

CIORNAI, S. (Org.). **Vinte e cino anos depois – Gestalt-Terapia, Psicodrama e Terapias Neo-Reichianas no Brasil**. São Paulo: Ágora, 1995.

CAMPOS, I. **Entrevista concedida a Amanda dos Santos Gonçalves**. Rio de Janeiro, 20 dez. 2006.

BRANDÃO, N. **Entrevista concedida a Amanda dos Santos Gonçalves.** Rio de Janeiro, 29 nov. 2006.

INFANTE, R. G. G.; CLEBER, R. S. Atividades psicodramáticas no hospital-dia do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro: fundamentos e perspectivas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 40, n. 4, p. 171-175, maio 1991.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA (FEBRAP). Disponível em: <www.febrap.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2007.

Amanda dos Santos Gonçalves

Heliana de Barros Conde Rodrigues

■ Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS) – 1959-

Fundada em 1º de julho de 1959, é uma associação científica e profissional que congrega psicólogos e estudantes de Psicologia. Foi a primeira entidade a organizar e representar os psicólogos gaúchos e é uma das mais antigas entidades do tipo no país, pois sua criação aconteceu três anos antes da regulamentação da profissão no Brasil, desempenhando papel importante na mobilização para esse reconhecimento. A criação de uma sociedade de Psicologia era uma aspiração de um pequeno grupo de psicologistas desde a década de 1940. Sentindo-se diferentes dos profissionais da Psiquiatria, almejavam organizar uma entidade própria. Em 1949, um grupo liderado por Nilo Antunes Maciel, professor assistente de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e composto por alunos seus, formandos em Filosofia, lançaram a primeira convocação para constituir a SPRGS, já que sentiam a necessidade de uma instituição que espelhasse o movimento científico e profissional em Psicologia que já existia em nível informal. Foi então empossada uma diretoria provisória, presidida por Nilo Maciel, tendo o irmão Paulo Anísio Mosca de Carvalho como vice, Francisco Pedro Pereira de Souza como tesoureiro e o irmão Henrique Justo como secretário. Dessa diretoria emanou a comissão estruturadora da SPRGS, reunida em 4 de abril de 1959, e a assembleia geral que formalizou sua criação, em 1º de julho do mesmo ano. A ata de fundação foi assinada por 21 profissionais. É interessante observar que entre os fundadores não constava nenhum psiquiatra: o grupo deixava assim seus padrinhos e, confiantemente, partia para uma fase de autonomia. Inicialmente a SPRGS não tinha sede própria, sendo as reuniões da diretoria realizadas nos consultórios ou residências dos integrantes. A primeira sede alugada foi na rua dos Andradas, passando a entidade por outros endereços até adquirir sede própria em 1997, na rua Felipe Néri, no bairro Auxiliadora, em Porto Alegre. A sede ocupa um andar de um prédio comercial, destacando-se uma biblioteca com vasto acervo. A estrutura da sociedade é composta de: assembleia geral de sócios (órgão soberano da SPRGS, que delibera sobre todos os assuntos de interesse da classe trazidos a debate pelos sócios); diretoria (órgão executivo da SPRGS, de representação em todos os seus atos e de gestão dos interesses desta, que se reúne semanalmente, deliberando através de votação); conselho consultivo deliberativo e fiscal (órgão colaborador imediato da diretoria); regionais da SPRGS (núcleos que promovem as atividades científicas e socioculturais no interior do estado). Atualmente, a SPRGS possui cinco regionais, situadas nas cidades de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Taquara. Durante alguns anos foi editado o Boletim da SPRGS, sendo o primeiro número datado de 1966. Em 1975 foi criada a Revista da SPRGS, cuja edição, embora interrompida por um período, tem mantido periodicidade anual. O último volume, de número 6, foi editado em junho de 2007. Além disso, a SPRGS edita bimensalmente o SP Informação, informativo distribuído gratuitamente aos sócios e instituições, no qual circulam notícias, divulgação de eventos científicos, sociais e culturais, resenhas de livros e filmes e artigos sobre temas de interesse dos psicólogos. A SPRGS tem por finalidade congregar e representar psicólogos e estudantes de Psicologia, promover o desenvolvimento da Psicologia como ciência e como profissão e promover intercâmbio entre seus sócios, instituições afins e a comunidade, em atividades de sua competência. A sociedade continua ativa, reunindo cerca de 300 sócios, oriundos da capital e do interior do estado, entre profissionais e estudantes de Psicologia e alguns colaboradores (profissionais de outras áreas). Do quadro de sócios, 75 são sócios jubilados, ou seja, ultrapassaram os 25 anos de contribuição à sociedade. Preocupações contemporâneas implicaram a criação de diversos comitês – grupos dedicados ao estudo e aprofundamento teórico e prático de áreas específicas da Psicologia –, e de núcleos que promovem intercâmbio com a comunidade. São espaços de integração com os estudantes e

espaços de reflexão sobre a inserção profissional. A SPRGS realiza regularmente atividades científicas e culturais como: Ponto de Encontro – discussões científicas a partir da produção do grupo; Ponto de Vista – evento aberto à comunidade, de discussão sobre temas de interesse dos associados; Terça, com – espaço de intercâmbio cultural, aberto ao público; Prêmio Estudante – concurso que contempla estudantes de graduação em Psicologia; Cursos sobre diferentes temas – abertos também a não sócios; e Jornadas.

Referências

SOUZA, E. L. P. Etapas e crises de crescimento da classe de psicólogos no Rio Grande do Sul. **Revista da Sociedade de Psicologia do RGS**, v.10, p. 5-11, 1980.

SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Novo Estatuto da SPRGS. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/artigos.php?id=17>. Acesso em: 25 jul. 2007.

GROSS, L. R. **Entrevista concedida a Luciano Ferreira Piccoli**. Porto Alegre-RS, 25 jun. 2007.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA PUCRS E ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museupsi/PSI-RS/Chap6.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

Luciano Ferreira Piccoli

■ Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (SPAG-E.RIO) – 1974-

Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara – 1969-1974

Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo – 1958-1969

Fundada em 19 de junho de 1958, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro no Rio de Janeiro, regida por estatutos próprios e pela legislação em vigor. Tem sede na praça Demétrio Ribeiro, n. 17, sala 302, Copacabana – RJ. É a sociedade de grupo mais antiga do país. No Rio de Janeiro, Alcyon Bahia iniciou em 1951 o primeiro grupo terapêutico no Serviço Nacional de Doenças Mentais, com o respaldo teórico adquirido na formação psicanalítica feita na Argentina. Juntamente com Bahia, Walderedo Ismael de Oliveira e Cyro Martins foram os pioneiros na aplicação da Grupoterapia Analítica no Brasil. Como resultado desse interesse, Walderedo de Oliveira fundou, em 1958, um núcleo de estudos de grupos no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, a Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo, posteriormente denominada Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara (18/06/1969) e, por fim, Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (1974). Constam da fundação da Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo 26 membros: Walderedo Ismael de Oliveira, Ernesto La Porta, Henrique Mendes, Mário Pacheco Almeida Prado, Alcyon Bahia, Fábio Leite Lobo, Mara Salvini de Souza, Eustáquio Portela Nunes Filho, Ana Elisa Mercadante, Waldemar Zuzman, Lourival Coimbra, Rosita Mendonça, Sílvio Menezes, Wanda Leme Pereira, Francisco Pacheco, Maria Luíza Pinho, Rosa Beatriz Pontes de Miranda, José Candido de Barros Bastos, Arlindo Fraga, Dirceu Quintanilha, Anália Telles Nobre, Heitor de Andrade Lima Filho, Wilson Chebabi, Luiz Cerqueira, José Maria Paes Leme e Edgard Guimarães Almeida. Era um período de *boom* da Psicoterapia de Grupo na América Latina: David Zimmerman e Ernesto La Porta fundaram núcleos em Porto Alegre e Bernardo Blay Netto e Lygia Amaral, em São Paulo; em torno de Werner Kemper também se organizaram estudos sobre Psicanálise de Grupo. Ainda são mantidos atualmente os propósitos norteadores traçados por Walderedo Oliveira para a Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo. O seu programa de trabalho não se limita, exclusivamente, a incrementar o interesse nesse ramo de assistência psicoterápica, visando às crescentes necessidades de nossa população. A sociedade também se propõe a estimular o sentido

de pesquisa e o estudo de problemas psicológicos de nossos grupos sociais, promovendo uma aproximação e intimidade indispensável entre psicanalistas, psiquiatras, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, enfim, de todos os estudiosos que, empregando métodos diferentes, convergem para um objetivo comum: o homem. Grande produção de trabalhos sobre Grupoterapia aconteceu nesse período, destacando-se aqueles que tentavam dar conta dos fenômenos grupais através de fundamentação psicanalítica. Walderedo de Oliveira era um entusiasta do fato de não ser necessário abrir mão da teoria psicanalítica para trabalhar com grupos. Entretanto, a aproximação com outras ciências, apesar de inicialmente contar com Gilberto Freyre, sociólogo de maior prestígio na época, e com outros profissionais que escreveram sobre a Psicanálise aplicada à obra de arte, não teve o incremento previsto: a atuação da Sociedade foi se limitando à atividade terapêutica e à formação de novos grupoterapeutas. Vários trabalhos surgiram então sobre a técnica da Psicoterapia de Grupo, abrangendo: interpretação em grupo, interpretação de grupo, transferência e contratransferência, o líder e a liderança, o silêncio, *setting* multipessoal, entre outros. Em artigo disponível no *site* da SPAG-E. Rio, Martins refere duas fases da sociedade em seus 18 anos iniciais. A primeira corresponde ao período em que ela funcionou no Instituto de Psiquiatria (1958-1968), apontando para um movimento expansivo, de difusão da nova modalidade terapêutica, abrangendo principalmente as instituições públicas. A segunda corresponde ao período em que esteve sediada na Clínica Villa Pinheiros (1969-1977), com movimento no sentido contrário, as reuniões sendo privativas dos terapeutas de grupo, proliferando os grupos terapêuticos em instituições particulares e na clínica privada. Não localizamos referências ao período 1977-1980. A fase atual, considerada a partir de 1981 (quando a SPAG E. RIO foi sediada na praça Demétrio Ribeiro), caracteriza-se pela formação de psicanalistas de grupo, com participação de médicos e psicólogos. Segundo Carla Penna, diretora em exercício, a demanda por formação, hoje, vem de profissionais de Psicologia que trabalham em instituições públicas, especialmente hospitais e postos de saúde. Esses profissionais sentem necessidade de trabalhar com grupos homogêneos e psicossomáticos, e não tiveram preparo para tanto na universidade. Na última década, professores oriundos da SPAG-E.Rio (Jaime Bisker e Julio de Mello Filho) coordenaram trabalhos de grupo no Ambulatório de Psiquiatria do Hospital Pedro Ernesto. Carla Penna refere, ainda, existirem atualmente poucos profissionais trabalhando com grupos em consultórios particulares. Filiada à Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG), a SPAG-E.Rio criou, em 2006, sua 14ª turma, já tendo formado aproximadamente 200 psicoterapeutas de grupo. Seu regimento é de 16 de abril de 1996 e a última modificação estatutária ocorreu em 1990. Apesar de existirem inúmeras publicações de membros da sociedade, até abril de 2006 estava ainda em proposta a criação de uma revista própria. A SPAG-E.RIO teve como diretores: Walderedo Ismael de Oliveira (1958-1962 e 1964-1966); Eustáquio Portela Nunes Filho (1962-1964); José Cândido Monteiro de Barros Bastos (1966-1968); Paulo Dias Correa (1968-1970); José Barbosa Vasco (1970-1972); José Carlos Carpilovsky (1972-1974); Roberto Bittencourt Martins (1974-1976); Paulo Marchon (1976-1978); Júlio de Mello Filho (1978-1980); Jaime Bisker (1980-1986); José de Matos (1987-1989); José Barbosa Vasco (1989-1991); Leci Muniz da Silva (1991-1996); Jaime Bisker (1996-1997); Maria Beatriz Breves Ramos (1998-1999); Maria Lucia Marinho Amado (2000-2001); Carla Maria P. A. Penna (2002-2007). As principais funções dentro da Sociedade são exercidas por: diretoria; presidente; vice-presidente; diretor do Instituto de Formação; diretor da Clínica; diretor do Centro de Estudos; secretário do Centro de Estudos; secretário-geral; tesoureiro; conselho diretor; responsável técnico junto ao CRP, além de dois membros honorários, 12 membros efetivos, 19 membros alunos e 11 supervisores credenciados. As atividades normalmente realizadas são: curso de formação em Psicoterapia de Grupo (duração de dois anos, tendo sido o currículo básico aprovado em 27/04/1994); curso de introdução

e atualização em Psicofarmacologia; cursos de Psicoterapia de Família e Casal; Formação em Grupos Operativos; Grupos de Estudos sobre Freud e Winnicott; reuniões científicas mensais, com temas referentes a trabalhos com grupos e suas inter-relações com a Psicanálise, a sociedade e a saúde mental.

Referências

CASTELLAR, C. C. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 20 nov. 1995.

FIGUEIREDO, A. C. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro,1970-83**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

MARTINS R. B. **Histórico da Psicoterapia de Grupo.** Disponível em: <www.spagerio.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2006.

MATOS, J. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 6 ago. 1995.

NUNES, E. P. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 14 jul. 1995.

OLIVEIRA, W. I. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 6 out. 1995.

PENNA, C. M. P. A. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 16 nov. 2006.

RANGEL, V. **A Psicoterapia de Grupo com fundamentação Psicanalítica – um rosto carioca**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ROPA, D. e PASSOS, M. D. (Orgs.) **Anuário Brasileiro de Psicanálise.** n. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

VASCO, J. B. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 7 nov. 1995.

Vilma Rangel

■ Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social pelo Trabalho (SOSINTRA) – 1978-

Associação de suporte mútuo de familiares de pessoas com transtorno mental da cidade do Rio de Janeiro. É a primeira associação voluntária de familiares conhecida do país no campo da saúde mental, se excluirmos os campos do alcoolismo e da deficiência mental, cujos grupos e entidades se iniciaram na década de 1930. Teve papel inspirador no processo brasileiro de reforma psiquiátrica que também emergiu em 1978, pois prefigurou valores e características que as associações de usuários e familiares brasileiras iriam ter mais tarde, nos anos de 1990. A principal idealizadora e fundadora foi Yvette Braga Costa Pinto, mãe de três filhos, dois dos quais diagnosticados como portadores de transtornos psiquiátricos. Separada na época, Yvette assumiu os desafios de cuidar dos filhos, superando os recursos familiares e médicos de seu tempo. O grupo fundador contou ainda com Anador Bente e com a assistente social Edilme Iza Nogueira, e mais tarde, Blandina Fialho e outros. Nos dois primeiros anos de existência, a SOSINTRA ocupou um salão de um colégio privado, em Botafogo, onde promoveu oficinas de artes e artesanatos variados, com um compromisso de qualidade para que os produtos pudessem competir nas feiras e bazares, onde eram colocados à venda, sendo a maior parte dos recursos revertida para os produtores. Em 1980, as reuniões passaram a ser realizadas na casa da presidente Yvete. A Associação participou ativamente de eventos e palestras públicas em defesa do Projeto de Lei Paulo Delgado, de Reforma Psiquiátrica. O sonho de uma sede que também serviria de moradia para os filhos não foi implementado até o presente. Do ponto de vista histórico, sociológico e político, a SOSINTRA apresentou características típicas do processo associativo voltado para necessidades similares no país: (a) inventar e prover formas de cuidado mais integrais e autonomizadoras, buscando socializar o peso e o tempo de cuidar privatizados na invisibilidade da vida familiar, com uma clara dimensão de gênero, pois normalmente recaem sobre as mulheres; (b) enfrentar o dilema geracional do cuidado familiar, visando a garanti-lo sem institucionalização após o inevitável envelhecimento e morte dos pais cuidadores; (c) cobrir demandas para as quais as políticas públicas existentes oferecem respostas restritas, inadequadas

ou autoritárias; (d) ser dependente das características biográficas, pessoais e da visão de mundo de seus fundadores ou lideranças, ou das instituições, profissionais e empresas que a apoiam (por isto, às vezes, estas associações podem se colocar inclusive contra políticas de desinstitucionalização psiquiátrica). Contudo, no caso da SOSINTRA, sua militância pela reforma psiquiátrica foi clara e inequívoca pelo menos entre 1987 e meados da década de 1990, período em que se destaca a participação ativa do psiquiatra Paulo Amarante, como diretor tecnico. Nesta conjuntura, a SOSINTRA explicitou com anterioridade valores, projetos e processos considerados mais tarde fundamentais na luta pelas reformas psiquiátrica e sanitária brasileiras. Ressaltamos a valorização da convivência social aberta, do trabalho produtivo/cooperativo (muito além dos modelos de praxiterapia e terapia ocupacional da época) e da moradia independente, como componentes fundamentais da atenção psicossocial em saúde mental. As duas últimas só foram incorporadas na agenda da política de saúde mental no final dos anos de 1990. Do ponto de vista das estratégias de empoderamento, estes componentes, classificados como de suporte mútuo, são bem mais avançados e complexos que os exemplos disponíveis em saúde mental nos anos de 1980, como os grupos de ajuda mútua inspirados nos Alcoólicos Anônimos, voltados para o apoio emocional e a troca de experiências. A criação de estratégias contra a discriminação e segregação das pessoas com transtorno mental é outro ponto a ser ressaltado. Um exemplo está na linguagem criada pela SOSINTRA para a eles se referir, como problematizados mentais, evitando as categorias estigmatizantes de doentes mentais e pacientes. Outro exemplo está na valorização, empoderamento e luta pelos direitos dos familiares e dos usuários de serviços, como porta-vozes e atores ativos no sistema de saúde e saúde mental, objetivos que mais tarde foram incorporados nas abordagens sistemáticas de empoderamento e de controle social do Sistema Único de Saúde. Os familiares da SOSINTRA, bem como algumas lideranças iniciais de usuários, entre eles Graça Fernandes, Milton Freire e Guaracijara, estavam entre as raras lideranças no país a assumirem uma militância explícita em escala nacional, ainda nos anos de 1980. No início dos anos de 1990, o processo judicial de suspensão da curatela de Graça foi promovido pela associação, ganhando repercussão exemplar, tendo destaque o doutor José Souza de Paula, familiar e associado da SOSINTRA e reconhecido como primeiro advogado reconhecido a assumir a defesa profissional dos direitos dos usuários e familiares em saúde mental como militância social. Cumpre frisar, assim, o fato de a SOSINTRA constituir-se como referência inicial de uma associação de usuários amigos e familiares em saúde mental comprometida com a luta antimanicomial, servindo de inspiração para as muitas outras associações que surgiram a partir dos anos de 1990 no Brasil.

Referências

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Panorama/ENSP, 1995.

CAVALCANTE, F. G. **Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

GIANNICHEDDA, M. G. "A normalitity for us without confinement for them: notes on the associations of families of the mentally ill". In: **The International Journal of Social Psychiatry**, v. 35, n. 1, London, 1989.

MELMAN, J. **Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares**. São Paulo: Escrituras, 2001.

ROSA, L. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, E. M. **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: *empowerment*, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

VASCONCELOS, E. M. et al. (Org.). **Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: EncantArte, 2006.

VASCONCELOS, E. M. (Org.) **Abordagens psicossociais, v. II: saúde mental e reforma psiquiátrica**

na ótica da cultura e das lutas populares. São Paulo: Hucitec, 2008.

WEINGARTEN, R. **O movimento de usuários em saúde mental nos Estados Unidos: história, processos de ajuda e suporte mútuos e militância**. Rio de Janeiro: Transversões/IFB, 2001.

FERNANDES, M. da G. **Entrevista concedida a Eduardo Vasconcelos**. Rio de Janeiro, 22 jan. 2007.

Eduardo Mourão Vasconcelos

Rosaura Maria Braz

■ Sociedade Mineira de Psicologia (SMP) – 1957-1984

Criada em 25 de fevereiro de 1957, foi declarada entidade de utilidade pública pela Lei Municipal de 28/06/1962 e pela Lei Estadual de 05/07/1967. Foram encontrados registros de três endereços onde a SMP funcionou por mais tempo: rua Goitacazes, 103 – sala 309, no início dos anos de 1970; avenida Nossa Senhora do Carmo, 221 – conj. 306 e rua Montes Claros, 1.047, respectivamente ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. A ideia de criação da SMP surgiu no ano de 1956, durante um curso de pós-graduação em Psicologia da Aprendizagem, ministrado pelo psicólogo suíço André Rey, no Instituto Superior de Educação Rural, na Fazenda do Rosário, em Ibirité – MG. O curso fora organizado pela psicóloga Helena Antipoff, fundadora da Fazenda do Rosário, que havia sido colega de André Rey no Instituto Jean Jacques Rousseau. No decorrer do curso, impressionado com o número de profissionais com curso superior concluído e que atuavam em várias frentes e órgãos no Estado de Minas Gerais dedicando-se à Psicologia, André Rey sugeriu a criação da SMP. A sociedade tinha como objetivo o desenvolvimento da Psicologia como ciência, profissão e meio de promover o bem-estar humano, pelo uso dos métodos científicos nos domínios da Psicologia Aplicada. Para o cumprimento de tais objetivos, se propunha a: promover o intercâmbio de ideias e o conhecimento entre os seus associados através de reuniões periódicas e outros meios; realizar e auxiliar pesquisas, bem como manter intercâmbio de experiências, investigações e estudos com as associações congêneres nacionais e estrangeiras; estudar a organização de serviços de Psicologia Aplicada; estudar e difundir os métodos e processos utilizados nos vários campos da investigação e da aplicação psicológica; entrar em contato com as sociedades congêneres e com elas colaborar na elaboração de um código de ética profissional da Psicologia; estudar e propor medidas que regulamentassem a profissão de psicologista no país; fiscalizar o exercício profissional da Psicologia; estudar e propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino da Psicologia; organizar cursos, conferências e congressos sobre assuntos de Psicologia, bem como manter publicações de Psicologia; pleitear dos poderes públicos as medidas necessárias à realização de todas as suas finalidades; filiar-se a associações de Psicologia de âmbito nacional ou internacional, e também cooperar com outras regionais, de modo que seus objetivos se realizassem em todo país. Entre os fundadores da SMP, destacam-se Helena Antipoff, José Nava, Pedro Parafita de Bessa, frei Ricardo Rosestraten, Maria Auxiliadora de Souza Brasil, Geralda Ávila e Daniel Antipoff. Dentre seus presidentes, mencionam-se Helena Antipoff (primeira presidente), Halley Alves Bessa e Geraldo Magnani. A SMP foi uma das sociedades científicas de Psicologia mais atuantes no movimento para constituição da Psicologia como profissão. Exerceu um papel fundamental no trabalho pela regulamentação da profissão e pela criação dos Conselhos de Psicologia. No período de 1971 a 1973, após a promulgação da Lei 5.766, de 20/12/1971, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, as sociedades de Psicologia se dedicaram às tarefas de organização da categoria profissional, das diretrizes de atuação do profissional de Psicologia e da formação do primeiro plenário do Conselho Federal de Psicologia. A SMP teve presença marcante neste processo, principalmente através de Geraldo Magnani, Haley Alves Bessa e Wagner Arcioni. Geraldo Magnani presidiu o I e o II Encontro Nacional das

Sociedades de Psicologia, realizados em 1971 e 1972, em São Paulo e em Minas Gerais, respectivamente. Geraldo Magnani e Haley Bessa foram conselheiros do I Plenário do Conselho Federal de Psicologia e Wagner Arcioni do II Plenário. A estrutura de funcionamento da SMP compreendia a diretoria, o conselho consultivo e o conselho fiscal, eleitos pelo voto direto de seus associados. Havia, também, uma diretoria de publicações, responsável pela editoração do boletim e, posteriormente, da revista. A entidade funcionou até meados dos anos de 1980, quando o movimento de organização do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais e a mobilização em torno da renovação de membros e de práticas do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região acabaram por absorver a capacidade de mobilização e participação da categoria. Em termos de publicações institucionais da SMP, vale destacar o *Boletim da Sociedade Mineira de Psicologia*, a *Revista de Psicologia* e o *Informativo da Sociedade Mineira de Psicologia*. O *Boletim da Sociedade Mineira de Psicologia* foi publicado desde o final dos anos de 1950, quando da criação da SMP, até os anos de 1980, quando de seu fechamento. Continha artigos científicos e informes das atividades cotidianas da sociedade. Em 1981, o boletim publicou um número especial dedicado a Franco Basaglia. Em 80 páginas, foram apresentados diversos trabalhos sobre as concepções teóricas e práticas do psiquiatra italiano, um dos principais responsáveis pelo movimento mundial de democratização da assistência à saúde mental. A repercussão deste número especial foi muito grande e possibilitou intensa atividade em prol da luta pela redemocratização da assistência à saúde mental pública em Minas Gerais. Já a *Revista de Psicologia* foi publicada nos anos de 1970. Encontrou-se registro de apenas um número, datado de 1971. O *Informativo da SMP*, por sua vez, era uma circular enviada aos sócios com informes sobre as atividades cotidianas da SMP, como debates, reuniões e promoção de eventos. O informativo foi publicado pelo menos até o ano de 1981. A SMP, no decorrer de sua história, promoveu eventos científicos e outros que buscavam estabelecer estratégias para o exercício crítico da profissão de psicólogo. Estabeleceu parcerias significativas dentro e fora dos limites da Psicologia como ciência e profissão, desenvolvendo uma atuação interdisciplinar importante. Tanto o Boletim quanto a Revista abriam espaços para artigos interdisciplinares e para artigos de áreas afins à Psicologia. Em seus últimos anos de atuação, a SMP trabalhou com outras sociedades científicas e sindicatos da área de saúde e saúde mental na luta pelas reformas da assistência à saúde pública e saúde mental.

Referências

BOLETIM DA SOCIEDADE MINEIRA DE PSICOLOGIA. Belo Horizonte, n. 2, 1960-1962.

BOLETIM DA SOCIEDADE MINEIRA DE PSICOLOGIA. Belo Horizonte, n. 5, 1981.

INFORMATIVO DA SOCIEDADE MINEIRA DE PSICOLOGIA. Belo Horizonte, 1980.

PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO. Brasília, n. 0. (Edição Especial). 1979.

REVISTA DE PSICOLOGIA. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1971.

SOCIEDADE MINEIRA DE PSICOLOGIA. **Estatutos**. Belo Horizonte, 1956.

Marcos Vieira Silva

■ Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais – 1939-

Sociedade Pestalozzi – 1932-1939

A Sociedade Pestalozzi é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada no dia 10 de novembro de 1932, na cidade de Belo Horizonte – MG, por um grupo de médicos, enfermeiros, professoras e psicologistas, sob a coordenação e direção de Helena Antipoff. Adquiriu personalidade jurídica em 4 de março de 1933 e, a partir de 1939, passou a ser denominada Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Os associados à Sociedade Pestalozzi eram, quando de sua fundação, sobretudo, médicos e professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamen-

to. A instituição, além do apoio financeiro dos associados, recebia também doações de instituições da capital mineira, tais como: Banco do Comércio e Indústria, Banco de Crédito Real, Banco do Brasil, Banco da Lavoura e Banco da Produção, além da Estrada de Ferro Central do Brasil. O objetivo inicial da Sociedade Pestalozzi era colaborar com o trabalho das professoras das classes especiais das escolas públicas de Belo Horizonte. Deste modo, organizava palestras e cursos sobre a educação de crianças excepcionais e higiene mental; oferecia atendimento especializado para crianças epilépticas, surdas-mudas, com distúrbios da palavra ou com conflitos emocionais; publicava um boletim com informações sobre a infância excepcional e ainda prestava auxílio econômico para o funcionamento das classes especiais, fornecendo material didático. Ficando evidente que as classes especiais das escolas públicas não atendiam a contento às demandas de educação das crianças excepcionais da capital mineira, a Sociedade Pestalozzi, dois anos depois de sua fundação, teve seus objetivos e campos de ação ampliados. Em 24 de novembro de 1934, a Sociedade Pestalozzi fundou na rua Ouro Preto, 624, o Pavilhão Noraldino de Lima. Aí passaram a funcionar o Consultório Médico-Pedagógico e o Laboratório de Pesquisas Clínicas e Investigações Científicas, também chamado Laboratório de Pesquisas Bioquímicas. O Consultório Médico-Pedagógico prestava atendimento médico, psicológico e educacional a crianças que precisavam de métodos especiais de tratamento e de educação especializada e também para a orientação das famílias dessas crianças e das instituições educacionais que frequentavam. O Laboratório de Pesquisas Clínicas e Investigações Científicas não apenas realizava exames laboratoriais diversos, como desenvolvia pesquisas na área de Endocrinologia. Mantinha, para estes fins, um cômodo com a aparelhagem necessária para coleta e análise de dados e um biotério. Em julho de 1938, resultados das pesquisas realizadas nesse laboratório foram apresentados no I Congresso Pan-Americano de Endocrinologia, realizado no Rio de Janeiro. Em 1935, as atividades que funcionavam no Pavilhão Noraldino de Lima foram também expandidas, originando uma escola, o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte. Órgão oficial da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, o Instituto Pestalozzi era material e tecnicamente auxiliado pela Sociedade Pestalozzi. Inaugurado no dia 5 de abril de 1935, o Instituto funcionava em regime de externato e se destinava à educação de crianças com diferentes níveis de retardo mental e surdas-mudas, que não conseguiam progressos educacionais nos grupos escolares de Belo Horizonte. A maioria das professoras do Instituto Pestalozzi, em seus primeiros anos de existência, eram ex-alunas da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Dentre as ex-alunas da Escola de Aperfeiçoamento que assumiram as turmas do Instituto Pestalozzi, merece destaque Ester Assumpção. Ester Assumpção era professora de uma turma de crianças surdas-mudas que funcionava anexa à Escola de Aperfeiçoamento e, por sua experiência, foi designada para uma das turmas do Instituto Pestalozzi. Em 1946, após o fechamento da Escola de Aperfeiçoamento, tornou-se diretora efetiva do Instituto Pestalozzi, cargo em que se manteve até 1969, quando se aposentou. Uma série de cursos, seminários estudos e publicações foram promovidos pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais desde seus primeiros anos de existência. Destacam-se, por sua ampla divulgação: os encontros e seminários Pró-Infância Excepcional; a tradução do livro *A educação das crianças retardadas*, de Alice Descouedres; a publicação do boletim *Infância Excepcional*; a publicação de uma coletânea de exercícios de ortopedia mental e a edição de fichas para orientar pais e educadores no acompanhamento do desenvolvimento infantil sem a necessidade de aplicação de testes psicológicos. A partir da década de 1940, a Sociedade Pestalozzi, ainda sob a liderança de Helena Antipoff, deu início à instalação do complexo educacional da Fazenda do Rosário, localizada no município de Ibirité, a 26 km de distância de Belo Horizonte. Nascida de uma preocupação inicial com o futuro dos egressos do Instituto Pestalozzi, a Fazenda do Rosário tornou-se, nos anos seguintes, um ambien-

te não apenas para a educação de crianças excepcionais ou abandonadas, mas também dedicado à formação de educadores aptos a atuar na educação especial e na educação no meio rural. Em 1945, quando trabalhava no Departamento Nacional da Criança no Rio de Janeiro, Helena Antipoff foi procurada por um grupo de mães de crianças excepcionais. Estas mães argumentaram que seus filhos também tinham direito a uma educação especial, tal como a que era proporcionada às crianças de Minas Gerais na Sociedade Pestalozzi. Dada tal demanda e a disposição do grupo para o trabalho, naquele mesmo ano, sob a orientação de Helena Antipoff, era fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Esta instituição seguiu os mesmos passos da de Minas, oferecendo palestras e cursos aos pais e educadores sobre a melhor forma de educar as crianças excepcionais, valorizando o contato com a natureza, a necessidade de estímulos para os sentidos e para a ação social e a necessidade da constante avaliação das técnicas utilizadas. Os estudos acerca da infância excepcional também eram bastante enfatizados, já que o ensino deveria sempre se fundamentar no conhecimento da criança de um modo geral e da criança-indivíduo, com suas especificidades e diferenças individuais. A Sociedade Pestalozzi do Brasil editou, desde o ano de 1948, o *Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil*. Vários núcleos da Sociedade Pestalozzi foram criados em todo o território brasileiro, muitos deles com o apoio e orientação de Helena Antipoff e todos seguindo a proposta básica de prestar atendimento multidisciplinar a crianças com necessidades especiais. Em 28 de agosto de 1970, com o objetivo de congregar todas as Sociedades Pestalozzi existentes no Brasil, foi criada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi – FENASP. Funcionando na rua Odílio Bacelar, 48, bairro Urca, na cidade do Rio de Janeiro, a FENASP é uma entidade particular com personalidade jurídica. Foi inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social em 1972 e teve reconhecimento de Utilidade Pública Federal. No início do século XXI, mais de 150 núcleos da Sociedade Pestalozzi já haviam sido registrados na FENASP.

Referências

ANTIPOFF, H. "De lustro em lustro: três instituições para excepcionais". In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Educação do excepcional.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

ANTIPOFF, H. "Relatório geral do exercício da Sociedade Pestalozzi em 1938". In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Fundamentos da educação.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

ANTIPOFF, H. "Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais". In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. **Educação do excepcional.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

CAMPOS, R. H. de F.. "Helena Antipoff". In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (Org.). **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: EdUERJ / MEC-INEP, 1999.

CAMPOS, R. H. de F.; LOURENÇO, É. "Helena Wladimirna Antipoff". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros.** Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

CAMPOS, R. H. de F.; LOURENÇO, É.; ANTONINI, I. G. "Introdução: Helena Antipoff e a Psicologia no Brasil". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Helena Antipoff: textos escolhidos.** São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF. "Comentários sobre o funcionamento das instituições rosarianas, CDPHA e de duas sociedades Pestalozzi em 1981". **Boletim do CDPHA**. n. 2, 1982.

LOURENÇO, É. "Ester Assumpção". In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: pioneiros.** Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.

LOURENÇO, É. **A Psicologia da Educação na obra de Helena Antipoff: uma contribuição à Historiografia da Psicologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

Érika Lourenço

■ Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) – 1963-

Primeira instituição psicanalítica do Rio Grande do Sul, sendo este o terceiro estado a ter sua Sociedade de Psicanálise, após Rio de Janeiro e São Paulo. É filiada à International Psychoanalytical Association (IPA). Está inscrita na tradição das primeiras escolas psicanalíticas, fortemente ligadas à ortodoxia freudiana e às normas oficiais de formação de psicanalistas. A SPPA foi reconhecida oficialmente como afiliada da IPA no Congresso de Estocolmo, Suécia, em 1963. Mário Martins foi o primeiro psiquiatra latino-americano a se engajar numa formação analítica realizada em Buenos Aires entre os anos de 1944 a 1947. Sua análise didática foi feita com Angel Garma e a supervisão com Arnaldo Raskovsky e Enrique Pichon-Rivière. De volta a Porto Alegre, Mário Martins começou a prática em seu consultório, realizando análise, supervisões, passando também a ministrar seminários de estudos sobre Psicanálise. Os frequentadores destas atividades formaram em torno dele o grupo que viria a se tornar a primeira geração de psicanalistas gaúchos. São eles: Zaira Bittencourt Martins, José Lemmertz, Celestino Prunes, Cyro Martins, David Zimmermann, Ernesto La Porta, Paulo Guedes, Roberto Pinto Ribeiro, Gunther Wurth e José Maria Santiago Wagner. A SPPA foi predominantemente kleiniana em suas origens, legado trazido da Argentina na bagagem de Mário Martins, Zaira Martins e Cyro Martins, e ligado ao intercâmbio com analistas como Arnaldo Rascowsky, Leon Grinberg, Willy Baranger e Horácio Etchegoyen. As correntes psicanalíticas modernas têm influenciado a SPPA desde os desenvolvimentos kleinianos através da obra de Hanna, Rosenfeld Segal – que visitou Porto Alegre em 1974, Wilfred Bion, Donald Meltzer e Donald Winnicott. A Psicologia do Ego também é uma corrente incorporada ao currículo de ensino da SPPA, através das obras de Hartmann, Kris, Loewnstein e Margareth Mahler. Já a Psicanálise francesa está presente através de André Green, Janine Chasseguet-Smirgel e René Diatkine. Lacan não é estudado no presente currículo da SPPA. A contribuição da SPPA à Psicologia, até a década de 1980, foi a de transmissão da Psicanálise como teoria, através de seus membros que ministravam as disciplinas de Técnicas Psicoterápicas e de Clínica nos cursos de graduação em Psicologia. Em 1989, com a abertura da formação psicanalítica aos psicólogos, estes puderam então tornar-se praticantes da Psicanálise filiados a um organismo internacional. Seguindo as orientações da IPA na organização das sociedades a ela filiadas, o Instituto de Psicanálise é o coração da sociedade, pois orienta e organiza o ensino e a formação dos psicanalistas. Responsabiliza-se, para tanto, pela elaboração anual do currículo de cursos, seminários e outras atividades de treinamento a serem realizadas; pela seleção e admissão dos aspirantes; pelo treinamento teórico e prático, assessoramento e supervisão do trabalho dos psicanalistas nos diversos cursos e seminários, assim como nas análises de supervisão; pela seleção e formação do corpo de professores; e pela assistência psicanalítica a pessoas que, por motivos econômicos, não possam custeá-la. Essa assistência é oferecida pelo Centro de Atendimento Psicanalítico, criado em 1994 como um serviço para tratamento psicanalítico dedicado a adultos, adolescentes e crianças. A partir de 1997, a SPPA passou a oferecer um curso de formação para psicanalistas de crianças e adolescentes. Em 1993, quando comemorava 30 anos, a SPPA lançou sua *Revista de Psicanálise*, editada a cada quatro meses, com distribuição por assinatura. O *Jornal da SPPA* (mensal) traz as notícias da instituição, seus eventos e atividades. Ao longo dos anos de 1990, os estatutos da SPPA passaram por diversas reformulações, com o objetivo de obter maior abertura da instituição. Foi revogado o limite de 40 anos para começar a formação, a comissão de ensino deixou de ser composta somente por didatas, o programa de ensino foi reformulado, reduzindo a ênfase na corrente kleiniana, e a instituição pôs fim ao didata informante, que tinha como função fornecer, periodicamente, informações sobre seus analisados à comissão de ensino. Neste período, a SPPA passou a inte-

grar a Casa dos Delegados, movimento criado para lutar contra a centralização da IPA. Trata-se de uma comissão composta por 27 pessoas: nove da América do Norte, nove da Europa e nove da América Latina. Dentre os latino-americanos, participava desta comissão o então presidente da SPPA, Cláudio Laks Eizirik, hoje presidente da IPA – eleito em 2003 e empossado em 2005.

Referências

EIZIRIK, C. L. "Palavra do Presidente". **Revista de Psicanálise**, v. 1, n. 2, p. 5-6, 1994.

GAGEIRO, A. M. **L'histoire de la psychanalyse au Brésil: la fondation de la Sociéte Psychanalytique de Porto Alegre (1963).** Tese (Doutorado em Estudos da História do Freudismo). Université Paris 7 – Denis Diderot, Paris, 2001.

MOKREJS, E. **A Psicanálise no Brasil. As origens do pensamento psicanalítico.** Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, R. P. "A Psicanálise no Rio Grande do Sul". **Psiquiatria**, v. 1, n. 4, p. 88-91, 1961.

SLAVUTZKY, A. **Cyro Martins. Para início de conversa**. Porto Alegre: Movimento, 1990.

Ana Maria Gageiro

■ Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) – 1955

Instituição de formação de psicanalistas e associação científica e assistencial, fundada em 29 de setembro de 1955. Pertence à International Psychoanalytical Association (IPA), além de integrar a Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) e a Associação Brasileira de Psicanálise (ABP). Possui, desde 1980, um periódico interno semestral, o *Boletim Científico da SPRJ*. Desde 1998 circula sua revista oficial, *Psicanalítica*, de periodicidade anual. Também a *Revista Brasileira de Psicanálise*, órgão oficial da ABP desde 1971, constitui espaço de publicação para seus membros. Os eventos da sociedade estão igualmente relacionados à ABP, através da realização do Congresso Brasileiro de Psicanálise. A SPRJ organizou o IV (1973), VIII (1977) e o XII (1985). Desde 2005, a sociedade conta, ainda, com o Centro de Memórias e Referências da Psicanálise. A Psicanálise difundiu-se no Brasil a partir da década de 1910, o que chegou a resultar na instalação (1927 a 1930) da primeira sociedade da América Latina. Mas as tentativas de estabelecer uma formação psicanalítica sistematizada no Rio de Janeiro datam da década de 1940 e envolveram dois grupos de médicos. O primeiro criou o Centro de Estudos Juliano Moreira (CEJM) e o segundo, sob a liderança de Domício de Arruda Câmara, fundou o Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBP). Após tentativas infrutíferas de trazer didatas para o Rio, o CEJM se desarticulou em 1945, quando alguns de seus membros iniciaram formação na Associação Psicanalítica Argentina (APA), enquanto outros foram realizá-la na então Sociedade de Psicanálise de São Paulo (SPSP). Já o grupo formado em torno de Arruda Câmara prosseguiu tentando iniciar uma formação psicanalítica no então Distrito Federal. Tendo o Brasil se tornado, no pós-guerra, um mercado para psicanalistas europeus, em 1947, Ernest Jones, então presidente da IPA, indicou Mark Burke como didata para o Rio. Burke chegou em fevereiro de 1948 e não tardou a iniciar as análises didáticas dos membros do conselho diretor do IBP. Em dezembro de 1948, outro analista, Werner W. Kemper, também indicado por Jones, veio para o Rio. A partir de 1949, dividiram os encargos da formação. Burke tinha uma forte influência kleiniana, enquanto Kemper vinha de uma formação da escola clássica. Foi como *study group* que os dois fundaram o Núcleo Psicanalítico do Rio de Janeiro, sob responsabilidade e patrocínio da então SPSP. Essa ação conjunta, porém, só durou até abril de 1951, momento em que uma crise envolvendo o trabalho de Kattrin Kemper dividiu o grupo. O estopim foi a acusação, movida por Burke e seus analisandos, de que Werner Kemper tinha transformado sua mulher em didata sem que ela tivesse formação para tanto. Como não se chegou a um consenso, o grupo de Kemper foi excluí-

do e criou o Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP). Em 1953, o grupo de Kemper foi reconhecido como *study group* pertencente à IPA. Seus membros eram Celestino Prunes, Luiz G. Dahlheim, Fabio L. Lobo, João Marafelli Filho, Gerson Borsoi, Souza Vianna, Inaura C. Leão, Zenaira Aranha (psicóloga e estudante de Medicina), Inês Besouchet (psicóloga) e Noemy Rudolfer (professora de Psicologia da Universidade de São Paulo). Mais tarde, com a saída de Souza Vianna, Kattrin Kemper ocupou seu lugar. Ficando a análise didática a cargo de Werner Kemper, os membros do grupo frequentavam reuniões científicas e faziam análises de supervisão na já então reconhecida Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Paralelamente, Burke voltara para a Inglaterra, desarticulando seu grupo de analisandos. À frente na corrida pelo pertencimento à IPA, o grupo de Kemper obteve sua filiação àquela associação em 1955, no XIX Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Genebra. Surgia assim a SPRJ. Consoante os padrões da IPA, a formação psicanalítica nessa sociedade exige que os candidatos passem por um processo de seleção, sendo necessária graduação em Medicina ou Psicologia. Após aprovação e pelo menos um ano de análise com um didata da sociedade, são admitidos no Instituto de Ensino de Psicanálise (IEP), dando início ao curso teórico e aos seminários clínicos. A formação consiste de análise didática – quatro vezes por semana; curso teórico – cinco anos; duas análises de supervisão – de cem horas a primeira e de 50, a segunda. Cumpridos esses requisitos, o nome do candidato é proposto em reunião do corpo docente do IEP e depois em assembleia geral. Caso aprovado, ingressa na SPRJ como membro associado. Após dois anos, mediante apresentação de um trabalho, pode se tornar membro efetivo. O fato de a SPRJ ter admitido, em suas origens, o ingresso de candidatos não médicos – característica que a aproxima da sociedade de São Paulo – propiciou a existência de um contingente, embora pequeno, de psicanalistas leigos. Como, porém, somente os membros efetivos – em sua grande maioria os mais antigos, por conseguinte médicos – estavam autorizados a se candidatar à presidência até a década de 1980, até hoje somente na gestão 2000-2001 tal cargo foi ocupado por uma psicóloga, Maria Eliana M. Helsinger. O ano de 1980 foi o início de grandes mudanças nas instituições cariocas ligadas à IPA. Foi o momento da denúncia, na imprensa, dos "Barões da Psicanálise", feita por Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi, que trouxe também à tona a participação de Amílcar Lobo, analisando de Leão Cabernite e candidato à SPRJ, em torturas. A polêmica custou àqueles três analistas sua expulsão da SPRJ – a reintegração só se fez por decreto judicial – e abalou profundamente o prestígio das sociedades congregadas em torno da ABP. Após esse episódio, o Congresso Internacional de Psicanálise, programado para acontecer no Rio de Janeiro em 1982, foi cancelado. Todo esse processo, acompanhado pela expansão de sociedades independentes, acabou por resultar na perda do monopólio real e simbólico das instituições ipeanas sobre a formação psicanalítica. No âmbito interno, redundou em um processo de reforma estatutária da SPRJ, que ampliou o acesso de psicólogos a seus quadros e permitiu o voto aos membros associados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. Estatuto 2006. Relação de Membros e Candidatos. Rio de Janeiro, 2007.

FACCHINETTI, C. & PONTE, C. "De barulhos e silêncios: contribuições para a História da Psicanálise no Brasil". **Psyche**, Campinas, v. AnoVII, p. 59-83, 2003.

FÜCHTNER, H. **O caso Werner Kemper: psicanalista, seguidor do nazismo, nazista, homem da Gestapo, militante marxista?** Rio de Janeiro, II Estados Gerais de Psicanálise. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/trabalhos/1_Fuchtner_22220803_port.htm>. Acesso em: 31 jan. 2007.

PONTE, C. F. da. **Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à História da Psicanálise no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/psi/pdf/

dissertacao_carlos.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2007.

ROUDINESCO, E & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUSSO, J. A. O Mundo Psi no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RIO DE JANEIRO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.sprj.org.br/>. Acesso em: 11 Jan. 2007.

VIANNA, H. B. **Não conte a ninguém... : contribuição à História das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

Cristiana Facchinetti

■ Sociedade Psicanalítica Gradiva (SPAG-RJ) – 1994-

Sociedade de Psicoterapia de Grupo – (SPAG-RJ) – 1974-1994

Instituição de formação em Psicanálise filiada à Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG), à Federação Latino-Americana de Psicoterapia de Grupo (FLAPAG) e à American Group Psychotherapy Association (AGPA), com sede na avenida N. Sra. de Copacabana, 1.183, sala 604 – Copacabana – RJ. Foi fundada em 8 de maio de 1974 por psicanalistas dissidentes da ortodoxia psicanalítica, que considerava que o fazer psicanalítico deveria se ater apenas ao sujeito individualizado. Dentre seus fundadores estão: Paulo Dias Correa, Leão Cabernite, Jacob David Azulay, Waldemar Zuzman, Antonio M. de A Barata, Antonio Dutra Junior, Eustáquio Portela Nunes Filho, Ernesto Meirelles La Porta, Dirceu Santa Rosa, Wilson de Lyra Chebabi, Adolpho Hoirish, Raulito Gomes, Eduardo Mascarenhas, Gabriel Lemos, Jacob Fucks, Galina Schneider, Wilson José Simplício, Any Kerne Teixeira Guedes, Walter Antunes, Cremilda Barbosa de Souza, Ubirajara Pessoa Guerra de Moraes, Hélio Tolipan e Jaime Salomão. Segundo Carlos Castellar Pinto, em conferência acerca do tema "Ouvindo os pioneiros", no 8º Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica do Rio de Janeiro, realizado em outubro de 1994, a criação dessa nova SPAG (já existia a SPAG-E.Rio) decorreu de divergências teórico-políticas: havendo duas sociedades de Psicanálise no Rio (a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro), cada uma delas teria gerado sua própria sociedade de grupo. Inicialmente, na SPAG-RJ só era permitida a participação de médicos membros das sociedades ligadas à International Psychoanalytical Association (IPA), porém a abertura a psicólogos ocorreu já ao final da década de 1970. Nessa mesma década, o trabalho com grupos começou a ser levado com maior intensidade para as instituições públicas nas áreas da saúde e da educação. Também o tratamento psicoterápico em consultório se viu democratizado com os grupos, tornando-se acessível a clientes menos privilegiados economicamente. Os objetivos da SPAG – RJ, segundo os últimos estatutos, datados de 4 de outubro de 1994, são: estudo, pesquisa e aplicação do conhecimento psicanalítico em suas diversas modalidades (individual, grupal e institucional), resgatando a originalidade e a liberdade do seu saber; intercâmbio científico e cultural com entidades congêneres e afins; relação sem perda de autonomia e independência com outras associações psicanalíticas. Desde 1979, a sociedade possui um jornal, *Gradiva*, considerado um dos seus braços mais importantes, nascido sob o impacto das ideias de Wilfred Ruprecht Bion e Jacques Lacan, que muito influenciaram, na época, o movimento psicanalítico. Os textos do jornal, bem como entrevistas, gravuras e charges apontavam justamente para uma transição, beirando a abertura teórica e democrática da Psicanálise. Fundado por Carlos Castellar Pinto e Ernesto La Porta, *Gradiva* mantém como editor-científico desde 1981 o psicanalista Paulo Sternick. O jornal foi transformado em revista eletrônica (www.gradiva.com.br) por volta de 1998. Em 4 de outubro de 1994,

a SPAG-RJ ampliou-se, incorporando a singularidade do sujeito, passando também a dar ênfase, sem deixar de lado a clínica dos grupos, ao estudo clínico individual. A identificação com seu jornal levou ainda à adoção do nome Gradiva, e a sigla SPAG-RJ passa então a significar Sociedade Psicanalítica Gradiva. Seus principais órgãos internos são a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal, segundo a última revisão de estatuto e regimento. As funções na SPAG-RJ são distribuídas entre diretor presidente, diretor de ensino, diretor da clínica, diretor secretário e conselheiro junto à ABPG. Atualmente, as atividades clínicas da SPAG – RJ ocorrem em algumas frentes: debates sobre temas específicos, abordando tanto questões referentes ao indivíduo como assuntos de cunho social – a vida escolar, os excluídos sociais, a criminalidade, o mundo virtual, a drogadição etc.; estudos sobre as diversas etapas da vida humana e suas peculiaridades – infância, adolescência, vida adulta, terceira idade; estudo e discussão de casos clínicos entre os terapeutas da instituição e entre alunos em formação psicanalítica; trabalho em clínica social, individual e em grupo. Em 2006, aconteceram cursos sobre Freud: *Casos clínicos de Freud; Fragmentos da análise de um caso de histeria; História de uma neurose infantil; A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. Além dos membros efetivos e dos alunos em formação psicanalítica, são cursos como esses que mantêm economicamente a SPAG-RJ, que já formou mais de 25 turmas. Os alunos dessas turmas, atualmente, vêm em geral da graduação, principalmente de Psicologia e Medicina, podendo ser admitidas outras formações universitárias. Foram presidentes da sociedade: Jacob Fucks; Ernesto Meirelles La Porta; Carlos Castellar Pinto; Márcia Câmara; Lindemberg R. Nunes Rocha; Hélia Ziller; Antonio Celso Pereira; Silvia Chueri; Jorge Veschi; Luiz Querolim Neto; Robson Luiz Cardoso de Carvalho; Ronaldo de Oliveira Marinho e Kátia Santos (2004–2006). Com exceção do mais recente, os períodos referentes aos mandatos não são especificados porque as informações colhidas apresentam algumas discordâncias.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

CHEBABI, W. L. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 04 set. 1994.

COIMBRA, C. **Guardiães da ordem; uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

FIGUEIREDO, A. C. **Estratégias de difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro, 1970-83**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

FREITAS, L. A. P. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 16 maio 1995.

LANNES, E. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 03 ago. 1995.

PORTELA, R. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2006.

RANGEL, V. **A Psicoterapia de Grupo com fundamentação psicanalítica – um rosto carioca**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, O. **Entrevista concedida a Vilma Rangel**. Rio de Janeiro, 12 out. 1994.

Vilma Rangel

■ Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP) – 1952-

Sociedade cientifica sem fins lucrativos, destinada a promover a pesquisa, estudo e ensino da Prova de Rorschach. Foi fundada em 24 de julho de 1952, tendo como idealizador o psicólogo, médico e psiquiatra Anníbal Cypriano da Silveira Santos, como resultado de longo estudo e dedicação ao método. Atualmente se situa na rua Remanso, 98, Vila

Mariana, São Paulo – SP. O professor Anníbal Cypriano da Silveira Santos, um dos dez cientistas mais renomados do Brasil (de acordo com o documentário *Cientistas brasileiros,* realizado pela Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, em julho de 2004), foi membro fundador da Sociedade Internacional de Rorschach (1949, Suíça) e membro científico do Comitê Internacional de Rorschach. Ao lado de Samuel Beck, Anníbal Silveira aprendeu a Prova de Rorschach em Nova York com David M. Levy (discípulo de Oberholzer – colaborador direto de Hermann Rorschach), em 1927, passando a desenvolvê-la no Brasil dentro do contexto de psicodiagnóstico. Manteve contato por anos com estudiosos como: Walter Morgenthaler, Samuel J. Beck e Zygmunt A. Piotrowski, na Europa e nos Estados Unidos, o que decisivamente contribuiu para o aperfeiçoamento do método de Rorschach através de pesquisas e experimentações. Neste contexto, sentiu necessidade de fundar um centro de estudos, de conferência e de pesquisas sobre a Prova de Rorschach, constituindo a SRSP em 1952, ano em que foi delegado do Brasil no II Congresso Internacional de Rorschach, em Berna. A partir de 1958, a SRSP dedicou-se também ao ensino da Prova de Rorschach e de outras técnicas projetivas dentro das necessidades implícitas ao psicodiagnóstico clínico, à atuação da Psiquiatria, às atividades da Antropologia e àquelas de ordem psicoeducacional. Em 1963 Anníbal Silveira apresentou sua tese para concorrer à cadeira de Clínica Psiquiátrica da Escola Paulista de Medicina, intitulada *Contribuição para a Prova de Rorschach como Recurso Semiológico: Elaboração do Psicograma*, formalizando, assim, sua contribuição ao Psicodiagnóstico de Rorschach no Brasil. Além de Anníbal Silveira, a SRSP teve como fundadores: Antero Barradas Barata, Antonio Miguel Leão Bruno, Cícero Christiano de Souza, Ibrahim Melsohn, Mauricio Levy Junior, Otávio Luis de Barros Sales, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Spartaco Vizzotto. Seus objetivos são: o ensino do Psicodiagnóstico de Rorschach (cursos informativos e de especialização), ensino de outras técnicas projetivas, discussão científica, atendimento em psicodiagnóstico, pesquisas através da Prova de Rorschach, cursos de diagnóstico nos contextos de Psicologia Jurídica, Neuropsicologia, Clínica e Educacional. Em 2006, a diretoria era composta por: presidente – Lúcia Maria Sálvia Coelho, vice-presidente – Giselle Budzisz Petri Magalhães Costa, primeira secretária – Kátia Vergal Furtado, tesoureira – Elizabeth Aparecida Rossi. Desde sua fundação, grandes nomes do meio científico nacional e internacional passaram pela SRSP deixando suas contribuições. Entre eles, além de Anníbal Silveira, destacam-se: Lúcia Maria Sálvia Coelho, Isabel Adrados, Maria Helena de Figueiredo Steiner, Antonio Miguel Leão Bruno, Cícero Christiano de Souza, Isaias Melsohn, Maurício Levy Júnior, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Latife Yazigi, Fernando de Villemor Amaral, Liana Maria Sálvia Trindade, Oscar Rezende de Lima, Mathilde Neder, Aniela Ginsberg, Arbouste Bastide e Meyer Timsit. A sociedade já realizou, desde sua fundação em 1952, mais de 200 reuniões cientificas, abordando vários temas, estudos de casos etc. Tem respondido também pela organização de congressos, entre os quais se destacam aqueles em colaboração com universidades paulistas ou associações congêneres sediadas em outros estados e com a Associação Latino-Americana de Rorschach. O primeiro estatuto data de 1952, sua última modificação ocorreu em 2004, tendo a SRSP, atualmente, a seguinte estrutura: Laboratório de Pesquisa e Avaliação Psicológica (LAPAP), núcleo jurídico, núcleo de recursos humanos, núcleo de psicodiagnóstico clínico, diretoria, departamento de ensino, comissão científica e conselho fiscal. Na realização de pesquisas, a sociedade conta com voluntários e com os professores dos cursos ministrados, sendo todos psicólogos e especialistas em Rorschach. Atualmente, o espaço físico da SRSP é distribuído em aproximadamente 180 m^2 em um

sobrado, contando com: duas salas de aula, duas salas de atendimento, biblioteca e sala de reuniões, secretaria, sala de espera, três banheiros, sala de espelho para aplicação supervisionada de alunos, cozinha e despensa, entrada lateral. A SRSP desenvolve suas atividades de segunda a sexta-feira, das 9 às 19h, sendo seu horário prorrogado em dias de aula ou outras atividades e, quando necessário, nos finais de semana. Suas atividades envolvem: aulas, aplicações da Prova de Rorschach, supervisões, grupos de estudo, atendimentos, reuniões de pesquisas e tabulação de dados, dentre outras. A SRSP é uma instituição científica cujos objetivos estão orientados para a formação de profissionais na Prova de Rorschach (com base na Escola Brasileira de Rorschach), pesquisa e prestação de serviços que versem sobre o Psicodiagnóstico e outras técnicas projetivas, fornecendo cursos de aperfeiçoamento e aprofundamento na Prova de Rorschach, supervisões, sempre valorizando a formação e atualização dos profissionais.

Referências

SOCIEDADE RORSCHACH DE SÃO PAULO. **Arquivos**. São Paulo: SRSP, 1952-2008.

SOCIEDADE RORSCHACH DE SÃO PAULO. **Atas 122 a 202 do Livro de Registro de Atas de Reuniões Cientificas**. São Paulo: SRSP, 1971 a 1991.

SOCIEDADE RORSCHACH DE SÃO PAULO. **Breve história da Sociedade Rorschach de São Paulo**. Documento Registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos – Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o n. 182.394. São Paulo: SRSP, 17 nov. 1994.

SOCIEDADE RORSCHACH DE SÃO PAULO. **Estatuto da Sociedade Rorschach de São Paulo**. Registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documento sob o n. 26.736, Livro A. São Paulo: SRSP, 1959.

Giselle B. Petri
Kátia Vergal Furtado
Paula Eugenia César

■ Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE) – 1987-

Serviço de Educação Especial (SESP) – 1975-1987

A educação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a oferta de cuidados necessários para o desenvolvimento deste público é um fenômeno relativamente recente em nosso país e tem sua história marcada por uma forte herança de exclusão, assistencialismo e filantropia. As classes especiais em escolas públicas existem no Brasil desde a década de 1930, mas o acesso às escolas comuns só veio a ocorrer de forma mais acentuada a partir da década de 1970, quando se iniciou um processo de institucionalização da educação especial nos sistemas públicos de ensino. A educação especial no Estado do Piauí acompanhou esse movimento e foi inserida no Sistema Estadual de Educação no ano de 1970, com a transferência de um serviço filantrópico de Teresina para a responsabilidade da Secretaria de Educação. Trata-se da Escola Especial Ana Cordeiro, instituição fundada pelo serviço social do estado em maio de 1968, que, nos dois primeiros anos de funcionamento, foi mantida apenas com doações da ação social do estado. Através de Portaria da Secretaria de Educação 01/1970, a escola passou a integrar a rede pública de ensino e a ser efetivamente mantida pelo estado. Data do mesmo período a criação do Departamento de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação. Uma das primeiras ações deste departamento foi a realização de um levantamento na rede oficial do estado para averiguar as causas dos altos índices de defasagem escolar: repetência e abandono. Em maio de 1973, a Secretaria de Educação selecionou uma população de 1.200 crianças do 1º Grau da rede oficial do estado que apresentavam repetências e distorções idade-série, e propôs um estudo dirigido por uma equipe técnica composta por médico, psicólogo e assistente social. Os resultados apon-

taram como causas do problema: disfunção cerebral mínima, retardo neuropsicomotor, carência nutricional, deficiência intelectiva e patologias como epilepsia, tuberculose, paralisia cerebral, deficiência auditiva e visual, dentre outros. Como fatores determinantes, constaram: a desnutrição como fator socioeconômico; condições de gestação e parto como fatores do período pré-natal; e a assistência materno-infantil e patologias familiares associadas. A equipe, juntamente com o corpo administrativo da secretaria, colocou as crianças em uma unidade especial, na tentativa de solucionar o problema através de métodos pedagógicos especiais de aceleração do processo de aprendizagem. Os registros apontaram o êxito da estratégia, levando a secretaria a discutir a implantação de um serviço de apoio à diagnose e reabilitação de alunos especiais na rede de educação oficial do estado. Nesse sentido, em 1975 foi criado o SESP (D.O.E. 128/1975), cujos objetivos, dentre outros, eram: garantir uma educação de qualidade e desenvolver as potencialidades dos educandos através da sua capacitação; expandir a oferta de educação especial a todos os municípios; intensificar a implantação das salas de recursos e de apoio pedagógico específico; incluir o aluno portador de necessidade educativa especial na rede regular de ensino. Essas ações resultaram na expansão dos serviços educacionais para os alunos com necessidades especiais junto aos sistemas de ensino e marcaram um período de crescimento do número de classes especiais junto às escolas públicas. Vale ressaltar que o desenvolvimento dessas ações por parte do estado, ainda na década de 1970 – no sentido de reordenar sua estrutura administrativa com o objetivo de acolher os alunos especiais – coincide (e ganha força) com a chegada dos primeiros psicólogos ao Piauí, no início daquela década. Dessa forma, a educação especial foi um dos primeiros campos de atuação de psicólogos no estado, seja vinculando-se aos quadros da educação ou de instituições filantrópicas como a APAE-PI (e outras associações de grupos da sociedade civil organizada), seja prestando assessorias às classes especiais e a escolas especiais privadas. Os registros e relatos dos profissionais que atuaram no campo nesse período evidenciam que seu trabalho consistia na realização de psicodiagnóstico, encaminhamentos para serviços especializados (centros de reabilitação para terapias de fala e psicológica) e, muito raramente, orientação à família e a professores das salas especiais. Os instrumentos utilizados para o psicodiagnóstico eram basicamente testes de inteligência e personalidade (projetivos). Ao longo dos anos, o SESP passou por várias reformas administrativas e, em 1987, passou a chamar-se SAANE. Atualmente, o serviço é composto por equipe multidisciplinar e de enfoque educacional, desenvolvendo atividades de: avaliação diagnóstica; encaminhamento para rede especializada; e acompanhamento e orientação à família e professores. Vale ressaltar que a educação especial do Piauí conta, em sua rede estadual de ensino, com 992 escolas regulares, uma especial e 164 inclusivas, e com as seguintes modalidades de atendimento: turmas comuns com apoio da educação especial, instituições conveniadas, classes especiais e escola especial da rede de ensino. A estrutura do SAANE é composta por: diretoria, Assessoria Técnico-Pedagógica (ATP), Divisão de Ensino (DE), Divisão de Avaliação e Acompanhamento Técnico (DAAT) e apoio administrativo. Atuam no corpo técnico da instituição psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, que têm como público-alvo os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sejam eles portadores de deficiências (mental, auditiva, visual, físico e múltiplo), de condutas atípicas (problemas de conduta) ou de altas habilidades (superdotados). O espaço físico do SAANE é composto por uma área ampla, contendo recepção, duas salas pedagógicas – subdivididas em supervisão e apoio técnico administrativo –, quatro salas de atendimento, cantina, banheiros e área recreativa. Com uma equipe multidisciplinar e de enfoque educacional, o SAANE objetiva atender, através da avaliação diagnóstica, o alunado de educação especial da rede pública e pri-

vada do estado e município. O acompanhamento desse alunado compete ao Centro de Reabilitação Ana Cordeiro e demais entidades públicas, privadas e filantrópicas. Atualmente o estado conta com uma nova instituição, a Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEID), cuja função é atender às necessidades da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), contribuindo para o estabelecimento de sua dignidade, o exercício pleno da cidadania e a consequente transformação da concepção social sobre esta.

Referências

BRASIL. **DECRETO 914/93**. Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: MEC/SEESP, 1993.

BRASIL. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

GLAT, R e FERREIRA, J. "Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil". In: **Banco Mundial. Relatório Educação Inclusiva no Brasil – Diagnóstico atual e desafios para o futuro**. (2003). Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf>. Acesso em: 11 out. 2006.

PIAUÍ. **Serviço de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Piauí no período de 1970 a 1978**. Teresina-PI: Carta CEPRO – Relatório de Atividades, 1978.

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa

João Paulo Sales Macedo

T

Teatro Experimental do Negro (T.E.N.) – 1944-1968

Criado em 1944, no Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento, com o objetivo de trabalhar pela valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Buscava situar em um novo patamar a luta política dos negros, cuja referência mais importante, até esse momento, era a Frente Negra Brasileira (1931-37). Como movimento cultural, o T.E.N. assumiu também uma configuração marcadamente política com a democratização do país no pós-guerra, tendo patrocinado as Convenções Nacionais do Negro, em 1945 (São Paulo) e 1946 (Rio de Janeiro), a Conferência Nacional do Negro, em 1949 (Rio de Janeiro), o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 (Rio de Janeiro), e a exposição do Museu de Arte Negra – com esculturas, pinturas, e desenhos – em 1968, no Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro).

Em 1949, quando o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos começou a dirigir o então recém-criado Instituto Nacional do Negro (que funcionava como um departamento de pesquisas e estudos do Teatro Experimental do Negro), este passou a ter um importante papel no que diz respeito à inserção e utilização do Psicodrama no Brasil. Guerreiro Ramos chegou a publicar artigos na revista *Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro*, visando divulgar tal método. No texto intitulado "Uma experiência de Grupoterapia", Guerreiro Ramos descreveu a técnica social do Teatro Experimental do Negro – a Grupoterapia – como similar à técnica do Psicodrama e do Sociodrama de J. L. Moreno, que dirigia dois teatros psicoterapêuticos (em Beacon Hill e Nova York). Nesse sentido, uma das características do T.E.N. era não ser orientado truculenta e agressivamente contra o preconceito de cor, pois se objetivava que fosse um espaço onde as pessoas teriam possibilidade de eliminar as suas tensões e repressões. Em 19 de janeiro de 1950, o Instituto Nacional do Negro organizou, nas dependências do Serviço Nacional de Teatro, o Seminário de Grupoterapia, o que evidenciava a importância que esse procedimento terapêutico estava ganhando, como processo capaz de possibilitar a integração social do homem, com um mínimo de economia de sua espontaneidade sendo, ainda, um treinamento da espontaneidade para aqueles que a perderam. A Grupoterapia do T.E.N. visava, portanto, à integração social e à diminuição do déficit da espontaneidade através de processos terapêuticos, com raí-

zes tanto em J. L. Moreno quanto nas ideias desenvolvidas a partir da análise social de problemas psicológicos por Erich Fromm, teórico para quem a aquisição da normalidade ocorria à custa de um certo sacrifício da originalidade, da espontaneidade e da liberdade do ser humano. Para Guerreiro Ramos, o palco representava a miniatura da sociedade em que se materializa o problema psicológico, ou seja, diferentemente da Psicanálise, na qual o problema era exposto verbalmente. Na Grupoterapia concretizava-se a constelação de relações de que o indivíduo era participante. A análise operava com elementos mais numerosos e fidedignos e ensejava ao paciente a possibilidade de vivenciar todas as dimensões, seja imaginária, seja verbal, com seus temores e ansiedades. A pessoa no palco podia vivenciar um novo papel ou uma nova conduta, a confiança ali adquirida podendo ser transportada à vida real. A Grupoterapia no T.E.N., portanto, constituiu tanto um método de análise quanto um processo terapêutico. A recorrente atuação política de Abdias Nascimento levou, em fins dos anos de 1960, à perseguição do regime militar e o consequente exílio político de seu fundador, razão pela qual, em 1968, o T.E.N. interrompeu suas atividades.

Referências

GUERREIRO RAMOS, A. "Uma experiência de Grupoterapia". In: **Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro**, ano 1, n. 4, p. 7, jul. 1949.

GUERREIRO RAMOS, A. "Apresentação de Grupoterapia". In: **Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro**, ano 2, n. 5, p. 6, jan. 1950.

GUERREIRO RAMOS, A. "Teoria e Prática do Psicodrama". In: **Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro**, ano 2, n. 6, fevereiro, p. 7, 1950.

MAIO, M. C. "Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais". **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2006.

NASCIMENTO, A. do. "Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões". **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2006.

Lídia Maria Teixeira Lima Coelho

Sobre os Autores

Abigail Alvarenga Mahoney – Doutora em Educação; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Adailson Medeiros – Mestre em Psicologia; Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ademir Pacelli Ferreira – Doutor em Psicologia Clínica; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Adriana Alves Santos – Psicóloga. Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Adriana Amaral do Espírito Santo – Mestre em Psicologia Social; Psicóloga da Marinha do Brasil.

Adriana Rosa – Doutoranda em Psicologia Social; Professora do Centro Universitário Celso Lisboa (CEUCEL).

Adriano Furtado Holanda – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Aidyl M. Q. Pérez-Ramos – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Universidade de São Paulo (USP).

Albenise de Oliveira Lima – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Alessandra Daflon dos Santos – Doutora em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alessandra Tranquilli – Psicóloga; Defensoria Pública do Estado da Bahia e da CAPS-AD.

Alexander Jabert – Doutor em História das Ciências da Saúde; Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Alexandra Ayach Anache – Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Alexandra Valéria Vicente da Silva – Mestre em Psicologia Social; Psicóloga da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Alexandre de Carvalho Castro – Doutor em Psicologia Social; Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

Amanda dos Santos Gonçalves – Psicóloga.

Ana Carla S. Silveira da Silva – Mestre em Psicologia Clínica; Psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde RJ (SMS/RJ) e Secretaria Estadual de Administração Penitência/RJ (SEAP/RJ).

Ana Cristina Costa de Figueiredo – Doutora em Saúde Coletiva; Professora da Universidade do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ).

Ana Gabriela Nunes Fernandes – Psicóloga, Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Ana Laura Prates Pacheco – Doutora em Psicologia; Psicanalista do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo (FCL-SP).

Ana Maria Gageiro – Doutora em Sociétés Occidentales Espace Temps Civilisations; Professora da Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS).

Ana Maria Jacó-Vilela – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ana Maria Rudge – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ana Maria Sarmento Seiler Poelman – Psicóloga especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Organizacional e do Trabalho; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Minas Gerais (PUC/Minas).

Ana Mercês Bahia Bock – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ana Teresa A. Venancio – Doutora em Antropologia Social; Professora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Andrea Cristina Coelho Scisleski – Doutoranda em Psicologia; Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e dos Missões (URI/Santiago).

Andréa dos Santos Nascimento – Mestre em Política Social; Doutoranda em Psicologia (UFES).

Andréa Soares Wuo - Doutora em Educação; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Andressa Siqueira Gonzaga – Psicóloga, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ângela Marques - Mestre em Educação; Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Argentina Rosas – Mestre em Psicologia; Professora Aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Arlindo Carlos Pimenta – Psiquiatra; Psicanalista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG).

Arnaldo Alves da Motta – Mestre em Psicologia; Professor do Instituto Fonte (IF).

Arrigo Leonardo Angelini – Livre-Docente; Professor Catedrático; da Universidade de São Paulo (USP).

Arthur Arruda Leal Ferreira – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Augusto Costa Conceição – Mestre em Saúde Comunitária; Professor do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental Professor Nelson Pires (CENP).

Aurora Telles Hekenhoff – Mestre em Psicologia; Capitã-Tenente da Marinha do Brasil.

Bárbara Brandão – Psicóloga; Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Beatriz de Andrade Rabelo – Psicologa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Bernadete Aparecida de Castro – Doutora em Ciências Sociais; Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Bernardete Gatti – Doutora em Psicologia; Psicodramatista, Professora no IPPGC.

Carina Márcia Magalhães Nepomuceno – Psicóloga; Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos Ltda. (Consultec).

Carla Sardinha Siebra de Souza – Psicóloga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Carlos Monarcha – Livre-Docente; Professor da Universidade Estadual Paulista – Araraquara (UNESP).

Carmefran Viana Araújo Teixeira – Psicóloga. Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Carmem Silvia R. Taverna – Doutora em Psicologia Social; Professora da Universidade de São Marcos (Unimarco).

Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira – Doutora em Sociedades Ocidentais; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE/PUC-SP).

Cassiana Léa do Espírito Santo – Psicóloga Especialista em Psicodrama; Membro da Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP).

Célio Garcia – Doutor; Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Celso Francisco Tondin – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó).

Cesar Mussi Ibrahim – Mestre em Psicologia; Professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Cristiana Facchinetti – Doutora em Teoria Psicanalista; Professora da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ).

Cristianne Almeida Carvalho – Doutoranda em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Cristina Lhullier – Doutora em Ciências Psicologia; Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS-RS).

Daniel Kupermann – Doutor em Psicanálise; Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Daniela Ribeiro Schneider – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Deise Mancebo – Doutora em Educação: História, Política, Sociedade; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Denis de Carvalho – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Denise Pereira de Alcantara Ferraz – Doutoranda em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal de Itajubá.

Diemerson Saquetto – Doutorando em Psicologia, Professor do Instituto Federal de Ensino Superior (IFES/ES)

Diogo Esmeraldo Cavalcanti – Psicólogo, Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Edinete Maria Rosa – Doutora em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Edmar Oliveira – Médico; Pós-Graduação em Psiquiatria e Gestão Pública; Diretor do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMAS).

Edson Soares Lannes – Psicanalista; Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ).

Eduardo A. Tomanik – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Eduardo Mourão Vasconcelos – Doutor em Social Science and Administration; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Edvaldo Nabuco – Mestre em Memória Social; Professor Colaborador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Elayne Magaldi Daemon – Psicóloga; Membro do Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST).

Eliana Rodrigues Pereira Mendes – Psicóloga; Psicanalista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG).

Eliane Gonçalves Cordeiro – Mestre em Educação; Psicóloga da Secretária Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP).

Eliane Rodrigues da Silva – Psicóloga.

Elicarlos Coutinho de Oliveira – Psicólogo. Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Elison Antonio Paim – Doutor em Educação; Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECO).

Elizabeth Cruz Müller – Mestre em Psicologia Clínica; Psicanalista.

Elizabeth da Silva de Alcântara – Graduanda em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Emanuelle Figueiredo Socorro – Psicóloga; Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais (SEDS-MG).

Emílio Nolasco de Carvalho – Doutor em Antropologia Social; Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Emmanuel Zagury Tourinho – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Érika Lourenço – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ernani Henrique Fazzi – Mestre em Educação; Professor da Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte (FAME-BH).

Esther Maria de Magalhães Arantes – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade do Estado do Rio de janeiro (UERJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Eveline Correa Miranda – Psicóloga; Professora da Escola Municipal Maria Silveira (EMMS).

Fábio de Cristo – Doutorando em Psicologia; Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Ramos – Psicólogo; Universidade de São Paulo (USP).

Filipe Degani Carneiro – Mestrando em Psicologia; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Flávia Moreira Oliveira – Doutora em Psicologia; Técnica Educacional do Centro de Tecnologia e Gestão Educacional do SENAC (SENAC/RJ).

Flávio Durães – Mestre em Filosofia; Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Francis Moraes de Almeida – Doutor em Sociologia; Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Francisca Monteiro de Albuquerque – Psicóloga; Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

Francisco Teixeira Portugal – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Gabriela Neiva Orrico – Psicóloga, Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Gisela Maria Guedes – Psicóloga. Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Giselle B. Petri – Psicóloga; Professora da Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP).

Giselle Silva Sanches – Psicóloga; Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP).

Gustavo Gauer – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Heliana de Barros Conde Rodrigues – Doutora em Psicologia Escolar; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Helio Roberto Deliberador – Mestre em Psicologia; Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues – Doutorando em Epistemologia; Professor do Instituto de Formação e Pesquisa Wilhelm Reich (IFP-REICH).

Hilusca Alves Leite – Mestre em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Iarlis Brandão – Especialista em Gestão de Pessoas.

Iramaia Santos Rodríguez – Psicóloga. Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Irene de Melo Pinheiro – Especialista em Orientação Educacional; Professora da Fundação Helena Antipoff.

Íris Barbosa Goulart – Doutora em Psicologia, Professora da FEAD-Minas; Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Irme Salete Bonamigo – Doutora em Psicologia Social; Professora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Janira Siqueira Camargo – Mestre em Psicologia; Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Jefferson Bernardes – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Joana Branco Gongora – Psicóloga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

João Batista de Mendonça Filho – Mestre em Educação; Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira da Educação e Cultura (FCH/FUMEC).

João Bosco Monteiro – Mestrando em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA).

João Paulo Sales Macedo – Doutorando em Psicologia; Professor da Universidade Potiguar (UNP).

José Jorge de Moraes Vieira da Cunha – Psicólogo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

José Renato Barros Silva – Especialista em Planejamento e Gestão Educacional; Professor da Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA).

Júlia Maria Casulari Motta – Doutora em Saúde Coletiva; Professora Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Karina Pereira Pinto – Doutora em Educação História, Política, Sociedade; Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Kátia Vergal Furtado – Psicóloga; Secretária da Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP).

Larissa Alcantara Lavrador – Graduanda em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Larisse Seixas – Psicóloga; Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Laura Cristina de Toledo Quadros – Doutoranda em Psicologia; Professora do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL).

Leila de Andrade Oliveira – Doutora em Psicologia Social; Psicóloga da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (SES/PE).

Leonardo Majdalani Sacramento e Nascimento – Psicólogo, Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

Lídia Maria Teixeira Lima Coelho – Mestre em Ciências Sociais; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ligia Maria do Nascimento Souza – Doutora em Psicologia; Psicóloga do Hospital Sarah Brasília.

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa – Mestre em Psicologia Social; Instituto Federal de Goiás (IFG).

Luana da Silva dos Santos – Psicóloga; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Lucia Ghiringhello – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Universidade Paulista (UNIP).

Lúcia Willadino Braga – Doutora em Psicologia; Presidente da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

Luciano Ferreira Piccoli – Psicólogo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Lucila Lima – Psicóloga; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ludmila Cerqueira Correia – Mestre em Ciências Jurídicas; Associação Educacional Unyahna (AEU).

Luiz Alberto Pinheiro de Freitas – Doutor em Psicologia Clínica; Professor do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR).

Luiz Fernando Pinto – Doutor em Altos Estudos Militares; Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Lygia Maria de França Pereira – Doutora em Saúde Mental; Universidade de São Paulo (USP).

Mab Amália Alencar Sacramento de Souza – Psicóloga; Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Marcela Peralva Aguiar – Doutoranda; Fundação Oswaldo Cruz.

Marcela Reuter Ferreira – Psicóloga; Hospital Especializado Juliano Moreira (HEJM).

Marcelo de Almeida Ferreri – Doutor em Psicologia Social; Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Marcelo Moreira Takahashi – Psicólogo; Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Marci Dória Passos – Doutora em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental; Professora da Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBPRJ).

Márcia Antonia Piedade Araújo – Doutoranda em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Márcia Biavati Messias – Psicológa; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Márcia Ferreira – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Márcia Moraes – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Marcos Almeida de Sá – Mestre em Psicologia Social.

Marcos Goursand de Araújo – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Marcos Vieira Silva – Doutor em Psicologia; Professor da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Marcus Vinicius de Oliveira Silva – Doutor em Saúde Coletiva; Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Margareth Uarth Christoff – Doutora em Sociologia; Professora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Maria Antonieta Antonacci – Doutora em História Econômica; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Maria Aparecida Fernandes Martin – Psicóloga; Professora da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABPS).

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani – Mestre em Ciências da Saúde; Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Maria Cláudia Novaes Messias – Mestrando em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Maria das Graças Barbosa Moulin – Doutora em Saúde Publica; Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Maria das Graças Victor Silva – Especialista em Psicologia Clínica; Professora da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFI-RE)

Maria de Fátima Almeida Braga – Doutoranda em Psicologia Social, Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Maria de Fátima Belo de Morais – Psicóloga Clínica; Caixa Econômica Federal do Recife (CEF-RECIFE).

Maria de Fátima Lobo Boschi – Mestre em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Maria de Nazaré Santos de Souza – Licenciada em Língua Portuguesa; Secretária de Gabinete da Presidência no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – Belém (HCGV-Belém).

Maria do Carmo Guedes – Doutora em Ciências Humana, Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Maria do Socorro Brito – Psicóloga. Orientadora Fiscal do CRP-13 – PB.

Maria Eveline Cascardo Ramos – Mestre em Psicologia, Universidade de Brasília (UnB).

Maria Inês Badaró Moreira – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Maria Lucia Boarini – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Maria Lucia Seidl-de-Moura – Doutora em Psicologia Cognitiva; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Maria Luísa Oliveira Abrunhosa – Psicóloga; Professora Aposentada do Instituto Federal Fluminense.

Maria Luisa Sandoval Schmidt – Livre-Docente; Professora da Universidade de São Paulo (USP).

Maria Neusa Monteiro – Mestre em Filosofia; Professora da Universidade Federal do Pará (UFP).

Maria Stella Brandão Goulart – Doutora em Sociologia e Política; Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Marilene Proença Rebello de Souza – Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Professora da Universidade de São Paulo (USP).

Marina Massi – Doutora em Psicologia Social; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Marisa Lopes da Rocha – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Marisa T. D. S. Baptista – Doutora em Psicologia Social; Pós-Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Maristela de Souza Pereira – Mestre em Psicologia; Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Maristela Nascimento Duarte – Mestre em Ciência Política; Professora da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Mariza Monteiro Borges – Mestre em Psicologia; Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Marta Maria Telles – Doutora em Psicologia Social, aposentada.

Marta Zappa – Psicóloga Clinica; Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Mental do IMPP.

Mathilde Neder – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Mercedes Cunha Chaves de Carvalho – Doutora em Ciências; Professora da Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Michelle Menezes Wendling – Mestre em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Mitsuko Aparecida Makino Antunes – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Mônica Leopardi Bosco de Azevedo – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Mônica Nogueira dos Santos Vilas-Boas – Mestre em Psicologia, Professora da Associação Vitória de Ensino Superior (FAVI).

Myriam Augusto da Silva Vilarinho – Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento.

Nádia Maria Dourado Rocha – Doutora em Psicologia; Professora da Faculdade Ruy Barbosa (FRB); e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nair Iracema Silveira dos Santos – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Natália Alves dos Santos – Mestrada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Nayara Gomes dos Santos – Psicóloga; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Odette de Godoy Pinheiro – Doutora em Psicologia Social; Professora Aposentada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Paola Vargas Barbosa – Doutoranda em Psicologia (UFRGS).

Paula Coimbra da Costa Pereira – Doutoranda em Psicologia; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Paula Eugenia César – Assistente Executiva da Diretoria.

Paulo José Carvalho da Silva – Doutor em Psicologia; Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Paulo Roberto de Andrada Pacheco – Doutor em Psicologia; Professor do Centro Universitario Sant'Anna (UNISANT'ANNA).

Polianne Alves Silva – Psicóloga, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Priscila Rocha Mendonça da Frota – Psicóloga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rachel Nunes da Cunha – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Rafael Mendonça Dias – Mestre em Psicologia; Justiça Global (JG).

Rafael Pinheiral – Psicólogo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Raquel Cavalcante Freire – Psicóloga; Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SME/NI).

Raquel Martins de Assis – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Raquel Wrona – Psicóloga; Associação Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa (APACP).

Raul Albino Pacheco Filho – Doutor em Psicologia; Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Regina Célia Passos Ribeiro de Campos – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Regina Helena de Freitas Campos – Doutora em Educação; Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Regina Nazaré Damasceno da Silva – Pedagoga; Universidade Federal da Pará (UFPA).

Regineide Marques Simões – Mestre em Psicologia; Professora da Universidade Catolica de Pernambuco (UNICAP).

Rejane Sousa da Silva – Psicóloga Clinica.

Renata Alves Lima – Mestre em Educação; Professora da Faculdade Integração Zona Oeste (FIZO).

Renata Castelo Branco Araújo – Psicóloga; Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Renata Monteiro Garcia – Mestre em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Renato Diniz Silveira – Doutor em Educação; Preceptor da Residência em Psiquiatria do Instituto Raul Soares/FHEMIG; Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Ricardo Campelo Auto – Psicólogo, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Ricardo Gorayeb – Livre-Docente; Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Rita de Cássia Teixeira Valente – Psicóloga; Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Rita de Cássia Vieira – Doutora em Educação; Pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Roberta Santos de Oliveira – Psicóloga; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Roberta Scaramussa da Silva – Mestre em Psicologia; Professora da Faculdade Pitágoras Linhares (PITÁGORAS).

Roberto Alves Banaco – Doutor em Psicologia; Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Roberto Heloani – Livre-Docente; Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Roberto Sagawa – Livre-Docente; Professor da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP).

Rogério Centofanti – Bacharel em Psicologia; Pesquisador do Núcleo Clio-Psyché, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ronaldo Ribeiro Jacobina – Doutor em Saúde Pública; Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Rosa Maria Stefanini de Macedo – Doutora em Psicologia Clínica; Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Rosane de Azevedo Neves da Silva – Doutora em Psicologia; Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Rôsanny Moura – Psicóloga, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Rosaura Maria Braz – Psicóloga; Pesquisadora do Projeto Transversões.

Rosimary Paula Ferreira Vargas – Psicóloga; Universidade Estácio de Sá.

Sandra Cristina Soares de Oliveira – Psicóloga; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Saulo de Freitas Araújo – Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Saulo Luders Fernandes – Mestre em Psicologia; Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Sergio Carrara – Doutor em Antropologia; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sérgio Domingues – Mestrando em Educação; Professor da União de Ensino Superior de Viçosa (UNIVIÇOSA).

Sheila Anthony – Mestre em Psicologia, Centro de Orientação Médico Psicopedagógica (COMPP).

Sheila Maria Rosin – Doutora em Educação; Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Silvia Vasconcelos Carvalho – Doutora em Psicologia Social; Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Simone Neno – Doutora em Psicologia; Psicóloga da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sonia Vieira Coelho – Doutora em Educação; Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Sunna Prieto de Azevedo – Psicóloga; Professora da FTC-FS e da Faculdade Adventista de Cachoeira.

Suzana Maria Valle Lima – Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Tácito Augusto Medeiros – Doutor em Medicina (Psiquiatria); Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Tatiane Dias Bacelar – Mestre em Psicologia, Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Telma Avelar – Psicóloga; Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Terezinha Féres-Carneiro – Doutora em Psicologia; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Therezinha Andrade – Mestre em Educação; Professora da Fundação Helena Antipoff (FHA).

Thiago Ferreira dos Santos – Psicólogo.

Thiago Monteiro Pithon – Psicólogo; Residente da Estratégia de Saúde da Família (FIOCRUZ).

Vanessa Leite – Mestre em Saúde Coletiva.

Veline Filomena Simioni Silva – Mestre em Psicologia; Professora no Centro Universitário (UNIVAG).

Vilma Rangel – Mestre em Psicologia Clínica; Professora do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP).

Viviane Costa – Psicóloga; Hospital de Custódia e Tratamento (HCT).

Walkyria Camarotti – Mestre em Psicologia Social; Professora da Faculdade Ruy Barbosa (FRB).

Walter Mariano de Faria Silva Neto – Mestre em Psicologia; Professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

Walter Melo – Doutor em Psicologia Social; Professor da Universidade Federal de São João Del-Rey (UFSJ).

Wedja Josefa Granja Costa – Psicóloga.

William Barbosa Gomes – Doutor em Higher Education; Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Wilma Mascarenhas – Psicóloga; Instituto Municipal Nise da Silveira (IMAS).

Wilson Ferreira de Melo – Doutor em Psicologia, Universidade de São Paulo (USP).

Zélia Pereira Barbosa – Psicóloga; Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST).

Índice Onomástico

Os asteriscos após os nomes (*) indicam verbetes no Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil – pioneiros, organizado por Regina Helena de Freitas Campos, editado pelo Imago em 2001.

A

Aberastury, Arminda, 60, 291, 292
Abramo, Zilah Salyão Wendel, 405
Abreu, Geralda Déa de Araujo, 412
Abreu, Maria Alice Lustosa de, 93
Abreu, Pinto de, 288
Abrunhosa, Maria Luísa Oliveira, 9, 170, 459
Ackermann, Bernardo, 40
Ackermann, Lucia, 40
Ades, César, 43, 311
Adler, Alfred, 393
Adrados, Isabel*, 319, 446
Affonso Netto, José, 116, 417
Afonso, Maria Lúcia Miranda, 407
Afonso, Viviane Weil, 91
Aguiar, Marcela Peralva, 9, 97, 457
Aguiar, Padre José Lourenço da Costa, 304
Aguirre, Maria José, 311
Alain-Miller, Jacques, 125, 333
Alberto I, Rei da Bélgica, 206
Albizzatti, Ítalo, 169
Albu, Florinda, 430
Albuquerque, Ary Vieira de, 388
Albuquerque, Francisca Monteiro de, 8, 165, 456
Albuquerque, José de Arimatéia, 331
Albuquerque, José Durval Cavalcanti de, 429
Albuquerque, Leonel Tavares Miranda de, 69
Albuquerque, Rômulo Noronha de, 272
Albuquerque, Therezinha Lins de*, 60, 76, 391, 392, 400, 408
Alcantara Ferraz, Denise Pereira de, 8, 304, 455
Alcântara, Elizabeth da Silva de, 8, 47, 455
Alcântara, Pedro de, 212, 421

Alencar, Eunice Maria Lima Soriano de, 309
Alencar, Netto, Meton de, 353
Alho Filho, Joaquim Lopes, 128
Alkabes, Rachel, 332, 370
Alkmim, José Maria de, 62
Alkmin, Hélio Durães de*, 62, 220, 245
Almeida Ferreri, Marcelo de, 9, 52, 288, 458
Almeida Junior, A. de / Almeida Junior, 28, 212, 281, 397, 421
Almeida Sobrinho, 181
Almeida, Benjamin de, 212
Almeida, Edgard Guimarães / Edgard Almeida, 418, 433
Almeida, Francis Moraes de, 8, 342, 456
Almeida, Hermenegildo Campos de, 388
Almeida, José Ibsen de, 60
Almeida, Kátia França Ribeiro de, 227
Almeida, Lusia Maria de, 331
Almeida, Pery Suplicy de, 330
Almeida, Rosamaria, 272
Almeida, Sergio Alves de, 41
Almeida, Wilson Castello de, 57
Alvarenga, Frederico, 31
Alvarenga, Galeno Procópio, 143
Alvarenga, Raphael de Mello, 128
Alvarenga, Tomé de, 31
Alves, Bernardino, 105
Alves, Dulce de Godoy, 216, 404, 405
Alves, Francisco Rodrigues, 32
Alves, Isaías*, 195, 196, 273, 396
Alves, Luis Falivene Roberto, 296
Alves, Maria Maura, 289
Alves, Pórcia Guimarães*, 86, 97, 123, 124, 125, 330
Alves, Terezinha, 85
Alves, Urano, 428, 429
Alves, Vera Lucia Rodrigues, 235
Alves, Vera, 94
Alves, Zélia M. M. B., 44
Alvim, James Ferraz, 421
Alvim, Mônica Botelho, 289
Amado, Maria Lúcia Marinho, 434
Amaral Peixoto, Celina Vargas do, 351
Amaral, Diná Mascarenhas do, 212
Amaral, Fernando de Villemor, 201, 446
Amaral, Geraldo F. do, 214
Amaral, Hermenegildo, 253
Amaral, Lygia Alcântara / Amaral, Lygia A. / Amaral, Lygia, 114, 212, 415, 433
Amarante, Paulo 414, 436
Amatuzzi, Mauro Martins, 94, 373
Amazonas, Laura, 426
Amendoeira, Wilson, 39
Americano, Domingos Marinho de Azevedo, 206
Amorelli, Denise, 232
Anache, Alexandra Ayach, 137, 159, 453
Andery, Maria Amália, 36
Andrada Pacheco, Paulo Roberto de, 9, 387, 460
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de, 142
Andrade Oliveira, Leila de, 8, 355, 457
Andrade, Américo de Moura Marcondes de, 258
Andrade, Cílio Nascimento, 72
Andrade, Ernani, 430
Andrade, Eugênia Moraes de*, 404, 405
Andrade, Helvécio Ferreira, 286
Andrade, José Augusto, 72
Andrade, Mara Christina Moraes de, 72
Andrade, Marília de Oswald de, 48
Andrade, Nuno de 206, 251
Andrade, Oswald de, 125
Andrade, Sílio Nascimento de, 69
Andrade, Therezinha, 222
Angarita da Silva, Antônio / Angarita, 184, 185
Angelini, Arrigo Leonardo / Angelini, Arrigo*, 7, 28, 41, 42, 59, 107, 108, 310, 311, 388, 389, 454

Angerami, Fernando, 50
Angielczyk, Casimiro, 37
Anselmo, Luiz, 123
Antipoff, Daniel*, 62, 75, 222, 297, 437
Antipoff, Helena*, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 74, 75, 76, 141, 142, 143 ,179, 180, 186, 187, 195, 220, 221, 222, 396, 399, 437, 438 ,439, 440
Antipoff, Ottília Braga / Antipoff, Ottília*, 55, 75, 297, 412
Antonacci, Maria Antonieta, 9, 291, 458
Antony, Sheila, 87
Antunes, Mitsuko Aparecida Makino, 9, 31, 197, 459
Antunes, Walter, 444
Antunha, Elsa Lima Gonçalves, 311
Aquino, Leão de, 294
Aquino, Santo Tomás de, 386
Aranha, Zenaira, 418, 443
Arantes, Laura Furst, 77
Arantes, Maria Vitória, 157
Araújo, Alaor de Queiroz , 231
Araújo, Carmen Cavalcanti de, 328
Araújo, Dom Serafim Fernandes de, 304
Araújo, João Batista de, 248
Araújo, Manuel Luiz Azevedo de, 286
Araújo, Márcia Antonia Piedade, 9, 164, 254, 458
Araújo, Marcos Goursand de, 9, 141, 297, 412, 413, 458
Araujo, Marcos Goursand de, 9, 48, 141, 297, 412, 413, 458
Araújo, Maria da Glória Porto de, 95
Araújo, Maria de Lourdes Dias de, 199
Araújo, Renata Castelo Branco, 347
Araújo, Ruth Dantas de, 166
Araujo, Saulo de Freitas, 158
Arcioni, Wagner, 437, 438
Arns, Flávio José, 54
Arruda, Edilberto, 429
Arruda, Elso*, 417
Arruda, Jacy, 114
Arruda, José Rodrigues, 28
Assis Fátima Regina, Pires, 36
Assis, Alberto de, 277
Assis, Grauben José Alves de, 59
Assis, João de, 152
Assis, Raquel Martins de, 387
Assumpção, Beatriz Rezende de, 332
Assumpção, Ester*, 439, 440
Assumpção-Seminério, Maria Luíza*, 167
Atiê, Eliana, 332
Aulagnier, Piera, 111
Austregésilo, Antonio Rodrigues Lima*, 414
Austregésilo, Luís Carlos, 381
Auto, Ricardo Campelo, 171, 244
Avelar, Telma, 160
Averbuck, Clarice, 151
Ávila, Geralda, 222, 437
Ayres, Maria, 135
Ayrosa, Carneiro, 421
Azevedo, Aldo de, 290
Azevedo, Altair de, 104
Azevedo, Arthur, 294
Azevedo, Fernando de*, 27, 192, 280, 281, 348, 396
Azevedo, Íris S. / Azevedo, Íris, 40
Azevedo, João Garcia de, 220
Azevedo, Luiz Fernando Santos, 370
Azevedo, Maria Amélia Nogueira, 311
Azevedo, Mônica Leopardi Bosco de, 9, 213, 308, 459
Azevedo, Neuza Lima de, 370
Azevedo, Ramos de, 127
Azevedo, Sunna Prieto de, 83, 302
Azmar, William, 116
Azulay, Jacob David, 444
Azzi, Enzo*, 306, 307
Azzi, Roberta Gurgel, 36
Azzi, Rodolfo, 184, 308

B

Bacelar, Tatiane Dias, 257
Bacellar, Márcia Maria Lobato, 370
Bahia, Alcyon*, 418, 433
Balbi, Irmã Maria do Carmo, 199
Baldus, Herbert, 28
Balthazar, Lucy Pinel, 339
Banaco, Roberto Alves, 10, 36, 37, 462
Banaco, Roberto Alves, 36, 37
Banfi, Enrique, 117, 232
Baptista, Luis Antônio dos Santos, 168
Baptista, Marcelo, 60
Baptista, Maria Cecília V. D., 214
Baptista, Marisa T. D. S., 9, 202, 213, 346, 389, 404, 406, 459
Baqueiro, Ricardo, 273
Baraldi, Gisele da Silva, 41
Baranger, Willy, 215, 441
Barata, Antero Barradas, 446
Barata, Antônio M. de A., 444
Barbosa, Ademar de Carvalho, 62
Barbosa, Eduardo Luiz Barros / Barbosa, 54
Barbosa, Jacira, 85
Barbosa, José Avellino, 203
Barbosa, Manoel José, 251
Barbosa, Paola Vargas, 9, 133, 228
Barbosa, Rui, 23, 239, 286, 287, 288, 375, 382
Barbosa, Zélia Pereira, 78, 462
Baremblitt, Gregório / Baremblitt, 111, 271, 272, 371, 372
Barioni, Walter, 28
Barreiro, Luzia Marivalda, 316
Barreto, Anita Paes*, 188, 261, 321
Barreto, Francisco Paes, 29
Barreto, José Anchieta Esmeraldo, 163
Barreto, Maria Letícia, 141
Barreto, Padre Agnelo, 166
Barreto, Romano, 190
Barriguete, Armando, 61
Barros, Álvaro Ribeiro de, 342
Barros, Antônio Dias de, 251
Barros, Carlos Paes de*, 41, 147, 148, 429
Barros, Cônego Teófanes Augusto de Araújo, 171
Barros, Emygdio de, 364
Barros, Iany Cavalcanti da Silva, 109
Barros, Iva Izabel Cavalcanti da Silva, 109
Barros, João Côrtes de, 418
Barros, José James de Castro, 419
Barros, Maria Elizabeth Barros de, 174
Barros, Maria Theresa Costa, 262, 263
Barros, Osíres Rego, 86
Barros, Padre Joaquim Cacique de, 283, 284
Barros, Paulo, 289
Barros, Policarpo Cesário de, 203
Barros, Roldão Lopes de, 192, 281
Barroso, Carmem, 217
Barroso, Jorgete, 232, 233
Basaglia, Franco, 30, 71, 106, 223, 271, 361, 362, 438
Basílio, Roberto, 301
Bassani, Marlise Aparecida, 36
Bastide, Arbouste, 446
Bastide, Paul Arbousse, 281
Bastos, José Cândido Monteiro de Barros/ Bastos, José Cândido de Barros, 433, 434
Bastos, Sérgio, 381
Bastos, Tânia Rauen, 427
Bauleo, Armando, 272
Bechlin, Isolde Sylvia, 258
Beck, Samuel J. / Beck, Samuel, 446
Becker, Howard, 271
Bekhterev, Wladimir / Bekhterev, 192
Belov, Maria das Graças Costa, 34
Beltrão, Antônio de Arruda, 260
Beltrão, Madre, 389
Bemis, Beatrice, 53, 54

Benkö, Padre Antonius / Benkö, Antonius*, 47, 147
Bente, Anador, 435
Benvenutti, Marco Aurélio, 151
Berber, Saulo Caíres, 373
Bergamo, Cláudio Augusto da Rocha, 373
Bergo, Maria Stela de Araújo, 137
Bergson, Henri / Bergson, 191, 192
Bermudez, Jaime G. Rojas / Bermudez, Jaime, 40
Bernardes, Arthur, 342
Bernardes, Jefferson, 8, 171, 244, 457
Berne, Eric, 423
Berryman, Robert, 309
Bertulino de Medeiros, Laércia Maria, 152
Besouchet, Inês*, 76, 443
Bessa, Halley Alves / Bessa, Halley*, 133, 134, 297, 298, 412, 437, 438
Bessa, Nícia, 216, 391
Bessa, Pedro Parafita de*, 91, 141, 142, 143, 220, 304, 437
Betiol, Maria Irene, 184
Bevilaqua, Maria Heloísa, 169
Bhering, Alexandre R., 214
Biaggio, Ângela, 148
Bianchi, Maria Antonieta, 143
Bicudo, Virgínia Leone / Bicudo, Virginia L. / Bicudo, Virgínia*, 114, 212, 415, 416
Biervliet, Van, 191
Bilac, Olavo, 294
Binet, Alfred / Binet, 186, 322, 376, 396, 400
Bion, Wilfred Ruprecht / Bion, Wilferd, 441, 444
Birman, Joel, 111, 425
Bisker, Jaime, 434
Bittencourt, Januário J., 417
Blay Neto, Bernardo / Blay Neto*, 202, 412, 433
Blaya, Marcelo, 246
Bleger, José, 292
Bleuler, Eugen, 254
Bley, Punaro, 285
Boainain Junior, Elias, 94, 373
Boamorte, Eugênia, 124
Boarini, Maria Lucia, 9, 283, 380, 458
Bocaiúva, Quintino, 294
Bocchio, Walter, 137
Bock, Ana Mercês Bahia, 7, 75, 132, 454
Bock, Ana Mercês Bahia, 7, 75, 132, 454
Boechat, Walter, 419
Bohoslavsky, Rodolfo, 61
Bohrer, Blanda, 151
Bologna, Ítalo, 388, 389
Bomfim, Elizabeth de Melo / Bomfim, Elizabeth, 407
Bomfim, Manoel / Bomfim*, 195, 196, 376, 407
Bonamigo, Irme Salete, 8, 226, 456
Bonaparte, Napoleão, 202
Bonaventure, Leon, 419
Borba, Carlos, 57
Borba, José Cândido Maes, 54
Borges, Abílio César, Barão de Macaúbas*, 121, 122, 203
Borges, Iedo R., 213
Borges, Joaquim Abílio, 121
Borges, José Carlos Cavalcanti, 261
Borges, Mariza Monteiro, 9, 310, 459
Borges, Sherrine Maria Nyaine, 370
Borges-Andrade, Jairo Eduardo / Andrade, Jairo Borges, 175, 176, 177
Bori, Carolina Martuscelli / Bori, Carolina M. / Bori, Carolina*, 36, 41, 44, 46, 63, 64, 308, 311, 422, 423
Borsoi, Gerson, 443
Boschi, Maria de Fatima Lobo, 9, 194, 306, 458
Bosi, Ecléa, 311
Boss, Medard, 37, 38
Botelho, Adauto Junqueira / Botelho, Adauto, 33, 103, 104, 105, 205, 231, 233, 245, 251, 255, 326, 336, 414
Botelho, Audonai Costa, 59

Botelho, Francisco Chaves de Oliveira, 203
Botomé, Sílvio Paulo, 36
Botta, Carlo Júlio Tarifa, 243
Bourdieu, Pierre, 184
Braga Junior, Hênio, 289
Braga, Guilherme, 253
Braga, Lúcia Willadino, 8, 52, 457
Braga, Maria de Fátima Almeida, 9, 164, 254, 458
Braga, Maria Stela, 67
Bragante, Luiz Amadeu, 214
Branco, Castello, 123, 177
Branco, João Castello, 279
Brandão, Bárbara, 7, 334, 454
Brandão, Iarlis, 8, 182, 456
Brandão, Nice, 430, 431
Brandão, Ronaldo Pereira, 256
Brant, José Ferreira de Andrade, 230
Brasil, Canna, 273
Brasil, Maria Auxiliadora de Souza*, 105, 143, 437
Braz, Rosaura Maria, 437
Brei, Zani Edna de Andrade, 177
Bretãs, Arauld, 356
Brill, Abraham Arden, 421
Briquet, Raul*, 189, 190, 420
Brito, Jorge Dellane da Silva, 152
Brito, Laurindo Abelardo de, 191
Brito, Maria do Socorro, 9, 65, 73, 130, 153, 380, 458
Britto, Benedito, 182
Brizola, Leonel, 70, 258
Bruno, Antonio Miguel Leão, 446
Buaiz, Vitor, 232
Buarque, Manuel Ciridião, 191
Bucher, Júlia Sursis Nobre Ferro, 309
Bucher, Richard Emil, 309
Buckley, Loretta Katherine, 201
Bueno, Maria Aparecida, 424
Bulcão, Luiz, 294
Burke, Mark*, 417, 418, 442, 443
Burlamaqui, Neyde, 429
Bustos, Dalmiro, 57
Butera, Giuseppe, 136
Buys, Rogério Christiano, 93
Buzzi, Arcângelo, 76
Byington, Carlos Amadeu Botelho / Byington, Carlos, 419

C

Cabella, Dante Bastos, 128
Cabernite, Leão, 271, 443, 444
Cabral, Annita de Castilho e Marcondes / Cabral, Annita Marcondes*, 41, 57, 58, 281, 310
Cabral, Raimundo José, 412
Calasans Neto, 122
Calcagno, Solange, 60
Caldas, João Rodrigues, 334
Caldas, Rodrigues, 334, 335
Caldas, Yone, 408, 427
Caldeira, Branca, 192
Caldeira, Eny, 86
Calheiros, Delso Bringel, 204
Caliman, Maria da Penha, 233
Calligaris, Contardo, 111
Calmon, Miguel , 182
Calvente, Carlos, 57
Câmara Cascudo, Luís da, 66
Câmara, Armando, 209
Câmara, Domício de Arruda / Câmara, Arruda, 417, 442
Câmara, Gustavo Balduíno de Moura, 251
Câmara, Márcia, 445
Camargo, Carlos Armando de, 388
Camargo, Dirce de, 388
Camargo, Janira Siqueira, 8, 53, 456
Camargo, Monteiro, 291

Camargo, Oswaldo, 20, 94, 95, 505
Camarotti, Walkyria, 182
Cambraia, Suzy Vijande, 410
Campofiorito, Quirino, 364
Campos, Alda, 261, 322
Campos, Ana, 321
Campos, Antonio Caetano de / Campos, Caetano de, 23, 191, 192, 280, 358
Campos, César Rodrigues, 246
Campos, Francisco Luís da Silva*, 142
Campos, Francisco, 185, 193, 195, 299, 355
Campos, Helena, 322
Campos, Ítalo Francisco, 232
Campos, Ivan, 430, 431
Campos, Luis Fernando de Mello, 271
Campos, Milton, 20, 61, 74, 91, 105, 143
Campos, Murilo de, 421
Campos, Nilton*, 41, 147, 334, 356
Campos, Padre Lúcio Flávio, 135
Campos, Regina Célia Passos Ribeiro de, 93
Campos, Regina Helena de Freitas, 5, 9, 63, 75, 76, 407, 408, 460
Campos, Regina Morato, 91
Canabrava, Vera Lúcia G. / Canabrava, Vera Lúcia, 409
Cândido, José Alvim Ferreira, 232
Cangelli Filho, Raphael, 36
Caniato, Ângela Maria, 48
Cannabrava, Euryalo*, 318, 356
Canziani, Maria de Lourdes, 97
Caon, Euclides, 225
Capanema, Gustavo, 99, 318, 401
Capuano, Vera Lúcia, 41
Cardoso, Fernando Henrique, 178, 299
Cardoso, Helena Paladini, 354
Cardoso, Ofélia Boisson*, 391
Cardoso, Walter, 204
Carelli, Antônio, 389
Carmo, Helena Moreira Silva, 212
Carneiro, Cleise, 370
Carneiro, Filipe Degani, 8, 392, 400, 456
Carneiro, Helena Dias Pereira*, 54, 55
Carneiro, Nelson, 409
Carneiro, Pedro Dias, 251
Carneiro, Rui, 329
Carneiro, Sandra de Fátima, 289
Carneiro, Silvana Maciel, 73
Carpilovsky, José Carlos, 434
Carrara, Sergio, 241
Carreteiro, Teresa Cristina Othenio Cordeiro, 93
Carrijo e Weeks, Maria Beatriz, 167
Carrijo, Marta, 77
Carrilho, Heitor Pereira, 239
Caruso, Igor, 110, 111, 112, 113, 114, 412
Carvalhido, Haroldo Souto, 98
Carvalho Castro, Alexandre de, 5, 43, 47, 100, 140, 249, 280, 424, 453
Carvalho Filho, Ronald de, 213, 430, 431
Carvalho, Aglée Queiroz de, 137
Carvalho, Anísio Circundes de, 249
Carvalho, Benjamin Alves de, 204
Carvalho, Cristianne Almeida, 8, 391, 455
Carvalho, Denis de, 8, 66, 167, 188, 289, 395, 455
Carvalho, Emílio Nolasco de, 8, 271, 456
Carvalho, Irmão Paulo Anísio Mosca de / Carvalho, Paulo Anísio Mosca de, 210, 432
Carvalho, José Antônio de, 426
Carvalho, Laerte Ramos de, 27
Carvalho, Manoel Luiz Álvares de, 205
Carvalho, Marci Vaz de, 60
Carvalho, Maria da Penha, 299
Carvalho, Maria do Rosário B. de, 41
Carvalho, Maria Lúcia Morat de, 373
Carvalho, Mercedes Cunha Chaves de, 9, 294, 459
Carvalho, Paulo Roberto Braga de, 337

Carvalho, Raimundo Teodoro de, 253
Carvalho, Robson Luiz Cardoso de, 445
Carvalho, Rodrigo Ulisses de, 329
Carvalho, Ronald Dias Pinto de, 332
Carvalho, Sandra Lúcia Lima, 379
Carvalho, Silvia Vasconcelos, 168
Casarsa, Romeu, 279
Casasanta, Mário*, 185
Castel, Robert / Castel, 30, 271, 361, 362
Castello Branco, Marechal, 336
Castello, Augusto Viana do, 31
Castellomonte, Emma Gagnis de, 426
Castiglia, Roberto Caetano, 161, 225, 328
Castiglione, Cláudia Regina, 372
Castilho Filho, Raul de, 62
Castilho, Leila Guimarães de, 157
Castilho, Neuza, 381
Castriciano, Henrique, 187
Castro, Antônio Maria Gomes de, 176, 177
Castro, Bernadete Aparecida de, 7, 297, 454
Castro, Enitz Monteiro de, 297
Castro, Francisco de Paula Dias de, 258
Castro, Letícia Cristiane Viana, 35
Castro, Luís Paiva de, 424
Cavalcante Filho, José Vieira, 376
Cavalcante, Vitalba, 152
Cavalcanti, Ana Cristina, 430
Cavalcanti, Cheops Teixeira, 323
Cavalcanti, Diogo Esmeraldo, 8, 69, 455
Cavalcanti, Floriano, 66
Cavalcanti, Rosimeire Rodrigues, 243
Cavalcanti, Sônia Maria, 379
Cenna, Virgílio Dazio, 123
Centelhas, Frei Firmino de*, 387
Centofanti, Rogério, 356, 358
Cerqueira, Carlos Magno Nazareth, 370
Cerqueira, Luiz da Rocha*, 254
César, Edgard Pinto, 201
César, Evandro Vieira, 329
César, Osório, 127, 421
César, Paula Eugenia, 9, 447, 460
Cesarino, Antonio Carlos, 57
Chagas, Carlos, 294
Chagas, Enila, 77
Chasseguet-Smirgel, Janine, 441
Chave, Ana Maria, 369
Chaves, Antônio Marcos, 315
Chaves, Ernani Pinheiro, 59
Chaves, Evenice Santos, 59
Chaves, Flávio Colaço, 109
Chaves, Francisco Quinho, 394
Chaves, Manuel José, 190
Chaves, Marlene Cortes, 222
Chaves, Messias Eustáquio, 368
Chaves, Vanilda Paiva, 394
Chebabi, Wilson de Lyra / Chebabi, Wilson Lyra / Chebabi, Wilson, 60, 76, 120, 271, 433, 443, 444
Checchinato, Durval, 79
Cheib, Roberto, 232
Chermont, Júlia, 116, 326
Chiabai, Isa Maria, 174, 286
Chnaiderman, Regina, 202
Chrismann, Oscar, 288
Christoff, Margareth Uarth, 9, 342, 458
Chueri, Sílvia, 445
Chuquer, Ângela Regina Ribeiro, 227
Cidade, Heraldo Antônio Faria / Cidade, Heraldo, 34, 299, 333
Cipião, Maria Júlia, 73
Cisotto Netto, Boaventura, 269
Ciulla, Luiz Pinto, 258
Claparède, Edouard / Claparède*, 54, 74, 179, 180, 181, 192, 196, 222, 355, 396
Clemente Filho, Antônio, 54
Clemente, Neide Gomes, 283
Coacci, Lucy dos Santos, 220
Codeceira, Alcides, 261

Codo, Wanderley, 48
Coelho Júnior, José Antônio, 258
Coelho Neto, Henrique / Coelho Neto, 294
Coelho, Andréia Ferreira, 412
Coelho, Antônio Dias, 203
Coelho, Carlos Aloísio Pinto, 412
Coelho, Lídia Maria Teixeira Lima, 8, 452, 457
Coelho, Lúcia Maria Sálvia, 446
Coelho, Magaly S. C., 137
Coelho, Paulo, 70
Coelho, Ruy Galvão de Andrada, 446
Coelho, Sonia Vieira, 221
Coimbra, Cecília, 137, 431
Coimbra, Lourival, 424, 433
Conceição, Augusto Costa, 7, 382, 454
Conceição, Osmar Bastos, 388
Constant, Benjamin, 203, 375
Cooper, David, 361
Copitz, Melanie, 372
Corazza, Darcy, 36
Corção, Gustavo, 96
Cordeiro, Aguinaldo, 135
Cordeiro, Eliane Gonçalves, 8, 149, 150, 455
Cordeiro, Quitéria, 322
Coronel, Luiz Carlos Lafont, 50
Corrêa, Amélia Barbosa, 235
Corrêa, Ivan / Correia, Ivan / Corrêa, 79, 80, 81, 135
Corrêa, Paulo Dias, 434, 444
Corrêa, Pedro Américo, 60
Corrêa, Rubens, 364
Corrêia, Francisco, 394
Correia, Ludmila Cerqueira, 8, 239, 457
Cortegoso, Ana Lúcia, 36
Côrtes, Alzira Lopes, 67
Costa e Silva, Iva de Abreu, 98
Costa Filho, José Andrade / Costa Filho, 152, 426
Costa Pereira, Paula Coimbra da, 9, 118, 459
Costa, Alice, 293
Costa, Anita, 261, 321
Costa, Antonio Luiz Rodrigues da, 143
Costa, Carlos Alberto Marconi da, 93
Costa, Carlos Irineu Granja, 377
Costa, Doracy Marino, 286
Costa, Elizabeth Sene, 57
Costa, Francisco Eduardo da, 376
Costa, Giselle B. Petri M., 8, 446, 447, 456
Costa, Giselle Budzisz Petri Magalhães, 446
Costa, Irineu Nogueira , 376
Costa, José Americano da, 277
Costa, Jurandir Freire, 120
Costa, Oswaldo Ferreira, 137
Costa, Ronan Carmo, 390
Costa, Ruth Loureiro da, 282
Costa, Viviane, 273, 461
Costa, Wedja Josefa Granja, 10, 376, 377, 461
Costa, Wedja Josefa Granja, 376, 377
Costa, Zulmira, 253
Cotias, Josino Correia, 203
Cousin, Victor, 387
Coutinho, Ângela, 429
Coutinho, Cirene, 322
Coutinho, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo, 387
Coutinho, Domingos Macedo, 244
Coutinho, Ermírio César, 229, 260
Coutinho, Ivete, 40
Coutinho, José Lino, 203
Couto, José Luiz D'Almeida, 249
Couto, Miguel, 414
Craveiro, Álvaro, 376
Cristo, Fábio de, 8, 179, 456
Crivellari, Carlos Alberto Tarchi, 157
Cruz, Frei Manoel da, 386
Cruz, Hercílio, 254
Cruz, Lygia Loureiro da, 67
Cukier, Rosa, 57

Cunha Lopes, 32
Cunha, Adalgisa Duarte da, 330, 331
Cunha, Ambrósio Leitão da, 229
Cunha, Hálamo Duarte da, 331
Cunha, José Siqueira da, 388
Cunha, Jurema Alcides*, 151, 319
Cunha, Margarida Vieira da, 114
Cunha, Mário Wagner Vieira da, 58
Cunha, Mercedes, 34 ,314
Cunha, Rachel Nunes da, 310
Cunha, Raul Leitão da, 402
Cunha, Sílvio, 343
Cury, Vera, 94
Cytrynowicz, David, 38
Cytrynowicz, Maria Beatriz, 38

D

D'Alessandro, José Manoel / D'Alessandro, José / D'Alessandro, José M., 40, 41
D'Alessandro, Maria Lúcia, 40
D'Almeida, Waldeck, 213
D'Amorim, Maria Alice*, 170
D'Andurrain, Carlos Whiting, 215
D'Araújo, Elieth Leal, 302
D'Araújo, Manuel Luiz Azevedo, 286
Dabian, Liliane Moura, 368
Dabien, Rafic, 412
Daemon, Elayne Magaldi, 8, 78, 455
Dahlheim, Luiz G., 443
Dalisa, Carlos, 430
Dal-Lin, Eracléa, 330
Dalmonechi, Orieta Silvia, 174
Damasceno, Célia, 60
Daniellou, François, 184
Danilo, Irmão Hugo, 210
Dantas, Humberto, 426
Dantas, Manuel José Cavalcante, 243
Dantas, Rodolfo, 375
Darling, Samuel Taylor, 211
Datner, Yvette, 57
Davis, Cláudia, 217
De Luca, Angela Marly, 41
Dejours, Cristophe, 184
Del Nero, Carlos, 28
Delecave, Maria Elisa, 60
Deleuze, Giles / Deleuze, 272
Deliberador, Helio Roberto, 8, 38, 456
Descouedres, Alice, 439
Diafenthasler, José Theobaldo, 213
Dias, Cora Toledo, 222
Dias, Flávio Rodrigues / Dias, Flávio*, 356, 415
Dias, Magno Machado / M. D. Magno, 80, 125, 126
Dias, Maria Glecy Pimentel, 62
Dias, Rafael Mendonça, 360
Dias, Victor R. C. S., 213
Diatkine, René, 441
Diniz, Carmem Lúcia de Melo, 225
Diniz, Fernando, 364, 365
Diniz, Irmã Maria Stella Florentino, 199
Diniz, Quintina, 286
Domingues, Agripino Alberto, 372
Domingues, Raphael, 364
Domingues, Sérgio, 55, 298
Dorfman, Magale, 95
Dorin, 132
Doxsey, Jaime, 94
Doyle, Iracy*, 119, 428, 430
Dreyfuss, Andrey, 189
Drummond, Alexandre, 343
Drummond, Vera, 76
Duarte Júnior, João Francisco, 316
Duarte, Eglê Vieira, 34
Duarte, Fantina, 40
Duarte, Maristela Nascimento, 9, 103, 457

Duarte, Odívio Borba, 329
Duarte, Paulo Sérgio, 425
Duarte, Theodomiro Rothier, 89
Dubois, Martin, 301
Dumas, George, 191
Dunnighan, Willian, 381
Durães, Flávio, 8, 31, 456
Durkheim, Émile, 191
Dutra Filho, Vidal, 116
Dutra Júnior, Antônio, 444
Dutra, Elza Maria do Socorro, 166

E

Echenique, Marta, 214
Edelweiss, Padre Malomar Lund / Edelweiss, Malomar Lund / Edelweiss, Malomar*, 110, 111, 112, 113, 114, 142, 412
Eiras, Carlos Fernandes / Eiras, Carlos, 414
Eiras, Manoel Joaquim Fernandes, 69
Eising, Padre Antônio, 233
Eitingon, Max, 421
Eizirik, Cláudio Laks, 442
Elejalde, Paulo, 363
Engelmann, Arno, 311
Ericson, Nilza, 60, 424
Erthal, Teresa, 137
Escobar, Carlos Henrique, 425
Escovedo, Maria Helena Spinelli Pereira, 276
Espínola, Ivone, 404
Espírito Santo, Cassiana Léa do, 7, 57, 455
Espósito, Yara, 217
Esquirol, 206, 230, 231, 259
Estrela, Lúcia, 409
Etchegoyen, Horácio, 441
Eulálio, Maria do Carmo, 152
Eupídio, Antônio, 381
Eysenstein, Evelyn, 262

F

Fabri, Sandra, 369
Fabro, Hilda, 137
Facchinetti, Cristiana, 8, 252, 419, 444, 455
Fadul, Aidil, 85
Fagundes, Antônio, 187
Fagundes, Paulo, 334
Fahl, Irmã Margarida, 199
Falcão, Barros, 259
Farah, Inez, 60
Farah, Maria Imelde Pessoa / Farah, Maria Imelde, 60, 427
Faria Silva Neto, Walter Mariano de, 150
Faria, Aloysio de Andrade / Faria, Aloysio, 140, 141
Faria, Clemente de, 140
Faria, Gilberto, 140
Farias, Jackeline Nunes Alves, 130, 380
Fátima, Rosa de, 166
Fávero, Flamínio, 212, 421
Fazzi, Ernani Henrique, 8, 187, 456
Fedida, Pierre, 406
Feitosa, Lígia Rocha Cavalcante, 8, 449, 457
Felippe, Wanderley Chieppe, 305
Fenianos, José Carlos, 320
Ferenczi, Sandor, 429
Féres-Carneiro, Terezinha, 10, 148, 461
Féres-Carneiro, Terezinha, 148
Fernandes Neto, Luiz, 222
Fernandes, Ana Gabriela Nunes, 7, 347, 454
Fernandes, Cléa Alves de Figueiredo, 167
Fernandes, Edésio, 220
Fernandes, Florestan, 107, 189
Fernandes, Graça, 436
Fernandes, Ira, 76
Fernandes, Mary, 172
Fernandes, Regileide de Lucena, 130
Fernandes, Saulo Luders, 155

Fernandes, Waldemar José / Fernandes, Waldemar J., 50
Ferrara, Maria Lúcia Dantas, 36
Ferrari, Alcinda, 114
Ferreira França, Eduardo*, 203
Ferreira Júnior, Almir, 164
Ferreira, Ademir Pacelli , 7, 137, 263, 453
Ferreira, Ademir Pacelli, 7, 137, 263, 453
Ferreira, Arlene Freira, 256
Ferreira, Artêmio da Trindade, 165
Ferreira, Arthur Arruda Leal, 7, 319, 454
Ferreira, Ary Lopes, 276
Ferreira, Fernando Luiz Levenhagen, 222
Ferreira, Gláucia Maria de Menezes, 163
Ferreira, Inácio, 267
Ferreira, Juca, 123
Ferreira, Marcela Reuter, 9, 245, 457
Ferreira, Márcia, 9, 108, 458
Ferreira, Pedro, 418
Ferreira, Raimundo Nonato, 289
Ferreira, Silvestre Pinheiro*, 387
Ferreira, Sílvio, 305
Ferreira, Therezinha Gonzaga, 172
Ferreiro, Emília, 275
Ferres, Nilza Rocha, 141
Ferretti, Mundicarmo Maria Rocha, 163
Fialho, Blandina, 435
Figueira, Antônio Simão dos Santos, 54
Figueiredo, Ana Cristina Costa de, 7, 61, 77, 292, 425, 428, 454
Figueiredo, Antônio de Senna, 256
Figueiredo, Argemiro de, 379
Figueiredo, Jackson de, 96
Figueiredo, Júlio, 48
Figueiredo, Manoel de Andrade*, 385
Finkler, Irmão Pedro, 210
Fiori, Ernani, 209
Fiorini, Hector, 61
Firmino, Hiram, 102
Fleury, Clarisse, 114
Fleury, Heloísa J., 214
Florence, Célia, 40
Florence, Edwiges, 350
Florentin, Isabel, 60
Flores, Jorge, 350
Flournoy, Theodore, 355
Fonseca, Celso Suckow da, 99
Fonseca, Genário, 394
Fonseca, Gutemberg, 256
Fonseca, Hermes da, 294
Fonseca, José, 57, 213
Fontenelle, José Paranhos, 348
Fontes, José Carlos Simões, 59, 60
Formiga, Thiago de Castro, 329
Foucault, Michel, 361, 406
Fournier, Victor, 260
Fraga, Arlindo, 433
Fraga, Christiano Ferreira, 285
Fraletti, Paulo, 128
Franca, Alípio, 273
Franca, Padre Leonel, 96
Francelina, Irmã, 234
Francisco, Luiz Benjamin, 128
Franco, Aninha, 122
Franco, Maria Laura P. B., 217
Franco, Marlene Baptista, 92
François-Pierre-Gonthier, Maine de Biran, 387
Frascaroli, Cristina, 77
Frayze-Pereira, João Augusto, 311
Freire, Franco, 426
Freire, Guarino Aloysio Ferreira, 203
Freire, Lúcia, 429
Freire, Manoel de Franco, 286
Freire, Maria Teresa Gianerini, 128
Freire, Milton 436
Freire, Oscar, 28, 212
Freire, Raquel Cavalcante, 71

Freire, Victor, 291
Freitas Campos, Regina Helena de, 75, 76, 407
Freitas, Cincinato Magalhães de, 326
Freitas, Ivo Marques, 165
Freitas, Jeanne-Marie Machado de, 79
Freitas, Lauro Farani Teixeira de, 123
Freitas, Lindamir Possebon de, 97
Freitas, Luiz Alberto Pinheiro de, 8, 119, 429, 457
Freitas, Luiz Alberto Pinheiro de, 8, 119, 429, 457
Freitas, Luiz Carlos de, 36
Freitas, Maria de, 222
Freud, Sigmund / Freud, 66, 79, 80, 81, 112, 114, 115, 119, 121, 125, 126, 184, 209, 254, 331, 332, 333, 359, 393, 415, 418, 424, 425, 430, 435, 445
Freyre, Gilberto de Mello / Freyre, Gilberto*, 126, 434
Frison, Clodoaldo, 60
Fromm, Erich, 452
Frommer, Lígia, 373
Frost, Karl, 141
Frota, Priscila Rocha Mendonça da, 9, 105, 460
Fucks, Jacob, 444, 445
Fuego, Luz del, 70, 71
Fuks, Betty Bernardo, 370
Furtado, Kátia Vergal, 8, 446, 447, 457
Furtado, Kátia Vergal, 8, 446, 447, 457

G

Gageiro, Ana Maria, 7, 442, 454, 952
Gaião, Wilmar Roberto, 152
Gaiarsa , José Ângelo, 201
Galiás, Iraci, 419
Galli, Tânia, 151
Gallina, Silvana, 276
Gallotti, Odilon, 414
Galperin, Silvia, 272
Galton, Francis, 359
Galvão, Luiz de Almeida Prado, 39
Galvão, Olavo, 36
Garcia Filho, Antônio, 204
Garcia, Célio*, 8, 141, 246, 406, 407, 408, 425, 455
Garcia, Célio, 8, 141, 246, 406, 407, 408, 425, 455
Garcia, Cláudia, 148
Garcia, Dario H., 213
Garcia, Maria de Lourdes Miranda, 316
Garcia, Renata Monteiro, 296
Garcia, Rosa, 69
Garcia, Thales, 77
Garma, Angel, 215, 441
Gasparinho, José da Silva, 253
Gatti, Bernardete A., 217
Gatti, Bernardete, 7, 217, 454
Gauer, Gustavo, 8, 85, 321, 456
Gayer, Olga Acauan*, 88, 284
Gayoso, Thereza, 77
Genovesi, Antônio, 386
Genta, Giuglio, 291
Gentil, Maria de Lourdes Félix, 419
Germano, Gutemberg, 152
Gertrudes, Frei José Policarpo de Santa, 387
Géza, Padre Köveckses, 113
Ghiringhello, Lucia, 8, 43, 423, 457
Gianfaldoni, Mônica Tieppo, 36
Giannini, Elvira, 124
Giannini, Nacyr, 124
Gildo Neto, 254
Gill, Margareth, 415
Ginsberg, Aniela Meyer / Ginsberg, Aniela*, 41, 42, 190, 207, 208, 281, 307, 308, 446
Giordani, Mário Curtis, 167
Giovannotti, Fernando, 117
Giovannotti, Roberta, 117
Giuli, Valério, 388

Glasser, Sonia, 424
Godinho, Terezinha de Jesus Vieira da Silva, 163
Godoy Gomes, Jacintho*, 258, 340
Godoy Pinheiro, Odette de, 9, 411, 459
Góes, Sálvio, 389
Goffman, Erwing, 271, 361
Goldberg, Maria Amélia, 217
Gomes e Rosa, 64
Gomes, Adelina, 364
Gomes, Ana Rita Costa, 117
Gomes, Bolívar, 141
Gomes, Edu Machado, 37
Gomes, Francisco de Assis Magalhães, 62
Gomes, Irineu Fileto, 69
Gomes, João Paulo, 429
Gomes, Manoel William Ferreira, 163
Gomes, Raulito, 444
Gomes, William Barbosa, 10, 85, 320, 321, 462
Gomes, William Barbosa, 320, 321
Gonçalves, Andréa, 7, 87
Gonçalves, Camilla Salles, 57
Gonçalves, Jane Maria A., 137
Gonçalves, José de Abranches / Gonçalves, José Abranches, 105, 256
Gonçalves, Norma, 124
Gonçalves, Suy-Mey Carvalho de Mendonça, 109
Gondim, Sônia Maria Guedes, 157
Gongora, Joana Branco, 8, 327, 457
Gonzaga, Andressa Siqueira, 7, 394, 454
Gonzáles, Lélia, 125
González, Avelino, 215
Gorayeb, Ricardo, 44, 45
Gorayeb, Ricardo, 9, 43, 44, 5, 460
Gorender, Jacó, 123
Goulart, Íris Barbosa, 8, 145, 456
Goulart, Maria Stella Brandão, 9, 31, 134, 142, 247, 369, 459
Goursand, Marcos, 297, 412, 413
Grabois, Jayme*, 318, 356
Granja, Edna Mirtes, 376
Green, André, 441
Grendene, Geraldo, 136
Grinberg , Leon, 60, 292, 441
Grubits, Sônia, 137
Grunspum, Haim*, 201
Guadalupe, Frei Antônio de, 387
Guanabara, Alcindo, 294
Guangiroli, Hugo, 117, 231, 232
Guattari, Felix / Guattari, 271, 272
Guedes, Any Kerne Teixeira, 444
Guedes, Gisela Maria, 8, 73, 456
Guedes, Maria do Carmo, 5, 9, 36, 107, 163, 209, 308, 458
Guedes, Maria do Carmo, 9, 36, 107, 163, 209, 308, 458
Guedes, Paulo, 259, 441
Guedes, Pinheiro, 267
Guerchi, Marina R., 137
Guerra, Alba, 323
Guerra, Melpomene, 141
Guerra, Ubirajara Pessoa, 60
Guerreiro, Manoel Hybernom, 69
Guilhardi, Hélio José, 36
Guimarães, Álvaro, 294
Guimarães, Barreto, 199
Guimarães, Ignacia Ferreira, 349
Guimarães, Murilo Barros, 160
Guimarães, Oswaldo Nunes de Souza / Guimarães, Oswaldo, 355, 356, 401
Guimarães, Tomás Aquino, 175
Gurgel, Nascimento, 294
Gus, Ida, 151
Gusmão, Padre Alexandre de*, 385

H

Hall, Stanley, 288
Heidegger, Martin, 37, 38
Heloani, Roberto, 185
Helsinger, Maria Eliana M., 443
Henriques, Ruth Linhares, 282
Herkenhoff, Aurora Telles, 7, 401
Hesketh, José Luis, 309
Hirszman, Leon, 364, 425
Hita, Magda Dussel, 85
Hite, Shere, 271
Hoirish, Adolpho, 444
Holanda, Adriano Furtado, 7, 289, 290, 453
Holanda, Adriano Furtado, 7, 289, 290, 453
Horta, Maria Cristina, 232
Houaiss, Antonio, 61
Hubner, Maria Martha, 36
Hunziker, Maria Helena Leite, 36
Hutz, Cláudio Simon / Hutz, Cláudio, 151, 320

I

Ibrahim, Cesar Mussi, 8, 121, 455
Ibsen, José, 425
Ignácio, Octávio, 364
Infante, Raffaele Giovanni Giacomo, 326
Iop, Reni Cecília, 225

J

Jabert, Alexander, 7, 267, 453
Jablonsky, Bernardo, 137
Jacobina, Ronaldo Ribeiro, 250
Jacó-Vilela, Ana Maria / Jacó-Vilela, Ana, 7, 18, 49, 140, 164, 207, 400, 454
Jacó-Vilela, Ana Maria, 5, 7, 18, 49, 137, 140, 164, 207, 400
Jacquin, 132
James, William, 191
Janet, Pierre, 191
Japur, Marisa, 373
Jardim, Antônio da Silva, 191
Jardim, Catão Gomes, 230
Jasper, Karl, 381
Jatobá, Norma, 76
Jersild, 132
Jesualdi, Virgínia, 430
Jesus, Rogério de, 381
João, Princípe Regente, 202
Jones, Ernest / Jones, 417, 442
Jordão, Marina Pacheco, 77
Jorge, Marco Antônio Coutinho, 111, 126
Julien, Phillipe, 111
Jung, Carl Gustav / Jung, Carl G. / Jung, C. G., 364, 393, 419
Junqueira, Luiz Carlos Uchoa, 216
Junqueira, Maria Rute, 87
Justo, Irmão Henrique / Justo, Henrique*, 210, 432

K

Kalina, Eduardo, 60, 291
Kamkhagi, Vida, 272
Kardec, Allan, 265, 266
Katz, Chaim Samuel, 371
Katzenstein, Betti, 190, 281
Kehl, Maria Rita, 111
Kehl, Renato* , 358
Keller, Fred Simmons*, 36, 308, 309
Kemper, Anna Kattrin / Kemper, Kattrin / Dona Catarina*, 112, 113, 119, 120, 121, 442, 443
Kemper, Werner Walter/ Kemper Walter W. / Kemper, Werner W. / Kemper, Werner*, 417, 418, 433, 442, 443

Keppe, Norberto, 236
Kerbauy, Rachel Rodrigues, 36, 311
Kertész, Robeto, 423, 424
Kettner, Frederick, 412
Khazrai, Houshang, 163
Khouri, Yvonne, 397
Kichler, Ana Cristina, 74
Kiffer Neto, João, 429
Kilpatrick, William H., 280
Kishido, Christina, 235
Klein, Melanie, 111, 292, 416
Kleinman, Mary, 60, 126, 332, 370
Klineberg, Otto*, 57, 58, 107
Knobel, Anna Maria, 57
Knobel, Maurício, 60, 292
Koch, Adelheid Lucy*, 80, 215, 415, 418
Köehler, Padre Aloysio / Köehler, Aloysio, 113, 114, 151
Kolck, Odette Lourenção Van, 41, 42, 43, 311
Kolck, Theodorus Van, 41, 42
Konder, Leandro, 425
Könisberger, Vera, 202
Koscky, Helio, 213
Köveckses, Gèza, 113
Kraepelin, Emil, 206, 358
Kris, Ernst, 441
Kroeff, Paulo, 320
Kronfeld, Gerda, 113
Kronfeld, Siegfried, 113
Krynsky, Stanislau, 54
Kupermann, Daniel, 126, 455

L

La Porta, Ernesto Meirelles / La Porta, Ernesto, 433, 441, 444, 445
Laberge, Jacques / Laberge, 79, 80, 81
Lacan, Jacques / Lacan, 78, 79, 80, 81, 125, 126, 332, 333, 371, 372, 424, 425, 441, 444
Lacaz, Carlos Roberto Martins, 419
Lacerda, Dalila de Castro, 53, 97
Lacerda, La-Fayette Cortes de, 54
Lacerda, Maria de Lourdes Farias de, 331
Lacombe, Fábio, 60
Lago, Mara Coelho, 161
Laing, Ronald, 361
Lambana, Álvaro Tamayo, 309
Lambert, Roger, 406
Lamberti, Maximo Stefano, 235
Lanare, Maria Celuta, 76
Landini, José Carlos, 213, 214, 296
Lane, Sílvia Tatiana Maurer, 48, 107, 208
Langer, Marie*, 215, 292, 418
Lannes, Edson Soares, 8, 112, 113, 455
Lannes, Edson Soares, 8, 112, 113, 455
Lanzotti, Odete Maria Vieira, 242
Lapassade, Georges, 406
Laplanche, 111
Láscio, Arnaldo Di, 381
Lavigne, Irene, 76, 172, 424
Lavrador, Larissa Alcantara, 8, 428, 457
Layrtom, 376
Lazzarinni, Eliana, 89
Leal, Mário Carvalho da Silva, 244
Leão, Emmanuel Carneiro, 76
Leão, Inaura Carneiro / Leão, Inaura C., 418, 443
Leão, José Joaquim de Campos, 70
Lebovici, Serge, 418
Leda Maria, 409
Leitão, Jacqueline Sá de Abreu, 177
Leitão, Maria Beatriz, 272
Leite, Berillo, 426
Leite, Dante Moreira*, 41, 42, 107, 310, 311
Leite, Elizabeth Pinheiro Dias, 77
Leite, Hilusca Alves, 8, 283, 456
Leite, Jacira, 114
Leite, Luís Osvaldo, 320

Leite, Miriam Lifchitz Moreira, 405
Leite, Therezinha Moreira, 311, 372
Leite, Vanessa, 75
Leme e Lopes, José, 206, 326, 417
Leme, Belah Paes, 67
Leme, Dom Sebastião, 96
Leme, José Maria Paes, 433
Lemmertz, José, 441
Lemos, Gabriel, 444
Lemos, Jane, 261
Lemos, Jefferson de, 251, 294
Lent, Carmen, 60, 272
Leser, Walter S. Pereira, 216
Letayf, Sonia, 235
Lévy Júnior, Maurício, 446
Lévy, André, 406
Levy, David M., 446
Lewin, Kurt, 141, 430
Lhullier, Cristina, 8, 89, 285, 455
Lia, Mara, 302
Líbano, Caio, 343
Liberato, Isaac, 364
Liberman, David, 292
Liebermann, L. B., 418
Liebesny, Bronia, 48
Ligório, S. Afonso Maria de, 386
Lima Filho, Heitor de Andrade, 433
Lima, Alceu Amoroso*, 96
Lima, André Teixeira, 241, 242
Lima, Antônio José Barbosa, 260
Lima, Aranildo, 135
Lima, Augusto de, 185
Lima, Ávila, 426
Lima, Carmem Dolores Correia, 376
Lima, Domingos Gomes de, 165
Lima, Doutor Luís Antônio dos Santos, 288
Lima, Edla, 277
Lima, Elza, 143
Lima, Glória M. S. Pereira, 216
Lima, Iozenita Garcia, 289
Lima, Joaquim David Ferreira, 234
Lima, Lucila, 8, 263, 394, 457
Lima, Marlene Afonso, 337
Lima, Myrian de Oliveira, 36
Lima, Nestor dos Santos*, 288
Lima, Oscar Rezende de, 446
Lima, Renata Alves, 115
Lima, Rosa de Fátima Torres de / Lima, Rosa de Fátima Torres, 166
Lima, Sheila Maria da Rocha Antony de Souza, 289
Lima, Suzana Maria Valle, 175, 176, 177, 461
Lindenberg, Carlos, 231
Linhares, Cosma Nogueira, 166
Lins, Helena, 409
Lippi, José Raimundo da Silva, 105
Lippmann, Hanns Ludwig / Lippmann, Hanns*, 147, 312, 408
Lisboa Filho, Celso de Souza Santos, 137
Lisboa, Ana Carolina Paterno Castello, 137
Lisboa, Carlos, 258
Lisboa, Celso de Souza Santos, 137
Lisboa, Karina Paternó Castello, 137
Lisboa, Margarida, 114
Lobo, Amílcar, 120, 272, 409, 418, 443
Lobo, Ana, 394
Lobo, Artamilce Moreira Guedis, 73, 74
Lobo, Escípio da Cunha, 305
Lobo, Fábio Leite, 60, 215, 291, 371, 427, 433, 443
Lobo, Maria José, 34, 35, 83
Lobo, Maria Rita G., 114
Lobo, Martha Guedis, 74
Loewenstein, 441
Lomanto Júnior, 237
Lombroso, César, 239
Lopes Filho, Cristiano Dias, 276

Lopes, Aliete Ferreira Dias, 276
Lopes, Ernani, 251, 336, 358
Lopes, José Antônio, 256
Lopes, José Leme, 206, 326, 417
Lopes, José Loureiro, 109
Lopes, Luís Simões, 139, 350
Lopes, Ruy Flores, 141
Lorenzini, Dom Giácomo, 303, 306, 307
Loreto, Oswaldo Di, 40
Loreto, Sérgio, 261
Losicer, Eduardo, 272
Lourau, René, 272
Loureiro, Ana Cristina, 152
Loureiro, Joaquim Antônio de Castro, 260
Loureiro, Joaquim, 260
Loureiro, Mirtes Junglut, 97
Loureiro, Sônia Regina, 373
Lourenço Filho, Manuel Bergström*, 27, 47, 192, 282, 357, 395
Lourenço, Érika, 8, 63, 122, 187, 257, 440, 456
Lucena, Henrique Pereira de, Barão de Lucena, 260
Lucena, José, 261
Lúcio [Sem identificação de sobrenome], 364
Luiz, Irmão Humberto, 210
Luna, Sérgio Vasconcelos de / Luna, Sérgio, 36, 64
Lux, Padre Gabriel, 234
Luz, Liana, 76
Lyra Filho, João, 312
Lyra, João Maria Carneiro, 203
Lyra, Manoel T., 418

M

Macário, Irmã, 137
MacDowell, Padre João Augusto, 148
Macedo, João Paulo Sales, 8, 347, 449, 457
Macedo, Jovino Guedes de, 404
Macedo, Lino de, 44, 311
Macedo, Rosa Maria Stefanini de / Macedo, Rosa Maria, 10, 64, 65, 207, 461
Macedo, Rosa Maria Stefanini de, 65, 207
Machado Netto, Quintiliano / Machado Netto, 53, 98
Machado, Alcântara, 241
Machado, Álvaro Lopes, 65
Machado, João Bina, 51
Machado, Lígia Maria de Castro Marcondes, 36
Machado, Magali dos Santos / Machado, Magali, 176, 177
Machado, Maria Helena, 151
Machado, Marina, 143
Machado, Pedro de Alcântara, 27
Maciel, Danilo de Lira, 73, 329
Maciel, Francisco de Assis Oliveira, 260
Maciel, Leandro, 426
Maciel, Marco, 261
Maciel, Maria das Neves Carneiro, 73
Maciel, Nilo Antunes / Maciel, Nilo*, 84, 319, 320, 432
Maciel, Paulo, 182
Madeira, Jovita, 116
Madre Cristina / Dória, Célia Maria Sodré*, 200, 201, 202, 289, 345, 346, 403, 404
Mafessoni, Tânia Maria, 98
Magalhães Arantes, Esther Maria de, 385, 456
Magalhães, Alberto de, 353
Magalhães, Antônio Carlos, 122, 238
Magalhães, Juracy, 244, 250, 273
Magalhães, Neide Cordeiro de, 157
Magnani, Geraldo, 437, 438
Magnani, Maria Cláudia Almeida Orlando 9, 231, 458
Mahler, Margareth, 441
Mahoney, Abigail Alvarenga, 7, 373, 453
Maia, Walderez Souto, 152
Malheiros, Dirceu Pinto, 48

Maltez, Aristides, 122
Malty, Maria Julieta Alves, 97
Maluf, Ued, 167
Malufe, Annita, 40
Malufe, Roberto, 48
Malvesi, Sigmar, 184
Mancebo, Deise, 8, 313, 325, 455
Mange, Roberto*, 28, 58, 99, 192, 291, 388, 402
Mara Regina, 409
Marafelli Filho, João, 443
Maranhão, Alberto, 288
Marchon, Paulo, 434
Marcondes de Andrade, 258
Marcondes, Durval Bellegarde / Marcondes, Durval*, 38, 39, 78, 114, 115, 212, 215, 216, 405, 415, 416, 418, 420, 421 ,422
Mariano, Maria Clara, 262
Marinho, Ronaldo de Oliveira, 445
Marino, Marília Josefina, 57
Marinuzzi, Raul Alberto, 367
Marques, Angela, 7, 74, 163
Marquês, de Olinda, 69
Marques, Juracy Cunegatto / Marques, Juracy, 210, 320
Marques, Rubens Murillo, 216
Marra, Marlene Magnabosco / Marra, Marlene, 89, 214
Martin, Garry, 36
Martin, Maria Aparecida Fernandes, 9, 41, 458
Martin, Maria Aparecida Fernandes, 9, 41, 458
Martinez, Éster, 117, 232
Martins, Caio Benjamin, 62
Martins, César, 328
Martins, Cyro, 215, 433, 441, 442
Martins, Helena, 409
Martins, Joel, 107, 201, 207
Martins, Luiz Antônio, 151
Martins, Maria do Carmo Fernandes, 316
Martins, Mário Balster / Martins, Mário, 38, 128, 441
Martins, Roberto Bittencourt, 434
Martins, Zaira Bittencourt / Martins, Zaira, 441
Marys, Diego Lopes, 220
Mascarenhas, Ana Lúcia, 60
Mascarenhas, Eduardo, 60, 120, 271, 409, 443, 444
Mascarenhas, Wilma, 335
Massaro, Geraldo, 214
Massi, Marina, 9, 417
Massud, Terezinha Salomão, 220
Mata, Lídice da, 123
Matjushkin, Alexei, 94
Matos, Iberê de, 97
Matos, José de, 434
Matos, Maria Amélia , 36, 44, 63, 64, 311
Matos, Maria Aparecida Rudge Rodrigues, 427
Matte-Blanco, Ignácio, 215
Mattos, Giscele*, 34, 182
Mattos, Xavier, 201
Mavignier, Almir , 364
Medeiros e Albuquerque, José Joaquim de Campos da Costa*, 284, 376
Medeiros, Adailson, 7, 189, 200, 322, 453
Medeiros, Amaury de / Medeiros, Amaury, 261, 400
Medeiros, Amélia, 81
Medeiros, José Adailson de / Medeiros, Adailson de, 189, 199, 200, 322, 453
Medeiros, José Augusto de, 66
Medeiros, Laércia Maria Bertulino de, 152
Medeiros, Leonardo, 429
Medeiros, Manuel Batista de, 108, 109
Medeiros, Maurício Campos de / Medeiros, Maurício de*, 115, 206, 325
Medeiros, Tácito Augusto, 230, 261, 381
Meinicke, Márcia Maria Marcondes Costa, 369
Meira, Sandro, 160
Meireles, Eduardo, 294

Meireles, Helena Mendes, 157
Mejias, Nilce Pinheiro, 202
Melcopp, Dr., 234
Mello Filho, Júlio de, 263, 434
Mello Neto, Ulisses Pernambucano de, 381
Mello Sobrinho, Ulisses Pernambucano de, 321
Mello, Arnon de, 243
Mello, Belkiss Vieira de, 114
Mello, José Antônio Gonçalves de, 381
Mello, José Cardoso Pereira de, 122
Mello, Lúcia Maria de Lima, 305
Mello, Maria Eleonora Barbosa, 332, 370
Mello, Padre Pedro de, 135
Mello, Sylvia Leser de, 311, 398
Melman, Charles, 111
Melo Filho¸ João Capistrano de, 327
Melo Júnior, Joaquim Machado de, 58, 389
Melo, Dom Antônio Joaquim de / Dom Antônio, 386, 387
Melo, Sebastião José de Carvalho e, 385
Melo, Walter, 68, 365
Melo, Wilson Ferreira de, 159
Melsohn, Ibrahim, 446
Melsohn, Isaías*, 415, 446
Meltzer, Donald, 441
Mendel, Gerard, 272
Mendes, Eliana Rodrigues Pereira, 8, 111, 455
Mendes, Henrique, 415, 418, 433
Mendes, Nilza Maria Molina, 394
Mendes, Tarcísio Guimarães, 305
Mendlowicz, Eliane, 429
Mendonça Filho, João Batista de, 8, 134, 457
Mendonça, Antônio Sérgio, 125
Mendonça, Austregésilo Ribeiro de, 105, 245
Mendonça, Eduardo Prado de, 97
Mendonça, João Ignácio de / Mendonça, João*, 293, 314
Mendonça, Manoel Carlos Cavalcanti de, 314
Mendonça, Onofre Pereira de, 380
Mendonça, Rosita, 433
Menezes, Bezerra de, 267
Menezes, Florentino, 426
Menezes, Frederico Lucena de, 419
Menezes, Luiz Olímpio Teles de, 266
Menezes, Sílvio, 433
Mengarda, Celito, 210
Mercadante, Ana Elisa, 116, 433
Mesquita, Júlio de, 421
Mesquita, Ruth Brasil, 34
Mesquita, Teotonílio, 254, 255
Messena, Eduardo, 34
Messias, Manoel, 381
Messias, Márcia Biavati, 9, 325, 458
Messias, Maria Cláudia Novaes, 9, 392, 400, 458
Metre, Benedito, 253
Mettel, Thereza Pontual de Lemos, 309
Mettrau, Marsyl Bukool, 51
Meyer, Sônia Beatriz, 36
Mezan, Renato, 111
Mezher, Aníbal, 57
Michael, Jack, 36
Milan, Betty, 80, 125, 126
Mill, John Stuart, 191
Mira y López, Emilio / Mira y López *, 45, 47, 91, 132, 139, 140, 147, 182, 292, 293, 350, 399, 405
Mira, Alice Madeleine Galland de, 299
Mira, Maria Helena Novaes*, 392
Mirabelli, Carlos, 425, 426
Miranda Filha, Neide, 172
Miranda, Carlos Gross, 70
Miranda, Eveline Correa, 8, 306, 456
Miranda, Hamilton Raposo de, 253
Miranda, Leonel, 70, 71
Miranda, Luís Salvador de, 137
Miranda, Luiz Antonio Telles de, 60

Miranda, Mercedes Gross, 70
Miranda, Nivaldo, 367
Miranda, Noêmia Carvalho, 34
Miranda, Waldecy, 410
Mitchel, Pedro, 210
Molina, Nilza, 166
Molina, Rubens, 126
Monarcha, Carlos, 7, 193, 282, 397, 454
Moncorvo Filho, Carlos Arthur / Moncorvo Filho*, 294, 296
Monfort, Padre José Pablo Hernández Gil, 135
Moniz de Aragão, Antônio, 356
Mont'Alverne, Frei Francisco de / Mont'Alverne*, 387
Montano, Ercy B., 151
Monteiro, Amélia de Castro, 185
Monteiro, Edson Camargo, 289
Monteiro, Emília Maria, 201
Monteiro, João Bosco, 8, 165, 457
Monteiro, Luiz Alfredo Milleco, 373
Monteiro, Maria das Neves, 321
Monteiro, Maria Neusa, 9, 165, 459
Monteiro, Regina, 40
Montojos, Francisco, 100
Moore, Alberto, 356
Moraes Vieira da Cunha, José Jorge de, 8, 428, 457
Moraes, Carvalho de, 258
Moraes, Célia Carvalho de, 289
Moraes, Deodato de, 421
Moraes, Eduardo Saback Dias de, 314
Moraes, Elias de, 201
Moraes, Evaristo de, 294
Moraes, Márcia, 9, 168, 458
Moraes, Maria Regina Silveira Lobo Domingues de / Moraes, Maria Regina, 60, 427
Moraes, Oswaldo D., 417
Moraes, Prudente de, 268
Moraes, Ubirajara Pessoa Guerra de, 444
Morais, Luciano Ribeiro de, 329
Morais, Maria de Fátima Belo de, 9, 81, 458
Morais, Raul de , 404
Morais, Sara, 422
Morato, Francisco, 216
Morato, Henriette Tognetti Penha / Morato, Henriette, 94, 372, 373
Moreira Filho, Alonso Augusto, 157
Moreira, Jacqueline, 210
Moreira, José Lisboa Mendes, 167
Moreira, Juliano*, 95, 109, 129, 130, 203, 206, 237, 239, 244, 249, 250, 251, 254, 334, 335, 338, 340, 358, 363, 379, 380, 413, 414, 415, 417, 421, 442
Moreira, Maria Inês Badaró, 9, 233, 458
Moreira, Miriam Regina Souza, 157
Moreira, Renato Jardim, 107
Morel, Benedict-Augustin / Morel, 206
Moreno, Canuto Garcia, 204
Moreno, Jacob Levy / Moreno, J. L., 57, 141, 213, 430 ,451 ,452
Moreno, João Batista Perez Garcia, 204, 254
Moreno, Zerka, 57
Moretzsohn, Joaquim, 343
Morgenthaler, Walter, 446
Motta Filho, Cândido, 421
Motta, Antônio, 231
Motta, Arnaldo Alves da, 7, 420, 454
Motta, Júlia Maria Casulari, 8, 214, 297, 457
Motta, Maria Euchares, 148
Moulin, Maria das Graças Barbosa, 9, 175, 458
Moulin, Maria do Carmo, 132
Mouly, 132
Moura, Celina, 282
Moura, Elba Duque de, 110
Moura, Francisco, 381
Moura, Marco Marcondes de, 128
Moura, Maria Auxiliadora Costa Pinto Cabral de / Moura, Maria Auxiliadora, 135, 160
Moura, Maria Ignez de Assis, 316

Moura, Nanci Gaspar Maciel de, 370
Moura, Rôsanny, 171, 244
Moura, Sônia de Souza / Moura, Sônia, 299
Moura, Wilson, 164
Mourão, Ana Maria, 60
Mourão, Antônio, 230
Mourão, Eunice Rabelo, 297
Mourão, Ewald, 428
Mourão, Júlio, 407
Mourthé, Antônio, 343
Moussatché, Ana Helena, 275
Muchon, Domingos, 141
Mudjalied Filho, Mayer, 430
Muhlfeit, Nice Lorusso, 124
Mujaes, Aziz Abdala, 69
Mujica, Carlos Plata, 215
Mulholland, Timothy Martin, 63, 309
Müller, Elizabeth Cruz, 8, 332, 333, 455
Müller, Elizabeth Cruz, 8, 332, 333, 455
Müller, Lauro, 294
Murphy, Dom Thomas, 85

N

Nabuco, Cristiano, 36
Nabuco, Edvaldo, 8, 363, 455
Nabuco, Joaquim, 294
Nardelli, Áurea, 222
Nardini, Heliana Ometto, 316
Nascimento, Abdias, 451, 452
Nascimento, Geraldo Melônio do, 253
Nascimento, Leonardo Majdalani Sacramento e, 8, 278, 457
Nascimento, Maria do Carmo, 174
Nassim, Sônia Maria / Nassim, Sônia, 332, 370
Nava, José, 437
Navarro, Gustavo, 329
Navarro, Miguel Perez, 57
Nazar, José, 126
Nazaré, Maria Helena, 430
Nazareth, Maria Cristina, 409
Nedel, João Oscar, 150
Neder, Mathilde*, 9, 28, 42, 235, 236, 237, 446, 459
Neder, Mathilde, 9, 28, 42, 235, 236, 237, 459, 446
Negreiros, Teresa Creusa, 148
Neiva, Venâncio Augusto de Magalhães, 65
Nelson, Tony, 163
Neno, Simone, 60
Nepomuceno, Carina Márcia Magalhães, 7, 95, 454
Neris, Elpidío Araújo, 54
Nery, Gabriel Cedraz, 69
Nery, Maria Eugênia, 69
Neto, Benedito, 253
Neves, Claudino Borges, 428
Neves, Jones dos Santos, 231
Nicácio, Lija Amaral Itabaiana, 227
Nick, Eva* , 90
Nicoletti, Ângela Maria, 152
Niemeyer, Oscar, 70
Nieto, Marta, 76
Nina Rodrigues, Raymundo*, 203, 249, 254
Nitsch, Luiz Gonzaga Marcondes, 388
Nobre de Mello, A. L., 414
Nobre, Anália Telles, 433
Nobre, Beatriz, 424
Nóbrega, Gil Brás da, 261
Nóbrega, Padre Manuel da*, 385
Nogueira, Edilme Iza, 435
Nogueira, Eliane, 76
Nogueira, Hamilton, 353, 354
Nogueira, Luiz Carlos, 79, 80, 311
Nosek, Leopold, 39
Novaes Filho, Henrique de, 428
Novaes, José, 137, 168
Novaes, Rui Falcão, 137

Nowill, Dorina, 277
Nunes Filho, Eustáquio Portela / Nunes, Eustáquio Portela, 262, 433, 434, 444
Nunes, Clara Helena Portella, 60

O

Oberholzer, Emil, 446
Ocampo, Maria Luiza, 232
Oiticica, Francisco de Paula Leite e, 243
Olinto, Plínio*, 355
Oliva, Jero, 220, 221
Oliveira Junior, Jair Franklin de, 50, 51, 52
Oliveira Lima, Albenise de, 7, 136, 453
Oliveira Silva, Marcus Vinicius de, 9, 132, 458
Oliveira, Armando de Salles, 189, 290, 421
Oliveira, Carmen Lucia Montechi Valladares de, 7, 417, 455
Oliveira, Celina Lopes de, 337
Oliveira, Derly Gomes de, 424
Oliveira, Djalma Teixeira*, 110, 141
Oliveira, Edmar, 8, 337, 455
Oliveira, Elicarlos Coutinho de, 8, 83, 455
Oliveira, Eraldo Alves Lopes, 167
Oliveira, Evaldo Melo de, 261
Oliveira, Flávia Moreira, 8, 392, 4000 456
Oliveira, Francisco de Salles, 290
Oliveira, Geraldo Dias de Moura, 220
Oliveira, Juscelino Kubitschek de / Juscelino Kubitschek, 165
Oliveira, Luiz Marcelino de / Oliveira, Luiz M. de, 44
Oliveira, Maria José, 40
Oliveira, Maria Leopoldina de, 261
Oliveira, Mauro Dâmaso de, 157
Oliveira, Oscar Lindholm de, 388
Oliveira, Quinha Luiza de, 316
Oliveira, Roberta Santos de, 263
Oliveira, Sandra Cristina Soares de, 173
Oliveira, Thereza Cândido de, 427
Oliveira, Walderedo Ismael de*, 381, 417, 418, 433, 434
Oliveira, Waldir Freitas, 123
Orrico, Gabriela Neiva, 8, 35, 83, 456
Ortega, Antônio Carlos, 174
Osório, Cláudio, 151
Osório, Lúcia, 272
Otão, Irmão José*, 210
Otta, Emma, 311

P

Pace, Norma, 274, 275
Pacheco e Silva, Antônio Carlos / Pacheco e Silva, A. C. / Pacheco e Silva*, 128, 189, 212, 241, 291, 358
Pacheco Filho, Raul Albino, 80
Pacheco, Ana Laura Prates, 7, 80, 454
Pacheco, Francisco, 433
Pacheco, Graciema*, 284
Padilha, Monsenhor Marcos Augusto Trindade, 109
Padilha, Paulo Augusto Trindade, 109
Padilha, Tarcísio, 97
Paes, Fernandina Tavares, 222
Pagès, Max, 93, 406
Pagès, Robert, 407
Pagotti, Antônio Wilson, 316
Pagotti, Suely Assis de Godoy, 316
Paim, Elison Antonio, 8, 226, 455
Paine, Clare Isabella / Paine, Clare, 126, 424
Paiva Filho, José R., 30
Paiva, Geraldo José de, 311
Paixão, Lucy Esther, 141
Palatnik, Abraham, 364
Palharini, Francisco de Assis, 168
Palmiro, Gentil, 388
Pamplona, Ronaldo, 57

Pamplona, Vitória, 430
Paprocki, Jorge / Paprocki, 246
Paraízo, Francisco de Souza, 273
Paredes, José Bolívar Burbano, 164
Parente, José Inácio, 60, 424, 425
Parisi, 132
Pasquali, Luiz, 309
Passos, Eduardo, 168
Passos, Gilson Villas Boas, 299
Passos, Leopoldino, 358
Passos, Marci Dória, 9, 370, 372, 458
Passos, Marci Dória, 9, 370, 372, 458
Paternostro, José Novaes, 202, 389
Paternostro, Júlio, 417
Patrocínio, José do, 294
Patto, Maria Helena de Souza / Patto, Maria Helena S., 217, 311, 398
Paula, Edwiges Gonçalves de, 136
Paula, José Souza de, 436
Paulo, Vicente, 256
Paulucci, Agostinho, 256
Pavlovsky, Eduardo, 272
Peçanha, Nilo, 99, 294
Pedreira, Antônio de Bulhões, 356
Pedrosa, Maria Isabel Patrício de Carvalho, 160
Pedrosa, Mário, 364
Pedrosa, Sônia, 40
Peixoto, Afrânio*, 203, 266, 413, 414
Peixoto, Antônio Geraldo, 272
Peixoto, Audenis Lima de Aguiar, 243
Peixoto, Celina Vargas do Amaral, 351
Pellegrino, Hélio*, 113, 119, 120, 271, 409, 428, 443
Penafiel, Carlos, 414
Penino, Joaquim, 334, 396
Penna, Antônio Gomes*, 47, 169, 305, 318
Penna, Carla Maria P. A. / Penna, Carla, 50, 434
Penna, João Batista Damasco / Penna, Damasco, 58, 192, 280, 281, 357
Penteado Júnior, Onofre de Arruda, 281
Penteado, Carlos de Oliveira, 388
Penteado, Yara Maria B., 137
Perazzo, Sérgio, 57
Pereira, Antônio Celso, 445
Pereira, Antônio Gomes, 162
Pereira, Carlos Antônio Garrido, 60
Pereira, Dioclécio, 258
Pereira, Elaine Teresa Leite, 370
Pereira, Francisco das Chagas, 394
Pereira, Jaime Monteiro / Pereira, Jaime, 428, 429
Pereira, José Clemente, 251
Pereira, José, 152
Pereira, Justino Alves, 54
Pereira, Lygia Maria de França, 9, 129, 457
Pereira, Manoel da Conceição, 253
Pereira, Márcia Helena Corrêa da Costa, 370
Pereira, Marcos Emanoel, 157
Pereira, Maria Isabel de Brito, 332
Pereira, Maria Solange Félix, 137
Pereira, Olívia, 54, 75
Pereira, Waldecyr C. de Araújo, 160, 175
Pereira, Wanda Leme, 433
Peres, Heitor, 414
Perestrello, Danilo* , 417, 418
Perestrello, Marialzira*, 116, 417, 418
Perez, Rocha Fernando, 123
Perez, Urânia Maria Tourinho, 34
Pérez-Ramos, Aidyl M. Q.*, 7, 29, 236, 453
Pérez-Ramos, Aidyl M. Q., 7, 29, 236, 453
Péricles, Silvestre, 243
Pernambucano Filho, 414
Pernambucano, Jarbas, 380
Pernambucano, Ulisses*, 188, 255, 261, 321, 322, 358, 380, 381, 396
Pertuis, Carlos, 364

Pessoa, Celina, 322
Pessoa, Elyeda, 60
Pessoa, Epitácio, 203
Pessoa, Plínio, 86
Pestana, Francisco Rangel, 191
Peters, Marie Louise, 201
Pfromm Neto, Samuel, 28, 107, 108
Philippi, Miriam May, 289
Philips, Frank *, 415, 416
Picanço, José Corrêa, 202, 205
Picchia, Paulo Menotti del, 421
Piccoli, Luciano Ferreira, 8, 85, 89, 114, 321, 433, 457
Pichon-Rivière, Enrique / Pichon-Rivière*, 292, 441
Piéron, Henri / Piéron, 192, 196, 357, 396
Pierson, Donald, 189
Pimenta, Arlindo Carlos, 7, 111, 454
Pimenta, Selma, 402
Pimentel, Iago Victoriano*, 194
Pimentel, Magdalena, 428, 429
Pin e Almeida, Miguel Calmon Du / Pin, Miguel Calmon Du*, 181, 332
Pina, Amauri, 34, 302
Pinel, Philippe, 338, 339
Pinheiral, Rafael,376
Pinheiro, Alípio Castelo Branco, 69
Pinheiro, Elizabeth, 77
Pinheiro, Irene de Melo, 8, 75, 180, 222, 456
Pinheiro, Irene de Melo, 8, 75, 180, 222, 456
Pinheiro, José Queiroz / Pinheiro, José, 166
Pinheiro, Lúcia, 391
Pinheiro, Maria Esolina, 354
Pinheiro, Myrian Fonseca Sete, 257
Pinheiro, Odette de Godoy, 9, 411, 459
Pinho, Maria Luiza, 433
Pinto, Carlos César Castellar / Pinto, Carlos Castellar, 60, 444, 445
Pinto, Flávio., 214
Pinto, Heráclito Sobral, 97
Pinto, José de Magalhães, 219
Pinto, Karina Pereira, 8, 350, 457
Pinto, Leonel Correia, 376
Pinto, Luiz Fernando, 8, 339, 340, 457
Pinto, Luiz Fernando, 8, 339, 340, 457
Pinto, Maria Virgínia Catão de Magalhães / Pinto, Maria Virgínia de Magalhães, 332, 370
Pinto, Simplício de Lemos Braule, 336
Pinto, Yvette Braga Costa, 435
Pio IX, Papa, 386
Piotrowski, Zygmunt A., 446
Pires, José, 166
Pires, Jurema, 381
Pires, Nelson de Campos*, 28, 307
Pires, Nelson, 381
Pires, Valdemiro, 33, 251, 338
Pires, Valdir, 123
Pisa, Maria Magdalena, 286
Pithon, Thiago Monteiro, 239
Pizzolli, Ugo* , 357, 358, 191
Planchard, Emile, 307
Plon, Michel, 126
Podkameni, Ângela, 60
Poelman, Ana Maria Sarmento Seiler, 7, 305, 306, 454
Poelman, Ana Maria Sarmento Seiler, 7, 305, 306, 454
Polary, Maria do Socorro Nogueira, 163
Politano Jr., Oswaldo, 214
Pombo, Tales Graco, 85
Pompéia, João Augusto, 38
Ponciano, Jorge, 77
Pontedeiro, Amarilys, 40, 41
Pontes de Miranda, Rosa Beatriz, 433
Pontes, Antônio F., 41

Pontes, Rosa Lídia P., 41
Pontual, Constâncio, 260
Poppovic, Ana Maria, 217, 307
Porciúncula, Lélia, 225
Portela, Jarbas Moacir / Portela, Jarbas, 110, 141
Portela, Lucídio, 380
Porto, Léa de Araujo, 412
Porto-Carrero, Júlio Pires*, 358, 359, 421
Portugal, Francisco Teixeira, 8, 94, 105, 117, 456
Portugal, Izabel Lobato, 286
Povoa, Hélion, 33
Prado, Clarilza, 217
Prado, Maria do Carmo de Almeida, 263
Prado, Mário Pacheco Almeida / Prado, Mário Pacheco A., 417, 418, 433
Praguer, Antônio Barreto, 203
Prata, Oscar, 426
Prestes, Gabriel, 191
Procotte, Arlete, 330
Prunes, Celestino, 41, 443
Puga, Ítala, 220
Puga¸ Kátia Angelina dos Reis Neves, 243
Py , Luiz Alberto, 50

Q

Qorpo Santo, 70, 71
Quaglio, Clemente, 191, 193, 196
Quaresma, Basílio, 66
Queiroz, Luiz Otávio Seixas, 36
Querolim Neto, Luiz, 50, 445
Quintaes, Rita Tosi de, 286
Quintanilha, Dirceu, 433
Quintans, Maria do Socorro, 331
Quirino, Tarcízio Rego, 175

R

Rabello, Sylvio de Lyra*, 321
Rabelo, Antônio, 381
Rabelo, Beatriz de Andrade, 7, 117, 454
Radecka, Halina*, 355, 396
Radecki, Waclaw*, 318, 336, 355
Rainho, Otacílio, 89
Ramos, Alberto Guerreiro / Ramos, Guerreiro, 451, 452
Ramos, Anna Guelerman, 60
Ramos, Arthur*, 392, 393, 394
Ramos, Fernando, 8, 339, 456
Ramos, Jurema M. de O., 124
Ramos, Maria Beatriz Breves, 434
Ramos, Maria Eveline Cascardo, 89, 458
Ramos, Maria Eveline Cascardo, 9, 89, 458
Ramos, Nabantino, 415
Ramos, Nereu, 327
Ramos, Paulo, 253
Ramozzi-Chiarottino, Zélia, 311
Rangé, Bernard, 148
Rangel, Eunice, 110
Rangel, Vilma, 191
Raposo, Teresinha de Jesus Rocha, 163
Raskovsky, Arnaldo, 441
Raso, Silvio José, 412
Ratton, Helvécio, 102
Raw, Isaías, 216
Regnier, Roberto, 141
Rego, Margarida, 85
Rego, Ruy Estrela, 367
Rego, Vital Cardoso do, 203
Rehder, Madalena Cabral, 41
Reis, Epifânio, 121
Reis, Hermenegilda Lemos dos, 316
Reis, João Luiz Vassalo, 227
Reis, José Agnaldo Fertunes dos, 253

Reis, Márcio Santos, 167
Reis, Marila Teodorowic, 137
Reis, Marilene de Castro André, 222
Reis, Vânia Prata Ferreira, 227
Reis, Vera Lúcia Pirassununga, 93
Reis, Yonne Moniz*, 47, 274, 312
Renault, Abgar, 91, 143
Renaux, Consulesa, 234
Reno, Margarida, 428
Resende, Geraldo Magela de Penaux, 141
Resende, Odilon, 253
Reston, Abrão Jorge, 128
Reston, João Godinho, 128
Rey, André *, 180, 222, 437
Rezende, Gustavo de, 356
Ribeiro Neto, Adolpho, 216
Ribeiro, Carla Vaz dos Santos, 163
Ribeiro, Celina Von Niclander, 370
Ribeiro, Darcy, 309
Ribeiro, Edson, 426
Ribeiro, Ernesto Carneiro, 123
Ribeiro, Guilherme Gaspary, 137
Ribeiro, Ivan, 428
Ribeiro, Jacyra, 124
Ribeiro, Jair Gonçalves, 137
Ribeiro, João Ubaldo, 123
Ribeiro, Jorge Ponciano, 77, 289, 309
Ribeiro, José Carlos Azevedo, 253
Ribeiro, Leonídio, 266, 353
Ribeiro, Maria Anita, 60
Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira, 9, 171, 244, 458
Ribeiro, Maria da Glória, 262
Ribeiro, Maria de Lourdes Costa, 92
Ribeiro, Maria Elizabeth, 148
Ribeiro, Maria José da Costa, 135
Ribeiro, Marília Lobão, 289
Ribeiro, Nylde, 60
Ribeiro, René, 381
Ribeiro, Roberto Pinto, 38, 441
Ribeiro, Walter Ferreira da Rosa / Ribeiro, Walter da Rosa / Ribeiro, Walter F., 77
Ribot, Theodule / Ribot, 206
Riedel, Gustavo Köhler / Riedel, Gustavo*, 251, 252, 336, 355, 358
Rios, Nayla Celene Moreira, 289
Rocha Júnior, José Rodrigues , 163, 164
Rocha Neto, Bento Munhoz da, 124
Rocha, Agnello Ubirajara da, 356
Rocha, André Franco da, 241
Rocha, Carmen Souza, 29
Rocha, Francisco Franco da / Franco da Rocha*, 27, 31, 70, 71, 115, 127, 128, 129, 241, 242, 243, 335, 358, 414 ,420
Rocha, Glauber, 123
Rocha, Leonel, 294
Rocha, Lindemberg R. Nunes / Rocha, Lindemberg, 262, 445
Rocha, Marisa Lopes da, 274, 275
Rocha, Marisa Lopes da, 9, 274, 275, 459
Rocha, Nádia Maria Dourado, 9, 122, 204, 459
Rocha, Vera Lúcia, 161
Rocha, Zélia, 77
Rodrigué, Emilio*, 292
Rodrigues Alves, Francisco, 32
Rodrigues Jr., José Ennes, 141
Rodrigues, Antônio, 414
Rodrigues, Arakcy Martins, 184
Rodrigues, Aroldo, 47, 64, 147, 169
Rodrigues, Daisy Schuwab, 82
Rodrigues, Francisco, 32
Rodrigues, Heliana de Barros Conde, 273, 431
Rodrigues, Heliana de Barros Conde, 8, 273, 431, 456
Rodrigues, Henrique José Leal Ferreira, 8, 325, 456
Rodrigues, Hermelino Lopes / Rodrigues, Lopes, 343

Rodrigues, I. Costa, 33
Rodrigues, Luiz Roberto, 373
Rodrigues, Maria Auxiliadora Vianna, 369
Rodrigues, Maria Helena, 91
Rodrigues, Nina, 203, 241, 249, 250, 254, 393
Rodrigues, Ruy, 388
Rodríguez, Iramaia Santos, 8, 83, 456
Rogedo, José de Alencar, 222
Rogers, Carl R. / Rogers, Carl, 93, 94, 166, 372
Rogers, Natalie, 94
Rollas, Eduardo, 292
Rolnik, Suely, 175
Roman, Belkiss Wilma, 235
Romana, Maria Alícia, 40
Romancini, Braulina, 77
Rondileau, Adrian, 405
Rorschach, Hermann, 446
Rosa, Adriana, 7, 71, 453
Rosa, Edinete Maria, 8, 175, 455
Rosa, Gete Otano, 136
Rosa, Heloisa H. F., 44
Rosas, Argentina, 323, 324
Rosas, Argentina, 7, 323, 324, 454
Rosas, Paulo da Silveira / Rosas, Paulo*, 160, 236, 323, 324, 394, 423
Rosemberg, Fúlvia, 217
Rosemblit, Mery, 419
Rosenberg, Rachel Lea / Rosenberg, Rachel, 94, 311, 372, 373
Rosenthal, Raquel Wrona, 373
Rosin, Sheila Maria, 87, 98, 124, 125, 330
Rossi, Elizabeth Aparecida, 446
Roudinesco, Elizabeth / Roudinesco, 111, 126
Rousseau, Jean-Jacques, 192, 437
Roxo, Henrique de Brito Belford, 279
Royer-Collard, Pierre-Paul, 387
Rozestraten, Angela Simões / Rozestraten, Angela I. S., 44
Rozestraten, Frei Ricardo Reinier Johannes Antonius / Rozestraten, Reinier / 304, 305
Rozestraten, Reinier Johanne Antonius*, 302, 304
Rubano, Denize Rozana, 36
Rudge, Ana Maria, 148, 429, 430
Rudge, Ana Maria, 7, 148, 429, 430, 454
Rudgeri, Geraldo R., 236
Rudolfer, Noemy da Silveira / Silveir, Noemi / Rudolfer, Noemi*, 190, 281, 357, 358

S

Sá, Celso Pereira de, 351
Sá, José de, 388
Sá, Marcos Almeida de, 9, 243, 458
Sá, Samuel Maria de Amorim, 165
Saback, Eduardo, 69, 314
Sachs, Ignacy, 407
Saettelei Dr., 234
Sagawa, Roberto, 39, 216, 422
Saggese, Edson, 116
Saidón, Osvaldo, 272
Sala, Antônio Maria, 96
Salama, Gil Manoel, 242
Salazar, Celso, 368
Saldanha, Artur de Mattos / Saldanha, Arthur, 84, 320
Saldanha, Socorro, 376
Sales, Otávio Luís de Barros, 446
Salgado, Joaquim Pedro, 258
Salgueiro, Júlio Newton dos Santos, 253
Salim, Monsenhor Emílio, 306
Salim, Sebastião Abrão, 412
Salles, Lywal, 401
Salles, Maria do Carmo Motta, 157
Salmeron, Roberto, 309
Salomão, Jaime, 444
Salomon, Délcio Vieira, 141
Salzani, José Carlos, 213
Salzman, Diana, 272

Sampaio Dória, Antonio de*, 191, 192, 196, 421
Sampaio, Adilson Peixoto, 68
Sampaio, Henrique Alberto Baez, 112
Sampaio, Paulo César, 242
Sanches, Giselle Silva, 8, 259, 456
Sanchez, Edgard, 318, 356
Sanchez, Isis de Moraes, 427
Sándor, Pethö, 419
Santa Rosa, Dirceu, 444
Santaella, Antônio, 327
Santiago, Médico Varela, 187
Santo, Adriana Amaral do Espírito, 7, 207, 394, 453
Santoro, Vera Lucia da Costa, 369
Santos Gonçalves, Amanda dos, 7, 431, 453
Santos Nascimento, Andréa dos, 7, 300, 454
Santos Vilas-Boas, Mônica Nogueira dos, 9, 228, 277, 459
Santos, Ada Nícia Nogueira, 85
Santos, Adriana Alves, 7, 123, 453
Santos, Alessandra Daflon dos, 7, 410, 453
Santos, Alice Marques dos, 68
Santos, Anníbal Cypriano da Silveira, 445
Santos, Antonio Monteiro dos, 94
Santos, Cláudia de Moraes Rego, 370
Santos, Cônego João Antônio dos, 386
Santos, Edgard, 292
Santos, Iná Maria, 245
Santos, J. Pery Duarte dos, 220
Santos, Kátia, 445
Santos, Luana da Silva dos, 8, 394, 457
Santos, Lúcio José dos, 185
Santos, Nair Iracema Silveira dos, 9, 259, 459
Santos, Natália Alves dos, 9, 142, 459
Santos, Nayara Gomes dos, 9, 325, 459
Santos, Neide Lobato dos, 76
Santos, Odaice Formagge, 41
Santos, Oswaldo de Barros*, 28, 41, 42, 202, 336, 372, 373, 402 ,410
Santos, Pedro Paulo Christovam dos, 304
Santos, Roberto, 82, 224
Santos, Tarcísio Firmino dos, 256
Santos, Theobaldo Miranda, 96
Santos, Thiago Ferreira dos, 52
Saquetto, Diemerson, 8, 286, 455
Sávio, Lélio, 256
Scaramussa, Roberta, 133, 277
Scarparo, Helena Beatriz Kochenborger, 8, 211, 456
Scarpelli, Ione, 143
Scherzer, Alejandro, 272
Schettini, José, 86
Schiller, Maurício Brandon, 69
Schiller, Waldemar da Ponte Ribeiro, 69
Schlieman, Ana Lúcia Dias / Schlieman, Ana Lúcia, 63
Schmidt, Maria Luisa Sandoval, 9, 311, 459
Schneider, Daniela Ribeiro, 162, 219, 235, 329, 455
Schneider, Eliezer*, 240, 318
Schneider, Galina, 444
Schutz, William, 413
Schutzenberger, Anne Ancelin / Schützenberger, Anne A., 141, 430
Schwartz, Liberato Tristão / Schwartz, Liberato, 117, 232
Schwartz, Rebeca, 370
Schwarzstein, Sincha Jerzy, 91
Schwazschild, Michael, 40
Scisleski, Andrea Cristina Coelho, 7, 259, 454
Seabra, José Joaquim / Seabra, J. J., 32, 249, 339
Segal, Rosenfeld Hanna, 441
Seganfredo, Cléa Ana, 225
Segrera, Alberto, 94
Seidl-de-Moura, Maria Lucia, 9, 351, 459
Seixas, Larisse, 8, 245, 457
Seixas, Maria Rita, 213
Seixas, Nelson de Carvalho, 54
Seixas, Raul, 70, 123

Seminério, Franco Lo Presti*, 43, 46, 47, 351
Senhoria, Maria, 68
Sério, Nádia Maria Ferreira, 370
Sério, Tereza Maria Pires, 36
Serpa, Ivan, 364
Serra, Antonio, 425
Serra, Sílvia Mônica Allende, 373
Servo, Padre Geraldo / Servo, Geraldo*, 305, 412
Shayer, Marlene, 373
Sherman, Gilmour, 308
Silva Filho, João Ferreira da, 326
Silva Júnior, José Francisco da Gama e, 427
Silva Neto, Norberto Abreu, 311
Silva Vilarinho, Myriam Augusto da, 9, 373, 459
Silva, Adão Airton da Rosa, 301
Silva, Afonso Pereira da, 109
Silva, Alexandra Valéria Vicente da, 370, 453
Silva, Aloysio Amâncio da , 263
Silva, Álvares da, 249
Silva, Álvaro, 273, 426
Silva, Amílcar Lobo Moreira da / Amílcar Lobo, 120, 272, 409, 418
Silva, Ana Carla S. Silveira da, 7, 363, 453
Silva, Ana Maria Rocha da, 34
Silva, Antônio Franco Ribeiro da, 110
Silva, Célia Nunes, 95
Silva, Cláudio Smith, 409
Silva, Cônego Luís Vieira da, 386
Silva, Domício Pacheco, 290
Silva, Eduardo Sérgio Guimarães Teixeira da, 34
Silva, Eliane Rodrigues da, 8, 134, 455
Silva, Emiliana Cardoso da, 161
Silva, Georgina, 48
Silva, Heitor Antônio da, 269
Silva, Helena Tereza de Jesus, 222
Silva, Helvécio da Siqueira e, 174
Silva, Jason Ribeiro da, 388, 389
Silva, João Baptista Salles da, 388
Silva, João Batista Ferreira da, 166
Silva, Jorge Gomes da, 332, 370
Silva, José Carlos Tourinho e, 34
Silva, José de Souza, 176, 177
Silva, José Joaquim Ludovino da, 251
Silva, José Quirino da, 331
Silva, José Renato Barros, 8, 145, 457
Silva, Justiniano de Melo e, 426
Silva, Leci Muniz da, 434
Silva, Luana da, 394
Silva, Lucilia Scaramussa da, 132
Silva, Luiz Alberto, 54
Silva, Luiz M., 213
Silva, Luiz Manoel da, 41
Silva, Marcos Vieira, 9, 438, 458
Silva, Maria das Graças Victor, 9, 147, 458
Silva, Maria José Calheira Lobo Teixeira da, 35, 333
Silva, Marieta da Cunha e, 88
Silva, Marinha da, 141
Silva, Mario Geraldo da, 388
Silva, Nelida Pantuzza, 220
Silva, Oscar Machado da, 268
Silva, Padre Leôncio da, 307
Silva, Paulo José Carvalho da, 9, 387, 460
Silva, Paulo Roberto Mattos da, 168
Silva, Paulo Sergio Lima e, 60
Silva, Polianne Alves, 9, 171, 244, 460
Silva, Raimundo Rabelo da, 302
Silva, Regina Nazaré Damasceno da, 165
Silva, Rejane Sousa da, 110, 156, 330, 331
Silva, Rogério Muniz da, 256
Silva, Rosane de Azevedo Neves da, 259
Silva, Rubem Eduardo da, 323
Silva, Talmo Luiz, 299
Silva, Veline Filomena Simioni, 104
Silva, Yone Caldas da / Caldas, Yone, 427

Silveira, Anibal , 28
Silveira, Arthur Fajardo da, 356
Silveira, Lenice, 137
Silveira, Nise Magalhães da*, 67, 68, 259, 336, 361, 363, 364, 365, 419
Silveira, Renato Diniz, 106, 224, 344
Simão, Eunice E. K., 124
Simão, Olga Campos, 62
Simões, Edda Augusta Quirino, 163
Simões, Luís, 381
Simões, Regineide Marques, 136
Simon, Hermann, 255
Simon, Ryad, 311
Simon, Théodore*, 142, 186
Simonsen, Roberto, 189, 290
Simplício, Wilson José / Simplício, Wilson, 336, 444
Siqueira, Eulália Alves, 281
Siqueira, Maria Dilma , 166
Siwek, Paul, 28
Slany, Padre João, 412
Slavich, Antônio, 362
Smillie, Wilson George, 211
Snoeck, Cornelis Jacobus, 157
Snoeck, Padre Jaime 157
Soares, Antonio Rodrigues, 34
Soares, Gerardo Evangelista de Oliveira, 427
Soares, Jorge Coelho, 313
Soares, Octávio Ferreira, 65
Soares, Raul, 29, 30, 31, 101, 223, 224, 245, 246, 342, 343
Soares, Vital Henrique Baptista, 237
Socorro, Emanuelle Figueiredo, 8, 247, 455
Sodré, Fábio, 363
Soeiro, Alfredo C. / Soeiro, Alfredo Correia, 41
Soeiro, Elizabeth, 40
Soeiro, Maria Tereza, 40
Soliani, Maria Luisa, 214
Sollitto, Neyde Aparecida, 208
Sousa, Edilberto Antunes de, 329
Sousa, Madre Maria Lúcia Câmara de, 389
Sousa, Paula Frassinetti da Silva , 145
Souto Maior, Pedro da Cunha, 260
Souto, Maria da Graça Silva Guimarães, 253
Souza Filho, Alfredo Barbosa de, 136
Souza Neto, Francisco Xavier Pereira de, 256
Souza Pereira, Maristela de, 9, 317, 459
Souza, Aflordísio Pereira de, 286
Souza, Aureliano Lima de, 379
Souza, Aurélio, 69
Souza, Carla Sardinha Siebra de, 7, 94, 454
Souza, Cícero Christiano de, 446
Souza, Cremilda Barbosa de, 444
Souza, Décio Soares de / Souza, Décio de*, 319, 418
Souza, Deusy G. de, 44
Souza, Edela Lanzer Pereira de, 320
Souza, Fernando Nogueira de, 116
Souza, Francisco Pedro Estrazulas Pereira de / Souza, Francisco Pedro Pereira, 432
Souza, Geraldo Horácio de Paula / Souza, Geraldo de Paula, 211, 212, 213, 291
Souza, Geraldo Xavier Pereira de, 256
Souza, Herculano Inglês de, 287
Souza, Inês de, 126
Souza, Joana D'Arc Pereira de, 152
Souza, Lígia de, 114
Souza, Lígia Maria de Albuquerque, 289
Souza, Ligia Maria do Nascimento, 8, 52, 457
Souza, Mab Amália Alencar Sacramento de, 9, 34, 382, 457
Souza, Mara Salvini de, 116, 433
Souza, Maria de Nazaré Santos de, 9, 165, 458
Souza, Maria do Socorro Belarmino de, 331
Souza, Maria Fernandes de, 34
Souza, Marilene Proença Rebello de, 9, 311, 459
Souza, Nely Pires de, 370

Souza, Octavio, 126
Souza, Osmar R. Galeano de, 137
Souza, Rosa Elisa Perrone de, 97
Souza, Ruth Carneiro de, 124
Spanoudis, Sólon, 37, 38
Spanudis, Theon*, 37, 416
Speltri, Walter, 128
Spencer, Herbert, 191
Sperb, Tânia M., 151
Spink, Peter, 184
Spitz, René, 113, 421
Stangherlin, Tereza, 236
Stechman, Claraidália Deszonnet, 97
Stefanini, Maria Apparecida, 40
Stein, Lílian, 210
Steiner, Maria Helena de Figueiredo, 446
Stemmer, Gaspar, 161
Stenzel, Clóvis , 46
Sternick, Paulo, 444
Storchenau, Sigismund Von, 386
Street, Jorge, 189
Studart, Ana Maria, 85
Suassuna, João Urbano Pessoa de Vasconcelos, 129
Szasz, Thomas, 271, 361
Székely, Bela, 113, 209

T

Takahashi, Marcelo Moreira, 9, 368, 369, 458
Tápias, Antônio Haddad, 276
Taquetti, Lucimar, 132, 133
Tassinari, Márcia Alves, 93, 94
Tavares Neto, José, 203
Tavares, Alberto Luis da Rocha, 423, 424
Tavares, Dirce Costa, 244
Tavares, Lauro Portugal, 124
Tavares, Lucília, 356
Tavares, Luiz Dias Henrique, 123
Tavares, Marina Machado, 91, 143
Taverna, Carmem Silvia R., 5, 7, 334, 399, 454
Tchaicovsky, Fany Malin, 47
Teixeira Brandão, João Carlos / Teixeira Brandão*, 32, 70, 206, 251, 334, 335, 340, 414
Teixeira, Anísio Spínola*, 391
Teixeira, Benedito Juberto, 136
Teixeira, Carmefran Viana Araújo, 7, 86, 454
Teixeira, Cid, 122
Teixeira, Edson, 253
Teixeira, Juberty G., 137
Teixeira, Maria Alves, 62
Teixeira, Maria das Graças Silva, 222
Teixeira, Narciso de Melo / Teixeira, Narciso, 60, 262, 424, 425
Teixeira, Padre Geraldo Magela, 305
Telefora, Irmã, 234
Tellegen, Thérèse A. / Tellegen, Thérèse, 77, 289
Telles, Manoel dos Passos, 426
Telles, Marta Maria, 9, 301, 459
Tenório, Carlene Maria Dias, 289
Thimoteo, Iara Aparecida, 373
Thompson, Clara, 429
Thompson, Oscar, 191, 357
Thorndike, Edward Lee, 268
Tiba, Içami, 57, 214
Tibo, Alaíde / Tibo, Alaíde de Souza Melo, 54, 219, 220
Timsit, Meyer, 446
Tinoco, Thomé José Ferreira, 247
Todorov, João Cláudio, 36, 44, 64, 309
Toledo Quadros, Laura Cristina de, 8, 138, 457
Toledo, Odalívia, 192
Toledo, Terezinha N. B., 59
Tolipan, Hélio, 428, 444
Tomanik, Eduardo A., 8, 155, 455
Tomatis, Rejane, 151

Tondin, Celso Francisco, 8, 226, 455
Tonelli, Maria José, 184
Tonetto, Heloisa, 151
Toro, Rolando, 413
Torreão, Irmã Letícia de Queiroz, 199
Torres, Vanessa, 232
Tourinho, Demétrio Ciríaco, 249
Tourinho, Emmanuel Zagury / Tourinho, Emmanuel, 59, 60, 456
Tourinho, Emmanuel Zagury, 8, 59, 60, 456
Tranquilli, Alessandra Gracioso, 6, 83, 302, 453
Trevisani, Leny Silva, 124
Trinca, Walter, 311
Trindade, Liana Maria Sálvia, 446
Trindade, Marcos Augusto / Trindade, Marcos, 108, 109
Trinta, Joãozinho, 126
Trópia, Célio de Oliveira, 367
Trópia, Maria Zacharias, 367
Trovão, Lopes / Trovão, José Lopes da Silva, 294
Tunnine, Ângela, 409
Tyrone, Carlos, 302

U

Uchoa, Darcy de Mendonça*, 215, 415
Ulson, Glauco José Rizzardo, 419
Urban, Frederich Maria, 405
Usandivaras, Raul, 61
Utida, Hélia, 36

V

Valadares, Maria Helena, 412
Vale, Padre José Trigueiro do, 108
Valente, Francelina Xavier da Silveira, 124
Valente, Rita de Cássia Teixeira, 73
Valério, Major, 370
Valle, Monsenhor José Trigueiro do, 109
Valle, Neli Klein do, 213
Valle, Oswaldo Trigueiro do, 109
Valle, Paulo César, 134
Valverde, Lea, 75
Vampré, Ênjolras, 254
Vargas, Getúlio, 47, 99, 139, 140, 144, 147, 173, 178, 183, 185, 253, 255, 286, 291, 292, 297, 338, 349, 350, 351, 407, 409, 412
Vargas, Miramar Maia Ramos, 176
Vargas, Nairo de Souza, 419
Vargas, Rosimary Paula Ferreira, 249
Vasco, José Barbosa, 434
Vasconcellos, Vera Maria Ramos, 168
Vasconcelos, Eduardo Mourão, 8, 437, 455
Vasconcelos, Hermelinda de, 206
Vasconcelos, Irmã Marta, 199
Vasconcelos, Maria de Lourdes, 322
Vasconcelos, Regina Murat, 172
Vaz , Jorge de Paula, 256
Veiga, Antônio, 151
Velho, Gilberto, 61
Velho, Victor de Britto*, 209
Velloso, Elisa Dias*, 399
Velloso, Galba Moss, 343
Veloso, Ana de Sousa Melo, 220
Veloso, Bethânia Reis, 75
Veloso, Caetano, 126
Veloso, Vicente, 220
Velozo, Jorgete Barroso, 232, 233
Venancio, Ana Teresa A., 7, 33, 415, 454
Ventura, Dora Selma Fix, 311
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos, 203
Verney, Luís Antônio, 386
Veroneze, Agostinho, 282
Verri, Maria Dolores, 40
Verschoore, Beatriz, 60, 424

Versiani, Márcio, 327
Vervoloet, Darcy Werter, 286
Veschi, Jorge Luiz / Veschi, Jorge, 50, 445
Viana, Ary, 279
Viana, Cristiano, 37
Viana, João Izidro da Silva, 248, 249
Viana, João Xavier, 123
Viana, Maria Leonor, 297
Viana, Myriam Silveira, 316
Vianna, Helena B., 418
Vianna, Heraldo Marelin, 216
Vianna, Raymundo, 358
Vianna, Ulysses, 414
Vidal, Eduardo, 424
Vidal, Francisco, 113
Vidal, Paulo, 272
Viégas, Lourdes de Campos / Viégas, Lourdes, 388, 389
Vieira da Cunha, Raquel*, 373
Vieira, Aida Pustilnik de A., 34
Vieira, Branca de Jesus Camargo, 282, 283
Vieira, Dardeau, 184
Vieira, Francisco Borges, 212
Vieira, Joaquim José de Menezes, 375
Vieira, José Antônio de Amaral / Vieira, José Antônio Amaral, 388, 389
Vieira, Maria do Carmo Nascimento, 174, 286
Vieira, Paulo, 426
Vieira, Renato, 233
Vieira, Rita de Cássia, 181
Vilarinho, Myriam Augusto da Silva, 373
Villanueva, Launfran, 86
Viñar, Marcelo, 216
Visca, Jorge, 275
Vital Brazil, Horus*, 428, 429, 430
Vital, João Carlos, 47, 350
Vivacqua, Dora, 70
Viveiros, Maria Teresa Martins, 253
Vizzotto, Spartaco, 446
Volnovich, Jorge, 117, 232
Volpe, Maria Regina, 41
Volpi, Lydia, 124
Voss Neto, Benedito, 276

W

Wagner, José Maria Santiago, 441
Walther, Léon / Walther*, 141, 142, 186
Watson, John B., 268
Watts, Martha, 268, 270
Wechsler, Mariângela, 57
Weil, Pierre*, 43, 89, 91, 140, 141, 143, 406, 412, 430
Weinmann, Luís Antônio, 38
Weiss, Gilda, 97
Weiss, Maria Lúcia Lemme, 275
Wendling, Michelle Menezes, 9, 205, 256, 427, 459
Werlang, Blanca, 210
Werneck, Luiz, 418
Wielenska, Regina Christina, 36
Wiethaeuper, Naiara Gonçalves, 390
Willems, Emílio, 190
Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque, 36
Windholz, Margarida, 36
Winnicott, Donald / Winnicott, 111, 441
Witter, Geraldina Porto, 311
Wood, John Keith, 93
Wrona, Raquel, 373
Wundt, Wilhelm / Wundt, 192, 206, 414
Wuo, Andréa Soares, 7, 190, 454
Wurth, Gunther, 441

X

Xavier de Mattos, João Theodoro, 190
Xavier, Ary, 134
Xavier, Isaías Firmo, 229
Xavier, Odiva Silva, 175
Xavier, Rosaura Moreira / Xavier, Rosaura, 297, 412
Ximenes, Gladys, 379

Y

Yahn, Mário, 129, 415
Yamamoto, Oswaldo Hajime / Yamamoto, Oswaldo, 166
Yazigi, Latife, 446

Z

Zanardini, Ismael F., 214
Zandavalli, Leda Buaes, 137
Zanetti, Márcia, 40
Zannon, Célia M. L. C., 44
Zappa, Marta, 272, 339, 459
Zappa, Marta, 9, 272, 339, 459
Ziller, Hélia, 445
Zimmermann, David, 50, 441
Ziviani, Cilio Rosa, 170
Zuim, Cristiane Barbosa Di Bernardo, 289
Zuzman, Waldemar, 433, 444

Índice Remissivo de Instituições

A

Abrigo Dr. João Viana, 247, 248
Academia Brasileira de Ciências, 356
Academia de Polícia Militar D. João VI, 370
Academia Imperial de Medicina, 205
Academia Jurídica do Largo de São Francisco, 386
Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, 202, 203
Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, 205
Academia Nacional de Medicina, 205, 359
Academia Paulista de Psicologia (APP), 27, 28, 29, 193
Ação Universitária Católica, 96
Aeronáutica, 300, 301
Alcoólicos Anônimos (AA), 436
Ambulatório Central Roberto Resende, 19, 29, 30
Ambulatório Luiz Cerqueira, 246
Ambulatório Rivadávia Correia, 336
Ambulatório Roberto Resende, 29, 30, 343
American Group Psychotherapy Association (AGPA), 423, 444
American Psychological Association (APA), 57, 429
Aparechi Scientifichi Médici, 303
Aracruz Celulose S. A., 118, 228
Arcelor Mittal, 118
Arquidiocese de Recife-Olinda, 229
Arquiepiscopal Irmandade Nossa Senhora das Dores da Polícia Militar, 369
Asilo de Alienados, 249
Asilo Deus, Cristo e Caridade (ES), 266
Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo, 31, 127
Asilo Santa Leopoldina, 243
Asilo São João de Deus, 250
Asociación Psicoanalítica Argentina (APA), 216, 415
Assessoria Técnico-Pedagógica (ATP) da Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE) [Piauí], 26, 447, 448

Assistência a Alienados, 31, 32, 101, 223, 231, 335, 338, 339, 340, 342, 344
Assistência a Alienados em Minas Gerais, 102, 231
Assistência a Psicopatas, 31, 32, 33, 128, 129, 254, 255, 261, 321, 356, 414
Assistência Médico-Legal aos Alienados, 31, 32, 239, 250, 334
Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (ASAPPIA), 60, 292
Associação Bahiana de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo (ABPPG), 213, 214
Associação Baiana de Psicólogos (ABAP), 33, 34
Associação Baiana de Recuperação do Excepcional (ABRE), 34
Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC), 36
Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial-Daseinsanalyse (ABATED), 37
Associação Brasileira de Daseinsanalyse (ABD), 37, 38
Associação Brasileira de Editores Cristãos, 270
Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), 224
Associação Brasileira de Hospitais Universitários (ABRAHUE), 224
Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 361
Associação Brasileira de Psicanálise (ABP), 19, 38, 269, 416, 417, 442, 443
Associação Brasileira de Psicanálise Clínica, 269
Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama - São Paulo (ABPS), 40, 41, 214
Associação Brasileira de Psicologia (ABP), 41
Associação Brasileira de Psicologia (SBP), 43
Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA), 45
Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), 47, 154, 407, 423
Associação Brasileira de Psicólogos, 41, 42, 46
Associação Brasileira de Psicotécnica (ABPA), 42, 45, 46, 47, 351
Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo (ABPAG), 49
Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG), 49, 434, 444
Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC), 37, 423
Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), 338, 362
Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes, 291
Associação Brasileira para Superdotados (ABSD), 50
Associação Brasiliense de Psicodrama e Sociodrama (ABP), 214
Associação Campineira de Psicodrama e Sociodrama (ACPS), 214
Associação Campinense de Psicanálise, 80
Associação Comunitária do Rosário (ACORDA), 79
Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, 52
Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná, 53, 98
Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, 53, 97
Associação de Modificação de Comportamento (AMC), 36
Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), 53
Associação de Psicodrama de São Paulo (SOPSP), 56
Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP), 57, 59
Associação de Psicologia do Pará (APPA), 59
Associação de Psicólogos do Ceará, 376
Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA), 60, 292, 371
Associação Instrutora da Juventude Feminina [São Paulo], 201
Associação Instrutora Missionária [Pernambuco], 199

Associação Internacional de Análise Transacional (ITAA), 423
Associação Internacional de Psicotécnica, 45
Associação Latino-Americana de Análise Transacional (ALAT), 423
Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), 47
Associação Latino-Americana de Rorschach, 446
Associação Milton Campos para o Desenvolvimento das Vocações (ADAV), 61
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), 13, 15, 154, 423
Associação Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa, 373, 460
Associação Paulista de Medicina (APM), 38
Associação Profissional de Psicólogos do Estado da Guanabara (APPEG), 408
Associação Profissional de Psicólogos do Pará (APPSI), 59
Associação Profissional dos Psicólogos de Estado de São Paulo, 410
Associação Profissional dos Psicólogos do Rio de Janeiro (APP/RJ), 408
Associação Psicanalítica Argentina (APA), 60, 417, 442
Associação Psicanalítica Chilena, 215
Associação Psicanalítica Internacional (IPA), 215, 421, 429
Associação Sulriograndense de Psicodrama (ASP), 213
Associações de Familiares e de Psiquiatrizados, 361
Association for Behavior Analysis International (ABAI), 37
Association Mondiale de Psychanalyse, 125
Association pour la Recherche et l'Intervention Psychosociologiques – ARIP, 406
Asyllo de Loucos, 243
Asylo de Sant'Anna (ASA), 65, 129
Atheneu Norte-Rio-grandense, 66
Atheneu Sergipense / Colégio Atheneu Sergipense, 287
Azylo Central, 101
Azylo Colônia, 100

B

Banco Bandeirante, 140
Banco Bradesco, 182
Banco Crediliannar [França], 141
Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., 21, 140, 141, 439
Banco da Produção, 439
Banco da República dos Estados Unidos do Brazil, 294
Banco de Crédito Real, 439
Banco do Brasil, 73
Banco do Comércio e Indústria, 439
Banco do Estado de São Paulo, 323
Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), 118
Banco Econômico da Bahia, 181
Banco Econômico S.A., 22, 181, 182
Banco RCA Victor [Estados Unidos], 141
Banco Real, 140, 237
Banco Social de Serviços em Psicologia, 132
Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, 74, 75
Biblioteca da Academia Brasileira de Medicina, 318
Biblioteca Nacional, 252
Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, 426
Biblioteca Virtual de Psicoanálisis Latino-americana, 216
Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS-Psi), 132

C

Cadeira de Clínica Psiquiátrica [Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro], 206, 251
Cadeira de Higiene [Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo], 206, 211, 213, 284

Cadeira de Pedagogia e Higiene [Escola Normal Modelo de Minas Gerais], 193
Cadeira de Psicologia Educacional [FFCL-USP], 107
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), 73
Caixa Econômica da Cidade da Bahia, 181
Caixa Econômica Federal, 401
Câmara dos Deputados, 42, 358
Câmara Municipal de Brusque, 233
Campo Freudiano, 80, 117
CAPES, 15, 18, 49, 63, 64, 136, 144, 154, 155, 166, 170, 208, 209, 310, 321, 429
Casa da Esperança, 368
Casa das Palmeiras, 67, 68, 365
Casa de Convalescença Dr. Eiras, 69
Casa de Passagem Maria da Penha Guzzo, 276
Casa de Saúde Ana Nery, 20, 68
Casa de Saúde Dr. Eiras / Paracambi, 71
Casa de Saúde Dr. Eiras / Botafogo, 70, 71
Casa de Saúde Dr. Peixoto, 69
Casa de Saúde Santa Mônica Ltda. (Espaço Bom Viver – EBV), 71, 72
Casa de Saúde São Pedro Ltda. (CSSP), 73
Casa do Acantonamento, 98
Casa do Caminho, 368
Casa do Psicólogo, 39, 80, 179, 187, 197, 299, 394, 407, 417, 422, 440
Casa dos Delegados, 442
Casa Imperial de Saúde e de Convalescença, 69
Cátedra de Psicologia Educacional [FFCL-USP], 194, 196, 310, 358
Catedral do Largo da Sé, 190
Causa Freudiana do Brasil, 125, 126
Cause Freudienne, 125, 333
Célula Modular Universitária VI (CEMUNI VI), 174
Center for Studies of the Person, 93
Central Única dos Trabalhadores (CUT), 409, 411
Centro Acadêmico de Debates e Estudos de Psicanálise (CADEP), 268
Centro Biomédico da UNISINOS, 151
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), 107, 391
Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), 361
Centro Cida Romano de Formação de Educadores, 345
Centro Comunitário de Saúde Mental Mário Leal (CCSMM), 244
Centro Comunitário do Instituto Municipal Nise da Silveira, 252
Centro Cultural São Paulo (CCSP), 214
Centro da Consciência e do Desenvolvimento Humano (INTEGRAR), 73, 74
Centro de Acolhimento de Crise (CAC), 246
Centro de Aplicação da Psicologia Pedro Parafita de Bessa, 142
Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), 95
Centro de Atenção Diária (CAIS), 339
Centro de Atenção e Reabilitação da Mocidade (CARIM), 116
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Moxuara), 233
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, 104
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Bispo do Rosário, 335
Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSi), 87
Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP), 309
Centro de Atendimento em Psicodrama (CAPSI), 56
Centro de Atendimento Psicanalítico, 441
Centro de Atividades do Lazer (CEAL), 298
Centro de Atividades Pedagógicas (CAP), 173
Centro de Ciências Biológicas e Saúde [Universidade Católica de Pernambuco], 135
Centro de Ciências da Saúde (CCS) [Faculdades Integradas de Uberaba], 149

Centro de Ciências Humanas (CCH) [Universidade Federal do Maranhão], 164
Centro de Ciências Humanas e Artes [Universidade Federal de Uberlândia], 316
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) [Universidade Estadual de Maringá], 156, 166
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) [UFRN], 166
Centro de Ciênicas Humanas, Letras e Artes (UFFB), 153
Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR-UFMG), 75
Centro de Convivência do PROJAD [Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro], 327
Centro de Convivência Santana [Santa Catarina], 328
Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Hospitalares e Tecnologia (Equiphos-CTRS), 52
Centro de Desenvolvimento de Pessoal do Banco Econômico, 182
Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) , 20, 55, 74, 76, 181, 187, 440
Centro de Educação em Direitos Humanos Isaías Alves (CEDHIA), 273
Centro de Educação Especial Sérgio de Freitas Pacheco, 368
Centro de Educação Popular, 345
Centro de Educação Técnica e Cultural (CETEC), 135
Centro de Ensino, Pesquisa e Clínica em Psicanálise da Universidade Santa Úsula – CEPCOP/USU, 324
Centro de Estudos da Casa de Saúde Dr. Eiras, 70
Centro de Estudos da Sustentabilidade (CES), 185
Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC), 20, 76, 77, 371, 424
Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST), 20, 77, 289
Centro de Estudos de Psicoterapia Analítica de Grupo de Franca – SP (CEPAG-Franca), 50
Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas (CETPP), 351
Centro de Estudos do Brasil Contemporâneo (CRBC), 407
Centro de Estudos do Hospital Cirurgia [Sergipe], 204
Centro de Estudos do Relacionamento (DAIMON), 56
Centro de Estudos e Atenção ao Álcool e outras Drogas (CEAAD), 244
Centro de Estudos e Pesquisa de Psicanálise do Espírito Santo (CEPES), 117
Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia – CEPP/USU, 324
Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho [São Paulo], 184
Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), 123
Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia Hospitalar (CEPPHO), 236
Centro de Estudos e Pesquisas Psicocirúrgicas (CEPPSIC), 236
Centro de Estudos em Psicologia Aplicada (CEPA), 89, 299, 394
Centro de Estudos em Psicoterapia Analítica de Grupos do Pará (CEPAG Pará), 50
Centro de Estudos em Saúde Mental Nelson Pires [Bahia], 381
Centro de Estudos Franco da Rocha [Complexo Hospitalar do Juquery, São Paulo], 127
Centro de Estudos Freudianos, 20, 78
Centro de Estudos Freudianos de Pernambuco, 20, 80
Centro de Estudos Juliano Moreira – CEJM, 417, 442
Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), 418, 443
Centro de Estudos Sociopsicanalíticos (CESOP), 272
Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa em Grupos (CEAPEG-RS), 50

Centro de Filosofia [Instituto *Sedes Sapientiae*, São Paulo], 200, 202, 344, 345, 346

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) [Universidade Federal de Pernambuco], 160

Centro de Filosofia e Ciências Humanas [Universidade Federal do Pará], 165

Centro de Formação e Pesquisa da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, 52

Centro de Formação Profissional Caboclo Bernardo (CFPCB), 276

Centro de Formação Técnico-Profissional (CEPRO), 298

Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser [Paraná], 97, 98

Centro de Humanidades [Universidade Federal do Ceará], 163

Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE), 20, 81

Centro de Informações Toxicológicas em Porto Alegre – RS, 82

Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), 109

Centro de Intervenção Precoce (CIP) [Bahia], 278

Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia (CLPB), 20, 35, 83

Centro de Memórias e Referências da Psicanálise da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), 442

Centro de Modificação do Comportamento [Instituto de Psicologia Aplicada da PUC-Rio], 147

Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica (COESP) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 20, 84

Centro de Orientação Familiar (COF) de Campinas-SP, 85

Centro de Orientação Familiar (COFAM) [São Paulo], 20, 85

Centro de Orientação Infantil [Paraná], 20, 86

Centro de Orientação Juvenil (COJ), 116, 391, 399, 400

Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP) [Distrito Federal], 87

Centro de Orientação Profissional do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT – SP), 189, 190

Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306

Centro de Orientação Psicopedagógica (COPP) do Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147

Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (CPOE), 88

Centro de Pesquisas Educacionais (CPE) [Rio de Janeiro], 394

Centro de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada (CPGPA) do ISOP/FGV, 351

Centro de Prevenção e Tratamento de Dependência a Substâncias Psicoativas (CPTRA) [Recife], 261

Centro de Profissionalização do Menor (CEPROMEN) [Espírito Santo], 276

Centro de Psicodrama de Brasília (CPB), 20, 89

Centro de Psicologia Aplicada (CENPA) [Minas Gerais, 91, 92, 93

Centro de Psicologia Aplicada (CEPA) [Rio Grande do Norte], 20, 394

Centro de Psicologia Aplicada (CPA) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156

Centro de Psicologia Aplicada à Educação [Universidade de São Paulo], 358

Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310

Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) [Rio de Janeiro], 20, 93

Centro de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Urbelândia (UFU), 315

Centro de Psicologia do Instituto *Sedes Sapientiae*, 344
Centro de Psicologia do Trabalho (CETRA) do Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG), 297
Centro de Publicações e Pesquisas (CEPPES) do Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG), 297
Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança (CQPS) [Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro], 370
Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek – Fundação das Pioneiras Sociais, 52
Centro de Recepção e Triagem (CRP) [Espírito Santo], 276
Centro de Recrutamento e Seleção (CRSP) [Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro], 369
Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto *Sedes Sapientiae*, 345
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), 132
Centro de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 221
Centro de Saúde de Aracaju, 254
Centro de Saúde Mental Oswaldo Camargo (CSMOC) [Bahia], 20, 94
Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147
Centro de Teologia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 135
Centro de Tratamento Clínico (CTC) do Hospital Galba Velloso (HGV), 245
Centro de Treinamento do Banco Central, 289
Centro de Treinamento Rogeriano [Instituto de Psicologia Aplicada da PUC-Rio], 147
Centro de Voluntários da Bahia (CVB), 277
Centro Dom Vital, 20, 95, 96
Centro Editor de Testes e Pesquisa em Psicologia (CETEPP), 299
Centro Educacional Anísio Teixeira – CEAT, 172
Centro Educacional Guaíra, 123, 124
Centro Educacional Médico Psicológico (CEMP), 298
Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser [Paraná], 97, 98
Centro Experimental de Orientação Infanto-juvenil (CEOIJ), 399
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), 20, 99
Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (CFESP/EFS), 388
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), 20, 100, 101, 102
Centro Integrado de Assistência Psicossocial Adauto Botelho (CIAPS Adauto Botelho), 20, 103
Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (CIASE), 276
Centro Internacional em Neurociências e Reabilitação da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, 52
Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa (CEJOP), 20, 104
Centro Médico Psico-Pedagógico do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306
Centro Mineiro de Toxicologia, 224
Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), 218
Centro Ocupacional para Formação Profissional de Adolescentes Oligofrênicos, 202
Centro Paranaense de Estudos Psicodramáticos (CPEP), 214
Centro Paulista de Rádio Educativo, 446
Centro Psicopedagógico (CPP), 20, 105, 106, 223
Centro Psicotécnico Ltda. (CEPEL), 210, 298
Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro (RJ), 231

Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), 67, 251, 336, 363
Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII), 336
Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), 106
Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste, 20, 106
Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, 107
Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, 276
Centro Universitário Celso Lisboa (UCL), 137, 138, 453, 457
Centro Universitário de Bodocongó, 152
Centro Universitário de Corumbá (CEUC), 158
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE), 20, 73, 108
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Ensino de Lorena (UNISAL – U.E. Lorena), 303
Centros de Ciências Humanas e Educação, 207
Centros Regionais de Saúde (CARS) de Santa Catarina, 328
Chácara dos Loucos [Mato Grosso], 103
Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), 110, 111, 112, 113, 114
Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda – Seção Minas Gerais, 110
Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda (CBPP), 112, 113, 114
Círculo Psicanalítico da Bahia, 114
Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), 20, 110, 111, 114, 142, 412
Círculo Psicanalítico de Pernambuco, 114
Círculo Psicanalítico de Sergipe, 114
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), 20, 112, 113, 114, 119, 455
Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS), 20, 113
Círculo Vienense de Psicologia Profunda, 110
Civilização Rural, Cultura e Lazer (CIRCULA), 62
Clínica Adauto Botelho, 255
Clínica Cirúrgica de Colunas de Crianças do Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT) [São Paulo], 235
Clínica de Atendimento Infantil, 115
Clínica de Atendimento Psicológico (CAP), 320
Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS, 84
Clínica de Conduta da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), 323
Clínica de Higiene Mental do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade de São Paulo (USP), 235
Clínica de Orientação Infantil (COI) do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), 21, 115, 116, 207, 279, 325, 326, 327, 399
Clínica de Orientação Infantil de São Paulo, 212
Clínica de Orientação Juvenil (COJ) do Departamento Nacional da Criança [Rio de Janeiro], 115
Clínica de Orientação Psicológica e Social Ltda. (COPS), 21, 117, 118
Clínica de Psicanálise do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), 110
Clínica de Psicologia Aplicada (CPA) da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149
Clínica de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), 199
Clínica de Psicologia da Faculdade Espírito Santo Uniu Dois Amigos (ESUDA), 21, 145
Clínica de Psicologia da FAFIRE, 145, 146, 147, 323
Clínica de Psicologia da Fundação Helena Antipoff (FHA), 180, 181, 221
Clínica de Psicologia da UNICAP, 135
Clínica de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 152
Clínica de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UEPB), 152
Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 315

Clínica de Psicologia do Centro Universitário de Corumbá (CEUC), 158
Clínica de Psicologia do Departamento de Psicologia do Instituto Paraibano de Educação, 108
Clínica de Repouso da Tijuca, 21, 119
Clínica Ibirapuera, 397
Clínica Integrada de Docência-Assistência (CLIDA) da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149
Clínica Médico-Psicossociopedagógica (1977), 368
Clínica Odontológica do Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ), 367
Clínica Paula Frassinetti, 146
Clínica Pinel, 246
Clínica Psicológica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 344
Clínica Psicológica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 323
Clínica Psicológica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 159
Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), 306
Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310
Clínica Psicológica do Itaim, 397
Clínica Psiquiátrica Adauto Botelho, 205
Clínica Psiquiátrica da Escola Paulista de Medicina, 446
Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Recife, 261
Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina, 326
Clínica Psiquiátrica de Sergipe, 255
Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade de São Paulo, 235
Clínica Psiquiátrica dos Irmãos Menninger, 119
Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper, 21, 119, 121
Clínica Social de Psicanálise, 113, 271
Clínica Villa Pinheiros, 434
Clínica-Escola de Fisioterapia da Universidade Católica Dom Bosco, 136
Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, 136
Clube Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC), 289
Clube de Lazer Colônia do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 334
Colégio Abílio da Corte [Rio de Janeiro], 121
Colégio Abílio de Barbacena, 121
Colégio Ateneu Provincial, 285
Colégio Atheneu Brasileiro, 137
Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 291
Colégio Central, 122
Colégio Champagnat [Rio Grande do Sul], 210
Colégio da Polícia Militar [Rio de Janeiro], 370
Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 274
Colégio de Belém, 385
Colégio Des Oiseaux [São Paulo], 201
Colégio do Triângulo Mineiro, 149
Colégio dos Artífices (CA) [Paraíba], 65
Colégio dos Jesuítas [Rio de Janeiro], 205
Colégio dos Meninos de Jesus [Salvador], 385
Colégio dos Órfãos de São Pedro, 387
Colégio Emir de Macedo Gomes [Espírito Santo], 133
Colégio Epifânio Reis [Rio de Janeiro], 121
Colégio Estadual da Bahia (Central) (Colégio Central), 21, 122
Colégio Estadual de Barbacena, 121
Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes, 133
Colégio Estadual Guaíra, 21, 123, 124
Colégio Freudiano [Espírito Santo], 117
Colégio Freudiano do Rio de Janeiro (CFRJ), 21, 80, 125
Colégio Imperial D. Pedro II [Rio de Janeiro], 387
Colégio Militar [Barbacena-MG], 121

Colégio Nossa Senhora do Rosário [Porto Alegre], 210
Colégio Nossa Senhora do Sion [São Paulo], 196
Colégio Piedade [Rio de Janeiro], 169
Colégio Piracicabano Serviço de Evangelização para a América Latina, 268
Colégio Providência [Barbacena-MG], 121
Colégio Santa Teresa, 284, 389, 390
Colégio São João de São João Del-Rei, 144, 303
Colégio São Vicente [Rio de Janeiro], 173
Colônia Agrícola de Jacarepaguá, 251
Colônia Conde de Mesquita [Rio de Janeiro], 334, 336
Colônia da Ilha do Governador, 32, 251, 334, 336
Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, 336
Colônia de Alienados de Jacarepaguá, 251, 334
Colônia de Desinternação Progressiva (CDP) [São Paulo], 242
Colônia de Engenho de Dentro, 251
Colônia de Férias Nossa Senhora de Lourdes [Rio das Ostras], 104
Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, 251, 317, 318, 336
Colônia de Psicopatas do Rio de Janeiro, 253
Colônia de Psicopatas Dois Leões, 253
Colônia Gustavo Riedel [Rio de Janeiro], 251, 336
Colônia Juliano Moreira [Paraíba], 129
Colônia Juliano Moreira [Rio de Janeiro], 334, 335
Colônia Nina Rodrigues para Psicopatas [Maranhão], 253
Colônia São Bento [Rio de Janeiro], 334, 336
Columbia University [Estados Unidos], 57, 395
Comando da Aeronáutica, 300
Comando Geral do Pessoal (COMGEP), 300
Comissão Brasileira – Americana de Educação Indústria, 402
Comissão de Ensino Superior do MEC, 403
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), 109
Companhia de Jesus, 114, 385
Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), 368
Companhia Elétrica Vale do Paraíba, 401
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) Arcelor Brasil, 118, 228
Companhia Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), 109
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), 299
Complexo Didático Esportivo (Mato Grosso do Sul], 137
Complexo Hospitalar do Juquery [São Paulo], 127, 128
Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM) [Paraíba], 109, 129, 130, 379
Concurso de Robustez, 295
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), 411
Confraria de Caridade Nossa Senhora da Piedade, 382
Congregação da Nossa Senhora das Cônegas de Santo Agostinho, 201
Congregação da Ordem São José, 258
Congregação de Santa Doroteia do Brasil, 389
Congregação do Sagrado Coração de Jesus, 234
Congregação Santa Terezinha, 331
Congresso Nacional, 39, 45, 54, 58, 131, 179, 269, 299, 345
Conselho Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina (COPAL), 215
Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) da Universidade Federal de Pernambuco, 160
Conselho de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 153
Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 153

Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (CEP/UFSC), 162
Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (CEP/UFF), 167
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 166, 394
Conselho de Higiene e Segurança do Trabalho [São Paulo], 291
Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 217
Conselho de Psicólogos do Brasil, 42
Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA) [Bahia], 277
Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, 158
Conselho Estadual e Municipal de Saúde, 411
Conselho Federal de Educação (CFE), 162, 174, 324, 388
Conselho Federal de Medicina, 269
Conselho Federal de Psicologia (CFP), 13, 14, 15, 17, 42, 75, 78, 115, 151, 412
Conselho Municipal de Assistência Social (CMASS) [Bahia], 277
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) [Bahia], 277
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 278
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 392
Conselho Nacional de Educação, 46, 155
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 238
Conselho Nacional de Serviço Social, 440
Conselho Regional de Psicologia - 16ª Região, 228
Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região, 396
Conselho Regional de Psicologia - 3ª Região, 34
Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, 144, 180, 438
Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, 411
Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região, 376
Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05), 408
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-07), 161
Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 275
Conselho Tutelar [Belo Horizonte], 221
Conselhos e Sindicatos Profissionais, 361
Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, 28, 269
Construtora José Mendes Junior [Minas Gerais], 298
Consultório Médico-Pedagógico da Sociedade Pestalozzi, 438
Controladora Geral do Estado da Paraíba, 109
Convento de Palma, 302
Cooperativa da Praia Vermelha, 339
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 15, 154, 155
Coordenação de Estudos e Pesquisa sobre a Infância – CESPI, 324
Coordenação de Saúde do Departamento do Sistema Prisional (DESIPE), 240
Coordenação Materno-infantojuvenil da Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Saúde (CEOIJ), 399, 400
Coordenação Pró-Educação Continuada (COPEC), 56
Coordenadoria das Atividades dos Psicólogos do Hospital das Clínicas de São Paulo (CAPSI), 237
Coordenadoria de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (CODEF) [Bahia], 277
Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico do Hospital Universitário Pedro Ernesto (CDA/HUPE), 263
Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEID) [Piauí], 449

Coordenadoria Regional do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff do Rio de Janeiro, 74

Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), 401

Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC), 269

Corregedoria Geral de Justiça [Bahia], 238

Creche da Universidade Federal Fluminense (Creche/UFF), 168

Cúria Romana, 386

Curso Ancilla Domini, 114

Curso Christus Sacerdos, 114

Curso Complementar da Escola Normal de Porto Alegre, 283

Curso de Administração da UCSAL, 302

Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação Caetano de Campos, 192, 280

Curso de Alta Cultura Pedagógica, 191

Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Instituto de Educação Caetano de Campos, 395

Curso de Aplicação da Escola Normal de Porto Alegre, 188

Curso de Aplicação da Escola Normal Modelo, 193, 194

Curso de Aplicação da Escola Normal Oficial, 346

Curso de Classificação de Pessoal (CCP) do Exército Brasileiro, 401

Curso de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 312

Curso de Cultura Pedagógica do Laboratório de Psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo, 357

Curso de Direito das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 149

Curso de Doutorado em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 156, 165

Curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) da UERJ/UFMA, 164

Curso de Educação Comparada do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Educadores Sanitários do Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT), 212

Curso de Ensino Ativo, 284

Curso de Especialização de Psicodrama do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC), 296

Curso de Especialização do Centro de Estudos de Gestalt-Terapia de Brasília (CEGEST), 77

Curso de Especialização do Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília (IGTB), 289

Curso de Especialização em Aconselhamento Psicológico da Universidade de São Paulo (USP), 372

Curso de Especialização em Metodologia Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 155

Curso de Especialização em Psicanálise: Subjetividade e Cultura, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156

Curso de especialização em Psicologia Clínica – Abordagem Fenomenológica Existencial, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 135

Curso de Especialização em Psicologia Clínica – Orientação Analítica, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 135

Curso de Especialização em Psicologia Clínica da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 201

Curso de Especialização em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP), 416

Curso de Especialização em Psicologia Clínico-institucional, Modalidade Residência Hospitalar, do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 262

Curso de Especialização em Psicologia da Educação da Universidade de São Paulo (USP), 308

Curso de Especialização em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147, 392

Curso de Especialização em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 209

Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho do Instituto *Sedes Sapientiae*, 344

Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ), 312

Curso de Especialização em Psicologia Médica e Psicossomática do Centro de Orientação Juvenil (COJ), 399

Curso de Especialização em Psicologia Preventiva do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), 325

Curso de Especialização em Psicologia Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 163

Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149

Curso de Especialização em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), 325, 326

Curso de Especialização em Residência em Saúde Mental, do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 334

Curso de Especialização em Saúde Mental do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, 336

Curso de Especialização em Teoria da Clínica Psicanalítica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 202, 314

Curso de Estatísticas Vitais do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Estudo do Desenvolvimento Físico durante a Idade Escolar do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Extensão em Terapia Comunitária da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149

Curso de Filosofia da Educação do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), 107

Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 392

Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 209

Curso de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 314

Curso de Filosofia e Psicologia da Escola Normal de São Paulo, 190, 194, 195, 196, 358

Curso de Fisiologia e Higiene da Infância e da Adolescência do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Formação de Professores Primários do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Formação de Psicólogo da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 158

Curso de Formação de Psicólogo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 304

Curso de Formação de Psicólogo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147

Curso de Formação de Psicólogo da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262

Curso de Formação de Psicólogo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 314

Curso de Formação Pedagógica do Professor Secundário do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280

Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200

Curso de Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147

Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB), 308

Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 310
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 155
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 159
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), 165
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 319
Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF), 169
Curso de Graduação em Psicologia das FACULDADES INTEGRADAS COLÉGIO MODERNO, 60
Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em Primeiro Grau do Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes, 132, 133
Curso de Habilitação para o Exercício do Magistério em segundo grau, 133
Curso de Habilitação para o Magistério do Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, 285
Curso de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 211
Curso de Higiene Escolar do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280
Curso de História da Educação do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280
Curso de Investigações Sociais em nosso Meio do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280
Curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 33, 182, 202, 292
Curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 142
Curso de Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), 162
Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 84
Curso de Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 91, 92, 134, 227, 246, 304, 306
Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 73, 155, 156, 188
Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF), 169, 170
Curso de Mestrado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA), 165
Curso de Mestrado Interinstitucional (MINTER) da UERJ/UFMA, 164
Curso de Orientação Profissional do Instituto de Educação Caetano de Campos, 191, 192, 280, 281, 358
Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 207
Curso de Pedagogia da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), 224
Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UNB), 308
Curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP), 211
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 142
Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), 91, 92
Curso de Pedagogia, Ciências e Letras de Natal, 394
Curso de Princípios Gerais de Educação do Instituto de Educação Caetano de Campos, 191, 192, 280, 281, 358
Curso de Problemas Sociais Contemporâneos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 191, 192, 280, 358
Curso de Psicologia Aplicada à Aviação (CEPAAv) do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 119, 147
Curso de Psicologia Aplicada à Educação do Instituto de Educação Caetano de Campos, 191, 192, 280, 281, 358

Curso de Psicologia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), 183, 184, 185

Curso de Psicologia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), 189, 190

Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Psicologia/FCH/FUMEC), 92, 133, 134, 299

Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), 199, 200

Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, 324

Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 207

Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 319

Curso de Psicologia da Faculdade Espírito Santo Uniu Dois Amigos (ESUDA), 145

Curso de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB), 319

Curso de Psicologia da Federação das Faculdades Celso Lisboa, 137

Curso de Psicologia da Federação das Faculdades Integradas Celso Lisboa, 137

Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 92, 133, 134

Curso de Psicologia da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), 224, 225, 226

Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 91, 134, 227, 246, 304, 306

Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 36, 47, 56, 58, 66, 107, 175, 201, 202, 207, 208

Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 76, 96, 120, 121, 147, 148

Curso de Psicologia da UFRJ, 205, 240, 252, 270, 305, 317, 319, 325, 350

Curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), 304, 305

Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 135, 136, 323

Curso de Psicologia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 113, 209, 211, 285

Curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, 136, 137, 219, 220, 221, 303

Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 41, 42, 43, 44, 57, 58, 63, 79, 94, 107, 108, 128, 144, 165, 176, 189, 192, 211, 213, 308, 310, 311, 314, 372, 404, 405, 422

Curso de Psicologia da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149, 150

Curso de Psicologia da Universidade de Uberlândia (UnU), 315

Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 41, 48, 49, 51, 52, 75, 164, 174, 262, 263, 274, 275

Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 114, 150, 152

Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 152

Curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 182, 202, 278, 292, 293, 294, 302, 314, 315

Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 155, 156

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156, 157, 158

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 158, 159

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 75, 76, 91, 92, 103, 134, 141, 142, 143, 144, 232, 246, 406, 407, 408

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 63, 159, 160, 322

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 160, 161, 162

Curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 315, 316, 317

Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), 74, 162, 163

Curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 94, 118, 174, 175, 228, 232
Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 163, 164
Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165
Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 156, 166, 394, 395
Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 84, 285
Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 167, 168, 174, 175, 400
Curso de Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF), 169, 170
Curso de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), 170, 171
Curso de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL), 137, 138
Curso de Psicologia do Centro Universitário de Corumbá (CEUC), 158, 159
Curso de Psicologia do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), 108, 109
Curso de Psicologia do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá (DED-UEM), 153, 514
Curso de Psicologia do Instituto de Educação Estadual de Maringá, 153, 155, 282, 283
Curso de Psicologia Experimental e Orientação Vocacional do Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède, 179, 180, 181, 192, 222
Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 76, 96, 120, 147, 227, 392, 418
Curso de Sociologia Educacional do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280, 358
Curso de Testes e Escolas do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280, 358
Curso Especial de Psicotécnica-Militar (CES-PM), 401
Curso Intensivo de Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), 183, 184, 185
Curso Normal da Escola Normal de Porto Alegre, 283
Curso Normal da Escola Normal Modelo, 193, 194, 281
Curso Normal da Escola Normal Secundária de São Paulo, 357
Curso Normal de Linhares, 132, 133
Curso Normal do Instituto de Educação Caetano de Campos, 280, 281, 358
Curso Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá, 153, 282, 283
Curso Normal do Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF), 346, 347
Curso Normal do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), 347, 349
Curso Normal Regional Oficial do Estado de Minas Gerais, 179

D

Damas da Assistência à Infância, 294
Damas de Caridade do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), 294, 295
Departamento Clínico do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), 112, 113
Departamento de Administração de Pessoal (DAP) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 175, 176, 177
Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), 99, 139, 140
Departamento de Análise Institucional (DAI) do Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI), 61, 271, 272, 361
Departamento de Arteterapia do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 207, 214, 307, 344, 345, 416
Departamento de Assistência Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), 398
Departamento de Assuntos Penais (DAP) da Secretaria de Justiça da Bahia, 238

Departamento de Avaliação da Fundação Carlos Chagas (FCC), 216
Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), 183
Departamento de Educação (DED) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 153
Departamento de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação do Piauí, 447, 448
Departamento de Enfermagem do Hospital Colônia Adauto Botelho (HAB), 231, 232
Departamento de Ensino da Faculdade Dom Bosco de São João Del-Rei, 144, 231, 303
Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 139, 147, 178, 183
Departamento de Ensino da Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP), 445, 446, 447
Departamento de Ensino do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), 306, 307, 308
Departamento de Estudos Específicos da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 47, 48, 51, 52, 75, 164, 174, 262, 263, 274, 275, 312, 313, 351, 400
Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156, 157, 158
Departamento de Filosofia e Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 94, 118, 174, 175, 228, 232
Departamento de Filosofia e Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165
Departamento de Filosofia e Psicologia da Universidade Federal Fluminense (GFP-UFF), 167
Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416
Departamento de Formação em Psicopedagogia do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 346
Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), 183, 184, 185
Departamento de Gestalt-terapia do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416
Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 15, 36, 47, 56, 58, 107, 175, 201, 202, 207, 208, 307, 308, 344
Departamento de Organização e Desenvolvimento (DOD) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 175, 176, 177
Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais (DOT), 140, 141, 142
Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262, 274, 312
Departamento de Pediatria do Hospital Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 113, 209
Departamento de Pesquisa do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), 306, 307, 308
Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 175, 176, 177
Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas (FCC), 216, 217
Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC), 216, 217
Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 397, 398
Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416
Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416

Departamento de Psicobiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), 306, 307, 308

Departamento de Psicodinâmica do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416

Departamento de Psicodrama do Instituto *Sedes Sapientae* (DP *Sedes Sapientiae*), 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416

Departamento de Psicologia (DPS) do Centro Universitário de Corumbá (CEUC), 158, 159, 399

Departamento de Psicologia Aplicada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 15, 36, 47, 56, 58, 107, 175, 201, 202, 207, 208, 307, 308, 344

Departamento de Psicologia Clínica (PSC) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311

Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB), 63, 165, 176, 177, 289, 308, 309

Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165

Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 49, 84, 319, 432

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311

Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Paraíba, 155

Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 75, 76, 91, 92, 134, 141, 142, 143, 144, 232 ,246, 406, 407

Departamento de Psicologia da Faculdade Espírito Santo Uniu Dois Amigos (ESUDA), 145

Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 76, 96, 120, 147, 148, 227, 392, 418

Departamento de Psicologia da Pueri Domus-Rio – Escola Experimental, 172

Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), 304, 305

Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 135, 136, 323

Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto), 36, 41, 42, 43, 44, 57, 58, 63, 79, 80, 94, 107, 108, 128, 144, 165, 176, 184, 189, 192, 211, 213, 235, 281, 308, 310, 311, 314, 372, 404, 405, 422

Departamento de Psicologia da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 149, 150

Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 114, 150, 152

Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 152

Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (DPI-UEM), 153, 154

Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 33, 182, 202, 278, 292, 293, 294, 302, 314, 315, 382

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156, 157

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 63, 159, 160, 322

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 160, 161, 162

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 74, 162, 163

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), 74, 162, 163

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 94, 118, 174, 175, 228, 232

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSI/UFMA), 163

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 156, 165, 166, 394, 395
Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 49, 84, 285, 319, 432
Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (GSI-UFF), 167
Departamento de Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF), 169, 170
Departamento de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, 324
Departamento de Psicologia das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 149
Departamento de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), 170, 171
Departamento de Psicologia do Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT), 172, 173
Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 36, 47, 56, 58, 66, 107, 175, 201, 202, 207, 208, 307, 308, 344, 346
Departamento de Psicologia do Instituto Central de Biologia da Universidade de Brasília (UnB), 63, 165, 176, 177, 289, 308, 309, 310
Departamento de Psicologia do Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB), 63, 165, 176, 177, 289, 308, 309, 310
Departamento de Psicologia do Instituto de Biologia da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262, 274, 312
Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB), 63, 165, 176, 177, 289, 308, 309, 310
Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 149
Departamento de Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 63, 159, 160, 322
Departamento de Psicologia do Instituto Paraibano de Educação, 108
Departamento de Psicologia e Biologia da Universidade Federal do Maranhão, 163
Departamento de Psicologia e Departamento de Psicologia Social e Organizacional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 315, 316, 317
Departamento de Psicologia e Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 94, 118, 174, 175, 228, 232
Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP), 36, 41, 42, 43, 44, 57, 63, 79, 94, 107, 108, 128, 144, 165, 176, 184, 189, 192, 211, 213, 235, 308, 310, 311, 372, 373, 394, 404, 405, 422, 423
Departamento de Psicologia Experimental (PSE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311
Departamento de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165
Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 15, 36, 47, 56, 58, 107, 175, 201, 202, 207, 208, 307, 308, 344
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311
Departamento de Psicologia Social e Escolar da Universidade Federal do Pará (UFPA), 60, 165
Departamento de Psicopatologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 36, 47, 56, 66, 107, 175, 201, 202, 207, 208, 307, 308, 344, 346

Departamento de Psicopatologia do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353, 354

Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 175, 176, 177

Departamento de Saúde do Estado de Pernambuco, 188, 200, 322, 323

Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco, 188, 200, 322, 323, 358

Departamento de Saúde Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), 398

Departamento de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 223

Departamento de Saúde Pública de Santa Catarina, 160

Departamento de Serviço Público do Estado de São Paulo, 395

Departamento de Sociologia, Filosofia e Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 94, 118, 174, 175, 228, 232

Departamento de Testes e Medidas da Fundação Carlos Chagas (FCC), 216, 217

Departamento de Trânsito (DETRAN), 177, 178, 298

Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE), 240

Departamento e Coordenação de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, 324

Departamento Estadual da Criança (DEC) da Secretaria da Saúde e Assistência Social de Curitiba, 86

Departamento Estadual de Administração, 405

Departamento Estadual de Serviço Público [Paraná], 330

Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN-ES), 227, 299

Departamento Nacional da Criança (DNCr), do Ministério da Educação e Saúde, 399, 400

Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), 177

Departamento Psicologia Experimental (PSE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311

Departamento Reichiano do Instituto *Sedes Sapientiae*, 200, 201, 202, 214, 307, 344, 345, 416

Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial do Ministério do Exército para o Projeto de Desenvolvimento de Potencialidades (PRODEP), 51

Diretoria-Geral de Ensino da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 395

Diretoria-Geral de Saúde (DGS / Quartel-General (QG) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), 369, 370

Diretório Acadêmico de Psicologia da UFU, 315, 316, 317

Dispensário do Jenipapeiro/ Dispensário do Lira/ Hospital Nina Rodrigues (HNR), 253, 254

Divina Providência [Irmãs da], 233, 234, 327

Divisão Administrativa do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300, 301

Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), 106, 107, 108, 391

Divisão de Assistência a Psicopatas (DAP), 176, 177

Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), 398

Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, 102, 105

Divisão de Avaliação e Acompanhamento Técnico (DAAT) da Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE) [Piauí], 447, 448

Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRHUM) do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300, 301

Divisão de Ensino (DE) da Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE) [Piauí], 447, 448

Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), 106, 107, 108

Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais (DEPS) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), 106, 107, 108

Divisão de Modificação do Comportamento da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP), 36, 43, 44

Divisão de Organização Administrativa do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), 290, 291

Divisão de Organização Técnica do Trabalho do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), 290, 291

Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento (DPESQ) do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300, 301

Divisão de Psicobiologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP), 43

Divisão de Psicologia Aplicada (DPA) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ), 317, 319

Divisão de Psicologia Aplicada ao Trabalho e à Indústria da Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP), 57, 58

Divisão de Psicologia do Desenvolvimento da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP), 43, 44

Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas (DIP-ICHC) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), 235

Divisão de Psicologia do Instituto de Ciências do Homem [Pernambuco], 159

Divisão de Psicologia Edouard Claparède (Clínica Claparède) da Fundação Helena Antipoff (FHA), Ibirité-MG, 180, 181, 221

Divisão de Psicologia Teoria e Experimental, Social e da Personalidade da Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP), 57, 58

Divisão de Psicopatologia, Psicologia Clínica, Correcional e Higiene Mental da Associação de Psicologia de São Paulo (ASPSP), 57, 58

Divisão de Recrutamento e Seleção do Banco Econômico S.A., 181, 182

Divisão de Segurança do Trabalho (DISET) da Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE) [Piauí], 301, 447, 448

Divisão de Segurança do Trabalho (DISET) do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300, 301

Divisão de Seleção (DISEL) do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300, 301

Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), 361

Divisão Pinel e Esquirol do Hospital São Pedro [Rio Grande do Sul], 258, 259, 340, 341, 387

E

École de La Cause Freudienne, 333

École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, 407

École Freudienne de Paris, 125, 332

Ecologia Social (EICOS), 319

Editora Casa do Psicólogo, 407

Editora Gama Filho, 170

Editora HUCITEC, 36

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), 118

Empresa Brasileira de Telecomunicações S. A. (EMBRATEL), 271

Empresa Distribuidora de Testes (EDITES), 299

Ensino Industrial do Estado de São Paulo, 402

Escola Aires Gama, 188
Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, 205
Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), 80
Escola Brasileira de Rorschach, 447
Escola Brincar, 368
Escola Caetano de Campos, 281
Escola Complementar, 281
Escola da Causa Freudiana (ECF), 80
Escola da Serra, 298
Escola de Administração Bancária Clemente de Faria, 141
Escola de Administração da UFBA, 182
Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), 183
Escola de Agronomia em S. Bento das Lages, 203
Escola de Aperfeiçoamento / Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte / Escola de Aperfeiçoamento de Professores / Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte / Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico – MG, 142, 185, 186, 187, 195, 222, 284, 438, 439
Escola de Aprendizes Artífices, 99
Escola de Belas-Artes, 189
Escola de Ciências Médicas da Santa Casa, 405
Escola de Cirurgia da Bahia, 202
Escola de Comércio Álvares Penteado, 189
Escola de *Design* da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), 92
Escola de Educação de Crianças Anormais, 358
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 336
Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, 149
Escola de Ensino Fundamental D. Pedro II, 286
Escola de Especialização em Psicodrama Psicoterapêutico e Socioeducacional, 296
Escola de Higiene / Escola de Higiene e Saúde Pública / Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 211, 212
Escola de Informática e Cidadania do Instituto Municipal Philippe Pinel, 336, 338, 339
Escola de Medicina [São Paulo], 128
Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), 117
Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), 348
Escola de Química [Sergipe], 204
Escola de Recuperação e Clínica Psicológica [Curitiba], 330
Escola de Serviço Social [Sergipe], 204
Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 302
Escola do Dr. Halley Alves Bessa, 133
Escola Doméstica de Natal, 187
Escola Especial Ana Cordeiro, 447
Escola Especial São José, 104
Escola Especial Ulisses Pernambucano, 188
Escola Estadual Maria Ortiz, 286
Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo, 285, 286
Escola Freudiana de Paris (EFP), 79
Escola Guatemala, 391, 392
Escola Lacaniana de Vitória, 117
Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), 189, 190
Escola Mercedes Stresser, 53, 97, 98
Escola Modelo Jerônimo Monteiro, 285
Escola Modelo Sergipe, 287
Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 77
Escola Nacional de Belas-Artes, 96
Escola Normal Antonino Freire (ENAF), 346
Escola Normal da Bahia, 273
Escola Normal da Capital, 280
Escola Normal da Corte, 348
Escola Normal da Paraíba, 194
Escola Normal de Alagoas, 194
Escola Normal de Amparo, 196
Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, 99

Escola Normal de Belo Horizonte, 195
Escola Normal de Fortaleza, 195
Escola Normal de Goiás, 194
Escola Normal de Linhares, 132, 133
Escola Normal de Minas Gerais, 194
Escola Normal de Natal, 288
Escola Normal de Niterói, 194
Escola Normal de Ouro Preto, 194
Escola Normal de Pernambuco, 194
Escola Normal de Piracicaba, 196
Escola Normal de Porto Alegre, 283
Escola Normal de Recife, 195
Escola Normal de Salvador, 195
Escola Normal de São Carlos, 404
Escola Normal de São Paulo / Escola Normal da Praça / Escola Normal da Praça da República, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 281, 282, 357, 358
Escola Normal de Sergipe, 194
Escola Normal do Ceará, 194
Escola Normal do Espírito Santo, 194
Escola Normal do Mato Grosso, 194
Escola Normal do Pará, 194
Escola Normal do Paraná, 194
Escola Normal do Rio de Janeiro, 195, 196
Escola Normal do Rio Grande do Norte, 194
Escola Normal do Rio Grande do Sul, 194
Escola Normal Modelo [Minas Gerais], 193, 194
Escola Normal Modelo da Capital [São Paulo], 281
Escola Normal na Província de Sergipe Del-Rei, 286
Escola Normal Oficial / Escola Normal Oficial de Pernambuco, 188, 195, 321, 346
Escola Normal Oficial (PI), 347
Escola Normal Pedro II, 285, 286
Escola Normal Rui Barbosa, 286, 287, 288
Escola Normal Secundária [São Paulo], 191, 357, 358
Escola Normal Secundária de Maringá, 282, 283
Escola Nossa Senhora da Penha, 285
Escola Pacheco e Silva, 127
Escola Paulista de Medicina, 37, 446
Escola Paulista de Psicodrama, 74
Escola Pernambucana de Psiquiatria, 255
Escola Politécnica, 189
Escola Preparatória de Cadetes do Ar, 121
Escola Sandoval Soares de Azevedo de Educação Básica, 222
Escola Secundária Amaral Fontoura, 282
Escola Secundária do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), 348
Escola Superior de Psicanálise (ESP), 268
Escola Técnica do Comércio do Triângulo Mineiro, 149
Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (ETFCSF), 99, 100
Escola Técnica Federal da Guanabara (ETFG), 99, 100
Escola Técnica Nacional (ETN), 99
Escola Wenceslau Brás, 99
Escolas Normais, 115, 193, 194, 195, 196, 283, 284, 286, 288, 357
Escrita Freudiana, 80
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), 118
Estatuto da Criança e do Adolescente, 276, 277
Estrada de Ferro Central do Brasil, 439
Estrada de Ferro Sorocabana, 388, 389, 402
Exodus Brasil, 269

F

Faculdade Católica de Filosofia [Sergipe], 204
Faculdade Católica do Rio de Janeiro, 96
Faculdade de Administração da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), 190
Faculdade de Administração e Finanças de Santa Catarina, 161

Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), 190
Faculdade de Ciências da Educação [Chapecó-SC], 229
Faculdade de Ciências Econômicas [Salvador], 293
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 404
Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis [Rio de Janeiro], 137
Faculdade de Ciências Econômicas e de Direito (Sergipe), 204
Faculdade de Ciências Humanas (FCH), 133, 171
Faculdade de Ciências Humanos (CESMAC), 170
Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), 199, 200
Faculdade de Ciências Humanas de Vitória, 299
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 211
Faculdade de Direito de Curitiba, 356
Faculdade de Direito de Recife, 66, 286
Faculdade de Direito de Santa Catarina, 161
Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, 190
Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, 149
Faculdade de Economia e Administração, 404
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), 107
Faculdade de Educação da Universidade do Brasil (UB), 318
Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262
Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), 92
Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 51, 75, 174, 262, 312
Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 156
Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 285
Faculdade de Engenharia de Santa Catarina, 161
Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, 161
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, 135
Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 302
Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 161
Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) / Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 285
Faculdade de Filosofia de Bauru, 303
Faculdade de Filosofia de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 91
Faculdade de Filosofia de Pelotas, 113
Faculdade de Filosofia do Instituto *Sedes Sapientiae* / Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae*/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200, 201
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 142
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 314
Faculdade de Filosofia São Bento, 405
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNICAP, 135
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), 57, 107, 189, 192, 196
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara (FFCL/UEG), 274
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, 394

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP, 43, 44, 144
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina, 161
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, 315
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, 135
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria [Belo Horizonte], 304
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, 324
Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 211, 213
Faculdade de Medicina da Bahia (FAMED), 202, 244
Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 202, 314
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, 202
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 213
Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, 205
Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 202, 381
Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe (UFS), 204
Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 205
Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, 342
Faculdade de Medicina de Paris, 191
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ USP, 44
Faculdade de Medicina de São Paulo, 211, 420
Faculdade de Medicina de Sergipe, 204
Faculdade de Medicina do Recife, 261
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 205, 206, 251, 279, 285, 288, 356, 413
Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 115, 211
Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, 202
Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, 205
Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, 149
Faculdade de Psicanálise, 39
Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 207, 208
Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAPSI/PUCRS), 209, 394
Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (FAPSI/UFU), 315
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 211, 213
Faculdade de Seviço Social de Santa Catarina, 161
Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del-Rei,
Faculdade Dom Bosco de São João Del-Rei, 303
Faculdade Frassinetti do Recife, 145, 323
Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), 207, 319
Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, 205
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), 187
Faculdade Paulista de Direito, 306
Faculdade Ruy Barbosa, 239, 382
Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, 302, 303
Faculdade Salesiana de Lorena-SP, 303
Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, 208, 209, 306, 307
Faculdades Integradas Colégio Moderno,
Faculdades Integradas da Sociedade Universitária Gama Filho, 169
Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 149

Fazenda do Rosário, 61, 62, 74, 179, 181, 195, 222, 437, 439
Fazenda Santa Rosa, 254
Federação Baiana das Entidades de Excepcionais (FEBIEX), 277
Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP), 56, 89, 213, 296, 431
Federação das Faculdades Celso Lisboa, 137
Federação das Faculdades Integradas Celso Lisboa, 137
Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), 228
Federação Espírita Brasileira (FEB), 266
Federação Estadual dos Trabalhadores em Seguridade Social (FETSS) [São Paulo], 411
Federação Internacional de Psicoterapia Médica, 114
Federação Internacional de Sociedades Psicanalíticas, 114
Federação Internacional dos Círculos de Psicologia Profunda, 114
Federação Latino-Americana de Psicoterapia Analítica de Grupo (FLAPAG), 50, 444
Federação Nacional das APAEs, 53, 54, 55
Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, 440
Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL), 215, 417, 442
Ferrovia Paulista S. A. (FEPASA), 389
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 64
Força Aérea Brasileira (FAB), 300
Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), 132
Fórum de Psicanálise do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), 111
Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo (FCL-SP), 80
Fórum Mendes Pimentel, 185
Frente Negra Brasileira, 451
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)/ Fundação Carlos Chagas (FCC), 216, 217, 405
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), 217, 219
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), 64
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 166
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), 64
Fundação de Apoio ao Portador de Deficiências (FUNAD), 109
Fundação de Estudos e Pesquisas Socionômicas do Brasil (FEPS do Brasil), 377
Fundação de Seguridade Social (GEAP), 73
Fundação Dom Bosco, 219, 220, 221
Fundação Dom Cabral da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 227
Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, 98
Fundação Educacional de Assistência Psiquiátrica, 102, 106, 224
Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina (FUNESC), 226
Fundação Educacional do Município de Maceió (FEMAC), 323
Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC), 226
Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI), 226
Fundação Educacional Jaime de Altavila (FEJAL), 171
Fundação Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), 226
Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP), 190
Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (FESBEM), 275
Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC), 109
Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica (FEAP), 29, 102, 223, 246
Fundação Estadual de Educação Rural Helena Antipoff, 221, 222

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), 70, 79
Fundação Ford, 217
Fundação Fullbright, 293
Fundação Gaffrée e Guinle, 338, 355
Fundação Getúlio Vargas, 47, 139, 140, 144, 147, 173, 178, 183, 185, 291, 292, 349, 350, 351, 407, 409
Fundação Helena Antipoff (FHA), 74, 75, 76, 180, 181, 221, 222
Fundação Hospitalar de Santa Catarina, 328
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), 30, 102, 106, 223, 224, 246
Fundação João Pinheiro, 220, 224, 227
Fundação José Augusto, 394
Fundação Livro dos Cegos, 277
Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA), 92
Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 133, 134, 299
Fundação Municipal de Cultura de Barbacena (FUNDAC), 102
Fundação Municipal de Educação de Niterói,
Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), 70, 276
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 249, 250, 252, 267, 280, 359, 360, 400, 419, 443
Fundação Padre Anchieta, 446
Fundação Rockefeller, 211, 212
Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 262
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 159
Fundação Universitária de Minas Gerais (FUMG), 133
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), 224, 226
Fundo de Saúde do Exército (FUSEX), 73
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE),
Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, 220
Furnas Centrais Elétricas S. A.,

G

Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental da Escola Normal de São Paulo, 191, 192, 357
Gabinete de Psicologia da Escola Guatemala, 391
Gabinete de Psicologia do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), 258
Gabinete de Psicologia do Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE), 284
Gabinete de Psicotécnica em Trânsito do DETRAN/MG, 178
Gabinete de Psicotécnica no Instituto Profissional Masculino, 402
Gerência de Medidas Socio-educativos não Privatizar de Liberdade, 276
Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 274
Ginásio Mineiro, 121
Governo do Estado de São Paulo, 189, 310, 357, 389
Governo do Estado do Espírito Santo, 275
Gráfica Santa Marta, 109
Grandes Moinhos do Brasil S. A., 323
Grupão [Rio de Janeiro], 331
Grupo das Terças-Feiras (Grupo Pró-Associação Profissional de Psicólogos) [Pará], 59
Grupo de Atendimento Psicológico (GAP) [Espírito Santo], 227
Grupo de Estudo de Ribeirão Preto (GERP), 214
Grupo de Estudos Avançados em Abordagem Centrada na Pessoa [São Paulo], 372
Grupo de Estudos de Psicodrama [Campinas], 296
Grupo de Estudos de Psicodrama de São Paulo (GEPSP), 40
Grupo de Estudos Interações Pessoa-Ambiente, 166

Grupo de Estudos Psicanalíticos (GREP), 150
Grupo de Psicoterapia de Juiz de Fora – Barbacena (GPA-JF), 50
Grupo Econômico, 182
Grupo Familiar do Espiritismo, 266
Grupo Psicanalítico de São Paulo, 415
Grupos de Estudos Psicanalíticos de Mato Grosso do Sul, 39
Grupos de Estudos Psicanalíticos de Ribeirão Preto, 39
Grupos de Estudos Psicanalíticos do Rio de Janeiro, 39

H

Hospício da Diamantina, 230, 231
Hospício da Visitação de Santa Isabel, 229, 260
Hospício de Alienados [Tamarineira, Recife], 229, 260
Hospício de Alienados de São Paulo, 127
Hospício de Azambuja, 234
Hospício de Diamantina,
Hospício de Juqueri, 31, 70
Hospício de Olinda, 260
Hospício de Pedro II (HPII) / Hospício Pedro II, 206, 250, 336, 338, 325, 349
Hospício e Colônias de Juquery, 127, 129
Hospício Nacional de Alienados (HNA), 32, 239, 250, 251, 334, 336, 338, 342, 413, 414, 415
Hospício Oscar Schneider, 327
Hospício S. João de Deus, 237, 238, 249, 250
Hospício São Pedro, 258, 259
Hospício Velho / Velho Hospício, 31, 338
Hospital Abrigo Dr. João Vianna, 279
Hospital Adauto Botelho (HAB), 231, 233
Hospital Alberto Cavalcanti, 224
Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, 233, 234
Hospital Central do Juqueri, 241
Hospital Colônia,
Hospital Colônia de Barbacena, 100, 101, 102, 103, 223
Hospital Colônia de Oliveira, 106
Hospital Colônia de Eronides Carvalho,
Hospital Colônia Santana, 234, 327, 328
Hospital Cristiano Machado [Sabará], 224
Hospital da Caridade [Salvador], 249
Hospital da Cruz do Peixe, 65
Hospital da Santa Casa de Misericórdia [Olinda], 260, 383
Hospital da Santa Casa de Misericórdia [Rio de Janeiro], 206, 383, 384
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235
Hospital das Clínicas da Universidade do Estado da Guanabara (HC/UEG), 262
Hospital de Alienados [Tamarineira, Recife], 229, 260, 381
Hospital de Assistência a Alienados de Barbacena, 100, 342
Hospital de Cirurgia [Sergipe], 204
Hospital de Clínicas da UFRGS, 84
Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT-BA), 237
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha, 241, 242
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, 239, 240, 251
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima, 241, 242
Hospital de Doenças Nervosas e Mentais [Tamarineira, Recife], 260
Hospital Henrique Roxo, 279, 280
Hospital de Juqueri, 31, 127
Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI), 105
Hospital de Neurossífilis, 336, 338
Hospital dos Coelhos [Recife], 229
Hospital dos Variolosos (HV), 65

Hospital Dr. Philippe Pinel, 338, 339
Hospital Eduardo de Menezes, 224
Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR), 243
Hospital Especializado Mário Leal (HEML), 244
Hospital Espírita de Porto Alegre, 266
Hospital Estadual de Vargem Alegre, 270
Hospital Galba Velloso (HGV), 224, 245, 343
Hospital Geral Roberto Santos, 82
Hospital João Viana, 247, 248
Hospital João XXIII, 224
Hospital Júlia Kubitschek, 224
Hospital Juliano Moreira [Salvador], 95, 203, 237, 249, 250
Hospital Maria Amélia Lins, 224
Hospital Militar [Belo Horizonte], 105
Hospital Militar do Rio de Janeiro, 206
Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, 335
Hospital Nacional de Alienados (HNA) / Hospital Nacional dos Alienados, 32, 250, 251, 325, 421
Hospital Nacional de Psicopatas, 250, 251
Hospital Nina Rodrigues (HNR), 253
Hospital Odilon Galloti, 251
Hospital Pedro Ernesto, 262
Hospital Pedro II [Recife], 251
Hospital Pinel, 338, 339
Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho (HPAB), 103
Hospital Psiquiátrico de Frankfurt, 343
Hospital Psiquiátrico de Maringá, 380
Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, 256
Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, 379
Hospital Psiquiátrico Raul Soares, 30
Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), 258, 341
Hospital Público do Estado de São Paulo, 40
Hospital Real Militar e Ultramar do Morro do Castelo, 205
Hospital Regional Antônio Dias, 224
Hospital Regional de Barbacena, 224
Hospital Regional João Penido, 224
Hospital Roberto Santos, 82
Hospital Santa Mônica, 69, 71
Hospital São Lucas, 233
Hospital São Pedro, 258, 340
Hospital São Vicente de Paula, 109
Hospital Ulysses Pernambucano (Tamarineira), 260
Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), 207
Hospital Universitário da Universidade de Uberaba (HU/UNIUBE), 150
Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), 156
Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ), 262
Hospital-Colônia Eronides de Carvalho, 205, 254, 255
Hospital-Colônia Portugal Ramalho, 243
Hospital-Escola da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262
Hotel Copacabana Palace, 271
Hotel Nacional, 423
Hotel Taquaril, 141

I

Igreja Católica, 95, 96, 171, 201, 267, 382, 385
Igreja Metodista, 268
Ilha do Cercado II (IC II), 174
Instituições Espíritas no Brasil, 265
Instituições Protestantes no Brasil, 267
Institute for Social Research da University of Michigan, 320
Instituto Abuchaim-RS, 50
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR),

Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBP), 417, 442
Instituto Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições (IBRAPSI), 61, 271, 361
Instituto Brasileiro de Psicodrama (IBP), 213
Instituto Católico de Estudos Superiores, 96
Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), 273
Instituto Central de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), 308
Instituto Central do Hospital das Clínicas (ICHC) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), 235
Instituto Científico e de Pesquisa, 318
Instituto da Assistência ao Servidor (IPEP), 109
Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), 236
Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (ICAES), 275
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ), 274
Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES), 275
Instituto de Biologia da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 312
Instituto de Cegos da Bahia (ICB), 277
Instituto de Cegos da Paraíba (ICPB), 330
Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 143
Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB), 308
Instituto de Ciências da Educação Jean-Jacques Rousseau, 192
Instituto de Ciências do Homem [PE], 160, 323
Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 156
Instituto de Ciências Humanas das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 149
Instituto de Ciências Humanas e de Letras da UFJF (ICHL), 157
Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT), 212
Instituto de Doenças Nervosas e Mentais / Sanatório Henrique Roxo, 279
Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF), 346
Instituto de Educação Caetano de Campos, 192, 280
Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), 91, 185, 194
Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), 347
Instituto de Educação Estadual de Maringá, 282, 283
Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE), 283, 285
Instituto de Educação Presidente Kennedy / Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, 288
Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, 285, 286
Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB), 286, 287
Instituto de Ensino de Psicanálise (IEP) [Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ)], 291, 443
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS), 319
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 159, 160
Instituto de Formação da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (SPAG-E.RIO), 433
Instituto de Formação de Analistas da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), 420
Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília (IGTB), 77, 289
Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo / Instituto de Higiene de São Paulo, 211, 212

Instituto de Identificação do Distrito Federal, 353
Instituto de Medicina Psicológica (IMP), 119, 424, 428
Instituto de Neuropsiquiatria [Mato Grosso], 103
Instituto de Neurossífilis do Hospital Nacional de Alienados (HNA), 252
Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), 189, 290
Instituto de Orientação Psicológica (IOP), 291
Instituto de Orientação Vocacional (IDOV), 292
Instituto de Pedagogia do Ateneu Salesiano [Turim], 303
Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (INTERPSI), 89
Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), 348, 392
Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 291
Instituto de Previdência do Estado (IPEP), 73
Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), 294
Instituto de Psicanálise de Berlim, 215, 421
Instituto de Psicodrama de Ribeirão Preto (IPRP), 214
Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC), 214, 296
Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ), 312
Instituto de Psicologia Aplicada da UNICAP, 135
Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) da PUC-Rio, 147
Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 304
Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais (IPAMIG), 297, 412
Instituto de Psicologia Aplicada do Espírito Santo (IPAES), 298
Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), 300
Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas em Engenho de Dentro, 356
Instituto de Psicologia da Bahia (IPB), 301
Instituto de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 209
Instituto de Psicologia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, 302, 303
Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IP-PUC-Minas), 304
Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), 306
Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (IP-PUCRS), 209
Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Campinas, 296
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB), 308
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), 310, 311
Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil (IP-UB), 147, 356
Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 314
Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (INPSI/UFU), 315
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ), 47, 93, 305, 317, 356
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IP/UFRGS), 85, 319
Instituto de Psicologia do Recife (IPR), 321, 322
Instituto de Psicologia do Trabalho do Instituto *Sedes Sapientiae*, 202
Instituto de Psicologia e Comunicação Social da UERJ (IPCS/UERJ), 274, 312
Instituto de Psicologia e Pedagogia (IPP) da Faculdade Dom Bosco de São João Del-Rei, 303

Instituto de Psicologia e Psicanálise da Universidade Santa Úrsula (IPP/USU), 324
Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306
Instituto de Psicopatologia do Hospital Nacional de Alienados (HNA), 251
Instituto de Psiquiatria [Universidade de São Paulo (USP)], 235
Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB/UFRJ), 252, 325
Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), 115, 207, 279, 435
Instituto de Psiquiatria do Estado de Santa Catarina (IPq), 327
Instituto de Psiquiatria Forense (IPF), 329
Instituto de Puericultura da Escola Doméstica de Natal, 187
Instituto de Seleção e Orientação (ISO), 300
Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) [Recife], 321
Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) [Rio de Janeiro], 350
Instituto Decroly, 330
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 230
Instituto Dom Bosco, 219, 220
Instituto e Maternidade Cândida Vargas, 109
Instituto Esalen, 413
Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (IESBEM), 275
Instituto Evaldo Lodi (IEL), 109
Instituto Fernandes Figueira (IFF), 400
Instituto Francisco Schwab (IPFS), 276
Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP), 61, 331, 372
Instituto Guanabara, 35, 333
Instituto Helena Antipoff, 51
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 426
Instituto Jacques Lacan, 125
Instituto Jean-Jacques Rousseau, 437
Instituto La-Fayette, 67
Instituto Médico-Pedagógico Paulista, 334
Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 251, 334
Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, 67, 336, 337
Instituto Municipal Nise da Silveira, 252, 318, 337
Instituto Municipal Philippe Pinel, 336, 338, 339
Instituto Nacional de Educação dos Surdos do Rio de Janeiro (INES), 218
Instituto Nacional de Endemias Rurais, 406
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 392
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 376
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP/MEC), 391
Instituto Nacional de Reabilitação (INAR), 235
Instituto Nacional do Negro, 451
Instituto Neuropsiquiátrico, 342
Instituto para o Desenvolvimento Regional (IDR), 77
Instituto Parreiras Horta, 204
Instituto Pedagógico de São Paulo, 357
Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, 439
Instituto Philippe Pinel, 262, 338
Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB), 339
Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPFMC), 340, 342
Instituto Raul Soares (IRS), 29, 30, 31, 101, 223, 224, 245, 246, 342, 343, 344
Instituto Rio Branco, 401
Instituto Sacro Cuore [Turim], 306
Instituto Santa Úrsula de Psicologia Aplicada (ISUPA), 324
Instituto *Sedes Sapientiae*, 202, 344, 345, 346
Instituto Sete de Setembro, 353, 355

Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, 222
Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF), 346
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, 347, 349, 350
Instituto Superior de Educação Rural (ISER), 74, 179, 221, 437
Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa, 137
Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação (IESAE), 351
Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia (ISOP), 350
Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200
Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), 158
Instituto Superior de Pedagogia do Pontifício Ateneu Salesiano de Turim, 303
Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, 200
Instituto Wedja de Socionomia, 377
Instituzione Universitarie Salesiane (IUS), 303
Instrução Pública [São Paulo], 191
Instrução Pública do Rio de Janeiro, 347
Internacionale Gessellschaft Für Daseinsanalyse de Zurich, 37
International Association for Analytical Psychology (IAAP), 419
International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS), 111, 112, 113, 429
International Health Board (IHB), 211
International Psychoanalytic Association (IPA), 38, 78, 125, 271, 292, 331, 370, 415, 417, 427, 441, 442, 444
International Union of Psychological Sciences (IUPsy), 42
Irmandade da Misericórdia / Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, 250, 260, 382, 383, 385

J

Juizado de Menores [Rio de Janeiro], 93
Juízo de Menores do Distrito Federal, 353
Junta Comercial do Estado da Bahia, 72
Juventude Universitária Católica, 96

L

Laboratori Apparechi Scientici Médici (LASM), 303
Laboratório de Análise do Comportamento do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Biologia e Fisiologia, 303
Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353
Laboratório de Desenvolvimento Humano do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Estudos Clínicos do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 306
Laboratório de Exames e Avaliação em Psicologia do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 211, 212, 213
Laboratório de Neuroanatomia e Neurofisiologia do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Pedagogia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo, 357, 358
Laboratório de Pesquisa e Avaliação Psicológica (LAPAP) da Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP), 446
Laboratório de Pesquisas Bioquímicas da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, 439

Laboratório de Pesquisas Clínicas e Investigações Científicas da Sociedade Pestalozzi, 439
Laboratório de Psicologia Animal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 164
Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopata do Engenho de Dentro, 317, 336, 355
Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, 187, 222
Laboratório de Psicologia da Universidade Católica de Milão, 303
Laboratório de Psicologia de Leipzig, 206
Laboratório de Psicologia e Educação do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Psicologia e Pesquisas Educacionais Edouard Claparède, 179, 181, 222
Laboratório de Psicologia e Trabalho do Curso de Psicologia da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 134
Laboratório de Psicologia Educacional do Instituto de Educação Caetano de Campos,
Laboratório de Psicologia Educacional do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306
Laboratório de Psicologia Experimental, 160, 186, 202, 210, 302, 303, 306, 307, 314, 316
Laboratório de Psicologia Experimental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*,
Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 159
Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
Laboratório de Psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo, 357
Laboratório de Psicologia Social do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., 140
Laboratório de Subjetividade e Política (LaSP), 168
Laboratório de Testes Psicológicos, 303
Laboratório de Transformação Social da Universidade de Paris – Dauphine, 93
Lar Abrigado – Centro Psicopedagógico (CPP), 106
Lar da Providência [João Pessoa], 109
Legião Brasileira de Assistência (LBA), 105
Leme Palace Hotel, 291
Letra Freudiana, 61, 425
Liceu de Artes e Ofícios, 388, 402
Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 99
Liceu Dom Afonso, 283
Liga Brasileira de Higiene Mental, 327, 334, 336, 356, 358, 359, 360, 393
Liga Católica [Curitiba], 53
Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, 53, 97
Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, 187
Liga do Rio Grande do Sul, 358
Liga Eleitoral Católica, 96
Liga Espírita de Campos dos Goytacazes, 247
Lojas MAIA, 109
Lyceu do Triângulo Mineiro, 149
Lyceu Nacional Rio Brasil, 420

M

Magnesita S.A., 298
Maison de Petit, 54
Manicômio Judiciário Broadmoor, 239
Manicômio Judiciário da Paraíba,
Manicômio Judiciário da Bahia, 237
Manicômio Judiciário de Barbacena, 256
Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, 241
Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, 32, 239, 241, 252
Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul (MJRS), 340

Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, 239, 240, 251
Manicômio Judiciário Jorge Vaz, 256
Manicômio Judiciário Maurício Cardoso (MJMC), 340
Marinha do Brasil, 401
Memorial da Psiquiatria no Brasil, 337
Minas Centro, 185
Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 140
Ministério da Aeronáutica, 300
Ministério da Cultura, 28
Ministério da Defesa, 131
Ministério da Educação, 46, 51, 59, 100, 146, 170, 364
Ministério da Educação e Cultura (MEC), 145, 162, 174, 200, 210, 226, 303
Ministério da Educação e Saúde, 33, 295, 399
Ministério da Educação e Saúde Pública / Ministério de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 32, 251
Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, 251
Ministério da Previdência Social, 337
Ministério da Saúde, 71, 72, 82, 87, 238, 243, 245, 248, 279, 328, 337, 339, 363, 398, 400
Ministério de Estado dos Negócios do Império, 251
Ministério do Ar, 300
Ministério do Interior, 32, 251, 334
Ministério do Trabalho, 34, 408, 409, 410
Ministério do Trabalho e Previdência Social, 42, 46
Ministério dos Transportes, 177
Misericórdia de Lisboa, 382, 385
Moinho Recife, 323
Mosteiro de São Bento, 109, 199
Movimento da Luta Antimanicomial (MLA), 345, 361, 362, 363
Movimento da Reforma Sanitária, 361
Movimento de Renovação Médica (REME), 361
Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), 102, 361
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), 344
Movimento Familiar Cristão (MFC), 85, 86
Movimento Paulista de Psicoterapia de Grupo, 416
Museu Bispo do Rosário – Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB), 100, 101, 102, 335
Museu da Imagem e do Som, 451
Museu da Infância, 295
Museu da Loucura, 102
Museu de Arte de São Paulo (MASP) / Museu de Arte Moderna de São Paulo, 40, 364
Museu de Arte Negra, 451
Museu de Imagens do Inconsciente, 336, 363, 364, 365
Museu do Juquery, 127
Museu Osório César, 127

N

Núcleo – Psicanálise e Análise Institucional,
Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ), 367, 368, 369
Núcleo Central de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (NuCePsi -PMERJ), 369
Núcleo de Assistência Psicológica ao Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 320
Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 263
Núcleo de Atenção Psicossocial do Centro Psicopedagógico (CPP), 106
Núcleo de Atendimento Terapêutico (NAT) da Clínica Social de Psicanálise Anna Kattrin Kemper, 120
Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), 259

Núcleo de Crianças Autistas e Psicóticas (NAICAP) do Instituto Municipal Philippe Pinel, 339

Núcleo de Documentação e Arquivos do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), 109, 110

Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) do Hospital Galba Velloso (HGV), 246

Núcleo de Estudo das Terapias (NET) [Salvador], 86

Núcleo de Estudo e Pesquisa (NESPEC) do Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE), 82

Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 263

Núcleo de Estudos e Formação Freudiana (NEFF), 331, 370, 372

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 158

Núcleo de Estudos e Pesquisas do Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE), 82

Núcleo de Estudos e Prevenção do Suicídio (NEPS) do Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE), 82

Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME), 50

Núcleo de Gestão da Informação do Hospital Galba Velloso (HGV), 246

Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Relações Interpessoais do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 158

Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), 185

Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 137

Núcleo de Psicologia Aplicada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSI/UFMA), 164

Núcleo de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 159

Núcleo de Psicopedagogia do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 275

Núcleo de Saúde e Bem-Estar do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL), 137

Núcleo de Testes e Medidas da Fundação Carlos Chagas (FCC), 216

Núcleo do Instituto de Seleção e Orientação (NUISO), 300

Núcleos Estaduais de Saúde Mental do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), 361

Núcleo Estudantil Pró-Universidade de Sergipe, 204

Núcleo Financeiro do Hospital Nina Rodrigues (HNR), 253

Núcleo Franco da Rocha do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335

Núcleo Interdisciplinar de Investigação Psicossomática (NUIPSO) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 158

Núcleo Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa (NPACP), 372, 373

Núcleo Psicanalítico do Rio de Janeiro, 442

Núcleo Rodrigues Caldas do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335

Núcleo Teixeira Brandão do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335

Núcleo Ulisses Viana do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335

O

Ordem das Filhas de Santana, 260
Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB – PB), 109
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, 361
Ordem dos Capuchinhos, 386
Ordem dos Padres Beneditinos, 334
Organização das Nações Unidas (ONU), 218
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 107
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 176
Organização Mundial de Saúde (OMS), 326
Organização Nacional de Cegos Espanhóis (ONCE), 278
Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), 328
Organização para o Alimento e a Agricultura (FAO), 176
Organizações Policiais Militares (OPMs) [Estado do Rio de Janeiro], 369
ORSERV Ltda – Empregos e Serviços, 109

P

Papel Pinel, 339
Paróquia de Brusque, 233
Partido Republicano Paulista, 191
Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados (HNA) / Pavilhão de Observação e Diagnósticos do Hospital Nacional de Alienados (HNA), 251, 252
Pavilhão Leme Lopes do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ), 326
Pavilhão Manoel Vitorino do Hospital São João de Deus, 237
Pavilhão Torre dos Homens do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), 116
Pedagogium, 375, 376
Penitenciária de Franco da Rocha, 242
Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, 329
Penitenciária Flósculo da Nóbrega, 329
Penitenciária Sílvio Porto, 329
PETROBRAS, 118, 293, 401
Plataforma, 271, 371, 411
Polícia Militar do Espírito Santo, 228
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 369, 370
Polícia Rodoviária Federal, 177
Policlínica de Berlim, 119
Polo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva (POPS) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 158
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 91
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 47, 56, 58, 175, 201, 207
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 76, 96, 120, 147, 227, 418
Posto de Atendimento Médico Rodolfo Rocco [Rio de Janeiro], 337
Prefeitura de Belo Horizonte, 368
Prefeitura de São Paulo, 82
Prefeitura do Rio de Janeiro, 334, 363
Prefeitura Municipal de Curitiba, 123
Prefeitura Municipal de Maringá, 380
Prefeitura Municipal de Salvador, 95, 277
Prefeitura Municipal de Vila Velha, 118
Prefeitura Municipal de Vitória, 118
Previdência Social, 69, 103, 248
Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS, 380
Programa de Especialização em Saúde Mental em Nível de Residência do Instituto Municipal Philippe Pinel, 339
Programa de Lazer Assistido do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335

Programa de Liberdade Assistida [Belo Horizonte], 221
Programa de Planejamento Estratégico / Fundação João Pinheiro, 227
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Estudos da Subjetividade, da Universidade Federal Fluminense (UFF), 168
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado (Área de concentração em Psicologia Aplicada), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 317
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 162
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 151
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI-UEM), 154
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), 163
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 166
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Gama Filho (UGF), 169, 170
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 175
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 164, 313
Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 351
Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores (PRAM) do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES), 276
Programa de Residência em Psicologia Hospitalar e da Saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 158
Programa de Residência Integrada em Saúde Mental, 339
Programa de Residência Médica em Psiquiatria do Instituto Municipal Philippe Pinel, 339
Programa de Residências Terapêuticas do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335
Programa Experimental de Desenvolvimento Instrumental (PEDI) da Associação Brasileira para Superdotados (ABSD), 51
Programa Institucional de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), 156
Projeto de Lares Assistidos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335
Projeto de Lares de Acolhimento do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), 335
Projeto Morada São Pedro / Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), 259
Projeto Tartaruga / Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ), 368
Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 84
Pró-Reitoria de Extensão e Serviços Comunitários (PRESC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 159
Província dos Jesuítas do Nordeste, 135
Pueri Domus de São Paulo, 172
Pueri Domus-Rio – Escola Experimental, 172

Q

Quartel General (QG) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 369

R

Real Câmara Portuguesa, 202
Rede de Alternativas à Psiquiatria, 361

Rede Globo de Televisão, 335
Rede Interinstitucional de Pesquisadores em História da Psicologia, 75
Rede Internacional de Alternativas à Psiquiatria, 361
Regional Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, 430
República Lar / Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES), 276
Residência Terapêutica em Comunidade / Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, 337

S

Sala Helena Antipoff / Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 74, 75, 76
Samarco Mineração, 228
Sanatório Bahia, 69, 71
Sanatório Clifford Whittingham Beers, 379
Sanatório de Barbacena, 101
Sanatório Espírita de Uberaba, 266
Sanatório Henrique Roxo, 247, 248, 279
Sanatório Maringá Ltda, 380
Sanatório Padre Damião [Ubá-MG], 224
Sanatório Recife, 380
Sanatório Santa Fé [Três Corações-MG], 224
Sanatório Santa Isabel [Campinas], 296
Sanatório Santa Izabel [Betim-MG], 224
Sanatório São Francisco de Assis [Bambuí-MG], 224
Sanatório São Paulo (SSP), 381
Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 384
Santa Casa de Caridade de Diamantina-MG, 230
Santa Casa de Misericórdia, 65, 85, 147, 206, 229, 253, 260, 382
Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB), 249
Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, 65
Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, 103
Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja, 233, 327
Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA), 258
Santa Casa de Misericórdia do Recife, 229, 260
Santa Sé, 96
Santuário de Azambuja, 233
São Paulo Railway, 127
School of Hygiene and Public Health [EUA], 212
School of Public Administration, 320
SEBRAE, 228
Seção de Antropofisiometria e Estesiologia do Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306
Seção de Assistência Psicológica do Serviço de Psicologia da Divisão de Medicina de Reabilitação (DMR) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235
Seção de Desenho e Representação Gráfica do Instituto de Educação Caetano de Campos, 281
Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP), 281
Seção de Ensino do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP/EFS), 388
Seção de Estatística e Arquivo do Instituto de Educação Caetano de Campos, 281
Seção de Estatística Psicopedagógica do Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 307
Seção de Estudo do Programa e dos Problemas Escolares do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 324, 395

Seção de Estudo dos Programas e Problemas Escolares do Instituto de Educação Caetano de Campos, 281

Seção de Genealogia e Estatística da Assistência a Psicopatas, 32

Seção de Higiene Mental da Diretoria de Saúde Escolar da Secretaria de Educação de São Paulo, 114

Seção de Medida do Trabalho Escolar do Instituto de Educação Caetano de Campos, 281

Seção de Medidas e Eficiência Escolares do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), 348

Seção de Medidas Mentais e do Trabalho Escolar do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 396

Seção de Orientação para o Trabalho e Aconselhamento Profissional do Serviço de Psicologia da Divisão de Medicina de Reabilitação (DMR) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235

Seção de Orientação Profissional do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 395

Seção de Orientação Profissional e Educacional do Instituto de Educação Caetano de Campos, 281

Seção de Orientação Psicossocial do Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235

Seção de Orientação Social da Divisão de Proteção Social (DPS) do Departamento Nacional da Criança (DNCr), 399

Seção de Presídios e Anexos da Chefatura de Polícia [Porto Alegre], 340

Seção de Programas Escolares e Atividades Extraclasse do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), 349

Seção de Psicofisiologia e Psicoacústica do Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306

Seção de Psicologia do Ambulatório Central Roberto Resende, 29, 343

Seção de Psicologia do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353

Seção de Psicologia Forense-Criminológica do Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306

Seção de Psicomotricidade e Psicotécnica do Centro de Orientação Psicológica do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPEEPUC-SP), 306

Seção de Psicotécnica do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353

Seção de Psicotécnica do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP/EFS), 388

Seção de Seleção e Orientação Profissional do Instituto Decroly, 330

Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), 363

Seção Lombroso do Hospício Nacional de Alienados (HNA), 239, 251

Seção Pinel do Hospício de Pedro II, 338

Seção Waldemar Shiller do Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), 363

Secção Técnica da Diretoria-Geral de Instrução Pública [Rio Grande do Sul], 88

Secretaria da Administração Federal da Presidência da República (SAF), 140

Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), 397, 398

Secretaria da Educação e Saúde Pública [São Paulo], 212

Secretaria de Ação Social do Estado do Espírito Santo, 118

Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 242

Secretaria de Administração Penitenciária (PB), 329
Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), 140
Secretaria de Assistência a Alienados [Rio Grande do Sul], 340
Secretaria de Educação [Piauí], 449
Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEEBA), 277
Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 439
Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 308
Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro, 51
Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, 282
Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEC-RS), 88
Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 395
Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério de Educação e Cultura (MEC), 165
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 75
Secretaria de Estado da Justiça [Minas Gerais], 256
Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo, 275
Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública [Distrito Federal/RJ], 318
Secretaria de Estado de Saúde [Maranhão], 253
Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, 103
Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 176
Secretaria de Integração e Cidadania e Promoção Social (SICPS) [Niterói], 105
Secretaria de Justiça da Bahia, 238
Secretaria de Justiça e Instrução de Pernambuco, 321
Secretaria de Polícia e Segurança Pública da Bahia, 237
Secretaria de Saúde da Paraíba, 379
Secretaria de Saúde do Distrito Federal [Rio de Janeiro], 262
Secretaria de Saúde do Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, 124, 282
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), 82, 277, 340
Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, 87
Secretaria de Saúde e Assistência Social de Curitiba, 86
Secretaria de Saúde Mental de Ibirité-MG, 181
Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 242
Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS) da Bahia, 277
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS) da Bahia, 277
Secretaria do Estado de Trabalho e Ação Social para a Criança e Adolescente (SETASCAD) de Minas Gerais, 368
Secretaria do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul, 341
Secretaria dos Negócios do Interior e do Exterior do Estado do Rio Grande do Sul, 283
Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, 217
Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES – RJ), 105
Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ), 392
Secretaria Municipal da Saúde de Uberaba, 150
Secretaria Municipal de Assistência Social de Niterói, 105
Secretaria Municipal de Educação de Salvador, 277
Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, 277

Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 70
Seminário Arquidiocesano de João Pessoa, 108
Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, 386
Seminário de Nossa Senhora da Graça, 387
Seminário Diocesano de Chapecó, 225
Seminário Episcopal de Olinda, 386
Seminário Episcopal de São Paulo, 386
Seminário Presbiteriano de Campinas, 268
Seminário São Joaquim do Rio de Janeiro, 387
Seminário São José, 387
Seminários Católicos do Brasil Colônia e Império, 385
Serviço Aberto / Assistência a Psicopatas de Pernambuco, 321
Serviço Aberto do Pavilhão Presidente Epitácio / Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, 336
Serviço Central de Atendimento Psicológico Integrado da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas (DIP-ICHC) da Universidade de São Paulo (USP), 235
Serviço Cultural da Embaixada da França no Brasil, 406
Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP, 372
Serviço de Assistência a Psicopatas, 32, 254, 255, 261, 321
Serviço de Assistência a Psicopatas de Pernambuco, 321
Serviço de Assistência ao Menor Excepcional (SAMEX), 220
Serviço de Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo, 241
Serviço de Assistência Médica e Social aos Servidores (SAMSS), 236
Serviço de Assistência Social da Assistência a Psicopatas, 32
Serviço de Assistência Técnica (STA) do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 395
Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 162
Serviço de Atendimento Psicológico do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM), 369
Serviço de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 210
Serviço de Educação Especial (SESP), 115, 447
Serviço de Emergência Psiquiátrica de Campos, 279
Serviço de Emergência Psiquiátrica do Hospital Ulysses Pernambucano (Tamarineira), 261
Serviço de Ensino e Seleção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), 389
Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP) [Estradas de Ferro do Estado de São Paulo], 389
Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP/EFS), 388, 389
Serviço de Evangelização para a América Latina (SEPAL), 269
Serviço de Grupoterapia do Instituto Municipal Philippe Pinel, 338
Serviço de Higiene Mental do Estado de São Paulo, 37
Serviço de Higiene Mental do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC/USP), 236
Serviço de Inspeção Escolar de São Paulo, 212
Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOS) do Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147
Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), 91, 143
Serviço de Orientação Educacional (SOE) do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 274

Serviço de Orientação Educacional do Colégio Santa Teresa (SOE), 398, 390

Serviço de Orientação Educacional do Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE), 284

Serviço de Orientação Educacional e Vocacional do Ceará (SOEVOC), 73

Serviço de Orientação Pedagógica (SOP) do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 274

Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOPP), 391, 392

Serviço de Orientação Social e Familiar [Belo Horizonte], 221

Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), 392

Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP) [Rio de Janeiro], 394

Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional, 402

Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), 394

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, 395

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Celso Lisboa (UCL), 138

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 274, 312

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 274

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), 167

Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Gama Filho (UGF), 169

Serviço de Psicologia Clínica da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 398

Serviço de Psicologia da Casa de Saúde São Pedro Ltda. (CSSP), 73

Serviço de Psicologia da Divisão de Medicina de Reabilitação (DMR) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235

Serviço de Psicologia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 369

Serviço de Psicologia do Banco da Lavoura, 143

Serviço de Psicologia do Centro de Informações Antiveneno da Bahia (CIAVE), 82

Serviço de Psicologia do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), 129

Serviço de Psicologia do Instituto de Cegos da Bahia (ICB), 278

Serviço de Psicologia do Instituto do Coração (INCOR) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235, 236

Serviço de Psicologia do Sanatório Clifford Whittingham Beers, 379

Serviço de Psicologia e Psiconeurologia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235

Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 397

Serviço de Psicologia Médica (COJ), 399, 400

Serviço de Psicologia Médica do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ) /Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 262

Serviço de Psicologia no Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, 256

Serviço de Psicologia no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), 168

Serviço de Psicologia para Ambulatório e para Pacientes Internados do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC/USP), 235

Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescente (SPIA) do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ), 116

Serviço de Psiquiatria do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM), 369

Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 262

Serviço de Saúde Mental – Departamento de Saúde Mental (COJ), 399, 400

Serviço de Saúde Mental do Estado de Mato Grosso, 103

Serviço de Seleção de Psicotécnica Naval (SSPN), 401

Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM), 401

Serviço de Seleção e Orientação (SESO), 300

Serviço de Seleção e Orientação Profissional (SOS) do Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) / Serviço de Seleção e Orientação Profissional e Industrial (SOPI) do Instituto de Psicologia Aplicada (IPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 147

Serviço de Seleção e Orientação Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, 388

Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 33

Serviço Heterofamiliar da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, 336

Serviço Internacional para a Pesquisa Agropecuária Nacional (ISNAR), 176

Serviço Médico Escolar em São Paulo, 115

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), 141, 224, 402

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) / Serviço Social do Comércio (SESC Pompeia), 40

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) / Serviço Social da Indústria (SESI), 225, 402

Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde (SNDM/MS), 103

Serviço Nacional de Previdência Social, 220

Serviço Nacional de Saúde Mental, 231

Serviço Nacional de Teatro, 451

Serviço Sanitário do Rio de Janeiro, 266

Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe, 255

Serviços de Orientação Educacional, 73, 123, 274, 278, 284, 389, 390, 401

Serviços do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (SIPUC), 305

Serviços Médicos Cirúrgicos da Bahia S.A., 69, 71

Setor de Neurologia do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353

Setor de Orientação Psicopedagógica da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 391

Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, 404

Setor de Psicologia Clínica da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, 397

Setor de Psicologia da Casa do Caminho, 368

Setor de Psicologia do Hospital Auxiliar de Suzano, 236

Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 246, 406

Setor de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ), 262

Setor de Serviço Social do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), 353

Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação (STOR) do Centro Psiquiátrico Nacional, 336

Setor Ortopédico do Hospital Galba Velloso, 224

Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, 438

Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro, 408

Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, 410

Sistema de Psicotécnica da Aeronáutica (SISPA), 300
Sistema Único de Saúde (SUS), 105, 116, 436
Sociedade Anônima OESP (Jornal *O Estado de São Paulo*), 290
Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP), 37, 417, 444
Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBP de PA), 39
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), 38, 79, 150, 215, 415, 418, 443
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), 38, 371, 417, 424
Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), 36, 43, 44, 351, 423
Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), 419, 420
Sociedade Brasileira de Psicologia da Comunicação, 411, 412
Sociedade Brasileira de Psicologia de Ribeirão Preto (SBPRP), 36, 43
Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, 236
Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupo, 433
Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, 214, 430
Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama Regional Rio de Janeiro (SBPDGP-RJ), 213
Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, 413, 414
Sociedade Brasileira de Psychanálise, 78, 420, 421
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 36, 42, 47, 208, 405, 422
Sociedade Científica Protetora da Infância, 294
Sociedade Civil Faculdade de Medicina de Sergipe, 204
Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente, 363
Sociedade de Análise Transacional do Rio de Janeiro (SANTRARJ), 423
Sociedade de Estudos Espíritas, 266
Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos (SEPLA), 61, 424
Sociedade de Estudos Psychicos [Aracaju], 425, 426
Sociedade de Estudos Psychicos Cesar Lombroso [Santos], 425
Sociedade de Hipnose do Brasil, 307
Sociedade de Medicina da Bahia, 250
Sociedade de Medicina de Pernambuco, 261
Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, 205
Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ) / Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro – Instituto de Psicanálise (SPCRJ-IP), 292, 408, 427
Sociedade de Psicanálise de São Paulo, 417, 442
Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro (SPRJ), 409
Sociedade de Psicanálise GRADIVA – RJ (SPAG RJ), 50
Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID), 119, 428
Sociedade de Psicodrama de São Paulo (SOPSP), 56, 213
Sociedade de Psicodrama do Rio de Janeiro (SOPERJ), 430
Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro (SPCRJ), 292, 408, 427
Sociedade de Psicologia de Mato Grosso do Sul, 43
Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP), 36, 43, 44, 63, 351
Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP), 42, 46, 57
Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS), 432
Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de Campinas (SPAG Campinas), 50
Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de Pernambuco (SPAG PE), 50
Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo de São José do Rio Preto (SPAG Rio Preto), 50

Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara / Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro (SPAG E. RIO), 50, 433, 444

Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais, 411

Sociedade de Psicoterapia e Dinâmica de Grupo de Minas Gerais, 411

Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP), 50

Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, 356

Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social pelo Trabalho (SOSINTRA), 435

Sociedade Educacional Uberabense, 149

Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), 79

Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), 42, 47

Sociedade Internacional de Rorschach, 446

Sociedade Mineira de Psicologia, 42, 143, 186, 437

Sociedade Moreniana de Psicodrama (SOMOPSI), 430

Sociedade Paulista de Biologia, 212

Sociedade Paulista de Psicoterapia Analítica de Grupo (SPPAG), 50

Sociedade Pestalozzi, 62, 438, 439, 440

Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, 74, 141, 438, 439

Sociedade Pestalozzi do Brasil, 53, 74, 440

Sociedade Psicanalítica Cristã, 269

Sociedade Psicanalítica da Paraíba, 114

Sociedade Psicanalítica de Brasília (SPB), 39

Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), 79

Sociedade Psicanalítica de Pelotas (SPP), 39

Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), 38, 441

Sociedade Psicanalítica de Recife (SPR), 39

Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), 38, 60, 76, 119, 271, 291, 370, 418, 428, 442, 444

Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), 269

Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP), 445

Sociedade Universitária Celso Lisboa, 137

Stanford University / Universidade de Stanford, 144, 407

Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 51

Sub-Reitoria de Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 51

Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 51

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 293

Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 263

Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária de Minas Gerais, 256

Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do Rio Grande do Sul, 341

Supervisão de Avaliação e Acompanhamento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (SAANE), 447

T

Tavistock Clinic, 416

Tavistock Institute [Londres], 184

Teacher's College, 280, 395

Teatro Experimental do Negro (T.E.N.), 451

Tipografia Episcopal de Mariana, 386

Trupe de Teatro Espontâneo da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABPS), 40

TV Futura, 131

TV-Pinel, 339

U

UNESCO, 107, 182
União Espírita Sergipana, 426
União Latino-Americana de Cegos (ULAC), 278
União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), 132
União Nacional das Associações dos Analistas Transacionais (UNA-AT), 424
União Nacional dos Analistas Transacionais do Brasil (UNAT-BRASIL), 424
União Pan-Americana, 96
União Pia de Santo Antônio, 230
Unidade Básica de Saúde (UBS) da Universidade de Uberaba (UNIUBE), 150
Unidade Clínica de Adolescentes (UCA) do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ), 263
Unidade de Adolescentes Senador Lucidio Portela do Hospital Psiquiátrico de Maringá, 380
Unidade de Atenção Diária do Hospital Adauto Botelho, 232, 233
Unidade de Atendimento ao Deficiente (UNAED) [Cariacica], 276
Unidade de Curta Permanência do Hospital Adauto Botelho, 232
Unidade de Internação Provisória (UNIP) do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES) [Cariacica], 276
Unidade de Internação Socioeducativa Masculina (UNIS) do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES) [Cariacica], 276
Unidade de Recrutamento e Seleção do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM) [Rio de Janeiro], 369
Unidade de Ressocialização do Hospital Adauto Botelho, 232, 233
Unidade de Trabalho Supervisionado do Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, 98
Unidade Feminina de Internação (UFI) do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES) [Cariacica], 276
Unidade Lar Doce Lar do Centro Integrado de Assistência Psicossocial Adauto Botelho (CIAPS Adauto Botelho), 104
Unidade Pedagógica do Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, 98
Unidade Psicopedagógica (UNP) do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI), 105
Unidade Socio-Ocupacional do Centro Especializado de Habilitação Profissional Mercedes Stresser, 98
UniverCidadeDeDeus, 126
Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 163
Universidade Autônoma de Maceió (UAM), 170
Universidade Católica de Campinas, 296, 306, 402
Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), 91, 143, 304, 305
Universidade Católica de Pelotas (UCPel), 110, 113
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 79, 135, 323
Universidade Católica de São Paulo, 306
Universidade Católica do Rio de Janeiro, 96
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 208
Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 86, 302
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), 226
Universidade da Pensilvânia, 405
Universidade de Brasília (UnB), 165, 176, 289, 308
Universidade de Genebra, 54, 91, 355
Universidade de Hamburgo, 281
Universidade de Moscou, 94
Universidade de Paris VIII, 125

Universidade de Paris-Sorbonne, 406
Universidade de Parma, 306
Universidade de Porto Alegre, 268
Universidade de São Paulo (USP), 44, 57, 107, 144, 165, 176, 189, 192, 196, 211, 213, 235, 280, 291, 310, 358, 396, 404, 416, 421, 443
Universidade de Uberlândia (UNU), 315
Universidade de Varsóvia, 281
Universidade do Brasil, 42, 115, 147, 205, 206, 251, 252, 279, 318, 325, 336, 356, 380, 399, 433
Universidade do Distrito Federal (UDF), 349
Universidade do Estado da Guanabara (UEG), 262, 274, 312
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), 92
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 47, 51, 75, 174, 262, 274, 312
Universidade do Recife, 323
Universidade do Rio de Janeiro, 205, 206, 318
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 114, 150
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), 243
Universidade Estadual de Maringá (UEM), 153, 283
Universidade Estadual de Michigan, 183
Universidade Estadual do Ceará (UECE), 377
Universidade Federal da Bahia (UFBA), 33, 182, 202, 203, 278, 292, 302, 314, 381, 382
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 73, 155, 166
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 171
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 144, 156
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 74, 75, 91, 141, 142, 144, 232, 246, 406
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 159, 160, 322
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 160, 161
Universidade Federal de Sergipe (UFS), 204
Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 144, 315, 316
Universidade Federal do Ceará (UFC), 74, 162, 163, 377
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 118, 174, 228, 232
Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 163, 164
Universidade Federal do Pará (UFPA), 59, 60, 165
Universidade Federal do Paraná (UFPR), 97
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 42, 47, 77, 93, 116, 175, 205, 206, 240, 252, 305, 317, 325, 356, 380, 407
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 156, 165, 394
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 84, 285, 319, 432
Universidade Federal Fluminense (UFF), 167, 174
Universidade Gama Filho (UGF), 169
Universidade Ibero-Americana (México), 94
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), 52
University of Michigan, 320
University of Southern Califórnia, 320

V

Vale do Rio Doce, 228
Vetor Editora, 299
Viação Itapemirim, 299

W

William Alanson White Institute [Nova York], 428

O levantamento cuidadoso da história da psicologia no Brasil dá mais um passo importante com a preparação deste *Dicionário de Instituições*. Registra-se aqui outra perspectiva para a compreensão da história: a perspectiva da demanda e da inovação. A demanda institucional nos mostra a necessidade do conhecimento psicológico para uma diversidade de atendimentos clínicos, educacionais, organizacionais, comunitários, enfim, atendimentos para as variadas situações em que estão envolvidos os humanos, com seu desenvolvimento pessoal e grupal, seus questionamentos e sofrimentos, e redes interpessoais.

A inovação aponta para instituições que procuraram não só atender a demandas de serviços, mas também trazer a formação, preparar o profissional e o pesquisador.
A preparação deste *Dicionário* mobilizou uma grande equipe de 186 autoras e 75 autores em vários estados brasileiros, recolhendo 264 verbetes que passaram por cuidadosa análise historiográfica e de estilo. Desse modo, estou convicto de que o *Dicionário de Instituições* será de grande valia para estudantes e professores, e também para profissionais que se interessam em entender as origens e vieses de sua própria atuação, e para todos aqueles que apreciam e admiram o trabalho que os profissionais do grande campo da psicologia vêm desenvolvendo no Brasil.

William B. Gomes

COORDENADOR DO GT DE HISTÓRIA
DA PSICOLOGIA DA ANPEPP

ISBN 978-853121068-6
9 788531 210686